4D 12/18 -R-

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA

LISBOA ROMÂNTICA

URBANISMO E ARQUITECTURA, 1777-1874

22.ABR.1999

Dissertação de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

1997

711(469.411.16)"17/18"(043.2)

T 16571

50937

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia, meu orientador, e ao Prof. Doutor José-Augusto França que acompanhou a primeira fase deste trabalho. À arq.ª Teresa Campos Coelho, autora das fotografias, e andarilhante comigo por toda a área da cidade tratada; aos directores e todos os funcionários dos Arquivos e Museu da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Arquivo do Tribunal de Contas, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Academia de Belas-Artes; aos meus colegas do Departamento de História de Arte e ao Dr. José Ventura; à Dra. Simonetta Luz Afonso e todos os meus colegas do Instituto Português de Museus e do Museu do Chiado, particularmente à Benvinda, Maria do Rosário e Conceição.

Abreviaturas

ACL - Academia das Ciências de Lisboa
AHCML - Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa
AHMOP - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
AHTC - Arquivo Histórico do Tribunal de Contas
ANBA - Academia Nacional de Belas-Artes
ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ASE - Arquivo das Secretarias de Estado
BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa
CML - Câmara Municipal de Lisboa
IPCC - Instituto Português de Cartografia
MC - Museu da Cidade
MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga
MR - Ministério do Reino
SGO - Serviço Geral de Obras

Nota sobre a transcrição dos documentos: Quer no texto principal, quer no anexo documental, os documentos inéditos e manuscritos são transcritos em itálico; os impressos são transcritos, entre aspas, no tipo de letra normal mas de formato menor. Num caso e outro, utilizei a grafia original.

Nota sobre a citação de Bibliografia: nas notas a cada capítulo, a bibliografia é citada, quase sempre, apenas pelo nome do autor e a data da edição; para informação completa terá de ser consultada a bibliografia final.

ÍNDICE

Introdução: O objecto de trabalho; questões de método

I - LISBOA NO FINAL DO ANTIGO REGIME, CONTINUIDADE E INOVAÇÃO, 1777-1822

Introdução: a propósito da *Viradeira*

1. A reconstrução de Lisboa nos anos de 1780-1800: questões gerais de urbanização ..... pag. 26

1.1. A legislação
1.2. Os investimentos na reconstrução
1.3. Ritmos de reedificação na Baixa e no Chiado
1.4. Os bairros limítrofes

2. Práticas de arquitectura .....pag. 60

2.1. Os modelos normativos segundo os contratos de obras
2.2. A encomenda aristocrático-burguesa
2.2.1. Antecedentes: palácios e casas nobres na época de D. João V e D. José
2.2.2. A conjuntura do fim do século: o peso da tradição, sinais de inovação, o gosto do eclectismo
2.2.2.1. Tradição palaciana: edificações iniciais
2.2.2.2. Tradição palaciana: as modernizações
2.2.2.3. Tradição predial
2.2.2.4. Os prédios nobres de aluguer

3. As encomendas públicas: breve reflexão ..... pag. 141

3.1. Introdução
3.2. Estrela, Real Erário, S. Carlos, Palácio da Ajuda

3.2.1. As condições da encomenda
3.2.2. Os arquitectos
3.2.3. Os estilos
3.2.4. Os impactes urbanos
3.3. A Praça do Comércio: projectos e críticas
3.4. Os projectos para o Chafariz monumental do Campo de Sant'Ana e o Hospital da Marinha
3.5. O Passeio Público e o Passeio do Campo Grande

4. A gestão e a vivência da cidade .....pag. 191

4.1. Impressões dos visitantes
4.2. Hábitos de Antigo Regime e legislação inibidora
4.3. A acção de Pina Manique e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho
4.4. Sinais de civilidade

II - A CIDADE LIBERAL E BURGUESA, 1822-1851

5. Permanências e enfraquecimento do sistema ..... pag. 219

5.1. A Intendência das Obras Públicas de Lisboa
5.2. A emergência da Câmara Municipal de Lisboa
5.3. A vivência da cidade nos anos de 1820

6. A época das incertezas, 1833-1851 ..... pag. 239

6.1. Extinção e destino dos conventos
6.1.1. O processo de extinção
6.1.2. A apropriação e a venda de bens
6.1.3. Reflexões epocais
6.2. Quem manda na cidade?
6.2.1. A sobreposição da Câmara Municipal à Repartição das Obras Públicas
6.2.2. Confrontos entre arquitectos
6.3. Os projectos de representação: realizações e fracassos

6.3.1. O Passeio Público e o Jardim de S. Pedro de Alcântara
6.3.2. O projecto das ruas das Cortes e de D. Pedro IV
6.3.3. Do *aformoseamento* da Praça do Rossio è edificação do Teatro Nacional
6.3.4. O monumento em memória de D Pedro IV
6.3.5. Abertura da rua dos Duques de Bragança
6.4. As infraestruturas de uma cidade moderna
6.4.1. Saneamento
6.4.2. Os cemitérios
6.4.3. Transportes e iluminação
6.5. Questões de arquitectura
6.5.1. Os arquitectos da Academia de Belas-Artes e das Obras Públicas: a teoria e a prática
6.5.2. Possidónio da Silva, uma figura isolada
6.5.3. A defesa do eclectismo. O classicismo romântico na arquitectura privada
6.6. As imagens da cidade. A mítica geração de 1840

III - A CIDADE DA REGENERAÇÃO, 1851-1874

7. A urbanística: empirismo, tecnicidade e utopia... pag. 388

7.1. A Companhia das Obras Públicas e a circunvalação da cidade
7.2 O processo de civilização da cidade herdada
7.2.1. Dos casebres do Loreto ao Largo Luís de Camões
7.2.2. O gosto dos jardins
7.2.2.1. Modernizações e projectos para o Passeio Público e o jardim de S. Pedro de Alcântara
7.2.2.2. O jardim da Estrela
7.2.2.3. O jardim do Principe Real
7.3. O desejo de ruptura
7.3.1. Os bairros velhos, abertura e alargamento de ruas
7.3.2. O aterro da Boavista
7.3.3. O plano geral de melhoramentos

8. Realizações arquitectónicas ..... pag. 446

8.1. Encomendas e edifícios públicos
8.1.1. A reconstrução da Escola Politécnica
8.1.2. Os Banhos de S. Paulo e o Matadouro municipal
8.1.3. A Estação de Santa Apolónia e o Hospital de D. Estefânea
8.1.4. O teatro da Trindade
8.1.5. Os Paços do Concelho
8.2. Os monumentos
8.2.1. o Arco da Rua Augusta
8.2.2. O monumento a D. Pedro IV no Rossio
8.3. A arquitectura doméstica
8.3.1. Permanência de valores classicistas
8.3.2. Marcações de eclectismo
8.3.3. As fachadas azulejadas
8.3.4. Evocação de um interior
8.4. Reflexão teórica: o *Archivo de architectura civil*

9. A vivência da cidade ..... pag. 520

Conclusão: Lisboa romântica ..... pag. 528

Bibliografia ..... pag. 553

Apêndice documental ..... pag. 578

Introdução: O objecto de trabalho; questões de método

As datas escolhidas, para balizar esta dissertação sobre um século de urbanismo e arquitectura em Lisboa, citam duas rupturas fundamentais: a primeira, o afastamento do Marquês de Pombal, no ano da ascensão ao trono da senhora D. Maria I, a segunda, a nomeação de Frederico Ressano Garcia, como engenheiro-chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal.

Estes dois homens tiveram poderes muito diferenciados: um governou o País durante mais de vinte anos com mão de ferro, o outro, embora tenha sido ministro do Partido Progressista, foi sobretudo um técnico cuja acção política, em termos nacionais, não teve especial relevância.

Mas em relação ao meu objecto de trabalho, o Marquês de Pombal e Ressano Garcia tiveram em comum a paixão, a capacidade de mando, a *clara ideia* de fundarem a Lisboa moderna. Depois deles, emergeria, já próximo do nosso tempo, a figura, incontornável também, de Duarte Pacheco, dinamizador de um terceiro ciclo desenvolvimentista que, nos seus referentes urbanísticos, se situa em continuidade orgânica com as opções setecentistas de Manuel da Maia para a *Baixa* e com o projecto, empiricamente haussmanniano, de Ressano Garcia para as *Avenidas Novas*.

A cidade que habitamos é, em grande parte, resultante destes três períodos, intensos e esclarecidos, tanto em relação aos valores positivos do efectivamente feito, como em relação às falhas não preenchidas que só no domínio da utopia chegaram a ser abordadas.

A Lisboa pombalina foi inauguralmente estudada por José-Augusto França (1) e tem vindo a ser objecto de sucessivas questionações, em trabalhos de superior qualidade, os melhores dos quais realizados por José Eduardo Horta Correia e respectivos discípulos (2). Mais modestamente, e sob orientação de José-Augusto França, procurei, na minha dissertação de mestrado (3), elucidar os princípios orientadores da urbanística de Ressano Garcia e analisar os modos como a arquitectura das Avenidas Novas circunscreveram as suas potencialidades (4). Também a Lisboa de Duarte Pacheco foi já objecto de trabalhos qualificados, de novo por José-Augusto França, Vítor Matias Ferreira, José Manuel Fernandes, Nuno Portas ou Pedro Vieira de Almeida (5).

No que respeita aos dois primeiros ciclos que enunciei - a Lisboa pombalina e a de Ressano Garcia - tem vindo a afirmar-se o gosto de estudar quer os tempos ditos fracos entre essas duas "idades de ouro", quer as contextualizações dos seus paradigmas estéticos e funcionais. Os trabalhos avançam incomparavelmente mais depressa em relação à Lisboa pombalina, cujas raízes são elucidadas na extrema particularidade do urbanismo e da arquitectura seiscentista e primo-setecentista portuguesas (6).

Quanto à Lisboa oitocentista ante-Ressano Garcia, tem havido uma atenção crescente à sua produção arquitectónica, fruto da actual conjuntura ideológica - e vivencial - eminentemente ecléctica, e também da valorização patrimonial de uma época - todo o século XIX- que, até muito recentemente, não pareceu objecto capaz de História e digno de memória (7). Creio, todavia, que falta sistematicidade a essas abordagens (8), falta-lhes sobretudo articulação orgânica com o fazer e pensar a cidade. É esta falha que me proponho colmatar.

À partida, convém acentuar que se trata de um tempo que pode ser considerado historicamente *fraco* porque não emergem nele nem personalidades nem ideias estruturadas. Por isso tem sido tão invisível a obra feita.

Depois do afastamento de Pombal, viveu-se, até pelo menos 1840, entre o cumprimento sem chama do plano que ele havia elaborado para a cidade e o desejo, sem teorização, de o contestar. Depois dessa data, sob a batuta da Câmara Municipal- que reconquista competências de gestão que o Marquês liminarmente lhe retirara - surgem dezenas de *intenções*, menores ou grandiosas, sempre insuficientemente fundamentadas, que representam a incapacidade de pensar e operacionalizar a cidade, com a arrastada decadência da Casa do Risco das Obras Públicas e a não emergência de outra instituição que a pudesse substituir. No entanto, sob esta verdade genérica, outra emerge, mais fragmentada e difusa mas extremamente estimulante.

Saliente-se, em primeiro lugar, que o *ciclo do tempo fraco* não pode representar-se por uma contínua e fatal linha de decadência. Pelo contrário, e confirmando os dados mais actualizados da historiografia económica, social e cultural, o tempo da *Viradeira* - invenção romântica e positivista que os mais desatentos continuam a utilizar com excessiva simplificação - viu as dinâmicas pombalinas transmutarem-se positivamente:

- pelo surto erudito da arquitectura neoclássica, em realizações maiores que vão do Teatro de S. Carlos ao projecto do Real Erário e à apropriação do primeiro projecto para o Palácio da Ajuda. Estes equipamentos renovavam não só a própria figura da arquitectura mas também o conceito de monumento - e de espaço monumental - que o pombalino mais radical elidira da cidade, circunscrevendo-o à Praça do Comércio, apresentando-se, por isso mesmo, como polos geradores de urbanização. Dessas intenções de desmultiplicar o centro de Lisboa, ficaria apenas o Chiado já que o lugar da Patriarcal Queimada continuaria adiado até ao meio do século XIX e o da Ajuda se manteve definitivamente irresoluto.

- pelo ritmo mais acelerado de reconstrução da Baixa, beneficiando da medida política de unir os rendimentos do donativo dos 4% à gestão do Real Erário. Observam-se então os primeiros frutos da crítica erudita e empírica à "monotonia" do pombalino, através de subtis fugas ao modelo de prédio de Eugénio dos Santos, onde surgem mísulas, maior riqueza de emolduramentos e diversidade do desenho das

balaustradas. Simultaneamente inicia-se o processo - que só a partir de 1840 se acentuaria - de aumento de um ou de dois andares que significava a possibilidade de rentabilização dos investimentos e, simultaneamente, a apropriação social de um espaço muito determinado.

- pelo reconhecimento de facto que a exigência pombalina de dar prioridade à reconstrução da Baixa sobre todos os outros polos da cidade era uma impossibilidade. Se, logo após o Terramoto, o Marquês não pudera impedir os aforamentos na zona da Lapa, que então foi delineada e logo intensamente povoada, assiste-se depois à multiplicação dessa tendência, em áreas em movimento antes de 1755, Lapa evidentemente, mas também a Cotovia de um lado e outro do Colégio dos Nobres, Santa Isabel, Amoreiras e já Campo de Ourique. O desenho de ruas e o loteamento vive aqui de uma herança prática antiquíssima - que já fizera o Bairro Alto - contribuindo para diversificar a cidade e acentuar o simbolismo indispensável da particularidade do centro. Naturalmente, este movimento correspondia também ao lento mas continuado crescimento demográfico e às expectativas da diversidade dos interesses burgueses em elaboração.

- pela dinâmica da edificação aristocrático-burguesa que elabora então os mais antigos modelos da tipologia *palacete* de que a Casa Farrobo, na Rua do Alecrim, é talvez o primeiro elo, diversamente cerzido com a tradição do palácio e da casa-nobre de tradição setecentista. Embora seja em geral difícil distinguir os projectos iniciais de posteriores adequações românticas, percebe-se que os grupos dominantes definitivamente se afastam dos característicos e desornamentados palácios pombalinos, optando por eclectismos de matriz neoclássica ou neo-barroca que figurava desejos de representação social e simbólica. Neste movimento a cidade enriquecia-se e diversificava-se, caldeando-se com as mutações civilizacionais em curso, fornecendo também modelos adequados a uma burguesia mercantil ou intelectual que, nas décadas seguintes, edificaria ou reconstruiria manchas importantes dos novos bairros ou do próprio centro, alargado ao Chiado e à frentes libertas do Bairro Alto.

- pela preocupação de gestão urbana que o Intendente Pina Manique qualificadamente assumiu. Medidas como o policiamento municipal, as primeiras tentativas de iluminação pública ou o maior rigor na aplicação dos editais do Senado sobre limpeza das ruas e distribuição de funções mercantis denotam um entendimento moderno de cidade a vocacionar-se para o advento da industrialização e crescimento demográfico macivo. Também para o reconhecimento dos espaços públicos não como meros locais de intensificação da circulação mas de fruição social colectiva.

- pelo primeiro sinal de uma consciência das linhas futuras de crescimento da cidade, traduzido no ajardinamento do Campo Grande, realizado talvez por sugestão do arq. Carvalho Negreiros que havia proposto a extensão dessa iniciativa também ao Campo Pequeno. De imediato, a cidade não absorveu esse novo espaço de lazer mas ele ali ficava, último elo de uma lógica urbanística que arrancava do Passeio Público e determinaria, um século mais tarde, os traçados de Ressano Garcia.

Depois destes anos brilhantes da vida da cidade no final de setecentos e primeiros anos de oitocentos - que concretizam o iluminismo mariano, tal como, por exemplo, o notável ciclo de renovação das artes plásticas, consubstanciado em Domingos Sequeira, Vieira Portuense e João José de Aguiar, a poesia pré-romântica de Gonzaga e Bocage e a produção teorética da novel Academia das Ciências, propondo os primeiros estudos para a abolição das estruturas senhoriais do Antigo Regime - Lisboa e o País mergulharam num dramático hiato histórico, motivado pelas invasões francesas e a partida da Família Real e da Corte para o Brasil. Quase tudo então se interrompeu, nomeadamente, no caso que nos interessa, instalou-se uma definitiva crise no estaleiro da Ajuda que antes parecia capaz de assumir as funções de transição para uma prática moderna de arquitectura, sob orientação de arquitectos de formação italiana, como eram Costa e Silva e Fabri. Por isso, a decadente Casa do Risco das Obras Públicas retomou uma importância, historicamente condenada, atrasando o confronto de ideias, fechada que estava, desde a morte dos últimos

arquitectos pombalinos, numa prática empírica que ignorava a importância dos influxos culturais europeus.

A cidade só se confrontará com a imagem diminuída de si mesma após a vitória liberal de 1833. É então que o *referido ciclo fraco* na verdade se inicia, contextualizado numa dramática incapacidade de orientação urbanística e arquitectónica, consequência fatal da própria instabilidade do regime político. Como aconteceu em todas as outras áreas da gestão pública, o primeiro liberalismo destruiu anteriores estruturas e demorou tempo demais a implantar outras. Encerrada definitivamente a Casa do Risco da Ajuda, questionado o poder da Casa do Risco das Obras Públicas na gestão concreta da cidade, foi a Câmara Municipal que quis assumir todas as competências mas faltaram-lhe meios, tradições e discernimento político, técnico e cultural.

Entretanto Lisboa mudava radicalmente, não por programação mas pelo simples ocorrer da revolução em curso, de imediato visível na extinção de todos os conventos masculinos e a definitiva decadência dos femininos. Iniciou-se uma corrida desenfreada à apropriação desses espaços prestigiados que se converteram, sem regra nem controlo, em quarteis, sedes e secretarias de Estado da nova burocracia, escolas ou hospitais. O objectivo era meramente o de instalar um Poder centralizador e tentacular, sobretudo o de realizar dinheiro rápido para colmatar as exigências da Dívida Pública. A venda dos Bens Nacionais determinou mudanças de propriedade mas sabe-se que nenhuma dinâmica social significativa aí nasceu. No caso da propriedade urbana, mantiveram-se quase todas as cercas que continuaram, até ao final do século, a ser exploradas agricolamente, e só no caso dos grandes conventos implantados em pleno centro, se realizaram tímidas operações urbanísticas: continuando a lógica da programação pombalina em S. Domingos e nos Camilos, inovando na Trindade numa lógica de submissão a constrangimentos pré-existentes.

Mas do ponto de vista simbólico as mutações eram consideráveis. A cidade laicizava-se, perdendo circuitos e marcas significantes e desse profundo sentimento de

orfandade nasceu um afã quase ingénuo pela valorização de espaços sociais, vocacionados para as novas práticas de convivencialidade cívica. A modernização do Passeio Público e a sua efectiva operacionalização urbana tornou-se uma questão essencial, como depois a construção do Teatro Nacional, encarado como lugar priviligiado para a educação de um novo cidadão.

Estes gestos fundadores enunciam a linha de actuação da Câmara Municipal até meio do século: assumiu-se a Lisboa pombalina como herança definitiva que se tornou objecto de maquilhagens sucessivas, para a "aformosear" como então se dizia, procurando introduzir-lhe os ritmos nervosos e ostentatórios do tempo presente. Operações como o ajardinamento de S. Pedro de Alcântara e mais tarde o da Estrela e Príncipe Real, a decisão de substituir o nunca reconstruído Palácio Marialva por uma praça cívica, centrada no monumento a Luís de Camões, o ajardinamento também da Praça do Comércio e do Rossio, a liberalidade crescente e estimulada em alterar-se o "prospecto da cidade" mesmo na Baixa, a multiplicação dos palacetes de fachadas decoradas em que a gramática neo-clássica, ainda não contraditada, ia assimilando os recursos do eclectismo que era o sentimento da época, foram expedientes da apropriação burguesa da capital pós-terramoto cujas potencialidades de crescimento eram ainda plenamente operantes.

Com a estabilização política da Regeneração e o programa estruturado das obras públicas fontistas, o crescimento de Lisboa adquiriu outra consistência. A Câmara contratou finalmente um engenheiro-arquitecto para dirigir a Repartição Técnica, Pedro José Pezerat, personalidade enérgica em termos de propostas urbanísticas e arquitectónicas, que, apesar dos múltiplos constrangimentos políticos, culturais e financeiros, se revelou capaz de assumir uma relativa operacionalização dos serviços. Foi o tempo das preocupações com o saneamento básico de que a mais importante realização seria o Aterro da Boavista e o traçado do primeiro troço da Avenida 24 de Julho até Santos, obra realizada com o apoio do recente Ministério das Obras

Públicas, consagrando a ruptura da articulação funcional e simbólica da cidade com o Rio.

Pezerat foi também autor inicial de uma série de traçados de extensão e normalização, funcionais no caso do alargamento da Calçada do Moinho de Vento, relativamente estruturados na futura Avenida das Cortes e da então aberta Avenida da Estefânia, enunciadores de futuro no projecto de prolongamento do Passeio Público, com rotundas e avenidas adjacentes. Eram já sinais da obra de Ressano Garcia que retomaria e afinal realizaria todas essas intenções dispersas com uma capacidade técnica modernizada.

Em termos de arquitectura, foram igualmente qualificados os contributos de Pezerat que, resistindo ao gosto predominante pelas colagens decorativas ecléctica s, foi autor de obras significativas como os Banhos de S. Paulo, o novo Matadouro da Cruz do Tabuado ou de um curioso prédio, frente ao Colégio dos Nobres então transmutado em Escola Politécnica em cujo projecto também colaborou.

Menos afirmativos foram os arquitectos da recente Academia de Belas-Artes e da velha Intendência das Obras Públicas de Lisboa, uns e outros reunidos na Associação de Architectos Civis Portugueses, onde pontificava a figura problemática de Possidónio da Silva. Se existem, na edificação privada, sinais da permanência do seu gosto, herdado da sobriedade dos modelos pombalinos ou pós-pombalinos, o que conquistou Lisboa foi o génio elegante e cosmopolita de Cinatti e Rambois, cenógrafos célebres do Teatro de S. Carlos. Eles projectaram as principais edificações particulares, a S. Francisco, no Passeio Público ou no Príncipe Real, orientando o gosto da arquitectura corrente, de pedreiros, construtores civis e numerosos amadores, numa curiosa via estilística que prolongou valores classicizantes, resistindo, até aos anos de 1870, ao influxo epocal dos revivalismos já implantados em Sintra. Mas a grande novidade estética no fazer da arquitectura foi então a espectacular moda de azulejar integralmente as fachadas, com múltiplos padrões geométricos, ou mais raramente figurativos, de fabrico industrial. A cidade foi conquistada por esse recurso decorativo que cobriu novas edificações e modernizou a pele de muitas anteriores,

numa unificação visual de poderosa plasticidade. Valerá a pena analisar os sentidos estéticos desta deslocação dos azulejos dos interiores ou dos pátios e varandas resguardadas do Antigo Regime para a rua, mas, à partida, ela constitui uma das criações mais originais do urbanismo romântico, a par da generalização dos calcetamentos decorativos de praças e passeios.

No final do longo período em análise, no decurso da década de 1860, quando a dinâmica desenvolvimentista se acelera, é finalmente empossada uma comissão mista do Ministério das Obras Públicas e da Câmara Municipal para proceder a um Plano de Melhoramentos da Capital. As questões do estabelecimento de uma rede eficaz de transportes públicos, da resolução dos problemas de saneamento e abastecimento de água tornam-se inadiáveis mas tudo se arrastou durante mais dez anos. Faltava capacidade técnica e executiva que homens como o Engenheiro Ressano Garcia ou o Arquitecto José Luís Monteiro estavam então a obter em Paris. Só com a sua chegada ao palco das decisões, Lisboa encontrará, apesar da permanência de múltiplos constrangimentos, um ritmo consequente de modernização.

Ao longo do estudo que acabei de enunciar, surgiu-me clara a sugestão do conceito de Romantismo para caracterizar um século de elaboração da cidade. O desejo de romper com o passado sem a existência de modelo alternativo, o culto da herança clássica mas o gosto do vernaculismo, da tradição e da vulgaridade, a ânsia de despaisamento e a glorificação da natureza, a atracção pelo brilho do adorno e o coleccionismo do *bric-à-brac*, como se do mundo mais não houvesse que despojos, a valorização da subjectividade e da afirmação de si, o amor pelos espaços fragmentados, estritos e sobrepostos capazes de permanentemente surpreender a imaginação, eis um conjunto de caracteres vivenciais, evidentemente românticos, que se poderiam aplicar a grandes personagens, ao Farrobo, a D. Fernando de Saxe-Coburgo, a Almeida Garrett, ao Duque de Saldanha. Procuraremos mostrar que o

mesmo se passou em Lisboa que então viveu, como afinal sempre acontece, colada à pele da História.

Foram diversas as opções metodológicas e as fontes utilizadas na realização deste trabalho. Para a primeira parte, referente à Lisboa do final do Antigo Regime, procurei ensaiar recursos novos, facultados pelo tratamento tópico de manuscritos oriundos dos Registos Notariais, das Inspecções dos Bairros, do Desembargo do Paço, da Chancelaria Régia, do Erário Régio, das Décimas da Cidade, recolhidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. Foi um exercício estimulante e promissor cuja revelação de inéditos significativos considero suficiente para enunciar linhas futuras de trabalho, a desenvolver com meios informáticos e em equipa, porque a quantidade avassaladora da documentação, sem índices e deficientemente catalogada, pode realizar uma vocação mas não chegará nunca - a vida de cada um é excessivamente breve...- a elaborar a história sistemática que neles está efectivamente contida. Paralelamente, procedi ao levantamento das fontes impressas, do manancial da *Gazeta de Lisboa* aos livros de viagens e memórias e às pistas sugeridas pela olisipografia, sempre acompanhadas do levantamento iconográfico, que no entanto não é exaustivo (seria outra dissertação!), e do registo fotográfico das existências que me pareceram mais significativas.

Para os períodos seguintes, respeitantes à Lisboa oitocentista, as fontes manuscritas utilizadas foram, em primeiro lugar, a colecção de plantas e documentos anexos do Erário Régio, dispersas pela Torre do Tombo, o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e o Museu da Cidade e, progressivamente, os vários núcleos da Câmara Municipal de Lisboa, particularmente os escandalosamente concentrados na "delegação" do Arco do Cego onde, apesar do excepcional atendimento humano, nunca se sabe se a próxima investigação pode ser realizada ou se o incêndio, sempre anunciado, chegará antes. Mas o essencial da estruturação do trabalho para estes períodos foram fontes impressas, o Diário do Governo, o Diário da Câmara dos Deputados e, como bíblia exaustiva, as Actas das Sessões da Câmara

Municipal de Lisboa, complementados com o levantamento, tão completo quanto possível, da imprensa da época, sobretudo as revistas com preocupações culturais e patrimoniais, e ainda alguma literatura memorialista.

Ao longo de anos - na verdade sempre sincopados -de investigação e nos meses de escrita muitas vezes desanimei, não tanto por insegurança ou pelos habituais estados de alma (e corpo!) que envolvem ritualmente a realização de uma dissertação de doutoramento, mas por estar certa que o seu objecto era excessivo, arrastando, por alargamento, uma superficialidade incontornável. Inicialmente, pensava, com o Prof. Doutor José-Augusto França com quem comecei o projecto, ater-me ao século XIX e até mesmo apenas ao período posterior a 1840. Mas rapidamente verifiquei que o objecto não tinha raízes e deveria tê-las: por uma paixão, que antes nunca me atrevera a viver, fui progressivamente recuando até entrar no território da cultura rococó, estimulada pelo meu orientador, Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia a quem devo, desde as saudosas, e já longínquas, aulas de História de Arte Moderna, a descoberta das especificidades de longa duração da arquitectura e da urbanística nacionais mas também um modelo de rigor e fina inteligência de que nunca conseguirei aproximar-me. Em consequência do transbordar de cronologia, Lisboa alargou-se à minha volta num século de História e eu mergulhei nela, no que não será o estado mais adequado para a reflexão.

Assumo o risco da superficialidade, numa espécie de identificação afectiva com o objecto de trabalho: da Lisboa da fantasmática senhora D. Maria I à do reinado burguês do seu tetraneto D. Luís, cumpriu-se um ciclo que é também o que vai da cultura iluminista aos alvores da positivista. Entre os dois, estendeu-se o tempo convulso do romantismo e a cidade foi romântica, pelos sentimentos de perda e o medo desejante do futuro. Para encontrar sinais destas evanescentes figuras, no urbanismo e na arquitectura, um século não é de facto tempo demais.

Notas

1. Em *Lisboa pombalina e o iluminismo*, editada, pela primeira vez em Paris, 1965, com o título *Une ville des Lumières: La Lisbonne de Pombal*. Apesar de existir uma 3ª ed., datada de 1988, ao longo deste trabalho utilizarei a 2ª ed. de 1977.

2. Refiro-me, em primeiro lugar, à Dissertação de Doutoramento de José Eduardo Horta Correia, *Vila Real de Santo António, urbanismo e poder na política pombalina*, 2 vol.s, Lisboa, 1984 (ed. policopiada) mas também os seus artigos, sobre o urbanismo pombalino, publicados no *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*.Lisboa, Presença, 1989. Dos díscípulos detaco, como particularmente útil para o meu trabalho, a Dissertação de Mestrado de Walter Rossa, *Além da Baixa. Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, 2 vol.s, Lisboa, 1990 (ed. policopiada) e os seus artigos publicados no mesmo *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*.

3. Com o título *As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930*, 2 vol.s, Lisboa, 1984 (ed. policopiada). Mais tarde, sobre o mesmo tema, comissariei a exposição, e respectivo catálogo, *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

4. Este tema foi brilhantemente abordado por Nuno Portas, num colóquio que, entre Abril e Maio de 1989, acompanhou, na Fundação Calouste Gulbenkian, a exposição referida na nota anterior. Aí ele defendeu a malha urbana das Avenidas Novas como "urbanismo de grau zero", conceptualizando assim as suas potencialidades abertas a qualquer tipo de arquitectura. Considero, no entanto, que a edificação inicial, não normalizada, aceitando prédios e casas unifamiliares muitas vezes de medíocre qualidade, determinou a impossibilidade futura da sua salvaguarda patrimonial.

5. De José-Augusto França destaco os capítulos, referentes ao urbanismo e arquitectura, da sua *História da Arte em Portugal no século XX*. Lisboa, Bertrand, 2ª ed. 1984. De Vitor Matias Ferreira, "Uma nova ordem urbana para a capital do Império, 1938-1948" in *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*.Lisboa, Fragmentos, 1988. De José Manuel Fernandes refira-se "Os modelos da arquitectura dos anos 40 em Portugal" e "Arquitectura dos anos 50 em Portugal, principalmente em Lisboa" in *Lisboa, Arquitectura & Património*. Lisboa, Livros Horizonte, 1989. De Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida, citem-se, respectivamente, "A evolução da arquitectura moderna em Portugal. Uma interpretação" in Bruno Zevi, *História da arquitectura moderna*, vol. II. Lisboa, Arcádia, 1973, e *História da Arte em Portugal*, vol. 14: *A arquitectura moderna*. Lisboa, Alfa, 1986.

6. Refiro-me sobretudo aos trabalhos de Walter Rossa citados no nota 2.

7. Sobre o alargamento imparável do conceito de património ver Françoise Choay, *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris, Seuil, 1992.

8. Além dos contributos insubstituíveis da olisipografia oitocentista e primo-novecentista que iremos citando ao longo do trabalho, é sobretudo a moda dos albuns de imagens que tem gerado um progressivo movimento de adesão nostálgica às sobrevivências da Lisboa romântica. Outra qualidade, mas para zonas delimitadas, têm a obra de José Sarmento e Matos, *Uma casa na Lapa*.Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1994, e *A sétima colina. Roteiro Histórico-Artístico* (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

I -LISBOA NO FINAL DO ANTIGO REGIME, CONTINUIDADE E INOVAÇÃO, 1777-1822.

Introdução: a propósito da *Viradeira*

Foi a historiografia liberal (1) de matriz romântica que criou a imagem negativa do reinado de D. Maria I, opondo, com grande simplicidade teórica mas eficaz capacidade de vulgarização, o tempo forte, despótico e operativo do Marquês de Pombal ao ciclo seguinte, fraco e desastroso, em que ministros se sucediam sem assumirem o poder pleno, até encaminharem o país para a ocupação estrangeira, de franceses e ingleses, e finalmente fugirem para a colónia brasileira, levando consigo a corte e as riquezas, abandonando a pátria a uma orfandade política e simbólica. O temperamento da rainha, fervorosamente católico e temeroso, a sua pública loucura, a partir de 1791, facilitaram as coisas, bem como a morte do príncipe D. José, em 1788, que começara a ser educado pelo Marquês de Pombal, na atitude maquievélica de quem pretendia escolher sucessor. À distância de quase um século de duras responsabilidades e grande incapacidade de gerir as exigências do processo desenvolvimentista, os liberais dramatizaram assim o final do Antigo Regime português sem poderem ver que a dupla génese de si mesmos, a positiva e a negativa, fora aí que nascera.

Como sempre acontece na História, quando ela cai nos esquematismos fáceis que justificam a desgraça, tem sido árdua a ultrapassagem desta visão negativa da época mariana. Sem nos atermos em obras sensíveis mas menores como a de Caetano Beirão (2) ou em estudos sectoriais como o de Sandro Sideri (3), sobretudo porque esta reflexão é meramente contextualizadora de um objecto de trabalho específico, vamos utilizar os dados generalistas de uma recente História de Portugal (4) para precisar que, pelo menos para os especialistas, está definitivamente adquirido que as décadas

do final do século XVIII foram de continuidade, em relação ao melhor da política pombalina, e de abertura, em relação aos seus aspectos menos inovadores.

Começando pela demografia, que é a instância onde sempre tudo começa na análise histórica, e restringindo-nos a Lisboa, que é o lugar onde iremos chegar: após o terramoto, na sequência do qual terá perecido 12% da população,"a recomposição dos efectivos anteriores (...) demorou uns 25 anos a realizar-se mas, a partir de 1780, o ritmo anual de crescimento (cerca de 1,2% até 1801) voltou aos valores das décadas de 1783 e 1740, o que torna legítimo considerá-los como os valores típicos da evolução demográfica lisboeta durante o século XVIII. No dealbar do século XIX, a capital portuguesa contaria com cerca de 44 000 fogos e um número superior a 250 000 habitantes" (5).

Passando, ao de leve, à economia: o destaque é dado, após 1777, ao papel mais discreto dos poderes públicos, o que traduziria que "a indústria começava a caminhar por si própria", facto comprovado pelo "aumento das importações de matérias-primas e materiais semi-acabados", pelo "crescimento das exportações de artigos industriais para o Brasil e, mesmo para o estrangeiro" e pela "introdução e novas tecnologias, principalmente sob a forma de máquinas, importadas maioritariamente da Grã-Bretanha" (6).

Como consequência deste facto, chega-se à coroa de glória do reinado de D. Maria I: "entre finais de 1770 e 1808, o comércio externo viveu aquele que foi provavelmente o seu melhor período", conduzindo ao alargamento da sua tradicional área de actuação, facilitada pelos "distúrbios do comércio internacional", e a "uma balança comercial genericamente positiva, contrariando, assim, as tendências dos últimos 100 ou 200 anos". E conclui-se: " No período de 1796 a 1807, Portugal apresenta saldos positivos com quase todos os parceiros - Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, França e Dinamarca- inclusivamente com taxas de cobertura superiores a 200%, como no caso dos quatro últimos indicados" (7).

Abordando brevissimamente a governação, afirma-se que o único político substituído foi o Marquês de Pombal (pelo Visconde de Vila Nova da Cerveira e

depois pelo Marquês de Angeja), tendo-se mantido em funções os restantes secretários de Estado, "o que denota o cuidado posto na transição política entre o reinado de D. José e o de D. Maria, bem como a manutenção da linha reformista josefina-pombalina" (8).

Infelizmente, na área cultural que mais nos interessa, a análise é mais escassa e restringimo-la ao ensino: verificando também que "não há um corte entre o empreendimento educativo pombalino e o mariano", salienta-se que se mantém "a atitude de secularização e de manutenção de um sistema nacional de educação", que "as corporações religiosas não têm papel acrescido no ensino" e que haverá "uma maior atenção com as zonas rurais do interior, contra o privilégio notório que o litoral mercantil merecera a Pombal" (9).

As extensas citações que acabámos de fazer podem ser sintetizadas: as décadas finais do século XVIII beneficiaram, e produtivamente ultrapassaram, o impulso desenvolvimentista que Pombal representou - mas que se desencadeara já no reinado de D. João V - libertando-o do espírito mercantilista e centralizador em favor de uma liberdade moderna, no seio da qual a celebrada burguesia pombalina não definhou, antes adquiriu maior consistência social e teve de lutar com menores peias estatizantes. O fim do despotismo traduziu-se numa desdramatização política, restringindo a governação ao seu lugar próprio, menos determinante e interventivo, além de ter feito justiça a dezenas (ou centenas?) de perseguidos, muitos deles injustamente, mesmo quando nos referenciamos pelo quadro mental de uma sociedade de Antigo Regime.

Quanto à cultura, bastará evocar indicadores díspares, como a fundação da Academia Real das Ciências (1779) e da Aula Pública de Debuxo e de Desenho no Porto (1779) ou a Academia do Nu em Lisboa (1780) e da Casa Pia no mesmo ano, a organização das bibliotecas do Convento de Jesus e a Pública de Évora, sob a acção de Frei Manuel do Cenáculo, as múltiplas iniciativas, nomeadamente nas áreas do urbanismo e da arquitectura, de D. Francisco Gomes de Avelar, Bispo do Algarve, a actividade de Jean Pillement no Porto e em Lisboa (desde 1780), a carreira de Marcos

de Portugal e Luísa Todi, ou de Domingos António de Sequeira e Vieira Portuense, a obra poética de Nicolau Tolentino, Francisco António Gonzaga ou Barbosa du Bocage, as expedições científicas no Brasil e em África (desde 1783), para se delinear uma conjuntura progressiva, relativamente aberta aos reptos de uma época de transição, sem pôr naturalmente em causa os referenciais do regime que ninguém julgaria então tão próximo de um catastrófico final.

Feitas estas considerações, meramente tópicas, é o momento de nos voltarmos para a história do urbanismo e da arquitectura, afirmando desde já que a esta área - cujo impacte cultural continua aliás velado na historiografia geral - não chegou ainda a reflexão epistemológica revisionista que vimos afirmar-se noutras instâncias. Nas obras clássicas e nos estudos mais recentes (10), salvo raríssima excepção (11), o reinado de D. Maria I continua a ser o da *Viradeira* que, no caso de Lisboa, teria ignorantemente paralizado a obra grandiosa da reconstrução pombalina. Utilizando e empobrecendo o esquema dramatizado (ainda romântico?) de José-Augusto França em *Lisboa pombalina e o iluminismo*, que opôs Queluz a Lisboa, para salientar a matriz burguesa da cidade nova e o desinteresse da aristocracia e da família real (mas de D. José) em relação a ela, Lisboa mariana tem sido vista como o "*East end* de Queluz" (12) onde a única grande obra edificada fora a retrógada Basílica da Estrela cuja estética barroca confirmaria uma intencional oposição ao espírito progressista de Pombal e dos seus engenheiros-arquitectos.

Os escolhos, por tropeção nos factos, que este deliberado esquema conceptual vai encontrando, têm sido elididos, tarefa facilitada porque os factos escasseiam embora tal aconteça porque o período continua efectivamente por estudar. Mas não deixa de ser espantoso considerar-se - à luz de um entendimento da história norteado pelo pensamento dialéctico que é um adquirido da mais básica epistemologia da investigação científica - que o comércio se alargava, a indústria crescia, a burguesia se dinamizava e, em capítulo à parte, se admita que a capital vivia sem rumo físico, político e simbólico.

Claro que não era isso que acontecia: primeiro porque o ponto de partida, em 1777, quando D. Maria I subiu ao trono, não era tão exaltante como se tem considerado, uma vez que uma parte considerável dos projectos de erguer uma cidade nova estavam na prática já abandonados (13); depois porque, ao contrário do que sempre se tem dito, nunca houve, por parte do novo governo, qualquer intenção de parar as arrastadas obras de reconstrução nas áreas que vinham sendo intervencionadas desde 1758 (14). Vamos então começar.

Notas

1. Ver, nomeadamente, J.M. Latino Coelho, 1874, e J.P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, 1ª ed. 1879.

2. Caetano Beirão, 1934.

3. Sandro Sideri, *Comércio e poder (colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas)*. Lisboa, Cosmos, 1978.

4. *História de Portugal*, direcção de José Mattoso. IV vol.: *O Antigo Regime (1620-1807)*, coord. de António Manuel Hespanha. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

5. *Idem*, SERRÃO, João Vicente, "O quadro humano...", pag. 63.

6. *Idem, ibidem*, pag. 93.

7. *Idem, ibidem*, pag. 109-111.

8. *Idem*, SUBTIL, José, "Os poderes do centro", pag. 179.

9. *Idem*, GOUVEIA, António Camões, "Estratégias de interiorização da disciplina", pag. 435.

10. Ver, sobretudo, as obras clássicas, de FRANÇA, José-Augusto, 1966 e 1977; como obra recente ROSSA, Walter, 1990.

11. Nomeadamente, GOMES, Paulo Varela, 1988 e FERRÃO, Leonor, 1989 que, não abordando especificamente a "questão mariana" no urbanismo e na arquitectura de Lisboa, souberam valorizar obras e autores que a constituem.

12. Walter Rossa, 1990, 1º vol., pag. 252.

13. Ver desenvolvimento desta questão nos capítulos seguintes.

14. Utilizo a data simbólica do Alvará de 12 de maio de 1758 que estabelece "os direitos publicos e particulares da reedificação da Cidade de Lisboa, e os beneficios às pessoas que para ella concorrerem com dinheiro, materiaes ou mão de obra", tranc. in FRANÇA, 1977, pp.309-313.

1. A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA NOS ANOS DE 1780-1790: QUESTÕES GERAIS DE URBANIZAÇÃO

1.1. A legislação

O ponto de partida - aliás nem sempre citado e creio que nunca transcrito - da afirmação de que uma das primeiras medidas do Visconde de Vila Nova da Cerveira foi parar as obras de reconstrução de Lisboa e despedir os operários, vem de 1874 e é da autoria de Latino Coelho, na sua *História política e militar de Portugal* .... Creio que é indispensável recordá-lo aqui:

> "A cidade sob os auspícios de Pombal fora renascendo grandiosa das suas cinzas e escombros (...). O trabalho incessante e estimulado pela energia do Ministro povoava de ruas, de praças, de palácios, a quasi ermada capital. As novas construções ocupavam activamente os artífices e jornaleiros. E agora todo este lavor de uma nova civilização era improvisadamente paralisado, como o de uma máquina possante que, no meio da oficina despovoada, jaz inerte e silenciosa porque lhe estancaram o motor. O marquês de Angeja suspendeu desde logo as obras públicas e tornava numa verdadeira sinecura o seu ofício de inspector. Aferrolhava o erário para que o dinheiro da rainha não subsidiasse nenhuma empresa de utilidade nacional"(1).

Apesar do teor fortemente partidarizado da obra de Latino Coelho, ele cita fontes: "uma carta anónima (provavelmente do Abade Garnier)" para Simonin, datada de Lisboa, 27 de Maio de 1777, ou seja quinze dias após a aclamação solene de D. Maria I (13 de Maio). Não investigámos quem eram tais personalidades, mas Latino Coelho transcreve a carta:

> "Sur l'avis du marquis d'Angeja la cour a fait suspendre tous les ouvrages publics, et il ne sort point d'argent du trésor pour aucun object que ce puisse être.(...)
> Le Samedi dernier on a congedié de l'arsenal de la fondue près de 300 ouvriers à qui la court (sic) doit malheureusement quantité de semaines et qui pourtant n'ont pas reçu à compte seulement un obole, ce qui afflige le peuple et remplira la ville de voleurs. On a pareillement congedié grand nombre d'ouvriers des chantiers et arsenaux de la marine".

Embora não tenhamos prova específica para contraditar esta fonte, também não encontrámos nenhuma que a confirme. Pode-se admitir, no entanto, só por excesso de zelo documental, que ela corresponda a factos precisos mas, mesmo assim, saliente-se o alargamento retórico e abusivo que lhe deu Latino Coelho. Como vamos já ver, quando a governação de facto se inicia, o que os documentos revelam é radicalmente diferente.

Assim, parece seguro que o primeiro decreto sobre esta matéria data de 28 de Agosto de 1778, um ano e meio após o efectivo início do novo reinado (24 de Fevereiro de 1777), pelo o qual *"Sua Magestade foi servida encarregar a Repartição das Obras publicas ao Ill.mo e Ex.mo Marquez de Angeja Prezidente do Erario Regio"* (**doc.1**).

Em síntese, a rainha nomeia o seu Ministro Inspector Geral das Obras Públicas da Cidade de Lisboa, referindo explicitamente que esse cargo será para exercer "*assim, e da mesma forma q. o exercitou o Marquez de Pombal, fazendo executar todas as Leys, Alvarás, Decretos, Rezoluções de Consultas, Ordens e outros quaesquer Avizos, q. forem relativos ao sobred.o fim*". O objectivo fundamental - enunciado logo no início do decreto - era garantir o controlo do Donativo dos 4% *"aplicado a reedificação da minha Corte de Lisboa, e Administração das Obras Publicas* (que constituía) *hum objecto digno da minha Real attenção, pelos progreços com q. se tem adiantado a nova fundação da Capital dos meus Reynos"*, no sentido de *"cada vez mais animar o sistema deste Estabelecimento prezervando-o de quesquer abuzos, que a serie dos tempos lhe possa introduzir"*.

Toda a estrutura funcional que o Ministro e Presidente do Erário Régio ia dirigir era integralmente mantida, devendo ele *"propôr por Consultas verbais tudo o que julgar precizo para o melhor adiantamento das mesmas Obras (...) tomando pleno conhecimento do empenho em que se achão as d.tas obras, e aplicando do seu Rendimento a parte que lhe for competente a satisfação, em termos taes, q. por esta consignação possa tudo ser pago no precizo tempo de trez annos contados da data deste"*. A Junta do Comércio, *"q. me tem servido neste importante negocio a minha*

satisfação" era mantida *"na d.ta incumbencia, assim, e da mesma forma q. até agora tem praticado, sem a este respeito fazer innovação alguma"*. Finalmente considerava-se a necessidade de manter, abaixo do Inspector, um *"Intendente, ou Fiscal"*, cargo até então exercido por Joaquim Ignacio da Cruz Sobral que, *"por ocupado em outros Lugares do meu Real Serviço, me reprezentou a impossibilidade de poder bem cumprir com este expediente"*. Por isso, era nomeado, para o substituir, Anselmo Joze da Cruz, provedor da Junta do Comércio, esperando a Rainha *"haja de dezempenhar o conceito, q. formo do seu merecim.to e prestimo para bem me servir em huma incumbencia de que tanto depende o adiantamento da reedificação de Lisboa"*.

Deste modo, como noutras instâncias se verificava, mudava (ou melhor, rolava) a cabeça, mas mantinham-se e engrandeciam-se os poderosos agentes da hierarquia. Sobretudo enunciava-se, claramente, a permanência dos objectivos e dos meios para os atingir. Havia, no entanto, um dado novo: a concentração, na mesma pessoa, da presidência do Real Erário e da Intendência Geral das Obras Públicas. Já veremos com que consequências.

Em 14 de Julho de 1780 - cerca de dois anos depois do primeiro decreto - um outro era promulgado (**doc. 2**). Começava por se afirmar que competia ao Real Erário *"a arrecadação, e distribuição da Minha Real Fazenda"*. E, logo depois, considerava-se que *"o Donativo dos quatro por cento, estabelecido e applicado à reedificação das Obras públicas da Cidade de Lisboa* (era) *de natureza de renda Real por constituir hum accrescimo aos direitos da Alfandega; e ser por este motivo muito natural, que a sua arrecadação, e distribuição se faça pelo mesmo Erário"*. Dada tal "naturalidade", não espanta o que vem a seguir: como a Repartição das Obras Públicas era responsável não só pela cidade de Lisboa mas *"de muitas outras Obras Reaes q. administra"*, a rainha era servida *"Mandar unir, e em corporar na arrecadação do Meu Real Erario todo o rendimento do sobredito Donativo dos quatro por cento, que athe agora se arrecadava pela Junta do Commercio destes Reinos (...) ficando desde logo suspenço o seu recebimento pela dita Junta"*. Mantinham-se, por enquanto, os empregados da respectiva cobrança mas no Real Erário abria-se *"Cofre e Livro separado, como o de*

qualquer das outras differentes estações, que alli se recebe, para pelo dito Cofre se fazer a despeza das Obras Públicas, a que foi destinado".

Este decreto era um verdadeiro golpe de Estado. Tinha antecedentes numerosos porque sempre houve a tendência para transformar impostos ou "donativos" precisos em contribuições permanentes e obrigatórias que se integravam na máquina geral da arrecadação, esvaziadas da sua específica razão de ser. O pior, neste caso, eram as consequências: a partir de agora, a reconstrução da cidade deixava de ter fonte autónoma de financiamento. Aliás, não se fala nela ao longo de todo o decreto, ou melhor designa-se pela "reedificação das Obras Públicas de Lisboa" o que parece indiciar uma distinção: as obrigações do Real Erário eram para com "obras públicas" e não para a "reedificação", o que, evidentemente não quer dizer a mesma coisa. Integravam-se também nas necessidades de "muitas outras obras reais", na Corte e em todo o País, que, maioritariamente, não eram "obras públicas" pois envolviam, por exemplo, a manutenção dos palácios e aquartelamentos existentes ou a edificação de novos, submetidos a prioridades políticas ou à exigência pessoal dos monarcas.

Parece que, apenas com três anos de diferença, estamos, afinal, a dar razão à leitura desta questão feita por Latino Coelho mas assim não acontece. Este decreto não parou, como se verá, o apoio à reconstrução da cidade. Condicionou-o, sem dúvida, e estabeleceu condições para, progressivamente, ela ser encarada como um peso excessivo no conjunto das obrigações do Real Erário. Felizmente, não era só o Estado a ter parte activa no muito que ainda havia por fazer em Lisboa, mesmo em termos do plano relativamente restrito a que a intenção urbanística de Manuel da Maia (2) se havia reduzido. Entretanto, o decreto em análise respondia também a outra pragmática necessidade: pôr ordem na contabilidade do Real Donativo dos 4%.

Como claramente enuncia "*A consulta da Junta do Comércio*", de 7 de Agosto do mesmo ano de 1780 (**doc. 3**), quando se tratou de proceder à transferência dos fundos deste organismo para o Real Erário, a informação foi que não só o Cofre estava vazio como havia *"erros da escripturação das Contas, acontecidos nas antecedentes Juntas"*, sendo *"o Cofre do Donativo (...) devedor de grossas sommas assim ao Cofre*

da Junta, como ao da Administração dos Falidos, e a outros da nossa Inspecção como a seu tempo se ha de verificar na Prezença de Sua Mag.e com os Balanços e Calculos Demonstrativos das Contas da Administração da antecedente Junta que se estão apromptando". Também por aqui, ainda que indirectamente, passava o julgamento político, e não só, do Marquês de Pombal que entretanto decorria...

Pelo que conseguimos apurar (3) foram feitos dois pagamentos vultosos sobre contas em atraso: em 1880, 24 876$855 rs., em 1882, 19 982$952 rs. Neste último ano, o assunto era encerrado por um *Edital*, em nome do Marquês de Angeja (**doc. 4**), ordenando *"a todos os officiaes, e Trabalhadores, e quaesquer outras Pessoas, que houverem trabalhado nas Obras Publicas (...) concorrão à mesma Contadoria afim de se legitimarem para a cobrança das quantias, de que são Credores"*. Pode-se lamentar que o rigor da gestão financeira fosse agora uma exigência que, como sempre acontece, trava a paixão de fazer, mas tal atitude é também um sinal positivo de que as relações entre o Estado e os súbditos estavam a mudar. Quem, no tempo de Pombal, se atreveria a exigir liquidação de contas?...

Definidas as alterações político-administrativas, é necessário debruçarmo-nos sobre o ritmo dos trabalhos.Vamos começar pela sua avaliação e contextualização financeira.

1.2. Os investimentos na reconstrução

Os dados que recolhi, no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, foram organizados num quadro geral (**Quadro 1**) sintetizando vinte anos de gestão do rendimento do Donativo dos 4% (entre 1781 e 1801) no que respeita às Obras Públicas de Lisboa.

O primeiro facto surpreendente é o balanço geral. Sistematicamente, ao longo daqueles vinte anos, a despesa foi muito inferior à receita: utilizando apenas quatro momentos, mas que são exemplares, ela foi menos de metade em 1882 e 1883, aumentou depois em 1893 e 1800, quando se aproxima dos dois terços. Não

investigámos onde se gastaram as somas avultadas que entraram pelo Cofre do Donativo e não foram gastas em obras públicas, como em príncipio deveriam ter sido, mas é evidente que esse dinheiro foi desviado para outras opções da governamentação, operacionalizando assim os objectivos do decreto de 14 de Julho de 1880 e correspondendo, decerto, à pressão de sucessivas conjunturas financeiras globais.

O segundo facto a reter é que, também de acordo com a filosofia daquele decreto, o conceito de obra pública se alargou muito para lá da reconstrução da cidade. O que mais escandalizou os contemporâneos, e toda a historiografia que sobre o assunto se debruçou, foi a integração da despesa com a edificação da Igreja e Convento da Estrela, que era uma encomenda real. Inicialmente não estava previsto que assim fosse, e, nos primeiros anos das obras, o Cofre do Donativo chegou a ser reembolsado. Mas depois, mais uma vez, ela passou a ser uma mera parcela das contas gerais.

É, no entanto, elucidativo determo-nos neste caso que foi objecto de um qualificado estudo de Luís Walter de Vasconcelos (4) sobre fontes do Tribunal de Contas que também utilizei. Provou ele que o custo total da Basílica da Estrela e convento anexo teria sido de 1 248 811$837 rs., valor elevadíssimo mas que drasticamente reduz as apreciações feitas ao longo de um século que vão de 2 mil contos segundo Murphy, a cinco mil, segundo Ratton, "para não mencionar os nove , dezasseis (e até "para sima de 17")" referidos por diversos autores que aquele inventigador sucessivamente transcreve. Em síntese, ele conclui:

> "Se em relação à despesa total do triénio (1781-1783), as verbas aplicadas na construção da Basílica representam 26%, em relação à receita nem a 15% chegam. (...) Foi em 1885 que os pagamentos das obras da Basílica atingiram a cifra mais elevada - 122 997$862 rs. Ainda assim, esta verba não alcança mais do que 19,28% das despesas pagas nesse ano pelo cofre do Donativo, ao todo 637 730$751 rs., e apenas 13% das receitas - 946 109$733 rs (...)".

Quanto a mim, poderei fornecer outros dados comparativos que simplifiquei a partir dos valores do **Quadro 1**. Entre 1781 e 1801, gastou-se, em "reparos e concertos de diversas obras", um pouco menos de metade do que custou na totalidade a Basílica da Estrela; pouco mais de metade em "abertura de ruas, desentulhos e cloacas", incluindo os respectivos jornais. Mesmo assim, juntando estas duas rúbricas com a dos "materiais em geral" - e era pelo conjunto das três que decorria toda a despesa com a reedificação da cidade - obtém-se, para aqueles vinte anos, o quantitativo global de 2 112 208$076 rs., ou seja quase o dobro do custo da Igreja mariana.

Por outro lado, o mesmo quadro permite verificar que os objectivos de investimento começavam a submeter-se a novas prioridades políticas, funcionais e simbólicas: se as "Obras da Praça do Comércio e Caes" patinavam (com uma despesa de 132 758$784 rs. entre 1781 e 1797) , gastou-se, de 1790 a 1800, 333 833$168 rs. com o Real Erário que pouco passou das fundações, e a Fábrica da Cordoaria, edificada a partir de 1783 e com despesas até 1802 (embora o grosso dos investimentos decorra entre 1785 e 1792), custou 610 009$501 rs.. Montantes muito inferiores foram entretanto consumidos na Real Barraca da Ajuda (99 430$ 080 rs), nas "Acomodações para a Família Real no Paço de Lisboa" , no Terreiro do Paço (125 950$386 rs.), na conclusão da Real Capela de N. Sra. do Livramento (65 605$583 rs.), na "redução do Forte da Junqueira a Armazéns" (124 049$836 rs.). Ainda com menor valor de investimento, mas com significado a realçar, registe-se os 33 420$875 rs. gastos com o Passeio Público, os 1 380$000 rs. que custou o Cemitério de Campo de Ourique ou os 9 265$511 rs. investidos no novo Passeio do Campo Grande. A partir dos últimos anos do século, sobem em flecha as despesas com os aquartelamentos das tropas portuguesas e britânicas que concorrem com o início das obras do Real Palácio da Ajuda (117 000$000 de 1797 a 1800).

Uma curiosa relação de materiais de maior necessidade, enviada em 16 de Janeiro de 1789 ao Presidente do Real Erário (**doc. 5**) manifesta bem a intensidade do ritmo dos trabalhos, justificando a encomenda de *"oitocentas duzias de pranchas de*

Brazil", destinadas à Basílica da Estrela, à Cordoaria e à nova Alfândega, e também quantidades impressionantes de ferro, chumbo, madeiras de diversas qualidades e proveniências, azeite, cebo, cera, grude, alcatrão, que se encaminhavam fundamentalmente para aquelas obras. Trata-se somente de indicativos dos investimentos públicos que infelizmente não podemos confrontar com os valores dos investimentos privados que, como veremos, entretanto decorriam.

Apesar das receitas apreciáveis oriundas do Donativo dos 4%, nestes anos permanentemente se reavaliam e alternam prioridades. Em 1791, quando a generalização da guerra na Europa introduz uma inquietação crescente na vida política e económica, decidia-se que as obras prioritárias eram o "Quartel para a Guarda de Corpo" e a "Aula de Dezenho, e Fortificação, estabelecida no Arsenal Real do Exército" (**doc. 6**) a cuja conclusão e operacionalização dos cais fora atribuído, em 1790, uma consignação anual de 12 000$000 rs. (**doc. 7**). Mas, no mesmo ano de 1791, um factor de perturbação surgia: a decisão da edificação do Real Erário. Uma carta dirigida ao Inspector das Obras Públicas, Anselmo José da Cruz Sobral (**doc. 8**) informa que apesar do Presidente do Real Erário ter assinado *"a planta e risco do novo edifício para o Real Erario no Sitio da Cotovia"* era indispensável não ultrapassar o *"mappa da aplicação de 300 000$000 rs anuaes para as Obras Publicas"*. Por isso se decidia que *"não se admitisse Gente de fora, mas sim se tirasse das outras Obras"* e se utilizasse *"a consignação que no dito mappa se destina para a Obra da Cadea, que ainda não se poceu em execução"*.

O dito Mapa (**doc. 9**) revelava uma distribuição de verbas muito hierarquizadas: a consignação mais alta destinava-se à Alfândega (60 000$000 rs), seguindo-se o Real Erário (50 000$000 rs), ainda o Convento Novo e o Hospital Militar (com 40 000$000 rs cada), a Cadeia e o Quartel de Meclenbg *(sic)* (com 20 000$000 rs cada), finalmente a Ribeira das naus e a Cordoaria (com 12 000$000 rs cada). A restante verba, 46 000$000, era destinada a "Desentulhos, cloacas e concertos".

Embora, como todos os anos acontecia, esta intencionalidade programática não tenha sido integralmente cumprida (a Cadeia, por exemplo, nunca teve sequer início de

edificação) ela permite concluir, mais uma vez, quanto é injusto considerar-se que nesse período do reinado efectivo da Senhora D. Maria I tudo se sacrificou à encomenda régia da Basílica da Estrela. A par do enorme esforço orçamental que ela exigiu, outras obras ostensivas (como o Real Erário) ou meramente funcionais (todas as outras) se projectaram ou efectivamente se construíram e, mesmo assim, nunca se interrompeu o ritmo dos desentulhos e abertura de ruas, segundo o plano pombalino, exigidos pela pressão da edificação particular.

Em 1794, um *"Avizo expedido ao Fiscal das Obras Publicas"* (**doc. 10**) permite fazer novo ponto da situação. Considerava-se que apesar da elaboração de um mapa rigoroso de consignações, ele não fora executado, tendo havido *"accrescimo consideravel da despeza"*. Como resultado, havia *"hua multidão de queixosos, que pedindo com justiça os seus pagamentos perseguem, e inquietão"*. Nomeadamente, afirmava-se que *"Dezentulhos, e materiaes tem sido e são tambem objectos de grandes, e enormes despesas"* embora pareça que o desequilíbrio existente se devesse a *"algumas Obras de Fortalezas que tão bem fizerão accrescimo"*. Ora, uma vez que *"não somos obrigados a fazer mais Obras quando não são necessárias para a defeza do Reyno que aquella a q. o rendimento chega"*, determinava-se que, *"conservando nas Obras da Alfandega, novo Erario, Convento de Jezus (...) e Cloacas da Cidade a gente que nellas anda"*, se levantasse *"mão de todas s outras Obras, das quaes só huma deverá ser conservada, p.a q. completa ella se passe progressivamente a completar as outras"*, permitindo *"que pouco a pouco se fosse sem maior estrepido reduzindo a minor numero a gente das Obras(...)"*.

Finalmente, em 1799, por razões que não consegui apurar mas que se devem relacionar com o início de governo efectivo do príncipe D. João, são mandadas suspender todas as Obras Públicas (**doc. 11**), situação meramente pontual já que a nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para presidir ao Real Erário (1803) haveria de traduzir-se num empenho renovado pela cidade, logo expresso numa nova direcção para o projecto do Palácio da Ajuda e, com menor impacte mas não menor significado simbólico, na abertura do Passeio do Campo Grande.

Em relação aos desentulhos que ainda pejavam a cidade nova, e que eram afinal o sinal mais efectivo da continuação da sua edificação, uma importante medida é então tomada: pelo Decreto do Príncipe Regente de 12 de Novembro de 1802 (**doc. 12**), tendo em consideração "*a urgencia de se mandar dezentulhar os Terrenos arrematados pela Inspecção a fim de que os donos podessem edificar com facilidade as suas respectivas propriedades*", decide-se "*que daqui por diante toda a Pessoa que quizer levantar Cazas em qualquer dos ditos Terrenos possa fazer á sua custa o competente dezentulho, indemnizandose depois por encontro com o pagamento das Decimas de taes Propriedades, da Despeza que tiverem feito com semelhante extracção*". Ou seja, quarenta anos depois do delineamento da Lisboa pombalina, o Estado retirava-se finalmente, restringindo a sua acção à mera gestão e fiscalização da venda dos terrenos que ainda estavam por edificar. Mas, como a seguir veremos, esse movimento de devolução da cidade a si mesma há muito se estava a realizar.

1.3. Ritmos da reedificação na Baixa e no Chiado

Apesar das intenções iniciais, formuladas no Alvará de 12 de Maio de 1758 (5), que estabelecia a obrigatoriedade de reedificar na conformidade do *Plano*, até cinco anos após a assinatura da respectiva obrigação, a promulgação de sucessiva legislação revela, ainda no tempo do Marquês de Pombal, os numerosos constrangimentos a essa intenção normalizadora.

Assim, o Decreto de 6 de Março de 1769 (**doc.13**) procurava salvaguardar, em primeiro lugar, a edificação da Rua Augusta (mas também as restantes da Baixa, do Rossio e de "todas as que foram incendiadas"), decidindo "pôr a lanços" os terrenos para "se arrematarem a quem por elles mais der ficando livres e sem encargo algum". Três anos mais tarde, novo Alvará de 3 de Fevereiro de 1771 (**doc.14**) reconhecia as "omissões" e "teimosas porfias" dos proprietários dos terrenos a serem edificados que não compareciam nas Inspecções dos Bairros "para as dilligencias que deviam fazer",

prejudicando "a utilidade publica da reedificação da Capital do Reino". Repetindo que este objectivo "deve prevalecer a todo e qualquer interesse ou paixam particular", ordenava-se que "os sobreditos Terrenos pertencentes a pessoas que nam tomarão judicialmente entrega delles ou havendo tomado não principiárão nelles obras", "sejão vendidos e arrematados a quem por elles mais der".

Nem assim a reconstrução adquiriu ritmo, como reconhece o Decreto de 7 de Dezembro de 1772 (**doc.15**).Permaneciam "muitas propriedades arruinadas" que não eram reparadas mas, pelo contrário, eram objecto de "maiores ruínas" porque os seus donos as desmantelavam, "vendendo e transportando para outros lugares materiaes dellas", ou as deixavam "reduzir a pardeeiros inuteis", pondo em perigo a segurança dos cidadãos e "deturpando o decoro da Capital do Reino". Mais uma vez se evoca o interesse público para se ampliar a legislação anterior: agora, a possibilidade de arrematação estendia-se às "Casas arruinadas e pardeeiros posto que não chegassem a ser incendiadas" a ser feita às "pessoas que se obrigarem a fabricar nellas Propriedades de Casas uniformes ao Prospecto que para as respectivas Ruas ou Praças se achão estabelecidos".

O Marquês alargava a intenção de submeter e normalizar a cidade mas, mesmo considerando apenas áreas incendiadas, é evidente que também este Decreto não surtiu efeito: pense-se nas ruínas dos palácios Louriçal, Lumiares e Cadaval entre o Rossio e o Passeio Público, nas do Marialva às Portas de Santa Catarina, no Valença na Rua do Alecrim, no Barbacena e Ribeira Grande a S. Francisco, no Nisa e Lousã na Calçada do Duque ou, mais simbolicamente ainda, nos pardieiros do Tesouro Velho da Casa Real e ter-se-á uma imagem da resistência, desinteresse e incapacidade das classes dominantes em relação à reconstrução do centro de Lisboa. Como afirmava o Decreto pombalino que vimos seguindo, as ruínas destes palácios eram utilizadas para alugueres desqualificados onde se ia permitindo a realização de diversas "benfeitorias".

Esta situação provocará a promulgação de nova legislação, durante os reinados de D. Maria I e a regência do Príncipe D. João: o Aviso de 17 de Fevereiro de 1794 (**doc.16**) sobre a obrigatoriedade da demolição de *"algumas casas ou paredes que*

pela sua antiguidade ameassem ruinas", e o Aviso de 3 de Novembro de 1802 (**doc.17**) sobre a eternizada questão dos entulhos, determinando *"a rigoroza e exacta indagação das pessoas que possão ter mandado lançar nas Ruas e Praças os entulhos que as pejão"*. Um e outro provam o arrastamento das obras da reconstrução que, como veremos mais tarde, sobreviverá, em muitos casos, à crise e derrocada do Antigo Regime.

De facto, o que transparece desta abundante produção legislativa é, repito-o, uma resistência significante dos que deveriam construir em relação à normalização pombalina. No caso da Rua Augusta, a única que se encontrava totalmente edificada no final do consulado pombalino, foi preciso recorrer a uma solução que, de imediato, alterou as disposições do Decreto de 6 de Março de 1769, decidindo-se - pela Resolução de 21 de Junho de 1773 (6) - que a Junta do Comércio assumisse a edificação dos prédios, ainda não iniciados pelos proprietários dos chãos, gerindo depois as Obras Públicas a sua administração, enquanto as vendas não se verificassem. Pensaria Pombal, com esta medida, estimular o investimento na restante Baixa, tornando-a apetecível ao comércio e à residência e, simultaneamente, dar a ver o modelo urbano escolhido, com todas as suas novas soluções técnicas, funcionais e estéticas.

Mas não aconteceu assim já que, nas outras artérias, quem então construiu foram sobretudo ou ele próprio (em S. Paulo, no Carmo, na Rua da Prata, no Largo de S.to António à Sé), os seus agentes mais directos na gestão da cidade (Anselmo José da Cruz na Rua da Prata e Nova d'El-Rei e depois, já na época de D. Maria I, no Chiado; Pina Manique na Rua do Arsenal, nos Remolares e em S. Paulo), além, curiosamente, das Ordens Religiosas que, por exemplo, no Rossio, através dos Padres de S. Vicente e dos de S. Domingos, foram responsáveis pela edificação dos quarteirões entre aquela Praça e a da Figueira, os quais, em 1808, lhes rendiam, respectivamente, as elevadas somas de 6 283$000 e de 5 092$000 rs (7).

E se a nobreza tradicional esteve de facto ausente (8), a burguesia pombalina investiu então significativamente: além do Desembargador Luís Rebelo Quintela que,

já em 1880, possuía uma propriedade n Rua Augusta e cujos herdeiros muito construiriam depois, como veremos, José Rodrigues Bandeira (duas propriedades na Rua Aurea, outra na Rua Augusta), Paulo Jorge (três propriedades na Rua da Prata) e os herdeiros de Luís Rodrigues Caldas no Largo com o seu nome que, nos anos de 1790, construirão também na Rua da Madalena e na dos Fanqueiros.

Afirma José-Augusto França (9) que "no conjunto Pombal teria deixado reconstruído", segundo diversas fontes, "quer um pouco mais de metade, quer um terço da cidade", dados demasiado imprecisos em relação aos quais posso adiantar algumas concretizações cuja quantificação não deve, todavia, ser considerada definitiva (10): a Rua Aurea, a mais importante do reticulado da Baixa, depois da Rua Augusta, não teria, em 1880, mais de cinco edifícios concluídos e, mesmo em 1791, dos quinze números registados no Livro da Décima da Freguesia de S. Nicolau, dez apenas existiam ao nível das lojas, estando os andares por concluir; na Rua Nova do Carmo, do lado da muralha, havia, em 1780, um número, referente a duas lojas, e, em 1791, cinco, mas que eram barracas ou lojas apenas com mais um piso; na Rua das Portas de S.ta Catarina, havia, em 1782, dez números que passaram ao dobro, dez anos mais tarde, quando a edificação da Rua parece que estava concluída; na Rua Nova de S. Francisco (actual Rua Ivens) havia, em 1782, apenas três edifícios que, em 1791, passaram a onze. Nesta área da cidade, a rua Nova dos Mártires (actual Serpa Pinto) só é referenciada em 1788, enquanto outras - Ferragial, Figueira, Outeiro, Parreirinha - só começam a ser construídas (e designadas) a partir de 1791; na Rua Nova do Almada, a edificação só se iniciou nesse ano, com os prédios de Anselmo José da Cruz que, até 1795, edificou todo o quarteirão definido entre aquela rua, a Calçada Nova de S. Francisco e as ruas de S.ta Catarina e S. Francisco (11), enquanto o lado fronteiro permaneceu, até 1834, ocupado por lojas e barracas do Convento do Espírito Santo; na Rua do Alecrim havia, em 1779, quatro números que passaram a onze em 1797, situação idêntica à da Rua da Horta Seca que, no mesmo período de vinte anos, passou de três para oito edifícios, na área integrada na freguesia da Encarnação.

Noutras ruas, em que não foi possível ensaiar quantificação, na Rua da Madalena e, sobretudo, nas transversais, sucedem-se, ao longo dos anos de 1880, e com maior intensificação nos 90, os pedidos para desentulhos que se prolongam até ao fim do século e o ultrapassaram (**Quadro 2**), coincidindo com a pressão dos edificadores, lesados nas suas expectativas de rentabilização dos alugueres. Este problema é, claramente, referenciado por Joaquim Pedro Quintela, em 1796:

> *"Diz Joaquim Pedro Quintela que sendo dono de humas cazas na Travessa de S. José e que tambem tem frente para a Rua da Figueira defronte do Theatro de S. Carlos s'impede a Serventia da rua e armazens pelo entulho da obra de Julião Per.a de Castro; que até motiva a destruição das portas de que rezulta o desgosto dos Inquilinos, damnificação da propried.e, falta d'alugadores e baixa no preço dos alugueres"* (12).

Em consequência deste moroso processo, foram inúmeras as transições de propriedade e frequente o facto de a edificação vir a ser realizada não por quem adjudicara o chão mas pelo seu segundo ou terceiro titular.

Eram diversas as razões que conduziram às sucessivas desistências, desde a total falta de meios económicos dos mais modestos - quer para adquirir as fracções dos lotes que ultrapassavam a estrita compensação das propriedades perdidas, quer para proceder à sua edificação - ao desinteresse evidente dos que, possuindo meios, não se mostravam dispostos a utilizá-los. Um caso pitoresco foi o do Desembargador Francisco Velho da Costa Castel Branco que, em 1779, vendeu a Bonifácio Lamas *"um chão na Rua dos Mártires"* que recebera *"em troca de duas moradas de casas na Rua da Ametade, às Portas de S.ta Catarina"*. As suas razões foram assim enunciadas no contrato notarial: *"porque não podia ele edificar tanto pela importância a que elas chegariam mas também pela empresa do desentulho"*; e também *"porque edificando-se nelas casas estavam sujeitas a incêndios e terramotos o que não se podia verificar nas vinhas"* (13).

Mas houve muitos outros que não edificavam nem desistiam dos seus direitos, construindo algumas *"benfeitorias"* - barracas, lojas, armazéns - que rapidamente

alugavam, correndo o risco de serem desapossados, por ultrapassagem dos prazos para construção, caso surgisse alguém interessado no respectivo chão. Isso aconteceu, por exemplo, ao Conde de Penafiel, quando a Inspecção das Obras Públicas vendeu a Manuel José de Barros, em 1815, *"um terreno com 97 palmos de frente, no lado nascente da Rua Nova da Princesa, com 150 palmos de fundo até à Rua da Madalena"*. O Conde protestou mas a Inspecção argumentou, recordando: *"O Ex.mo Correio-Mor do Reino, Pai do actual Conde de Penafiel (...) resolveu-se enfim a tomar posse dos terrenos da Madalena em que se compreende o que se trata em 1785 e devendo ter edificado até 1790 corria já o presente ano de 1815, isto é, o espaço de trinta anos sem que tivesse edificado"*. Entretanto, o terreno fora alugado para estância de madeira e, embora o Conde evocasse que não construira antes *"por serviço à Pátria"*, e afirmasse que *"para a edificação"* havia *"feito chegar muita pedra, e mesmo alguma lavrada"*, acabou por perder os *"direitos"* que, rigorosamente, há muito já não lhe pertenciam (14).

Verificaram-se, por outro lado, algumas concentrações de propriedade. Assim José Molina, *"fabricante de seda, morador na Rua Aurea"*, adquiriu, em 1781, dois chãos, um naquela rua, outro na dos Correeiros, um terceiro, em 1782, na Rua dos Douradores, e um quarto, em 1796, de novo na Rua Aurea (15). Também José Nicolau da Costa, *"negociante, morador na Rua direita da Madalena"*, comprou quatro chãos na mesma época: em 1781, um na Rua nova dos Sapateiros e três, em 1782, na Rua dos Correiros, Travessa da Conceição e Rua nova da Princesa (16).

No Chiado, encontramos situações idênticas: Bonifácio José Lamas, em 1793, com cinco propriedades, duas na Rua do Outeiro, uma nas Portas de S.ta Catarina e duas na Rua nova dos Mártires; Maria Clara Bertrand com três, uma nas Portas de S.ta Catarina (onde foi uma das primeiras a edificar) e duas, a esta adjacentes, na Rua da Figueira (17); José da Cruz Miranda com uma propriedade na Rua do Arsenal, duas na Rua das Chagas, e uma terceira, mais tardia, desde 1800, na Calçada nova do Ferragial (18); Manuel Cardoso da Cruz com três números já em 1779 na Travessa do Ataíde que passam depois a cinco (19); João Roure com sete números, adquiridos, a partir de

1779, três na Rua das Flores e quatro na Rua do Alecrim (20); finalmente, refira-se a figura maior de Joaquim Pedro Quintela que, além de duas propriedades na Rua nova da Princesa (21), foi adquirindo um sólido património já edificado ou por edificar, a partir da sua casa nobre na Rua do Alecrim: duas na contiguidade desta, outra fronteira, adjacente à do Marquês de Marialva, uma na Rua das Flores, tornejando para a Rua da Horta Seca, duas na Rua do Tesouro Velho, uma na actual Travessa dos Teatros, duas na Rua nova dos Mártires e Rua da Parreirinha (22), ou seja um total de nove "propriedades de casas" o que o torna, juntamente com Anselmo da Cruz Sobral e os herdeiros de Luís Rodrigues Caldas, um dos mais poderosos intervenientes da reedificação da cidade, no período mariano.

No entanto, o que predominará é a iniciativa de uma burguesia sem nobilitação, com significativos meios económicos, que começa a instalar-se na cidade nova para nela residir, implantar os seus negócios e multiplicar os capitais. A lentidão com que tudo decorre - mas com maior intensidade a partir de 1780 - possibilitou uma apropriação do *Plano*, progressivamente mais individualizada cujas marcas, como a seguir se verá, são evidentes nas opções arquitectónicas que, de modos diversos, questionarão os prospectos pombalinos. Antes disso, é necessário recordar que a cidade não se restringia à área entre *"o Largo de S. Roque (...) athé à Rua da Padaria e da extremidade setentrional do Rossio athé ao Terreiro do Paço"* (23) abrangida pela reconstrução.

1.4. Os bairros limítrofes

Segundo a *Relação* de Monteiro de Carvalho (24), entre Abril de 1766 e 1776 "a Baixa teve cerca de 140 casas, o Bairro Alto 25 e o resto da cidade perto de 500". Estes números, traduzindo um excepcional surto construtivo fora da primeira zona referenciada, têm sido sobretudo interpretados como consequência do pânico que assolou Lisboa durante muitos anos após o terramoto, conduzindo à fuga para áreas sismicamente mais seguras do que o centro. Há, no entanto, factos já estudados que

obrigam a uma leitura mais distanciada do que, efectivamente, estava em curso na cidade.

Refira-se, primeiro, a dissertação de Mestrado de Walter Rossa, *Além da Baixa* (25) que enumerou, na Lisboa de D. João V, diversos sinais e situações urbanísticas, sugerindo já então o esgotamento do centro e, como consequência, o delineamento de núcleos alternativos. E, se não passaram de intenções os projectos grandiosos de construir uma sede de poder capaz de substituir o Terreiro do Paço - consubstanciada numa Patriarcal e Palácio Real -, a verdade é que os bairros limítrofes cresciam acentuadamente, sobretudo a recém-criada paróquia de Santa Isabel onde a população duplicou em dez anos, entre 1743 e 1753, passando de 2 771 para 5 452 habitantes e de 620 para 1 354 fogos (26).

Esta situação demográfico-urbanística - explosiva em termos dos constrangimentos de uma sociedade de Antigo Regime - é evocada por Manuel da Maia, no ponto 8 da 2ª parte das suas *Dissertações* sobre a reconstrução da cidade, quando refere que, além da "renovação da cidade baixa", era necessário "lançar mão do sítio de S. João dos Bemcasados e o convento de N. Sra. da Estrela", onde "se vai edificando sem ordem nem simetria o que já no tempo do Senhor D. João V se havia principiado a fazer". Por isso, ele havia proposto a este rei "que quizesse ser servido ordenar ao Senado da Câmara désse forma á innovação das ruas que se hião aumentando nos suburbios" (27) de que teria resultado o Decreto de 13 de Abril de 1745, determinando a largura de todas as novas ruas da cidade, a necessidade de "abrir praças com capacidade para as comodidades públicas" e de se fazerem "cloacas ou canos para receberem as águas", com o objectivo geral do "milhor comodo, symetria e adorno da cidade", evitando-se a "diformidade com que tenho noticia se vão formando novas ruas e bairros quando se devia esperar, que augmentandose se milhorassem (28).

No ponto em que se encontra a investigação sobre Lisboa joanina, não foi possível ainda detectar se este decreto, com elevado grau de generalidade, se traduziu em operacionalizações urbanísticas concretas mas tudo leva a concluir pela negativa, nomeadamente o novo decreto de 23 de Novembro de 1752 que, sete anos depois do

já referido, de algum modo repetia as mesmas intencionalidades de princípio, ordenando que "de hoje em diante se não faça obra alguma nesta cidade e seu termo sem que seja mandada fazer por ordem do Senado" (29).

Curiosamente, esta lei foi retomada, logo em 3 de Dezembro de 1755, pelo Marquês de Pombal, proibindo toda a construção fora dos limites antigos da cidade (30), o que revela, mais uma vez, que a legislação pombalina se situa em plena continuidade com as normas anteriores. E se estas não foram então cumpridas, também o Marquês, apesar da concentração dos poderes em relação à reconstrução da cidade, não conseguiu disciplinar a prática urbanística, como prova o episódio da edificação do bairro da Lapa que José Sarmento de Matos recentemente abordou (31).

Aproveitando a traumática procura de chãos seguros para edificação, na sequência imediata do terramoto, as freiras Trinas do Mocambo, do Convento de N. Sra. da Soledade, iniciaram, logo em 1756, uma série de aforamentos nas terras de que dispunham, destinados à edificação, não de barracas, mas de casas de pedra e cal, acompanhadas da abertura de um conjunto de artérias, entre as quais as ruas da Bela Vista e de S. Domingos com as respectivas adjacentes e perpendiculares. Era uma iniciativa sem cobertura legal, como prova o Decreto de 16 de Setembro de 1756 pelo qual o Marquês proibia a execução do "mapa que as religiosas mandaram ordenar para o seu terreno", ao mesmo tempo que, ambiguamente, determinava "que o Senado não se intrometesse em fazer vistorias nas casas que se intentaram fabricar", que ultrapassavam já então as quinhentas (32), argumentando que estava proibida todas as novas edificações enquanto não saísse a planta geral da cidade.

Não só as Trinas não se submeteram a esta disposição como, ainda em 1756, outros grandes proprietários da área, em primeiro lugar o Conde do Redondo, D. Fernando de Sousa Coutinho Castelo-Branco Meneses, iniciaram também o aforamento das suas terras, na zona adjacente para Ocidente às das Trinas, aliás, neste caso, sem a ordem urbana que, apesar de tudo, as primeiras asseguraram. Foi depois, ou simultaneamente, a vez da Basílica Patriarcal de S.ta Maria, em chãos centralizados

pela Rua do Olival (**Fig.1**), com uma organização de lotes de pequenas dimensões, em tudo semelhantes aos das Trinas (33).

E como noutras áreas acontecerá, o poder ver-se-á obrigado a reconhecer este urbanismo empírico que, como bem analisa José Sarmento de Matos, seguia normas tradicionais de loteamento mas, simultaneamente, revelava a apropriação dos princípios eruditos em aplicação na Baixa. A *Planta da Nova Freguezia de N. S.a da Lappa*, assinada pelo Sargento-Mor José Monteiro de Carvalho (34), datável de 1770 (**Fig.2**), manifesta o ponto de chegada dessas iniciativas particulares que, na sua fase inicial ou em plena concretização, terá contado com a colaboração técnica da Casa do Risco das Obras Públicas. Mais tarde, houve a intenção de a normalizar, nas suas mais evidentes fragilidades, através do prospecto do Arquitecto da Inspecção da Cidade de Lisboa, Francisco António Ferreira, expresso no *Mappa topográfico dos Terrenos que medeião entre a Pampulha e a Calçada da Estrela...* (35), realizado, certamente, entre 1775 e 1779 (**Fig.3**). Era tarde, em relação aos interesses em presença, à capacidade executiva do período final do consulado pombalino e também aos hábitos adquiridos de iniciativa urbanística. O que se fará a seguir situar-se-á em plena continuidade com a atitude decidida e provocatória das Trinas.

Esta situação revela de facto o fracasso das intenções pombalinas em relação ao reordenamento total da cidade. À excepção do tecido restrito da Baixa - e mesmo aqui com os ritmos diferidos que já se analisaram - a Casa do Risco não conseguiu, senão pontualmente, concretizar as intenções iniciais de Manuel da Maia: falhou, em primeiro lugar, a edificação do novo Palácio Real em S.João dos Bemcasados - que o Marquês nunca terá desejado - e, depois, a operacionalização dos planos de intervenção para as zonas ocidental (**Fig.4**) e oriental da cidade que não terão sido pormenorizados (36). Para justificar este recuo, não basta recorrer-se à escassez de meios humanos e financeiros que eram um facto: é preciso admitir-se que a nova cidade, imaginada por Manuel da Maia, era uma figura de utopia, pressupondo, para a sua concretização, um poder muito mais ditatorial e exclusivo do que efectivamente existia.

Assim, a Inspecção das Obras Públicas foi obrigada a aceitar *factos urbanísticos* sucessivos. Como os realizados pelas Trinas do Mocambo e pelo Conde de Redondo, ou pela pouco estudada "Companhia Reedificadora", entre a Cotovia e S. Bento e pelos Beneditinos na sua vasta cerca (37). É altura de vermos como este processo tradicional de fazer cidade estava ainda em plena dinâmica na época de D. Maria I.

Na **área da Cotovia**, (**Fig.5, 5.1.**) assiste-se, ao longo dos anos de 1780, sobretudo ao processo de legalização jurídica de muitos aforamentos e edificações entretanto realizadas. Entre os aforadores em presença, destaca-se a Junta de Administração da Fazenda do Colégio Real dos Nobres, representada pelo seu procurador, o Dr. Thomas José Ferreira da Veiga, advogado da Casa da Rainha, e, como foreiros, diversos cidadãos de classes médias ou médias altas, como hoje se diria.

As *"terras"* haviam pertencido primeiro ao Marquês de Penalva e depois, por compra de 1 de Junho de 1749, à *"Testamentária do Grande Almirante de Castela D. João Thomás Henriques de Cabrera"* e nelas *" se tem edificado e andão edificando varias propriedades de cazas na forma do prospecto e alinhamento q. para aquelle Sitio Sua Magestade foi Servida mandar fazer"*. Os chãos pretendidos, ou já construídos, são medidos pelo *"mestre do mesmo Colegio"*, sendo o palmo avaliado entre 50$000 e 100$000 rs., consoante a localização, e referida a obrigatoriedade de *"conservar no prospecto das mesmas casas um padrão de pedra em que sejam gravadas as letras seguintes =C.R.N. ="* (38).

O aforamento mais destacado, que encontrámos neste conjunto, foi o feito a favor do *"Capitão Manuel Caetano de Souza, Arquitecto do Tribunal da Meza da Conciencia e Ordens morador na Rua nova dos Jasmins"*, em 23 de Setembro de 1779 (**doc.18**). A sua pretensão, de *"edificar cazas na d.a rua nova dos Jasmins, com frente p.a o Largo da Patriarchal incendiada"*, foi informada pelo *"mestre de obras Joaquim Joze dos Reys e o Sargento mor Joze Monteiro de Carvalho"* e diferida pelo *"d.o D.or Procurador da Fazenda"*, mediante a obrigação de as principiar *"dentro em seis mezes e as terá acabadas no decurso de quatro annos"*(39).

Noutro registo notarial, o "instrumento de venda" de 22 de Junho de 1780 (**doc.19**), celebrado entre o vendedor, Felippe Marcelli, *"musico da Câmara Real morador na Rua direita da Real* Fab*rica das Sedas"* e o comprador, Joaquim Ferreira Picão, *"Sargento Mor do Regimento da primeira Armada, morador na Rua direita do Rato"*, relativo a *"quatro chãos contiguos"* com frente *"p.a o poente na Rua dir.ta da Real Fabrica das Sedas e confina com o Picadeiro do m.mo Real Colegio"* - dois quais já se achavam edificados *"com uma propriedade de cazas que consta de lojas e sobrados"* - é mencionada a existência de um *"Mapa" "que está na Secretaria da Junta do mesmo Real Colegio"* com os lotes devidamente numerados.

Neste caso, os *"ditos chãos"* não pertenciam à Testamentária de Tomás Cabrera mas aos *"bens de raiz que o d.o Real Colegio dos Nobres tem e possue bem assim he huma grande terra mistica a elle q. lhe servia de cerca e discorre pelas Ruas da Real Fabrica das Sedas e Salitre, em a qual se hão de abrir varias Ruas p.a nellas se aforarem diversos chãos(...)"* (**Fig.5.2.**). Das obrigações do novo foreiro, regista-se a de *"fazer cazas (...) na forma do Mapa e prospecto daquelle Sitio conforme as Reaes Ordens de Sua Magestade e principialas e acaballas dentro dos primeiros seis anos seg.tes a este aforamento"*.

Mas não só o Colégio dos Nobres se afirma como dinamizador da urbanização desta zona. Antes dele, a iniciativa coubera sobretudo à casa de D. Rodrigo António de Noronha, numa vasta área definida pelas suas terras, entre a Praça da Alegria e a Rua direita da Fábrica das Sedas (40).

Por uma série de reconhecimentos de foreiros, realizada em 1787 (**doc.20**), confirma-se que tal actividade se iniciara antes do terramoto, pelo menos desde 1753, mas numa situação jurídica irregular - para nós muito confusa - em que uma segunda enfiteuta, Mariana Paleart (?), talvez conluíada com os proprietários dos chãos, o Prior e os Beneficiados da Igreja de S. João da Praça, agira em detrimento dos direitos do enfiteuta principal que depois acabou por os ver reconhecidos.

O facto mais interessante a reter é o destaque do mestre de obras Luìs António Seabra que não só aparece como proprietário de casas na Rua N. Sra. dos Prazeres mas como mestre pedreiro e Juiz do ofício na medição dos chãos, também já construídos e pertencentes à mesma casa de D. Rodrigo António de Noronha, agora nas ruas de S.to António e do Noronha (**doc.21**).

Em nenhum dos contratos de reconhecimento de foreiros compulsados em terras de D. Rodrigo - nas suas próprias ou nas que era enfiteuta principal - encontrámos menção à presença de mestres da cidade ou de "prospecto" imposto pela Casa do Risco. Parece que o aforador - ao contrário do que acontecia com o Colégio dos Nobres - age com total autonomia, com um mestre por si mesmo escolhido. Tendo em conta a data dos primeiros contratos, maioritariamente anteriores ao terramoto, esta situação sugere uma conjuntura de liberdade urbanística que soube resistir à centralizada administração pombalina para se legalizar na época mariana, quando a exigência de maior clarificação dos direitos de propriedade anunciava já a futura contextualização política e jurídica oitocentista.

O bairro, delineado através de um conjunto de vias relativamente ortogonais mas de acentuado declive (**Fig.5,5.1**), articulava funcionalmentea Rua de S. Bento com a da Fábrica das Sedas e o sítio da Patriarcal Queimada, segundo um desenho que em tudo lembra o quinhentista Bairro Alto, figura maior da Lisboa moderna.Quase três séculos depois, era ele que continuava a inspirar os mestres pedreiros, cuja articulação com a Casa do Risco da Obras Públicas não significava senão o reconhecimento do seu saber empírico. Por isso, não se detecta nenhuma diferença entre as duas fases da urbanização desta zona: antes do Terramoto (entre a Rua nova da Piedade e a Rua do Arco), quando a iniciativa pertenceu ao Morgado da Cotovia e ao seu mestre pedreiro Luís António Seabra, e depois - na envolvente descendente da Praça da Patriarcal Queimada - , quando se referencia a presença do *"Prospecto e alinhamento que para aquele Sítio Sua Magestade foi servida ordenar"*.

Ou seja, a passagem da iniciativa privada para o maior controlo público nenhuma ruptura introduziu no procedimento tradicional de abertura de ruas e no loteamento

que continuaram a orientar-se entre a procura da máxima racionalidade, os condicionamentos das pré-existências e a disponibilidade financeira dos foreiros, em relação à dimensão dos lotes. Também neste caso, não houve imposições ou normalização senão relativas, o mesmo se verificando quanto às soluções arquitectónicas, nomeadamente em termos de composição das fachadas. Pelos registos da Décima da Freguesia de Santa Isabel, onde a Cotovia se integrava, que percorremos sem intuitos de inventariação, o bairro aparece, na década de 1780, em grande parte edificado e densamente habitado, com a marcação de algumas casas nobres, deixando sugerir o que era verdade, em termos materiais mas também simbólicos: o Terramoto não passara por ali. Talvez por isso, a cidade oitocentista se apropriará dele tão intensamente, como veremos na altura própria.

Situação muito idêntica se verifica na **freguesia da Lapa** (**Fig.6,7,8**). Depois de 1780, encontram-se ainda vestigios da actividade das religiosas Trinas do Mocambo - sobretudo no acrescentamento ou na reordenação de aforamentos anteriores -, numa actuação paralela à de D. Diogo de Sousa que parece então mais dinâmica.

Nos anos finais daquela década, este senhor acrescenta, à custa da sua *"Quinta em Buenos Aires"*, uma série de lotes, aforados, logo após o Terramoto, na Calçada da Estrela e Rua da Bela Vista (actual Rua do Quelhas) (**doc. 22, 23, 24**). Trata-se de frentes já edificadas, mas os foreiros pretendem agora mais terreno em profundidade, parece que, em geral, para a sua utilização como quintais.

Nas diversas escrituras que inventariámos, D. Diogo de Sousa começa por recordar que a operação urbanística em curso fora iniciada pelo seu tio, D. Francisco Xavier Pedro de Souza: havia ele dado de aforamento *"várias porções de terra"* (**doc. 22**), cada uma com trinta palmos de frente e cem de fundo, *"a muitas pessoas para fazerem cazas"*, *"chegando-se também a abrir ruas"*, com o objectivo, claramente expresso, *"de ser util à Caza"*, por se aumentarem os foros e haver *"esperança"* de maiores laudémios. Os mesmos benefícios prosseguia o seu sobrinho com os *"acrescentamentos"* dos prazos solicitados pelos foreiros que, por seu lado, parecem

desejar transformar uma ocupação inicial com carácter de urgência, feita na sequência da fuga ao centro após o Terramoto, num estabelecimento definitivo, com as vantagens suburbanas, em termos de disponibilidade de solo, que o sítio proporcionava. De facto, no contexto da economia e dos ritmos vivenciais de uma sociedade de Antigo Regime, a possibilidade de dispor de quintais, agricolamente operativos, permitia a mais eficaz afirmação de uma pequena e média burguesia de ofícios ou cargos que, no centro da cidade, não teria idênticas possibilidades de expansão. Por este dinamismo social deverá passar também a apreciação da lentidão da reconstrução da Baixa pombalina.

Embora, como se disse, as frentes das ruas se achassem em grande parte edificadas, D. Diogo de Sousa pensa, em 1787, ampliar a sua área. É o que transparece da escritura para *"acrescentamento de prazo"*, realizada com Anacleto José Pereira (**doc. 24**): consente em aforar-lhe uma *"faxa de 292 palmos"*, não só nas traseiras do seu lote, sobre o lado poente da Rua da Bela Vista, mas também ao longo das dos vizinhos, com a condição expressa de vir a edificar ou alargar este aforamento, caso o Senhor conseguisse *"mandar abrir hua nova rua por dentro da sua Quinta"*.

Creio que este desejo contextualiza o projecto de Francisco António Ferreira, expresso no *Mappa topográfico...* já referido (**Fig.3**) onde, de Sul para Norte, propõe o prolongamento da Rua das Trinas até à Rua de Buenos Aires, e, de Oeste para Este, uma nova via articulando a Rua dos Navegantes (actual Bela Vista) com a de S. Domingos. Desta intenção reguladora foi aberta apenas a actual Travessa do Combro, entre a então Rua dos Navegantes e a de Sant'Ana que, no seu troço inicial, segue o traçado apontado pelo arquitecto da cidade para o prolongamento da Rua das Trinas.

Mais uma vez se verifica que a Inspecção das Obras Públicas vinha em socorro das actuações empíricas dos aforadores particulares: existia um relativo equilíbrio de competências, expresso também na menção de que, caso a rua viesse a ser aberta, o foreiro deveria edificar *"pelo prospecto que se lhe der"*. Assim se ia elaborando a cidade, numa margem de iniciativa que Pombal não pôde absorver mas beneficiando da norma urbanística e arquitectónica que todos sentiam necessária.

Diversa é a actividade, ainda na Lapa, mas agora no lado ocidental do Bairro, do Desembargador José Januário de Carvalho. Também ele dispõe da *"sua Quinta sita em Buenos Ayres"* para aforamento com a mesma finalidade de *"aumentar o seu rendimento"*, mas, ao contrário do que acontece com os chãos das Trinas e de D. Diogo de Sousa, aqui o processo de urbanização está apenas a iniciar-se.

Ne escritura que celebra, em 1784, com Diogo Brand, *"homem de Negocio da Praça desta Cidade"* (**doc. 25**), afora-lhe 89,5 palmos de frente, com 100 de fundo, numa rua ainda sem nome *"que vai da Cruz de Buenos Aires para S. Francisco de Paula"*. Esta será, a Rua do Sacramento que no *Mappa topográfico...* de Francisco Ferreira (**Fig.3**), certamente anterior a 1779 (41) aparece já com o nome expresso, mas apenas no troço inicial à Rua de S. Domingos. O mais interessante neste documento é que se depara com a ausência de qualquer norma: o aforador terá de edificar casas mas fa-lo-á *"como lhe convier"*, *"pelo risco que lhe parecer"*...

Esta liberdade de concretização tem como explicação o facto de se estar a actuar numa zona distanciada do centro operativo do bairro que as Freiras Trinas haviam determinado e onde existia, desde o Terramoto e os primeiros aforamentos do Conde de Redondo, uma tradição de loteamentos mais generosos: era, como bem salientou José Sarmento de Matos, na obra que temos vindo a citar, o nascimento da Lapa aristocrática que o século XIX (e ainda o XX) elegeria como um dos espaços privilegiados da prática da arquitectura ecléctica.

Em 1790, encontrámos o registo de outra escritura do mesmo José Januário de Carvalho (**doc.26**), celebrada com Manoel Francisco da Sylva *"que vive de seu Negocio"*. Mais uma vez se trata de um chão amplo - 93 palmos de frente - situado na Rua nova de S. Francisco de Paula *"que destorce"* para a *"rua chamada Rua nova do Sacramento"*. Mas, neste caso, regista-se que *"será obrigado a edificar no dito chão cazas pelo risco da Cidade"*. Haviam passado seis anos, em relação ao anterior aforamento que citámos, as ruas estavam abertas e o povoamento intensificava-se. Mesmo assim, parece dever-se desconfiar do termo *"casas pelo risco da Cidade"*. Que

"risco" seria obrigatório seguir num lote tão vasto, no início de uma nova década que, como se verá, foi de assumida liberdade arquitectónica? Por isso, creio que aquele termo ou é mero formulário notarial ou, mais plausivelmente, visa obrigar à construção sobre a frente da rua e facilitar a sua legalização pela Inspecção das Obras Públicas.

Simultaneamente com a Cotovia e a Lapa, a envolvente da **nova paroquial de S.ta Isabel** (**Fig.6**) constitui um terceiro núcleo activíssimo de urbanização e edificação, nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, mas com particularidades evidentes: o loteamento é de pequena escala, a edificação modestíssima, quase não existem casas nobres.

O ponto de partida deste bairro foi o início do loteamento da Quinta de S. João dos Bemcasados, pertencente a Ayres de Sá e Mello, importante fidalgo que, como tantos outros, transitou da época pombalina para a mariana, sem perder cargos nem estatuto (42). Uma escritura de 7 de Abril de 1780 (**doc. 27**), realizada entre ele e o Desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, permite historiar o processo de urbanização em curso: no seu *"terreno (...) defronte da Parochial Igreja da Raynha Santa Izabel"* resolvera *"dar de aforamento a diversas pessoas que nele tinhão edificado e pretendião edificar cazas, mandando-o divedir em ruas, e fazer a cada hum dos foreiros seu Mappa"*. Pela localização do lote, onde aquele Desembargador *"está edificando cazas"*, sabemos que a área desanexada da Quinta tinha já, como ruas designadas as de S.to Ambrósio, Sant'Ana, S. Joaquim e S.ta Quitéria, a primeira das quais (actual D. Dinis) era o eixo fundamental de acesso à Igreja e da sua articulação com a Rua direita do Rato (actual do Sol ao Rato), e a última - S.ta Quitéria - a via que marcava o limite entre as terras de Ayres de Sá e Mello e as dos Padres de S. Bento onde os aforamentos e a abertura de ruas se verificava também.

A pretensão de Barros Barreto era de obter *"uma grande porção de terra que foi de semeadura"*, sem dúvida para depois a sub-aforar, e foi informada pelo *"Capitão Architecto Manoel Caetano de Souza na forma que pratica"*. Segundo este, o foreiro

possuía ali *"huma grande Barraca nobre com Seu Patio de entrada e nelle comodo para carruagens, e por elle serventia a hum Quintal de parreiras e arvores de caroço"*, constituindo o nº6 do *"Mappa geral deste Prazo"*. Registe-se o termo epocal de "Barraca nobre", apropriando a moda da Real Barraca da Ajuda, que sugere igualmente o percurso característico da expansão da cidade pós-Terramoto: uma fixação de fuga ao centro, por medo da repetição do sismo mas também pela rigidez das normas pombalinas em relação à reconstrução, depois a sua estabilização e o alastramento da urbanização à volta, facilitada pela situação rural dos solos, a procura de pequenos investidores e o desejo (e a necessidade) dos grupos terratenentes de multiplicarem os seus rendimentos. Finalmente, e é o dado mais importante, havia um *"Mappa geral"* para a execução desta ocupação e dele é responsável Manoel Caetano de Souza, então apenas arquitecto das Ordens Militares (desde 1776), com aprendizagem feita em Mafra e que nenhuma participação tivera na reconstrução da cidade.

No mesmo mês de Abril de 1780, o reconhecimento notarial de uma propriedade na Rua do Sol ao Rato (**doc. 28**), clarifica que o Prazo e os direitos senhoriais de Ayres de Sá e Mello se estendiam a esta artéria consolidada onde o pai do actual foreiro construíra, sem que tivesse sido lavrada escritura, *"huma grande propriedade de cazas de dous andares com suas agoas furtadas, e duas escadas que lhe dão serventia a quatro moradores em cada andar, e cada morador trez cazas"*. Manoel Caetano de Souza faz a medição do vasto lote, regista as suas confrontações, também edificadas, e avalia o valor anual a pagar pelo enfiteuta, processo de legalização muito característico da época mariana que detectámos antes, quer na Cotovia, quer na Lapa.

Mas, a par de Ayres de Sá e Mello, nos anos a partir de 1785, actua, na área de S.ta Isabel um outro dinâmico aforador, melhor sub-aforador: José Felix Venancio Coutinho (**doc. 29**) que, por escritura de 1770, era *"Administrador e Procurador"* dos bens herdados do seu sogro, Miguel Mendes da Costa. Este aforara, a Felipe Peixoto da Sylva Couto, em 1743, *"huma grande terra cita na freguesia de S.ta Izabel"*, com a

faculdade de poder subenfiteuticar, *"pelo q. havião feito nella varios aforamentos a diversas pessoas"*, direito que Venancio Coutinho prolongava por *"Portaria do Ex.mo Sr. Cardeal Regedor"*, de 1777. Esta autorização, obtida no ano em que se iniciava o reinado de D. Maria I, possuía uma cláusula inibitória: uma vez que o prazo se encontrava em chãos demarcados para a edificação do *"Real Palácio"*, deveriam ser as casas, entretanto construídas, demolidas *"a todo o tempo que Suas Magestades determinarem"*. Ou seja, pelo menos oficialmente, mantinha-se activa a proposta de Manoel da Maia de edificar o novo centro político de Lisboa à volta de um grande palácio, envolvendo a Rua de S.ta Isabel onde, todavia, o operoso Venancio Coutinho continua legalmente a aforar lotes e os foreiros a edificarem.

As terras geridas e sub-aforadas, por esta curiosa personagem, abrangem uma área enorme, eventualmente descontínua: nela se inclui o *"Prazo chamado do Tomilho"* (**doc. 30**), senhorio directo de Ayres de Sá e Mello e onde, em 1785, já estavam abertas as ruas de S. Patrício e S.to Ildefonso, exigindo-se aos foreiros a edificação de casas *"dentro de seis mezes"*, *"reservando a parte que quizer para Quintal"*; os *"Pouzos"* (**doc. 31**) que *"parte do Norte com a estrada q. vai para a Ribeira de Alcantara (...) e do Nascente com terras vulgarmente chamadas do Bauto"*, no qual concede, ainda em 1785, à Confraria do Senhor Jesus dos Terramotos, uma porção *"para nelle edificarem huma Ermida"*, registando-se que o foro exigido, de 200 rs em dinheiro *"em cada hum anno"*, era *"tão diminuto"* *"não só em attenção a ser para ediffio do culto Divino mas a que o dito terreno he inculto de cascalheira que nada rendia"*, além de estar também abrangido pela área demarcada para o *"Real Palacio"*; a *"Quinta chamada do Cachopim"* (**doc. 32**) *"que entesta na Estrada que vay da dita freguezia da Raynha Santa Izabel para o Citio do Senhor Jesus da Boa Morte, e corre pela dita travessa ou Rua chamada de Nossa Senhora dos Milagres"* onde é reconhecido o aforamento aos *"R.dos Padres da Ordem da Penitencia de Jesus Nazareno"* para o *"Seu Hospicio e nova Igreja que hade edificar na conformidade das Reaes Ordens que Suas Magestades forem servidas determinar"* (43).

Apesar do número elevado de aforamentos realizados - sobretudo nas envolventes mais imediatas da Rua de S.ta Isabel e, em particular, nas artérias adjacentes à Igreja Paroquial cujos *"sobejos"* haviam sido anexados por Sá e Mello (44) - e da assistência de Manoel Caetano de Souza, nas terras directamente aforadas por este fidalgo, verifica-se que coexistem, com edificações definitivas, muitas barracas, casas terreas e manchas de chãos de semeadura, situação que, naturalmente, se acentuava à medida que se penetrava para interior, por exemplo em direcção a Campo de Ourique onde, no entanto, já se afirma que a edificação de casas se fará *"conforme o prospecto que Sua Magestade der para aquele sítio"* (45).

Esta providência nunca veio a realizar-se e, paradoxalmente (ou não), nos chãos onde se demarcara a implantação do centro político da nova cidade, foi crescendo um urbanismo mais empírico do que em qualquer dos bairros anteriormente analisados (**Fig.9**), de ruas estreitas e sinuosas, constantemente detidas em pré-existências poderosas, confirmando os receios que Manoel da Maia manifestara, ainda no tempo do senhor D. João V.

Noutras áreas da cidade, nasciam, entretanto, novos focos de urbanização, segundo idênticas normas tradicionais de aforamento de chãos rústicos (**Fig.10**). Assim acontecia nas terras do Conde da Ega, Ayres Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, sitas *"à Boa Hora"* (**doc. 33**) que, em 1788, inicia o processo e reconhecimento de modestíssimos foreiros que *"tem edificado cazas e Barracas huns com tiulos e outros pela mayor parte sem elles"*; com D. Izabel Francisca Xavier, *"moradora na sua Quinta de N. Sra. dos Prazeres"* que, nas adjacências aos Prazos administrados por Venancio Coutinho, afora terras para edificação desde a Rua de N. Sra. do Patrocinio (46) à Quinta do Bauto (47), actividade que o seu neto, Luis da Cunha Carvalho Roda prosseguirá até 1842, avançando para Campo de Ourique, através da Rua nova dos Prazeres (48); com as religiosas do novo Convento da Visitação de S.ta Maria no sítio da Junqueira que dividem *"o terreno que possuem contiguo à cerca para cazas terreas ou só com um andar por cima"* (49); com a

Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda de Belém que, *"nas terras na estrada Real que vay de Alcantara para a Ajuda"* (**doc. 34**), *"por terem pouco rendimento e muitas pessoas pertenderem nellas edificar cazas se Rezolvera (...) a aforalas em Prazos divedidos, o que era mais util, e de maior rendimento para o culto de Nossa Senhora"*; finalmente, para só citarmos situações relevantes e continuadas, com o Conde de S. Lourenço nas *"Pedreiras de Alcântara"* (50) *"que fica por cima da Fabrica da Polvora"* e no *"sitio do Alvito"*, com arruamentos designados, por exemplo, por Rua de S. Jerónimo, da Cruz das Pedreiras, S. João Baptista e da Pimenteira, e que continuaram pelo menos até 1815.

Esta densa actividade, que meramente sugerimos através da riquíssima documentação dos Registos notariais de Lisboa, esteve na origem da desmultiplicação da Lisboa moderna, nos anos exactos em que a reconstrução do centro penosamente se arrastava. Foi aliás, como já se afirmou, a sua consequência, continuando, sem interrupção, os dinamismos empíricos do passado mas, nos casos mais elaborados, aproveitando também a herança recente dos critérios expeditivos do trabalho das Obras Públicas da cidade.

Notas

1. COELHO, J.M. Latino, 1874, vol. 1, pag. 193-194.

2. Ver "Dissertação de Manuel da Maia, Primeira Parte", transc. in FRANÇA, 1977, pag. 294.

3. AHTC, *Real Erário*, Livro 4307, pag. 4308, pag. 46.

4. VASCONCELOS, Luís W., 1989.

5. Transc.in FRANÇA, 1977, pag. 309.

6. Embora não tivesse encontrado o texto desta Resolução, ele é citado, a propósito da arrematação a José António Monteiro, de três *"propriedades de casas"*, na Rua Augusta, em compensação das madeiras com que havia concorrido para as Obras Públicas da cidade, desde 11 de Setembro de 1777 até ao fim de Maio de 1780. Cf. AHTC, *Erário Régio*, Livro 4307, pag. 192; Livro 4319, pag.. 15.

7. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de S.ta Justa, Arruamentos, Livro 648.

8.Embora não se tenha procedido a inventário exaustivo, na área estrita da Baixa, *os Livros da Décima da Cidade*, Freguesias de Sta Justa, Madalena e S. Nicolau, parecem referir apenas duas propriedades, uma do Conde de Óbidos e outra do Duque de Cadaval, ambas na Rua Augusta e já edificadas em 1780; No Rossio, encontrámos D. Miguel Pessanha (Ribeira Grande) e o Conde de Coculim (?), cada um com um bloco, com entrada também pela Rua nova do Príncipe.

9. FRANÇA, 1977, pag. 140.

10. Para que assim fosse, seria necessário levantar rigorosamente, ano a ano, todos os registos da Décima da Cidade e cotejá-los com a documentação das Inspecções dos Bairros e dos Contratos Notariais, tarefa que, no conjunto, exige o manejo de largas centenas de volumes, pelo que me limitei a sondar uma metodologia de trabalho que urge operacionalizar, naturalmente em trabalho de equipa e com um programa informático especificamente adequado.

11. Cf. *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia dos Mártires, Arruamentos, anos 1791 a 1795.

12. ANTT, *Feitos Findos. Inspecção dos Bairros*. Bairro dos Remolares, maço 15, nº1.

13. ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*.Cartório 7B, Caixa 13, Livro 101, pag.96, 12 de Março de 1779.

14. ANTT, *Feitos Findos. Inspecção dos Bairros*. Bairro do Rossio, maço 33, nº6.

15. ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório 1, Caixa 142, Livro 676, 1 de Junho e 4 de Setembro de 1781; Caixa 145, Livro 678, 6 de Setembro de 1782; Caixa 149, Livro 692, 11 de Julho de 1796.

16. ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório 1, Caixa 145, Livro 676, 1 de Outubro de 1781; Caixa 145, Livro 677, 6 de Março e 13 de Abril de 1782; Caixa 145, Livro 678, 5 de Agosto de 1782.

17. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*.Freguesia dos Mártires, Arruamentos, ano 1793.

18. *Idem, ibidem*, anos de 1792 e 1800; Freguesia da Encarnação, Arruamentos, ano de 1781.

19. *Idem*, Freguesia da Encarnação, anos de 1779 e 1786.

20. *Idem, ibidem*, anos de 1799 e 1797.

21. *Idem*, Freguesia de S. Nicolau, anos de 1812 a 1819.

22. ANTT, *Feitos Findos. Inspecção dos Bairros*. Bairro dosa Remolares, maço15, nº2, maço 17, nº 22; ATC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia da Encarnação, Arruamentos. Livros 396, 397, 399, 400, 401, 413.

23. Limites citados no Decreto de 12 de Junho de 1758.

24. Cit. in FRANÇA, 1977, pag.138.

25. ROSSA, 1990.

26. *Idem, ibidem*, Apêndice, pag. XIV.

27. *Idem, ibidem*, pag. 54.

28. *Idem, ibidem*, Apêndice, pag. IX.

29. *Idem, ibidem*, pag. 67.

30. FRANÇA, 1977, pag. 71

31. MATOS, 1994.

32. *Idem, ibidem*, pag. 37-38.

33. BNL, Secção de Iconografia, D 279-A: *Medição configuração e confrontação do Prazo das janellas verdes, rua do Olival e suas pertenças, de que he senhora directa a Basilica Patriarcal de S.ta Maria*. Desenho à pena com aguadas a cor rosa e amarelo, 506 x 380 mm, ass. *Francisco Antonio de Sousa*. Catalogado in CARVALHO, Ayres de, *Catálogo da colecção de desenhos*.Lisboa, BNL, 1977, pag. 90, nº 1088.

34. MATOS, *op. cit.*, reprod. pag. 34.

35. *Idem, ibidem*, reprod. pag. 60-61.

36. FRANÇA, *op. cit.*, pag. 141-143.

37. SEQUEIRA, 1916, vol. II, pag. 7 e seguintes.

38. ANTT, *Registos notariais de Lisboa*. Cartório 4, Cx. 10, L. 49, 17 de Abril de 1779, pag. 16v.

39. Sobre o destino desta casa, demolida quando foi demarcado o terreno para a edificação do Real Erário, ver AHTC, *Erário Régio*, livro 4310, pag. 47: *Decreto pelo qual é Sua Magestade servida mandar pagar pelo Cofre do Donativo dos 4% 16 000$000 rs a Manoel Caetano de Souza, em compensação do valor das suas casas, no sitio da Cotovia que se mandaram demolir para o Real Serviço* de 30 de Março de 1793.

40.SEQUEIRA, 1916, vol. I, pag. 398 e seg.s; vol. II, pag. 6 e seg.s.

41. Concordo com a proposta de datação de José Sarmento de Matos para esta importante planta: "entre os anos de 1775 e 1779, por duas razões: já se encontra desenhado o largo do chafariz das Janelas Verdes, cuja implantação é de 1775, e não é ainda sensível o traçrado da Basílica da Estrela, iniciada em 1779", in *op. cit.*, pag.61.

42. Sobre Ayres de Sá e Mello e o palácio Anadia ver SEQUEIRA, 1916, vol. IV, pag. 448 e seguintes.

43.Uma vez que a dita Travessa ou Rua de Nossa Senhora dos Milagres não aparece registada nas plantas de finais do século XVIII e do início do século XIX, poder-se-á admitir, pela descrição da sua localização, que ela seja a Rua do Patrocínio. A ser assim, talvez a igreja que se intenta construir seja a de Nossa Senhora das Dores que terá sido edificada no final do século XVIII, por iniciativa do Padre António Luís de Carvalho a partir das sobras da Basílica da Estrela. Ver, a propósito, ARAÚJO, 1993, vol. XI, pag.58, e *Monumentos e edifícios notáveis de Lisboa*, t. 3, pag.81, est.LIX.

44. ANTT, *Registos notariais de Lisboa*. Cart. 1, Cx. 130, L.613, pag.76, 16 Outubro 1781.

45. *Idem, ibidem*, Cart. 1, Cx.128, L.607, 9 Dezembro 1779.

46. *Idem, ididem*, Cart. 1, Cx. 138, L.653, pag.68, 9 Abril 1794.

47. *Idem, ididem*, Cart. 1, Cx.138, L.657, pag.19, 19 Agosto 1795.

48. *Idem, ibidem*, Cart. 1, Cx. 150, L. 711, pag.58, 12 Abril 1815; Cx. 156, L. 755, 19 Dezembro 1842.

49. *Idem, ibidem*, Cart. 1, Cx. 138, L. 654, pag. 21, 1 Julho 1794.

50. *Idem, ibidem*, Cart. 1, L. 632, pag. 39v., 17 Novembro 1786; L. 634, pag.21, 8 Junho 1787; L. 636, pag. 30, 19 Janeiro 1798.

2. PRÁTICAS DE ARQUITECTURA

2.1. Os modelos normativos segundo os contratos de obras

Os prospectos aprovados para toda a área em reconstrução, na Baixa e envolventes, foram definitivamente analisados por José-Augusto França, em *Lisboa pombalina e o iluminismo,* que esclareceu quanto a sua normalização estética - devedora, tal como o urbanismo, da herança da arquitectura chã seiscentista - era componente orgânica da imagem final da cidade utópica, austera, económica e operativa.

O arrastamento das obras de abertura de ruas, desentulhos e sobretudo da edificação, muito para lá do consulado pombalino, não deveria pôr em causa os prospectos determinados e no seu cumprimento se empenhou a Repartição das Obras Públicas. Por isso, na época mariana, em zonas fundamentais, como os Remolares e S. Paulo, encontra-se, através de importantes encomendadores, a estrita execução dos modelos propostos, vinte ou trinta anos atrás pelo arq. Eugénio dos Santos, enriquecidos pela maior expressividade dos pisos térreos das lojas, inovação que, entre outras, poderá ser atribuída a Reinaldo Manuel, autor do prospecto final da Rua do Arsenal e do arco de sustentação do troço inicial da Rua do Alecrim (1).

Numerosos contratos de obra, registados notarialmente, permitem circunscrever as normas construtivas que rigidamente enquadram esta densa arquitectura desornamentada. Como modelo tipificado, apresentarei o que foi celebrado, em Fevereiro de 1789, entre Pina Manique, representado por Francisco António Ferreira, *"Architecto da Reedificação da Cidade"* e os mestres de obras Jeronimo da S.a Neves, *"do Officio de Canteiro"*, Feliciano Joze dos Reys, *"do Officio de Pedreiro"* e Manuel da Costa, *"do Officio de Carpinteiro"* **(doc.35)** *"para estes todos tres haverem de*

levantar huma propriedade de cazas que elle quer edificar ao Arco da rua dos Remolares".

Não havendo necessidade de clarificar as soluções arquitectónicas, que estavam definidas no prospecto da rua, nem sequer é mencionada a existência de planta, reduzindo-se o contrato a um caderno de encargos que enumera as obrigações de cada um dos mestres, nas respectivas especialidades, através de listagens minuciosas dos materiais a empregar e dos seus preços.

Este repositório das técnicas em presença, precioso para uma história das práticas de edificação que continua por elaborar, interessa-nos sobretudo porque prova categoricamente que o carácter estandardizado da arquitectura pombalina assentava em idêntica estandardização dos procedimentos construtivos, cujos objectivos exclusivos eram a solidez e a durabilidade. Não há pormenores a referir porque eles não existiam: a pedra bastarda ou lavrada, utilitária ou decorativa, para caboucos, lancis, chaminés ou cunhais; as madeiras - de castanho ou casquinha, de Leiria, da Flandres ou do Brasil - para soalhos, portas e janelas interiores ou exteriores; as alvenarias de pedra e cal, rijas ou menos rijas, de pano de tijolo ou fasqueadas; as ranhuras dos peitoris, os buracos dos parafusos nos *"caixilhos de vidraça"*, as ferragens para portas e janelas; os telhados mouriscados *"com suas bordaduras"*; todos estes componentes têm preços seguros porque eram produzidos e aplicados em série, sem possibilidade nem vontade de os alterar. A única nota que sugere uma preocupação de conforto, ainda não inteiramente absorvida, é, além da descrição cuidada das portadas e do seu assentamento, sobretudo a que se refere aos *"caixilhos de vidraça"* para as *"janelas de sacada na frontaria"*, *"como se costuma fazer nas ruas novas"*.Tudo o resto - embora fosse uma cidade que estava a reconstruir-se - parece vir de um fundo absolutamente estabilizado de práticas construtivas que nenhuma dúvida suscitava aos mestres de ofício e que o próprio notário parece dominar, como quem usa um compêndio divulgado.

Um outro contrato (**doc.36**), celebrado em 12 de Agosto de 1791, entre Domingos Gonçalves Chaves, *"negociante morador na rua dos Algibebes"* e o mestre

pedreiro Felicianno Joze dos Reys, para completar *"huma propriedade de cazas na forma do prospecto da cidade em hum chão q. elle havia rematado na rua direita da Magdalena (...) e travessa de Sam Julliam"*, permite alargar ligeiramente o modelo anteriormente analisado.

Neste caso, existe uma planta, na mão do mestre, *"assignada por elles ambos"*, e regista-se que fica ao arbítrio do dito Mestre *"o podello emendar para melhor no caso de nella achar algum defeito"*. Sucede-se depois a lista os materiais e preços, com as respectivas aplicações, que se confirma ser um formulário repetido, embora com precisões mais minuciosas, por exemplo em relação à existência de *"grades de ferro das sacadas, e varendas das frontarias principaes, azolejos, pinturas"* que, no contrato anterior, não eram referidas.

Variante menos significativa, mas que vale a pena registar, é expressa pelo contrato entre Joze Nicolau da Costa, *"Negociante m.or na Rua direita da Magdalena"* e os mestres Gabriel Alz., pedreiro, e Joze Antonio Duarte, carpinteiro (**doc.37;37A**), celebrado em 27 de Março de 1782. Trata-se de uma *"propriedade de cazas na Rua Bella da Rainha, freg.a de S. Nicolau"*, já em início de construção, que se pretende agora *"finalizar"* e para isso são celebrados contratos separados com cada um daqueles mestres, ao contrário do que acontecia na situação anterior, em que um só *"pedreiro"* assumia toda a empreitada, ou no contrato para a edificação das casas de Pina Manique em que havia três mestres em presença - canteiro, pedreiro, carpinteiro - que assinaram em conjunto a mesma escritura.

Agora, só no contrato com o carpinteiro se refere a existência das *"plantas q. estão tiradas cujas ambos assignam"* e menciona-se, pela primeira vez, em relação aos documentos antes citados, a composição dos fogos - *"o primeiro e segundo andar serão feitos p. hum só morador, o terceiro e agoas furtadas para dois moradores"* - denotando uma hierarquização social da ocupação (**Fig.11**) que se tornará habitual nas décadas seguintes e poderá conduzir mesmo a designarem-se os andares pombalinos por casas nobres (2).

Este facto indicia um desejo de diferenciação e apropriação individual de uma arquitectura anónima que, como se verá, transparece sobretudo em pequenas fugas à normalização arquitectónica dos prospectos pombalinos, mas se enuncia também nos próprios contratos de obra que, nos anos de 1790, começam a afastar-se do formulário esteriotipado.

Por isso, vale a pena analisar detalhadamente alguns registos notariais desta década. Comecemos pelo celebrado, em Dezembro de 1791, entre Francisco da Costa Chaves, *"ourives do ouro com logea na mesma Rua"* e Joze Antonio Duarte *"mestre do officio de Carpinteiro mor.or a Cotovia junto a Mai dagoa"* e Manoel Loureiro, *"m.e do off.o de Canteiro, mor.or na Adissa"* **(doc.38).**

O objecto era *"edeficar propriedade a fundamentis"* na *"rua dos ourives do ouro (...) no lado do Nascente, defronte do quarteiraõ da Igr.a de N. Sra. da Vitoria com tres portas de frente"*. Como é mais habitual, menciona-se a planta *"q. lhes for entregue assinada por elle senhorio da obra fazendo o prospecto q. tambem se lhes entregar"*. Depois, simplifica-se a descrição dos materiais, sintetizando-os em observações gerais qualitativas: nas frontarias deveriam usar *"boas cantarias de pedra, rija, clara (...) todas gateadas na forma do estillo do officio"*; também os alicerces, *"perfundados até ao chaõ mais fixo"*, deveriam ter *"bons fundamentos de cantaria"* e as paredes *"alinhadas com linhotes de ferro onde é costume"* apresentar-se-iam *"forradas de Cantaria pelo chaõ"*. Mas o mais interessante é a introdução de exigências, que antes não apareciam, relacionadas sobretudo com as infraestruturas: menciona-se que haverá *"dez agoadouros no chaugaõ p.a as agoas dos Telhados"*, *"hum poço com bocal de cantaria"*, *"sua coluaca de lagedo ranhurado e os canos seraõ encanados no cano Real q. tera tres palmos de Largo Lageado, furrado de enchelharia ou Lages"*.

Outra inovação é a descrição mais cuidada e visualizada da composição da propriedade: além das três portas, ela tinha *"cincoenta e tres palmos de fundo"* e compunha-se de *"tres andares de altura, e agoas furtadas de pé direito e sobreagoa furtada de pé direito á p.te do chaugaõ com huma trapeira do melhor gosto"*.

Colocar-se-ia uma *"baranda geral sobre a simalha real com sua grade de risco, como tambem nas janelas de sacada do primeiro andar, e tambem grades de ferro de maxo e femea nas janelas das Logeas do cahaugaõ"*. Ou seja, introduziam-se importantes alterações no prospecto pombalino: a transformação das águas furtadas em 4º andar, implantado sobre a cimalha e com varanda corrida, e o acrescento de mais um piso, por enquanto apenas sobre a fachada posterior. E deixemos, por enquanto, para depois a questão do *"melhor gosto"*.

Quanto aos interiores, declara-se que *"sera o primeiro lance da escada geral degraos de cantaria"* e, logo a seguir, que *"haverá em todas as cozinhas poaes p.a potes"*. Passa-se depois à descrição da hierarquização dos azulejos: em todas as *"cazas da frente"* com azulejo da fabrica Real, sendo *"nas cazas principaes a sete, alcobas a sinco, cozinhas e cazas de jantar a tres, corredores e cozinhas a dois"*, distribuição que se restringia *"do primeiro andar até ao terceiro q. dahi p.a sima tambem levará azulejos tudo com as alturas a proporçaõ das alturas das cazas"*.

Os quartos *"devidirsehaõ na forma da Planta"* e serão *"assoalhados (...) de madeira de casquinha da melhor e mais groça"*. Regressa-se às cozinhas para precisar que, além dos poiais, terão *"Armarios e cravoeiras"*, denotando uma preocupação com equipamentos funcionais a que se voltará no final do texto: *"seraõ obrigados finalmente a fazer quaesquer repartim.tos, acomodaçoens ou armarios q. forem precizos aos quartos e tudo o mais q. por esquecim.to se naõ declara"*.

Além de outras precisões construtivas em relação aos vigamentos - manifestando maior exigência nos do 1º andar, *"quartiados e todos os mais a sestos e quartos"* -, aos tabiques - *"bem escorados (os) do prim.ro andar (...) e todos os mais q. naõ forem nos prumos debaixo"* - e às diversas tipologias de portas - *"das cazas da frente"*, *"portaes grandes"*, *"portas enteriores p.a vidraça"*, *"portas das logeas de madeira do Brazil da melhor qualidade"* - regista-se ainda que se fará *"o passeyo na forma do arruamento"* sobre o qual *"haverá seu coberto e balcoens semdo precizo"*.

Finalmente, salienta-se que *"todas as portas (terão) alizares de varias qualidades de pedra, fazendo sempre diferença de humas as outras"*, que *"os vidros*

seraõ brancos", que *"toda a frontaria (será) pintada de verde como hé estillo", que "todas as pinturas das portas e janelas levaraõ tres de maos a olio".*

Com estas longas citações, pretendo reforçar a grande importância deste documento: além das alterações ao prospecto com a subida de dois andares, o que mais interessa destacar é a questão do *"gosto"*, que se pretende *"do melhor"* em relação ao desenho das trapeiras do 5º andar que não tinham desenho normalizado, mas se alarga a questões de conforto e funcionalidade, pelo cuidado na inventariação de equipamentos utilitários, a menção das canalizações e uma esteticidade difusa, expressa na exigência dos *"vidros brancos"* ou nas *"tres de maos a olio"* na pintura das portas e janelas.

A análise de outro interessante contrato de obra ajudará a consolidar a reflexão inicial que acabei de sugerir. Foi celebrado, em Outubro de 1793, entre Bento Joze Pacheco, *"Negociante da Praça desta corte"* e Manoel Loureiro, *"Mestre Canteiro"* (**doc.39**), para, num *"terreno, q. consta e dous vãos com cincoenta de sete palmos de frente e setenta e dois de fundo, sito na rua do Ferregial"*, ser edificada *"huma propriedade de Cazas, q. consta de logeas, Armazens, coxeiras, entrefolhos, primeiro, seg.do, terceiro e quarto andar".*

O encomendador possuía já uma outra propriedade na mesma rua e ela é referenciada como modelo para as sacadas dos diferentes andares, que deverão ser suas *"irmans"*, mas cita-se também as de Joaõ Gilardi (?) como exemplo a poder ser seguido. Particular ênfase é dado à distribuição das *"varandas"*, presentes em todos os andares e que se alargam às traseiras, *"pela frente do mar".*

Em relação às canalizações, salienta-se que as *"coluacas (serão) de cantaria até o terceiro andar enranhoradas e gateadas com sua pia pela parte do quintal"*, sistema que depois se enuncia também para o 4º andar, completado com *"hua pia com seu cano"* na entrada da escada.

Mas o maior empenho do senhorio manifesta-se nos acabamentos: até ao 3º andar, incluindo os pisos térreos, todos os tectos serão *"chegos de estuque"*, *"levando*

as sallas principaes de fora e cozinha, sua moldura com florão ao meyo e as alcovas lizas", enquanto o 4º andar *"será forrado de madeira com alguma galantaria nas sallas principaes"*; nestas haverá também *"huma cornija o mais bonito q. poder a aformoziar as ditas salas, com toda a largura"* e os azulejos distribuir-se-ão em fiadas hierarquizadas, consoante a importância das divisões, *"sendo todos da Fabrica e as cores a elleiçaõ delle dono, como tambem os feitios"*; as casas, *"emmediatas ás sallas da p. da frente"* apresentarão *"bandeiras de vidraças p.a quinze vidros"*, *"todos da Fabrica brancos e limpos"*; quanto às pinturas, as do exterior será dada *"com duas maos de sincento, e huma de verde, e tudo a oleo"*, e as do interior, também a óleo *"e depois fingidas a pinsel, sendo cada caza de diferentes tintas e gosto humas das outras, e as cores a elleiçaõ dele dono"*; as *"despenças levaraõ suas partelleiras e taõ bem levará os guarda fógos q. forem precizos"*.

Finalmente, o Pacheco quer ainda que o mestre canteiro, que assumia toda a obra, lhe garantisse a privacidade da propriedade, com *"porta e rotullas pela parte de fora do quintal p.a naõ ser devaçado"* e com divisões *"na varanda sobre a semalha real" "p.a se naõ poderem comunicar os vezinhos huns com os outros"*. E também que *"neste ajuste"* se integrasse *"o acabar de paredes e todo o mais necessario ao quintalinho q. fica pela parte do mar, fazendo-lhe dois assentos p.a a mesma parte do mar, forrados e lageados "* e *"alegretes feitos de tejolo rebatido com seus boracos p.a escoadoiro das agoas, tudo com bom gosto e idea"*.

O custo global da obra seria de *"sete contos de reis"*, quantia apreciável que justifica ainda exigências miúdas como a de que *"os sobrados (fossem) bem desempenados, e as taboas bem unidas (...) e q. por falta de pregos naõ experimente danno ou defeito"* ou que as portas dos armazéns levassem *"suas chapas de ferro p.a as naõ ofender as rodas das lages"*.

Em suma, Pacheco edificava a sua segunda propriedade na Rua do Ferregial (3) que não tinha prospecto pombalino, e utiliza como modelos ou a casa que anteriormente construíra ou a do dito Gilardi (?) que não conseguimos saber quem fosse. O prospecto parece ser da sua autoria: em vez de vãos de peitoril, generaliza as

sacadas em todos os andares, mesmo no superior à *"cimalha real"*, e também as varandas que, além de assumirem a função arquitectónica de modulação das fachadas como acontecia na Baixa, são também encaradas como lugares de fruição da vista sobre o mar que as traseiras proporcionavam. Constantemente, sugere que quer *"gosto e ideia"*, diversificando por isso os padrões dos azulejos, a pintura *"fingida"* das diversas salas, o equipamento do pequeno jardim-miradouro, salientando bem que será ele a decidir os feitios e as cores.

Creio que o teor muito desconexo do próprio texto da escritura, misturando exigências construtivas com apontamentos de pormenor, sem conseguir hierarquizar prioridades ou sequer ordens de execução, reforça o carácter empírico e inovador da sua postura de encomendador que não aceita a normalização dos contratos correntes e pretende contrapor-lhes o seu gosto e ânsia de diferenciação. Esta atitude parece indiciar uma mudança de tempo cultural e que o enorme esforço de estandardização da construção e da arquitectura já não servia aos burgueses recém-chegados que tomaram em mãos a reedificação da cidade.

Dois outros contratos de obra, neste caso respeitantes a reconstruções, merecem ser destacados, revelando, no apontamento de alguns detalhes, preocupações idênticas pelo conforto ou o desejo de fugir à normalização dos prospectos. No primeiro, celebrado entre o Conde d'Atalaia, D. António Luis de Menezes e Antonio dos Santos Mafra, *"mestre de obras do officio de Pedreiro"*, em Agosto de 1779 (**doc.40**), pretendia o encomendador *"desmanchar e reedificar de novo humas cazas q. tem a S. Cristovão junto do seu Palacio da Costa do Castello"*. O objectivo era uma reedificação *"à fundamentis"*, segundo *"o risco e prospecto que lhe será dado assinado pelo (...) Conde"*, devendo o pedreiro fornecer todos os materiais *"respectivé a todos os officios"* e garantir *"que o fundamento da d.a obra terá capacidade, e fortaleza p.a se lhe formar abobeda em lugar de telhado"* para *"q. possa servir de Varanda para hum e outro lado, com serventia p.a o Palacio da Costa do Castello, e com suas grades de ferro batidas a martello"*.

No segundo (**doc.41**), datado de Junho de 1791, o encomendador Joze Mouta de Gouvea e Vasconcelos, *"Escrivaõ do Civel da Cid.e"*, encarregava Manuel António das Neves, *"mestre do officio de Pedreiro"*, de *"reidificar"* as cazas que sua filha possuía *"na rua das Parreiras, perto do Conv.to de Jesus"*. Seguir-se-ia *"hum papel feito e assinado pela maõ dele dito m.e"* para demolir a frontaria, *"formando-a de novo"*, substituir a *"baranda"* do lado do *"chagoaõ"* por parede e assegurar que *"as agoas teraõ sahida de forma q. pelo chagoaõ se naõ venhaõ introduzir nas logeas"*. Pretendia-se também que as casas do 1º e 2º andar tivessem *"doze palmos vivos"* de pé direito, que se não esquecessem *"armarios, despensas e poais p.a Pottes de agoa"* e, sobretudo, que as cazas *"fiquem claras, de modo q. de dia se naõ faça precizo usar Luz em algum dos quartos"*.

Também os proprietários mais modestos, que aforavam chãos nos subúrbios da cidade, se preocupavam com a qualidade e a funcionalidade das suas casas. Cite-se, por exemplo, o contrato celebrado, em 1790, entre Francisco José Beja, *"calafate da Ribeira dos Naos"* e José Joaquim de Campos *"Mestre carpinteiro"* (**doc.42**) para que este lhe edificasse *"humas cazas q. se achão arruinadas"*, na Rua da Paz, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda e foreiras *"á Real Coroa de Sua Magestade"*. O chão tinha apenas trinta palmos de frente por trinta e nove de fundo e a edificação constaria *"de duas Loges na frente (...) cada huma com seu sobrado por sima, e sua escada ao meyo para serventia dos quatro moradores"*. Os vãos teriam *"umbrais de pedra"*, apresentando quatro janelas *"rotolas"* e duas *"caixilhos de vidrassas, os telhados seriam, como é regra geral, "mouriscados"*. Ou seja, seguia-se normas tradicionais de construção, pontualmente actualizadas por hábitos novos de que o uso dos vidros é a principal marcação.

Mais humildes eram ainda as *"tres cazinhas baixas"* mandados construir por Francisco Nunes, *"criado de Sua Magestade"* a Alvaro Pereira *"official de Pedreiro, e João Fernandes do mesmo Officio"*, em Maio de 1779, na Rua dos Cozinheiros, *"no Citio de Nossa Senhora da Ajuda"* (**doc.43**). Mesmo assim, utilizar-se-ia a cantaria

para o "Portal da Janela e porta da Caza", a *"caza de fora e alcova serão asoalhadas"* embora, à maneira tradicional, a porta e janela apresentassem rotolas e a cozinha fosse *"terrea"*, com porta para o Quintal, *"seu peal de sinco palmos para potes, e seu almario"*. Neste caso, registe-se, nem o luxo recente dos vidros surge.

Além dos contratos de obra, outra documentação dispersa permite comprovar que, a par da permanência dos hábitos construtivos tradicionais para a edificação mais modesta, a alteração dos prospectos pombalinos, que detactámos nas encomendas no centro da cidade, ia sendo tacitamente aceite pela Inspecção das Obras Públicas. Assim acontece, sobretudo, com a substituição do 4º andar de mansardas por um andar de pé direito com *"varanda geral"*. Logo em 1783, o arquitecto Francisco António Ferreira, a propósito da pretensão de Manoel de Oliveira de obter autorização para essa alteração (**doc.44**), informa: *"A obra q. o Suppl.e intenta fazer já há m.tos annos q. os edificantes a beneficio das suas propriedades fazerem (sic) as Agoas furtadas com pé direito sobre a frente rezultando as janellas das Trapeiras a fingir maçarda sem q. para isso se lhe determinase nos prospectos q. se lhe dá só sim, por hum desfarse e attendendose a grande despeza q. fazem nas Agoas furtadas sem q. precebão a utilidade q. com responda a referida despeza"*.

Também, em 1794, Anacleto José Luis, pretende completar a sua propriedade na Rua de S. Francisco, *"p.a simetria com o prospecto da dita rua"*, ampliando-a com uma água furtada de pé direito *"com sua varanda de grade como as que se acham feitas na propriedade de Julião Pereira de Castro"*, *"sendo iguais no prospecto as que se acham edificadas na sobredita Rua"* (4). Mas, o mais frequente é que, ao longo dos anos de 1780 até ao fim do século, se deixe sequer de justificar ou pedir autorização para esta alteração que afinal todos reconheciam mais adequada aos interesses dos alugueres.

Outra questão era a da canalização das águas das chuvas. Ao contrário da opinião expressa por Jacome Ratton, que elogiou o encanamento das águas dos telhados, por canais *"praticados"* nas paredes (5), Maria Caetana de Mendonça, com

uma propriedade de casas entre o Rossio, a Rua Aurea e a Nova do Carmo, expunha à Inspecção das Obras Públicas, em 9 de Maio de 1799, que o seu prédio *"por ter sido edificado nos principios da Inspecção está conforme o prospecto q. então se observava, não lançando os telhados as águas da chuva p.a a rua mas sim p.a os canos entranhados nas paredes"*. No entanto, *"esta construção tem parecido menos util e com efeito é m.to prejudicial"* e, por isso, desejava fazer como *"todos os seus vizinhos contiguos e fronteiros tem feito lançando os beirais p.a a Rua"* (6).

A Inspecção terá certamente autorizado mais esta alteração ao prospecto que parecia então mais adequada à protecção das paredes contra a humidade mas sobre as cedências maiores o silêncio da documentação é absoluto. Para as encontrarmos será necessário substituir as fontes pela análise de muitos vestígios que ainda restam.

2.2. A encomenda aristocrático-burguesa

2.2.1. Antecedentes: palácios e casas nobres na época de D. João V e D. José.

Utilizando um número restrito de edifícios, interessa-me, nesta abordagem meramente contextualizadora, reflectir sobre a diversidade de soluções compositivas e estéticas dos palácios e casas nobres setecentistas, anteriores à época de D. Maria I.Começarei pelo tempo de D. João V.

O primeiro exemplo seleccionado situa-se em plena continuidade com tradições seiscentistas, imediatamente justificadas pelo facto de se tratar de intervenções numa casa de fundação anterior. Trata-se do Palácio Unhão-Nisa (7), situado em Xabregas que terá sido profundamente reconstruído em 1740 (**Fig.12,13**).

O que desde logo o caracteriza é a implantação, assumidamente urbana sobre a rua: grande paralelipípedo regular, de alçados impositivos, modulados nos ângulos por pilastras de cantaria, cujas fachadas principais se organizam em três andares, segundo

módulos repetidos e, verticalmente, axializados. Predomina uma assumida horizontalidade que as linhas emolduradas das cimalhas rectas acentua.

A fachada lateral manifesta uma expressividade autónoma que quase absorve o ritmo dos vãos de emolduramentos simples e predominantemente rectos, à excepção do corpo não axial do portal e da correspondente janela de sacada do andar nobre. Mas nem estes elementos nobilitantes, nem o movimento contido das balaustradas e das respectivas mísulas de apoio, ou das molduras recortadas dos vãos de peitoril do 1º andar, perturbam a limpidez compositiva do conjunto e a uniforme distribuição da luz.

Pelo contrário, na fachada principal, a modulação é mais complexa, desde logo porque o rectângulo da fachada se apresenta fraccionado verticalmente por pilastras que, dentro dele, inscrevem outros rectângulos invertidos. Introduz-se assim uma ambiguidade entre a horizontalidade ainda predominante e uma espécie de desejo de elevação que o corpo nobre, agora claramente axializado - mas sem incluir o portal - assume também pelo frontão triangular de coroamento, destacado da moldura ção da platibanda. E embora as molduras dos vãos dos dois andares sejam iguais às da fachda lateral, a extensão das sacadas com balaustradas ao 1º andar, o destaque da balaustrada nobre, envolvendo três vãos poderosamente emoldurados, com o ritmo clássico de dois triângulos, ladeando um segmento de círculo, a plasticidade das duplas golas das pilastras, são estratagemas estéticos que questionam a clareza global, interrompendo a fluidez da sua leitura por concentrações de luz em focos precisos. Ou seja, o olhar é atraído para o corpo central e só depois se dispersa e, nesse primeiro movimento, é um impulso verticalizante que capta e definitivamente regista. A estética do barroco afirma-se assim, como uma ligeira perturbação que se inscreve numa gramática formal predominantemente clássica.

O segundo conjunto, que consideraremos subconjunto do primeiro, conduz-nos ao Campo de Santa Clara (**Fig.14,15**), concretamente aos palácios Barbacena (8) e Lavradio (9), edificados, com idêntico sentido urbano, sensivelmente na época da

reconstrução do Palácio Unhão-Nisa, sem data precisa o segundo, cerca de 1745 o primeiro que tem como arquitecto atribuído Manuel da Costa Negreiros. Trata-se, neste caso, de construções de raiz que permitem, por isso, apreciar, com maior autonomia, as opções estéticas do final do joanino, em termos de arquitectura civil.

Em comum com o modelo anterior, existe a figura global do mesmo paralelipípedo recto com a inerente imagem de uma horizontalidade dominante. Mas a tentativa metodológica de elaborar uma série significativa se interrompe pela poderosa particularidade do palácio Barbacena, sem dúvida o mais qualificado espécime da arquitectura urbana deste período, considerando o património que nos chegou. A sua novidade absoluta é a utilização bem sucedida de soluções compositivas eruditas, sobretudo pela introdução de um corpo verticalizante que cinde a fachada principal e se repete, espectacularmente, no gaveto, com moldura original das pilastras. A riqueza plástica destes elementos, movimentada pelo influxo da decoração das cantarias, a distribuição das balaustradas no primeiro andar - focalizando polos de sentido imagético - os emolduramentos sinuosos do piso nobre, a desmultiplicação da fachada principal que, à excepção dos portais, se repete na lateral, são factos arquitectónicos que elaboram a poética barroca deste edifício, ampliando-lhe a luz e os acentos tónicos.

Ultrapassando a reflexão a que me proponho a análise mais detalhada deste edifício - quanto às fontes tratadísticas e ao peso possível da encomenda -, interessa-me apenas salientar a sua evidente raridade que, como veremos, se detectará, de modos diversos, noutros palácios do mesmo período.

Pelo contrário, o vizinho Palácio Lavradio insere-se numa família compositiva e estilística vasta que, desde logo, remete para o Unhão-Nisa, pela afirmada horizontalidade do conjunto que o centralizado frontão triangular timidamente confronta. No entanto, as diferenças são consideráveis: em Xabregas, a casa dos anos de 1740 edificou-se sobre a poderosa matriz do embasamento que certamente lhe é anterior, quinhentista, na opinião de José Sarmento de Matos (10). Como consequência, há uma escala agigantada nos alçados e nas dimensões dos vãos, de

todo ausente na peça que estamos a analisar e que a menor espessura das pilastras e dos emolduramentos dos vãos reforça. Por outro lado, existe uma axialidade simples do motivo do portal e das sacadas do andar nobre, centralizadoras da imagética da fachada - segundo um esquema de foco direccionado que Manuel da Maia havia de defender para as casas nobres da reconstrução - que está ausente no palácio Unhão, talvez apenas, e mais uma vez, porque se trata de uma reconstrução que aproveita rasgamentos anteriores.

Assim, apesar da figura actual de um e outro ter surgido nos mesmos anos finais do joanino, a residência de Santa Clara é mais moderna, com uma funcionalidade quase burguesa que as estreitas escadas de acesso reforçam, contrariando a tradicional entrada por portal ao nível do chão, para acesso directo das carruagens. E apesar cornijas contracurvadas do andar nobre e do aparelho rusticado do acanhado vão de entrada, a mobilização lumínica é praticamente uniforme, de uma clareza empírica, impedindo a resolução da poética barroca. Saliente-se ainda, como aliás também acontece no palácio Barbacena, a união vertical dos vãos dos dois andares, através das mísulas de suporte das balaustradas, que reduz a plasticidade autónoma dos alçados, ao contrário do que acontece na casa de Xabregas que considerámos, solução compositiva que se divulgará com o pombalino.

Também em relação ao palácio Lavradio, não se integra no meu plano de trabalho uma reflexão mais aprofundada, nomeadamente sobre as sugestões autorais de Sarmento de Matos, admitindo que, além de Ludovici, poderá ter aqui trabalhado inicialmente Canevari (11). Interessa-me apenas registar o que nele existe de voltado para um tempo seguinte e, por isso, o considero uma proposta inicial, embora com genealogia segura, que terá curiosa progenitura no final do século. A ele voltaremos.

O terceiro conjunto que seleccionei da arquitectura civil joanina envolve dois prédios de rendimento com histórias muito diversas. O primeiro reúne condições ideais de análise histórica: é o chamado palácio Ludovici, em S. Pedro de Alcântara (**Fig.16**),

cujo arquitecto o construiu para habitação própria - e alugueres - e gravou na fachada a data da sua conclusão, 1747 (12).

Sobre ele, todos os estudiosos têm destacado a sua importância na génese da arquitectura pombalina - pelo preenchimento integral do gaveto, a economia compositiva das fachadas, sobretudo as laterais, a modulação geométrica dos rasgamentos - salientando embora o teor barroco do corpo axial que une, verticalmente, o portal e as duas sacadas através de uma concentração de emolduramentos decorados, direccionadores do olhar e de uma matizada luz. Esta casa seria uma espécie de modelo de pele tratada do prédio da baixa pombalina e um repto em relação ao que poderiam ter sido os seus palácios que nunca chegaram a ter modelos impositivos.

Por mim, creio que foi isso mas bastante mais ainda: a ele voltaremos quando tivermos que analisar algumas importantes edificações da época mariana. Entretanto, parece curioso salientar a aproximação morfológica que José Sarmento de Matos estabeleceu entre o portal desta habitação mista e o do palácio Lavradio (13): ela é evidente, embora de resolução muito mais frouxa neste último, e sugere uma miscigenação estilística entre tipologias que, como veremos, cada vez mais se contaminarão umas às outras. Finalmente, um enfoque urbanístico: o palácio Ludovici foi a primeira nova construção de uma frente de rua ainda inexistente, e a sua prestigiada imagem contribuiu para enriquecer um eixo de circulação intenso, anunciando, oito anos antes do terramoto, um movimento de descentramento que então, e depois, se tornaria imparável.

Quanto ao segundo prédio (**Fig.17;1-4**), a chamada Casa das Varandas (14), todos os dados são obscuros. Comprovadamente, em 1741, D. Rodrigo de Menezes realizou aqui obras profundas com elevadas facturas de cantarias. Depois do abalo do terramoto, sabe-se que Francisco Crespo, em 1761, o terá reconstruído. Finalmente, após um incêndio no final do século, viria a intervenção de Domingos José de Sousa, em 1803. Sem conseguir clarificar cada uma destas intervenções, a olissipografia cita o nome de Ludovice para a 1ª campanha e o de Carlos Mardel para a segunda.

Sem me deter nesta problemática, que não dispõe de fontes documentais, interessa-me considerar o objecto em si: cinco pisos iniciais, todos com sete vãos, não há senão uma marcação discreta da entrada principal - um vão das mesmas dimensões dos outros, com idêntica moldura superiormente abaulada, sobre a qual se inscreve uma dupla cornija recta; segue-se um piso de janelas e três de pequenas sacadas abauladas e cornijas de chaveta, à excepção das centrais, delimitadas, verticalmente, por pilastras lisas, que apresentam balaustradas rectas. A concentração imagética da fachada situa-se-se nos vãos centrais dos últimos andares, com molduragem mais complexa e mísulas de apoio sob a balaustrada, embora o olhar imediatamente se disperse pela exuberância e particularidade dos outros rasgamentos.

Há uma grande unidade compositiva e decorativa o que torna problemático considerar-se as diversas intervenções. Elas, no entanto, existiram como prova a análise da fachada posterior, denotando que o conjunto era, inicialmente, constituído por dois prédios, talvez autónomos. Por outro lado, quer a dimensão dos vãos, bastante esbeltos, quer a sua concentração, restringindo a expressividade dos panos de parede, quer ainda a uniformidade do piso térreo, são factos que isolam este prédio de qualquer tentativa tipológica: nada tem em comum com o palácio Ludovice e só com o apagamento das suas particularidades se poderá aproximar do prédio pombalino.

A ausência de portal - que, todavia, se poderá admitir que tenha existido - não permite considerá-lo uma casa nobre, o que é contraditório com a ostentação de cantarias e a abundância de sacadas cujos balaústres apresentam um elaborado desenho de elementos rectos torneados, superiormente unidos por dois varões, horizontais e abaulados, acompanhando o recorte da varanda. A sua plasticidade arcaica reforça a minha convicção de que se está perante um modelo isolado, talvez efectivamente dos anos de 1740. Ninguém o seguiu nem copiou mas ele foi sempre uma imagem forte de urbanidade: espécie de património adquirido que, sem contextualização directa, parece absorver, e superiormente simbolizar, alguns dos caracteres mais significantes das fachadas lisboetas.

Finalmente, o último conjunto conduz-nos para uma zona suburbana, embora as duas peças que seleccionei possuam indiscutível carácter citadino, desde logo pelo destaque dos portais e pela deliberada articulação com a rua. Refiro-me à Rua da Junqueira que foi traçada nos primeiros anos de 1700, na sequência dos aforamentos sistemáticos realizados por D. João Saldanha e Albuquerque, a partir de 1701 (15).

Uma dos mais antigos palácios, então edificados, foi o de D. José César de Meneses, Principal da Sé de Lisboa (**Fig.18**) que, desde finais do século passado, passou a ser conhecido por Palácio Burnay (16).

Apesar das transformações introduzidas por este - e, antes, por Manuel António da Fonseca, o "Monte Cristo" por volta de 1840 - o edifício existente mantém, no exterior, o essencial da sua traça (**Fig.19;19.1**) que, em termos de volumetria, se constitui com um quadrado com quatro torreões destacados nos ângulos e cúpula central. E se desapareceram, entretanto, os coruchéus prismáticos que coroavam as torres e a cúpula foi alteada, o ritmo dos vãos e a sua molduragem não teve qualquer alteração, o mesmo acontecendo com a particular solução de entrada, superfície torneada que avança sobre a planimetria da fachada, forrada a cantaria de justa unida. De um lado e outro, o plano da fachada prolonga-se num extenso piso térreo, ritmado por vãos rectangulares e sobrepujado de balaustrada, que termina em torreões, repetindo os centrais.

O conjunto tem uma grandiosidade e uma particularidade únicas em todo o século de arquitectura civil portuguesa, reconhecida pelos mestres que, em 1778, efectuaram uma vistoria, por motivo de herança, após a morte do fundador (**doc.45**). Descrevendo as suas diversas acomodações, incluindo duas *"Irmidas" "gornecidas de ornattos"*, a *"livraria com sua varanda"*, os dois jardins de laranjeiras, cascata e lagos, não tiveram dúvida em considerá-lo *"huma das principais Cazas q. Emziste na Corte"*, atribuindo-lhe o valor de 44 000$000 rs..Não me cabendo indagar sobre as origens e o eventual arquitecto desta casa excepcional, registe-se apenas a erudição classicizante das suas soluções onde a estética barroca se proclama sobretudo no aparato urbano e

se focaliza no corpo do portal de suave convexidade, criando uma linha expressiva com a verticalidade da cúpula.

Mais adiante, na mesma rua da Junqueira, fez Lázaro Leitão Aranha construir uma casa nobre **(Fig.20),** que pouco habitou, ao longo dos anos de 1730 (17). Neste caso, a documentação, existente no espólio do fundador, permite atribuí-la seguramente ao arquitecto Carlos Mardel que aqui terá realizado uma das suas primeiras obras, após a chegada a Lisboa.

Trata-se de um extenso e baixo rectângulo, cujos acessos se localizam nos corpos extremos, com portais discretos, ladeados de óculos elipsodais, e poderoso coroamento de telhados amansardados que se tornaram, como é sabido, uma espécie de assinatura deste arquitecto nas suas encomendas privadas mais destacadas. Para lá do torreão da direita, o plano da fachada prolonga-se ainda com mais um tramo onde se insere a fachada da capela, animada pelo óculo que sobrepuja a porta, alargando e invertendo a figura dos já referidos.

O conjunto, denso e algo atarracado, é também completamente estranho às tradições da casa particular lisboeta e terá empírica e abundante projenitura mas nunca, como aqui, assumindo a função de fachada urbana sobre a rua. Registe-se ainda o contraste expressivo entre a planimetria do corpo central, emitindo uma tranquila luz clara, que só leventemente se concentra nos frontões dos vãos nobres, e a verticalidade contraída dos laterais onde a luz tem um movimento centrípeto que dos óculos sobe às balaustradas e irradia depois pelo movimento sinuoso dos duplos telhados. Um barroquismo peculiar, de matriz quase popular, se pensarmos na Europa central donde o arquitecto chegava, se afirma assim, arquitectonicamente constituído: os expedientes decorativos mais eruditos são como que absorvidos no eclectismo da atitude pessoal com que Mardel soube dar consistência ao desejo estrangeirado do encomendador.

Poderíamos multiplicar os exemplos da diversidade e dinamismo da encomenda particular, na arquitectura civil da primeira metade do século XVIII, mesmo sem sairmos de Lisboa, de modo nenhum sem entrar na *koiné* cultural que, nesses anos,

Nasoni e os seus discípulos elaboravam no norte do país. Mas creio que o objectivo pretendido não precisa de estender nem tipologias nem marcações particulares: até ao Terramoto, se a maioria dos encomendadores aceitava os reptos do passado maneirista para a construção ou reconstrução das suas casas, outros preferiam as sugestões de uma diversidade cosmopolita que lhes chegava quer através das viagens, quer das estampas circulantes entre amadores e arquitectos, quer das próprias propostas destes últimos.

Quanto à cidade, ela estendia-se sem plano nem orientação global, como se queixava Manuel da Maia a propósito da nova paróquia de Santa Isabel (18). Como sempre tinha acontecido, as residências dos senhores ora procuravam os sítios suburbanos, consolidados como Xabregas, novíssimos como a Junqueira, ora apontavam linhas de crescimento implícitas, como S. Pedro de Alcântara ou Santa Clara. E eram um repositório de possibilidades estéticas e vivenciais, de algum modo anunciando - apesar das encomendas régias prestigiadas como o conjunto das Necessidades ou do Menino de Deus - um tempo novo em que a iniciativa de fazer cidade transitaria para mãos laicas.

O Terramoto interrompeu o crescimento orgânico da cidade, possibilitando uma reordenação racional e despótica ao seu centro mais privilegiado. Mas, como José-Augusto França foi o primeiro a realçar, a encomenda privada pouco participou nessa iniciativa que o Marquês de Pombal tomou em mãos, também como demonstração autoritária do seu poder político. Por isso, o chamado "estilo pombalino" foi sobretudo a norma urbana e arquitectónica da Baixa, elaborada pela Casa do Risco, através, inicialmente, apenas de engenheiros-militares que propuseram um modelo operativo para responder concreta e expeditamente às urgências de uma reconstrução de onde se pretendia afastar a iniciativa particular. Esta atitude, eminentemente política, conduziu a um tácito apagamento dos valores mais especificamente arquitectónicos que, à excepção da Praça do Comércio, e, em menor grau, do Rossio, se submeteram a inéditas exigências funcionalistas, defendidas por Manuel da Maia e genialmente

interpretadas por Eugénio dos Santos. Conduziu também a uma vitória estratégica deste sector mais tradicional - mais nacional? - dos meios da arquitectura lisboeta que, na época joanina, apropriou Mafra, ganhou o Aqueduto das Águas Livres e conseguiu controlar o projecto das Necessidades bem como, até certo ponto, o da Capela de S. João Baptista na Igreja de S. Roque (19).

Além da realização maior que foi a Praça do Comércio, e de uma série de equipamentos públicos como o Arsenal da Marinha, a Alfândega, o Terreiro do Trigo e o Quartel de Infantaria da Ajuda, ainda a Cordoaria Nacional, já no reinado de D. Maria I, a estética pombalina influenciou algumas igrejas da reconstrução e, no auge da sua irradiação, atraiu a si arquitectos de outra formação, sobretudo Carlos Mardel que, positivamente, enriqueceria o legado de Eugénio dos Santos, redesenhando os módulos arquitectónicos do Rossio e, talvez, influenciando a evolução ecléctica de Reinaldo Manuel.

E se a cidade foi definitivamente moldada pela figura operativa do prédio pombalino - que foi adoptado, sem o rigor erudito da projectação inicial, em áreas que muito ultrapassam a da reconstrução da Baixa, numa mesclagem empírica com as tradições da edificação corrente anterior -, quando se passa para a encomenda particular, que aqui particularmente me interessa, é necessário esclarecer que a sua influência foi restrita, pontual e rapidamente contestada.

Na verdade, do património edificado que chegou até nós, apenas duas casas nobres, construídas durante o consulado pombalino, podem caber dentro do modelo proposto para elas por Manuel da Maia (20). Referimo-nos aos designados palácio Caldas (**fig.21**), no Largo do mesmo nome, e ao Cruz-Alagoa, na Rua da Escola Politécnica, o primeiro construído por volta de 1770, e o segundo logo em 1757 (21), um e outro extensos casarões, desornamentados e desconfortáveis, que proclamam a origem social burguesa, ainda em início de ascensão, dos seus encomendadores.

Destes dois edifícios, sem dúvida que o Cruz-Alagoa (**Fig.22;1**) é o mais interessante. Não tanto pelas marcações arquitectónicas qualificadas do corpo final da capela - unindo, pela moldura ção seca das cantarias, a porta, a janela e o óculo, num

expressivo movimento verticalizante - mas pelo impacto urbano e significado social deste verdadeiro "empório comercial onde prosaicamente se juntava, à moda antiga, o comércio e a habitação", e também a fruição do espaço traseiro mais de quinta do que de jardim, como bem analisou José Sarmento de Matos (22).

Ultrapassando o pragmatismo funcional destas casas, o que encontramos é uma evidente permanência do gosto joanino e os ecos do estaleiro de Queluz que, ao contrário de José-Augusto França (23), não considero fechado sobre si mesmo, de imediato pela prosaica razão de que os arquitectos que aí trabalharam - por exemplo Mateus Vicente - terem tido também importantes encomendas na cidade, embora eventualmente fora do âmbito de actuação da Casa do Risco. Mas mesmo esta hipótese poderá ter que ser reconsiderada em fase de situações como, por exemplo, o encontrarmos Manuel Caetano de Sousa responsável pelo "Mapa" da urbanização da freguesia de Santa Isabel (24).

Referenciando globalmente o Palácio Ludovice, cite-se, em primeiro lugar, o Rebelo de Andrade (25), edificado, na Rua da Escola Politécnica (**Fig.23**), talvez no início de 1760. Ao invés daquele, era assumidamente uma casa nobre - sem o 2º andar acrescentado mais tarde - extenso e baixo rectângulo, ampliado sobre a Rua do Arco, cujo desnível permitiu a introdução de mais um andar de *mezzaninos*, iluminado por elegantes óculos. Mas tal como o modelo joanino, o ponto focal da composição planimétrica é constituído pelo portal e o janelão de sacada sobreposto, unidos pelo fecho central e as mísulas de suporte, com a habitual dinamização lumínica que o trabalho das cantarias favorece. O impulso vertical assim sugerido prolonga-se nas cornijas contracurvados dos vãos do andar nobre e no aparelho de justa fendida das pilastras, mas contraria-se no alinhamento recto das sacadas que revalorizam a horizontalidade predominante. Menos denso e retórico do que a casa do arquitecto de Mafra, ele sugere uma graça elegante, afim de uma animação algo rococó, mais próxima do ciclo de Mateus Vicente do que dos arquitectos da reconstrução, embora esta afirmação não queira conotar nenhuma tentativa autoral que as fontes conhecidas não permitiriam confirmar.

Obra menor, quando comparada com esta, é o Palácio dos Guiões (26), erguido, na Rua de S. Filipe Nery (**Fig.24**), em terrenos aforados aos Oratorianos, em 1766-67. Da inóspita composição das fachadas, com uma escala desiquilibrada, interessa apenas referir o frontão ondulante que coroa o corpo central sem conseguir dinamizar ou unificar o conjunto. Este gesto arquitectónico que poderá ser um acrescentamento mais tardio, manifesta, no entanto, o característico simbolismo da época de transição: a resistência à estrita normalização, o desejo de marcar uma particularidade social, ainda que com poucos meios e excesso de empirismo de resolução.

Finalmente, cite-se, com mero apontamento, o Palácio Lafões (**Fig.25; 1-3**) cujo início de construção José Sarmento de Matos data de cerca de 1760 (27). Caso único em que existem qualificados desenhos de projecto mas em que a edificação se arrastou sem nunca ter sido concluída de acordo com eles, este palácio parece, na sua fachada principal, concretizar um protótipo muito classicizante e complexifica-se no desenvolvimento dos outros corpos, de idêntica filiação estilística mas invulgarmente elaborados em termos da prática lisboeta.

Além do requinte da gramática arquitectónica, o sentido cenográfico do seu desenvolvimento, a cuidada articulação com a rua, o declive do terreno e os jardins, basearam a hipótese autoral de Sarmento de Matos que o atribui a Gian Carlo Bibiena, recordando outras obras suas como o desaparecido Teatro de Ópera do Tejo, a Igreja da Memória e a Real Barraca da Ajuda, além da sua formação na Academia Clementina de Bolonha.

Quanto a mim, que pretendo tão só contextualizar a época de D. Maria I, interessa-me registar estes sinais incontornáveis, sugerindo que o terramoto não encerrou um ciclo criativo nem construtivo. Que os arquitectos e os mestres que trabalhavam antes, continuaram a trabalhar depois e que, se a iniciativa pública se restringiu, por razões evidentes, às tarefas ciclópicas da Casa do Risco, a encomenda privada continuou a guiar-se por modelos e gostos oriundos da conjuntura aberta dos melhores anos de D. João V, quando a arquitectura nacional se confrontou com excepcionais reptos e contribuições estrangeiradas.

Outras marcações se abriram entretanto, como prova o Palácio De Visme (**Fig.26**), dos anos de 1770, atribuído a Inácio Oliveira Bernardes (28), cuja cenografia ecléctica parece fundir a tradição de pavilhão efémero de veraneio com um desejo de monumentalização classicizante, empiricamente neoclássico se se quiser. As decorações dos interiores de Pillement e os frondosos jardins reforçam os sentidos da arquitectura, assumida por um autor de formação barroca, uns e outros representando o culto da natureza que foi rococó antes de se tornar paradigma romântico. Considerar que tal programa "era então bem alheio ao gosto corrente" (29) é, na minha opinião, desprezar os múltiplos sinais que se iam acumulando de simbolização de uma nova sensibilidade e que ela se exprimia segundo uma atitude revivalista, que tanto utilizava formulários ainda barrocos como se exprimia por um regresso ao clássico, ou optava já por um rústico goticismo, por exemplo em Monserrate, na segunda casa que De Visme mandou erguer (30).

Aliás, e para terminarmos esta visita ao passado com uma situação urbanística, nem mesmo a encomenda pública se guiou apenas pelo espírito operativo e recticular da Baixa pombalina. Assim o prova o arranjo do largo do Chafariz da Rua Formosa de que se terá encarregado Mardel, por volta de 1757, como bem notou Sarmento de Matos que nos limitaremos a citar: "Os princípios urbanísticos estão eivados por critérios estéticos e funcionais bem diversos, com meias-rotundas, paredes ondulantes, jogos de alternâncias, evidenciando-se a fixação na linha curva, que sabemos por então voluntariamente afastada do universo mental dominante" (31). Só no final discordo do autor: não creio que houvesse um "universo mental dominante"; havia, bem à maneira dos esquemas mentais de uma sociedade Antigo Regime, problemas concretos e soluções a eles especificamente adequadas. Não nascera ainda o nosso "esquema mental", regrado por princípios de generalização e universalização.

2.2.2. A conjuntura do fim de século: o peso da tradição, sinais de inovação, o gosto do eclectismo

Se até agora quis salientar que o crescimento de Lisboa decorre *naturalmente* desde o início do século XVIII, de tal modo que o facto não natural constituído pelo terramoto não conseguiu plenamente nem generalizar o modelo da reconstrução da Casa do Risco, nem impô-lo, com os ritmos inicialmente previstos, no tecido específico da Baixa, é evidente que a data de 1777 não significou, também em relação à prática arquitectónica, nenhuma ruptura, embora contenha um particular e pregnante simbolismo. Movemo-nos num *espaço de contaminações*, como é sempre o território da reflexão histórica: as mudanças não são ainda proclamadas, em plena consonância com o que acontecia na área do urbanismo onde espero ter mostrado que não houve, por parte do poder político, qualquer intenção de quebrar as responsabilidades e a programática da reconstrução, o que não impediu o seu enfraquecimento progressivo, quer através da diluição da autonomia da Casa do Risco nas competências mais abrangentes das Obras Públicas, quer pela sua tácita entrega às dinâmicas da iniciativa privada.

No entanto, o carácter *pessoalizado* da arquitectura, permite, mais do que o urbanismo - que se realiza numa duração histórica mais longa -, detectar sintomas e sinais de mudança. Porque existe uma situação de encomenda que põe frente a frente o encomendador e o arquitecto ou o mestre de obras, implicando a manifestação expressiva dos ruídos do tempo presente: o gosto, a motivação próxima, a resolução rápida.

Ora, no tempo breve das últimas décadas do século XVIII, estes agentes estavam rapidamente a mudar: se o Estado permanece, anuncia-se a fatal decadência da Igreja -

facto a ter em conta quando se analisam os arrastamentos da reconstrução nesta área - e os grupos senhoriais suportam refundição significativa em que constantemente aumenta a representatividade de uma burguesia em ascensão, depressa aristocratizada. Por outro lado, assiste-se ao envelhecimento, e progressivo desaparecimento, dos arquitectos activos quer na Casa do Risco, quer em diversos organismos, Ordens Militares, Casa do Infantado, Casa Real, uns e outros formados num ambiente cosmopolita, de matriz joanina, quando algum à vontade económico e dinamismo cultural - sem esquecer as necessidades imperiais ultramarinas - permitiram o eficaz entrosamento da tradição nacional com influxos exteriores, oriundos de Itália e do centro europeu.

A *ordem antiga*, parecendo viver uma felicidade libertada, encaminha-se, na verdade, para o desmoronamento e é por este conjunto de razões, meramente apontadas, que nos parece tão estimulante a análise da produção arquitectónica da época de D. Maria I, inexistente em termos de património estudado, se excluirmos as suas encomendas públicas mais relevantes. Para já, deter-nos-emos nas iniciativas privadas, que deram continuidade aos fios anteriormente sugeridos, mas permitiram também uma subtil especifidade que é o corpo mesmo da elaboração do futuro. E permito-me prevenir: o futuro de que se tratava, naquele final de século, era a destruição de uma ordem milenar, onde a igreja fora a instância última de sentido. Por isso, toda a cultura entrou numa crise profunda cuja imagem desfocada a arquitectura eficazmente representa.

2.2.2.1. Tradição palaciana: edificações iniciais

Creio que foi José Sarmento de Matos quem, pela primeira vez, a propósito do Palácio Lavradio, sugeriu uma reflexão tipológica que abarca o final do século: "(Ele) constitui uma alternativa ao modelo urbano do grande palácio que, curiosamente, descontada a tentativa frustrada do Palácio Lafões, ao Grilo, só viria a ter eco muito mais tarde. Apesar das diferenças de sensibilidades decorativas que os revestem,

remetem para este modelo tanto o Palácio dos Quintelas ao Alecrim, como o dos Bandeiras a São Domingos à Lapa, nomes que não preenchem o prótótipo social em que o patriarca pensava quando pôs casa a seu sobrinho" (32). Esta proposta estimulante, que por inteiro subscrevo, introduz bem o melhor espécime da arquitectura civil mariana, exactamente o Palácio Quintela Farrobo. E porque a sua história tem, creio, sido sistematicamente mal contada, teremos de nos deter nela, apesar da aflitiva falta de fontes (33).

O terreno onde a residência seria edificada foi comprado na Casa da Arrematação das Obras Públicas, em 1777, pelo desembargador Luis Rebelo Quintela, compreendendo, dois lotes adjacentes, um sobre a Rua do Alecrim "que fica pegado e immediato à Igreja nova de Nossa Senhora da Encarnação", outro sobre a Rua do Tesouro Velho, no local onde se situavam as "cavalariças de Sua Magestade" (34).

Pretendia então o comprador edificar "conforme o prospecto que se lhe der" mas, ao contrário do que têm sugerido todos os estudiosos do edifício, tal não terá acontecido de imediato, como confirmam os *Livros da Décima* da Freguesia da Encarnação (35): até 1787, na descrição dos prédios por arruamentos, o único registo, naquele lado da Rua do Alecrim, é a *"propriedade do Marquês de Valença"*, referida como *"antigo palácio arruinado"*, com *"lojas"* e numerosas *"barracas"* que, em 1779, rendiam 425$200 rs.

A razão do atraso do início da edificação deve ter sido dupla: por um lado, a compra fora feita *"com a condição de se lhe dar (o terreno) dezentulhado pela repartição das Obras Públicas e dezembaraçado"* das construções nele existentes (36). Só depois desta premissa satisfeita, começaria a contar o ano habitual para a edificação e é bem natural que a transição de um reinado para o outro, e a reformalização dos serviços da reconstrução nela implicada, atrasasse os importantes trabalhos a realizar; por outro lado, Luís Rebelo morreria entretanto e houve que aguardar pela assumpção da herança pelo seu sobrinho, Joaquim Pedro Quintela que dela toma posse em 1782. Foi este, incontestavelmente, o fundador da casa e o seu empenho de homem novo e ambicioso, o interesse que permanentemente demonstrará

como grande edificador, permitem-me avançar com a hipótese que nem mesmo o projecto herdou de seu tio.

De facto, só em 1788, surge, nos *Livros da Décima*, pela primeira vez o assento do nº 2 da Rua do Alecrim, *"propriedade de Joaquim Pedro Quintela que rende 200$000 rs"*. Esta avaliação muda, em 1789, para 400$000 rs, valor que se manterá até 1793, quando passa a ser referenciada como *"palacete"*.

Exactamente do mesmo ano de 1788, data o documento de constituição da futura Praça Barão de Quintela: tendo arrematado *"o terreno fronteiro à propriedade em que mora com frente de 213 palmos e três quartos face à rua das Duas Igrejas e de fundo pela travessa de S. José até à rua das Flores"*, Joaquim Pedro Quintela acorda com os proprietários vizinhos que *"de hoje em diante fica (aquele terreno) pertencendo como anexo a elas, (para) cómodo do dito logradouro com obrigação de não edificarem"* (37).

Conclui-se portanto que a casa estava já construída e habitada nesse ano, embora talvez não concluída no aparato da sua envolvência. A ausência de documentos anteriores, fazem-nos considerar que os anos à volta de 1787 são os da sua fundação, concluída até 1793, com os valores arquitectónicos que ainda hoje permanecem.

Entretanto, certamente na fase final das obras, para edificação do jardim e anexos, o Quintela aumentou ainda o seu património. Por pressão sua, e contra os interesses de outros moradores, as Obras Públicas resolvem *"suprimir a travessa de S. José entre as ruas do Alecrim e a antiga do Tesouro"*, vendendo-lhe o respectivo terreno, *"com 209,5 palmos"*, por duas escrituras sucessivas, em 22 de Fevereiro e 2 de Abril de 1791 (38).

Sobre parte destes terrenos, terá então mandado edificar os dois prédios contíguos ao pátio do palácio, segundo o prospecto da Rua do Alecrim, o primeiro dos quais é referenciado nos *Livros da Décima* em 1793. Em 1797, estes dois edifícios são descritos com lojas, coxeira e dois andares.

Em 1801, quando é realizada a escritura do Morgado do Farrobo - aprovada por decreto de 18 de Junho de 1791 - no ano do nascimento do segundo Joaquim Pedro

Quintela, futuro 1º Conde do Farrobo - o palácio é assim descrito: *"Casas nobres, pátio, coxeiras, palheiros, cavalarice, jardim com sua cascata e dois lagos de água nativa"* (**Fig.27;1-31**).

Recorde-se, finalmente, para ultrapassar as últimas dúvidas dos que têm posto em causa que o edifício inicial era o que hoje existe, um passo das indispensáveis memórias de William Beckford, datado de 3 de Novembro de 1787:

> "Findas que foram as nossas orações, seguimos, a pé, através de várias ruas e travessas e fomos ver uma casa enorme que Quintela, o negociante, mandou construir. Uma velha criada fanhosa veio alumiar-nos a escada, a qual é tão grande que mais parece de um edifício público ou de um teatro (...). Fazia tão escuro que mal se podiam distinguir as portas das janelas. A maior parte das salas tinha um pé-direito extraordinário. Um dos átrios, desastrado e estreito octógono, não pode ter, se bem calculo, menos de doze metros de altura" (39).

Este precioso apontamento permite completar as informações anteriores. O palácio estava no essencial concluído, não só exteriormente mas também no interior: a "grande escada" lá está, bem como o"desastrado e estreito octógono" que a coroa.

O arquitecto responsável por esta importante peça da arquitectura mariana é desconhecido. A única tentativa de atribuição foi feita por Ayres de Carvalho (40) a José da Costa e Silva porque este arquitecto trabalhou para o Farrobo - mas só em 1805 - e porque haverá "afinidades estilísticas com as suas obras" que, no entanto, não justifica.

Não me parece que assim seja: Costa e Silva, nos documentos que, antes de morrer, vendeu à Biblioteca do Rio de Janeiro - e que Ayres de Carvalho pela primeira vez divulgou - descreve minuciosamente as suas obras, as maiores e as menores, as realizadas e as apenas projectadas. Como justificar que se tivesse esquecido deste belo palácio se acaso nele tivesse trabalhado? Recorde-se, aliás, que a boa relação com o 1º Barão de Quintela não deverá ser anterior ao projecto e edificação do Teatro de S.

Carlos, em 1792, quando o palácio estava concluído e se ultimavam os muros e os jardins.

Não se podendo considerar Francisco Fabri - que só em 1790 chegou ao Algarve -, sendo inverosímil Manuel Caetano de Sousa - pelo seu gosto barroquizante e pelo conhecimento relativamente consolidado da sua obra - a primeira hipótese a considerar é a do Padre Bartolomeu de Quintela que, segundo Cyrillo (41), terá dirigido as obras da Quinta das Laranjeiras (**Fig.28; 1-10**) para o mesmo encomendador: a favor desta possibilidade aponta sobretudo a composição da fachada sobre o jardim, o lançamento lateral das escada nobre, num e noutro caso coroada de cobertura octogonal, e as soluções decorativas das salas mais relevantes. No entanto, na casa de Benfica, trata-se de uma reconstrução, embora profunda (42), enquanto o palácio do Alecrim é uma edificação de raiz. Este facto, mas também o requinte da fachada principal da residência urbana, admite que outros arquitectos possam ser investigados: José Manuel Carvalho Negreiros que, em 1789, terá talvez realizado o Palácio Angeja, no Lumiar (**Fig.29**), e teve então outras encomendas não realizadas (43), Reinaldo Manuel ou Giacomo Azzolini, ambos falecidos em 1791 e que acompanharam estaleiros em curso até ao último momento. Não sendo de excluir a hipótese da encomenda a outro dos arquitectos das Obras Públicas que trabalhavam sob a orientação de Reinaldo Manuel e depois lhe sucederam: o Quintela torna-se, nestes anos, um importante proprietário na envolvência (44) e, por isso, teria certamente contactos com os mestres daquela repartição.

Reflectindo sobre obras efectivamente realizadas - mas quantos projectos se perderam? - a tentação é grande de nos determos no notável Picadeiro de Belém (**Fig.30;1-6**) que tem sido unanimemente atribuído a Azzolini (45). Apesar das diferenças que a diversidade dos usos imediatamente impõe, há determinados pormenores decorativos - as mísulas, o mascarão do fecho do portal, sobretudo um impulso estético onde o neo-classicismo se anuncia mas com uma graça teatral não compendiada - que aproximam o palácio daquela obra que tem sido considerada um parêntesis algo incompreensível, numa carreira marcada pelas decorações para os

teatros régios, pelos arranjos decorativos da Real Barraca da Ajuda e, mais arquitectonicamente, pela leveza rococó das torres da Igreja de S. Vicente de Paula (46).

Finalmente, poder-se-á admitir também uma espécie de dupla autoria: a fachada sobre a Rua do Alecrim, apesar da sua particularidade palaciana, casa-se bem com o prospecto tardo-pombalino da rua, enquanto a do jardim tem um carácter rústico de pavilhão de veraneio. Terá sido a primeira desenhada na Casa do Risco das Obras Públicas, ainda sobre o controlo de Reinaldo Manuel à data do início da construção, e os arranjos interiores, das traseiras e do jardim assumidos pelo Padre oratoriano, tio do Quintela?

Mas mais interessante do que a atribuição autoral - que , no estado presente da investigação, só pode ser hipotética - parece-me ser a análise serial. Neste caso, a aproximação já referida entre esta palácio e o Lavradio, proposta por José Sarmento de Matos, é um repto produtivo. A composição da fachada principal é idêntica (**Fig.27**): dois paralelipípedos ao baixo, ladeando a verticalidade do central, enquadrado por pilastras perspectivadas; portal axial entre dois vãos de peitoril, a que se sobrepõe três vãos de sacada, com o central tonicamente decorado, e o frontão de fria emolduração. Os corpos laterais são organizados em três andares, o inferior utilitátio, aberto na silharia de justa unida, o segundo, de vãos de peitoril, o superior de sacadas repetidas cujos balaústres, de nobre ferro forjado, se abrem discretamente à expressividade lumínica.

Esta composição classicizante, que recuei ao Palácio Unhão-Nisa, reconstruído na época joanina, é uma das mais estáveis das residências urbanas lisboetas. Mas este facto tipológico não deve iludir as novidades da casa do Farrobo: em primeiro lugar, há nela maior erudição do que no palácio Lavradio, nomeadamente na articulação do portal com o corpo que o coroa - onde a balaustrada se alarga envolvendo os vãos laterais - , na introdução de um andar de *mezaninos* que rasga horizontalmente a cimalha, na resolução do frontão com um expressivo óculo centralizado; sobretudo,

existe uma afirmada opção por valores planimétricos, nas cornijas rectas dos vãos - à excepção do principal do andar nobre -, no movimento verticalizante das mísulas, abertas por rasgos lineares e paralelos, na dimensão dos vãos do 1º andar que se alongam, criando um jogo subtil, mas tranquilo, com a horizontalidade dominante. Existe, por outro lado, um curioso influxo de tipologias pombalinas na introdução das águas furtadas, emolduradas com aletas laterais de encurvamento recto e coroadas de pináculos, e no desenho dos portais utilitários que se prolongam nas bandeiras com uma plasticidade também verticalizante. Ou seja, sem renunciar a marcações decorativas que o barroco divulgara - e que, sobretudo, se afirmam na composição do portal nobre - há um deliberado regresso ao despojamento classicizante, neo-clássico se se quiser utilizar este conceito em termos cronológicos.

Outras particularidades desta casa devem ser destacadas. Em primeiro lugar, a já referida fachada autónoma sobre o jardim (**Fig.27.10**) que, aproveitando o desnível acentuado em relação à Rua do Alecrim, se resolve como pavilhão mais íntimo, algo italianizante, com as falsas pilastras rusticadas moldando o corpo principal, os vãos de peitoril adquirindo uma moldura superiormente arqueada que ritma o segmento de círculo da bandeira da porta, os óculos elipsodais dos *mezaninos* rompendo a conformidade linearizante dos da fachada principal, as portadas exteriores de gelosia que modulam a relação lumínica interior-exterior, a banal e curta escada em dois lanços divergentes que conduz ao jardim. Este conjunto de expedientes funcionalistas humanizam a arquitectura, propondo valores de uma vivencialidade romantizada pela aproximação à natureza e o voltar de costas à representatividade social que pressupõem.

No interior, existem também novidades que a indispensável evocação de Beckford nos assegura ser da construção inicial. Desde logo a abertura lateral, à esquerda, da escadaria nobre que resolve espectacularmente o desnível do terreno entre a frente e as traseiras, prolongando as suas possibilidades cenográficas. Sob um portal despojado (**Fig.27,16-20**), sobe um primeiro lanço - coroado do "desastrado e estreito octógono" que tanto encomodou o visitante inglês e que capta a luz exterior

pelas janelas abertas na cúpula - quebrando-se, depois, em dois lances paralelos, unidos no patamar que unifica o piso nobre, abrindo quer para as salas de aparato sobre a rua do Alecrim, quer para as mais íntimas sobre o jardim. Enquanto a decoração de estuques decorativos, em *grisaille*, do corpo do octógono deve ser da 1ª campanha de obras, atribuída, por Cyrillo ao italiano Felis Salla (47), as do átrio de acesso à residência, sobretudo as grandes composições alegóricas da melhor pintura neo-clássica portuguesa, terão sido encomendadas, pelo segundo senhor do palácio, o Conde de Farrobo, por volta de 1820, a António Manuel da Fonseca. Este retratou-se, em 1822, na "Sala das Sabinas", e também ao desconhecido arquitecto Joannes Baptita Hilbrath (**Fig.27,25-26**), à época concessionário do Teatro de S. Carlos, que deve ter dirigido os arranjos decorativos deste período.

Outros importantes equipamentos iniciais devem ser destacados: a curiosa cascata do jardim (**Fig.27,11-12**), com cúpula em calote esférica sobreerguida, ladeada de um anexo de aparelho rusticado que acentua a apropriação romantizada do jardim, e o notável portal de acesso às cavalariças (**Fig.27,8**) que assume, com maior rigor compositivo, os valores neoclássicos dissiminados, com uma elegância ecléctica, pela fachada principal. Do tempo do conde do Farrobo será o anexo sobre as cavalariças e o curioso mirante (**Fig.27,13-14**), edificado sobre o prédio seguinte, que prolonga os valores cenográficos da casa em direcção ao rio e que Augusto Vieira da Silva interpretou como uma recriação de uma das torres da cerca fernandina que exactamente por aqui corria (48).

Sintetizemos: esta casa do mais poderoso comerciante de D. Maria I, que foi o promotor número um do vizinho teatro de S. Carlos - como o seu filho seria do teatro de D. Maria I- é um elo dinâmico entre o passado da reconstrução e uma cidade que dela se pretendia libertar, anunciando o tempo novo, descentrado, da liberdade fisiocrata do final do antigo regime. Essa primeira reivindicação de liberdade adquiriria depois inscrita atitude política e, por isso, o segundo Joaquim Pedro dela se pôde apropriar, usando-a também como um dos mais activos bastiões da resistência liberal durante a monarquia miguelista. Antes disso, Junot foi seu hóspede e, em 1833, D.

Pedro IV, após desembarcar, a ela se dirigiu para agradecer os meios financeiros que o Farrobo pusera à sua disposição (49).

Ela foi assim um espaço de elaboração de História mas também de modulação da cidade: por sua causa, a repartição das Obras Públicas suprimiu a Travessa de S. José, de que sobrou apenas a actual Travessa dos Teatros, obrigando a que a circulação entre o Teatro de S. Carlos e da Rua do Tesouro Velho (actual António Maria Cardoso) com o Alecrim se passasse a fazer obrigatoriamente pelo Largo das Duas Igrejas, o que, naturalmente, acentuou a sua importância imagética; pela necessidade de criar um acesso cómodo e cenográfico à casa, foi aberto o Largo Barão de Quintela que, substituindo as funções de articulação que a suprimida Travessa de S. José garantia, no seu troço final entre as ruas do Alecrim e das Flores, permitiu enriquecer a forte expressão urbana da primeira daquelas ruas.

Creio ter sido a primeira vez que, empiricamente - como a partir de agora sempre se fará - se contraditou a plasticidade recticular dos traçados pombalinos com a intervenção de um corpo lateral de distensão, gerador de um movimento circular que consubstancia a vivência romântica. O Largo de S. Carlos, delineado nos mesmos anos, mais tarde, o arranjo da frente lúdica de S. Pedro de Alcântara, as soluções tardiamente encontradas para as actuais praças Camões e do Príncipe Real constituem-se, tipologicamente, como variantes do mesmo desígnio. A menos que, optando por uma reflexão de ciclo longo, se veja nelas o retomar de uma prática continuada, contemporânea mas estranha aos critérios optados para a Baixa, expressa, por exemplo, no Largo das Janelas Verdes ou, mais espectacularmente, nas meias rotundas enquadrantes do palácio Pombal da Rua Formosa (actual Rua do Século).

O Palácio Castelo Melhor ao Passeio Público é, a par do Quintela, um dos mais importantes signos arquitectónicos da prosperidade dos primeiros anos do reinado de D. Maria I (**Fig.31; 1-8**).

A sua fundação, no registo olisipográfico (50), tem andado envolvido em imprecisões: refere-se a data de 1777 para o início da edificação e atribui-se

simultaneamente o seu risco a Francisco Fabri que, como se sabe, só em 1790 chega ao Algarve e só em 1795 está, comprovadamente, em Lisboa. Ora, os *Livros da Décima* da freguesia de S. José (51) permitem confirmar que, até ao final do século, o sítio de implantação do palácio, na rua ocidental do Passeio Público, permanece com usos irrelevantes embora, em 1791, se assinale que se *"deitou abaixo" "hua acomodoção"*, propriedade do Marquês, onde Manoel Roiz vendia sapatos. Na minha opinião, este pode ser o primeiro sinal de que se pensava em edificação. Todavia, nos anos seguintes, no local apenas se assinala uma propriedade *"dada de graça a um criado"* com o rendimento de 19$200 rs. Como muitas vezes acontece, no importante registo da *Décima*, nem sempre se assenta propriedades em construção mas ela estaria então já a decorrer. Em 1805, há, finalmente, uma primeira referência: *"Propriedade do Ex.mo Marquês de Castelo Melhor que se está edificando"* habitada no ano seguinte, 1806. Além do proprietário, registam-se *"35 criados, 9 parelhas, 4 bestas de carga"* e, *"no quarto baixo"*, ocupado pelo Ex.mo Luis de Vasconcelos e Sousa, mais *"6 criados e 3 parelhas"*. O rendimento total era de 300$000 rs, situação que, com pequenas variações de número de criados e animais, se mantém até 1833, quando termina, infelizmente,o registo da *Décima*.

Ou seja, confirmando as hipóteses enunciadas por José-Augusto França (52), o fundador desta importante casa foi António José de Vasconcelos e Sousa (1738-1801), Presidente do Senado da Câmara de Lisboa entre 1792 e 1799 que, numa fase muito inicial dos trabalhos, contratou o recém-chegado arquitecto bolonhês, Francisco Fabri, protegido em Lisboa pelo Conde de Óbidos, cunhado do Marquês de Castelo Melhor.

Apesar das obras de enriquecimento interior mas também exterior, implementadas em meados do século XIX pelo Marquês da Foz, a importante gravura (**Fig.31**) publicada no *Archivo Pitoresco* em 1863 (53), antes do início daquela intervenção, mostra o estado da edificação como, fundamentalmente, Fabri a terá deixado em 1817, à data do seu falecimento, e que assim estaria desde 1805, quando os Castelo Melhor aí passaram a residir.

Segundo as fontes olisipográficas que utilizámos (54), haveria a intenção de realizar "o risco primitivo de Fabri" que comportaria "além da sobreloja e do andar nobre, mais outro também de sacadas com um zimbório ao centro e um pequeno torreão em cada extremidade". Esta descrição ajusta-se rigorosamente ao belo desenho do Museu Nacional de Arte Antiga (**Fig.31.1**) que apresenta a fachada posterior sobre o jardim, coroada de cúpula, e os pavilhões laterais em corte. Embora não assinado, o facto de ele apresentar, nos dois primeiros pisos, exactamente o número de vãos e respectiva composição que ainda hoje se mantém, permite concluir que se tratará da proposta inicial de Fabri a quem o desenho deve ser atribuído.

Num segundo momento, também documentado pelo excepcional desenho da Academia Nacional de Belas-Artes (55), que representa a mesma vista da fachada sobre o jardim e o corte dos pavilhões (**Fig.31; 2-3**), a intenção do arquitecto reduz-se: desaparece a cúpula e o terceiro andar de sacadas é substituído por outro de vãos de peitoril. Naturalmente, tal alteração foi devida aos interesses e meios disponíveis do encomendador. No entanto, mesmo este segundo projecto viria ainda a ser reduzido, excluindo-se o segundo andar na fachada que podemos documentar, mas, evidentemente, o mesmo aconteceu na frente nobre.

Apesar destas sucessivas reduções, creio que à excepção da cúpula, os valores compositivos fundamentais se mantiveram, permitindo elucidar a originalidade da proposta de Fabri, no contexto da arquitectura palaciana lisboeta da época. A sua principal inovação consiste, tal como fizera Carlos Mardel na Casa de Lázaro Leitão na Junqueira, na deslocação dos corpos nobres para as extremidades, articulando um vasto paralelipípedo ao baixo, cuja superfície, modulada por vãos repetidos, é sensivelmente o dobro de cada um deles. Predomina assim uma tranquila horizontalidade, reforçada, na fachada principal, pelo aparelho rusticado dos dois primeiros andares e pela continuidade da linha da cimalha, sobre a qual se erguem os dois discretos frontões dos topos. Os pares de pilastras que os modelam, reforçando o movimento das colunas dóricas dos portais, a destacada moldura em segmento de círculo dos vãos principais do andar nobre, constituem-se como impulso verticalizante

que, no entanto, se limita a enriquecer os ritmos da fachada sem perturbar os seus valores horizontais, expressos ainda nos rectângulos das balaustradas, pouco pronunciadas, e nas respectivas cornijas rectas, articuladas com os vãos por elegantes volutas de discretíssima moldura ção. Também as mísulas de suporte possuem uma linearidade seca e plana, então raríssima em Portugal.

Embora não estejam apontadas na gravura do *Archivo Pitoresco*, creio que as pinhas e os pináculos, que ritmam à pele os vãos de peitoril sobre as entradas inferiores (**Fig.31.4;7**), quebrando plasticamente os rasgos horizontais do aparelho, são também do desenho de Fabri, confirmando uma opção decorativa estranha a Lisboa e, neste caso, de expressiva conceptualização.

Naturalmente, esta fachada, actualizada em termos internacionais - revelando todas as potencialidades do jovem arquitecto ainda não comprometido na gestão da herança barroca de Manuel Caetano de Sousa na Ajuda - não teve qualquer eco na arquitectura palaciana lisboeta. Mas, nem por isso, é menor a sua importância simbólica: trata-se da casa de um dos mais ilustres representantes da nobreza seiscentista, que, com o Terramoto, perdera o velho palácio fronteiro da rua dos Condes, e que, como todos os outros titulares, não tivera pressa em edificar. Escolhia agora, na cidade pacificada de D. Maria, os amplos terrenos da cerca de S. Roque, obtidos do Marquês de Pombal em troca das hortas da Cera onde o Passeio Público fora delineado, tornando-os figura de nobilitação de um espaço novo, promovido, depois de 1833, a palco privilegiado dos rituais de representação da sociedade aristocrático-burguesa do primeiro liberalismo. O facto do Castelo Melhor ter escolhido um arquitecto estrangeiro era uma tradição nacional de passado prestigiado mas, no momento particular em que ocorre, recorda a crise que a profissão então atravessava, com as Obras Públicas dominadas pelo velho Caetano de Sousa de formação mafrense e sem discípulos capazes de se autonomizar. Fabri, como Costa e Silva, perceberam a oportunidade que esta situação lhes abria mas o fim do regime que já se adivinhava não lhes permitiu constituirem-se como escola alternativa. Também por isso, este palácio foi um parênteses, prestigiado mas sem progenitura.

À margem das realizações maiores que são os palácios Farrobo e Castelo Melhor, o ritmo da edificação aristocrática prosseguia, utilizando modelos tipológicos tradicionais. Assim aconteceu com a casa de Luís José de Brito (**Fig.32;1-6**), construída, talvez em 1781, no largo do Rato (56). O encomendador era "contador do Real Erário e tesoureiro das Contribuições para a Superintendência das Obras das Águas Livres" desde 1771 e o terreno, adjacente para sul à Real Fábrica da Louça, terá sido pagamento dos serviços prestados. Com esta edificação inciava-se a normalização banal daquela praça, que Carlos Mardel teria ideado com outra grandeza e monumentalidade (57), articulada com os numerosos aforamentos que, para nordeste, realizavam os padres oratorianos, iniciativa particular que as Obras Públicas se limitavam a legitimar e correspondendo, exactamente como acontecia do outro lado, em direcção a Santa Isabel, a uma intensa procura, sobretudo de pequenos investidores.

Apesar de posteriores acréscimos (58) e das alterações sofridas pelos interiores - quando, na primeira metade do século XIX, ele se converteu em palácio Viana - as fachadas mantêm os valores planimétricos da primitiva construção: um enorme e fechado paralelipídedo, sem qualquer perturbação da sua horizontalidade, reforçada pela cimalha cega e pelo discreto tratamento do corpo nobre central. Só as molduras de vergas superiores arqueadas introduzem um tímido sinal de dinamização plástica com recursos estilísticos do passado, reabsorvida na repetição dos módulos, na linha aberta dos balaústres de ferro forjado, sobretudo no tratamento utilitário do piso térreo, utilizando a moldura seca e geométrica do pombalino que se enriquece com ondulações recortadas no estreito portal e no correspondente vão de sacada do andar nobre. No entanto, de algum modo repetindo a tipologia do palácio Farrobo, vale a pena atentar na figura elaborada da fachada posterior (**Fig. 32.6**) que propõe valores de vivencialidade mais intimistas tanto pela redução da escala como pela sua articulação com o jardim.

Próximo deste edifício, na extremidade oriental da Rua da Fábrica das Sedas, fez o arquitecto Manuel Caetano de Souza edificar para si mesmo, uma casa nobre (**Fig.33;1**), em substituição da que anteriormente possuía *"à Cotovia"*, demolida em 1791 para a edificação do Real Erário (59). Tendo recebido 1 600$000 rs do Cofre do Donativo dos 4%, referente à avaliação que dela fizeram *"o Arquitecto e Mestres Gerais"*, *"a pedraria e aviamentos que poder extrair das ditas Cazas"*, além do direito ao *"dezentulho pelas Obras Públicas"* no *"terreno livre de que lhe fiz Mercê"*, *"junto ao Chafariz do Rato"* e, posteriormente, o direito aos sobejos do mesmo Chafariz (60) , Manuel Caetano iniciou, certamente ainda em 1793, a nova edificação.

Apesar das obras de acrescentamento e engrandecimento que, no século XIX, nela introduziu a Duquesa de Palmela, a casa do primeiro arquitecto da Ajuda é bem legível: um palelipípedo quase quadrado cuja fachada se apresenta modulada pelos vãos de peitoril dos dois primeiros pisos e enriquecida pelo andar nobre de seis sacadas, as das extremidades de vergas rectas, as três centrais - posteriormente ligadas por balaustrada ondulante - com molduras arqueadas e recortadas, centralizadas pelo característico botão da gramática decorativa de origem ludoviciana e divulgação mardeliana, e suportadas por mísulas de modulação simples. Nenhum excesso decorativo, antes uma limpidez compositiva modesta e discreta que exemplifica bem a matriz da sua formação de mestre pedreiro ou "canteiro" como depreciativamente o designou Jacome Ratton (61). Sem especial requinte, ela não se diferenciaria significativamente de outras, como as que Eugénio dos Santos ou Carlos Mardel décadas antes haviam feito edificar para casas próprias, e aproxima-se da organização de diversos prédios marianos. A sua particularidade reside sobretudo no isolamento imagético, num excepcional lote urbano cuja cenografia dos muros envolventes, dos portais e do mirante sobre o Chafariz e o Largo do Rato os Palmela haveriam de orquestrar. Mas se a compararmos com o palácio de Ludovici, poder-se-á entender a profunda distância de estatuto existente entre o arquitecto de Mafra e este operoso mestre do final do século, promovido após a morte de Reinaldo Manuel, a Arquitecto das Obras Públicas, em 3 de março de 1792, *"vencendo o ordenado de 600$000 rs*

anuais" (62). Depois da sua morte, em 1802, a casa foi herdada pelo seu filho também arquitecto, Francisco António de Sousa, que, implicado na conspiração de Gomes de Freire em 1817, seria deportado para Angola. O palácio foi então avaliado em trinta contos de reis, e ocupado pela Intendência Geral da Polícia (63).

Idênticos valores estéticos, muito tradicionalistas, organizam também o Palácio Valadares, na Calçada do Sacramento (**Fig.34**).

Segundo Gustavo Matos Sequeira, o conde de Valadares, D. José Menezes Abranches Castelo Branco, que, antes do Terramoto, possuía aí um palácio, terá pedido, em 1785, vistoria e medição do respectivo terreno (64). No entanto, em 1790, a construção ainda não se iniciara: nesse ano, o proprietário requer *"a continuação da muralha na rua nova do Carmo"* para *"dar princípio à edificação"*; na sequência deste pedido, o arquitecto da Inspecção do Plano para a reedificação da Cidade, Francisco António Ferreira, elabora o orçamento, no valor de 25$000 rs, *"para a muralha que o Ex.mo Conde de Valadares pretende para segurança do seu terreno no sítio do Carmo"* (**doc.46**). Entretanto, como sempre acontecia aos palácios arruinados desde o Terramoto, o Conde alugava as várias e decrépitas "acomodações" existentes donde extraía algum rendimento, como documentam os *Livros da Décima* da freguesia do Sacramento (65).

Pela ausência de registo nestes documentos entre 1784 e 1792, concluo que estes foram anos de desaterros, consolidação e depois de edificação; em 1793, é referido como "incompleto", situação que se prolonga até 1797: o seu valor é então de 300$000 rs, referente *"à parte do palácio acabado" "em que assistia o Conde"*. No ano seguinte, um incêndio voltou afectá-lo, impedindo a sua conclusão: os proprietários mudaram-se para Sant'Ana e, segundo as *Décimas*, a *"galeria do Palácio"* passa a estar ocupada por *"fabrica de arames, cavalariças velhas, casa de pasto, loja com fabrica de gesso, alfaiate, sapateiro"* donde o Conde tirava o considerável rendimento de 591$800 rs.

Como na maioria das outras edificações deste período, desconhece-se o arquitecto ou mestres que delinearam esta casa-nobre, considerada por José-Augusto França "a representação mais pura do palácio no período pombalino tal como Manuel da Maia o tinha proposto - e seu caso epigonal"(66). Este entendimento confirma-se no destaque do conjunto portal/sacada nobre emolduradas que, situado lateralmente, não chega para dinamizar a imensa mole da fachada cujos pisos utilitários vão crescendo, acompanhando o acentuado declive da calçada, até quase se confundirem com os prédios da reconstrução adjacentes.

Este "gosto epigonal", sem dúvida predominante, manifestou-se, nos mesmos anos, na casa-nobre de Francisco Higino Pereira (**Fig. 121.1.-12**). O terreno foi por ele arrematado, em 26 de Março de 1782: *"no lado do Sul do Largo das duas Igrejas defronte do Chafariz"*, constituído por *"90 palmos de frente com 290 palmos de fundo tanto pela Rua do Thisouro como do Outeiro"*. O palmo foi vendido a 20$00 rs, sendo o preço global de 1 800$000rs (67).

Nos *Livros da Décima* da freguesia dos Mártires (68), a casa aparece pela primeira vez referenciada, em 1788: é então o nº3 da Rua das Portas de S.ta Catarina, pertencente a Francisco Eugénio (sic) Dias Pereira, constando de *"armazém, dois andares e águas furtadas"*. Em 1791, quando é o nº1 da *"rua de S.ta Catarina defronte ao chafariz para nascente"*, a descrição é bastante diversa: *"propriedade de Francisco Iginio (sic) Dias Pereira e consta de casas nobres e três lojas debaixo do jardim. É habitado pelo senhorio"*.

Imenso paralelipípedo compacto, transpondo para residência individual a estética funcional e repetida do prédio pombalino, animada apenas pelo portal e as almofadas perspectivadas do piso térreo, esta casa deve o epíteto de "nobre" apenas à sua excepcional localização que lhe havia de garantir alterações palacianas (69) e uma história social de grande nomeada. Representando a ascensão social de novos argentários que arrematavam os terrenos, abandonados pelos primitivos proprietários, ela figura também um dos modos subtis da inovação da época mariana: herda a

arquitectura estandardizada do pombalino, cujos valores construtivos e artesanais lhe garantiam a imortalidade, mas prolonga-se em jardim, enriquece-se nos interiores e afirma-se, definitiva, num lugar intenso da cidade, enfrentando os muros do jardim do Palácio Farrobo e debruçando-se sobre o Largo de S. Carlos, entretanto em construção. Ou seja, estruturalmente, continha já o futuro da sua particularidade que lhe será sucessivamente construída ao longo dos anos do romantismo, com os pavilhões do terceiro andar, simulando torreões, a dinamização das balaustradas e o enriquecimento das molduraçães.

Outro exemplo de soluções simples para "fazer casa-nobre" na época de D. Maria I encontramo-lo na rua de S. Francisco (actual Ivens), mesmo em frente da portaria do convento da mesma evocação (**Fig. 35;1-4**). O sítio era ainda então um estaleiro pós-terramoto, com o largo ocupado com uma igreja provisória, enquanto as obras da nova estariam apenas a iniciar-se, mas vinha sendo edificado com sistematicidade desde os anos de 1780 (70). O seu edificador foi José Alves Viana e ela estava concluída em 1797: *"nova e abitada (...) no principio do presente ano de 1797 que tem lojas e hum andar nobre e águas furtadas. Foi arbitrada pelos Mestres em 300$000 rs"* (71). Como é hoje visível, e esta descrição confirma, o andar corrido sobre a cimalha e o telhado amansardado foram acrescentos posteriores, realizados em 1852, quando pertencia a Joaquim Pereira da Costa (72), eivados do gosto romântico do meio do século que aprofundou o desejo de particularidade na composição das fachadas, sem conseguir, como veremos, descolar da matriz estética herdada.

Durante a edificação, o Viana e o seu mestre de obras Manoel Loureiro tiveram um curioso conflito com o vizinho Visconde de Barbacena que, em 1794, se queixou à Inspecção do Bairro dos Remolares (73). O *"suplicante"* dispusera - como era habitual entre os nobres que tinham casas arruinadas e nenhuma vontade de as reconstruir - do *"seo Palacio destruido"*, sito à Calçada de S. Francisco, para *"abitação a varios inquilinos"*, sendo *"agora noticiado q. superiorm.te ao m.mo Seo palacio onde Joze Alves Viana anda edificando e cujo M.e denominado Manoel Loureiro fas lançar*

todo o entulho em sima ds acomodaçoens eregidas no proprio solo do Supp.te e com tanto escesso q. já priva inteiram.te o uzo das mesmas habitaçoins".

O arquitecto Francisco António Ferreira, *"encarregado por ordem régia da execução da nova Planta da Cidade"*, realizou a solicitada inspecção, em 15 de Dezembro de 1794, verificando que o *"Supp.do não tem sitio p. depozito dos ditos entulhos só sim para o sitio referido aonde se achão as ditas Barracas"*, mas concluindo também *"não poder continuar a obra sem grande perigo que ameaça as pessoas q. habitão as sobreditas Barracas por ser sitio em ribanceira e este cheio de entulhos levadiços".*

Não encontrámos o desfecho desta interessante disputa mas, embora com atraso das obras, ela terá sido favorável ao edificador e contribuído para acelerar a construção da frente urbana posterior, demonstrando, entretanto, quanto as normas pombalinas eram sistematicamente contraditadas, nos prazos de execução previstos, pela rentabilização expedita das ruínas.

Quanto à casa, ela apresenta, mais do que a do Higino, um desejo de particularizar a fachada principal, aproveitando as laterais, expeditivamente, o declive de implantação com um modulação pobre e anónima de vãos utilitários. Saliente-se a rigorosa simetria axial dos dois portais, com um desenho ondulante mas seco, e sobre eles, a balaustrada nobre, ondulante também, articulando dois vãos com molduras em segmento de círculo e fecho central. Lateralmente a esta figura tónica, dispõem-se mais dois vãos de cada lado, de molduras rectas, coroando as portas de serviço e os respectivos vãos do andar térreo.

O mais interessante é a fuga à axialidade centralizada tradicional que se desmultiplica num duplo eixo sem nenhuma razão funcional que a justifique - é um expediente de "aformoseamento", como mais tarde se dirá - mas também o alongamento do módulo dos vãos que se estreitam e verticalizam, garantindo uma sugestão de elevação que a destruição das primitivas águas furtadas não permite confirmar.

Penso que outra das particularidades desta casa - o anexo de acesso ao pátio, coroado de uma loggia fechada por gelosias de madeira - é também inicial. Esta impressão advém não só do carácter pombalino da modulação dos vãos cegos, e das portadas do único utilitário, mas também da balaustrada de ferro forjado, cujo desenho é igual ao do andar nobre e bem diverso do que protege o 3º andar oitocentista. Embora as normas da reconstrução tivessem proibido este sistema antiquíssimo - mourisco? - de modulação da luz e da temperatura interior, substituindo-a pela vulgarização dos vidros encaixilhados, ele terá sobrevido muito mais do que se poderia pensar, considerando os raros exemplares que chegaram até nós. Neste caso, e nesta data, esta elegante sala de fresco sugere o gosto epocal, bastante pré-romântico, pelo gozo das vistas, aqui esplendorosamente abertas sobre toda a cidade baixa e o rio.

Não sabemos se o activo mestre Manoel Loureiro terá desenhado esta fachada de erudição especiosa, mas temos de salientar a rigidez do talhe das cantarias que, como veremos, anuncia um desejo expressivo de geometrização, uma espécie de procura do molde abstracto dos modelos tardo-barrocos que se acentuará nos primeiros anos do século seguinte.Tal como na casa do largo das Duas Igrejas, é de herança da reconstrução e da sua ultrapassagem esteticista que se trata. Nenhuma inovação essencial, nenhuma afirmação conceptual de novos estilos, apenas a afirmação subjectivizada da vontade de fuga ao despojamento repetido do prospecto da rua que, neste caso de S. Francisco, nunca terá chegado a ser elaborado.

A última casa nobre que referenciámos, na época de D. Maria, com pleno sentido urbano, foi o actual nº 71-77 da rua de S. Pedro de Alcântara (**Pag.36;1-7**), objecto de uma competente nota recente de Helder Carita (74) que, no entanto, se equivoca na sua data inicial. De facto, como provam os registos da *Décima da Cidade* para a freguesia da Encarnação (75), ela foi edificada em 1798, pelo Desembargador José Pereira de Sousa Peres, talvez irmão do comerciante Joaquim Pereira de Sousa Peres que, dez anos antes, em 1788, fizera construir o prédio nº 54-66 da Rua Garrett a que nos havemos de referir (76).

Depois do próximo palácio Ludovice, esta casa continuava a nobilitar uma zona que permanecia informe, anexa às acomodações dos Sousa Coutinho cuja "casa nobre" nunca fora inteiramente reconstruída após o terramoto.

A fachada principal é particularmente ecléctica, de dimensões restritas que anunciam já a volumetria amável e amaneirada dos palacetes burgueses do meio do século. Organizada em três corpos, com o central ligeiramente saliente ao nível dos dois primeiros andares, ela substitui também o tradicional eixo da entrada nobre por dois portais iguais, de molduração simples, abertos no aparelho rusticado de justa fendida que se prolonga em falsas pilastras até à sacada, repetidas lateralmente nos topos, mas sem a mesma modelação destacada do pano da parede.

Trata-se de uma solução idêntica à da casa de José Alves Viana que, no piso térreo, apresenta a mesmo ritmo de aberturas: dois portais laterais utilitários, dois vãos de peitoril e duas portas centrais, constuindo a dupla entrada nobre. Falta, no entanto, ao edifício em análise, o aparato das cantarias e a esbelteza do desenho do palacete de S. Francisco, cenograficamente compensados pela saliência do corpo central e a expressividade do aparelho rusticado que, como sugere Helder Carita, parece transportar uma memória decorativa do palácio Ludovice.

Não parecendo existir razões funcionais para esta solução inovadora, e repetida, de duplicar o eixo tradicional da entrada, ela poderá ser considerada fuga à herança barroca, tendo como consequência expressiva acentuar a horizontalidade tranquila da fachada sem, no entanto, lhe retirar a importância imagética do acesso: o que antes se fazia por concentração de elementos plásticos, propõe-se agora como soma cujas parcelas se alinham lado a lado, negando a unificação barroca por uma tímida, e empírica, sugestão neoclássica.

O desejo de inovação rompe-se, todavia, logo de seguida na escolha ecléctica dos emolduramentos dos vãos, utilizando elementos decorativos da gramática corrente, seja a linha ondulante, com botão, dos do piso térreo, as vergas superiores arqueadas, com modesto fecho central, do andar de peitoril ou as molduras em linha

quebrada do andar nobre, concentradoras de luz sem perturbarem a planimetria global da fachada.

Mais indeciso do que o palacete Viana de S. Francisco, em assumir os valores burgueses do fim do século, este edifício remete para o passado mas, paradoxalmente, anuncia os eclectismos historicistas do nosso tardo-romântico. Sugerindo que a vizinhança do joanino palácio Ludovice lhe pesava como modelo imperativo, vivo ainda de sentido e pregância afectiva. A resistência a esse modelo prestigiado é insegura e, como quase sempre acontecerá, significa um evidente empobrecimento de conceptualização arquitectónica. O que lhe não tira, antes pelo contrário, a sua importância sociológica.

2.2.2.2. Tradição palaciana: as modernizações

Além das construções de raíz ou das reedificações totais, há que referir, no panorama da casa palaciana da época de D. Maria I, diversas intervenções em construções anteriores.

A primeira que destacarei é o palacete de Barthazar António Synel de Cordes (**Fig.37**), situado no prestigiado Campo de Santa Clara. Em 1781, este fidalgo da *"Caza de Sua Magestade e Secretário das Reaes Audiências do Dezembargo do Paço na Repartição do Alemtejo e Algarve"* comprou, por *"cinco contos de reis"*, a D. Thereza Joaquina Teixeira Brandão e Andrade, umas casas nobres que se encontravam hipotecadas, precisamente para proceder à sua *"reedificaçam"* uma vez que *"a propriedade se achava inabitavel pela destruição que nelle fez o terramoto"*(77). A propriedade era foreira aos Cónegos regrantes do Convento de S. Vicente e, perante

eles, o comprador compromete-se a *"beneficiallas de sorte que a esta Illustre Comunidade rezulte o beneficio de ficar a mesma valendo muito mayor quantia"*. Para o efeito contrai também um empréstimo de quatro contos, ao *"Procurador Geral dos Carmelitas Descalços"*.

A casa hoje existente manifesta, no piso térreo, sinais do anterior edifício, nomeadamente no desenho dos portais e vão de peitoril centrais, abertos no aparelho rusticado. Completamente novos serão o piso nobre, organizado num corpo axial de três vãos de sacada, ligeiramente avançado, com balaustrada ondulante, e dois corpos laterais de quatro vãos de sacadas rectas. Sobre a cimalha, corre uma balaustrada cerâmica - com estatuetas centrais que foram acrescento posterior - solução anunciadora de gostos burgueses oitocentistas que assim substituem as funções imagéticas do frontão, progressivamente anulado da arquitectura civil.

Quer na organização em três corpos, quer, sobretudo, na molduração sinuosa dos vãos, mais rococó no corpo nobre e menos ondulada nos laterais, existe algum minetismo com o vizinho palácio Lavradio, embora a ausência de frontão e de portal axial marque diferenças apreciáveis, relacionáveis quer com o aproveitamento da pre-existência, quer com a utilização de um novo modelo tipológico que apresenta similitudes - apenas de composição- com a casa de José Alves Viana, em S. Francisco, e a de José Pereira de Sousa Peres, em S. Pedro de Alcântara. No entanto, a dupla entrada, que então considerámos uma inovação questionante da axialidade do conjunto portal/ janela nobre de tradição barroca e pombalina, poderá aqui - onde os dois portais se apresentam separados por um vão de peitoril, inexistente nos exemplos anteriores - ser uma sobrevivência, remetendo para a funcionalidade da circulação das carruagens, no interior do grande átrio de acesso (78).

Vale a pena referir ainda a pequena água furtada centralizada que apresenta torneamento idêntico ao dos vãos nobres e que será desta reconstrução: as suas dimensões miúdas fazem dela um objecto miniaturizado que sugere as amáveis proporções, bastante amaneiradas, da arquitectura romântica do meio do século seguinte.

Mais uma vez se confirma que os mestres ou arquitectos marianos nada de novo traziam à arquitectura lisboeta: multiplicam-na, em réplicas e apropriações eclécticas. Talvez como sempre se tinha feito, embora a sua particular conjuntura signifique não uma transição de escolas ou gerações mas, mais definitivamente, glose o fim do ciclo estético do classicismo. Que demorará um século a morrer.

Bem diversa é a situação com o palácio de Porto Covo de Bandeira, na rua de S. Domingos à Lapa (**Fig.38**). Mais uma vez foram os preciosos *Livros da Décima* que nos auxiliaram a, relativamente, dislindar as suas fases construtivas (79): em 1762, quando aquele registo se inicia na freguesia de Santos, já José Álvares Bandeira possui três propriedades contíguas na rua, uma delas, em que reside, composta de *"loge e sobrado"* avaliada em 120$000 rs, designada, desde 1768, por *"casa nobre"* sem que seja entretanto assente qualquer intervenção qualitativa, o que não quer dizer que ela não tenha ocorrido.

O registo mantém-se absolutamente igual até 1792, quando são sinalizadas obras nas pequenas propriedades anexas à *"casa nobre"* onde o senhorio continua a residir. Em 1795, as obras estão terminadas e a casa nobre, avaliada em 300$000 rs. e designada por *"palácio"*, passa a integrar os três números, antes correspondentes a edifícios autónomos.

Admito, como hipótese provável, que o palácio existia, talvez com todos os valores imagéticos que ainda hoje detém, desde 1768, e que a campanha de obras, da primeira metade da década de 90, tenha correspondido à construção da capela. De facto, além dela ocupar o chão das anteriores pequenas propriedades independentes, a moldura ção dos vãos e do tímpano distingue-se claramente das soluções escolhidas para o palácio. Paradoxalmente, ou não, é, no entanto, mais barroca.

Naquele, predomina o espírito do grande comerciante nas soluções funcionais do assumido piso térreo que, no andar nobre, revela, sem contradição, um gosto decorativo ostentatório que todos os arquitectos pombalinos souberam propor. Mas o frontão é um claro triângulo, coroado de urna verticalizante. Quanto à capela, ela

dota-se de um duplo frontão, o primeiro dos quais, em pronunciado segmento de círculo, rompe cenograficamente a linha contínua da cimalha e se vê envolvido pela ondulação do superior, coroado de fogaréus. Apesar de nos anos de estaleiro já ter falecido Mateus Vicente (1785), é a marca do seu estilo que aqui existe e que poderá ter sido executada por um dos seus discípulos.

Ou seja, não era só a senhora D. Maria I que gostava de igrejas barrocas... Aliás, nesta curiosa junção, de um palácio dos anos de 1760 e de uma capela de 1790, pode ver-se uma síntese facilitadora da diversidade de gostos e opções em presença que, de modo nenhum, eram antítese uns dos outros, mas escolhas deliberadas e particularizadas para finalidades específicas. Embora, o Bandeira estivesse no caminho da nobilitação, que D. Maria lhe havia de conceder, o seu espírito não era ainda cortesão. Mas como honrar a Deus, nesse final de século, sem a animação afectiva de uma cenografia barroca?

Muito mais incerta é a abordagem da campanha de obras que comprovadamente foi realizada no palácio Ribeira Grande (**Fig.39;1-4**), na rua da Junqueira, de acordo com as *Décimas da Cidade* da freguesia da Ajuda: em 1806-07, esta casa, que é registada sem qualquer rasto de alterações desde 1765, "encontra-se devoluta por se andar reedificando" (80). Mas o alcance desta "reedificação" é difícil de apurar, na ausência de outros elementos de apoio.

Evidente, à análise das existências, é a antiguidade do piso térreo sob o terraço oriental da casa, pelas dimensões e valores decorativos dos respectivos portais utilitários. Posterior à intervenção do início do século XIX, é a construção da capela, talvez dos anos de 1840 a que havemos de voltar, na altura própria (81). Mas como não parece crível que o restante palácio, ou pelo menos a sua fachada, tivesse sido integralmente recomposta, admito que a intervenção tenha consistido em unir diversos corpos até então separados, através do acrescentamento de dois módulos nos topos - de dois vãos cada um - que se prolongam nas fachadas laterais sobre os terraços. É possível também que o corpo nobre saliente tenha sido reorganizado e, eventualmente,

dotado do ático por detrás do frontão: apesar das diferenças compositivas, ele recorda o coroamento do palácio Angeja do Lumiar (**Fig.29**) que Ayres de Carvalho atribui a José Manuel de Carvalho Negreiros (82).

Deste arquitecto temos de falar a propósito de outro palácio da Junqueira que conheceu então importantes alterações. Refiro-me ao Palácio da Ega (**Fig.40;1-14**) que, segundo todos os olisipógrafos, terá sido fundado ainda no século XVI, período a que remontarão a entrada nobre e uma fonte de embrechados no pátio interior com a data aposta de 1582 (83). Posteriormente, a mais importante campanha de obras, decorrerá por iniciativa de João de Saldanha, no início do século XVIII, quando o palácio foi ampliado para o lado sul: na opinião fundamentada de Santos Simões terá então sido construída a primitiva sala de música, no primeiro andar deste corpo, ornamentada com um notável conjunto de oito composições de azulejos holandeses, representando, com grande rigor, outras tantas cidades europeias (84). Finalmente, e segundo o mesmo estudioso, a última intervenção significativa foi da responsabilidade de Aires de Saldanha e Albuquerque, o célebre 2º Conde da Ega: foi ele que transformou aquela sala na ainda existente Sala Pompeia, substituindo o tecto de maceira por uma falsa cúpula apoiada em oito colunas de madeira, cobrindo todo o conjunto de uma rara e qualificada decoração de grotescos. As obras teriam decorrido por volta de 1806, quando o titular do morgado da Junqueira regressou de Madrid onde fora embaixador.

Parecendo inquestionável as datas propostas para as campanhas de obras do final do século XVI - pelo teor maneirista das molduras sobre cornija dos vãos que ladeiam a entrada principal e pelo registo aposto na cascata - e do início do século XVIII - pela atribuição dos paineis de azulejos a Cornelio Boumeester, activo entre 1690 e 1720 - já a atribuída ao início do século XIX - aquela que nos interessa - me parece dever ser corrigida, em função do contrato de obra, até agora inédito, celebrado, em 3 de Junho de 1780 entre o dito 2º Conde da Ega e José da Costa, pedreiro, Joaquim dos Santos,

carpinteiro e Lourenço da Cruz, canteiro, na presença do arquitecto José Manuel de Carvalho Negreiros (85).

De acordo com o período de esplendor que a casa da Junqueira então vivia, Aires de Saldanha da Junta dos Três Estados e Inspector dos Provimentos do Exército - que casaria, em 1796, com D. Juliana Oyenhausen de Almeida, filha da marquesa de Alorna e futura amante de Junot - propunha-se *"reedificar e completar o seu Palácio (...) na forma da Planta e direcção do Arq.o Joze Manoel de Carvalho Negreiros e medição e pelos preços declarados no Mappa por elles tres asignado o qual neste acto me foy aprezentado por elle sobred.o Arquitecto"* (**doc.47**).

E embora tenhamos perdido a "Planta" e o Mappa", percebe-se que as obras eram profundas não só pelo orçamento não ser delimitado - *"1 600$000 rs em cada anno, pago aos quartos adiantados"* - mas, sobretudo, por se afirmar que *"nas semalhas se não da preço por ser precizo ver o molde cujas se medirão no fim"*, que a *"obra de postas, janellas, almarios, vidraças como se não sabe os seus tamanhos e feitios serão avaliados à proporção"* ou ainda que *"a pedra liós" "levando moldura e ornato será avaliada à proporção"*.

Sem podermos ter a certeza que a exuberante decoração da Sala Pompeia foi então realizada, mas admitindo-o como muito provável, creio que outros importantes trabalhos se iniciaram então, nomeadamente o arranjo da escadaria de distribuição, a composição muito cenográfica do átrio e, verosimilmente, a abertura de duas outras entradas, de um lado e outro da principal, recriando, com excepcional rigor de desenho, o motivo de Palladio que o portal quinhentista sugere.

Se assim for, estamos perante um dos mais inovadores e eruditos actos arquitectónicos da época mariana em que o neoclassicismo, por via neo-palladiana, se manifesta, ultrapassando o recurso da decoração pela sobreposição dos valores próprios do agenciamento dos espaços, jogando com elegância a memória das pré-existências e construindo uma elaborada vivência lumínica, clara, tranquila que se abre e fecha à intensidade do exterior.

Que o seu autor seja Carvalho Negreiros obrigará rapidamente a retomar-se os estudos iniciais de Paulo Varela Gomes (86) e faz-nos lamentar que outros projectos de arquitectura civil que elaborou não tenham sido executados. É o caso da *"Obra do Palacio do dito e Illm.o e Ex.mo S.r Marquez do Louriçal, no dito Citio da Anunciada, na forma do Risco feito e assinado pelo Architecto Jozé Manoel de Carvalho Negreiros, medidor da Caza das Obras dos Reaes Passos de Sua Magestade"* (**doc.48**). Com contrato de obra registado notorialmente em 6 de Outubro de 1778 - dois anos antes do do palácio Ega - com os mestres João da Costa, pedreiro e o mesmo Joaquim dos Santos, carpinteiro, previa-se então a sua conclusão em *"dous annos"*, aproveitando *"os generos, e materiais q. forem bons e capazes, e aprovados pelo Architecto, o qual assistirá à mesma obra para ver, e examinar se vay construhida conforme o Risco"*. Para o pagamento da obra o marquês, D. Francisco Xavier de Menezes, *"do Concelho de Sua Magestade Fidelissima, Thenente General de Seus Exercitos, e Governador da Torre de São Julião da Barra"* contava com *"a quantia de vinte mil cruzados"* que estava *"para cobrar na Junta do Comercio pou hum Real Decreto"*, hipotecando também, *"com outorga, e consentimento do dito Seu Irmão e Immediato Sucessor, alem das mesmas obras e bemfeitorias, os rendimentos do Palacio, e Suas pertenças, do Citio de Pallavãa"*. Não se tendo talvez realizado a cobrança à Junta do Comércio, o Louriçal continuou a arrendar as *"benfeitorias"* do seu Palácio arruinado e terrrenos anexos, salvaguardando, no entanto, ainda em 1786, *"que no cazo de Sua Ex.ª querer edificar o Seu Palacio daquele Citio, de sortes que chegue a mandar abrir alicerce, se haverá logo a esse tempo este arrendamento por acabado"* (**doc.49**).

Lamentando o historiador que a obra não tenha sido construída, não deixa de ser significativo concluir-se que era no centro da cidade que os projectos mais patinavam e que, à excepção do Conde de Valadares e do Castelo Melhor, todas as casas nobres que temos vindo a registar sejam propriedade das novas aristocracias burguesas enquanto os nobres, como os Ribeira Grande ou o Ega, reconstruíam nos subúrbios qualificados. Tal acontecia não já por consequência directa do Terramoto mas porque

ele gerara uma cidade nova em que os velhos hábitos da nobreza dificilmente se reconheciam. Por isso, ela se desinteressava de Lisboa, desmultiplicando-lhe os centros e desejando ampliar os circuitos de articulação como o que, desde a construção da Cordoaria, marginava as casas da Junqueira, distanciando-as progressivamente do rio.

O mesmo arquitecto Carvalho Negreiros, como veremos (87), proporá outro, nos longes do Campo Grande, ligado à cidade através de uma alameda, marginada de novos equipamentos utilitários. Figuras reais ou de utopia, elas manifestam um desejo de refundição da cidade - cuja novel Praça do Comércio não estava, no entanto, ainda concluída - proclamando uma retórica romântica de fuga que, mais rigorosamente, enuncia a ultrapassagem, mental e afectiva, do tempo cultural da reconstrução pombalina.

O último palácio reconstruído na época mariana que abordaremos é o actual nº 35-41 da Rua das Janelas Verdes, conhecido por Palacete Pombal (**Fig.41**), depois de 1850.

O primeiro edifício aqui construído, sobre terreno aforado ao Conde de S. Lourenço, por escritura de 19 de Maio de 1761 (88), pertenceu ao Desembargador Francisco Ferreira Nobre. Os *Livros da Décima* da freguesia de Santos (89) designam-no *"por propriedade que consta de dois quartos nobres"* que, entre 1784 e 1792, estiveram alugados a Thomas Gildemeester, *"olandes"*, pela elevada quantia de 500$000 rs.

Em 31 de Março de 1796 (88), foram estas *"casas nobres, sitas às janellas Verdes"*, *"que consta de cazas com seu quintal e fazem quatro frentes"*, vendidas a José António Pereira, *"cavalleiro professo na Ordem de Christo e negociante da Praça desta Cidade"* por 8 400$000 rs.

Aparentemente, pareceria que José António Pereira se limitou a ocupar uma casa que tinha para trás já uma longa história. No entanto, não foi assim. Em contraste com o assento das *Décimas*, que em nenhum momento sugere a existência de obras, elas foram de facto feitas e terão sido profundas. De tal modo que o proprietário se

"esqueceu" que comprara um prédio e não um terreno: assim o afirma a exposição feita, em 1802, ao Desembargo do Paço (90), queixando-se do embargo feito pelo seu vizinho, Visconde da Asseca, sobre o *"prédio urbano"* que tem *"principiado a edeficar (...) no cítio das Janellas Verdes da parte do mar"*. Os fiscais enviados em vistoria confirmam o estado das obras: ainda não estava feito o *"emadeiramento"*.

Não sendo de considerar a hipótese de se tratar de outra edificação - pelos dados claros dos *Livros da Décima* onde esta propriedade substitui a de Francisco Ferreira Nobre, não existindo qualquer outra alteração na envolvência - é difícil admitir também a demolição completa da casa anterior que estava longe de ser uma ruína, como prova o elevado aluguer a Gildemeester e o preço de venda a José António Pereira.

Assim, não parece de aceitar a afirmação de que se estava a edificar *ab initio*, a menos que o proprietário se referisse apenas às fachadas, nomeadamente à posterior e ao conjunto de passadiços que passaram a articular a casa com os armazéns sobre o cais onde duas placas, referidas por Irisalva Moita (91), registam as datas de *1801* e *1805*. Em relação ao interior, a existência de azulejos e pinturas a fresco provam, inquestionavelmente, que muito sobrou da casa de Ferreira Nobre, alugada, durante pelo menos nove anos, a Gildemeester. Assim o pensa, além de Irisalva Moita, também Agostinho Araújo (92) que, sem conhecer o nome do ocupante - familiar, por certo, de Daniel Gildemeester fundador do palácio de Seteais -, não hesita a atribuir algumas das pinturas a Pillement.

Além destes curiosos dados historiográficos, a casa interessa-nos por duas ordens de razões. Primeiro, pela composição de fachada que integra a tipologia que temos vindo a elaborar: estrutura tripartida, com o corpo central ligeiramente saliente, como acontece no palacete Sinel de Cordes e no de S. Pedro de Alcântara; dupla entrada por portais escavados na espessura do aparelho rusticado, como naqueles e também no de S. Francisco; molduras superiores dos vãos de sacada em linha quebrada, próximos de exemplos anteriores - à excepção do palacete de S. Francisco - mas que apresentam no interior um motivo engrinaldado muito D. Maria; frontão

triangular, duramente emoldurado, afim da casa do Bandeira na Lapa e do palácio Ribeira Grande.

Por todos estes elementos, morfológicos e decorativos, a fachada revela o predominante eclectismo que estamos a inventariar, caracterizado por uma atávica permanência de valores expressivos tradicionais e um empírico gosto de os simplificar e planificar, destruindo o eixo imagético central, no que, generosamente, pode ser considerado como tímida aproximação à plasticidade neoclássica, no entanto sem quaisquer sinais de erudição.

Mas por outra razão, esta casa é importante. A sua fachada posterior apresenta uma espectacular varanda aberta então sobre o rio, e um conjunto de passadiços articulavam-na com o cais inferior de dimensões tais que, em 1817, José António Pereira remiu, com autorização régia, o foro ao marquês de Sabugosa, em troca de *"tres tercenas" "de boa construção* (que) *rendem anualm.te assima de 400$000 rs."*, obrigando-se ainda *"a dar sempre, e em todo o tempo serventia pelo seu Caés, não só p.a estas tres tercenas (...) mas p.a as outras 39 Tercenas, q. o Supp.te* (Conde de Sabugosa) *possue naquelle mesmo Sitio"* (93).

Esta casa era pois uma fachada nobre de um empório comercial apreciável, funcionalmente assumido ao longo dos socalcos das traseiras. A pele da arquitectura, em insegura mudança, colava-se a este corpo operativo, como desejo de genealogia. Os seus valores estéticos herdavam um legado construtivo que se elaborara, sem rupturas, ao longo do século e o eventual arquitecto que aqui trabalhou passava a data simbólica de 1800 à margem das polémicas que, nesses anos, opunham os jovens arquitectos vindos de Bolonha ao velho Caetano de Sousa, formado no estaleiro de Mafra. Mas, apesar dos atavismos compositivos, o *ar do tempo* também passou por casas como esta.

2.2.2.3. Tradição predial

Distinguindo-se das tipologias anteriores, que designei por palacianas, o conjunto de edifícios marianos, que a seguir analisaremos, são "casas-nobres" que não se destacam como corpos autónomos da envolvência, colando-se as respectivas fachadas a bandas construídas, na tradição pombalina, por exemplo, dos palácios Rebelo de Andrade ou Cruz-Alagoa da Rua da Escola Politécnica, ou o Valadares na Calçada do Sacramento, herdeira, aliás, de práticas antiquíssimas que, se se quiser, podem remontar à Idade Média, como prova a Casa dos Bicos à Ribeira velha.

Começaremos pela peça tónica da série, construída nos mesmos anos do palácio Quintela e pouco antes do projecto de Fabri para o do Castelo Melhor: a casa-nobre de Domingos Mendes Dias, o Manteigueiro (**Fig.42;1-21**), implantada num vasto gaveto entre as ruas da Horta Seca e da Emenda, concluída em 1787 e habitada pelo proprietário no ano seguinte. Pelas *Memórias* de Jacome Ratton, publicadas em 1813, conhecemos o nome do arquitecto: Manuel Caetano de Sousa (94).

Segundo o registo das *Décimas da Cidade* confirma-se que ela se compunha de *"lojas, coxeiras e casas nobres"* (95), não existindo portanto o segundo andar, acrescentado tardia e revivalisticamente depois de 1925, quando o edifício foi adquirido pela Mobil Oil portuguesa. Não havia também o brasão sobre a sacada nobre, no eixo do portal, que foi aposto pelo 1º visconde de Condeixa, João Maria Colaço Magalhães, proprietário da casa nos anos de 1860.

O que nesta construção nos interessa é, em primeiro lugar, a verificação dos estratagemas plásticos com que Manuel Caetano de Sousa transformou uma volumetria compacta de prédio pombalino em casa nobre: de acordo com diversos modelos existentes, sobretudo o palácio Rebelo de Andrade, ele manteve os valores utilitários dos pisos térreos, com dois andares sobre a rua da Emenda, utilizando a austeridade habitual do ritmo e emolduramento dos vãos, abertos no aparelho de

cantaria, sobriamente gradeados. Sobre a fachada principal glosou também a receita proposta por Manuel da Maia, destacando, cenograficamente, o motivo retórico do portal e da sacada nobre e prolongando os seus valores imagéticos na composição do restante andar nobre de sacadas. Onde a sua marca pessoal se inscreve é na riqueza rococó dos emolduramentos que acumulam signos decorativos ondulantes que, no entanto, não dinamizam a monótona planimetria dos alçados nem perturbam a sua acentuada horizontalidade. Por isso, Ratton afirmava, depreciativamente, que se tratava apenas de uma casa a que o seu dono chamava "palacete" (96) e Ayres de Carvalho, valorizando "a riqueza ornamental rococó tão característica das obras de Manuel Caetano", concluía que ela "mais se assemelha, no entanto, ao prédio de rendimento da época" (97).

Antes de avançarmos, interessa destacar o significado desta adequação: o velho arquitecto de Mafra, sempre tão menosprezado - Ratton afirma, sibilinamente, que ouvira dizer "ter sido canteiro", apenas com "algumas luzes de dezenho, sem contudo possuir os estudos da arte de architectura" - entrava na cidade e, ao mesmo tempo que assumia as obras da Igreja da Encarnação ao Chiado e da renovação do Paço da Bemposta, desenhava uma casa nobre, fundindo a operatividade do prédio pombalino e os desejos ostentatórios de um comerciante que, apesar da riqueza, não conseguiria a nobilitação, ao contrário dos Cruz, do Caldas, do Quintela ou do Bandeira (98).

Mas se o exterior não acusa, senão na exuberância dos emolduramentos, a coincidência de gosto entre o encomendador e o seu arquitecto, no interior ele manifesta-se com espectacularidade. Desaparecida a capela, que José-Augusto França considerou "uma obra epigonal em que um «rocaille» não estranho a Queluz se liga a certos elementos neoclássicos, sob a influência Romana" e da qual Robert Smith elaborou uma mais precisa genealogia (99), resta-nos ainda, para captar o génio de Manuel Caetano, o desenvolvimento da escadaria lateral que, passando o hall de entrada, sobe em dois lanços.

A primeira sensação, quando se contempla de baixo, é quase gaudíana: a florescência da talha sobreposta dos emolduramentos, o ritmo cerrado das balaustradas

que suportam o corrimão, o poço lateral criado pelos pilares de sustentação onde a luz quase não penetra, o varandim que se abre no último piso, abaixo da claraboia, com uma cenográfica composição de três vãos perspectivados com abóbadas escavadas cuja decoração ondulante parece voar, introduzem-nos numa espécie de gruta verticalizada onde a arquitectura parece um magma liquefeito. O olhar circula sem encontrar o ritmo certo deste cenário com todos os valores das arquitecturas efémeras de interior.

Em nenhum outra casa, das que inventariei neste período, se encontra idêntica expressividade, quase exasperada, de um gosto. Manuel Caetano usou esplendorosamente a liberdade nova-rica que o proprietário lhe permitiu para propor uma estética neo-barroca, animada pela ondulação rococó, de uma desmesura na verdade já romântica (100). Que tal ocorra no interior de um prédio que, só superficialmente, traía o pombalino, não será tão paradoxal como inúteis esquematismos de análise poderiam fazer supor: afinal também o grande octógono que contém a escadaria nobre do palácio Farrobo possui uma inesperada desconformidade arquitectónica, um desejo idêntico de verticalidade desproporcionada e um jogo não erudito de desmultiplicação do espaço e da luz.

De um ponto de vista de reflexão sobre a crise da arquitectura do final do século, este edifício é particularmente interessante, questionando a passagem linear do pombalino ao neoclássico, questionando, também, o lugar menor que tem sido atribuído a Manuel Caetano de Sousa. Mas a sua importância é igualmente relevante sob o enfoque sociológico: Domingos Mendes, era o *Manteigueiro* para os seus contemporâneos, que fora marçano em Lisboa, após a chegada aventurosa da aldeia transmontana de Vilar de Perdizes, *"causando a admiração a todos o como ajuntou tão grandes cabedaes pois nenhuma subtileza tinha nas suas especulações e mal sabia escrever"* (101). No entanto, no processo frustrado para poder vincular os seus bens em Morgadio, recordava que, além da sua casa-nobre - avaliada por ele em 80 000$000 rs e que teria custado *"mais de duzentos mil Cruzados"* - havia mandado construir mais dois prédios, *"juntos ao mesmo Palácio com frente para a Rua Nova da*

Emenda" , fazendo à sua custa os necessários desaterros. Morreria sem sucessores directos, com os sobrinhos longínquos a disputarem-lhe a herança. Não teve portanto progenitura ilustre como os grandes comerciantes pombalinos e marianos mas a casa que Manuel Caetano lhe desenhou celebra o momento parentético da sua fortuna, tão "espantosa" uma como a outra. Se Beckford a tivesse visitado, desprezá-la-ia como desprezou o palácio Quintela mas o que fez ele na sua mansão de Fonthill (102)? Utilizou um mitificado gótico para construir um espaço de estranheza e particularidade imagética, talvez não muito diferente do que Manuel Caetano propôs, recorrendo à sua subjectividade barroca.

No mesmo ano de 1787, outro importante comerciante mariano fez edificar a sua casa, agora na Rua das Portas de Santa Catarina, quase em frente da nova Igreja dos Mártires, projecto de Reinaldo Manuel, em edificação desde 1769 e que seria aberta ao culto em 1793. Trata-se da "casa-nobre" de João Ferreira, cognominado o *Sola* pelo seu importante monopólio na indústria de curtumes, que ardeu integralmente em 1889, vindo a ser reconstruído sem os valores imagéticos que antes possuía. Por isso, só o podemos referir através da análise do desenho, publicado na *Ilustração Portuguesa* (**Fig.43;1**)) que o regista como ruína após aquele incêndio (103).

Inserindo-se na malha da rua, então quase toda por edificar, a casa não cumpria o prospecto pombalino que previa rés-de-chão de lojas, andar de sacadas e águas furtadas sobre a cimalha, embora ocupasse os sete vãos atribuídos a cada lote (104): o piso térreo era centralizado pelo portal, e três outros de cada lado de acesso "às cocheiras, cavalariças e arrecadações" (105); sobre ele corriam as sobrelojas, o andar nobre e outro de vãos de peitoril, num esquema compositivo simples que transformava um prédio em *palácio*, enaltecendo o eixo central, através da articulação do portal com os três vãos superiores, articulados por balaustrada ondulante, e o piso nobre, pela riqueza dos emolduramentos, mais uma vez de acordo com as recomendações de Manuel da Maia. Em 1816, quando pertencia já a Francisco António Ferreira, é descrita *"com armazém, 1º e 2º andar à frente e no fundo jardim"*, *"toda ocupada*

pelo senhorio" e avaliada em 1 000$000 rs, registando-se *"seis criados, uma parelha e dois cavalos"* (106).

O seu maior luxo encontrava-se, no entanto, nos interiores, maldosamente evocados por Beckford no mesmo dia 4 de Novembro de 1787 em que também visitou o palácio do Quintela:

> "À volta (do convento da Boa Morte) viemos pelo Bairro Alto, e vimos a nova casa, recentemente acabada com enorme dispêndio por João Ferreira, que de humilde negociante de sola a retalho, se elevou, por valimento do Arcebispo Confessor, à posse dum dos mais lucrativos contratos em Portugal. Nunca vi aposentos mais horrendamente dispostos do que os que o pobre homem dos couros delineou para si. As cortinas são de cetim azul ferrete e do mais vigoroso e enxofrado amarelo, e os estuques dos tectos foram ornados com pinturas alegóricas, mediocremente executadas, e cobertos de ornamentos doirados(...)" (107).

Exagerava, como quase sempre, o diletante inglês. O *Sola* não era propriamente o quase analfabeto *Manteigueiro*, tinha prestígio na praça de Lisboa e o seu irmão, António José Ferreira, que herdou a casa logo em 1788, após o falecimento do fundador, foi um dos capitalistas que promoveram a construção do teatro de S. Carlos. Quanto à decoração, Barbosa Vilhena afirmará, em 1889, que "a casa incendiada era uma das habitações mais luxuosas de Lisboa, e das mais ricamente construídas, sendo do Brasil todas as madeiras nela empregadas", salientando as pinturas dos tectos em que teria colaborado Domingos António Sequeira (108).

Outras casas-nobres foram surgindo na envolvência : a de José Carvalho Araújo (**Fig.44;1-4**), no gaveto das ruas da Horta Seca com a da Emenda, fronteira à do *Manteigueiro*, registada nos *Livros da Décima* desde 1792 (109), a de José Gomes da Costa (**Fig.45;1-7**) e talvez a de Liberato José Bonacho (**Fig.46;1-2**), que se confrontavam no cruzamento da rua nova dos Mártires com a do Ferragial, ambas edificadas em 1795 (110).

Enquanto a primeira se manteve, pelo menos até 1833, sempre ocupada pelo proprietário e, depois, pelos seus descendentes, as outras foram desde cedo alugadas a inquilinos poderosos, sobretudo ingleses, mas o que sobretudo nos interessa sublinhar é que eram casas individuais, permitindo uma vivência de elevada representação, com entrada por átrios de certo aparato, instalações para criadagem, cocheiras e cavalariças e sempre, resguardado do exterior, a existência de jardins, ocupando as traseiras do lote.

No entanto, sobre a rua, elas quase se confundiam com os prédios de prospecto pombalino que as ladeavam, com rés-de-chãos utilitários, pilastras de desenho tipificado marcando os ângulos, cimalhas rectas pronunciadas sob as quais avançavam os beirados amouriscados. A diferenciação obtinha-se pelos dois andares sobrepostos de sacadas, pela introdução de mísulas e fechos marcando a entrada principal e articulando-a com a sacada superior, sobretudo pelos emolduramentos particularizados da totalidade ou de alguns dos vãos, conjunto de recursos decorativos que eram reabsorvidos na planimetria global e que só um olhar atento pode captar.

As opções estilísticas para esta discretíssima elaboração da diferença estavam compendiadas e vulgarizadas e, quer afirmassem um gosto volumétrico de ressonância barroquizante - nos enrolamentos das mísulas, na ondulação das balaustradas, nos concheados dos fechos - quer empiricamente anunciassem uma estética mais linearizada de sugestão neo-clássica - nos emolduramentos inscritos das vergas superiores com encaixes geometrizados - , caracterizam-se, globalmente, por uma secura do talhe das cantarias que acentua a sua submissão à massa arquitectónica da fachada.

No entanto, as marcações ornamentais não devem ser desprezadas porque enunciam um desejo de enriquecer e, tenuamente, diversificar os prospectos elaborados trinta anos antes, através de apropriações mais ou menos individualizadas. Ou seja, elas concretizam a fuga à "monotonia que gela" na expressão feliz de Cyrillo que seria, segundo ele, a principal inimiga da arquitectura de Lisboa, entregue a "pedreiro(s) ou canteiro(s) feito Architecto(s)" cujos "patronos" "de boa fé" "ordenará

fazendo-o subir degrau a degrau constituindo o Architecto de sua nação com o aprendiz de Sargento-mor ou Marechal de engenheiros"(111). E embora as discretas casas-nobres que vimos referindo não correspondessem decerto ao modelo idealizado por Cyrillo - que terá trabalhado no interior de algumas delas como decorador -, e o seu desenho fosse com certeza devido a "canteiros" e pedreiros", feitos arquitectos na Casa do Risco das Obras Públicas, nem assim se pode ignorar os dinamismos em presença e a vontade de moldar a cidade fora das normas estritas, unificadas e centralizadas da reconstrução, sem lhe construir alternativa mas introduzindo-lhe o pulsar de uma sociedade que, incipientemente, se preparava para proclamar os direitos de cada um.

2.2.2.4. Os prédios nobres de aluguer

Creio que os próprios prédios de aluguer construídos, segundo o prospecto definido, por exemplo na Rua do Alecrim, no final da década de 1780 - os dois pertencentes ao Quintela (**Fig.47;1,2**) na sequência do seu palácio e os fronteiros, após a Travessa do Ataíde (**Fig.48;1-4**) - manifestam, ao nível dos pisos térreos, uma evolução de gosto, caracteristicamente mariana. O mote deverá ter sido o fortíssimo declive da rua, muito cenográfico, que amplia a importância das entradas utilitárias e das sobrelojas. Por isso, elas são dotadas de uma complexa e erudita emolduração, com almofadas rectangulares que preenchem os panos de parede e enquadram os vãos com um movimento elaborado e de expressiva plasticidade. E embora a gramática compositiva adoptada seja do mais estrito pombalino - desornamentada e geométrica - o resultado veicula uma animação inusitada, dinamizadora da luz e enaltecedora da tipografia. Infelizmente, não nos foi possível encontrar o autor destes excepcionais projectos que, no entanto, pensamos poderem ainda ser atribuídos a Reinaldo Manuel, falecido em 1791.

O que nos interessa sublinhar é que, mesmo no interior do paradigma pombalino, estas soluções de enriquecimento das fachadas - além de apontarem uma sensibilidade

às particularidades topográficas do sítio - enunciam uma sua segunda fase, adequada às críticas generalizadas, dos meios arquitectónicos e dos encomendadores, à "monotonia" da Baixa. É o pombalino mariano que, além de integrar as pressões dos proprietários para a construção de mais um ou dois andares acima da cimalha já referida, aceita enriquecer a massa arquitectónica, com uma qualificadíssima dinamização dos seus ritmos que, em alguns casos, se alarga à valorização decorativa dos átrios.

Mas a maior novidade destes anos de 1780, a par da evolução interna do pombalino dos prédios de rendimento, foi o aparecimento de prospectos de mestres ou arquitectos que, no âmbito das Obras Públicas, se dispõem a enriquecer a sua estética funcionalista e desornamentada para encomendas mais particularizadas. Neste caso, abordaremos alguns exemplos, muito próximos das soluções adoptadas para o que designei por casas-nobres de tradição predial, e que delas só se distinguem por serem edifícios de aluguer, embora, na maioria dos casos, com um único inquilino por piso: por isso os considero prédios nobres.

Os mais antigos modelos, encontramo-los na Rua das Portas de Santa Catarina, primeiro no prédio que torneja para a então Travessa Estevão Galhardo (hoje Rua Serpa Pinto), já construído em 1782 (**Fig.49**) e pertencente a António Roiz Lisboa Geraldes (112), depois, mais abaixo, mas do mesmo lado da rua, o actual nº 66-74 (**Fig.50;1-3**), construído em 1788 e propriedade de Joaquim Pereira Souza Peres (113).

No primeiro, fronteiro à Igreja dos Mártires, a marcação de um desejo de representação limita-se à emolduração das vergas superiores dos vãos de sacada do andar nobre, desenhando uma espécie de sanefa inscrita; no segundo, adjacente à casa nobre de João Ferreira, o enriquecimento das molduras estende-se a todos os andares, centralizando-se nos motivos ondulados das sacadas, nas pontuações dos fechos mísulas e nos frontões contracurvados do 2º andar, conjunto de efeitos barroquizantes que remetem para o palácio do *Manteigueiro*.

Se ainda existisse a casa de João Ferreira, com a cércea mais baixa do que os prédios contíguos, perceber-se-ia melhor a heterogeneidade do conjunto - idêntica à que ia sendo construída na Rua de S. Francisco da mesma época - manifestando a tolerância das Obras Públicas em relação às fugas ao prospecto e à sua bastante livre recriação. E, embora o enriquecimento decorativo das fachadas, a diferenciação do número de pisos e do ritmo da sua composição, não questionasse significativamente a poderosa ordem da reconstrução, mais uma vez considero que ela não deve ser anulada: a zona do Chiado, num sentido amplo que se alarga a S. Francisco, ao Ferragial, às ruas do Alecrim e das Flores - em grande parte construída depois do final do consulado pombalino - respira uma liberdade recente, arquitectónica mas também tenuamente urbanística, e manifesta, para quem não despreza pormenores, a sensibilidade específica, tanto dos encomendadores como dos arquitectos e mestres pedreiros que a elaboram. Repito: sem norma alternativa mas expressivamente desejosa de *outra coisa* que não se sabia o que era, romântica portanto.

Todavia, as situações mais ostensivas de fuga às tipologias do prédio pombalino só as encontraremos no final do século, em dois notáveis edifícios que têm escapado à análise de todos os olisipógrafos.

Em primeiro lugar, no actual nº 5-9 da Rua das Flores (**Fig.51;1-9**), ocupando toda uma correnteza da artéria, entre o Beco dos Apóstolos, a sul, e a Travessa do Ataíde a norte. *"Grande propriedade de Cazas nobres"*, como a designa o seu proprietário (114), implanta-se em declive, com a fachada principal constituída por um rés-do-chão utilitário e três andares de nove vãos, os do primeiro de peitoril e os restantes de sacadas.

Aí existia antes um *"terreno de cazas incendiadas"*, vinculado a um dos morgados do Marquês de Castelo Melhor e, por isso, o comprador, António José Baptista Salles - comerciante com interesses no Brasil que, em 1826, era director da Fabrica Real das Sedas (115) - teve que requerer autorização à Chancelaria de D. Maria I, em 3 de Abril de 1797 (116). Na vistoria feita ao local, a área do lote foi

calculada em 33 597 palmos, referindo-se que no *"terreno ha huma grande altura de entulho para tirar e attendendo ao sobredito o avallião de foro emfatiozim em 94$000 rs, Laudemio de quarentena e attendendo ao cittio avallião o dito Terreno de seo vallor em hum conto quatro centos e vinte mil reis"* (117).

Entretanto, quando, no mesmo ano de 1797, o Salles quis comprar mais um lote *"de 194 palmos de chão de frente do lado norte do Beco dos Apóstolos com 17 palmos de fundo"* , teve de haver-se com a reacção dos vizinhos, herdeiros de Manuel Cardoso da Cruz, proprietários de três prédios em banda na Travessa do Ataíde, cujo escoamento das águas se fazia exactamente sobre aquele Beco. Queixavam-se eles da sua *"destruição"*, sacrificado *"a diversas edificações"*, em detrimento do *"quadro muito significante e recomendavel"* que fora, contendo *"Paos Reaes de diverssas e muito antigas Arvores Silvestres, o que tudo foi arrazado em beneficio de novos Predios, e em prejuizo notavel do Quintal das Cazas do ditto falecido"* (118).

Esta curiosa marcação ecológica, pretendendo salvaguardar interesses próprios mas também o teor, quase suburbano, que ali existia com os grandes quintais em declive sobre a Rua de S. Paulo e uma espectacular fruição de vistas, não impediu o Salles da construção da sua casa, nem dos anexos para aluguer que, com fachadas modestas, se articulavam utilitariamente com a envolvência. Mas poderá ter atrasado as obras já que, segundo os *Livros da Décima da Cidade* da freguesia de S. Paulo, ela só aparece habitada em 1805, ocupando o senhorio *"a dita propriedade pela Rua direita das Flores, Pateo com as acomodaçoens de sege, sobreloja e primeiro andar"*. O seu rendimento global, incluindo os alugueres, era então de 2 927$000 rs. (119).

A difícil análise do interior - posteriormente muito alterado - sugere que, eventualmente, se aproveitaram restos das "casas incendiadas" do Marquês de Castelo Melhor: a sobrevivência de um arranque de escadas anteriores às actualmente existentes, em dois lanços modestos a partir do vasto átrio, sobretudo as dimensões atarracadas das colunas de sustentação da fachada posterior (**Fig.51;5-6**), que só se ergue ao nível do andar nobre da fachada, serão disso os indícios mais claros que, no entanto, não perturbam a grande unidade da fachada que sobretudo nos interessa.

Esteticamente, a sua composição aponta, em primeiro lugar, uma poderosa sugestão ainda joanina, ou neo-joanina se se quiser - lembrando, por exemplo, a Casa das Varandas da Rua dos Bacalhoeiros - quer pelas dimensões avantajadas do conjunto, quer pelo motivo centralizado da balaustrada ondulada do andar nobre, e a central do piso superior, ainda pela moldura sinuosa dos vãos axiais; há também um influxo pombalino, na disciplina perfeita dos vãos utilitários do rés-do-chão e das sobrelojas, ligados, através de moldura saliente, pelo aparelho de cantaria de justa unida; mas, depois, deixa-se de ter referentes para a discreta moldura do portal, com o rebordo interno em segmento de círculo interrompido, e, sobretudo, para os elementos decorativos em duplo S e urna central que ritmam a articulação dos 2º, 5º e 8º vãos de peitoril com os portais inferiores.

Estes elaborados motivos obedecem a uma estilística de grande despojamento geométrico que se casa mal com a movimentação das molduras e das balaustradas e mesmo com o requinte classicizante das mísulas e, se não chega para anular a primeira sugestão de revivalismo joanino, introduz uma suspeita de eclectismo que, mais uma vez, confirma quanto os arquitectos marianos se moviam num espaço conflitual de heranças: justapõem-nas sem hierarquização, não geram o novo mas, implicitamente, negam o antigo; atêm-se num inventário de possibilidades onde os clientes se podiam espelhar, desejosos de afirmação pessoal e, no entanto, inseridos numa cultura normalizada que parecia ainda não bascular.

Quanto ao segundo prédio, ele conduz-nos para bem longe da área do Chiado onde fundamentalmente nos temos situado: trata-se do actual nº 21-23 da Praça da Alegria (**Fig.52;1-5**) que, nos *Livros da Décima da Cidade* para a freguesia de S. José, só aparece assim designada a partir de 1805, altura em que a sua edificação ou reedificação adquire algum ritmo. Exemplo disso é exactamente este prédio que, nesse ano, aparece registado pela primeira vez, mas compondo-se apenas de duas lojas, sobrelojas, andar e águas furtadas (120). O seu proprietário era Francisco Joaquim de Campos que, em 1807-08 lhe faz obras, depois das quais, no 2º semestre de 1808, a

casa passa a ser descrita tal como hoje existe, à excepção do 4º andar que tinha então só três vãos. A rigorosa composição da fachada sugere que se tratou de uma reconstrução integral, eventualmente - mas não é certo - à excepção do notável vão de uma das lojas (**Fig.52.4**) cujas dimensões e acentuado geometrismo expressivo nada têm que ver com os valores plásticos da restante decoração.

Embora esta casa nos faça avançar no tempo - edificada no "tempo dos franceses" como diria Francisco da Fonseca Benevides (121) - o seu revivalismo é mais assumido do que o da anterior, sugerindo, pela extensão da fachada de sete vãos, ainda a Casa das Varandas, todavia com específicas opções decorativas que me parecem caber, integralmente, numa estética rococó. Esta afirma-se no jogo subtil, habilíssimo, entre a afirmada planimetria do suporte e as linhas dançantes das molduras recortadas de diversas tipologias que parecem mimar os caprichosos desenhos dos caixilhos das bandeiras e, expressivamente, se concentram na ondulação da varanda do 1º andar, articulada, por duplos pares de mísulas, com o portal.

Como acontece com a decoração dos tectos da época, esta estética desconhece centros e desmultiplica bordos, apresenta-se dispersiva, minuciosa e acumulativa e, exactamente, é segundo essa estilística que se organiza a fachada, inventariando motivos compendiados ou inventando-os com um virtuosismo amaneirado. Assim também a decoração, agora medíocre, do tímpano onde as iniciais *FJC* do proprietário (Francisco Joaquim de Campos) se inscrevem, como um brasão burguês. A revolução já se anunciava, nos apoios polémicos a Junot, mas os negociantes lisboetas que continuavam a ocupar os loteamentos pombalinos, propostos cinquenta anos antes, ou os arquitectos e mestres que os espelhavam, permaneciam arreigadamente presos às representações imagéticas do século anterior. Aliás, assim continuaria a acontecer muito tempo depois. Mas era precisamente essa a *modernidade* mariana: fútil e revivalista, reactualizava modos, fazendo deles modas, contestava a uniformidade e monotonia da Baixa com os recursos de uma cultura de réplicas. Os puristas dos momentos criativos fortes poderão por isso desprezá-la; eu creio que, positivamente,

esse era também o processo dos cidadãos, quase a deixarem de ser súbditos, se apropriarem da cidade onde "brasões" como o de *FJC* não parariam de se multiplicar.

Nos mesmos anos do início do século em que a Praça da Alegria adquiria imagem definitiva, também se construía significativamente na Rua da Madalena, das Pedras Negras até à ruas da Conceição e Bela da Princesa (Fanqueiros), por iniciativa de diversos promotores entre os quais, a partir dos importantes documentos publicados por Ayres de Carvalho (122), voltamos a encontrar o Barão de Quintela e, trabalhando para ele, José da Costa e Silva.

Segundo a Memória dirigida ao encomendador pelo arquitecto (**Fig.53**), datado de 13 de Março de 1805, pretendia o Quintela alterar o prospecto de construções já iniciadas para "próprio uso" em casas de aluguer. Por isso no "Plano" que então apresentava, o arquitecto procurara adoptar "quanto fosse possível aquellas paredes já construidas servindo-me porem da cantaria já lavrada". Enunciando uma série de intenções programáticas - "em hum edificio deve procurar-se fortaleza, commodidade, Luz e diminuiçaõ de despeza" ou que é necessário "perfeita economia tanto na despesa quanto em aproveitar o Terreno" - Costa e Silva, querendo também rentabilizar os futuros alugueres, propunha unir os dois lotes de dez vãos, criando um enorme bloco com entrada pela "undecima porta" "posta no meio do edificio". Além desta inovação, que rompia bastante violentamente o ritmo da rua, defende também a abolição das trapeiras, consideradas "inimigos das ditas casas", substituindo-as por mais um andar cujas vantagens enuncia: "melhoramento do Prospecto", "maior fortaleza do telhado", "mais segurança para as chuvas", "hum grande augmento dos alugueis". Finalmente, confessa ainda que chegara a admitir prolongar o prédio até à Rua dos Fanqueiros mas acabara por optar por dois independentes, com vantagens em relação à iluminação e à segurança, formando "o chagoam todo ao comprido".

Os desenhos, publicados também por Ayres de Carvalho, representando as duas fachadas, uma sobre as Pedras Negras, outra sobre a Rua dos Fanqueiros, clarificam a memória descritiva: andares térreo de lojas e, sobre eles, respectivamente dois e três

pisos de sacadas e um de peitoril. Sobre a primeira cimalha, a habitual varanda corrida e, acima da segunda, um andar central de três vãos coroado de frontão, ladeado, nos extremos, por águas furtadas com maior altura e mais cuidado desenho sobre a Rua dos Fanqueiros.

Considerando os desenvolvimentos pragmáticos que vinham sofrendo os prospectos pombalinos, nenhuma inovação existe nesta frustrante proposta: tornara-se corrente não só a extensão das sacadas a dois ou três pisos mas também, desde os anos de 1780, a substituição das águas furtadas por um ou dois andares de "varanda geral". A única marca arquitectónica de Costa e Silva será assim a introdução do frontão sobre o último "pequeno andar" cujo valor plástico na verdade se anulava perante a imensa extensão da fachada. E se existia a intenção de utilizar as "cantarias lavradas" que estariam na obra, ela não se manifesta nos medíocres desenhos assinados por Vincenzo Mazzoneschi. Costa e Silva que, como veremos, fazia uma apreciação negativa da Praça do Comércio, acusando "a monotonia, que reyna em todos estes edificios, e em todas as partes delles, contraria aos preceitos do bom gosto" (123), confirma aqui a sua incapacidade em entender os valores expressivos do pombalino e, sobretudo, de os actualizar criativamente. Vale a pena reflectir neste facto para o contrapor aos eclécticos dinamismos expressos em tantas construções epocais que temos vindo a analisar de autores não identificados, movendo-se no círculo das Obras Públicas herdadas de Reinaldo Manuel ou nas marcações peculiares de Manoel Caetano de Sousa.

Que o Quintela tencionava então construir prova-o ainda um manuscrito existente na Biblioteca Nacional (124), registando, em 3 de Agosto de 1804, uma importante encomenda de vigamentos à *"Adm.ção dos Reaes Pinhaes"* para *"edeficar quatro propried.es de Casas Nobres"*. No verso, regista-se a seguinte *"Lembrança, ou adevrtencia"*: *"Vistas as Plantas destas Propried.es se conhece q.e foram feitas para comodo de seu dono, e naõ para rendimento algumas dellas; portanto, para se edificarem p.a Inquilinos será necessario q. se tirem novas Plantas, e para servir o q. já está feito, só o mesmo Architeto q. assistio ao fraco e forte do q.e se fez hé quem*

milhor pode fazer outras Plantas; e outro qualquer q. agora as faça pode desinhar com defeitos pela falta de conhecimento do q. já se acha construido".

Esta curiosa observação comfirma, em primeiro lugar, quanto estava afastada, destas ruas em início de edificação, a exigência de se cumprir um prospecto, mas poderá também sugerir as dificuldades com que deparou o proprietário que não só não executou a proposta de Costa e Silva como desistiu entretanto da construção: de facto, segundo os Livros da Décima da Cidade, só em 1816-17, o Quintela tem em edificação dois prédios na Rua dos Fanqueiros e, neste último ano, aparecem, também pela primeira vez, registadas duas propriedades suas na Rua da Madalena, nas traseiras daquelas e na sequência de outra que possuía desde 1805, adquirida a Paulo Jorge. Começaremos por analisar esta e, a seu tempo, voltaremos à encomenda do Barão.

Edificado certamente em 1803 para residência própria - os Livros da Décima da Cidade afirmam que aí residia *"com a sua mãe"* (125) - este prédio (**Fig.54**) de quatro pisos e cinco vãos exemplifica bem a liberdade compositiva que vinha sendo conquistada nas ruas de prospecto pombalino desde os últimos vinte anos do século anterior, manejando com eclectismo o motivo da entrada nobre, constituída pelo portal e sacada correspondente do 1º andar. No entanto, a composição tradicional mantém-se nas lojas térreas, no segundo andar de vãos de peitoril, sobretudo na modéstia global dos emolduramentos e na parcimónia da utilização das balaustradas que se restringem ao andar nobre, conotando-o com uma ampla genealogia que podemos fazer recuar ao prédio de Sousa Peres da Rua das Portas de Santa Catarina, edificado em 1788 (126). Mas, em relação a este modelo compositivo, as diferenças são também apreciáveis: da memória rococó do gosto pelas sinuosidades, resta apenas a balaustrada central ondulante, enquanto a decoração das cantarias se concentra e aplana em esgrafitados secos e linearizantes que contrastam e dinamizam os desornamentados segmentos de círculo das molduras dos vãos nobres. Estes expedientes expressivos manifestam tanto um ar do tempo, empiricamente neo-clássico, como sugerem a dificuldade da sua assumpção erudita: surgem como intenção fruste que quer descolar de práticas

tradicionais - como as que, nos mesmos anos, compõem com esplendor a fachada do prédio da Praça da Alegria (127) - mas se resolvem num eclectismo sem referências. Registe-se ainda a solução do 4º andar sobre a cimalha que foge à prática tardo-pombalina das sacadas "com varanda geral", substituindo-a por um baixo andar de vãos de peitoril, encimado com uma mansarda central com idêntica composição. Também aqui a fuga à tradição se faz por empobrecimento plástico mas enuncia um novo entendimento das funções de toda a unidade de habitação que remete e concretiza a crítica de Costa e Silva ao uso das trapeiras.

Mais abaixo, na mesma Rua da Madalena, edificam os *"irmãos Pedreira"*, em 1804-05, três vastos prédios de rendimento que desenvolvem mas mesclam também as sugestões contidas na casa própria de Paulo Jorge que o Quintela viria a comprar (128).

Os dois primeiros (**Fig.55**) são realizações correntes do prospecto predominante na rua, embora muito ampliado, com andares térreos de lojas e sobrelojas, três pisos de sacadas de ritmos repetidos e sobrepostos, e, acima da cimalha, dois níveis também de sacadas com varandas corridas. A única particularidade decorativa destas enormes massas construídas são os óculos de iluminação, abertos sob uma das sobrelojas, e as molduras levemente arqueadas dos vãos, mas apenas num dos prédios. Esta conformação utilitária e altamente rentabilizada dos prospectos herdados altera-se no terceiro edifício (**Fig.56,1-7**) que faz frente para o Largo da Madalena e torneja para a Rua da Conceição. Aqui os Pedreiras quiseram valorizar o gaveto de implantação, propondo duas fachadas nobres, facto inédito, e creio que sem antecedentes, em todo o delineamento da Baixa.

A resolução do corpo central, sobre a Rua da Madalena, cria um ritmo vertical nobilitante, através do destaque do portal, das vergas com aletas de enrolamento rectangular dos vãos de sacada e da moldura com esgrafitados que articula esta composição com o vão de peito do 4º andar. Mas o olhar dispersa-se desta marcação ascencional, atraído por um segundo ritmo, horizontal, criado pelas molduras

superiores dos vãos laterais, arqueadas para receberem o tradicional botão de desenho barroco. Acima da cimalha, abre-se o habitual andar com varanda corrida - com o vão central enquadrado por falsas pilastras inscritas - e, acima dele, um último piso, apenas com três pequenos rasgamentos de peito, permitindo verificar que a proposta de Costa e Silva, em relação aos inconvenientes das mansardas, se tornara um dado adquirido.

Em termos da gramática decorativa utilizada, há uma evidente conformidade entre este prédio e a casa anteriormente analisada de Paulo Jorge, na secura do talhe das cantarias e na sua predominante planimetria, embora sugestões mais tradicionais existam também, nomeadamente na resolução das mísulas, no uso do botão nas molduras superiores dos vãos, no recorte sinuoso das balaustradas centrais nas duas fachadas do edifício, sobretudo nos pesados emolduramentos do átrio da entrada nobre. Apesar destas diferenças, deve admitir-se que tenha sido a mesma mão a desenhar o prédio de habitação própria e este de rendimento, devendo-se procurá-la quer nos arquitectos em formação no estaleiro da Ajuda quer naqueles que frequentavam a Aula de Arquitectura, dirigida por Costa e Silva.

Uma curiosa variante deste modelo compositivo, mas mais comprometida com a memória barroca, encontramo-la num prédio da Rua Jardim do Regedor (**Fig.57;1-2**) que não consegui datar mas que admito ser dos mesmos anos iniciais de 1800. Neste caso, mantém-se, acima do piso de lojas, profundamente alterado, o tradicional andar de peito mas os seus dois vãos centrais apresentam sinuosas almofadas inferiores e ligam-se, através das mísulas com as balaustradas correspondentes do nível superior, num eixo imagético que se prolonga ainda no 3º piso. Subtis e deliberadas variações decorativas são utilizadas, criando uma sugestão maneirista de procura de efeitos, como quem desenrola um album de possibilidades.

Por isso, entre uma tímida e muito empírica vontade de simplificação das massas ornamentais - bem expressa, por exemplo, na entrada do actual nº54 (**Fig.58**) da Rua Augusto Rosa (então do Limoeiro) - e o gosto continuado pelos efeitos tardo-barrocos, os arquitectos e mestres de 1800 parecem sempre pender para estes últimos. As suas memórias dispersas não faltavam como prova a saborosa fachada do nº 66 da

Rua do Paraíso (**Fig.59;1-2**) que se apresenta truncada e cuja ondulação das balaustradas pode sugerir uma aproximação à Casa das Varandas, ou o nº 19 da Rua de Santa Marta (**Fig.60**), com um espectacular portal, igualmente ingénuo, assumindo um e outro uma espécie de barroco popular, raro nos vestígios lisboetas mas que conota bem o ciclo do primeiro barroco nacional. Gosto ecléctico e apropriacionista, foi ele, fundamentalmente, que serviu para construir até muito tarde a empírica fuga à secura do prospecto pombalino, através de recursos retóricos, vindos de Queluz ou da Basílica da Estrela: assim o prova a fachada da Rua das Flores (**Fig.61**), edificada talvez nos mesmos anos que os prédios nobres de Baptista Salles e de Francisco Joaquim de Campos (129), desenvolvendo um gosto neo-joanino, ondulante e pontualmente cenográfico. Não chega para dinamizar a pesada massa construída mas visa reintroduzir, numa artéria de habitação qualificada, a memória prestigiada de uma Lisboa ante-terramoto, de casas nobres e palácios. Como sempre os românticos fizeram, o tempo presente elaborava-se por um movimento de fuga sobre um passado enleante que eles queriam e não queriam como matriz do futuro. Por isso, eles foram os primeiros revivalistas.

Quanto às casas do Quintela, distribuídas por quatro lotes, dois sobre a Rua da Madalena e dois sobre a dos Fanqueiros, abandonado o prospecto concentracionário de Costa e Silva, elas só viriam a ser construídas em 1816-17 (130), numa época difícil da vida política da cidade (e do país) e no final da vida do seu operoso proprietário. À excepção do actual nº 136 da Rua dos Fanqueiros, elas seguem o prospecto das respectivas ruas com grande modéstia, apenas enriquecido no portal de entrada do nº 125 da Rua da Madalena (**Fig.62**) que apresenta uma moldura superior em segmento de círculo, inscrita numa almofada rectangular, e centralizada por fecho cujo coroamento rebuscado constitui o único valor ornamental de um conjunto com a característica secura detectada nos exemplos anteriores.

Parece que o Barão quis sobretudo aproveitar os amplos armazéns que correm, com comunicação interior, entre as duas ruas, entregando a edificação a mestres

anónimos. Mas, como se disse, com a excepção do prédio que confrontava o então convento do Corpus Christi (**Fig.63;1-3**). Aqui um arquitecto certamente interveio, podendo admitir-se que o desenho proposto datasse do início de 1800, quando o Quintela, tendo já a construção em início, pretendera substituir uma casa própria por outras de alugueres. Esta hipótese confirma-se sobretudo no átrio de entrada onde as soluções decorativas são iguais às adoptadas no edifício dos Pedreiras, no gaveto entre as ruas da Madalena e da Conceição

No entanto, em relação a este modelo, os motivos expressivos da fachada - o emolduramento do portal, as almofadas que ligam os últimos vãos de armazém com os vãos de peito do 1º piso, o coroamento da sacada nobre do 2º andar - sugerem uma cronologia mais avançada, substituindo a animação ainda barroquizante do prédio dos Pedreiras por uma ordenação geométrica, assumidamente linearizante que só com um empírico neo-classicismo pode ser conotada. Curiosamente, e acentuando o eclectismo das opções, a composição global - com quatro pisos acima do nível das lojas, o 1º e o 3º de vaõs de peitoril, o 2º de sacadas, o 4º de varanda geral acima da cimalha (131) - retoma a ordenação simples do pombalino, entretanto enriquecida pela generalização das sacadas a dois ou mesmos a três pisos. Retoma-a também nas cornijas rectas do andar nobre que encontrámos, no período mariano, movimentadas por molduras mais ou menos sinuosas. Por outro lado, mantém-se a linha expressiva do corpo central articulado, ao longo dos vários pisos, como marcação retórica de um eixo imagético.

A novidade decorativa desta fachada - exercitando o que parece ser um deliberado movimento de distanciação em relação ao gosto e prática correntes - entende-se melhor quando a comparamos com o nº 136 da Rua da Madalena (**Fig.64;1-2**), de 1825 (132), que constitui o último prédio edificado nesta artéria. Nele se regressa aos dois andares de sacadas - as centrais onduladas e do andar nobre interligando três vãos - e, sobretudo, aos valores amaneirados das cantarias de fechos e mísulas, propondo uma cenografia elegante onde, penso, os valores rococó das fachadas lisboetas se encerram, já depois do fim do Antigo Regime e setenta anos após o Terrramoto.

A fisiocrática liberdade mariana fora um tempo de passagem, permitindo a afirmação mais subjectiva de gostos e atitudes, que quase sempre escolheram estratégias tardo-barrocas para se exprimirem e nem o magistério de Costa e Silva e Francisco Fabri, enquanto arquitectos das Obras Públicas e responsáveis pelo estaleiro da Ajuda, alteraram este estado de coisas. A edificação na cidade continuou a ser gerida pelos sólidos ofícios de pedreiros, carpinteiros e canteiros que o pombalino superiormente enquadrara, e transitava ao novo século, convertendo os seus empíricos valores ornamentais em sinais românticos: numa conjuntura longa em que os referentes teóricos nunca deixaram de ser, na verdade sem consequências programáticas, *"as boas regras de Arquitectura"* e a lição dos *"bons authores"*, como diria Costa e Silva (133). Esta superior "bondade" da teoria clássica, não a contraditaria também Cyrillo Volkmar Machado ou José Manuel de Carvalho Negreiros mas todos eles - com diferenças apenas de grau - sucumbiam - como acontecera com Reinaldo Manuel na Basílica da Estrela? - à necessidade de evitar a "monotonia que gela" (134). E então era Manuel Caetano de Sousa, ou os díscípulos de Mateus Vicente quem ganhava. Creio que toda a edificação de casas e prédios nobres da época decorre sob esta mesclada e ecléctica herança. E será ela que estará presente quando, após a guerra civil, os novos senhores burgueses quiseram finalmente completar a Lisboa ideada por Manuel da Maia e Eugénio dos Santos. Empírico na Praça do Comércio, mas também no Palácio da Ajuda, o neoclassicismo sê-lo-á igualmente em 1840, por exemplo, quando o Teatro de D. Maria II substituiu o incendiado Palácio da Inquisição.

Notas

1. CORREIA, J.E. Horta, 1984, 1º vol.,pag. 420-421.

2. É o que acontece, por exemplo, com o nº30 da Rua Bela da Rainha, propriedade de Anselmo José da Cruz, em que o 2º andar "é nobre ocupado pelo senhorio". Nele vive "o Des. António da Cruz Sobral, guarda-livros, copeiro e ajudante de copeiro; cozinheiro e ajudante de cozinha". Cf. ATC, *Décimas da Cidade*.Freguesia da Madalena, Arruamentos, ano de 1780, livro 708.

3. Segundo informação do arquitecto Francisco António Ferreira, de 4 de Julho de 1789, *"Para livrar de Incendios o Palacio da Serenissima Casa de Bragança se abrio huma Rua de quarenta palmos de largo medeando entre o dito Palacio e as Casas de novo edificadas no sitio do Ferragial, sendo o terreno devassado para a mesma Rua pertença do terreno das Casas incendiadas du Spp.te Miguel Angelo Ferrás ao qual de justiça me parece se lhe deve compensar o seu valor"*, in ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros. Remolares.* Maço 20, nº31, pag.30.

4. in AHMOP, *Ministério do Reino*,44/46.

5. RATTON, Jacome, 1992, pag.234.

6. in AHMOP, *Ministério do Reino*, 44/46.

7. *Idem, ibidem*, pp. 94-99; ARAÚJO, Norberto, 1944, 1º vol., pag. 29-30.

8. MATOS, José Sarmento "Palácio Barbacena" in *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa, Presença, 1989, pag. 64-65; ARAÚJO, Norberto, 1944, 1º vol., pag. 41-42.

9. MATOS, José Sarmento,"Palácio Lavradio" in *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa, Presença, 1989, pag. 257-259; ARAÚJO, Norberto, 1944, 1º vol., pag. 39-40.

10.Ver MATOS, José Sarmento, 1993, pag. 95-96.

11. Ver nota 9. deste capítulo.

12. MATOS, José Sarmento, "Palácio Ludovice" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. (coord. de J-A França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag.76-77.

13. Ver nota 10. deste capítulo.

14. MACEDO, Luiz Pastor de, **1955**, vol. II, pag.157-167; FRANÇA, José-Augusto, 1977, pag. 197-198.

15. LAMAS, Artur, 1922, pag. 6-8.

16. ARAÚJO, Norberto, 1944, 1º vol., pag. 35-37; ATAÍDE, M. Maia, "Palácio Burnay" in*Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, t.III. Lisboa, Assembleia Distrital, 1988, pag. 123-125.

17. LAMAS, Artur, 1925.

18. Ver capítulo 1, pag. 44.

19. Ver, a propósito dos dinamismos arquictónicos e urbanísticos de Lisboa, na época entre D. João V e a de D. José: FERRÃO, Leonor , 1989; CORREIA, José Eduardo Horta, 1984; ROSSA, Walter, 1990; GOMES; Paulo Varela, 1988.

20. Ver FRANÇA, 1977, pag.168.

21. *Idem, ibidem*, pag. 172-173; ARAÚJO, Norberto, 1992, vol. II, pag. 12; MATOS, José Sarmento de, "Palácio Cruz-Alagoa" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag.123-126.

22. MATOS, José Sarmento de, *ibidem*, pp. 126.

23. FRANÇA, 1977, pp. 261-272.

24. Ver capítulo 1, pag.53.

25. MATOS, José Sarmento de, "Palácio Rebelo de Andrade-Seia" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag. 120-122.

26. FRANÇA, 1977, pag. 172; ARAÚJO, Norberto, 1944, t. I, pag. 34-41.

27. MATOS, José Sarmento de, 1993, pp.116-125.

28. Ver FRANÇA, 1966, pag. 175-176.

29. *Idem, ibidem*, pag. 175.

30. *Idem, ibidem*, pag. 176-177.

31.MATOS, José Sarmento, 1994, pag. 56.

32. *Idem*, "Palácio Lavradio" in *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa, Presença, 1989, pag. 259.

33. Sobre o Palácio Farrobo, ver: CASTILHO, Júlio, 1902, vol.2; ARAUJO, Norberto, 1944; SILVA, Augusto Vieira da, 1960, vol. III; FRANÇA, 1966, vol.1, pag.173; COUTINHO, Glória Azevedo, "Palácio Quintela" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag.38-41.

34. *Tombo de 1755*, cit. por SILVA, Augusto Vieira da, 1960, vol. III, pag.128.

35. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*.Freguesia da Encarnação, Arruamentos, livros 396-413.

36. ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros*. Remolares. Maço 15, nº2.

37. ANTT, *Tombo do Morgado do Farrobo*.

38. *idem, ibidem*.

39. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 163.

40. CARVALHO, Ayres de, 1979, pag.98.

41. MACHADO, Cyrillo Volkmar, 1822, pag.217-218.

42. ANTT, *Registos notariais de Lisboa*. Cartório 5B, Livro 86, pp.65v-67, *"Instrumento de venda"* de 7 de Outubro de 1779, celebrado entre o desembargador Francisco de Azevedo Coutinho, vendedor, e Luis Rebello Quintela comprador. A propriedade, *"hua Quinta chamada de Santo Antonio, no citio das larangeiras"* constava de *"cazas nobres com varias oficinas, com seo Patio de entrada, Pumar, e horta, com seo Posso e tanques vinha, e*

outras pertenças, tudo cercado (...)" e foi vendida por *"quatro contos de reis"*. Uma análise cuidada do edifício existente manifesta numerosas sobrevivências desta propriedade, nomeadamente nos pisos térreos e na notável resolução da cozinha.

43. Ver capítulo 1, pag. 110-112.

44. Ver capítulo1, pag. 42-43.

45. Sobre o Picadeiro de Belém, ver CARVALHO, Ayres de, 1979, pag.16, 29-30, e GUEDES, Natália Correia, 1978. Segundo o primeiro destes autores, foi mandado edificar pelo príncipe D. João a partir de 1786, mantendo-se em obras, sobretudo de decoração até 1799.

46. Sobre a igreja de S. Francisco de Paula, ver SERRÃO, Vitor in *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa. T.III: Lisboa*.Lisboa, Assembleia Distrital, 1988, pag.37-40, e GOMES, Paulo Varela, 1988, pag.23.

47. MACHADO, Cyrillo Volkmar, 1822, pag.217-18.

48. SILVA, Augusto Vieira da, 1960, vol.3, pag.129-130.

49. Sobre a biografia dos dois primeiros Quintela ver CASTILHO, Júlio, 1955, vol.2, pag.105-130.

50. Sobre o palácio Castelo Melhor ver CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 137 e seguintes, e FRANÇA, 1966, 1º vol., pag.169. Ver também, como bibliografia complementar, FREIRE, João Paulo, 1930?, pag.220-23; "Palácio dos Marquezes de Castello Melhor ao Passeio Público" in *Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1863, pag. 253-55; ALMEIDA, Fialho d', 1925, pag.248-253; ARAUJO, Norberto, 1993, vol. XIV, pag.16.

51. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de S. José. Arruamentos. Livros 557 (1791) a 569 (1826).

52. FRANÇA, 1966, 1º vol., pag. 169.

53. in "Palácio dos Marquezes de Castello Melhor ao Passeio Público", ver nota 51.

54. Ver nota 51.

55. Existem, na Academia Nacional de Belas-Artes, seis desenhos relativos ao Palácio Castelo Melhor. Dois deles, de grandes dimensões, representam a fachada posterior, sobre o jardim, e corte dos pavilhões, divergindo pela decoração destes, mais simplificada num e mais rica noutro. O primeiro destes tem uma cópia. Os dois outros desenhos são propostas de trabalho, representando um estudo de tectos e um corte lateral com a capela. Segundo RIMONDINI e SAMAGGIA, 1979, que pela primeira vez os publicaram, e estudaram no contexto de toda a produção de Fabri, incluindo a italiana, a sua atribuição a este arquitecto é incerta. Admito esta dúvida que gostaria, no entanto, de ver justificada, mas realço que, pelas suas dimensões e qualidade plástica, são desenhos raríssimos em Portugal, sobretudo os que referi em primeiro lugar.Ver ANBA, *Colecção de Desenhos*, Gaveta 6, Pasta 5 (*Diversos*).

56. MATOS, José Sarmento, "Largo do Rato" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.138-41.

57. Ver sobre a Praça do Rato, ROSSA, Walter, 1990. Em 23 de Julho de1789, um Decreto remetia ao *"Prepozito da Congregação do Oratorio"* 4 630$000 rs, *"em compensação de cinco propriedades de cazas pertencentes à mesma Congregação que forão demolidas para se formar a Praça do Rato"*, AHTC, *Real Erário. Livro de Registos...*, Livro 4309, pag.179.

58. Ver capítulo 6, pag. **351** e respectiva nota 17.

59. AHTC, *Real Erário. Livro de Registos....*, Livro 4310.

60. CASTILHO, Júlio, 1955, vol. 5, pag. 116.

61. RATTON, Jacome, 1992, pag. 238.

62. AHTC, *Real Erário. Livro de registos....*, Livro 4310, pag. 24v.

63. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1916, 2º vol., pag. 237-239.

64. *Idem*, 1967, vol. III, pag. 53.

65. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*.Freguesia do Sacramento. Arruamentos. Livros 964 (1782) a 970 (1799).

66. FRANÇA,1977, pag. 171.

67. ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros*. Remolares. Maço 2, nº24.

68. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia dos Mártires. Arruamentos. Livro 738 (1788) e 739 (1791).

69. Ver capítulo 6, pag. **366**

70. Ver capítulo 1, pag.40.

71. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia dos Mártires. Arruamentos. Livros 741 (1797) a 751 (1834).

72. AHCML, *Colecção de prospectos*. Prospecto nº 296.

73. ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros*. Remolares. Maço 21, nº 43.

74. CARITA, Helder, "Palacete das Laranjeiras" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag. 78-79.

75. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia da Encarnação. Arruamentos. Livros 403 (1798) a 418 (1834).

76. Ver este capítulo, pag. 123.

77. ANTT, *Desembargo do Paço, Corte e Estremadura*. Maço 1601, nº9.

78. Ver a propósito MATOS, José Sarmento, "Palácio Alvor" in *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa, Presença, 1989, pag. 28.

79. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de Santos. Arruamentos. Livros1021 (1762) a 1087 (1833).

80. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia da Ajuda. Arruamentos. Livros 2 (1765) a 30 (1823).

81. Ver capítulo 6, pag. **351.**

82. CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 46, e GOMES, Paulo Varela, 1988, pag. 105 e seguintes.

83. Ver ATAÍDE, Maia, "Palácio Saldanha" in *Monumentos e edifícios notáveis de Lisboa. t. III: Lisboa*. Lisboa, Assembleia Distrital, 1988, pag.128-130; ARAUJO, Norberto, 1944; LAMAS, Artur, 1925, pag.119 e seguintes; SIMÕES, J.M. dos Santos, 1949; "O Palácio do Pátio do Saldanha" in *Universo Pitoresco*, 1839-40, pag. 369; RIBEIRO, Mário Sampayo, 1939.

84. SIMÕES, J. M. dos Santos, 1949.

85. ANTT, *Registos notariais de Lisboa*. Cartório 7B, livro 105-108, pag. 43v.

86. GOMES, Paulo Varela, 1988, pag 105-114.

87. Ver capítulo 3, pag. **180.**

88. ANTT, *Registos notariais de Lisboa*. Cartório 5B, Cx. 25, livro 124, pag. 67.

89. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de Santos. Arruamentos. Livros 1036 (1776) a 1060 (1804).

90. ANTT, *Desembargo do Paço, da Corte e Estremadura*. Maço 627, nº 34.

91. MOITA, Irisalva, 1969.

92. ARAUJO, Agostinho, 1991.

93. ANTT, *Desembargo do Paço, da Corte e Estremadura*. Maço 1503, nº 10.

94. RATTON, Jacome, 1992, pag. 238.

95. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia da Encarnação. Arruamentos. Livros 399 (1787) a 410 (1814).

96. RATTON, Jacome, 1992, pag. 238.

97. CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 49.

98. ANTT, *Desembargo do Paço, Corte e Estremadura*. Maço 1433, doc. 23.

99. FRANÇA, 1966, 1º vol., pag.42, 172; SMITH, Robert C., 1961.

100. Além do gosto de Manuel Caetano de Sousa, convém referir o trabalho de José António Narciso (1731-1811) que segundo Cyrillo, 1822, fora colaborador de Inácio de Oliveira Bernardes e Azzolini e era "compadre e muito amigo de Manuel Caetano de Sousa": "imaginava e desenhava a maior parte dos ornamentos, e quadraturas que elle (Manuel Caetano) fez executar nas suas obras (...) com grande magisterio sim mas no mao gosto Alemão, que ainda por cá se usava", cit in CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 48. Ver também art. cit. de SMITH, Robert C. e GOMES, Paulo Varela, 1988, pag. 27-29 que estudou os desenhos para mausuléus de Manuel Caetano de Sousa, pertencentes ao Museu Nacional de Arte Antiga, e salientou a sua filiação "na "escola" de Oppenord, Meissonnier e dos gravadores de Augsburgo".

101. Ver nota 98.

102. Sobre esta importante casa do revivalismo inglês, projectada por James Wyatt com a colaboração do próprio Beckford ver ALEXANDER, Boyd "Introdução" ao *Diário de*

William Beckford..., 1983, pag. 13-21; e PIRES. Maria Laura Bettencourt, 1983, que apresenta criteriosa bibliografia sobre a mesma.

103. COSTA, Mário, 1987, pag. 155-168.

104. Ver prospecto da rua em FRANÇA, José-Augusto, 1977, pag. 110.

105. Ver nota 103.

106. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia do Sacramento. Arruamentos. Livros 965 (1788) a 977 (1817).

107. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 164.

108. BARBOSA, Vilhena in *Diário de Notícias*, 16 de Novembro de 1889, cit. in COSTA, Mário, 1987, pag. 157.

109. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia da Encarnação. Arruamentos. Livros 399 (1787) a 410 (1814).

110. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia dos Mártires. Arruamentos. Livros 740 (1795) a 751 (1834); Freguesia de S. Paulo. Arruamentos. Livros 904 (1791) a 911 (1808).

111. MACHADO, Cyrillo Volkmar, *Algumas reflexões sobre as inconveniências da Architectura...*, in GOMES, Paulo Varela, 1992, pag.16-17.

112. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia do Sacramento. Arruamentos. Livro 964 (1782).

113. *Idem, ibidem*. Livro 965 (1788).

114. ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros*. Remolares. Maço 2, nº21.

115. ANTT, *Desembargo do Paço, Corte e Estremadura*. Maço 1554, nº39.

116. ANTT, *Chancelaria de D. Maria I*. Livro 50, folha 358.

117. ANTT, *Desembargo do Paço, Corte e Estremadura*. Maço 1422, nº12.

118. Ver nota 114.

119. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de S. Paulo. Arruamentos. Livros 910 (1805) a 918 (1822).

120. *Idem*. Freguesia de S. José. Arruamentos. Livros 559 (1798) a 572 (1834).

121. BENEVIDES, Francisco, 1894.

122. CARVALHO, Ayres de, 1979, pag.97-98; 119-120.

123. Ver capítulo 3, pag. **164** e seguintes.

124. BNL, Manusc. 226, nº58-59.

125. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de S. Cristovão. Arruamentos. Livros 362 (1802-03) e 363 (1805).

126. Ver este capítulo, pag. 122.

127. *Idem*, pag. 126.

128. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia da Madalena. Arruamentos. Livro 719 (1804); ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros*. Rua Nova, Maço 6, nº2.

129. Ver este capítulo, pag.123 e seguintes.

130. As casas do Quintela da Rua da Madalena, na sequência da adquirida, em 1805, a Paulo Jorge, e da Rua dos Fanqueiros, surgem pela primeira vez registadas, as primeiras em 1817-19, e, as segundas, em 1816-17. Cf. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de S. Cristovão. Arruamentos. Livros 365 (1817) e 366 (1819); Freguesia de S. Nicolau. Arruamentos, anos 1816 e 1817.

131. O andar sobre a cimalha foi acrescento posterior, aprovado em 1861. Ver AHCML, *Colecção de prospectos*, nº 872.

132. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de S. Cristovão. Arruamentos. Livro 367 (1825).

133. ACL, Manusc. 484V: "Pareceres dos Arquitectos Francisco Fabre e José da Costa e Silva..., pag. 3 e 5. Ver transcrição integral no **Doc. 50**.

134.Cyrillo Volkmar Machado, "Algumas reflexões sobre as inconveniencias da Architectura..." in GOMES, Paulo Varela, 1992, pag.16-17.

3. AS ENCOMENDAS PÚBLICAS: BREVE REFLEXÃO

3.1. Introdução

A par da soma empírica das iniciativas da encomenda particular, que deram continuidade à reconstrução da cidade e nela foram introduzindo eclécticas marcações do tempo presente, é indispensável determo-nos nas obras de maior vulto de sentido público, não tanto numa análise do seu historial e das suas particularidades estético-estilísticas - que exigiriam monografias específicas - mas pela sua capacidade de moldar a urbe.

Por isso, e para vivenciar mais concretamente a Lisboa mariana, interessa, em primeiro lugar, registar que as mais importantes igrejas da reconstrução, paroquiais ou conventuais, eram então ainda estaleiros de obra que se foram concluindo ao longo dos anos de 1780 - Mártires, Encarnação, Loreto, Santo António - ou 90 - Conceição Nova - , ultrapassando outras a viragem do século - Sacramento, S. Julião, S. Nicolau, S. Paulo (1). No mesmo âmbito da arquitectura religiosa, também encomendas prestigiadas como a da Igreja da Memória ou a reconstrução da do paço da Bemposta se concluíram no mesmo período (2).

Em relação a outras tipologias, refira-se que os Quarteis do Conde de Lippe registam folhas de despesa, no Cofre do Donativo dos 4%, pelo menos até 1794 (3); que, apesar do ritmo lentíssimo da edificação, há estaleiro permanente na Praça do Comércio, cujo cais está completo por volta de 1797 (4); que se continua a construção dos chafarizes públicos - Loreto (1771-1880), S. Sebastião (1787-91), Convalescença (1791), Carmo, 1795 (5); que se enriquece a Real Barraca da Ajuda até ao incêndio de 1794 (6), se ergue a torre da igreja de madeira (1792) e se introduzem significativas melhorias no Jardim Botânico e no de Belém, no topo inferior do qual o príncipe D. João fez construir o novo Picadeiro, atribuído por Cyrilllo a Giacomo Azzolini (7);

que, por iniciativa do Marquês de Angeja, se inicia a construção da Cordoaria da Junqueira cujas folhas de despesa têm registo, no Cofre do Donativo dos 4%, desde 1783 (8).

Com este mero inventário, que não é exaustivo, pretendo, mais uma vez, sublinhar a continuidade das obras públicas na época mariana, nomeadamente em relação à reconstrução, mas também sugerir a multiplicidade de propostas estéticas em curso, do pombalino da Cordoaria, uma das mais notáveis realizações de então, ao classicismo amável do Picadeiro de Azzolini - onde, por tudo o que se conhece da sua carreira, não é admissível descortinar qualquer programática neo-clássica (9) - ou aos eclectismos, mais ou menos barroquizantes, de Mateus Vicente e de Manuel Caetano de Sousa, e dos seus discípulos, que permaneceram fieis ao ensino da Escola de Mafra e aos reptos das sucessivas campanhas de obras de Queluz. O que, mais uma vez, permite concluir que as realizações se acordavam à especificidade funcional de cada encomenda e ao gosto dos respectivos encomendadores, permitindo utilizar um vasto leque de possibilidades estilísticas sem ser possível, a não ser por esquematismos abusivos, detectar qualquer supremacia cultural de umas em relação às outras.

Esta reflexão parece-me contextualizar também a breve abordagem, que se segue, sobre as quatro encomendas maiores da época de D. Maria I: refiro-me à Basílica da Estrela, ao Teatro de S. Carlos, ao Real Erário e ao Palácio da Ajuda. Embora não existam monografias definitivas, realizadas do ponto de vista da história da arquitectura, os elementos fundamentais dos respectivos historiais são conhecidos, o que me dispensará de neles me deter (10), substituindo-os pela elaboração de uma série de tópicos problematizantes: as condições da encomenda, os arquitectos escolhidos, os estilos adoptados, os impactes urbanos.

Depois dos edifícios concretos, debruçar-nos-emos sobre o cerne da própria Lisboa pombalina: falo da Praça do Comércio sobre a qual os dois mais importantes arquitectos marianos, Costa e Silva e Fabri, efemeramente desejaram trabalhar.

3.2. Estrela, Real Erário, S. Carlos, Palácio da Ajuda

3.2.1. As condições da encomenda

Em função deste tópico, os projectos organizam-se em duas séries: de um lado, encomendas privadas - a Basílica da Estrela, da iniciativa de D. Maria I, em cumprimento de um voto pessoal, feito quando ainda era princesa, e o Teatro de S. Carlos, promovido por um grupo dos mais importantes capitalistas da praça de Lisboa, em aliança pragmática com o Intendente Pina Manique; do outro lado, encomendas públicas - o Real Erário, decidido pelo Marquês de Ponte de Lima, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Teles da Silva, enquanto Presidente da instituição que se pretendia albergar, e o Palácio da Ajuda, assumido por todo o governo, nomeadamente pelo mesmo Marquês de Ponte de Lima, também Inspector Geral das Obras Públicas, e pelo príncipe regente, D. João, futuro D. João VI.

Considerando, no entanto, que a Basílica da Estrela veio a ser paga pelo Cofre do Donativo dos 4% (11), poder-se-á admitir que ela ocupa, na série delineada, um lugar equívoco: na verdade, foi uma encomenda privada assumida com dinheiros públicos, facto que muito contribuiu para a sua fortuna crítica, fortemente negativa, mas que correspondia a uma tradição do poder absoluto, como provam todas as obras aúlicas, por exemplo de D. João V.

Por isso, do ponto de vista do tópico em análise, a Basílica situa-se do lado do passado - na prática Antigo Regime que integra os gastos privados do monarca nas finanças públicas - enquanto as outras encomendas são assumidamente colectivas, se entendermos a construção de um Palácio Real como necessidade de Estado. Mas, se formos mais radicais, aproximando-nos da ideologia liberal em gestação, poderemos organizar os quatro edifícios de outro modo: encomendas magestáticas, de restrito sentido colectivo - a Basílica e o Palácio - , encomendas civilistas - o Real Erário e o

Teatro, um e outro espécie de igrejas dos novos tempos, ritualizando, através do impacte de arquitectura, os novos valores - *burgueses* poder-se-ia dizer - do dinheiro e do lazer.

Ainda uma observação parece pertinente, organizando a série em termos de *necessidade*: o Teatro e o Palácio haviam existido antes, ambos desaparecidos na voragem do Terramoto. O primeiro, encomenda privada do Senhor D. José nunca fora reconstruído, o segundo tivera, desde o início da reconstrução, terreno demarcado a Santa Isabel, tendo sido, entretanto, substituído pela Real Barraca, ardida em 1794. Dispunham assim de uma espécie de legitimidade - o desejo de refazer a cidade, apagando todas as perdas evocadoras da catástrofe - o que os opõe ao sentido da encomenda, sem genealogia, do Real Erário mas também à Basílica, desde sempre considerada um excesso beato da Rainha.

Somando todos os enfoques sugeridos, poder-se-á concluir que a Basílica era a encomenda menos defensável - iniciativa caprichosa de D. Maria, paga à custa das Obras Públicas e, socialmente, desnecessária; que o Palácio era naturalmente aceite, como ultrapassagem definitiva de ausência de lugar, físico e simbólico, da Monarquia e também como reposição da integridade da capital que o Terramoto comprometera; que o Teatro e o Real Erário eram sinais de novas dinâmicas económicas e sociais, o primeiro ultrapassando, com mais ampla sustentação social, uma falha provocada também pela destruição de Lisboa, o segundo consagrando o poder recente do dinheiro. Este era portanto, do ponto de vista da encomenda, o mais inovador e o mais estranho para a comunidade, eventualmente *desnecessário* como a Basílica da Estrela, embora por razões diversas.

No entanto, a história da edificação de cada uma das peças consideradas não confirmou todas as expectativas das respectivas encomendas: a Basílica, eventualmente entendida como desnecessária, e o Teatro, desejado por um poderoso grupo restrito, com sólidos apoios políticos, foram rapidamente construídos; o Palácio foi sendo comprometido na voragem da revolução anunciada; o Real Erário, morreu nos alicerces, definitivamente elidido na crise financeira que a guerra europeia impôs, antes

ainda do dobrar do século. Ou seja, a cidade ganhava mais uma igreja, obtinha subitamente um Teatro, não conseguiu terminar o Palácio e desistiu, sem qualquer sentido de perda, da edificação do "Ministério das Finanças". Perdas e ganhos de evidente sentido simbólico, político e social mas, como se sabe, também estético.

3.2.2. Os arquitectos

As escolhas dos arquitectos, que assumiram estes importantes projectos, articulam-se claramente com os condicionamentos e as expectativas das encomendas. Neste caso, a série parece, inicialmente, de grande clareza, dividida entre tradição e inovação: a primeira assumida por Mateus Vicente e, após a sua morte em 1785, por Reinaldo Manuel, autores da Basílica da Estrela, e por Manuel Caetano de Sousa que delineou e, fundamentalmente, determinou o Palácio da Ajuda; a segunda representado por José da Costa e Silva que assinou tanto o projecto do teatro de S. Carlos como o do Real Erário (13). Os três primeiros arquitectos referidos eram figuras prestigiadas, desempenhando cargos relevantes nas diversas áreas da prática arquitectónica, com largo curriculum de obras realizadas e, tendo em comum - independentemente do que os diferenciava - uma formação nacional cujo referente unificador fora o estaleiro de Mafra; quanto a Costa e Silva, ele distinguia-se por ser muito mais novo e apresentar, como principal trunfo, o prestígio de ter frequentado, com excelentes resultados, a Academia Clementina de Bolonha, o que, em relação aos outros colegas, o definia imediatamente como um *estrangeirado*.

Mas esta aparente nitidez ilude a situação concreta dos diversos "presentes" de cada uma das encomendas que temos tratado em bloco mas se distribuíram ao longo de quase vinte anos: de facto, a atribuição do projecto da Basílica da Estrela a Mateus Vicente é de 1777, a escolha de Costa e Silva para o Real Erário e para o S. Carlos foi feita, respectivamente, em 1787 e 1792, finalmente, só em 1796 Manuel Caetano de Sousa apresentou o seu projecto para o Palácio da Ajuda. Entre uma data e outra, faleceram Mateus Vicente (1785) e Reinaldo Manuel (1791).

Realce-se também que as encomendas da Basílica e do Palácio foram feitas, como era da tradição, de acordo com os cargos que os seus autores desempenhavam: Mateus Vicente era, em 1778, Arquitecto supranumerário da Casa das Obras dos Paços Reais, Reinaldo Manuel foi Arquitecto das Obras Públicas desde 1770, função em que lhe sucedeu Manuel Caetano, a partir de 1792. Por isso, só no caso de Costa e Silva se pode falar de escolha de certo modo deliberada - e, aliás, só em relação ao Real Erário, uma vez que o S. Carlos era, fundamentalmente, uma encomenda privada - mas, mesmo assim, ele era, desde 1781, professor da Aula Pública de Desenho e Arquitectura de Lisboa, vindo a ingressar no quadro das Obras Públicas em 1795, ao mesmo tempo que Francisco Fabri.

Deste modo, é a data de 1795 que surge como axial: antes dela, as encomendas dividiam-se por um número restrito de possíveis projectistas onde, desaparecidos os últimos arquitectos da Casa do Risco, Manuel Caetano dominava quase sozinho, pelo manejo habilíssimo da sua carreira (14); depois, a atribuição de importantes cargos a arquitectos mais novos, Fabri e Costa e Silva, um estrangeiro, outro estrangeirado, abriu uma situação de concorrência, que retoma o ambiente de vivo confronto característico do reinado de D. João V, e conduziu, por uma luta progressiva, dramaticamente resolvida pelo decreto de 1802 da responsabilidade do novo Presidente do Real Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, à alteração do projecto para o Palácio da Ajuda.

Ou seja, a encomenda da Basílica da Estrela foi feita num contexto específico, moldado pelas disponibilidades e divisão de tarefas característico da época de D. José, a que se submete também o projecto inicial para a Ajuda; enquanto a do Real Erário se situa noutra temporalidade, quando a energia da Aula do Risco terminara já e as Obras Públicas haviam perdido as funções abrangentes de que o Marquês de Pombal as dotara. Outros arquitectos haviam surgido, aureolados de prestígio estrangeirado: a escolha de Costa e Silva muito deveu, sem dúvida, à sua direcção da nova Aula Pública de Arquitectura, como também terá sido a justa fama com que Fabri chegou a

Lisboa, após quase cinco anos de trabalho continuado no Algarve, que determinou a sua rápida carreira em Lisboa.

Assim, o percurso dos dois arquitectos, que no início do novo século seriam escolhidos para substituir o velho Caetano de Sousa, nada devia à recente tradição arquitectónica lisboeta. Mas ao contrário do que tantas outras vezes acontecera - com Ludovici, Mardel ou Nasoni - as marcas do seu magistério concentram-se em peças únicas, pouco se entrosando ou enriquecendo as práticas rotineiras dos arquitectos e mestres das Obras Públicas. Ou porque os contextos culturais de uma agitada passagem do século não o permitiram ou porque, eles mesmos se deixaram excessivamente enredar no pesado historicismo do Palácio da Ajuda que Manuel Caetano lhes legou como uma espécie de herança minada.

3.2.3. Os estilos

Aparentemente, a organização das quatro obras, que temos vindo a analisar, propõem, também em relação a este tópico, uma série evidente: a Basílica da Estrela tem sido unamimemente considerada uma obra barroca - a última de toda a Europa? -, as restantes serão diversamente neoclássicas. Num hipotético meio, ou plenamente ligado aos valores expressivos da Estrela, derrotado, está o projecto de Manuel Caetano para a Ajuda.

Os já referidos vinte anos - exactamente vinte e cinco, se considerarmos o projecto da Estrela (1777) e a reformulação do de Manuel Caetano para a Ajuda, realizado por Fabri e Costa e Silva (1802) - são suficientes para contextualizar aquela evolução estilística, como tem sido habitualmente referenciada: com atraso terminava o barroco, com atraso também eclodia o neoclassicismo. Pela manifestação já serôdia do primeiro era responsável o gosto beato da Rainha, dos seus conselheiros e do velho arquitecto de Queluz que se mantivera distante das canseiras da reconstrução; quanto aos andamentos inaugurais do segundo, eles deviam-se às propostas inovadoras dos arquitectos formados em Itália, oportunamente apoiados pelos políticos iluministas do

Príncipe Regente - o Marquês de Ponte de Lima e o Conde de Linhares - ou pelos poderosos burgueses que Pombal havia promovido.

Para questionar este esquema, excessivamente simplificado, é preciso regressar às condições de encomenda e recordar que a época mariana herdou, do consulado pombalino, uma situação arquitectónica que parece esquizofrénica: embora com específicos pesos e medidas, todas as igrejas da reconstrução são barrocas, menos as Reinaldo Manuel e de Remígio Francisco de Abreu, mais as de Mateus Vicente, Joaquim de Oliveira ou Manuel Caetano (15), enquanto os equipamentos públicos (à excepção de alguns chafarizes), os prédios da Baixa, a Praça do Comércio e o Rossio são "proto-neoclássicos", como propôs José-Augusto de França ou, dito de outro modo, resistentemente "maneiristas", segundo a tradição nacional da "arquitectura chã", assumida pelos engenheiros e arquitectos militares (16).

Procurar justificações sociológicas e culturais para esta curiosa dicotomia creio ser absolutamente descabido: a sua razão de ser são as especificidades dos usos envolvidos e de modo nenhum uma teoria ou intencionalidade. Os arquitectos e mestres faziam uma coisa e outra - como Reinaldo Manuel provou com a sua intervenção tardia na Estrela -, ou uns faziam mais uma do que outra, movendo-se numa conjuntura expressiva ecléctica, cuja matriz se determinava, num cruzamento nem sempre clarificado, entre a herança classicista da arquitectura, os hábitos oficinais da edificação corrente e o rococó insinuante da sensibilidade epocal.

Alargando o âmbito da reflexão a outras importantes encomendas públicas contemporâneas, e considerando uma responsabilidade pela obra que não se restringe ao arquitecto, pode pensar-se que o mesmo Inspector Geral das Obras Públicas ou seu Fiscal, respectivamente o Marquês de Angeja e o operativo Anselmo da Cruz Sobral, se empenharam igualmente pela concretização do voto da Rainha, na Basílica da Estrela, pela edificação da Cordoaria - onde talvez Reinaldo Manuel tenha trabalhado, ao mesmo tempo que refazia o coroamento daquela - ou pelos arranjos romantizados dos jardins de Belém com o Picadeiro à ilharga.

Por isso, discordo frontalmente do entendimento da Basílica da Estrela (**Fig.65;1-5**) como uma obra reaccionária, espécie de metáfora plástica da *Viradeira*. Demonstrou-se já (17) que ela não custou o que a historiografia corrente proclamou e não foi responsável por nenhuma paragem das obras públicas. Também não abriu nenhuma crise de gosto ou de "evolução" arquitectónica: não impediu que, exactamente nos mesmos anos, se concluísse a Igreja da Memória ou se edificasse a Cordoaria e o Picadeiro ou que, com os seus sobejos, o Cruz Sobral edificasse, ao Chiado, todo um quarteirão de prédios de prospecto pombalino (18) e o padre António Luís de Carvalho a Igreja de Nossa Senhora das Dores (**Fig.66**), de elegante interior neoclássico (19).

Quanto aos seus arquitectos, ela permitiu a Mateus Vicente ultrapassar as possíveis frustrações acumuladas em Queluz e na *Memória*, ou redimir-se do excesso cenográfico de *Santo António*, e a Reinaldo Manuel, reconciliar-se com a herança prestigiada de Mafra que continuava a ser, para todos os homens da sua geração, e também para Caetano de Sousa, o signo da grandeza joanina, dramaticamente perdida com o Terramoto. Para a arquitectura civil, de prédios palacianos ou de palácios prediais, desenhados por estes arquitectos ou pelos seus discípulos mais anónimos, a eficácia das soluções e a beleza controlada do interior da Basílica terão contribuído para uma espécie de moda neo-barroca, com marcações classicizantes ou ondulações rococó, onde a incerta sensibilidade daquele fim de século particularmente se espelhava.

Muito menos eclécticas do que a Basílica da Estrela, foram as duas obras atribuídas a Costa e Silva e que justificaram a sua aura de fundador do neoclassicismo lisboeta (20). Curiosamente, no entanto, tem-se desprezado o facto evidente que, também ele, se conformou a situações de encomenda específica: o Real Erário (**Fig.67;1**), delineado em 1889, e cuja edificação se iniciou no ano seguinte, com enorme dificuldade de estabilizar as fundações, era outra espécie de projecto aúlico do poderoso Marquês de Ponte de Lima, aproveitando a efémera prosperidade económica

e financeira daqueles anos (21). O arquitecto representou bem essa intenção moderna ao escolher uma planta quadrangular porticada, centralizada por enorme cúpula octogonal, seguindo de perto indicações tratadísticas de Serlio.

Infelizmente, a generalização da crise económica nos últimos anos do século impediu a realização deste projecto que nunca ultrapassou as primeiras fiadas de cantaria e que só conhecemos pela planta, alçado e respectiva maqueta (22). Ele seria o mais faustoso da época mariana e, eventualmente, uma marcação classicista fundamental para as dinâmicas construtivas da cidade. Tendo fracassado, interessa sobretudo pela acutilante polémica que gerou entre o seu autor e José Manuel de Carvalho Negreiros.

Pelo contrário, a segunda encomenda de Costa e Silva, o Real Teatro de S. Carlos (**Fig.68,1-3**), foi edificado, ao Chiado, em escassos seis meses, entre Dezembro de 1792 e 30 de Junho de 1793, data em que foi inaugurado. Conforme está sobejamente registado, o arquitecto inspirou-se, para a fachada, no Scalla de Milão de Giuseppe Piermarini (1776-78) e, em relação à planta, no San Carlo de Nápoles de Giovanni Medrano (1737), fundindo-os num todo harmónico, muito bem resolvido, no exterior, ao nível do pórtico rusticado e, sobretudo, nas elegantes proporções da sala principal. No entanto, os escassos meios disponibilizados pela sociedade promotora (23) e o controlo férreo de Anselmo da Cruz Sobral, responsável pela inspecção da obra, e do Intendente Pina Manique, que a sancionou política e financeiramente, terão sido responsáveis pela modéstia das fachadas laterais, que se confundem com os prédios adjacentes e, eventualmente, pelo medíocre motivo do coroamento da fachada principal. Por isso, apesar do classicismo das soluções, também esta obra - de enorme impacte cultural e vivencial - não pode ser considerada uma ruptura na arquitectura da cidade, geradora de reposicionamentos teóricos: o seu neoclassicismo é apenas um regresso à sintaxe clássica compendiada, faltando-lhe o impulso criticista e inovador que deveria sancionar a apropriação. Mesmo assim, depois da Basílica da Estrela e antes da alteração do projecto da Ajuda, ela constitui a mais importante encomenda da época mariana.

Em relação ao Palácio da Ajuda (**Fig.69,1-5.**), apesar da complexidade do tema - pelo desaparecimento do projecto inicial de Manuel Caetano de Sousa, pela impossibilidade, também devido ao desaparecimento dos desenhos, de distrinçar as responsabilidades respectivas de Costa e Silva e Francisco Fabri - vale a pena determo-nos na sua análise, a partir dos pareceres (**doc. 50**) destes dois arquitectos que Ayres de Carvalho já divulgou mas sem os publicar integralmente (24).

Os factos que estão na sua origem são conhecidos: o projecto de Manuel Caetano de Sousa, aprovado pela Rainha em 19 de Maio de 1796 (25), foi de imediato iniciado com as operações de desentulho, abertura de caboucos, construção dos aquedutos e muralhas de sustentação. Como era habitual, outros arquitectos foram chamados para dar parecer sobre a organização dos trabalhos e, nessas funções, encontramos Costa e Silva, logo em 1795 (26).

As obras prosseguiram a bom ritmo mas em Novembro de 1801, sem dúvida por iniciativa do novo Presidente do Real Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, é criada uma Junta com o "Coronel Manoel Caetano de Souza, o Sargento Mór Joaquim de Oliveira, Jozé da Costa e Francisco Xer Fabre" para se pronunciar não só "sobre a despeza feita" mas sobre o orçamento "da despeza que seria necessaria para a sua concluzão". Simultaneamente, pedia-se "tambem todas as justas considerações sobre o risco actual e Desenho da Obra com o juizo o mais imparcial, e conforme aos bons, e solidos principios da Architectura" (27).

Fabri elaborou um breve parecer, datado de 2 de Janeiro de 1802 (**doc. 50**), queixando-se *"de se naõ poder examinar as mesmas plantas com acerto, sem terem o nome das Acomodaçoens para que saõ destinadas, e he impossivel fazer-se hum raciocinio exacto sobre as ditas Plantas, sem a claresa necessaria"*. Admirava-se *"de como os meus collegas podessem satisfazer e proceder ao exame das mesmas Plantas sem esta importante claresa"*. Por isso - *"naõ podendo eu interpretar os segredos de Manoel Caetano"* - *"roga as Providências necessárias a este respeito, para eu naõ ter obstaculo em cumprir as Ordens do Real Serviço"*.

No entanto, com a mesma data, um segundo parecer existe em que o arquitecto italiano afirma, peremptório, que *"A Obra do Real Palacio necessita de ser riscada outra vez"*, *nomeadamente por "as Frontarias (serem) de huma Arquitectura intrincada, que parece ser Obra de Entalhador, e naõ de Arquitecto, faltando-lhe aquelle caracter serio, e magestoso, que pede a sumptuosidade do Edificio"*. Além disso *"O interior, que se revela de hum sò Escapado, mal arranjado, mostra estar inteiramente despido de toda a decoraçaõ, e magnificencia respectiva às Entradas, aos Pateos, às Escadas"*. Assim, propunha-se ele *"riscar de novo todas as Plantas, Frontarias, Escapados, e mostrar sobre aquelles mesmos principios, que se achaõ executados, hum novo Palacio, visto por todos os lados, como se fosse hum Modêlo, a fim de se tirarem todas as duvidas, e ser mais prompta a sua execuçaõ". Para isso pedia "tres mezes de tempo"*.

Ou seja, parece que Fabri, começando, na primeira carta, por exigir plantas correctas para se poder pronunciar, recua sobre essa exigência, propondo-se, estrategicamente, ser ele a desenhá-las, aproveitando para as corrigir, embora *"sobre aquelles mesmos principios, que se achaõ executados"*.

Não conhecemos a resposta de D. Rodrigo a esta proposta, mas pomos como hipótese que ela não terá sido positiva pelas conclusões a que permite chegar a longa exposição de Costa e Silva que, ao contrário do seu colega, não teve dificuldade em ler as plantas existentes.

Começando, retoricamente, por enunciar que a *"bellesa, Cômodidade, e fortalesa ou solidez"* saõ *"como os requesitos, e circunstancias de huma Obra"*, particularmente de um Palácio real onde eles se devem achar *"inseparavelmente unidos, e com toda a possivel perfeiçaõ"*, parte depois para uma minuciosa análise de todo o projecto. Começa pela *"Fronteria"* cuja *"disposiçaõ, a distribuiçaõ, e a proporçaõ das partes della, sendo conformes às boas regras da Arquitectura, fallaõ logo a favor do Arquitecto"*, constituindo *"quasi a mesma cousa, que o semblante ou rosto a respeito do homem"*.

Detendo-se na *"Fronteria, que fica para a parte de Lisboa pois nella he que se acha o principal ingresso do Palacio"*, considera que a sua organização *"em differentes corpos" "he bem pensado"*, pois que *"nas Fronterias de grande extençaõ isto he absolutamente necessario para se evitar a continuada monotonia, e ao mesmo tempo dar huma especie de movimento ao edificio"*. Concorda também com a repartição, na *"parte inferior"* do *"Corpo do meio"*, *"em cinco intercolumnios de ordem dorica, sendo o do meio mais Largo, como deve ser, para assim dar maior desafogo à entrada principal"*. Mas discorda quer da sua largura excessiva - *"de maneira que desta mal entendida disposiçaõ segue-se, que as duas portas Lateraes menores ficaõ sendo excessivamente estreitas à proporçaõ da altura que tem"* - quer, sobretudo, dos seus *"ornamentos"* que *"saõ sem duvida alguma contra todo o bom gosto da purgada Arquitectura"*. E, embora reconheça que *"os dous Corpos, que de huma parte, e outra acompanhaõ o do meio"* sejam *"ornados com maior simplicidade"*, afirma *"que eu para resaltar mais o que pertence ao plano nobre, os teria absolutamente deixado sem pilastras"*.

Muito mais críticas lhe merecem *"os dous corpos extremos, sobre os quaes assentaõ os toreaõs"* porque *"as tantas pilastrinhas e contra-pilastrinhas alem de serem contra o bom gosto, fazem nascer huma idea de fraquesa em corpos, que devem servir de base a taõ desproporcionada mole, que sobre elles se levanta"*. Considerando que *"saõ totalmente incompativeis com os preceitos da boa Arquitectura os tantos resaltos da cimalha"* e que seriam condenados *"por todos os bons Autores, que tenho visto"*, reconhece *"Porem toda esta parte do edificio (...) esta já construida; e quando se lhe quisesse dar remedio, seria cousa summamente difficultosa"*.

Volta depois à *"Fronteria"*, analisando o que *"pertence ao plano superior, ou plano nobre"*. Acha inaceitável *"os capiteis das Columnas, que ornaõ este corpo"*: *"ainda que naõ sinceros, e Legitimos, parecem indicar a ordem composita"* e esse *"salto do dorico ao Composito, deixando fora as ordens intermedias, he hum salto, que naõ será approvado por nenhum bom author de Arquitectura"*. Confrange-o

também o ritmo desigual da distribuição dos vãos e as diferenças das suas próprias dimensões porque *"em hum edificio bem ordenado todas as linhas horisontaes, e respectivas à mesma parte do edificio (devem) correr ao mesmo nivel, e naõ humas abaixo e outras acima, cousa muito irregolar, e que causa huma grande confusaõ à vista"*. Reprova igualmente as colunas, a *"Cimalha recurvada a cada huma das columnas"*, o *"peso enorme da grande empena"*, porque *"se o edificio foi ideado com destino de ser com terraços, naõ devia levar empena"*, e *"os oculos, que nesta parte (...) estaõ por cima das janellas, porque alem de naõ fazerem boa armonia com o resto do edificio, indicaõ habitaçaõ sobre os quartos das Pessoas Reaes, cousa muito indecente, e contraria aos preceitos dos bons Arquitectos"*.

Quanto aos pisos superiores dos torreões, considera-os de *"altura (...) muito excedente em resaõ e respeito às grossuras das paredes"*, *"o que offende a vista a respeito da solidez, que deve ser patente, e manifesta em todas as partes do edificio"*, situação agravada pelo facto das *"columnas, e pilastras, que ornaõ este corpo, mostrem de se assentarem sobre represas"* porque *"Naõ basta q. hum edificio bem regolado seja realmente solido, he preciso tambem, que tal se deixe ver, e appareça aos olhos dos que o estaõ contemplando"*.

Sobre a *"Fronteria da parte do rio"*, verifica que *"aqui o edificio tem tres planos a causa da differente altura do terreno"* e que, *"no corpo do meio"*, *"He a primeira ordem deste plano terreo hum rustico que tem a altura da rampa feita para do jardim poder subir ao plano do Palacio"*. As observações a este nivel são bem curiosas: se *"a porta que está no meio deste rustico fosse alguma cousa mais estreita, daria commodo a poder-se fazer a sua volta em semicirculo, e deste modo ficar mais engraçada"*; no *"imbasamento"*, *"todo decorado com pilastras rusticas, e com nichos entre as mesmas pilastras"* encontra *"alguma monotonia"*, além de que, *"segundo as regras prescriptas pelos bons Autores (os nichos) naõ estaõ na sua justa , e devida proporçaõ, porque deveriaõ ter em altura duas vezes e meia a sua Largura"*. Acolhe também com prudência, *"no segundo plano desta Fronteria"*, o facto dos *"cinco arcos com columnas e meias pilastras"*, *"no corpo do meio"*, se acharem *"estas columnas*

mettidas dentro do grosso da parede, como em nichos": embora *"tenha sido alguma vez posto em uso por alguns Arquitectos, com tudo os Professores de juizo, e de bom sentido abertamente o reprovaõ"*. Mas volta a reconhecer, tal como fizera para a composição da fachada nascente, que *"havendo nesta parte huma maior extençaõ, pensou bem o Arquitecto a introduzir-lhe, e interpor-lhe outros dous corpos, ao fim de romper a frequente repetiçaõ da mesma cousa"* embora *"Confesso (...) a verdade, que naõ posso uniformar-me, e convir no modo, com que elle os ornou"*, o mesmo acontecendo com as *"columnas (...) unidas a tres e tres"* do piso nobre, a *"especie de Attico" "Sobre a cimalha destas columas"*, sobretudo com *"os seus ornamentos, e singularmente a respeito da cimalha em voltas"*. Na sua opinião, *"As cimalhas devem perpetuamente conservar a linha horisontal"*. E, se nesta fachada ela aceitável a presença de *"huma empena"*, *"porq. como o Attico se levanta por cima dos terraços, pode esta parte do edificio ser cuberta com tecto"*. Mas era inaceitável *"a empena ser rota no meio, porque assim indica hum tecto roto"*...

Antes de passar ao *"exame das plantas"*, enuncia algumas considerações gerais: *"Hum edificio grande deve ter todas as partes grandes; poucas, mas bem profiladas divisões. Isto he o que faz parecer o edificio magestoso, e nobre, grandioso, e magnifico. Pelo contrario quando o edificio he construido com muitas divisões, e subdivisões, e como quasi todo redusido em partes meudas; por grande, e vasto que elle seja, sempre parecerá mesquinho, e miseravel"*. E apesar de, mais uma vez, prevenir *"que naõ saõ os muitos ornatos os que fazem bello e elegante hum edificio"*, é de opinião que o vestibulo - *"a primeira parte (...) que se vê, logo que se entra"* - *"me parece ser muito simples, quando na Fronteria se vê tanta profusaõ de ornatos"*. É rigoroso também em relação aos *"tres pateos"*, por só dois deles comunicarem entre si e não os três, e sobretudo aos *"vinte e nove pateozinhos pequenos, que parecem feitos com idea de dar luzes a differentes quartos e accomodações"*. No entanto, ele está convencido que tal não acontecerá, *"principalmente a respeito dos quartos mais baixos"* mas, igualmente, em *"outras e outras partes deste grande Palacio"*. Dúvidas lhe merecem também as *"duas escadas principaes"* que não têm visibilidade suficiente,

estando *"collocadas de maneira, que para se acharem he preciso atravessar todo o primeiro pateo"*, o que lhe parece acontecer também com as *"outras varias escadas menores"*.

Na verdade a planta que analisa, com a maior boa vontade, não permite considerações senão gerais: não clarifica nada *"quanto aos aqueductos e despejo das agoas dos pateos e das officinas"* - embora ele esteja *"certo, que o Arquitecto terá a tudo pensado com o maior cuidado e diligencia"* - e, quanto *"as particulares accomodações de cada huma das mesmas Pessoas Reaes"*, *"não há explicaçaõ alguma dos differentes usos, que devem ter os quartos nella delineados"*. Admitindo, mais uma vez, *"que o Arquitecto como pratico dos usos da Corte, terá inteiramente satisfeito a todos os requesitos necessarios"*, menciona a necessidade de se contemplarem *"Camaras, ou salas de Estado, as Gallerias de paineis, e Estatuas, as Livrarias, e outros sitios que mostrem a grandeza, e magnificencia do Soberano"*.

Mas estes atributos reconhece-os Costa e Silva quando se refere às escadas *"que podem-se também contemplar como principaes e saõ aquellas que daõ serventia para a rampa da parte da calçada da Ajuda"*, que lhe provocam uma sincera adesão, constituindo um dos maiores elogios ao projecto de Manuel Caetano: *"Este complexo de rampa, entrada, e escadaria, em huma palavra este todo faz nascer huma idea de grandesa e magnificencia"*. A reserva vem, todavia, logo a seguir e retoma a maior preocupação de toda a memória: *"Com tudo isto seja-me permittido o dizer, que para se conseguir o seu verdadeiro effeito, seria preciso que tudo fosse decorado com muito maior decencia"*. No entanto, perante o *"Corte, que vejo feito pelo comprimento deste edificio"*, deixando ver *"o interior do vestibulo, as frentes dos pateos, e a entrada das escadas"*, é da opininião *"que todas estas partes saõ ornadas com muita singelesa"*. O que, de acordo *"aos preceitos dos bons Authores"*, era desadequado porque *"estas mesmas partes deveriaõ ser decoradas à proporçaõ dos ornamentos das Fronterias"*.

Este longo texto - 12 páginas manuscritas de um caderninho de 205 X 150 mm cuja letra de copista é sempre uniforme e que não sabemos de quem seja - creio ser suficientemente importante para justificar as longas transcrições que acabo de fazer, além da sua transcrição integral no apêndice documental. Por ele se prova, inquestionavelmente, que elementos compositivos fundamentais do palácio da Ajuda foram projectados por Manuel Caetano: os três módulos da fachada nascente, com o corpo central destacado, os torreões laterais, o "complexo" da fachada de aparato a sul, com "rampa, entrada e escadaria" e o piso inferior rusticado. Havia uma planta, pouco descritiva, desenhos daquelas fachadas e um corte que, quando for feita a monografia que urge sobre o edificio, poderão ser delineadas, a partir da memória detalhada de Costa e Silva.

O que a mim me interessa realçar é que não é possível continuar a afirmar-se que o Palácio existente é apenas da autoria de Costa e Silva, Francisco Fabri e António Francisco Rosa, deixando de lado o velho arquitecto que o projectou e definitivamente o determinou. As alterações, impostas a partir do seu afastamento do estaleiro, logo em finais de 1801, foram numerosas, em termos do redesenho das plantas - visando a sua limpidez e calma grandiosidade - e do apagamento das marcas barrocas da decoração das fachadas que foram submetidas aos valores da horizontalidade que, segundo Costa e Silva, todos os *"bons authores"* recomendavam. Mas estas correcções - por onde perpassará a sempre afirmada influência do palácio Caserta de Vanvitelli - não destruíram a figura proposta por Manuel Caetano: um longo paralelipípedo com torreões de ângulo, recriando a memória de Mafra mas também a de muitas casas nobres portuguesas, dinamizada, na fachada sobre a calçada da Ajuda, por um conjunto monumental de rampas que retoma a solução da Igreja do Paço da Bemposta.

Ou seja, a passagem do "barroco ao neoclássico" que, desde a reflexão de José-Augusto França tem sido representada neste edifício, não se fez pelo corte abrupto, proposto por Fabri, mas pela recomposição correctora apresentada por Costa e Silva. E apesar das muitas críticas que o projecto lhe suscitou, é evidente que ele se move no

mesmo espaço estético, mas não estilístico. Ou seja, o neoclassicismo do arquitecto estrangeirado é um regresso à ordem clássica e não a sua refundição, propondo-se com uma colagem bastante académica à opinião dos "bons professores", nunca aliás citados, sem descolar dos paradigmas mentais e representacionais, vivenciais e simbólicos do Antigo Regime.

Retomada a obra, sob a nova direcção de Costa e Silva e Fabri, o que essencialmente se fez, até 1807, foi completar-se a fachada nascente até à cimalha e inciar-se a edificação do respectivo átrio e andar nobre. Mas a saída da Corte para o Rio de Janeiro e as invasões francesas, o afastamento do estaleiro de Costa e Silva, pelo menos desde 1812 (28) e a morte de Fabri em 1817, finalmente a redução drástica do projecto, decidida em 1821 (29) e a abusiva assumpção autoral de Francisco Rosa (30), não permitem minimamente visualizar as novas soluções compositivas, adoptadas desde o início ou alteradas no percurso da obra, nomeadamente em relação à resolução das cúpulas e da escadaria da fachada principal, elementos fundamentais para se julgar o projecto e o seu impacte em relação à envolvência. E quando nos debruçamos sobre os arquitectos que se apropriaram do projecto - além de António Francisco Rosa, Manuel Caetano da Silva Gayão, Germano Xavier de Magalhães ou ainda Cyrillo Volkmar Machado (31) - ou das longas sessões consumidas para se decidir o coroamento da fachada (32) - para já não se referir a pobreza dos programas decorativos - verifica-se que o longo estaleiro da Ajuda cristalizou numa infecundidade pasmosa, enquistado sobre si mesmo ao contrário do de Mafra ou mesmo do de Queluz.

Por isso, como já afirmei, é difícil considerá-lo o início de um novo ciclo estético: pelos compromissos para com o poder, pela luta mortífera ou surda que se desenvolveu entre os diversos projectistas, pelo formalismo bastante estéril dos fundamentos estéticos do projecto (33), o Palácio da Ajuda é antes o final aparatoso, quase sempre trágico, da conjuntura longa do classicismo. O nunca ter sido terminado espelha não só a crise do Antigo Regime português mas também, metaforicamente, a

impossibilidade dela se poder contemplar numa imagem arquitectónica consequente. O País ruía nos seus fundamentos imperiais e não era a arte que o podia salvar.

3.2.4. Os impactes urbanos

Do ponto de vista deste tópico, as quatro obras que temos vindo a analisar - considerando-as paradigmáticas das encomendas públicas marianas - organizam-se numa série quase contraditória com a importância arquitectónica que lhes tem sido atribuída.

Assim, o projecto do Real Erário, sem dúvida o mais qualificado, e que se destinava, na decisão talvez empírica do Marquês de Ponte de Lima, a fomentar um novo centro da cidade - prolongando o eixo expressivo que articulava a Baixa com o Chiado - revelou-se um inteiro fracasso: o sítio, que fora das "Obras do Conde de Tarouca" e, depois, da "Patriarcal Queimada" era agora dos alicerces do Real Erário, sem que deixasse de ser um lugar desqualificado e marginal, finalmente convertido em jardim pela Câmara Municipal, setenta anos mais tarde. As cantarias lavradas hão-de servir ao palácio da Ajuda e os poderosos alicerces do octógono central, projectado por Costa e Silva, terão sido utilizados para o reservatório, construído pela Companhia das Águas, em 1863 (34). Todas as potencialidades urbanísticas daquele lugar de passagem estavam intactas mas ele continuava a ser apenas isso, entre o Chiado/ S. Roque e a Praça do Rato, a caminho dos bairros cada vez mais densos de Santa Isabel, Campo de Ourique e Campolide.

O mesmo destino paradoxal coube à Ajuda mas, neste caso, não teria havido nenhuma intenção de gerar um pólo urbanístico, quando se decidiu, sobre a comoção do incêndio de 1794, implantar o palácio real à ilharga das ruínas ardidas da Real Barraca. Após algumas hesitações - que a seguir analisaremos, a propósito da Memória de Costa e Silva para se instalar uma residência régia na Praça do Comércio - a família real conformava-se ao espaço de exílio que o Terramoto lhe determinara, fora da cidade e sem fáceis ligações com ela, privilegiando a estrada que da Ajuda conduzia

a Queluz, mandada edificar pelo solícito Intendente Pina Manique(35). E embora Lisboa crescesse à volta, num torvelinho de modestos aforamentos privados que, a sul, se coziam com as iniciativas do Conde da Ega na Junqueira, tal acontecia segundo a figura empírica e ante-pombalina de um acrescentamento orgânico, não estruturado nem programaticamente recuperado.

O facto de nunca se ter construído a fachada principal voltada a sul com as suas cenográficas rampas de acesso - que, fatalmente, seriam eclecticamente neo-barrocas? - , o facto também de D. João VI dele ter fugido, após o regresso do Brasil, refugiando-se na Bemposta, constituem-no como uma espécie de símbolo prévio do fim, então ainda não anunciado da monarquia portuguesa, que nunca ninguém amou e que, desde o Vintismo, foi considerado um luxo desnecessário, reduzido à dimensão do que pragmaticamente já estava feito. Nunca as questões desenvolvimentistas da cidade por ali passaram, nem os rimos da sua vida económica, social ou cultural. No entanto, mesmo sem querer, ele inventara como que uma nova colina da cidade, rima fria de um conjunto patrimonial qualificadíssimo que da Torre de Belém passava aos Jerónimos, cruzando-se depois com a cúpula da Igreja da Memória e as torres das Necessidades. Curiosamente, este sucesso póstumo foi o denegado Manuel Caetano de Sousa que o inventou.

Ao contrário do Real Erário e da Ajuda que, de um ponto de vista urbanístico, parecem captar sentidos ainda imprecisos do futuro da cidade mas sem conseguir transformá-los em existência consequente, o Teatro de S. Carlos e a Basílica da Estrela foram corpos felizes, celebrando a conjuntura do tempo presente.

O primeiro, implantado à ilharga do Chiado, próximo dos Mártires, a mais prestigiada igreja da reconstrução pombalina então recentemente inaugurada, e de alguns dos palacetes da burguesia mariana, fugindo, de modos diversos, à uniformidade do prospecto pombalino das ruas, contribuiu poderosamente para civilizar a cidade e para aprofundar a vocação cultural do sítio, já lançada pelas livrarias e botequins.

À partida, o terreno vendido por Joaquim Pedro Quintela - ou trocado por camarote vitalício uma vez que Pina Manique depressa se esqueceu de soldar contas (36) - não era muito favorável, quase esmagado entre o forte declive da recente Rua nova dos Mártires e o nível, muito mais elevado da Rua do Outeiro. Costa e Silva resolveu pragmaticamente a questão, defendendo a abertura de uma pequena praça fronteira e a construção "de um socalco ao lado da mesma rua do Outeiro, sem o qual socalco, a causa da grande diferença apontada dos dous niveis da praça e da rua, ficaria com algum perigo esta serventia, que na verdade he a melhor" (37).

Aberto quase ao mesmo tempo que a próxima Praça do Barão de Quintela, este átrio exterior do Teatro de S. Carlos, enuncia idêntica apropriação vivencial da cidade que, por gestos empíricos, foge à esquadria das ruas pombalinas, introduzindo-lhe paragens e refúgios, simultaneamente operativos e cenográficos. E, sem dúvida, o arranjo urbanístico proposto por Costa e Silva reforçava a própria simbólica representacional do teatro, multiplicando-lhe os acessos e ampliando-lhe a zona de convívio, numa ritualização de circuitos e de encontros que, hoje ainda, torna a ida ao S. Carlos numa festa, começada e prolongada na rua.

Feliz foi também a escolha da Senhora D. Maria I para cumprir o seu voto ao Sagrado Coração de Jesus. As suas razões concretas são conhecidas - eram terras da Casa do Infantado e, como tal, propriedade da Coroa - mas não são elas que me interessa realçar: por esse misterioso ímpeto que vai constituindo a história das cidades, D. Maria vinha, com o seu gesto privado, legitimar um sítio enérgico de Lisboa que subia dos aforamentos, também privados - inicialmente quase clandestinos - da Lapa e se cruzava com os da freguesia de Santa Isabel, onde os numerosos e quase sempre modestos candidatos a construtores eram avisados que eles terminariam se Sua Magestade intentasse construir o seu Real Palácio cujo chão se encontrava demarcado desde a década de 1760.

Poder-se-ia dizer que a Basílica substituiu o palácio, como marca ostentatória do lugar - e, nesta construída substituição, é possível delinear alguns dos sentidos mais fundos da sociedade e da cultura daquele fim de século - mas mais importante será

salientar que ela se tornou um pólo activo de urbanização qualificada, criando um fortíssimo signo de identificação para os residentes mas também para todos os lisboetas: vista à distância, como sempre Lisboa se deve ver - e como os diletantes estrangeirados de então gostavam de a contemplar - a cúpula da Basílica da Estrela equilibrou e legitimou aquela recente cidade, confrontando-se com as torres de S. Vicente de Fora e da Graça. Era uma figura cenográfica, elegante mas poderosa, que assumia uma das mais convincentes tradições da arquitectura classicista nacional - o súbito desejo de fuga vertical para iludir um vernáculo culto da horizontalidade - mergulhando num peculiar passado barroco que, sem nenhuma culpa da senhora Rainha, permanecia vivo e operante. Assim o terá talvez confusamente entendido Reinaldo Manuel, quando resolveu altear a cúpula e coroá-la de lanternim rococó mas, nessa conversão consentida do seu fim da vida, deve ver-se também um gesto de libertação em relação à programática obsessiva da projectação pombalina e um sintoma positivo da nova ordem iluminista, mais personalizada - mais humanista? - das elites marianas.

3.3. A Praça do Comércio: projectos e críticas

Na importante documentação de Costa e Silva, vendida à Biblioteca do Rio de Janeiro e publicada por Ayres de Carvalho, existe uma curiosa "Comunicação" (38), dirigida certamente ao Presidente do Real Erário, respondendo à sua solicitação "sobre o modo, com que se poderiaõ reduzir as fabricas existentes na grande praça do commercio a huma commoda e decoroza habitação para Sua Mag.de e Real Familia". Embora não esteja datada, tudo nos leva a crer que ela será anterior ao incêndio da Real Barraca da Ajuda de 1794, uma vez que, logo depois, foi tomada a decisão de a fazer substituir por um palácio definitivo. A ser assim, o destinatário da Memória, e seu encomendador, seria o Marquês de Ponte de Lima que, anos antes, escolhera Costa e Silva para delinear o Real Erário cujos primeiros trabalhos decorreriam então, eventualmente a par da edificação do Teatro de S. Carlos e do desejo, nunca realizado,

de construir um chafariz monumental de Sant'Ana a que a seguir nos referiremos. Antes de 11 de Novembro de 1794 portanto, mas certamente depois de 1791, ano da morte de Reinaldo Manuel, a menos que se admita que o mesmo pedido foi feito a diversos arquitectos, o que não é inverosímil, e só se conheça a resposta de Costa e Silva.

O assunto, aparentemente espúrio - em relação aos objectivos de Pombal, Manuel da Maia e Eugénio dos Santos desde sempre enunciados para aquela Praça, delineada como centro de serviços administrativos e financeiros e que, na ideia global da reconstrução, deveria ser completada pelo centro político que chegou a ser demarcado na freguesia de Santa Isabel - não o era completamente uma vez que D. Maria e a sua corte haviam decidido adaptar parte do edifício do Real Senado, ligado por passadiço ao extremo da ala norte da Praça (39), o"Real Paço de Lisboa" com o qual se gastaram, precisamente até 1794, 125 950$386 rs, ou seja bastante mais do que, sensivelmente no mesmo período, o Cofre do Donativo dos 4% terá investido na Real Barraca da Ajuda (99 430$080) (40).

Segundo as imprescindíveis memórias de William Becford, num sábado, 30 de Junho de 1787, ele passou pela "Grande Praça", vindo da casa do Marquês de Marialva em Marvila: atravessaram-na a custo porque "regurgitava de ociosos de toda a espécie e de todos os sexos, os olhos arregalados para as janelas iluminadas do palácio na esperança de verem Sua Magestade, o príncipe, as infantas, o confessor e as damas de honor circulando de sala para sala e dando ampla margem a divertidas conjecturas" (41). Esta cena seria bastante frequente pois é referenciada também, sem indicação de fontes, por Caetano Beirão (42), e ainda pela *Gazeta de Lisboa* que fornece uma razão específica para esse gosto pelo local: "A Rainha Nossa Senhora e toda a Real Família se restituíram na tarde de 3 do corrente do Real Sítio de Salvaterra de Magos para esta capital e foram residir para o Palácio da Praça do Comércio a fim de poder Sua Magestade mais comodamente fazer uso dos banhos das Alcacerias" (43). Antes, o mesmo jornal noticiara outro tipo de uso da Praça:

"A 10 Suas Magestades foram ao Palácio da Praça do Comércio ver deitar um magnífico fogo de artifício que ali se achava armado na forma de um jardim tendo em seu fundo um edifício de boa arquitectura ornado de figuras emblemáticas o qual depois de variedade de vistas executadas no jardim, ficou todo iluminado com a mais brilhante perspectiva. Seguiu-se um vistoso e muito variado fogo do ar que acabou por satisfazer o inumerável concurso de espectadores que enchia a Praça e cobria todas as eminências da Cidade" (44).

Ou seja, ao contrário do que acontecera com seu pai, o Senhor D. José, D. Maria e a sua corte amavam aquela praça ainda em edificação, talvez recordados da grande festa da entronização da Rainha - enquadrada por cenográfica arquitectura efémera montada, curiosamente, por Mateus Vicente (45) - que iniciava uma nova tradição, retomada em 1861, aquando da aclamação de D. Luís (46). As suas frequentes estadias no improvivado Paço permitiam-lhe um inédito contacto com o povo, que nem em Queluz nem na Ajuda era possível, estranho aliás aos princípios do absolutismo iluminado que continuava a nortear a acção dos seus ministros: particularidades castiças da corte portuguesa onde o fausto era quase inexistente (47) e se mantinham vivas as tradições senhoriais de um quotidiano gerido pelas poderosas clientelas (48).Mas as razões mais imediatas da intenção de ampliar o Paço de Lisboa relacionar-se-iam sem dúvida com a doença pública da rainha, declarada em 1791: havia então ainda esperança de a curar e a frequência das águas termais do Terreiro do Trigo seria considerada positiva. O que mais uma vez confirma a hipótese de datação que acima sugerimos para a Memória de Costa e Silva.

O arquitecto, habituado e sempre submisso à encomenda cortesã, aceitou sem sinais de dúvida em relação à sua pertinência, o repto que lhe era lançado. Estudou o assunto sobre as "plantas", "como tambem sobre o lugar mesmo", e não se exime a criticar "os defeitos que ainda os menos intelligentes na Arquitectura civil podem facilmente observar nestes edificios". Eles eram "tantos e taes" que "sem huma grande despeza em destruir e reedificar, como seria necessario, a maior parte delles, nunca se

haõ de poder reduzir a huma elegante e decoroza habitação, e verdadeiramente digna da Magestade".

O único merecimento daquela Praça era a sua "situaçaõ em todo o sentido admiravel". De resto, refere a desproporção, "as arcadas estreitas, baixas, e miseraveis" que "naõ deixaõ em parte alguma lugar para huma decente entrada, qual se requer em hum palacio de hum grande Principe soberano". Além disso acusa "a monotonia, que reyna em todos estes edificios, e em todas as partes delles, contraria aos preceitos do bom gosto, faz que a vista delles seja bastantemente dezagradavel". Esta insuficiência grave - "com effeito a monotonia em materia de Arquitectura he hum tal vicio, que ordinariamente por elle fica perdida, e como aniquilada a elegancia e belleza" - permite-lhe afiar a crítica maldosa: o Arquitecto que tal fizera ignorava "as regras e preceitos do bom gosto". Conceito lato este que, poucos anos mais tarde, Costa e Silva bramiria também contra Caetano de Sousa, mas então pelo seu excesso de "pilastrinhas e contra-pilastrinhas" (49).

Mas apesar do repetido "embaraço" e "difficuldade" com que deparava não desiste de satisfazer o encomendador: a solução que propõe é a de "escolher aquella parte, que já tem occupado, e que actualmente habita com a Sua Real Familia". Havia que "desmanchar-se a parte que esta feita do arco da rua Augusta": "com as columnas que tem, e com outras que faltaõ, poderia-se fazer tal distribuição e de maneira, que se viesse a formar hum bello e elegante frontispicio, e abrindo o ingresso do Real palacio na bocca da mesma rua Augusta, os dous edificios, que agora se achaõ separados, ficariaõ unidos, e formariaõ como hum corpo so".

Considerando que tal bloco seria insuficiente "para todas as accomodaçoens necessarias", avança do assassinato da Praça para o da perspectiva da Baixa: "se poderiaõ juntar a ella a rua nova de el Rey, e tambem os dous quarteiroens immediatos de casas, que ficaõ entre a dita rua nova de el rey, e a outra chamada dos Algibebes". Obtinha assim "huma ilha toda unida, cuja planta seria um quadrilatero, o primeiro e principal lado do qual seria o da Real praça do commercio, o segundo o da rua dos

ourives da prata, o terceiro o da rua dos Algibebes, e finalmente o quarto o da rua Aurea".

Sobre "tal planta", "poderia Sua Mag.de ter huma decentissima habitaçaõ com largo campo para pateos, jardins, e quantidade de commodos, que sendo por si mesmo necessarios, ao mesmo tempo fazem o decoro e a beleza do palacio". O inconveniente não era grande, na sua opinião: "a rua Augusta, ainda que algum pouco abbreviada, nada perderia da sua belleza". Acha mesmo que ganhava: "acabando ella, e terminando-se contra huma das principaes frontarias do palacio Regio, ficaria mais vistoza e com maior decoro". E ainda admite "o projecto de se unirem à Ilha", "por meio de passadiços, alguns dos edificios contiguos, quando Sua Mag.de ainda quizesse, ou lhe fosse necessario huma maior e mais ampla habitaçaõ". Neste caso, no entanto, auto-recua: "melhor será qualquer outro expediente, do que este que depende de arcos e passadiços, os quaes embaraçando as ruas, naõ deixariaõ de cauzar a esta alguma deformidade".

Para não destruirmos definitivamente a imagem positiva de Costa e Silva - o que seria desadequado e, evidentemente, injusto - convém utilizarmos as regras do discurso cortesão da época. Ele era sincero no seu desamor pela grande Praça, pela sua "desproporção" e sobretudo "monotonia". São críticas recorrentes no tempo mariano que Cyrillo estendia a toda a obra dos arquitectos pombalinos (50). Todavia, o nosso autor constantemente reforça a dificuldade do projecto, querendo talvez sugerir a sua desadequação. Cumpre o pedido feito mas, no final da Memória, insiste: é uma solução, a que não faltará o "decoro" e "huma segura e permanente duraçaõ" porém... só "Sua Mag.de não querendo em outra parte hum palacio regio de fabrica inteiramente nova".

Afinal é esta proposta que subentende toda a resposta e talvez o Marquês de Ponte de Lima, com idênticos hábitos de decifrar num texto os diversos níveis do seu significado, a tenha entendido. Costa e Silva dispôs-se a ser a *Viradeira* do pombalino

e subtilmente recua, não por respeito em relação ao lugar mas sugerindo uma encomenda *ab initio* que, naturalmente, mais o interessaria.

Não acabou neste episódio burlesco a reflexão de Costa e Silva sobre a Praça do Comércio. Além de se ter debruçado sobre o projecto da Cadeia da Relação, cuja importância Cyrillo excessivamente exagerou (51) - e que, se tivesse sido construída, perturbaria a inteireza arquitectónica e urbanística do lugar, provando, mais uma vez, que o desentendimento da Praça era geral e se estendia aos encomendadores - ele elaboraria, em 1803, um parecer mais técnico sobre o acabamento da Praça, na sequência da venda dos três lotes, sobre a Rua nova d'El Rey, que, antes, eram precisamente os destinados à Cadeia.

Vendidos por elevados valores a três descendentes de potentados pombalinos - Geraldo Venceslao Braamcamp, herdeiro dos Cruz, José Pereira de Souza Caldas e Maria Gertrudes Roza Pereira Caldas (52) - com a obrigação de edificarem *"no termo legal"*, seguindo *"o Risco do Plano da Cidade"*, decidiu-se que *"as quantias resultantes das arrematтaçoens (...) sejaõ aplicados á reedificação da Praça do Commercio, e recolhidos em hum Cofre de trez Chaves devedidas pelo Conselheiro Fiscal das Obras Publicas, pelo Pagador e pelo Escrivaõ (...) e que toda a despeza que se pagar deste Cofre, preceda pozetivo Despacho do mesmo Fiscal"* (53).

Datada, curiosamente, da data simbólica de 1 de Novembro de 1803 - quando se celebrava o 48º aniversário do Terramoto - esta Portaria confirmava que a reconstrução da cidade continuava a ser uma necessidade politicamente assumida e que, sem dúvida, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Real Erário, muito gostaria de ter concluído. Definitivamente afastados os projectosos ameaçadores do Marquês de Ponte de Lima para operacionalizar a Praça - com palácio e com cadeia! - tratava-se agora apenas de a concluir. Em primeiro lugar a ala ocidental que, literalmente, patinava em alicerces instáveis.

É sobre esta questão que se pronuncia Costa e Silva que, de novo, não se exime à crítica e à auto-valorização: "Se se tratasse de edificar huma nova praça, poderia eu

fallar geralmente dos modos, com que ellas devem ser construidas, e tambem das proporçoens, que devem ter os edificios, que as circundão relativamente tanto à grandeza dellas, como tambem aos differentes usos dos mesmos edificos".

Porém, considerando que "a Real Praça do commercio està quasi inteiramente edificada", ele limita-se a fazer vistoria para concluir que nada encontrara "contraria a sua solidez" e que o que faltava concluir devia ser acabado "do mesmo modo", salvaguardando apenas que "se lhes poderia ajuntar alguma decoração na balaustrada por cima da cimalha real com alguns ornatos allusivos ao uso, ao qual os mesmos edificios foraõ destinados".

Sugere ainda que, "por causa do mao terreno em que foraõ fundados", "os oito arcos contiguos ao torreão" - "que fica da parte do Arsenal" - fossem "apeados: e então consolidando-se os seus alicerces poderaõ ser novamente construidos, como jà se praticou no lado da frente da Alfandega".

Quanto aos "torreoens", embora não tivesse descoberto "que tenhaõ tido algum prejuizo ou damnificaçaõ", pareceu-lhe - "tendo considerado o tamanho das salas, e a grossura das paredes" - "que estas naõ tem sufficientes encontros para poderem suster hum zimborio de pedra; e por consequencia devem ser cubertos de madeira, e esta cuberta de chumbo ou cobre, ou de outra qualquer materia impenetravel à agua".

Observa também - não querendo discutir a "belleza e bom gosto destes dous torreoens" - que "a cimalha naõ me parece a mais propria e conveniente, porque sendo como mostra o desenho as pilastras, que a sustentaõ da ordem Jonica; a cimalha he ornada de triglifos, e metopas, coisas que saõ caracteristicas da ordem Dorica". Pior do que este grave atentado ao formalismo classicista - que afirma aqui com o mesmo esquematismo escolar que cumpriu no Real Erário e propôs para a Ajuda - era a questão funcional: "vejo depois no desenho por cima desta cimalha riscada huma varanda, e não vejo nem sei qual uso possa ella ter, porque se o interior deste edificio consiste todo em huma sala, naõ chego a compreender po onde se possa dar serventia a esta varanda". Em contrapartida, entendia que o "zimborio, que serve de cuberta à grande sala, me parece muito simples, quando poderia ser decorado de algumas faixas

e outros ornatos accomodados à qualidade destes edificios". Neste caso, retomava, sem o saber, o espírito de Carlos Mardel ou do Reinaldo Manuel da Basílica da Estrela .... A Praça não estava concluída mas a estética de Eugénio dos Santos estava definitivamente enterrada!

Eventualmente, as dificuldades técnicas e a morosidade de retomar as obras interrompidas da ala ocidental da Praça, conduziram, mais uma vez, os poderes a privilegiar a cenografia. Segundo o testemunho de João Pedro Gramosa, que atribui toda a iniciativa ao Fiscal das Obras Públicas, Sebastião da Cruz Sobral - o terceiro Cruz, depois de Joaquim da época pombalina, e Anselmo José do governo efectivo de D. Maria I -, os "sessenta e tantos mil cruzados", apurados na hasta pública dos "terrenos que olhão para a Rua Bela da Rainha, destinados para a caza da Suplicação" foram empregues na "obra do Arco da Rua Augusta (**Fig.70**): "Com efeito adiantou huma pequena parte dele, e colocou as tres columnas da mesma parte, do Nascente que fês conduzir da Pedreira de Paço d'Arcos aonde se achavão desde o principio daquela obra; como porem se consumisse nisto o dinheiro produzido dos Terrenos enão pudesse alcançar do Erario Regio consignação alguma, veio a obra a ficar quasi no mesmo estado, em que se achava" (54).

Ora, na Memória de Costa e Silva, anteriormente referida, elaborada precisamente em 1803, ele referia-se também ao Arco: "a parte delle, que fica da cimalha para cima, me parece pouco correspondente à parte inferior, porque sendo esta decorada com columnas grandiosas; pelo contrario a parte superior a vejo com ornatos, que pouco correspondem ao caracter da ordem; e depois a torre que fica por cima de tudo me parece muito mesquinha a proporção do mais". Feita esta crítica, eventualmente pertinente, o arquitecto envolve-se num discurso pouco claro que parece sugerir uma proposta de substituir o projecto de Mardel por um arco triunfal "como foraõ antigamente erigidos os arcos deste género para perpetuar a memoria de algum assinalado triunfo": "isto posto lembra-me, que havendo-se de acabar o arco, de que se trata, se poderia converter em monumento allusivo às memoraveis acçoens do

Principe Regente nosso Senhor, que tem usado de todos os meios possiveis, e empregado todos os seus paternais cuidados em procurar a paz e o bem dos seus fieis vassallos, motivos os mais dignos de huma e bem gloriosa memoria".

Esta estimulante sugestão esbarra, no entanto, no desenho (**Fig.71**), publicado, creio que pela primeira vez, por Ayres de Carvalho (55) que apenas leu a inscrição superior à direita: "Cópia do projecto do Architecto José da Costa e Silva para o Arco Triunfal da Praça do Comércio no principio da Rua Augusta". É baseado nela que admite ser de Costa e Silva a célebre "Perspectiva imaginária da Praça do Comércio" (**Fig.72**), atribuída por França, e em geral por todos os outros estudiosos deste tema, hipoteticamente a Carlos Mardel (55a).

No entanto, o desenho, que pertence ao Arquivo da ANBA, tem outra inscrição, ao alto, à esquerda: "Nº 5 O original é assinado pelo Conde de Oeiras" o que deixa como única hipótese interpretativa que Costa e Silva se limitou aqui a copiar um modelo antigo, talvez de Carlos Mardel, exactamente o que aparece na citada gravura e que constituía sem dúvida o projecto aprovado para a edificação do Arco da Rua Augusta, depois de definitivamente afastada a proposta inicial de Eugénio dos Santos.

Sendo assim, o entendimento possível, a partir de dados aparentemente contraditórios, é admitir-se que, mais uma vez, Costa e Silva se dobra às sugestões da encomenda cortesã: abdicando do seu próprio projecto, que não terá merecido grande simpatia, aceita desenhar o arco e a respectiva torre da presumível *ideia* mardeliana! Confirmando que a *Viradeira* não existiu na área da projectação arquitectónica e no entendimento da cidade: nem pelo retorno do barroquismo nem pela afirmação do neoclassicismo. A situação era antes, e continuou a ser na viragem do século, dominada por um eclectismo sem grande fundamentação teórica e suspenso do(s) sentido(s) da encomenda.

Embora tudo tenha de novo ficado adiado - completar-se a ala ocidental da Praça, erigir-se o Arco - vale a pena determo-nos noutra proposta, apresentada por Fabri, certamente no mesmo ano de 1803 em que se tentou retomar os trabalhos.

O desenho foi também publicado por Ayres de Carvalho (**Fig.73**) e, neste caso, descola de facto dos de Eugénio dos Santos e de Carlos Mardel, propondo a substituição da tradicional torre pelo motivo abstracto da pirâmide sobre soco paralelipipédico que utilizara no túmulo algo piranesiano (**Fig.74**), composto em honra do príncipe de Waldeck (56). Esta figura tónica apresenta-se no entanto envolvido numa decoração densa, tanto na emolduração do arco como nas composições escultóricas laterais, pronunciando também o eclectismo, percorrido embora por um sopro pré-romântico a que Costa e Silva parece ter sido de todo estranho. Por isso, nada tinha que ver com o *espírito* da Praça pombalina que, apesar da sobranceria crítica, o arquitecto português entendia melhor, repetindo o gesto conciliador que, no ano anterior, manifestara em relação ao projecto do palácio da Ajuda de Caetano de Sousa.

Lisboa nada ganhou com estas polémicas, também bastantes pessoalizadas: a situação eminente de Guerra, o envolvimento no estaleiro da Ajuda, e sempre o desamor epocal pela obra-prima da arquitectura e do urbanismo pombalino determinaram que os trabalhos mal se tivessem iniciado. Só quase meio século mais tarde, os românticos se apoderiam dela com um súbito e algo preverso empenho *patrimonial*. Como mais tarde havemos de ver. O que para já importa mais uma vez sublinhar é que não foi por culpa da Basílica da Estrela, há muito terminada, que não se completou a Praça. A cidade não tinha centro, ou os seus centros (des)multiplicavam-se: afastado o Marquês, chegara o tempo dos gestos e dos actos individuais e não tardaria que o príncipe D. João sonhasse criar uma nova capital... no Rio de Janeiro.

3.4. Os projectos para o Chafariz monumental do Campo de Sant'Ana e o Hospital da Marinha

Do conjunto de projectos para a edificação de uma rede de chafarizes públicos, alimentados pelo Aqueduto da Águas Livres de fundação joanina, que foram sendo construídos ao longo da segunda metade do século XVIII e até meados do seguinte, o Chafariz monumental do Campo de Sant'Ana constituiu uma das mais ambiciosas propostas. Segundo um dos principais biógrafos de Pina Manique, F. A. Oliveira Martins, o Intendente Geral da Polícia foi o grande impulsionador do projecto, aprovado por Aviso de 21 de Maio de 1794 (57). Previsto para um dos extremos do Campo, à entrada da Carreira dos Cavalos (actual rua Gomes Freire de Andrade) deve relacionar-se com a monumentalização do sítio que as obras de reconstrução da igreja do Paço da Bemposta particularmente assumiam, quer pela animação rococó da fachada, quer, sobretudo, pela escadaria de acesso, terminada por Manuel Caetano de Sousa em 1793.

Os três primeiros projectos conhecidos (**Fig.75**), dois dos quais datados de 1789 (58) mas nenhum deles assinado, são variantes da tipologia arquitectónica adossada, de que Carlos Mardel elaborara uma diversidade de modelos, por exemplo para o Rato, para a Esperança e para as Portas de Santa Catarina: enquanto os primeiros se apresentam próximos da formalização mardeliana - desenvolvendo um motivo de pórtico central rectangular com frontão triangular, embora com uma geometrização manifesta das molduras e pináculos - , o terceiro é uma curiosa variante rústica, muito ecléctica e algo ingenuísta que, pelos valores decorativos do aparelho, recorda a fonte construída no jardim do palácio Quintela, certamente no início da década de 1790. Se tivesse sido escolhido, este projecto enunciaria bem o eclectismo predominante no tempo, nomeadamente a submissão da arquitectura ao discurso decorativo de uma cenografia pré-romântica que, nessa situação estética, tende a transpor para a cidade os valores efémeros e intimistas dos arranjos dos jardins.

Entretanto, dois outros desenhos (**Fig.76;1**), não assinados e não datados, foram elaborados: um, fundindo os que são designados por "primeiro" e "segundo projecto", apresenta-se como um alçado geométrico, modulado por pilastras de justa fendida, frontão triangular coroado por estátua, e um conjunto de três escadas de acesso que dinamizariam a platitude da composição e será, segundo o parecer abalizado de Horta Correia, da autoria de Reinaldo Manuel, eventualmente recompondo as propostas anteriores também suas; o outro, representa uma opção bem diversa, recuperando a tipologia do chafariz escultórico - que, eclecticamente, remete para o das Janelas Verdes mas também para o do Carmo - e sugere uma espécie de memorial a que se acede por escadaria central, ladeando os dois tanques, coroado por uma elevada pirâmide de arestas fendidas. Nos quatro topos do elegante soco de suporte, apresentam-se esculturas femininas barroquizantes, seleccionadas, do "systhema de Cesar Ripa" para representarem a "Magnificência, a "Utilidade Publica", a "Liberalidade" e a "Providência". Neste caso, interessa-nos sublinhar a permanência de uma atitude eclética, assumida no contraste entre a relativa ordem arquitectónica e a agitação nervosa da escultura que lembra o contraste estético existente no átrio do palácio da Ajuda entre estas duas expressões artísticas, apontando para a longa sobrevivência operativa do ciclo, ou ainda da mão, de Machado de Castro.

Mas todos estes cinco projectos foram afastados em favor de um sexto (**Fig.77;1**), superiormente aprovado em 11 de Julho de 1794, e que tem sido naturalmente atribuído a Francisco António Ferreira, responsável pela direcção da Obra das Águas Livres desde a morte de Reinaldo Manuel, em 1791. No entanto, o texto inscrito, lateralmente, no próprio desenho, parece-nos ambíguo: "O Architecto da Real Obra das Agoas Livres faça executar pelos M.es empreiteiros a Planta q. vai Rubricada pelo Ex.mo Marquez Mordomo Mor". "Fazer executar" não significa necessariamento afirmação da autoria o que me permite, colocar como hipótese provável que, pelo menos parcialmente, talvez tenha razão Ayres de Carvalho, ao atribui-lo a Costa e Silva (59).

De facto, este investigador publicou uma Memória do arquitecto - do importante fundo documental vendido à Biblioteca do Rio de Janeiro - em que minuciosamente descreve os planos para dois chafarizes "que me foraó ordenados". De um deles, conhece-se o desenho (**Fig.78**) - identificado também por Ayres de Carvalho - , datado de Bolonha, 1773 (60). Do segundo, o desenho não foi ainda identificado mas a análise cuidada do texto admite a consideração que ele terá inspirado o projecto aprovado para a Campo de Sant'Ana: vinte anos depois da encomenda, no momento em que se ocupava do teatro de S. Carlos e estava em vias de assumir a obra do Real Erário, talvez o Intendente Pina Manique lhe tenha solicitado que se debruçasse sobre o tema, aproveitando ele a antiga memória, elaborada no período inicial dos estudos em Bolonha.

Em comum há, entre o texto e o desenho aprovado (**Fig.77;1**), a organização em três corpos distintos e sobrepostos - o primeiro dos quais coberto de "pedra tosca ou tuffo" e o terceiro, que "se vai estreitando", constituindo uma elevada pirâmide - e a abundância de escultura, a única componente do projecto que viria de facto a ser realizada (61). Todavia, a leitura atenta da Memória manifesta também diferenças consideráveis: Costa e Silva, estudante, ideara o Chafariz com os perfis octogonais e o conjunto escultoricamente destacado em todas as suas fases, enquanto o plano, aprovado em 1793, adopta uma composição adossada e de secções quadrangulares. Ou seja, ele previa uma peça para o centro de uma praça - tal como no projecto de que se conhece o desenho - e o que foi decidido inscreve-se em vasta meia laranja, muito cenográfica e de despojada moldura arquitectónica.

Seja ou não da autoria de Costa e Silva, este projecto confirma o desejo de monumentalização dos responsáveis pela Lisboa mariana, fracassado como o contemporâneo conjunto escultórico celebrador de D. Maria I destinado à praça da Basílica da Estrela (62), talvez porque os agentes de decisão envolviam diversas personalidades, concorrentes entre si: Pina Manique que fez construir o Teatro de S. Carlos mas falhou aqui, o Marquês de Ponte de Lima que não chegou a erguer o Real Erário, finalmente D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o "novo Pombal" como o

designaram (63) mas cujo tempo político careceu da ordem e da autoridade capazes de enquadrar os seus objectivos desenvolvimentistas. No entanto, após vinte anos de intenções e actos dispersivos, parecia que ele seria capaz de impor uma nova norma esclarecida. Fê-lo pela ultrapassagem deliberada de Manuel Caetano de Sousa, em relação ao projecto do palácio da Ajuda, mas enunciou-a também noutras iniciativas. Desde logo, ainda enquanto responsável pela Secretaria de Estado da Marinha, com a encomenda a Francisco Fabri do Hospital da Marinha.

É possível que a escolha deste arquitecto tenha sido intencional. D. Rodrigo pretendia, com a encomenda, feita em 1797, criar uma instituição que servisse não só para "albergar os Doentes, que hoje estão mal acommodados no Desterro", mas fosse, simultaneamente, "hum Laboratorio Chymico, e Dispensatorio Farmaceutico, que diminuiria de muito a Despeza do Hospital" (64). Ora Fabri possuía uma experiência comprovada nesta matéria, desde o seu projecto de 1785 para o Hospital de Medicina - cuja edificação foi iniciada mas não concluída (65) - ao Hospital da Misericórdia de Faro; além disso, dedicara, ainda em Bolonha, uma particular atenção à componente tecnicista da sua profissão, tendo acedido, em 1789, à Academia Clementina pela sua competência "na arte geométrica, matemática e Arquitectura Civil", altura em que declarava estar a preparar um "Tratado sobre a maneira de usar praticamente a Mecânica nos Edificios de Arquitectura Civil, e Hidraulica" (66). Sem dúvida D. Rodrigo conheceria este curriculum, confirmado no empenho com que resolveu os problemas da canalização e de aquecimento das águas para as cozinhas e banhos termais, confrontando-se com especialistas ingleses na matéria (67).

Mas o que, do ponto de vista da cidade, nos interessa realçar é a notável implantação do edifício (**Fig.79;1-2**) - que aproveitou o extinto colégio dos Jesuítas - apresentando dupla entrada, uma numa cota mais elevada sobre o lado sul do Campo de Santa Clara, e outra, a um nível inferior, sobre a estreita Rua do Paraíso onde me parece que deixou ficar uma dos portais do extinto estabelecimento, confirmando o

empenho patrimonial, em relação às pre-existências qualificadas, que antes manifestara na reconstrução da igreja de Santa Maria de Tavira.

Valorizando também os elevados alçados pré-existentes, nomeadamente os que descaem sobre o forte declive da Calçada do Cardeal, Fabri disciplinou o conjunto através de um jogo despojado de pilastras e cornijas, superiormente ritmadas por pináculos e frontões de que hoje só resta o do corpo nobre e o arranque de outro na fachada sobre a Rua do Paraíso. Obra utilitária - que permitiu ao encomendador gabar-se da sua economia de "que toda a Lisboa está persuadida" (68) - ela reactualizava eventualmente o espírito do colégio jesuítico, mas conformava-se também à estética operativa do pombalino, utilizando a sua proximidade em relação à projectação neo-clássica. Constituía-se também como contraponto moderno ao lado norte da praça, animado pelos palácios joaninos e pela réplica, então recentemente construída, da casa nobre de Sinel de Cordes. Finalmente, afeiçoava-se, com mestria, ao corpo mesmo de Lisboa, penhascoso e ondulante: impunha-lhe um volume compacto, rigidamente dinamizado pelo ritmo dos vãos e das cantarias, que inferiormente se abria, enriquecendo a ordem urbana tradicional de sobreposição dos arruamentos, e, na fachada nobre, iludia as proporções avantajadas do conjunto, fazendo avançar com elegância o pano central onde, numa superfície restrita, se concentram os elementos compositivos nobilitantes.

3.5. O Passeio Público e o Passeio do Campo Grande

Apesar do fracasso de uso que constituía o Passeio Público (**Fig.80**) - delineado por Reinaldo Manuel a partir de 1764 - por duas vezes encontramos, na época mariana, a expressão do desejo de lhe introduzir melhoramentos.

A primeira logo em 1781, numa carta, infelizmente sem documentação anexa, de Anselmo José da Cruz dirigida ao Marquês de Angeja (69). Nela se dá conta, sobre *"a*

informação, que mandei tirar por Francisco António Ferreira", da *"ruina em que se achão as estacadas do Passeio Publico, da parte do Sul, e Norte, as quaes se devem logo mandar reparar"* (**doc.51**). Simultaneamente, enuncia-se um conjunto de desejadas medidas: *"cuidar em fechar o dito Passeio, removendo os embaraços que houver a este fim"*; *"tirar a Planta com o accrescentamento que deve ter ("á parte do Sul") e o Portal, que se lhe hade pôr"*; *"quanto á parte do Norte, he necessario saber o que há a este respeito, e o que está determinado sobre o Chafariz, e a Cascata que hade levar, e a forma em que se assentou ultimamente se devia executar"*; finalmente, era *"precizo acabar os dous Lagos com os seus assentos em termos habeis havendo occazião opportuna a esse fim"*.

Verifica-se assim que o projecto não estava concluído - nem sequer no seu fechamento - e que se hesitava ainda sobre os equipamentos lúdicos do "Chafariz" e da "Cascata", sugerindo-se que existia um novo projecto "ultimamente" determinado. Ou seja que se trabalhava (certamente ainda Reinaldo Manuel) em termos de enriquecer cenograficamente o espaço. Pouco, todavia, se terá feito como indica a compilação que organizámos sobre as despesas com esta rúbrica a partir do Livro Mestre do Donativos dos 4%: 33 420$875 rs, entre 1781 e 1794, 21 642$800 rs dos quais no período de 1785 a 1794 (70), verbas que incluem o pagamento de ordenados e os trabalhos rotineiros de manutenção.

Em 1802, voltamos a encontrar o tema, num *"Avizo dirigido a Luiz de Vasconcellos e Souza"* da parte de D. Rodrigo de Souza Coutinho, acompanhado *"com o Mappa do Passeio Publico, a Representação de Domingos Vandelli, a respeito de se completar a Obra do dito Passeio, conforme o seu risco"* (**doc.52**). Mais uma vez, esta importante Memória não possui a referida documentação anexa mas, mesmo assim, vale a pena analisá-la.

Começa o ilustre botanista por contextualizar o problema: *"A Inspecção das Obras Publicas no ultimo Reinado adquerio o terreno, que agora occupa o principiado Passeio, e o mais athé ao Jardim Da Inquizição e foi aplanado"*. Afirma depois que *"Ha nove, ou dez annos, que huma parte deste terreno foi occupada com*

Barracas de Particulares", dado importante que sugere não só que os muros não estavam construídos na sua totalidade mas que, desde a intenção do Marquês de Angeja de 1782, anteriormente referenciada, a situação se tinha agravado. Observa ainda que *"Parte da Agoa do Chafariz d'Alcantara destinada para o Passeio, e, tambem no dito tempo foi desviada"*. Finalmente, depois de considerar que *"querendo completar-se o Passeio Publico segundo o seu risco, ainda faltão 300 palmos"*, propõe um modesto alargamento, *"marcado na planta"* que não encontrámos: *"para ter espaço sufficiente para formar nelle hum Jardim Economico, capaz de conter a Collecção das Plantas Medicinaes, Cereaes, Leguminozas, de Pastos, Tintorias, como aquelle do Real Jardim Botanico, se deve estender mais 160 palmos"*. Ou seja, admitia-se então de certo modo operacionalizar o jardim, ampliando, ou mesmo substituindo, a sua função lúdica por outra mais didáctica, de acordo com o entendimento epocal de uma espécie de "jardim fisiocrático".

Mais uma vez pouco se avançou mas uma importante informação está ainda contida nesta Memória: *"A principal Obra consiste nos Muros, por que o mais se pode executar pelos trabalhadores do mesmo Passeio, à excepção dos Canos"*. E apresenta dois orçamentos alternativos, elaborados por Jozé António Pires: *"sendo de pedra e cal, 1 440$ rs, e de Taipa com alicerces de pedra, e Cal, 660$ rs"*, terminando: *"o risco do Jardim, se executará, quando se resolver a dar principio à Obra"*. Ou seja, e os dados não parecem controversos, o jardim delineado na década de 60 e plantado com os freixos oferecidos por Jacome Ratton (71), só na regência de D. João, e por acção conjugada de D.Rodrigo de Souza Coutinho e do Presidente do Senado, Luís de Vasconcelos e Souza, fora efectivamente murado. Sem portal, nem chafariz, nem cascata que os liberais de 1830 finalmente haviam de edificar, talvez aproveitando os desenhos "ultimamente" aprovados a que se referia o Marquês de Angeja, em 1782! Convenha-se que se trata de tudo - de inoperância, de incapacidade de mando consistente mas não de *Viradeira*. Carl Ruders, que esteve em Lisboa entre 1798 e 1802, deixou-nos uma descrição bastante exacta do estado do Passeio, eventualmente no período final da sua estada:

"O jardim é grande, bonito e asseado, mas no velho gosto francês. Tem assentos cómodos por toda a parte e, no muro que o cerca, mirantes com bancos de pedra, uns em frente dos outros, e largas frestas guarnecidas com lindas grades de ferro, através das quais se podem ver, muito à vontade as ruas que circundam o jardim" (72).

Entretanto, apesar das dificuldades em completar o Passeio Público, surge, em finais do século, o projecto de criar outro, no Campo Grande. A sugestão veio do arquitecto José Manuel de Carvalho Negreiros que a enuncia no seu manuscrito *Aditamento ao Livro Jornada pelo Tejo...*, escrito em 1797 (73): começando por afirmar que *"em todas as cidades grandes e pequenas deve haver passeios, e divertimentos públicos"*, aproveitando-se para isso *"alguns baldios"*, considera que essa é a vocação do *"campo grande e pequeno"*.

O objectivo da operação seria triplo: primeiro, melhorar uma importante via suburbana, *"A estrada Real que conduz para o Lumiar"*, para que propõe *"sessenta palmos de largo"*; depois, transformá-la numa *"lameda de árvoredo" "em todo o prolongo do campo grande, com "fossos laterais" "ou largo cano", "diversas fontes em toda a circunferencia nas suas competentes situações", "todas as ruas em esquadria com alguns bancos de pedra o que tudo ficava servindo para recreio e utilidade pública"*; finalmente, melhorar as instalações da tradicional feira do Campo Grande e criar espaços também *"para manejo de regimentos e para mercados"*. Considerando ainda que *"Devendo-se ampliar este terreno para o manejo de mais Regimentos é preciso unir-se o campo pequeno com o campo grande executando-se em todo este prolongo o projecto estabelecido dos canos cobertos"*.

Vem depois a dimensão utópica:

"Reduzido pois este Campo ao comprimento e largura ponderado o guarneceria de edificios grandiosos que serviriam para ornato e grandeza desta Capital; julgo que seriam próprios para este sítio os seguintes. Quarteis para infantaria e cavalaria (...) um Hospital para inválidos (...) um grande albergue para pobres (...) uma cadeia ou prisão pública (...) um colégio para a mocidade de um e

outro sexo; um recolhimento para mulheres (...) um Hospital para Emjeitados (...) uma prisão para as mulheres sentenciadas ao trabalho público. Com estes e outros semelhantes edifícios guarneceria este Grande campo o que tudo serviria de grande utilidade à Nação e de muito recreio para o Povo se entreter nos dias que não devessem trabalhar (...)".

Este curioso texto ignora, como todos os enunciados utópicos, os dados da realidade: numa Cidade onde a reconstrução estava por terminar, inclusivamente a Praça do Comércio, onde se iam penosamente instalando os equipamentos públicos, aproveitando a "herança" dos Jesuítas - o Hospital de S. José em Santo Antão, o Colégio dos Nobres no Noviciado da Cotovia, o Hospital da Marinha no Colégio da Rua do Paraíso - onde se desistia de edificar a nova Cadeia da Relação prevista para a Praça do Comércio, onde a obra do Real Erário estava parada e onde se iniciava o esforço, que se revelaria excessivo, de finalmente edificar o Palácio Real, Carvalho Negreiros propõe uma série infindável de estabelecimentos - *"este e outros semelhantes"* - numa área completamente excêntrica e sem meios de acesso (**Fig.81,82**)!

No entanto, ele é particularmente interessante por três ordens de razões: primeiro porque revela incompreensão total em relação ao recentíssimo projecto pombalino de refazer a cidade, não procurando qualquer articulação com ele, ignorando-o com sobranceria, sobretudo no que nele fora também a dimensão utópica, prevendo, a partir da Baixa, dois núcleos, esses orgânicos, de desenvolvimento de Lisboa, um em direcção ao Rato, Campolide e Campo de Ourique (**Fig.4**), outro na zona oriental da cidade, através do vale dos Anjos (74). Este facto não manifesta só o desejo de auto-afirmação do arquitecto mas quer dizer que, apesar da reconstrução continuar, ela já não era significante: não adquirira ainda a dimensão histórica que os românticos lhe reconhecerão - na verdade não tanto por razões estéticas mas enquanto emblema político de uma breve era de grandeza - mas perdera a aura heróica e determinada em que o Marquês de Pombal a envolvera. Não exprimia também os desejos de apropriação individual que caracteriza a sensibilidade do fim do século,

ecléctica e volúvel, hesitando entre a fuga rococó e o despojamento ideológico do neoclassicismo.

Em segundo lugar, o interesse desta proposta de Carvalho Negreiros (**Fig.83**) articula-se com o futuro: o projecto de ligar a cidade ao subúrbio norte, através de uma alameda centrada na Campo Pequeno e no Campo Grande é a primeira formulação do que, quase um século depois, viriam a ser as Avenidas Novas de Ressano Garcia. Manifesta assim que, desde a forte articulação expressiva e funcional, elaborada por Eugénio dos Santos entre a Praça do Comércio e o Rossio - com o prolongamento convidativo de Passeio Público de Reinaldo Manuel - , Lisboa tinha o seu destino inscrito na expansão para Norte. Tal como sugeria Negreiros, aquele engenheiro da Câmara Municipal aproveitou as possibilidades imediatas de *"alguns baldios"*, programando a nova cidade à ilharga da velha mas engrandecendo a Baixa pombalina como o primeiro patamar duma extensa linha de civilidade.

Todavia, o interesse maior da proposta está no facto da sua concretização, no que constituía a sua possibilidade epocal, como enuncia o Decreto de 7 de Dezembro de 1801, dirigido a D. Rodrigo de Souza Coutinho pelo qual *"se manda estabelecer Passeios Públicos nos Campos Grande e Pequeno, sitos nos suburbios desta Cidade, fazendo se a despeza pelo Cofre do Donativo dos 4%"* (**doc.53**). Afirmando ser *"proprio da boa Policia de huma grande Cidade, que os extenços terrenos que arrodeão, se aproveitem de algum modo agradavel, e util"*, determinava, *"por pessoas intelligentes"*, *"proceder à formação de hum Plano, pelo qual se estabeleção convenientes Passeios Publicos nos Campos Grande, e Pequeno (...) e que comprehenda assim a Plantação de Arvores, e qualidades destas, como os meios da sua sustentação, que quanto possível deve sahir dos mesmos Campos"*. Propõe ainda que, *"tendo o mesmo Plano subido à Minha Real Prezença, e Dignando-me de aprovallo, o faça executar no actual Inverno, ocupando na Obra as pessoas que não tiverem officios, ou occupações, em que se empreguem, pelos Salarios que achar competentes"*.

Existe mesmo o desenho do projecto, assinado por Carvalho Negreiros, apresentando uma arrumação ortogonal das barracas da feira do Campo Grande e delineando uma vasta alameda, ladeada de fiadas paralelas de arvoredo que é sem dúvida o *"Plano"* aprovado naquela data.

Mais tarde, em 15 de Julho de 1824, as Obras Públicas apoiavam o requerimento de Onofre Freire Loureiro, *"feitor do Passeio do Campo Grande"* que pedia *"augmento no seu vencimento"*, confirmando o *"zelo e infatigavel actividade de forma que o tem levado ao estado de perfeição em que se acha"*. Conseguira ele *"não só evitar as tentativas dos moradores circumvizinhos praticado com vista de aniquilar a pôr em devacidão para pasto de seus animais e criação"* mas *"tambem tem posto o mesmo passeio em estado de culptura productiva e recreativa servindo de dezafogo agradavel aos habitantes desta Capital"* (75).

Esta feliz conclusão da proposta de Carvalho Negreiros deve ser conotada com o culto dos jardins característico da época que tinha a sua melhor expressão no Jardim Botânico da Ajuda mas se expressava também em numerosas realizações particulares, nomeadamente na propriedade do Lumiar, fundada pelo Marquês de Angeja onde o arquitecto trabalhou, sendo possível admitir-se que datasse de então o seu interesse por aquela zona. Esse interesse, simultaneamente fisiocrático, lúdico e higienista, é também evidentemente já romântico, enunciando um recente empenho pela natureza que se há-de renovar na série notável de jardins lisboetas dos anos do primeiro liberalismo.

Notas

1. Sobre a reconstrução das igrejas pombalinas ver FRANÇA, 1977, pp.176-182; CORREIA, J. E. Horta, 1984, 1º vol., pp. 422-434; GOMES, P. Varela, 1988, pp. 23-29. Estes autores analisam os problemas de autoria e das tipologias estilísticas e remetem para a bibliografia mais específica sobre cada uma delas. Particularmente estimulante é o texto de Horta Correia que distingue as soluções arquitectónico-decorativas adoptadas para as igrejas

paroquiais (mais "pombalinas") e para as conventuais (mais "barrocas" e "rococó") e, fundamentadamente, destaca a importância de Reinaldo Manuel como projectista dos principais templos da Baixa (Mártires, S. Julião, S. Nicolau).

2. Sobre a Igreja da Memória, ver FRANÇA, 1966, vol. 1, pp. 185; GOMES, P. Varela, 1988, pp. 23-24. Segundo os *Livros mestres do Donativo dos 4%* (cf. **Quadro 1**) entre 1781 e 1785 foram gastos, neste templo, 65 605$583 rs. Sobre a reconstrução da Igreja do Paço da Bemposta, ver CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 47 e GOMES, P. Varela, 1988, pag.29.

3. Ver **Quadro 1** que regista, para o período entre 1781 e 1794, um total de despesa de 95 769$363 rs. Sobre a importância deste Quartel ver CORREIA, J.E. Horta, 1984, 1º vol., pag.439-442.

4. Ver **Quadro 1,** referenciando um total de despesa de 132 758$784 rs. entre 1781 e 1797.

5. Ver ANDRADE, Sergio Velloso, 1851; CORREIA, J. E. Horta, 1984, 1º vol., pag. 434-439.

6. Ver **Quadro 1,** referenciando um total de despesa, pelo Cofre do Donativo dos 4%, de 99 430$080 rs. para o período entre 1781 e 1792.

7. Ver CARVALHO, Ayres de, 1979, pp.13-35; sobre o Picadeiro ver também GUEDES, Natália Correia, 1978.

8. Ver **Quadro 1,** registando, entre 1783 e 1802, um total de despesa, de 610 009$501 rs o que torna esta obra a mais cara do reinado de D. Maria I, envolvendo metade da verba consumida pela Basílica da Estrela (1 248 811$837 rs.). Ver também GRAMOSA, 1802, 2º vol., pag. 111.

Sobre a questão da autoria deste edifício, ver GOMES, P. Varela, 1988, pag. 114, que admite a hipótese de ela caber a José Manuel de Carvalheiro Negreiros e não a Reinaldo Manuel como tem sido mais sistematicamente considerado, por exemplo, por BONIFÁCIO, Horácio in *Monumentos e edifícios notáveis de Lisboa*. Tomo III: Lisboa. 1988, pag. 136-139.

Não cabendo, no âmbito deste trabalho, uma análise detalhada sobre este importante edifício, vale a pena, no entanto, salientar alguns factos: pelos dados da despesa do Cofre do Donativo dos 4%, verifica-se que de 1783 a 1792 foram gastos 583 357$847 rs. que correspondem à quase totalidade do custo global (610 009$501 rs.). Todavia, entre 1792 e 1797 gastaram-se mais 22 440$144 rs e, entre 1797-1802, 4 211$500 rs. Ora, em Representação dirigida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Príncipe regente, em 21 de Janeiro de 1800 (publicada por FUNCHAL, Marquês do, 1908, pag. 241-250), afirma-se: "A Obra exterior da Cordoaria acha-se suspensa, pelo último Decreto, e sendo visivel, e demonstrados pela Conta, que sóbe á Real Presença a respeito da mesma Fabrica as summas utilidade, e vantagens, que a Real Fazenda, e o Estado tem tirado da mesma, e sendo reconhecido que devendo continuar, a mesma Fabrica nos grandes Trabalhos necessita de Deposito para Linhos, e outras Officinas, que se estavão construindo, e esquecêrão no primeiro

Plano, fica claro que sem damno do Real Serviço se não póde deixar de acabar a Obra principiada, e que tambem a este respeito he indispensavel publicar hum novo Decreto que assim o determine. He digno de nota que esta Obra tem sido feita com summa actividade, e com grande economia bem differente d'aquella, com que se fez a primeira Obra, e de que he constante se divertirão muitos Materiaes, e Trabalhadores para outra Obra no Ministerio da Fazenda do Marquez de Angeja, se não me engano".

Verifica-se assim que existiram, na Cordoaria, duas campanhas de obras, a segunda muito mais económica, e naturalmente muito mais restrita, do que a primeira. É possível que dela se tenha encarregado Francisco Fabri que, desde 1796, dirigia as obras de "Aproveitamento do Forte da Junqueira para se construírem Novos Armazens (CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 151). Ver também RATTON, J., 1992, pag. 195-197, que afirma ter apresentado um projecto recusado para o mesmo porto.

9. A análise documental mais detalhada sobre a vida e a actividade deste arquitecto-cenógrafo foi feita por CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 16, 29-30.

10. As mais actualizadas análises, do ponto de vista da História da Arte, sobre estes edifícios estão contidas nas obras que, sistematicamente, vimos referenciando, sobretudo: FRANÇA, 1966, vol. 1 e CARVALHO, Ayres de, 1979. Mais especificamente sobre a Basílica da Estrela, é indispensável consultar-se CIDADE, Manuel Pereira, 1790, CARVALHO, Ayres de, 1979 (a) e VASCONCELOS, Luís A. Walter, 1989. Sobre o Teatro de S. Carlos, BENEVIDES, F. da Fonseca, 1883 e ainda MARTINS, F. A. Oliveira, 1948, pag. 347-349, que, na transcrição de um Offcio do Intendente Pina Manique ao Ministro do Reino, José de Seabra da Silva, de 21 de Junho de 1793, salienta bem o papel daquele na decisão da construção do Teatro. Sobre o Real Erário, deve consultar-se o Manuscrito de José Manuel de Carvalho Negreiros, 1797, 4º vol., para enquadrar a polémica entre ele e José da Costa e Silva e GRAMOSA, 1802, 2º vol., pag. 121-125 que atribui a obra à megalomania do Marquês de Ponte de Lima, acusando-o de nela ter gasto "Doze Milhoens de cruzados", valor completamente irreal, a ser confrontado com os elementos do **Quadro 1,** onde se regista, entre 1790 e 1800, um total de 333 833$168, mesmo assim mais de metade do custo total da Cordoaria (610 009$501 rs.).

11. Ver VASCONCELOS, L. A. Walter, 1989.

12. Numa carta, endereçada a Martinho de Mello e Castro, em 25 de Janeiro de 1793, o Intendente Pina Manique, procurando justificar o seu apoio à construção do Teatro de S. Carlos afirma: "V. Ex.a não ignora que todas as Cortes da Europa principiando pela de Roma e acabando na da insignificante Republica de Luco tem seos Theatros, e a maior parte dellas não se contentando com hum só tem trez e quatro, o que não só faz huma parte do ornamento, e sobreescripto das grandes Cidades mas auxilião a Policia e esta se serve delles muitas vezes segundo as circunstâncias, ou para meter em Rediculo alguns dos costumes arreigados no Povo, ou para promover as acçõens Heroicas e instruhir o mesmo Povo na cega Odediencia aos

Seos Principes, sendo estes os frutos, além dos que mais deixo á ponderação de V. Ex.a que a policia pode tirar dos referidos Theatros" *in* MARTINS, F.A. Oliveira, 1948, pag. 348.

13.Tem sido diversa a fortuna crítica dos arquitectos aqui citados. Para Reinaldo Manuel, a obra de referência, mais actualizada e estimulante, é de CORREIA, J.E. Horta, 1984, que, amplamente, cita a bibliografia complementar. Quanto a Manuel Caetano de Sousa e José da Costa e Silva, é indispensável utilizar-se CARVALHO, Ayres de, 1979, particularmente o seu elenco documental. No entanto, deve salientar-se que, em relação a Costa e Silva, aquele historiador não teve acesso directo aos documentos legados por este arquitecto à Biblioteca do Rio de Janeiro, cujo inventário exaustivo é urgente realizar, naturalmente *in loco*. Em relação a Manuel Caetano de Sousa, consulte-se também o qualificado artigo de FERRÃO, Leonor no *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Presença, 1989, pag. 462-464, que inicia um justo movimento de reavaliação deste denegrido arquitecto, proposto já anteriormente por GOMES, P. Varela, 1988, pag. 27-30. Quanto a Mateus Vicente de Oliveira, consulte-se a síntese de BORGES, Nelson Correia no *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, pag. 330-331 e as reflexões de GOMES, P. Varela, *op. cit.*, pag. 22-27.

14. Ver CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 37-74.

15. Referimo-nos às igrejas dos Mártires, S. Julião e S. Nicolau atribuídas, por CORREIA, J.E. Horta, 1984, a Reinaldo Manuel; ao Sacramento e a S. Paulo, atribuídas, com dúvidas no caso da segunda de GOMES, P. Varela, 1988, a Remígio Francisco de Abreu enquanto Horta Correia a continua a considerar de Reinaldo Manuel; a S.to António de Mateus Vicente, às Mercês de Joaquim de Oliveira, à Encarnação e à Bemposta de Manuel Caetano de Sousa. Ver notas 1. e 2. deste capítulo.

16. Ver síntese actualizada da questão em CORREIA, J.E. Horta, 1984, confrontando-a com FRANÇA, J.-A., 1977. Muito útil nos foi também, para a contextualização joanina e josefina, a dissertação de ROSSA, Walter, 1990.

17. Ver capítulo 1, pag. 31-33.

18. *Idem*, pag. 39.

19. Ver MOITA, Irisalva "Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes" in *Monumentos e edifícios notáveis de Lisboa. Tomo III: Lisboa*. Lisboa, 1988, pag. 81.

20. Segundo as obras clássicas de referência: FRANÇA, 1966, 1º vol. e CARVALHO, Ayres de, 1979. Recentemente, alguma contradição desta tese tem sido sugerida: GOMES, P. Varela, 1988, nomeadamente pag. 79-91 e PEREIRA, José Fernandes, "O neoclássico" in *História da Arte Portuguesa* (dir. de Paulo Pereira), vol. III. Lisboa, 1995, pag. 192-193, sublinharam - ainda que com enfoques e profundidades diversas - o carácter de "fim de ciclo clássico" da obra de Costa e Silva o que não é, de facto, exactamente o mesmo que Neoclassicismo.

21. Ver GRAMOSA, 1802, 2º vol., pag. 121-125.

22. Os desenhos da fachada principal e a planta foram publicados no *Archivo da Architectura Civil, Jornal da Associação dos Architectos Portugueses*, 1865, e reprod. in FRANÇA, 1966, 1º vol., pag. 45-46. Outro desenho da fachada principal, mais completo, encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi pb. por CARVALHO, Ayres de, 1979, 2º extra-texto, conjuntamente com a respectiva maquete que, segundo aquele autor, se encontrava então exposta na Sala dos Archeiros do Palácio Nacional da Ajuda.

23. Segundo os dados, rigorosamente compilados por BENEVIDES, Francisco F., 1883, o custo total da obra foi de 165 845$196 rs. (cerca de metade do que, entre 1790 e 1800, foi gasto com o Real Erário, ver **Quadro 1**). Pelo acordo feito entre Pina Manique e os credores (Anselmo José da Cruz Sobral, Jacinto Ferreira Bandeira, António Francisco Machado, João Pereira Caldas, António José Ferreira e Joaquim Pedro Quintela) este quantitativo deveria ser reembolsado pelos lucros de exploração e a lotaria da Casa Pia mas tal só ocorreu até 1797, ficando longe de solver todos os investimentos. Só em 1854, o Teatro passou à propriedade do Estado, quando Fontes Pereira de Melo indeminizou os Contratadores de tabaco, cujo Contrato terminara em 1817.

24. ACL, Manusc. 484 V, composto de um caderno, medindo 205 x 150 mm, encadernado em papel de fantasia, lombada em carneira, com dois nervos, 28 folhas.O título, aposto na 1ª folha é o seguinte: "Pareceres dos Arquitectos Francisco Fabre e Joze da Costa e Silva sobre o primeiro Projeto do Real Palacio de Nossa Senhora da Ajuda que se tinha principiado executar o Arquiteto Manoel Caetano". Não há qualquer indicação da fonte de cópia e do copista, sempre o mesmo, como prova a caligrafia. Além dos documentos que transcrevemos no **doc. 50**, que ocupam as 14 primeiras páginas, apresenta ainda dois outros documentos de Costa e Silva: uma reflexão sobre o Orçamento previsto para se completar o Real Palácio e uma carta, não datada mas evidentemente posterior às anteriores, dirigida também à "A.R.", em que apresenta um projecto, alternativo ao de Fabri, para se alargar as instalações do Palácio. É acompanhado de um desenho sumário, legendado com letras, cuja interpretação a carta esclarece.

25."Termo de arrematação (...) das differentes Obras de que se deve compor o Edificio do novo Real Palacio no sitio de N. Srª da Ajuda...", in CARVALHO, Ayres de, 1979, pag.53.

26. Transc. in CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 65.

27. *Idem, ibidem*, pag. 73.

28. Embora até á partida para o Rio de Janeiro, Costa e Silva repartisse com Fabri a responsabilidade pela obra do Palácio, a carta, que endereçou do Rio de Janeiro, em 8 de Agosto de 1814, a João Lourenço de Andrade, Pagador da mesma Obra, revela grande animosidade em relação ao arquitecto italiano (embora não expressamente) e dá a entender o seu deliberado afastamento do estaleiro: "tomei o expediente de não me oppor a nada, porque ma achava sò, sem algum apoyo", transc. in CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 167-68.

29. A data baseia-se na que está aposta à Planta de António Francisco Rosa - "Agosto do Anno de 1821" - que, pela primeira vez, assume a "reducção", in *idem, ibidem*, pag. 92, que a reproduz, no último apêndice de extra-textos.

30. As acusações são claramente assumidas pelo Inspector da Obra, de 1818 a 1821, Conselheiro Joaquim da Costa e Silva que admite ter o Rosa feito desaparecer o "Risco". Em 4 de Maio de 1818, então recém-nomeado, sanciona a alteração do plano de Fabri - que, segundo Gayão e Rosa, não teria sido aprovado pelo anterior Inspector, o Visconde de Santarém - para o novo prospecto sobre o "Largo da Patriarcal", nomeadamente em relação à não colocação de cúpulas, previstas sobre os torreões, "que sobre dispendiozas naõ concorriaõ para a ellegancia do Edificio". Também em relação à fachada sul, o Rosa apresentou, em 1820, um "novo projecto", considerando que o anterior, "que diz ser feito pelo Architecto fallecido Francisco Xavier Fabri", "projectava diversos Atticos, que, sobre fazerem moroso, e muito mais dispendioso o progresso do edificio, o faziaõ pesado", in *idem, ibidem*, pag. 201, 183, 189.

31. Todos eles participaram nas Conferências da obra, promovidas pelo Inspector Joaquim da Costa e Silva que decidiu elaborar um Livro "para nele se registarem todos os officios, Avizos, e Ordens, pertencentes à Obra do Real Palácio d'Ajuda", in *idem, ibidem*, pag. 185.

32. Aprovados, em 1819-20, os "novos" planos de Rosa, o essencial das Conferências de Obra passaram a dizer respeito ao "remate" da fachada do Nascente para cuja decoração o escultor João José Aguiar apresentou, em Maio de 1822, uma proposta, discutida ainda em 1824 e 1825, in *idem, ibidem*, pag. 192-194.

33. Na já referida Carta, escrita do Rio de janeiro, em 8 de Agosto de 1814 (ver nota 28), Costa e Silva, declinando pronunciar-se sobre a obra em curso, mostra-se, no entanto, preocupado, em primeiro lugar, com o piso nobre: "no caso que se chegue a trabalhar nele, e naõ consinta que se lhe ponha a ordem corinthia porque ficando esta por sima da ordem dorica, seria hum erro o que naõ cometeria hum simples principiante", revelando assim o seu apego formalista aos princípios da composição clássica, in *idem, ibidem*, pag. 168.

34. Ver síntese actualizada de Ana Cristina Tostões, "Praça do Príncipe Real" in *A sétima colina. Roteiro Histórico-Artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag. 90-96.

35. Ver MARTINS, F. A. Oliveira, 1948, pag. 43.

36. Ver nota 23. deste capítulo.

37. "Memória sobre o teatro de S. Carlos em Lisboa, datada de 2 de Abril de 1793", tranc. in CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 118.

38. in *idem, ibidem*, pag. 123-124.

39. Ver *Archivo Pittoresco*, tomo VI, nº17, pag. 129: "A famílía real ocupou os palácios da Câmara e da Secretaria da Justiça que para esse fim se uniram por meio de passadiço, só destruído no começo do século".

40. Ver **Quadro 1.**

41. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 77.

42. BEIRÃO, Caetano, 1943, pag. 263: "Nas tardes calmas, o Terreiro do Paço enchia-se de gente das mais variadas condições que passeava (...) procurando lobrigar, através das janelas do paço, alguém da família real".

43. *Gazeta de Lisboa*, 7 de Fevereiro de 1792. Sobra as Alcacerias do Terreiro do Trigo ver CASTILHO, Júlio, 1935, vol. I, pag.30, e PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, 1904, vol. I, pag. 143.

44. *Gazeta de Lisboa*, 6 de Junho de 1785.

45. Ver descrição in COELHO, José Maria Latino, 1874, vol. 1, pag. 246-259, de que transcrevemos um excerto: "No sítio, em que antes do terramoto se levantavam os paços da Ribeira, se erigira uma varanda grandiosa, que media quatrocentos sessenta e tres palmos de comprimento e quarenta e cinco de largura. Ennobreciam a fachada vinte e oito arcos de mui formosa architectura, sustentados em columnas de ordem corinthia, que imitavam ser talhadas em marmore oriental. Erguia-se a varanda dezanove palmos acima da praça, e do sobrado ao tecto daquella fabrica mediam-se quarenta e dois. A meio da alterosa frontaria havia-se construido um portico de quatro columnas elegantes, destinado a que o alferes mór do reino, acompanhado do rei de armas, desenrolasse o pavilhão real e proferisse ao povo, agglomerado na amplidão da praça, as palavras sacramentaes de acclamação. Eram sobredoirados com primor os plinthos, os capiteis e as cimalhas. Por cima do balcão, onde a rainha havia de mostrar-se às turbas, coroavam o edifício as armas de Portugal; e a figura gigantea da fama entre numerosos trophéus, desdobrando as azas e embocando a tuba classica, punha allegorico remate ao edifício (...)".

46. Ver o artigo "Pavilhão real" in *Archivo Pittoresco*,1861, tomo VI, nº44, pag. 345-346.

47. Ver, por exemplo, *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 127, a descrição dos apartamentos reais no palácio de Sintra onde não encontrou mobília alguma que se deslocava com a Corte; ou, na pp. 167, a evocação da Real Barraca: "A sala de audiências é como um pequeno e pobre celeiro, que não tem mais de quatro metros e meio de altura, forrado de sujos tapetes persas e revestido das mais grosseiras tapeçarias (...). O quarto de cama da Rainha transborda de livros de devoção e de imagens de santos de todas as espécies e tamanhos. Na alcova das princesas há uma imensidade de pinturas toscas. Todas as portas se abriam à aproximação do marquês (de Marialva), e apesar de a etiqueta proibir a entrada no palácio aos homens, enquanto as camareiras lá estão, nós penetrámos em todos os quartos".

48. *Idem, ibidem*, pag. 48, a evocação da cada do Marquês de Marialva dominada pela "algazarra" de "um rancho de saracoteantes e ramelosos criados e capelães".

49. Ver **doc. 50**.

50. Citado por GOMES, Paulo Varela, 1992, pag. 17.

51. Ver CARVALHO, Ayres de, 1979, pag. 96-97, 118-119, 122-123.

52. Respectivamente por 18 400$000 rs., 7 000$000 rs. e 8 320$000 rs. Ver AHTC, *Erário Régio*, Maço 4320, pag. 24-36.

53. *Idem, ibidem*, datado de 1 de Novembro de 1802, "com a rubrica do Illustrissimo e excelentissimo Senhor Luiz de vasconcellos e Souza, Inspector Geral das Obras Publicas".

54. GRAMOSA, 1802, 2º vol., pag. 143.

55. CARVALHO, Ayres de, 1979, extra-texto do Capítulo dedicado a Costa e Silva.

55a. A gravura, pertencente ao Museu da Cidade, é da autoria do gravador Joaquim Carneiro da Silva (1777-1818) o que não impede a atribuição tradicional do desenho a Carlos Mardel.

56. *Idem, ibidem*, pag. 140 e 151-152; RIMONDINI, Giovanni e SAMAGGIA, Luigi, 1979, pag. 132.

57. MARTINS, F. A. Oliveira, 1948, pag. 43.

58. Ver *D. João V e o abastecimento de água*. Lisboa, Câmara Municipal, 1990, 2º vol., pag. 142-153.

59. CARVALHO, Aires de, 1979, pag. 124-126.

60. Reprod. in *idem, ibidem*, extra-texto referente à obra de Costa e Silva e que pertence ao Museu Nacional de Arte Antiga. Na Academia Nacional de Belas-Artes (Manusc. nº961) existe um projecto de Chafariz que é evidentemente uma cópia deste, assinado por Germano António Xavier de Magalhães que foi discípulo e depois sucessor de Costa e Silva na Aula Régia de Desenho e Arquitectura.

61. Constituído por "sereias", "rios", "tritões" e "golfinhos" que foram realizados inicialmente por Alexandre Gomas e completados por João Gonçalves Viegas, quando a Câmara Municipal decidiu colocar algumas dessas esculturas no Passeio Público. Ver *D. João V e a abastecimento de água*. Lisboa, Câmara Municipal, 1990, 2º vol., pag. 146.

62. Ver, a propósito do projecto e das tentativas de edificação deste Monumento, FRANÇA, J.A., 1966, 1º vol., pag. 72-75.

63. A propósito da actividade política reformadora de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ver SILVEIRA, Luís Espinha da, *Revolução liberal e propriedade. A venda dos Bens nacionais no Distrito de Évora (1834-1852)*. Dissertação de doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, pag. 13 e seguintes.

64. in FUNCHAL, Marquês do , 1808, pag. 244-245.

65. RIMONDINI, G. e SAMAGGIA, L., 1979, pag. 97.

66. CARVALHO, Ayres de, 1979, pag, 87, 91, 139.

67. RIMONDINI, G. e SAMAGGIA, L., 1979, pag. 127-129.

68. in FUNCHAL, Marquês do, 1808, pag. 244.

69. ATC, *Erário Régio. Livro de registo de decretos, portarias, avisos, provisões e mais ordens relativos ao donativo dos 4%*. Livro 4307, pag. 111.

70. Ver **Quadro 1**.

71. Ver RATTON, J., 1992, pag. 237-238.

72. RUDERS, C. I., 1981, pag. 36.

73. NEGREIROS, José Manuel de Carvalho, 1797, vol. V, pag. 146 e seguintes.

74. Ver FRANÇA, 1979, pag. 140-144.

75. MOP, *Ministério do Reino*, Maço 47, capilha 24.

4. A GESTÃO E A VIVÊNCIA DA CIDADE

4.1. Impressões dos visitantes

Da abundante literatura de viagens de finais do século XVIII, é possível sugerir, com "realismo" cauteloso, a imagem de Lisboa na época. Limitar-me-ei, no entanto, a utilizar as fontes mais qualificadas, particularmente William Beckford, através do seu *Diário*, escrito em 1787, e Carl Israel Ruders que esteve em Lisboa entre 1798 e 1802.

A opinião geral destes visitantes é bastante negativa. Ressentem-se do clima e do ruído, sobretudo das matilhas de cães - "30 ou 40 000 cães andam à solta toda a noite, farejando as ruas, conhecida utilidade numa cidade em que são eles que devoram tudo quanto a população atira das janelas para a via pública (1) - e, mais ainda, da falta de higiene: "as ruas são tão imundas e não raro mal cheirosas. Algumas nunca foram varridas e noutras, que por acaso o são, as pilhas da imundície acumulada ficam lá até se espalharem de novo". Ou de outro modo: "Sem a menor infracção, pelas janelas - das melhores casas se lançam à rua - de manhã, todas as varreduras; à hora do jantar, todos os restos; e à noite toda a outra imundície acumulada" (2), tudo o que contribui para colocar "Lisboa abaixo de Constantinopla" (3).

Começam por não apreciar também os declives da cidade: "Nunca vi tão detestáveis subidas e descidas, tão escarpadas vertentes e íngremes ladeiras como aqui em Lisboa" (4), embora acabem por reconhecer que "esse inconveniente é largamente compensado pelas muitas vistas, belas e pitorescas" (5).O que detestam mesmo são as hordas de "repugnantes" mendigos e "ociosos" que "formigam nas ruas" (6), na Praça do Comércio ou no caminho suburbano para Palhavã (7).

Quanto à disposição da cidade e à sua arquitectura as críticas são as habituais. Beckford considera que Lisboa "não tem nem a riqueza nem a dignidade de uma capital. Parece antes uma série de feios povoados ligados uns aos outros. As Igrejas em geral são desprezivelmente pequenas e deficientes do ponto de vista da arquitectura

(...) a maior parte tem a sua torre no detestável gosto da antiquada moda das caixas de relógios franceses, no género das que Boucher desenha, com muitos arabescos e floreios, para guarnecer os aposentos de *Madame* Pompadour (8).

Ruders, menos emotivo, cita várias vezes o Marquês de Pombal e a reedificação da cidade - que Beckford ignora completamente -, justificando por isso a uniformidade do prospecto: "As casas em cada quarteirão são tão unidas e tão semelhantes que no conjunto parecem um só palácio", concluindo curiosamente: "hoje porém cada qual tem direito de edificar segundo o seu próprio gosto, o que não impede que o tipo das construções seja quase o mesmo" (9). Mesmo assim regista a animação do "Terreiro do Paço", "a Bolsa de Lisboa muito concorrida da uma às duas e meia. Durante esse tempo aparecem ali também muitas pessoas estranhas ao comércio só para conversarem ou saberem notícias e lerem os jornais ingleses" o que se lhe afigura a "balbúrdia de Babel". Aprecia "as chamadas ruas do Ouro e da Prata que desta Praça se estendem paralelamente de um lado e do outro da Rua Augusta" que lhe parecem "muito belas": "todas as lojas das casas, absolutamente uniformes são ocupadas por estabelecimentos onde se vêem expostas as alfaias e as jóias mais preciosas" (10).

Beckford, que visitou muitos interiores, foi particularmente cruel. Não só com os novos ricos que já evocámos, a propósito das casas de Joaquim Pedro Quintela e de António Ferreira, mas em relação aos nobres, por exemplo a casa do Marquês de Marialva em Belém: "O grande pátio estava coberto de montes de estrume e cheio de escalavradas seges de duas rodas, o que me fez lembrar a entrada de uma estação da mala posta francesa. Conseguimos abrir caminho entre montões de imundície até à grande escadaria e íamos caindo sobre uma monstruosa porca e a sua numerosa prole". Espanta-o também a "caterva destes feios dependentes (saracoteantes e ramelosos criados e capelães)" (11), o que, imediatamente, recorda, as *Memórias* do Marquês da Fronteira evocando as 80 pessoas "entre amos e criados" que constituíam a casa da sua infância (12).

No entanto, o diletante inglês teve algumas surpresas agradáveis, nomeadamente na visita ao Marquês de Penalva a Santa Apolónia: "a sua residência está cheia de

quadros dos maiores mestres da pintura, muitos dos quais, se não tivessem sido retocados mereceriam ocupar lugar entre as melhores colecções; (...) a série de salões abertos em minha honra tinha um ar de bom gosto e opulência que me surpreendeu (...). A refeição que consistia em chocolate, doces, chá e excelente café, era servida em porcelana de Dresden, admiravelmente pintada. Nunca assisti a um tão agradável almoço em Inglaterra" (13).

Luxo idêntico só o tinha Beckford na sua própria casa, à Cova da Moura, que "embora asseada e elegante à vista, é feita de pranchas e veio pronta da América, logo após o Terramoto". No interior, havia "a elegância e o esplendor das instalações, espelhos que sobem do chão, como pórticos de quiméricas mansões, reflectindo flutuantes e ligeiras figuras juvenis, o perfume das rosas e a deliciosa música de Haydn, executada por Rumi, Palomino e mais dois executantes, primeiros músicos de Lisboa e talvez da Europa" (14), cenografia especialmente montada para subjugar o jovem Penalva "que me seguia (...) rindo-se para mim e tentando dardejar-me a alma com os olhos". Tudo ao contrário do que encontrou no "jantar em casa dos Marialvas": "foi servido em baixela de prata e a grande quantidade de pratos trazidos por uma vasta comitiva de senhores e capelães entre os quais alguns condecorados com a Ordem de Cristo" lhe evocava um aparato com "qualquer coisa de medieval que me fez pensar nos tempos da cavalaria" (15).

Espantou-o também a falta de conforto e distinção das casas reais. Em Mafra, embora não julgasse "que o estilo deste edifício merecesse a aprovação de qualquer arquitecto italiano ou francês", reconhece "as boas proporções", considera o "zimbório infinitamente superior do ponto de vista do desenho a todo o resto do edifício" - certamente "entre os mais elegantemente proporcionados da Europa" -, impressiona-se com a riqueza da Igreja, a "profusão de belos mármores" e a qualidade dos capiteis coríntios - "tenho visto com melhor desenho mas nunca vi nenhum executado com tamanha precisão e finura". Desgosta-se, no entanto, com os aposentos, "os mais estúpidos e desconfortáveis que eu ainda vi (...): "não há um nicho, não há uma

cornija, não há um ornato entalhado a quebrar a fastidiosa uniformidade daquelas paredes brancas e nuas" (6).

A mesma estranheza observa a propósito do palácio de Sintra onde só admira a arquitectura moourisca - mais exuberante que a do próprio Alhambra - , sobretudo "as janelas num fantástico estilo oriental, em curvas e voltas e apoiadas em contorcidas colunas de mármore polido". Mas, tendo acompanhado o Marquês de Marialva "aos quartos preparados para a Rainha e as infantas" verifica que são "ordinários e mal proporcionados, têm pequenas portas baixas e tectos de madeira que um enxame de pintores de tabuletas andava a pintar toscamente". Espanta-se que "em vez de forrarem estes antigos salões com ricos panos de arrás e tapeçarias representando batalhas e aventuras de cavaleiros e de herois", os cubram "com sedas lisas e cetins das cores mais suaves". Mais o surpreende ainda que o palácio não tenha "mobília alguma, nem camas, nem espelhos, nem mesas" (7). Mais tarde, havia de ver a rainha passar pelo Ramalhão onde estava alojado: "seguida por centena e meia de usadas seges de duas rodas, puxadas por mulas miseráveis e escoltada pelos mais sujos lacais e moços de estrebaria que eu vi na minha vida" (18).

Reflexões igualmente crueis lhe mereceu a Real Barraca, "tudo quanto há de mais mesquinho: "a sala de audiências é como um pequeno e pobre celeiro que não tem mais de quatro metros e meio de altura, forrado de sujos tapetes persas (...); o quarto da rainha transborda de livros de devoção e de imagens de santos de todas as espécies e tamanhos. Na alcova das princesas há uma imensidade de pinturas toscas" (19).

E se não soube apreciar as casas recentes dos argentários do regime - nem sequer a de Gildemeester onde, no dia da sua inauguração, em muitas salas de paredes ainda nuas não havia mais que "uma deplorável vela pendente do tecto, dentro de uma solitária lanterna" (20) - apreciou, todavia, a casa de S. Pedro do Marialva: "Há cinco anos ainda isto era uma encosta bravia toda juncada de pedras e detritos. Agora é um lindo pavilhão desenhado por Pillement e decorado com muita elegância. Tem um tabuleiro de jardim com estátuas e fontes, cerradas alamedas de loureiros e viburnos,

cascatas, caramancheis, buxos podados e todos os ornamentos que o falso gosto dos jardineiros portugueses torna apreciáveis" (21).

Este luxo recente não alterava no entanto a ordem das coisas: afirma que "esta gente nunca lê", que "em casa dos Marialvas não se vê um livro" e que o Marquês e o filho "passam a vida a bocejar e a vadiar da forma mais apática e desconsolada", concluindo que "um tal convívio é quanto basta para nos apoucar as faculdades" (22). Por isso, se preocupa com o seu refúgio na casa alugada a Street Arriaga: "(o Ramalhão) com os candeeiros e os lustres acesos, a longa série de salas tinha um aspecto muito alegre e a sala-lanterna forrada em toda a volta de cortinas de bonita chita inglesa e mobilada com amplos divãs, começa a parecer-se com a tenda de um omrah" (23). E chega a admitir que poderá contribuir para a educação do jovem D. Pedro: "o cenário dos meus aposentos, a música escolhida por mim, as gravuras e os livros espalhados por toda a parte, levava-lhe a imaginação para um novo mundo de ideias" (24).

Aliás, havia muitas coisas que lhe agradavam na cidade: se é raríssimo o entusiasmo que lhe provocou um regresso nocturno de Marvila para Belém - "Lisboa sob esta suave claridade parecia outra. As escadarias, os terraços, as capelas e os pórticos de muitos conventos das margens do rio brilhavam como edifícios de mármore" (25) - ele apaixonou-se pelos numerosos sinais suburbanos que a enchiam. Descreveu, com inédito e qualificadíssimo lirismo, "a costa de Belém" até S. José de Ribamar - "começo a conhecer todos os montes, todas as pedras salientes e todos os tufos de aloés" (26) -, maravilhando-se com o movimento das águas do Tejo que embatiam "nas varandas do Palácio Marialva", sulcadas de "fragatas e naus de grande envergadura (que) chegam às vezes a passar a uns seis metros do palácio" (27); encantou-se com o vale de Alcântara (**Fig.84**), "delicioso cenário verde" com as laranjeiras e limoeiros " de novo vestidos" e "muitas saloias a cantar e a rir em cima das suas burras" (28); sentiu-se compensado da ruína da casa Marialva em Marvila, pelas "árvores fantásticas e velhas" que se debruçavam "sobre arruinadas fontes e mutiladas estátuas de heróis cujas armaduras o perpassar dos anos matizou de muitas

cores: púrpura, verde e amarelo. No meio de matagais quase impenetráveis há estranhas pirâmides de pedra, rodeadas de leões de mármore com o aspecto de símbolos mágicos". Por isso fez o Marquês prometer "solenemente" "jamais sacrificar estas veneráveis sombras ao gosto petulante e vistoso dos modernos ajardinamentos" (29).

Esta valorização em Lisboa do que eram românticos signos de ruína e castiças sobrevivências de um *viver natural*, enriqueceram-se ainda pelo seu entusiasmo pelos faustos quase pagãos dos rituais católicos. Quinta-feira, 7 de Junho de 1787 queixa-se de mal ter podido dormir "por causa do repicar dos sinos, o rufar dos tambores e o toque dos clarins que principiaram logo de madrugada, em honra do pomposo festival do *Corpo de Deus*". Quando saiu, a sua adesão foi imediata: "casas, lojas e palácios tudo transformado em pavilhões e armado de alto a baixo de damasco vermelho, de tapetes de variegadas cores, de colchas de cetim e de cobertas de cama franjadas de ouro". Por isso se julgou "no meio do acampamento do grão-mongol": o vasto lanço de escadas estava guarnecido pelos archeiros da Guarda Real com os seus ricos uniformes de veludo multicolor e uma infinidade de clérigos de cruz alçada e estandartes em punho, formando uma das mais teatrais perspectivas que eu ainda contemplei" (30). Sensação idêntica, funda para um espírito diletante ansioso de emoções, encontrou na Igreja dos Mártires, no que teima designar por "Bairro Alto", referindo-se ao Chiado: "afirura-se-nos encontrarmo-nos de repente não numa igreja mas num esplêndido Teatro, cintilante de luzes e dos fios das lantejoulas. Todos os altares resplandeciam com as suas velas acesas, todas as tribunas estavam engalanadas com reposteiros do mais vistoso damasco da India. Centenas de cantores e de músicos executavam as mais animadas e brilhantes sinfonias. Muito bater de leques, muitos risos abafados e muitos namoriscos pela espaçosa nave (...) a concavidade em frente da entrada principal, onde fica o altar-mor de tal modo me parecia um palco e era decorado tão à moda das óperas". Numa segunda visita, temperou esta impressão pagã: "Fui aos Mártires ouvir as famosas matinas de Perez e a missa dos defuntos de Jommelli executada por todos os principais músicos da Capela Real (...). Tão

magestosa e comovedora música foi coisa que eu nunca ouvi e que talvez nunca mais oiça porque a chama do entusiasmo religioso está a apagar-se em quase toda a Europa e ameaça extinguir-se totalmente dentro de poucos anos" (31).Nestas desencontradas sensações, só aparentemente contraditórias, Beckford encontrava a alma mesma da cidade onde a pobreza e a ruína tinham um dentro que era o esplendor das arquitecturas fingidas e efémeras.

Além da qualidade da música religiosa - que deliciadamente ouviu muitas vezes também em S. Vicente onde descobriu Gregorio Felipe Francini, então menino de coro, a quem se manteve ligado até ao fim da vida - outra experiência única lhe proporcionou Lisboa: a descoberta das "modinhas brasileiras", que escutou pela primeira vez cantadas por D. Luisa de Almeida, considerando-a "uma espécie original de música, diferente de quantas tenho ouvido, a mais sedutora, a mais voluptuosa que se pode imaginar" (32).

Este exotismo cativante, sugerindo cosmopolitismos de viagem, tinha outro lado, quase oposto, que Beckford soube subtilmente captar: a qualidade da artesania popular e erudita. A propósito do Jardim Botânico da Ajuda, observa: "Neste país desenha-se mediocremente mas o trabalho é de uma grande perfeição e acabamento. Nunca vi balaustradas com melhor corte ou talha que aquelas que marginam a escadaria que conduz da mata ao terraço" (33), impressão que confirmou em Mafra, perante os "capiteis coríntios" ou na Quinta das Laranjeiras "de um tal Quintela, rico negociante" onde apreciou as "cadeiras e sofás", sobretudo "os soalhos, muito lisos e feitos com as melhores madeiras do Brasil", embora achasse "a forma dos quartos desagradável e as portas de proporções mesquinhas" (34). No conventinho de S. José de Ribamar, extasia-se com a "traça irregular e pitoresca" do edifício, com "o pequeno claustro de atarracadas colunas toscanas", particularmente com um "reluzente embrechado de conchas" que utilizava também "contas de vidros, pires e pratos de faiança com o fundo para fora" que antes já apreciara "em casa de um tal Mr. Devisme, cujo jardim em Benfica, a cerca de uma légua de Lisboa, eclipsa todas as célebres estátuas de

chumbo, templos chineses, serpentinos rios e velhos ermitérios de Bagnigge Wells, White Conduit House e Marylebone" (35).

Esta cultura específica, feita de sobrevivências antiquíssimas e de peculiares apropriações, simultaneamente erudita mas pobre, exótica e casticista acabou por lhe provocar o desejo de ficar: "cada vez tenho menos vontade de deixar este país. Estou preso às pedras, às árvores, e olho Mafra cheio de saudades", ou de outro modo: "Agora que vou deixá-la, já Lisboa me não parece nem tão estúpida, nem tão barulhenta, nem tão desagradável como até aqui. Não posso apartar os olhos da alegre e luminosa superfície do rio. Tenho mil projectos para largos passeios de barco e para ouvir música e merendar à sombra dos caramancheis de parreiras que ficam ao longo das suas margens" (36).

Com a capacidade de transformar o sonho em realidade que caracterizava a sua mundivivência pré-romântica, William Beckford voltaria de facto, em 1793, altura em que arrendou Monserrate, substituindo assim a "quinta em Colares" que desejava ter em 1787 quando, através de "novas e umbrosas veredas" com "ruínas cobertas de musgo", os" troncos deformados e as pontes rústicas" lhe faziam lembrar "a Saboia e a Suiça" (37). Infelizmente para o historiador, não nos legou então um *Diário* como este que tão comovodoramente presentifica a cidade.

Menos nervoso e impressionável, tambem Carl Ruders descobriu encantos, à primeira vista insuspeitados, em Lisboa que o compensavam do pó das ruas que invade "instantaneamente" as casas, "mesmo nos últimos andares" assim que se abre uma janela (38). Em primeiro lugar o "alto de uma colina chamada Penha de França (**Fig.85**) a qual apesar de situada na própria Lisboa participa no entanto da simplicidade e dos encantos rurais" ao mesmo tempo que proporcionava "o panorama que de todos os lados se desenrola", abrangendo "quase todo o conjunto desta grande e rica cidade, cujas imponentes construções, igrejas e conventos monumentais de ruínas gigantescas vão gradualmente descendo para o Tejo (39).

Em oposição a esta vista romântica, em que parece destacar as ruínas da recente reconstrução interrompida do Convento do Carmo (40), descobriu, "por acaso, há poucos dias, no decorrer de um passeio, (...) um pequenino recanto até então como escondido para mim, a alguns passos da Rua de S. Bento": "esta pequenina e tão pouco praça da cidade chama-se Praça das Flores; e na verdade, a maior parte dela está coberta de erva e flores campestres. Os altos edifícios das proximidades tiram-lhe a vista, apesar de estar situada numa colina de onde por certas aberturas se desfrutam soberbos panoramas (...) no declive da colina, galinhas e cabras cruzam-se pacificamente, rebuscando alimentos. O passeante não é aqui molestado nem pelo barulho nem pelos apertos da multidão. Ausência completa de carros, apenas um ou outro transeunte. Desde que saí da Suécia não tenho visto ainda lugar que tão vivamente como este me fizesse lembrar aqueles sítios da nossa terra (...) pelo prazer da mudança, ao gozo pacífico da Natureza e das suas alegrias simples"(41).

Esta anti-cidade projecta um desejo de fuga, muito romântico, valorizando a urbe como lugar de contemplação e, no seu interior, as colinas ou as interrupções da esquadria pombalina: o que sentiam os próprios nativos que, no entanto, não se exprimiram tão convincentemente. Ela existe também, real e inventada, nas qualificadas vistas que, no final dos anos de 1780, foram pintadas por Alexandre-Jean Noel, designando Lisboa pelo centro simbólico mas também operativo que o Tejo constituía (**Fig. 85 A, 1**)

4.2. Hábitos de Antigo Regime e legislação inibidora

Para lá dos sentimentos, ou simultaneamente com eles, os poderes urbanos preocuparam-se então em disciplinar Lisboa, *civilizando* o quotidiano e os hábitos dos moradores (**Fig.86-88**). Tarefa que não era fácil pela inexistência de canalizações gerais, pela disposição sinuosa do território, pela permanência de numerosos estaleiros da reconstrução, sobretudo pela mistura de funções que continuava práticas

antiquíssimas. Muito curiosa, a este propósito, é, por exemplo, a queixa dos moradores de S. Paulo, em 1793 (**doc.54**): o lugar chegara a estar desempedido, valorizando a esquadria da praça e a visibilidade da Igreja nova, mas, logo depois vieram "as enxurradas" arrastando areias, o incómodo "da limpeza dos canos da Ribeira nova", as obras para a conclusão de "humas casas", provocando montões de "terras e pedras". Tudo isso se suportava mas o pior era a "estância de madeiras" aí instalada pelos "Arqueiros da cidade do Porto", "fazendo crescer o montão do entulho com taboados, feixes de Lenha e arcos", ocupando todos os logradouros, tornando a Igreja "mais captiva", provocando riscos de incêndio, "servindo este bosque a escondregio de salteadores". A par desta ocupação, instala-se também "huma nova guarda de bestas, que fazem a Praça mais occupada, impedida e immunda", situação ainda agravada pelas "casas terreas ou barracas que servirão algum dia de telheiro e hoje de despejo de palha e outros materiaes".

Ouvidos os "arqueiros", eles responderam que "o género sempre se vendeo naquelles citios por estarem mais prontos p.a os Embarques e Tanuarias das Naos e mais Embarcaioens" e, se fossem suspensos, "na forsa da vindima", "seria hum gravissimo projuizo" não só para eles mas "m.to mayor a todos os vassallos que tem quintas e fazendas" "em todos os Portos de Alem Tejo". Ficaram por isso os "arqueiros" e talvez também a "guarda de bestas" com os seus casinhotos e barracas, além de continuaram, até meio do século seguinte, as obras de reconstrução da Igreja e depois do chafariz.

Este tipo de ocupação operativa dos bairros reconstruídos e a dificuldade de os normalizar adivinha-se em numerosas posturas que sucessivamente se repetem. Ainda em 1809, o Senado da Câmara Municipal procurava em vão regular o comércio de peixe no Caes da Ribeira Grande (**doc.55**) Reconhecendo que "a mais escandalosa travessia no Peixe salgado, e no fresco", impedia "o transito do Povo para o Embarque, enchendo-se o Caes de immundicias", constando também "que os Lugares destinados para os Pescadores chamados *do Barreiro* se tem augmentado a hum excessivo número", o decreto recordava em nome de Sua Magestade: "Havendo Eu

Mandado edificar pela Repartiçaõ das Obras Públicas de Lisboa, assim os grandes Caes das Praças da Ribeira-Nova, do Romulares, e do Corpo Santo, como as referidas Praças: A outra Praça das Arrematações, a Grande, e Real Praça do Commercio, com o outro grande Caes chamado de Santarem: O que tudo pelo custo das Fabricas, e pelo asseio, e commodidade dellas, naõ só está facilitando as servidões em beneficio do grande Povo de Lisboa; mas tambem constitue ao mesmo tempo huma boa parte da sua recreaçaõ, e alegria". Depois condenava: "Por Me ser presente que ha pessoas taes, taõ grosseiras, e de tanta rusticidade, que perdendo o respeito devido aos referidos Lugares Públicos, intentaõ deturpallos, lançando nelles superfluidades immundas, e pejando as sobreditas Praças, e Caes com Lenhas, Carvões, Caixas de assucar, Barrís de Farinha, Couros, Solas, Atanados, Madeiras, arcos de tanoaria e outros semelhantes generos de pezo, e de volume". Este comportamento parecia inaceitável ao legislador - "Quando ha muito tempo, que cessou a falta de Armazens, com que nos primeiros annos, successivos ao Terramoto, se pretextavaõ estas usurpações e violencias feitas aos Lugares Públicos da Capital do Reino" - e constituia "huma barbaridade contraria á policia universal de todas as Cidades , e Povos Civís da Europa".

Registe-se a linguagem e a filosofia do bem comum subjacente, influenciada sem dúvida pelo recente governo de Junot mas retomando o "iluminismo sanitário" dos tempos pombalinos (41a), e a proclamação de medidas rígidas - "Se não possa fazer pejamento algum, nem fixo, nem volante, de qualquer qualidade, ou figura que seja" - de que se exceptuavam apenas "nos precisos materiaes para a continuaçaõ das Obras, nos lugares a ellas contiguos, com tanto que logo se desoccupem em termos habeis, e sejaõ limpos pelos Edificantes".

Apesar de ameaças de coimas significativas, nada se deve ter alterado substancialmente, o mesmo acontecendo com outros editais , proibindo a venda de "carnes fóra dos Açougues estabelecidos para este fim" (**doc.56**) - contra "taõ pertinazes Transgressores, os quaes escandalosamente buscaõ os sitios mais Privilegiados, como saõ alguns Conventos, e mesmo dentro do paço da rainha, para á

sombra daquelle Régio recinto terem Talhos abertos, do mesmo modo que os tem junto a Abarracamentos, Hospitaes, &c. resultando deste criminoso abuso a extracçaõ de Rezes infectas (...)" ; procurando disciplinar, na Praça de S. Paulo, "a Venda em primeira maõ de Hortaliça, chamada dos Genoveses" (**doc.57**) que, abusivamente, se estendia à Ribeira-Nova , "com gravissimo prejuizo do Serviço Público, e do Particular das Lojas, e Casas"; condenando que "se accenda lume nos Lugares de venda, e ainda nas Lojas em que naõ ha chaminés, e que saõ arrendadas á Fazenda da Cidade" (**doc.58**), hábito que provocava "o risco de Incendios, como proximamente se experimentou na Praça Nova da Figueira, incendiando-se hum quarteiraõ inteiro, em cuja reedificaçaõ se dispendeo avultada somma"; intervindo contra as "Lavadeiras desta Capital" (**doc.59**) que "continuaõ (...) a fazer as suas lavagens de roupa nos Tanques, Pias e bacias dos Chafarizes e Fontes da mesma Capital", seguindo-se "huma inquinaçaõ das Agoas destinadas para o alimento, e uso dos animaes".

Esta indisciplina urbana - que, poderosamente evoca o quotidiano vivo da cidade - manifestava-se também na dificuldade em respeitar as competências dos arruamentos da Baixa, estipuladas pelo Marquês de Pombal, logo em 1760. Um decreto de 1802 reconhecia esta situação (**doc.60**): "E sendo-Me presente em Consulta do Senado da Camara os excéssos, que estaõ praticando alguns dos ditos Proprietarios, para fazerem despejar os Ourives da Prata, ou os constrangerem a alugueres exorbitantes", determinava "conceder apozentadoria aos Commerciantes Artifices, e mais pessoas obrigadas aos arruamentos para terem no que lhe for respectivo, naõ só as suas lojas; mas tambem casas para viverem com as suas familias, pagando os alugueres devidos, por convençaõ, ou justa avaliaçaõ (...).

Na mesma área nobre da cidade outros problemas existiam que conduzem a legislação minuciosa, e certamente inoperativa, como a que determina a obrigatoriedade do uso de "chaves" (**doc.61**) para obstar "os grandes inconvenientes, que rezultaõ de ficarem abertas até alta noite as portas das escadas, que daõ serventia para as ruas aos Moradores, que occupaõ as Propriedades grandes e pequenas desta capital", facilitando o "esconderijo, e receptaculo aos mal intencionados, os quaes tem

chegado a ponto de esperarem nas mesmas escadas alguns dos Inquilinos, que as habitaõ, para os roubarem, como tem acontecido nestes ultimos tempos".

Um outro edital, do Senado da Câmara, de 1785, aborda mais uma curiosa insuficiência da nova cidade: "muitos moradores (...) esquecidos ainda do seu proprio cómmodo, deixavaõ estar tempos, e tempos quebradas, e com falta de vidros, as vidraças das suas janellas principaes, o que tanto servia de deturpar, e de affear o prospecto da mesma Cidade, quando conduzem para a sua formusura, e nobreza as mesmas vidraças" (**doc.62**). Por isso, se determinava, "que cinco dias da data deste em diante, os Almotacés dos dittos districtos procedaõ indefectivelmente contra os que acharem incursos na dita omissão".

Mas a mais grave questão do quotidiano de Lisboa era a que respeitava à ausência de canos gerais, permitindo a "licenciosa devassidaõ em que estaõ os Moradores desta Cidade, de lançarem Agoas, Lixos, e Immundicias das janellas para as Ruas a toda a hora da noite, e ainda mesmo de dia, prejudicando gravemente os que transitaõ pela mesma Cidade" (**doc.63**). Considerando o legislador que este "pernicioso abuso" radicava no baixo valor das "penas impostas nas antigas Posturas, muito pequenas á proporçaõ dos tempos", determinava não só o seu aumento mas um calendário restritivo. "Que nenhum dos Moradores desta Cidade, e seus Suburbios, possa lançar Agoa, Lixo, ou Immundicia, ainda mesmo sendo agoa limpa, se naõ na hora que se seguir depois de ter corrido o sino, isto he, de Inverno das 9 horas até ás 10 da noite, e de veraõ das 10 até ás 11 (...)". Obviamente que nenhuma alteração significativa daqui resultou como comprovam todos os lamentos dos visitantes e dos traseuntes, sempre ameaçados popular "água vai" ... Quanto aos dejectos sólidos deles se encarregavam, com relativa eficácia, os bandos imensos de cães que não deixavam dormir Beckford em 1787 e que Carl Ruders voltou a encontrar dez anos mais tarde, durante a sua estadia entre 1798 e 1802.

4.3. A acção de Pina Manique e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Havia, todavia, um sincero empenho em melhorar este estado de coisas que, logo no início do reinado de D. Maria I foi assumido por Diogo Ignacio de Pina Manique cujo percurso político, anunciado durante o consulado pombalino, é mais um dos casos frequentes de ascensão imparável, em nada perturbada pelas mudanças de governo: sucessivamente Superintendente Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos e Desembargador da Casa da Suplicação, viria a ser nomeado Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino, em 18 de Janeiro de 1780, quando tinha 47 anos (42). Em relação a Lisboa, o que nos interessa sobretudo destacar, nas competências deste cargo, é a integração nele das "atribuições de construir e conservar as calçadas e de velar pela saúde Pública" (43), tarefa retirada ao Senado Municipal que "parecera ao Governo pouco zeloso no exercício das suas funções". Para isso, foi deslocada para a Intendência Geral da Polícia a administração do "Real de água", imposto avultado que regulava por cerca de 63 000$000 rs anuais e que deve ser considerado a base material do imenso poder de que Pina Manique gozou durante vinte anos.

Além de se ter empenhado em importantes obras, como a já referida edificação do teatro de S. Carlos e nos projectos fracassados do Chafariz monumental do Campo de Santa Ana e do Monumento a D. Maria I, o Intendente determinou a canalização da Rua direita dos Anjos e abriu a Estrada de Queluz a Sintra, cuja arborização escolheu com o apoio de D. Joaõ de Melo e Castro em Londres (44). Mas a sua obra maior foi, como se sabe, a fundação da Casa Pia, instalada no Castelo de S. Jorge, após obras realizadas por Manuel Caetano de Sousa, com a qual se propunha, com assinalável dimensão utópica, resolver o grave problema das hordas de pedintes e desocupados que enxameavam a cidade e, a prazo, contribuir para a sua integração social. E se não foi muito feliz em relação às fabriquetas com que dotou a *Casa*, criou, no entanto, uma

escola operativa e generosa, a primeira existente em Portugal para o ensino de artes e ofícios que, ambiciosamente, se articulava com uma Aula Pública de Desenho, com a renascida Academia de Roma, e outros colégios de menor sucesso.

Numa carta, dirigida a Martinho de Mello e Castro, em 1793, em que defende a criação de uma nova lotaria, autónoma da da Misericórdia, para suportar a edificação do Real Teatro, o Intendente recorda as funções específicas da Casa Pia: "sustentar, vestir, e calçar, ter mestres para educar, a quem paga ordenados, e guardas para tratar do asseio dos collegios, e egualmente de conservar tres collegios hum para bellas artes na Corte de Roma; outro em Edimburgo para a Cirurgia, Anathomia, e Medicina pratica, e outro em Coimbra para as sciencias naturais (...). Sahe da mesma Caza Pia a despesa dos remédios, que se dão pelo amor de Deus a todos os doentes desta cidade e seo termo (...) e qundo consta que alguns delles tem falta de alimento ou de roupa, e que são cercados de grande familia feminina, ou masculina de tenra idade, são socorridos com o prórpio alimento da Caza Pia (...). Tem socorrido a mesma por ordem de S. alteza, e de Sua Augusta Mãy algumas molestias Epidemicas, que tem grassado em varias terras do termo desta corte".

Mas além das tarefas assistenciais - e também da "despesa dos Espiõens e moscas, e de algumas contribuiçõens, que hé necessário a Policia dar para o fim dos objectos que lhe são confiados" - Pina Manique orgulha-se sobretudo na melhoria verificada nas "Calçadas e Limpesa" tarefa particularmente difícil por "não haver na maior parte das Ruas Canos, e cloacas, sendo obrigados os habitantes a lançar na rua tudo diàriamente, e não haver pretas, que fação este serviço". Mesmo assim afirma, afoitamente, que "nas calçadas não há em huma só, covas, que privem o transitarse por ellas, como succedia no tempo da administração do Senado" (45).

Tentou ainda o Intendente iluminar a cidade. Quando o assunto foi retomado, em 1801 por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ele recordará em Memória que lhe apresentou: "Em 17 de dezembro de 1780 (ha vinte e um anno) dei principio á illuminação, que conservei até ao principio do anno de 1792, e que fiz accender setecentos e setenta candieiros (**Fig.89**), começando da praça do Commercio e

seguindo pela Tapada até ao alto de Nossa Senhora da Ajuda, e da mesma praça até á Cruz da Pedra: foram distribuidos pelas ruas que saem do Rocio, Chiado, rua Nova do Almada e dos Martyres, Loreto, calçada do Carmo, e largo d'este nome, calçada do Duque, S. Roque até ao Rato, calçada do Combro até á Esperança, rua da Rosa das Partilhas, do Carvalho e do Alecrim, praça do Sodré (...) comprehendendo o arsenal real do exercito, rua do Paraiso, campo de Santa Clara, Graça e freguezia de S. Lourenço e S. Christovão (...)". Apresentava depois os custos de "cada candieiro, quanto ao ferro que o suspende e o trabalho de o pôr" e da aquisição do "azeite a 1$200 a 1$600 réis por almude".

Este esforço de iluminação, que durou portanto 12 anos, foi acompanhado de medidas, muitas vezes abusivas, de severo policiamento, executado por rondas, pela expulsão de "vadios, indigentes, ciganos e desertores", pelo registo obrigatório das prostitutas, pela pertinácia na demolição de barracas que continuavam a pejar muitos lugares nobres da cidade, iniciativas que terão contribuído para fazer de Pina Manique uma figura odiada e cujo impacto positivo foi certamente restrito, em termos de aproximar Lisboa das "cortes mais civilizadas da Europa".

Por isso, talvez ele sobretudo se orgulhasse das diversas "celebrações" que organizou em honra da família real. Em 1793, quando nasceu a princesa da Beira, a cidade iluminou-se com especial luxo, sobretudo a frontaria do prédio recente de João Ferreira *Sola*, na rua das Portas de Santa Catarina: "de cada um dos lados viam-se dois elefantes em vulto de quinze palmos de altura sobre dois pedestais. Cada um destes dois "brutos" - como diz a crónica - "suportavam outros tantos obeliscos, com a altura de 35 palmos e coroados de pirâmides. Dispersavam-se as principais figuras mitológicas, e diversas estátuas representando o Anjo Custódio, a Virtude, a Castidade, a Caridade, a Fé, a Fortaleza, a Humildade, o Amor, a Constância, a Misericórdia, a Verdade, a Paz, a Aurora, a Eternidade" (46). Também Anselmo José da Cruz Sobral participou, cobrindo a frente do seu palácio do Calhariz de "mil galantes invenções" que compunham "um templo de Jano, com as suas columnatas compósitas, as suas cornijas, e as suas atticas enlaçadas de festões" (47). Dois anos

mais tarde, em 1795, qunado nasceu o futuro D. Pedro IV, o Intendente organizou "o último grandioso torneio" na Praça do Comércio, enquadrado por exuberante arquitectura efémera (48).

Em 1801, a ascenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho parecia significar, em relação à modernização da vida urbana na cidade, um sólido apoio da actividade de Pina Manique. O Ministro decretou a reposição da iluminação da cidade (**doc.64;64A**), procurou melhorar a limpeza das ruas e instituiu uma "Guarda Real da Policia de Lisboa, de pé, e de cavallo" (**doc.65**). No entanto, o velho Intendente, nas "Considerações" que já citámos, datadas de 29 de Novembro de 1801 (49), procura, sibilinamente, provar a D. Rodrigo a inutilidade dos seus desejos de modernização, contrapondo-lhe todas as medidas que já antes tomara para resolver os mesmos problemas.

Em relação ao saneamento, afirma que, "logo que se uniu a esta intendência a inspecção da limpeza e calçadas", mandara "vir de Inglaterra uns carros para este fim, dos quaes não me pude servir, porque a maior parte das ruas de Lisboa o não permitem, e tambem porque em Inglaterra todas as casas teem cloacas, que vão aos cannos geraes, que tem toda a cidade de Londres, como *v.g.* tem n'esta corte a rua Augusta, a rua Nova de El-Rei, a rua dos Fanqueiros, e a do Arsenal da Marinha até á praça de S. Paulo".

Com sarcasmo, interroga o Ministro: "Agora deixo á ponderação de v. exª, se é possível, que acuda com bestas e carros ao resto de Lisboa, que se compõe de quarenta freguezias, e a uma grande parte das ruas d'ellas não podem ir bestas nem carros, umas por alcantiladas, e outras por estreitas", concluindo que "nem duas mil bestas chegariam para poder servir as casas dos habitantes todos os dias, e muito particularmente de noite, como v. exª insinua".

Quanto à decisão de instituir "uma guarda de pé e de cavallo para a guarda de Lisboa, compondo-se esta de 400 homens de pé e 200 a cavallo", recorda, maliciosamente, que "da freguezia de S. Bartholomeu do Beato, até á freguezia de

Nossa Senhora da Ajuda, ha a distancia de legua e meia de comprimento da cidade, e de largo, em algumas partes, tres quartos de légua", insinuando que o número restrito de homens previstos tornaria a operação irrelevante.

Também a iluminação lhe provocava dúvidas. Embora tivesse mandado aprontar os "lampiões" e instalá-los em toda a área urbana da cidade, pedia "a v. exª que me diga d'onde deve sair o pagamento para os homens, que se hão de occupar da referida illuminação, em accender e limpar os candieiros, vidros, concertos, torcidas, e as mais despesas necessárias", fazendo, desde logo tudo depender de o "lavrador Manuel Correia mandar vir o azeite que ajustei com elle, e de que dei parte por escrito ao thesoreiro mór".

Uma espécie de resistência se insinua na relação entre os dois homens que, naquele começo de século, representavam um o passado de uma gestão autoritária e quase doméstica, e o outro a experiência adquirida de vida em cidades estrangeiras. Ambos viriam a soçobrar, perante a importância crescente do partido dos "franceses" e a crise final do Antigo Regime português, Pina Manique perseguido pelo embaixador Lannes, D. Rodrigo obrigado a demitir-se por pressão de António Araújo de Azevedo, Conde da Barca, que o substituiu, à frente do Real Erário, em 1803.

4.4. Sinais de civilidade

Alguma coisa entretanto melhorara, como reconheceu Ruders, na fase final da sua estadia, afirmando que "o aperfeiçoamento dos serviços policiais faz dia a dia grandes progressos e apreciando "os candeeiros", acesos "pela primeira vez no dia 2 do corrente (Fevereiro 1802): "Devo dizer que para o efeito me parecem muito bem distribuídos, embora a uma grande altura. Derramam no entanto uma claridade a que pode ler-se. Estão suspensos nas esquinas, numa haste curva de ferro, avançando um pouco sobre a rua. Os vidros são muito limpidos e claros". Conclui que, segundo

"pessoas muito viajadas", "em nenhuma capital da Europa à excepção de Paris existem candeeiros tão bens como estes" (50).

Este desejo de civilidade, manifesta-se, subtilmente em Lisboa, também de outros modos, veiculando recentes modas. Refira-se, por exemplo, entre as deslocações permanentes da Corte, que a *Gazeta* continuava a noticiar de Salvaterra para Sintra, Caldas ou Mafra, o registo dos passeios "a Alcobaça e Batalha para novamente verem os existentes monumentos da piedosa liberalidade e magnificência de seus augustos predecessores" (51).Antecedendo visitantes ilustres, como Beckford ou Murphy (52), "Suas Magestades e Alteza Real" viram "com miudeza os restos delicados d'arquitectura que ainda se conservam contra as injúrias do tempo e que assim mesmo imperfeitos causam admiração aos estrangeiros que sabem conhecer o bom gosto com que foi trabalhado o mesmo edifício". Não menos significativo que este culto pré-romântico pelo gótico, foi o regresso do passeio real com "jantar" na Fábrica de Vidro estabelecida na Marinha Grande"...

Mas estas novas atitudes debatiam-se permanentemente com vivências antigas. Em 12 de Abril de 1791, a *Gazeta* dava grande destaque à seguinte notícia:

> "Havendo uma grande seca que aqui reinou por vários dias e que ia causando sensivel prejuizo aos campos, obrigando a implorar o socorro celeste, fizeram-se preces em todas as igrejas desta capital para pedir chuvas; e a imagem do Sr. dos Passos foi conduzida da Igreja de N. sra. da Graça para a Patriarcal. Finalmente depois de se ter o céu dignado de ouvir os nossos rogos, cantou-se sexta-feira passada o *Teo Deum* em todos os referidos templos e nesse dia de tarde foi a dita imagem reconduzida para a sua Igreja em procissão formada pela respectiva Irmandade, Religiosos Agostinhos e Corpo da Santa Igreja Patriarcal (...)":

Assim continuava Lisboa, onde, em 1782, se intentara criar uma carreira de transportes públicos "para comodidade das pessoas que houverem de ir a Belém ou vir de lá para Lisboa", "com competente autoridade e permissão exclusiva", constituída por seges, que partiriam "logo que houver duas pessoas".

Poucos dias depois, certamente devido ao fracasso do negócio, anunciava-se que "para maior comodidade das pessoas (...) elas (as seges) irão buscá-las as suas casas e as conduzirão ao lugar em que hajam de apear-se pelo preço de 300rs com tanto que seja pequena a distância a que devam as seges desviar-se das suas posturas e que as duas pessoas que houverem de ir a um tempo não estejam em pontos opostos". Apesar desta proposta aliciante, a "carreira" foi interrompida, um mês depois da sua "inauguração": "A ausência da Corte (em Salvaterra) tendo diminuido a frequência na carreira de Belém, as seges até aqui empregadas nela se acharão daqui em diante em seus postos para irem a qualquer outra parte dentro de Lisboa, pagando-se por cada caminho 240 rs" (53). E não mais se ouviu falar de transportes públicos durante o Antigo Regime...

Outros sinais de transição nos hábitos de sociabilidade se anunciavam: embora o testemunho de todos os visitantes coincida na opinião de Ruders, que lamentava que os lisboetas não utilizassem mais o Passeio Público - aliás pouco apetecível pelo costume do fechar "ao toque das avé-marias" (54) - em Agosto de 1787, a *Gazeta* anunciava um novo divertimento: numa "casa de pasto" na Rua dos Aciprestres, "onde chamam as Amoreiras em cima das Águas Livres haverá à noite um grande concerto instrumental e vocal". Os passeios estariam "iluminados e se acharão ali vários refrescos e diferentes qualidades de fiambres" (55).

Outra hipótese para o verão citadino era a "neve" fabricada, em 1792, pelo "dono do botequim da Casa da Ópera da Rua dos Condes que mora na Rua Augusta" (56). E quem tivesse mais sérios interesses culturais podia, em 1788, ir contemplar, "nas casas da Torre da Pólvora no sítio de Alcântara", "uma máquina composta por Mr. Arnaud e seus filhos na qual com geral aplauso setem visto tirar a seda mais perfeita" que "as pessoas reais" visitaram também, "antes de partirem para Salvaterra" (57). Ou então a assistir às demonstrações de Física do "famoso cavalheiro Pinetti, vassalo de Sua Magestade Siciliana" que "teve ultimamente a honra de fazer quatro vezes as suas engenhosas e estupendas experiências na presença de Sua Magestade e de toda a Real Família" (58).

Esta divulgação "científica", exibida com a popularidade de circo, coincidia, naturalmente, e apesar da crise crescente das ordens religiosas, com a instalação de novos conventos, o do "Campo de Santa Clara debaixo da protecção da Infanta D. Mariana", habitado por "religiosas recoletas do Convento do Louriçal" (59), ou o que "se acha principiado no sítio da Junqueira", ocupado por "religiosas francesas das quais uma de véu branco da Ordem de S. Francisco de Sales" (60).

Quanto às casas em que viviam os lisboetas, nos bairros velhos ou novos, as críticas são gerais. Em primeiro lugar em relação ao aspecto exterior, sobretudo na Baixa (**Fig.90,91**) onde a primeira impressão positiva era rapidamente ultrapassada:

> "Os prédios têm uma aparência alegre, erguendo-se em quatro e cinco andares, separados geralmente por faixas de cantaria, com longas filas de janelas, a maior parte das quais também emolduradas por cantarias, sendo os primeiros andares, e por vezes os segundos, embelezados com sacadas.
>
> Todos porém, obedecem à mesma traça, possuem a mesma ordenação e idênticos ornatos. Quem vê um vê todos. Os arquitectos plagiaram-se uns aos outros e em Lisboa não há mais que uma quarenta casas que se distingam de entre as outras. (...). Embora as primeiras impressões sejam agradáveis à vista, o aspecto destes edifícios acaba, porém, por se tornar monótono e fatigante pela sua uniformidade" (61).

Em relação aos palácios, o mesmo autor, J.B.Carrière é igualmente peremptório:

> "Todos os grandes possuem palácios, o que levará a supor a existência em Lisboa de muitos destes edifícios imponentes pela sua grandeza, imponentes pela regularidade da arquitectura, aprazíveis ornatos, onde a arquitectura e a escultura disputam, qual mais, a glória de embelezar a residência do senhor. Pois bem, será inútil procurar em Lisboa colunas, pilastras, frisos, arquitraves, cornijas, peristilos, pórticos, vasos, urnas, estátuas, mármores. Os edifícios com a categoria de palácios não passam de casas vulgares, de medíocre aparência, construídas sem regularidade, sem elegância, sem ornatos, dignas, quanto muito, de serem habitadas por um particular medianamente rico. Só os brasões as distinguem e é esse o único ornamento que ostentam" (62).

Esta opinião algo mundana é mais seriamente confirmada por A. Balbi, ainda em 1822 que, curiosamente confirma a impressão de Beckford já referida sobre a supremacia dos ofícios em relação à arquitectura:

> "Cet art est très-arriéré au Portugal (...) La plupart des soit-disants architectes ne sont que des appaireilleurs. Il n'est pas rare d'y rencontrer un sculpteur en bois, qui, exécutant assez bien l'ornement, ose faire un autel avec de petites colonnes, s'imaginant déjà un architecte consommé, comme si l'architecture consistait dans le simple emploi des cinq ordres. Autant, généralement parlant, les architectes sont bornés, autant les ouvriers qui sont à leurs ordres excellent dans leur métier, surtout les maçons, les charpentiers et les tailleurs de pierre (...).
>
> La construction des maisons a fait depuis trente ans des progrès remarquables, tant sous le rapport de la commodité, de la distribuition intérieure des pi`ces que sous celui des ornements; on exécute très-bien la *saiola*; les ornements en pierre de taille et en peinture sont remarquables par le bon goût du dessin et par leur parfaite exécution (...)". (63).

Este progresso da arquitectura dos interiores não era, no entanto, predominante, sobretudo em relação aos fogos da Baixa:

> "O interior das casas é, por via de regra, mal dividido. Quase nenhuma tem pátios, as entradas, no geral, são escuras, as escadas estreitas, sombrias e mal lançadas.As divisões são mal distribuídas, grandes salas enfileiradas, sem camarins, sem corredores, sem acessos independentes umas das outras. São raras as habitações que não tenham compartimentos interiores. A maior parte das cozinhas têm pouca luz, principalmente ao pé das chaminés, por má traça dos arquitectos, que as constroem sempre nas paredes em que se abrem as janelas, contra a luz portanto, o que obriga muitas vezes a ter de se cozinhar à luz dos candeeiros.
>
> Não existem em Lisboa quarenta casas que tenham chaminés no interior dos compartimentos, abundando, em compensação, as janelas.Os sobrados das diversas divisões não são alcatifados, apenas ladrilhados ou assoalhados, mas tabuados grosseiramente. O atabuado lava-se todas as semanas, e, em seguida, para o secar, cobre-se de areia" (64).

Para suprir uma das deficiências mais registadas pelos estrangeiros - a falta de aquecimento dos interiores durante o inverno - a *Gazeta* noticiava, em 1804, a chegada a Lisboa de "fogões de aquentar os quartos ao uso da França que são os melhores que até agora se tem inventado": "porque recebendo por um tubo fora do quarto o ar comum, divide-se este em duas porções que saindo para o quarto uma fria tal qual entra e a outra quente, regulam nele o grau de calor". Tinham ainda a vantagem de serem "de ferro coado, composto de peças que se desarmam e muito cómodos" (65).

Refira-se, finalmente, que a cidade se ampliava então, avançando, em termos de um culto de lazer, para os seus qualificados subúrbios: Benfica e Loures, também a Junqueira - à procura dos banhos de mar - e, cada vez mais Sintra, como bem soube observar Ruders:

> "Muitas famílias da nobreza, e uma grande parte do corpo diplomático, passam aqui o Verão; mas são sobretudo os negociantes estrangeiros, donos ou arrendatários de quintas, que, em maior número, veraneiam nesta estância.Mas outra gente, que vai e vem, aloja-se em casas preparadas para hóspedes e todas as tardes de dias santos ou manhãs de segundas-feiras, a estrada de Sintra se vê cheia de cavalgadas que chegam de Lisboa ou para lá regressam" (66).

Este nascente, e cada vez mais democratizado veraneio, não só possibilitou a emergência de uma arquitectura mais qualificada - aberta à evolução estilística, nomeadamente aos primeiros sintomas do revivalismo - mas contribuiu também para aprofundar o sentimento epocal do culto da natureza, através da própria evolução do agenciamento dos jardins, gerando padrões estéticos que haviam de marcar a cidade romântica. De algum modo, a abertura de pequenas praças que, subtilmente, questionavam a ortogonalidade pombalina - a Barão de Quintela ou o Largo de S. Carlos - eram disso sintoma, como também o desejo de equipar ludicamente o Passeio Público ou a decisão de delinear a Alameda do Campo Grande. Outros projectos propôs então Jacome Ratton que só século XIX adiante viriam a ser realizados:

"Depois de reduzida a Cidade de Lisboa a este estado de limpeza, que julgo de absoluta necessidade, poderia então tratar-se de a embellecer com algumas ruas novas, passeios agradaveis, e estradas commodas para a gente de pé, até certos logradouros que ha em torno desta Cidade; como por exemplo, construir-se huma rua direita desde a Moeda até á calçada do Marquez d'Abrantes, reduzir-se o Campo de Santa Anna a um passeio publico de arvoredo, e deste campo continuar pela carreira dos cavallos huma estrada bordada tambem de arvoredo, com passeios para a gente de pé, até o arco do cego, e dalli até os Campos pequeno, e grande, para que os moradores de Lisboa podessem hir commodamente de pé ou carruagem gozar do passeio do Campo grande" (67).

Sensivelmente, Ratton anunciava a Avenida 24 de Julho e a Rua da Estefânea, provando bem que o plano pombalino de regulação da cidade para além da Baixa estava definitivamente ultrapassado. Lisboa aspirava agora, com um nostálgico descentramento, a se "embellecer", como se se contemplasse num espelho que, anunciando o futuro, o representava com a figura utópica de um grande jardim. Parecia que, antes das razões teóricas das *garden-cities* oitocentistas, o fisiocratismo reinante, além de determinar muito da evolução política, se propunha como matriz de anti-cidade.

Notas

1. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 39
2. RUDERS, Carl Israel, 1981, pag. 29 e 33.
3. Expressão de Linck, M., em *Voyage au Portugal...*, 1803, cit. por Castelo Branco Chaves in RUDERS, 1981,pag. 373.
4. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 50.
5. RUDERS, 1981, pag. 29.
6. *Idem, ibidem*, pag. 50.
7. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 42; 77.
8. *Idem, ibidem*, pag. 50.
9. RUDERS, 1981, pag. 27.
10. *Idem, ibidem*, pag. 33.

11. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 48.

12. *Memórias do Marquês de Fronnteira e Alorna...*, 1928, pag.12.

13. *Diário de William Beckford...*, 1983, pag. 52.

14. *Idem, ibidem*, pag. 63.

15. *Idem, ibidem*, pag. 74.

16. *Idem, ibidem*, pag. 118.

17. *Idem, ibidem*, pag. 127.

18. *Idem, ibidem*, pag. 160.

19. *Idem, ibidem*, , pag. 167.

20. *Idem, ibidem*, pag. 96-97.

21. *Idem, ibidem*, pag. 87.

22. *Idem, ibidem*, pag. 95; 105.

23. *Idem, ibidem*, pag. 109.

24. *Idem, ibidem*, pag. 128.

25. *Idem, ibidem*, pag. 77.

26. *Idem, ibidem*, pag. 54.

27. *Idem, ibidem*, pag. 164.

28. *Idem, ibidem*, pag. 147.

29. *Idem, ibidem*, pag. 77.

30. *Idem, ibidem*, pag. 53.

31. *Idem, ibidem*, pag. 173.

32. *Idem, ibidem*, pag. 53.

33. *Idem, ibidem*, pag. 46.

34. *Idem, ibidem*, pag. 162.

35. *Idem, ibidem*, pag. 41-42.

36. *Idem, ibidem*, pag. 151; 146.

37. *Idem, ibidem*, pag. 152.

38. RUDERS, pag. 120.

39. *Idem, ibidem*, pag. 189.

40. Ver, a propósito do restauro setecentista do Convento do Carmo, GOMES, P. Varela, 1986, pag. 235.

41. RUDERS, pag. 278.

41a. Conceito utilizado por Horta Correia, 1984, 1° vol., nomeadamente na análise dos projectos de cemitérios pombalinos.

42. Ver biografia e obra de Pina Manique em MARTINS, F.A. Oliveira, 1948.

43. Decreto de 17 de Maio de 1780.

44. Ver MARTINS, F.A. Oliveira, 1948, pag. 346.

45. *Idem, ibidem*, pag. 342-345.

46. in COSTA, Mário, 1987, pag. 158-159.

47. in CASTILHO, Júlio de, 1935, vol. 3, pag. 45.

48. in MARTINS, F. A. Oliveira, 1948, pag. 93.

49. *Idem, ibidem*, pag. 204-208.

50. RUDERS, pag. 251. Ver também CASTILHO, Júlio de, 1935, vol. IX, pag. 168 e seguintes, que apresenta esquema de candeeiro.

51. *Gazeta de Lisboa*, 29 de Outubro de 1786.

52. Ver, sobre a visita de Murphy, a sua *Voyage en Portugal....*, 1797. Quanto a Beckford, ele visitou o Mosteiro da Batalha durante a sua segunda estadia em Portugal, entre 1793 e 1795.

53. *Gazeta de Lisboa*, 29 de Novembro e 6 de Dezembro de 1782 e 11 de Janeiro de 1783.

54. RUDERS, pag. 36.

55. *Gazeta de Lisboa*, 3 de Agosto de 1787.

56. *Idem*, 7 de Julho de 1792.

57. *Idem*, 2 de Fevereiro de 1788.

58. *Idem*, 7 de Fevereiro de 1792.

59. *Idem*, 24 de Outubro de 1793.

60. *Idem, ibidem.*

61. CARRIÈRE, J. B., 1989, pag. 27-28.

62. *Idem, ibidem*, pag. 28-29.

63. BALBI, 1822, **pag....**

64. CARRIÈRE, J. B., 1989, pag. 28.

65. *Gazeta de Lisboa*, 28 de Dezembro de 1804.

66. RUDERS, pag. 129.

67. RATTON, J., 1992, pag. 236-237.

II - A CIDADE LIBERAL E BURGUESA, 1822-1851

5. PERMANÊNCIAS E ENFRAQUECIMENTO DO SISTEMA

5.1. A Intendência das Obras Públicas de Lisboa

A revolução de 1820 não teve consequências imediatas na gestão da cidade embora, naturalmente, acentuasse a decadência das iniciativas cuja crise era evidente desde a partida da família real e da Corte para o Brasil.

Até 1833, continua a funcionar, com todas as competências anteriores, a Intendência das Obras Públicas: a sua *"Caza das Confferencias"* mantinha *"as arrematações dos chãos de Cazas que forão incendiadas pelo incendio sucessivo ao Terramoto"* e os *"Inspectores dos Bairros"* asseguravam as requeridas vistorias, sob o controlo do *"Intendente Geral das Obras Publicas" "encarregado por Ordem Regia da execução da Planta desta Cidade", "na conformidade do Real Decreto de 1769".* Estas funções eram exercidas, desde 1803, pelo *"Major Architecto da Cidade Joze Bento de Sousa Fava"* (1).

Como exemplo, meramente tópico da continuidade da actuação das Obras Públicas, cite-se a permanência de diversos conflitos sobre as indemnizações: assim, em 1825, ainda Ana Maria Rita Josefa de Almeida Pimentel requer a parte a *"que se julga com direito"* do *"produto do terreno"* arrematado na Rua das Portas de Santa Catarina e Travessa de Estevão Galhardo que estava edificado desde 1782 e onde, sensivelmente, os seus antepassados haviam possuído uma casa ! (2).

Continuam também as Obras Públicas a procurar actuar em relação às barracas na área da cidade nova. Desde 1824, inicia-se o processo contra o proprietário das que pejavam o Beco do Monete, na Rua da Madalena que argumenta haver, nessa zona da rua, *"gr.e espaço sem Caza alguã e cheio de entulho"*. No entanto, a construção do novo prédio não estava ainda iniciada em 1830 (3). Idêntica situação acontecia na Rua Ocidental do Passeio Público onde os fiscais confirmam, em 1830, que *"existem*

barracas em forma de Tilheiros em muito mao estado e tudo de madeira arruinada e sem risco nem Prospecto contra as Determinações das Reaes Ordens". Estes casebres, todos pertença do Marquês de Castelo Melhor, prolongavam-se pela Rua das Portas de Santo Antão, o que parecia particularmente atentatório: tratava-se de *"huma das principaes (ruas) e de grande frequencia não merecendo ser ocupada por semelhantes Propriedades reprovadas"* (4). Muito próximo, também o Marquês do Louriçal era intimado a demolir barracas na Rua da Anunciada - onde nos anos de 1790 pensara edificar palácio com risco de Carvalho Negreiros (5) - que se estendiam por 10 números no lado norte do largo (6). Outro auto de vistoria foi realizado, em 1829, conduzindo ao *"embargo na Obra que estava crescendo Joaquim Jozé de hum frontal sobre a antiga parede de uma estancia de madeira, abaixo do Convento do Espirito Santo".* As razões apontadas são as tipificadas: *"Que mais abaixo há outras tantas Barracas quazi do mesmo theor, este abuzo não justifica a concessão daquelle que de novo se intenta practicar muito principalmente em huma das principaes Ruas da Cidade"* (7).

Esta nova justificação para tentar obrigar à demolição dos *"prospectos reprováveis"*, apelando para o *"movimento"* e particular importância das ruas em causa - ao Passeio Público ou ao Chiado - traduz, nesses anos incertos do governo do senhor D. Miguel, que a cidade nova se estabilizara e que ela era reconhecidamente o centro simbólico e operativo da vida urbana. Insinua também que havia um particular cuidado em concentrar nele a imagem da própria civilidade. Veremos nos anos seguintes, quando a situação política se clarificar, que o Governo e a Câmara Municipal continuarão esta política restritiva - poder-se-ia dizer cenográfica - de entendimento da capital.

Nesse centro herdado ocorrera entretanto, em 10 de Junho de 1821, um grave incêndio "no quarteirão da Praça do Comércio entre a Rua Aurea e Augusta" (8). De imediato, vozes surgiram propondo - o gosto das propostas será uma característica do primeiro liberalismo... - que aí se mandasse construir a "casa das Cortes". Todavia, a Assembleia Constituinte decidiria rapidamente vender a particulares três dos lotes

atingidos, sobre o Rua Nova d'El-Rei, de modo ao *"produto da venda dever auxeliar a prompta reedificação daquella parte que tem de correr por conta da Fazenda Nacional"* (9). Era obrigatório seguir-se o *"prospecto determinado"* e o dinheiro apurado foi integrado no Cofre do Donativo dos 4%.

Aliás, quanto à exigência de instalar as Cortes, a decisão estava já tomada. Por Aviso de 4 de Janeiro de 1821, a Junta provisional do Governo do Reino entregara *"4 contos"* ao Brigadeiro Duarte José Fava para as despesas da sua instalação no Palácio das Necessidades (10). As obras já estariam antes em curso porque o *Diário da Regência* de 20 daquele mês as dava as obras por terminadas:

> "Acha-se finalmente concluida, e tem bastante gente já visto, a Sala do nosso Congresso Nacional, que o Governo mandou adereçar na que foi Casa de Livraria do Convento das Necessidades. O gosto e aceio que nella se devisa são dignos do alto objecto a que se destina, e honrão o Illustrissimo Coronel d'Engenharia *Maximiano José da Serra*, a quem foi incumbida a direcção da obra, a que se dedicou com o maior desvelo" (11).

Ou seja, continuavam os Vintistas uma secular tradição nacional, atribuindo a engenheiros militares as obras da cidade. E, como acontecia desde a época de D. Maria, eram as Obras Públicas que as geriam, eventualmente - como aqui acontece - com suplementos financeiros específicos, mas não deixando de significar uma pragmática promiscuidade com o Cofre do Donativo dos 4%.

Ainda segundo o citado artigo do *Diário da Regência*, os trabalhos concluiram-se em "45 dias", e haviam consistido na organização da sala "em anfitheatro" com "semi-ellipses concentricas, que dividem as differentes Tribunas". Particular destaque, "bem no meio da Sala", era dado ao "Throno de S.M." - ainda ausente - com "cinco degráos" de acesso, "cobertos de huma excellente alcatifa azul clara". Por cima da Cadeira, "dourada e estofada, coberta com lustrina de ouro", brilhava "hum precioso quadro, do nosso Augusto Monarca com Manto Real, em cuja execução se esmerou o pincel do nosso eximio Pintor *Domingos Antonio de Sequeira*".

Não é difícil concluir que era a vasta experiência de montagem de arquitecturas efémeras, para teatro ou para a celebração do poder, que aqui voltava a ser utilizada, para responder eficazmente à encomenda. Mas um notável desenho de Sequeira, designado por "Sala das Cortes" (**Fig.92**), sugere que o "Coronel d'Engenharia" teve um precioso projectista, garante de um gosto moderno simbolicamente representativo da revolução em curso. Como se sabe, esta duraria pouco e também Sequeira não chegaria a fazer escola.

Além da transformação da "Casa de Livraria", os anexos necessários - para as "Officinas" e as "Secretarias" - exigiram a ocupação de "todo hum Dormitorio que contém 25 casas", teve de abrir-se uma "espaçosa escada pela qual hão de entrar os Deputados", formou-se o "quartel da Guarda": iniciava-se (ou continuava-se se pensarmos nos edifícios dos Jesuítas) a apropriação sempre abusiva dos espaços conventuais mas, por enquanto, todos estavam de acordo.

Paralelamente a esta breve obra, o único estaleiro público significativo que se mantinha era o do Palácio da Ajuda cuja Casa do Risco foi integrada na Repartição das Obras da Casa Real, por portaria de 17 de Março de 1821 (12), sob a direcção do sobrevivente arquitecto Francisco Rosa. Por exigência de economia, o seu colega Manuel Caetano da Silva Gaião regressou então à Repartição central, propondo Duarte José Fava que ele não fosse prejudicado no seu ordenado porque *"em matéria de conhecimentos se avantaja muito ao primeiro"* (13), confirmando assim a estranha estrela do arquitecto da Ajuda cujo mérito ninguém reconhecia.

No ano seguinte, exactamente em 12 de Dezembro de 1823, o Intendente apresentou superiormente o *"Plano de organização para a Casa do Risco das Obras Públicas ou escola pratica de Architectura civil"* (14). Previa então a necessidade de quatro arquitectos, quatro Ajudantes Architectos e oito praticantes, alargando o quadro anterior - *"dous Architectos, dois Ajudantes, seis Discípulos ordinários e hum supranumerario sem vencimento"* - que, em Outubro de 1820, lhe parecera *"proporcionado ao estado da actual Repartição"*. Pretende também que fosse confirmado que *"não será mais admittido a Praticante (...) algum individuo que não*

tenha completado com distincto aproveitamento o Curso de Arch.ª Civil e Dezenho". Esta "reforma" que visaria tão somente melhorar os vencimentos de funcionários, com muitos anos de imobilização nos escalões inferiores, não terá no entanto sido aprovada, exactamente por razões orçamentais.

O primeiro sintoma de que o novo aparelho de Estado pensava poupar e, desde logo olhava para as rúbricas que se poderão considerar culturais, encontramo-lo, no inicío daquele ano de 1823, a propósito da aprovação em Cortes do orçamento para as Obras Públicas, no montante de 320 800$000. Durante a discussão, o deputado Galvão Palma pôs em causa o empenho na obra do Palácio da Ajuda:

> "O necessário deve sempre preferir ao util. Ninguém dirá que o Palacio d'Ajuda he indispensavel para o alojamento dos Soberanos. Pois o que agora nos governa, cujos dias os Ceos prosperem, tem outros em que habitar, como já fizerão seus Augustos maiores. Para que apllicar grossas sommas para hum Edificio de pompa e luxo, quando a Nação geme na indigencia? Que dirão tantos empregados, a quem se está devendo parte dos seus ordenados? Tantas Viuvas e Orfãos, que lhes pertencem alimentos, que Pais, ou Maridos ganhárão trabalhando pela Pátria?" (15).

A verve demagogicamente epocal do deputado ia mais longe afirmando que a "nação" não tinha obrigação de sustentar os operários das Obras Públicas "se não quando trabalharem". O seu compromisso era outro: "contratou com toda a nação impor-lhe tributos para se apllicarem não para o superfluo, mas para as necessidades da Patria". Na sua opinião estavam encerrados os tempos em que "vogava o ruinoso principio do alto dominio do Imperante sobre os bens dos Povos" e convinha lembrar que "já estes levavão a mal a irecção de Mafra, Estrella, etc".

Como conclusão, propunha que o orçamento de 176 000$000 rs. para as obras da Ajuda, fosse reduzido a 50 000$000 rs., conservando-se "o Seminario das Bellas-Artes (o que basta em ponto pequeno) e que se não destrua tornando-se habitavel o quarto que já está feito".

5.2. A emergência da Câmara Municipal de Lisboa

A perda progressiva de importância da Repartição das Obras Públicas em relação à Capital não se deveu apenas a cortes orçamentais. A verdade é que outra instância aparecia, no novo contexto político, reivindicando a responsabilidade sobre a cidade. Refiro-me à Câmara Municipal que, pelo menos desde 1818, tem arquitecto próprio, Malaquias Ferreira Leal (16), responsável, logo em 1823, pelo projecto de abertura de novas ruas no "sítio da Boavista" na sequência do incêndio aí ocorrido em 11 de Setembro de 1820. Trata-se de uma actuação parcelar, em terrenos que, desde sempre, o Municipio considerava propriedade própria, visando a rentabilização dos alugueres aí existentes para pequenas indústrias e fainas fluviais, mas ela revela-se uma ruptura significativa em relação à recuperação dos poderes que lhe haviam sido retirados, desde o Terramoto, pelo Marquês de Pombal. Ora o contexto político era-lhe agora favorável, como prova a posição do Governo na curiosa Portaria de 20 de Março de 1821 (**doc. 66**).

Partindo da consideração que a "Regencia do Reino" devia promover as "Obras Públicas", na medida em que o permitissem "as forças do Thesouro Publico Nacional" e também "para empregar os braços fabrís que, por falta de obras particulares, se achão inutilisados", decidia-se "Crear huma Commissão compostas de pessoas intelligentes e possuidas de hum verdadeiro patriotismo, que terá por fim consultar sobre os meios de reduzir a boa ordem e regulamento esta administração".

Concretizando mais os seus objectivos, afirmava a Portaria que havia particular empenho "na conservação e progresso dos dois Passeios Publicos de *Lisboa* e *Campo grande*" e que desejaria que a dita "Commissão" "apresentasse hum Plano de se fazer hum Theatro Nacional, estabelecimento o mais util e necessario, e de que tanto depende a boa moral e reforma de costumes". Como "pelo Thesouro Nacional se não possa actualmente supprir a esta despeza", propunha quer uma "subscripção", quer o uso de mão-de-obra gratuita "dos condemnados a trabalhos publicos". Finalmente, depois de nomear os cinco deputados para integrarem a "Commissão", afiança que o

"Intendente das Obras Publicas e os mais Chefes das Repartições que vão a inspeccionar-se darão as instruções e auxilios" que ela exija.

Ou seja, não havia dinheiro para o Palácio da Ajuda porque ele não era uma prioridade política. Por outro lado, as Obras Públicas iriam ser inspeccionadas mas, simultaneamente, enunciavavam-se aquelas que seriam as mais importantes iniciativas do novo regime, em termos de consagração imagética - a reformulação do Passeio Público, a construção do Teatro Nacional - propondo-se que elas funcionassem à margem da repartição pública, utilizando dinheiros privados, obtidos por subscripção patriótica, e gratuita mão de obra desqualificada. Ao Intendente competia ser inspeccionado e colaborar.

Também por isso, se arrastaram as habituais vistorias dos inspectores dos bairros para demolir barracas que continuavam a resistir, ou para impor o calcetamento de passeios cujos proprietários, obrigados à sua construção, continuavam a não cumprir. A velha repartição, herdeira da Casa do Risco pombalina, perdera o prestígio e a iniciativa como havemos de ver, em casos pontuais em que quis ou foi chamada a intervir. Chegava agora o tempo dos *cidadãos* "inteligentes" e "patrióticos". Será de entre eles que, após a vitória de 1833, se recrutará a primeira vereação liberal de Lisboa. Entretanto, quando se desejava ainda obstar à guerra civil, a Câmara ia marcando pontos, numa persistente e, politicamente apoiada, luta pelo poder.

Num contexto incerto e ameaçado, toda a relevância se concentrou em gestos simbólicos, visando confirmar, no território, a balbuciante revolução. Não conseguindo a nomeada comissão obter meios para arrancar com o projecto do Teatro Nacional, a Câmara iniciaria, parecia que com maior sucesso, a apropriação burguesa do Passeio Público. Em 4 de Abril de 1823, o Ministério dos Negocios do Reino acusa a recepção do "requerimento de 70 cidadãos pedindo a conclusão da obra do passeio publico, conforme o projecto que fóra adoptado por mais conveniente" (**doc.67**). Regozija-se também com "a offerta que fazem os actuaes vereadores" dos "seus vencimentos, que como taes lhes competirem no decurso do presente anno" e, particularmente, com "a offerta separada de dusentos e quarenta mil réis, que fez o Vereador Joaquim Gregorio

Bonifacio". E indo ao encontro dos seus desejos: "ordena que a Camara designe trez pessoas de confiança, que devem compor uma Commissão encarregada de promover, e arrecadar as subscripções offerecidas, e aquellas com que voluntariamente hajão de concorrer outros cidadãos, igualmente zelosos, a bem de uma obra ha tanto desejada pelas pessoas sensatas, e tão digna de uma grande Capital".

Estava-se no tempo novo das comissões e da participação dos "cidadãos" na coisa pública: mais uma era nomeada, agora na exclusiva dependência do Município que conquistara o direito moral e cívico de dirigir os trabalhos de uma obra programada pelo Marquês de Pombal, na década de 1760, e retomada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no início de 1800. Mas que só agora adquiria pleno sentido como espaço representativo dos novos avatares vivenciais. A comissão foi presidida pelo Barão de Porto Covo da Bandeira - descendente dos Bandeiras de Pombal, nobilitados por D. Maria I - e julgava-se "ser possível o acabamento do Passeio Público segundo o sucinto *plano* que está traçado" (17), certamente o que vinha de Reinaldo Manuel, talvez com as alterações propostas por Domingos Vandelli. (18). Mas a marca do presente introduzia-se monumentalmente: a coroação "desta obra" seria a "estátua de D. João VI projectada por Sequeira". O rápido desenrolar de trágicos acontecimentos, anunciados com a Abrilada e concretizados a partir da morte do rei, em 1825, fez de novo parar estas intenções celebratórias: nem se iniciaram os trabalhos, nem Sequeira esculpiu a estátua. Em 1833, como veremos, partir-se-á exactamente do mesmo ponto, com outra "comissão" mas sob a autoridade, então mais fortalecida, do Município.

Refira-se, finalmente, o outro grande projecto falhado do Governo vintista que teve o apoio da Câmara e dos cidadãos. O primeiro sinal da intenção é registado no *Diário do Governo*, em 15 de Maio de 1821 (19): é enviado pelas Cortes à "comissão de Artes" os "Desenhos do Monumento projectado para a Praça do Rossio feito por Malaquias Ferreira Leal". Citado pela primeira vez, este arquitecto já desempenharia, ou veio a desempenhar pouco depois, as novas funções de Arquitecto da Cidade ao serviço do Município.Também não é então referido o tipo de monumento de que se tratava embora não haja qualquer dúvida que se pretendia celebrar o triunfo da

Revolução de 1820 (**Fig.93**). E desde logo se percebe que este desejo envolverá muitos cidadãos: de facto, a mesma notícia afirma que "também o Sr. Alves Rio (deputado) apresentou uma Memória oferecida por um Português sobre o projecto de Monumento para a Praça do Rossio". A conjuntura permitia, euforicamente, que qualquer "Português" se sentisse e quisesse exprimir-se artisticamente...

Alguma ordem foi, no entanto, introduzida nestas intenções patrióticas. Em 28 de Agosto de 1821, o indispensável *Diário do Governo* dá a seguinte notícia das Cortes:

> "(Foi) unanimemente aprovada a moção de Braamcamp para que no memorável dia 15 de Setembro se lance a primeira pedra do Monumento Constitucional que se deve erigir na grande Praça do Rossio em recordacção dos magnificos acontecimentos que nele tiveram lugar e cujo prospecto, obra do insigne pintor Sequeira se acha aprovado pela Comissão de Artes e Manufacturas".

Avançara-se portanto. Malaquias Leal fora preterido e também o "Português" anónimo (20). Sequeira revolucionário assumia a representação dos sentimentos colectivos, num simples memorial cilíndrico, coroado de figura feminina que, certamente, simbolizava ou a nova Pátria ou a Constituição (**Fig.94**). Era um modesto monumento mas mesmo assim era necessário recorrer-se à celebrada subscripção pública, cuja lista o *Diário* foi a partir de então publicando. O que mais me interessa destacar é que os Vintistas pretendiam naturalmente representar a sua vitória mas também apropriar-se da cidade, através da sua praça popular por excelência que deveria ser uma espécie de contraponto à solenidade adquirida do Terreiro do Paço.

A obra iniciou-se de facto (**doc.68**), apoiada por subscripção pública (21), embora, em Abril de 22, chegasse à Comissão das Artes uma representação de Domingos António de Sequeira "em que expõe os estorvos que tem experimentado no desempenho da obra de que foi encarregado do Monumento do Rocio" (22). Tal não impediu a cerimónia do lançamento das fundações, ocorrida na data prevista de 15 de Setembro de 1821 e cujo relato nos chega por uma voz da oposição, o autor anónimo de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa:

"Em 15 de Setembro de 1821 depois de se ter determinado em Cortes erigir-se no meio da Praça do Rocio hum padrão q. servisse de memoria em como naquella Praça se tinha proclamado hum governo Constitucional qual foi de 15 de Setembro de 1820, sendo o dia asima referido o dia aniversario de tal maroteira neste mesmo se deitou a primeira pedra no alicerse, a qual era á maneira da pedra de hum moinho com huã cavidade no meio da dita na qual se meteo hum caixão piqueno de prata por dentro forrado de veludo verde, contendo em si, hua chapa de prata esculpida nella o dia, mez, e anno em q. foi proclamada a Constituição; hum pergaminho com o quer q. era escrito q. por não ser possivel dar noticia se omite; toda a *variabilidade* (?) de dinheiro cunhado com o cunho de El Rey D. João 6º (...) tudo foi enclauzurado dentro do dito cofre por El Rey (...) e metido o dito caixão fexado dentro da cavidade de pedra q. já estava na cova. El Rey com a sua propria mão lançou cal, e o fundam.to necessario para assento da mesma pedra" (23).

Ainda segundo o mesmo relato, à cerimónia assistiu "todo o senado nobreza Prelados de Religioens e alguns Principes da S.ta Igreja Patriarchal". Houve "luminarias, festins particulares o Passeio publico illuminado por dentro com franca Liberd.e da sua entrada havendo varios coros de Muzica espalhados pellas ruas do d.o Passeio e na Ribeira das Naos em huã grande Sala se deo hum grande Jantar porem todo constitucionalm.te q. foi pagando cada hum q. queria participar a q.tia de 4800 rs., faltando por fim m.ta prata do serviço da Meza, o q. foi dito afirmado pellos agentes do mesmo festim. E q. tal não era a breijeirada q. ali se ajuntou!".

Um ano mais tarde, em 14 de Setembro de 1822, a mesma testemunha assistiu à nova cerimónia da "primeira pedra", comandada, segundo a sua subjectiva apreciação, pela "comitiva da breijeirada". O que mais o indignou, naturalmente, foi que o "pendão" constitucional fosse conduzido por "hum indigno Clerigo q. occupava a encommendação da Freg.a de S. Nicoláo de Lx.ª" que, depois de assente a pedra, "subio a hum lugar elevado e tremulando no ar com a bandeira q. levava deo em voz alta tres vivas á religião, á Constituição e ao rey Constitucional a q. comresponderão girandolas de foguetes q. subirão ao ar". Igualmente reprovável lhe pareceu a presença de "varias mulheres vestidas todas de azul e branco, espalhando huãs flores sobre a

pedra e pavimento; outras lançando ao ar quadras aluzivas á liberdade exaltada, e ao despotismo depremido". À volta "a praça do Rocio toda illuminada, e as janelas armadas a semelhança da Procissão do Corpo de D.s". Melancolicamente a tudo assiste, sentindo-se um dos "portuguezes honrados sofrendo todos estes dezaforos"...(24).

Apesar de representar os vencidos, o desconhecido autor foi notavelmente objectivo, como prova o cotejo das suas *Memórias* com o relato exuberante do *Diário do Governo* (**doc. 69**) que se limita a acrescentar o hino cantado pelas vozes femininas que, segundo se noticia, o "insigne Professor *Bomtempo*" iria pôr em música.

Mas os ventos da História corriam incertos e o mesmo orgão oficioso que, em 22, festejava a primeira pedra do Monumento Constitucional, relata, alguns meses depois, com idêntico entusiasmo servil, o "fim da festa": "O dia de ontem, 23 (...) foi um dia de verdadeiro triunfo Nacional, Real e Religioso (...). A Aug.ª Rainha escolheu-o para vir agradecer a Deus a suspensão do assolador flagelo que pesava sobre o trono, o Altar e sobre toda a Monarquia". A cerimónia escolhida foi a de demolir "com tal afinco e regozijo" "esse monumento de orgulho da facção desorganizada que no Rocio se havia fundado no dia 15 de Setembro de 1821 e continuava a erigir-se". Neste conjuro, muito primitivo, participaram "grande numero de homens de diferentes jerarquias" e, como antes sucedera, houve "iluminação geral" (25). Segundo as memórias do anónimo já citado, trabalhara-se bem, com a participação dos "operários das obras publicas (...) pessoas com habito aos gritos, militares de banda a cinta, Clerigos e Religiosos": "pelas onze horas da noite arrancaram toda a estacada e taboas que alli estavam pregadas e q. circulava a dita Praça do Rocio, fazendo nesta com as madeiras q. arrancavão fogueiras pois q. era a noite de S. João" (26).

Apesar do fracasso imediato das intenções celebrativas dos vintistas - espelhando, com a eficácia dos factos, a sua fatal debilidade política - a Câmara mantinha o evidente favor do Governo. Na mesma sessão das Cortes, em que se propusera a redução do orçamento das Obras Públicas, a propósito da rúbrica para a

"Illuminação da Cidade", Borges Carneiro pôs sobre a mesa a necessidade de fazer transitar a sua gestão da Intendência Geral da Polícia para o Município. Outros deputados concordaram com ele, sustentando que "o estabelecimento" daquele importante organismo era "anti-constitucional, e que á muito tempo já não devia existir". Tanto mais, acrescentou o Sr. Xavier Monteiro que, só havendo iluminação em Lisboa, tratava-se evidentemente de "uma administracção Municipal", "e sendo-o não póde pertencer á Policia de sorte alguma". Assim aconteceu de facto, com uma simbólica decisão que punha fim a uma das competências que mais haviam honrado o Intendente Pina Manique. Como os tempos eram difíceis, não só se julgou impossível admitir-se a substituição do azeite pelo "gaz hydrogenio" já corrente em Londres e Paris - só, eventualmente viável "em algum Theatro, ou Praça" - como se reduziu o orçamento proposto de 6 000$ rs. mensal para 5 000, embora ninguém soubesse exactamente quantos candeeiros existiam nem o custo de cada um (27).

Na ausência de uma política minimamente consequente de pensar a cidade, só estes ínvios factos podem indiciar a situação descentrada, e fatalmente empírica, em que então se actuava em relação a ela. Um último episódio vale a pena registar, envolvendo, neste caso, a Repartição das Obras Públicas.

Perante a proposta que lhe foi apresentada, em 28 de Fevereiro de 1823, para venda de parte do terreno do *"Tesouro Velho"* - à Rua do Ferragial - à Assembleia Portuguesa que, sob a direcção do Barão de Quintela, pretendia fazer construir uma nova sede (28), o Intendente afirma que *"ainda (ali) estão albergadas trezentas e tantas pessoas pobres que abusivamente e sem título algum legitimo ali tem construido as suas pequenas barracas"*. Era gente de *"mao viver sendo o local azado para a devassidão e para o crime"*. Por outro lado, parte das ruínas do velho Paço dos Braganças estava ocupado pela *"Abegoaria dos Obras Publicas onde o Estado fez grandes despesas para este fim"* e cuja sugerida mudança *"para os dois armazens da Marinha á Boa Vista"* parecia muito dificultosa.

Ou seja, o organismo com a responsabilidade de gerir a reconstrução da cidade, a quem competia exigir a demolição dos abarracamentos abusivos instalados nas ruínas

provocadas pelo Terramoto, recua perante um projecto - que, na verdade, a ascenção do Miguelismo de qualquer modo condenaria - de requalificação imagética e arquitectónica de um lugar urbano privilegiado! No entanto, propõe alternativas: *"A Capital offerece locaes excellentes para a dita Assembleia taes são o Largo do Passeio Publico onde já se projectou um Theatro Nacional, o terreno onde foi Quartel da Cotovia pertencente ao Conde de Soure que o deseja afforar, o Terreno a S. Pedro d'Alcantara hoje na Administração da Fabrica das Sedas e enfim a Obra já principiada para Erario, no sitio da Patriarcal hoje inteiramente inutil"*.

Como veremos, dez anos mais tarde, estes sítios peculiares hão-de voltar a ser citados quando se discutir a edificação definitiva do Teatro Nacional, permitindo concluir que, na sequência de sinais evidentes desde a época mariana, se havia perdido definitivamente a metodologia pombalina de pensar em conjunto a cidade: ela era, para os vintistas, uma soma eventual de lugares, servidos pelas artérias da reconstrução ou pelos velhos caminhos anteriores e as marcas imagéticas que se lhe desejavam inscrever eram uma soma irresoluta de gestos individuais. Todavia, é curiosa a sua concentração num perímetro representacional que ia do Passeio Público à Patriarcal Queimada, favorecendo uma espécie de centro cívico que tinha por coração o Chiado. Essa era a nascente e romântica cidade oitocentista.

5.3. A vivência da cidade nos anos de 1820

Repetir-nos-iamos a evocar esta Lisboa primo-liberal: a vivência quotidiana e os constrangimentos de hábitos seculares em nada se diferenciavam dos que narrámos para o final do século anterior, a não ser por um aumento da desordem urbana . Havia maior insegurança e actuavam grupos armados com bastante impunidade como regista Tinop nas suas acumuladas memórias:

"Abundavam os vadios, eram frequentes os roubos e assassínios. Encontravam-se bandos de cegos e vagabundos com guitarras, entoando cantigas de um picante de malagueta, como a do *negro melro*, e fazendo trejeito indecentes. Os cabazeiros, os aguadeiros, e vendilhões de palitos e rocas, de sapatos de ourelo, etc., obstruíam os estreitos passeios das ruas. Os logistas da Travessa do Amparo queixavam-se de que a multidão de peixeiros e outros vendedores ambulantes lhes pejava a frente das suas lojas. Homens de jaleco, soldados e vadios apareciam de cacetes a toda a hora do dia; os mendigos e os cães içavam a capital; as seges e as cavalgaduras cruzavam livremente o Rossio, onde abundavam os rapazes que seguravam cavalos, como o *Carulha* e o *Pêrra Guêssa*, porque os trens eram pouquíssimos, mas, em compensação, eram muitos os rocinantes particulares e de aluguer" (29).

Apesar deste negro quadro - com "os moradores da Boa Vista" a queixarem-se "dos ataques perpetrados por malvados, que se escondiam nos cascos velhos que havia naquela praia" ou com a famosa quadrilha "do trombudo Diogo Alves, cujo campo se estendia de Vale de Pereiro ao Salitre" - havia um esplendor aristocrático que era a outra fase da cidade ainda Antigo Regime. O jovem Barão de Quintela-Farrobo, nascido com o século, iniciava a sua carreira pública de consumidor da fortuna acumulada pelos antepassados, renovando sumptuosamente o palácio da Rua do Alecrim, em colaboração com o arquitecto Hilbrath, que era afinal empresário do S. Carlos (30) e com a única glória recente da pintura portuguesa, o acamédico António Manuel da Fonseca.

Outro jovem, nascido em 1802, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Marquês de Fronteira e Alorna evoca, nas suas *Memórias*, as festas da Assembleia Estrangeira na Rua do Alecrim, em frente do palácio do Farrobo, com bailes semanais, "a que acorriam todas as classes elevadas da sociedade", ou as "alegres recepções" em Casa dos Condes de Castelo Melhor à Anunciada e, quase ao lado, as do Conde de Rio Maior, concluindo que, "apesar dos pensadores verem o futuro negro, pelas indiscrições do Governo e das Cortes, Lisboa estava animada e alegre". E se não havia "sociedade do Corpo diplomático porque as medidas de Silvestre Pinheiro tinham cortado as nossas relações com as potências estrangeiras", existiam compensações: "os concertos do Bomtempo estavam no seu esplendor, o teatro de S. Carlos era muito

frequentado bem como o da rua dos Condes, as salas da nossa tia Marquesa de Belas estavam abertas todas as noites". No Verão, mudavam-se para Sintra onde eram diários os bailes e os piqueniques "a Collares, Monserrate, Pena". Por vezes, nos anos anteriores ao casamento, saíam "do palácio de Oeiras depois d'um esplendido jantar e de dançarmos até às 2 e 3 horas da madrugada, montando a cavalo e atravessando os péssimos caminhos de Laveiras, Barcarena e Queluz até Benfica onde chegavamos dia claro".

Mas depois da Abrilada, esta despreocupada existência tornou-se problemática. Nasceu então ao jovem aristocrata o desejo de viajar e, quando aportou ao Havre, a impressão foi profunda:

> "Para um individuo que nunca tinha saído da pátria, comparando a capital do seu país com uma cidade de terceira ordem de França, fazia-lhe impressão o atraso em que nos achávamos. O pouco movimento que naquela época havia em Lisboa estando constantemente quase deserto o Passeio Público, encontrando-se apenas alguns frades e militares (...) e que se notava também em todas as belas praças da Capital (...). Surpreendia-nos muito e principalmente o grande número de senhoras que a toda a hora do dia encontrávamos em várias direcções (...). Admirava-nos o comodo das carruagens, o estado dos caminhos e a rapidez da viagem" (31).

Se D. José Trasimundo viajou então diletantemente, visitando as igrejas e museus de Paris e Roma, muitos outros partiram também ou pouco depois, quase todos os que eram publicamente acusados de *malhados*. Habitaram, com maior ou menor conforto e meios Londres e Paris, puderam comprovar o "atraso em que nos achávamos". Por exemplo, José Liberato Freire de Carvalho, curiosa figura de frade-intelectual que, em Londres, foi o redactor principal do *Investigador Português*, apreciara esta cidade - "os soberbos e magestosos teatros (...) as longas e espaçosas ruas (...) os seus extensos parques" - e maravilhou-se com Paris: "Nunca até ali se tinha apresentado a meus olhos um quadro tão completo, tão grandioso, magnifico e tal que até hoje ainda não vi outro igual". O segredo de tanta magestade encontrou-o ele nos "boulevards", "bordados de árvores, fronteiros às casas", favoráveis não só ao

passeio, "com especialidade no Verão", mas "para gozar da vista da gente que passa, que entra e sai dos cafés ou que se senta em cadeiras junto deles, como era o afamado *Tortoni* no boulevard dos italianos onde sempre havia música e se via a mais brilhante sociedade" (32).

Mas quando estes emigrantes esclarecidos regressaram, à frente de um exército, Lisboa retomaria o seu incerto rumo onde os sinais de modernidade pouco ultrapassariam as marcações individuais que o Marquês de Fronteira inventariou da sua juventude. Todavia, habitava-os o sonho dessa cultura urbana cenográfica, do ver e ser visto, num jogo cúmplice entre o tão admirado conforto do "home" inglês e os rituais do passeio público onde o olhar rapidamente conquistaria a velocidade que os pintores e a nascente fotografia permitiriam confirmar e apurar.

Notas

1. Ver, por exemplo, ANTT, *Feitos Findos*, *Inspecção de Bairros*. Bairro dos Remolares, maço 15, nº12, pag.23, referente a venda de terreno, em 30 de Agosto de 1830.

Sobre Joze Bento de Sousa Fava, o seu cargo é confirmado em 1826, quando a Casa do Risco das Obras Públicas "reduziu e desenhou" a Planta da Cidade, levantada em 1807, "debaixo da direcção do Cpp. Engenheiro Duarte Joze Fava" (ver reprod. in SILVA, Augusto Vieira da, 1950). Em 1850, assina ainda um oficío, dirigido à CML, sobre a conclusão das obras da Igreja de S. Julião, como "Architecto do Plano da Redificação da Cidade" (CML, SGO, Cx. 126). No entanto, os seus cargos confundem-se com os de Duarte José Fava, certamente seu familiar, que nos anos de 1820-1824, assina diversa correspondência como Intendente das Obras Públicas (AHMOP, *Ministério do Reino*, Cx. 47).

Sousa Viterbo, no seu *Dicionário...*, apenas regista o nome de Duarte José Fava (1º vol., pag. 316-317), referenciando a sua carreira militar no Real Corpo dos Engenheiros e confirmando o seu título de Intendente das Obras Públicas. Tudo indica portanto que este lugar foi por ele exercido, no início dos anos de 1820, entre dois desempenhos de Joze Bento de Sousa Fava.

2. ANTT, *Feitos Findos, Inspecção de bairros*. Bairro Alto, maço 2, 15 de Junho de 825.O terreno em causa fora edificado em 1782 por António Roiz Lisboa Geraldes. Ver cap. 2, pag.123.

3. ANTT, *Feitos Findos, Inspecção de bairros*. Rossio, maço 40, nº7.

4. *Idem, ibidem*, Maço 27, nº27.

5. Ver cap. 2, pag.111-112.

6. ANTT, *Feitos Findos, Inspecção de bairros*.Andaluz, Maço 7, nº20A.

7. *Idem*. Rossio, Maço 39, nº3.

8. *Diário do Governo*, nº140, 14 de Junho de 1821.

9. ANTT, *Chancelaria de D. João VI*. Livro 2, pag. 144 v.Ver também *Diário da Regência*, nºs 139, 140, 141, 142, 147 de 13, 14, 15, 16 e 23 de Junho de 1821.

10. ATC, *Real Erário*. Livro 4311, pag. 194. A instalação das Cortes no Convento das Necessidades não era no entanto julgada definitiva como prova a proposta do deputado Borges Carneiro, referida no *Diário da Regência* de 6 de Agosto de 1821, sugerindo a sua transferência para "a Sala dos Actos do Real Colegio dos Nobres". A ela se opôs, segundo a mesma fonte, o "Sr. Maldonado" por três ordens de razões: perder-se aquela "formozissima Sala, Obra proporcionada á riqueza dos tempos em que foi construida"; prejudicar-se "o melhor Collegio Nacional nas suas applicações"; dever recear-se "a demasiada afluencia de Espectadores" pela "Central posição daquelle edificio".

11. *Diário da Regência*, nº18, 20 de Janeiro de 1821, pag.1.

12. *Idem*, 3 e 11 de Abril de 1821. O facto mais relevante a registar consta na Portaria de 17 de Março de 1821, publicada em 3 de Abril, enunciando a supressão da "Escola de Desenho, Escultura e Pintura estabelecida no Palacio d'*Ajuda*" e dispondo que "os Discipulos que quizerem continuar a applicar-se a estas artes Liberas virão aprender nas Aulas Publicas desta Corte, onde poderão igualmente preparar-se as Obras de Escultura do Palacio d'*Ajuda* em que se julgar preciso maior aperfeiçoamento, transportando-se depois para o lugar competente".

13. AHMOP, *Ministério do Reino*, caixa 47: *Correspondência recebida relativa à Intendência das Obras Públicas, 1820-1824*.

14. *Idem, ibidem*.

15. *Diário do Governo*, 15 de Janeiro de 1823, pag. 85.

16. Apesar de uma atenção dirigida, no tratamento de vasta documentação referente a obras na cidade, não consegui elaborar nenhuma biografia consistente desta discreta personagem. Não sei qual a sua formação mas não creio que tenha passado por nenhuma das Aulas de Arquitectura existentes (na Ajuda, na Intendência das Obras Públicas ou nos Caetanos) por não encontrar qualquer referência ao seu nome. O primeiro registo do seu cargo surge na Planta da Ribeira Velha, datada de 1818 (Ver anexo iconográfico, **fig.102**) e manter-se-á, com intensa e diligente actividade, até 1854, mesmo depois da entrada em funções na

CML de Pedro José Pezerat. Creio que terá falecido no final daquele ano, quando a correspondência da Câmara passa a ser assinada apenas por Pezerat mas a confirmação precisa de que já tinha ocorrido só a encontro em 1860, num ofício de Pezerat que a refere explicitamente (AHCML; SGO, Cx. 126, doc. 16). Como se verá, na sequência deste trabalho, diversas obras lhe podem ser atribuídas, do Mercado de Ver-o-Peso (demolido) à remodelação do Passeio Público, mas o que sobretudo lhe competiu foi a fiscalização das obras da cidade, desde 1834, e a informação dos "prospectos" para edificação. Deverá ser considerado figura menor, embora diligente, executor tranquilo de normas que nunca pôs em causa, num período difícil de divisão de poderes entre a Câmara e a Intendência das Obras Públicas. Discretamente, Pezerat algumas vezes pôs em causa a sua competência e gosto, quando começou a informar os prospectos para edificação, tarefa que, inicialmente, desempenhou em comum com ele.

17. *Diário do Governo*, 14 de Abril de 1823.

18. Ver cap. 3,pag. 179 e seguintes.

19. O assunto fora no entanto já anteriormente abordado como prova a intervenção do deputado "Sr. Ferrão", registada no *Diário do Governo* de 29 de Outubro de 1821, segundo a qual a primeira proposta que " no *Rocio* se levantasse hum Monumento que recordasse aos presentes e vindouros os faustissimos Dias de 15 de Setembro, 24 de Agosto e 1º de Outubro" foi apresentada em "Sessão de 10 de Fevereiro" pelo "Sr. Deputado Pimentel Maldonado", desde logo acompanhada com a sugestão de que "a regencia abrisse huma subscripção voluntaria para aquella Obra".

20. Eventualmente este "Português" era "o Cidadão Jeronymo Corrêa Lage" segundo o *Diário do Governo* de 6 de Setembro de 1821: "tendo em Maio passado apresentado ao Augusto Congresso o risco para hum monumento que perpetuasse a sua memoria, elle hoje de novo offerece hum modello do mesmo, mais aperfeiçoado, accrescentando-lhe huma relação com as explicações das allegorias de que o ornou".

Houve ainda pelo menos mais um projecto, mais antigo, como consta do manuscrito da BNL, R 5182, intitulado: *A Praça do Principe. Sobscripção voluntaria para elevar huma estatua de Bronze a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Lembrança suggerida por João Henriques de Sequeira.*O lugar escolhido era já o Rossio, no meio do qual se faria *"hum passeio guarnecido de estacas com cadeias de ferro e rodeado de arvores de sabugo, e de bancos de páo pintados de verde o redor"*. A estatua *"que háde ser de Bronze dourado representando o Milhor dos Principes, na quella postura ou aptitude que for mais agradavel a sua Alteza Real" "sera pósta, sobre huma bella peça de marmore, sostida por 8 colunas da ordem corinthia, tudo formando hum Pavilhão Chinez, com hum Gabinete no baixo, que será aberto, no dia da revista dos Regimentos"*. Registe-se o eclectismo absoluto desta ingénua proposta, nomeadamente à fusão de elementos clássicos com com "pavilhão chinês".

21. Ver as listas de subscripção publicadas no *Diário de Governo*, nº 216, 12 de Setembro, nº 256, 29 de Outubro de 1821, no suplemento ao nº 53 de 4 de Março de 1822 e no nº208 de 4 de Setembro de 1822.

22. *Diário do Governo*, 30 de Abril de 1822, pag. 639.

23. BNL, *Códice 8604: Memórias de acontecimentos sucedidos em Portugal, e particularmente em Lisboa desde 1755 até 1840, em ordem chronologica, à maneira de ephemerides: cita tempestades, obras publicas, sucessos politicos e militares, crimes, falecimentos, etc.* Sem nome de collecionador que menciona (pag. 175) a morte de seu irmão Luis Lopes dos Santos, falecido a 4 de Julho de 1833, pag. 40-41. Confirmar o rigor da descrição das cerimónias no *Diário de Governo*, nº 220, 17 de Setembro de 1821.

24. *Idem, ibidem*,pag. 59-62.

25. *Diário do Governo*, nº 148, 25 de Junho de 1823.

26. Ver nota 23.

27. *Diário do Governo*, 15 de Janeiro de 1823.

28. AHMOP, *Ministério do Reino*, 47, Capilha 1822.

29. TINOP (Pinto de Carvalho), 1991, II vol., pag.133-134.

30. *Idem, ibidem*,pag. 148.

31. *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna...*, 1928, 2º vol., pag. 1-5; as citações anteriores são extraídas do 1º vol., pag.s 135, 146, 185, 266, 285, 414.

32. *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, 1855, pag.178, 188-189.

6. A ÉPOCA DAS INCERTEZAS, 1833-1851

A vitória liberal, consagrada pela entrada do exército do Duque da Terceira em Lisboa, em 24 de Julho de 1833, encontrou a cidade mais pobre e desmunida que nunca.

Nesse ano, um terrível surto de cólera provocava mais de 13 600 óbitos só na capital (mais de 40 000 no todo nacional) , sobretudo em Belém, Bairro Alto e Alfama. O zénite epidémico ocorrera no mês de Junho e, como refere Eduardo Freire de Oliveira (1), "em consequência de ser grande a mortandade, e de se prohibirem as inhumações nas egrejas, nos adros e nos claustros dos conventos, estabeleceram-se provisoriamente mais dois cemiterios": o da "quinta de S. João", outro "em frente da ermida dos Prazeres", respectivamente na parte oriental e ocidental da cidade.A eles voltaremos oportunamente.

Como sempre acontecera no passado em situações idênticas, realizaram-se procissões de penitência: segundo o autor do manuscrito anónimo que já utilizámos (2) *"Não houveraõ Imagens de S.tos que não sahissem em Procissão, e como a Imagem de N. Sra. da Penha de França pella antiguid.de de não ter sahido em Procissão desde a doença da Rainha D. M.ª, e por isso fazer-se m.to celebrada a sahida da dita S.ta Imagem, faço a prezente lembrança q. no dia 26 de Junho do prez.te anno foi conduzida da sua Igreja p.ª a de N. Sra. da Graça com acompanham.to de todas as Irm.des do d.o Conv.to da Graça, e Comunid.e q. forão buscar, onde se conservou a veneração e suplicas dos fieis athe 30 do Mez de Junho, sendo conduzida da mesma maneira q. veio pº a sua Caza, acompanhada de hum sem numero de fieis".*

Também o senado da Câmara organizou outro cortejo com a mesma finalidade:

> "(...) uma procissão de penitência, que será acompanhada pelo mesmo senado, casa dos Vinte e Quatro e cidadãos, e por todas as repartições da cidade, e composta das Communidades com o andor da imagem de S. Sebastião e reliquia de Santo Antonio; sahindo da egreja d'este ao Rocio, e voltando em torno d'elle, dirigindo-se á Sé, onde se

farão as rogativas proprias de semelhante acto, diante da sagrada imagem, vulgarmente venerada com o titulo - da Rocha, junto ao rio Jamor, acompanhando depois o senado e todo o sequito a Reliquia e a imagem do martyr S. Sebastião á Real Casa de Santo Antonio; para o que será destinado, n'este e em todos os annos, o dia 16 de julho, e deverá sahir a procissão pelas cinco horas da tarde do referido dia" (3).

D. Miguel, "unindo a sua real pessoa ao mesmo voto", foi servido determinar que este se cumprisse inteiramente, "confiando que os seus fieis vassallos dariam exemplos taes que edificassem o publico, e suscitassem a mais religiosa veneração".

Este mundo, ritualizado por práticas antiquíssimas e de reconhecimento colectivo, vivia a doença e a morte como sinais da ira divina mas, simultaneamente, elaborava a aceleração inédita da História. Depois de se ter rendido ao rei absolutista e assistido a execução sumária de dezenas de *malhados*, Lisboa celebrava a chegada do Regente e, logo depois, a Intendência das Obras Públicas preparava a Praça do Comércio para o desembarque da amada Rainha. Num ofício para Cândido José Xavier, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, datado de 29 de Agosto de 1833, reconhecendo-se que não era possível *"remover o entulho do Terreiro do Paço com a brevidade recomendada"*, sugeria-se que se poderia *"abrir um largo caminho em direcção à estatua"* para o que se utilizaria *"todo o partido do novo Torreão do Terreiro do Paço e todos os pedreiros, trabalhadores e canteiros da obra da Ajuda"*: *"depois de aberto o caminho em questão pode então ir-se tirando todo o entulho mais que o tempo permitir e o resto que não houver ocasião de se extrair pode enfeitar-se com louros e demais verdura de sorte que não pareça um objecto indecente em ocasião tão plausivel como o do desembarque da nossa Augusta Rainha a Senhora D. Maria 2ª"* (4). Assim, sumariamente engalanada, disfarçando com meios mais efémeros do que era habitual a permanência de um estaleiro que durava há oitenta anos, Lisboa festejava a paz e a aurora de uma nova época.

O governo liberal tinha tarefas imensas pela frente e a consciência da falta gritante de meios para as executar. Dando continuidade à política corajosa de Mouzinho da Silveira, mas com um imediatismo político que sempre lhe foi estranho,

iniciou-se a preparação da mais polémica legislação da regência de D. Pedro: a dezamortização dos bens nacionais que permitiu, desde logo, a extinção de 448 casas religiosas, "das quais 356 eram conventos de religiosos e 12 de religiosas" (5). Mesmo antes da promulgação do célebre Decreto de 30 de Maio de 1834, assinado por Joaquim António de Aguiar, o processo já se havia iniciado. Tema maior da história económica, social e religiosa oitocentista portuguesa, ele interessa aqui pelas suas consequências em relação ao tecido urbano da capital onde existiam 45 instituições conventuais masculinas. Como veremos, esta determinada operação política e financeira foi para Lisboa uma espécie de revolução prévia que possibilitou a adaptação da cidade às exigências centralistas e laicistas da nova administração e, simultaneamente, condicionou o seu esperado surto desenvolvimentista. Mais importante ainda, gerou uma consciência, real e simbólica, de *perda* patrimonial e vivencial e o "trabalho de luto" consequente foi a matriz romântica do culto da *Lisboa antiga* que se estruturaria como obra só a partir do final dos anos de 1870 (6) mas que, desde logo, foi sendo empiricamente elaborada.

6.1. Extinção e destino dos conventos

Como já se disse, a promulgação do Decreto de lei de 30 de Maio de 1834 visa generalizar, normalizar e controlar um processo que, no caso de Lisboa, estava de facto já em curso desde meados no ano anterior (6a). A diminuição sistemática do número de religiosos regulares, a situação de guerra civil em 1833-34 em que muitos se envolveram, quase sempre do lado dos miguelistas, as exigências dos confrontos no terreno, levando à ocupação estratégica de muitos edifícios que rapidamente foram controlados pelos liberais, a generalizada crise económica e social implicando a drástica redução de receitas e proventos, enunciam um conjunto de factos que acelerou a decadência dos institutos conventuais. Eles tornam-se rapidamente lugares apetecidos pelas novas exigências burocrático-administrativas do Estado que, chegando depois do exército e de diversas unidades para-militares, os disputam numa

continuada e muito desordenada pressão junto do governo. Este hesita e elabora ordens contraditórias: assim, como mero exemplo, em 30 de Agosto de 1833, o *"Conselheiro Fiscal das Obras Públicas"* era informado que *"deveria proceder imediatamente aos arranjos necessários no Real Mosteiro de S. Vicente de Fora afim de ali terem lugar a reunião e as Sessões das Câmaras dos Pares e Deputados"* (7). No entanto, tendo aquele considerado, em *"conferência com um dos arquitectos daquela Repartição"*, que *"era quase impraticavel o separar-se o pertencente a cada uma das Câmaras"*, passa a sugerir, em 7 de Setembro, a utilização de S. Bento:

> *"Imediatamente passei com o sobredito Arquitecto a examinar o indicado Mosteiro e tive a fortuna de encontrar ali proporções para todos os arranjos precisos: um salão para sessões já acabado; a facilidade de acabar outro; acomodações para Secretarias; muitos quartos para as Comissões; facilima separação e quase igual divisão de espaço para as duas Câmaras e ao mesmo tempo comunicação muito facil; e até mesmo querendo S.M.I. dignar-se de abrir a Sessão junto às duas Câmaras excelente cómodo para esse fim"*. (8).

Era apenas necessário proceder "à mudança dos poucos Monges" e do Depósito militar ali instalado. Pensou-se em S. Vicente mas, entretanto, decidira-se que aí se instalasse o Colégio Militar, "denominado da Luz", pelo que a Academia das Ciências precisava de ser transferida (9). Pouco depois, era finalmente ordenado que S. Vicente serviria para residência do Patriarca de Lisboa:

> "Os cónegos regrantes de S.to Agostinho que sairam de S. Vicente de Fora passam a ter morada no Convento de Mafra (...) aquele com respectiva Igreja, Sacristia, oficinas e mais prédios ficam incorporados nos próprios da Nação (...) aí residirá o Cardeal Patriarca de Lisboa e seus sucessores (...) aí estabelecerão o Seminário Patriarcal e a Câmara Eclesástica. Os mestres e mais empregados neste estabelecimento morarão no meso edifício" (10).

O caso das intenções cruzadas sobre S. Vicente testemunha bem o clima voraz e incerto em que o Estado liberal se instala na capital. Mesmo assim, algumas medidas

definitivas, relacionadas com necessidades sociais ou culturais prementes, conduziram, ainda antes da promulgação do Decreto de 30 de Maio de 1834, à ocupação de outros estabelecimentos religiosos. Assim aconteceu com o convento arrábido de S. Pedro de Alcântara destinado para albergar "as meninas orfãs" da Santa Casa da Misericórdia, considerando a insuficiência das suas "instalações para expostos" (11) e com o convento jerónimo de Santa Maria de Belém que se tornou sede da Casa Pia de Lisboa uma vez que, no mosteiro do Desterro, onde aquela instituição estava instalada desde o começo do século, os "meninos orfãos" "sofriam de graves molestias tanto pela estreiteza do edificio como pela ruína dele" (12). Destino idêntico foi dado ao Convento de Santa Rita, S. Sebastião da Pedreira, dos Eremitas reformados de S.to Agostinho: transferidos estes - em número de quatro - para a "comunidade de N. Sra. do Monte Olivete no sitio do Grilo" a casa passou a servir para "alojar fieis da Rainha" (13), essencialmente constituídos por militares pobres e doentes.

Mas não eram só os interesses da aparelho político nem o desejo de minorar as graves carências sociais que lançavam o olhar apropriador sobre os conventos. Procedia-se, simultaneamente, à escolha de *"locaes para o estabelecimento de Correios laterais e subsidiarios"* (14) e para isso, em 2 de Janeiro de 1834, julgou-se adequado *"alguns comodos no edificio do extinto Convento dos Barbadinhos franceses"*, além *"do palacio que pertenceu ao Conde Almada"*. O primeiro estava já a funcionar como "Depósito Geral dos Moveis dos conventos extintos" mas a convivência com a nova função parecia possível com *"um pequeno tabique a instalar logo à entrada"*. As obras ter-se-ão iniciado imediatamente, visto estarem concluídas em Junho de 1834, com uma despesa de 89$763 rs., o dobro do custo de idêntica instalação no Convento de S. Domingos, preferido ao palácio Almada, que se ficou pelos 41$579 rs. (15).

Outras novas funções burocráticas requeriam espaço: em Fevereiro de 1834, o arquitecto Possidónio da Silva está a acomodar a *"Perfeitura"* no convento da Trindade e por isso o governo manda que as Obras Públicas ponham à sua disposição *"dois carros e vinte e quatro presos das Galés ou dos condenados a trabalhos*

públicos", ordem que não foi cumprida por falta de *"recursos"* (16) e onde se deve ler o conflito existente este recém-nomeado arquitecto da Casa Real e a Repartição das Obras Públicas a que mais tarde voltaremos.

Finalmente, num ofício datado de 27 de Maio, quase coincidente com a publicação do decreto da extinção, o Perfeito da Província da Estremadura lembra ao governo que *"Devendo os Provedores desta capital entrar no exercício que lhe incumbe a Lei de fazer o registo civil e não tendo casas adaptadas para isso, instam e pedem todos os dias que lhas mande dar afim de terem aonde formar o seu Cartorio"*. Acrescenta que *"o Provedor do 1º Distrito pede o Convento de Santa Apolonia o qual esta inteiramente desocupado"* e o *"do 4º Distrito o Hospicio dos Irmãos da Caridade, freguesia do Coração de Jesus"*. Em resposta a esta solicitação, José da Silva Carvalho considera que lhe pediam também *"o extinto Colégio dos Catecumenos, o Convento da Boa Hora, o Convento do Corpus Christi, a Casa da Congregação do Oratório e o Palacio do Conde Almada para neles se estabelecerem as Provedorias do 3º e 4º Distrito e seus Arquivos"*. Ora, afirma ele, dando parecer negativo, que *"se acha destinado o produto da venda dos Conventos extintos e dos Predios respectivos bem como algumas das Casas da Rua de S. Bento pertencentes ao extinto Convento para a amortização da divida que for necessario contrair para debelar a usurpação"* (17).

Ou seja, manifesta-se nesta resposta o conflito latente entre as necessidades administrativas do Estado e a premente necessidade de realizar dinheiro. Por isso, estavam já a decorrer os primeiros inventários exaustivos e vistorias às instituições a extinguir que, desde logo, se traduziam numa avaliação quantitativa dos respectivos bens, após o que eram imediatamente postos à venda. Vale a pena debruçarmo-nos sobre um ou outro caso concreto.

6.1.1. O processo de extinção

A concretização da extinção dos conventos tinha, como ponto de partida, a organização cuidada e exaustiva de um processo jurídico, realizado *in loco* pelos provedores dos vários distritos administrativos de Lisboa, através do escrivão que ia elaborando a acta. Invariavelmente, começava-se por ouvir três testemunhas, cidadãos modestos residindo nas imediações, que confirmavam a inutilidade económica, social e religiosa, também política, do respectivo instituto. Porque os frades já eram poucos e não tinham suficientes meios de sobrevivência, porque havia nos bairros igrejas paroquiais para assegurarem os serviços religiosos à população. Algumas vezes refere-se a falta de qualidades morais, a preguiça ou a devassidão, noutros casos a actividade conspirativa, lesiva dos interesses da Rainha e do Estado liberal.

De um modo geral, havia colaboração, pelo menos aparente, dos inquiridos que apresentavam e descreviam as listas sucessivas de bens móveis, imóveis e financeiros. De facto, de todos os processos analisados, apenas num caso se deparou com uma situação assumida de confronto e resistência por parte dos frades do Convento do Corpus Christi (**doc.70**). O meticuloso inquiridor achou-se num *"cahos"* com *"os livros das contas e legados"* desaparecidos ou baralhados, o saque dos bens mais valiosos da *"Botica, Livraria, Adéga, Cozinha, Emfermaria"*. O trabalho foi árduo pois depressa percebeu *"que estava com Innocentes, porque a resposta que a tudo davão, os taes Fradinhos, não sei, não há (...)"*, vindo a concluir *"que os Frades roubarão quanto poderão, sumirão os livros pellos quaes podia conhecer-se-lhes as ladroeiras"*, pelo que mereciam *"de que V.M.I. dezembainhando a Espada da Justiça, e fazendo á Nação mais hum bem Haja por supremido não só este Convento, mas toda a Ordem, que não servindo de utilid.e alguã á Nação, são oppostos ao Sistema Constitucional (...)"*.

A avaliação dos recheios quase sempre modestos e já depauperados das diversas casas religiosas exigia, além das autoridades administrativas, a presença de oficiais

especializados, picheleiros, tanoeiros, entalhadores, fundidores, relojoeiros, ferreiros, carpinteiros, mestres serralheiros ou organistas. Mas nunca se encontrou referência, por exemplo, a artistas, capazes de apreciarem pinturas ou objectos de arte móvel que são sumariamente inventariados, entre mesas, cadeiras ou lençois. Maior cuidado mereciam as livrarias, cuja descrição foi nalguns casos realizada, sobretudo em relação à excepcional biblioteca do Convento de Jesus cujos diversos catálogos são brevemente referenciados, depois do próprio espaço e mobiliário a que o inventariador foi sensível (18).

Mas o estado de degradação em que se encontravam as comunidades, quase sem ocupantes e que, na maioria, serviam de aquartelamentos bastante indisciplinados, não facilitava o rigor das operações. Assim aconteceu no Convento da Boa Morte que tinha 5 religiosos quando o processo de avaliação se iniciou em 8 de Outubro de 1833 e que havia sido ocupado pela *"tropa francesa a qual tinha como invadido o mesmo convento e ocupado em seu uso muitos dos objectos dele pondo tudo em uma confuão incompativel com a regularidades de tais procedimentos"* (19). O mesmo se passou no Convento de S. Domingos, *"arrombado em diversos locais"* e abandonado *"desde a saida do Batalhão de Infantaria nº10 para o Convento da Graça":* havia *"muitos estragos nos dormitórios"* e *"sinais evidentes de se ter feito lume"* (20).

No entanto, pelo menos em Lisboa, parece ter havido algum cuidado administrativo na recolha dos sucessivos espólios. O facto de existirem lugares de receptação especializada - os trastes de menor valor para o depósito de S. Bento que transitou depois para o Beato, as pinturas e livrarias para S. Francisco, as imagens sagradas para as respectivas igrejas paroquiais - terá garantido um controle, na verdade mínimo, do que mais importaria salvaguardar em termos patrimoniais (20a). Quanto ao ouro e prata, eram de imediato enviados para os cofres do Estado, enquanto títulos e apólices se depositavam na Junta do Crédito Público que dirigia todo o processo de apropriação.

E apesar do teor seco e bastante elementar dos inventários, pressente-se por vezes, sobretudo nos pequenos conventos do termo quase rural, uma espécie de

harmonia vivencial que definitivamente terminava. Como exemplo particularmente feliz, escolhi a *Congregação da Missão de Rilhafoles* (**doc.71**): o pequeno convento organizado em *"pavimento baixo, e de tres andares mais"* dispunha-se à volta do *"pateo"*, articulado também com a cerca. Havia uma série de modestos equipamentos funcionais - *"outro pateo chamado do carro", "cavalharices", "lagariça, e uma caza que serve de Celeiro, toda d'abobada, sôbre pegoens de cantaria"* - que garantiam a organização autónoma de uma pequena unidade agrícola, enriquecida com equipamentos lúdicos: *"e no meio da Cêrca, uma outra Caza, que denominão Mirante, para a qual se sóbe por uma escada de pedra, a qual é circundada d'uma varanda lageada com láges da Olanda, e o seu coberto fixado sobre varoens de ferro"*. Quanto à cerca, ela organizava-se segundo a tradição saloia, ou mourisca, com *"dous póços de Nora", "parreiras sôbre pilares de pedra", "arvores de fruta de pevide, e caroço", "latadas de vinha, e em parte alfazema", "um bocado de jardim muito estruido com seu tanque, o qual é murado sôbre-si, e immediato a elle, em plano mais baixo, está um bosque d'arvores Silvestres"*.

A passagem de regime e a guerra não haviam perturbado esta existência antiquíssima mas a paz e a nova ordem liberal pretendiam encerrá-la. No conjunto, convento e cerca foram avaliados em "desoito contos de reis" mas, como em diversos outros casos, ou nem sequer terá ido à praça ou não foi arrematado. Serviu entretanto de Escola do Exército, antes da sua instalação na Bemposta, e, depois, seria integrado na rede dos hospitais civis de Lisboa, com o nome de Miguel Bombarda. Ou seja, reconvertia-se ás necessidades do Estado centralista mas, como também sempre aconteceu, com empobrecimento definitivo da sua memória orgânica e arquitectónica.

6.1.2. Apropriações e venda de bens

Como decorre dos exemplos já utilizados, a instalação de serviços públicos, civis e militares, condicionou profundamente a venda dos bens nacionais em Lisboa. As reconversões faziam-se com adaptações mínimas, assumidas quase sempre pela Repartição das Obras Públicas. Os mapas dos trabalhos em curso, publicados sistematicamente no Diário de Governo de 1835 e 1836, permitem confirmá-lo: no Carmo, estão em curso, em 1834, os *"arranjos para o Tribunal de Juizo de Direito do 3º Distrito"* e, em 36, há novas intervenções, dirigidas pelo arquitecto Feliciano de Sousa, para a instalação de uma companhia da Guarda Municipal, ao mesmo tempo que começava a funcionar uma escola primária *"estabelecida na antiga igreja"*, existente ainda em 1846, quando se procede a nova campanha de obras para *"duas companhias de Infantaria e uma de Cavalaria da Guarda Municipal e o Quartel geral deste corpo com seus pertences"* (21); com idêntica aplicação militar, registam-se intervenções nos Paulistas e em S. João de Deus, na Rua da Pampulha "para o Quartel da Brigada Real da Marinha" e, embora não haja assento de trabalhos por parte das Obras Públicas, elas ter-se-ão realizado também na Graça e na Penha de França.

Outros importantes estabelecimentos foram vocacionados para funções administrativas: efemeramente, no caso da Trindade, Barbadinhos da Esperança e de S. Domingos que serão depois total ou parcialmente demolidos, em definitivo na Boa-Hora onde a instalação do Tribunal de Liquidação da Dívida Pública estava concluída em 1835, tendo custado 468$225. Em 1846, estudava-se a transferência para este convento do Supremo Tribunal de Justiça *"sem prejuízo de outros tribunais que n'aquelle local celebram as suas funções" mas as obras não chegaram então a iniciar-se por se tratar de uma "obra cara e demorada"* (22), conforme informou o Intendente Geral das Obras Públicas, José Bento Sousa Fava.

Também as novas preocupações assistenciais do regime se socorreram dos conventos: além da utilização quase imediata de S. Pedro de Alcântara e dos Jerónimos, confiados, como já se disse, respectivamente à Misericórdia e à Casa Pia, Santa Rita, em S. Sebastião, recebeu militares pobres, o Desterro, que antes albergava a Casa Pia, foi anexado ao Hospital de S. José, a Boa-Hora da Ajuda tornou-se Hospital Militar, Santo António dos Capuchos foi sede do primeiro asilo de mendicidade de Lisboa, tarefa em que era acompanhado pelo Conventinho a Santa Engrácia, os Catecúmenos da Rua dos Calafates (actual Diário de Notícias) e S. Patrício, na freguesia de S. Cristovão.

Finalmente, registem-se as reconversões com objectivos culturais: nos Caetanos estabeleceu-se, desde Setembro de 1834, a "aula da escultura", tendo-se gasto nos "arranjos" 538$186, antes de o governo setembrista de 1836 ter decidido aí instalar o Conservatório Nacional; as novas obras decorreram até 1840 e orçaram em 3 380$000. Em S. João Nepomuceno funcionou, desde 1835, um estabelecimento de Estudos Públicos: os trabalhos realizados estavam concluídos em Março desse ano e custaram 316$126. O convento de Jesus recebeu a sede da Academia Real das Ciências cuja adaptação se iniciou em Dezembro de 1833 e foi considerada terminada em 37, num montante de 2 327$245. Valor superior a este só o encontramos em S. Francisco da Cidade, destinado para depósito das livrarias dos extintos conventos, onde, em 1837, a Repartição das Obras Públicas já tinha aplicado 4 113$091. Depois, a criação setembrista da Academia de Belas-Artes e da Biblioteca Pública obrigaram a obras mais consideráveis, que se prolongaram pela década seguinte, e a uma difícil gestão dos espaços: segundo o *Diário do Governo* de 11 de Agosto de 1837, o "1º piso com suas dependências" foi entregue à Academia, o 2º à Biblioteca nacional, permanecendo o 3º ocupado com o Depósito das Livrarias "enquanto este durar" e o adjacente Hospício da Terra Santa entregue à Administração Geral do Distrito de Lisboa.

Em todos estes casos, as obras de adaptação foram, como temos mencionado, da responsabilidade da Intendência das Obras Públicas. Mas, no Mosteiro de S. Bento

(**fig.95,1.**) desejou-se optar uma actuação diferente. Quando, em 12 de Agosto de 1834 se publica a portaria de 9 do mesmo mês - "Manda o Duque de Bragança que o edifício do extinto mosteiro de S. Bento, onde a Camara dos Pares e dos Deputados da Nação Portuguesa vão ter as suas sessões se denomine d'ora em diante Palacio das Cortes" - já se decidira, em 7 de Fevereiro, fazer "uma conferencia no edificio (...) para se discutir se convem conservar ou alterar o primeiro projecto da sala destinada para as sessões da Camara dos Senhores Deputados", tendo o Conselheiro Fiscal das Obras Publicas convidado "os Senhores Architectos nacionais e estrangeiros residentes em Lisboa e mais pessoas entendidas que quiserem dar a sua opinião sobre este objecto de estudo publico".

A justificação para esta inédita decisão dever-se-á às numerosas críticas de que era objecto a Sala dos Pares, instalada por ordem do Governo desde Agosto de 1833. O tempo urgia e os meios escasseavam, como narra "A exposição justificativa dos Architectos, Ajudantes e Praticantes das Obras Públicas...", envolvidos, em 1834, numa curiosa polémica com o arquitecto Possidónio da Silva (**doc.77.6**) a que voltaremos. Segundo eles o "velipendiado author" "foi constrangido a limitar-se dentro da caza ou livraria do mesmo Convento, de huma figura impropria, e quadrilonga, não se lhe permitindo a demolição, nem sequer do madeiramento, que na verdade he de huma fórma antiga, do que se infere, que alli não se tratou de fórmas, nem de bellezas decorativas, mas tão sómente de hum recinto commodo, e por assim dizer provizorio".

Apesar destes condicionamentos, Possidónio da Silva considerava a obra "vergonhosa" - "este Salão pela sua fórma, pela sua distribuição, e falta de decóro, jamais poderá servir para as Sessões dos Dignos Pares do Reino, e com tudo elle foi feito pelos architectos da Escolla Das Obras Publicas (...)" - , fazendo-se eco da apreciação de "uma personagem respeitavel por suas virtudes, e cujo voto é bem admirável por suas proveitosas viagens" que terá considerado que o espaço arranjado "só poderia servir para Theatro *des Polichinels*" e aproveitando para sibilinamente considerar que para fazer tal obra se recusara um projecto que ele mesmo elaborara em 1832 (23).

Mas perante o convite dirigido a todos os arquitectos, para se reformular a Sala dos Deputados, ainda segundo Possidónio da Silva, eles (os arquitectos das Obras Públicas) "com a tranquilidade que os caracterisa a nada se moveram!" (24).Por isso o projecto lhe foi entregue (**Fig.96**), merecendo-lhe a nomeação como Arquitecto da Casa Real (o último que tal título assumiu, herdando-o, depois de interregno, de José da Costa e Silva e Francisco Fabri) e as insígnias de "Cavaleiro da Nobre Ordem da Torre Espada, de Valor, Lealdade e Merito" (25).

Em contraste com a Câmara dos Pares, considerada "mesquinha", a obra de Possidónio - que, em Janeiro de 1835, consta no Mapa das Obras Públicas, com o valor final de 53 544$117 - era "vasta, alegre, magestosa, e bem decorada" embora o articulista do *Universo Pitoresco* lamentasse que "das avultadas sommas despendidas nos arranjos interiores, que passam talvez de cem contos de réis, não se tenha applicado alguma porção para aformosear, ao menos, a fachada principal", ao contrário do que se fizera com a envolvência onde se havia entretanto plantado árvores "as quaes formam actualmente uma bonita alameda, donde se desfructa a vista agradavel de uma porção da cidade, e de uma parte do Tejo" (26).

No entanto, em 1863 já toda a obra - quer de uma sala quer de outra - estava ultrapassada - "Fabricaram-se duas salas, de caracter provisorio, para as sessões das camaras dos pares e dos deputados, edificações mesquinhas, de pobrissimo risco e improprias do fim a que eram destinadas" (27) - resolvendo a Câmara dos Pares a nomear uma comissão de obras cujo projecto, entregue ao arquitecto Colson, viria a ser executado e empiricamente alterado por Joaquim Larcher (**Fig.97**).

Se os principais conventos da cidade se viram assim, sumaria e desqualificadamente, transformados em orgãos da nova ordem política, social e cultural, alguns outros houve que conheceram destino mais radical, contribuindo para engrossar os depauperados cofres do Estado. Assim aconteceu, com o Espírito Santo da Congregação do Oratório, Corpus Christi, Camilos, S. Domingos e Trindade cuja

venda em hasta pública foi decidida em 1834 e executada ao longo do ano seguinte (**doc. 72**).

Nos três primeiros casos, a venda e apropriação particular dos vastos edifícios, propriedades e terrenos anexos, nenhuma alteração trouxe à malha urbana em que estavam implantados e que fora definida pelos engenheiros-arquitectos da reconstrução pombalina.

Integralmente concluída, em relação ao Convento do Corpus Christi, que ocupava todo o quarteirão definido pela ruas Nova da Princesa (actual Fanqueiros) e Douradores e as travessas de S. Nicolau e da Vitória (28), ele foi apenas dividido em quatro lotes, o primeiro dos quais integrava a Igreja, entretanto secularizada: avaliados em 28 000$000, foram arrematados por 53 400$000, ou seja sensivelmente pelo dobro dos valores atribuídos. Por isso, nenhuma alteração urbanística se introduziu na considerável obra dos frades que, aquando da reconstrução pós-terramoto, tinham notavelmente apreendido o sentido laicista do projecto da nova Baixa (**Fig.98,1.**). Conservou-se mesmo a meia rotunda triangular que marcava a entrada da Igreja, com correspondência no quarteirão fronteiro, para garantir alguma mobilidade e fausto ao seu acesso.

O mesmo aconteceu, com o Convento dos Camilos (**doc.72A**) ocupando, quase integralmente, o quarteirão trapezoidal entre as ruas Nova da Princesa, do Amparo e do Arco do Marquês do Alegrete. O conjunto foi dividido em 7 partes muito irregulares (**Fig.99,100**), articuladas, interiormente, por um espaço de saguão em ângulo recto: avaliados em 12 700$000, as suas vendas totalizaram 49 930$000, ou seja ultrapassaram em mais de quatro vezes os valores de base das arrematações, com uma valorização de 20$000 para a 1ª divisão, que continha "uma pequena parte da igreja" e de quase seis vezes para a 5ª (de 4 000$ para 23 100$). Estas significativas diferenças tinham que ver com as obras a realizar, impondo um "corte" na "1ª e 2ª divisão (...) para o alinhamento da rua, conforme o plano geral da reedificação da cidade". Este plano era naturalmente o pombalino que continuava a regulamentar todas as opções na área da cidade reconstruída e que aqui servia para justificar o

alargamento da rua do Arco do Marquês do Alegrete, articulando a nova Lisboa com a urbe antiga. A edificação desejada arrastou-se: em Setembro de 1839, pretende-se arrematar de novo a 1ª e 2ª divisão porque o primeiro arrematante, António José da Silva Braga, não teria começado a edificar, como era obrigado, segundo "o prospecto e planta da cidade". No entanto, ele viria a contestar essa decisão alegando "que está a edificar" e que o problema residia no facto de a Câmara "lhe exigir alteração ao prospecto que está aprovado pelo Arquitecto da Cidade e Inspector das Obras Públicas" (29). O que é facto é que, na *Carta topographica da Cidade de Lisboa* de 1856/58, o espaço permanece por construir (30) (**Fig.100,1.**).

Quanto ao Convento do Espírito Santo, no Chiado (**doc.72B**), as dez divisões em que ele, prédios e terrenos anexos, foram arrematados renderam 74 280$000 sobre o valor de base para venda de 13 250$000. À excepção de um pequeno corte imposto na 5ª divisão, contendo "no centro o corpo da Igreja", para "regular o alinhamento" que o pórtico saliente impedia, nenhuma outra alteração surgiu, respeitando-se integralmente a área daquele importante instituto da travessa de Santa Justa à de S. Nicolau e da rua do Crucifixo às do Carmo e Nova do Almada. Grande parte deste território estava então ocupada com barracas e armazéns, modestamente alugados mas o texto da arrematação é claro ao salvaguardar que os ocupantes eram obrigados a entregar os terrenos "livres e desembaraçados". Em seu lugar ergueram-se os desde sempre projectados prédios da programação pombalina, quebrada apenas no palacete central que substituiu a igreja e onde Manuel José de Oliveira, Barão de Barcelinhos, construiu a sua residência. A ela voltaremos mais tarde mas vale a pena registar desde já que, logo em 1836, o mesmo pretendeu ceder *"as grandes colunas de cantaria pertencentes à fachada da Igreja da suprimida Casa da Congregação do Oratório no Espírito Santo para servirem para o frontespício do novo Teatro Nacional que se projecta fazer"*. Joaquim Larcher, então governador civil de Lisboa, e grande entusiasta deste projecto, sugeriu que a repartição das Obras Públicas procedesse *"aquele descimento"* e que fossem depositadas *"na arrecadação do respectivo Arsenal da Marinha"* (31). Não creio que tenham sido utilizadas no teatro mas pode-se pôr a

hipótese de terem servido para as obras de adaptação do ardido Colégio dos Nobres a Escola Politécnica.

Em relação a S. Domingos (**doc.72C**), foram mais profundas as transformações. Conservando a Igreja, decidiu-se, no entanto, prolongar a malha pombalina, criando uma nova rua, a travessa Nova de S. Domingos, paralela à do Amparo, articulada de um e outro lado com as novas extensões das ruas dos Correeiros e Nova da Princesa. Também do lado oposto, sobre a travessa de S. Domingos, se desenhava um loteamento, encerrando assim completamente a igreja numa densa mancha predial só liberta sobre a fachada principal cujo largo de acesso era alargado (**Fig.100,1.**).

Esta operação urbanística, a mais importante decorrente da extinção dos conventos, rendeu 135 370$000, ultrapassando em mais de seis vezes os valores de base de licitação que foram, no conjunto, de 21 550$000. Os montantes mais elevados, nomeadamente os das quatro primeiras "divisões" sobre o Rossio, correspondem a prédios construídos que agora são libertos na sua fachada posterior, passando a articular-se directamente com uma rua pública. Mas todas as divisões são altamente valorizadas, no acto de venda, aliás como aconteceu também em relação às propriedades do Espírito Santo, o que deixa pressupor a efectiva eficácia, em termos de procura, da cidade reconstruída. O que igualmente é confirmado por esta iniciativa das Obras Públicas, ao procurarem ainda ampliá-la, e de certo modo funcionalizarem-na, em estrito acordo com os mesmos valores de projecto.

Ou seja, a cidade herdada da Casa do Risco pombalina continuava a ser o paradigma estruturante de Lisboa. Quanto à arquitectura (**Fig.100,2.**), passada a época de relativa e empírica contestação do tempo de D. Maria I, parece existir uma espécie de "regresso à ordem" incial, desornamentada e pobre, como se houvesse uma coincidência ideológica entre o período da primeira reconstrução e os agitados anos de implantação do novo regime, gerada ou reforçada por idênticos condicionalismos materiais e financeiros.

Refira-se finalmente a urbanização resultante da demolição do Convento da Trindade (**doc.72D**). Antes da sua efectivação, a partir do início de 1836, já se haviam

iniciado obras consideraveis para instalar um tribunal, dirigidas pelo arquitecto Possidónio da Silva (**Fig. 101**). Datará de então uma planta que regulariza os quarteirões fronteiros e a própria entrada do convento, abrindo uma "Praça" rectangular, comunicante também com a Rua Larga de S. Roque (**Fig.101,1.**). Mas a decisão de loteamento e venda de todo o espaço conventual, incluindo a igreja, alterou os dados da questão: abria-se "uma rua nova (...) em continuação da travessa do Secretario da Guerra até à Porta do Carro", no cruzamento da Calçada do Duque com o largo de S. Roque, num alinhamento difícil que respeitava as frentes edificadas entre aquela calçada e a travessa de João de Deus. As sete "divisões" propostas para arrematação vinham da rua de S. Roque, tornejavam para o novo largo da Trindade e circundavam um lado e outro da "rua nova". A vantagem era a de criar uma alternativa mais directa à articulação do Chiado com S. Roque, permitir o início da regularização de uma zona central da cidade que permanecia bastante informe, desafogar o largo da Trindade, gerando um corte dinâmico com as artérias adjacentes (**Fig.101,2-5**).

Na verdade, aqui mais do que em S. Domingos, estas modestas iniciativas urbanísticas não tinham melhor qualidade do que as adaptações arquitectónicas dos espaços conventuais. Queria-se actuar rapidamente, realizar dinheiro e investir pouquíssimo: mas é nesta situação depressiva que a Lisboa romântica continuava a construir-se, herdeira de uma projectação de superior qualidade que agora esbarrava no tempo acelerado e incerto da História primo-oitocentista. A modesta repartição das Obras Públicas perdera rasgo e qualificação mas a sua incapacidade, expressa nas obras realizadas, não era senão o espelho exacto de toda a conjuntura. Quanto à arquitectura edificada nos novos lotes, a ela voltaremos mais tarde.

6.1.3. Reflexões epocais

Se, por parte do Governo, a apropriação da maioria dos principais conventos e a venda de alguns obedeceu às necessidades da nova administração e à urgência de realizar dinheiro - e estas premissas conduziram a uma inédita alteração, funcional e

simbólica da própria cidade - por outra ordem de razões a questão dos conventos é fundamental para o pleno entendimento da elaboração da Lisboa moderna. Refiro-me à consciência e ao sentimento da perda patrimonial que a sua extinção significava, começada a elaborar-se logo nos anos iniciais da sua efectivação.

Uma das primeiras manifestações dessa atitude, simultaneamente racional - apelando para a salvaguarda da História - e afectiva - manifestando o temor pela perda de referentes simbólicos - encontramo-la, na proposta ainda ínvia, pragmática, regeneradora e celebrativa, de Rodrigo Magalhães, apresentada à Câmara dos Deputados em 1835. Pretendia ele "escolher dentre os edificios nacionais alguns que devem pelo Governo ser destinados a objectos particulares": um para "Pantheon", "aonde sejam colocados bustos e estátuas ou quadros que representem os homens ilustres da nossa Nação", outro para "Liceu ou escola de Belas Artes e das ciências naturais aplicadas às artes uteis", o terceiro para "estabelecimento de uma casa de correcção que tenha por modelo a penitenciaria de Milbark em Londres ou de Berne na Suiça" (32).

Estes desejos, de matriz iluminista romântica, não encaravam propriamente a questão patrimonial mas, de certo modo, pressupunham a intenção de uma classificação e hierarquização dos edifícios apropriados pelo Estado. Cerca de um ano mais tarde, quando os conventos de Lisboa tinham o seu destino já em grande parte decidido, avançou-se nesta matéria através da voz prestigiada de Mouzinho d'Albuquerque. Segundo a sua comunicação a Francisco Trigoso de Aragão Morato, a Rainha encarregara-o "de convidar a Academia Real das Ciências de Lisboa a formar uma relação de todos os edificios pertencentes às extintas ordens regulares e hoje incorporadas nos bens da Nação que se fazem notáveis pela época da sua fundação, factos históricos, monumentos fúnebres ou relíquias de homens célebres ou finalmente pela sua arquitectura e por qualquer destes motivos se tornem dignos de ser conservados e entre todos por conta do Governo como monumentos publicos; enviando sucessivamente as relações motivadas e ilustradas que assim for formando e que serão quanto possível organizadas por Providências a fim de que se possa

sobrestar a tempo a venda, alienação ou desorganização desses objectos de interesse nacional" (33).

Eventualmente, os trabalhos da academia, nesta matéria, ter-se-ão iniciado mas os seus resultados não eram perceptíveis. Talvez por isso, foi crescendo uma posição cívica de negatividade em relação ao processo, nomeadamente pela presunção fundamentada de que havia roubos de objectos preciosos. Pela voz do deputado Galvão Palma (**doc. 73**) "a Nação quer saber aonde estão as joias: os ricos utensilios, tantos *chefes d'obra*, e primores do genio e da arte, que embelesavam os Claustros até ao momento da sua extincção". No entanto, a razão de ser da preocupação era, neste caso, essencialmente económica, empenhada na "grande vantagem de entrarem na massa dos Bens Nacionais muitas alfaias, que com grossas quantias de dinheiro se teem sonegado".

Mas, no mesmo ano de 1837, no contexto setembrista que pela primeira vez enunciava uma política cultural, a recém-fundada revista *Panorama - Jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora de conhecimentos uteis* - dedicava um artigo, com ilustração, à "Architectura gothica. Igreja do Carmo em Lisboa". Dando como exemplo a Inglaterra e a França - (onde) "seriamente se cuida em conservar e reparar esses edifícios que são como a história da inteligência e da grandeza do país e que talvez em breve serão modelo para os artífices quando de todo se acabar o preconceito de que em artes só o grego e o romano é belo" - , citando também Strasburgo - (onde) "existe uma eschola especial de architectos e esculptores cujo mister é reparar e aperfeiçoar a célebre catedral desta cidade, seguindo o systema gothico em que ella foi construida" - desejava-se que em Portugal "se pudesse fazer outro tanto" de modo a puder-se "levar a cabo o riquissimo mosteiro da Batalha que é a admiração de todos os estrangeiros". Entretanto, prometia-se "neste Jornal dar o desenho de todos esses edificios de que podermos haver copia" (34).

Esta intenção positiva - onde se enuncia, talvez pela primeira vez, a defesa do neo-gótico, numa perspectiva anti-classicista - foi assumida, com verve poética e verbo irado por Alexandre Herculano, nas páginas da mesma revista (**doc.74**).

Erguia-se "contra o espirito destruidor desta geração que ora vive", "a favor dos monumentos da historia, da arte, e da gloria nacional, que todos os dias vemos desabar em ruinas". E não hesita em historiar o processo: evoca o último período de fausto, na verdade já decadente, Mafra "do nosso Luis 14º" - "achar-se-á exageração de ornatos, primores de cinzel, nenhuma inspiração verdadeiramente grande" - e contrapõe-no às obras do Marquês de Pombal - "largas moles desornamentadas: edificios monotonos, mas uteis e necessarios" - geradoras de uma cidade cujo plano "parece traçado no entendimento de um negociante hollandez", concluindo com romântico e parcial positivismo: "O despotismo ignorante estragou a arte com ridiculos ouropeis: o despotismo illustrado estragou-a com a razão".

Mas depois, com a morte de D. Jose 1º "naufragou Portugal". A arquitectura "afundou-se de todo", como prova o "convento do Coração de Jesus": "encontrareis um pensamento de restaurar a architectura do principio do seculo 18º: mas um pensamento que produz uma caricatura d'outra caricatura". Esse "gosto de epoca" durava como prova o "paço da Ajuda" e "meia duzia de armazens ao divino, construidos nos ultimos quarenta annos, e baptizados com a pomposa denominação de templos".

O problema para Herculano era claro: "as gerações que então passaram não podiam comprehender a sublime magestade dos edificios da edade media; os paços gothicos, os castellos antiquissimos, deixaram-se desabar". Além disso, não havia "gosto puro": "nem os bispos, nem os conegos, nem os frades curavam, ou entendiam de architectura. Entregaram tudo aos architectos, e os architectos tudo estragavam". Com as alterações sucessivamente introduzidas - "columnas, capiteis, abobadas, torres, portaes, arcarias, claustros, tudo foi caiado, dourado, enfeitado, estragado" - "o templo de Deus é como uma salla de baile, como a salla dos legisladores, como a salla do theatro, como a praça publica, sem mysterio, sem tradicções, sem saudade".

Mesmo assim "a barbarie ridicula destes ultimos cem anos" não se comparava com a do presente: "aquelles destruiram por ignorancia, e ainda mais por desleixo; destruiram negativamente: nós destruimos por idéas exaggeradas e falsas: destruimos

activamente; destruimos, porque a destruição é uma vertigem do tempo, uma febre que devora, não os corpos, mas os espiritos. felizes nós se podermos curar alguem della; salvar ainda que seja uma só pedra das mãos dos modernos Hunos".

Antes de passar à proposta concreta, Herculano insiste en vituperar a arquitectura decadente que o seu século herdara: revolta-o os acrescentos feitos em templos medievais - "vemos (...) torres gothicas, ao lado de zimborios á Buonarroti ou de portaes á Barrozio: vemos a capella do seculo 18º, aberta ao lado da nave do seculo 15º, como um lobinho, um temor asqueroso, em corpo de homem bem proporcionado" - mas mais ainda a estética pombalina, responsável por "edificios de negociantes, e egrejas, a que impiamente se dá o nome de *bonitas*" ou pelas "grandes praças de Lisboa, bem quadradas, bem symetricas, e bem prosaicas: vemos egrejas como a da Incarnação, e a dos Martyres, caiadas, pulidas e alindadas, onde não mora um só pensamento de Deus".

A razão de ser de tanta decadência vinha do século XVI, quando não se percebeu que a "regeneração" pretendida na "litteratura e nas artes" não era possível "por via das tradições carunchosas da Grecia ou de Roma". Mas esse longo período de "seculo e meio" de decadência não era nada, insiste Herculano: "Até então escaliçavam paredes, roçavam esculpturas; mas agora derrubam torres e curucheus, partem columnas, abatem muros, quebram lousas de sepulchros, e apagam todas as provas da historia. Corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata". E depois de fazer um duro repositório de casos concretos - citando S. Domingos de Lisboa, Santa-Cruz de Coimbra, S. Francisco do Porto, os Jerónimos de Belém, a Batalha, Alcobaça, o convento da Ordem de Christo em Tomar, as paroquiais de Santa Marinha ou a de S. Martinho, a própria muralha de D. Fernando - lança finalmente o apelo:

> "Quizeramos, que todos os homens, que teem coração portuguez, fizessem uma associação, cujos membros estivessem espalhados por todo o reino: que os residentes em Lisboa formassem uma especie de juncta, á qual os das provincias, logo que á sua noticia chegasse a demolição de algum monumento da historia ou da arte, remettessem

uma breve nota, individuando as circumstancias do edificio destruido e o nome do arrazador, quer este fosse auctoridade publica, quer fosse algum particular. Quizeramos depois que esta breve nota, sem reflexões, sem affrontas, se legasse á prosperidade, em todos os jornaes, para que esta fizesse devida justiça".

Esta vingança moral era menos actuante que a proposta de inventário à Academia Real das Ciências mas teve certamente uma importância decisiva: não só constitui o que nos parece ser a primeira condenação da estética classicista e o consequente elogio da medieval - senti-la-ia também o rei D. Fernando que então iniciava a reconversão do convento de Nossa Senhora da Pena em palácio - como, ainda que indirectamente, era um repto para a acção. Imediatamente, ele foi apenas assumido por inventariantes modestos como Luís Gonzaga Pereira que, em 1840, completava o seu importante manuscrito - *Descripção dos Monumentos Sacros de Lisboa ou Colecção de todos os Conventos, Mosteiros e Parrochiaes no Recinto da Cidade de Lisboa/ Em MDCCCXXXIII / Em que se mostrão os Desenhos de seos Alçados, e se Descreve a belleza que os mesmos continhão Relativo as artes da Pintura, Escultura, Arqtª e Gravura* (35) - indispensável ponto de partida para o estudo do tema, ou José Valentim de Freitas que, segundo narrativa de Júlio Castilho (36), pediu, em 1938, autorização à Câmara Municipal para "tirar alguns apontamentos de antiguidades, tanto de architectura como de inscripções", tendo começado esses trabalhos na igreja de Santa Marinha, com particular preocupação pelas "sepulturas". Num manuscrito, transcrito também por Castilho, chega a propor que "com a remoção dos munumentos sepulchraes poderá (a Câmara Municipal) fazer executar uma decoração propria dos novos cemiterios, e ao mesmo tempo variada e curiosa dos novos cemiterios pela differença da execução e gosto das diversas épocas", num apelo curioso ao eclectismo romântico que até então se exprimiria apenas nos jardins.

No mesmo sentido vai o primeiro artigo da série "Fragmentos d'architectura antiga, em Lisboa", publicado no nº1 da II série do *Jornal de Belas Artes*, 1848, dedicado precisamente a Santa Marinha, numa homenagem à "architectura da idade media (...) solemne e sympathica" que "apresenta grandeza e magestade no todo, e

elegancia e harmonia nos *detalhes*". Cinco anos antes, em 1843, quando a primeira série desta revista se publicou, Almeida Garrett considerava que ela contribuiria para "difundir os bons principios, vulgarizar o conhecimento dos bons exemplos, vir em auxilio da sublime e patriótica idea que organizou a Academia de Belas Artes de Lisboa e os outros Institutos conexos, ilustrar as nossas glórias artísticas, esclarecer a opinião em todos estes pontos importantes", numa afirmação que retomava, com outro pragmatismo, as questões levantadas por Alexandre Herculano.

Para além da premência da defesa do património - que, em 1840, conduzia à proposta de uma "associação benemérita que se intitulará Conservadora dos Monumentos Nacionais" a instalar no convento do Carmo (37), embrião da futura Associação dos Architectos civis portuguezes, fundada em 1863, com sede naquele convento que se tornaria Museu Arqueológico (38) - estas reflexões, motivadas pela extinção dos conventos, conduziriam quer à valorização progressiva da arquitectura medieval, quer a uma apreciação nostálgica de Lisboa onde os vestígios antigos - sobretudo dos bairros iniciais da colina do Castelo - tenderão a ser valorizados em detrimento das iniciativas do(s) tempo(s) presente(s). O progresso era uma fatalidade, como diria Herculano, e nunca a cidade resolverá a dicotomia instalada entre desenvolvimento e memória: ela explica o desamor que vimos o poeta-historiador manifestar pela Lisboa pombalina, como explicará as críticas futuras de Castilho às Avenidas novas do final do século ou, ainda, com um sentido ideológico mais preverso, as iniciativas modernistas de António Ferro em torno do casticismo da *Lisboa antiga*.

De imediato, no entanto, pouco os apelos esclarecidos que se referiram contribuiram para obstar à degradação dos extintos conventos. Em Janeiro de 1840, criticava-se a Casa Pia "pelos reparos realizados nos Jerónimos", exigindo-se que "de ora em diante haja unidade sobretudo na parte exterior" e que "sempre que for necessária alguma obra de consideração que possa alterar as proporções da construção do edifício será o projecto submetido ao Governo" (39). Esta medida era mais um

desejo do que uma metodologia e razão tinha o deputado Garrett ao vociferar em 1844:

> "A Biblioteca Pública de Lisboa e a Academia de Belas-Artes que estão no mesmo local têm gasto mais de 80 e tantos contos de reis ao Estado naquele casebre, nas celas e dormitórios de S.Francisco; porquê? Pelo mesmo sofisma. Quando alguém diz: é necessário fazer uma biblioteca, outros dizem: não senhor, faça-se um consertinho que custa 600 reis e um remendinho que custa 200 reis e depois muda-se para outra parte e nestas contradanças andam os estabelecimentos públicos e têm gasto contos e contos de reis com isto só na capital" (40).

Continuava a actuar-se empiricamente, aliás como acontecia em tudo o que dizia respeito à cidade. Em 1839, era discutido em Cortes, um requerimento da Companhia de Fiação Lisbonense que pedia o arrendamento do "extinto convento de Xabregas". O governo dera parecer negativo, "pelo fundamento de que poderia haver falta de quarteis para as tropas" mas a Comissão parlamentar foi de opinião contrária - "há muitos edifícios para tropa, é preciso apoiar a Indústria Nacional" - autorizando a Câmara o arrendamento por quinze anos e recomendando ao governo a separação "no mesmo edifício da Companhia um lugar próprio para uma Casa de Correcção e Trabalho uma vez que isto não prejudique o estabelecimento da fábrica" (41). Era este o primeiro caso de reconversão industrial de um instituto religioso, se exceptuarmos a cerca do convento dos Remédios, às Janelas Verdes, vendida à fábrica de cerâmica Constança, já que, em 1835, a Câmara Municipal não conseguira instalar em S. António dos Capuchos um matadouro, apesar do parecer favorável de José da Silva Carvalho (42).

Entretanto, demoliram-se as paroquias de S. Martinho, S. Tomé, S.to André e S.ta Marinha - "que foram paroquiais e deixaram de o ser em consequência das desanexações que das mesmas se fizeram" - porque os templos estavam colocados "em sítios que deturpam até impedem em muita parte o trânsito público" e se pretendia torná-los "mais cómodos e embelezados" (43); vendeu-se a inacabada igreja igreja de Santa Justa em cuja envolvência foi edificado o teatro D. Fernando, inaugurado em 29

de Outubro de 1849 (44) e arrematava-se, já em plena Regeneração, a também inacabada igreja do convento de S. Francisco, em dois lotes destinados a edificação que foram adquiridos por Francisco Martins Ruas (45), condenando assim o parecer dado em 1846 quando se considerou que "o Templo (...) é um bello edificio Nacional, digno de levar-se ao complemento projectado" (46). Antes desta venda, a Câmara e a repartição das Obras Públicas dividiram entre si a respectiva cantaria para trabalhos diversos - calcetamento de ruas, passeios público e de S. Pedro de Alcântara, palácios da Ajuda e das Cortes, torreão ocidental da praça do Comércio, igreja de S. Nicolau- , como já acontecera com a demolida igreja da Luz, "a torre do Hospital de S. José" (47) ou com o convento dos Loios (48). Decidira-se também definitivamente a demolição da Capela de N. Sra. da Escada, à ilharga da igreja do convento de S. Domingos, integrada nos lotes já vendidos, "mas cuja propriedade os irmãos da respectiva Confraria passados tempos depois de feita a venda do extinto convento solicitaram e obtiveram sentença a favor na Relação". No entanto, "o Ministério Público apelou para o Supremo Tribunal de Justiça" que foi favorável ao governo. Segundo informação junta ao processo do "Conselheiro Procurador da Fazenda Nacional" "o interesse publico a quem cedem todos os particulares pede que seja demolido o saliente onde existe a capela; as Leis Reguladoras do plano de reedificação da Cidade exigem cumprimento e a mesma devoção e veneração" tanto mais que nela não existiam "primores d'arte ou monumentos históricos de grandes feitos". (49).

Tinha razão Alexandre Herculano ao afirmar que "o vandalismo", "semelhante a comico perfeito, desempenha todos os papeis, e veste-se com todos os trajos" (50), embora o fervor pelo Estado e pelo "plano de reedificação da Cidade" tivesse nascido com o Marquês de Pombal e com os seus arquitectos de que os das então Obras Públicas continuavam a sentir-se discípulos... Em contrapartida positiva, registe-se que se salvou a capela de Nossa Senhora do Monte, sobre a qual o governador civil de Lisboa recomendou *"que seja mantida pela devovão popular de que é objecto"* (51).

Terminarei esta reflexão final sobre o entendimento epocal da extinção dos conventos com a análise de um dos mais espantosos documentos inéditos que o acaso da investigação me fez vir às mãos (**doc. 75**).

Tendo sido pedido parecer à Câmara Municipal sobre *"o projecto da abertura de uma nova rua que comunicasse a Travessa do secretario de Guerra com o Arco de S. Roque"*, na sequência de decisão de demolir o ex-convento da Trindade já referida, considerou ela *"que se acaso se tiver só em vista o dar maior valor ao terreno do extincto Convento da Trindade com a menor despesa possivel, deverá adoptar-se o plano das Obras Públicas"*. No entanto, *"se a par d'aquella vantagem, se deseja aformosear a Cidade, e promover o commodo e recreio de seus habitantes, outros projectos ha que podem lembrar"*.

E passando ao "primeiro Projecto", propunha a Câmara que se abandonasse *"a idéa de prolongar a Travessa do Secretario de Guerra, já defeituosa no seu alinhamento"* e substitui-la por outra "até á muralha de S. Pedro d'Alcantara". Mas previne-se: *"Na execução d'este projecto, o maior edificio que ha para demolir é a Igreja de S. Roque e Casa da Misericordia"*.

Este "obstáculo" não parecia grave à vereação que em conjunto assina a proposta: porque *"Este edificio* (a Igreja de S. Roque!!!), *ou se considere a sua antiguidade, ou a sua construcção e architectura, não offerece bellesas que devam conservar-se, a não ser a Capella de S. João, a qual facilmente se pode collocar na Igreja da Sé, na de S. Vicente, ou de S. Domingos, que são os mais vastos e mais bellos Templos de Lisbôa"*; e porque a própria Misericórdia mostrava desejo de encontrar novas instalações: *"com muito proveito das creanças, e mais empregados podia ser mudado para o Convento da Graça"*; finalmente porque *"A falta da Igreja de S. Roque para os Officios Divinos pode ser supprida, conservando-se e melhorando-se a Igreja da Trindade a maior parte da qual escapa ao corte projectado"*.

Depois da transladação da capela de S. João Baptista para a Sé, S. Domingos ou S. Vicente, da destruição de S. Roque e sua substituição pela arruinada igreja da

Trindade que, mesmo assim, seria parcialmente demolida, era ainda necessário arrazar uma série de prédios mas com vantagens evidentes: poderiam ser *"distribuidos interiormente á vontade do proprietario, e aformoseados por fóra, adoptando se uma architectura differente da usual, simples mas elegante e variada"*. O projecto seria ainda enriquecido com um *"Chafariz (...) com o fim de se demolir o que actualmente existe em S. Pedro d'Alcantara"* enriquecendo o jardim *"que se anda fazendo"*. Haveria também o benefício de *"poderem se melhorar os declives das Calçadas (...) alargar a estreita e immunda garganta da rua da torre de S. Roque, abrir uma communicação mais facil e suave para o Largo do Carmo"*. Finalmente, admitia-se libertar também o convento de S. Pedro d'Alcantara para o substituir por *"um Observatorio Astronomico, e estabelecer cursos públicos tanto d'Astronomia, como de outras sciencias"*.

Como enriquecimento do plano, para *"completar uma das mais bellas ruas da Europa"* (a Rua do Alecrim), propunha-se alargar o largo *"das duas Igrejas, o qual devia ser augmentado com todo o espaço até á Travessa dos Gatos, mudando-se para o centro do espaço augmentado o Chafaris do Louretto"*.

Este espantoso projecto não teve, como sabemos, qualquer seguimento. Poder-se-ia considerar mera anedocta do primeiro liberalismo mas, na verdade, ele terá réplicas nos anos seguintes, provando, este mais do que os outros, que a "época de inquietação" com que resolvi caracterizar este período da edificação (e demolição) de Lisboa era um tempo *desnorteado*, exactamente no sentido ético que o termo informal pode conter. Está nele implícito um ingénuo desejo de engrandecer Lisboa, de lhe multiplicar os eixos, as praças e os jardins, de renovar a sua arquitectura "usual" ou seja pombalina, para a "aformosear e promover o cómodo e recreio", ou seja os "bonitos" que Herculano abominava. Poderá ter também a curiosidade, algo macabra, de testemunhar quanto a arquitectura maneirista era desconhecida e mal amada, embora se considerasse S. Vicente a par da Sé. Mas estas justificações contextualizantes não devem fazer esquecer que a cidade caira nas mãos dos cidadãos e que estes se permitiam pensá-la tendo perdido as referências culturais que, no Antigo

Regime, definiam a elite com meios idênticos. Veremos, em capítulos seguintes, o desenvolvimento desta pretensão que, mais uma vez, coincide com o "vandalismo" metaforizado por Herculano:

> "Aqui é vereador municipal; alli administrador de concelho: ora é ministro; logo deputado: hoje escriptor; ámanhã fidalgo; faz assentos de debito e credito no escriptorio do mercador; dá syllabas em latim de missaes; prega, por caffés, sermões de economia politica, e de direito publico; capitanea soldados; vende bens nacionaes; ensina sciencias: enfim é tudo e mora por toda a parte. Attento a que não sôe em nenhum logar uma unica voz do passado, esbraveja, argumenta, esfalfa-se; e é necessario um ruido de monumento desabando, para que elle adormeça por um pouco, e repouse da sua perpetua lida"(52).

Notas

1. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, 1887, tomo I, pag.s 497-500. Ver também RODRIGUES, Teresa, 1995, nomeadamente páginas 254-259, que quantifica, em gráfico, o movimento da mortalidade.

1. Ver nota 23. do capítulo 5.

3. OLIVEIRA, Eduardo Freire Freire, 1887, tomo I, pag. 499.

4. ANTT, *MR /ASE*,Maço 1913.

5. in SILVA, António Martins da, 1993, pag. 339.

6. Refiro-me à obra de Júlio de Castilho, *Lisboa antiga*, cujo 1º volume, *O Bairro Alto*, foi editado em 1879. Para contextualizar, em termos de reflexão internacional esta questão, ver CHAY, Françoise, 1992.

6a. Sobre a crise religiosa que acompanha os primeiros projectos de desamortização ver J.E. Horta Correia, 1974.

7. ANTT, *MR/ ASE*, Maço 9: *Negócios Diversos, 1833-34*.Ofício de José da Silva Carvalho para Cândido José Xavier.

8. *Idem,ibidem*: *Negócios Diversos, 1833-34.Câmara dos Deputados*.Exposição assinada por João Vicente Pimentel Maldonado, arquivista e Sub-Inspector da Câmara dos Senhores Deputados, dirigida a Cândido José Xavier.

9. *Idem,ibidem*: *Negócios Diversos, 1833-34*. Ofício de José Silva Carvalho para Cândido José Xavier.

10. *Crónica Constitucional de Lisboa*, 29 de Janeiro de 1834.

11. *Idem*, 1 de Janeiro de 1834.

12. *Idem*, 9 de Abril de 1834.

13. *Idem*, 22 de Abril de 1834.

14. ANTT, *MR/ ASE*, Maço 1913. Ofício de Braamcamp Almada Castel Branco para Joaquim António de Aguiar, 2 de Janeiro de 1834.

15. *Crónica Constitucional de Lisboa*, 9 de Agosto de 1834: *Mappa das obras e mais objectos em que se despenderam no mez de Junho de 1834 os fundos abaixo mencionados recebidos na Repartição das Obras Públicas.*

16. ANTT, *MR/ ASE*, Maço 1913.Ofício de Braamcamp Almada Castel Branco para Joaquim António de Aguiar, 22 de Fevereiro de 1834. Tem anexo ofício do Secretario de Estado dos Negócios da Guerra para Joaquim António de Aguiar, 28 de Fevereiro de 1834, reforçando o mesmo pedido.

17. *Idem, ibidem*,Maço 1918. Ofício de António Lobo Teixeira Gyrão, Perfeito da Província da Estremadura para Bento Pereira do Carmo, 27 de Maio de 1834. Tem anexo a resposta de José da Silva Carvalho, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

18. ANTT, *AHMF*, *Convento de N. Sra. de Jesus*,nº 209, cx. 2226.

19. *Idem, ibidem, Convento Jesus da Boa Morte*, cx. 2227.

20. *Idem, MR/ ASE*. Maço 1918. Ofício de António Lobo Teixeira Gyrão para Bento Pereira do Carmo, 27 de Agosto de 1834.

20a. Alguns anúncios publicados no *Diário do Governo* confirmam a apropriação privada de importantes conjuntos do património artístico móvel. Assim, em 2 de Março de 1842, pag. 208, afirmava-se: "Acham-se á venda 10 estatuas de madeira primorosamente obradas pelo insigne artista Joaquim José Laborão, as quaes foram expressamente mandadas fazer para a magnifica capella sita no palacio que ora é da Ex.ma Condessa da Povoa ao Rato, onde se acham os seus lugares a proposito". Em 20 de Maio de 1844, pag. 644: "Mesmo no Largo do chafariz das janellas verdes quinta feira 23 de maio ás onze horas se venderão muitas columnas e pilastras de escultura, muitas madeiras e molduras, e estatuas de grandes vultos, tudo entalhadas; e dous oratorios dourados; que isto foi em outro tempo pertencente á igreja de S. João de Deos".

Em 1837, no entanto, o Governo aprovou uma proposta da Academia de Belas-Artes para se proceder à classificação das pinturas oriundas dos conventos, que transcrevemos:

"Sua Magestade a RAINHA, Attendendo ao que lhe representou a Academia das Bellas-Artes de Lisboa na sua Proposta de 29 do corrente mez de Dezembro: Ha por bem Ordenar o seguinte:

1º Que a Commissão encarregada do deposito das Livrarias dos extinctos Conventos entregue por inventario á mesma Academia os quadros existentes naquelle Deposito, a fim de que ella os possa classificar, e designar os que devem servir para o estudo dos Academicos e Artistas.

2º Que a Academia, depois de ter classificado os quadros que hão de pertencer-lhe, e dos que devem ser mandados para os Museos nas cabeças dos Districtos, envie a este Ministerio o cathalogo de todos esses objectos para ser publicado pela imprensa.

3º Que a Academia, fazendo occupar os Artistas aggregados na restauração dos quadros, mande lithografar, e gravar uma Collecção selecta, e respeitavel dos quadros dos nossos Pintores classicos.

E considerando Sua Magestade que ainda não foram recolhidos ao mencionado depoisto das Livrarias muitos quadros existentes em differentes pontos do Reino; Manda a Mesma Augusta Senhora que a Commissão encarregada desse Deposito remetta á Academia das Bellas-Artes de Lisboa uma relação dos referidos quadros, que estiverem nos Districtos Administrativos de Lisboa, Santarem, Castello Branco, Leiria, Portalegre, Béja, Evora, e Faro; e á Academia Portuense de Bellas-Artes outra relação dos quadros existentes nos Districtos do Porto, Aveiro, Braga, Vianna, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, e Coimbra. O que assim se participa á Academia das Bellas-Artes de Lisboa para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca. Palacio das Necessidades, em 30 de Dezembro de 1836. = *Manoel da Silva Passos*".

Diário do Governo, 2 de Janeiro de 1837, pag. 1.

21. ANTT, *MR/ ASE*. Maço 1062: Registo de ofícios dirigidos ao Ministério do Reino no anno de 1846, nº114, pag. 55V.

22. *Idem, ibidem* ,nº3, pag. 2.

23. Transcrições do **doc.77.3**, pag.114-115; ver também, *Arquivo Pitoresco*, "O palacio das Cortes", vol.3, 1843-44, pag.243 onde, mais rigorosamente, se evocam as obras feitas, sugerindo graves perdas patrimoniais: "A sala das sessões dos pares occupa a antiga caza do capitulo, cujas paredes fôram para esse fim accrescentadas; porém ficou em tudo mesquinha. A caza, que era bella e espaçosa para capitulo dos monges, ficou estreita e feia para sala de um corpo legislativo. As cellas foram quasi todas transformadas em salas de commissões (...)".

23. *Idem*, **Doc.77.5**,pag. 119.

25. Ver GOODOLPHIM, Costa, 1894.

26. in *Universo Pitoresco*, vol.3, 1843-44, pag. 242-243.

27. in *Artes e Letras*, nº3, Março de 1875.

28. Sobre a reconstrução do convento do Corpus Christi após o terramoto, transcrevemos o seguinte documento:

"Dizem o Prior e mais Religiosos Carmelitas Descalços (...) comprarão no bayxo da Cidade incendiada (...) os Citios equivalentes ao que lhe faltava de area para se lhe dar

posse de todo o quarteyrão em que existe o seu antigo conv.o arruinado para effeito de o reedificarem com a comodidade e decencia que pede a sua notoria observancia, livre de serem devaçados de vizinhança (...)".

À margem: *"ao Desembargador Inspector do Bairro com assistencia do Cap.am Joze Mont.o de Carvalho adjudique e dê posse aos Supp.tes em hum só Quarteirão que fas parte de hum lado da Rua da Princeza outro pella Rua dos Douradores e os dois pellas travessas da Conceição e da Magdalena dos Terrenos do seu Convento e dos mais que tem comprado, conformando-se com os Prospectos das sobreditas quatro Ruas", 16 Fevereiro 1767.*

ANTT. *F.F. Inspecção dos Bairros*. Rossio. Maço 11, 12.

29. *Diário do Governo*, nº 230 e 232, Setembro de 1839; ver também AHCML, *SGO*, Cx. 125, doc. 21, assinado pelo arquitecto Malaquias Ferreira Leal e datado de 12 de Abril de 1837.

30. Sobre o loteamento e venda do convento dos Camilos ver CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga*, vol.3, 2ª ed. 1935, pag. 130-139.

Ainda em 1854 a edificação sobre a Rua do Amparo não estava concluída como prova o documento do AHCML, *SGO*, Cx.126 que transcrevemos:

"Diz Bernardino Joze de Carvalho que tendo sido citado a req.to desta Ex.ma Camara para dentro de oito dias começar a demolir e em 30 dias dar concluida a demolição da parte do edificio do Extinto Convento dos Camillos, que o Sup.te actualmente possue, e tem frente para a Rua do Amparo, não pode o Sup.te desde já começar a m.ma demolição, por que alem d'isso depender da mudança de Inquelinos, está fazendo edificações em outros locaes d'onde não pode distrair operarios. Á muito tempo q. aquela parte a demolir se acha no estado em que actualmente está, e á pouco o Sup.te fez acquizição d'aquele edificio, e parece justo, ou ao menos de equidade que esta ex.ma Camara lhe conceda mayor prazo p.a começar, e concluir essa demolição (...)".

31. ANTT, *MR/ ASE*.Maço 2021: *Governos Civis e Administrações Gerais, 1835-1843*.Offcio do Governador Civil de Lisboa para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, 7 de Janeiro de 1836.

32. *Diario do Governo*, nº57, 7 de Março de 1835, pag. 238.

33. *Idem*, nº 51, 29 de Fevereiro de 1836, pag. 269.

34. *O Panorama*, 1º vol., Maio de 1837.

35. Ver Silva, Augusto Vieira da, 1954-1960, 2º vol. que faz a bibliografia deste discreto e operoso olissipógrafo.

36. CASTILHO, Júlio, *Lisboa antiga*, 2ª ed. 1935, vol.IX, pag. 86-91; vol. VII, pag. 238-241 e 281-290.

37.O *Panorama*, vol. IV, 1840, nº 140, pag. 205. Transcrevemos toda a notícia: "Organiza-se actualmente uma sociedade composta de pessoas de várias jerarquias sociais, que toma a seu cargo salvar as relíquias dos monumentos portugueses: alcançou do governo o

templo do extinto convento do Carmo calçado desta capital e o destina para depósito ou museu de todas as antiguidades artísticas que puder alcançar e que forem susceptíveis de ser para aí transladadas (...) redigem-se os estatutos dessa associação benemérita que se intitulará Conservadora dos Monumentos Nacionais".

38. Ver sobre a fundação desta associação o *Arquivo de architectura civil, Jornal dos architectos portuguezes e archeologos*, nomeadamente o nº1 da 1ª série, Lisboa, 1865.

39. *Diário do Governo*, 1 de Fevereiro de 1840.

40. AMORIM, Francisco Gomes de, 1881, 3º vol., pag. 105, transcrevendo discurso na discussão parlamentar àcerca das Penitenciárias.

41. *Diário do Governo*, nº 158, 6 de Julho de 1839.

42.ANTT, *MR/ ASE*. Maço 1993: *3ª Repartição Câmaras Municipais. Lisboa-1835*, Exposição da Câmara, 12 de Outubro de 1835.

43. *Idem, ibidem*, Exposição da Câmara, 7 de Novembro de 1836.

44. "O edificio ou terreno da Igreja de Santa Justa, dividido em tres lotes" constituiu a lista 604 dos Bens Nacionais e foi à praça em 14 de agosto de 1840, avaliado "com a pedra de cantaria em 5 400$000, in *Diario do Governo*, nº 160, 8 de Julho de 1840, pag.1. Sobre o teatro de D. Fernando, ver CASTILHO, Júlio de, *Lisboa antiga*, 2º ed., 1935, vol. IV, pag. 216-237; *Revista popular*, vol. II, nº37, Novembro 1849.

Ver também AHCML, *SGO*, Cx. 126, Ofício do "Architecto da Cidade, Malaquias ferreira Leal", datado de 26 de Abril de 1846 que trancrevemos:

"O Suplicante Francisco Rodrigues Batalha, pertende edificar um terreno que possui em a Rua nova da Princeza, o qual comprhende a estenção desde do nº 115 ate o cunhal da Calçadinha de Santa Justa, cuja edficação é destinada para um Theatro Comico, e Salão de muzica, o que bem mostra o gosto e configuração dos Prospectos juntos, os quaes não guardando rigorosamente a cimples regularidade do prospecto approvado para aquella Rua, não deixão por isso de serem dignos de atenção, antes sim por endicarem maior Magnificência no embelezamento da Cidade, e principalmente sendo tão caracteristicas as suas fachadas em as quaes bem mostrão qual é a sua aplicação por isso assento que estão em razão de merecerem a approvação de V. Exª (...)".

45. ANTT, *Cartas e arrematação*. Livro 511-1988A: Francisco Martins Ruas- Igreja de S. Francisco, 15 de Abril de 1851.

46. *Idem, MR/ ASE*. Maço 1062: *Registo de ofícios dirigidos ao Ministério do Reino no anno de 1846*, nº 44, pag. 23.

47. *Idem, ibidem*, Maço 1993: *3ª Repartição Câmaras Municipais. Lisboa-1835* onde se contém numerosa e áspera correspondência entre a repartição das Obras Públicas e a Câmara Municipal, disputando a utilização das cantarias para obras diversas.

48. *Idem, ibidem*. Livro 1062: *Registo de ofícios dirigidos ao Ministério do Reino no anno de 1846*, nº 44, pag. 23 e nº56, pag. 28. A demolição do convento dos Loios foi feita sob

a autoridade do Brigadeiro Governador do castelo de S. Jorge que utilizou muita da sua cantaria para as obras que aí dirigia, nomeadamente para o *"novo Pórtico de entrada no Castello"*. Mesmo assim a repartição das Obras Públicas entendia que *"peças de volta dos antigos arcos e outros"* podiam aplicar-se nas obras da igreja de S. Nicolau, respondendo afirmativamente ao *"Requerimento do Juiz e Mezarios da Irmandade"* da mesm freguesia que pretendiam também *"as asnas e madeira que cobrem a capella Mór da incompleta Igreja de S. Francisco"*. Na data do último parecer, 16 de Março de 1846, *"os materiais resultantes da demolição"* do convento dos Loios estavam avaliados em 63 340$000 , dos quais *"18 360$000 já aproveitados pelas Obras Públicas e 13 780$000 já vendidos"*.

49. *Idem, ibidem*, Maço 2034: *3ª repartição.Ministérios, 1835-43*. Do Ministério da fazenda ordem à repartição das Obras Públicas, 21 de Julho de 1841.

50. Ver apêndice documental, **Doc.74,** pag. 102.

51. ANTT, *MR/ ASE*. Maço 2022. Oficio do Governador Civil ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, 16 de Agosto de 1842.

52. Ver apêndice documental, **Doc.74**, pag. 102.

6.2. Quem manda na cidade?

6.2.1. A sobreposição da Câmara Municipal à Repartição das Obras Públicas

Procurando recuperar o direito à gestão da cidade que as Cortes Constituintes lhe tinham começado a devolver (1) e que o governo miguelista lhe suspendeu, a Câmara Municipal surge, nos anos posteriores a 1833, como a principal instância dinamizadora da modernização de Lisboa. Sem problemas, obteve "o direito de limpeza, iluminação e calçadas" (2), viu reconhecida a competência sobre os cemitérios (3), e a administração do Passeio Público (4), depois de lhe ter sido entregue também o Jardim de S. Pedro de Alcântara, ainda antes de estar concluído (5).

No entanto, a Câmara ambicionava mais como prova o seu Edital de 20 de Fevereiro de 1836 (**doc.76**), começando por recordar que "pelo Regimento da Mesa de Vereação desta Cidade, firmado pelo punho Real em 30 de Junho de 1591", lhe fora cometida "a *Inspecção de todas as obras* respectivas á edificação e reedificação da Cidade". "Este Direito proveniente da natureza do Municipio" exercera-se "no longo espaço de mais de seculo e meio, que tanto é o tempo que decorre desde a citada época de 1591 até á do terramoto de 1755". Depois, "pelo Decreto de 12 de Junho de 1758", "as attribuições inherentes á *Inspecção* foram desannexadas (...) e transferidas para outra Auctoridade" que nem sequer é nomeada.

Após esta breve memória , o Edital afirma que, entretanto, a Câmara consultara "Sua Magestade", "em 20 de Junho de 1835 sobre a legalidade da reintegração no exercicio daquelle Direito" ao que obtivera como resposta, "por Portaria de 28 de Julho do mesmo anno, que ella ficava provisoriamente auctorizada para inspeccionar as

obras particulares que se construissem na Cidade, a fim de prevenir pelos agentes e meios locais que se usurpem terrenos publicos, ou se falte aos alinhamentos e demais disposições legitimas".

Ora, a partir dessa autorização, dada "provisoriamente" e que apenas transferia para a Câmara as competências das Inspecções dos Bairros, de fundação pombalina, anteriormente dependentes da Repartição das Obras Públicas, o Edital determina não só a obrigatoriedade de "Os proprietários de terrenos que estiverem por edificar, e bem assim os donos daquelles predios que carecerem de ser reedificados" começarem a construir "dentro de um anno" mas, sobretudo, que "Ninguem poderá d'ora em diante dar comêço á edificação ou reedificação, sem primeiro apresentar o risco á Camara Municipal, e obter desta necessaria approvação". Finalmente, quem tivesse obras em início de construção, não poderia continuar "sem que o risco tenha sido approvado pela Camara". Quanto às "barracas, e outras similhantes construcções informes, que existirem nos logares onde as Leis da Inspecção as prohibem, serão também immediatammente demolidas".

Evidentemente, a Câmara avançava, fazendo uma leitura muito ampla das competências que o Governo hesitava ainda em reatribuir-lhe. Nesse sentido se manifesta Anselmo José Braancamp Castel Branco, em ofício datado do *"Arsenal das das Obras Públicas"* de 4 de Agosto de 1835, dirigido a Rodrigo da Fonseca Magalhães, afirmando não se sentir esclarecido por lhe não ter sido enviada cópia da exposição da Câmara: *"peço portanto a V. Exª me queira elucidar se pelas disposições em questão a Câmara é somente encarregada de fiscalizar que os Predios particulares sigam restritamente os alinhamentos dados pela Repartição de Obras Públicas a cujo cargo se acha este objecto (sendo sempre feito por mais de um architecto e Mestre sem despesa alguma das Partes) ou se finalmente esta Repartição fica de futuro exonerada deste serviço".*

Para ele havia *"duas maneiras de encarar o objecto em questão: a primeira é continuando a Repartição das Obras Publicas com as mesmas atribuições que até agora exercia, vindo a Câmara neste caso a desempenhar o que pertencia ao Juízo*

da Inspecção da Cidade; a segunda é ficar a Câmara incumbida inteiramente destes ramos das Obras Publicas (...)".

Em nota, de 10 de Agosto de 1835, a este ofício decide-se que *"a Câmara inspeccionasse as obras particulares, para se não usurparem terrenos publicos nem se falte aos alinhamentos do riso da Cidade", "não usurpando por modo algum o que por ora pertence à Repartição das Obras Públicas sobre a regularidade da frente dos Edifícios"* (6).

Era uma decisão algo salomónica que permitiu desde logo à Câmara iniciar, com algum sucesso (sempre relativo aos escassíssimos meios financeiros de que dispunha) uma campanha sistemática para a demolição das "barracas" que continuavam a pejar o centro da cidade, para obrigar à construção de passeios e impor os alinhamentos caucionados pela legislação pombalina, permitindo, nomeadamente, a destruição de becos e arcos. Por isso, o vereador Fiscal das Obras, propunha, em Março de 1836, *"que sendo considerável o número de informações e vistorias a que o arquitecto da Câmara (Malaquias Ferreira Leal) tinha de satisfazer em consequência do Edital relativo à Inspecção da Cidade (...) que se lhe arbitrasse um emolumento por este novo trabalho"* (7) e, no início do ano seguinte, que *"se faça um arquivo metódico para se guardarem todos os desenhos e planos que houver sobre as diferentes obras, tanto do Município como daquelas que lhe têm sido entregues em Comissão"* (8).Como consequência, determinava-se também que *"o architecto da Cidade tivesse de ora ávante uma casa dentro do recinto da municipalidade; afim de poder ser chamado bem como os outros, quando for necessário o seu parecer sobre as diferentes obras de que é encarregado"* (9).

Estava a nascer assim a Repartição Técnica da Câmara, numa duplicação ainda das Obras Públicas, devendo os prospectos das novas construções ser aprovados pelas duas entidades. Mas, enquanto esta última repartição se via assoberbada por trabalhos diversos, como a reconversão dos conventos aos diferentes serviços públicos, a Câmara era um organismo renovado e ansioso de reconhecimento político. O Governo, em geral, e sobretudo os cidadãos não hesitavam em enaltecer o mérito da

sua actuação relativamente expedita, tanto mais que ela se mostrava sempre aberta à plena participação. Por exemplo, terá sido por sugestão de um *"negociante desta capital"*, que lhe foi dirigida, que surgiu a proposta de lotear o território do ex-convento de S. Domingos (10). Pouco depois, aliás, a Câmara mandava mesmo anunciar *"que todo aquele cidadão que se lembrar da abertura de alguma nova rua ou de qualquer estabelecimento util ao publico para que possa servir algum dos prédios incorporados nos bens nacionais o participe afim de se darem as possiveis previdências"*(11).

Felizmente para o futuro da memória da cidade, não terão sido muitas as respostas a este espantoso apelo, tão só porque a falta de meios, públicos e privados, era geral. Se a Repartição das Obras Públicas era um organismo cansado, a Câmara dispunha de uma vitalidade pragmática sem qualquer cultura urbanística que a apoiasse: queria passeios, ruas amplas, teatros e monumentos, a destruição das "barracas" e a edificação de infraestruturas - "canos gerais", matadouros, mercados -, ouvia todos os *"cidadões distintos"* (12), nomeava comissões e requisitava constantemente as cantarias dos demolidos bens nacionais, mas nenhuma ideia tinha para Lisboa: fazia ainda cumprir a legislação pombalina ao mesmo tempo que desejava *"o aformoseamento exterior das casas da capital"* (13).

Na verdade, desejava-se também *"um novo método"* para *"o plano da reedificação e embelezamento da cidade"*, como propôs o Presidente em Abril de 1837, mas decidiu-se então que *"esta matéria fica adiada até que se examinasse a Ley que trata de tal objecto para sobre ele se tomar definitiva resolução"* (14). Sem que se tivesse avançado nos pressupostos, o mesmo apresentou em Agosto de 1840, a intenção de a Câmara Municipal incumbir *"uma comissão especial"* para *"a formação de um plano geral de reedificação e edificação da cidade com as plantas e os riscos correspondentes"* que, *"depois de aprovado"*, *"será enviado ao governo"* para valer *"como Ley permanente"* (15). Chegaram a ser nomeados os vereadores e funcionários que integrariam tal comissão e houve mesmo registo de convites aceites por parte dos cidadãos contactados, como o Visconde de Sá da Bandeira. Quanto a outros, por

exemplo Policarpo José Machado ou o Conde de Viana, só há notícia do envio dos convites. Apesar de ter sido ofialmente marcada a primeira reunião, nenhum eco subsequente existe nas actas(16)...

Claro que o desejo de elaborar uma nova *"Ley permanente"* para a gestão urbanística de Lisboa era o último episódio do confronto com as Obras Públicas e o Governo Civil de Lisboa de que elas entretanto passaram a depender. Para se impor, a Câmara dispensava o corpo dos arquitectos daquela repartição, refugiando-se na colaboração dos cidadãos a que agregava o Arquitecto da Cidade, Malaquias Ferreira Leal cuja formação não consegui apurar. Curiosamente dispensava também a colaboração do prestigiado arquitecto da Casa Real, Joaquim Narciso Possidónio da Silva que, no entanto, em 1835, oferecera *"gratuitamente os seus serviços no que for conveniente à sua arte"* (17). Todavia ele, no ano anterior, tinha assumido publicamente o confronto com os seus colegas das Obras Públicas, precisamente ao defender o primeiro concurso público aberto pela Câmara Municipal. Vale a pena determo-nos na sua análise.

6.2.2. Confrontos entre arquitectos

O concurso foi anunciado na *Chronica Constitucional* de 2 de Maio de 1834: querendo construir um novo mercado "entre o Boqueirão de Ver o Peso e o da Palha" (ou seja na Ribeira Velha, em frente à Rua dos Bacalhoeiros, entre a Alfândega e o Campo das Cebolas) (**Fig.102**), a Câmara convidava "todos os Architectos" para, num prazo de quinze dias, apresentarem "a planta e alçado da dita obra e orçamento", acrescentando que haveria "15 moedas de prémio ao vencedor e 5 moedas ao imediato".

Ora, quando os seis projectos apresentados já estavam patentes ao público (entre 21 e 24 de Maio) mas antes de conhecer-se o parecer do juri (2 de Junho), Possidónio da Silva publica um violento artigo no mesmo jornal (**doc.77.1**).

Começando retoricamente por evocar a decadência da "Nação portugueza", citando a "inquisição" que "fez os cidadãos timidos e desconfiados", confronta a grandeza do "Principe" que salvara o país do "abismo" com o escândalo de só "cinco plantas" (na verdade haviam sido seis os concorrentes) terem respondido ao convite generosamente dirigido pela "Excellentissima Câmara Municipal" a "todos os Architectos de Lisboa". E, no entanto, afirma, "nesta Capital existem mais de trinta Architectos civís, dos quaes quinze pertencem á Repartição das Obras Públicas, e neste caso percebendo do Estado a sua substencia, e esperando delle não só augmentos, como consideração e premios!!". Terminava apelando: "cumpre desterrarmos essa indolencia propria de escravos, sejâmos livres, desenvolvâmos de uma vez as virtudes cívicas, sem as quaes serão sempre infructiferos os esforços do Governo".

Se o que pretendia o arquitecto da Casa Real era resposta, obteve-a por parte de João Maria Feijó (**doc.77.2**), lente da Academia de Fortificação e, em 29 de Agosto desse ano, nomeado "lente substituto da aula publica de architectura civil" (18). Começando por acusar Possidónio de "procurar desacreditar uma classe de homens, muitos dos quaes fazendo todos os esforços para merecerem a benevolência do Público", preocupa-se essencialmente em justificar a sua não presença no concurso: por "ser pecuniario o premio offerecido" e "pela incerteza da maneira pela qual o merecimento dos desenhos seria julgado" visto não se conhecer "a qualidade dos arbitros" "que em semelhante materia merecessem a confiança dos concorrentes". No entanto, não o assustava concursos pois se apresentara a um "para uma distinção academica" cujos dificeis condições descreve. Finalmente, desmerece a importância daquele, insinuando que "o menor orçamento seria mui provavelmente a mais attendivel perfeição" e afirmando que se, em vez de "meia duzia de logarejos", "o Governo, a Camara, ou os particulares" propusessem "edificios cuja delineação" fosse estimulante - "como seriam os Salões para as sessões das Camaras, um Monumento dedicado á Gloria do Restaurador das Liberdades Patrias" - se achariam "numerosos concorrentes, ainda que se esqueçam de lhes prometter um premio pecuniario".

A polémica arrasta-se com a resposta de Possidónio e a contra resposta de Feijó (**doc.77.3;4**) e o diálogo azeda-se. O primeiro espanta-se que se despreze de tal forma a importância dos mercados "que nos seculos Gregos e Romanos mereceu a solicitude dos nossos grandes mestres!". Tanta ignorância era devida ao facto dos "Vitruvios e Palladios de escóla dos Caetanos" nunca terem saído "daqui para frequentar as Academias acreditadas na Europa". Por isso eles não tinham "conhecimentos e gosto", limitados "nas cópias contínuas que constantemente se tiram nos edificios fundados em epocha, na qual o mau gosto dominou!". Escandaliza-o também que "a falta de determinação dos arbitros fosse a causa principal de não acceitar um convite". Pois quem haveria de julgar? "Os architectos educados nos vicios das escolas portuguezas? Que aprenderam? Que viram e construiram?". Sobretudo "se entre os concorrentes apparecesse um que viu, e estudou o que ha de melhor na Europa, que mereceu distincções públicas a pesar de estrangeiro, e julgadas pelos primeiros mestres, que ora existem (...)".

Possidónio estava evidentemente a falar de si mesmo e foi mais longe evocando Costa e Silva que, quando lhe exigiram "um exame de ostentação" para ser "nomeado lente de architectura", terá perguntado quem seriam os seus examinadores, bem ciente de que era o único "então approvado na Academia de S. Lucas de Roma". E aproveita para ajustar contas: revoltando-se contra o "principio barbaro" de promoção pela antiguidade, vigente nas Obras Públicas, recorda a "vergonhosa obra do Salão da Camara dos Pares" em S. Bento em que ele próprio fora preterido "pelo frivolo pretexto de não haver percorrido a famosa escala da Casa do Risco de Lisboa", embora tivesse estudos realizados para ela desde 1832.

Na verdade, não era esta a única razão de queixa que Possidónio tinha das Obras Públicas porque quando fora encarregado das obras no convento da Trindade, para instalação da *"Perfeitura"*, o Intendente procurara recusar-lhe meios humanos (19), o mesmo acontecendo quando procedia ao levantamento do *"convento de Rilhafoles"* (20). E depois de alcançar a direcção dos trabalhos em S. Bento para a Câmara dos Deputados, encontrou todo o tipo de obstáculos por ser *"uma pessoa que nada tem a*

ver com a Repartição das Obras Públicas" (21), sendo observado que *"fez quadriplicar a despesa"* quando o que antes estava projectado *"não tinha igual formusura e grandeza mas podia fazer-se com brevidade"* (22). E quando, enquanto *"Architecto da Casa Real"*, solicitou *"as plantas, riscos e livros pertencentes ás obras do Palacio d'Ajuda"*, foi-lhe respondido, oficialmente, que o que restara desse material, *"roubado pelos rebeldes"*, fora recolhido na Repartição das Obras Públicas - depois de ser extinta a Sub-Inspecção da Obra do Real Palacio, por decreto de 18 de Agosto de 1833 - e *"em quanto este decreto não for legalmente derrogado não pode o referido Architecto ter ingerencia alguma naquela obra"* (23).

Mas, apesar do prestígio com que regressava a Portugal, Feijó, na sua segunda resposta, acha excessivo que ele se compare a José da Costa e Silva, tanto mais que o seu projecto para o mercado (com o nº 3) fora já considerado pelo juri como apresentando "a periferia maior do que a do terreno em que se deve edificar", além de ter "os logares nimiamente pequenos" **(doc.78).** Este facto fá-lo malevolamente lamentar o "máu emprego de uma pensão" perante "o triste espectaculo da presumpção e da incapacidade personalisadas em um portuguez".

Pouco consistente foi a defesa de Possidónio, no último artigo publicado, começando por duvidar que o seu opositor fosse "architecto", ferroada habitual por parte de um "civil" em relação à carreira dos engenheiros militares. Para justificar o seu projecto, afirma que se apresentava "uma planta maior" a fazia acompanhar de outra, "perfeitamente igual a todo o espaço": "e as proporções quem as ignora, logo que tenha quinze annos de idade?". Conclui que considerava ser a arquitectura uma arte - "como a Pintura" - em que não se podia sair "do clássico, acommodado porem aos nossos costumes, e por isso invariaval em quanto estes o forem". Caso contrário, cair-se-ia "no romantico, de gosto hoje na Musica e Poesia".

A polémica só terminou com uma longa *Exposição justificativa dos Architectos, Ajudantes e Praticantes das Obras Publicas...* (**doc.77.6**) que, em conjunto, reforçam a defesa da classe, assumida por Feijó. Refutam a importância das viagens na formação de um arquitecto - "por mais que sejão prodigiozas" "as agoas Parizienses" "não

podem fazer o portentozo milagre de methamorfosear genios, mas apenas fecundar aquelles que desde a infancia acalentarão as filhas do gosto" - e elogiam os "incansaveis Architectos gravadores de todas as épochas, que solicitos fazem com que a gravura exerça as suas divinas prerrogativas", pondo ao dispor, dos que não usufruiram "o beneplacito e a confiança do governo d'então", "o verdadeiro gosto em Architectura, que todos os Authores concordão consistir no Typo-Grego".

Recordam também que em Portugal já existiram "Artistas, que não só virão Pariz, mas se demorarão assás em todas as principaes Cidades da Europa civilizada", citando "os sublimes Costas, Cyrillos, Fredericos, Machados, Vieiras e Sequeiras" e lamentando que este último permaneça "longe da Patria, que tanto carece d'elle". Todos eles - e também "Fabri, Italiano" e o "habil e Theorico Lente o Sr. João Maria Feijó, que mereceo todos os premios do Curso Mathematico, de Forteficação, e Engenharia (...) sendo muito antes versado em Architectura Civil" - e ainda a "grande Aula de construcção pratica, o Palacio d'Ajuda, em tempos que foi derigido por habeis Architectos" haviam formado arquitectos "muito sofriveis", experimentados "em varias direcções d'Obras Públicas, aqui, e em todo o Reino, taes como Pontes, Caes, Aquedutos, Muralhas, Estradas".

Por isso, estivesse certo o estrangeirado, que "Na Casa do Risco conhecem-se as cinco ordens caracterisadas de Vinhola, Paladio, Serlio, Scamozi". Fora destes referentes, até "os mais distinctos Francezas" reconheciam que não havia outros "que fornecessem regras de verdadeiro gosto", embora fosse necessário prevenir que, em França, havia quem fosse "extravagante", capaz de cair "por mania na mesquinhez das fórmas, na dos reçaltinhos, continuas mutilações, e polygamas molduras, com que nos querem imbutir huma nova decoração". Mas em Lisboa pensava-se que "he loucura innovar por força, o que verdadeiramente se não póde innovar, e tanto quanto seria estranho, e asnatico em qualquer esculptor, pertender que tinha excedido a Venus de Medicis, o Gladiador, o Apollono, ou o grupo expressivo do Laocoonte".

Outra bibliografia se utilizava na "Aula dos Caetanos": "Vitruvio commentado por Perrault e o curioso Desgodets que nos reproduz palmo por palmo quantas

maravilhas existem em Roma", além do "Curso d'Architectura de F. Blondel, o qual se tem traduzido em parte, e postilado, para instrucção d'aquelles, que ignorão o idioma Francez (que são poucos)". Lamentável é que não houvesse em Portugal "hum só tratado d'Architectura que instrua quem ignora as Linguas estrangeiras!".

Claro que não deixam de apreciar o projecto de Possidónio para o mercado: "sem attenção ao perimetro, nem á escala, com tal fogo projectou, que não esteve pelos limites, em que se deve circunscrever o edificio", apesar de apresentar uma distribuição de lugares "que algumas vendilhonas mais bojudas, encherião todos"...

Concluem com uma espécie de recado nacionalista: era preciso cuidar do "já fixado *Bom gosto*" e nesse caso França nem sempre era boa conselheira. Não se deveria querer transformar "Lisboa em Pariz", era preciso atentar nas "forçosas determinações da natureza por toda a parte variavel" e, sinceramente, "se cotejarmos comtudo os edificios Francezes com os nossos, tendo-se em vista o número de huns e de outros, conheceremos, que em França existem muito mais caprichosas, e extravagantes producções d'Architectura, do que em Portugal". O que era necessário era mais meios, o que eles esperavam do "braço que prostrou os Philisteos Miguelistas" e da "Regeneração ha tanto tempo desejada!".

No balanço geral desta curiosa polémica, Possidónio da Silva terá saído algo amesquinhado. Não só o seu projecto foi preterido, como confrontou com bastante injustiça todos os seus colegas. No entanto, as suas ideias sobre a arquitectura do novo século em nada diferiam das deles, uns e outros defendendo, com particular insensibilidade aos reptos literários do tempo, a herança clássica. Quanto muito, o estrangeirado receava o perigo romântico, que espreitava da música e da poesia, enquanto os discípulos de Costa e Silva, Cyrillo e Fabri receavam ainda o barroco afrancesado. Veremos que vinte anos depois, esses parâmetros evoluiram e que Possidónio e Feijó serão colegas na *Associação dos Arquitectos civis portuguezes*.

Mas, para lá deste ponto de situação sobre o ensino e a teoria da arquitectura em Lisboa, interessa não esquecer a desmesura do debate em relação ao objecto em causa:

um pequeno e económico mercado na Ribeira velha. Como sempre acontecerá nestes tempos românticos, como fazia a Câmara Municipal nomeando uma comissão para substituir o Plano de reedificação pombalino por outro realizado por "homens bons", esta *desadequação* era um traço ideológico epocal que, politicamente, os Setembristas procurarão representar. Possidónio simbolizou-a quase caricaturalmente, propondo um mercado que não cabia no espaço, como se assim pudesse inverter o peso e a mesquinhês da realidade...

Esta impunha-se, todavia. Na análise dos projectos apresentados ao primeiro concurso (**doc.78**) o juri considerou que os objectivos da Câmara Municipal - "fazer construir um Mercado, que reunindo a commodidade Publica, á elegancia do edificio (...) se combinasse com uma bem entendida economia" - não tinham sido atingidos por nenhum.O 1º por apresentar "muita falta de luz" e ser "pouco arejado"; o 3º (de Possidónio da Silva) pelas razões já apontadas: ultrapassava as dimensões do terreno de implantação e tinha os lugares muito pequenos; o 2º, 4º e 5º por não terem "a menor elegancia" sendo as suas fachadas "similhantes ás mais, ordinárias habitações"; quanto ao 6º, entendia-se que "é tal que não merece a menor attenção".

Conformando-se com este parecer, a Câmara "deliberou não adjudicar os premios, porém abrir um novo concurso para o mesmo objecto, e com as mesmas condições".

Deste segundo concurso, só temos eco por um documento manuscrito (**doc.79**) que é a sua acta. Considerava-se que, em alguns dos projectos, *"se havia procurado unir á commodidade do Mercado certa elegancia, certo caracter d'Architectura, que he propria para embelezar os Edificios deste genero, e que é justo promover em o nosso Paiz"*. Aliás, só se atendera aos melhores oito projectos (o que sugere que teriam sido apresentados mais, talvez como resposta à acusação de "indolência" feita por Possidónio), deixando de parte *"a quelles que em ultimo resultado nada mais erão do que huma repetição dos Mercados existentes em Lisboa"* porque o novo mercado, além de *"preencher as condições de utilidade"* deveria servir para *"aformosear essa parte da Capital onde tem de sêr construido"*.

No entanto, era opinião do juri que *"nenhum tratou o objecto no seu estado de perfeição, posto que alguns se deixa vêr hum grande desejo de acertar"*. Também as condições de concurso não tinham sido preenchidas porque nenhum apresentava Memória descritiva nem desenhos de detalhes. Mesmo assim havia dois escolhidos, os nºs 5 e 8 que tinham *"a Luz preciza e a circulação do Ár não se acha embaraçada"* e apresentavam *"as commonicações necessárias para facilitar o transito no interior do Mercado"*. Apesar de ambos apresentarem *"hum genero d'Architectura differente e agradavel"*, parecia necessário introduzir, em qualquer deles, algumas modificações *"na altura da sua construcção"*. Por exemplo, faltava-lhes *"hum aposento para o Guarda", "Latrinas, e huma pequena Fonte cuja bica seria fechada com huma torneira, para nada se perdêr da porção d'agua que ali se podesse levar"*. A comissão acabava por se inclinar para o projecto nº5, embora não houvesse entre eles diferença tal que justificasse uma classificação.

Ao contrário do que aconteceu com o 1º concurso, a Câmara não publicitou, neste caso, os resultados. No entanto, em sessão de 12 de Julho de 1834, eles foram analisados e revelados os nomes dos autores: Malaquias Ferreira Leal (nº5) e João Maria Feijó (nº8) a quem foram atribuídos os prémios (24).

Deve naturalmente admitir-se que tenha sido mera coincidência que o primeiro premiado fosse o modestíssimo Arquitecto da Cidade e o 2º o homem que confrontara Possidónio. Mas não posso deixar de considerar que a Vereação, que se manteve afastada publicamente da polémica, decidira tomar agora posição. Castigava-se a arrogância do estrangeirado, talvez pela desadequação do seu projecto mas talvez também pelo orçamento que ele representava. Premiava-se o humilhado director da Aula Pública de Architectura Civil que Possidónio da Silva, no primeiro artigo resposta, afirmava não saber quem era e, no seguinte, duvidava que fosse arquitecto. Finalmente, escolhia-se o projecto do homem da casa, dócil para as modificações e adequações orçamentais.

Como não foi possível encontrar os desenhos dos projectos e a zona da Ribeira Velha foi desmantelada, aquando da construção do aterro oriental, nenhuma análise é

possível da obra. Foi certamente construído, como sugere a *Carta topographica da Cidade de Lisboa, 1856/58* (**Fig.102,1.**) e as actas da Câmara que, no entanto, registam duas adjudicações diversas da obra, uma no valor de 3 700$000 e outra de 40 900$000 (25)! Depois vem o silêncio sobre o decurso da obra e a sua possível inauguração. E a vereação partirá para outros projectos, quer a remodelação da Praça da Figueira (26), quer a intenção de edificar novo mercado no Sítio da Patriarcal Queimada (27). Todavia, eles não terão melhor destino do que este, o mesmo acontecendo aliás com quase todas as obras que, ardentemente, se desejavam. É o que iremos ver.

Notas

1. Ver cap. 5, pag. 227-228

2. *Crónica Constitucional*,Portaria datada de 19 de Abril de 1834, publicada em 28 do mesmo mês.

3. Ver cap. 6, pag. 339 e seguintes

4. Por Portaria publicada no *Diario do Governo*, nº87, 13 de Abril de 1836.

5. ANTT, *MR /ASE*. Maço 1993: Parecer do Governador Cicil de Lisboa Joaquim Larcher, 17 de Maio de 1836 e do Conselheiro Fiscal das Obras Públicas.

6. *Idem, ibidem*. Oficio de Braamcamp Castel Branco dirigido a Rodrigo Fonseca Magalhães, 4 de Agosto de 1835.

7. *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 10 de Março de 1836, pag. 244v. (manuscritas).

8. *Idem*, 15 de Janeiro de 1837, pag. 171. Deste Arquivo, que de facto terá existido, não encontrei o mínimo vestígio no AHCML, embora no SGO existam os ofícios que remetem para os prospectos. Como veremos mais tarde (cap. 8.3) só a partir de 1845 pude assinalar uma Colecção de prospectos com índice e desenhos anexos.

9. *Idem*, 14 de Abril de 1838, pag. 249v.

10. *Idem*, 13 de Setembro de 1839, pag. 225.

11.*Idem*, 12 de Maio de 1835, pag. 179.

12. Utilizo o termo do seguinte registo: *"Representação assinada por 96 cidadãos distintos, agradecendo a medida tomada pela Câmara na demolição de muitas barracas que deturpavam a perspectiva da cidade e pedindo que outro tanto se verifique a respeito do chamado palacio de Cadaval ao Rossio"* in *Idem*, 14 de Julho de 1834, pag. 153v.

13.*Idem*, Proposta do vereador Domingues, que ficou adiada, 5 de Abril de 1837, pag. 129.

14. *Idem*, 24 de Abril de 1837, pag. 153v.

15.*Idem*, 17 de Agosto de 1840, pag. 165v.-167v.

16. *Idem*, 14 de Setembro, 1, 3 e 13 de Outubro de 1840, respectivamente pag.s 198v., 211v., 215v., 230v.

17. *Idem*, 20 de Maio de 1835, pag. 187v.

18. in PEREIRA, Esteves, 1904, vol.3, pag. 324-325 : "João Maria Feijó".

19. ANTT, *MR/ ASE*. Maço 1913: Ofício de Braamcamp Almeida Castel Branco para Joaquim António de Aguiar, 22 de Fevereiro de 1834.

20. *Idem, ibidem*. Maço 1934: Oficio de Braamcamp Almeida Castel Branco para Bento Pereira do Carmo, 9 de Maio de 1834.

21. *Idem, ibidem*. Maço 1934: Ofício de Braamcamp Almeida Castel Branco para Bento Pereira do Carmo, 12 de Junho de 1834.

22. *Idem, ibidem. Negocios Diversos, 1833-34, C3: Câmara dos Deputados*: Ofício dirigido a Joaquim António de Aguiar, 17 de Outubro de 1833.

23. *Idem, ibidem*. Maço 1934: Oficio de Braamcamp Castel Branco para Bento Pereira do Carmo, 23 de Setembro de 1834.

24. *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 12 de Julho de 1834, pag.153.

25. *Idem*, Sessão de 19 de Julho de 1834*: "Foi arrematada a Obra do novo mercado entre o Boqueirão de Ver o Peso e o da Palha pelo preço de 3 700$000 rs., sendo arrematante o Mestre de Obras José Pires da Fonte devendo lavrar-se a escritura em o dia 21".*

Sessão de 17 de Setembro de 1834: *"Procedeu-se a arrematação da obra do novo mercado entre o Boqueirão de ver o Peso e o da Palha, pelo melhor lanço de 40 900$000 rs por José Moreira Mestre Pedreiro".*

Na Sessão de 18 de Setembro, decidia-se: *"Considerando que o anterior lanço excedia muito aquele que a Camara julgava razoavel, decidiu esta empreender a dita obra por sua conta, devendo ser fiscalizada pelos Vereadores".*

26.*Idem*, 5 de Fevereiro de 1835, pag. 93 : O Vereador Neves apresentou uma Memória sobre *"a reforma interior da Praça da Figueira".*

27. *Idem*,22 de Agosto de 1835, pag. 273v.: O Ministério do Reino põe à disposição da Câmara *"o terreno que fora destinado para o Erário Novo no sítio da Patriarcal Queimada para ali se construir um novo mercado de cujo plano a mesma Câmara fica encarregada".*

6.3. Os projectos de representação: realizações e fracassos

6.3.1. O Passeio Público e o Jardim de S. Pedro de Alcântara

O desejo material e simbólico de apropriação da cidade por parte dos liberais vencedores teve, como palco privilegiado de expressão, a campanha de melhoramentos do Passeio Público. Simultaneamente, o seu relativo sucesso, pelo menos ao olhar menos exigente da maioria dos contemporâneos, serviu para enaltecer a capacidade executiva da Câmara Municipal que, desde o início das suas funções no novo contexto político, assumiu o empenho e a responsabilidade pelos trabalhos. Assim fazendo, correspondia à vontade de muitos "cidadãos patrióticos" que se dispuseram a assinar uma subscrição pública para a obtenção dos modestos meios financeiros necessários, e garantia também o apoio das Obras Públicas e do Governo, através do Ministério do Reino. Era pois uma obra colectiva em que todos queriam espelhar-se, *"repousando um pouco o animo que fixado perpetuamente em objectivos graves se oprime"*. Por isso, pretendia-se *"um projecto de puro aformoseamento da Capital"*, considerando que *"não há com efeito naquele lugar de alcunhado recreio nem o interesse que inspiram as selvas onde o reino vegetal indocil ao jugo do homem apresenta belezas virginais de inimitavel variedade, nem tão pouco, e ainda menos, se encontram ali os esforços da arte cuja carência quase absoluta tem convertido em um terreno calcario, esteril e desabrido aquele mesmo local"* (1).

Esta escrita românticamente retórica consta da primeira exposição enviada pela Câmara, em 9 de Dezembro de 1833, e era acompanhada de *"diversas plantas oferecidas à escolha do governo e de um requerimento de grandissimo numero de cidadãos que estão prontos a subscrever para esta empresa, solicitando-se outrossim algum auxilio da parte do mesmo governo"* (2).

Conforme numerosos registos epocais, aquelas plantas eram assinadas pelo arquitecto da Cidade, Malaquias Ferreira Leal e pretendiam, além de alguns melhoramentos, colocar *"a sua entrada e frostespicio (...) segundo o risco primitivo"* (3), embora, nem na Câmara nem nas Obras Públicas, alguma vez se citem os projectos de Reinaldo Manuel ou as suas retomas nos anos de 1800 (4). Lembrava-se, no entanto, que *"já na primeira epoca da liberdade nacional a Camara concebera o projecto desta mesma empresa (...) e mandara então delinear a perspectiva desta obra"* (5).

Pela análise feita às plantas camarárias pelo *"Prefeito da Província da Estremadura"* (6), conclui-se que existiam dois projectos, ambos concentrados sobre o alargamento sul do passeio, onde a Câmara já fizera demolir os *"estorvos e pejamentos que obstruiam o terreno"* (**Fig.103**), a consequente construção de uma nova fachada e *"o arrasamento dos muros antigos do Passeio até ao peitoril das janelas"* (**Fig.103,1-2**), utilizando *"a pedra da demolição para a nova obra e circuitar o velho Passeio com um engradamento de ferro semelhante ao novo"*. Sem que seja perceptível a diferença entre as duas propostas, que se limitariam a pormenores decorativos, o "Prefeito" vota a nº1, elogiando o largo de acesso, *"desafrontado e gazonado que deve produzir um bom efeito tendo sómente derredor uma rua de arvores para passear á sombra"*, a *"2ª Planta (em alçado) elegantissima em razão de formar um corpo saliente e semicircular para o portão de entrada e de ser adornada com pilastras e remates de muito bom gosto em architectura"* e, ainda *"a casa da portaria e da guarda, "metidas dentro do alinhamento da Gradaria"* (**Fig.103,3.**).

Tendo passado depois o projecto para as mãos dos arquitectos das Obras Públicas (Feliciano de Sousa Correia e João Pires da Fonte), apesar de já aprovado, eles não deixaram de criticar *" a mui pequena periferia da Praça que a Planta nº1 apresenta"*, justificando: *"É pratica bem recebida em Architectura fazer triunfar qualquer fachada de um grande Edificio, com a precedencia de uma Praça correspondente ás suas massas para o efeito devido da Degradação - a qual além disto é sempre precisa á circulação de gente e transporte"*. Todavia esta observação

formal, não os impediu de elaborar o respectivo orçamento da obra: *"54 161$210 a que se reduz 2 424$360 por aproveitamento dos materiais existentes"* (7).

Os trabalhos iniciaram-se em 1835, arrastando-se penosamente pela escassez de meios financeiros o que, desde logo, considerando os montantes em jogo, e quando comparados com os do último período do Antigo Regime, exemplifica bem a situação de total penúria das finanças públicas (e privadas), facto que deve sempre ser considerado na avaliação das modestas realizações efectuadas.

Para ultrapassar esta deprimente situação, a Câmara solicita permanentemente cantarias dos extintos conventos e edifícios nacionais. Obteve-as do Colégio da Luz sobretudo e das ruínas do Real Erário, numa permanente disputa com as Obras Públicas que resistiram a entregar-lhe outras, oriundas do convento dos Grilos, da igreja de S. Francisco ou da torre do hospital de S. José.

Mas não foi só pela reutilização das cantarias que o Passeio Público burguês se edificou, muito simbolicamente, sobre os destroços da antiga cidade. Para o "aformosear" - verbo ligeiro, sistematicamente usado nos documentos da época que representa bem os frágeis, ou inexistentes, parâmetros do pensamento urbanístico ou arquitectónico - a Câmara solicitou às Obras Públicas *"seis figuras marinhas existentes na repartição das Aguas Livres"*, armazenadas num *"patio do Desterro e no barracão do Campo de Sant'Ana"* (8) que aí se encontravam desde que o Intendente Pina Manique fizera aprovar o projecto para o Chafariz do Campo de Sant'Ana (9). Mais tarde, vieram também para o Passeio *"três figuras de pedra e um vaso de louça que se acham no Jardim denominado do Regedor cujo jardim está proposto á venda"* (10) e que mais não era que o do antigo palácio da Inquisição. Falhou, todavia, o projecto de "aformosear" mais uma vez as áleas com *"bustos dos herois portugueses"*, sobre o qual a Câmara chegou a fazer uma consulta à Academia de Belas-Artes (11) que parece ter ficado sem resposta.

Inaugurado com pompa política em 4 de Abril de 1838 (**Fig.103,4-9**), data do aniversário da Rainha, registada sob as duas coroas de louro centralizando a entrada principal, o Passeio Público celebrava também a recente ascenção dos Setembristas,

representando bem o seu projecto regenerador. Por um qualificado artigo, publicado no *Universo Pittoresco* logo em 1840 (12) dispomos da primeira litografia do seu largo de acesso, da autoria de Legrand (**Fig.103,4.**), e de uma descrição circunstanciada.

O novo Passeio avançara cerca de 300 palmos em relação ao anterior, fazendo-se anteceder de "um pequeno largo guarnecido quasi todo de bons predios particulares". A sua entrada principal constava "de tres portas de ferro, sendo a do centro mais larga", ladeadas de "duas cazas, uma para a guarda e a outra para o porteiro". Depois, "correm as grades de ferro, formadas de lanças como as portas, divididas de espaço a espaço por pilares de cantaria quadrangulares e corôados por capiteis, que se elevam pouco mais que as grades. Assentam estas sobre uma cortina de cantaria que tem 3 pés de altura para o lado interior".

O jardim propriamente estava "dividido em quatro quadros, e no centro é adornado com uma grande lago". Este, com "129 pés de circumferencia" tinha, no centro, "um alto pedestal oitavado e apinelado, que sustenta uma grande bacia de uma pedra inteiriça, do meio da qual se ergue uma pinha d'onde sahe o repucho d'agua" (**Fig.103,8.**). Apresentava-se decorado, "junto a cada uma das quatro fases principaes do pedestal" com os dois tritões e as duas sereias esculpidos por Alexandre Gomes para o Chafariz do Campo de Sant'Ana. Do mesmo autor, e destinadas ao mesmo projecto, eram "as duas bellas estatuas colossaes que representam o Tejo e o Douro", então colocadas "á entrada do bosque do Passeio, em quanto se não fizerem os dous lagos para que estão destinadas".

Quanto ao "bosque" considerava-se que era "bem copado": "cortam-no 13 ruas ao comprido, e 32 á largura", sendo "o intervalo de arvore a arvore" "occupado com bancadas de buxo em umas ruas, e de louro em outras". Era no meio deste "bosque" que se projectava então abrir "os dous lagos" a que se destinavam as estátuas representando o Tejo e o Douro. Por enquanto, eles eram apenas "dous largos ôvaes", um de cada lado da "rua do centro". Também "a fachada do fundo do Passeio" estava

ainda incompleta, faltando-lhe a projectada "cascata" (**Fig.103,10.**) no centro que, juntamente com as casas anexas, seia coroada de "terrados" e os portões de acesso.

As obras caminharão a partir de então ainda mais lentamente, com comissões sucessivas desistindo por falta de meios mas, em vésperas da Regeneração, o Passeio estava concluído, tendo-se procedido mesmo à substituição do primitivo lago cuja ausência de proporções sempre fora criticada. Os tempos estavam a mudar, política e culturalmente, anunciavam-se as primeiras iluminações a gás, mas o Passeio ficará na forma que lhe deu a primeira geração romântica que, afinal, mais não fizera do que basicamente executar o projecto de Reinaldo Manuel que já previa a abertura do lago e a edificação da cascata (13).Por isso, a componente arquitectónica da obra, guiava-se por um acentuado despojamento compositivo e por uma afirmada horizontalidade, apenas ritmada pelas molduras rectas de cantaria. Ou seja, nas décadas de 1830 e 1840, como aliás a arquitectura confirmará, era o gosto enfraquecido das Obras Públicas que se impunha, não por exclusiva opção estética mas por pesados constrangimentos financeiros. O que situa Malaquias Ferreira Leal numa longa genealogia de arquitectos que tinham nos reconstrutores da Baixa ainda o seu modelo.

Quem entretanto evoluíra rapidamente fora o arquitecto Joaquim Narciso Possidónio da Silva que, em 1834 (**doc.77. 5**), considerava ser a arquitectura uma arte "invariavel" "em que senão póde inventar nada de novo sem cahir no romantico, de gosto hoje na Musica e Poesia, mas não ainda em Architectura ou Pintura que não sahiram do classico". Em 7 de Julho de 1837, antes portanto da inauguração do novo Passeio Público, fez chegar à Câmara uma *Breve exposição (...) para fechar o Passeio do lado do Norte* (**doc.80**) acompanhada de planta que não foi possível localizar, o que impede uma reflexão plena sobre o que propunha. Mesmo assim, entende-se que quisesse fazer substituir a entrada central norte por duas laterais, apresentando, como fundamentada razão, que, daquele lado, não existia *"huma praça espaçosa, nem uma rua direita"*. Quanto ao *"chafaris"* que por isso tinha de ser alterado, supõe-se que se trate da celebrada "cascata" mas não se compreende como *"tornaria mais agradavel á vista aquelle embellezamento"*. Afirma que ele *"mudaria de aspecto"* e ficaria

"encostado ao tardoz do Templo Etrusco", referido sem qualquer desenvolvimento. Além desta marcação exótica, o sentido estético do programa clarifica-se com a proposta seguinte de *"dois pequenos pavelhões, pello gosto dos Kiosques Turcos, construcção apropriada ao nosso clima, ao seu destino, e pouca despesa: para servir, hum de Casa de refrescos, e o outro para leitura de Jornaes"*.

Possidónio, que chegou a participar na primeira fase dos trabalhos do Palácio da Pena então a decorrer, abre-se aqui ao eclectismo orientalizante pelo qual D. Fernando mostrava tanto interesse, numa antecipação de gosto em relação aos grupos dominantes portugueses. Não existindo registado nas actas da Câmara nenhuma reacção a esta proposta oferecida, é de crer que ela nem sequer tenha sido considerada, eventualmente apenas por razões económicas. Se tivesse sido contemplada, o Passeio não seria considerado antiquado, como já o era em 1840, num artigo publicado no *Panorama* (14).

Começava o articulista por considerar, retomando aliás críticas anteriores, que aquela obra, "logo na sua origem incompleta", tinha desadequada localização: abafado entre "os montes, ou eminencias, de S. Roque (...) e de Santa Anna", era "uma nesga de terra", "privado de lances de vistas, e orlado pelos dois lados com as paredes de casas", provando que "os reedificadores de Lisboa" se tinham apenas concentrado "na creação da cidade baixa, era esta o seu mimo e desvelo".

Nas obras em curso, procurara-se remediar "grande parte dos defeitos": reconhece que "não se poupou a cantaria, em que somos ricos, não se poupou tambem no ferro", obtendo-se um conjunto de "alamedas, rodeadas de gradarias de ferro sujeitas entre pilastras de pedra, á moda dos *squares* inglezes, conquistando grande parte da praça fronteira á miseravel cancella, que era d'antes a porta do passeio, e convertendo-a em florido jardim".

No entanto, se "louvavel foi o intento", o resultado mostrava que "este passeio tem má sina" porque "nenhum dos erros antigos no arruamento do arvoredo se emendou". Continuavam "as massas fastidiosas de verdura, quasi uniformemente decotada", quando se sabe que, se é necessária "certa ordem e regularidade", ela não

pode aparecer "com demasiado estudo", senão "logo se cança e enfada o espectador". Não se cuidara de, "a par das arvores de facil crescimento", se introduzirem outras "mais tardias em seu desenvolvimento, afim de com a duração a copa d'umas compensar a transitoria ramagem das outras, para no lapso dos tempos se conseguir a perpetuidade das alamedas". Em suma, não se percebera que "a disposição dos jardins, que tem sua architectura (digamo-lo assim)" é "graciosa, difficil, particular".

Como se isto não chegasse, as "portas" apresentavam-se "mais seguras do que as da Bastilha" e o lago era uma "montanha de pedra": "uma bacia enorme para receptaculo das aguas; um pedestal enormissimo no centro, sem proporção com o diametro do lago e objectos adjacentes, para suster uma pinha, por onde esguicha difficilmente um apoucado repucho, como se as aguas abafadas pela mole immensa não podessem respirar". Até os "tritões e sereias" eram, com certeza justamente, considerados "com proporções intoleraveis para estarem ao nivel dos espectadores".

Depois, o articulista, com menos verve, parte para a crítica à cascata em início de construção, considerando que "em logar de cascata teremos forçosamente um temivel espantalho", até porque se "não tiver a sufficiente quéda, para o que não vemos geito, então não é uma cascata é uma nova vergonha, para fazer *pendant* (como dizem os artistas) ao pedestal do jardim". Na sua opinião, seria preferível, em vez de "obra *tão dispensavel*", gastar o dinheiro nas estradas que "dão entrada para a cidade": "O camponez, que nos traz os fructos, a hortaliça e outros generos alimentares, não irá por certo com o seu jaleco de burel vêr a cascata do passeio, mas ha-de bemdizer quem melhorar a estrada".

Esta consideração moral, muito *ilustrada* à maneira liberal, não se opunha necessariamente a "obras de mero luxo e apparato". Queria tão só confrontá-las com o estado "das primorosas obras artisticas" que urgia conservar e, sobretudo, denunciar "como estamos atrazados nas bellas-artes", "sem homens habilitados". No entanto, "em tributo á verdade", elogia os "dois cisnes, esculptura bem acabada que sahiu da Academia das Bellas-Artes; semelham o natural e illudem a quem os vê de longe, caminhando-se pela rua central".

Louvor ao naturalismo na escultura, defesa do artíficio natural, "gracioso, dificil, particular" para a arte da jardinagem (será a primeira vez em Portugal que se usa o termo "arquitectura" para a designar?), eis uma crítica certa com os sentidos estéticos do tempo em que, simultaneamente, existe uma ínvia denegação da beleza ortogonal da Baixa. De facto, os seus "reedificadores" não souberam presumir "que sería mais agradavel aos moradores de ruas enfileiradas regularmente, e sempre (menos nas horas nocturnas) estrepitosas, o subir ás alturas e desfructar os dilatados e jucundissimos pontos de vista, que são as delicias da capital; fizeram um passeio para gottosos e doentes de rheumatismo, que ficasse a geito aos inquilinos desta parte da cidade, e não curaram do restante da população, da virilidade robusta, da mocidade inquieta".

Este desejo de vistas, transformando a cidade simultaneamente em palco e objecto de contemplação, e a defesa de uma jardinagem natural - "à inglesa" contra o gosto geométrico "da francesa" - serão tópicos fundamentais do melhor que nos legou a urbanística romântica. E, segundo ainda o mesmo artigo de *O Panorama*, tinha já uma realização em Lisboa: "o pequeno espaço de jardim a S. Pedro d'Alcantara" (**Fig.104,1-3**) onde "ha uma elegante variedade no desenho, que faz sobresahir as galas das mimosas amantes da voluvel borbolêta".

Creio que, desde que se adira ao rendilhado untoso dos adjectivos, tinha razão o articulista. O novel jardim - o primeiro de um notável conjunto que se prolongará ao da Estrela, ao Príncipe Real e, já fora do período que estudámos mas com o mesmo sentido urbano, a Santa Catarina, a Santos, à Praça da Alegria ou ao Torel - não só facultava um espaço de lazer, mais arejado do que o do Passeio Público, como, sobretudo, se dispunha como um miradouro nostálgico mas também feérico da cidade antiga. No entanto, não terão sido propriamente razões estéticas, muito menos qualquer intenção de ruptura em termos da arte da jardinagem, que presidiram à sua realização.

O espaço estava ali, sobrante das obras incompletas do aqueduto setecentista, era um "vasadoiro público" quando, em 1830 segundo o *Archivo Pittoresco,* "se mudou para alli o commando da guarda real da policia e se fez um quartel para a

cavallaria da mesma guarda". Ter-se-ia então arborizado "o plano de cima" (15). As obras foram realizadas pela Repartição das Obras Públicas, como afirma o seu Conselheiro Fiscal, ao ter que o entregar à administração camarária: *"Sobre o objecto em questão, já ninguem me pode tirar a gloria de haver empreendido dar tal aplicação áquele abandonado terreno mudando um local de indecente e escandalosa imundice em um aprazivel Passeio comodo e recreativo e que tem tido a boa fortuna de merecer uma geral aprovação"* (16).

Foi depois da posse da Câmara em 1836, que "se mandou ajardinar o plano debaixo, fazendo-lhe duas escadas lateraes, com seus cancellos, que se fecham ao sol posto" (17). Tinha uma existência modesta, tornando-se, nos anos ultra-românticos do meio do século, lugar de eleição para suícidios, obrigando à mandar-se resguardar a muralha "com uma cortina ou gradeamento" (18). Nunca teve a aura simbólica e a cultura de ver e ser visto do Passeio Público mas foi amado por todos os começavam a sentir nostalgicamente a cidade, receosos da desejada civilização e saudosos da metáfora nascente da *Lisboa antiga*.

Que essa figura existia, e podia ser salva, via-se dali, olhando a colina do Castelo e adivinhando-lhe Alfama e Mouraria. Mas o jardim era também a primeira realização urbanística sem antecedentes da nova situação liberal, e, perante o efectivo enfraquecimento da capacidade de projectar a capital, constitui-se como uma espécie de acerto feliz, colado organicamente ao sítio de implantação e gerando uma frente urbana progressiva ao velho Bairro Alto. Não será esta a única vez que os urbanistas bastante empíricos do romantismo nos hão-de surpreender. Para já, o jardim funcionava como o segundo espaço agenciado de descompressão do longo eixo que subindo o Alecrim ia colar à ainda Rua da Fabrica das Sedas. O primeiro fora o largo do Barão de Quintela, cuja importância se analisou no tempo próprio (19). Hão-de chegar, quase com a mesma cronologia, a Praça Luís de Camões e o Jardim do Príncipe Real para provarem também que algumas linhas de sentido articulam a época pré-romântica de D. Maria I com o século liberal.

6.3.2. O projecto das ruas das Cortes e de D. Pedro IV

Apesar dos pesados constrangimentos económicos, e da progressiva afirmação da Câmara Municipal na programação e gestão da cidade, os primeiros governos liberais continuavam a acalentar o desejo de marcarem a capital com obras vultosas que, simultaneamente, operacionalizassem so novos circuitos do poder político.

Neste âmbito, o projecto mais ambicioso foi o da abertura de um eixo simbólico e funcional que facilitasse e engrandecesse os acessos ao recém-instalado Palácio das Cortes. As entidades promotoras são o Ministério do Reino e o activo governador civil de Lisboa, Joaquim Larcher a quem, durante um curto período de tempo, entre 1835 e 1836, foi atribuída a direcção das obras cidatinas realizadas pelas Obras Públicas.

Segundo o seu ofício de 19 de Setembro de 1835, recebera uma *"Portaria desse Ministério (...) que ordena que eu faça quanto antes marcar a abertura d'uma nova Rua que se há-de denomidar Rua das Cortes começando no Largo da Rua Formosa e correndo em linha recta até ao Palacio das Cortes aonde alcançará passagem sobre um arco que se deve levantar na Rua de S. Bento defronte da porta principal do mesmo Palacio". Como* contributo pessoal, propõe a abertura *"de outra rua perpendicular áquela começando na Calçada dos Paulitas e terminando na Rua do Arco á qual me lembro se dê a denominação de Rua Duque de Bragança"* (20).

Pedindo também que fosse posto *"á minha disposição um Architecto Civil e um Capitão e Subalterno do Real Corpo de Engenheiros"*, pôde apresentar, certamente pouco tempo depois, uma planta com o projecto pretendido (**Fig.105**). Duas hipóteses eram aí consideradas: numa delas, **AA**, a rua respeitava o palácio do Marquês de

Pombal, onde estava instalado o Governo Civil do Distrito de Lisboa, em vésperas de mudar para o Hospício da Terra Santa do ex-convento de S. Francisco da Cidade, *"sendo a menos vantagoza por não sahir bem ao centro do Largo da R. Formoza"*; na segunda, **BB**, o primeiro alinhamento da rua terminava obliquamente no largo do ex-Convento de Jesus mas cortava *"parte do sobredito Palacio e parte (pequena) do continuo, tomando a melhor direcção, p. mais central ao Largo* (da Rua Formosa)" (21).A partir da frontaria da igreja de Jesus, a rua seguia um único alinhamento, de certo modo alargando e ortogonalizando a linha quebrada da travessa da Arrochela e, por isso, cortando os quarteirões confinantes também com as ruas da Paz e das Cruzes. Quanto ao projecto aventado pelo Governo Civil, os solícitos técnicos das Obras Públicas também o delineavam num único alinhamento, parecendo sair do patio do palácio Marim-Olhão, rasgado até ao cruzamento com a Calçada do Combro, donde subia cortando a igreja das Mercês e atravessando a cerca dos Paulistas, para terminar, numa pesada oblíqua, na projectada Rua das Cortes, lateralmente ao largo de Jesus.

Nenhuma sequência teve este ambicioso e, parece-me, muito desqualificado projecto que se propunha demolir, total ou parcialmente, um número elevado de edifícios, adulterar outros, alterar a malha de quarteirões estabilizados, tendo como "vantagem" ligar uma praça quase fechada, como era o largo da Rua Formosa, com uma entrada oblíqua no Palácio das Cortes, e apresentando, como percurso supletivo, um rasgamento agressivo na malha inferior do Bairro Alto. O desenho é mesquinho, incerto e não contextualizado. Parece um rasto de ferida através de memórias antiquíssimas de Lisboa, mais afim das propostas que, vinte anos mais tarde, há-de apresentar, com outra qualidade, o engenheiro Pezarat do que da tradição de projecto urbano da Casa do Risco das Obras Públicas de Lisboa, dando alguma razão às críticas que lhe dirigia Possidónio da Silva: tinha-se perdido o lastro da criatividade das equipas programadoras da reconstrução da cidade. Todavia, a culpa não era naturalmente só da incultura e falta de imaginação urbanísticas dos executores de

ordens de projectação mas de uma empírica classe política que chegava ao poder e o pretendia inscrever no corpo mesmo de Lisboa, sem meios nem referentes.

Terá sido exactamente a falta de meios financeiros que determinou o abandono da Rua das Cortes por outro projecto menos ambicioso: *"a nova rua que se deve denominar de D. Pedro IV"* que seguiria *"do Largo da Esperança para o das Cortes, cortando diagonalmente a cerca das Freiras"* (22). Neste caso, trata-se do primeiro esboço da Avenida das Cortes (depois D. Carlos I) que o engenheiro Pezerat havia de retomar, e realizar, depois de aberta a 24 de Julho, sobre o aterro das praias da Boavista.

Na ausência deste eixo, o projecto de 1836 não tinha qualquer sentido funcional como refere José da Costa Sequeira, falando em nome dos *"artistas Professores da Academia"* a quem o estudo fora enviado para parecer, numa duplicação da Repartição das Obras Públicas que o estava a elaborar: quanto a eles, *"parece mais util (...)a abertura da Rua dos Mastros que hoje está sendo uma das mais frequentadas em razão da sua imediata contiguidade com a da Flor da Murta e de S. Bento unicas vias para quem se dirige ás Cortes da Cidade baixa pela Rua do Arsenal e Boavista"* (22).

Além disso, o projecto encomendado levantava inúmeros problemas. Já os arquitectos das Obras Públicas, Francisco Antonio de Sousa e Sergio da Costa Soares de Araujo, haviam alertado para *"as dificuldades e grande declive que deverá ter a rua (...) por quanto a natureza do terreno que deve atravessar é de muita dificuldade carecendo de grandes aterros bem como de muralhas"*, o que os fazia calcular uma despesa *"de mais de 35 contos de reis"*, exigindo também a inteira inutilização da Igreja e do Convento da Esperança (23). De acordo com este parecer, "o corpo academico" - que no entanto avalia a obra em 15 ou 16 contos - não lhe via *"vantagem alguma"* por três ordens de razões: *"não poder ficar bem determinada a direcção daquela Rua tanto a respeito da frente do palacio como da do novo lado que deve ser demarcado no Largo da Esperança, formando em ambas as partes angulos muito agudos; não ser possivel evitar-se a grande incomodidade que o plano deste ultimo*

Largo sumamente inclinado oferece á passagem das carruagens; (existir) *a mesma dificuldade de transito ao atravessar-se a Calçada da Estrela cujo declive igualmente se não pode modificar"* (22).

Assim se encerrava o desejo político de dotar a sede do poder constitucional de acessos condignos, tropeçando na falta de meios financeiros e numa espécie de resistência dos sítios ainda activos da cidade herdada. Mas nem todos os projectos foram falhados nestes "tempos de inquietação": depois do relativo sucesso que estava a constituir a reinstalação do Passeio Público, outro espaço pombalino era tomado em mãos pelas gerações românticas que aí realizam a única obra arquitectónica notável do ciclo liberal anterior à Regeneração. Refiro-me à Praça do Rossio.

6.3.3. Do *aformoseamento da Praça do Rossio* à edificação do Teatro de D.Maria II

No âmbito das competências que reivindicara às Obras Públicas, e apostada em fazer desaparecer as "barracas" que continuavam a pejar sítios nobres do centro da cidade, a Câmara Municipal empenhou-se, positivamente, em obrigar o Duque de Cadaval a construir a frente da praça do Rossio e a respectiva correspondência pela Rua do Príncipe (depois Primeiro de Dezembro), num conjunto de dois lotes que, até então, haviam impedido a plena fruição daquele espaço urbano (**Fig.106,1.**).

A obra fez-se, devido à pertinácia da atitude camarária (24), seguindo o prospecto pombalino mas de outro modo os vectores de gosto epocal se manifestaram: em primeiro lugar, pela actuação da "Comissão nomeada para o aformoseamento da Praça do Rossio", composta por vereadores e vários cidadãos (25) que terão decidido cercá-la "por um passeio de lagêdo em chadrez azul e branco, e fechada por uma grossa corrente de ferro sostentada por 132 columnelos, deixando doze entradas para o centro, trez em cada face", renovação bem documentada numa litografia sobre desenho de Legrand (**Fig.106,2.**), então publicada (26).

Era o começo da transformação do popular Rossio em mais um "Passeio" de vocação burguesa que seria completado em 1848-49, quando o centro da praça foi inteiramente calcetado com motivos ondulados em basalto preto e branco (**Fig. 160,4.**), proposto pelo marechal Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado (27) que para isso utilizou os "grilhetas" do Castelo de S. Jorge. A toda a volta desse recinto, dispuseram-se bancos e renques de árvores (27a), uniformemente distribuídos. Entretanto, por Decreto de 31 de Outubro de 1836, Sua Magestade ordenara, sobre proposta da Sociedade Patriótica Lisbonense, que a Praça do Rossio se passasse a designar por D. Pedro.

Não menos simbólico que este conjunto de medidas foi o incêndio que deflagrou, no dia 14 de Julho de 1836, no antigo palacio da Inquisição (**fig.107**) onde funcionavam "o tribunal, e contadoria do Thesouro Publico; a secretaria da Fazenda; a Commissão do Credito Publico; e a officina do Papel Sellado" (28), destruindo-o completamente. Com ele, desaparecia uma das frentes prestigiadas da reconstrução pombalina mas abria-se o destino futuro do sítio.

A primeira decisão do governo foi atribuir o edifício à "Inspecção Geral dos Theatros, e Expectaculos Nacionaes", instituída por decreto publicado no *Diario do Governo* de 17 de Novembro de 1836, para "construcção de um Theatro Nacional" (29) que antes, Almeida Garrett pensara instalar no Largo da Anunciada. A obra, "de que muito se carece", contribuiria "para o aformoseamento da mesma Praça, e commodidade dos habitantes" com a vantagem de ser "pouca a despesa" necessária. Como veremos mais tarde, Luis Chiari elaborou imediatamente um projecto para o novo equipamento, aliás muito inferior ao que, em 1834, fora proposto, por autor não identificado, para o Largo da Anunciada (**Fig.107,1-2**).

No entanto, e apesar da "pouca despesa" envolvida no novo projecto, o governo hesita, pretendendo rentabilizar o grande terreno que lhe vinha às mãos. Ainda em Novembro de 1836, dias antes de se decidir a atribuição de parte do terreno para a edificação do Teatro, anunciara-se a abertura de "uma nova rua naquela parte do edificio onde esteve o Tesouro Publico, fronteira á dos Ourives do Ouro" que se

denominaria de Camões (30). Mas, como se concluiu que para tal "era necessário indeminizações e não sendo possivel nas actuaes circunstancias que sobre o Thesouro pese esta despesa extraordinaria", ordenava-se que "a Comissão interina do Credito Publico ponha á venda (...) junto ou separado (...) o quarteirão do dito Edificio do lado do Passeio Publico que deve ficar a poente da nova Rua incluindo a parte do jardim por ela separado (...) Os arrematantes ficam obrigados a edificar a parte que ainda o não está conforme o plano geral da reedificação da cidade". Naturalmente, com o produto da venda dos lotes pagar-se-iam "as indemnizações para a abertura da dita rua" (31).

Esta ânsia aflitiva, e bastante deprimente, de realizar dinheiro não se concretizaou de imediato. Em primeiro lugar o parecer do mesmo "corpo académico", que se pronunciara contra a Rua D. Pedro IV às Cortes, considerou, apreciando duas alternativas, que não puderam ser localizadas, que *"a Rua projectada através do edifício incendiado de qualquer modo que seja demarcada não compensa a despesa"*. E mais detalhadamente: *"Se se escolher o projecto delineado na Planta com agua escura que determina a Rua em direcção perpendicular aquele lado da Praça do Rossio vê-se que se afasta muito da frente do Passeio Publico, desembocando numa rua assaz estreita, qual a do Jardim do Regedor ficando sem continuação o que deixa o transito dos transportes assaz captivo"*. Inconveniente adicional era *"alem do exposto perder uma grande parte do terreno do edifico incendiado e ir demolir propriedades de muito valor que a Fazenda Publica tem de indeminizar colhendo-se por unico resultado ficar sistematizado o dito lado da Praça do Rossio pois que para facilidade do transito e acesso ao Passeio Publico já ali existe em muita proximidade a Rua do Principe"*.

Quanto ao segundo projecto, consideravam que *"só será vantajoso se em lugar daquela rua se formasse uma Praça (...) destinando-se-lhe todo o terreno entalado entre a Rua projectada e a do Principe. Esta Praça ficando contigua á do Rossio deixaria obvervar de longe a frente do Passeio, oferecendo livre desafogo á circulação do Povo que em certos dias ali acorre em tão grande numero e para que*

não é suficiente o pequeno largo que deixarão em frente do mencionado Passeio" (32).

Este qualificado parecer influenciou eventualmente futuras decisões, tendo o mérito de, embora apenas por razões económicas, de circulação e de engrandecimento da vista do Passeio Público, se opor à proposta de cortar com uma rua a face norte do Rossio que o governo encarava sem qualquer problematização. Mas a defendida abertura da Praça de Camões, que se virá a realizar (**Fig.107,3.**), era para já apenas um elo de uma longa cadeia de irresoluções.

De facto, em 17 de Agosto de 1837, sete meses depois da atribuição de parte do incendiado edifício ao Teatro Nacional, o vereador Lago apresentava em sessão da Câmara Municipal, o projecto *"de pedir ao governo a posse do palacio queimado"*. A ideia ficou adiada, depois de longa discussão mas voltou a ser apresentada com um sólido fundamento: ele destinar-se-ia, *"quando as circunstâncias o permitirem"* a *"reconstruir ali um palacio que deve ocupar a Câmara Municipal de Lisboa"* (33).

Esta intenção, que apresentava, como base financeira, a possibilidade da resolução das avultadas dívidas que o Governo tinha em relação ao município e visava representar simbolicamente o destaque político que ele entretanto adquirira, veio a ser autorizada pelo decreto de 13 de Novembro de 1837, reforçado pela portaria de 2 de Junho de 1838 (**doc.81**). Alterando quase toda a legislação anterior sobre o assunto, aprovava-se a abertura do Largo Camões e a edificação dos Paços do Concelho; o conjunto era avaliado "na importancia liquida de cincoenta e quatro contos e quatrocentos mil reis" que seria "abatida na divida por que é credora á Fazenda Publica, applicando-se o restante do seu valor ao pagamento das expropriações, córtes, e mais despezas que é obrigada a fazer".

Levada a Cortes, esta medida governamental mereceu a aprovação da "Commissão de Fazenda" que considerou ser "de utilidade publica, pois amortiza uma parte da divida do Estado, dará longo emprego a consideravel numero de operarios, e tira da segunda Praça de Lisboa o desagradavel aspecto das ruinas de um grande Edificio que a estão affeiando". Congratulava-se também com "a abertura da Praça de

Camões, contígua á parte occidental do mencionado Edificio, Praça que vai ser novo testemunho do respeito dos Portuguezes de hoje, á memoria do Principe dos nossos Poetas, o maior Cantor da gloria da nossa Patria" (34).

Exigindo uma reapreciação do projecto para construção do teatro nacional, que a seguir abordaremos, a Câmara assumiu, com o seu habitual empirismo, a condução do processo. Na verdade, embora tivesse visto drasticamente reduzido o montante que o Estado lhe devia, nem por isso ela tinha dinheiro: recebera um edifício em ruínas, tinha de abrir um largo, pagar indeminizações e construir o seu almejado palácio! Naturalmente pensou em contrair um empréstimo (40 000$000) que o Ministério do Reino autorizou (35). Simultaneamente, e retomando o espírito de 1834, quando abrira um concurso para construir o mercado da Ribeira Velha, "desejando que a obra complete de uma maneira digna do objecto a que se destina, convida todos os arquitectos para que até 20 de Agosto (de 1839) lhe apresentem os alçados e plantas do plano nobre, pertencente tanto ao interior como ao exterior do sobredito edificio e seus respectivos cortes afim de se conferir um premio de 96 000 reis ao que for aprovado e de 24 000 reis ao que for imediato" (36).

Solicitando apenas os elementos arquitectónicos do "plano nobre", parece evidente que se pensava aproveitar o incendiado palacio: talvez exactamente por isso, não temos conhecimento de ter havido resposta ao "convite" formulado. Em Novembro de 1839, resolvia-se adiar a obra, logo depois sugeria-se que ela *"fosse de jornal"*, ordenando ao Arquitecto da Cidade que *"levante desde já uma planta em que se aponte qual será o terreno que se deve cortar no local onde vão ser os paços do Concelho e o que quaisquer interessados podem comprar"*, finalmente, *"por sugestão dos peritos"* concluia-se que o arruinado edifício tinha de ser demolido (37).

Este conjunto de indecisões augurava o que evidentemente ia acontecer. Em Junho de 1840, admitia-se, pela primeira vez, *"que em lugar de começar a construção do edificio dos Paços do Concelho na Praça D. Pedro, aquele palacio incendiado se venda a troco da divida que pesa sobre o Municipio"*. Num impressionante percurso

circular verificava-se também que, aberta pela segunda vez *"praça"* para *"arrematação dos prédios situados no Palacio incendiado"* não houve *"quem lançasse"*. Assim, com um voto contra do vereador Henrique Nunes Cardoso, decidia-se *"que se requeresse ás Cortes a permissão da venda do Palacio incendiado na Praça D. Pedro"* (38). Na verdade, outro negócio estava já em perspectiva, movido pelos promotores do teatro nacional que ia voltar ao primitivo lugar escolhido. Mas também este ponto de chegada não foi fácil nem linear: é o que vamos de seguida analisar.

À primeira vista, a Inspecção Geral dos Theatros não fora prejudicada com a concessão do ex-palácio do Tesouro Público à Câmara Municipal porque, no mesmo dia, 11 de Abril de 1839, em que as Cortes a sancionava, se discutiu o parecer da Comissão da Fazenda para lhe atribuir "a Cêrca do extincto Convento de S. Francisco (...) para nella edificar um Theatro Nacional" (39). E embora houvesse protestos da Academia e da Biblioteca Pública - pelo "perigo de incendio a que esta proximidade do theatro os exporá" - não foi por isso que o projecto fracassou.

A questão foi levantada, na Câmara dos Pares, dias depois pelo "Sr. Pereira Magalhães" considerando que se estava a praticar uma "*alienação* dos bens Nacionaes" e era necessário saber-se "a pessoa physica ou moral a quem se concede (...) e se nisso ha utilidade publica" (40). A discussão azedou-se, com intervenções pró e contra que, quase sem citarem nomes, mostravam conhecimento do que estava em curso: o Conde de Farrobo, desde sempre um dos mais poderosos subscritores do projecto, assumira, perante Almeida Garrett a responsabilidade de fazer construir e explorar o teatro se obtivesse terreno para isso da parte do Estado (41). Mas agora era ele, melindrado com as acusações veladas, que desistia...

Por isso, tudo voltava ao início, com nova Comissão nomeada por lei de 6 de Novembro de 1840 (42) a quem competia, além de formar "uma Companhia de Accionistas", ao estilo do cabralismo nascente, escolher o terreno adequado para o teatro. Além de Almeida Garrett, de Joaquim Larcher e Jacinto José Dias de Carvalho, ela integrava também o brevemente célebre Visconde de Vilarinho de S. Romão,

curiosa figura de autodidacta apaixonado que assumirá uma espécie de oposição nacional ao projecto definitivo.

Com a colaboração dos arquitectos das Obras Públicas, Feliciano de Sousa Correia e Paulo José Ferreira da Costa, procedeu-se ao levantamento dos terrenos possíveis (**Fig.107,4.**) que vieram a ser hierarquizados, de acordo com um conjunto de critérios de que o económico terá sido o mais importante. Em primeiro lugar, o sítio do ex-palácio da Inquisição, no Rossio; em segundo, numa espécie de *exequo*, a "ruína do palácio do Conde-Almirante" à Calçada do Duque, os "casebres do Loreto", antigo palácio Marialva ao largo das Duas Igrejas, o conjunto de ruínas de vários particulares, entre elas a da casa dos Alcáçovas-Carneiros, no largo da Abegoaria, e a cerca de S. Francisco; em terceiro, as ruínas e barracas do Conde do Louriçal, entre a Anunciada e a rua Ocidental do Passeio Público; em quarto, a "área dos palácios dos Marqueses de Fronteira, às Chagas; finalmente, em quinto, a igreja incompleta de S. Francisco (43).

Antes de se chegar a esta lista definitiva, as discussões e as pressões foram muitas: Caldas Aulete, proprietário do terreno e casas da Calçada do Duque, tudo fez para que fosse o seu o lugar escolhido; o S. Romão preferiu sempre a igreja de S. Francisco, defendendo a possibilidade de se utilizarem as paredes erguidas e as abundantes cantarias. As reuniões sucediam-se, muitas em casa de Garrett no pátio do Pimenta, mas a decisiva foi a de 12 de Janeiro de 1841, em que Fortunato Lodi entre os "vários sujeitos arquitectos e inteligentes" que tinham sido convidados, fez reconsiderar a hipótese quase abandonada do Rossio, afirmando que tinha havido um erro na medição do terreno cuja área era maior do que se supunha (44).

Segundo Matos Sequeira, Garrett, que sempre teria preferido esta hipótese, aproveitou para pressionar a decisão que foi aí definitivamente tomada. Terminava bem, afinal, a primeira fase dos trabalhos da comissão, com o regresso ao local escolhido em 1836, depois do oportuno incêndio que o libertara. O teatro seria implantado na que irá rapidamente ser considerada "a mais bela praça de Lisboa", numa curiosa ultrapassagem, que representava apropriação física e simbólica, em relação à Praça do Comércio que, até então, detinha aquele título. Era sem dúvida o

local mais apropriado, descentrando do Chiado a preponderância em relação às casas de espectáculos, fugindo à herança do teatro da rua dos Condes e evitando sítios predominantemente habitacionais como eram S. Francisco ou as Chagas.

Lodi, Garrett, e, sem dúvida, por detrás deles, o Farrobo ganhavam, todavia, por uma margem estreita, aquela que, muitas vezes, pode fazer a História, a menos que, quase ontologicamente, se pense numa espécie de razão orgânica que a cidade exigia e a que os homens acabavam por se submeter. À reflexão do historiador, interessa tão só salientar que nenhum plano existiu, que nenhum estudo urbanístico foi feito, que, nas numerosas reuniões, nunca a relação teatro/ cidade foi equacionada. Debateram-se palmos, orçamentos, expropriações, interesses privados, numa incapacidade clamorosa de descolar do particular e do concreto. Como várias vezes tenho considerado, foi sobre estes factos empíricos que Lisboa romântica se elaborou. Mas, e prefiro dizê-lo assim, a sua alma continuava a existir como um orgão que eventualmente alguns difusamente entendiam.

Decidido o local, abria-se outra fase aliciante dos trabalhos da comissão: comprar o terreno à Câmara Municipal, ou seja fazê-lo regressar à figura jurídica de Bem Nacional, o que se fez por escritura pública de 18 de Maio de 1841, sancionada pelo governo em 28 do mesmo mês, no montante de "dez contos de réis em dinheiro effectivo" que, nestes tempos, eram sempre "Inscripções" (45); obter meios financeiros para a construção, através de "lotarias", subscrições públicas (46), hipotecas e, sobretudo, um acordo com os contratadores de tabaco que, para isso, cessavam a prestação a que estavam obrigados para com o teatro de S. Carlos (47), reactualizando assim o estratagema do Intendente Pina Manique; finalmente, lançar o concurso de arquitectura, convidando "todos os artistas nacionaes e estrangeiros para o concurso que na data de hoje fica aberto, e ha de durar sessenta dias".

Este anúncio, publicado no *Diario do Governo* de 24 de Maio de 1841, apresentava um número inédito de exigências onde, por comportamentos futuros, é possível reconhecer a "competência" minuciosa do Visconde de Vilarinho de S.

Romão. Queria-se "uma planta ichonographica, ou planta baixa de todo o edifício, indicando o perímetro exterior, e as diversas serventias, communicações, escadas, e todas as dependências internas e externas, tendo em vista dar facil accesso para cavalgaduras e carruagens que tenham de entram no palco scenico" (!!); insistia-se que deveria ser indicado "o modo por que deve communicar-se com o edificio do Theatro, por via de um arco ou passadiço, um barracão que ficará situado do lado norte do mesmo, para serventia das Carruagens de Suas Magestades"; era, claro, preciso desenhar "as quatro faces do edificio, segundo as regras da arte, destino particular e situação de cada uma", "um córte central e longitudinal, coincidindo com o eixo maior da ellipse da sala ou platéa", além de "um córte tranversal", "planta do subterraneo (...) on canaes de ventillação e de escoamento de agoas, e o tympano resonante e harmonico da orchestra", "outra planta relativa ás dependências do palco e collocação dos machinismos, segundo o systema mais aperfeiçoado e facil que hoje é seguido nos melhores theatros da Europa"; com mais minúcia técnica, exigia-se "o risco de uma asna de armação para telhados", devendo, acrescentava-se num *N.B.*, "a grossura das madeiras dever ser determinada scientificamente"; pedia-se, depois, justificação escrita das "necessarias regras da optica e da acustica", a disposição dos camarotes, com destaque para o real, as garantias contra incêndio e a colocação de "um tanque (...) que se possa encher com as agoas vertentes do telhado". Depois destes dezassete pontos confusos e sem qualquer hierarquia, que apenas respiguei, recomendava-se, no último, que "o interior do edificio deve ser de toda a belleza; no exterior deve combinar-se a elegancia com a simplicidade, a economia, e a facilidade da prompta execução" e, "se fôr possivel, e quanto possivel seja, o architecto procurará no seu risco aproveitar os restos sãos do actual edificio". A merecida recompensa para tanto esforço pedido era um premio de 1 600$000 rs, "pago em diarias de 2$000 rs durante os trabalhos, e o resto apenas terminada a obra".

A primeira consequência deste verdadeiro mas muito empírico caderno de encargos, desmesurado de facto em relação ao difícil espaço de implantação, aos condicionamentos financeiros e à pretensão de se utilizar pré-existências, foi a não

concorrência de nenhum arquitecto estrangeiro que Almeida Garrett pretendeu, oficiando aos diplomatas portugueses, "requisitando a inscrição nos jornais mais acreditados de Roma, Londres e Génova, do anúncio deste concurso". Naturalmente, "um programa do arquitecto Gardella, enviado à Comissão pelo cônsul dos "Estados Sardos", dizia que tal concurso oferecia inúmeras dificuldades para arquitectos estrangeiros" (48)...

Mesmo os arquitectos portugueses se veriam em grandes dificuldades e por isso a Comissão, "desejando facilitar, quanto lhe é possível, o concurso do maior numero de artistas", sugere que o prazo viria a ser prolongado, que os desenhos apresentados poderiam não ter "toda a minuciosa execução de detalhes", sendo mesmo assim "acceitos" e que, afinal, a "fórma elyptica" parecia a melhor mas outras poderiam ser apresentadas... Sobretudo, afiança que o juri será imparcial e era "puramente calumniosa (...) a asserção que em alguns jornaes se fez de que a Commissão já tinha um risco approvado" (49).

Na verdade, e felizmente, o júri, constituído apenas por professores das escolas politécnica e militar (50), foi idóneo, declarando, "com pesar", em 29 de Dezembro de 1841, que "nenhum (dos seis projectos) satisfaz todas as condições do Programa". Numa análise sumária de cada um deles, deixa de parte quaisquer apreciação técnica, para se concentrar na imagem arquitectónica - entre "pessimas fachadas" e "belissimas aparências" -, na organização interna, na adequação ao espaço e na modéstia orçamental (51).

Comunicado ao governo esta decepcionante conclusão, ele foi de parecer que o júri reconsiderasse "sobre a sentença dada" e explicasse "as emendas a fazer no projecto a que mais se inclinasse" (52). Mas tudo se passou de outra maneira: apoiado pelo Conde de Farrobo, seu cunhado, e também pelo Duque de Palmela, Fortunato Lodi, que não se apresentara ao concurso, pediu, em 21 de Fevereiro de 1842, para ser recebido pela Comissão, apresentando-lhe um "risco", rapidamente enviado ao Ministério e finalmente aprovado por despacho de Costa Cabral, de 27 de Junho do mesmo ano (**doc.82**). Tratava-se de um "offerecimento que os Caixas Geraes do

Contracto do Tabaco faziam (...) como um novo donativo e testemunho do muito que desejavam vêr concluida uma obra de tão reconhecida necessidade".

Este procedimento era evidentemente ilegítimo e brutal, em relação aos concorrentes e à comissão que organizara o concurso, embora tivesse tido o mérito de resolver uma questão delicada que ameaçava eternizar-se. Justificou uma polémica violenta, assumida pelo derrotado Visconde de Vilarinho de S. Romão, autor do 2º projecto que o júri considerara com "péssimas fachadas" mas rigoroso, em termos de soluções técnicas.

Numa série de três opúculos, publicados sucessivamente ao longo de 1842 (53), ele procurará, com fervor tecnicista e muita bibliografia de apoio, provar a soma enorme de erros do projecto de Lodi, ameaçando-o com incêndios e terramotos em relação aos quais o arrogante estrangeiro não se prevenira, o mesmo acontecendo em termos de acessos, circulação, acústica e capacidade. Era um arrasoado desesperado de disparates, onde toda a razão, em relação ao modo como o projecto fora aprovado, se perdia e a que um anónimo articulista da recém-criada revista *Espelho do palco* (54) foi respondendo, dando voz irónica ao vencedor.

O debate animar-se-ia depois com o apoio dado a S. Romão pela figura prestigiada de Alexandre Herculano, nas páginas da *Revista universal lisbonense*, dirigida por Júlio de Castilho. Mal informado, e aliás sem se deter no projecto, o escritor aproveitava para confrontar o país cabralista que, cada vez mais, se distanciava do que para ele sonhara na juventude. Considerando a medíocre e invejosa escrita do improvisado arquitecto S. Romão "um papel revoltoso, e altamente incendiario", afirmava que a "comissão encarregar de afferir (os pojectos)" havia desprezado todos "os architectos portuguezes que tinham sido chamados a concurso". Depois, "appareceu quem construisse o theatro", nascido "em outros climas" e "não se chamaram para julgar a sua obra os cultores da architectura". Residia aí, fundamentalmente a ingnomínia: "se alguem disser, que achámos essa obra prima de tupinambas preferivel aos desenhos dos architectos nacionaes, que idéa farão de nós os vindoiros? que sentença passará em julgado ácerca da nossa intelectualidade?" (55).

Honestamente convencido da má qualidade do projecto que não viu ou não saberia ver, Herculano desvia o debate para a questão de se tratar de um arquitecto estrangeiro que fora, ilegalmente, preferido aos nacionais. Tema romântico por excelência que falava fundo ao recriador da figura de Afonso Domingues, arquitecto heroicizado da Batalha.

Além de outras intervenções que não foi possível reunir, refira-se, na mesma revista, uma "Breve analyse dos riscos para o Theatro de D. Maria II" (56), publicada em 1843, quando finalmente foram divulgadas, em desenho litografado, a planta geral e os desenhos das fachadas, assinados por Lodi (**Fig.107,5-7**). Escreveu-a um anónimo que assina "*Um Architecto Portuguez*", com uma qualidade muito superior às anteriores críticas de S. Romão.

Depois do que se passara - faltara-se "a todas quantas promessas se haviam feito legalissimamente aos architectos que entraram em concurso publico" - , era natural que o "Sr. Lodi" se dirigisse unicamente aos *"curiosos"*, mas ele - "desde a idade de 12 annos até á de 60 em que me acho" - revoltava-se pela ausência de elementos de apreciação e pelo odiado "ripado" que, pela primeira vez em Lisboa, fechava o estaleiro não permitindo observar o desenvolvimento da obra. Mesmo assim, não tinha dúvida em considerar uma barbaridade a solução da cornija que, em vez da honesta função de proteger as paredes das águas dos telhados, ali aparecia como "águas-furtadas de pé direito, assim á similhança de uma casa para alugar". Fora das "regras" estavam também todas as dimensões das janelas, despropositadamente esguias, a disposição da plateia e a circulação, "a extravagante lembrança de suprimir as frisas, e de "metter no seu logar uma galeria de praça de toiros", a monstruosidade da "fachada que deita para a praça de D. Pedro", não só por "ser o terceiro pé direito um pano de aguas furtadas elevado acima da cornija", mas pela solução decorativa do frontão e pelo facto de tanto aparato não corresponder afinal à entrada principal no teatro: "mas quando algum estrangeiro entrar por ele para ver o theatro vae dar a um corredor de 14 plamos de largura e trinta de comprimento, no qual voltará sobre a esquerda para então achar a entrada da platéa". Era um desperdício absoluto que, ainda por cima,

vinha pejar a frente da rua, contrariando as disposições camarárias nesse sentido: aquela "saliencia de 33 palmos" com "rampas" e "escada em frente" parecia um "atrio de egreja pelo gosto da architectura usada no tempo dos Jesuitas".

Havia críticas justas neste artigo - em termos da circulação e composição internas e da decoração do tímpano, situações que viriam a ser alteradas no decurso dos trabalhos -, algumas injustas - em relação à fachada avançando sobre a praça que terá sido sugerida ao arquitecto pelo Duque de Palmela e não constava do primeiro projecto -, e outras irrelevantes - as dimensões dos vãos, a solução da cimalha, a escada e rampas de acesso ao corpo central da fachada sobre o Rossio - que revelam o gosto congelado do velho arquitecto, "praticante" desde os doze anos. A elas voltaremos, mas o que desde já interessa salientar é que terá mesmo havido uma tentativa, através do uso do novo poder que representava a imprensa, de fazer reconsiderar a decisão tomada. Registe-se a grande distância a que o debate se situava, em comparação com o que acontecera, em 1834, quando a polémica entre Possidónio da Silva e os arquitectos das Obras Públicas foi resolvida em "artigos comunicado" nas páginas da *Crónica Constitucional*. A qualidade da discussão não subira significativamente desde aí mas abrangia agora mais *cidadãos* e a política, definitivamente, apoderara-se da cidade. Como sempre acontece então, a arquitectura era um espaço simbólico para o confronto.

Lodi precisamente contava com a protecção destes novos poderosos e por isso o seu projecto avançou. Em Julho de 1842, era publicado, no *Diario do Governo*, o anúncio para a arrematação da "primeira parte da demolição das paredes interiores e exteriores do edificio incendiado" (**doc.83**) que previa a reutilização "de toda a cantaria do grande balcão de frente sobre a Praça de D. Pedro", bem como "a cantaria de cimalhas, pilastras, janellas", "a pedra de alvenaria", "o lagedo que ainda cobre superiormente as abobadas", "os tijolos", "as linhas de ferro" e "todos os demais materiaes aproveitaveis (...) serão arrecadados e arrumados". Ou seja, o teatro ia construir-se sobre e com os vestígios do palácio de Carlos Mardel ou Reinaldo Manuel, tendo também utilizado muitas cantarias da igreja de S. Francisco, donde

serão os fustes das colunas do perístilo. Sinal dos tempos, do "vandalismo" de Alexandre Herculano ou "acto quasi expiatorio" como afirmava a Comissão (57), ele concentra, hoje ainda, uma espécie de irradiação produtiva dessa sobreposição de histórias e símbolos. Por isso, é altura de mais dele nos aproximarmos.

Começando por uma abordagem de contextualização, seria importante compará-lo com os outros seis projectos concorrentes. Infelizmente, eles foram devolvidos aos seus autores (58), restando-nos apenas um, de Manuel Joaquim de Sousa que, aliás, elaborara antes pelo menos outro, também conservado no Museu Nacional de Arte Antiga (**Fig.107,9-10**). Ao contrário do que indiciariam vários desenhos seus, bastantes utópicos e correctíssimos do ponto de vista da tratadística internacional neo-clássica (59), o professor substituto da Aula de Arquitectura da Academia de Belas-Artes revela aqui um esforço inglório de se adaptar às difíceis exigências do sítio e ao aproveitamento do edifício incendiado. A proposta anterior ao concurso é mais dinâmica, através da criação de um corpo central alteado e enquadrado entre pilastras, mas, na verdade, é tão pobre como a segunda onde a fachada principal, sobre o Largo Camões, se eleva excessivamente, apresentando-se, o alçado sobre o Rossio, coroado por um frontão sem escala. Dentro desta tipologia conservadora, melhor é, como já referiu José-Augusto França (60), o projecto de Luigi Chiari de 1837 (**Fig.107,1.**) que enquadrava a volumetria do edifício queimado numa espécie de pele cenográfica, com arcarias rusticadas no piso térreo, ritmadas por nichos de esculturas, uma ampla platibanda emoldurada e, sobre ela, um andar de *mezzanino* com frontão.

Há, no entanto, outra curiosa proposta para o teatro nacional, datada de 1834 e não assinada (**Fig.107,2.**). Destinava-se ainda ao Largo da Anunciada, segundo consta do título, apresentando-se, como referiu em primeiro lugar Marie-Thérèse Mandroux (61) como uma apropriação, quase colada, da *Villa rotonda* de Palladio. Como tal, dispõe de uma sólida qualidade de desenho, raríssima nas numerosas cópias dos estudantes de arquitectura, quer da Aula do Risco das Obras Públicas, quer da Escola dos Caetanos ou da Academia de Belas-Artes. A única excepção, nessa prática

deprimente, são os projectos assinados por Manuel Joaquim de Sousa e, por isso, a autora que vimos seguindo, lho atribui e José-Augusto França confirma-o.

Não dispondo de dados novos para me posicionar diferentemente em relação a esta estimulante proposta, relevo, no entanto, seguindo aliás José-Augusto França, a excessiva semelhança que esse desenho de fachada manifesta em relação ao projecto final de Fortunato Lodi. Sendo incerta a data exacta da sua chegada a Lisboa, ela terá ocorrido por volta desse ano, quando o jovem arquitecto começou a trabalhar para o cunhado Farrobo, no projecto para o teatro da Quinta das Laranjeiras que apresenta uma composição de fachada também algo palladiana (**Fig.108,1-4**). Por isso, a reserva deve permanecer, não sendo impossível que tenha sido o italiano a elaborar o risco que analisamos.

Finalmente, e avançando um pouco em relação á bibliografia de Manuel Joaquim de Sousa, elaborada por M. T. Mandroux, sabe-se que, em 1833, o seu lugar de "arquitecto de 2ª classe" do quadro das Obras Públicas estava vago por ele se encontrar *"ao serviço dos rebeldes"* (62). Não contrariará este facto a possibilidade de, logo no ano seguinte, numa época de grandes confrontos, ele realizar um projecto "ao serviço" da situação política contrária?

Embora como mera sugestão, sem valor de hipótese, poder-se-á ainda pensar noutro possível autor: Possidónio da Silva, o grande ausente do concurso e dos debates à volta do teatro nacional, que, em 1834, no entanto, era arquitecto da Casa Real, projectava, com sucesso, a Câmara dos Deputados em S. Bento, oferecia os seus préstimos à Câmara Municipal, e trabalhava para alguns particulares. Independentemente de considerar que era um arquitecto sem chama, o que ele viria a reconhecer ao dedicar-se a uma carreira de arqueólogo, é evidente que, nos muitos anos de viagem, também conheceu cópias de obras palladianas...

Sendo irresolúvel a questão da autoria do desenho de 1834, é, todavia, inquestionável que ela influenciou a solução final de Lodi. Se aquele desenho já era dele, trata-se apenas de coerência, se não era, outros o conheceriam - Garrett, Archer, o Farrobo, o Duque de Palmela - e lho mostraram para que se inspirasse. Mas se assim

foi, não deixa de ser estranho que, no meio de tantas polémicas, ninguém aparecesse a reivindicar os direitos de autor...

Segundo Matos Sequeira, foram três os projectos elaborados pelo jovem arquitecto italiano(63), que chegara a Lisboa com menos de trinta anos, sem carreira conhecida para trás. Mesmo em Lisboa, além do teatro nacional, do da Quinta das Laranjeiras e de uma intervenção na Quinta das Águias na Junqueira (64), nenhuma outra obra lhe é atribuída. Na verdade, ele parece ter sido sobretudo um dócil instrumento do gosto cosmopolita do seu cunhado Farrobo que razões teria para não acreditar nos arquitectos nacionais. Tal docilidade explica também o modo tranquilo como reagiu aos fortíssimos ataques dos seus colegas portugueses e, sobretudo, foi aceitando alterar a sua primeira proposta. Parece que a diferença fundamental desta, em relação ao projecto definitivo que foi litografado (**Fig.107,5-7**), consistia no programa decorativo e na disposição do peristilo sobre o largo Camões, a fachada principal, segundo as normas elaboradas pela Comissão, de acordo, aliás, com a disposição do terreno de implantação. Neste caso, o alçado sobre o Rossio apresentava-se sem qualquer avanço, dinamizado apenas pelo último andar com janelas em segmento de círculo e seis bustos alternando com os vãos do andar nobre.

Terá sido por sugestão do Duque de Palmela, que o elegante motivo do peristilo, sustentado por colunas jónicas, transitou para a fachada voltada ao Rossio, criando uma espécie de templete, coroado por frontão que nobilitava o edifício e se equilibrava, de um lado e outro, pelo ritmo das pilastras também jónicas adossadas, verticalizando discretamente a predominante horizontalidade da volumetria.

Creio que é neste conseguido jogo compositivo que reside a principal qualidade da fachada principal: do lado da verticalidade, enunciada pelas colunas e pilastras, estão também as dimensões esguias dos vãos com moldura superior em destacado segmento de círculo, num movimento crescente do piso térreo para o piso nobre; quanto à horizontalidade, que retoma a figura rectangular do edifício demolido, ela é acentuada pela cimalha alteada, cujas lucarnas semi-circulares, alternando com tabelas esculpidas, dinamizam, com subtil indecisão, o motivo da verticalidade.

As fachadas laterais, sobre o Largo Camões e S. Domingos, apresentam um pórtico de arcarias dóricas rusticadas, coroado de varanda que retoma, com uma elegância mais fragilizada, o tema central de Costa e Silva no teatro de S. Carlos. Sobre os pisos nobres, abertos por vãos emoldurados, repete-se o andar com lucarnas acima do entablamento, arrastando, para estes corpos mais secos, a memória compositiva da fachada principal.

O programa decorativo entregue aos professores da recente Academia de Belas-Artes, e delineado por Francisco Assis Rodrigues e António Manuel da Fonseca, alterou muito a proposta inicial de Lodi. Independentemente da qualidade escultórica das estátuas que ritmam o frontão e do baixo-relevo que anima o tímpano, elas funcionam com eficácia arquitectónica, elevando mais ainda a sugestão de verticalidade do corpo central. Eficazes são também os motivos relevados das tabelas, com clássicas grinaldas e máscaras, criando uma leve dinamização lumínica e um enriquecimento erudito.

Ou seja, a matriz classicizante de todo o projecto articula-se com a arquitectura pombalina da praça mas, ao contrário do que acontecia com as propostas iniciais, apresentadas a concurso, confronta-a com uma opção mais cosmopolita e elaborada. Como afirmou José-Augusto França, "é um edifício elegante, inovando graciosamente num esquema neo-clássico de raiz palladiana" (65) e essa discreta inovação tem, quanto a mim, algo de uma espécie de maneirismo romântico. À semelhança dos retratos de Sequeira de trinta anos antes, ou das paisagens luminosas de Vieira Portuense, há, no teatro nacional do Rossio, uma afirmação formal de classicismo mas também como que uma respiração sincopada que nega a "tranquila magestade" que a deve caracterizar e existia na pintura davidiana. A marca mortal da subjectividade atravessa-os, fragilizando-os: utilizando outro paradima pictórico, poderei citar Ingres que, alongando levemente o corpo das suas odaliscas, abandonava o território da arte clássica sem o pretender fazer. No caso da obra de Fortunato Lodi, essa fuga romântica enuncia-se no adelgamento das dimensões dos vãos, nas suas pronunciadas

molduras semi-circulares que enunciam um movimento de fuga, depois globalmente coartado.

Ultrapassado o início agitado de obra, pela dificuldade de implantar os alicerces num terreno de onde a água jorrava abundantemente - daí a alcunha de *agrião* que a imprensa lhe deu - o teatro ergueu-se, ultrapassando largamente o orçamento previsto, e pôde ser inaugurado, ainda sem a estatuária exterior (66), em 13 de Abril de 1846, celebrando, com pouco atraso, o aniversário da Senhora D. Maria II que ocorrera a 4. No interior, depois profundamente alterado, brilhavam as pinturas de António Manuel da Fonseca e o pano de cena já dos cenógrafos Rambois e Cinatti. E, após tantas desgraças vaticinadas pelo verbo despeitado do S. Romão, todos rejubilavam. O articulista de *A Illustração*, por exemplo, confessa que "entrámos alli com fortissimas prevenções contra o theatro, mas cahiram todas perante a riqueza e chistosa simplicidade que notámos em tudo quanto vimos". Pensando "nos nossos assignantes das provincias a quem não podêmos convidar a ir vê-lo", publica a primeira "estampa" do interior (**Fig.107,8.**), descrevendo, com minúcia os espaços, com medidas exactas em palmos que, indirectamente, confrontavam as críticas anteriores, garantindo a sua não funcionalidade (67).

Também *O Panorama* foi de visita, garantindo que "apesar dos seus defeitos, (o teatro) é esplendida amostra da architectura classica, é um monumento formoso e rico, é um edificio nobre que não desdourára paris e Londres". Aliás, o articulista, A. Osório de Vasconcelos, escrevendo já em 1858, interrogava-se se a ordem jónica adoptada seria a que "mais convinha": "não se deveria antes, seguindo as belas tradições herdadas, construir um edificio no gosto dos Jeronymos ou da Batalha?". Contra "esta opinião aventada por alguns criticos pouco sabedores e demasiado patrioticos", ele adiantava que "é necessario ignorar profundamente os mais singelos preceitos de gosto para defender a arte romântica em edificios deste género", pois "quem ousaria profanar os sacrossantos misterios do mosteiro transportando para a praça publica, para o theatro essas arquitecturas misticas?". Não havia dúvida: "Para os theatros e para

todos os edificios de igual natureza, Roma e Atenas, Augusto e Péricles, legaram-nos modelos eternos que é força imitar porque ninguém excede a perfeição" (68).

Mesmo a *Revista universal lisbonense*, onde Alexandre Herculano procurara mobilizar a cidade a favor do Visconde de Vilarinho de S. Romão, reconhecia, logo em 1845, que "conseguiram enfim dar a Lisboa um nobre monumento, às suas artes um templo, e a Portugal um desaggravo" (69). O teatro de Fortunato Lodi conquistara a cidade e os lisboetas (**Fig.109,1-3**) que depressa esqueceram a "humilhação" que ele constituíra para a arquitectura nacional. Mas outra polémica, no espaço fronteiro, rebentara entretanto onde o italiano chegou a ser brevemente envolvido.

6.3.4. O monumento em memória de D. Pedro

Falecido D. Pedro, em 24 de Setembro de 1834, logo no dia seguinte, D. Filipe de Sousa Holstein apresentou, na Câmara dos Pares, uma proposta, aprovada por aclamação, para se levantar "um Monumento em testemunho de Gratidão Nacional á Memoria de Sua Magestade" (70). Nele se mencionariam, "os Beneficios recebidos pela Nação Portugueza da mão do sobredito Senhor", ou seja, a "Carta Constitucional" e "a Restauração das Liberdades Patrias". Quanto "a matéria, forma, e local deste Monumento", eles seriam determinados "por Lei ulterior, á vista dos planos, e orçamentos apresentados pelo Governo á approvação das Cortes Geraes".

Dias depois, em 6 de Outubro, uma adenda era acrescentada àquela proposta. Por inciativa "dos officiaes abaixo assinados que foram Ajudantes de Campo de Sua Magestade Imperial" afirmava-se que o monumento seria "uma columna de granito de forma colossal", sobre a qual se colocaria "uma Estatua colossal do Senhor D. Pedro", que seria "erigido na Cidade do Porto no sitio da Torre da Marca", "por subscripção voluntaria dos Portuguezes e Estrangeiros" (71). Dele, seria encarregue, por decisão do Ministério do Reino, o pintor Joaquim Rafael que publicou, em 1837, a respectiva descrição (72).

"Lisboa" reagiu, no entanto, a esta decisão. Em primeiro lugar a Câmara Municipal que, em sessão de 7 de Outubro de 1834, apresentava *"um projecto de consulta"* propondo *"a construção de um monumento em memoria do Duque de Bragança consistindo o dito monumento em um conservatorio de Artes"*. Quatro dias depois, em 11 de Outubro, era a vez do Barão de Rendufe ler, na Câmara dos Deputados, "um projecto para se levantar por meio de subscripção nacional um monumento na Praça do Rossio á memoria de S.M.I. o Sr. Duque de Bragança". E, embora tenha ficado para "segunda leitura", ele mandou para a Mesa "os desenhos de duas estatuas para o Monumento que está projectado, oferecidos pelo Architecto Chiari". Outra proposta surgiria, agora na Câmara dos Pares, em 22 do mesmo mês: "o Sr. Marquez de Saldanha, disse, que o Architecto Silva, que recebeu a mais efficaz protecção de S.M.I. o Senhor Duque de Bragança, e que em 53 dias levantou os muros desta Casa, e a concluiu, a ponto de vir a ella, o Mesmo Augusto Senhor, e todos os membros do Corpo Legislativo, em Memoria do Seu Protector, offereceu á Camara o desenho de uma columna colossal, que sem imitar a de Trajano em Roma, nem copiar a de Napoleão em França, deve ser levantada na Praça do Rocio desta Cidade". Nesta burilada escrita, reconhece-se o estilo de Joaquim Narciso Possidónio da Silva, o "Architecto Silva" nomeado por Saldanha, recém-saído da humilhação do concurso para o mercado de Lisboa e da polémica com os arquitectos das Obras Pùblicas, mas já de novo ufano da sua obra em S. Bento e da sua cultura internacional.

Ou seja, os dados da futura polémica estavam lançados. De acordo estavam todos, deputados, vereadores e artistas: Lisboa também queria erguer um monumento a D. Pedro. Mas divergiam quanto à forma: "conservatório das artes" dizia a Câmara Municipal, ou pelo menos "o vereador Braamcamp" que apresentou a proposta e não se sabe onde fosse; Rossio, diziam os deputados, já com desenhos de estátuas e coluna, respectivamente de Luigi Chiari e Possidónio da Silva. Neste caso, retomava-se evidentemente, agora com uma figura concreta, o projecto de Monumento vintista à Constituição, inaugurado (a primeira pedra) por D. João VI e logo destruído pela rainha, depois da Abrilada (73).

Mas depois deste entusiasmo inicial, o silêncio abateu-se sobre o assunto e as ofertas dos dois arquitectos caíram no esquecimento. Só em 1836, no rescaldo da revolução setembrista, o tema regressou: por proposta da Sociedade Patriótica Lisbonense - que logo depois obteve a mudança do nome da praça de Rossio para D. Pedro - surgiam dois novos projectos, um do desconhecido J.J. Freineda e outro do professor de Arquitectura da Academia de Belas-Artes, José da Costa Sequeira. Do primeiro é fornecida larga memória descritiva: a estátua seria pedestre, "colocada sobre o capitel d'uma columna da ordem corinthia, cujo fuste deve ser d'uma só peça" assente, por sua vez, sobre "uma pyramide conica, elevada sobre cinco degraus em circulo" (74). Do segundo, nenhuma descrição é dada, nem nesta oportunidade, nem quando ele foi presente à Exposição da Academia de Bellas-Artes de 1843: S.J. Ribeiro de Sá que longamente a comenta nas páginas de *O Panorama*, limitou-se a lamentar que para esse projecto, como para os outros, o diligente arquitecto não tenha "concebido e traçado o mysterioso e sublime projecto de um templo ghotico" (75).

Não tendo mais uma vez sequência esta iniciativa, seria o decreto de 17 de Outubro de 1841 a retomar a proposta, convidando "todos os artistas que quizerem apresentar-lhe um desenho de monumento com uma estatua, para ser erigido na Praça de D. Pedro da Cidade de Lisboa, a enviar-lho até ao fim de Dezembro do corrente anno" (76). A comissão que subscrevia o texto, e se constituía como júri, tinha uma composição significativa, reunindo importantes políticos e capitalistas: Duque de Palmela, Marquês do Faial, Conde do Farrobo, Visconde de Porto Côvo, Policarpo José Machado, José Bento de Araujo, José da Silva Carvalho, António de Gamboa e Liz .

A polémica instalou-se imediatamente, sendo o "partido de acusação" assumido pela mesma *Revista universal lisbonense*, nas páginas da qual, pouco antes, Herculano partira em cruzada contra Fortunato Lodi. As acusações eram de dois tipos: o júri nomeado não era, como deveria ser, composto por artistas e não havia a indicação expressa de que o concurso seria só aberto a "artistas nacionaes" (77). Por isso, como bem provava uma carta anexa, de um dos "architectos concorrentes" (ao Teatro

Nacional), estava o articulista convencido que nem um só artista português se apresentaria a concurso, o que deixaria terreno livre a Fortunato Lodi. De facto, embora houvesse em Portugal "estatuarios (...) dignos discipulos do auctor da Estatua Equestre", e constasse afinal que o italiano "não é verdadeiramente mais do que pintor, não sabemos de que género", ele tivera já a ousadia de apresentar, ao "Sr. Ministro do Reino", "um projecto para a construção d'um Monumento que ha de ser edificado na Praça de D. Pedro", "combinando tudo de modo que harmonize com o novo Theatro, e com a extensão da mesma praça", segundo o relato entusiasmado do *Espelho do palco* (78).

Devemos ao mesmo autor anónimo da *Revista universal* o relato, muito subjectivo, da sequência do concurso. Afinal, "vinte riscos" se apresentaram, embora, na sua opinião, tivessem sido obtidos por coacção: "cada um dos vogaes, que tinha alguma influencia sobre um artista, empregou-a em obrigal-o":

> "Á Academia disse-se - que sabendo Sua Magestade haverem alguns dos lentes feito em outro tempo projectos para o monumento de Seu Augusto Pae, se lhes ordenava, que os apresentassem. E das obras publicas se trouxeram em feixe, sem licença de seus auctores, quantos riscos, bons ou maús, feitos em diversas occasiões lá se haviam reunido (...) e choveram riscos, achando-se muitas das pessoas concorrentes sem o terem sonhado. Riscos de todos os tamanhos, de todas as côres, de todos os modos, uns assignados, outros anónimos; este calculado para uma praça, aquelle para outra; qual esboçado, qual em perspectiva; já com orçamento, já sem orçamento. (...) (79).

A paixão do articulista é tal que não sabemos se estas graves acusações seriam totalmente verdadeiras. Os projectos, obtidos ou não por meios legítimos, estiveram expostos "na sala dos paços do concelho por tempo de uma semana". Passando a descrevê-los afirma que "oito são columnas inteiras coroadas de estatua; quatro constam de um tronco ou parte de columna, em que assenta a estatua: um é um templo da gloria com o Heróe no centro; outro um arco de triumpho: os restantes seis pelo de mais formados de parte inferior, base, pedestal e estatua".

Não tinha o nosso escritor dúvida que "nenhum dos vinte riscos se póde nem por sombras apparelhar com o da estatua-equestre". E, embora constasse que "a juncta tenciona mandar todos estes projectos a Paris para lá serem julgados", ele estava certo que outro boato é que era o verdadeiro: todos os riscos portuguezes seriam rejeitados, de modo que "limitada a questão á preferencia entre os entrangeiros, a decisão final só penderá da maior ou menor sagacidade dos respectivos protectores". Então, seria entre sete que se faria a escolha: o arco triunfal de *Pezerat*, cujo nome, fundamental para o futuro da cidade aqui aparece pela primeira vez, rotulado de "ingenheiro francez que nos dão por de grande merito"; quatro de Lodi de que verdadeiramente só se podia considerar um, porque os outros "nem os seus apaniguados lh'os defendem"; dois de Rambois e Cinatti, de que um merecia consideração.

Aliás, auto-contradizendo-se, o articulista assume que este último projecto tinha qualidade. Era uma imitação da "columna Trajana" - afirmação que devia ser entendida como "louvor e não uma censura" - "riscada com grande esmero e delicado gosto". O problema era ser "descommunal para o lugar" e o orçamento previsto de 81 776$000 ir saltar, pelos cálculos parcelares que corrige, para, pelo menos, 178 846$000.

O país não tinha dinheiro para estes luxos. E se verdadeiramente se queria honrar D. Pedro, porque não ampliar a Runa, ou criar "asylos de instrucção", "uma qualquer industria", "um canal ou uma estrada", "um mercado ou um passeio"?. Recordava o que acontecera aos dois monumentos de D. Joaõ V: "um convento n'um deserto, e um aqueducto para a capital: abençôa-se e conserva-se o aqueducto, deixa-se caír em ruinas o convento: - Será essa d'aqui ávante a sorte de todos os monumentos estereis".

Entretanto, um projecto mais estruturado, e ufanamente defendido, apareceu na mesma revista, assinado por Alexandre Herculano. Aproveitando a emoção causada pelo incêndio da Escola Politécnica, ele parte em nova cruzada: que o dinheiro coligido para o Monumento fosse utilizado para a restauração daquele importante instituto porque "A Escola tem hoje a preencher a missão que o templo desempenhava ha

quatro para cinso seculos" (80). Em artigos sucessivos, responde a quem se lhe opunha, procurando gerar um movimento de opinião ilustrada:

> "Presupomos, como em consciencia devemos presupôr, que se vão consagrar os publicos donativos para um monumento do LIBERTADOR á edificação das Eschólas Polytechnica e do Exercito pelo menos, e assentamos como certo que ninguem, que já para a columna contribuisse, reivindicará o seu óbolo, por se haver a columna de pedra transformado em columna de luz; antes por essa esplendida transformação os que recusaram offertarão agora, e os que deram darão de novo, e com mão larga" (81).

Esta impressionante postura ética, tão certa estava da sua vitória, que avança para uma proposta mais utópica: era preciso, e haveria dinheiro para tal, que o futuro edifício fosse amplo, para congregar "a maior força de estudos ora dispersos". Seria um "Collegio Monumental de D. Pedro" que abrangeria a Biblioreca pública, mal instalada em S. Francisco, com "paineis de grande credito e valia" a danificarem-se, com "duzentos mil volumes" que "poisam por alli como as ossadas dos martyres nas catacumbas", e onde "o pessimo repartimento (...) a sua impropria e confusa distribuição e a sua falta de luz (em partes quasi absoluta) tem já afugentado um grande numero de ledores".

Por isso, Herculano pedia "aos jornalistas de todas as encontradas opiniões que discutam isto como assumpto de muito grande interesse". E continua a estimular todos: "O que eu provei foi que em relação ao imperador, ao seculo em que vivemos, á filosofia da Historia, aos caracteres politicos da sociedade portuguesa actual, a hipotese de que se trata, o monumento que se pretende erguer, deve ser uma escola e não uma copia mesquinha de um triste monumento da decadencia de outra nação" (82). E respondendo a um adversário: "dou-lhe um ano para me apontar uma coluna ou obelisco grego destinado a recordar a memoria de um morto ilustre, e erecto na epoca da liberdade grega, que se afaste de tres formulas - edificio de serviço publico - templo - sepulcro " (83).

Mais uma vez, este grande homem ia perder o segundo combate em que se envolvia sobre a cidade. Não conseguira, com a sua reconhecida autoridade, fazer

vingar o Visconde de S. Romão, e também agora não convencia toda a gente, como exemplifica uma das vozes que lhe eram contrárias, expressa na revista *O espectador*:

> "Sabe toda Lisboa, e hoje Portugal inteiro, que depois do incendio do edificio do collegio dos nobres, certo numero de pessoas julgam fazer um serviço ao paiz, dilligenciando que os fundos preparados para elevar um monumento á memoria de D. Pedro, fossem applicados á constrcção do edificio da escóla Polytechica e do exercito.
>
> Essa gente quiz substituir a utilidade á gratidão, como bem observou o *Correio* (...). Nós queremos a construcção do edificio destinado a ser o templo das sciencias; mas nós queremos igualmente a construcção do monumento, que provará ás idades futuras que os portuguezes são agradecidos (84).

Talvez esta estimulante polémica tenha retardado quase trinta anos a erecção do monumento do Rossio. Ela pareceu-me, no entanto, um raro exemplo de confronto democrático sobre a cidade que, depois, raramente se volta a encontrar. Estava quase terminado o juvenil e romântico "tempo da inquietação": em 1851, com algum azedume, reconhecia-se que "passados oito anos" sobre o incêndio da Politécnica ainda não havia "nem Eschola nem Estatua!" (85). Surgiriam, entretanto, sob a acção menos polémica e mais operativa da Regeneração que já se anunciava. A eles voltaremos.

6.3.4. Abertura da rua Duques de Bragança

Além dos arruamentos abertos através dos demolidos conventos da Trindade e de S. Domingos, e da praça Luís de Camões ao Rossio, a prática urbanística da cidade, até 1850, só mais uma artéria viu surgir por iniciativa da Administração da Casa de Bragança, embora prevista, desde 1837, pela Câmara Municipal.

O sítio continuava pejado pelas ruínas do Paço dos Braganças, albergando numerosas famílias em edifícios abarracados, difíceis de desalojar como vimos em 1823, quando o Barão de Quintela aí pensou instalar a sede da Assembleia Portuguesa (86). As partes mais nobres, sobre a Rua do Tesouro Velho (actual António Maria

Cardoso), que foram sendo objecto de obras provisórias, eram ocupadas pos serviços das Obras Públicas e, até á inauguração da Academia de Belas-Artes no ex-convento de S. Francisco, pelas aulas públicas de Architectura e Desenho (87).

A Câmara e o Governo pretendiam salubrizar a zona, impondo a construção de "canos parciais" (88), e melhorar a circulação, nomeadamente através do "prolongamento das ruas do Ferragial de Cima (actual Vitor Cordon) e do Outeiro (actual Paiva de Andrade)" (89), sobretudo esta última que terminava, sem saída, no Largo do Picadeiro. Como sempre, o assunto arrastava-se e continuaria certamente a arrastar-se se não tivesse ocorrido o incêndio de 2 de Agosto de 1841, registado, com bom teor jornalístico, no *Diário do Governo* do mesmo dia. Salvaram-se as instalações das Obras Públicas sobre a rua do Tesouro Velho -"que se está reedificando" - mas tudo o resto ardeu, chegando a pôr em risco a igreja do Corpo Santo e o Arsenal da Marinha e deixando finalmente sem alojamento "muitas famílias que viviam em differentes quartos de tão vasto edificio" a quem, em 1837, a Câmara dera o "prazo de oito dias" para "despejarem as ditas barracas que vão ser demolidas" (90).

Dias depois, o mesmo *Diario* publicava uma curta carta de um cidadão, desejoso de, a propósito do incêndio, poder realizar um dos seus "castellos no ar"... Afirmando que admirava em Lisboa os "bellos golpes de vista" com que "a natureza foi para com ella prodiga", detinha-se "no panorama maritimo e terrestre que se disfructa do fim da rua do Thesouro velho". Para ele, era chegada a hora "de ver realisado este meu projeto favorito": "endireitar as ruas do Ferragial e do Thesouro velho, de fazer no fim desta um largo ou meia laranja que deve abranger as ruinas do Palacio dos Marquezes de Valença, e de introduzir a ventilação, que tão util é para a salubridade, naquelle quarteirão onde a tortuzidade da rua a impedia de circular" (91).

Não sabemos se o empenhado lisboeta se reconheceu na modestíssima intervenção que a partir de então o lugar conheceu: depois do largo do Picadeiro, foi aberta a soturna e estreita rua dos Duques de Bragança (**Fig.110**), cuja frente norte rapidamente se viu preenchida com uma sequência de modestos prédios onde o prospecto pombalino discretamente se enriquecia com molduras em segmento de

círculo, enquanto o lado fronteiro permaneceu (permanece até hoje) com a memória das antigas ocupações improvisadas no pós-terramoto. No cruzamento com a rua do Ferragial, nenhuma "meia laranja" surgiu mas antes o corpo compacto do Hospedaria de Bragança, cujo desejo de modernização do gosto arquitectónico a seu tempo analisaremos. Quanto à frente mais qualificada sobre o Tesouro Velho, ela só será construída no final dos anos 50, com dois prédios geminados desenhados por Rambois que, mesmo assim, deixaram, no lote seguinte, a sobrevivência dos antigos serviços das Obras Públicas.

Este conjunto de soluções urbanístico-arquitectónicas manifestavam, como aconteceu também na Trindade e em S. Domingos, que a cidade perdera definitivamente a capacidade de se elaborar. Perpassam nelas uma evidente falta de meios mas sobretudo a ausência de projecto. Vivia-se de uma gestão, ano a ano mais débil, da herança qualificada do dinamismo pombalino e de um desejo, empiricamente representado, de o substituir pela expressão de uma arquitectura "aformoseada" que também não iludia a perda de anteriores referentes eruditos. Alguma positividade, todavia, atravessa este tempo desmunido: ele legou-nos um tecido urbano onde permamentemente se manifestam sinais vividos de uma história não resolvida e, parece, que o alcantilado difícil do sítio, com que os modestos engenheiros das obras públicas não souberam lidar, se quis manter intacto para receber os futuros eléctricos que hão-de constituir a sua mais castiça imagem.

Notas

1. ANTT, *MR /ASE*.Maço 1993: *3ª Repartição Câmaras Municipais. Lisboa- 1835*. Exposição da Câmara Municipal, 9 de Dezembro de 1833.

2. *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 9 de Dezembro de 1833, pag. 29 (manuscritas).

3.ANTT, *MR /ASE*. Maço 1993 : "Requerimento dos habitantes desta cidade", apenso ao oficio de Braamcamp Castel Branco para Agostinho José Freire, 19 de Fevereiro de 1834.

4. Ver cap.3, pag. 179 e seguintes.

5. Ver nota 3.

6. *Idem*, Parecer do Prefeito Antonio Lobo Gyrão dirigido ao Bispo Conde Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, 17 de Janeiro de 1835. Além dos projectos que chegaram à fase final, existiram outros, divergindo entre si pelos pormenores decorativos das pilastras dos muros e portões.A principal particularidade destes desenhos, muito próximos entre si, é a existência de concheados barroquizantes sobre a casa do guarda e, no caso mais espalhafatoso, emblemas heráldicos sobre as pilastras do portão. Ver ANTT/AHMF, Cx.5214, plantas IV/C/118 (3) e (7).

7. *Idem*, Oficio da Intendência das Obras Publicas, 7 de Fevereiro de 1835.

8. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 24 de Novembro e 21 de Dezembro de 1835, pag.s 99v. e 132 (manuscritas).

9. Ver cap. 3, pag. 176-177.

10. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 17 de Dezembro de 1836, pag. 22v (manuscritas).

11. *Idem*, 19 de Junho de 1837, pag. 223v.

12. *Universo Pittoresco*, 1º vol., 1839-40, nº 22, pag.s 336-339. As citações seguintes são todas extraídas do mesmo artigo.

13. Ver cap. 3, pag. 179 e seguintes.

14. *O Panorama*, tomo IV, nº 188, 5 de Dezembro de 1840, pag.385-387.

15. *Archivo Pittoresco*, tomo V, 1862, nº 25, pag. 193-195.

16. ANTT, *MR /ASE*. Maço 1993, "Decisão de se entregar a administração do novo Passeio construido no Alto de S. Pedro d'Alcantara à Câmara Municipal", 17 de Maio de 1836.

17. Ver nota 15.

18.*Archivo Municipal de Lisboa*, 15 de Julho de 1861.

19. Ver cap. 2, pag. 94

20. ANTT, *MR /ASE*. Maço 2021: *Governos Civis e Administrações Gerais, 1835-1843*. Ofício do Governador Civil ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, 19 de Setembro de 1835.

21. Ver legenda da **Fig.105.**

22. ANTT, *MR/ ASE*. Maço 2036: *3ª Repartição. Ministérios, 1835-1843*. Oficio de José da Costa Sequeira para Manuel da Silva Passos, 2 de Dezembro de 1836.

23. *Idem, ibidem*. Offcio de Francisco Soares Caldeira para o Secretario de Estado dos Negócios do reino, 19 de Novembro de 1836.

24. Ver *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 17 de Março de 1837, pag. 113 (manuscritas): *"Pedido ao mordomo da Casa do Duque de Cadaval, afim de apresentar os títulos por onde mostre o direito que tem aos terrenos em que pretende levantar três predios tanto na Rua do Principe como na Praça D. Pedro conforme os prospectos que apresentou"; e 15 de Novembro de 1837, pag. 113: "Ao Meirinho, para ser intimado o Duque de Cadaval, na pessoa do seu procurador, para que no prazo de oito dias, venha á Camara assinar termo em que se obrigue a dar principio á edificação que lhe compete fazer no terreno que possui no Largo Ocidental do Rossio"*.

Segundo uma nota do excelente artigo "A Praça de D. Pedro", publicado no *Universo Pittoresco*, vol. 1, 1839-40, nº 10, pag. 145-146, "Um destes (quarteirões) o que fica á direita do palacio incendiado, está-se acabando".

25. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 20 de Setembro de 1836, pag. 203. Da "Comissão" faziam parte José António Borges da Silva, António Ignácio Branco, António Ezequiel de Aguiar, Manuel Libório Dinis, Manuel José d'Oliveira e os vereadores Manuel José Simões e Francisco António Gonçalves da Silva.

26. In "A Praça de D. Pedro", *Universo Pittoresco*, vol. 1, 1839-40, nº 10,pag. 145-146, com cópia de litografia anexa.

27. Ver FREIRE, João Paulo, 1930 (?), pag. 437.

27a. Contra este arranjo manifestou-se o "Arquitecto da Cidade", Malaquias Ferreira Leal que, em vistoria à Praça na sequência da edificação do Teatro Nacional, defendia *"que se devão tirar todos os Colonellos que formão o terrado central da Praça (...) sendo igualmente da nossa opinião que não ája plantação alguma d'arbustos naquella Praça por que com esta se priva a beleza e os bellos pontos de vista (...)"*. AHCML,*SGO*, Cx. 126, doc. 33, 22 de Setembro de 1845. (assinado também por João Maria Feijó e João Anastacio da Gama).

28. "O antigo palacio da Inquisição" in *Universo Pittoresco*, 1844, nº 24, pag. 369-370.

29. *Diario do Governo*, 12 de Janeiro de 1837: "S.M. attendendo a que o local mais adequado para a construcção de um Theatro Nacional é aquelle em que se acha o Edificio incendiado na Praça novamente denominada de D. Pedro, em que esteve o Tesouro Publico, tanto para o aformoseamento da mesma Praça, e commodidade dos Habitantes de Lisboa, como pela pouca despeza com que tão importante obra de que muito se carece (...) Manda pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda (...) faça expedir as ordens necessarias, a fim de que o mencionado Edificio tenha o destino indicado; (...)".

30. *Diario do Governo*,31 de Outubro de 1836.

31. *Idem*, 14 de Novembro de 1836.

32. ANTT, *MR/ ASE*. Maço 2034: *3ª Repartição. Ministérios, 1835-43*.Oficio de José da Costa Sequeira para Manuel da Silva Passos, 2 de Dezembro de 1836.

33.*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 17 e 28 de Agosto de 1837, pag.s 19 e 32 (manuscritas)

34. *Diario do Governo*, 11 de Abril de 1839, pag. 477.

35. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 23 de Maio, 6 de Junho e 1 de Agosto de 1839 (manuscritas).

36. *Diario do Governo*, 23 de Julho de 1839.

37. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 19, 21, 25 e 29 de Novembro de 1839, pag.s 194, 198, 200v., 204v (manuscritas).

38. *Idem*, 15 de Junho, 30 de Julho e 30 de Outubro de 1840, pag.s 101. 148, 249.

39. *Diario do Governo*, 11 de Abril de 1839, pag. 477.

40. *Idem*, 2 de Maio de 1839, pag. 591-592.

41. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1955, pag. 38-39.

42. *Diario do Governo*, 10 de Novembro de 1840.

43. Seguimos, para esta síntese, Gustavo Matos Sequeira, cujo rigor pudemos confirmar em ANTT, *MR/ ASE*.Maço 2168:*Documentos avulsos, 1840-1841*.

44. SEQUEIRA, Gustavo Matos, 1955, pag. 55.

45. *Diario do Governo*, 12 de Junho de 1841.

46. *idem*, 28 de Junho de 1841,pag. 684: "A Commissão creada por Decreto de 17 de Novembro de 1840 (...) convida a todos os seus Concidadãos zelosos da gloria nacional, e do augmento da civilisação do seu Paiz, para que concorram a tomar parte no emprestimo que deve fazer-se para se levantar na mais bella Praça da Capital, este monumento quasi expiatório, que assim é devido pela Nação á memória dos seus grandes engenhos, sempre maltractados e proscriptos, como será fiador seguro da protecção e ampáro, que deve um Povo livre e civilisado ás boas Letras que o illustram, e ás boas Artes que o enobrecem. (...).

Sua Magestade a RAINHA, e Seu Augusto Esposo, foram os primeiros a collocar os Seus Nomes á frente dos bons Portuguezes, que hão de concorrer para esta Empreza patriotica, Mandando subscrever pela quantia de dez contos de réis".

47.*Diario do Governo*, 5 de Julho de 1842. Como a data de registo indica, embora encarada desde o ano anterior, só, quando se preparava o terreno para o início da edificação, o governo de Costa Cabral autorizou "O Contracto (...) com os Caixas Geraes do Contracto do Tabaco" que, segundo as diversas condições permitia reunir a quantia de quarenta contos de réis", a que se somavam "por conta do subsidio concedido ao Theatro Nacional Normal" e, ainda, "o scenario, adereços, musica, moveis, e utencilios do Thetrao de S. Carlos (...) pela somma de oito contos de réis". O activo promotor deste negócio foi Joaquim Larcher que, entretanto, substituíra Almeida Garrett no cargo de Inspector Geral dos Theatros.

48. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1955, pag. 60-62.

49. *Diario do Governo*, 9 de Junho de 1841, pag.s 593-594.

50. Nomeado por portaria de 4 de Outubro de 1841, o júri era constituído por José Feliciano da Silva Costa, director da escola Politécnica, Francisco Pedro Celestino Soares, lente da Escola Militar, Guilherme José António Dias Pegado, lente da Escola Politécnica, João José Ferreira de Sousa e Evaristo José Ferreira, lentes da Escola Militar, e tenentes coroneis de engenharia Caetano Vaz Parreiras e José Bento de Sousa Fava. Depois de várias substituições, a acta que consultámos (ver nota 50) era assinada por João José de Sousa, Presidente, Francisco Soares, Secretário, Caetano Parreiras, Thomás Aquino de Carvalho, José Cordeiro Feyo e João Maria Feijó. Ver também SEQUEIRA, Gustavo Matos, 1955, pag. 62-63, que dá conta das substituições ocorridas mas cujos nomes finais não coincidem totalmente com os que consultei em manuscrito.

51. ANTT, *MR/ ASE*. Maço 2168: *Documentos avulsos,1840-1841*. Para uma apreciação mais extensa dos projectos, nomeadamente das epígrafes com que se apresentaram, ver SEQUEIRA, *op. cit.*, pag.63-65.

52. SEQUEIRA, Gustavo Matos, *op. cit.*, pag. 66.

53. *Reflexões criticas, e artisticas sobre a edificação do novo theatro portuguez denominado Theatro da Gloria pelo Visconde de Villarinho de S. Romão*, 3 opúsculos, sem data (1842).

54. *Espelho do palco, Jornal dos theatros*, 13 números, Lisboa, 1 de Setembro-24 de Novembro de 1842. O modo como a revista apareceu e desapareceu no mesmo ano, o facto de ter publicado, no 1º número, a primeira descrição do edifício em início de construção, permite considerar que ela foi um instrumento intencionalmente criado para defender Fortunato Lodi e atacar o Visconde de Villarinho de S. Romão a quem dirige perguntas concretas, depois da publicação do primeiro opúsculo daquele.

55. Alexandre Herculano, "Theatro do Rocio" in *Revista universal lisbonense*, t.2, nº6, 27 de Outubro de 1842, pag. 70-71.

56. "Breve analyse dos riscos para o Theatro de D. Maria II" in *Revista universal lisbonense*, t.2, nº 34, 11 de Maio de 1843, pag. 421-424 (assinado "Um architecto Portuguez").

57. ver nota 46.

58. Segundo FRANÇA, J-A., 1966, 1º vol. pag. 241 os concorrentes ao concurso para a construção do teatro foram, além de Manuel Joaquim de Sousa e o Visconde de Vilarinho de S. Romão, Lucas J. Sanches Pereira, José da Costa Sequeira e J.J. Ferreira da Costa. Três destes projectos foram expostos na Exposição da Academia de Belas-Artes em 1843 e analisados por S.J. Ribeiro de Sá em *O Panorama*,2ª S., vol.3, 1844, pag.38-39: o do "Sr. Lucas", "academico de merito e bibliothecario da Academia", era considerado o mais fraco - "effeitos do pouco tempo concedido para este concurso, e das condições demasiadamente exigentes" ; o do "Sr. Paulo José Ferreira da Costa, architecto ajudante na Repartição das Obras publicas"

era "perfeitamente desenhado: appresentava a grande vantagem de uma economia extraordinaria"; o do "Sr. Sequeira" parecia "digno de lhe tributarmos novos elogios pelo bom gosto e acabamento".

59. Ver o estimulante estudo de MANDROUX, Marie- Thérèse, 1964, que publica uma série de desenhos até então inéditos de Manuel Joaquim de Sousa, contextualizando-os nos grandes compêndios neo-clássicos da arquitectura internacional.

60. FRANÇA, J-A., 1966, 1º vol., pag. 239 e 2º vol., pag. 407, nota 57.

61. Ver nota 59. Marie-Thérèse Mandroux verificou que a Casa do Risco das Obras Públicas possuía o album *Fabriche e i disegni de Andre Palladio*, reeditado em 1786 que, depois, como tantos outros livros, transitaram para a Academia de Belas-Artes de Lisboa.

62. ANTT, *Ministério do reino/ Arquivos das Secretarias de Estado*.Maço 1913: "Proposta sobre o aumento de vencimentos na Repartição de Obras Públicas", de Braamcamp Castel Branco ao Conde de Basto, 27 de Agosto de 1833.

63. SEQUEIRA, Gustavo Matos, *op. cit.*, pag. 74 e seguintes.

64. Ver **Fig. 122,1.**

65. FRANÇA, J-A., *op. cit.*, 1º vol., pag. 244.

66. Segundo o *Jornal de Bellas-Artes*, 2ª S., 1848, só nesse ano foram inauguradas "sobre o frontão do theatro nacional, da Praça de D. Pedro, as tres estatuas que lhe estavam destinadas, - Gil Vicente, a Tragedia e a Comedia, que havia muito se preparavam no laboratorio de esculptura da Academia das Bellas-Artes". Para o anónimo articulista, ainda eivado de sentimentos negativos - "contra a injustiça e má fé com que se trataram os architectos portuguezes" - a pose curvada de Gil Vicente representaria "a humilhação". Por ele, teria preferido "encontrar n'ella a nobreza e a magestade da estatua romana". Mas como aquela época era "humilhante, sem nobreza, nem dignidade", Gil Vicente estava curvado "apoia a mão esquerda sobre o peito e parece estender o braço direito ao viandante que passa...".

67. *A Illustração, Jornal Universal.*

68. *O Panorama*, vol. XVI, 1858, pag. 97, 118, 134.

69. *Revista universal lisbonense*, vol. V, nº 9, 21 de Agosto de 1845, pag. 105.

70. *Cronica Constitucional de Lisboa*, nº 79, 30 de Setembro de 1834, pag. 409. Ver a sua transcrição no cuidado estudo de LIMA, Henrique de Campos Ferreira, "Monumentos a D. Pedro IV em Lisboa e no Pôrto (Apontamentos para a sua História)" in *Portvcale*, vol. XVII, Setembro-Dezembro de 1944, nºs 101-102, pag.s 147-158.

71. *Cronica Constitucional de Lisboa*, nº84, 6 de Outubro de 1834, pag. 433.

72. *Discripção dos trez modelos para os Monumentos que os representantes da Nação Portugueza em sessão de 25 de Setembro, e 4 de Outubro de 1834, solicitarão ao governo de S.M. Fidelissima se erigisse á memoria do maior dos principes o Senhor D. Pedro IV de saudosa memoria: Os quaes forão mandados fazer pelo Ministerio do Reino a Joaquim Rafael 1º pintor da Real Camera*. Lisboa, 1837.

73. Ver cap.5, pag. 230 e seguintes.

74. *Portuguez Constitucional*, nº 93, 19 de Outubro de 1836. Ver descrição integral em LIMA. Henrique de Campos Ferreira, *op. cit.*, pag. 151.

75. *O Panorama*, 2ª S., vol. 3, 1844 : "Academia de Bellas-Artes de Lisboa. *Exposição* de 1843. II. Architectura", pag. 18-21 (assinado S.J. Ribeiro de Sá).

76. *Revista universal lisbonense*, nº 10, 24 de Novembro de 1842, pag. 122.

77. *Idem, ibidem*, pag. 122-124.

78. *Espelho do palco*, nº 5, 29 de Setembro de 1842.

79. *Revista universal lisbonense*, nº 21, 9 de Novembro de 1843, pag. 260-264.

80. *Idem*, nº 38, 8 de Junho de 1843, pag. 469.

81. *Idem*, nº 35, 18 de Maio de 1843, pag.431.

82. *Idem*, nº 40, 2 de Junho de 1843, pag. 499.

83. *Idem*, nº 43, 13 de Julho de 1843, pag. 533.

84. *O espectador, Jornal dos Theatros e das Philarmonicas*, nº 1, 14 de Maio de 1843, pag. 4.

85. *A semana, Jornal literario*, nº 16, Abril de 1851.

86. Ver cap.5, pag.233

87. Ver RIBEIRO, J. S., 1876, tomo VI, pag. 87 que transcreve o decreto fundador da Academia de Belas-Artes de 25 de Outubro de 1836.

88. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 21 de Fevereiro de 1835,pag. 111v.: *"decidiu-se que se dirigisse consulta ao governo ponderando a necessidade de mandar construir canos parciais nos prédios nºs 6 e 28 da Rua do Ferragial de Baixo,o primeiro dos quais pertence à Casa de Bragança e o segundo foi incorporado nos bens nacionais"*.

89. *Idem*, 9 de Setembro de 1837, acusando a recepção de *"Portaria do Tesouro Publico" "incluindo a planta do prolongamento das ruas do Ferragial de Cima e do Outeiro e declarando diversas razões para se abrir uma nova rua ou ruas com as quais se melhore o dito local (...)"*.

Em 18 de Janeiro de 1838, foi a vez da Câmara oficiar ao *"Administrador Geral" "tratando sobre a inspecção e obra de abertura e prolongamento das ruas do Outeiro e Ferragial de Cima para comodo e transito dos habitantes de Lisboa bem como para o aformoseamento do dito local"*.

No entanto, nada se fez, pelo menos em relação ao prolongamento da rua do Outeiro, como confirma a exposição do Administrador da Casa de Bragança, registada em acta de sessão de 3 de Agosto de 1840: *"tendo a dita administração em vista abrir uma nova rua pelas ruinas do palacio do Tesouro Velho, convida a Municipalidade para cooperar nesta empresa pela parte que lhe toca"*.

90. *Idem*, 27 de Setembro de 1837, pag. 57.

91. *Diario do Governo*, nº 18, 5 de Agosto de 1841. O artigo, dedicado "á lembrança da digna Camara Municipal" e "á do Administrador Geral da Serenissima Casa de Bragança", é assinado por João Carlos Feo Cardozo de Castello Branco Torres.

6.4. As infraestruturas de uma cidade moderna

6.4.1. Saneamento

Apesar da população de Lisboa se manter, ao longo de todo o período em análise, com níveis quase imperceptíveis de crescimento demográfico, o desejo, sobretudo camarário, de a aproximar de padrões internacionais, de que Paris e Londres eram os modelos, conduz a uma abundante reflexão e alguma actuação sobre as questões de saneamento.

Neste âmbito, a primeira preocupação dirige-se à necessidade de alargar a rede de canalização de esgotos. Procura-se, com o apoio da repartição das Obras Públicas, continuar a construção de "canos gerais" e impor aos proprietários, nas zonas em que eles existam, a obrigatoriedade de abrir "canos parciais". Esta tarefa difícil, enunciada por sucessivos editais desde 1835 (1), deparava com permanentes resistências mas também com uma evidente incerteza quanto aos métodos a utilizar. E perante a incapacidade da Câmara Municipal de fazer cumprir as suas posturas, procurou ela o apoio parlamentar para a formulação de uma lei coerciva.

O assunto viria a ser longamente debatido na Câmara dos Pares em 1846 (2). Reconhecia-se o esforço municipal no "empenho em que esta de nos livrar do espectaculo immundo, indecente, vergonhoso e immoral que nos apresentam as ruas da Capital". Nomeadamente, além da construção de canalizações, haviam-se estabelecido "carros que correm diariamente as ruas para receberem e transportarem o lixo que os habitantes querem lançar nelles". Mas, quando se tratava de reconhecer que havia também obrigações da parte dos proprietários e que elas deveriam ser obrigatoriamente impostas, as opiniões dividiam-se: havia quem achasse que "a factura dos canos parciaes não é o unico modo, nem o mais util para a limpeza da cidade", fundamentalmente por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque assim se perdia a hipótese de aproveitar utilmente os dejectos. E citava-se, como exemplo, que

"Ainda ha pouco tempo se apresentou uma memoria a uma corporação scientifica de Londres, na qual se mostrava que se fossem aproveitadas as immundicies daquella Cidade, que se perdem no Thamisa, ellas poderiam produzir uma enormissima quantidade de excellente estrume, que substituiria com grande vantagem o *guano*". Aliás, assim se fazia também no Porto: "ha o costume de fazer, quando se constroem as casas, um logar reservado para deposito das immundicies, e que daqui se tiram com grande proveito para a agricultura". Por outro lado, havia a considerar que em Lisboa "ha muitos predios confinantes com quintaes e terras, aonde é possivel fazer depositos (...): por tanto embora nessas ruas haja cano geral, não se póde mandar a todos que façam canos parciaes, porque ou lhes seriam inuteis, ou o seu uso prejudicial". Parecia que "entre nós" se "queria fazer uso dos canos com exclusão dos poços, mas que este ultimo systema era o que os franceses tinham por melhor".

Aos olhos dos detractores do apoio à pretensão camarária, o principal problema residia no risco de os pretensos "canos de limpeza" se poderem tornar em "canos de peste, como muitos que existem nas ruas da Cidade, por falta de sciencia que ha neste Paiz de os construir de maneira que elles se tornem inodoros". Exemplo disso era o "cano da rua de S.Bento", aberto, com grandes elogios, em 1828: "os moradores dessa rua dão-se muito mal com os canos, porque os lixos accumulados debaixo delles, não tendo um declive sufficiente que lhe dê a necessaria vazão para o mar, exhalam continuamente miasmas, e um cheiro pestilentissimo, de sorte que a maior parte dos mesmos habitantes tem abandonado as casas". Podia portanto acontecer que "aquillo que as ruas ganham em limpeza com os canos parciaes, perde a salubridade do ar ambiente das casas; e para que as ruas sejam aceadas, as pias das casas exhalam cheiros insuportaveis, como todo o mundo terá conhecido por experiencia".

A discussão arrastou-se e, embora o Ministro dos Negocios do Reino tenha procurado apoiar a pretensão camarária, e simultaneamente aliviar o seu carácter coerciso sobre os proprietários, ela ficou adiada, de algum modo dando razão a quem peremptoriamente afirmava: "sem haver artistas que construam devidamente estes

canos, melhor será não os construir, porque em lugar de se ir precaver um mal, isto não servirá senão de aggrava-lo".

Reinava, neste domínio, o maior empirismo e incerteza que os cidadãos ilustrados contribuiam para agravar. Era o caso, por exemplo, da proposta de um tal Joaquim José Ventura da Silva, apresentada em 1835 (3) que previa, para os "departamentos" da cidade junto ao Tejo, a existência de "cáes" "para depozito das immundicias, as quaes serão d'alli tiradas por barcos ao menos huma vez por semana, e as levarão para as terras fronteiras"; para os "departamentos do Norte", previa-se "o seu depozito em lugar livre, e que fique algum tanto fóra do departamento, e d'alli serão tiradas as immundicias pelos carros de lavradores tambem ao menos huma vez por semana". A fase antecedente a esta concentração era a obrigatoriedade para todos os moradores de "depozitarem as immundícias em vazilhas, que estarão todos os dias logo pela manhã ás portas das ruas" para serem recolhidas por "hum numero sufficiente de carros, bois, bestas, e homens de trabalho". Haveria também que prever "hum numero sufficiente de latrinas em todos os lugares proprios, e que tenhão commodidade para esse fim, e particularmente nos sitios dos Chafarizes" e, do mesmo modo, de "pias para ourinar (com seus reparos)" para tornar eficaz a proibição de "fazer immundicia nas ruas, ou em qualquer sitio publico, ou nas escadas".

Estas sugestões ingénuas, que têm o mérito de nos deixarem aperceber a situação quotidiana, eram completadas com uma série infindável de pormenores: os senhorios, além de deverem ser obrigados, nas ruas com canos gerais, a "mandar fazer cloacas á moderna, isto he fora das casas" - ultrapassando o "grande erro, em que os primeiros edificadores cahirão", instalando-as "por dentro, como succede na rua Augusta" provocando com isso "péssimo cheiro, que se introduz nas cazas" -, seriam obrigados a providenciar, no caso "onde não possão haver cloacas", a instalar "pias nas cozinhas de todos os andares, com seus ralos"; complementarmente, recorda-se a necessidade de "encanar as aguas dos telhados" e "caiar as frentes dos seus prédios de tres em tres annos, e não deixarem ennegrecer as paredes, porque torna as ruas sombrias e melancolicas". Em relação à cor, o nosso autor achava que se devia adoptar

"côr de roza desvanecida; porque o branco offende a vista, e o amarello, ou o azul fazem as ruas mais escuras, e os semblantes pallidos".

Apesar do subjectivismo de tantas recomendações, a verdade é que era nesse espaço de sugestões que se movia a Câmara, naturalmente sem resolver com eficácia nenhum problema. Multiplicam-se os editais, afixando *"as horas de vazar á rua as aguas e receber nas carroças da limpeza o lixo"* (4), foram-se construindo alguns canos gerais, sempre dependentes de meios escassos cuja disponibilidade se agrava nos primeiros anos da década de 40. Finalmente, em 1841, regista-se, em sessão da vereação, a chegada de uma "proposta que trata de um novo metodo de limpeza da cidade e que oferece um engenheiro frances por nome Pererard" (5), ou seja Pezerat que, dez anos mais tarde, se tornaria chefe da Repartição Técnica. No entanto, apesar das muitas referências a estudos internacionais, ele não propõe grandes alternativas: verifica a insuficiência das canos parciais - que considera uma das causas dos surtos epidémicos -, defende a necessidade de serem periodicamente desinfectados - com grande cópia dos quantitativos do sulfato de ferro a empregar - e, sobretudo, uma pouco clara instalação de "d'un système de vidange (*retretes*) mobile, inodore et séparateur, qui permit de ne plus rien jetter de solide dans les pias". Não creio que fosse algo de muito diferente das "vasilhas" do cidadão de 1835...

Como com todos os problemas graves de modernização da cidade, as soluções só chegarão bem mais tarde, nos anos de 1870 quando Lisboa beneficiou do saber pragmático e actualizado do engenheiro Frederico Ressano Garcia. Aliás, a questão do saneamento era inseparável da insuficiência da rede de água que tornava horríveis e ameaçadores os longos verões. De acordo com o nascente espírito cabralista, outro cidadão ilustrado, C. Xavier Pereira Brandão, oferece, nas páginas da *Revista universal lisbonense*, uma "Lembrança á Camara Municipal de Lisboa" (6) propondo, a exemplo do que se fazia em Paris e Londres, a formação de uma "companhia" que canalizasse a água excedente dos "chafarizes da capital" libertando os moradores dos "gallegos, homens aventureiros, muitos de máus costumes, alguns facinorosos, e ladrões, e todos muito amigos de dinheiro". O que o articulista se esquece é que a

maioria dos chafarizes secava durante o estio e que os "poços artesianos" de que ele sugeria a abertura - "nos baixos que existem entre a Patriarchal Queimada, e o Campo de Santa Anna" - se revelaram sempre infrutíferos. Quanto à "companhia", as tentativas foram diversas e todas frustradas até aos aos de 1880, com a canalização das águas do Alviela. Estes sucessivos fracassos espelham, estruturalmente, a inexistência da cidade moderna. Por isso, as tímidas e bastante desqualificadas intervenções urbanísticas que cotejámos - como a prática incipiente da arquitectura que depois abordaremos - mais não faziam que reflectir profundas incapacidades. O tempo europeu da revolução industrial não chegara ainda a Lisboa mas, todavia, é necessário ir auscultando os seus prévios e empíricos sinais.

6.4.2. Os cemitérios

Na sequência dos terríveis surtos epidémicos de 1833, o governo mandou estabelecer dois novos cemitérios públicos, o da zona ocidental, "nas terras dos Almeirões, mesmo em frente da antiga ermida de Nossa Senhora dos Prazeres", e o da zona oriental, "numa quinta situada no Alto do Varejão, chamada de S. João" (7). Instalados pelas Obras Públicas, transitaram para a administração do município, por decreto de 21 de Setembro de 1835, encontrando-se, nessa data, o de S. João praticamente por construir. Foi necessário legalizar as expropriações feitas (8), terraplanar, erguer os muros e edificar uma modesta capela (9). As obras estavam no essencial concluídas em 1842, quando se convidam "todas as pessoas que alli tiverem mausoleus fôra do respectivo alinhamento, a que os mandem transferir para a rua principal que é a que vai em linha recta do portico á Igreja" (10). Mas, ainda em 1845, a Câmara pretende arrematar "o fornecimento de madeira necessária para a construção da Capella do Cemitério do Alto de S. João" (11).

Mesmo em relação ao cemitério dos Prazeres, parece ter sido a Câmara Municipal quem de facto se encarregou da sua edificação. Em 1839, anuncia a "arrematação do muro que (o) deve circundar" (12), depois de ter decidido "a

plantação de arvores" e "a compra de alfaias (...) para se ornar (...) a respectiva ermida" (13). No ano seguinte, adquire terreno a um particular, pensando no seu alargamento (14) só concluído ao longo da década de 1860.

Os desenhos soltos existentes na Colecção de Plantas do Ministério do Reino (15) (**Fig.111,1-4**) permitem conhecer duas variantes, talvez iniciais, para a entrada do cemitério dos Prazeres, elaboradas presumivelmente pelo arquitecto José da Costa Sequeira que, embora não as assine, foi o responsável quer pela demarcação dos terrenos, quer pela primeira orçamentação das obras. Dele poderá ser também o discreto desenho do corte de uma projectada ermida (**Fig.111,2.**) que pode ser confrontado com outro, assinado pelo arquitecto da Câmara Malaquias Ferreira Leal (**Fig.111,3.**), que corresponderá à que estava em edificação a partir de 1840. Todos eles são peças modestíssimas, agarradas a uma sintaxe arquitectónica classicizante cujo despojamento não era uma atitude estética mas a mera adequação à escassez dos orçamentos. No entanto, segundo um desenho livre (**Fig.111,5.**), publicado no *Ocidente* já em 1881 (16), nenhuma das entradas previstas para os Prazeres foi efectivamente construída, a menos que, entretanto, já tivesse sido substituída pelo "portico, imitação do estylo egypcio" que aquela gravura reproduz. Registe-se a originalidade cuja autoria não foi possível deslindar.

Na verdade, as obras arrastavam-se e, posteriormente aos desenhos referidos de Sequeira e Ferreira Leal, o *"cidadão Francisco Rodrigues Batalha"* que arrematara a *"igreja profanada de Sta. Justa"* pretendeu oferecer o respectivo *"pórtico" "para a Irmida que se ade fazer no Cemiterio dos Prazeres"* (17). A esta proposta opôs-se Ferreira Leal, em 25 de Janeiro de 1849, porque *"as suas proporções e demenções são de muito maior porte, das que estão determinadas em o Risco já feito para a dita Capella"*. O assunto não estava ainda resolvido em 1860, já sob a gestão técnica de Pezerat: nesse ano, ele manifestava a dificuldade de utilizar, para o *"cruzeiro da Capella", "o aparelho de cantaria proveniente da demolição da Capela Mór da Igreja de Santa Justa" "pela falta de desenho deste aparelho e sua numeração"* (18) e, em 1861, pretende que a Câmara substitua *"o projecto da Capella appresentado*

pelo Desenhador da Repartição" por outro seu *"que preenche todas as condições de bom estylo de caracter architectonico proprio a uma Capela de Cemiterio"* (19). Havendo questões de economia a considerar, não foi possível apurar qual o desenho que foi seguido.

Aos olhos dos contemporâneos mais exigentes, os cemitérios eram um bem da civilização. Como afirma um articulista anónimo de *O Panorama* em 1837 (20), "a magestade da religião, a hygiene, e a decencia exigiam que os templos deixassem de ser o receptaculo dos cadaveres e dos vermes. O bom juizo do povo da capital, e ainda de outras cidades, recebeu esta innovação ou com applauso, ou, pelo menos, sem queixume". Havia, no entanto, muitos reparos a fazer. Por exemplo em relação ao cemitério ocidental - "assentado n'uma situação a que podemos chamar poetica" - repugnava, em primeiro lugar, o nome dos *Prazeres*: "Nós desejariamos que o povo nunca lhe desse este nome; (...) nesta denominação ha uma especie de linguagem de prostituição: ha uma falta de pudor publico, o qual existe ainda no coração do povo".

Mais grave ainda era "o descuido geral que tem havido em adornar estes logares sanctificados pela morte". Havia "bem poucas lapides" e, sobre muitas sepulturas, nem sequer se erguia "uma cruz de madeira". Esta desolação era bem filha de "um seculo em que é moda tractar a sensibilidade como *sentimentalismo* (palavra estranha á boa e severa lingua portugueza)" e "em que só homem abalisado se reputa o que considera o seu semelhante unicamente como uma força motora para os trabalhos da industria". Talvez por isso, havia tanto descuido nos cemitérios e uma "nudez completa (...) de toda a casta de arvores e arbustos; nudez que sem produzir uma suave melancholia, contrista o coração dos que visitam estes logares de repouso". Este facto era particularmente revoltante porque, pelo contrário, "no interior das cidades construem-se e plantam-se jardins para espairecerem ociosos", além de que a plantação de arvoredo seria uma medida de "hygiene publica" e "a est'outras considerações moraes, esta inteiramente material deve accrescentar grande força".

Esta tímida imprecação, ao mesmo tempo romântica e já positivista, encontrou uma espécie de resposta artística na proposta de José Valentim de Freitas, o discreto inventariante das paroquias demolidas de S. Martinho e Santa Marinha de que Júlio de Castilho salvaguardou a memória (21). Sugeria ele à Câmara que "os ossos que se acham nos referidos logares" fossem transladados para os "cemitérios publicos" com lápides alusivas à sua origem e História, o que poderia "promover um estimulo para os que mandam construir novos sepulchros, e que ainda n'isto entretem algum artista e occupam alguns operarios". Mais importante seria poder-se, "com a remoção dos monumentos sepulchraes", fazer "executar uma decoração propria dos novos cemiterios, e ao mesmo tempo variada e curiosa pela differença da execução e gosto das diversas épocas".

Claro apelo ao historicismo e ao eclectismo estético e arquitectónico, ele teria uma lenta e progressiva resposta ao longo do século mas só plenamente se realizou nos anos de 1900 e, mesmo assim, com os habituais condicionantes de uma sociedade incerta e com poucos meios. Todavia, os apelos ao enriquecimento imagético e simbólico dos cemitérios não faltavam. Ainda no *Panorama*, a propósito da Exposição de 1843 da Academia das Bellas-artes de Lisboa (22), S. J. Ribeiro de Sá confirmava a análise anteriormente feita pela mesma revista, embora, para ele, a designação de *Prazeres* lhe parecesse conter uma espécie de acerto poético: "que nome mais proprio se poderia escolher para o campo que serve de repouso aos ultimos restos mortaes?". Estava, aliás convencido que se "os nossos homens mais sabios" se reunissem e quisessem alterá-lo, "esse nome, resultado de questão quasi sem termo, será rejeitado pelo povo, que não o trocará por um que já ha muito conhece, que é seu, e que tem, alem da pureza do sentimento, toda a permanencia da tradição".

O grave para ele era que "nesse cemiterio tudo se conspira para destruir o effeito, que devem produzir essas palavras (Prazeres), desde a entrada mesquinha até ao modo improprio porque á luz do dia e por entre pragas se abrem as sepulturas!". Reinava ali o mais sórdido materialismo: "homens trabalhando em pedras e lavrando differentes tumulos poderão tratar comvosco o modo *econòmico* de levantardes uma

memoria de vaã saudade á pessoa que chorais"; a ermida era "pobrissima e muito mal arranjada"; e, para abrir ali uma sepultura, era preciso submeter-se ao arruamento dos tumulos que sugeria a preparação do "terreno para algumas corridas de touros ou cavalhadas". Aliás, também os cyprestes "estavam arruados e collocados ante os tumulos". Mas o pior era procurar recordar "os monumentos que encontramos": "vimos muitos, não adnirámos nenhum", o que lhe permite a interrogação retórica - "estará porventura a escultura acabada em Portugal?" - e a conclusão de que tudo ali lhe lembrava "um cemiterio turco". E, no entanto, se a "Academia das Bellas-Artes tivesse a consideração que merece" haveria solução para o escândalo. O autor tinha conhecimento que aquela instituição "dirigiu ha muito ao governo uma bem pensada representação ácerca de tão importante assumpto".

Já tardiamente em relação ao período em análise, António Feliciano de Castilho propunha, em 1858 (23), que a Câmara Municipal fizesse construir, "no principal cemiterio de Lisboa", "um Campo Elysio", "reservado para os finados celebres por qualquer especie de merito, passados, contemporaneos ou futuros". Em relativa oposição às propostas historicistas, com forte intervenção da escultura comemorativa de Ribeiro de Sá e José Valentim de Freitas, o poeta pensava que não seria necessária muita grandeza: "ciprestes, cedros e loureiros", "uma pequena pedra com seu nome entalhado" teriam maior "lustre" que "sarcofagos de porfido ás costas de leões e carregados de emblemas". Este despojamento de glórias terrenas criaria um "delicioso retiro", possibilitando "ir ali encurtar horas e dias á sombra d'aquelles fresquissimos e calados arvoredos".

Mas nem vastos e umbrosos cemitérios naturais nem campos de arte viriam a ser os cemitérios portugueses. E, no final do século, já havia quem defendesse, por razões higienistas, a imperiosa necessidade de levar os cemitérios para bem longe do centro da cidade e implenmentar "a queima dos cadaveres" (24). Definitivamente, mas num tempo em que ainda estavam por erguer os mais curiosos espécimes da tumulária moderna lisboeta (25), tinha já passado a atitude romântica de procurar o convívio dos mortos para melancolicamente celebrar a vida.

6.4.3. Transportes e iluminação

A pequena cidade continuava, nos anos do primeiro liberalismo, naturalmente um lugar de chegar a pé ou de burro para o povo que activamente a percorria. Assim acontecia, como mero exemplo, com os condutores de gado, nomeadamente suíno a quem a Câmara procurava disciplinar os locais de venda - "nas terras do vasadouro de Vale de Pereiro, Campo de Sant'Ana e no Largo da Estrela" (26) - proibindo, na verdade sem sucesso, "o matar e chamuscar o dito gado nas ruas". O mesmo faziam as lavadeiras que vinham de "Loires a duas léguas da capital" (27) buscar a roupa de quem tinha posses para esperar pela reentrega "15 e 20 dias" depois.

Mas os cidadãos, que apoiavam a Câmara Municipal e ao serviço de quem ela estava, passaram a dispor, logo em 1834, dos "Omnibus Dames Blanches", carruagens públicas, "á semelhança das que se usam em França", exploradas por Aristides Rousseau Fleury e Luis Francisco Castinel (28). O sucesso desta companhia foi unamimemente reconhecido, nomeadamente pela comodidade das suas carreiras para Belém, Benfica, Lumiar e Poço do Bispo e, por isso, o privilégio da sua exploração seria renovado em 1839 (29), quando se alargaram os trajectos que chegarão a Oeiras, Mafra, Amadora e Sintra, Loures e Cascais. Além dos carros mais ou menos privados, de serviço particular, os outros apresentavam "uma porta traseira e no interior um banco corrido de cada lado, com os quinze passageiros voltados uns para os outros. Eram puxados por quatro cavalos e transportavam, além dos passageiros, correio e encomendas" (30).

Em 1848, quando a época aúrea do privilégio de exploração dos transportes urbanos lisboetas começava a sofrer os primeiros confrontos com o desejo de implantação do caminho de ferro, a *Revista universal lisbonense* reconhecia que "A companhia dos Omnibus foi uma das uteis applicações que teve, em nossa terra, o principio da associação dos capitais" (31), apresentando para a cidade a vantagem de "descer consideravelmente o preço do transporte das pessoas" e também "para os

arrabaldes". O benefício de "gastar agora num dia o que antes se gastava numa hora andar de sege", permitia ter quintas "em Benfica ou Belém" e admitir um tempo próximo em que as "povoações situadas mesmo nas abas de Lisboa" prosperassem e se enchessem de "lindas vivendas", aproximando-se da animação que, por enquanto, se restringia a Sintra. Este programa civilizador era evidentemente o caminho de futuro de Lisboa mas não se desenrolaria pelo modelo das *garden-cities* que aqui parece pela primeira vez timidamente aflorado.

Para acompanhar este progresso, a Câmara aplicava os meios possíveis na modernização das calçadas, feitas quer "pelo método português" (32), quer progressivamente, pelo processo de *"mac adam"*. A mesma preocupação justificava a obrigatoriedade de construir "passeios de lagedo" , imposta em toda a área central, bem como a exclusão dos "colunelos" que passavam apenas a demarcar as extremidades dos passeios (33), a demolição de becos, arcos e avançados sobre a rua que perturbassem a ortogonalidade do "prospecto da cidade" (34). A execução destas medidas - como também o aformoseamento da Praça do Comércio e do Rossio já referido, ou a regularização dos largos de S. Roque e de S. Tiago - era acompanhada pela publicação de sucessivas posturas e editais, cuja repetição regular indica bem as dificuldades que havia em aplicá-los. No entanto, é evidente que se ganhara consciência do atraso da cidade em termos de infraestruturas e que havia uma sincera vontade de alterar esse estado de coisas.

Exemplo particularmente relevante desse desejo envolveu a difícil decisão de iluminar Lisboa a gás. A primeira proposta foi apresentada, logo em 1835, por José Maria O'neill, bem apoiado pelo governo (35): a Câmara opôs-se firmemente, no início não por discordância do processo mas por considerar não ter meios económicos para o assegurar (36); mas, em 1836, considerou, taxativamente, que "o plano da iluminação da cidade por meio de gás (...) é ruinoso á industria do país e prejudicial á Fazenda" (37).

O problema, largamente debatido na imprensa, advinha de quem considerava haver em Portugal uma indústria de produção de azeite a proteger, como riqueza

nacional, que o gás viria decapitar. Duvidava-se também que o " nosso carvão" fosse suficiente e adequado àquela finalidade. Acrescentava-se, finalmente, com largas citações de experiências inglesas e francesas, que "a fôrça da luz do gaz dos oleos é superior á do gaz do carvão-de-pedra" e a sua preparação muito mais simples: "segundo as experiencias do ja citado Dumas, durante uma hora, uma luz egual n'um candieiro de Carcel, gasta de 106 a 108 litros de gaz de carvão-de-pedra, e so 28 a 30 litros de gas d'azeite" (38).

Apesar destes argumentos, de cientificidade comprometida, no início de 1841, a Câmara considerava uma nova proposta, apresentada por "uma Sociedade Inglesa" (39).Com os tempos lentos que todas estas decisões exigiam, o Ministério do Reino viria finalmente a legitimar a iluminação a gás na cidade, em 10 de Março de 1847 (40), ou seja doze anos depois do início da discussão. A responsabilidade pertencia à companhia exploradora mas sobre o controlo da "Camara Municipal de Lisboa, conjuntamente com o Governo Civil deste Distrito, e o Conselho de Saude Publica". Mesmo assim não terminava ainda o processo tradicional de iluminação a azeite: ele manter-se-ia em todas as zonas não especificadas em tabela anexa, que iam da Boa-vista à Praça do Comércio, estendendo-se, pela Baixa, até ao Rossio e Praça da Figueira, e da Rua do Alecrim a S. Roque, parte do Loreto e largo do Conde Barão; eram ainda contempladas, para Oriente, a Calçada do Marquês de Abrantes, a Rua das Janelas Verdes até às "portas de Alcantara" e o Largo das Necessidades, numa geografia de privilégio que servia os interesses mercantis e de representação, garantindo também o acesso ao palácio real. Refira-se, como curiosidade que uma segunda tabela, anexa à portaria, enumerava o número de horas por mês "que deve durar em cada noite a luz dos candieiros de gaz" com uma especificação: "Tres dias antes e tres dias depois da lua plena, quando o tempo não estiver nublado, se accenderá sómente a terça parte dos bicos de gaz". Ou seja, a moderna cidade burguesa continuava a utilizar o antiquíssimo e camponês calendário lunar... Apesar disso, mais uma vez, e apesar de tantos condicionamentos, se confirma que Lisboa

mudava, preparando-se, nesses anos difíceis da Patuleia que trouxeram de novo a fome para as ruas, para os tempos cada vez mais acelerados da Regeneração.

Notas

1. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 9 de Abril de 1835, pag. 154v.: "Resolveu-se que se publique um edital que obrigue os proprietários cujos prédios não tiverem canos parciais (havendo cano geral nas vias onde eles estão situados) a que os construam, devendo principiar antes do fim de Junho (...) e que se nomeie uma comissão encarregada de propor o melhor método de construir os canos da cidade em geral".

2. *Diario do Governo*, nº 70, 24 de Março, pag. 330-333; nº 72, 26 de Março; nº 73, 27 de Março.

3. SILVA, Joaquim José Ventura da, 1835, pag. 14-19.

4. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 16 de Julho de 1839.

5. *Idem*, 18 de Março de 1841. Não encontrámos o documento aqui referido mas ele é repegado em PEZERAT, P.J., *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, 1865, pag. 12-15.

6. *Revista universal lisbonense*, tomo II, 1842-43, pag. 555- 557.

7. *Os cemitérios em Lisboa*.Parecer apresentado à Câmara Municipal. Lisboa, 1880, pag. 13. Para historiar os cemitérios em Portugal ver DIAS, Vitor Manuel Lopes, 1963 e a qualificada nota de J. E. Horta Correia, 1984, 1º vol., pag. 223-224 que, no texto principal, destaca o cemitério de Vila Real de Santo António, inaugurado em 1776, como o primeiro cemitério público nacional.

8. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 2 de Novembro de 1839, pag. 179v.: "Oficio do Administrador Geral como presidente do Conselho de Distrito em que se inclui a decisão que o mesmo Conselho proferiu ao requerimento em que a Camara Municipal pedia autorização para verificar pela quantia de 2 500$000 a expropriação de um terreno que faz parte do Cemitério do Alto de S. João".

9. *Synopse dos principais actos administrativos da Camara Municipal no anno de 1840*, pag. 45: "Em 28 de Julho deste anno, foi a Camara Municipal collocar a pedra fundamental d'uma Ermida, que se está edificando no Cemiterio do Alto de S. João, tendo precedido este acto a necessaria licença do Ex.mo Arcebispo Patriarcha Eleito".

Na pag. 51 da mesma *Synopse* regista-se: "Completou-se o Cemiterio do Alto de S. João aberto d'antes na maior parte da sua extensão; lançaram-se os fundamentos de uma Capella e

casa mortuaria; e a Vereação actual julga desnecessário lembrar-vos o quanto se torna indispensavel o levar esta obra á perfeição, tornando este Cemiterio digno dos seus fins, como o reclamam a religião, a decencia, e o respeito devido ás cinzas dos mortos, segundo o que se practíca em todas as nações civilisadas".

10. *Diario do Governo*, nº 141, 6 de Junho de 1842, pag. 536.

11. *Idem*, nº 114, 16 de Maio de 1845, pag. 532.

12. *Idem*, 14 de Outubro de 1839.

13. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 24 de janeiro de 1839, pag. 215v.

14. *Idem*, 11 de Agosto de 1840, pag. 159v.: "(O Sr. Fiscal) deu conta de que estava ultimado o ajuste de que a Camara o havia incumbido relativo á compra da terra de que é proprietário António Joaquim dos Santos e que se acha contigua ao local em que existe o cemitério dos Prazeres. Aprovado o ajuste (...) que se lavrasse escritura".

15. ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 5260.

16. *O Ocidente*, nº 103, 1 de Novembro de 1881, pag. 245-246.

17. AHCML, *SGO*, Cx. 126: Offcio de Malaquias ferreira Leal, 25 de Janeiro de 1849.

18. *Idem, ibidem*, Cx. 128, doc.4: Offcio de Pedro Joze pezerat e do Mestre das Obras Antonio dos Santos, 6 de Fevereiro de 1860.

19. *Idem, ibidem*,Cx. 126, doc. 16: Offcio de Pedro Joze Pezerat, 6 de Fevereiro de 1860.

20. *O Panorama*, vol. I, 1837, pag. 268-269.

21. transcrito in CASTILHO, Júlio, 1935, vol. IX, pag. 90-91.

22. in *O Panorama*, II série, vol.3, 1844, pag. 103-104.

23. In *Jornal das Bellas Artes*, II série, 1858, nº8.

24.*Os cemitérios de Lisboa*. Parecer apresentado à Câmara Municipal. Lisboa, 1880, pag. 15.

25. Ver, como obra geral de boa divulgação, FLORES, Francisco Moita, 1993.

26. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 22 de Outubro de 1835, pag. 59v.

27. *Revista universal lisbonense*, vol. VI, nº 36, 10 de agosto de 1848, pag. 425.

28. *Cronica Constitucional*, 7 de agosto de 1834.

29. *Diario do Governo*, 5 de Julho de 1839.

30. RAPOSO, José Hipólito, "Breve apontamento da evolução dos transportes de Lisboa" in *Lisboa em movimento, 1850-1920*.Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag. 175-197; a transcrição de texto é da pag. 186.

Ver também a descrição das carruagens omnibus em CAPITÃO, Maria Amélia da Motta, 1974, pag.23-25.

31. *Revista universal lisbonense*, I série, vol. VII, nº3, Fevereiro de 1848, pag. 97.

32. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 7 de maio de 1838, pag. 7 (Manuscritas): *"Que o Arquitecto da Municipalidade fizesse um orçamento da despesa que custava uma calçada nova na Rua Augusta feita pelo método português".*

33. *Idem*, 5 de Abril de 1837: "(Propôs o Presidente) *que ficasse decididamente definido que todos os colunelos que existem nas ruas da cidade se fossem arrancando à medida que julgarem necessário em algum local*"; 30 de Abril de 1838, pag. 263v.: "(Determinado) *que se fizessem 50 colunelos para se colocarem nas extremidades dos Passeios de lagedo em toda a cidade baixa".*

34. *Idem*, 28 de Maio de 1838: *"Decidiu-se que d'ora ávante se não desse licença para edificar sem que proceda vistoria afim de se conhecer sobre o alinhamento das ruas conforme o prospecto da cidade"; 9 de Agosto de 1836, pag. 244v.: "A Mesa determinou comprar parte da propriedade do Dr. João Francisco de Paula e Almeyda que forma um corpo saliente do edificio que o dito possui na Calçada do Jogo da Pela e que faz pejamento áquelle lugar, para que sendo uma parte demolido se consiga o aformoseamento do dito Largo"; 24 de Outubro de 1838: "Anunciado a demolição do Arco dos Camilos".*

35. *Idem*, 15 de Janeiro de 1835, pag. 71.

36. *Idem*, 14 de Março de 1835, pag. 133: *"Declara-se não poder a Câmara concorrer com despesa alguma para as obras de que trata a portaria de 27 de Fevereiro, não duvidando contudo encarregar-se da direcção delas".*

37. *Idem*, 25 de Maio de 1835, pag. 49v.

38. *Revista universal lisbonense*, II série, vol. VI, Outubro de 1846, pag. 217.

39. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 8 de Fevereiro de 1841.

40. *Diario do Governo*, nº 47, 27 de Março de 1847.

6.5. Questões de arquitectura

6.5.1. Os arquitectos da Academia de Belas-Artes e das Obras Públicas: a teoria e a prática.

A criação setembrista da Academia Nacional de Belas-Artes, por decreto de 25 de Outubro de 1836 (1), retomando um projecto vintista, confiado a Domingos António de Sequeira, abria, na prática artística nacional, uma enorme esperança. Sob a protecção da Rainha, o novo instituto reunia todos os lugares de ensino dispersos que eram extintos - "A Aula de Desenho de Figura, Architectura Civil, e de Gravura, e bem assim as Casas do Risco, e d'Esculptura até agora existentes na Repartição das Obras Publicas" - e para as vantagens económicas deste facto chamava a atenção Passos Manuel: considerando que "despendendo-se com os Architectos, Pintores e Esculptores das Obras do Palacio da Ajuda, suspensas em 1833, a somma annual de 16 000$000 rs., por aproximação, e custando actualmente a Aula de Desenho, a Casa do Risco d'Esculptura, que ora vão supprimir-se, mais de 10 000$000 rs., a Fazenda Publica não ficará onerada, antes lucrará, com a creação da Academia das Bellas Artes, na importancia total de 22 788$000 rs". As mesmas razões económicas determinavam a sua instalação "em uma parte do edificio do extincto Convento de S. Francisco" para o que se mandariam fazer "as obras e despezas indispensaveis".

Naturalmente que tanta modéstia financeira era imediatamente contraditória com os desejos expressos de "promover a civilização geral dos Portuguezes, diffundindo por todas as classes o gosto do Bello, e proporcionando meios de melhoramento aos

officios, e Artes, pela elegancia das fórmas dos seus artefactos, a fim de que se goze quanto antes das incalculaveis vantagens que as Nações mais cultas da Europa estão colhendo deste ramo de Instrucção Publica".

O mesmo decreto, que venho citando, estabelecia, em articulado específico, as finalidades do curso de Architectura: além de dever assegurar "as noções prévias mais necessarias de Arithemica, de Geometria theorica, pratica, e descriptiva, de Perspectiva, Mechanica e Chimica", competia-lhe fazer "conhecer as differentes especies de Architectura usadas por differentes povos, e especialmente as cinco Ordens Gregas, e Romanas, notando os caracteres de cada uma, as suas vantagens, ou defeitos, o seu emprego e modificações nos differentes generos de edificios"; só depois os alunos entrariam na "Arte da Construcção", segundo os diversos materiais, tipologias, ornamento e adequação topográfica de modo que "alem da commodidade e elegancia, tenha tambem o necessario equilibrio, symmetria, segurança, e solidez".

Nenhuma novidade seria de esperar do texto de um decreto e, de facto, ele é um breviário modesto dos princípios do classicismo cuja execução era confiada ao professor titular, João Pires da Fonte, arquitecto do quadro das Obras Públicas que, em 1833, havia ascendido de "Ajudante de architecto" a "primeiro architecto de 2ª classe" por morte do desconhecido Amâncio José Henriques (2). O "Professor substituto" era José da Costa Sequeira e, segundo Sousa Viterbo (3), foi ele que elaborou os estatutos da Academia, de que foi também secretário. Naturalmente, devia ter-lhe pertencido o lugar de professor principal que terá declinado "em favor de um colega (...) por aquele ser mais antigo no serviço e mais idoso". Agregados à aula de Architectura estavam ainda o arquitecto de 1ª classe Martinho José Diogo dos Passos Peixoto, de 2ª Manuel Joaquim de Sousa, Feliciano de Sousa Corrêa, Verissimo José da Costa e Francisco António de Sousa, de 3ª Caetano José de Paula e Sergio da Costa Soares de Araujo, além de nove outros de 4ª e 5ª e 6ª classes. Ou seja, todos os arquitectos e praticantes que prestavam serviço na Repartição das Obras Públicas.

A origem, em termos de formação, destes mestres era a mesma, podendo servir-nos de modelo os percursos de Manuel Joaquim de Sousa (1774-1851) e de José da

Costa Sequeira (1800-1872), sem dúvida as figuras mais prestigiadas de um conjunto que só por eles merece referência. Apesar da considerável diferença de idade entre um e outro ambos se iniciaram na Casa do Risco das obras do palácio da Ajuda, a partir dos 14 anos. O primeiro pôde ainda beneficiar do contacto directo com Costa e Silva e Fabri, enquanto o segundo só praticamente trabalhou sob as ordens do problemático António Francisco Rosa (4). Depois foi para ambos o lenta ascensão no quadro das Obras Públicas, perturbada no caso de Manuel Joaquim de Sousa por, em 1833, se encontrar as "serviço dos rebeldes" (5), incólume em relação a Sequeira que conta no seu curriculum com uma considerável produção escrita, nomeadamente as *Noções theoricas de architectura civil...* que foi o compêndio mais generalizado e o único em português que os estudantes da Academia puderam utilizar (6).

Além de Vignola, que Costa Sequeira assim escolarmente promoveu, Marie-Thérèse Mandroux, no artigo que dedicou a Manuel Joaquim de Sousa (7), pôde inventariar importantes compêndios estrangeiros que transitaram da Aula do Risco das Obras Públicas para a Academia: cite-se por exemplo os *Plans et dessins tirés de la Belle Architecture* de Stiglitz, editado em Leipzig em 1800, ou o compêndio de Neufforge que aquela autora considera "um dos mais célebres tratados de arquitectura neo-clássica", profusamente ilustrado. Pelo artigo de respostas dos arquitectos das Obras Públicas a Possidónio da Silva (**doc.77.6**) sabemos que se utilizava também abundantemente Perrault, para se estudar Vitrúvio, e o "Curso d'Architectura de F. Blondel", em parte traduzido e "postilado" (8).

Todos estes recursos reforçam o teor classicista do ensino da arquitectura na nova Academia que, como vimos, o próprio decreto que a instituiu já enunciava. Essa situação estava institucionalmente certa com o tempo europeu e por isso, creio, que o fracasso da sua prática da arquitectura não se deve à desactualização programática que, como veremos, depressa começará a ser insinuada, mas à inexistência de meios e, sobretudo, de encomendas.

Nas primeiras exposições trienais, a que, por estatuto a nova escola era obrigada, apareceram as habituais propostas de palácios de justiça, academias, bibliotecas, sedes

do poder municipal, desenhos para se completar o palácio da Ajuda ou monumentos comemorativos a D. Pedro IV, seguindo uns o "estylo romano" e outros o "grego", conforme minuciosamente anota S.J. Ribeiro de Sá, nas páginas de *O panorama*, em 1843 (9). Não se trataria certamente de obras-primas, raras possuiriam a fria qualidade do desenho (**Fig.112,1-5**) de Manuel Joaquim de Sousa (10) mas que estímulo poderiam ter os arquitectos se o governo desistia de construir uma sede condigna para a Academia, apesar de tantos projectos apresentados (**Fig.113.1-9**), sugeria a possibilidade de abrir um concurso para construir uma biblioteca que não tinha sequência (11), adiava sucessivamente a edificação do monumento a D. Pedro, mantinha parado o estaleiro da Ajuda, e a Câmara Municipal anunciava a edificação dos Paços do Concelho de que logo desistia por falta de meios? Se, finalmente, para só citarmos os casos mais relevantes em que nos detivémos, o único projecto desses anos com sequência - a edificação de um Teatro Nacional- foi sujeito a um concurso altamente restritivo em termos orçamentais e de aproveitamento de pré-existências e afinal os arquitectos, como Costa Sequeira ou Manuel Joaquim de Sousa, que procuraram cumpri-las, foram humilhantemente ultrapassados por quem não se submeteu a concurso nem seguiu as suas normas?

Penosamente, os arquitectos, chamados a formar a Academia, tiveram como quase único campo de trabalho a Repartição das Obras Públicas. A propósito da reconversão dos mais importantes conventos da cidade em organismos públicos, encontrámo-los já no desempenho das medíocres adaptações requeridas. E em 1845, quando aquela repartição estava em vias de aprofundar a sua vocação nacional em detrimento dos trabalhos na capital, a lista de trabalhos continua a centrar-se na quase secular obra do torreão ocidental da Praça do Comércio e respectivo arco triunfal, entregues, respectivamente, à direcção de Feliciano de Sousa Correia e Veríssimo José da Costa (12).

Quanto a José da Costa Sequeira, ele terá sido o projectista inicial dos cemitérios públicos, segundo o habitual esquema de economia que viria depois a ser realizado pela Câmara Municipal, com apropriação do arquitecto Malaquias Ferreira Leal e de

Pedro José Pezerat. Desconhecendo-se os desenhos que, na Exposição da Academia de 1843, apresentou para "um palacio para a Camara Municipal (...) no estylo romano modificado pelos venezianos" (13), para o Teatro Nacional, o monumento a D. Pedro IV e uma "elegantissima casa de campo" que S.J. Ribeiro de Sá considerou de "estylo caprichoso e elegante" (14) e o *Jornal das Bellas-Artes* designou de "estylo mixto, talvez mais exactamente Bavaro" (15), resta-nos, como obra sua assinada, a instalação do Panteão Real em S. Vicente de Fora (**Fig.114**), já depois de 1850, conjunto de um classicismo frio e desguarnecido da componente escultórica que exuberantemente tinha sido proposta na sequência do concurso aberto em 1846 a que Sequeira concorrera com uma peça que não pudemos identificar (16).

Também em relação a Manuel Joaquim de Sousa, o que existe são sobretudo os projectos, inventariados por Marie-Thérèse Mandrou. A excelente qualidade dos seus projectos utópicos - para uma Academia de Belas-Artes, Casa de Campo ou para um Palacio Real - sofre um radical abrandamento na proposta, sujeita a normas rígidas de concurso, para o Teatro nacional. Como obra efectivamente construída só lhe podemos atribuir a capela do palácio Viana, ao Rato, de discreta e modesta fachada classicizante (17).

Deverá também ser atribuída a um dos arquitectos das Obras Públicas, ou da Academia de Belas-Artes, a capela do palácio Ribeira Grande da Junqueira (**Fig.115,1.**) que o *Universo pittoresco* de 1843 afirma ser de "fundação recente" (18). A grandiosidade da fachada, que se articula positivamente com o corpo central do palácio, nomeadamente pela solução do frontão sobrepujado por um elevado ático, apresenta esse classicismo congelado que parece ser a característica dominante do estilo académico destes anos. Como se o hábito de copiar estampas esfriasse o gesto e secasse o movimento. No interior, o difícil espaço quase quadrado e de grande pé-direto é relativamente dinamizado pela luz difundida por uma elevada calote, cuja figura se dobra, a um nível inferior, na larga abertura circular do tecto, com varandim de balaústres. Os materiais são pobres, com ampla utilização da escaiola marmoreada e madeiras pintadas, fingindo molduras de cantaria (19).

Esta produção frustrante da Academia lisboeta, a que se juntarão algumas casas particulares e as últimas igrejas da reconstrução pombalina, provocou nos comtemporâneos um sentimento crescente de impaciência. Em 1858, João Ferreira Campos, em *Apontamentos relativos à instrucção publica* (20) considerava que, "depois de vinte annos da creação da academia", as artes estavam em decadencia, sugerindo que teria sido preferível enviar os estudantes para o estrangeiro. A situação agravara-se de facto, naturalmente também na sequência da Patuleia, como se reconhecia na discussão do orçamento do Ministério do Reino, na Câmara dos Deputados em Junho de 1850 (21). Cunha Sotto-Maior não hesitava em afirmar que a "Academia é um monumento de vergonha", acusando directamente o Ministro do Reino, Costa Cabral, de ser "exclusivamente politico" e "não ter tempo de tractar das Bellas-Artes".

Depois de se ter gasto valores consideráveis na tentativa de adaptação do edifício do ex-convento, "entrou-se-lhe por alli dentro, tomaram-se-lhe as salas, algumas das quais foram arranjadas por esforços particulares, e aquartelaram-se lá 2 Batalhões". E concretizando as consequências: "A sala dos Actos, aonde se adjudicavam os premios, que para maior soleminidade eram conferidos pela Soberana, custou á Academia 1 200$000 réis além dos trabalhos de pintura e decoração, que foram gratuitamente feitos pelos Alumnos: esta sala que era, pelo bom gosto dos seus adornos, e predicatos da arte digna de qualquer Academia das principaes Capitaes da Europa, está juncada de tarimbas, e com os seus estuques riscados e esburacados". Nesse contexto de guerra, "a Aula de Architectura também foi tirada á Academia. Hoje os Professores leccionam no prolongamento de um corredor, sem luz adequada (...). Assim mesmo este corredor é emprestado pelo Batalhão da Carta, e por este facto tem já acontecido por mais de uma vez não haver Aula, e irem-se os estudantes embora,porque o Batalhão precisa do corredor".

Mas na opinião do deputado os problemas não residiam apenas na ocupação militar das instalações. Na verdade, ele, como fará oito anos depois Ferreira Campos, acreditava "muito pouco (permitta-me a Camara que lho diga) na utilidade da despeza

que se faz com Escólas das Bellas-Artes de Portugal, tinha muito mais fé em que se enviassem 2 ou 3 individuos a Roma, ou a Munich, aonde estudassem practicamente, do que na existencia de um viveiro de estudantes nesta Escólas; (...) e se fosse agora o logar competente havia de propôr a eliminação das verbas que se dispendem com taes estabelecimentos que são dispendiosas e verdadeiramente ruinosas, porque não dão o resultado que se deseja".

Esta posição radical, que demoraria ainda vinte anos a ser executada, com o envio dos primeiros bolseiros de Estado, não para Roma ou Munique mas para Paris (José Luís Monteiro em primeiro lugar, Ventura Terra depois), vinha dar uma espécie de razão póstuma ao arquitecto postergado do programa académico lisboeta. Depois de, já por diversas vezes, nos termos cruzado com ele, é altura de nos determos brevemente em Joaquim Narciso Possidónio da Silva.

6.5.2 Possidónio da Silva, uma figura isolada

Nascido em 1806, filho de Reinaldo José da Silva, "mestre geral dos paços reais"(22), Joaquim Narciso Possidónio da Silva viveu a infância no Rio de Janeiro, acompanhando o êxodo da família real e da Corte. Regressado a Portugal, em 1821, terá então seguido mais regularmente os estudos, iniciados no Brasil, considerando-se discípulo de Domingos António Sequeira e Germano Xavier que, desde a partida de Costa e Silva, assumira a Aula Pública de Desenho e Arquitectura. Em 1824, está em Paris onde trabalhou com Charles Perrier no Palais Royal e nas Tulherias, frequentando simultaneamente a Academia. Antes de voltar a Portugal, em 1833, esteve dois anos em Roma onde voltou a encontrar Sequeira.

Este excepcional curriculum de aprendizagem, o único com marcação internacional entre os arquitectos da sua geração, foi oficialmente reconhecido com a sua nomeação como Arquitecto da Casa Real em 1834, "tendo em consideração os estudos completos em Arquitectura feitos na Academia de Belas-Artes de Paris e o proveito que tirou em nove anos de viagens em França e Itália" (23). Publicara já

então, em 1833, um pequeno opúsculo programático de 14 páginas, pomposamente intitulado *O que foi e é a architectura; e o que aprendem os architectos fóra de Portugal*, em que faz recuar o seu nascimento aos egípcios embora o "sentimento do bello" lhes fosse "inteiramente desconhecido". Este só surgiria na Grécia, foi continuado em Roma e "principiou a degenerar no reinado de Tiberio e Claudio". Quanto à arquitectura medieval, ela no início só produziu "construcções informes e bizarras formadas de bocados desirmanados sem regularidade, com torres de desiguaes tamanhos e fórmas differentes" a que sucedera o "caracter triste, mas indicando nobreza e magestade" da arquitectura gótica que ainda lhe parecia a mais adequada para os "templos consagrados à Divindade".

Sobre o que os arquitectos "devem saber", a vulgaridade das afirmações é idêntica: deviam adaptar-se aos "usos e costumes das principaes nações, e sobre tudo, daquella no seio da qual vive"; terem conhecimentos de geometria, perspectiva, mecânica e física; estudarem história, filosofia e moral para, de acordo com Vitrúvio, exercerem "as faculdades do espirito e adquirir a penetração e discernimento que lhe são tão necessarios"; era indispensável que visitassem "a Grecia, ou pelo menos a Italia, tendo-se habilitado para isso em uma Academia acreditada, a fim de estudar com proveito os monumentos que estas Cidades encerram"; finalmente deveriam ter particular competência para dirigir o "grande número de operarios subalternos", comunicando-lhes "algumas particulas do fogo Divino que electriza os Artistas".

Com este programa apropriado em compêndios internacionais com mais de meio século, Possidónio da Silva assumiu algum protagonismo pela instalação da Câmara dos Deputados em S. Bento e do Thesouro Público no Palácio da Inquisição no Rossio. Foram-lhe ainda confiados o levantamento de alguns extintos conventos - o de Rilhafoles e da Trindade - para a sua adaptação a diversos serviços públicos mas em todos estes trabalhos deparou com a hostilidade aberta dos arquitectos das Obras Públicas que aceitaram mal o seu estatuto de estrangeirado protegido, bastante arrogante como demonstra a polémica em que com eles publicamente se envolveu, a

propósito do concurso aberto, pela Câmara Municipal, para o novo mercado de Ver-o-Peso (**doc. 77.1-6**).

Como oportunamente analisámos (24), Possidónio foi estrondosamente preterido nesse concurso a favor do modestíssimo arquitecto camarário, Malaquias Ferreira Leal, e os seus detractores não lhe perdoaram a desadequação do projecto que não respeitava sequer o lugar de implantação, aproveitando para pôr em causa os títulos académicos franceses de que se ufanava e o trabalho realizado em S. Bento e no Thesouro Público, beneficiando de recursos extraordinários, sempre vedados às Obras Públicas.

No entanto, o arquitecto não desistiu: em 1835, *"oferece à Câmara gratuitamente os seus serviços no que for conveniente à sua arte"* (25), propondo um plano pessoal para o arranjo do Passeio Público (**doc.80**) e um projecto de Casa de banhos públicos (26) (**Fig.116**), um e outro sem sequência, talvez apenas pela falta de meios que a vereação teria para os executar. Antes disso, em 1834, fora um dos primeiros a apresentar um projecto para o monumento do Rossio a D. Pedro IV, através do Marquês de Saldanha e evocando a protecção que recebera do rei (27) mas depois não o encontramos no concurso para o teatro nacional nem sequer a participar nas prolongadas polémicas a que ele deu lugar, ele que tinha a vocação da escrita e da polémica. Este facto estranho pode ter duas ordens de explicações: ou quis evitar o confronto com condições de concurso particularmente adversas ou, e é o que me parece, percebeu antes de todos os outros arquitectos que ele era uma farsa e que o projecto pertenceria a Lodi e não quis comprometer as boas relações que tinha então com o Conde de Farrobo e o seu círculo. Efectivamente à época, já ele tinha sido encarregado da decoração interior da Assembleia lisbonense, instalada no palácio do Manteigueiro, na Rua da Horta Seca, de que aquele titular era presidente, ao mesmo tempo que efectuava diversas modernizações em casas particulares, como a dos duques da Terceira e Palmela e a do Marquês de Loulé, ocupando-se depois longamente da decoração dos palácios das Necessidades e da Ajuda. Para este último, elaborou, logo em 1834, um "Projecto para conclusão" (**Fig.117**) que deve ser

considerada a sua proposta mais qualificada (27a). Ligado incialmente também ao projecto da Pena de D. Fernando, depressa foi afastado por conflitos insanáveis com o Barão de Eschwege.

Aplicou-se assim sobretudo a uma vocação de decorador, antes de assumir sobretudo a de arqueólogo a partir dos anos de 1860, mas, entretanto, procurou ainda dirigir uma espécie de Academia de Belas-Artes alternativa à oficial com a "Nova Eschola de Architectura", fundada no Grémio Literário em 1846, que a *Revista universal lisbonense* generosamente publicitou em dois artigos sucessivos (**doc.84.1.2**). Elogiando este acto de iniciativa particular que, à semelhança do que acontecia em França, na Alemanha e em Inglaterra, visava reforçar a insuficiente acção pública - "reconhecida a necessidade de que a parte illustrada da nação contribua para a marcha do progresso" -, explicava o anónimo articulista que o "curso de architectura civil, theorico e prático" poderia ser completado em cinco ou três anos, conforme o grau anterior de conhecimentos dos "discipulos"; era barato - "a retribuição pecuniaria, é pouco mais comparativamente, do que se costuma dar aos mestres do ensino primário" - e garantia, por conta da escola, o envio "pelo espaço de dois annos, aos reinos extrangeiros, os discipulos que pelo seu exame geral no ditto curso merecem o primeiro premio, para n'stes paizes acabarem de se aperfeiçoar".

Na visita às instalações, a *Revista* admirou os "desenhos em grande escala dos differentes ramos de construcção, delineados pelo distincto e benemerito professor, o Sr. J.P.N.da Silva os quaes estiveram publicos, na Academia das Bellas-Artes de Paris, merecendo-nos mais particular attenção os de ferro, pouco usados entre nós". Realçava-se também a presença de "modêlos em vulto de *Steorotomia* talhados pelo mesmo habil architecto", representando uma "acertada" representação variada "das antiguidades e edificios de Italia", quase todos "medidos pelo mesmo professor".

Desejando os maiores sucessos àquela intenção de escola, vaticinava-se que talvez ela pudesse "dar-nos uma architectura mais apropriada aos nossos usos, e nos liberte assim da cópia servil da architectura grega ou romana". Pretendia-se "uma architectura mais nacional, tomando para base da que por ventura venha a adoptar-se a

architectura *Manuelina*, que modificada terá sempre o merecimento de pertencer a um estylo e typo nossos, muito mais recente do que a grega e romana, que nenhuma analogia teem com os nossos usos".

Este importante excerto, infelizmente não assinado, creio que constitui o primeira defesa pública de um revivalismo português, baseado na arquitectura *Manuelina* "modificada", que se diferencia da proposta do "eclectismo" como o estilo possível do século, enunciada por S.J. Ribeiro de Sá, nas páginas na mesma *Revista universal lisbonense,* em 1844, que a seguir analisaremos. Ela ocorria em 1846, ou seja, quatro anos depois da publicação da *Notícia histórica e descriptiva do Mosteiro de Belém* de F. A. Vernhagen que havia divulgado aquele termo estilístico, no entanto já corrente na cultura portuguesa da época, através dos estudos de Mouzinho de Albuquerque sobre a Batalha e do contributo de Almeida Garrett (28) e ao qual D. Fernando e o Barão de Eschwege estavam a construir a primeira reactualização nas obras em curso no Palácio da Pena.

Como já anteriomente salientámos, a propósito da reflexão sobre a proposta Possidónio da Silva para o Passeio Público (29), este arquitecto que, em 1834, defendera que a arquitectura era uma arte "invariavel" - ao contrário da música e da poesia não deveria cair no "romântico" nem sair do "clássico" - mostrava-se então aberto aos influxos do orientalismo, propondo, para aquele passeio um "templo etrusco" e "dois pequenos pavelhões, pello gosto dos Kiosques Turcos". Por isso, era natural que o articulista da *Revista* alimentasse a esperança que ele viesse dedicar-se à arquitectura manuelina "modificada".

No entanto, o muito pouco que podemos conhecer da sua obra não confirma esta expectativa. Se desenhou uma sala "inspirada pellos bellos etruscos" na Assembleia Lisbonense - mas onde predominavam "as ordens compositas", nomeadamente inspiradas pela "ordem interior do Pantheon d'Agrippa" ou as "columnas jonicas" (30) - propôs, na mesma época, a já referida Casa de banhos publicos de um eclectismo clássico, muito colado a estampas compendiadas que utiliza também no projecto para completar a fachada do Palácio da Ajuda. E, pela extensa

narrativa que publica no *Archivo de architectura civil* (31) sobre a decoração das "Novas salas no Real Paço da Ajuda", nos anos de 1860, pode concluir-se o sentido estético dessa e de muitas outras intervenções que realizou, em casas particulares, presa a modelos do rococó final, mais ou menos actualizados pelo gosto francês Segundo Império. Quanto à Escola de arquitectura do Grémio Literário, creio ela nem sequer chegou a funcionar.

Por isso, perdida a possibilidade de intervir na Pena, Possidónio é um arquitecto isolado em relação à Academia mas também perante a investida da dupla de arquitectos-decoradores formada por Cinatti e Rambois que, a partir de 1840, começam a apropriar-se do mercado da arquitectura particular e da decoração cenográfica, a única área em que, afinal, ele teve algum destaque. Por isso se reconverteu, reconciliando-se com os inimigos dos anos 30 que reúne na Associação dos architectos civis portuguezes, fundada em 1865 e por si dirigida. Como na altura veremos, o boletim que publicaram confirma que a desactualização de Possidónio da Silva era absolutamente idêntica à dos seus pares académicos ou lentes das Obras Públicas o que o obrigará a nova reconversão, pela via de uma carreira de arqueólogo. Admitindo embora que esta poblemática figura necessita de um estudo monográfico cuidadoso que, nomeadamente consiga identificar a longa lista de obras que Costa Goodolphim (32) lhe atribui, creio que ela justificava, tal como os mestres da Academia de Belas-Artes, a frustração que sentiam as "pessoas illustradas" em relação à prática da arquitectura portuguesa. É tempo de vermos o que afinal se pretendia e analisarmos os sinais do início da sua realização.

6.5.3. A defesa do eclectismo. O classicismo romântico na arquitectura privada.

No contexto da pobreza da reflexão teórica sobre a arquitectura em Portugal, o artigo de S.J Ribeiro de Sá, publicado em *O panorama*, em 1843 (33), a propósito da 2ª Exposição trienal da Academia de Belas-Artes, reveste-se de grande importância e

deve ser posto a par do texto de Alexandre Herculano "Os monumentos" que já analisámos (**doc.74**) ou do estudo sobre o mosteiro dos Jerónimos de Vernhagen, um e outros confirmando o lugar desta revista na elaboração da cultura romântica nacional.

Começando com uma epígrafe de J. Janin sobre o *Salon* de 1839 - "(l'architecture) parle plus haut que la poésie, aussi haut que l'histoire (...)" - , Ribeiro de Sá manifesta desde logo que, mais do que analisar os projectos da Exposição de 1843, lhe interessava reflectir sobre o destino da arquitectura do seu tempo. E depressa formula a questão: "o architecto tem a obrigação de estudar as relações em que o edificio está com a sociedade actual, e as relações em que estará com as sociedades futuras". Para isso havia três possibilidades: "adoptar algum dos typos antigos, formar um typo ecletico ou crear um novo".

A primeira, a que estava quase exclusivamente representada na Exposição, parecia-lhe "impossivel" por uma curiosa, e actualizadíssima, razão dialéctica, apoiada em leituras de Hegel que, na sua opinião, transformara "a philosofia em historia": "a forma não póde existir sem que o mesmo pensamento a constitua - ora qualquer dos pensamentos de que nasceram as differentes expressões da arte antiga - morreram- e para sempre". Tal não significava que não fosse legítimo o "eterno deleite, sustentado pelas columnas que só variavam por três modos - a sublime pureza e harmonia das linhas, a magestade dos contornos" mas que, de novo passados à pedra, "seriam anachronismos em relação aos nossos usos e costumes".

Por isso, lamenta que os arquitectos portugueses permanecessem tão fieis a esse "typo antigo" em detrimento de outros "differentes estylos, que um abuso de palavras continuado por quantos tem escripto em materia d'arte, e talvez o não estarem ainda todos completamente estudados, tem feito com que se considerem reunidos no que vulgarmente chamam gothico". Ora este, quanto a si, nascera "de uma idéa vasta como o infinito, poderosa como a força, que arremeçou o occidente sobre o oriente", embora, por "fraqueza humana", também esse typo tivesse tido uma fase primeira de "rudeza" e uma final de "decadência". Mas em muitos monumentos da Europa e, em Portugal, "no convento de Christo em Thomar, na Sé de Coimbra e no mosteiro de

Belem" ele aparecia na sua "idéa primitiva - apesar das transformações por que passou". A total ausência do "typo ghotico" da Exposição considera-a "falta nascida do aspecto moral da epocha em que vivemos, e não do genio dos artistas". Mas ele, como o "typo antigo", não devia ser a resposta para "um novo typo de architectura": "O estylo gothico também não póde já ser seguido como regra geral, nem talvez nunca o deverá ser; o pensamento donde nasceu só póde e deve ter uma forma - e esta forma- é o templo".

Perante esta restrição, erguia-se "o seculo em que vivemos (que) não se quer sujeitar á immutabilidade de um caracter, á existencia d'um typo - é como a onda que não pára, como a sombra que não se apaga, como as estrellas que se não contam - regeita o calculo porque a variedade dos seus movimentos não permitte que lhe seja applicado: foge á concisão das definições, e ao concreto dos conceitos: e nenhum destes obstaculos, que a sua variedade oppõe a qualquer apreciação, se póde considerar como um facto que o torne inferior aos seculos passados (...)".

Esta excelente caracterização da modernidade, cujo teor poético não lhe retira nenhum rigor, conduz Ribeiro de Sá a não duvidar que "havemos de encontrar a idéa da arte, perdida hoje no cahos da nossa apparente desorganização". Mas enquanto ela tardava, e "havendo mostrado que nenhum dos typos antigos em geral se podem adoptar para a nossa epocha", era necessário "examinar o ultimo recurso - a formação de um estylo ecletico". Como exemplo, cita a Alemanha onde "Kleuze construe uma nova igreja protestante no estylo bizantino", adoptado também na "nova universidade de Munich", enquanto "Ziebland transpõe uma basilica romana do seculo 5º para um convento de frades" e "o Pinacotheco e o Glyptoteco são monumentos da antiga Grecia, levantados no centro da civilisação moderna".

Este ponto de chegada permite-lhe finalmente integrar benevolamente os projectos expostos na Academia: "O Sr. Sequeira, representante do estylo ecletico, appresentou a regra.- O Sr. Fonte e o Sr. Monteiro apresentaram as excepções.- O Sr. Fonte reclamou para a arte romana a prerogativa de ser o templo da justiça - a reclamação foi rasoavel e digna de louvor.- O direito ainda é romano, o templo que se

lhe destina deve-o ser.- O Sr. Monteiro appresentou a vastissima e bem pensada idéa de que a arte grega deve decorar o templo das Bellas-Artes - foi acertado e merecedor de todo o elogio este seu pensamento: porque uma academia das Bellas-Artes deve ser um archivo do bello ideal - e esta origem fecundissima de todos os progressos artisticos, por certo que até hoje nenhum povo a conheceu melhor do que a Grecia.- Só faltou um argumento para resolver a questão - o estylo gothico.- O templo não appareceu (...)".

Sem se aperceber dos dois sentidos em que utiliza o conceito de "ecletismo" - para definir uma situação de apropriação diferenciada de vários "estylos" para diversas obras e para caracterizar a mistura de "estylos" numa única -, e apesar da sua preocupação em ser positivo com todos os artistas - "Na situação moral em que a Europa está, na situação especial em que está Portugal, todo o elogio que se possa tributar ao saber e amor com que os nossos architectos estudam a arte, será muito merecido" - a sua simpatia vai para a "elegantissima casa de campo" de José da Costa Seuqueira que era em si ecléctica, apresentando na fachada "um arco central em ogiva", "uma varanda que serve de corôa ao frontespicio", ladeada de terraços, "janellas muito bem imaginadas" e "grilhagem da varanda" com "certa originalidade". Como já analisámos, o articulista do *Jornal das Bellas-Artes* que também apreciou o projecto, designou-o por "estylo que dizem mixto, talvez mais exactamente, *Bavaro"* (34).

Eram ideias como as deste projecto, mescladas, originais e muito decorativas, que a sensibilidade da época pretendia. Daí que da benevolência se passe a uma impaciência crescente em relação à produção académica, laboriosamente presa os "typos antigos" e, pelo contrário, todos acabassem por se reconciliar com o Teatro de Fortunato Lodi onde o classicismo se conformava a uma deliberada e leve elegância, misturando a austeridade dos pórticos rusticados com a fragilidade do peristilo jónico.

Como então dissemos, esta obra foi de facto a única em Lisboa esteticamente certa com as expectativas do tempo embora, em algumas edificações particulares, se possa detectar sinais da mesma procura. Assim aconteceu com o Palácio Barcelinhos (**Fig.118,1-2**) que se apropriou do corpo central do extinto convento dos Oratorianos, aproveitando talvez os rasgamentos anteriores que, no corpo nobre foram unidos por uma balustrada corrida, decorados com almofadas sob cornija e enquadrados por pilastras com capiteis engrinaldados. Mas a marca por excelência deste palácio do Chiado, imediatamente revelador da época da adaptação e do espírito burguês do seu abastado comprador, o comerciante feito barão Manuel José de Oliveira, mais conhecido por "Manuel dos contos", era o último andar sobre a cimalha que se apresentava coroado de um varandim cerâmico ritmado por vasos decorativos. Claro que esta modéstia da apropriação se casava bem com a envolvente pombalina da sequência lateral das fachadas mas, na verdade, nenhuma grandeza nem qualidade lhe introduzia. O luxo, modesto também, residia sobretudo nos interiores e foi ele, juntamente com a excepcional localização - espécie de marca simbólica dividindo ou unindo a platitude da Baixa com o movimento sinuoso do Chiado - que fizeram a aura desta casa, brevemente habitada pelo seu fundador, que morreu em 1847, e depois sucessivamente ocupada por vários hoteis (35).

Da demolição já analisada do convento da Trindade, surgiu um conjunto de edificações, concluídas ainda nos anos de 1840, que vale a pena referenciar (**Fig.119, 1-11**). A primeira a ser concluída é o actual número 16 da Rua Nova da Trindade (**Fig.119,2.**) que, como revela a planta do Museu da Cidade propondo o traçado desta artéria, estava em construção antes mesmo do início das demolições (36). Do atraso das obras projectadas se queixa o proprietário, Manuel Moreira Garcia, em 1836, sentindo-se prejudicado nas suas expectativas de investimento (37).

O prédio, que ostenta a data de 1834, marcando sem dúvida o início da edificação, é uma modesta actualização do prospecto pombalino, com as molduras superiores das lojas térreas arqueadas e o corpo do andar nobre ligado por balaustrada

corrida, ligeiramente destacada no enquadramento dos dois vãos centrais, denotando desejo de dinamização de um desenho tradicional. Ele manifesta-se também nas pilastras verticalizantes que isolam os corpos laterais de vãos de peitoril de que hoje, depois da construção tardia do prédio adjacente pelo sul, só resta o da esquerda, mas é contraditado pela forte expressão de horizontalidade do último andar sobre a cimalha de dupla moldura e balaustrada. Não sabemos se o último piso, apenas com dois vãos de moldura arqueada e coroado de frontão triangular, pertence à construção inicial ou terá sido aposto posteriormente, nos anos de 1860, quando Manuel Moreira Garcia terá coberto a fachada de azulejos e realizado obras importantes do 1º andar onde residia bem como no jardim que lhe ficava anexo.

A esta segunda campanha de obras voltaremos, no momento próprio, mas que este galego, "sujeito trabalhador e imaginoso" como bem o define Matos Sequeira (38) tinha, desde logo, vontade de exprimir, nas suas casas, os sentimentos renovadores do tempo presente, prova-o o outro prédio que edificou na mesma Rua nova da Trindade, o actual nº 20 (**Fig.119,7-9**), ostentando, sobre a balaustrada do vão principal, um selo em ferro forjado que representa o seu "brasão" habitual com dois leões e a data de 1838.

Conformando-se com o prospecto da rua, a casa tem apenas dois andares acima do piso de lojas, repetindo a utilização de pilastras para demarcar o vasto corpo central de cinco vãos, dos laterais apenas com um. O primeio piso apresenta vãos de peitoril de vergas rectas e o segundo constitui-se como andar nobre com os vãos repetidos com cornija destacada. A esta predominante e tradicional horizontalidade opõe-se o ritmo vertical do módulo central que sobe, através de dupla moldura, articulando a entrada principal com o vão de peitoril correspondente, ao segundo andar nobilitado pelo movimento convexo da balaustrada e a grinalda, simulando panejamento, que decora a verga superior do vão axial. Em todas as componentes escultóricas - nos botões que rimam todas as molduras e no seu próprio agenciamento, nas mísulas de suporte da balaustrada terminadas em pequenas duplas bolas, no fecho da entrada, no "brazão" dos leões repetido sob a verga inferior do vão de peitoril

principal - denota-se a rigidez de talhe que encontrámos em edificações de 1800, por exemplo na Rua da Madalena. Mas ela é agora mais seca e empobrecida, manifestando uma continuidade estética neo-classicizante, esgotada talvez pela apropriação ingenuísta de mestres pedreiros. A imagem final será adquirida com o forro de toda a fachada com azulejos recuperados da demolição do convento, creio que dos anos de 1860, quando Ferreira das Tabuletas procedeu à modernização da Cervejaria Trindade, na sequência da fábrica, instalada por Moreira Garcia, logo no momento da fundação do prédio, aproveitando as amplas instalações do refeitório dos frades.

À mesma matriz estética, mas com imagem mais tradicional e erudita, pertence o vasto edifício do Largo da Trindade, tornejando para a Rua nova, pelo lado ocidental (**Fig.119,10-11**). Há nele a clara sugestão dos prédios palacianos de finais de setecentos com o alto piso das lojas e destacadas sobrelojas forrado de cantaria de justa aberta e a marcação do eixo nobre através de mísulas ornamentais, ligando a entrada com o vão central do primeiro andar que, e dos emolduramentos deste e do correspondente do terceiro piso. A ondulação das respectivas sacadas, o expediente das vergas ligeiramente arqueadas do último andar, recuperando, sem grande eficácia, o pronunciado semi-círculo da sobreloja axial, remetem para soluções correntes do eclectismo de 1800 sem nenhuma inovação. Sugerem, por isso, o mesmo esgotamento de recursos que encontrámos nos prédios de Moreira Garcia, embora aqui certamente assumido por um arquitecto das Obras Públicas, Feliciano António Corrêa, que foi responsável pela abertura da rua, ou qualquer outro que continuavam a viver da herança pombalina, legada por Reinaldo Manuel.

Diverso, o que não quer dizer mais qualificado, é o nº 18 da mesma rua nova de 1840 (**fig.119,4-6**), entalado entre os dois prédios do Garcia, partilhando com o de 1838 a mesma expressão de modesto palacete burguês. Mas enquanto aquele recorre a uma gramática decorativa ingenuamente neo-clássica, procurando enriquecer as soluções compositivas pombalinas, este manifesta maior desejo de fuga às normas do prospecto da cidade, modulando as aberturas das lojas com molduras arqueadas que acentuam o seu rasgamento verticalizante, no piso nobre se transformam numa

sugestão ogival e, no segundo, regressam à figura de segmento de círculo.Cria-se assim um ritmo algo precioso, uma procura esforçada de elegância, manifesta também na simulação dos capiteis, pela dupla gola das vergas laterais, e no movimento das cuidadas balaustradas de ferro forjado que articulam os três vãos centrais e se destacam na marcação dos axiais. No entanto, a moldura rectangular que enquadra a a bandeira semi-circular da entrada e os esvaídos fechos das dos vãos denotam a permanência dos recursos ornamentais correntes.

Por este eclectismo deliberado mas hesitante, poderá ser a este prédio que se refere o "Arquitecto da Cidade" Malaquias Ferreira Leal (39), na informação de Maio de 1839, confirmando a aprovação, já autorizada pelo *"Ill.mo Intendente das Obras Publicas"*, do prospecto apresentado por Antonio Joze da Silva para edificação *"no Terreno que possue na Rua Nova em continuação á do Secretario de Guerra"*. Apesar dele lhe parecer *"bastante confuso"*, *"pela sua Compozição de cimilhança de gosto antigo, medio, e moderno"*, *"sem por isso deixar de formar uma armonia agradavel"*, e de *"em nada seguir o Prospecto do Novo Plano da Cidade; o qual se acha já alterado em cuazi todas as Ruas da Capital"*, era de opinião que *"o todo, inda que extravagante"* se podia considerar *" com tudo melhor que o Geral"* e, por isso *"que pode merecer a approvação"*.

Estas curiosas observações, manifestando tanto hesitação como a vontade de revivalismo *"medio"*, parecem-me constituir o primeiro documento procurando representar os desejos dos empreendedores em *"aformosear"* e *"enriquecer"* o *"Prospecto do Novo Plano da Cidade"* que, embora intitulado de *"novo"*, estava vigente quase há um século. Constitui também uma das primeiras provas que consegui encontrar de que a Câmara estava efectivamente a exercer o direito que reivindicara, em 1835, para lhe ser devolvida a "Inspecção de todas as obras respectivas á edificação e reedificação da Cidade" (40), embora em sobreposição com as Obras Públicas.

Próximo da modéstia deste programa, com um desejo que Malaquias Ferreira Leal parece entender como "neo-medieval", pode referir-se o corpo compacto da Hospedaria Bragança (**Fig.120,1.**), já a funcionar em 1845 (42), a primeira nova edificação na sequência das obras em curso da demolição dos velhos paços dos duques de Bragança, da abertura da rua com a mesma designação e do alargamento da do Ferragial (actual Vitor Cordon) (43). Vasto paralelipípedo com excepcional implantação sobre o largo do Corpo Santo, ele terá sido desenhado pelo arquitecto das Obras Públicas Feliciano de Sousa Correia, apresentando, como única marca estilística epocal, os vãos ogivais que, se não chegam para dinamizar o conjunto, demonstram a continuidade de uma inovação ornamental que o prédio da Rua nova da Trindade primeiro enunciara. Mas as grelhagens tripartidas das bandeiras dos vãos ogivais, decoradas com corolas, afirmam mais claramente uma vontade de revivalismo gotizante que jogava eclecticamente com os óculos clássicos do última andar sobre a cimalha, depois substituídos por vãos rectangulares. Assim, pode detectar-se nesta casa, erguida em sítio nobre da cidade, com particular visibilidade, quer uma influência, toscamente assumida, do impacto que já teriam em Lisboa as obras que D. Fernando estava a realizar na Pena, apropriando o "typo gothico" que Ribeiro de Sá, como outros, só acharia adequado a "novos templos", quer uma tentativa de resposta dos arquitectos e dos encomendadores a sucessivas interpelações da Câmara municipal para se proceder ao *"aformoseamento do exterior das casas da capital"* (44).

"Aformoseamento" foi também a causa da segunda campanha de obras da casa nobre do Largo do Chiado (**Fig.121,1-13**), fundada, como oportunamente vimos (45), em 1788 por Francisco Higino Dias Pereira. Em 1836, é propriedade de *"Joze Ferreira Pinto Junior"* que pretende *"fazer dois Pavilhoens em a fachada principal"* o que parecia muito bem a Malaquias Ferreira Leal *"pela sua Magestoza* (sic) *que vai ter aquelle predio"* (46). Os dois *"pavilhoens"* ficaram a constituir um terceiro andar interrompido, simulando a figura de torreões urbanos, quebrando o carácter paralelipipédico da inicial construção pombalina, assim enriquecida em termos da composição da fachada principal e da sua particularidade em relação à malha urbana de

implantação. Houve certamente depois, talvez já nos anos de 1870, uma nova campanha de obras, enriquecedora do ritmo das balaustradas, das suas mísulas de suporte e da decoração de alguns vãos, como demonstra as diferenças assinaláveis entre a actual existência e a litografia do edifício, publicada no *Arquivo pitoresco* em 1859 (**Fig.121**), mas a sua imagem essencial foi então adquirida, exemplificando, com particular qualidade, o desejo de dinamizar os protótipos pombalinos, aliás em plena continuidade com as realizações da época mariana. Na decoração dos tectos do interior, manifesta-se a mesma pluraridade, mas também continuidade de tempos estéticos, entre um ciclo final setecentista, decorativamente mais denso e com notáveis pinturas, e um tardo-rococó suavizado que poderá ser do final dos anos de 1830.

Para lá destas marcações particularizadas, a apropriação epocal do pombalino continuou predominantemente a fazer-se pelo acrescentamento mais sistemático, sobre prédios iniciais, de quartos andares, ou mesmo quintos, *"com baranda geral"*. No entanto, no início da assumpção da sua gestão da cidade, a Câmara quis proibir esta prática que recuava ao século XVIII, decisão que mereceu a oposição militante do arquitecto Malaquias Ferreira Leal. Rebelava-se ele, num ofício de 1837 (**doc. 85**), a propósito do pedido de *"Joaquim Joze Pereira de Souza* (para) *acrescentar em o seu Predio da Travessa da Vitoria que faz cunhal para a Rua Augusta"* que não tivesse sido houvido sobre aquela polémica decisão. Na sua opinião, era uma medida sem sentido porque *"A maioria dos Predios que formão a Cidade nova estão edificados com quarto andar de baranda geral (...) na pospoção* (sic) *de sete para tres que não estão; e logo que V. Exª tenciona formar huma regularidade de Prospecto pareceme melhor seguir o maior numaro, e com toda a verdade o melhor gosto, e o mais salutifro"*. Reforçava esta razão pragmática e estética com a afirmação de que estava certo terem *"todos os predios da Cidade nova (...) bastantes groçura de paredes para poderem com esta alteração"*, além de que, em caso de incêndio, *"he melhor os madeiramentos Geraes como tem os quartos andares, de frente a fundo com fileiras só o meio que vem a fazer duas aguas do que serem enterrompidos com a altura das*

mansardas e trapeiras, o que dificulta muito a serventia dos homens empregados na quella Inspecção".

A Câmara não atendeu então o seu zeloso arquitecto e, por isso, quase dez anos depois, em 1847, Ferreira Leal volta a insistir, a propósito da pretensão de *"José Evaristo dos Santos Pinto (...) para alargar mais os membros, do lado d'uma Trapeira de janela Sacada que tem o seu predio que possue em a Rua Augusta Nº 139"* (**doc. 86**). O proprietário justifica-se por *"aver já duas Trapeiras no mesmo quarteirão, e juntas á sua que tem a mesma forma"* mas, para o arquitecto, uma e outra situação era *"um perfeito abuzo da Ley cuja alteração de prospecto sempre é feita furtivamente e aparecendo de repente feita"* o que dava origem *"a muitas deformidades destas em aquela Rua as quaes eu muito reprovo e acho indignas".*

Para ele, era claro que *"o prospecto"* da rua *"deveria ter uma ampliação geral, com a qual se evitavão todas estas deformidades de edificação e sessarião todos os abuzos a tal respeito".* Propõe, portanto, *"que em toda a Rua Augusta desde os Pavilhões que fazem frente á Praça de Dom Pedro athe ao Cunhal da Rua Nova d'El Rey, todo e qualquer Proprietario poderá fazer a mudança das Trapeiras, e Maçardas actuais em um quarto andar de janelas de Sacada e Varanda de ferro fazendo o tornijamento dos Cunhais das travessas de cada um dos quarteirões, Sendo todo este aumento feito por um Prospecto determinado, e aprovado por esta Ex.ma Camara".* Como exemplo a seguir, o Arquitecto da Cidade citava os prédios das ruas do regedor e do Príncipe - *"de cujos eu tive a satisfação de sêr autor"* - que apresentavam *"uma edificação toda igual".*

Em princípio esta sua proposta foi finalmente aprovada (**doc. 87**) mas, na verdade, a permissividade continuou a reinar, nesta como em todas as outras matérias de ordenamento urbanístico e arquitectónico. Nas décadas seguintes, encontraremos Pedro José Pezerat a fazer idênticas sugestões e nem o facto de ter mais prestígio junto da vereação do que Ferreira Leal permitiu alterar essa liberdade "furtiva", que os cidadãos vinham conquistando desde o tempo da senhora D. Maria, apropriando e alterando a ordem pragmática do prospecto pombalino.

Além dos arquitectos portugueses, há que referir a importância crescente de arquitectos estrangeiros na modernização do gosto nestes anos difíceis anteriores à Regeneração. Em primeiro lugar, Fortunato Lodi, o arquitecto do Teatro Nacional e do da Quinta das Laranjeiras que, além destas encomendas constituindo todo o seu curriculum profissional, terá trabalhado em algumas casas particulares dos subúrbios qualificados da cidade. É possível que fosse o responsável pela quinta do seu familiar A. Lodi, próxima do ex-convento de Santo António da Convalescença, entretanto transformado em habitação, evocada no *Archivo pittoresco* por Vilhena Barbosa (47) como sendo "uma vivenda pequena mas linda, composta de excellente casa, curiosamente ornada". Destaque especial mereciam os jardins e bosque com "construções pittorescas, como estatuas, bustos, um museu, tanques, mirantes, casas de fresco, de banho, e de jogos, e uma ermida construida à maneira de uma catedral gothica".

Se foi Lodi que delineou estes valores românticos através de recursos neo-medievais, noutra casa, onde comprovadamente trabalhou, utilizou outro paradigma estético, afim do gosto neo-classicizante do teatro do Rossio. Refiro-me à setecentista Quinta das Águias (**Fig.122.1.**), atribuída a Carlos Mardel, que, depois de longo período de decadência, foi adquirida, em 1841, por José Dias Leite Sampaio, contratador do tabaco e sabão, entretanto feito Barão e Visconde da Junqueira. Segundo a monografia bastante exaustiva de Artur Lamas (48), a intervenção de Lodi ter-se-á reduzido a alguns arranjos interiores e, sobretudo, à colocação do gradeamento na frente sobre a rua da Junqueira, ritmado de sóbrios pilares e terminando nos ainda existentes pequenos pavilhões de dois andares, o último dos quais ostenta um templete coroado de cúpula semi-esférica, num adequado acerto estilístico com os valores compositivos da casa pré-existente. Mas, pelos cuidados desenhos existentes no AHCML (**Fig.122**), sabemos que a projectação foi mais ampla, envolvendo duas propostas para a entrada principal, uma com colunata toscana, outra jónica, ambas coroadas de elegante balaustrada decorada com estatuetas.

Neste desenho, Lodi anuncia o gosto da dupla de cenógrafos do teatro de S. Carlos, José Cinatti e Achiles Rambois (49), fixados em Lisboa desde 1836, que se tornarão os arquitectos por excelência dos palacetes burgueses da Regeneração, quase todos referenciados pelo que designei por "classicismo romântico", a propósito do Teatro Nacional. Deter-nos-emos no seu trabalho no próximo capítulo mas, por acerto cronológico, é indispensável referir já uma das suas primeiras intervenções no palácio do Duque de Palmela no Largo do Calhariz (**Fig.123,1-2**).

Fundada em 1703 por D. Francisco de Sousa, esta casa esteve longo tempo alugada até D. Pedro de Sousa-Holstein, no início dos anos de 1840, se decidir habitá-la. As obras de restauro terão sido bastante profundas (50), conduzindo mesmo, para a edificação do jardim e de um prédio adjacente, à apropriação, autorizada pela Câmara, do troço inferior da rua do Trombeta que, até então, terminava no largo. Respeitando a volumetria fundamental e o ritmo dos rasgamentos anteriores, creio que deve ser atribuído a Cinatti o belo pórtico axial, apresentando o entablamento decorado com baixo-relevo, enquadrado por despojadas colunas toscanas e pelos frisos ornamentados de bolas e uma espécie de palmetas geometrizadas. Terá sido também acrescentado o último andar de mezaninos eliptícos, além do gradeamento e portão do jardim com pavilhão anexo que suportava a ampla balaustrada lateral. Estes procedimentos contribuiram para elegantemente aligeirar a figura do palácio primo-setecentista, dotando-o de uma actualização de gosto que se aprofundava nos estuques e pinturas decorativas do interior cujo programa Cinatti também dirigiu.

Era aliás na reconversão dos interiores e nos arranjos dos jardins que melhor se manifestava o desejo de vivência romântica, socialmente muito ostensiva, da aristocracia cartista. Assim, além da apropriação epocal do palácio lisboeta, o poderoso Palmela modernizou também a sua casa-nobre do Lumiar, fundada pelo Marquês de Angeja e adquirida por aquele titular ainda nos anos de 1830. Os jardins, entretanto muito acrescentados, eram dos mais belos dos arredores da capital, destacando Vilhena Barbosa, num artigo do *Arquivo pittoresco* (51) (**Fig.124**), os "mil repuxos saindo mysteriosamente d'entre massiços de verdura e flores, uma copiosa

colleção de plantas exoticas e raras, ostentando em estufas, ou em pleno ar, a belleza das suas flores, ou a forma graciosa da folhagem; muitos vasos e estatuas de marmore ornando jardins, ou coroando terrados; viveiros de aves formosas, oriundas de regiões differentes; ruas de bosque plantadas no gosto moderno, em que os arbustos se entrelaçavam com as arvores, e onde o gazão e outras relvas mimosas fazem cercadura de envolta com plantas rasteiras de flores vistosas; jardins ou terrados suspensos, d'onde os olhos relanceiam quadros encantadores, cheios de graça e de amenidade".

Repare-se na abundância de adjectivos para exprimir a acumulação cenográfica de um jardim cosmopolitamente romântico e ter-se-á a imagem em escrita do ideal de paisagem de veraneio sentimental, naturalmente a grande distância da proporcionada pelo Passeio Público camarário, com pobre e rígida composição "à francesa". Neste lugar edénico, multiplicando ao vivo uma espécie de cenário operático, dos muitos que Cinatti e Rambois todos os anos propunham para S. Carlos, recebeu o Duque a família real num "esplendido baile, com illuminação nos jardins" mas havia outro lugar em Lisboa que, na geografia dos seus subúrbios aristocráticos, podia concorrer com este.

Refiro-me à Quinta das Laranjeiras do Conde de Farrobo que viveu, nos anos de 1840, depois da remodelação feita por Lodi no teatro, nos interiores e nos equipamentos de jardim, o esplendor da sua história oitocentista. Substituiam-se pomares por jardins botânicos "com tres estufas mui formosas, com seus vidros de cores e porticos de marmore d'architectura Gothica" (52), ruas por "um lago cujas margens sam debruadas de flores e rochas artificiaes", atravessado por "elegante ponte pensil, cujos pilares de suspensão fabricados de marmore sam coroados por estatuas egypcias; desenhava-se "uma ilha" à volta de "um freixo idoso" com barcos e escada adossada "que conduz a tres andares ou pavimentos, d'onde se disfructa, principalmente do ultimo que é no topo da arvore, a mais encantadora perspectiva"; havia já um pequeno jardim zoológico, anunciando apropriações futuras, "magnifico amphiteatro, onde vivem um leão e leôa, uma hyena, um lobo, uma panthera", além do "elegante pavilhão chinez, que se ergue no meio do labyrintho, mostrando por entre as frondozas e altas arvores sua engraçada cupula sustentada por oito columnas, e

formada como de tres ordens de chapeos de chuva, abertos e sobrepostos uns aos outros com progressiva diminuição, pendendo de todos os seus angulos grandes campainhas de vidros de cores com badalos de páo, as quaes, quando sam agitadas pelo vento, soam com agradavel harmonia". E os equipamentos multiplicavam-se: "a rica pyramide quadrangular de marmore de varias cores que adorna o centro da rua principal", "os balouços, os jogos, as grutas ornadas de vidros colloridos", "os mirantes ou pavilhões" nos extremos do novo muro que, com intencional rusticidade, eram muito idênticos aos que, na mesma época, Lodi desenhara para a quinta da Junqueira. Destacava-se, finalmente, a "bella frontaria do theatro, coroada de estatuas", sustentada "por quatro columnas de ordem dorica, junto ás bazes das quaes se avançam quatro esphinges, collocadas em seus pedestaes, tudo de boa pedra". Contiguas "á sala do expectaculo", "de forma semicircular", estendiam-se "as salas para os bailes", "de forma oval, mui espaçosa e elevada", decorada com "riquissimos espelhos, mil ornatos doirados, e formosas pinturas" com "duas tribunas, abertas no grosso das paredes", "destinadas para a orchestra". Fora aí que o Farrobo recebera, em 26 de Fevereiro de 1843, a família real para um baile que ficou memorável na crónica social da época (53) .

Estas longas citações creio que se justificam. Elas são, em primeiro lugar, uma justa homenagem ao jornalismo culto da época que não só proporcionava à cidade, e ao país, estes quadros feéricos de lugares raros e bastante inacessíveis ao público burguês para o qual escreviam, como nos legaram a hipótese de abordagem de uma espécie de gigantesca arquitectura efémera, hoje quase totalmente desaparecida, permitindo verificar que havia em Lisboa uma prática do gosto revivalista, com marcações orientalizantes, medievalizantes e classicizantes. Todavia, nestes anos, anteriores à passagem do meio do século, ela exprimiu-se sobretudo numa importante arquitectura paisagística, no sentido contemporâneo do termo que então se renovava, protegida de olhares exteriores, afinal ainda na continuidade de ancestrais tradições mouriscas que o Antigo Regime havia mantido (54).

Tudo se passava à margem da cidade e se exprimiria, nos anos seguintes, no esplendor das quintas românticas de Sintra. Entretanto, era a ópera, vivendo então a sua época de ouro, o elo mais significativo do reencontro com esses lugares de utopia que, por toda a Europa, eram espaços de fuga aos problemas novos provocados pelos ritmos crescentes da revolução industrial. A ópera, o teatro e a música, praticados sobretudo em muitas casas particulares e em numerosos clubes e assembleias de existência mais ou menos efémera, constituiam-se como expressões mais puras da mundivivência civilizada do tempo, esconjurando a cidade provinciana através da novidade da iluminação a gás que o Farrobo inaugurou nas Laranjeiras, em 1830, vinte anos antes do começo da sua generalização em Lisboa. Por isso também, foram naturalmente Cinatti e Rambois, de profissão cenógrafos e empresários teatrais, que, eclipsado o brilho súbito de Fortunato Lodi, puderam começar a construir a figura da arquitectura adequada a esta ânsia de devaneio. Que poderiam contra eles os modestos arquitectos da Academia de Belas-Artes? Como veremos, depois de 1850, poucos lhes encomendavam trabalho.

Notas

1. *Diario do Governo*, nº 257, 29 de Outubro de 1836, pag. 1207-1211.

2. ANTT, *MR/ ASE*. Maço 1913, Correspondência de Braamcamp Castel Branco para Cândido José Xavier, 27 de Agosto, 11 de Outubro e 26 de Novembro de 1833.

3. VITERBO, Sousa, 1904.

4. Para justificar o epíteto "problemático" que atribuímos a António Francisco Rosa, ver cap. 3, pag.160-161.

5. Ver nosso texto, cap. 6,pag. 315 e nota 62. Consultar também MANDROUX, Marie-Thérèse, 1964.

6. O título completo do compêndio é o seguinte: *Noções theoricas de architectura civil, seguidas de um breve tractado das cinco ordens de J.B. de Vignola. Traduzidas e compiladas pelo professor substituto da Aula de desenho de architectura civil da Academia das Bellas artes de Lisboa e offerecidas aos discipulos da mesma Aula* e foi publicado em 1858, ilustrado com desenhos do artista de grande qualidade. O pequeno texto de apresentação é datado de 1839 que,segundo Sousa Viterbo,1904, corresponde a uma primeira edição que não pudemos localizar. Na Biblioteca Nacional de Lisboa existem, no entanto, duas outras edições anteriores da mesma compilação: datadas de 1841 e 1848, têm o seguinte título: *Breve tractado das cinco ordens de architectura de Jacomo Barrozio de Vignola, adornado com estampas methodicamente desenhadas, e apropriadas ao estudo das pessoas que se dedicam á referida arte. Traduzido e compilado pelo professor substituto da Aula de architectura civil da Academia das Bellas artes de Lisboa, J.C.Sequeira e offerecido aos alumnos da mesma Academia.* Parte destas obras foi ainda publicada em artigos sucessivos na II série do *Jornal de Bellas Artes*, 1857-58. Ver em Sousa Viterbo o descritivo da restante vasta bibliografia deste operoso professor.

Para contextualizar a importância das fontes tratadísticas clássicas no início do século XIX nacional, ver também DUARTE, Eduardo Manuel Alves, 1996, 1º vol. cap. III, pag. 65 e seguintes.

7. Ver cap. 6, pag. 315 com respectivas notas. Para contextualizar a arquitectura de Manuel Joaquim de Sousa, em termos internacionais, ver o clássico KAUFMANN, Emil, *Architecture in the age of reason*. London, Archon Books, 1955.

8. Ver nosso texto, pag. 283-284.

9.*O Panorama*, II série, vol.3, 1843, pag.s 18-21, 30-32, 37-39.

10. Referimo-nos aos publicados por Marie-Thérèse Mandrou, 1964, no artigo que largamente temos citado.

11. *Diario do Governo*, nº 117, 20 de Maio de 1845: "Havendo-se ordenado ao Inspector Geral das Obras Públicas do Reino (...) que com a maior urgencia fizesse proceder a uma vistoria minuciosa no Edificio outr'ora destinado para Templo de S. Francisco da Cidade, de modo que se conhecesse qual o plano que deveria ser adoptado para acomoda-lo ao estabelecimento da Bibliotheca Nacional, e qual o orçamento da despeza em que importaria esta obra; e tendo posteriormente o Corpo Legislativo authorisado o Governo para contractar a construcção de um edificio que satisfaça ao objecto de similhante indicação: Manda Sua Magestade a RAINHA, recommendar ao Inspector Geral das Obras Publicas do Reino a execução dos trabalhos que lhe foram comettidos pelo citado Officio, no desempenho do que deverá entender se com o Bibliothecario-Mór da Bibliotheca Nacional, podendo até, se o julgar convenientemente, abrir concurso a que sejam convidados quaesquer Architectos nacionaes ou estrangeiros para dentro de um prazo curto apresentarem um plano que preencha todas as condições, que elle, de accórdo com o referido Bibliothecario-Mór, designará, o qual plano

acompanhado do respectivo orçamento subirá depois a esta Secretaria d'estado para Sua Magestade resolver o final que tiver por melhor".

12. *Idem*, nº98, 28 de Abril de 1845, pag. 458.

13. Ver nota 9. deste capítulo.

14. *Idem*, pag. 19 e 32.

15. *Jornal das Bellas-Artes*, 1843, nº1, pag. 63. Transcrevemos toda a notícia: "O Sr. J. C. Sequeira, professor substituto d'esta mesma aula, apresentou diversos trabalhos que provam serios estudos e aturada applicação á sua arte. Distinguia-se ente estes, um *Projecto de casa de campo*, no estylo que dizem mixto, talvez mais exactamente, *Bavaro*. Não daremos este projecto por modêlo de bom gôsto em tudo; mas tem, de certo, rasgos d'imaginação, elegancia e magnificencia. Os ornamentos, assim interiores como exteriores, foram imaginados e desenhados a caprixo, sem que o artista seguisse ou imitasse nenhum original, nem se ajudasse d'outros meios alêm das regras da sua arte".

16. *Diario do Governo*, nº 148, 26 de Junho de 1846: "O Governo fará erigir dentro da Igreja de S. Vicente de Fóra, e no logar que mais lhe parecer, um Tumulo de Marmore onde serão encerrados os restos mortaes de Sua Magestade Imperial, o Senhor D. Pedro. (...) Todos os despojos da Casa de Bragança serão sucessivamente collocados em Tumulos de marmore nas Cappelas do mencionado templo". Assinado Luiz da Silva de Albuquerque, 18 de Junho 1846.

Segundo a acta do juri, o concurso só foi efectivamente aberto em 6 de Agosto de de 1850, tendo sido apresentados oito projectos, dos dos quais, um deles de António Tomás da Fonseca, viriam a ser retirados pelos autores. Existem quatro desenhos anexos a esta acta, todos eles bastante medíocres, de que só conseguimos identificar o de Lucas José dos Santos Pereira, através da respectiva memória descritiva. Parece-nos não estar presente, neste elenco, o de Pierre Joseph Pezerat que, em carta ao Conde de Tomar, procura justificar a sua opção, criticada por misturar esculturas de "les vivants et les morts". Ver AHMOP, D 36 - 1,2,3,4 C.

Creio que este concurso não teve sequência imediata, vindo a ser substituído pelo projecto de instalação de todo o Panteão da Casa de Bragança, delineado por José da Costa Sequeira, cujo projecto está arquivado no Museu da Cidade (*Planta geral do Real Jazigo*, nº inv. 6700/ 2254).

17. Ver SEQUEIRA, Gustavo Matos, 1916, vol. III, pag. 401: "A capela da casa foi mandada fazer pelo marquês de Viana. Delineou-a o arquitecto do Infantado Manuel Joaquim de Sousa".

18. *Universo pittoresco*, vol. 3, nº2, 1843, pag. 17

19.Ver, com fotografias do interior, ATAÍDE, Maia, "Palácio Ribeira" in *Monumentos e edifícios notáveis de Lisboa. 3º tomo:Lisboa*.Lisboa, Assembleia Distrital, 1988, pag.122, figura XCI.

20. Citado por RIBEIRO, J. S., 1876, t. VI,pag. 89-90.

21. *Diario da Camara dos senhores deputados*, nº 14, 20 de Junho de 1850, pag. 315-317.

22.GOODOLPHIM, Costa, 1894; VITERBO, Sousa, 1904.

23. *Cronica constitucional de Lisboa*, 17 de Maio de 1834.

24. Ver cap. 6, pag. 279 e seguintes.

25. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 20 de Maio de 1835, pag. 187v (manuscritas).

26. Publicado no *Jornal dos architectos civis portuguezes*, 1ª série, nº4, 1866,pag. 60, com extra-textos de cortes e planta.

27. Ver cap. 6, pag. 320.

27a. Publicado no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. 2ª S., nº12, 1876, com memória descritiva e justificativa.

28. Sobre a questão do Manuelino na cultura portuguesa dos anos de 1830-40 ver PEREIRA, Paulo, 1986.

29. Ver cap. 6, pag. 293-294.

30. *Diario do Governo*, nº 142, 19 de Junho de 1837, pag. 726.

31. *Archivo de architectura civil*, nº3, 4, 6, Janeiro, Abril, Outubro de 1866, pag.s 40, 51-53, 92-93; nº 8, Março de 1867, pag.s 124-125.

32. Ver nota 22.

33. *O panorama*, II série, vol. 3, 1843, pag.s 18-21, 30-32, 37-39.

34. Ver este capítulo, pag. 352-353.

35. Ver a propósito COSTA, Mário, 1959, que, com a falta de rigor habitual na maioria dos olisipógrafos, elabora a pequena história deste palácio, com interesse para a história da vida social mas nulo em termos de dados para a História da Arte.

36.Ver cap. 6, pag. 357 e seguintes.

37. AHMOP, *Ministério do Reino* 47/ 49, Capilha 1836: ofício do Governador Civil Joaquim Larcher, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, 19 de Abril de 1836.

38. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1967, vol.III, pag. 221. Ver também cap. 8, pag. **508** e seguintes.

39. AHCML, *SGO*, Cx. 125, doc.31

40. Ver cap. 6, pag. 275 e seguintes.

42. Ver SILVA, Augusto Vieira da , 1960, vol.III, pag. 151; CASTILHO, Júlio de, 1935, vol. VIII, cap. XI.

43. Ver cap. 6, pag. 325 e seguintes.

44. Ver, por exemplo, *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 5 de Abril de 1837 (manuscritas): *"Outra proposta do vereador Domingos sobre o aformoseamento do exterior das casas da capital"*, adiada, ou 9 de Março de 1836, pag. 240, transcrevendo

Portaria do Ministério do Reino: *"Há por bem conceder a João Henriques Cosmelli, administrador da Casa do Duque de Cadaval licença para abrir janelas de sacada no palácio do mesmo duque em lugar das de peito que exige o plano de arquitectura adoptado para a construção da Praça do Rossio, devendo esta modificação do dito plano ficar em harmonia com o seguimento da Rua Nova do principe ou aliás adaptar-se uma fachada mais sumptuosa, sendo o seu desenho previamente aprovado pelo arquitecto da cidade".*

45. Ver cap. 2, pag. 101.

46. AHCML, *SGO*,Cx. 126, doc. 26.

47. *Archivo pittoresco*, tomo VI, 1863, nº 14, pag. 105.

48. LAMAS, Artur, 1924, pag.s 26-45.

49. Sobre a biografia de Cinatti e Rambois ver *O Ocidente*, nº40, 15 de Agosto de 1879 e nº132, 21 de Agosto de 1882; VITERBO, Sousa, 1904, vol. 3; França, J.-A., 1966, pag.s 357-363.

50. CASTILHO, Júlio, 1954, vol.III, pag.s 153-161; ver também ARAÚJO, Norberto, 1950, fasc. VII, pag.s 43-47; CARITA, Helder, 1990, pag. 80.

51. *Arquivo pittoresco*, tomo VI, 1863, nº 39, pag.s 305-306.

52. *Universo pittoresco*, vol.2, 1841, nº 16, pag.s 241-242; vol. 3, 1844, nº20, pag.s 305-306.

53. Ver TINOP (Pinto de Carvalho) 1991, I vol. pag.s 111-112; ver também ALMEIDA, Fialho de, 1925, pag.s 287-290.

54. Assim o entendeu LICHNOWSKY, 1845, pag.s 45-46: "As povoações à volta de Lisboa estão cheias destes palácios e casas de campo de fidalgos portugueses e de ricos habitantes da capital. Estes edifícios, frequentemente construídos no melhor gosto, cercados de agradáveis jardins, fornecem aos arrebaldes de Lisboa um encanto especial que entre todas as capitais apenas pode reproduzir Viena, ainda que de um modo menos animado. (...). As plantas mais singulares encontram-se em todas as quintas; porém as mais das vezes com um ciúme verdadeiramente mourisco, vedadas misteriosamente aos olhos do público por meio de muros elevados (...) (que) dão uma aparência tristonha e meio oriental a muitas estradas dos confins da cidade".

6.6. As imagens da cidade. A mítica geração de 1840

Um estrangeiro ilustre, o Principe Lichnowsky, que visitou Lisboa em 1842 (1), descreve-a quase nos mesmos termos com que, cinquenta anos antes, William Beckord ou Carl Israel Ruders a tinham evocado (2). A impressão favorável advém da reconstrução pombalina, concretamente da visão da Praça do Comércio: "À primeira vista d'esta praça grande e regular, das ruas que decorrem paralelamente a ela, e em geral da moderna parte da cidade, acredita-se poder assegurar que é Lisboa a mais brilhante das capitais da Europa mesmo em relação à elegância".

Mas, tal como os anteriores visitantes, e a opinião de Cyrillo Volkmar Machado ou José da Costa e Silva (3), depressa o incomodava o carácter "uniforme" dos edifícios "pesados e no estilo dos colégios jesuítas". Mesmo a estátua equestre de D. José, achava-a, com grande injustiça, "destituída de gosto". Acalma-se com a "encantadora vista para a Praça dos Romulares, para o caes do Sodré e para o belo Tejo" que lhe proporcionava a sua hospedaria, com o chão "coberto de esteiras finas, dum amarelo claro que são tecidas de junco, e são muito elegantes e agradáveis", ou com o teatro de S. Carlos que considerou poder ser "colocado a par dos primeiros da Europa".

Logo a seguir, esbarra com a incomodidade dos transportes: não tendo usado os omunibus democráticos, achou que as seges "fazem lembrar forçosamente a primeira metade do século passado" concordando, no entanto, que "são adaptadas às ruas escabrosas de Lisboa". Sobretudo, detestava as matilhas de cães em que descobre a

utilidade, principalmente nos "bairros mais montanhosos", de devorarem toda a espécie de imundices que os habitantes, "naturalmente preguiçosos", "à noite lançavam à rua". Perturba-o, como acontecera a Beckford, o "seu latido incessante", acentuando a "aparência tristonha" de Lisboa, "não só por causa da uniformidade das casas" mas "também pela pouca vida das ruas" onde "apenas os pobres pretos das possessões portuguesas de África (...) passeiam aos milhares", caiando "as paredes exteriores das casas e no fim das corridas de touros (lançando-se) contra a fúria exacerbada daqueles animais".

Antes de partir para Sintra, "a Brighton dos fidalgos portugueses", onde se encanta com o palácio da Pena em construção cuja arquitectura, "segundo a classificação de Murphy", considera na "categoria do moderno normando-gótico", confirmou a pobreza da arquitectura do "bairro à volta do Castelo" - "encontram-se muito poucas casas que tenham alguma beleza" - e a mesquinhês das igrejas, deteve-se no cemitério dos ingleses - "inegavelmente o mais belo de Lisboa, contem alguns monumentos sofríveis, é arranjado em forma de jardim" - e, embora reconhecendo que "a alfândega e o arsenal de marinha (são) talvez os maiores edifícios públicos", não tem dúvida em concluir que o "mosteiro de Belém" é o "edifício mais notável", tanto mais que apreciou a Ajuda nestes eloquentes termos: "Enorme e fria massa de pedra, que permanece tão deserta, sem passado e sem presente - incompletas ruínas modernas que nada apresentam e nada recordam! O estilo ruim do século passado, as disformes estátuas da entrada,os aposentos nus".

Esta retórica sensibilidade romântica que, naturalmente, também não lhe permitiu gostar de Mafra - "a primeira impressão é tão descomunal, tão fria e tão melancólica que o espectador sente-se involutariamente acometido por um sentimento de desconsolo" - encarava Lisboa como um espectro pombalino mas, no essencial, essa imagem reencontra-se na abundante crónica olisipógrafa. Por exemplo, Júlio César Machado que se foi capaz de definir a modernidade da época numa brilhante de metáfora civilizacional e de moda: "n'isto apareceu a *Polka* e iluminou-se a cidade a *gaz*. A impressão que este dois factos produziram em Lisboa foi de tal ordem e mudou

logo tudo, mas tudo tão de repente que até o céu limpo e transparente que tínhamos, nunca mais foi o que era". Mas também ele reconhecia que "em se saindo do Chiado e da Baixa mudava logo o aspecto da população; e a cidade era outra: ruas velhas, ruas toscas (...) pareciam ter sido edificadas em plano labirinto (...) cidade de província" (4).

Começavam, todavia, a aparecer os primeiros olhares nostálgicos sobre esta capital primitiva. Bulhão Pato (5) recorda, no fim de uma longa vida, "a Lisboa dos primeiros dias da minha mocidade (...) pouco mais ou menos a Lisboa reedificada do marquez de Pombal", evocando os casebres do Loreto (depois Praça Luís de Camões), (onde) "rechinavam as iscas em tabernas immundas e dormiam em vãos e alfurjas, promiscuamente, rufiões, fadistas e venus-vagas"; ou "o gaz, pallido e vacillante" que "nos bairros altos e escusos da cidade, sumia-se ou desapparecia de todo"; ou, ainda, o "mercado de porcos" na "Patriarchal" onde "o pae de familia (...) ia ajustar o cevado ruivo e redondo, creado a boleta de azinho nos montados do nosso Alentejo", depois "esfaqueado" "á porta da casa do burguez", "por entre o vozear jubiloso da garotada cruel".

Apesar da intensidade das práticas populares - evocadas também nas corridas de touros do Campo Grande ou no caes do Sodré e Terreiro do Paço "animados pelos barqueiros do caes das colunas, do caes de Cacilhas, fragateiros, varinos, tripulantes das bateiras de agua acima" (6) - a cidade também lhe parecia "uma necrópole" que representa nos "grilhetas do Castelo, do Limoeiro, da Cova da Moira e do Hospital da Estrela acorrentados, carregando água ou trabalhando nas calçadas"; no "omnibus atravessando vagarosamente, pesado e triste como uma tumba, do Pelourinho a Belem"; ou nos "arredores de Campolide" onde permaneciam "muitas casas em ruínas esburadas de balas de fusil e artilharia dos assaltos dos realistas".

Por outro lado, "o campo" envolvia Lisboa por todos os lados (**Fig.125,1-2**): Bulhão Pato pressentia-o mesmo na "Travessa de S. Mamede, ao Colégio dos Nobres", sua residência de menino, mas sobretudo na Ajuda que frequentou mais tarde, para visitar Alexandre Herculano, ocupado, entre 1847 a 1851, a escrever "a História de Portugal e o Monge de Cister, publicado pela primeira vez em volume em

1848". Nesse "ermitério" reinava "o silêncio e a solidão quase completas", sendo possível encontrar uma "preciosa manteiga fresca, fabricada com o leite dos uberes túngidos das anafadas e luzidias turinas que repastavam na arribana da horta da Calçada do Galvão".

Muitas vezes, porque "todos nós gostávamos do campo", davam grandes passeios: tinham, "ao pé da porta o Jardim Botânico dirigido por José Maria Grande", "não ficava longe o ameníssimo Vale de Romeiras" e, logo depois, "Carnaxide, Linda-a-Velha, Linda-a-Pastora". No entanto, o mais frequente era abancarem na "quinta da Rabicha", a Alcântara, "debaixo do Aqueduto", "sumptuoso hotel ao ar livre", animado pelo "aroma do pomar" e "o gemer da nora", onde "com a popular pescadinha, o queijo saloio, crepitava a alegria". Mas era possível, juntando-se ao Marquês de Sabugosa - "tínhamos nossas fumaças de bons andadores" - sairem "de uma reunião em casa do marquês de Penalva à Patriarcal de chibatinha na mão - irmos até ao palácio de S. Lourenço a Santo Amaro e resolvendo-nos subitamente sem pregar olho batermos connosco em Sintra".

Esta existência boémia e sentimental tinha, todavia, forte componente política: a Regeneração começava a ser preparada, precisamente na Ajuda, na casa de Herculano - onde, só em 1851, o duque de Saldanha se juntou ao grupo mais antigo de "Oliveira Marreca, o conde de Sabugosa, Rebelo da Silva, Caldas Aulete, Rodrigo Felner" - que, nesses tempos conturbados da pós-Patuleia, substituiu o papel antes desempenhado pelo café Marrare do Polimento, nas Portas de Santa Catarina. Aí, no "pequeno gabinete onde no verão as senhoras tomavam neve" reunira-se, nos invernos do final dos anos de 1830, "Passos Manuel" com os "seus camaradas políticos alguns de emigração como Herculano, Marreca, José Estevão".

Este café remodelado era, na verdade, "o centro da mocidade e dos homens feitos em 1848", consubstanciando, em si mesmo, um facto de civilização, confirmando a máxima de Almeida Garrett: "O café é uma das feições mais características de uma terra. O viajante experimentado e fino chega a qualquer parte, entra no café, observa-o, examina-o, e tem conhecido o país em que está, o seu governo, as suas leis, os seus

costumes, a sua religião" (7). Era esse papel que o Marrare desempenhava em Lisboa, como bem sentenciou Júlio de Castilho, sintetizando toda a crónica da época: "Lisboa era o Chiado; o Chiado era o Marrare; e o Marrare ditava lei. Ser frequentador do Marrare era a suprema elegância para os elegantes; frequentar o Marrare era como para os romanos ir a Atenas; imprimia carácter" (8).

Ele era o outro pólo, só aparentemente contraditório, da Lisboa tristonha e popular, sentida por Lichnowsky e tão bem evocada por Bulhão Pato. À sua volta desenvolvia-se o "princípio da voga elegante" que, na expressão certeira de Pinto de Carvalho (9), "coincidiu com a derrocada do absolutismo e o vencimento do liberalismo, que não representou apenas uma transformação do sistema político mas representou também uma transformação da nossa sociedade porque se modificou o *meio moral*, a burguesia entrou na camada dirigente, a imprensa que era um estilete converteu-se numa espada, bolearam-se as arestas do convívio, abriram-se os salões e criaram-se as assembleias filarmónicas".

A memória posterior dos "folhetinistas" destes tempos fundadores mitificou exaustivamente esse desejo de civilidade, na verdade penoso e provinciano. Mas eles inventaram-no a partir de alguns factos sociais, catarticamente repetidos, quando, a caminho do final do século, se apercebiam que o "processo da civilização" não tinha aberto senão um caminho de vulgarização, tomado em mãos "pela geração de finança e brazileirismo", "sem códices de luxo nem tradições herdadas d'opulencia, fina talvez por calculo, espalhafatona por basofia, e sem o menor laço de raça, solidariedade hierarchica, ou nascimento" (10), na explicação de Fialho de Almeida, empenhado num afã equívoco em engrandecer "a sociedade de Lisboa em 1840", por contraposição à dos "vencidos da vida" a que pertencia.

Do desejo civilizador desta cidade já tratámos e sabemos, a nível de infraestruturas, das realizações arquitectónicas e urbanísticas os limites do efectivamente feito. A câmara, o governo e os "cidadãos ilustrados" sem possibilidades de assumirem grandes projectos - nalguns casos felizmente para o futuro, como analisámos, num situação limite, a propósito da proposta para prolongar a Rua Nova

da Trindade, fazendo demolir a igreja de S. Roque (11) - concentravam as suas fracas energias num enredo de "aformoseamento". Ele conduziu à arborização e calcetamento decorativo do Rossio, à modernização do Passeio Público, à abertura do jardim de S. Pedro de Alcântara, à construção de passeios e demolição de dezenas de abarracamentos, à normalização de becos e arruamentos, ou a outras pequenas intervenções que então não referi porque a sua importância foi meramente simbólica, sem gerar nenhum dinamismo urbanístico significativo.

Mas podemos enumerar alguns mais: a iniciativa do "tenente general Euzebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, sendo governador do Castello (de S. Jorge) pelos annos de 1841 a 1846" (12) de mandar arborizar a envolvente (**Fig.126**) e decorá-la com "calçadas de mosaico", transformando-o "n'um dos sitios mais aceiados de Lisboa", digno "de ser visitado como lugar de recreio"; a arborização também da "Rua direita da Junqueira" que, o articulista do *Universo pittoresco* (13), em 1843, achava que "campêa" com a Rua Augusta: se esta levava a "primazia", "por mais alinhada e regular em seus edifícios", aquela era "mais alegre e espaçosa, (...) mais rica de edificios elegantes e formosos, por seu aspecto variado, pela companhia de um passeio plantado d'arvores, pela visinhança do Tejo, e finalmente por sua situação tão soberba e aprasivel"; o cais da "Alfandega grande" ao Terreiro do Paço, "aformoseado modernamente com uma fileira de arvores que se estende a todo o comprimento da fachada, aos pés das quaes sam cercados por uma grade de páo outavada, tendo o centro cheio de flores" (14), melhoramento que se estendia ao novo "tilheiro que é de ferro, de primoroso desenho e trabalho", sustentado por "oito grossas columnas", encimadas por "oito carrancas de ferro" para expelirem as águas das chuvas; o arranjo da "elegante columna que se ergue no centro da praça" do Pelourinho que, em 1844, "a excellentissima Camara Municipal de Lisboa mandou limpar e dourar a esphera que o domina, collocando-se-lhe, por essa occasião uma grade de ferro" (15).

Esta preocupação pela arborização, se representava sobretudo o desejo de "aformoseamento", adquiria também empíricos contornos higienistas, certos com as polémicas europeias epocais sobre a cidade industrial e confirmados, por exemplo,

num pequeno artigo enviado ao *Diário do Governo*, em 1842, com o título "Outra lembrança á Camara Municipal de Lisboa, e ás mais do Reino" (16). Reconhecendo que "as arvores são da maior utilidade em cidades populosas como Lisboa; pois teem a propriedade de regenerar o ar que respiramos; absorvendo o gaz acido carbonico (que se exhala de todas as materias no estado de fermentação), e exalando o oxygenio puro", propunha a arborização do "Terreiro do Trigo", para tornar "mais agradaveis os chafarizes, e tanques que ficam ao pé", transformando aquele sítio "em um passeio publico dos mais agradaveis". Para a economia da execução, sugere que se utilizasse, como era habitual em muitas obras públicas e camarárias, "os presos do Limoeiro, e Cova da Moira", "os immensos entulhos, e lixos, que os carros da limpeza extrahem das ruas, o que muito convêm para que as arvores em pouco tempo se desenvolvam" e o "viveiro do Campo Grande", donde deveriam vir "os plátannos e demais arvores, que tiverem já oito ou dez annos". Bem à maneira do positivismo nascente, termina o assinado "R.U." por recomendar a leitura do "terceiro tractado de *Raspail* sobre arvores, ha pouco traduzido e augmentado com magnificas notas, pelo Sr. Dr. Antonio Joaquim de Figueiredo".

Este tipo de participação de várias "lembranças" de cidadãos empenhados, que por diversas vezes encontrámos, é um dos aspectos mais interessantes da vivência de Lisboa nos anos fundadores do liberalismo e manifestava-se também, com outro brilho cosmopolita, na decoração das lojas da Baixa e do Chiado, introduzindo alterações definitivas nos prospectos pombalinos (**doc. 88, 89**).

Segundo Júlio Castilho, "foi em 1834, segundo ouvi a várias pessoas, que a loja lisbonense entrou a civilizar-se; e o arquitecto que deu a estes pousos do pequeno comércio uma feição mais parisiense chamou-se Possidónio da Silva" (17). A actividade de decorador do arquitecto estrangeirado, na época do seu maior empenhamento, quando, depois do arranjo da Sala dos Senhores Deputados em S. Bento, tentava, sem resultado, interessar a Câmara Municipal nos seus projectos para o Passeio Público, refazia a tribuna real em S. Carlos, instalava a Assembleia lisbonense e modernizava diversas casas aristocráticas, foi depois continuada por Lodi, antes de ser

praticamente monopolizada por Cinatti e Rambois. Sucessivamente, eles terão contribuído para fazer das ruas do Carmo e Garrett (**Fig.127**), ainda na expressão de Castilho, "o boulevard des Italiens, a Regent Street, a puerta del sol, o unten den Linten, o Corso de Lisboa"...

Simultaneamente, nesses anos já próximos do meio do século, animavam-se os salões particulares. No da célebre Maria Krus à rua Formosa - que era então "a *corbeille* de todas as ambições politicas que pretendessem abrir passagem para a evidencia e para o mando" (18) - Garrett, um dos seus mais assíduos frequentadores, leu, pela primeira vez, o *Frei Luis de Souza*; na casa do conde de Carvalhal, na Rua de S. Felix, foi instalado, em 1849, um teatro inaugurado com *Mademoiselle de Belle-Isle* de Alexandre Dumas (19), desenhado por D. Luís da Câmara Leme e instalado num mês "no pátio grande, contíguo às salas"; nos arredores, além do brilho maior da quinta das Laranjeiras em cujo teatro "se representou em português, francês, italiano e inglês" nas diversas récitas quase semanais dirigidas por maestros muitas vezes italianos, representava-se também no palácio da família Palha, no Dafundo, sobretudo na "estação balnear", entre "famosos *pic-nics*", na época em que Garrett "aí *viveu* as suas *Folhas Caídas*" (21).

A par das representações teatrais, das reuniões nas diversas Assembleias, dos jantares aristocráticos e das noites de glória no S. Carlos, onde se organizavam partidos à volta das artistas de moda, o que sobretudo ficou destes anos febris foi a memória das espaventosas festas: as do Farrobo claro, particularmente a dada em honra de "D. Maria II" que escolheu a peça a representar - "o *Duque D'olonne*, em francês", ópera cómica com letra de Scribe e Saintine, música de Auber (22) - nos intervalos da qual "o baile retomava o seu *élan*". Célebres foram também as dos marqueses de Viana, no palácio do Rato, que teve então obras consideráveis. Além da capela, desenhada por Manuel Joaquim de Sousa (23), foi reconstruída a fachada posterior e introduzida a nova escadaria, com preciosas guardas em ferro forjado de um luxo muito *Luís Filipe* (**Fig.128,1-3**), que, através de duplo lanço, conduzia aos

salões, rivalizando em "opulências decorativas" com móveis "riquíssimos" e "os mais adoráveis objectos", fornecidos "à compita" por Londres e Paris (24).

Depois do êxito do sarau de Dezembro de 1840, animado pela voz do Marquês de Nisa, a nomeada desta casa atingiu o auge com o "brilhantíssimo baile" de Janeiro de 1843, quando se abria, "pela segunda vez", "o salão de jogo e leitura" que, no centro formava "uma meia lua, sustentada por duas belas colunas, e estava forrado de papel *moiré amarelo*". Os convivas admiravam "um vaso de bronze dourado, cheio de flores e cercado de velas", "um toucador de *vermeil* trabalhado em relevo, e de prata dourada, no estilo que o milanês Albertoli renovou em Itália no século XVIII", e os objectos que sobre ele se acumulavam, "de ouro primorosamente cinzelado, destinados a serviço de *toilette*" que haviam pertencido a D. Mariana de Áustria. E havia "as porcelanas e talhas japonesas, a mobília marchetada de metal e tartaruga da sala dos retratos, os sumptuosos cortinados, o lustre de 140 velas". Multiplicavam-se "as poltronas regência", "os espelhos à Pompadour", "os canapés, as consolas, os *bonheur de jour*, os tremós, os *fauteuils* de medalhão, e as pêndulas, em estilo Luís XVI". Na sala de jantar, "dividida em colunas" e com "as paredes forradas de mármore às cores", luzia a "esplêndida baixela da casa" que teria sido oferecida por Catarina da Rússia ao embaixador português, sendo depois vendida ao Barão de Quintela, avô da então segunda marquesa de Viana.

Segundo o contributo de Fialho de Almeida, que retomou as memórias de Pinto de Carvalho (25), um e outro agarrados às crónicas minuciosas da efémera revista feminina *L' abeille*, na festa de 1842 inaugurara-se "um *fumoir* de estylo turco, o qual era todo forrado de estofos orientaes, e tinha a mobilia de porcellana, e uma lampada de bronze pendente da abobada, copia da que existe no muser de Madrid, e pertenceu á mesquita moura de Granada". Muito apreciados eram "os luxuosos albuns, encadernados em velludo, marroquim do Levante e madreperola" que "fixam a reminiscencia de todos os sitios pitorescos do mundo, a Italia, a Escocia, a Hespanha, a Suissa, e relembram saudosamente ao *touriste*, o itinerario das suas viagens de prazer". Mas a máxima surpresa veio da "collecção de *camelias japonicas* que revestia

as paredes da sala de jogo, em arbustos arboreos, cujas hastes chegavam até ao tecto". Terá sido essa a primeira vez "ou uma das primeiras tentativas feitas entre nós para applicar a horticultura á ornamentação dos interiores, aproveitando d'aquella as surprhendentes maravilhas decorativas que encerram as chamadas plantas de luxo".

O luxo das festas da "sociedade de 1840" e dos interiores em que elas decorriam foi de efémera duração e, apesar do relato minucioso da suprema elegância do vestuário dos elegantes da época, homens e mulheres, a pintura, a viver então os primórdios da campestre "revolução" romântica de Tomás de Anunciação e dos seus amigos, não a registou. A rápida ruína das principais casas desta ostensiva aristocracia de raiz burguesa não permitiu também a conservação dos valores decorativos móveis, restando do seu brilho apenas as pinturas requintadas das salas dos palácios do Farrobo, no Alecrim e nas Larangeiras, actualizadas e acrescentadas a partir de 1820.

Aliás, nos últimos anos, a Patuleia avançava do norte sobre Lisboa, os salões e as suas festas - algumas a favor dos recentes *Asilos de mendicidade* - eram um reduto protegido em relação à rua, onde se confrontavam tropas inimigas, "em desordens, cada vez mais temerosas (que) continuavam todas as noites (26). A crise cartista, "suspensa pelo braço estrangeiro", ameaçava seguir a guerra civil popular que dilacerava Paris e, apesar dos bailes, quermesses e "toiradas a favor das *victimas dos ultimos acontecimentos*" (27), do "pão" e da "sopa economica", oferecidos pelos "Caixas Geraes de Tabaco, Sabão e Polvora" (28) ou pela Câmara Municipal com a ajuda das "casas religiosas" que ainda existiam (29), a fome e as epidemias eram quotidianas na capital. Reinava uma desorganização absoluta dos serviços municipais, quer em relação à higiene quer às normas, tão penosamente antes impostas, de regularização urbanística e arquitectónica. Mas já se anunciava a Regeneração que, para Lisboa, significou a conquista de um ritmo de progressiva civilidade que "os anos de inquietação" românticamente desejaram sem conseguir promovê-la, senão em sinais efémeros cuja eficácia estava por adquirir.

Notas

1. LICHNOWSKY, Príncipe de, 1845.
2. Ver cap. 4, pag. 194 e seguintes.
3. *Idem*, cap.3, pag.165 e seguintes
4. MACHADO, Júlio César, c. 1884, pag. 266 e 38.
5. PATO, Bulhão, 1894, tomo III, pag.s 251 e seguintes.
6. *Idem*, tomo II, pag.s 87 e seguintes.
7. Transcrito em MACHADO, Júlio César, 1991, II vol., pag. 259.
8. CASTILHO, Júlio, 1954, vol. VIII, pag. 207.
9. TINOP (Pinto de Carvalho), 1938, 2º vol., pag. 183.
10. ALMEIDA, Fialho de, 1925, pag.s 259 e 256.
11. Ver cap. 6, pag. 266 e seguintes.
12. *Archivo pittoresco*, tomo Vi, 1863, nº 25, pag.s 193-194.
13. *Universo pittoresco*, vol. 3, 1843, nº 2, pag.s 17-18.
14. *Idem*, vol. 1, 1839-40, nº 33, pag.s 258-259.
15. *Archivo pittoresco*, tomo VI, 1863, nº 17, pag.s 129-130 e *Revista popular*, 1848, nº 1, pag. 4.
16. *Diario do Governo*, nº 36, 11 de Fevereiro de 1842, pag. 144.
17. CASTILHO, Júlio de, 1955, vol. II, pag. 219.
18. ALMEIDA, Fialho de, 1925, pag.s 306-319.
19. TINOP (Pinto de Carvalho), 1991, 2º vol., pag.s 136-140.
20. *Idem, ibidem*, pag.s 101- 124.
21. *Idem, ibidem*, pag.s 142-143.
22. *Idem, ibidem*, pag.s 111- 115.
23. Ver cap. 6, pag. 354.
24. CARVALHO, Pinto de (TINOP), 1991, 2º vol., pag.s 128- 136.
25. ALMEIDA, Fialho de, 1925, pag.s 324- 329.
26. PATO, Bulhão, 1894, pag.s 255- 257.
27. *Idem, ibidem*, pag.s 355- 357.
28. *Diario do Governo*, nº 138, 14 de Junho de 1847, pag. 550.
29. *Idem*, nº 141, 17 de Junho de 1847, pag. 563.

III - A CIDADE DA REGENERAÇÃO, 1851-1874

7. A URBANÍSTICA: EMPIRISMO, TECNICIDADE E UTOPIA

7.1. A Companhia das Obras Públicas e a circunvalação da cidade

Como se sabe, o programa da Regeneração teve importante antecedente político, económico e financeiro no Cabralismo dos anos de 1840. Sem, naturalmente, nos interessar elucidar este primeiro surto desenvolvimentista, importa referenciá-lo em relação ao seu objectivo de dotar o país de um sistema moderno e extensivo de vias de comunicação: "O estado das communicações de qualquer paiz é o decisivo criterio da sua civilização; e neste sentido, pena é dizê-lo, mas é mister confessa-lo, não ha algum outro na Europa, a não ser a Hungria, tão atrazado como o nosso", afirmava-se, em 1 de Abril de 1845 na Câmara dos Deputados (1), aquando da discussão da polémica decisão governamental de celebrar um ambicioso contrato com a recém-criada Companhia de Obras Públicas. E embora a oposição, através do discurso inflamado e rigorosíssimo de Joaquim António de Aguiar o tenha considerado "monstruoso" e "inconstitucional", ele viria a ser aprovado por Carta de Lei (2) com a finalidade, nomeadamente, de se realizarem as estradas do Porto e Minho, previstas desde 1843, melhorar-se a barra do Porto e edificar-se a respectiva Alfândega, construir-se um "caminho de ferro desde as margens do Téjo até á fronteira de Hespanha" e abrir-se a "circumvallação da Cidade de Lisboa".

É este último projecto que aqui nos interessa. Como retrospectivamente recordou um deputado, em 1849, ele foi aprovado unanimemente como "despeza eminentemente productiva, e não só productiva, mas política e moral" (3) porque visava "alliviar em grande parte os habitantes de fóra (da cidade) da oppressão que estão sofrendo". Tal devia-se à "fiscalisação da alfandega das Sete Casas, que se estendeu em 1841 além das barreiras da capital, foi levar uma praga ás circunvisilhanças della, fazendo soffrer aos habitantes fóra das barreiras um vexame continuado, obrigando-os a abrirem as suas

portas a toda a hora ao furor da fiscalisação, e a dar-lhe conta de tudo quanto teem em suas casas".

Tratava-se, portanto, de uma iniciativa fundamentalmente fiscal, numa época incerta ainda dos seus valores liberais que mantinha, do Antigo Regime, a tributação dos produtos que entravam dentro da cidade - "que se chama noutros paizes *octroi*" - justificados pelas "vantagens, que póde e deve gosar o individuo, que habita em uma capital como é Lisboa", "porque tem illuminação, tem policia para lhe guardar a propriedade, tem theatros, bons passeios, os preparos necessarios para se acudir repentinamente a um incendio". Mas, simultaneamente, a circunvalação era entendida como realização urbanística: desejava-se que Lisboa tivesse "umas barreiras semelhantes aos *Boulevards* de Pariz, que sirvam de passeio e distracção, e ao mesmo tempo de commodidade, e de vantagem, e com utilidade publica" (4).

À partida, os capitalistas da Companhia das Obras Públicas que assumiam esta pretensão, por contrato com o Estado - entre os quais se contavam figuras prestigiadas como Francisco Ribeiro da Cunha, José Maria Eugénio de Almeida ou Tomás Maria Bessone - estavam dotados das melhores intenções. Assim, o *Diario do Governo* de 13 de Abril de 1845 noticiava que "Segunda feira passada sahiu no paquete para Londres o Sr. José Maria Eugenio de Almeida, um dos Directores da Companhia, levando consigo o Sr. João Chrysostomo de Abreu e Sousa, distincto Official do Corpo de Engenheiros, e o Sr. Joaquim Simões Margiochi, Engenheiro Civil da Escóla de Pontes e Calçadas de París". Pretendia-se adquirir ali "muitos instrumentos, maquinas e utensilios, principalmente com o fim de servirem de padrões pelos quaes se faça nas fabricas do Paiz tudo quanto fôr possivel" e "concluir ajustes ou contractos com Engenheiros e outros homens technicos, indispensaveis para as grandes obras projectadas".

No entanto, estas auspiciosas expectativas depressa sairão goradas. Apesar do compromisso assumido, logo em Maio de 1845, a Companhia consultava o Estado para clarificar os objectivos da circunvalação, interrogando se ela deveria ter *"unicamente por fim a fiscalisação", "concorrer também para a defesa, em caso de necessidade", "ou*

deverá também ter por fim o aformoseamento da Capital?" (5), conjunto de questões que se julgaria, naturalmente, já esclarecido antes da assinatura do contrato...

O Governo terá respondido positivamente a todas estas dúvidas e, por isso, no mês seguinte, a Companhia solicitava *"a planta da linha de defeza da Cidade, que existe no Archivo Militar, e fôra levantada em 1834 pelo Coronel José Dionizio Corrêa da Serra e desenhada pelo Major Miguel Joaquim Pires"* (6) para *"os trabalhos preparatorios da circumvalação da Capital"*. Quase um ano depois, afirmava-se que a *"dita obra"* ficaria concluida *"dentro de cinco annos, contados da approvação do plano"*, então quase terminado, faltando *"para elle se poder apresentar, a conclusão da copia em limpo de alguns trabalhos do projectos, que assim ficará ultimado em poucos dias"* (7).

Mas, a drástica alteração da situação política, representada pela queda de Costa Cabral e o início da Patuleia, condenou ao fracasso estas iniciativas: a Companhia suspendeu todas as actividades logo em 1846, embora só em 1849 fosse nomeada uma "Comissão encarregada do exame e liquidação das (suas) contas" (8). Na verdade, em relação à Circunvalação, aliás como aos outros projectos, nunca se chegara a passar de estudos gráficos.

A obra, todavia, renasceria com o efémero regresso de Costa Cabral ao poder em 1849. Nesse ano, o governo apresentou, à Câmara dos Deputados, um orçamento de 52 000$000 para "a obra da circumvalação da cidade" (9) mas então, ao contrário do que acontecera em 1845, encontrou vozes contrárias que o deputado Fontes Pereira de Mello assumiu. Sem pôr em causa que "a obra (...) considerada debaixo do ponto de vista fiscal, é em verdade util", duvidava da capacidade do governo para, simultaneamente, excluir "o termo de Lisboa do circulo das Sete Casas" e organizar uma indispensável guarda fiscal "a pé e cavallo". Por isso receava que a "obra da circumvallação" se reduzisse "a um muro levantado na periferia da cidade", "como uma fortificação bem construida, mas que não tendo defensores dentro della, o inimigo a poderia atacar e entrar sem resistencia: é isto que ha de acontecer, se o Governo não organisar a fiscalização". Pretendia também esclarecimentos sobre o referido orçamento de 52

000$000 "porque não posso suppôr que a comissão propozesse uma somma destas, sem que para isso tivesse os dados sufficientes".

E embora tivesse votado contra este rúbrica, e fosse apoiado na imprensa por um verdadeiro artigo de "Economia Politica", procurando provar que, em França, no único país onde havia "circunvalação, os resultados eram desastrosos" (10), Fontes Pereira de Melo ficou isolado neste debate. O ministro da Fazenda presente afirmou que "entrando para o Ministerio estava a obra em principio" (11) e não teve dúvidas em continuá-la "não obstante não estar autorisada, porque vi a sua importância": em visita à "linha toda da fiscalisação" confirmara que "a maior parte da (sua) circumferencia (...) tem casas com communicação para dentro da cidade, e em outras partes tem aberturas por onde o contrabando póde entrar sem obstaculo algum". Aumentara o orçamento, em função das "52 semanas, dentro de cujo praso a obra deve estar completa" e, "em consequencia das explicações que me deu o inspector das obras publicas", fizera corrigir a anterior "direcção", assumindo necessárias expropriações.

O resultado da obra foi apreciado, em sessão de Camâra, em 2 de Junho de 1853 (12), quando ela já havia começado a funcionar, pelo deputado José Estevão, a propósito da questão das "linhas de defesa da capital". Recordando que, em 1845, se pretendera que a Companhia das Obras Públicas, com o projecto da circunvalação, tivesse assumido também aquele objectivo, verificava que assim não acontecera. A decisão fora tomada "abruptamente e sem o devido conselho", e "nenhum deputado viu a planta da circnmvallação da cidade" onde "há sitios em que custa a passar a duas pessoas a par".

Esta opinião foi corroborada por Cunha de Sotto Mayor que sugeria "um passeio" ao local para verificar "com a mão na consciencia, se já se viu obra mais estupida e mais selvagem" (13) onde "a nação" gastara "80 contos para se andar por cima de penedos e outeiros". Mesmo assim, José Estevão, que talvez não a tivesse percorrido, entendia que "a linha de circumvallação como indicação de recreio será talvez muito bonita" mas não justificava o preço de "53 contos" que teria custado "cada Km", "isto é nem mais nem menos do que está destinado para o caminho de ferro de Santarem". Para a defesa, definitivamente não servia, o que, aliás não era problema. Ainda segundo o verbo

acutilante de Estevão, "a nossa independencia é uma independencia protegida e garantida pelo protectorado inglês"...

Encerrava-se assim, sobre o característico optimismo pragmático com os liberais lidavam com a História, um episódio longo da história da cidade: a questão das linhas de fortificação, nascida, em termos modernos, com a Restauração de 1640, e retomada, como preocupação maior, no tempo de D. João V, por Manuel da Maia (14). A circunvalação aproveitara, em grande parte, a memória dos seus traçados (**Fig.129,1.**), reconvertendo-os a breves finalidades fiscais que, antes do fim do século, se reconverteriam de novo para se tornarem os contornos de avenidas novas, a Duque d'Ávila primeiro, a Morais Soares depois. Terão, entretanto, disciplinado a entrada de produtos em Lisboa mas nunca se reconverteram em Passeio Público citadino: foram, de facto, apenas uma barreira modesta, sem dinamismo urbanístico, a não ser na organicidade do seu próprio corpo. Como a seguir veremos, o aperfeiçoamento da capital, em termos de "aformoseamento" e de processo de civilidade, não se cruzou com a circunvalação, fosso distante, cruzado com as operosas estradas do termo, para Campolide, Benfica, Lumiar ou Sacavém que, além dos circuitos de veraneio, articulavam, imemorialmente, sobretudo as hortas e quintas de dentro e fora portas.

Notas

1. *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 1 de Abril de 1845, pag.s 7-15.

2. *Synopse dos trabalhos legislativos da Camara dos Deputados nas sessões ordinarias de 1844-45*, pag.s 1418.

3. *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, nº6, 7 de Maio de 1849, pag. 100.

4. *Idem, ibidem*, pag. 101.

5. AHMOP, MR 2D- 1R, 6/11.

6. *Idem, ibidem*, Ofício de 2 de Junho de 1845.

7. *Idem, ibidem*, Oficio de 24 de Abril de 1846.

8. *Idem*, MR 2D 1R 12 1, ano de 1849. Ver também *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, 1848: "Relatório assinado pelo Secretario de estado dos Negocios da Fazenda", 28 de Fevereiro.

9. *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, nº 6, 7 de Maio de 1849, pag. 96.

10. *A Liga*, nºs 9 e 10, 1849, pag.s75-76, 89-90, assinado por C.A. da Costa.

11. Ver nota 9.

12. *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, 2 de Junho de 1853, pag. 26.

13. *Idem, ibidem*, pag. 32.

14. Ver ROSSA, Walter, 1990.

7.2. O processo de civilização da cidade herdada

7.2.1. Dos casebres do Loreto ao Largo Luís de Camões

Apesar da continuada acção das primeiras vereações liberais, contra as "barracas" que continuavam a pejar sítios nobres da cidade desde o terramoto, diversas situações de ruína transitaram ainda para a segunda metade do século. Caso paradigmático da dificuldade da Câmara Municipal em fazer cumprir o pombalino "prospecto da cidade" era, à ilharga do Chiado, os chamados "casebres do Loreto" (**Fig.130**), antigo palácio Marialva. De facto, desde 1835, que os moradores *"da Rua direita do Loreto e Hosta Seca"* pediam a sua demolição (1) e, por diversas vezes, a Câmara intimou *"o Mordomo do Duque de Lafões"* (2) no sentido de proceder à reconstrução ou à venda. Em 1837, pensou-se ter encontrado uma solução que foi aprovada, em reunião da vereação em Outubro daquele ano (3): considerando que era *"de reconhecida utilidade publica a formação de uma praça no local onde actualmente existe o pardieiro pertencente ao duque de Lafões, no Loreto, e não podendo a Camara por si só empreender uma obra tão importante por falta de meios para satisfazer o valor das expropriações"*, o vereador Domingues, *"atendendo por outro lado aos desejos manifestados pelos principais donos dos prédios que circundam o referido pardieiro"*, propunha convocá-los *"para*

declararem por escrito a soma com que cada um está pronto a concorrer para a dita obra".

Ou seja, tratava-se de mais uma manifestação da aliança da Câmara Municipal com os munícipes ilustrados que vimos ter sido frequente, pelo menos no plano das intenções, em todo este período. A reunião chegou a realizar-se, com a presença, entre outros, do Conde de Farrobo, cujo pai formara à sua custa a praça Barão de Quintela, e de José Ferreira Pinto Jr., então proprietário da casa nobre que pertencera a Higino Dias Pereira (4), tendo conduzido à proposta de 4 000$000 *"que estavam prontos a dar diversos proprietarios daquellas circumvisinhanças em virtude de que á Municipalidade pertence reformar em conformidade com a lei todos os predios que como este informe e irregular deturpam e obstruem os lugares publicos da cidade contra o prospecto da sua reedificação"*. No entanto, o duque terá continuado a resistir, opondo-se à expropriação, de modo que, no ano seguinte, em 1838, mais uma vez a Câmara repete a intimidação para que *"no 1º de Julho do corrente comece a demolir e edificar predio regular no pardieiro que possui entre o Largo das duas Igrejas"* (5). Esforços baldados que mantiveram o sítio, intacto na sua ilegalidade, até 1850!

Seria afinal por intervenção do Governo que o assunto se resolveria, na sequência da "Representação", dirigida pela Câmara "a sua Magestade" (6), com o apoio, em diversos momentos, de vários deputados como José Estevão que, em 1853 (7), a propósito da discussão do orçamento, refere a "expropriação intentada mas não concluida ácerca de um cochicholo que constitui uma das maiores deformidades que ha na capital". Considerava ele a situação lamentável, "quando ha outras iniciativas de embelezamento e a rua do Chiado tem certo movimento, certos sinais de riqueza, luxo e gosto". E concluía: "O que eu peço é que queiram ilustrar a *Regeneração* de que não fiz parte, mandando arrasar aquellas ruinas e embellezar aquelle sitio".

De facto, em 24 de Julho de 1854, aprovava-se finalmente, naquela Câmara, o Projecto de Lei de Rodrigo da Fonseca Magalhães (8), autorizando a expropriação "por causa de utilidade publica (d)o terreno compreendido entre o Largo das duas Igrejas, Rua do Loreto, Travessa dos Gatos e Rua da Horta Seca" que deveria ser "estregue à Câmara

(Municipal) para o applicar á formação de uma praça segundo plano que for aprovado pelo Governo". O principal expropriado era a "casa de Lafões", com "12 locatarios", que "não obstante o modo precario de empregar seus capitais, levantaram predios e realizaram bemfeitorias" e a iniciativa era considerada "manifestamente um pensamento civilisador". Por isso, "decorrido quase um seculo desde que por esclarecidas provisões foi regulado o plano da cidade", importava que "a demolição dellas não seja mais atrasada".

Na discussão que antecedeu esta aprovação, alguns deputados não resistiram a apresentar as suas próprias propostas (9) para o futuro da praça. Rivara manifestou que, ali, "uma praça nua fica triste e desigual porque não está ligada com o outro largo vizinho, o do Loreto". Para o evitar, sugeria que "se construa um edificio (...) em cujos andares superiores seja collocada a Bibliotheca Nacional e cujo andar terreo sirva para Lojas, armazens de venda e bazares", admitindo, desde logo, um rendimento de 5 000$000 rs... Também Júlio Pimentel, em breve eficaz presidente da Câmara Municipal, se opunha a que "naquelle local se faça unicamente uma praça nua". Não concordando com a instalação da Bibliotheca, para o que achava mais adequado o Convento do Carmo, preferia uma "construcção elegante e ao mesmo tempo um pequeno *Palais Royal*, uma *rotunda* com lojas e bazares.

Prudentemente, Carlos Bento referiu, por seu lado, que havia que contar com a "inexperiencia dos nossos arquitectos para juntar o aformoseamento ao util": "Nós corremos o menor de todos os riscos possiveis decretando o nivelamento. Ora um pede uma bibliotheca, outro uma casa de banhos e outros estabelecimentos; um pede architectura gothica, outro architectura de um outro genero e não nos entendemos mais". Também com a concordância de José Estevão - "declaro desde já que voto contra toda a especie de edificação naquelle local" -, o Presidente concluiu: "Aquillo de que ha mais necessidade dentro de uma capital e no sitio mais frequentado é de espaço (...). O que se carece no Chiado é de espaço(...). Se vamos a indicar que este lugar ha de servir para as experiencias dos architectos, corremos todos o risco de empregar mal a somma que applicarmos para o embelezamento daquelle sitio".

Passado o assunto para a responsabilidade da Câmara Municipal, não deixaram de apresentar-se outras propostas. Uma delas (**doc. 90**) sugeria que, na nova praça, *"se estabeleça um mercado de flores"*, que venderia também *"aves exoticas"*, em forma de *"amphiteatro"*, *"para disfarçar a differença do nivel- que existe entre a rua do loreto, e a rua da horta Sêcca"*, com *"uma galleria em forma de semiellipse"*, *"construida de ferro e coberta de vidraça"* e *"dois pavilhões nos extremos"*. No centro *"do terreno livre"*, edificar-se-ia *"um tanque com repucho e no resto"* formar-se-iam *"jardins"*.

Uma segunda proposta, datada já de 1860 (**doc.91**), informa-nos que o *"largo resultante da demolição dos cazebres da Rua do Loretto está servindo de reunião de gaiatos que com seus jogos incommodam os viandantes"* e que *"alguem"* teria oferecido *"huma pequena gratificação a quem aprezentasse o melhor Projecto para embellezar aquelle sitio que merecesse a approvação da ex.ma Camara"*. No entanto, *"não constando que ninguem tenha ate então offerecido nenhum, nem deliberação alguma se tenha tomado a tal respeito"*, *"o abaixo assignado"*, Joaquim Antonio Nunes de Oliveira, morador na Rua das Chagas, *"em caza do ex.mo Conde de Cunha"*, atrevia-se a apresentar a sua. Sugeria que, *"depois de anivelar-se o terreno"*, se erguesse *"hum square á imitação dos que adornam a Capital da Gram-Bretanha"*, com *"engradamento de ferro sentado sobre hum parapeito de canteria e com quatro portas centraes nos lados, as que poderão fechar-se durante a noite"*. Todo o terreno seria *"plantado de arbustos postos symetricamente com bancos de permeio"* mas, o essencial, residia no arranjo do centro: *"hum grupo de collumnas, que deveram servir de base a tres estatuas = huma de Affonso Henriques, como fundador da Monarchia: á direita desta, a de D. João 1º como sustentaculo da independencia Nacional, á esquerda da 1ª, a de D. João 4º como Restaurador da mesma monarquia"*.

O autor da ideia achava que ela ofereceria *"hum bonito aspecto, e hum logar asssaz agradavel para quem alli quizer passar alguns momentos"*, tendo a vantagem de recordar *"constantemente a quantos transitem por estes sitios as tres epochas mais memoraveis da nossa historia"*. Estava certo que ela poderia ser realizada por *"huma Subscripção aberta para este fim"* que teria bom acolhimento *"mesmo no Paço e por*

toda a Nobreza Portugueza". Observava ainda que, para facilitar a implantação, o largo poderia desenvolver-se em dois patamares, que as estátuas, devido ao muito trânsito do sítio, deveriam *"ser pedestres, e as columnas não (...) exceder de oito metros de altura"* e que, se o projecto fosse escolhido, desejava *"ser concultado para designar as actitudes que devam as estatuas que devem ser allegorias ás epochas que conforme o meu pensamento entendo que devam reprezentar"*.

Naturalmente, o interesse destas propostas não reside no seu conteudo ingenuísta mas dos sintomas culturais que elas veiculam, manifestando uma divulgação de termos - o mercado de flores, o *Palais Royal*, o *square* à inglesa mas com ajardinamento "à francesa" - que misturam figuras clássicas - o *"amphiteatro"* e os pavilhões - com influxos românticos - os bazares ou a celebração da História nacional - expressos também na citação de materiais como o ferro e o vidro. Ambas, e igualmente as ideias apresentadas pelos deputados, sugerem o desejo de aformoseamento e actualização civilista da cidade, procurando a fuga à repetição da norma pombalina que estruturava a envolvência. Mas a sua formulação, desgarrada de conceitos urbanísticos, parece ser uma espécie de grau básico do urbanismo, se entendermos por ele o gesto de marcar o espaço que, sem justificação funcional, visa apenas a apropriação simbólica.

A decisão final não se afastou desta intenção. Em Agosto de 1860, movimentam-se ainda duas comissões, uma pretendendo erguer um monumento ao Duque da Terceira e outra a Luís de Camões (10) mas, no mês seguinte, já a opção parece tomada a favor da última, quando Pezerat, como engenheiro da Câmara, indicou "algumas correcções com as quais concorda o seu autor Victor Bastos" (11), numa rara colaboração positiva que melhorou o primeiro projecto do escultor (**doc. 92-95**), beneficiando este, bastante jovem, da maturidade e disciplina clássica de Pezerat. Concretamente, o engenheiro, aceitando o delineamento da praça (**fig.130.1**), impôs uma simplificação e depuração do monumento porque *"n'um monumento estatuario tudo deve ser sacrificado ás figuras sculpturaes, a architectura deve ser singela, pura de proporções, de formas, de perfis, e de facil execução, para não distrahir a vista da observação das figuras"*.

No entanto, apesar das rápidas decisões de 1860, ainda em 1862, o Duque de Saldanha, presidente da "Comissão central promotora da subscripção para o monumento a Camões", oficia à vereação para saber "se a estátua passa ou não para a entrada do Passeio do Rossio" (12), concluindo-se que havia quem continuasse a querer distinguir a terraplanagem do largo da encomenda do monumento a Camões, por se achar menos digno o recente espaço, preferindo uni-lo à aura já cimentada do Passeio Público.

A Câmara deliberou então não aceitar a proposta para, mais uma vez, se consultar a "Academia de Belas-Artes e aquelas pessoas que julgar conveniente para darem o seu parecer" (13), optando definitivamente "pela nova Praça denominada de Luís de Camões" (14). A "colocação da pedra monumental do monumento" realizou-se em 28 de Junho de 1862 (**fig.130.2**), na presença do recente rei D. Luís (15) vindo a inauguração a ocorrer em 9 de Outubro de 1867 (16) (**fig.130.3**). Uma e outra cerimónia constituiram excepcionais festas cívicas, consideradas pleito celebratório do poeta que "se finou, desamparado e pobre" e que a "nação portugueza" (17) demorara quase três séculos a homenagear. Mas agora, com o apoio do rei D. Fernando e de D. Pedro V, que ainda aprovara o modelo em 1860, quando ele foi exposto ao "exame público", "na sala dos paços do concelho municipal de Lisboa", resgatara-se aquela "ingratidão", através de uma "subscripção (...) a mais avultada de quantas se recolheram tanto de nacionais como de estrangeiros", para a qual particularmente contribuiram os "tantos milhares de portuguezes" do Brasil. Na comissão promotora, além dos argentários do regime e da aristocracia política, destacavam-se António Feliciano de Castilho, Mendes Leal e António da Silva Túlio, reunindo a literatura romântica com a nascente olisipografia que o último representava.

Depois dos sucessivos fracassos envolvendo o monumento a D. Pedro IV no Rossio e do trauma nacionalista que constituira a realização do Teatro Nacional, esta era a primeira celebração monumental do novo regime: aos espíritos mais esclarecidos, havia nela ainda a memória da inauguração faustosa da estátua equestre de D. José I, um século antes, e um sentido desejo regenerador de retomar essa época de progresso iluminista, articulando-o com os ideais civilizacionais do liberalismo. O facto de Camões ser o

veículo desta intenção, constitui uma subtil situação: celebrava-se o génio, e a nação nele encarnada, mas também o homem incompreendido e a glória perdida do império, ou seja o herói positivo e o herói derrotado, a glória e a decadência da pátria. Sem dúvida que estes contraditórios sentimentos românticos foram decisivos para o impacte ideológico do acontecimento, o proclamado e o rasurado, gerando uma intensa identificação colectiva.

A festa da inauguração do monumento, erguido em cinco anos, foi longamente descrita nas páginas do *Archivo pittoresco* (18): "o sol inundava de esplendor as ruas da cidade tumultuosa; tudo eram galas e flores, e as amplas bandeiras desenrolavam com ufania as suas quinas triumphaes; o ceo estava azul e sereno, sereno e azul o Tejo, nem uma ruga no cristal do rio, nem uma nuvem na têla do firmamento!", ou seja, Lisboa participava, como metáfora, mas que era corpo e História, no ritual animado pelas "mós de povo". O seu "tumultuar risonho e ruidoso" misturava-se com "as musicas marciaes", calando-se um e outro quando "o hymno grave e magestoso resoou de todos os aldos em homenagem solemne". Todos se comoveram perante a figura do poeta de bronze, "erguido no seu pedestal de marmore, mais erguido ainda no seu pedestal de gloria", "poisando a mão na espada", contemplando "mudamente Lisboa" e buscando "o Tejo" : "Lazaro que és hoje um Christo, mendigo que és semi-deus".

O autor do monumento, o escultor Victor Bastos, recebeu, das mãos de D. Luís, o grau de Oficial da Ordem de S. Tiago, justo reconhecimento de um trabalho artístico que agradava a todos pela dignidade plástica da figura do poeta, solidamente modelada, de acordo com uma matriz estética classicizante. Com quatro metros de altura, sobre um pedestal octogonal de sete, ela tornava-se uma espécie de coroamento, e ampliação, do largo do Chiado (**fig.130.4,5**), como espelho frontal, encarando os frontespícios das igrejas do Loreto e da Encarnação. Envolvido inferiormente pelas estátuas em mármore de oito figuras da cultura clássica portuguesa, num iconografia erudita que soube reconverter a alegoria à celebração da memória, o monumento era deliberadamente didáctico mas essa intencionalidade epocal não perturbava a sua energia expressiva e simbólica: a estátua de Camões passava a marcar um sítio essencial da articulação da

cidade, substituindo as esquecidas portas de Santa Catarina mas como que, organicamente, transportando a sua função delimitadora e orientadora de trajectos.

Esta apropriação romântica de um lugar de rigoroso traçado pombalino, enriquecendo, com o seu corpo redondo, a ortogonalidade das artérias envolventes, deve ser situada numa tradição vinda da época mariana, quando foram abertos o largo de S. Carlos e o do Barão de Quintela e que teve, como realização intermédia, o jardim de S. Pedro de Alcântara (19). A sucessão de pequenas praças e jardins foi um dos contributos mais significativos do urbanismo de uma época incerta que herdera a cidade classicamente delineada. O seu geometrismo seco perturbava a sensibilidade volúvel do tempo que, como afirmavam os deputados, aquando da discussão do futuro do sítio dos casebres do Loreto, não tinha arquitectos em quem confiar, pedindo uns a "architectura gothica, outro a architectura de um outro género" (20). Neste contexto sem referentes, o pombalino era a memória e a malha organizadora: incapazes de preencher os vazios das ruínas que ainda herdaram, os românticos souberam escavá-las, substituindo a arquitectura pela ritmicidade do espaço.

7.2.2. O gosto dos jardins

De acordo com preocupações internacionais, relacionadas com o higienismo e o "aformoseamento" das cidades, as vereações municipais da Regeneração empenharam-se, com sistematicidade, na arborização de Lisboa. Se algumas propostas não se realizaram senão pontualmente - como a de adquirir "o terreno inculto" envolvendo as igrejas de "Nossa Senhora do Monte, Graça e Penha de França" "para aí plantar arvoredo" (21) -, o presidente da Câmara orgulhava-se, em 1864, da obra realizada nesta área (22), "no novo jardim de S. João Nepomuceno", com "trinta árvores diversas", na Praça Camões ("oitenta ulmeiros"), na Praça do Principe Real ("cinquenta e quatro ulmeiros"), no Largo de S. Roque ("trinta olaias"), e já no Largo de Santos, Avenida 24 de Julho e Praça de Alcântara. Em 1865, o vereador do Pelouro afirmava (23) que se tinham plantado "mais

de 6 000 árvores", propondo então, com geral aprovação a "arborização da Praça do Comércio".

Além dos espaços novos, que em breve analisaremos, esta intenção civilizadora incidia sobre lugares antigos da cidade, como S. João Nepomuceno ou S. Roque, ou as prestigiadas praças pombalinas, uns e outros envolvidos nesse paradigma breve que todos designavam por "aformoseamento". Com ele não se regenerou de facto a cidade cuja insuficiência do sistema de esgotos e de abastecimento de águas se agravava, como dramaticamente provaram as últimas grandes epidemias dos anos de 1850. Iludiam-se, todavia, positivamente os problemas por resolver e, sobretudo, intensificava-se um entendimento da cidade como espaço lúdico, de lazer e passeio, promovendo os espaços exteriores em lugares de convivencialidade, uma espécie de outros cafés e botequins, ou a alternativa cosmolita das hortas, que faziam parte da vivência burguesa, no sentido amplo do termo, como componente essencial dos seus valores de debate político e afirmação de classe. Tinha passado o tempo dos salões particulares e das suas retumbantes festas, as cerimónias religiosas eram uma sombra da magnificência de outrora, o quotidiano acelerava-se com o comboio e o anúncio da tracção eléctrica, a cidade laicizava-se e, nesse movimento, os pequenos jardins eram o convite à paragem e ao encontro, numa sociedade ainda exclusivamente masculina mas onde as mulheres começavam a sair à rua e se desenvolvia, sobre as crianças, novos critérios de educação, ligados à descoberta e ritualização da infância.

Creio, por isso, que a promoção destes espaços deve ser encarada, conjuntamente com a divulgação do calcetamento decorativo de passeios e largos e a cobertura das fachadas com azulejos de fabrico industrial, como uma das marcações expressivas mais fortes do urbanismo romântico que, nos anos de 1850-1870, sem resolver nenhum dos problemas fundamentais da urbe, a moldou perenemente. Com uma luz nova e interrupções miúdas e aprazíveis que foram compondo a imagem variegada de Lisboa. Mas apesar de alguns gestos dispersivos, que representam o lento alargar da cidade, eles incidiam sobretudo sobre as figuras já consagradas pelos hábitos de cosmopolitismos. Em primeiro lugar, evidentemente, o Passeio Público.

7.2.2.1. Modernizações e projectos para o Passeio Público; o Jardim de S. Pedro de Alcântara

Definitivamente modelado pelas obras da primeira vereação municipal, nos anos de 1830-40, o Passeio Público foi sendo depois "aformoseado" com a conclusão da cascata no extremo norte, a remodelação do lago central, cujo repuxo foi substituído por uma pinha, eventualmente de melhor efeito estético, a renovação do arvoredo que, no entanto, permanecia fiel à disposição geométrica inicial (24). A sua aura não advinha, todavia, destas actualizações modestas mas do facto de ele ser o espaço por excelência de nivelamento social da cidade, frequentado pelo rei D. Fernando (**fig.131,1.**), pela aristocracia, política e intelectual, e aberto às camadas crescentes da pequena burguesia desde que, em 1852, por sugestão do "Sr. Braamcamp", a Câmara aprovou que ele pudesse ser frequentado por "todas as pessoas decentemente vestidas, sem excepção de homens de jaqueta e mulheres de capa" (25).

Nesse palco dos rituais da vida burguesa, propício à sua particular cultura do ver e ser visto, sujeita às regras da discrição e dos enredos que os romances epocais enunciavam como cartilha sentimental, a municipalidade sonhou implantar um fracassado "Café-concerto", "à maneira dos que neste género há em Paris" (26), e realizou, com imenso sucesso, sessões de iluminação pública em noites de verão cujos lucros revertiam para os asilos de mendicidade.

A de 1857, ficou narrada nas páginas do *Semanario illustrado* (27) (**Fig.131,2.3.**). Considerava-se um progresso a abertura do Passeio à noite e louvava-se a iluminação com "balões de cores, e lustres variegados" que "apresentava a certa distancia um espectaculo summamente encantador, e para nós inteiramente novo". Em "todo o comprimento da rua" principal havia "serpentinas de cinco lumes, que collocadas em sentido transversal, faziam parecer de longe uma longa fita de luz". Particularmente apreciado foi o arranjo da cascata "arrebicada toda com lamparinas de cores, que a certa

distancia tinham a apparencia de uma d'aquellas edificações de rubis e d'esmeraldas, levantadas d' improviso pelo moço Aladino com o auxilio da sua maravilhosa alampada".Também os balões das "ruas collateraes", "postos a curtas distancias", "pareciam formar todos juntos uma abobada luminosa, que trazia á lembrança as mesmas transformações feiticeiras".

Apesar deste empenho em gerar uma atmosfera de sonho, identificada, no imaginário romanesco da época, com cenografias orientalizantes, utilizando "16 086 luzes de illuminação" e completada com as sessões de "fogo de vista", o articulista achava que o rendimento apurado, em dez noites, no montante de "nove contos e tantos mil reis", donde se puderam tirar "cerca de quatro" "para os pobres", era "de certo bem diminuto, comparado com o que poderia esperar-se n'uma capital, cujos moradores se queixam da falta de divertimentos que padecem, e sobre tudo da ausencia de logares em que possam agradavelmente passar as noites calmosas do estio".

Os lisboetas civilizados ansiavam por uma cidade cuja imagem idealizada era sempre Paris e compreendiam mal como continuavam a fracassar os "cafés-concertos" e a animação urbana dos alguma vez visitados *boulevards*: como se recusassem a ver que aquela capital representava um país que não entrara ainda no ritmo da industrialização e cujo suporte fundamental era o dinheiro dos emigrantes brasileiros torna-viagem, ligeira actualização de um regime de sobrevivência que tinha um imenso passado. Mas essa era a dimensão real do Passeio Público, então já ameaçado pelos sonhos de um transformar exactamente em *boulevard* aberto e operativo.

Também, o segundo passeio da capital, o jardim de S. Pedro de Alcântara, foi completado nos anos de 1860 com as cortinas protectoras (28), para obstar à voga dos suicídios de que foi palco, e com o arranjo do tabuleiro inferior, decorado com bustos "de grandes homens", vindos das oficinas da Academia de Belas-Artes. A sua situação pitoresca nunca se tornou um lugar de moda como o Passeio Público, sendo frequentado de dia pelas crianças e à noite pelos namorados, como evoca, já tardiamente Gervásio Lobato, nas páginas de *O Ocidente* (29).

Havia, no entanto, quem lamentasse este destino pouco cosmopolita. Assim terá acontecido com o "sr. consul da Russia", segundo a *Revista popular* que, em 1852, publica uma proposta sua, recomendada "á camara municipal" (30). Considerando "que este sitio é sem dúvida o mais pitoresco, mais central, e mais arejado de Lisboa", procurado por "todos os estrangeiros, chegando á capital" pelo seu "bello panorama natural", lamentava o seu enquadramento urbanístico - "um quartel de soldados, um chafariz, rodeado de gallegos nojentos" -, julgando indispensável, "para dar vida a este sitio, e interesse á camara e o aos emprhendedores", "construir (...) um *pavilhão* de bonita architectura, tendo um andar com arcadas em roda, e com portas envidraçadas; e por cima um terrasso de asfalte, d'onde se veja os arrebaldes de Lisboa, e uma grande parte da Cidade". Na sua opinião este equipamento deveria ser alugado a algum dos mais conceituados proprietários de cafés ou restaurantes de Lisboa - "ao Marrare, Matta, Osti" -, "de noite illuminado por gaz, com musica fóra (como "o boulevard des Italiens ou os *Champs-Elisées de Paris*)", atraindo "os passeantes que vem dos bairros mais altos da cidade, de Buenos-Ayres, do Rato, etc., e querem tomar neve, cerveja, chá, ou comer um pastel ou um biffe, são obrigados a descer até o Rocio, Caes do Sodré, ou Chiado: Se tudo isto encontrassem em S. Pedro d'Alcantara, la ficariam, e gosariam de fresco, durante o verão, até ás horas adiantadas da noite".

Esta sugestão cosmopolita não teve sequência, o mesmo acontecendo com o projecto de um *"edifício elegante para exposição das bellas-artes"* que foi proposto à Câmara, através de uma *"Sociedade promotora"* (31) que teria os meios, combinada *"com uma companhia de edificação"*, para *"a construcção do referido prédio"*, pretendendo apenas que lhe fosse disponibilizado o *"terreno que medeia entre o chafariz de S. Pedro d'Alcantara e o parapeito do passeio que olha para norte"*. Informando a proposta, o engenheiro Pezerat, em 1866 (32), afirma que *"o mesmo terreno é destinado á abertura de uma rua nova indispensavel para as communicações da zona media e do Bairro Alto, evitando assim as grandes voltas pelo Salitre, Calçada da Gloria e Calçada do Duque, impraticaveis ás carruagens"*. Este projecto, chegou a ser apresentado em reunião da vereação, no mesmo ano (33), mas não teve continuidade, tal como o edifício

que Pezerat, *"para não inutilizar este projecto"*, propunha deslocar mais para norte, ressalvando que precisava de ser corrigido porque se tratava *"de um prospecto sem caracter artistico", "destituido de todo o gosto, e contraroa ás regras d'arte, em que mesmo estão esquecidos todos os preceitos de salubridade"*.

Não havia terminado ainda em Lisboa o tempo do empirismo que transita dos cidadãos ilustrados para as iniciativas de "sociedades promotoras e de edificação", com o mesmo rasto de pobreza e ausência de qualificação artística ou técnica. Também na Câmara, apesar da capacidade e dedicação do novo engenheiro, os projectos se sobrepunham sem resolução. No entanto, a expressiva figura orgânica do pequeno jardim que, romanticamente, passara a representar, como frente urbana, o Bairro Alto, iria repetir-se, em termos de qualidade, nos dois jardins que a Regeneração doou à cidade.

7.2.2.2. O jardim da Estrela

Segundo um rigoroso artigo publicado no *Arquivo pittoresco* (34) de 1858, " o pensamento inicial de construir em frente do templo e convento monumental do Santissimo Coração de Jesus um jardim publico, no logar onde existiam algumas terras de semeadura de pouca valia, e poucas casinholas de feia e pobrissima apparencia, deve-se ao sr. conde de Tomar, quando depois da segunda restauração da carta constitucional (em 1842) foi elevado ao cargo de presidente do conselho de ministros e ministro secretario d'estado dos negocios do reino". Tratava-se pois de uma transformação epocal do projecto de Pina Manique que, nos anos de 1790, desejara implantar, numa praça monumental, o monumento a D. Maria I que encomendara em Roma (35).

Com o contributo mecenático de "5 000$000 réis", oferecido pelo Barão de Barcelinhos, comprara-se, por 4 000$000, os terrenos "á massa falida de António José Rodrigues" **Fig.132,1-3**), entregues à Câmara em 1842, aproveitando-se o remanescente para "terraplanar aquelle local" (36). Aliás, esta já antes pensaria no aproveitamento do local, como prova a planta levantada pelo Architecto da Cidade, Malaquias Ferreira Leal, em 1840 que elaborou depois, exactamente em 1842, dois projectos do delineamento do

jardim e da envolvência (**Fig.132,4-5**). Em qualquer deles, prevê-se a integração do lado oriental da Travessa dos Ladrões na praça e apresenta-se um esboço da distribuição do arvoredo, segundo uma malha reticular, ligeiramente mais elaborada no segundo, prolongado a oriente e isolando, a norte, um "viveiro de plantas e arbustos da Ex.ma Camara". Sem qualquer dúvida, Ferreira Leal inspirava-se no desenho adquirido do "jardim à francesa" do Passeio Público, ignorando as críticas de que ele era então objecto, pela sua falta de "naturalidade" (37).

As obras não se chegaram no entanto a iniciar devido, segundo o citado artigo do *Semanario ilustrado*, às "discordias civis de 1844 e 1846" que impediram "tanto o governo como a municipalidade" de "tratar da execução do plano, de antemão traçado, tão breve como se desejava". De facto, só em 1850 o assunto é retomado, tendo a Câmara nomeado "uma comissão", representada pelo seu Presidente, "para tratar com o Ministro do Reino sobre os meios de se levar a efeito a obra do Passeio do Largo da Estrela" (38). O governo prometeu dotar o município com "fundos necessários" mas tal não terá acontecido: em 1851, este declara que "se via na necessidade de despedir os operários que ali trabalhavam uma vez que não foi habilitada pelo Governo para poder continuar a dita obra" (39).

Ultrapassados os constrangimentos financeiros, ainda nesse ano, Malaquias Ferreira Leal elaborava as *"Condições com que a Ex.ma Camara Municipal de Lisboa, vai mandar arrematar a factura dos Portaes de ferro, pelastras e paineis entre estas para o fichamento do Passeio Publico do Largo da Estrella"* (40). Os desenhos a seguir encontravam-se, *"em ponto grande"*, segundo o mesmo caderno de encargos, *"expostos ao público"*, e não creio que eles fossem as várias propostas, elaboradas pelos arquitectos da Repartição das Obras Públicas de Lisboa, Valentim José Correia, Manuel José de Oliveira Cruz e Paulo José Ferreira da Costa, conservadas no ANTT (**Fig.132.6**). Como, desde 1834 vinha acontecendo, a Repartição das Obras Públicas terá sido ultrapassada mais uma vez pela liderança da Câmara Municipal, tudo levando a crer que o desenho final dos muros e das portões de acesso, talvez mesmo dos gradeamentos, seja da autoria de Malaquias Ferreira Leal.

Entre o que aqueles modestíssimos arquitectos haviam proposto e o efectivamente feito não havia, no entanto, diferenças apreciáveis, a não ser a maior robustez e economia do projecto camarário que foi duramente criticado por J. da C. Cascaes (41) por "despreso não motivado das regras da arte; e falta de unidade de concepção". Tão graves erros, o articulista encontrava-os no facto da "ordem jónica" predominar "em todo o engradamento" mas as portas se apoiarem "em dous pilares *rusticos*, demasiado grossos, corôados com vasos desproporcionados". Nestes, "se á primeira vista o triglipho, que os orna, nol-os annuncia doricos, vê-se depois que, por acachapados, estão fóra das elegantes dimensões d'aquella ordem". Não se coibindo de citar "os Vignolas e Paladin (sic), apesar de mestres, erraram ás vezes" por não seguirem o "rigor das regras", admosta o arquitecto: "como é que n'uma face de engradamento jonico se foram empregar nos pontos mais notaveis, as portas, pilares de uma ordem innegavelmente inferior?!". Esta infracção ao "*a,b,c,* da arte" repugnava "á *estabilidade apparente*; um dos principios que o architecto jámais poderá despresar, sem que o mau effeito da sua obra o accuse".

Por isso, não tinha dúvidas em afirmar que "a architectura do *Passeio da Estrella* está, em nosso sentir, não só longe das honras de uma construcção modêlo, como para gloria do paiz, e da epocha de illustração em que vivemos, muito fôra para desejar; porém, inferior á reconhecida capacidade de alguns dos nossos artistas". A solução teria sido pôr a concurso a obra, sob a autoridade da "Academia das Bellas Artes" cujo voto pudesse ser "ainda reforçado com o de pessoas idoneas, que se lhe agregassem, formando-se por este modo uma grande commissão artistica".

Crítica excessiva e de um formalismo académico, ela era posterior à defesa de S.J. Ribeiro de Sá do "esthilo eclectico" como próprio da época que se vivia (42), manifestando o culto dos valores classicistas largamente dominante, pelo menos em textos críticos. Todavia, o jardim, propriamente dito, agradou a C. Cascaes, parecendo-lhe que "as maiores difficuldades de execução acham-se bem compensadas por uma perspectiva mais pictoresca e recreativa". Reconhecia que "os grandes alinhamentos dos antigos jardins substituem-se geralmente nos modernos por curvas, mais ou menos

graciosas" e que essa substituição, como ali acontecia, era "até certo ponto justificada" porque "tudo quanto a natureza tem de mais bello contorna-se, por via de regra, em curvas de infinita variedade: o céo, o mar, as arvores, e até a propria figura humana, creada á imagem e similhança de Deus!". Por isso o jardim lhe parecia muito mais conseguido que o Passeio Público, permitindo a multiplicação das vistas, sobretudo da "pequena *montanha russa*, ou antes verde" que "susprehende e encanta". Mesmo assim, recordava que "a linha recta" também possuía "effeito optico" e que talvez se pudesse ter utilizado "por excepção".

Esta reserva arcaizante não deveria ser subscrita por mais ninguém. Pelo contrário, louvava-se o trabalho dos "habilissimos jardineiros Bonard e João Francisco" (43) que "afastando-se do methodo seguido no passeio mandado plantar pelo marquez de Pombal, aproveitaram habilmente os accidentes do terreno, conseguindo levantar um traçado que satisfaz todas as condições, e que não apresenta a monotonia dos antigos jardins e matas de recreio"(**Fig.132.7**). No espaço disponível, eles haviam reunido "alguns lagos, imitando escrupulosamente a natureza, uma soberba cascata, a que só falta, para produzir mais pittoresco effeito, maior lençol d'aguas, elegantes Kioscos, estufas, pequenas e airosas fontes, um grande pavilhão de apparatoso risco", enriquecendo a fruição de um lugar já favorecido pela "sua prazivel situação, entre o soberbo templo fundado pela rainha e senhora D. Maria I, e o amplo edificio do nosso excellente hospital militar, avistando-se, por entre o viçoso arvoredo, ao fundo, de um lado o Tejo coalhado de navios, e a soberba margem que limita pelo sul o nosso magnifico porto; por outro, os cyprestes ponteagudos do proximo cemiterio dos protestantes".

O pavilhão referido, que aparece reproduzido numa estampa que acompanha o artigo que temos vindo a citar (**Fig.132.8**), fora já desenhado por Pezerat que dirigiu também a fase final de todas as outras construções. Constituído por uma colunata aberta, ladeando um corpo central de dois pisos, coroado por frontão triangular, manifesta o gosto classicizante deste arquitecto que encontraremos em todas as outras obras da sua autoria, de algum modo contradizendo o sentido romântico do jardim, ou antes alargando o seu eclectismo.

Nas obras, haviam-se consumido, até 1858, 76 724$203, em grande parte obtidos por donativos, entre eles do "sr. Visconde da Estrella, actual presidente da Sociedade Portugueza de Beneficencia, no Rio de Janeiro" (44). A evidente prosperidade da colónia brasileira que, pouco depois, contribuirá também para o monumento a Luís de Camões, foi, nestes anos, uma das mais importantes alavancas da modernização da cidade, num sentido amplo que se estendia aos apoios à imprensa periódica mais qualificada e ao mercado de Belas-Artes, ainda dominado pelos românticos mas onde a estética naturalista não tardaria a manifestar-se. Neste caso, os resultados foram notáveis, enriquecendo imageticamente a envolvência da bela basílica da Estrela e sugerindo uma articulação de circuitos que só no tempo camarário de Ressano Garcia seria delineado com o projecto da Avenida Pedro Álvares Cabral e já da futura Infante Santo. De imediato, a sua acessibilidade era limitada, servindo, em primeiro lugar, os populosos bairros de Santa Isabel, S. Bento e o nascente Campo de Ourique, mas como que espraiando para o oriente as abundantes manchas verdes das casas particulares da Lapa. Simultaneamente, este jardim, que introduziu em Lisboa, a marcação do "jardim à inglesa", como intenção paisagística inovadora, casava-se bem com o Cemitério dos ingleses de que nada então o separava, intensificando o sentido romântico do sítio e a extensão do arvoredo. É possível aliás admitir-se que a sua matriz organizativa, mais livre e "natural" que a dos cemitérios portugueses, tivesse contribuído para as opções de gosto do plano do jardineiro Bonard. Ou seja, a ampla zona de Lisboa que, segundo Manuel da Maia, deveria ter crescido à volta do novo palácio real pós-terramoto (45), e fora, de certo modo, imageticamente ocupada pela basílica da Estrela, continuava a manifestar as suas virtualidades urbanísticas, reconvertidas aos desejos de representação social e às novas necessidades do entendimento da fruição da cidade. Se a igreja se voltava ao passado, o jardim era um equipamento que o futuro sobretudo justificava e, nessa articulação sempre problemática dos tempos longos da vida de uma urbe, a memória qualificava-se. Sem plano, por decisões empíricas distanciadas umas das outras, mas Lisboa tinha ainda o que não posso senão designar por uma espécie de alma que tudo organicamente absorvia, dotando-o de sentido.

7.2.2.3. O jardim do Principe Real

O "sítio da Patriarcal Queimada" ou do "Real Erário" foi, a par dos "casebres do Loreto", uma das mais famosas ruínas de Lisboa que tardaram a desaparecer. Como ali aconteceu, os projectos não faltavam para aquele vasadouro imundo onde se fazia também mercado de porcos. Em 1838, no seu afã, permanentemente adiado, de dotar a cidade de novos equipamentos, a Câmara Municipal ordenava ao seu Architecto que levantasse *"a planta do terreno no Largo da Patriarcal Queimada que deverá servir para se fazer naquele local um mercado público"* (46), intenção não concretizada mas que pressupunha uma intervenção requalificadora, confirmada pelo *Aviso* de 1841 ordenando "que d'ora avante fica suprimido o vasadouro publico na Patriarcal Queimada, podendo os particulares que o precisem de fazer, dirigir-se á Rua dos Pousos a Campo d'Ourique (...) a Valle Escuro e a Valle de Pereiro" (47).

Sucede-se o silêncio característico da paragem das iniciativas urbanísticas, coincidindo com a agitação política do final da década de 1840, e, só em 1852, se terá decidido abrir um jardim naquele espaço de esplendorosas memórias arquitectónicas não concluídas, do palácio dos Tarouca ao Real Erário, desenhado por José da Costa e Silva. Nesse ano, estava a iniciar-se o terrapleno do terreno (48) mas só em 1861 se aprovou "a planta geral da Praça do Principe Real, resolvendo-se em seguida que assim se comunique à repartição Técnica afim de que daqui àvante não haja a menor alteração sobre este assunto" (49). Simultaneamente, a Companhia das Águas associava-se ao projecto, iniciando a construção de um reservatório de água, e erguendo, sobre as suas "abobadas", uma "bacia" (50), o lago do futuro jardim que, segundo Ana Cristina Tostões (51), terá aproveitado o "desenho do octógono central" do Real Erário apenas iniciado.

Entretanto, surgira uma característica proposta epocal para dignificar o sítio, apresentada por António Feliciano de Castilho, em carta enviada ao Duque de Saldanha, em 1853, que o seu filho, Júlio de Castilho, designará, e bem, por "utopia de Castilho" (52). Querendo honrar a memória da Rainha, "quinze dias antes fallecida", o poeta propunha "um monumento util e pratico", constituído por "dois edificios", sobre a Rua da Procissão (depois Cecílio de Sousa) e a Rua Formosa (depois do Século), "um para cursos livres tanto de instrucção primaria como de ensino superior, conferencias scientificas, etc. n'um vasto amphiteatro presidido pelo retrato da senhora D. Maria II; o outro para saraus poeticos e musicaes, concertos, etc., presidido pelo retrato do Rei Artista". Os ante-projectos terão chegado a ser delineados por Pezerat mas "tudo ficou em devaneio, estava visto; e os dois palacios não passaram da mente do vate humanitario, e do papel do architecto".

Falhada a componente arquitectónica, o jardim limitou-se a ser isso mesmo, concluído em 1869, sob a direcção do jardineiro João Francisco da Silva que já encontrámos do delineamento do da Estrela. O seu qualificado trabalho mereceu-lhe o louvor da vereação (53) e, de facto, as soluções encontradas confirmam o excepcional nível que a arquitectura paisagística romântica adquirira: o seu centro é ocupado pelo lago octogonal com repuxo e, à volta, as áleas e canteiros desenrolam-se segundo a figura da curva do "jardim à inglesa", numa multiplicação de pontos de vista que alonga a sua vivência, e gera um jogo elaborado de claros-escuros. Particular destaque merece o enorme *cupressus*, correntemente designado por cedro (54) cuja ramagem foi crescendo, sustentada por uma estrutura de ferro, de modo a compor uma espécie de tecto natural, diáfano e verde.

Encontrava assim a sua vocação final um dos mais prestigiados sítios da cidade. Ele tornava-se um elo pertinente na teoria de pequenas praças com que o liberalismo dotara a cidade que, da setecentista praça do Barão de Quintela, passava pela de Luís de Camões e S. Roque, e se detinha no Príncipe Real, num movimento que foi empírico mas não menos significante. Manifestava o epocal gosto pelo "aformoseamento" e, implicitamente, o desejo de enriquecer os trajectos nobres da cidade com uma espécie de palcos

benevolentes, lugares de repouso e convívio, de fruição da natureza urbanizada e de reconciliação dos cidadãos com a imagem da capital do reino *regenerada*, existindo para os servir e representar, de acordo com os valores ideológicos de uma civilização cada vez mais internacionalizada.

A inauguração do jardim, no final do período que estamos a analisar, e numa época em que os dinamismos urbanísticos finalmente ganham consistência, gerará uma série de iniciativas na envolvente que devem, pelo menos, ser enunciadas: depois de se concluir a cortina sobre a Rua da Procissão, anunciada em 1864 (55), desde 1868, decide-se o alargamento da Rua dos Moinhos de Vento (logo depois designada por D. PedroV), implicando morosas expropriações e demolições para o que concorreram diversos proprietários da área (56) e se estenderá, já nos anos de 1870, ao Pátio do Tijolo (57) e, com menor eficácia, ao Alto do Longo (58).

A par da requalificação das acessibilidades, o jardim do Príncipe Real depressa se tornará uma unidade também arquitectónica que abrangeu a modernização da frente oriental, a mais antiga, e a edificação de raiz das restantes, com um raro conjunto de gosto eclético que atingiria a máxima expressão no palacete neo-árabe de Ribeiro da Cunha, cujo projecto data de 1877. Voltaremos, na altura própria, a algumas destas impositivas casas mas desde já interessa sublinhar que, com a ausência de programação que foi característica dos anos do romantismo, o resultado final tornou o Passeio do Príncipe Real numa espécie de jardim interior, donde a cidade mal se divisa, a não ser por lances súbitos, constituindo-se como que a antítese de S. Pedro de Alcântara, aberto como cenográfico miradouro. Como se Lisboa, empiricamente elaborada, se desenrolasse e enrolasse, procurando representar os movimentos fluidos do adivinhado Rio, moldando-se, com postura exótica, aos ritmos da luz ou recriando a memória sinuosa das suas colinas.

Notas

1. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 13 de Outubro de 1835, pag. 45v. e 5 de Janeiro de 1836, pag. 144v.

2. *Idem, ibidem*, 3 de Junho de 1836, pag. 199v.

3. *Idem, ibidem*,10, 21 e 30 de Outubro de 1837, respectivamente pag.s 80, 86v e 95v.

4. Ver cap. 6, pag. 369-70

5. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 16 de Maio de 1838, pag. 17v.

6. *Synopse dos principais actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1850*, 21 de Dezembro, doc. 9.

7. *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, 7 de Julho de 1853, pag. 138.

8. *Idem*, 24 de Julho de 1854, nº 20, pag. 448.

9. *Idem, ibidem*, pag.s 450-451.

10. *Archivo Municipal*, 6 de Agosto de 1860.

11. *Idem*, 30 de Agosto e 13 de Setembro de 1860.

12. *Idem*, 20 de Janeiro de 1862.

13. *Idem*, 23 de Janeiro de 1862.

14. *Idem*, 15 de Janeiro de 1861.

15. *Idem*, 16 de Junho de 1862 e *Archivo pittoresco*, tomo V, nº 17, 1862, pag.s 129-131.

16. *Idem*, tomo X, nº 28, 1867, pag.s 217-219.

17. *Archivo pittoresco*, tomo V, nº 17, 1862, pag.s 129-131.

18. Ver nota 16.

19. Ver cap. 6, pag. 296

20. Ver nota 9.

21. *Archivo Municipal*, 21 de Janeiro e 15 de Julho de 1861.

22. *Idem*, 1 de Fevereiro de 1864.

23. *Idem*, 11 de Dezembro de 1865.

24. Creio que é a esta campanha de obras que se refere a *Planta nº 253* do Museu da Cidade, não assinada e não datada, intilulada "Projecto da nova plantação do Passeio Público de Lisboa, apresentada pelo Vereador Raymundo José Pinto".

25. *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1852*, pag. 63.

26. *Annaes do Municipio de Lisboa*, 24 de Abril de 1858, pag. 102.

27.*Archivo pittoresco*, tomo 1, nº 6, Agosto de 1857, pag.s 41-42.

28. *Archivo municipal*, 15 de Julho de 1861.

29. *O Ocidente*, nº 74, 11 de Janeiro de 1881, pag.s 11-13.

30. *Revista popular*, vol. V, 1852, pag. 36.

31. AHCML, *SGO*, Cx. 125: Proposta de Joaquim Jose Rodrigues da Camara e Fr.co Mendonça, 2 de Novembro de 1866.

32.*Idem, ibidem:* Ofícios assinados pelo Engenheiro Pezerat, 26 de Novembro de 1866.

33. *Archivo municipal*, 10 de Abril de 1866.

34. *Arquivo pittoresco*, tomo II, nº 17, 1858, pag. 129-130.

35. Ver cap.3, pag. 177. Ver também *Archivo de architectura civil*, nº 9, Junho de 1867 que, depois da descrição do monumento, afirma que "uma commissão especial" estava então a estudar, por solicitação da Câmara Municipal, a sua colocação "dentro do jardim da Estrella", decisão sobre que a Associação dos architectos e archeologos havia também sido consultada.

36. *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, nº 9, 13 de maio de 1850, pag. 135.

37. Ver cap.6, pag. 294-295.

38. *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1850*, Janeiro.

39. *Idem*, 21 de Dezembro de 1850; *Synopse.... no anno de 1851*, Maio, doc. 17.

40. AHCML, *SGO*, Cx. 126, Doc. 15.

41. *O Panorama*, vol. X, pag. 54-55.

42. Ver cap.6,pag. 361 e seguintes.

43. Ver nota 34.

44. *Arquivo pittoresco*, tomo VI, 1863, nº 27, pag.209.

45. Ver cap. 1, pag. 44.

46. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 28 de Maio de 1838, pag. 37.

47. *Colecção de providencias municipaes da Camara Municipal de Lisboa*, vol. 1, 1833-1852, 26 de Março de 1841.

48. *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1852*, Maio, pag. 36 (manuscritos).

49. *Archivo Municipal*, 22 de Julho de 1861.

50. *Idem*, 30 de Outubro de 1862.

51. TOSTÕES, Ana Cristina, "Praça do Príncipe Real" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, 1994, pag. 96.

52. CASTILHO, Júlio, 1935, vol. 5, pag. 21-22

53. *Arquivo Municipal*, 25 de Junho de 1869.

54. Devo esta informação a Ana Cristina Tostões, ver nota 51.

55. *Archivo Municipal*, 14 de Abril de 1864.

56. *Idem*, 10 de Setembro e 16 de Novembro de 1868; 4 de Outubro de 1869; 22 de Agosto de 1873.

57. Ver, a propósito, BRAGA, Pedro Bebiano, "Pátio do Tijolo" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, 1994, pag.s 88-89.

58. *Archivo Municipal*, 15 de Novembro de 1869.

7.3. O desejo de ruptura

A par do empenhamento no "aformoseamento" da cidade, a Câmara e o Governo revelam, sobretudo depois de 1850, uma preocupação crescente pela sua mais profunda regeneração. De facto, a população de Lisboa manifestava finalmente um impulso demográfico significativo, as actividades comerciais mas também industriais progrediam, havia uma situação de acalmia política, posta ao serviço de uma ideologia desenvolvimentista, mas a capital do reino mantinha-se tolhida nas suas acessibilidades, com más estradas internas, sem rede de esgotos nem abastecimento de água suficiente, com fortes taxas de imigração cujos contingentes se acumulavam nos bairros populares degradadíssimos. Consequência desta situação, sucediam-se os surtos epidémicos quase anuais, concentrados, como acontecia na zona de Alcântara, devido á poluição da respectiva ribeira (1), ou dramaticamente generalizados nos anos de 1855-56 e 1857, marcados, respectivamente, pela cólera (mais de 3 000 óbitos) e pela febre amarela (mais de 5 600 óbitos) (2). Veremos que a relativa rapidez com que se realizou o aterro da Boavista foi devida ao choque provocado por esta dramática conjuntura de morte, estimulando também a discussão sobre a urgência de um "Plano geral de melhoramentos" cujo progresso seria, todavia, muito lento. De imediato, a Câmara acentuou a sua capacidade interventiva, em grande parte através da maior eficácia da sua Repartição Técnica, dirigida, desde 1852, por Pedro José Pezerat.

Uma memória, dirigida ao Ministro das Obras Públicas em 1864 (**doc.96**) quando, segundo as suas próprias palavras estava indigitado para *"architecto chefe na repartição que V.ª Ex.ª tencionna organizar"* (certamente a "comissão" e não a "repartição"

encarregada do "Plano geral de melhoramentos"), permite apreciar o vasto currículo deste homem, então com cerca de 63 anos, pois nascera em Paris em 1801.

Depois de concluir, em 1821 os *"estudos para Engenharia Civil"*, seguira *"como curso d'applicação, durante quatro annos não só todos os estudos theoricos da academia d'architectura de Paris, mas ainda como inspector ás ordens dos primeiros architectos" fora "empregado em varias obras de construcções civis e monumentaes"*. Em 1825, surgiria o facto determinante da sua vida: *"fui engajado, depois de concurso, pelo governo do Brazil, com a condição de estudar durante um anno as construcções hydraulicas na Inglaterra aonde fui recommendado ao Illustre Engenhiero Brunnel"*. No Rio de Janeiro, *"com a graduação de Capitão de Engenharia"*, serviria *"um anno na Academia Militar, encarregado dos trabalhos geodesicos da provincia, levantando a planta da Cidade, da sua bahia e de seus arredores"*. Alcançou depois as boas graças de D. Pedro I, como *"seu Engenheiro Particular"* e, desde 1828, também arquitecto, *"como creado de 2ª Classe da Sua Inperial Caza"*.

Regressado a França com a abdicação do imperador, e não querendo *"ficar a cargo de S. M."*, voltou ao *"serviço do Governo francez"*, sendo mandado para Argel, com as funções de *"Engenheiro em chefe da provincia de Oran"* que desempenhou até 1838. Aventurosamente, demitiu-se depois do cargo oficial e entrou ao serviço do Governador Geral, Marechal Bugeaud, integrando uma *"comissão de sabios e artistas para a exploração da Argelia"*. Perseguido, ele e a família, por *"dysenteria epidemica"*, optou, em 1840, definitivamente por Portugal, *"como Engenheiro de Compamhias até 1852 em que fui admitido, depois de Concurso, como Engenheiro e Architecto da Camara M.al"* e, quase ao mesmo tempo *"nomeado professor de dezenho na Escola Polytechica e Architecto da mesma"*.

Na Câmara de Lisboa, a entrada de Pezerat destinava-se a "dar desenvolvimento aos melhoramentos do municipio" (**doc.97**), nomeadamente em estudos prévios indispensáveis como "levantar as plantas das marinhas de que é proprietaria, e aquella do termo, e organisar convenientemente uma planta de Lisboa, para que com estes recursos, dê ordem a um plano geral de trabalhos, fundando de uma vez um systema economico de

administração". Mas, na verdade, bem depressa o novo engenheiro se veria encarregue de todo o serviço nas áreas do urbanismo e arquitectura, primeiro em acumulação com Malaquias Ferreira Leal, e, depois da morte deste, em exclusividade. Não lhe desagradaria, decerto, esta desmultiplicação de trabalho, geradora de prestígio e relativa capacidade interventora, mas ela teve como consequência preversa a manutenção de estruturas já em absoluto desadequadas ao ritmo rotineiro das informações e, sobretudo, à intenção e aprofundar a reflexão sobre o crescimento e regeneração da cidade.

Avançava-se no entanto: além de uma significativa obra de arquitecto, que depois analisaremos, Pezerat foi autor de todos os estudos e pareceres que a Câmara elabora ou propõe até ao final dos anos de 1860, quando a doença o afasta de funções que, oficialmente, manteve até à sua morte em 1872. Por isso, e apesar do fatal incêndio que, em 1863, destruiu os Paços do Concelho e com eles o arquivo da Repartição Técnica, ele representa o surto desenvolvimentista da Lisboa da Regeneração (3).

7.3.1 Os bairros velhos, abertura e alargamento de ruas

Apesar do salto considerável, em termos da regeneração da cidade, o que se assiste, até à década de 1870, é sobretudo a intenções não realizadas, se exceptuarmos a obra do aterro da Boavista. Os projectos arrastam-se penosamente, muitas vezes condenados à partida por falta de meios mas também estruturação de planos consistentes em função das reais possibilidades que, de facto, continuavam a ser escassíssimas.

De acordo com a preocupação de "aformosear" a cidade, mas coincidindo agora com uma preocupação mais efectiva de melhorar as acessibilidades e a circulação em geral, registe-se o arranjo e arborização do Largo do Conde de Penafiel a S. Mamede, entre 1861-67 (4); a lenta reconversão do Campo de Sant'Ana em espaço ajardinado que, enunciado em 1861, só a partir de 1879 se tornará efectivo (5), após o encerramento do matadouro, a deslocação da Feira da da Ladra para Santa Clara e a demolição da Praça de Touros, esta já fora do período em análise; processo idêntico em relação ao Campo de

Santa Clara, cuja muralha de sustentação foi construída em 1863, sucedendo-lhe depois a arborização e as "obras de calçada" e passeios, já em final de 1870 (6).

Esta intencionalidade de multiplicar pela cidade centros irradiantes, cenograficamente tratados, sem significarem senão a operacionalização cosmopolita da cidade herdada, foi acompanhada de uma série de pequenas intervenções, visando alargar e alinhar velhos arruamentos, como a Calçada de S. Lázaro, a Rua do Telhal e a sua articulação com a Rua de Santo António dos Capuchos, a Calçada da Glória ou vias depois demolidas, com a abertura da Avenida da Liberdade.

Falharam projectos mais ambiciosos como a regularização urbanística e arquitectónica da "porta d'Alcantara", considerada, em 1861, *"de todas as portas, que dam entrada a esta cidade, a que se apresenta mais irregular e informe"* (7), que deveria ser completada com uma nova artéria, comunicando a Rua do Sacramento com a Travessa do Chafariz das Terras através do alargamento do velho caminho da Cova da Moura, segundo projecto final de 1873, assinado por Domingos Parente da Silva (**fig.133**). Mas, na mesma zona ocidental da cidade, houve grande empenhamento na questão da envolvência do Largo das Cortes, longamente estudada por Pedro José Pezerat.

A proposta final, datada de Fevereiro de 1865 (**fig.134**), previa duas avenidas de acesso, pelo lado ocidental e sul - *Rua direita de Santos para as Cortes* e *Avenida da Rua 24 de Julho para as Cortes* - além de uma terceira - *Avenida das Cortes para o Calhariz* - , recuperando o anterior projecto da repartição das Obras Públicas (8), e ainda, de ocidente para oriente, abrindo pelo norte a antiga cerca dos beneditinos, a *Travessa Nova ligando a Rua de S. Bento com a Calçada da Estrela.* A par desta ambiciosa cenografia de acessos, Pezerat aproveitava para resolver a articulação entre a Lapa e a Estrela, utilizando as cercas dos conventos das Francesinhas, dos Barbadinhos e da Esperança, ligadas por uma avenida impositiva, com duas meias laranjas e uma rotunda donde irradiavam quatro outras artérias (**fig. 135**).

Desmesura utópica, num contexto, bem conhecido do Engenheiro, marcado pela sistemática incapacidade financeira de execução, ela exemplifica a sua postura de

desadequação funcional que deve ser também entendida como espelho involuntário de falta de pragmatismo e de reais limitações teóricas. Perante a evidente impossibilidade de concretizar o plano, Pezerat, no mesmo ano, deve tê-lo restringido, ao projecto, datado de 10 de Maio de 1865 (**Fig.136**), que se concentra numa única avenida, articulando a 24 de Julho com a Calçada da Estrela, de ortogonalidade comprometida pelo desejo de respeitar a figura do Convento da Esperança, que na realização final, já no tempo de Ressano Garcia, viria de facto a ser sacrificado.

Outra marcação significativa deste desejo de regenerar a capital, mas sem consequências, foi então a referência sistemática aos bairros mais antigos da cidade. Encontramo-la, pela primeira vez, na "Proposta de orçamento da Repartição Técnica", elaborada por Pezerat, em 1858 (9):

> "Os bairros denominados particularmente Mouraria e Alfama pela estreiteza e mau alinhamento das ruas, pelas diferenças de nivel e pelo mau estado higienico e architectonico (...) precisam ser demolidos e reconstruidos de novo em ruas largas, e bem alinhadas, praças arborizadas e edificios em boas condições higienicas; para que este trabalho possa levar-se a efeito em poucos anos é preciso anualmente dispender 150 000$000.
>
> (...) Para albergar a população que está acumulada nos bairros citados e para poder começar a demolição neles é preciso construir *cités ouvrières* aonde além de pequenas habitações para acomodar a população trabalhadora se estabeleçam casas de banho e lavadouros(...)".

Este pensamento radical manifesta, além do utopismo característico da época e da afirmação da figura e saber do novo engenheiro da Câmara, recentemente em funções, quanto estava longe ainda a valorização casticista do urbanismo e da vivência dos bairros populares que ocorrerá a partir de 1880, com os estudos olisipográficos de Júlio de Castilho. A intenção demolidora era característica do pensamento higienista do tempo internacional e, devemos admiti-lo, só não se concretizou em Lisboa por estrita falta de meios. Aliás não só em relação a Alfama e Mouraria, mas também ao Bairro Alto, como confirma uma planta tardia, sem dúvida de Domingos Parente da Silva, propondo uma ampla avenida entre S. Roque e a praça do Principe Real que, com o habitual desprezo

pelas pré-existências, se propunha alterar a malha quinhentista respeitada pelos urbanistas pombalinos (**Fig.137**).

Se este projecto não teve felizmente sequência, em relação à envolvente do Castelo, Pezerat pensava poder vir a executá-lo, ou pelo menos iniciá-lo: em carta ao Governador Civil, em Outubro de 1859 (10) afirma estar a aguardar "a folha da planta geral (da nova planta da cidade) (11) que abrange o dito "bairro" para proceder às correcções necessárias do projecto de "rectificação e reconstrução do bairro de Alfama" que, no estado em que se encontrava, só poderia ser considerado "um esboço ou *avant project*".

A questão na verdade não passou destes estudos prévios, com algumas propostas de intervenção imediata para o alargamento da Rua de S.to Estevão (**Fig.138**), em 1859, concretizada em planta de pormenor, ou para a abertura de *"uma rua desde a Mouraria até ao Largo do Colleginho, tornando assim aquelle lugar salubre, e sendo esta obra de grande utilidade para a viação publica"* (12). Já no âmbito do "plano geral de melhoramentos", que adiante analisaremos, a Câmara repetia, em 1863, a intenção da "construção completa do Bairro da Alfama" (13), anunciando, simultaneamente, que projectava edificar "dois bairros novos: um para famílias abastadas entre o Caminho Novo, a Calçada da Estrella, as ruas da BelaVista e do Quelhas; outro para as classes operárias entre a estrada de Entremuros, Rua de S. João dos Bemcados e de Santo Ambrósio até á morta dos terramotos". Observe-se que, de algum modo, estas intenções se viriam a realizar com o alargamento da Lapa para Ocidente e a projectação do bairro de Campo de Ourique, embora no contexto diverso da Lisboa de Ressano Garcia; recorde-se também que o último dos espaços demarcados naquela proposta corresponde em grande parte ao território que, no século XVIII, Manuel da Maia mandara delimitar para o novo Palácio Real.

Pezerat, no entanto, foi-se adaptando à realidade da cidade: na sua *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, 1865, a que voltaremos, defendia a prioridade de se construirem bairros para a "classe aisée", "ce qui laissera des habitations disponibles pour le petit commerce et les ouvriers; tandis que les vieux quartiers comme l'Alfama seront réservés pour la classe la plus malheureuse. Par ce

moyen tous les besoins seront satisfaits, le prix des loyés diminuera et les pauvres trouvant à se loger à bon marché, on n'aura plus à se préocuper de construire des quartiers spéciaux pour cette classe; ce qui est une utopie absurde de la part de ces prôneurs d'entreprises de quartiers pour les pauvres, car aucun entrepreneur ne sera jamais disposé á compromette ses capitaux dans des constructions qui ne lui rendraient pas d'intérêt (...)" (14).

Claro que nem todos pensavam como o velho engenheiro, já doente e demasiado desiludido: ainda em 1863, o deputado A. Maziotti apresentou um Projecto de Lei "para a Camara Municipal ser autorizada a levantar um emprestimo com aplicação à edificação de casas para as classes laboriosas" (15) que veio a ser diferido, num montante até "500 contos" (16). Na tentativa de o operacionalizar, a Câmara chegou a reunir com o "Centro Operário Lisbonense", nomeando uma comissão para o efeito, assessorada pelo eng. Pereira de Carvalho (17). Eventualmente, terá sido este o ponto de partida de projectos, só realizados a partir dos anos de 1880, com o Bairro operário da Calçada dos Barbadinhos ou o Casal Rolão, a Santo Amaro que afinal se adequaria à pequena burguesia (18). Mas o que predominou de facto em Lisboa, nesta área, foi as inciativas particulares de patrões ou filantrópicos, segundo o modelo da Vila operária (19), sendo raras as soluções em contacto directo com a rua como a que a Fábrica de Fiação e Tecidos lisbonenses promoveu, ao Calvário, a partir de 1873 (20), realização única no período que estamos a estudar, conotável com os dinamismos da Lisboa fim de século. De imediato, na cidade da Regeneração, tudo ficava adiado.

Todavia, duas obras significativas foram realizadas, uma na totalidade, outra parcialmente, ficando, no entanto, totalmente delineada. Refiro-me, respectivamente, à *Rua em seguimento à Rua Nova da Palma* e à *Travessa do Pintor*, origem da Rua da Estefânea, ambas eixos fundamentais para o futuro alargamento da cidade.

A primeira aparece como necessidade da circulação oriental de Lisboa pela primeira vez em 1838, quando a Câmara Municipal decide *"comprar ou aforar uma porção de terreno da dita Horta (do Socorro) para continuação da Rua Nova da palma*

até à Rua do arco do Socorro" (21). Tratava-se de uma intenção que não teve então seguimento, vindo a ser retomada só em 1859, mas agora "até ao Largo do Intendente", sobre planta "confeccionada pelo eng. P.J. Pezerat", aprovada pelo "Conselho de Obras Públicas e Minas" em 4 de Abril daquele ano (22).

Seguiu-se um moroso processo de expropriações, avaliadas em 22 500$000 (23), que ainda não estava totalmente concluído em 1864 (24), embora, entretanto, se procurasse normalizar o prospecto arquitectónico da nova rua, a partir de "um pequeno mas bonito prédio de 2 andares" (25), edificado "em frente à Igreja do Socorro". Por isso, em 1862, a Câmara oficiava o "Intendente das Obras Públicas" sobre a sua decisão de "daqui avante se não aprove prospecto algum para edificações de prédios na rua nova da Palma e seu seguimento que tenham mais de 3 andares" (26). Operação complementar desta, foi a decisão da sua arborização, em 1869, feita de "amoreira branca em razão do produto obtido com a folha destas árvores" (27).

Assim, arrastadamente, se prolongava um rasgamento de origem pombalina, afinal o primeiro troço da futura Avenida dos Anjos (depois D. Amélia, finalmente Almirante Reis) que já lhe está implícita, embora só viesse a ser operacionalizada no contexto dos planos de extensão de Frederico Ressano Garcia, desde o final da década de 1870.

Mas a necessidade de implementar uma circulação eficaz da capital com o termo produtivo, neste caso através da activíssima Estrada de Sacavém, levou, desde logo, à elaboração de planos complementares para o alargamento e regularização da Rua direita de Arroios, estudada também por Pezerat mas cujo projecto que chegou até nós é já assinado por Domingos Parente da Silva (**fig.139**), numa linha ortogonal quase coincidente com a futura Rua António Pedro, embora a sua função de eixo viesse a ser assumida pela Avenida D. Amélia até ao cruzamento com a Circunvalação, no lugar anunciado da Praça do Chile. Ou seja, na fase final do período que estudamos, quando, como veremos, estava a funcionar a Comissão para o "Plano Geral dos Melhoramentos", algumas das questões vitais do futuro da cidade encontravam-se delineadas, deixando a aperceber uma continuidade orgânica, entre as iniciativas a partir de 1860 e as do período seguinte que as corrigiu e executou, com uma equipa técnica mais qualificada e

actualizada, dispondo de meios financeiros e de um contexto desenvolvimentista bastante mais favorável.

Reflexão idêntica poderia ser feita em relação à próxima Travessa do Pintor embora, neste caso, o empenho pelo seu alargamento e regularização adviesse da necessidade de melhorar os acessos ao Hospital de D. Estefânia, então em construção, por iniciativa de D. Pedro V. O processo inicia-se em 1861 (28), encontrando sucessivos e habituais adiamentos pela dificuldade de concluir as expropriações (29). Em 1871, o vereador Albuqueque considerava "que tudo estava pior do que dantes", fazendo-se eco "dos clamores da imprensa e do publico que lastimam ter-se principiado semelhante obra" (30) que, no entanto, foi decidido continuar "a pouco e pouco conforme as circunstâncias o permitissem" (31). Todavia, dois anos antes, em 1869, uma notável planta, assinada por Domingos Parente da Silva, mostra o delineamento definitivo da Rua e Largo da Estefânea, e o loteamento do respectivo novo bairro, prolongando-se até ao recente Matadouro da Cruz do Tabuado (**Fig.140**). Perante o rigor do desenho da malha proposta, confirma-se os consideráveis avanços entretanto realizados pela projectação camarária. Na verdade, como se disse, os dados do futuro de Lisboa estavam, nesta zona, definitivamente lançados.

7.3.2. O Aterro da Boavista

Antes de analisar a realização urbanística mais significativa, em termos funcionais e simbólicos, da Lisboa da Regeneração, parece-me necessário referenciar os antecedentes não directos mas que, lentamente, como quase sempre acontece na vida das cidades, foram elaborando a sua possibilidade, na aparência apenas articulada com condicionalismos próximos.

Aliás, com esta nota prévia, limito-me a seguir a metodologia de Artur Loureiro que, em 1904, na sua obra indispensável sobre o porto de Lisboa (32), faz recuar à época de D. Dinis a realização dos primeiros aterros nas praias que se abriam para lá das portas muralhadas do burgo, como o Cais da Oira, nos terrenos em que assentaria a actual Praça do Município. D. Fernando e D. João I utilizaram as praias desde Cataquefarás (sensivelmente o Largo do Corpo Santo) até à Porta da Cruz para aí "fazerem varar as galés" mas o maior impulso à apropriação das praias do Tejo para ocidente da cidade foi devido a D. Manuel que mandou "fazer o terreiro que está diante dos paços de Lisboa, que tudo era praia, o que tudo se fez com grande trabalho e despesa até se ganhar ao mar como agora está" (33).

Destas obras resultou o cais de cantaria com escadas que comunicava quase directamente com o Paço Real da Ribeira, continuava nos cais, escadarias e rampas que serviam a Casa da Mina e o Palácio Corte-Real e se alargava, para as tercenas, nas praias de Cataquefarás, do Sodré e Santos. Nestas áreas distantes, a gestão da ocupação pertencia à Câmara da Cidade, de acordo com a Carta de 7 de Junho de 1502, pela qual D. Manuel lhe atribuía "as marinhas e os Salgados de Lisboa e seu termo", "para ela e os moradores dela, assim mercantes como quaisquer outras pessoas que navios tiver em, os corregerem e espalmarem e porem em monte" (34).

Sobre esta ocupação expeditiva, cujas marcações qualificadas coincidiam com os cais privados de palácios e conventos, decidiu D. João V impor uma normalização imagética, encarregando Carlos Mardel da elaboração do respectivo projecto (35). Como complemento à planta geral que aqui se reproduz (**Fig.141**), homenageio a qualidade de análise de Artur Loureiro, citando a leitura que dela fez:

> "Consistia o projecto de Mardel em um caes que, partindo de um ponto a montante da alfandega, seguia em linha recta até à Ribeira das Naus, deixando dois grandes caes salientes para desembarque, com escadas, um em frente da alfandega e do Jardim do Tabaco, outro em frente do paço real. Continuando em dois alinhamentos rectos até defronte do largo da Esperança (Santos), estabelecia ao longo d'elle uma avenida com novas habitações, creando uma larga praça com uma igreja parochial, a qual seria no

terreno hoje occupado pelo jardim de Santos até à Avenida D. Carlos, e tendo ao centro um chafariz monumental. Ao meio teria este terrapleno um caes saliente para o rio, com escadas, além de outros pequenos lanços de escadas ao longo de todo elle. Antes de chegar áquella nova praça havia uma doca com communicação para o Tejo, e naturalmente destinada aos barcos do rio.

Continuando ainda o caes em alinhamentos rectos com escadas exteriores, acompanhado da mesma avenida arborizada e com uma faixa lateral de terrenos para edificações, depois de dobrada a rocha de conde de Obidos tinha começo um pouco mais abaixo um canal, que deixava para o lado do S., isolado de terra, o novo arsenal de marinha. Para o N. conservava-se uma caldeira, que parece já existia em frente do baluarte do Sacramento, e um novo bairro com ruas, praças e até com uma igreja. O arsenal tinha dos dois lados duas caldeiras para a mastreação e seis carreiras de construcção, e em toda a extensão um novo renque de armazens e officinas ao correr com o canal. Para jusante e ao fim do referido canal havia ainda uma doca chamada Caldeira, destinada a estaleiros, seguindo d'ahi para baixo o caes, pouco mais ou menos pelo limite da preamar, e deixando por fóra d'elle um forte que avançava sobre o rio em frente da chamada quinta do saldanha, bem como umas casas denominadas da Viscondessa, em frente do forte da estrella, e creando uma praça fronteira ao palacio real de Belem. Ao centro d'esta praça havia um caes saliente e com escadas, semelhante ao caes das Columnas" (36).

Salvaguardando as tradicionais funções da Boavista - armazenagem de bens, recolha das embarcações - Carlos Mardel previa articulá-la numa avenida arborizada, para uma circulação mais qualificada, e implantar-lhe zonas residenciais ordenadas a partir de uma praça, monumentalizada por equipamentos específicos: um chafariz, símbolo de civilidade, uma igreja, como imagem fundadora da sacralização de um sítio, até então não apropriado pela História. Que o espaço dessa praça viesse a manter-se, no projecto de mais de um século depois, como eixo fundamental de distribuição (o Jardim de Santos e a entrada da Avenida D. Carlos), sugere quanto os sentidos possíveis de crescimento de uma cidade não são nunca um conjunto infinito de possibilidades mas a resultantes complexas de memórias e pertinências funcionais, longamente cimentadas.

Este esplendoroso projecto, como outros elaborados por Mardel para a Lisboa joanina (37) não teve sequer início de realização, devido à opção por Mafra e à longa doença do monarca. E apesar de conservado, não inspirou nenhum dos engenheiros ou

arquitectos que, a partir de 1840, se vão debruçar sobre o Aterro. Mas o que irá ser elaborado aproxima-se, em termos de utopia de projecto, muitas vezes da conceptualização de Mardel. Mas, na falta do suporte absolutista que D. João V e o Marquês de Pombal imprimiram às suas obras, o realmente executado afasta-se definitivamente de uma ideia coerente e grandiosa. Confirmando mais uma vez que, pelo menos em Lisboa, os fracos tempos políticos nunca possibilitaram realizações significativas.

Continuando a seguir Artur Loureiro, há a registar uma fase intensa da ocupação das praias da Boavista, no início do século XIX, facilitada pelos "assoreamentos" que se faziam sentir "na margem direita do Tejo, em frente da cidade, difficultando já os embarques e desembarques, e impossibilitando muitas vezes a a acostagem aos caes, mesmo a pequenos barcos de navegação interior" (38).

Aproveitando esta evolução natural do recuo do rio, a Câmara, pressionada pelos interesses de comerciantes e industriais, e também para aumentar os seus proventos, realizou numerosos aforamentos, quase sempre estreitíssimos lotes, dispostos em fiadas adjacentes, que, sem norma, iam aterrando os lodos da margem (**Fig.142**). Em 1823, iniciou-se uma tentativa fruste de ordenamento, através da abertura de três "boqueirões", mais ou menos paralelos entre si mas confluindo para o rio, que, no projecto assinado por Malquias Ferreira Leal - e é esta a primeira vez que registamos o seu nome, como Architecto da Cidade - aparecem, emblematicamente designados por Rua da Constituição, substituindo a do Cais do Tojo, e da Regeneração (**Fig.143,1.**). O fim do breve primeiro período liberal comprometeu a intenção, adiando por vinte anos, tomadas de decisão.

De facto, só a partir do final da década de 1840, a zona da Boavista adquire movimento expansionista, acompanhado de alguns melhoramentos municipais, por exemplo a reforma do Mercado, centro vital do abastecimento da cidade, a inauguração do Chafariz do Largo de S. Paulo, 1849, prospecto pombalino alterado por Ferreira Leal, o calcetamento deste Largo e da Praça dos Remolares ou a instalação das abegoarias e

oficinas municipais. Em 1847, a Junta liquidatária das extintas Companhias do Grão Pará e Maranhão propunha a abertura da rua "ao lado da Moeda", depois Rua Ocidental da Moeda, que, segundo as memórias de Júlio de Castilho "era inundada de água e ainda me recordo de ver fragatas de carga ao longo de tal boqueirão" (39).

Foi nestes anos que Pezerat, antes ainda de assumir as funções de Engenheiro da Câmara, elaborou um primeiro projecto "para se construirem docas e caes desde a praia da Boavista até á de Santos" (40), esboço da questão do novo porto de Lisboa, que seria apropriado pelo conde de Claranges-Lucotte.

Este, em 1854, obtinha "a concessão do camininho de ferro de Cintra, e juntamente os terrenos que conquistasse na margem direita do Tejo, para ahi construir docas e aformosear esta praia até Pedroiços, onde haveria um grande estabelecimento de banhos" (41). Tal adjudicação, revelando, como acontecera com a cabralista Companhia das Obras Públicas, que mesmo a Regeneração não desistia de tentar atrair os investimentos privados para o fomento das obras públicas, criará sucessivos impasses à concretização do Aterro, até ser rescindida em 1861. Entretanto, o Governo tomava finalmente o projecto em mãos, na sequência dos terríveis surtos dos anos de 1856 e 1857 (42).

O assunto foi discutido na Câmara dos Deputados em Julho de 1858, tendo-se chegado a admitir a hipótese de permitir aos muitos particulares, que ali haviam construído "fabricas de imenso valor e em virtude de contratos sancionados por todas as leis" (43), a autorização para "fazer o aterro à sua própria custa". A decisão final, mais realista, considerava "tornar-se indispensável, antes da estação calmosa, a construção de um aterro sobre a margem do Tejo desde o boqueirão da Moeda até à praia de Santos afim de evitar os prejuízos que causam à saúde pública as emanações do lodo infecto que, naquela praia, fica exposto à acção do sol durante a baixa-mar" (44), ordenando "ao engenheiro Vitorino Damásio, Director do Instituto Industrial, que faça proceder à execução da mencionada obra", "em forma de cais e na direcção proposta pelo Conselho de Obras Públicas".

Segundo Júlio de Castilho (45), aquele engenheiro solicitou a "coadjuvação do Município", na pessoa de Pezerat, tendo a construção do primeiro troço do Aterro - "sustentado do lado do Tejo por um muro de alvenaria com catorze linguetas ou rampas para embarque e desembarque" (46) - sido concluída ainda durante o ano de 1858, no meio de grande oposição dos proprietários da zona que pretenderam juridicamente provar os direitos adquiridos sobre o solo, em virtude dos acordos celebrados com a Câmara (47). Alguns desses proprietários haviam avançado sobre o rio com muros, armazéns, grandes cais e tinham encalhado embarcações, no prolongamento deles, para servirem de depósitos de madeiras. Por isso, a margem apresentava muitas saliências, o que provocava "depositos infectos" que estavam na origem da grave insalubridade de toda a envolvência.

Havia, no entanto, uma visível relutância em encarar drasticamente a resolução destes problemas. Assim, ainda em 1858, o Conselho de Obras Públicas se debatia entre a necessidade de prolongar o "Aterro da Moeda para o Cais do Sodré e o desejo de aí manter "aquelas reentrâncias" para os barcos de pesca poderem continuar as fainas tradicionais. O mesmo sentido conservador tinham as recomendações de que deveria "conservar-se e melhorar-se os abrigos para pequenos barcos na Moeda e no Cais do Tojo", implantar-se docas na praia da Moeda e Forte de S. Paulo ou construir-se um molhe junto das escadas da Ribeira Nova para abrigo dos ventos (48). Ou seja, o Aterro era entendido como uma melhoria da comunicação da cidade com o Rio (**Fig.144,1-3**), "assegurando em quase toda a parte um desembarque cómodo e seguro, com grande lucro para a maior parte dos prédios", sem se compreender o que de facto se estava iniciar: uma ruptura definitiva de usos antiquíssimos que iria isolar toda aquela frente de Lisboa do contacto operativo com o Tejo.

Por Portaria de 18 de Abril de 1859, as obras de continuação do Aterro transitaram para a Câmara Municipal, com a promessa, irregularmente cumprida, de o Governo pôr à sua disposição uma consignação mensal de 25 000$000 até 800 000$000 que obrigava também à renovação das canalizações da cidade. A partir de então, os trabalhos

executados seguem, no essencial, em termos de rasgamentos, a Memória descritiva de Pezerat de 9 de Setembro de 1858 (49) que propunha a *"abertura d'uma rua nova entre a Praia de Santos e a Rua das Janellas Verdes"* (actual Ribeiro Santos), para a qual apresentava os respectivos estudos técnicos com a avaliação das expropriações a realizar; esta nova rua devia articular-se, sobre o Aterro da Boa Vista com *"a primeira rua parallela á antiga rua da Boa Vista (...) seguindo a rua nova do Caés do Tojo até até ao Caés da moeda e a Ribeira Nova"* (actual Rua D. Luís). Todos os *"boqueirões actuaes* (seriam) *convenientemente alargados"* para facilitar *"communicações commodas entre este Bairro regenerado e as antigas ruas de S. Paulo e da Boa Vista"* e, sobre *"a segunda parallela com o Caés novamente atterrado* (a então ainda não designada Avenida 24 de Julho) *formará uma linha recta de quarteirões de quarenta metros de fundo, para a edificação de edifícios regulares e monumentaes, cuja frente principalmente sobre o novo Caés appresentarão uma continuação de arcadas com dois andares por cima"*, enquanto os quarteirões interiores lhe pareciam *"sufficientes para as precisões dos estabelecimentos industriaes que tem invadido este Bairro sem previsões nem regularidade"*. O seu objectivo final era apresentar *"esta parte da Cidade" "como a mais aceiada da Capital, substituindo as estacarias e os charcos que até hoje desfeiarão este primeiro plano do bello amphiteatro de Lisboa, e atterarão a sua salubridade"*.

O projecto alargar-se-á para oriente, com o prolongamento do aterro sobre o Cais do Sodré, decidido em 1865 (50) e adquirirá a sua primeira marcação de "aformoseamento" (o segundo e último será o ajardinamento da praia de Santos) com a proposta do vereador J.C. Nunes, 1862, para "que no Aterro da Boa Vista, no terreno que confina a norte com a Casa da Moeda, a sul com o Tejo, a nascente com o forte de S. Paulo, a poente com a Rua 24 de Julho se forme uma praça que seja denominada D. Luís I" (51).

Pezerat foi encarregado de desenhar esta nova praça, mas o seu projecto denotava a dificuldade de assumir a Avenida 24 de Julho como frente urbana, pensando-a a partir do alinhamento fundamental que era a Rua Direita de S. Paulo (e também dos

condicionalismos edificados) o que provocava uma desastrosa angulação sobre o Aterro (**Fig.144**).

Críticas mordazes que então foram publicadas sobre o conjunto das obras em curso, referindo-as como "um jogo de linhas paralelas convergentes à semelhança das espinhas de um bacalhau" (52), terão pressionado a correcção do desenho do engenheiro da Câmara, substituído por uma praça rigorosamente rectangular, isolada da envolvência para privilegiar o palco da nova avenida(**Fig.145,1.**). O seu ajardinamento, decidido em 1870 (53), devia seguir o "estilo do Principe Real", todavia sem "lagoas, porque embora trouxessem um grande aformoseamento eram dispendiossíssimas", mas viria a ser mais geometricamente organizado a partir da colocação da estátua ao Marquês de Sá da Bandeira que a centralizou (54).

Se, em termos urbanísticos, o Aterro teve coerência programática, submetida, no entanto, aos interesses das pré-existências que determinaram a criticada figura "da espinha de bacalhau" (**Fig. 146**), na componente arquitectónica, prevista por Pezerat e desejada pela Câmara, ele foi um retundo fracasso.

De facto, nunca se resolveu a contradição entre o pretender-se mantê-lo como "verdadeiro bairro industrial" (55), que já era, e a pretensão de nele fazer "habitações saudáveis com grandeza decorativa, boas linhas arquitectónicas e boas disposições internas com dimensões amplas e regulares afim de se atender á boa higiene dos novos prédios", a implantar "em quarteirões com grandes logradouros centrais formando pátios, jardins, etc" (56). A primeira componente manteve-se e rapidamente começou a estender-se sobre a nova frente da Avenida, a segunda teve apenas uma modesta realização sobre os jardins de Santos e da Praça de D. Luís, preenchidos com um módulo de prédio urbano, desenhado já talvez pelo arquitecto Domingos Parente da Silva que sucedeu a Pezerat (**Fig.146,1.-6**).

A sua matriz é ainda pombalina, actualizada ou banalizada por uma espécie de geometria amável, o ritmo repetido dos balaustres de ferro forjado, as ténues marcações das molduras de cantaria, mísulas, pilastras adossadas ou saliências das cornijas e águas furtadas. Nestes acentos decorativos, sobretudo nas coberturas azulejadas e na redução

global das volumetrias, manifestava-se um pragmatismo utilitário que nenhuma articulação estabelece nem com as propostas iniciais de Pezerat nem com as realizações mais cenográficas que, nesses mesmos anos, Cinatti e Rambois propunham em áreas mais nobres da cidade. Fundamentalmente, estes prédios revelam a modéstia dos investimentos e a situação adquirida de que o aterro da Bela Vista conduzira à operacionalição da zona e da circulação na zona baixa da cidade, substituindo o Rio pela Avenida 24 de Julho e respectivas incidentes, mas falhara como intenção de requalificação imagética.

Em termos da memória de Lisboa, esta não resolução mantinha orgânicos sinais do velho sítio, atravessado de boqueirões por onde o Tejo avançava ao ritmo das marés, gerando à volta uma intensa vida de cargas e descargas, de armazéns e cais improvisados, alimentados também por pequenas indústrias artesanais. Assim se legava ao futuro - exactamente o nosso - uma herança contaminada que, ao contrário do que então se desejaria fazer, já não poderá ignorar a História ali acumulada: o Aterro era, na crónica da época, dois jardins e a Avenida 24 de Julho - com "uma linha de arvores e outra de candieiros de gaz em todo o seu comprimento, que é de 1160 m, por 20m de largura" (57) - mas o que continuava a impressionar os contemporâneos, ainda em 1891, representava-se na "extraordinária vida do cais, com os seus figurantes próprios, gente que vive do rio e tipos de indústria marítima" que se movimentavam nos "armazéns e estâncias de madeira" (58). Ou seja, a velha Lisboa sobrevivia, quase intacta, aproveitando a maior salubridade do bairro e a sua circulação mais operativa mas não transigira, senão superficialmente, ao seu "aformoseamento".

Neste contexto, eminentemente casticista, entende-se a reclamação do Conde de Sobral e de José Street de Arriaga *"contra a largura dos passeios da Praça dos Remulares"* (**Fig.147,1.**) que Domingos Parente da Silva informa em 1868 (59) afirmando não conhecer *"disposição alguma que regule a largura dos passeios em frente dos predios, e que aquelles que se estão construindo na Praça dos remulares são mais estreitos que os dos boulevards de Paris"*... Esta espantosa resposta, confirmando a desadequação característica dos responsáveis pela cidade, tinha como fundamento o facto de o arquitecto entender que naqueles passeios, *"com a largura de dez metros"*, podiam-

se *"pôr de verão bancas fóra das casas para se tomarem refrescos ao ar livre"*, mais uma vez *"como acontece em Paris"*.

Não admira por isso que o aterro não satisfizesse ninguém, a não ser os proprietários que dele beneficiaram, e que, ao mesmo tempo que se programava a sua extensão até Alcântara (60), só executada, depos de correcção, por Ressano Garcia, se continuasse a sonhar com o tratamento cenográfico da frente ribeirinha.

É esse o sentido do projecto de Thomé de Gamond, apresentado em 1870, no âmbito das sucessivas propostas para a construção do porto de Lisboa (**Fig.148**). Deslocado este para a a zona oriental da cidade, a zona do Aterro ocidental aumentava desmesuradamente, do Arsenal da Marinha a Alcântara, de modo que a Avenida 24 de Julho se confundia já com a velha cidade, articulando-se com a nova através de uma rede cenográfica de transversais e rotundas, implantadas sobre o rio, ao longo do qual, de Santa Apolónia a Alcântara se estendia um ortogonal boulevard, a *Grande avenue du Tage, Promenade Publique*. No seu limite, abria-se a imensa *Prairie d'Alcantara*, à ilharga da respectiva Ribeira, transformada em lago natural. Este belíssimo desenho, utópico mas racional, era naturalmente um repto fantasmático que, no entanto, representava bem os desejos e frustrações da contemporânea Geração de 70, sonhando para Lisboa a grandeza de Paris. Hoje ainda, vale a pena olhá-lo como imagem provocatória do que, entretanto, Lisboa continua incapaz de fazer. Na época, ninguém nele se deteve mas, em 1906, "considerando que o espectáculo oferecido pela capital a quem desembarca do aterro é um insulto à higiene, à estética e oa patriotismo" (61), propunha-se "que a Câmara estude um plano pombalino do futuro cais". Era o projecto não pombalino mas joanino de Carlos Mardel...

7.3.3. O plano geral de melhoramentos

No final de 1863, a Câmara Municipal de Lisboa representava mais uma vez à "Câmara Legislativa" (62) sobre "as principais necessidades e melhoramentos de que

tanto carece a capital do Reino". Trata-se de um enunciado desordenado que vai da necessidade de reconstruir os Paços do Concelho na Praça do Pelourinho, "porque não o pode ser nas praças mais importantes do Comércio ou de D. Pedro", às novas ruas projectadas, à requalificação de zonas particularmente degradadas - "Alto do Longo, Fontainhas de S.ta Bárbara, Colleginho e freguesia de S. Lourenço"- ou à já referida intenção da "construção completa do Bairro da Alfama". Menciona-se também a necessidade de três novos mercados, em Santa Clara, Praia de Santos e Igreja da Estrela, "lado sul", de "lavadouros e banhos públicos" e, "para embelezamento da cidade, a abertura de uma ampla avenida que continue do Passeio Publico em linha continua até à Circunvalação". Este último projecto vinha sendo enunciado sistematicamente desde 1859, quando fora pela primeira vez formulado pelo então Presidente da Câmara Júlio Pimentel (63).

O teor não programático destas necessidades estava em plena continuidade com a gestão anterior da Câmara mas era simultaneamente acompanhado da interpelação ao Ministério das Obras Públicas para que "se faça um «Projecto de melhoramentos»" (64). Ora desta vez o Governo, que acabara de promulgar legislação mais eficaz sobre demolições (65), acede àquela pretensão, *"em conformidade com o artigo 34 do Decreto de 31 de Dezembro de 1864"*, impossando uma *"Commissão"* para elaborar *"o plano geral de melhoramentos da capital"* (66) e solicitando à Câmara Municipal que *"indique o nome do Engenheiro que propõe"* para a integrar. Proposto o nome de Pedro José Pezerat, a Comissão estava instalada *"desde o 1º de Junho de 1865"* (67) compreendendo, além daquele, o engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, que presidia, o arquitecto J. Possidónio Narciso da Silva e o Dr. Guilherme da Silva Abrantes, como vogal de Saúde Pública (68). Em 1867, o Ministério de Obras Públicas informava que *"logo que o plano for apresentado o Governo resolverá sobre a sua execução (...) podendo a Camara durante a elaboração do plano entender-se com a Commissão, pelo seu respectivo delegado, sobre quaes os trabalhos e estudos a que tenha de proceder com relação ao Municipio, na intelligencia de que na data de hoje se recommenda à*

Commissão que dê o maior desenvolvimento aos trabalhos que lhe estão commettidos" (69).

Apesar deste enunciado de boas intenções, a Comissão havia de ser rapidamente extinta, segundo o Vereador Viana (70) "em virtude de reformas no Ministério das Obras Públicas", "constando-lhe" "que tinha alguns trabalhos elaborados, ainda que lutara com dificuldades resultantes de não haver uma planta topográfica em escala conveniente para tais estudos". Mas, considerando que "hoje porém esta planta existe publicamente", propunha que se nomeasse "novamente a comissão", composta de vários vereadores e de um "engenheiro" "para se ocupar dos trabalhos extraordinários que a Câmara vai realizar, servindo temporariamente no impedimento do Sr. Pezerat". Este morreria no ano seguinte, em 1872, e até à admissão de Frederico Ressano Garcia, em 1874, nada seria de facto realizado em termos de "melhoramentos".

Ao tempo das expectativas criadas com o Decreto de 1864, já Pezerat havia elaborado um estudo sobre a questão de que infelizmente não chegou até nós a memória descritiva, que talvez o acompanhasse, mas tão só uma enorme planta sem qualquer legendagem, além da designação de algumas ruas e equipamentos e do título geral *"Projecto de rectificação e alargamento de ruas"* **(Fig.149)**. Embora não assinada, não tenho qualquer dúvida àcerca da autoria, em primeiro lugar pelas suas características arrojadas, que só àquele engenheiro podem então ser atribuídas, mas também por a ter localizado, antes da sua inventariação pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, num maço que até então passara desapercebido a outros investigadores, designado a lápis "Antes do incêndio" reunindo vários outros desenhos de Pezerat, alguns deles assinados.

Deve, no entanto, admitir-se a possibilidade desta planta não ter sido realizada antes do incêndio dos Paços do Conselho de 1863 que, segundo as próprias palavras de Pezerat, "ait dévoré toutes ces études" (71), elaborados "dans mes soit-disant élucubrations de projectiste infatigable". Embora, em 1865, na brochura que acabei de citar, ele afirme que lhe ficara "le programme générale" - e poderíamos pensar que se

tratava desta planta ou seria a sua memória descritiva? - acrescenta logo a seguir que "d'ailleur j'ai pu déjà rétablir en partie l'étude de 25 à 30 kilomètres de rues nouvelles, de places, squares et édifices publics, qui avait été l'object de mes travaux jusqu'à l'incendie". Ora, faltando-lhe a componente arquitectónica, esta planta é muito exactamente "um estudo de ruas novas" cuja extensão total deve andar próxima dos valores que ele indica. Mas quer seja o primeiro estudo ou a sua cópia mental, ela deve responder, ou ter sido suporte, da proposta já referida do Presidente da Câmara de 1859, enunciando o desejo "para se estudar a abertura de uma Avenida que seguisse do Passeio Público, pela parte inferior do Salitre e pelas terras do Vale de Pereiro até S. Sebastião da Pedreira e Campo Pequeno".

Sem ir tão longe, o plano de Pezarat apresenta, como eixo mais destacado uma avenida que teria 36 metros de largo, segundo inscrição a lápis sobre o seu eixo (recorde-se que a recente 24 de Julho tinha 20 metros), arrancando do extremo oriental do Passeio Público, à entrada da Rua das Pretas, e desenvolvendo-se num alinhamento ortogonal, em inflexão para oriente, até ao troço final da Travessa da Nataria. Aí, sensivelmente no cruzamento actual da Alexandre Herculano com a Avenida da Liberdade, abria-se uma enorme praça rectangular onde confluía uma artéria vinda directamente do Largo do Rato e arrancavam para norte três ruas, dispostas em incipiente leque, a primeira das quais voltava para leste, em direcção ao Andaluz, e as outras avançavam para norte, talvez a meio do que seria o futuro Parque Eduardo VII, até encontrarem o prolongamento da muito alargada Travessa da Légua da Póvoa.

Sem nenhuma intervenção na parte oriental da cidade, registada apenas até à Rua de Santa Marta, na zona ocidental outras intervenções eram previstas: a abertura de um rasgamento no jardim da Escola Politécnica que, antes do cruzamento com o Salitre, inflectia para sul até à Praça da Alegria e, para norte, ia encontrara Travessa de S. Mamede, alargada, formando nova praça quadrangular donde saía também uma rua para a Avenida principal, sensivelmente no futuro cruzamento da Barata Salgueiro com a Rodrigo da Fonseca que, aliás, aparece também delineada com orientação coincidente à do plano de Ressano Garcia.

Apesar da falta de aparato técnico, quer quanto às linhas de nível, quer à avaliação das pré-existências, este projecto de Pedro José Pezerat deve ser considerado o antecedente daquele plano. Se diverge dele, nomeadamente pela orientação da futura Avenida da Liberdade, apresenta coincidências assinaláveis, como seja a criação de polos distribuidores alternativos, a partir do Rato - o cruzamento das actuais Alexandre Herculano com a Brancamp está assinalado, bem como o desenho das duas ruas - e do Salitre, donde faz arrancar as futuras Rodrigo da Fonseca e Barata Salgueiro. Previa ainda mais um eixo de articulação da Politécnica com a Praça da Alegria que nunca se abriu, mas viria a ser orçamentado pela Repartição Técnica de Ressano Garcia.

Não creio, no entanto, que este arrojado projecto tivesse sido utilizado pelos sucessores de Pezerat. Mas ele confirma que a futura expansão da cidade estava organicamente implícita no seu próprio corpo. O engenheiro conhecia-o profundamente, como evoca a memória vivida de Júlio de Castilho:

> "Conheci mui de perto este simpático velho, engenheiro francês distintíssimo, alma de poeta e coração admirável. Travámos relações estreitas, que nem a morte dele conseguiu interromper!
>
> Lembro-me bem de o ouvir falar na sua ideia fixa, os melhoramentos da grande Lisboa. Imaginava com explendor, traçava com magnificência, revelando sempre a sua índole entusiástica e desenhavam as suas mãos senis e gotosas com raro primor e nitidez.
>
> Era um artista em toda a extensão da palavra, um artista grande! e sentia-se acanhado entre as peias das economias municipais.
>
> Amava estes torrões e esta gente como se fosse nosso pelo nascimento; e se o tivessem deixado executar o que planeava, teríamos hoje muitas e belíssimas praças, muitos monumentos, muitas comodidades que nos faltam (para nossa vergonha salutar o estou dizendo) (72).

Estas palavras comovidas, e sem dúvida justas, traçam bem o perfil do homem que os lances políticos da época trouxeram a Portugal, acompanhando o percurso aventuroso de D. Pedro IV. Era de facto um artista Pedro José Pezerat, ultrapassado em 1865, quando procura adequar-se a novos dinamismos, nomeadamente no que diz respeito às canalizações e abastecimento de água da cidade, mas que captara em Paris, aquando da

sua visita nos anos de 1850, para estudar a sua "administração municipal" (73), o fulgor da expansão urbanística moderna. Faltou-lhe o tempo certo, o pragmatismo tecnicista de Frederico Ressano Garcia, a sua autoridade e influência política. Por isso, sob as manchas algo informes das imensas praças ideadas, é a figura do romantismo que se revela, não no culto do passado que habitualmente a conota mas na ânsia juvenil de futuro que também a caracteriza. Sem chão seguro nem instrumentos apropriados, apenas pelo desejo de fugir aos constrangimentos do presente, projectando utopicamente a herança para os tempos vindouros.

Na já referida *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements* de 1865, escrita, como ele próprio afirma, *"para justificar a Camara Municipal e assim como seu Engenheiro de todas as inculpações que nos dirigem diariamente nos jornais de não fazermos nada em estudos e trabalhos"* (74), num momento em que pareciam surgir novas expectativas de investimento urbano, nomeadamente à volta do construção do porto de Lisboa que a sua doença não permitia acompanhar, Pezerat recorda as obras municipais entretanto realizadas e descupabiliza o Governo "dans le retard où se trouve Lisbonne dans ce progrès d'améliorations qui se manifeste depuis 15 ou 20 ans dans les principales capitales" porque tivera antes de mais de "s'occuper des routes ordinaires et des chemins de fer", o que conduzira "non seulement (à) épuiser les revenus de l'Etat, mais encore (à) contracter des emprunts".

Mas agora acreditava que seria possível implementar os trabalhos municipais, com o apoio de "compagnies d'entrepreneurs", no sentido de tornar Lisboa "le plus grand entrepôt commercial de l'Europe". Por isso, se ocupa longamente da questão do porto - "Il faut commencer par construire de vastes docks fermés et entourés de magasins" que, na sua opinião, deveriam ser erguidas em Santos, "vis à vis le centre de la ville, en face du quartier industriel" - embora, sem grande ordem, passe depois à questão dos esgotos, com a sua velha proposta "du système le plus perfectionné de lieux d'aisance (retretes) qui doit être de toute nécessité mobile, inodore et séparateur" já então ultrapassado (75), para se deter na "foule d'édifices publics" que faltava em Lisboa - sedes da Câmara Municipal e do Ministério do Reino, palácio de justiça, Academia de Belas-Artes,

biblioteca pública, mercados, prisão, escolas primárias e secundárias, um banco, banhos e lavadouros - e, finalmente, a construção de "nouveaux quartiers", segundo normas higiénicas, com edifícios apenas de dois andares, abertos nas suas quatro fases e separados por pátios e jardins, obedecendo a um plano geral "au moyen du quel on puisse mettre de l'ordre et de l'harmonie dans tout cet ensemble".

Para executar esta extensão da cidade, parecia-lhe indispensável recorrer-se ao investimento de companhias imobiliárias, a exemplo do que se fazia em Paris cuja municipalidade "a su organiser pour mener à bonne fin, dans l'espace de 12 ans, c'est-à-dire depuis le régne de Napoléon III, les travaux les plus gigantesques qui aient jamais été entrepris, avec un ensemble, une prévoyance et un ordre admirables".

Embora nunca refira explicitamente a localização dos novos bairros, é evidente que Pezerat os pensa na envolvência norte da cidade, ladeando a rede de novas vias que propusera a partir do *boulevard* do Passeio Público, de modo a normalizar a velha cidade onde "les anciens quartiers, da *Baixa* et celui à construire sur les bords du Tage, resteront pour le commerce, le Bairro Alto pour la classe moyenne et celle des petits employés; enfin Alfama pour les classes pauvres". Era, de acordo com o Plano que analisámos, a primeira proposta, embora incipiente, das futuras "Avenidas novas". Termina com uma sugestão programática: "Pour étudier, projecter et fiscaliser tous ces travaux qui sont du ressort de l'architecture civile, le ministère des travaux publics doit former une section (répartição) d' architectes de talent et d'expérience,organisée hiérarchiquement", porque lhe parecia um grave erro "de subordinner les architectes aux ingénieurs".

O seu tempo chegava ao fim e, ao contrário do que lhe parecia possível, seria a Câmara Municipal a encarregar-se do plano, sem ter conseguido atrair investimentos particulares, e sob o controle férreo do engenheiro Frederico Ressano Garcia. Este teve o mérito de chamar para junto de si o jovem José Luís Monteiro, também recém-chegado do estágio parisiense, mas nunca lhe permitiu pensar arquitectonicamente o território dos novos rasgamentos. As consequências desse "urbanismo de grau zero" (76) legaram ao futuro uma espécie de arquitecturas efémeras sem possibilidade de resistência, o que dá uma ética razão póstuma ao engenheiro-arquitecto do meio do século.

Antes que chegasse o tempo destas profundas transformações, a nova vereação, eleita no começo do ano de 1872, tomava decididamente em mãos um fragmento da intenção do plano, tornando a "questão do boulevard" o facto por excelência do seu exercício, através da coragem e empenho do então ainda vereador José Gregório da Rosa Araújo. Este "desejo do boulevard", sem contexto integrador nem legislação apropriada às difíceis expropriações a realizar (77), foi um último gesto romântico da Câmara Municipal que, logo em 1874, seria retomado pelo pragmatismo técnico de Ressano Garcia. Só então nasceria a Lisboa moderna...

Notas

1. Em 1849, o deputado Assis de Carvalho propunha, em alternativa à obra do Arco da Rua Augusta, o saneamento da ribeira de Alcântara que afectava "todos os annos, termo medio, no numero de 150 (habitantes), de febres intermittentes e continuas, conforme as estatisticas officiaes que se podem consultar", acrescentando: "Hoje quem é Facultativo, e mesmo quem o não é, conhece que o foco desta epidemia, que reina com mais intensidade nos mezes de junho a outubro, está nas agoas estagnadas que existem n'aquella ribeira" in *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, nº 16, 21 de Maio de 1849, pag. 340-341.

2. OLIVEIRA, Freire de, 1887, tomo I, pag. 502.

3. O carácter genérico desta Dissertação, cuja personagem principal é Lisboa, não me permitiu desenvolver a biografia das várias personalidades que nela vão intervindo. No caso de Pezerat, que deverá ser objecto de indispensável monografia, é necessário pelo menos registar a importante actividade de arquitecto que ele desempenhou no Rio de Janeiro. Por se tratar de uma zona estranha ao meu trabalho, permito-me transcrever apenas o *Dicionário brasileiro de artistas plásticos*, coordenado por Walmir Ayala, Brasília, 1977, vol. 5, pag.s 393-394: "Foi o autor da radical transformação feita no Palácio da Boa Vista, em S. Cristovão no Rio de Janeiro, tendo construído o segundo corpo do mesmo e traçado seus primeiros jardins. Também são de sua autoria os melhoramentos introduzidos na antiga propriedade rural dos padres, existente no sertão carioca e que a transformaram na Imperial Fazenda de Santa Cruz, local de recreio campestre do nosso primeiro imperador. Atribui-se-lhe, outrossim, o projecto do edifício da Academia Militar, erigido no Largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, em linhas neoclássicas. É-lhe ainda atribuída a autoria do solar da Marquesa de Santos, nas proximidades do palácio da Boa

Vista, em S. Cristovão, Rio de Janeiro. Provavelmente, é também autor do projecto do Palácio da Duquesa de Cadaval, que ficava no actual bairro carioca das Laranjeiras (...)".

4. *Archivo Municipal*, 18 de Fevereiro de 1861 (intenção de utilizar, "dos fundos abonados à Câmara", "o que for necessário (...) para o arranjo e arborização do terreno na Rua nova de S. Mamede fronteiro ao palácio Penafiel"); 30 de Março de 1865 (apresentação do projecto "de desaterro e embelezamento"); 8 de Setembro de 1867 ("Escolhida a proposta de J.P. Collares para a construção da grade de ferro a colocar na cortina da rampa ao cimo da Calçada do Conde de Penafiel").

5. *Idem*, 21 de Janeiro de 1861 (Entregue "no cofre do Municipio a quantia de 283$780 rs. afim de se começar desde já, debaixo da inspecção da Camara a construção de uma grade em roda do respectivo jardim"); 22 de Setembro de 1879 ("Orçamento para melhoramentos no Campo dos Mártires da Pátria"). A alteração da designação de Campo de Sant'Ana para Campo dos Mártires da Pátria foi proposta em 5 de Junho de 1879.

6. *Idem*, 17 de Setembro de 1863, 27 de Outubro e 3 de Novembro de 1870.

7. AHCML, *SGO*, Cx. 125, Proposta do Vereador J. Tedeschi, 28 de Janeiro de 1861.

8. Ver cap.6,pag. 298 e seguintes

9. *Annaes do Municipio de Lisboa*, 28 de Maio de 1858, pag. 197.

10. *Idem*, 25 de Outubro de 1859, pag. 475.

11. Refere-se Pezerat à *Carta topographica da cidade de Lisboa*, levantada na escala de 1: 1000, sob a direcção de Filipe Folque, entre 1856 e 1858, reeditada, em formato reduzido mas respeitando as sucessivas folhas, pelo Instituto Português de Cartografia e Cadastro, 1995.

12. AHCML, *SGO* , Proposta do vereador G. Santos, 17 de Setembro de 1866.

13. *Archivo Municipal*, 24 de Dezembro de 1863.

14. PEZERAT, 1865, pag. 17.

15. *Diário de Lisboa*, nº 62, 19 de Março de 1863.

16. *Archivo Municipal*, 8 de Abril de 1864.

17. *Idem*, 31 de Março de 1864.

18. Sobre estas iniciativas, que decorrem fora do período estudado nesta dissertação, ver *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*. Lisboa, CML/FCG, 1989, nomeadamente o meu artigo , com o mesmo título, pag.s 33-34.

19. Ver, sobre este assunto a obra fundadora de Maria João Madeira Rodrigues, *Trandição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*. Lisboa, 1979.

20. SANTA RITA, Guilherme Augusto, *Habitação do operário e classes menos abastadas*. Lisboa, Typografia da "Gazeta de Portugal", 1891, pag. 73-74, extracto publicado em Ribeiro, Isabel, CUSTÓDIO, Jorge, SANTOS, Luísa, *Arqueologia Industrial do bairro de Alcântara. Estudo e materiais*.Lisboa, Companhia Carris de Ferro de Lisboa, 1981, pag. 53-54.

21. *Sessões da Camara Municipal de Lisboa*, 24 de Outubro de 1838, pag. 150v.

22. *Annaes do Municipio de Lisboa*, 8 de Outubro de 1858, 12 e 28 de Abril de 1859.

23. AHCML, SGO, Cx. 125, *"Avaliação das expropriações dos terrenos e predios comprehendidos desde a Ermida de Nossa senhora da Guia até ao Largo do Intendente..."*, 2 de Maio de 1859.

24. *Archivo Municipal*, 1 de Agosto de 1864 ("Aprovada a expropriação para alargamento da Rua das Atafonas em continuação à da Palma, fazendo também frente para a Rua de S. Vicente à Guia").

25. *Idem*, 20 de Janeiro de 1862.

26. *Idem*, 27 de Março de 1862.

27. *Idem*, 4 de Novembro de 1869, Proposta do vereador Vaz Rans.

28. *Idem*, 5 de Agosto de 1861 ("A estrada que vai do portão da quinta velha ao fim da Travessa do Pintor até à estrada das terras d'Arroios está intransitavel. Actualmente é muito concorrida por diferentes cavaleiros e mesmo por El-Rei que diariamente vai ver as obras do Hospital que se está construindo na referida Quinta Velha. Proponho a obra de calçada no lugar indicado").

29. *Idem*, 29 de Novembro de 1866, 24 de Agosto de 1868, 25 de Janeiro de 1869 ("Nomeação do vereador Albuquerque (...) para em presença do Comandante interino da escola do exèrcito, architecto da Camara e mestre geral das obras municipais se fazer a entrega do terreno necessario para alargamento da Travessa do Pintor"), 5 de Fevereiro de 1869 ("Pedida a comparencia de D. Luis Lencastre e Antonio Sá Pereira Sampaio Osorio e Brito proprietarios de uns terrenos ao poente da rua nova que ha-se substituir a Travessa do Pintos, para serem expropriados"), 8 de Julho de 1869 ("Planta para a continuação da Travessa do Pintor até á Circunvalação") e 14 de Fevereito de 1870 ("Aprovada a expropriação a Antonio Sá Pereira Osorio e Brito para a continuação das obras da Travessa do Pintor").

30. *Idem*, 13 de Março de 1871.

31. *Idem*, 11 de Julho de 1872.

32. LOUREIRO, Artur, 1904, vol. 3 dedicado exclusivamente ao Porto de Lisboa.

33. *Op. cit.*,pag. 143-144. Utilizo as citações em itálico de Loureiro que não as referencia bibliograficamente.

34. VEIGA, José Manuel da, 1858, pag. 11.

35. Ao contrário de Artur Loureiro, *op. cit.*, pag.s 158-159, não creio que tivesse existido um projecto anterior a este, encomendado também por D. JoãoV. De facto, o que descreve o autor anónimo da *Description de la ville de Lisbonne*, **publicado em 1730**, é uma intenção de projecto que então não estaria ainda elaborado. Por outro lado, Loureiro parece ignorar que Mardel, logo depois da sua chegada a Lisboa, em 1733, foi integrado nas equipas de arquitectos das Águas Livres ao serviço do Rei.

36. Loureiro, *op. cit.*,pag.s 160-161.

37. Ver ROSSA, Walter, 1990.

38. Loureiro, *op. cit.*, pag.s 165-166.

39. CASTILHO, Júlio de , 1948, 3ª ed., vol.IV, pag. 123.

40. *Archivo pittoresco*, tomo VI, 1863, nº 40, pag. 313.

41. *Idem, ibidem*. Ver também Júlio de Castilho, *op. cit.* nota 39, vol. V, pag. 119 e seguintes.

42. Ver este capítulo, pag. 418.

43. *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, 14 de Julho de 1858, pag. 228, proposta de Pinto Coelho.

44. *Idem*, 30 de Junho de 1858.

45. CASTILHO, Júlio de, 1948, 3ª ed., vol. V, pag. 109.

46. LOUREIRO, Artur, *op. cit.*, pag. 224.

47. Ver, sobre esta polémica, VEIGA, José Manuel da, *Os aterros da Boa-Vista eo dominio dos confinantes*. Lisboa, Imp. União Typographica, 1858 e FERREIRA, Luís Carlos, *Os aterros da Boa Vista. O sr. José Manuel da Veiga procurador dos confinantes e eu*. Lisboa, Imp. Nac., 1858.

48. LOUREIRO, Artur, op. cit., pag.s 220-223.

49. AHCML, *SGO*, Cx. 125: *"Os aterros do Caes da Boa Vista"*, 9 de Setembro de 1858.

50. *Archivo Municipal*, 12 de Junho de 1865 ("Visto estar concluido o aterro da Praia de Santos até á Ribeira Nova, continuasse este para o lado do Caes do Sodré em conformidade com os planos aprovados por portaria dos negocios do reino de 12 de Abril de 1859").

51. *Idem*, 10 de Fevereiro de 1862.

52. *Idem*, 28 de Julho de 1864, citando o artigo "Disparate municipal" publicado no *Jornal do Comercio* de 26 daquele mês. O articulista acrescentava: "São tantas as tontices municipais que é necessário um ciceroni para os transeuntes se guiarem naquele labirinto não de Creta mas de triângulos e rectângulos".

53. *Idem*, 20 de Janeiro de 1870.

54. Ver a propósito CASTILHO, Júlio de, 1848, 3ª ed., vol. V, pag. 126 e seguintes. A proposta para a realização do monumento e sua colocação na Praça de D. Luís foi apresentada à Câmara em 5 de Junho de 1879 e autorizada depois de larga discussão, durante a qual se propuseram outros locais como a Praça do Pelourinho ("Tirando dali a coluna, que recordava o *velho regime absoluto*") e o Campo de Santa Ana. A obra, de autoria do italiano Giovanni Ciniselli, foi inaugurada em 31 de Julho de 1884.

55. *Archivo Municipal*, 6 de Agosto de 1868.

56. *Idem*, 10 de Junho de 1870.

57. *Archivo pittoresco*, tomo VI, 1863, nº 40, pag. 314.

58. *Ocidente*,1891.

59. AHCML, *SGO*, Cx. 126: Ofício da Repartição Técnica, 12 de Março de 1868.

60. *Archivo Municipal*, 17 de abril de 1872 ("Sendo da maior urgência a continuação do Aterro da Boa Vista e sua conclusão até Alcântara mas não podendo conseguir-se por falta de recursos (...) se peça autorização legislativa para a Câmara vender para edificações regulares, os terrenos adquiridos ou a adquirir sobre a margem do tejo com a obra do Aterro e aplicar á mesma obra o produtos desses terrenos") e 15 de Maio de 1873 (Ofício do MOP aprovando "as resoluções da Câmara de dar desde já principio às obras do respectivo aterro (do cais oriental)").

61. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 15 de Novembro de 1906.

62. *Archivo Municipal*, 24 de Dezembro de 1863.

63. *Annais do Município de Lisboa*, 3 de Junho de 1859, pag. 322 (proposta "para se estudar abertura de uma Avenida que seguisse do Passeio Público, pela parte inferior do Salitre e pelas terras do Vale do Pereiro até S. Sebastião da Pedreira e Campo Pequeno").

64. *Archivo Municipal*, 6 de Junho de 1864, que refere pedidos idênticos formulados em 12 de Junho de 1862, 14 de Abril e 28 de Dezembro de 1863.

65. Decreto-Lei de 16 de Julho de 1863, citado pelo Presidente da Câmara Municipal, in *Archivo Municipal*, 28 de Janeiro de 1864, afirmando que "com a sua publicação tem-se conseguido já em cinco meses a demolição de mais prédios e muros em ruínas e a sua reconstrução do que dantes se conseguia em muitos anos com maior trabalho e despesa".

66. AHCML, *SGO*, Cx. 126: Ofício do MOPCI, Repartição de Obras Públicas dirigido pelo Director Geral Joaquim Simões Margiochi ao Presidente da Câmara, 27 de Abril de 1865.

67. *Idem*, *ibidem*, Ofício assinado por João Chrysostemo de Abreu e Sousa, dirigido ao Vice Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 14 de Fevereiro de 1867.

68. ANTT, *Núcleo Júlio de Castilho*,tomo 4, vol. II: "Correspondência artística e científica nacional e estrangeira com J. Possidónio N. da Silva".

69. Ver nota 67.

70. *Archivo Municipal*, 9 de Junho de 1871.

71. PEZERAT, 1865, pag.s 5-6.

72. CASTILHO, Júlio de, 1948, 3ª ed., vol. V, pag.s 98-99.

73. *Annais do Municipio de Lisboa*, 26 de Dezembro de 1859, pag. 530: Proposta do Presidente "para que a Câmara Municipal ofereça ao eng. Pezerat um prémio de 200$000 pela redacção de um relatório sobre a administração municipal de Paris que estudou na sua última viagem àquela capital; devendo este relatório conter todos os elementos necessários para conhecimento completo daquela administração e sobretudo sobre os pontos: extensão e limites da administração municipal de Paris; organização do serviço de polícia; limpeza da cidade e remoção de imundices; iluminação pública; obras municipais; calçadas; abastecimento das águas; matadouros; jardins e passeios; cemitérios e pompas fúnebres; serviço de incêndio; expropriações e demolições; asilos e escolas de pobres; regulamento sobre prospectos e edificação de casas; empréstimos municipais e todos os mais objectos de interesse municipal".

74. AHCML, *SGO*, Cx. 126: Carta de Pezerat datada de Fevereiro de 1865. Registe-se a sua justificação por apresentar o texto em francês -*"Tive duvida em redigir a minha memoria em Portuguez por desconfiar do meu Portugues afrancesado. Eu a fis imprimir tal qual a compuz à pressa, esperando que se vós a julgares digna de ser tradusida, podemos encarregar deste trabalho = o Gomes= que he muito capaz disso"* - e a sua situação de doença: *"Eu vos serei muito obrigado se me poderes dispensar meia hora d'attenção na minha casa donde não ouso por ora sahir"*, embora se sentisse melhor - *"já ando ha 15 dias apoiado nas minhas muletas as quaes poderei substituir bem depressa, como espero, por huma simples bengalla"* - , afirmando que se já não era *"tão activo como pieton, com tudo julgo-me muito apto para desempenhar convenientemente todos os meus deveres d'Engenheiro de gabinete"*.

75. Ver cap.6, pag. 337. Ver também CUSTÓDIO, Jorge, "As infraestruturas: os canais de Lisboa" in *Lisboa em movimento, 1850-1920*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag.108-110.

76. Usamos o feliz conceito de Nuno Portas que pela primeira vez o utilizou numa conferência na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito da exposição *Lisboa de Frederico Ressano Garcia,1874-1909*, e integrada num ciclo com a mesma designação, em Abril-Maio de 1989.

77. *Archivo Municipal*, 3 de Outubro de 1867: o vereador Rodrigues da Câmara apresenta uma proposta "sobre as vantagens das expropriações por zonas, conforme está em vigor em França e creio que na Bélgica". Esta questão, fulcral para a operacionalização do Plano de extensão, fora já discutida em 20 de Dezembro de 1866, mas só viria a ser aprovada em Cortes em 1889, servindo de instrumento ao plano de Ressano Garcia para as avenidas Novas. Ver *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, pag. 29. Ver, para maior desenvolvimento a minha Dissertação de Mestrado, *As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1984 (dactilografada).

8. REALIZAÇÕES ARQUITECTÓNICAS

8.1. Encomendas e edifícios públicos

Se o primeiro período liberal até à Regeneração legou à cidade um único edifício público com qualidade arquitectónica - o Teatro Nacional de D. Maria II -, a época seguinte parece apresentar idêntica e dramática estatística, neste caso concretizada nos Paços do Concelho, começados a projectar depois do incêndio de 19 de Outubro de 1863 e só plenamente concluídos em meados da década seguinte.

Assim aconteceu de facto, se utilizarmos como critério a exigência de um programa arquitectónico de raiz, assumindo os valores de representação simbólica que lhe são inerentes, o que, no contexto do eclectismo académico do tempo, significava sempre a presença de significativa componente decorativa, através dos recursos retóricos da escultura.

Todavia, se alargarmos os referentes a um paradigma de *utilidade,* e considerarmos também as reconstruções, aquela estatística aumenta consideravelmente, sendo possível destacar então a nova Escola Politécnica ou equipamentos como os Banhos de S. Paulo, o Matadouro, o Hospital de D. Estefânia ou a Estação ferroviária de Santa Apolónia. Mas é preciso aceitar-se que esta evocação não poderá ser senão tópica: de facto, o entendimento que infelizmente ainda persiste de valorização patrimonial, restrigindo-o ao corpus monumental ou à aura de uma História longínqua, continua a condenar os edifícios oitocentistas utilitários ao desinteresse da investigação monográfica e a sistemáticas adulterações, por vezes ditas "modernizações", quando não à criminosa demolição. Por isso, no âmbito de um trabalho que abrange quase um século de produção da cidade, não me foi possível colmatar graves insuficiências que continuam a caracterizar uma olisipografia, filha do amor exclusivo de Júlio de Castilho, e de quase todos os seus sucessores, pela Idade Média ou quanto muito pelo ciclo dos classicismos. Nomeadamente, nem sequer abordarei a importante temática da nascente arquitectura

industrial cuja importância tem vindo a ser enunciada por qualificados trabalhos de Jorge Custódio que aqui homenageio, citando-o:

> "Depois de uns anos em que foram utilizados os recursos construídos mais variados, inicia-se na década de 40 do século XIX, em Lisboa, a construção de fábricas modernas e racionalmente equipadas, totalmente concebidas para esse fim.
>
> Foi necessário importar os modelos de Inglaterra e o primeiro grande exemplo foi dado por Aniceto Ventura Rodrigues, empresário em Leeds, que saudoso da sua terra natal transplanta para o Campo Grande uma fábrica completa de lanífícios, cujo arquitecto era um engenheiro inglês, substituído mais tarde por um tal Philippe Linder .
>
> Nos anos seguintes foi a vez da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense erguer uma fábrica dita incombustível em terrenos conquistados ao Tejo, em Santo Amaro. Para tal o arquitecto português e o engenheiro inglês foram propositadamente a Inglaterra conhecer o novo tipo de edifícios e estudarem os planos para a sua execução em Portugal.
>
> As fábricas incombustíveis eram edifícios imponentes, espaçosos no interior, altos, construídos em abodadilha de ferro e tijolo, com impostas de ferro, com sustenção dos pisos por meio de colunas de ferro fundido. A sua principal característica era ficarem à prova de o fogo, quer pela natureza dos materiais empregues, quer pela dificuldade do fogo se propagar com velocidade entre os pisos e entre as próprias secções de fabrico, face á natureza *open* do espaço.
>
> A Fábrica de Santo Amaro, cuja construção constituiu um autêntico estaleiro experimental de arquitectura fabril na cidade de Lisboa, impôs-se como símbolo monumental, marca registada da Companhia e modelo de outras realizações do género na capital" (1).

Feita esta intencional referência ao outro lado da Lisboa romântica - que, todavia e evidentemente nela participa, num entendimento civilizacional do conceito - volto ao território da cidade burguesa, para evocar, em primeiro lugar, a arrastada reconstrução da Escola Politécnica.

8.1.1. A reconstrução da Escola Politécnica

Após o incêndio de 23 de Abril de 1843 (**Fig.150**), em que se salvou grande parte do recheio didáctico mas que, do edifício, não restaram "senão as paredes" (2), imediatamente se propôs que os donativos para a monumento a D. Pedro IV fossem utilizados na reconstrução que honraria a sua memória através de uma estátua, tendo por "pedestal" "a academia que frequenta uma mocidade que é a esperança da sua patria" (3), à semelhança do exemplo francês do "edificio dos invalidos", "o melhor monumento de Luis XIV", onde "hoje se tracta de erigir uma estatua a Napoleão".

Esta proposta, muito romântica, nunca mereceu generalizada aprovação por quem considerava que o *Libertador* merecia um monumento autónomo, e, por isso, um mês depois da catástrofe, discutia-se, na Câmara dos Deputados, a possibilidade de autorizar a direcção da Escola "para contractar sobre os rendimentos da mesma Escóla um emprestimo destinado à reedificação do Edificio onde se achavam as escólas Polytecnhica e do Exercito" (4). Depois de larga discussão, com a derrota de Mouzinho de Albuquerque que pretendia que o edifício deixasse de ser dividido entre os dois estabelecimentos que antes o ocupavam, sendo inteiramente atribuído à Politécnica, a autorização era concedida, prevendo mesmo a possibilidade de "os bens que eram administrados pelo extincto Collegio dos Nobres" (**Fig.150,3-4**) poderem ser vendidos, apesar de estarem destinados à formação do Jardim Botânico.

A dramática falta de meios que este debate indiciava foi responsável pelo arrastamento das obras mas, positivamente, também pela alteração tácita daquele decreto-lei: entretanto a Escola do Exército seria instalada no palácio da Bemposta e, em 1873, quando as obras ainda não estavam concluídas, decidia-se instalar o Jardim Botânico, por iniciativa dos professores Conde de Ficalho e Andrade Corvo.

Do projecto de reconstrução se ocupou, à partida, J. F. da Silva Fernandes, "general engenheiro e presidente da Junta Administrativa da Escola" (5) mas nada então deve ter sido feito, como sugere o facto de, em 1857, catorze anos após o incêndio, as Cortes terem autorizado o governo "a contrair um empréstimo até 100 000$000 para a

reconstrução do edifício da escola Politécnica" e que "os foros que não forem remitidos e administrados pela escola Politécnica, assim como os prédios, sejam vendidos e o seu produto aplicado à reconstrução do edifício da mesma escola" (6).

Estes dados são definitivos para se concluir que, se havia já um "plano", eventualmente da organização funcional interna, o projecto arquitectónico só nos anos de 1850 terá sido elaborado, sendo o seu autor Pedro José Pezerat, professor de desenho daquele estabelecimento e "architecto da mesma", segundo as suas próprias palavras (7).

Fazendo o aproveitamento de todas as pré-existências, nomeadamente dos alçados exteriores que o fogo não derrubou, a volumetria global manteve a memória operativa do Colégio dos Nobres mardeliano (**Fig.150,1-2;5-6**) que, por sua vez, partira do primo-seiscentista Noviciado da Cotovia, delineado por Baltasar Álvares. Assim se mantinha a utência prestigiado de uma casa, ligada a três momentos fundamentais das reformas do ensino em Portugal e essa continuidade cultural, de algum modo também ideológica, é assumida arquitectonicamente pelo despojamento se se quiser neo-clássico da fachada: sobre o alto embasamento de pedra calcárea de justa unida, sobrepõem-se dois andares de vãos repetidos, modulados pelas cornijas rectas e, verticalmente, por sóbrias pilastras adossadas; mesmo a memória da igreja foi mantida, no motivo de templete de ordem dórica que centraliza a composição, com frontão triangular e duas austeras colunas, agigantadas pelos socos altos de secção rectangular que as apoiam. Esta solução, que considero esteticamente expressiva - por sugerir as arquitecturas utópicas de Ledoux e Boullé - foi certamente motivada pelo facto daquelas colunas serem pré-existentes, oriundas do extinto convento oratoriano do Espírito Santo da Pedreira ao Chiado que Manuel José de Oliveira, barão de Barcelinhos transformara em palácio (8). O interior apresenta idêntica austeridade, organizada em volta de um imenso pátio interior que, imediatamente, sugere a figura do claustro setecentista.

Quando as obras se concluíram, em 1878, seis anos após a morte de Pezerat, começara já a ser delineado o belo e científico jardim botânico que continuou e actualizou a recolha de espécies exóticas coloniais iniciada, um século antes, pelo da Ajuda. Simultaneamente, ele reactualizava também a estética romântica, enunciada no

jardim da Estrela, dotando a cidade de um generoso e ameno espaço de lazer, com veredas, lagos, cascatas e pontes rústicas. Transmutando a memória histórica das hortas produtivas do Noviciado da Cotovia, inseria-se ainda no qualificado conjunto de espaços arborizados, nascendo na pequena Praça do Barão de Quintela e passando pelo Largo Camões, S. Pedro de Alcântara e Príncipe Real, que tenho vindo a considerar umas das mais notáveis realizações da Lisboa romântica. O facto de não se ter tratado de uma programática urbanística mas de um acerto orgânico de inciativas desgarradas, e muito condicionadas por factores financeiros depressivos, em nada o enfraquece: o urbanismo pode ser uma ciência, como pretenderam os ciclos classicistas e há-de reivindicar o movimento moderno, mas também pode ser uma obra de arte cujos controlos iniciais são mínimos ou conflituais mas que se resolve no seu próprio fazer.

É nesta categoria que creio que se insere o da Lisboa romântica: a cidade, corpo artificial por excelência, movimenta-se numa expansão quase autónoma de auto-revelação que os arquitectos e engenheiros souberam entender como *naturalidade*, a lógica intrínseca com que cresce um ser vivo. Claro que esta espécie de espaço de liberdade é um território determinado: afinal, no caso da Politécnica, poder-se-á considerar que todas as notáveis vidas sucessivas que teve aquela casa nasceram das possibilidades abertas com que a dotou o gesto fundador dos Jesuítas, reactualizado pelo Marquês de Pombal e depois pela Regeneração, numa elipse refundidora que é a figura simbólica de todas as cidades que sabem manejar, e deixar-se manejar, pela História.

8.1.2. Os Banhos de de S. Paulo e o Matadouro municipal

Depois de ter delineado e dirigido a reconstrução da Escola Politécnica, Pedro José Pezerat teve oportunidade de projectar dois importantes equipamentos, inseridos numa teia de propósitos higienistas que a Câmara desejava amplamente promover e que iam sendo sistematicamente adiados por falta de meios de execução.

O primeiro, o edifício de Banhos de S. Paulo (**Fig.151,1.**), situado na Rua do Carvalho, quase à ilharga do Largo, foi erguido, em 1854, antes da demolição do forte de S. Paulo, sem qualquer articulação com os projectos urbanísticos que, na época, o mesmo engenheiro-arquitecto propunha para o Aterro da Boa Vista, aproveitando a cedência gratuita do terreno de implantação por parte do Estado à Misericórdia de Lisboa.

Este facto foi desde logo criticado pela imprensa da época - "pena foi que um tão elegante edifício fosse erigir-se em sitio escuso, quando era digno de ornar uma praça razoada" (9) - e, na verdade, condenou-o a uma existência obscura, apesar da qualidade do seu desenho, compondo um alargado paralelipípedo, dinamizado na fachada pelo corpo central, coroado de frontão triangular, destacando-se pela ampla balaustrada do primeiro andar, apoiada, no piso inferior, por quatro colunas toscanas. O ritmo lumínico e compositivo assim criado, jogando com sobriedade, a figura da verticalidade, enriquece-se com a modulação das pilastras adossadas e os vãos de molduras superiores arqueadas, embora a predominante horizontalidade se reforce no friso que une as bandeiras de cada um dos andares e na cimalha que repete a sua secção rectangular.

Este classicismo modesto, mas muito íntegro, escondia um interior complexo, quase de fábrica industrial, dispondo de vários tanques cuja água era distribuída por máquina a vapor, com elaborado processo de aquecimento, servindo "cincoenta e nove tinas; vinte e quatro das quais destinadas ao serviço das pessoas pobres; e as restantes trinta e cinco ao das que satisfizerem a quantia indicada na competente tabella" (10). Se nos recordarmos do pomposo Estabelecimento de Banhos palladiano, proposto vinte anos antes por Possidónio da Silva (11) e da Fábrica de Gaz, em "estilo gótico", que seria edificada na envolvência, sobre a Avenida 24 de Julho, entender-se-á melhor a adequação funcional de Pezerat que aqui confirma a sua formação classicista e a capacidade de a conformar a um programa técnico, na esteira do que fizera, no início do século, Farncisco Fabri no Hospital da Marinha (12).

Quanto ao Matadouro "do Alto da Cruz do Tabuado" (**Fig.152,1-3**), inaugurado em 1863, ele foi o ponto de chegada de um processo morosíssimo, iniciado logo em 1833, quando a Câmara fora autorizada, por decreto de 5 de Setembro, "a construir tres Matadouros, um na Capital, e dois nos limites do Municipio" (13). Pela crónica falta de meios, foi-se adiando a escolha de local para os dois últimos e procurou-se instalar o primeiro no extinto convento de Santo António dos Capuchos (14) mas, para isso, a Câmara deveria comprar o edifício e não tinha dinheiro: o matadouro continuou pois a funcionar nas degradadas instalações abarracadas do Campo de Sant'Ana.

Só em 1848, o assunto começa a ter um início de solução, com a proposta "feita por uma Sociedade, representada por Pedro José Pezerat e Antonio Joaquim Freire Marreco para a construcção de um Matadouro" (15). Era o tempo em que o futuro engenheiro da Câmara, segundo as suas próprias palavras, trabalhava como "Engenheiro de Companhias", associando-se, neste caso, a um sócio capitalista para edificar um projecto, já aprovado, e assegurar a sua exploração.

À Câmara parecia-lhe um bom negócio: era óbvia a "necessidade de um Matadouro, em logar conveniente, construido segundo os principios hygienicos, e conforme os modêlos dos das Cidades policiadas" (16) e útil reconhecer-se "a conveniencia das Companhias que emprehendam e realisem grandes obras", tanto mais que "na proposta do presente Contracto, (...) não faz nenhuma exigencia insolida, nem que não haja sido concedida a outros Contractos; apresenta em luz clara as obrigações a que se sujeita, e as vantagens que pede; e são moderados os lucros, que se deprehende devem provir da execução effectiva do presente Contracto". De facto, entre outros compromissos, a Companhia comprometia-se "a edificar mais dois Matadouros; um em Belem, outro em Bemfica, para commodidade dos habitantes do Municipio".

Mas ao contrário da Câmara, o Governo levantou impedimentos a esta solução liberal, nomeadamente por querer acautelar "o grande interesse que a Companhia tirará de sua empresa". Por esta razão e porque, como era habitual no frágil tecido financeiro português, a companhia se desfez com a entrada, em 1852, de Pezerat para a Repartição Técnica do Município, a obra, com o mesmo projecto, viria a transitar para a Câmara

(17) que, para isso, foi autorizada a contrair dois empréstimos sucessivos, o último dos quais, em 1863, "até 61 000$000 para com ele acabar o edificio novo do matadouro" (18). Antes disso, porém, haviam sido solicitados pareceres de "peritos" da "Escola Medico- cirurgica de Lisboa" e da "Academia das Sciencias" (19) para justificar a opção pela Cruz do Tabuado em detrimento do "sitio do Alto do Varejão", inicialmente escolhido. Enquanto a segunda destas instituições permanecia favorável a esta opção, próxima do Caminho de ferro, afirmando, no entanto, que seria necessário um segundo matadouro "na parte ocidental da mesma cidade", a Escola Medica apoiou a pretensão da Câmara pela Cruz do Taboado, considerando que ambos os locais eram adequados, embora o Alto do Varejão, "mui próximo do cemiterio", pusesse a questão, por "decoro publico", do "respeito que se deve á memoria dos que ja foram, a intima veneração que todos sentimos pelos mortos, esta como adoração que cada homem consagra á sepultura dos seus". Por isso "tudo está aconselhando que do cemiterio se afaste o mais possivel toda a mundanidade, tudo o que póde perturbar as orações dos que choram sobre os sepulcros".

Nem o Governo nem a Câmara consideraram então as consequências que poderiam advir da extensão da cidade, empiricamente delineada por Pezerat, onde umas das avenidas, saindo do boulevard principal, já inflectia para a Cruz do Tabuado, num desenho prévio da futura Fontes Pereira de Melo. O sítio parecia muito longe do centro da cidade, e era-o de facto, mas, depois de ter demorado trinta anos a ser decidido, o primeiro matadouro moderno de Lisboa aparecia condenado pelos planos de Ressano Garcia para as adjacentes às Avenidas Novas. Por isso foi precocemente demolido um edifício de interesse para o património da arquitectura industrial oitocentista que, no desenho inicial, publicado no *Archivo pittoresco* em 1863, ano da sua inauguração, se apresentava com uma sólida composição, geométrica e ortogonal, fortemente expressiva: o corpo principal tinha na fachada, coroada com frontão triangular, um enorme vão central, articulando os dois andares, ladeado de altas frestas rectangulares, repetidas em dois grupos nos corpos adjacentes. Um dos anexos, para serviços vários, erguia-se ainda

a maior altura, com plena afirmação do alçado, entre a sucessão dos vãos do piso térreo e os pequenas janelas rectangulares de iluminação sob a cobertura.

O conjunto sugeria uma espécie de majestade industrial que recorda, como referente estético, os projectos industrais do começo do século inglês, confirmando o rigor projectista de Pezerat no tempo lisboeta convertido, como veremos, à amabilidade das cenografias de Cinatti e Rambois. No entanto, a gravura do Museu da Cidade que conserva a memória do construído (**Fig.152.2**), depois do ajardinamento da Praça de acesso, realizado logo em 1864, manifesta que houve alterações posteriores, implicando uma opção pela largura em detrimento da altura e a substituição das estreitas frestas por vãos convencionais, de bandeira curva no rés-do-chão e recta no piso superior. O resultado enfraqueceu e vulgarizou o conjunto, como que o adaptando a uma conformidade do olhar, embora toda a organização do interior, detalhadamente descrita na revista citada, tivesse adoptado critérios modernos, quer de funcionalidade, quer de higiene. Ninguém duvidava que o Matadouro de Lisboa seguira "o risco dos melhores que houvesse na Europa" (20).

8.1.3. A Estação de Santa Apolónia e o Hospital de D. Estefânea

Citando idênticos paradigmas da arquitectura industrial do tempo europeu, mas de autorias exógenas à produção de Pezerat, outros equipamentos devem ser referenciados, quer pela sua importância enquanto factos de arquitectura, quer pelo modo como contribuiram para dinamizar e requalificar áreas mais ou menos marginais da cidade em processo acelerado de urbanização.

A estação de Santa Apolónia foi edificada entre 1862 e 1865 na Praia dos Algarves, à ilharga da Rua do Cais dos Soldados, que para isso foi aterrada e depois transformada em "praça pública" (21).

O edifício - com "risco" e direcção de obras dos "engenheiros Angel Arribas Ugarte, director; J. Evangelista de Abreu, engenheiro chefe; Lecrenier, engenheiro divisionario; Oppermann, construtor" (22) - não ostentatava, como reconhecia Vilhena

Barbosa no artigo do *Arquivo pittoresco* que acabámos de citar, "excellencias de architectura na traça geral" nem "primores de esculptura", mas a falta dessas "riquezas de ornamentação de que se ensoberbecem por essa Europa tantos outros edificios do mesmo genero" era compensada pelas "pompas da situação, que a natureza estendeu com mão prodiga diante d'elle".

De facto, como bem dá a ver uma gravura de época (**Fig.153**), publicada na mesma revista, a Estação debruçava toda a sua longa fachada sobre o rio, como que assumindo, nessa figura privilegiada, os sonhos que muitos alimentavam ainda de estar próximo o tempo "em que o Tejo se ha de ver outra vez povoado, como n'essa epocha venturosa em que todas as nações européas aqui vinham prover-se das especiarias da India" e a cidade, "fadada pela Providencia para um grande centro commercial", se tornaria "não o primeiro emporio do mundo, como quando arrancou das mãos de Veneza as chaves com que a rainha do Adriatico abria as portas da Europa ás mercadorias do Oriente; mas sim um dos principaes emporios europeus dos generos coloniaes".

Esta ideologia nacionalista e regeneradora, utilizando a novidade que era o caminho de ferro para interpelar a História e renovar um fantasmático programa imperialista, formulava, simultaneamente, uma ideia utópica sobre Lisboa em que o novo meio de transporte deveria articular-se com um grandioso porto - "o commercio britannico, que é o primeiro d'entre todas as nações a apreciar e a saber praticar a economia do tempo e das despezas improdutivas, reconhecerá o muito que interessa em ter no porto de Lisboa abundante deposito de generos coloniaes para o abastecimento dos mercados do Mediterraneo" - e também com "o telegrapho electrico para a rapidez das ordens".

A realidade, todavia, tinha, não o ritmo dos sonhos de grandeza, mas os entraves de uma frágil economia e só lentamente, e sempre deficientemente, se foi melhorando a envolvência urbana da Estação, com o alargamento das vias adjacentes (23) que havia de conduzir, fora já do período em análise, "à construção de uma rua marginal ao Tejo desde a parte de Santa Apolónia até ao depósito do material de guerra em Braço de

Prata" (24), implicando enormes aterros que, paradoxalmente, afastaram o rio, enfraquecendo o impacte que a gare antes possuía.

Pouco qualificadas foram também as soluções encontradas para articular as pré-existências com o caminho de ferro, nomeadamente em Xabregas (**Fig.153.1**). A ponte aí erguida, "enviesada sobre a estrada pública" (25), cuja "parte de ferro é obra de Inglaterra", permitia ao "espectador", collocado entre ela e "a fonte da Samaritana" uma inédita experiência, misturando tempos, memórias e eventos: "Vê desfilar por sobre a ponte, em direcção à estação principal, um comboio; por cima correm os fios do telegrapho electrico; á direita, e proximo, sobressae o angulo oriental do grande palacio do marquez de Niza; á esquerda, a pouca distancia, apparece a cruz, que remata o frontespicio da egreja do convento da Madre de Deus".

Definitivamente, os restos da monumentalidade da cidade oriental perdiam contacto com o rio que lhes tivera na origem e confundiam-se já nas manchas enegrecidas das fábricas que nas proximidades se iam anarquicamente instalando. E mesmo quando, no virar do século, as preocupações patrimoniais se concentrarem sobre a casa conventual quinhentista, não foi possível apagar nem requalificar as cicatrizes tecnicistas daquele sonho, executado por Fontes Pereira de Melo, que se sobrepunha, como formidável realidade, aos muitos "que tinham visto e desfructado os caminhos de ferro em paizes estrangeiros, encarecendo com enthusiasmo as commodidades e mais vantagens que tão sublime invento proporciona á humanidade, (mas) declaravam que Portugal não podia nem devia aspirar a possui-los" (26).

O edifício, minuciosamente descrito no *Arquivo pittoresco*, fundia, pela primeira vez em Lisboa, as fachadas de um modesto gosto neo-clássico - com dois andares de vãos sobrepostos e repetidos, balaustrada central, destacando o corpo central, coroado de frontão - com um imenso hangar, constituindo a gare propriamente dita, coberto com uma complexa teia de ferro e vidro, invisível do exterior, como então quase sempre acontecia nos primeiros espécimes de arquitectura industrial. Apesar deste apagamento estético da função, o articulista apreciou a sua solidez e esbelteza, criando um "vasto recinto", "claro e alegre de dia pela abundante luz que lhe transmitem as vidraças do

tecto, e que lhe entra pela frente leste do edificio, que é aberta em toda a largura da mesma nave". Assim se introduzia tardiamente na cidade a arquitectura do ferro, proposta por engenheiros estrangeiros, segundo modelos já correntes em toda a Europa, cujas potencialidades expressivas os arquitectos lisboetas em geral ignorarão até à obra fino-secular de José Luís Monteiro (27).

Quanto a outro dos mais importantes equipamentos então realizados, o Hospital da Estefânea (**pag.154**), os dados actualmente disponíveis são quase inexistentes. Ideado pela rainha do mesmo nome, para o internamento de mulheres e crianças, foi encomendado por D. Pedro V a um desconhecido arquitecto inglês, através da sugestão do Príncipe Alberto, marido da Rainha Vitória. O terreno de implantação seria disponibilizado da vasta quinta do Paço da Bemposta onde, na mesma época, se instalara o Instituto Agrícola de Lisboa (**Fig.155**).

O início da edificação, em 1858, determinou, como já referimos (28), a urbanização daquele sítio suburbano, através do alargamento da Travessa do Pintor, depois designada por Rua da Estefânea, eixo principal de um dos primeiros bairros modernos de Lisboa, programado, nos anos de 1870, por Frederico Ressano Garcia, talvez recuperando o desenho inicial de Domingos Parente da Silva, e que, a par do Calvário e de Campo de Ourique, deve ser considerado como uma espécie de exercício prévio do plano das Avenidas Novas (29).

O Hospital, cuja construção se arrastou de 1858 a 1877, quando foi inaugurado, apresentava uma rigorosa composição sobre planta em U, alargada, de um lado e outro do corpo central, de duas alas. A aboluta simetria de eixos, a repetição do ritmo e das dimensões dos rasgamentos, a organização da entrada principal com amplo arco ladeado de colunas, prolongadas no andar nobre, enunciam o classicismo funcional do projecto, apenas perturbado pela marcação ecléctica dos lanternins de vidraças, coroados de cúpulas, numa vaga sugestão de gosto neo-gótico, exógeno na predominante horizontalidade e ortogonalidade do conjunto.

Foi este o único hospital lisboeta, edificado no século XIX, que quebrou a tradição de utilização de espaços conventuais, vinda do tempo do Marquês de Pombal, quando o Hospital de Todos os Santos foi transferido para o colégio jesuíta de Santo Antão, e acentuada depois da extinção das ordens religiosas. A sua fundação, decidida por acto pessoal de D. Pedro V, influenciado pelas dramáticas consequências dos surtos epidémicos de cólera e febre amarela dos anos de 1850, anunciava uma política mais interventiva do Estado nesta importante matéria, manifestada também na protecção real ao Asilo D. Pedro V, no Campo Grande (30). Medidas parcelares, elas situam-se num lugar de charneira entre a caridade liberal, entendida ainda como soma de gestos individuais ou de grupo, e a assumpção de que a saúde pública era questão fundamental do processo de modernização da própria cidade.

8.1.4. O teatro da Trindade

Edificado em pouco mais de um ano, com inauguração em 30 de Novembro de 1867, o Teatro da Trindade foi uma iniciativa particular de uma "sociedade de accionistas" (31) de que o principal promotor era Francisco Palha de Faria Lacerda, "poeta, jornalista, comediógrafo, homem de espírito e figura da boa roda lisboeta" (32), ou seja tipo característico do cidadão diletante de meados do século, empenhado, como tantos outros - à sociedade pertenciam também Francisco Chamiço, Fortunato Chamiço, o Duque de Palmela e Frederico Biester - em cosmopolizar Lisboa, segundo um paradigma cultural de que o teatro era componente essencial.

O sítio possuía tradições nesta prática, não só pela proximidade prestigiada do teatro de S. Carlos como pelo facto de ser vizinho imediato do popular Ginásio, instalado primeiro, desde 1845, num "barracão armado à pressa por um empresário de que não ficou memória" (33) mas que, em 1852, sofrera reconstrução integral, sobre modesto projecto oferecido de Cinatti e Rambois, aprovado pela Câmara "apesar da imperfeição artística" (34) (**Fig.156**).

Pelo contrário, a nova casa de espectáculos (**Fig.157,1-4**) apresentava um prospecto ambicioso, da autoria do desconhecido arquitecto Miguel Evaristo de Lima Pinto, com três fachadas, a principal, destinada à entrada da família real, sobre o Largo da Trindade, a segunda, para a público, na Rua da Trindade, e a terceira, de serviço, na Rua larga de S. Roque. A significativa massa construída era nobilitada, no acesso nobre, por um corpo central de tripla arcaria, no rés-do-chão, a que se sobrepunham dois andares, um de vãos de sacada, com balaustrada de cantaria, outro de peitoril de molduras superiores em segmento de círculo, o conjunto modulado, verticalmente, por pilastras adossadas e coroado de frontão. Estes motivos, de uma gramática ecléctica que misturava diversas situações eruditas - nomeadamente a citação neo-renascentista dos bustos de dramaturgos portugueses inscritos em círculos emoldurados ou as mísulas da balaustrada de memória classicizante - com a simplificação empírica dos pendentes das molduras das bandeiras, repetidos em todos os vãos das três fachadas, ou o coroamento da frente sobre a Rua da Trindade, desenhando uma espécie de desproporcionado ático, numa sugestão de águas-furtadas cenográficas. Cenografia deliberada é de facto o conceito que melhor define este projecto, jogando, numa expressividade esquemática, com o ritmo das cantarias, que concentram e emitem a luz nos numerosos ressaltos dos seus delineamentos. O interior, com excelentes soluções de funcionalidade, em relação à mobilidade do palco e da plateia que podia ser sobrelevada para se transformar em salão de dança, desenvolvia a riqueza, enunciada nas fachadas, com abundância de estuques e dourados, de lustres vindos de Paris, "grandes e de gracioso feitio" e "esplendida illuminação".

Esta obra é talvez a primeira que, significativamente, se pode designar de arquitectura romântica, entendendo por ela não a particularidade dos revivalismos mas a vulgarização e progressivo esquecimento da norma clássica, seguida com ecléctica apropriação amadora e subjectiva.

Ela foi, como se disse, um projecto inteiramente assumido por cidadãos empenhados em dinamizarem a vida cultural da cidade e a explorarem-na também na perspectiva de lucro capitalista: o seu sucesso revela a efectiva modernização que Lisboa

vinha sofrendo. Um apontamento curioso desta situação verificava-se no "panno de boca do theatro", "convertido em verdadeiro jornal de annuncios, sem que prejudique completamente a sua belleza", oferecendo "aos industriais um meio de publicidade muito efficaz, e aos seus espectadores uma diversão nos intervallos, que a muitos pode ser proveitosa" (34a). A emergência da publicidade, em lugar até então inédito, considerada um serviço público e lúdico, articulada com o incremento da produção da dramaturgia nacional e a afirmação de novas e sucessivas gerações de actores, mais ou menos qualificadas (35), reforçava esse desejo de aproximar Lisboa dos ritmos esfusiantes de Paris, imagem simbólica da civilização do século.

O velho sítio da Trindade, onde a memória do demolido convento cedera, trinta anos atrás, aos prédios do galego maçónico Moreira Garcia (36), beneficiou também da edificação do teatro, não só por ele ter ocupado as ruínas do palácio do Conde de Alva (37) que ali se mantinham desde o terramoto, mas também pela decisão da Câmara de proceder ao alargamento da rua da Trindade (38), cujo último prédio, muito modesto, tornejando para o Largo de S. Roque, foi então construído (39).

O lugar nobilitava-se, como ampliação cultural e urbanística do Chiado, o coração civilizado de Lisboa, onde as igrejas de moda - os Mártires e o Loreto - marginavam os teatros, as lojas, os cafés, as livrarias e os clubes elegantes, abrindo-se o conjunto ao convívio com a recente Praça de Camões cujo monumento, inaugurado no mesmo ano de 1867 em que foi edificado o teatro, simbolizava o desejo de representação da História como palco voluntário da civilização do século. Para norte, esta Lisboa romântica prolongava-se nos jardins de S. Pedro de Alcântara e do Príncipe Real, o outro lado das preocupações urbanísticas do tempo, empenhadas no higienismo, no saneamento atmosférico e no "aformoseamento". Assim se multiplicavam, numa coesão intensamente ritmada, os centros da cidade que, recuperando e modernizando circuitos antiquíssimos, aprofundavam a funcionalidade de Lisboa. Não era o tempo de criações iniciais, como acontecera nos tempos de Pombal e voltará a acontecer nos de Ressano Garcia: o que se detecta é uma apropriação significativa, como que o preenchimento de uma malha

determinada, espécie de superestrutura civilizadora representando os interesses e as expectativas dos cidadãos cujos direitos recentes nela se inscreviam.

8.1.5. Os Paços do Concelho

Na noite de 19 para 20 de Novembro de 1863, um violento incêndio (**Fig.158,1.**) deflagrou no vasto edifício entre a Praça do Pelourinho e a Rua do Ouro, construído, entre 1770 e 1774, por Reinaldo Manuel, que modificou desenhos anteriores de Eugénio dos Santos (40), e destinado a instalar o Senado da Cidade mas que foi albergando também outras instituições, sobretudo o Banco de Portugal, além de inquilinos e propriedades particulares (41).

Salvo o Arquivo Histórico do Município - que já escapara também ao terramoto de 1755 - mas desaparecido quase totalmente o Arquivo corrente da Repartição Técnica, dirigida por Pdero José Pezerat - com perdas definitivas para o estudo da cidade oitocentista -, o Governo nomeou, quase imediatamente, uma comissão "composta por F. Simões Margiochi, Plácido d'Abreu e Joaquim Larcher para averiguar quais sejam os edificios que devam ser construídos nos terrenos ocupados pelo incêndio" (42). Seguiram-se morosas expropriações que conduziram à decisão de dividir o quarteirão através da futura Rua Henriques Nogueira, ficando a sua parte oriental, com entrada pela Praça do Comércio, para o Ministério do Reino e a ocidental, com entrada pela Praça do Pelourinho, para a Câmara Municipal que deveria dividir as instalações com o Banco de Portugal.

Entretanto, a Câmara encarregara o seu Engenheiro, Pedro José Pezerat de elaborar o projecto para a reconstrução dos Paços do Concelho, renunciando à proposta do vereador Severo de Carvalho "para se pôr (a mesma) a concurso" (43). O governo definira os condionalismos estéticos da obra a realizar, determinando o Ministério das Obras Públicas que o edifício para o Ministério do Reino, *"não convindo alterar a architectura existente"*, aproveitaria *"as paredes exteriores taes como estão"*, ao mesmo tempo que recomendava à Câmara *"o mesmo plano de não alterar o risco do que existe,*

salvo o addicionamento de alguma pequena ornamentação que não contraste sensivelmente com o systema adoptado nos edificios da cidade baixa" (44).

Esta decisão conservadora, justificada por razões económicas mas também pelo desejo de salvaguardar a unidade arquitectónica do sítio, definido por uma das entradas sobre a Praça do Comércio, foi contestada por Pezerat: os seus *"estudos"* não podiam *"conformar-se de modo algum com a Portaria Ministerial que prescreve de conservar o typo do prospecto da cidade baixa, exigencia á qual não posso sujeitar-me por ser uma herezia anti-artistica, capaz de comprometer não só a auctoridade, mas principalmente o architecto que se resignasse a perder a sua reputação, o seu brio e até o senso commum, participando de uma aberração desta ordem"* (45).

A norma pombalina, que o Ministério das Obras Públicas defendia, parecia ao velho engenheiro só dever ser seguida no edifício para o Ministério do Reino, por este fazer parte da Praça do Comércio, mas não tinha justificação em relação aos Paços do Concelho, separado daquele edifício e ladeado, não *"por esta barbara e grotesca architectura das cazas de aluguel da baixa"*, mas pelo *"edificio do Arsenal"* e por *"uma Egreja"*. Ele queria inovar, embora preenchendo *"rigorosamente o programma que me foi dado pela Ex.ma Camara"* e assumindo a economia do projecto, *"approveitando não só todos os alicerces, mas ainda os pés direitos e abobadas do andar terreo e do primeiro andar"*. Por isso, as alterações eram de facto mínimas: conservara *"as mesmas linhas principaes d'architectura da Praça, diminuindo só o volume da principal cimalha"*, o que aliás apresenta como solução menos dispendiosa, limitando-se à *"substituição das janellas do andar nobre da praça e das mezaninas tão disgraciozas do andar superior"* pelo *"mesmo systema d'arcadas no andar nobre dos novos Paços do Concelho, para dar mais unidade e um caractere mais monumental á minha composição"*.

A principal inovação do projecto, e que terá sido a mais criticada, não era, todavia, a diminuição da espessura da cimalha ou a alteração do desenho dos vãos mas a *"torre municipal ou Befroi"* cuja *"indispensabilidade"* continuava a defender *"pois que esta torre é o typo affectado a todos os paços municipais e o symbolo da auctoridade e das*

liberdades dos municipios; com effeito o seu relogio é o regulador de todas as relações civicas; seus sinos carrilhonão as festas publicas e tocão a rebate em todas as calamidades, chamando os cidadãos á defeza da ordem, dos foros e da liberdade". Ele tivera o cuidado, por razões de poupança que aceitava, de não apresentar *"um luxo d'ornamentação"*, adoptando *"o caractere lizo das grandes linhas"*; poderia até conformar-se em dispensar *"as poucas estatuas com que rematei o acroterio de balaustres, em quanto o cofre municipal não for bastante rico, para se poderem successivamente collocar estes grupos estatuarios"* porque estava seguro que a sua *"composição ainda que liza e singela, por sua unidade e suas grandes linhas architectictonicas, appresenta contudo um aspecto monumental e grandiozo, que faz com que o edificio, ainda que pequeno, pareça maior do que é na realidade"*. Mas nunca aceitaria a amputação da torre, *"quaesquer que sejão pois as objecções que se me possão faser por rasões d'economias mesquinhas e mal entendidas"*.

Doente e já incapaz de dirigir a Repartição Técnica, Pezerat receava *"que os meus estudos aturados e conscenciosos não sejão approveitados"*. Era ainda *"Engenheiro architecto da Camara"* mas sabia-se ultrapassado por *"empregados das Obras Publicas aos quaes perdôo a presumpção de me darem lições"*. Apesar da adversidade, queria continuar, propondo-se *"appresentar não só o projecto dos Paços do Concelho mas ainda o projecto do Ministerio, com a collocação do Banco nas condições de independencia que eu pude realisar"*.

A "traição" veio, no entanto, como já era anunciado, da sua própria falência: quinze dias depois da sua exposição que longamente citámos, datada de 11 de Outubro de 1866, a Câmara decidia definitivamente pôr de lado o projecto de Pezerat - que fora aprovado em 1864 (46) - e nomear "o seu empregado e architecto o sr. Domingos Parente da Silva para elaborar o projecto do novo edifico dos paços do Concelho (...) muito principalmente pela doença permanente do eng. Pezerat" (47). Era uma solução de continuidade visto que aquele arquitecto vinha substituindo Pezerat em todas as responsabilidades da Repartição Técnica, mantendo em relação a ele uma assumida atitude de respeito e obediência (48).

O modesto arquitecto camarário, então com 30 anos (49), embora diplomado com sucesso em Pintura pela Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, ingressara entretanto na Câmara Municipal, não se conhecendo até á data em que lhe é atribuída a responsabilidade de projectar os Paços do Concelho nenhuma obra relevante (50). Por isso, assumiu com humildade e enorme entusiasmo a tarefa, tendo "o projecto original" sido apresentado em sessão da Câmara de 24 de Janeiro de 1867, com "oito desenhos" (**Fig.158,2-6**) e "memoria descriptiva" (51). Nesta, depois de considerar a "sumptuosidade e magnificencia" que caracterizam os "palacios das municipalidades" "em todos os paizes da Europa" (52), afirmava que, "como portuguez e como artista", teria desejado "dar ao novo edificio mais largas e opulentas proporções". Não o fizera por reconhecer "que os cofres do municipio não dispõem de grandes recursos", limitando-se "a elaborar um projecto, com alguma decoração exterior, seguindo rigorosamente o programma da distribuição interna que me foi dado" e sem em nada prejudicar "a uniformidade da decoração da cidade baixa", embora os edifícios que rodeassem a Praça do Pelourinho apresentassem uma "architectura tão variada, que nos dão uma certa liberdade architectonica".

Tal "liberdade" era assumida com luxo arquitectónico na fachada principal cujo corpo central se apresentava modulado por três pares de pilastras no piso térreo, prolongadas por sobrepostos grupos de colunas de ordem compósita, sendo o conjunto rematado por um entablamento recortado, coroado com frontão semi-circular. No entanto, a completa remodelação da anterior fachada sujeitava-se, no interior, à preocupação em manter, no "pavimento térreo", "as grandes abóbadas reservadas para os depositos e casas fortes do Banco de Portugal" que tinham sobrevivido ao incêndio.

Aprovado o plano pela Vereação - que chegou a nomear um proposto *"jury artistico e scientifico"* para a sua apreciação (53) - e, depois, pelo Ministério das Obras Públicas, a edificação iniciou-se "até quasi ao nivel do pavimento nobre" mas foi interrompida, logo em 1868, porque o Banco de Portugal acedeu abandonar as suas antigas instalações, permitindo à Câmara expandir-se por todo o edifício. Como bem afirma o arquitecto, passou-se então "de uma reedificação a uma nova e completa

edificação" (54). A vereação, que acompanhava de perto as obras, entusiasmou-se com a possibilidade de engrandecer a sua casa, exigindo a Parente da Silva, o "enriquecimento dos detalhes decorativos" quer da fachada principal quer, sobretudo, do vestíbulo de entrada e respectiva escada que puderam adquirir uma escala monumental.

As obras foram retomadas com grande empenho e unânime reconhecimento do mérito do arquitecto que, em 2 de Janeiro de 1870, era publicamente elogiado: "Os paços do concelho de que a construcção está bastante adiantada e mais o poderia estar se não fossem os obstaculos que a tem impedido, esperamos que será no futuro um dos mais bellos monumentos que hão de aformosear esta capital e verdadeiro padrão de gloria para o nosso architecto Domingos Parente da Silva" (55).

Mas um facto, aparentemente exógeno ao processo, viria nele instalar a polémica, o confronto e a queda da "reputação artística" do arquitecto. Pela acção concertada do novo engenheiro da Câmara, Frederico Ressano Garcia, admitido por concurso público em 16 de Abril de 1874, e do vereador Elias Garcia, um e outro apoiados na recém-criada Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais (56), a Repartição Técnica ia iniciar uma verdadeira revolução modernizadora cujo corpo e a alma eram os do Engenheiro-Chefe, jovem, ambicioso e com um saber actualizado, incapaz de se relacionar com o obscuro arquitecto que, interinamente, o antecedera desde a doença e depois da morte de Pezerat.

Parente da Silva que, até então, fazia "simultaneamente serviço de chefe de repartição, de engenheiro, de architecto e até muitas vezes de conductor de obras" (57), vê-se reduzido a "chefe da primeira secção" e, em relação à obra dos Paços do Concelho, obrigado à apresentação dos respectivos documentos técnicos e orçamentos.

Com alguma injustiça - porque o modo empírico de trabalho fora não só sanccionado pelas sucessivas vereações como, muitas vezes, imposto por elas - Elias Garcia acusava-o de não existir senão um "projecto incompletíssimo; apenas algumas plantas, alçados e corte" (58) e que esse "projecto imperfeito tem sido alterado repetidas vezes". E num clima de crescente conflito, a ruptura instalou-se quando se tratou de encontrar a solução mais adequada para o remate da fachada principal: a primeira

solução, o "frontão curvilinio" (59) que aparece no projecto aprovado em 1867, não parecera suficientemente grandiosa à Câmara, mesmo antes da entrada em acção de Ressano Garcia, aceitando o arquitecto alterá-la, conservando no entanto "as mesmas linhas geraes e parciaes da platibanda que faz parte do acroterio do corpo central da mesma fachada, bem como proporcionalmente todas as saliencias do entablamento correspondente ás bases das columnas do pavimento nobre". Ou seja, não haveria frontão, mas manter-se-ia a ondulação sugerida pelas colunas, reforçada, verticalmente, por "quatro grupos de estatuas", iconografias dos génios da "navegação" e do "trabalho", ladeando, nos extremos, as figuras centrais da "Patria e da Liberdade". Neste momento, Parente da Silva propunha-se ainda substituir o "ferro e o crystal", previsto para a cobertura da cúpula, por zinco exterior, "estucado pela parte interior à imitação das construidas nos melhores edificios franceses, de construcção moderna". Para o seu remate, recuperava a desejada "torre (breffoi)" de Pezerat "para n'ella estabelecer quatro mostradores de relogio".

Esta proposta de alteração ao projecto não encontrou qualquer receptividade por parte dos seus opositores: o desenho da cúpula era julgado desproporcionado, a torre poderia "ser eliminada sem inconveniente" e, quanto ao remate da fachada, era aconselhado a "estudar um frontão triangular, supportado pelos quatro pares de columnas" (60).

Para executar esta sugestão, que logo se transformou em ordem, era necessário destruir o entablamento recortado já construído, com despesa considerável, e esse foi o argumento que o arquitecto e o vereador das obras agitaram junto da opinião pública que lhes foi favorável (61), embora a resistência do primeiro radicasse essencialmente em sentidas razões estéticas. Para ele, "o acabamento do edificio destinado para os paços municipaes (...) jámais poderá ser o de um *frontão triangular*, sem perigar o bom gosto artístico, offender as regras, despresar os bons exemplos que nos deixaram nas suas obras os grandes architectos, e principalmente sem estragar completamente o meu projecto" (62).

Em primeiro lugar, Parente da Silva entendia estar o "frontão" que lhe queriam impor em "completa discordancia com a decoração, dimensões e grandeza" do edificio, inserindo-se, "desproporcionado e disforme", sobre a "finura, dimensões e formas esbeltas das columnas de ordem composita". Procurando ridicularizar Ressano Garcia, em relação a conhecimentos de arquitectura que ele efectivamente não tinha - designando a Praça de S. Marcos de Veneza de arquitectura clássica ou afirmando que Vignola classificara a culunata do Louvre de "o mais bello especimen de architectura"... - o derrotado arquitecto cita dimensões de praças e de edifícios dos compêndios franceses para provar a escala miúda da Praça do Pelourinho a precisar, na sua opinião, da "forma pyramidal" do remate que propunha.

Em segundo lugar, Parente da Silva entendia que o frontão triangular proposto, era "a repetição dos remates dos unicos edificios notaveis construidos no largo do Pelourinho", o Arsenal e a Igreja de S. Julião, com a agravante de essa forma se encontrar excessivamente apropriada pela arquitectura corrente da cidade: "se bem procurarmos n'esta capital em que infelizmente os edificios e predios, com raras excepções, teem falta de decoração artistica e belleza architectonica, encontraremos o crasso abuso do aproveitamento da idéa dos frontões triangulares, em aguas-furtadas de muitos predios, que miseravelmente se erguem caprichosos, como padrão permanente da decadencia artistica do nosso paiz, apresentando como typo de belleza architectonica o peregrino frontão triangular, com um circulo ou florão no centro do tympano, e alguns remates no vertice!" (63).

Apesar desta violenta oposição do autor do projecto do edificio, foi o frontão que venceu - "a fôrma triangular é a mais formosa, a mais apropriada, aquella que mais nos agrada e enleva", segundo Elias Garcia (64) - desenhado por Frederico Ressano Garcia, ou por alguém por ele, como sugere Parente da Silva, significando esta vitória a afirmação da autoridade incontestada do novo Engenheiro-chefe que, em 15 de Outubro de 1874, o reconhece em ofício dirigido ao Presidente da Câmara: *"A quasi unanimidade com que a Camara, apesar dos desvios da opinião publica causados por informações inexactas, se pronunciou, em sessão de 12 do corrente, a favor do projecto que, de*

accordo com a Comissão de Obras e Melhoramentos, elaborei para o remate da fachada principal do edificio dos Paços do Concelho, as declarações precisas que acompanharam a votação, são provas tão significativas da confiança que á vereação merece o seu engenheiro, que mais seria orgulho que modestia deste o pretender desconhecel'o" (65).

Vencido não só ficava o arquitecto da obra, como também o Vereador das obras e Rosa Araújo, futuro e decisivo presidente da Câmara, que propusera o envio "á associação dos architectos civis portuguezes todos os planos do acabamento da fachada principal do edificio dos paços do concelho, e que se consulte a mesma associação sobre qual dos mencionados planos é o que melhor convem" (66).

Como consequência da desautorização de que se sentia vítima, Parente da Silva pediria a sua exoneração em 1876, possibilitando, com esse acto de orgulho ferido, a entrada na Repartição Técnica, em 1878 (67) mediante concurso, do jovem arquitecto José Luís Monteiro, que viria a ser o mais diligente, fiel e qualificado assessor de Ressano Garcia nos projectos de extensão da cidade que já então se delineavam. Terminavam, na Câmara de Lisboa, as décadas de empirismo, coincidindo a sua requalificação técnica - elaborada pelas indiscutíveis personalidades de engenheiro e arquitecto recém-formados em Paris que, em concursos públicos, em muito se destacaram dos restantes concorrentes - com um ciclo inédito de crescimento demográfico e desenvolvimento económico e financeiro. Lisboa entrava num ritmo europeu de ampliação urbana e essa situação desenvolvimentista foi imediatamente representada no luxo com que foi completado o edifício que a representava, em termos do engrandecimento do acesso interior e da decoração das salas do piso nobre onde, sob a direcção de José Luís Monteiro, trabalharam alguns dos mais destacados pintores fino-oitocentistas, como Columbano e Malhoa (68).

Uma das componentes positivas do sensível acréscimo do investimento nos acabamentos do Palácio municipal foi a decisão de substituir a decoração inicialmente pensada para o polémico frontão, prevendo relógio central e coroamento com o brasão

da cidade que, justamente, tanto aterrorizavam Parente da Silva, por uma equilibrada composição em baixo-relevo da autoria de Anatole Calmels.

Terminada em 1882, ela reunia as iconografias desde sempre ideadas pelo primeiro arquitecto: o brasão de Lisboa ao centro, ladeado, à direita, pelo "Amor da Pátria", secundado pela "Ciência" e a "Navegação" em segundo plano, e, à esquerda, pela figura da "Liberdade", sob o pano de fundo do "Comércio" e da "Indústria". Esta solução, de seguro academismo internacionalizado, iludiu o geometrismo seco das linhas do frontão e a desornamentação do seu entablamento, conseguindo um equilíbrio imagético com a decoração ecléctica utilizada por Parente da Silva para sublinhar o ritmo dos mezzaninos e os vãos do andar nobre. Não creio sequer que se verifique o esmagamento dos quatro pares de colunas compósitas em que ele assenta, como o arquitecto assegurava que aconteceria: predomina a horizontalidade que desde sempre caracterizou a imagem global do edifício, em sintonia com as volumetrias da envolvência (**Fig.158,7-9**). Por isso, a proposta de a contraditar com grupos escultóricos verticalizantes, sustentados por entablamento recortado, contrariaria, sem suficiente expressividade, as uniformes marcas lumínicas das cornijas rectas que animam as fachadas laterais e se prolongam, na principal, com o movimento curvo dos vãos de sacada e dos mezaninos cujas grinaldas compõem um acertado ritmo descendente.

Ou seja, os Paços do Concelho assentam solidamente no chão, como acontece com o vizinho Arsenal e os prédios pombalinos da envolvência e se resulta algo atacarrado tal deve-se mais à sua imensa volumetria, estendendo-se por quatro ruas, do que ao pretenso peso do seu frontão. Depois de tantas hesitações e polémicas, a obra adquiria uma monumentalidade amável, actualizando a sintaxe arquitectónica da Praça do Pelourinho onde este continuava a ser a única e qualificada marca verticalizante, erguendo-nos o olhar para a colina de S. Francisco, numa compensação orgânica da sua falta de vistas. Depois do Teatro Nacional, o novo edifício era a mais importante produção arquitectónica oitocentista, participando no mesmo ciclo de um neo-classicismo tardio, mais compósito e ecléctico agora do que em 1840, representando o esgotamento de um modelo que, todavia continuava a não alternativa e seria ainda

retomado, com outra magestade, no projecto de Ventura Terra para o Palácio das Cortes, nos anos finais de 1800.

Particularmente significativo é o facto deste edifício, de ostensiva riqueza interior e cuidada fachada, em que se dispenderam elevadíssimas somas, albergar os Paços do Concelho. Numa época que quis construir um Palácio da Justiça, modernas prisões e escolas, a Biblioteca Nacional ou uma Academia das Artes, foi a Câmara que se impôs no delineamento da sua Sede representativa, simbolizando assim o destaque que havia adquirido na gestão da cidade e na progressiva afirmação da sua influência política que em breve se traduziria em vitória republicana. Uma nova ideologia, positivista mas muito marcada pelo nacionalismo, ali se elaborava de que uma das figuras mais destacadas, e activas na polémica contra Parente da Silva, foi o engenheiro vereador Elias Garcia.

Salette Salvado, que tem vindo a estudar empenhadamente o edifício, insinua que, tanto na sua implantação como nas opções espaciais e decorativas, existe uma simbolização de matriz maçónica (69), hipótese curiosa que merecerá abordagem mais exaustiva. Mas, neste trabalho sobre um século de desenvolvimento da cidade, o que me interessa salientar é que os Paços do Concelho materializam o êxito da política municipal de Lisboa que, desde a implantação do liberalismo, lutou por reaver os poderes de decisão urbana, apropriados pelos Marquês de Pombal, e que, na fase inicial de profundas transformações, atribuiu capacidades decisórias quase absolutas ao seu novo Engenheiro-chefe, Frederico Ressano Garcia. Este esmagou o modesto Domingos Parente da Silva, mas para lá do facto em si, lamentável e injusto, a atitude representa que, um século depois do desaparecimento do reconstrutor da cidade, estava em gestação uma nova *ideia* para a capital.

Notas

1. CUSTÓDIO, Jorge, "Reflexos da industrialização" in *O livro de Lisboa* (coord. de Irisalva Moita). Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag. 474. Em fase mais avançada do artigo citado, o autor afirma ser o risco da Fábrica de Santo Amaro de João Pires da Fonte, facto curioso, por se tratar de um professor da Real Academia de Belas-Artes, a justificar indispensável investigação complementar.

2. *Diário do Governo*, nº 94, 24 de Abril de 1843, pag. 691. Cito o mesmo artigo: "Mas o edificio tão bello e tão proprio para o objecto do estabelecimento scientifico? Esse ahi está, cadaver que foi, enchendo de mágoa com as suas paredes descarnadas os proprios olhos que dantes lisonjeava com a apprencia de uma construcção sólida e regular!".

3. *Idem, ibidem.* Ver também, sobre o apoio de Alexandre Herculano a esta proposta, cap.6, pag.323.

4. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, nº 19, sessão de 22 de Maio de 1843, pag.s 305-311.

5. BRAGA, Pedro Bebiano, "Escola Politécnica" in *A sétima colina, roteiro histórico-artìstico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag.s 106-108. Segundo este autor J. F. da Silva Costa contou com a colaboração "de Luís Muriel, professor de desenho, brevemente reformado (1851)", sendo os planos depois reformulados "por João Pedro Monteiro, professor adjunto de desenho (1848-1853), sucedendo-lhe no ensino Pierre-Joseph Pézerat, arquitecto camarário, de formação francesa, que, definindo o projecto (infelizmente perdido), passou a dirigir as obras".

6. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 7 de Março de 1857, pag. 86.

7. Ver apêndice, **doc.96**.

8. Ver cap.6, pag.256. A informação sobre a origem das colunas da fachada da Escola Politécnica recolhia-a em COSTA, Mário, *Palácio Barcelinhos*, 1959, pag. 18 que cita Gonzaga Pereira, 1833 ("No ano de 1835 foi vendida ao negociante Manuel dos Contos; este mandou destruir o prospecto, para o fazer da forma que hoje se vê; as collunas estão na Ribeira das Naus") e um ofício do Ministério do Reino (*"Havendo Manuel José d'Oliveira, actual proprietario do edificio da supprimida Casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio, cedido as grandes columnas de cantaria e seus capiteis, que ornão o frontespicio d'aquella Igreja, para serem empregadas na fachada do novo theatro nacional, que se projecta fazer; com a condição de que não seja feito á sua custa o descimento e conducção das mesmas columnas (...)"*. No entanto, as colunas não viriam a ter esta aplicação, sendo SEQUEIRA, Gustavo Matos, *Depois do terramoto*, 1916, vol. I, pag. 366, quem terá confirmado a sua utilização na reconstrução da Escola Politécnica. Não parece por isso de aceitar a afirmação de Pedro Bebiano Braga, op. cit. na nota 5 deste capítulo, que afirma serem as colunas oriundas das "ruínas da igreja do Convento de S. Francisco, destruída pelo terramoto".

9. *O Panorama*, 3ª série, vol. IV, nº 18, 5 de maio de 1855, pag. 137.

10. *Idem, ibidem.*

11. Ver cap.6, pag. 358.

12. Ver cap.3, pag. 178 e seguintes.

13. *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa, 1844-1848*, documento nº22, pag.64.

14. *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, 18 de Julho de 1834, pag. 160 e 9 de Outubro de 1835, pag. 41v.

15. *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa, 1844-1848*, documento nº7, pag. 42.

16. Ver nota 13.

16. AHMOP, "Carta de Pedro Jose Pezerat dirigida ao Ministro das Obras Publicas", 25 de Outubro de 1864.

17. *Annaes do Municipio de Lisboa*, 26 de Julho de 1849: "Antonio Maria Fontes Pereira de Mello (...) faço saber aos que este alvará virem que a Camara Municipal de Lisboa requereu licença para fundar um matadouro de gado e seus acessórios no Largo da Cruz do Tabuado em Lisboa (...) (autorizo) considerando que o local escolhido é isolado das habitações, tem boa exposição e ventilação (...)".

18. *Idem*, 11 de Março de 1861.

19. *Archivo pittoresco*, vol. 6, 1863, pag.s 212-214.

20. *Idem, ibidem.*

21. *Arquivo Municipal*, 11 de Abril de 1861 (Ofício do engenheiro Director da Empresa de Caminhos de Ferro de Leste: "Que a Câmara mande demolir uma casa que possui na Rua Caes dos Soldados (...) afim de proceder ao pronto aterro da Praia dos Algarves como é mister para estabelecer quanto antes a estação principal do referido caminho de ferro") e 15 de Setembro de 1864 ("A Câmara aceita a expropriação do seu prédio na Rua dos Algarves para transformar a dita praia em Praça Pública").

22. *Archivo pittoresco*, tomo IX, 1866, nº4, pag.s 2-3, 25-26.

23. *Archivo Municipal*, 8 de Julho de 1869 (Pinto Bastos apresentou "uma planta para alargamento da Rua do Caes dos Soldados em frente da estação principal do caminho de ferro"), 10 de Janeiro de 1870 (Proposta de Z. Pedroso para que "procedam ao estudo do melhor meio de alargamento e modificação do declive da Calçada de Santa Apolónia") e 14 de Fevereiro de 1870 ("Aprovado o projecto de alargamento das ruas do Caes dos Soldados, da Bica do Sapato e da Calçada de Santa Apolónia").

24. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 6 de Novembro de 1888. Segundo a mesma fonte, em 9 de Dezembro de 1900, o "Engenheiro Chefe dos Serviços do Tejo e Porto de Lisboa", em cumprimento da portaria de 7 de Junho daquele ano, entregava "ao Município o

primeiro lanço da Avenida marginal do porto de Lisboa, entre os novos armazens da alfândega e a nova delegação aduaneira da estação dos Caminhos de Ferro em Santa Apolónia".

25. *Archivo pittoresco*, tomo 1, Agosto, 1857, nº 5, pag. 33-34.

26. Ver nota 22 deste capítulo.

27. Refiro-me, evidentemente, sobretudo à notável "Sala de Portugal" da Sociedade de Geografia, inaugurada em 1897. Recorde-se, a propósito, que no Porto a arquitectura do ferro é muito mais precoce, da Ponte D. Luís, 1841-43, ao Palácio da Bolsa, cujas obras se iniciaram em 1841, ou à Alfândega (desde 1860), culminando no Palácio de Cristal, da autoria do arquitecto Dillen Jones, inaugurado em 1865 para a primeira Exposição Internacional do Porto. Ver, a propósito, a síntese actualizada, com ampla bibliografia, de CARDOSO, António, "A arquitectura do ferro no Porto oitocentista" in *Porto 1865, uma exposição*. Lisboa, Expo 98, 1994.

28. Ver cap.7, pag. 424.

29. Ver, a propósito, *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*. Lisboa, FCG, 1989.

30. Segundo o *Catálogo da Exposição das indústrias fabris*, vol.3, editado em 1890 pela Associação Industrial Portuguesa, 1890, pag. 311-313, o Asilo D. Pedro V foi promovido "pela classe commercial de Lisboa", em 1855, que, da "subscripção para solemnizar a inauguração do reinado de D. PedroV", destinou, para essa finalidade, 4 000$000 réis. O Instituto recebeu "creanças pobres de todas as povoações circumvizinhas" para "livrar a capital de ter em breve às suas portas um vacalhouto de discolos, desordeiros e brigões". O edificação foi iniciada em 1856 e "concluida em setembro de 1857", "havendo custado 13 250$000 réis". Em 1867, iniciaram-se obras de ampliação, destinadas à criação de um "internato feminil".

31. *Arquivo pittoresco*, tomo X, 1867, nº 37, pag.s 289-291.

32. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1967, vol. 3, pag. 381.

33. *Idem, ibidem*, pag. 302.

34. AHCML, *Colecção de prospectos*.

34a. Ver nota 30.

35. Ver SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *op. cit.*, onde todas as questões sobre a programação do Teatro da Trindade, como a do Ginásio, são amplamente desenvolvidas.

36. Ver cap.6, pag. 365 e seguintes.

37. SEQUEIRA, Gustavo Matos de, *op. cit.*, pag. 382.

38. *Archivo Municipal*, 24 de Março de 1862, 3 de Maio, 25 de Junho, 13 de Novembro de 1866, 10 de Janeiro, 18 de Novemnro, 2 de Dezembro de 1867, 13 de Janeiro de 1868.

39. AHCML, *Colecção de prospectos*. O prédio pertencente a António José Gomes foi aprovado em 15 de Março de 1866, constando de três prédios adjacentes com cave, r/c e 1º andar.

40. Ver CORREIA, J.E. Horta, "Santos, Reinaldo Manuel dos" in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Presença, 1989, pag.438. Ver também OLIVEIRA, Eduardo Freire de, 1887, pag. 72 e 432-437.

41. Ver SALVADO, Salette, "Paços do Concelho- O Paço pombalino" in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, 1994, pag. 683-686.

42. *Archivo Municipal*, 28 de Novembro de 1863.

43. *Idem*, 11 de Janeiro de 1864.

44. AHCML, *SGO*, Cx. 1, 1865-1868, doc. 79, Offcio do Ministério das Obras Públicas, assinado por João de Andrade Corvo, dirigido à Câmara Municipal de Lisboa, 10 de Setembro de 1866.

45. *Idem, ibidem*, doc. 93, Exposição de Pezerat dirigida ao Vereador Vaz Rans C. B. Froés, 11 de Outubro de 1866.

46. Embora esteja impresso no *Archivo Municipal*, na acta da Sessão de 11 de Janeiro de 1864, a explícita aprovação do projecto de Pezerat ("Não foi aprovada a proposta de Severo de Carvalho para se pôr a concurso o projecto da nova edificação dos paços do Concelho. Aprovou-se o projecto para a dita construção apresentado pelo eng. Pezerat"), em 4 de Setembro de 1865, regista-se, no mesmo *Arquivo Municipal*, a propósito de um pedido de esclarecimento do solicitador da Câmara: "Depois de breve discussão declarou a camara que tal projecto *não estava approvado*, nem outro qualquer; autorisando-se o sr. solicitador para assim o fazer constar na estação competente".

47. *Archivo Municipal*, 26 de Novembro de 1866.

48. No seu opúsculo *Paços do Concelho. Defesa do Architecto da Camara Municipal de Lisboa Domingos Parente da Silva*. Lisboa, 1874, Parente da Silva afirma que na sua escolha para esta tarefa "não houve em tudo isto a mais leve sombra de desaire, nem eu me tornaria cumplice n'este, para com o meu particular amigo o fallecido sr. engenheiro Pezerat, chefe da repartição technica: o projecto d'elle não estava approvado e foi retirado por aquelle cavalheiro, cuja falta de saude lhe não permittia reformal-o".

49. Sobre Domingos Parente da Silva ver VITERBO, Sousa, 1904, 2º vol., pag. 240-241.

50. Depois de ter pedido a sua exoneração como arquitecto da Câmara, em 1876, Parente da Silva, segundo Sousa Viterbo, projectou e construiu os Recreios Whitoyne, na Praça dos Restauradores, e apresentou um projecto de restauro para o Mosteiro dos Jerónimos. Em 1884, ingressou no quadro do Ministério das Obras Públicas.

51. *Archivo Municipal*, 24 de Janeiro de 1867.

52. SILVA, Domingos Parente da, 1874, pag. 34.

53. AHCML, *SGO*, Cx.1, 1865-1867, doc. 30. O dito "Jury" era constituído por Pedro José Pezerat, Rambois e Cinatti, para a "parte decorativa", Pires da Fonte e Sequeira para a "construcção", Feijó e Cascaes, para a "sciencia". A proposta da sua constituição foi apresentada

por Joaquim José Rodrigues da Camara, em 28 de Março de 1867, e creio que nunca teve execução.

54. SILVA, Domingos Parente da, *op. cit.*, pag. 7.

55. *Idem, ibidem*, pag.11.

56. *Idem, ibidem*, pag. 46-47.

57. *Idem ibidem*, pag. 10.

58. *Archivo Municipal*, 1874, pag. 2202.

59. SILVA, Domingos Parente da, *op. cit.*, pag. 48 e 15-16.

60. *Idem, ibidem*, pag. 49.

61. *Idem, ibidem*, pag.s 53-56, onde se trancreve a "Representação" elaborada numa "reunião de munícipes de Lisboa", realizada em 18 de Outubro de 1874, recomendando a "necessidade de se estudar o assumpto com toda a circumspecção e conhecimento de causa, e de se fazer proceder a execução de quaesquer alterações e a conclusão do edificio, da consulta das pessoas e corporações especialmente dedicadas a estudos correlativos e dotadas da proficiencia provada que o caso exige".

62. *Idem, ibidem*, pag. 50.

63. *Idem, ibidem*, pag. 51.

64. *Archivo Municipal*, 1874, pag. 2218.

65. AHCML, *SGO*, Cx. 3, doc. 42.

66. SILVA, Domingos Parente da, *op. cit.*, pag. 57.

67. *Archivo Municipal*, 29 de Maio e 17 de Outubro de 1876, 25 e 28 de Maio, 3, 10, 12 de Outubro de 1877, 20 e 27 de Maio de 1878.

68. Para a descrição minuciosa dos programas decorativos do edifício dos Paços do Concelho ver SALVADO, Salette, 1982.

69. *Idem, ibidem*. Ver também nota 41 deste capítulo.

8.2. Os monumentos

O desejo de glorificar pela escultura a nação e a sua História, regeneradas pelo liberalismo, insere-se na cultura europeia do século, e mais globalmente numa herança classicista, mas foi vivido em Lisboa traumaticamente, durante toda a primeira metade de 1800, pela incapacidade quer de completar projectos herdados, como acontecia com o Arco da Rua Augusta, quer, sobretudo, de dar corpo ao Monumento do Rossio que, depois de se destinar a representar a Constituição, deveria assumi-la na figura mitificada de D. Pedro IV.

Entretanto, como anteriormente vimos, fora possível erguer o monumento a Luís de Camões, indiciando uma alteração das capacidades financeiras e gestionárias da cidade, e sobrepõem-se propostas de muitas outras memórias: voltou a desejar-se colocar o monumento de Pina Manique a D. Maria I na Praça da Estrela, quis celebrar-se D. Pedro V ou D. Fernando, passando pelos heróis do constitucionalismo que, aliás, antes do fim do século, serão monumentalizados, de Sá da Bandeira ao Duque da Terceira para culminar com Saldanha, já nos primeiros anos de 1900, centralizando uma nova praça da capital ampliada. Mas o que fundamentalmente revela o dinamismo adquirido por Lisboa, a partir de 1850, foi a execução dos dois monumentos adiados ao longo das conjunturas de crise, representando não só um ajuste positivo com o passado como completando finalmente a imagem urbana das duas praças do centro histórico da cidade delineado pela reconstrução pombalina. Por isso, para os objectivos deste trabalho, é indispensável brevemente neles me deter.

8.2.1. O Arco da Rua Augusta

Paradas as obras desde que, no começo do século, haviam sido colocadas as colunas de sustentação do Arco Triunfal (**fig.159**) delineado por Eugénio dos Santos e alterado por Carlos Mardel (1), só em 1843, o governo de Costa Cabral decidiu completá-lo, aproveitando, simultaneamente, para auscultar as capacidades dos arquitectos das Obras Públicas, convidados a proporem soluções alternativas às adquiridas.

No entanto, os resultados do concurso foram bastante decepcionantes, incapazes de descolar dos projectos anteriores nos casos mais qualificados, entre o frontão de Eugénio dos Santos, a torre de Mardel e o obelisco de Fabri, ou substituindo-as por fantasiosas e desadequadas cenografias, nas situações menos cuidadas (2) (**Fig.159,2-3**). O vencedor foi Veríssimo José da Costa, propondo, com grande economia de meios, uma simples platibanda, coroada com o brazão de Lisboa e troféus laterais, que permitiria uma expeditiva conclusão da obra mas traía também a marca verticalizante que, desde Mardel, ninguém se atrevera a contestar.

As obras ter-se-ão iniciado logo depois, embora a ritmo lento, vindo o seu orçamento de 10 400$000, proposto pelo Governo em 1849, a ser duramente questionado por Fontes Pereira de Melo, então deputado da oposição (3). Segundo ele, embora "como amigo das artes" desejasse "que a nossa Capital seja tão bella quanto ela é susceptivel de o ser", aquela quantia mínima, num orçamento total previsto em "100 contos de réis", não permitia o rápido avanço dos trabalhos e, sobretudo, era mais um desvio de objectivos fundamentais, "agora que estamos a braços com grandes difficuldades (...) em resolver a questão financeira".

Em resposta, o Ministro da Fazenda justificou-se, afiançando que encontrara a obra em curso, aliás sem enquadramento financeiro que agora procurava dar-lhe, no sentido de rentabilizar "as grandes sommas que já se tinham gasto" e manter o emprego a muitos operários, apoiados por "uma machina mais perfeita com que se consegue levar

as pedras ao seu logar d'uma maneira simples e economica". A verba viria a ser aprovada, entre diversas intervenções de sentido contrário, umas reforçando a de Fontes Pereira de Melo - mero "effeito optico, e isto quando se não paga ás classes inactivas, e quando está muita gente a morrer de fome; em vez de se ter compaixão com os vivos, vai-se ter compaixão com a pedra!" - outras a do Governo, procurando articulá-la com o respeito pela História: "Pois começou-se pelo Marquez de Pombal essa obra magestosa para o aformoseamento da Capital, chega-se até ás columnas e fica esta obra parada! Isto em frente do desembarque da Capital, aonde os estrangeiros vem desembarcar, e dão com os olhos n'uma obra por acabar ha mais de 60 annos!".

O futuro deu, no entanto, razão a Fontes: a obra arrastou-se sem proveito, vindo de facto apenas a ganhar impulso no início da Regeneração, quando o projecto foi substancialmente alterado e enriquecido. De um apontamento anexo a vasta documentação gráfica sobre as soluções construtivas a adoptar, já assinadas por Anatole Calmels, consta uma proposta do *"Chefe da 5ª repartição"*, arquitecto Paulo José Ferreira da Costa, datada de 1853, que, sobre o projecto *"approvado em 30 de Julho de 1845"*, propõe *"em logar d'estas quatro figuras allegoricas - muito sensabores - as estatuas de 4 grandes homens portuguezes - e nos outros remates da praça as que combinarem"* (4) de uma lista de 14 personalidades que enuncia, começando pelo *"Condestavel"* e *"João das Regras"*, passando pelos grandes navegadores e infantes de Avis, mas também, em oitavo e nono lugar, por *"Bartolomeu dos Martyres"* e *"Antonio Vieira"*, para terminar no *"Marquez de Pombal"*. Eram hipóteses a escolher mas *"se forem todos melhor"*....

Esta proposta, ameaçadora para o equilíbrio da Praça, viria a ser sintetizada por Vitor Bastos, o mais qualificado escultor português do Romantismo, nas figuras do "Tejo" e "Douro", funcionando como apoios às aletas de ligação do Arco com os alçados adjacentes, e nas estátuas de Viriato, Vasco da Gama, Marquês de Pombal e Nuno Álvares Pereira, emolduradas na continuidade das colunas de sustentação. Anatole Calmels assumiu a responsabilidade do grupo alegórico do coroamento, representando a

Gloria coroando o Génio e o Valor, e delineou também o brasão nacional, sinuosamente engrinaldado (**Fig.159.1**).

A crítica da época considerava que "a obra moderna é caracteristica do mau gosto, que ha muito se arreigou em Portugal" (5), defendendo, por exemplo, que a estatuária fosse "autonomizada" pelo "eterno anacronismo de apresentar Viriato quase de braço dado com o Marquês de Pombal" (6), mas a verdade é que ela estava de acordo com os referentes europeus do tempo que, necessariamente, se distanciavam do século em que a Praça fora delineada.

Nenhum arquitecto português foi capaz de propor uma articulação mais orgânica entre o projecto setecentista de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e os desejos de celebração historicista do tempo. Por isso, Calmels a representou com a sua ecléctica linguagem internacionalizada, quase fabricada em série, que servia a Lisboa como a Paris ou qualquer outra capital. Sem génio nem sensibilidade aos valores despojados da arquitectura pombalina que, como já acontecera com Costa e Silva ou Cyrillo Volkmar Machado (7), acharia pobre e pouco expressiva. Para os promotores da encomenda, no entanto, cumpria-se assim uma dívida com o passado, encerrando em 1873, o longo ciclo da reconstração do sítio, coroado com a linguagem retórica e academizada com que o século quase a findar teimava em fazer sobreviver a norma classicista da História e do Belo (**fig.159,4-8**). E convenha-se, que século XX adiante, em S. Bento ou nos monumentos comemorativos ao Marquês de Pombal ou aos Mortos da Grande Guerra, não se iria fazer obra superior...

8.2.2. O monumento a D. Pedro IV no Rossio

Mais feliz foi o desenlace do monumento do Rossio que, sem os constrangimentos arquitectónicos existentes na Praça do Comércio, beneficiou certamente dos sucessivos adiamentos de execução.

O monumento aprovado em 1843, da autoria de Rambois e Cinatti (8), na sequência de concurso público, aberto em 1841 (9), terá conhecido um início de

construção, com a cerimónia de lançamento da Primeira pedra, presidida pela Rainha em 17 de Julho de 1852 (**Fig.160**). A base que ainda saíu do solo depressa foi alcunhada de "galheteiro" pelos lisboetas, sendo duramente criticada por todos: porque *"serve aquelle local para brincadeira de rapazes, que trepão até á sacada do socco alto do monumento"* (10) ou porque "construção interrompida e quasi informe aí se acha abandonada essa aglomeração de pedras, parecendo querer perpetuar não a memória do Imperador mas a incúria e o desleixo daqueles a quem estava cometido o desempenho de obra tão nacional" (11).

Entretanto, em 1854, o Ministro do Reino, interpelado sobre o assunto na Câmara dos Deputados, justificava-se confessando que "os resultados da subscripção nacional para o monumento do Rossio não foram tão pingues como era de esperar" (12) e que a comissão deixara de ser presidida pelo Duque de Palmela, substituído por José da Silva Carvalho com a colaboração de Almeida Garrett.

Não se repetindo o sucesso que foi a subscripção nacional e internacional para a erecção do monumento a Luís de Camões (13), o problema teve de ser resolvido com dinheiros públicos, obtendo o governo do Duque de Loulé, em 2 de Julho de 1862, "autorização parlamentar para a abertura de créditos anuais extraordinários destinados à construção de um monumento ao Libertador" (14). Na comissão promotora encontravam-se velhos senhores do regime, como o Conde de Farrobo, o Duque de Palmela, os Marqueses de Sá da Bandeira e Fronteira, a par de professores da Academia de Belas-Artes, Assis Rodrigues, seu director, ou Miguel Ângelo Lupi, o mais destacado pintor da sua geração.

Antes de ser demolido, em 25 de Fevereiro de 1864, o "galheteiro" ergueu-se efemeramente, para celebrar o casamento de D. Luís, suportando "uma columna de Trajano, de 9 metros de altura, incluindo o capitel, pintado côr de bronze, tendo desenhados a oiro os coches e mais estado com que Suas Magestades se foram receber á egreja de S. Domingos" (15), numa antevisão, iluminada por "600 luzes", do projecto inicial que os cenógrafos de S. Carlos haviam proposto e que, no seu impacto urbano, anunciava também a figura do monumento final.

Este surgiria na sequência de concurso internacional, aberto em 30 de Março de 1864. No contexto desenvolvimentista da Europa destes anos, marcado por intenso crescimento das cidades e numerosas iniciativas monumentais, o certame foi um sucesso, com participação de artistas italianos, russos, holandeses, ingleses e belgas, num total de 87 projectos (16), vindo o primeiro prémio a distinguir a proposta do escultor Elies Robert e do arquitecto Davioud que foi preferida ao único projecto português premiado, da autoria de António Tomás da Fonseca, galardoado com o segundo prémio (**Fig.160,1-2**).

Edificado entre 1867 e 29 de Abril de 1870, data da inauguração (**Fig.160,3.**), celebrando o quadragésimo quarto aniversário da Carta Constitucional, o monumento a D. Pedro IV obteve, justamente, a unanimidade positiva da cidade.

Composto, classicamente, de embasamento, pedestal, coluna e estátua, erguia-se a 27,5 m de altura, sobre uma base de 9,49 m de diâmetro; havia riqueza alegórica, garantida pelas quatro estátuas que, à volta do embasamento, representavam a "Prudência", a "Justiça", a "Fortaleza" e a "Moderação", ritmando o desenrolar dos baixos-relevos dos dezasseis brazões das principais cidades do reino, e, no terço inferior da coluna, pelas quatro figuras da "Fama", ligadas entre si por festões e grinaldas; entre estas duas zonas cenográficas, o pedestal assumia as funções narrativas, apresentando, nas quatro faces, almofadas com inscrições, coroadas de pequenos frontões; no alto, transformado em vulto protector, o imperador, trajado de general, apoiava-se num globo, apresentando com a mão direita a carta constitucional e descansando a esquerda sobre a espada (17).

Esta académica e internacionalizada iconografia, adaptável às mais diversas situações comemorativas, inseria-se, com elegante ímpeto vertical, no centro da velha Praça, obrigando o olhar a erguer-se da sólida arquitectura pombalina envolvente para encontrar, de um lado a colina do Castelo e, do outro, os arcos góticos, ou neo-góticos, de Nossa Senhora do Carmo. O Rossio adquiria assim uma figura romântica de vistas múltiplas, circulando também entre o denso Arco do Bandeira e a fachada erudita do Teatro Nacional e, no meio, pela reverberação luminosa das ondas do calcetamento

decorativo (**fig.160,4.**). Em nenhum outro lugar da cidade, os burgueses do liberalismo haviam conseguido apropriar-se, com idêntica eficácia, da sólida herança recebida, ampliando-a com os seus desejos de cosmopolitismo "aformoseado" que ganhava consistência arquitectónica e cultural pelo teatro, entendido por Garrett como escola de civilidade, e pelo momumento, celebrador da História em elaboração.

Mais de um século passado desde o delineamento recticular do terreiro popular, antes sombreado pelas arcarias do Hospital de Todos os Santos, a Praça apresentava-se como uma síntese entre o contributo pombalino, que lhe determinava a ordem, e as marcas românticas que lhe inventavam o centro e o remate. Sabendo que estes influxos não foram planeados à partida, resultando da resolução de sucessivos acasos, pode entender-se, num exemplo concreto, que o conceito de urbanismo vitalista é o que mais convém, como tenho vindo a sugerir, para elucidar as iniciativas da Lisboa burguesa, no tempo aparentemente parentético entre Pombal e Ressano Garcia.

Notas

1. Ver cap.3, pag. 170 e seguintes.

2. Seguimos as preciosas informações de FRANÇA, J-A., 1966, vol.1, pag. 328-331, vol.2, nota 276. Os desenhos do concurso pertencem à Academia Nacional de Belas-Artes que, no entanto, não pude consultar em tempo útil.

3. *Diário das Cortes dos Senhores Deputados*, nº6, 7 de Maio de 1849, pag.s 96-103.

4. ANTT, *Ministério do Reino- Plantas*, Cx. 5282, IV/C/ 126(16).

5. *Artes e Letras*, 1874, nº11, Novembro, pag.s 173-175.

6. *Idem*, 1872, Novembro, pag. 175.

7. Ver cap.3, pag. 165 e seguintes.

8. *Diário do Governo*, 22 de Março de 1843, pag. 498: " (...) o local que Sua Magestade a RAINHA Houve por bem escolher para a collocação do monumento que se projecta erigir á memoria do Seu Augusto Pai o Immortal Duque de Bragança o Senhor D. PEDRO IV, é a Praça de D. Pedro: segundo, que o risco escolhido é o de Rambois e Cinati· terceiro, que a Mesma Real Senhora, e Seu Augusto Esposo offereceram para o dito monumento tres contos de réis. Deos guarde a V. Ex.ª. Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em 15 de março de 1843. = Ill.mo e ex.mo sr. Duque de Palmella. = Antonio Bernardo da Costa Cabral".

9. Ver cap.6, pag. 321.

10. AHMOP, *Intendência das Obras Publicas de Lisboa*, doc. 57: Oficio "Participando a devassidão em que se acha o monumento prencipiado na Praça de D. Pedro (...)", datado de 22 de Dezembro de 1857.

11. *Annais do Municipio de Lisboa*, 18 de Março de 1859, pag. 237.

12. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de Março de 1854, pag. 305.

13. Ver cap.7, pag. 404.

14. MARTINS, Rocha, "O monumento a D. Pedro IV e o imperador Maximiliano do México" , in *Revista Municipal*, ano 1, nº1, 1939, pag. 21-48.

15. *Archivo pittoresco*, tomo V, nº 32, 1862, pag. 256.

16. Ver album com todos os projectos in *Monumento a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro IV*. Lisboa, Imp. Nacional, 1868.

17. Seguimos a descrição do monumento feita por Vilhena Barbosa in *Archivo pittoresco*, tomo VIII, 1865, nº 7, pag.s 49-50.

8.3. A arquitectura doméstica

Depois do período vindo de 1834, com norma mas sem eficácia de obrigatoriedade, em 2 de Outubro de 1845, a Câmara Municipal voltava a exigir a apresentação dos prospectos de todas as obras particulares a efectuar na cidade, que lhe eram enviados depois de aprovação pela Repartição das Obras Públicas, criando, simultaneamente, um serviço geral de arquivo (1).

Entre aquela data e 1874, quando toda a Repartição Técnica foi profundamente remodelada, por propostas de Frederico Ressano Garcia, existem registados 2 999 "alçados", mais de dois terços dos quais dizem respeito a ampliações, consistindo, quase sempre, no acrescentamento de mais um ou dois andares. Mas mesmo quando se trata das raras construções iniciais, os documentos gráficos apresentados são sumários, consistindo numa única folha de cartão pouco espesso, das mais diversas dimensões, que inclui o desenho da fachada principal, uma pouco rigorosa escala em palmos e a literatura anexa: a "memória descritiva" reduz-se ao título do documento - com o nome

do proprietário, a localização e objectivo da obra, "addicionamento" ou "edificação" - e a autorização é expressa à margem, com a assinatura do técnico responsável (sucessivamente Malaquias Ferreira Leal, até 1854, Pedro José Pezerat, entre esta data e 1867, Domingos Parente da Silva, depois e até 1874, quando é substituído por Ressano Garcia) e a confirmação da vereação em exercício. Não há rigor no uso das cores, quase sempre o vermelho e o negro que, alternam o seu simbolismo, ora enunciando alterações, ora anteriores existências.

Embora este empirismo se mantenha ao longo de todo o período em análise, pressupondo atitude idêntica por parte da apreciação, fundamentada nas normas pombalinas, muito livremente interpretadas, verifica-se, a partir de 1852, com a chegada de Pezerat à Câmara, um desejo de tornar mais rigoroso o processo.

Assim, em 1859, o Presidente Júlio Máximo Pimentel propõe que a "Comissão Técnica seja encarregada com urgência de redigir as Bases de uma postura das construções civis" (2), que visava operacionalizar recomendações antes enunciadas pela Câmara dos Deputados, a partir da regulamentação do art. 120, nº7 do Código Administrativo, sobre edificação urbana (3). Estas iniciativas, se se relacionavam com o acréscimo dos ritmos da construção e, sobretudo, com uma vontade de melhorar as condições de vida da cidade, na sequência imediata dos grandes surtos epidémicos da década, respondiam também às exigências do novo engenheiro que, a partir de 1854, passou a dividir com Malaquias Ferreira Leal a apreciação dos prospectos (4). Pezerat não reconhecia ao velho "Arquitecto da Cidade" qualidade técnica nem estética, não se coibindo de considerar que *"3 projectos"*, por aquele sancionados, demonstravam *"mau gosto, e má construcção"*, acrescentando:

> *"Para que a aprovação da Ex.ma Camara Municipal sobre todas estas questões de construcção, dirigidas pelo gosto e experiencia artisticos dos seus Engenheiros, e Architectos seja proveitoza ao embellezamento da Cidade, e possa promover a adopção de melhores systemas de construcção architectonica é precizo que a Ex.ma Camara Municipal faça regulamentos especiaes sobre este assumpto e faça abrogar certas leys*

que regem a materia desde a epocha do Marquez de Pombal, e que estão em opposição com o progresso da Arte" (5).

No entanto, o confronto adivinhado entre Ferreira Leal e Pezerat seria expeditamente resolvido com a morte do primeiro que deve ter ocorrido no final de 1854. Mas as alterações qualitativas mais significativas nesta matéria só se manifestarão a partir da publicação do Decreto de 31 de Dezembro de 1864 do Ministério das Obras Públicas que, nas suas "Disposições relativas ás ruas e edificações no interior das cidades, villas e povoações", finalmente enunciava um conjunto de normas técnicas gerais para construção na capital (**doc.98**). Sensivelmente a partir de então, os prospectos passam a incluir, mas não sistematicamente, plantas sumárias da distribuição interior e a sua aprovação a submeter-se à exigência, referenciada como formulário repetido pela Câmara, de o proprietário "mandar encanar as aguas dos telhados p^{a} as manilhas das pias de despejo".

Mesmo assim, as indecisões permanecem com o arrastamento de velhas questões, por exemplo a de autorizar a substituição das "trapeiras" por andar corrido, que, ainda em 1866, opõem o parecer favorável de Pezerat, em relação a um prédio da Rua das Flores, à opinião do Intendente das Obras Públicas (**doc.99**). Esta autoridade, que até à chegada de Ressano Garcia à Câmara, foi conseguindo dividir com a Câmara a responsabilidade pela edificação da capital, numa sobrevivência tenaz dos direitos adquiridos na época de Pombal, opunha-se sistematicamente à alteração do "prospecto" da reconstrução pós-terramoto, intimando o Município por tolerar aos construtores o aumento de andares, depois da aprovação dos prospectos, ou a sua edificação, na cidade baixa, *"com pé direito differente, cornijas e platibandas diversas"* (**doc.100**), interrogando-se se *"não seria conveniente que a Ex.ma Camara adoptasse um typo para esses novos andares?"*.

Esta sugestão, já antes formulada por Malaquias Ferreira Leal (6), continuou a não seguida, nem na cidade pombalina nem nos novos bairros em crescimento e, mesmo em relação à mera apresentação dos prospectos, quando, em 9 de Novembro de 1866, o

vereador Joaquim Rodrigues da Camara propôs que eles *sejam feitos em um formato uniforme e redusido a uma só escalla"* (7), Domingos Parente da Silva respondeu que tal não lhe parecia nem necessário nem possível *"em rasão de variarem as dimensões das edificações a que os mesmos se referem"*... (**doc.101**).

Apesar da fraca qualidade da colecção de prospectos que temos vindo a referir, ela permite, se não confirmar as autorias dos principais edifícios então construídos (na verdade as plantas nunca se apresentam assinadas pelos arquitectos ou construtores civis que as delineiam, tal como continuará a acontecer século XX adiante), pelo menos datá-los, atribuir-lhes proprietário e verificar as linhas fundamentais do desenho inicial das fachadas. Uma vez organizado o *corpus* possível, limitado pela ainda relativa dispersão do núcleo nos arquivos municipais, uma primeira conclusão surge evidente: a Lisboa da Regeneração, pelo menos até 1874, ignorou os influxos das mais excepcionais peças da arquitectura romântica portuguesa então em edificação em Sintra (do Palácio da Pena ao de Monserrate), elegendo, como gosto dominante, uma espécie de "revivalismo classicista" que não creio correcto designar por neo-classicismo tardio por lhe faltar a respectiva contextualização erudita e programática.

8.3.1. Permanência de valores classicistas

Um dos núcleos mais significativos, construídos em Lisboa depois de 1850, situa-se na área do Chiado, considerada em sentido amplo. Verifica-se assim a continuidade da relevância desta zona em todo o período estudado, logo enunciada com os palacetes e prédios da época mariana e com sucessivas e qualificadas intervenções urbanísticas, da abertura do Largo Barão de Quintela e construção do Teatro de S. Carlos, com o delineamento do respectivo largo, à demolição das ruínas dos palácios dos Braganças e dos Marialvas, sobre o último dos quais se ergueu a Praça Luís de Camões.

O primeiro conjunto de dois prédios a destacar, erguidos na Rua do Tesouro Velho (actual António Maria Cardoso), foi construído pela Casa de Bragança, na sequência da requalificação do sítio que vinha dos anos de 1840, quando foi aberta a Rua

dos Duques de Bragança (8). Edificados certamente em 1858 (9), têm sido atribuídos à dupla José Cinatti e Aquiles Rambois, os mais famosos cenógrafos do Teatro de S. Carlos, desde a sua vinda para Lisboa no final dos anos 30, e que, entretanto, se haviam dedicado à arquitectura de interiores, com idêntico sucesso e encomendas prestigiadas para os palácios reais, dos Palmela ou do Farrobo (10).

Últimas construções de uma rua em que o prospecto pombalino se submeteu à presença expressiva dos vastos muros dos jardins da casa Farrobo e da de Francisco Higino Dias Pereira, e onde permaneceram, até hoje, restos desqualificados do paço dos Bragança, os prédios de Cinatti e Rambois (**Fig.161**) propunham-se como enriquecimento da arquitectura corrente da cidade, nomeadamente da sua pesada volumetria. A diferença constroi-se através da sucessão das arcarias emolduradas do piso térreo, das duplas cornijas dos vãos do andar nobre, arqueadas, no corpo central, para alojarem máscaras femininas, e da balaustrada que, no mesmo patamar, é sustentada por mísulas de cuidado desenho. Particularmente interessante é ainda a articulação dos dois edifícios através de um corpo reentrante, gerador de um pequeno terraço sobre a continuidade do andar térreo, assumindo uma solução interessante de animação da malha construída onde se poderá intuir uma fruste tentativa de transpor para a arquitectura de rendimento a característica planta em U invertido da tradição clássica palaciana.

A descrição e economia deste projecto de Cinatti e Rambois transmutou-se, no actual **nº1** da Rua Vítor Cordon (antiga Ferragial de Cima), num dos mais belos prédios românticos lisboetas que aproveitou a volumetria do velho palácio dos Condes da Ribeira Grande (11) e a sua excepcional implantação sobre o morro de S. Francisco (**Fig.162**). Mandado reedificar por Tomás Maria Bessone, em 1856 (12), apresenta uma fachada de três andares cada um com nove vãos, prolongada, no lado esquerdo, por uma espécie de pavilhão adajacente com diverso desenho dos vãos nos dois primeiros pisos mas que se articula com o conjunto, através do 4º andar de mezaninos sobre a platibanda (**Fig.162,1-9**).

O corpo central, ligeiramente saliente, é emoldurado, acima do andar térreo, por quatro elegantes pilastras coríntias cujo impulso vertical se prolonga nas estátuas sobre

pedestal de cuidado desenho clássico que ornam o varandim superior. O requinte das destacadas cornijas com modilhões do andar nobre, a emolduração reentrante dos vãos, o ritmo das balaustradas, o rigor da modenatura criam um sóbrio ritmo lumínico e expressivo que permitem considerar Cinatti e Rambois verdadeiros arquitectos, dominando, quando a encomenda lhes permitia, os recursos estilísticos de uma gramática erudita onde o tempo oitocentista adquire rara atemporalidade. Por isso, o romantismo é aqui não uma incerteza (instabilidade?) estética, como quase sempre foi, mas, pelo contrário, um revivalismo classicizante, levemente perturbado pelo maneirismo das dimensões dos vãos, estreitos e alongados.

Frente a este prédio, um outro foi construído, substituindo a igreja do ex-Convento de S. Francisco (**Fig.163,1-3**) e, certamente, aproveitando muitos dos materiais aí empregues. A sua venda, em hasta pública, em 1851 a Francisco Martins Ruas, arrematante também de outros lotes provenientes do mesmo convento (**doc.102**), punha fim a pretensões várias sobre o uso do edifício religioso quase concluído que, depois de ter sido um dos locais inicialmente seleccionados para o Teatro Nacional (13) e se encontrar em risco pelo "abuso de se extrair barro" (14) dos terrenos anexos, era pretendido pela Biblioteca Nacional.

Segundo longo relatório do seu "Bibliothecario-Mor, Doutor José Feliciano de Castilho Barreto Noronha" (15), aquele estabelecimento estava pessimamente instalado porque "tudo no Convento de S. Francisco é, por todos os lados que se considere improprio para o fim a que foi destinado", pasto dos "mais terriveis inimigos de todo o deposito de livros e manuscriptos", ou seja "a humidade - o pó - a traça - e a falta de ventilação". Por isso, sabendo da falta de meios para construir um edifiício de raiz, aventava uma hipótese operativa:

> "O incompleto Templo de S. Francisco offerece todas as proporções para uma Bibliotheca magestosa. Uma avuldadissima parte da despeza indispensavel está feita, pois se aproveitam os alicerces, as paredes, e a frontaria, com leves alterações. A vasta capacidade da Sala interior presta-se facilmente a toda a disposição que para conveniencia

e elegancia se lhe quizer dar, consentindo até reunir quasi n'uma Sala a totalidade deste consideravel material. A isolação, a incombustibilidade, e a facilidade de ventilação, são qualidades de tal Casa inappreciaveis. A centralidade da sua situação, e a circumstancia de ter uma só entrada, são condições importantes para o publico, e para a segurança do estabelecimento. Por ultimo, aformoseia-se uma parte das mais bellas da Capital, completa-se um edificio magnifico, e salva-se da destruição inevitavel o nosso principal deposito dos conhecimentos humanos".

Embora com tão sólida argumentação, o templo de S. Francisco estava condenado à demolição, uma das últimas da série negra iniciada em 1834, vindo a enriquecer os cofres do Estado em 13 851$000, valor que incluía um conjunto de três lotes. Para a edificação dos primeiros, tornejando da Rua de S. Francisco (actual Ivens) para a Travessa da Parreirinha (actual Rua Capelo), o "Architecto da Cidade", Malaquias Ferreira Leal *"ofereceu"* à Câmara Municipal um *"prospecto" "para por elle se seguir uma edificação regular, propria para aquelle sitio"* (16), que mais não era do que uma muito relativa actualização do modelo mais modesto das opções pombalinas com quatro andares, o último dos quais, acima da primeira cimalha, apresentava varanda corrida, sustendada por pequenas mísulas (**Fig.164**). A vereação não o aceitou porque, como consta em nota inscrita no próprio desenho, se acordara *"em approvar outro apresentado pelo Dono do terreno"*, mantendo idêntica volumetria e distribuição mas alterando o desenho dos vãos que passam a ogivais em todos os pisos, à excepção do térreo (**Fig.165**). Era uma recuperação da moda dos anos de 1840, que encontrámos na Rua do Ferragial de Cima e na Nova da Trindade (17), quebrando as opções classicistas de Cinatti e Rambois, num arremedo de revivalismo medievalizante.

Opção idêntica foi adoptada para o lote, tornejando da Rua de S. Francisco para o Largo da Biblioteca Pública, mandado construir pelo arrematante inicial Francisco Martins Ruas, em 1853 (18), segundo um prospecto mais cuidado (**Fig.166**), com emolduramento dos vãos centrais do piso térreo das duas fachadas e uma marcação do corpo nobre em todos os andares, voltados para a Rua de S. Francisco. O mesmo promotor fez ainda edificar dois vastos prédios adjacentes na actual Vitor Cordon (19),

colando ao principal que substituiu a igreja, com a mesma solução de marcar, com cornijas e fechos os três vãos centrais dos seis andares mas optando, neste caso, por molduras rectas em todas as outras aberturas (**Fig.167**). A insegurança que estas realizações denotam, hesitando entre uma frouxa citação "ogival" e a permanência dos valores ortogonais, característicos da edificação pombalina, sugerem um eventual confronto entre diversos arquitectos ou mestres mas, sobretudo, e mais uma vez, o desejo empírico de fuga à norma, sem meios nem orientação programática.

Qualidade muito superior tem o prédio edificado sobre o demolido templo, com um tratamento cuidado da fachada principal, organizada em cinco corpos ritmados por pilastras e alto ambasamento de cantaria (**Fig.163,4-16**). A entrada, repete-se nas duas frentes, com porta central de verga superior em segmento de círculo, inscrito numa moldura rectangular, articulada com destacada cornija recta e ladeada de duas tabelas com ornato clássico. A planimetria dominante anima-se com as balaustradas recortadas, suportadas por mísulas de delicada decoração e com o varandim sobre a cimalha, percorrido por pináculos e vasos de coroamento.A unidade absoluta da composição, que se estende às magníficas grelhas de ferro forjado das bandeiras e portadas utilitárias, só é quebrada no corpo extremo da fachada sobre a largo onde o vão cego com modilhões e o que o sobrepuja, de moldura arqueada, devem ser sobrevivência da igreja fino-setecentista.

Não existindo o prospecto desta obra na Colecção da Câmara Municipal de Lisboa, é incerta a sua data de construção, que deveremos situar entre o final da década de 1850 e o início da seguinte, e desconhecido também o seu arquitecto. Não deverá ser Cinatti e Rambois, porque a obra lisboeta destes arquitectos é bastante conhecida e nunca lhes foi atribuída nas listagens elaboradas logo após as suas mortes, mas sobretudo porque, sob o desejo de modernização, paira como que a matriz pombalina mais qualificada, nomeadamente na resolução dos vãos de loja sobre a Rua Vitor Cordon (**Fig.163,5.,15.**). Creio, por isso, que o seu autor deverá ser procurado entre os arquitectos das Obras Públicas ou da Academia de Belas-Artes, cujos projectos para a encomenda privada continuam por elucidar. Mais do que na riqueza erudita do prédio

fronteiro do Bessone, é neste que se detecta a evolução, na verdade já mutação, do prospecto pombalino, convertido, com a escassez de meios característica, à vontade de representação da burguesia de meados do século, segundo uma gramática classicizante de sólidos valores planimétricos que nenhuma voga revivalista da arquitectura de veraneio chegou seriamente a comprometer.

Antes de sairmos do bairro, temos ainda a possibilidade de confrontar a arquitectura predial de qualidade, que tem vindo a ser a abordada, com a sua versão em palacete aristocrático. Refiro-me ao nº 37 da mesma Rua de S. Francisco, actual sede do Grémio Literário (**Fig.168,1-3**), que deve ter conhecido importante campanha de obras e "aformoseamento" da fachada em 1864, quando já pertencia ao 2º Visconde de Loures (20). O prédio existia pelo menos desde 1788 (21), como propriedade de António Manuel de Lima e era já uma "casa de qualidade", avaliada em 600$000 rs pela Décima da Cidade, ou *"humas cazas nobilissimas (...) que arremedão hum Palacio"* (22), segundo as palavras do herdeiro José Manuel de Lima, numa exposição feita ao rei, em 1819, sobre o mau estado dos seus negócios.

É possível que dessa época mariana, em que, nos Livros da Décima, a casa é descrita apenas com dois pisos, datassem os rasgamentos do andar térreo e a balaustrada ondulada, apoiada em mísulas, talvez mesmo as molduras arqueadas de todo esse nível. Da sua nobilitação oitocentista será o acrescento do 3º piso, com os vãos principais decorados cabeças femininas engrinaldadas, as pilastras que articulam os dois andares do corpo central, enriquecidas, no primeiro, com bustos em alto relevo de perfil, e o ostensivo brasão, inscrito num tímpano em segmento de círculo aberto, interrompendo, para a sua figuração de nova nobreza, a balaustrada sobre a cimalha.

O motivo mais erudito desta fachada ecléctica são as pilastras com os medalhões esculpidos e elas remetem quer para o prédio do Bessone, pelo modo como valorizam o corpo nobre, alargado a dois pisos, quer para o nº 25 da Avenida da Liberdade, que analisaremos, um e outro da autoria de Cinatti e Rambois. Não é impossível que os

populares cenógrafos tenham retrabalhado esta fachada, como uma pele maquilhada, de acordo com as expectativas ostentatórias do seu proprietário.

Se, no Chiado, a resolução final do loteamento da igreja e da cerca de S. Francisco determinou um novo ciclo de requalificação do bairro, mais para norte, no eixo demarcado, desde D. João V, pelos acessos ao Rato, a reconstrução da Politécnica e, sobretudo, o ajardinamento do Príncipe Real explicam uma nova voga do sítio cujo teor aristocrático há muito estava adquirido.

Na rua central, da Fabrica das Sedas ou da Patriarcal Queimada, como ainda é designada nos anos de 1850, o gosto classicista que, com maior ou menor empirismo temos vindo a detectar, manifesta-se num excelente prédio, o actual nº 55-65 mandado edificar por Jozé Gonçalves d'Oliveira, em 1857 (23). Trata-se de um edifício misto (**Fig.169,1-2**), para comércio, com oito lojas, e habitação, desenvolvido numa longa fachada de três andares que torneja para a Rua do Monte Olivete, modulada por pilastras inscritas, rusticadas ao nível do piso térreo. Apesar desta nota verticalizante, que reforça o sentido expressivo da sucessão dos vãos de volta perfeita, domina uma poderosa horizontalidade, acentuada pela balaustrada corrida do 2º andar e a cimalha destacada, ornada com vasos de pedra.

Segundo Pedro Bebiano Braga (24) este belo prédio, com requintes decorativos interiores, hoje muito adulterados, será da autoria de Pedro José Pezerat, o diligente chefe da Repartição Técnica da Câmara de Lisboa que então assumia também a reconstrução da fronteira Escola Politécnica. Admito que assim seja, embora sem prova documental nem outras peças de arquitectura civil que, por aproximação, a pudessem justificar. As obras que lhe são inquestionavelmente atribuídas - além da Escola Politécnica, o Matadouro e os Banhos de S. Paulo - denotam idêntico rigor de desenho e o culto de uma estilística classicista, mais sóbria e funcionalizada do que a praticada, nos mesmos anos, por Cinatti e Rambois, permitindo estabelecer com eles um confronto produtivo. Trata-se de meios diversos, dentro de uma gramática com os mesmos referentes, para propôr à cidade, e à burguesia ansiosa de legitimação, modelos

alternativos à monotonia do prédio pombalino, capazes de dinamizarem a imagem da urbe com figuras de cosmopolitismo internacionalizado. A sua eficácia dissipa-se, no entanto, numa pontuação de peças excepcionais, fracassado que foi o objectivo de Pezerat para impor, nas novas áreas abertas à edificação, por exemplo a Avenida 24 de Julho, um modelo normalizado de unidade arquitectónica cujos desenhos não nos chegaram mas que talvez se relacionassem com este prédio, crismado na época de "casa das 11 portas".

Mas apesar dos influxos, relativamente estrangeirados da dupla Cinatti e Rambois e de Pezerat, a herança pombalina sobrevivia, apropriada, como veremos, por mestres anónimos que constroem os prédios mais modestos mas também por arquitectos portugueses do círculo da Academia de Belas-Artes e, mais verosimilmente, da Intendência das Obras Públicas.

O exemplo que em primeiro lugar citarei é o de uma casa nobre tardo-setecentista, o actual nº 5 da Rua das Chagas (**Fig.170,1-3**) que talvez já estivesse edificada em 1763, quando o seu proprietário, José da Cruz Miranda, se opõe à reconstrução da casa vizinha, alegando o "direito a vistas do mar" (25). Este activo, e muito conflituoso, comerciante foi uma figura ignorada da reconstrução pombalina: encontramo-lo, em 1763, a queixar-se da dificuldade de edificar no *"1º quarteirão do lado esquerdo da Rua Augusta"* pelo seu chão *"se achar com bastante entulho e sem pedra"* (26) e, mais tarde, já no período mariano, a construir na Rua do Arsenal e na Calçada do Ferragial (27), em polémica aberta com outro vizinho. Na Rua das Chagas, além da casa que referimos, possuía também o nº 1-3, e ambas terão sido edificadas para aluguer, como sugerem os Livros da Décima da Freguesia de Santa Catarina (28).

Constituída então apenas por um andar na fachada principal, a residência foi ampliada em 1854 com mais um piso (29), impedindo o parecer expresso, no prospecto aprovado, que fossem alteradas as molduras das portas principais: em lugar da *"archivolta"* proposta, elas deveriam manter-se *"corridas ao m.mo nivel das vergas das janellas"*. Esta recomendação foi, no entanto, só parcialmente cumprida, tendo o

arquitecto optado por inscrever o novo vão curvo da entrada num encaixe rectangular de pronunciada cornija, articulado, através de almofada com a janela superior.

O resultado, fruto de duas épocas construtivas, separadas quase por um século, denota, espectacularmente, a continuidade da estética pombalina: a casa implanta-se, com grande solidez, no declive das três ruas para onde se desenvolve (Rua das Chagas/ Travessa das Laranjeiras/ Travessa da Portuguesa) através do soco alto, forrado de cantaria. Palalelipípedo assumido, apresenta dois andares cada um de nove vãos, todos de peitoril, à excepção do portal central. A discreta nobilitação das fachadas resulta da presença austera das cantarias de justa unida: além do soco alto, as pilastras de ângulo, com gola marcando a transição dos andares, as molduras rectas e iguais dos vãos, a cimalha "corrida" também e emoldurada com balaustrada cega, decorada por linhas de cor e pequenos círculos.

Nenhum dos expedientes tradicionais de enriquecimento retórico da fachada existem aqui: a porta é um vão da mesma largura dos outros, não há balustradas, nem mísulas ou ondulação das molduras. A linha recta ganha por isso uma inesperada força expressiva, reforçada pela platitude deliberada dos jogos, rectos também, das cantarias. A casa fecha-se ao exterior mas cola-se plasticamente ao espaço de implantação e respira uma tranquilidade arquitectónica erudita sem que, no entanto, lhe possamos atribuir qualquer genealogia precisa. Também não lhe conseguimos encontrar variantes ou réplicas, e por isso ela sugere um gesto isolado, quase abstracto que, intuitivamente, se desejaria articular com a cegueira decorativa, característica da Casa do Risco dos tempos heróicos de Eugénio dos Santos e das suas equipas. E, todavia, trata-se de uma ampliação de meio do século XIX...

Sem prova documental nem, infelizmente, concretização de autoria, creio que a mesma marca de tradição pombalina, austera e desornamentada, se detecta no palacete nº 14 da Praça do Príncipe Real, tornejando para a Rua dos Jasmins (**Fig.171,1-7**).

Para este local, existem, na Colecção de Prospectos do AHCML, três projectos sucessivos (30), os dois primeiros, apresentados por António Nunes propondo palacetes

modestos, mais ostensivo o segundo, e o terceiro, que viria de facto a ser construído, solicitado por Vicente Rodrigues (31), em 1862, com maior luxo de cantarias e rigor de composição geral (**Fig.171.2**).

Trata-se de uma planta quadrada com as fachadas principais tripartidas, apresentando-se o lado nobre com o corpo central totalmente revestido a pedra e coroado de frontão triangular ladeado por balaustrada. Os vãos, de peitoril no piso térreo e de sacada no superior, apresentam arco de volta perfeita, com fecho central e capiteis simulados, com fina molduração os da fachada nobre, criando um ritmo lumínico discreto que se torna mais plástico nas sombras das pilastras adossadas e no movimento dos ferros forjados das varandas rectas e da principal, ligeiramente ondulada, suportada por mísulas de requintado ornato.

Todos estes recursos estilísticos e compositivos têm uma matriz de gosto operativo, um ritmo repetido e uniforme que deixa respirar os panos de parede, e uma marca peculiar da estética pombalina que são as almofadas emolduradas sob os vãos de peitoril, cuja pedra constitutiva se liga com o mesmo material do alto embasamento, apresentando mesmo a tradicional alternância entre molduras reentrantes (na fachada secundária) e salientes (na fachada principal) (**Fig.171,6.**). Por isso não temos dúvidas em atribuir esta discreta casa (mas de interior ostensivo como muitas vezes acontece nos palácios portugueses) a um arquitecto herdeiro ainda do magistério de Reinaldo Manuel, classicizante mas sem os requintes italianos de Cinatti ou franceses de Pezerat.

Sobrevivências de palácio setecentista existem também, do outro lado da Praça, no nº 21-23 (**Fig.172,1.**), na casa que foi morada, antes daquele final de século, sucessivamente dos condes de S. Vicente, dos de Lousã e dos marqueses de Penalva (32) e que, por volta de 1870, teve obras de reconstrução e modernização, pedidas por Policarpo Ferreira dos Anjos, e atribuídas ainda a Cinatti.

É difícil perceber-se o que da primitiva casa sobrevive no "Palacete dos Anjos", como passou a ser designado, mas a volumetria global, num palalelipípedo alongado, o desenho dos três vãos de entrada e as janelas utilitárias que os ladeiam, sugerem um

passado estilístico, modernizado pelo ritmo das balaustradas, os elegantes modilhões dos vãos do corpo central e a verticalidade discreta das pilastras de enquadramento, anunciando a decoração romântica do interior, entretanto profundamente comprometida pela tercialização do edifício.

Vale a pena aproximá-lo visualmente do fronteiro palacete Sommer, o nº 27 (**Fig.173,1.**), para detectar a evolução livre do modelo que generaliza a toda a fachada os elementos decorativos, anulando o teor utilitário do piso térreo, reduzido à marcação inexpressiva das caves. Simultaneamente, o rigor dos emolduramentos, embora permanecendo fiel a uma estilística classizante, tende a acumular e a diversificar os ornatos, anunciando um gosto maneirista e cenográfico do agrado das burguesias encomendadoras.

É esta figura de progressiva afirmação da diferença, construída de modo rebuscado, que se tornará característica do gosto fim de século, como se exemplifica bem nos três prédios-palacetes, erguidos em frente do jardim de S. Pedro de Alcântara (**Fig.174,1-3**), enfraquecidos em termos de composição, descentrando os eixos das fachadas ou utilizando a plasticidade das cantarias como uma espécie de renda decorativa que procura iludir a sua expressividade matérica.

Mesmo assim, nos emolduramentos e no ritmo dos vãos, mais estreitos e alongados para gerarem o mesmo efeito de fragilização, é a gramática classicizante que sobrevive, cada vez mais desprovida das suas referências eruditas mas matriz única de resolução. Creio que a contextualizaremos melhor se a aproximarmos da estética da pintura e da escultura do seu tempo, convertida ao efémero e aos efeitos mutantes da luz, à dissolução das formas e aos espelhamentos cintilantes das cores: a arquitectura participa, como elas, num ciclo de instabilização, anunciador do fim dos movimentos clássicos, sem ser capaz de formular ainda novos valores estruturais significantes.

No entanto, esse desabar de um longo ciclo de vida e de cultura era ainda, por volta de 1860-70, uma mutação longínqua, na verdade inadivinhável, e a dupla Cinatti e Rambois em muito contribuíram para a permanência, e mesmo generalização, dos valores

classicistas na arquitectura palaciana da cidade. Saindo das zonas residenciais, anexas ao centro, encontramo-los a projectarem, em S. Sebastião da Pedreira, em 1859 (33), a residência de José Maria Eugénio de Almeida (**Fig.175**), com uma sóbria e elegante estrutura tripartida da fachada nobre, jogando sinuosamente a diversidade dos emolduramentos, e, sobretudo, a proporem o mais belo prédio romântico de Lisboa, erguido na Rua ocidental do Passeio Público, onde, quase cem anos antes, o arquitecto José Manuel de Carvalho Negreiros chegara a projectar o novo palácio do Marquês do Louriçal (34).

Encomendado pelo comerciante Manuel Nunes Correia (**Fig.176,1-5**), e com projecto aprovado em 22 de Junho de 1865 (35), depois de diversas exigências da Intendência das Obras Públicas que pretendia impor uma regularização forçada do Largo da Anunciada (36), o edifício constitui uma proposta inovadora, afirmada na valorização dos corpos extremos, inteiramente forrados de cantaria, criando uma espécie de malha contida ao amplo desenrolar das fachadas e uma rima expressiva ao tratamento do corpo central com a mesma solução de cobertura.

Sobre o sólido piso térreo, rasgado de vãos utilitários em que a entrada principal não tem especial destaque, sucedem-se dois andares de vãos de balaustradas, articulados, no corpo central, por pilastras de molduras inscritas e com capiteis simulados e eclécticos. A luz difusa, criada pelos ferros forjados das varandas do 3º piso, prolonga-se e concentra-se sobre as pesadas cornijas dos vãos inferiores, emolduradas em segmento de círculo e albergando medalhões esculpidos com bustos de perfil engrinaldados. Estes elementos dramáticos, criadores de sombras reentrantes, rimam com o movimento contrário dos vãos laterais do mesmo patamar, em que os bustos, agora assumindo figuras de vulto, se instalam sobre os fechos exteriores das cornijas. O conjunto destes motivos escultóricos cria uma linha recortada de sombra que rima ainda com a destacada cimalha sobre a qual se ergue o 4º andar sob a balaustrada unificadora de cantaria.

Também aqui o classicismo é uma ténue memória, eclecticamente manejado como um conjunto errático de signos de significado já perdido, mas a figura final não é frágil nem instável, como nos palacetes de S. Pedro de Alcântara, antes uma poderosa e

convincente estrutura plástica em que os influxos da escultura e da arquitectura se equilibram, à beira de uma transgressão barroquizante. Por isso, e numa leitura estética liberta das periodizações da História, este prédio recorda a magnífica casa joanina dos Barbacena, no Campo de Santa Clara (37): se falta erudição aos cenógrafos de S. Carlos, no que são bem filhos do seu tempo, há coincidência no impacte urbano que, respeitando a malha construída da envolvência, a provoca também com um gesto (uma construção) libertária, prolongando os valores festivos da fachada nos corpos laterais e assim obrigando o olho do espectador a fruir a arquitectura como se de uma escultura se tratasse.

8.3.2. Marcações de eclectismo

Embora sem desenvolver as variantes estilísticas do romantismo revivalista, que só no final da década de 1870 - e, portanto, fora do período em análise - se manifesta em Lisboa, alguns palacetes anunciam, desde o meio do século, mas sobretudo a partir da década de 1860, tendências estilísticas na composição das fachadas em que o predominante paradigma classicista vai cedendo a um gosto ecléctico.

Em alguns casos, a sua elaboração deve-se a modernizações epocais de casas pré-existentes, gerando figuras de distorção valorizadoras de uma rebuscada procura de diferença. Creio que assim acontece com o nº 2 (**Fig.177**) da actual rua de D. Dinis (ex-rua de Santo Ambrósio) cujo piso térreo, modulado por colunata de arcos abatidos, poderá ser anterior bem como a disposição geral da linha quebrada da fachada. Mas o ritmo da balaustrada do piso nobre, a bandeira em segmento de círculo do seu vão principal, com uma marcação pesada dos capiteis de apoio, e a balaustrada recortada, pontuada por urnas, denotam marca oitocentista, evidenciada também no muro prolongado por grelhagem de ferro forjado que circunscreve o gaveto numa linha redonda. As rústicas volutas agigantadas que o delimitam, articulando-o com os topos da balaustrada, são mais difíceis de datar mas, quer pertençam ou não à construção inicial,

elas foram expressivamente valorizadas como corpos exóticos, eventualmente populares, numa atitude estética aproximável de alguma poesia de Almeida Garrett, recuperadora de métricas das baladas de tradição oral.

Se aproximarmos este palacete da casa fronteira, datada de 1850 (**Fig.178**), onde o tempo arquitectónico se reconhece na sugestão dos arcos apontados dos vãos e na assumpção do corpo de coroamento como modelo alternativo às tradicionais águas furtadas, percebe-se melhor o eclectismo daquela proposta, empenhada na fuga à planimetria e na consequente multiplicação de ritmos e pontuações. Que o resultado aproprie restos estilísticos anteriores dá a ver também a prática romântica, empiricamente interessada na legimitação de um presente incerto através das memórias acumuladas do passado da cidade.

Mescla de tempos construtivos e de marcações eclécticas existem também no palacete reconstruído por Gaspar José Viana, em 1861, na rua direita das Chagas (**Fig.179**) (38) que, com adequação estilística, aproveitou o piso térreo, aberto de arcos rusticados, da velha casa nobre dos Condes da Cunha (39), para sobre ele erguer uma fachada classicizante, modulada, no andar nobre, por vãos de volta perfeita alternando com molduras preciosamente ornamentadas.

Muito mais interessante, como exemplo excepcional de confluência de contributos arquitectónicos de origem diversa, é o nº 36 da rua Cecílio de Sousa (ex-rua da Procissão) cujo projecto foi aprovado em 1860 (**Fig.180,1-12**), a pedido de Francisco José Zacarias Guimarães (40).

Os desenhos, então apresentados, manifestam logo a diversa opção estilística entre a fachada principal, organizada em três corpos com vãos arqueados e marcação enriquecedora de mísulas e fechos, e a lateral, subindo a travessa dos Jasmins, em que as molduras não denotam qualquer dessas marcações ornamentais. Mas o resultado, mais elaborado do que os prospectos fariam crer, acentua notavelmente essa diferença: na primeira, elaborou-se uma figura de luxo requintado, pelo recorte trilobado das bandeiras dos vãos centrais, a expressividade dos falsos capiteis perspectivados, a sombra das

mísulas de diferentes tamanhos, o notável desenho das balaustradas de ferro forjado com pontuações figurativas, o desenho lúdico das pequenas águas-furtadas em arco contracurvado; na segunda, valorizando a escadaria adjacente, o que se afirma é uma linguagem depurada, de matriz tardo-pombalina, expressa na articulação das cantarias do embasamento com as das molduras dos óculos em segmento de círculo e da moldura separadora dos pisos com as almofadas dos vãos que nela repousam (**Fig.180,9-12**).

Assim, a fachada principal afirma uma estética ecléctica, misturando recursos estilísticos clássicos com a cenográfica sugestão neo-medieval da ondulação dos arcos, enquanto a fachada lateral recupera uma estética eminentemente arquitectónica que parece elaborada por um discípulo de Reinaldo Manuel. Seria, por isso, estimulante poder-se-lhe atribuir autor o que não me foi possível: mas sendo difícil admitir que Cinatti e Rambois, a quem, espontaneamente, tenderia a atribuir a fachada principal, dominassem com tanta maestria a linguagem da última formulação do estilo chão nacional, parece que ele deve ser procurado entre os arquitectos ainda formados pela Intendência das Obras Públicas, capaz de adequação aos ritmos preciosos do tempo, eventualmente propostos pela encomenda, mas detentor de uma pragmática compositiva, tradicional e erudita. Confirmando, mais uma vez, quanto permanecia vivo e operativo o peculiar classicismo da reconstrução da cidade que, depois de se adaptar aos influxos vindos de Queluz, na época da senhora D. Maria I, resiste ao eclectismo oitocentista, insinuando-lhe uma ordenação funcional.

Valores idênticos, apontando, eventualmente, o mesmo ciclo autoral, existem no palacete nº 51 da rua do Salitre (**Fig.181**), com sóbria composição de fachada tripartida. Mantêm-se valores de despojamento arquitectónico - na expressividade do soco alto, que se alarga em faixa para enquadrar os vãos do piso térreo, sugerindo as tradicionais almofadas reentrantes, e encaixa o motivo da entrada e aberturas laterais, subindo até às mísulas de suporte da balaustrada principal - mas introduzem-se, simultaneamente, figuras de fragilização de sentido ecléctico: os fechos com ornamentação floral, a interrupção dos ombrais dos vãos por pontuações horizontais, desenhando duplas bases e capiteis, a resolução pictórica do corpo central do andar nobre, envolvendo as vergas

redondas numa sugestão de arcos contracurvados, inscritos em molduras rectangulares, o ritmo decorativo do remate, substituindo a habitual balaustrada sobre a cimalha.

Mas a peça mais característica da primeira afirmação de eclectismo arquitectónico na cidade da Regeneração é o palacete que torneja do lado esquerdo do Largo de S.Mamede para a rua da Escola Politécnica (**Fig.182,1-4**), cujo prospecto foi aprovado em 1856 (41) a pedido de António Lopes Ferreira dos Anjos.

Trata-se de uma vasta construção rectangular, então prolongada, na retaguarda, por amplo jardim, cuja particularidade, como era habitual neste tempo de gosto cenográfico, se concentra na fachada principal com dois pisos acima do embasamento que apoia as pequenas janelas de iluminação da cave. O motivo único de ornamentação é a sucessão dos emolduramentos dos vãos, contracurvados no 1º andar e coroados com uma espécie de flor de lis, trilobados no rés-do-chão, com a repetição do tema no interior das próprias bandeiras.

Esta forte carga decorativa é muito superficial, como se a pedra utilizada fosse especialmente alisada para sugerir um ritmo mais pictórico do que arquitectónico. A excepção encontra-se na bandeira da entrada, erguida sobre destacada cornija recta, inferiormente debruada com um friso que repete o motivo de arcos trilobados mas, neste caso, com pendentes. O efeito brincado do conjunto tem uma marcação verticalizante nos fogaréus que se erguem sobre a platibanda cega, suportados por prismas hexagonais, decorados com dupla gola em forma de estrela.

Ao contrário do que acontecia nos exemplos anteriormente abordados, em que existe uma unidade considerável entre a expressividade arquitectónica e os influxos da ornamentação, nesta casa aquela restringe-se à composição da porta e às mísulas de suporte da balaustrada ondulada, sugerindo o ritmo decorativo dos vãos uma espécie de pele aposta que não reage organicamente com o interior nem modula a incidência da luz exterior. Ou seja, a herança estilística do classicismo erudito desaparece aqui quase definitivamente, tornando-se a arquitectura um mero e paradoxal gesto de cenografia cuja particularidade é uma rebuscada construção de diferença. Pela sua subjectivação do gosto, este palacete urbano, bem inserido aliás na malha da rua, parace já um chalet,

aproximando-se do gosto que então surgia em Sintra e, em breve, se estenderia a Cascais. O seu interesse é sobretudo sociológico, aproximando-se também dos valores da "casa do brasileiro" torna-viagem.

8.3.3. As fachadas azulejadas

A par dos recursos da ornamentação escultórica e da diversificação do risco das aberturas, usados em casas de qualidade, o desejo de particularizar as fachadas manifestou-se, na arquitectura corrente, sobretudo na moda de as azulejar integralmente, segundo uma diversidade inesgotável de modos compositivos.

Não cabendo, nos objectivos deste trabalho, nem estudar as origens, eventualmente brasileiras, desta prática, nem inventariar as suas espectaculares realizações (42), interessa-me sobretudo destacar a sua importância como dinamização de soluções arquitectónicas modestas e expressividade urbanística, pela eficácia com que estimula a intensa luz lisboeta e enriquece as ruas e largos com o impacte do cromatismo e da infinita organização dos motivos de padronagem. Por isso, dever-se-á considerar que as fachadas azulejadas são a mais poderosa manifestação da cidade romântica, transferindo para o contacto com a rua uma tradição erudita de decoração de interiores e jardins, democratizando-a e participando na sua industrialização.

A movimentação económica, social e estética assim criadas deverá também ser integrada no contexto das *Arts anda Crafs* europeias, com a particularidade, a considerar, de ter origem eminentemente popular, ao contrário do que aconteceu noutras cidades, nomeadamente inglesas, sendo próximos os objectivos de generalizar a beleza a consumos cada vez mais massificados e questionar a até então não coincidência entre arte e indústria. O facto de não haver teorização epocal sobre o azulejo de cobertura, nem intervenção erudita na sua concretização, não compromete esta

actualização programática, manifestando tão só a especificidade da cultura nacional onde existia ainda uma pujante e operativa componente popular, capaz de elaboração inventiva qualificada e de provocar a adesão de sectores sociais alargados às elites.

Em relação a Lisboa, a geografia, ainda nunca sistematicamente inventariada, das fachadas azulejadas permite também verificar o notável dinamismo dos bairros periféricos. Porque se elas se dispersam por toda a área então construída, penetrando mesmo na Baixa, embora por razões quase sempre económicas e sem manifestações de destaque, a maior criatividade das padronagens geométricas encontra-se na Graça e na Lapa, e respectivas envolventes, zonas relativamente recentes, cujo impulso demográfico e construtivo datava do pós-terramoto e se acentuara com a paz "regeneradora", exigindo o aumento de número de pisos, numa intervenção remendativa que muitas vezes estimulava a nova solução de cobertura. De algum modo, dava-se assim continuidade à espécie de resistência à urbanística pombalina que vimos delinear-se exactamente no tempo em que ela se elaborava e impunha (43). Simultaneamente, encontrava-se uma solução expedita para manter, actualizando-o, o seu módulo arquitectónico cuja eficácia mergulhava em fundas práticas e se mostrava capaz de preencher as expectativas do gosto pela diferença, sem recorrer a mais elaboradas alternativas eclécticas a que, aliás, como vimos, os arquitectos em actividade, dificilmente poderiam corresponder.

De um denso e riquíssimo conjunto, elaborado, com sistematicidade, desde os anos de 1860, destaremos apenas dois casos, para análise mais detalhada, que são situações peculiares por fugirem à predominante geometrização dos motivos e terem, como autor identificado, o célebre Luís Ferreira, conhecido por Ferreira das Tabuletas.

O primeiro é o nº 30 da actual Rua da Trindade (**Fig.183,1-6**), último prédio da série que o galego Moreira Garcia fez edificar, em terrenos aforados ao Estado, resultantes da demolição do convento da Trindade (44). É possível que a data de 1864, registada no habitual "escudo" personalizado sobre o portal, seja a da construção inicial, altura em que o mesmo encomendador deve ter remodelado o vizinho nº 18 da mesma

rua onde habitava, decorando o interior (**Fig.184,1-7**) e construindo o seu exótico e ingenuísta jardim onde o Ferreira das Tabuletas também participou (45).

Trata-se de um tradicional prédio lisboeta, de matriz pombalina, enriquecido com as particularidades morfológicas da evolução do modelo, como seja a balaustrada corrida e ondulada que une três vãos de sacada do 3º piso, gerando uma marcação de andar nobre, ou a substituição das águas furtadas por um corpo central, apenas de três vãos, coroado de frontão triangular.

Sobre esta fachada herdada, Ferreira das Tabuletas, certamente em diálogo com Moreira Garcia, convictamente maçónico, montou uma espectacular pele cenográfica, centralizada pelos símbolos da Terra e da Água, no 2º piso, da Indústria, Comércio, Ciência e Agricultura, nos níveis superiores. Inseridas em simulados nichos pintados em *trompe-d'oeil,* estas "esculturas" pintadas, numa *grisaille* expressiva que ilude a malha geométrica dos azulejos, ladeiam o vão central de cada um dos andares, alargando a figura do eixo do edifício e inventando-lhe um inexistente movimento reentrante. Depois, todos os outros espaços vagantes são percorridos, em ritmos horizontais e verticais, por composições sinuosas, ainda com memória rococó, de motivos florais, centralizando, no eixo das ombreiras, as cabeças de leão que eram o *ex-libris* nobilitante do cidadão proprietário. O espectro cromático circula entre os brancos, os amarelos e os alaranjados esmaecidos, contrastando com as barras azuis-violeta, demarcadoras dos motivos arquitectónicos que, como é habitual na primeira face da prática de azulejar fachadas, isolam a decoração da arquitectura e enaltecem a última. As cores rimam também, numa espécie de fanfarra popular que atinge a subtileza de acordes sinfónicos, com a transparência dos ferros forjados das balaustradas e as cantarias das diversas aberturas e das pilastras de enquadramento.

Com certeza com marca de opção subjectiva, que o conceito kantiano justificará, considero este o mais belo prédio da Lisboa romântica: pela apropriação popular que é de modelos arquitectónicos e decorativos eruditos, pela soma de memórias e excepcional artesania que o percorre, pela imaginação plástica com que desconstroi a planimetria da fachada e utiliza a luz como critério expressivo, pelo teor retórico da narrativa que

contém, evocando o tempo inicial de um regime político, teoricamente empenhada em transformar os súbditos em cidadãos. De facto é tão belo como o *Romanceiro* de Almeida Garrett ou algumas das *Lendas* de Herculano, cheio de esperança panfletária como os *Cinco artistas em Sintra*, pintados por Cristino da Silva e apropria, a seu modo, a exuberância onírica do *Palácio da Pena* do rei D. Fernando. Ao contrário destas peças maiores, referenciando um lugar epocal, será obra de pedreiro, forrada por um azulejista castiço, mas o romantismo é exactamente um tempo forte, como outros existiram, de elaboração de cultura popular.

Bem diverso, mas também cheio de imaginação, é o palacete nº 124-126 do Campo de Santa Clara (**Fig.185,1-3**), com cobertura azulejar da fachada igualmente de Ferreira das Tabuletas. Neste caso, estar-se-á em presença de um encomendador de extracto social mais elevado que solicita, para a sua casa, uma memória de palácio do passado, expressa nos largos portais do piso térreo, alternando com óculos ovalados, mas o funde com o ritmo miúdo da distribuição dos vãos de sabor burguês epocal. De acordo com o eclectismo discreto desta opção arquitectónica, Luís Ferreira simula um rusticado no rés-de-chão e compõe inventadas molduras e frontões de desenho erudito, recorrendo novamente a um cromatismo espectacular de amarelos-ocre e de azuis baços que, expressivamente, destaca a *grisaille* dos simulados motivos escultóricos.

O conjunto respeita os valores planimétricos da fachada, não escava profundidades como no prédio de Moreira Garcia, de modo que a forte luz de Lisboa fica bailando à superfície, num espelhamento cego, algo intrigante. Mas o seu interesse essencial reside precisamente no ligeiro desconforto que provoca no olhar do espectador, permitindo reflectir sobre a possibilidade de lhe atribuir o conceito de revivalismo, não neo-medieval, habitual na prática romântica, mas neo-rococó como se o percorresse uma inquietante nostagia de tempos devolutos, emitida da espécie de olhos vazados dos óculos.

8.3.4. Evocação de um interior

Pensando que seria necessário, para uma tentativa de concretização da vivência do palacete burguês, abordar algumas das casas inventariadas pelo lado interior, hesitei entre o fausto amaneirado do fino-setecentista palácio Viana, do largo do Rato (**Fig.128,1-3**), então redecorado, e a inventividade popular da residência de Moreira Garcia da rua da Trindade, cujos frescos foram recentemente restaurados e creio deverem ser atribuídos também a Luís Ferreira (**Fig.184,1-7**). Num caso e outro existem elementos decorativos bastantes mas definitivamente descontextualizados por abusivas apropriações ulteriores.

Acabei por me decidir por uma evocação literária: a última casa de Almeida Garrett, na actual rua de Santa Isabel (**Fig.186**), quase em frente do Cemitério dos Ingleses à Estrela, comprada em 1854, exactamente no ano de morte do escritor que ainda a instalou quase integralmente.

Trata-se de uma residência bastante modesta, sem aparato de entrada nem de circulação, moradia burguesa por excelência que hoje ostenta, como única particularidade que pode fazer parar o passante, a placa, sobre a entrada principal, evocadora do seu ilustre primeiro residente. A cobertura azulejar, em losangos azul e branco, é certamente posterior à primeira ocupação, mas, no resto, a fachada permanece quase intacta, à excepção dos últimos vãos do rés-do-chão que eram, inicialmente, portas de serviço. A matriz compositiva é inteiramente pombalina, exemplificando bem a permanência do modelo que, durante toda a época estudada, continuou a ser a solução mais económica e mais divulgada da edificação lisboeta, resistente aos influxos iniciais dos eclectismos.

Garrett era um homem de gosto mas com pouco dinheiro e, nesta última casa, parece finalmente assumir a modéstia do seu *status* intelectual que o título de barão aristocratizava sem consequências económicas. Foi o seu dedicado biógrafo Francisco

Gomes de Amorim (46) que nos deixou uma descrição minuciosa da distribuição e decoração dos aposentos que vale a pena evocar:

"Ao centro da fachada, a porta principal diz para um pequeno vestíbulo, tendo a escada em frente, e duas portas laterais. De cada lado da porta principal sua janela de grades, e adiante delas largos portões: o da direita, quando se olha para o prédio, dava entrada para a rampa que conduzia aos pátios, jardim e quintal; o da esquerda, para a cocheira, cavalariça e palheiro. A estes cinco vãos do rés-do-chão correspondem cinco janelas no andar nobre: as águas furtadas não tinham senão uma janela para o lado da rua.

Havia duas carruagens na cocheira, sendo uma nova; e na cavalariça uma parelha de muares, a que o dono chamava peças de luxo, e que efectivamente ali estiveram como sibaritas numa sinecura.

A escada fechava em baixo por duas meias portas, polidas, com óculos de vidro ao centro, encimados pelas iniciais AG em metal dourado, e sobre estas o timbre das armas e a divisa *semper fixa*. (...)

O chão, entre a porta e a escada, de pedra; os alisares, brancos; as paredes, estucadas; madeiras de corrimão e portas, fingindo mogno; os degraus, pintados e envernizados, imitavam oleado; ao centro deles corria o tapete, apertado com braçadeiras de metal doirado.

No cimo da escada, no primeiro andar, porta em frente, e duas laterais. Aquela dizia para a sala de espera; estas para dois corredores. Na saleta, pequena e quadrilonga, janela ao fundo sobre a rua; cortinas de cassa bordada, e transparente pintado. Tapete inteiriço, pegando com o da sala e da livraria, de cores carmesim, verde e preta; passadeiras de holanda crua, em cruz; duas banquinhas de jogo e quatro cadeiras com assentos de marroquim vermelho, compunham a mobília. Paredes e tecto de estuque branco (...).

(A livraria) Entre as portas do corredor e do quarto de cama, a banca de escrever, bufete magnífico, de pau santo, com quatro pés torneados em espiral, e travessas em cruz. À esquerda, a majestosa cadeira abacial que pertencera ao último abade de S. Bento e ao bispo D. Frei Alexandre da Sagrada Família, tio de Garrett.

Entre a banca e a parede, tamborete coberto de couro lavrado em gomos, cada um de sua cor. Ao alcance das mãos, cordões de campainha à direita e à esquerda da mesa. Entre as duas janelas, fogão de ferro; e por cima dele, grande relógio, pendurado. Ao fundo, entrando da saleta, duas belas estantes de pau santo, presente do falecido duque de Palmela, D. Pedro. Eram móveis de estilo severo, que aliavam a elegância à comodidade (...). Defrontavam com elas outras duas, aos lados da porta de entrada, feitas em casa, de colunas torcidas em espiral, e gavetas-cartões. A parte anterior destas não era pau santo.

Garrett aprendera na Bélgica a dar às madeiras a cor do ébano, ensinara a fazer a infusão ao seu vizinho marceneiro, e depois das peças polidas, a semelhança era perfeita (...).

A alcova, imediata à livraria, quase quadrada, e com o tecto estucado de branco, recebe luz do escritório e da pequena fresta para o terreno da condessa das Antas (...). Na parede do fundo, à esquerda, entrando, por ser o recanto mais escuro, praticara-se, disfarçada no papel, a portinha da retrete e corredor particular. Lastimava-se o inquilino da falta de quarto de banho ao pé da alcova.

Era lindo o papel que forrava as paredes (...). O chão atapetado, a cama de pau santo, estilo *sebastianista*, encostava a cabeceira à parede da fresta (...).Fez-se a armação de cassa branca, e branca se escolheu também a colcha. De cada lado do leito, a competente banquinha de pau santo, descendo sobre elas os cordões de seda das campainhas. Ao lado esquerdo da porta, entrando, belo contador, pouco mais alto que as cómodas ordinárias, com gavetas grandes, própris para roupa. sobre ele o estojo de barba, inglês.

Na parede fronteira à da fresta, outro contador, também de ricos lavores. Por cima dele, um crucifixo pequeno, de bela escultura, que pertencera à mãe do poeta. Uma coroa de flores naturais, secas, que este dizia ter sido ali posta por aquela, ornava o pé da cruz. Sobre o contador, jarro, palmatória, estante de missal, escrevaninha com ambula para santos óleos, e dois vasos pequenos, tudo de prata dourada (...).

Entremos na sala (...). O papel das paredes tinha ramos de ouro em relevo sobre fundo branco. Cortinas de cassa branca bordada; e manteaux de damasco encarnado, descendo até à altura dos parapeitos das janelas. Transparentes brancos .

Em frente da porta de entrada, fogão inglês, bronzeado por dentro, guarnecido de mármore branco. O espelho de Veneza que lhe era destinado não chegou a pendurar-se. (...) Entre o fogão e a janela, sofá de estilo *renaissance*, forrado de damasco carmesim. Diante do sofá, mesa de embutidos, no mesmo estilo. Entre o fogão e a porta da alcova, três cadeiras irmãs do sofá, e outra mesa de uma só tábua, oblonga, com muitos arabescos e embutidos, servindo-lhe de pé grossa coluna torneada em espiral. No vão das duas portas, banquinha de fantasia, elegantíssima, de dois pés, compostos cada um por duas colunas em espiral. Por cima da banca, pequena *étagère* presa à parede. No vão das janelas, outra mesa, de feitio quase idêntico à que lhe ficava defronte; *étagère* por cima. Ambas tinham embutidos de madrepérola, sendo, como todos os outros móveis, em pau santo.

Aos lados da porta de entrada, cadeiras de espaldar forradas de damasco carmesim com franjas de seda. Entre essa porta e o corredor, pequeno bufete, muito formoso, e sobre ele uma caixa quadrilonga guarnecida de espelhos, tendo as armas e a divisa de Garrett pintadas no tampo com as cores que lhe competiam (...).Nos cantos, ao fundo, duas colunas em espiral, encimadas por jarras de Sèvres, contendo magníficos ramos de penas

feitos no Pará.(...) Sobre o fogão, duas belas serpentinas de ágata ou mármore de Florença e metal prateado. Elegantes placas japonesas, para dois e três lumes, ornavam as paredes. Tinha o poeta poucos quadros, e nenhum fora ainda colocado. Ao meio da sala, poltrona estofada em seda de ramagens (que era moda). (...)

Cozinha: espaçosa, clara e arejada, com duas janelas sobre o pátio da passagem para o jardim; além da porta da copa, outra para o corredor do quarto de cama. Ao centro, alçapão, comunicando com os quartos de baixo. Na chaminé, fogão de mediana grandeza e do melhor sistema então usado. Uma bomba fornecia água da cisterna ou poço, que há no pátio em baixo. Nos vãos de entre as janelas, guarda-loiças volantes.(...)".

Esta longa citação permite detectar o "gosto moderno" dos anos do romantismo. Casa sóbria, vivendo da proporção elegante dos vãos e emolduramentos, apresenta interiores luminosos e brancos de estuque, animados pelos papeis de parede, os veludos dos cortinados e dos estofos dos sofás. O gosto do *bric-à-brac* mal se faz sentir ainda, havendo o culto dos móveis antigos, pseudo-renascença e sobretudo século XVII que o escritor comprava e depois adaptava, recorrendo a fingidos pronunciadores da prática *Arts and Crafs*. Registe-se a relativa funcionalidade da planta, a intimidade dos aposentos, o pano de fundo operativo dos pátios, jardim com poço e cozinha bem equipada, embora faltasse quarto de banho e a "retrete" se escondesse num fundo escuro.

Poder-se-á ficar desiludido com a modéstia do aparato de Garrett cuja vaidade e cuidado com a sua própria apresentação sempre foram motivo de ironia jocosa em Lisboa. Mas a sua casa exemplifica bem os interiores de que não nos ficaram memória: a separação das zonas de serviço e cozinha do andar nobre, a importância dos espaços de representação, o conforto dependente das sempre presentes campainhas para chamar os criados.

Para passar dela ao palacete, haverá apenas que alargar as escadas e patamares, multiplicar as salas, acentuar o trabalho de estuques, desdobrar o mobiliário, introduzir o exotismo de *chinoiseries* ou revivalismos neo-medievais. Perder-se-ia, todavia, a concretização dos pormenores que Gomes de Amorim tão diligentemente evoca que sugerem o teor de vida burguesa, apropriando e restringindo os padrões senhoriais mas conferindo-lhes também autonomia expressiva, anunciadora de emancipação de classe e

de valores. O seu eclectismo e nascente funcionalidade inserem-se num pano de fundo onde a tradição e a memória são instâncias activas de sentido e, por isso, este interior confirma o próprio movimento da arquitectura de fachadas, também elas mais resistentes à voga do revivalismo do que poderia esperar-se. Confirma ainda a análise proposta do urbanismo romântico, feito de pequenas marcações, inseridas na teia só levemente contestada da matriz pombalina. Sendo assim, creio ter sido bem escolhida a casa de um dos homens mais modernos de Lisboa, organizador do Conservatório Nacional, promotor do Teatro Nacional, activo deputado e poeta maior que, como nenhum outro, amou o cancioneiro popular: ela evoca a cidade muito mais do que o brumoso Palácio da Pena ou os aposentos régios que o mesmo rei D. Fernando então instalou nas Necessidades.

8.4. Reflexão teórica: o *Archivo de architectura civil*

A evocação da arquitectura monumental, pública e privada, edificada em Lisboa entre 1850 e 1870, situou-nos numa prática eminentemente empírica onde, a par das marcações classicizantes de Pezerat, Domingos Parente da Silva ou Cinatti e Rambois, se verifica, sobretudo na edificação corrente, a permanência quer do modelo pombalino, quer, sobretudo, a sua progressiva adulteração pelo empenho superficial de fugir à monotonia na composição das fachadas, utilizadas como espaço de vagas marcações eclécticas que só o uso do azulejo de cobertura viria afinal transfigurar.

Além dos arquitectos citados, a cidade "regenerada" foi elaborada também com a participação dos que desempenhavam cargos públicos, na Academia de Belas-Artes e na Intendência das Obras Públicas de Lisboa, embora não me tenha sido possível atribuir-lhes obras concretas, e, naturalmente, por dezenas de mestres e pedreiros que serão, como sempre acontece, os principais produtores da continuidade estética de todo o período.

As referências teóricas de toda esta prática continuavam a ser os compêndios clássicos italianos e franceses e em momento algum voltei a encontrei uma apologia do

"gosto ecléctico" que desse continuidade à reflexão de Ribeiro e Sá, nas páginas do *Panorama* de 1843 (47). Pelo contrário, além da crítica ser inexistente ou meramente descritiva, os arquitectos portugueses fecham-se então, numa espécie de movimento de resistência, nada criativo, que se manifesta na fundação, em 1864, da *Associação dos architectos portuguezes* de onde estavam excluídos, pela sua formação de decoradores, Cinatti e Rambois, autores, no entanto, de alguma da encomenda privada mais qualificada. Sendo assim, de certo modo acontecia com eles, mas com fundamento profissional, o que se passara na década de 1840 com Fortunato Lodi, condenados ao limbo de *estrangeirados*, impedidos de contribuir para um movimento de renovação que afinal ninguém desejava, como prova o facto de construções maiores do gosto romântico, como o Palácio da Pena ou Monserrate, não encontrarem qualquer eco no *Archivo de architectura civil*, orgão daquela associação, publicado entre 1865 e 1867, embora o mesmo não aconteça em relação ao portuense Palácio de Cristal.

A *Associação* era uma criação empenhada do velho Possidónio da Silva, assessorado, na primeira direcção por José da Costa Sequeira, professor da Academia, Paulo José Ferreira da Costa e Feliciano de Sousa Correia, ambos com longo curriculum nas Obras Públicas, representando a reconciliação entre os intervenientes na polémica dos anos de 1830, a propósito do projecto para o Mercado da Ribeira Velha (48). O seu objectivo era "advogarem a nobre causa da architectura civil que andava - por assim o dizermos - à *revelia*" (49) e pretendiam fazê-lo quer numa perspectiva pragmática - reflectindo sobre "as habitações das classes operárias", "a hygiene aplicada às edificações" ou a canalização da cidade - quer, com intuitos historicistas, propondo-se, por exemplo, classificar "os edificios religiosos da capital" através das "diferenças dos estylos das respectivas decorações".

Mas no que a *Associação* mais se empenhou foi em obter, para sede condigna, "o edificio arruinado da antiga igreja do Carmo", enunciando desde logo a intenção de ali recolher "os fragmentos architectonicos que forem dignos de conservação" que haveria de conduzir à instalação do Museu arqueológico, logo em 1866. Esta realização significativa demonstra bem que era o passado e os seus vestígios que interessavam

Possidónio que, no entanto, continuava a ser Arquitecto da Casa Real, ocupado, nessa qualidade da decoração do Palácio da Ajuda, longamente descrita nas páginas do *Archivo* (50).

Publicando resumos das traduções de Vignola de José da Costa Sequeira, elogios históricos de Costa e Silva e Ludovici, com desenhos anexos do Real Erário, do Palácio da Ajuda e do Convento de Mafra, mas também notícias sobre claustros medievais, o Púlpito de Santa Cruz de Coimbra ou o túmulo de Álvares Pereira, predominou no *Arquivo* um eclectismo sem linha programática que traduzia a dificuldade da sua realização, a falta de textos disponíveis e o imediato fracasso das intenções iniciais.

No entanto, o temperamento diplomático de Possidónio da Silva permitiu-lhe estabelecer uma eficaz correspondência com associações congéneres internacionais, como se conclui da leitura dos "boletins", sucessivamente publicados. Vindas dos Estados Unidos e da maioria das cidades europeias, chegavam revistas, fotografias e estampas, notícias de importantes obras em curso mas a verdade é que elas nenhum impacte positivo tiveram nem nenhum debate provocaram. E, quando se tratou de integrar a representação portuguesa à Exposição Universal de Paris de 1867, além de um conjunto de peças de sentido museal, a *Associação* apresentou apenas, como marca de empenho pelo presente, a maquete para o restauro da "Église monumentale de Belém", elaborada por Possidónio da Silva. Na memória descritiva, então publicada (51), o arquitecto evoca o seu desejo de "harmoniser les formes nouvelles de notre restauration", nomeadamente em relação às duas torres não construídas, mas previstas, de que não existiam desenhos, sem descrever nem reflectir sobre o trabalho realizado cujo interesse se reduz ao levantamento rigoroso das proporções do edifício.

Todavia, ao longo da série do *Archivo,* alguma teoria vai sendo formulada, sobretudo nos escritos de Costa Sequeira que, promovendo os textos clássicos de Vignola, simultaneamente, enuncia uma postura ecléctica, fazendo-se eco das críticas de "Scamozzi" ao "venerando Vitruvio" (52) para, retoricamente, concluir:

"Se portanto a Vitruvio não se póde nem se deve prestar toda a fé e authoridade, a quem escolheremos logo entre a enorme multidão de tantos artistas doutos que floresceram depois d'elle?... Alberti, Palladio, Scamozzi, Vinhola, Bramanti, Serlio, Bullan, de l'Orme, Mansard, Blondel, d'Aviler, Perauls (sic), e tantos outros, foram todos respeitaveis, excellentes e assás acreditados por suas obras, mas excessivamente discrepantes e contradictorios entre si, não só quanto à combinação, ao gosto, às proporções, às formas e variedades dos perfis, como às relações dos diametros das columnas para com as respectivas alturas: e bem assim aos caracteres, saliencias e recortes dos principaes membros e molduras... Cada um d'estes notaveis architectos e os seus respectivos systemas tem tido certo numero de partidarios e imitadores, mas não foram seguidos, louvados e imitados absoluta e geralmente porque em todos se encontram faltas e defficiencias mais ou menos importantes e peculiares... Poderá logo haver algum cujas regras e dictames se devam em tudo e por tudo seguir e observar?... Sem a menor repugnancia respondemos negativamente, aconselhando que de todos se emite o que a boa razão e os portentosos dictames da natureza aconselharem".

Esta atitude retórica, respegada de fontes internacionais elaboradas ao longo de todo o século e abrindo o espaço da liberdade individual, era, todavia, logo limitada, no mesmo texto, com a prevenção de que não devia ser a arquitectura tão volúvel como as modas do vestuário: "Mal e muito mal iria a architectura se dependesse absolutamente da novidade ou do capricho dos homens e dos tempos: ficaria vergonhosamente escravisada e sujeita às mais futeis e ridiculas alterações, sendo apenas reputada como bella e correcta a que satisfizesse as phantasias passageiras e chimericas das épocas!". Para melhor apoiar esta atitude de refluxo, Sequeira cita os *Entretiens* de Viollet le Duc, em tradução própria, eventualmente a primeira feita em Portugal:

"A architectura, diz elle, exposta aos vaes-vens do mundo official, dos amadores, dos pretendidos entendedores, dos academicos, dos archeologos, dos plagiarios de antiguidades e da idade média, dos professores que não professam, dos litteratos, dos scientificos, economistas e phantasiadores, etc.; para poder ir vivendo, ora faz uma concessão a este, ora evita de se indispôr com aquelle: foge das surdas perseguições das seitas, anda às aplapadellas, ouve os conselhos e todos, não encontrando por toda a parte senão invejosos e inimigos; se a deixam concluir alguma obra, tem o infallivel desgosto de saber que a ninguem agradou e satisfez cabalmente ouvindo repetir por toda a parte: *As*

produções dos nossos architectos desacreditam a época... Olhem para aquelle edificio (!); não tem belleza alguma... falta-lhe a elegancia... a commodidade... etc.".

Neste lugar de incerteza, apesar de tudo actualizado, podia A.A. Teixeira de Vasconcellos, a propósito do "Elogio historico dos senhores Joaquim da Cunha Lima Junior e Manuel José Carneiro, professores da Academia das Bellas-Artes do Porto" (53), retomar, quase textualmente, as palavras de Ribeiro de Sá (54) para afirmar que "A architectura d'este seculo está como a constituição politica do nosso tempo. Ainda se não inventou". Não lhe agradava o neoclassicismo - "a imitação servil dos monumentos gregos e romanos, ou para melhor dizer a cópia - porque "em architectura copiar não é arte; é operação mathematica, dizem os sabedores". Condenava também - e pela primeira vez o registamos - "a combinação do cristal e do ferro fundido", "progresso industrial, mercantil ou de qualquer outra natureza; progresso architectonico não parece que seja", tanto mais que os "palacios de crystal não são duradouros, nem como edificio permanente se póde dizer que tenham utilidade pratica, dous caracteres essenciaes da architectura". Perante outras aparentes novidades - "As estações dos caminhos de ferro são gothicas, italianas, latinas, renovações da idéa velha para representar a idéa novissima" - concluia que "a arte parou", fundamentando:

> "E parou porque devia parar, porque pára sempre e quando os problemas surgem de todos os lados e os povos andam a procurar-lhes soluções. Um dia virá, e talvez não mui distante, em que pela liberdade, pelo amor, pela caridade, pela mutua benevolencia e pela região que é tudo isto e muito mais, se resolverão as principaes questões que agitam o mundo desde o celebrado anno de 1789. Então a idéa capital do seculo ha de encontrar fórma artistica digna de represental-a, e a architectura deixará de ser industrial ou reflexo de remotas eras para se coroar com o immenso resplendor da idéa nova".

Apesar da sua abertura para a utopia - mas também por isso - este será o mais interessante texto de teoria produzido nestes anos, pelo modo como assume a ruptura civilizacional representada por "1789" e pela consciência que revela da existência de um modelo "industrial" para a arquitectura, utilizando o "cristal e o ferro fundido". Abria

para lado nenhum, como José da Costa Sequeira, mas não deixa de ser curioso que um e outro se revelem resistentes à arquitectura "reflexo de remotas eras", pensando, eventualmente, nos revivalismos dos palácios da Pena e de Monserrate que, talvez por serem obras de estrangeiros, nunca são referidos. Afinal, esta reserva a um conceito revivalista de arquitectura tinha plena confirmação no que entretanto se construíra na capital, submetido, como dissemos, a caracteres classicizantes, perturbados ou por um leve eclectismo ou pela exuberância do gosto azulejar de matriz popular.

Notas

1. AHCML, *Prospectos de predios*, Livro 1.

2. *Annaes do Município de Lisboa, 1856-59*, 2º vol., 3 de Junho de 1859, pag. 322.

3. *Diario da Câmara dos Senhores dos Deputados*, 9 de Abril de 1856, pag. 101-102.

4. *Providências Municipais, 1833-1857*, pag. 308: "Officio para o Engenheiro Civil da Ex.ma Camara: Cumpre-me participar a V. S. para seu conheccimento e mais effeitos, que a Camara Municipal de Lisboa deliberou em sessão de hontem, que V. S. seja, ouvido a respeito de quaesquer planos de obras, submettidos à approvação da mesma Camara. - Deos Guarde a V. S. Camara, 21 de Março de 1854".

5. AHCML, SGO, "Offcio de P.J. Pezerat para Domingos Ferreira Pinto Bastos", 31 de Março de 1853.

6. Ver cap.6, pag. 370 e seguintes.

7. AHCML, Secretaria Geral, 1ª Repartição, Ofício dirigido a Gregorio Vaz Rans de Campos Barreto.

8. Ver cap.6, pag. 325 e seguintes.

9. Esta datação pressupõe que o prospecto para estes prédios é o nº 657 da colecção do AHCML, actualmente não localizado pelos respectivos serviços de Arquivo.

10. Sobre a biografia de José Cinatti e Aquiles Rambois ver cap. 6, nota 49, pag. 381.

11. Ver, a propósito, CASTILHO, Júlio de, 1936, vol. VIII, pag. 135-140.

12. Prospecto nº 519 da colecção do AHCML que, tal como o prédio anterior, não foi actualmente localizado pelos serviços do Arquivo, embora tenha sido por mim consultado há alguns anos.

13. Ver cap.6, pag. 306 e seguintes.

14. *Sinopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, doc. 31, pag. 58, 26 de Julho de 1849: "Pela Portaria do Ministério do Reino de 20 do corrente, foi Sua Magestade a Rainha servida ordenar á Camara Municipal de Lisboa, que adopte as providencias necessarias para evitar o abuso de se extrahir barro do terreno junto á incompleta Igreja de S. Francisco, onde varias escavações feitas com aquelle fim, punham algumas porções de cantaria em risco de desabar, pelo que já tinha sido necessario proceder a entulhamento de taes escavações; mas que apezar d'isto constava officialmente á mesma Augusta Senhora, que alguem tem querido remover o dito entulhamento para continuar na extracção da argilla (...)".

15. *Diario do Governo*, nº 94, 22 de Abril de 1844, pag.s 539-541.

16. AHCML, Colecção de prospectos, nº 238.

17. Ver cap.6, pag. 365 e seguintes.

18. AHCML, Colecção de prospectos, nº 361.

19. *Idem*, nº 412.

20. No livro *Prospectos de prédios* do AHCML está registado, com o nº 1229, em 10 de Outubro de 1864, o pedido, em nome do Visconde de Loures, para a *"Restauração da fachada principal"*, acrescentando-se a seguir : *"Este prospecto veio com borrões de tinta"*. Infelizmente, como em muitos outros casos de obras importantes, o prospecto, assim referenciado, não existe na actual colecção. Ver também MACEDO, Luís Pastor de, 1985, vol. III, pag. 156.

21. ATC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia dos Mártires. Arruamentos, livros 738 (1788) a 751 (1833).

22. ANTT, *Desembargo do Paço*. Maço 1513, nº 13.

23. AHCML, Colecção de prospectos, nº 563.

24. BRAGA, Pedro Bebiano, "Casa das 11 portas" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag.s 114-115.

25. ANTT, *Desembargo do Paço: José da Cruz Miranda*. Maço 153, nº 6.

26. *Idem, ibidem*. Maço 155, nº 21.

27. *Idem, Feitos Findos*. Inspecção dos Bairros. Bairro dos Remolares. Maço 15, nº 27.

28. AHTC, *Livros da Décima da Cidade*. Freguesia de S.ta Catarina. Arruamentos. Livros 319, 323, 326, 340.

29. AHCML, *Colecção de prorspectos*, nº 402.

30. *Idem, ibidem*, nºs 816, 864 e 895.

31. Não sei quem será este Vicente Rodrigues que era, indubitavelmente, dono do terreno que manda edificar, como refere o título do Prospecto nº 895. Segundo a memória olisiponense

(ver, por exemplo, Tostões, Ana Cristina, "Praça do Príncipe Real" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag. 92) o prédio teria sido construído, cerca de 1870 (mas teve projecto aprovado em 1862) "pela viúva do 1º barão de Santos, tendo lá vivido o filho, comendador Santos Silva, fundador do Banco Fonseca, Santos & Burnay". Não temos dúvida em corrigir esta informação, considerando que a Baronesa de Santos comprou a casa pelo menos em processo de edificação, com o seu definitivo delineamento exterior, mas admitindo que a ela se deva a ostensiva decoração interior.

32. Ver MATOS, José Sarmento de, "Palacete Anjos" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pag.s 100-101.

33. AHCML, Colecção de prospectos, nº 731.

34. Ver cap.2, pag. 11-112.

35. AHCML, Colecção de prospectos, nº 1194.

36. AHCMH, *SGO*, documentos nºs 77 e 83. Refira-se, que na polémica, Pezerat tomou partido a favor *"dos architectos do Sr. Nunes"* contra a Intendência das Obras Públicas, demasiado rígida na defesa dos alinhamentos e pouco sensível à qualidade arquitectónica do projecto.

37. Ver cap.2, pag. 74.

38. AHCML, *Colecção de prospectos*, nº 898.

39. Ver ARAÚJO, Norberto de, 1993, vol. XIII, pag. 52.

40. AHCML, *Colecção de prospectos*, nº 787

41. AHCML, *Colecção de prospectos*. Refira-se que o prospecto, estudado por nós há alguns anos, não está actualmente localizado pelos serviços. A sua data de aprovação, 26 de Junho de 1856 encontra-se, no entanto, assim referenciada também no respectivo livro *Prospectos de prédios*, contrariando a informação de José Sarmento de Matos ("Largo de S. Mamede" in *A sétima colina. Roteriro histórico-artístico*, pag. 128-129) que a considera posterior a 1863, quando António Lopes Ferreira dos Anjos terá aforado o terreno de implantação à Igreja de S. Mamede.

42. Ver, sobre este tema, MECO, José, *O azulejo em Portugal*. Lisboa, Alfa, 1989 e VELOSO, A.J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel, *Azulejaria de exterior em Portugal*. Lisboa, Inapa, 1991.

43. Ver cap.1, pag. 43 e seguintes.

44. Ver cap.6, pag. 365.

45. Ver SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1967, vol. III,pag.s 222-223 e SAPORI, Teresa, 1993, pag. 65-81.

46. AMORIM, Francisco Gomes de, 188, 3º vol., pag. 527 e seguintes.

47. Ver cap.6, pag. 361 e seguintes.

48. *Idem*,pag. 279 e seguintes.

49. In *Archivo de architectura civil. Jornal dos architectos portuguezes e archeologos*, nº1, Lisboa-1865, pag.1.

50. *Idem*, nºs 3, 4, 8, Janeiro, Abril de 1866, Março de 1867.

51.*Mémoire descriptive du project d'une restauration pour l'Église monumentale de Belem à Lisbonne bâtie en 1500 en souvenir de la découverte de l'Inde par les navigateurs portugais. Modéle fait por l'Exposition de Paris 1867. D'après les dessins de l'architecte de S.M. le roi du Portugal Le Chevalier J. da Silva*. Lisbonne, MDCCCLXII.

52.*Archivo de architectura civil....*, nº 6, Outubro de 1866, pag. 85-86.

53. *Idem, ibidem*, pag. 84.

54. Ver cap. 6, pag. 362-363.

9. A VIVÊNCIA DA CIDADE

Noventa anos depois do *Diário de William Beckord* que, notavelmente, nos permitiu evocar a Lisboa mariana (1), utilizarei outra fonte inglesa, *Formosa Lusitânia* de Catharina Carlota Jackson, publicada em 1877, com tradução, prefácio e anotações de Camilo Castelo Branco, para olhar a cidade fino-romântica, em vésperas de profundas transformações. A qualidade literária não é mesma nem a apropriação subjectiva dos lugares que, neste caso, se submetem a convencionais roteiros consultados, ou mesmo copiados, mas algumas descrições permitem sintetizar, através de vivência concreta, muitas das transformações analisadas nos últimos capítulos. Creio que vale a pena acompanhar esta convencional inglesa, regressada a Lisboa depois de muitos anos de ausência.

Talvez não por acaso, Lady Jackson, saída do seu hotel na rua do Alecrim - "uma das principais da cidade" - visita, em primeiro lugar, o jardim de S. Pedro de Alcântara e em nenhum outro sítio o seu entusiasmo e maravilhamento foi igual. A vista do perto e do longe - do Rossio e Passeio Público a Nossa Senhora do Monte e daí até aos "ridentes casaes e aldeias", envolvidos em "vinhedos, jardins e pomares" - permite-lhe afirmar que "Lisboa é, sem dúvida, uma explendida cidade", tanto mais que, imediatamente à volta, era animada pelo cuidado do ajardinamento, com magníficos "geraneos", "lyrios do Nilo" e "variadissimas arvores e arbustos floridos", refrescados pelo "tanque" com "plantas aquaticas". Distrai-se, entretanto, com um "cazal de juvenis amantes"...

Um a um, todos os novos jardins da capital são inventariados. O Príncipe Real, "lindissimo local para residir e talvez o mais sadío de Lisboa" que classifica também de "elegante e *distingué*"; a "praçasinha dedicada a Luiz de Camões", "rodeada de excellentes edificios" e "murada por uma gradaria de ferro com uma fileira de graciosas e copadas pimenteiras, originarias da America do Sul, que ali prosperam maravilhosamente", aristocratizou o sítio, banindo os aguadeiros e o chafariz (2); o indispensável "Passeio Publico, o Passeio *par excellence*, onde grande parte dos

lisboetas se ventilam e passeiam por noites estivas até ás onze horas, ouvindo, ás vezes, as harmonias das musicas regimentaes e particulares, que tocam em um corêto central", sem a impedirem de anotar "scenas indecorosas" aos seus olhos senhoriais; o "Atterro da Boa Vista, amplo, chão e bonito passeio, com a sua *alameda* plantada de quatro renques de arvores de cada lado, uma fileira de magestosos edificios (3) e dous graciosos jardins publicos (4) de fronte" que viera substituir "um terreiro desprezivel, lameiro sordido e tremedal infecto" e que lhe parecia, se viesse a ser concluído até Belém, realizar "um dos planos do grande Pombal na reedificação aperfeiçoada da cidade" (5); finalmente, o "Jardim da Estrella" onde admira, além do "bello leão" já próximo da morte, "os loureiros-rozas que chegam ali á altura de desoito e vinte pés", o desenho "com menos prumo que o Passeio Publico", avivado pelas "cascatas, estufas, canteiros, passeios tortuosos e abobadados de arvoredo, uma gruta artificial e um sêrro d'onde podem tirar-se vistas encantadoras de Lisboa e do Tejo".

Entre estes passeios aplicados, Lady Jackson foi registando outras alterações vivenciais da cidade: o desaparecimento da "profusão dos cães vadios", antes os principais agentes da limpeza das ruas que passaram a ser "varridas todas as noutes, regadas de manhã pelo velho systema da pipa, e de tarde com mangueiras à semelhança de Pariz"; a facilidade dos transportes públicos, nomeadamente a estação dos "*trens de aluguer*" da Praça Camões "que são de excellente apparencia" e superiores aos de Londres; o cemitério dos Prazeres, donde admira a "formosa paisagem" percorrida por "alvejantes *cottages* agrupados em redor de hervecidos terraplenos a verdejarem, doirados por laranjaes, limoeiros e limeiras" e, para lá, "o Tejo, a barra, o oceano" que a puseram a cismar "nos idolatras da luz e n'aquellas tribus de negros que eu já vi ajoelharem reverentes ao brilhar de um arraiar e trasmontar de sol tropical".

No circuito de compras, a nossa guia distingue, em primeiro lugar, o Chiado (**Fig.187,1-2**), onde encontra "sedas de Lyão, rendas de Bruxellas e valencianas, musselinas suissas e inglezas e *lingeries de Paris*, instaladas em "diversas lojas boas de moderna apparencia". Espanta-a os "ranchos de damas portuguezas, quasi sempre em numero de tres ou quatro", acotevelando-se "no estreito ladrilho", trajadas "de côres

vivissimas, e conformes á ultima moda do mais recente *Journal de Modes*", porque se lembrava "das velhas usanças" quando "tão somente as senhoras de ideias mais avançadas, e iniciadoras da emancipação" ousavam "mostrar-se fóra de casa". Mas não deixa de lamentar o desaparecimento "do capote e lenço de cambraia", do tempo em que as distinções de classe se marcavam pela "qualidade da fazenda do capote e a finura e bordados dos lenços". A animação estendia-se também, "á porta de muitas lojas e dentro dos *Cafés*", à "tribu dos vadios, *janotas*, os *dandies* de Lisboa" e aos "superabundantes mendigos de ambos os sexos". Reconhece, nesse "confuzo tropel", "o coração da cidade, o centro de um tecido de ruas e praças, a mais animada e frequentada passagem de Lisboa", alargando-se, para as "ruas lateraes", aos "theatros, livrarias publicas, o muzeu, outras instituições, e quarteis de tropa", "tudo isto, excepto os theatros, estabelecido em extintos conventos". Quando desce a rua, em direcção ao Carmo, vê a vista bloqueada "por um grande palacio, em cujo peristilo estão dous ou tres creados de libré": cruzava o palácio Barcelinhos, ex- convento do Espírito Santo da Pedreira.

Ao contrário das do Chiado, as lojas da Baixa surgem-lhe mais antiquadas e desinteressantes, embora, na Rua do Ouro, observe que algumas se tornaram mais espaçosas, reduzindo-se "tres a uma", com "renovação de portadas e vitrines" e "aformoseamentos exteriores", "porque, entre as janellas e portas, e no intervallo das casas, poliram as paredes da côr de marmore pardacento ou amarello, como no Chiado - o que na verdade é de bonito effeito". Mesmo assim, considera o movimento escasso (**Fig.188**): "faz pena que a moda não escolha para os seus passeios da manhã as amplas e planas Ruas do Ouro e Augusta, em vez do estreito pavimento do declivôso Chiado. Os *beaux* e as *belles* bem podiam assoalhar-se por alli mais suavemente, e pompear as suas *toilettes* com maior vantagem". Mas a falta de elegância cosmopolita era suprimida pela animação popular: "Se a multidão é pequena, a gente que as frequenta suppre em berraria o que lhe falta em distincção; que ás vezes, os gritos e o alarido dos peixeiros, dos regatões de fructa e outros comestiveis é atroador. Que acalentados pulmões deve ter aquelle gentio!".

Desse imenso povo lisboeta, Lady Jackson revela uma especial afectividade pelos galegos, os aguadeiros da cidade, que lhe embalavam o ouvido como seu "estirado *Aù-Aù!*". Lamenta que eles já não usem os barris e trajos "alegremente pintalgados que era um enlevo dos olhos", antevendo que a sua progressiva melancolia e sujidade significasse a futura condenação "pela Companhia das Aguas". Mesmo assim eles "orçavam" ainda "por tres mil", havendo "pouquissimas casas de alguma importancia, onde o gallego não seja o *major domo* e o senhor das chaves (...). Os melhores criados, mais trabalhadores, honestos, briosos e fieis são gallegos, assim como os carregadores, aguadeiros e a maior parte dos padeiros de Lisboa. Se a gente precisa d'um portador fiel, chama um gallego. Nenhum serviço domestico lhe repugna contentando-se com salarios moderados; e em virtude do seu genio trabalhador e poupado, não raras veze fazem economias e se estabelecem com negocio proprio".

Menos elogios lhe merece "a multidão nada agradavel" que, durante todo o dia, "atulhava" a Rua do Arsenal em que distingue "enfarruscados operarios ou mais sujos ainda carreteiros de carvão com cestos enormes", "oficiais da marinha", "maritimos e soldados" ou "provincianos que acabam de descer d'um omnibus ou de desembarcar d'um vapor", além dos cauteleiros, "apregoando numeros e mettendo-nos os bilhetes á cara", e turbas de "mendigos de ambos os sexos". Em geral, ao contrário da experiência cromática do Chiado, esta, como quase todas as ruas, "apesar de bastante concorridas, apresentam um aspecto lugubre, difficil de explicar ao principio: mas não tarda muito a gente a notar que a causa provêm de serem as figuras proeminantes individuos do sexo masculino, cujo costume é nada pittoresco; e, na verdade, ha ahi nada mais triste que vêr constantemente homens vestidos de preto, passeando, andando, ou agrupando-se emfim de qualquer forma, mas sós entre si?". Era "lentamente" que desapareciam "os prejuizos nacionaes; e consoante um d'estes que ainda subsiste em Portugal, posto que consideravelmente modificado, não é do estylo que as damas saiam desacompanhadas". Por isso "apena se descobre aqui e alli um chale vermelho ou côr de laranja e um lenço estampado de seda ou algodão, que no mundo feminino popular supplantaram o aceado capote de panno e o lenço branco de cambraia".

Quando se detém no Rossio, nobilitada pela "elegantissima" "frontaria do theatro de D. Maria 2ª", incomoda-a o centro da praça, "empedrado, conforme o uso vulgar de Lisboa, de mozaico, com pedrinhas brancas e pretas, formando uma especie de raias ondulantes que produzem exquisito effeito pela regularidade dos seus contornos em uma superficie dilatada; o certo é que, ao atravessal-a, sente-se a gente obrigada a erguer o pé incommodamente a cada passo que dá como quem quer esquivar-se a topar nas apparentes elevações que faz o pavimento". Admira, vistos de baixo, "os bellos arcos ponteagudos do antigo templo gothico da Senhora do Carmo do Vencimento" e anima-se com a "vida e movimento", maiores do que no Terreiro do Paço, em que "são negociantes e empregados publicos os principaes frequentadores", além dos *vadios* ou *flâneurs* de Lisboa" ou "mulheres e raparigas que vendem agua". De repente, todos se podem reunir, "em numero de duzentas ou trezentas pessoas", à volta dos tocadores de "realejo" que a nossa guia considera pelo menos "execravel", senão mesmo "machina infernal".

Depois do regresso, à sua hospedaria da Rua do Alecrim, Lady Jackson contempla, por entra as *gelosias*, o belo terraço fronteiro, "formando" o telhado "d'uma grande casa" sobre a Rua das Flores, "ladrilhado a lousas brancas" e adornado por "renques de laranjeiras em caixões, entermeadas de jardineiras de flôres brilhantemente coloridas e artisticamente agrupadas, assim como vasos de plantas com folhas variegadas". Por "uma abertura entre as casas" podia "avistar uma nesga da parte occidental de Lisboa; e da sacada desobris as collinas da outra banda do Tejo". Mas, do lado da Rua do Alecrim, era constantemente incomodada "pelos carros de bois ou de miseraveis cavallos e mulas - verdadeiras ossadas a cambalear", debatendo-se "em esforços para vencerem a encosta, tirando um carro antiquado, algumas vezes a vergar com a pedraria para as novas construcções", "doloroso espectaculo , mas que não deixa em certas conjunturas de provocar o riso" quando as mulas se imobilizavam, resistindo às "furias e imprecações do carreteiro". Distraía-se depois, embalada pelos "alegres e famosos carrilhões (que) se deixam ouvir durante estas horas crepusculares, tocando com tal vivacidade que as creanças dançam-lhes ao som na loja do hotel. Valsas, polkas, galopes e passagens de

operas são tam primorosamente executadas pelos inteligentes *carillonheiros*, que não poucas vezes enchem de assombro e deleitam os viajantes extrangeiros".

Mas um dos apontamentos mais curiosos do roteiro de Lady Jackson foi o modo como apreciou Alcântara (**Fig.189**), "local de grande labutação, miniatura de Manchester, com muitas fabricas de lanificios", de "refinação de assucar e salitre para a polvora, e de vidarria, e outras industrias importantes onde se empregam milhares de braços". Nesse "mundozinho à parte", apoiado pelo *Asilo de infancia* e por outras "instituições de caridade", detecta "um local altamente philarmonico: tem cinco bandas musicaes; uma é de rapazes flautistas e bandurristas, as outras são instrumentaes a valer: os musicos são obreiros e rapazolas das fabricas". Havia ainda memória do tempo em que o bairro gozara de "pessima reputação", onde a "ladroeira era coisa vulgar, e os assassinos às vezes embuscavam-se por aquellas viellas e congostas" mas, ao presente, distinguia-se "em ser mais laborioso, e talvez mais ruidosamente alegre na occasião das suas *festas*", animadas por "sujeitos de vida airada chamados *fadistas*, uma especie de *improvisatori*, grandes tangedores de guitarra, cujos cantares, privativos de Portugal, se chamam fados". E a autora detem-se na sua descrição: "Supponhámos qualquer toada popularmente nacional; se lhe pertence lettra propria os cantadores começam com ella; mas, logo depois, os trovistas começam a cantar, e pegam de fazer variações tanto na lettra como na musica, a bel-prazer da fantasia ou habilidade; e por fim retrocedem do seu longo e caprichoso devanear até á toada e á lettra por ionde começaram. Usam os fadistas um particular feitio de chapeo preto; largas pantalonas escuras, jaqueta justa ao corpo, e cabellos até ás espáduas. Gosam de pessima reputação, porque são uns *vauriens* de costumes dissolutos". Lady Jackson ouviu-os algumas vezes "alta noite tangenso guitarra, e com dous ou trez sucios, cantando - mais *sotto voce* que em Alcantara - (...) subindo a rua das Flores a passo rapido, mas candenciado", considerando que "aquella estranha melopea, e o cantar requebrado e dôce dos trovistas, são coisas agradaveis de se ouvirem, quando a toada gradualmente se aproxima e gradualmente se esvaece no silencio de uma suave noite de estio".

Num dos regressos tardios de passeio, a autora desceu de trem o Chiado "cujas lojas abrilhantadas pelo gaz resplandeciam notavelmente": "parecia estar por ali toda a gente, a não ser uma ou outra dama, aqui e além, de leque na mão, á janella, provavelmente á espera do *namorado*", realçando-se "a geral actividade e ruidoso *mouvement* da scena" com "as lanternas das carruagens coruscando de todos os lados". Depois de um "giro no Rocio", também animado pelas "luzes numerosas de gaz scintillando por entre a buliçosa ramagem do arvoredo" e de comentar a "usança portugueza" das senhoras e dos homens se deslocarem em carruagens diferentes - a caminho do Passeio Público para "ouvir as orchestras militares" e da "desconfusão mais natural e sensata dos dois sexos" - a noite foi passada no "Gremio", ao Chiado, "cujos jardins são ultimamente muito concorridos de senhoras hespanholas, que estão dando o tom" mas também de "*meninas* portuguezas formosas, e no geral, esbeltas e elegantes".

Para os residentes, Lisboa não era, naturalmente tão atractiva. A iluminação do Passeio Público podia ser descrita como "fileiras de lumes a gaz, renques de tocheiros funerarios", contempladas as senhoras aprumadas e alinhadas em fiadas de cadeiras" como se estivessem em "visitas de pêsames" (6) e, no Verão, aquando da debandada burguesa para Sintra ou para as praias, de Pedrouços a Paço d'Arcos ou já Cascais, a cidade interrompia-se: "os salões fecham-se; nos theatros rarêam os espectadores, e a vida do Chiado acaba" (7). Nos restantes meses, eram efectivamente os teatros o centro da vida cultural, sobretudo o S. Carlos, "salão de toda a nossa sociedade" assim evocado por Ernesto Biester:

> "N'esta terra o theatro lyrico não é só um passatempo recreativo, uma solemnidade artistica, uma distracção apreciavel; é mais, é o unico ponto de reunião de toda a nossa sociedade. S. Carlos facilita e estabelece uma convivencia que fóra não existe. N'aquella salla e n'aquelles corredores falla-se de tudo e trata-se de tudo. No intervallo de um acto dois negociantes concluem uma transacção; durante um côro de conspiradores dois deputados preparam um cheque ao governo; no final de um tercetto dois elegantes portuenses discutem o corte de uma casaca; ao principiar a aria da dama um folhetinista commenta um dito espirituoso que soltou o seu visinho, dispondo-se a aproveital-o na

proxima revista, ao concluir o adagio do duetto de tenor e soprano os Roméos acestam os oculos nos camarotes das suas Juliettas. Finança, politica, litteratura, poesia, amores, ciumes, esperanças, descrenças, caluminias e fanfarronadas, tudo isto e muito mais, decide-se, analysa-se, profunda-se, conta-se, revela-se, propaga-se e ostenta-se em quanto se canta uma opera e se dança um bailado no theatro de S. Carlos. Resta ainda accrescentar o enthusiasmo dos *dilectanti*, as luctas dos partidos e os preparos das ovações. Ha noites em que ha mais vida e movimento n'aquelle recinto do que houve durante todo o dia na capital. Lisboa sem S. Carlos é como um corpo sem alma, vegeta mas não vive" (8).

Ao contrário do que desejara Garrett e os outros promotores do Teatro Nacional, erigido no Rossio com tanta polémica, nunca de facto ele destronou a aura romântica, eivada dos valores operáticos da cultura rococó, do prestigiado S. Carlos, impulsionado por Pina Manique e os Contratadores do tabaco, deixando assim perceber uma continuidade cultural entre o final do Antigo Regime e a situação liberal que só enfraquecerá no final do século de civilização industrial. Mas havia na Lisboa "regenerada", apesar dos múltiplos constrangimentos ao processo de modernização, diversos exemplos de novos dinamismos. Eles passam pela energia da programação dos teatros comerciais, sobretudo o Ginásio mas também já o Trindade, e pela excepcional produção de folhetins e romances, publicados na pujante imprensa diária e periódica que deve ser considerada uma espécie de parlamento popular, um instrumento de educação das classes burguesas, e mesmo do operariado, e, sobretudo, o lugar de elaboração dos valores vivenciais e simbólicos da cultura oitocentista.

A partir dos anos de 1860, com a Sociedade Promotora de Belas-Artes, e apoio de importantes revistas como o efémero *Jornal de Bellas-Artes* e a *Revista contemporanea de Portugal e Brazil*, este desejo de entrosar a cultura com a cidade, conduzirá à primeira emergência de um mercado de arte, promovendo os jovens pintores românticos, Anunciação, Metrass, Lupi, Cristino da Silva, que, nas suas modestíssimas "pinturas modernas", propunham ao público os quadros de uma paisagem nacional reconhecível, românticamente naturalizada, matriz de gosto estético conservador e ruralista de tão longa duração no imaginário português. Não por acaso, e ao contrário do que acontece

com algum do romance e o teatro, a cidade está ausente dessa pintura, incapaz de se constituir como espaço de reconhecimento, o que não obsta que ela fosse o lugar social da sua elaboração e promoção.

Lisboa civilizava-se, no sentido oitocentista do conceito, mas o "campo" espreitava-a por todos os lados. Evoquemos essa situação determinante, esse peso significante de tempo, numa medíocre novela, denominada "O Convento de Santa Joana":

> "Está a dar meia noite no convento do Coração de Jesus. Nunca me pareceu tão solemne a voz sonora e grave d'este sino, que vem agora interromper o silencio da noite, vibrando ainda no ar, como se fossem os lamentos repetidos de uma queixa de angustia .
>
> (...) Da minha janella, no alto de Valle-do-Pereiro, gosava-se n'esta occasião da poesia de todos estes contrastes. Ao longe, entre a encosta de S. Pedro de Alcantara e a subida da montanha do Castello, formando uma larga garganta aberta sobre uma nesga do Tejo, que lhe fecha ao largo o horisonte, negrejavam n'um confuso labyrintho os encruzamentos das casarias da baixa (...).
>
> Seguiam para o norte as collinas da Graça, do Monte, do Campo de Sant'Anna, e de Arroyos, que recortavam o horisonte em linhas angulosas e profundas com as sombras colossaes do mosteiro da Graça, do hospicio de Santo Antonio dos Capuchos e do hospital de Rilhafolles, e ao longe, como uma sombra quasi a desvanecer-se nos vapores humidos e alvacentos de que a sahiada da lua innundára aquella parte da atmosfera, o antigo convento da Senhora da Penha de França.
>
> Depois estes aspectos variavam, tomando uma physionomia campesina. Os casaes e as quintas que se estendem desde a fazenda dos Senhores de Borba até Entre-Muros, formavam um immenso espaço opaco e caliginoso, apenas dividido á vista por alas de oliveiras que, no seio profundo da escuridão, e apenas tocados pelos reflexos fouxos do luar, simelhavam pelotões de negros fantasmas a galgarem pelo viso dos outeiros (...).
>
> Para a esquerda, no fim das encostas que fecham o horisonte por detraz do quartel de Valle-do-Pereiro, as cuplas brancas e elevadas dos torreões do palacio dos Guiões parecem dois fantasmas enormes que avançassem pelas terras fronteiras, como se fossem alguns d'esses incommensuraveis abejões de que nos fallam nas aldeias.
>
> Com a apparencia senhorial, ou quasi feudal, deste edificio, contrasta o aspecto humilde, pacifico, e solitario do convento de Sancta Joanna que, no sitio mais retirado e sombrio da antiga Cova do Olival, mal ousava mostrar o remate do seu campanario e as ultimas janellas do dormitorio superior acima das arvores que lhe vestem os muros de sombras e tristeza (...)" (9).

Esta evocação do sítio de Lisboa, tomada, com literários arroubos poéticos, em 1860, parece de repente elidir os trinta anos quase passados sobre a extinção dos conventos masculinos. Eles, com a sua arquitectura impositiva, continuavam a sinalar a orientação da cidade e a concentrar os núcleos de povoamento que haviam gerado, constituindo-se como figuras simbólicas, de todos reconhecidas, de bairros e de distâncias. Volveram-se em quarteis, hospícios, escolas ou centros de burocracia estatal mas outros permaneciam distantes e isolados, cercados de muros e envolvidos em oliveiras. A cidade mal se ampliara na sua direcção, restringindo-se, como espaço cosmopolita, aos lugares determinados pela programação pombalina, levemente ampliados no Aterro ou a S. João dos Bem-Casados e concentrados no eixo do Chiado ao Rato. Surgiram os jardins, o gáz e os omnibus, falhara a canalização de água e esgotos e a norma arquitectónica mas Lisboa continuava a ser a cidade herdada, embora expectante de nova revolução urbanística que finalmente se anunciava. E, ainda em 1872, segundo a "Chronica do mez" da revista *Artes e Letras*, o anúncio da Primavera celebrava-se assim:

> "Vida nova. Encontram-se, á noite, nas praças ajardinadas grupos de pessoas aspirando o aroma suave das plantas: principia o consummo das bebidas refrigerantes: os *chilis* de aba larga já dão a sua voltinha, de tarde, no passeio; ouve-se ao domingo o estalar dos foguetes, tentação irresistivel dos amadores de toiradas, o chapeo de chuva, fazendo-se branco, transforma-se em chapeu de sol.
>
> (...) O primeiro dias de festa que as senhoras de Lisboa teem, no começo da estação amena, para ostentar as suas novas *toilettes*, é o da procissão de Nossa Senhora da Saude.
>
> Dia de festa lhe chamei, e de certo ninguem se rebellará contra o qualificativo. A procissão da Saude é uma das funções religiosas que actualmente se celebram na capital, com maior pompa e decoro. Este anno o apparato das ruas por onde passa o prestito, excedeu tudo que até agora se havia feito para solemnisar aquelle acontecimento. Eu nunca vi as ruas de Lisboa tão vistosamente adornadas. A rua Augusta, sobretudo, com milhares de bandeiras, de variadas côres, constantemente disparadas pelo soprar do vento; com a calçada coberta de areia e rosmaninho; com as janellas ornadas de valiosas colxas, de coroas esmaltadas, de festões de buxo, de brancas estatuas, de caprichosas jarras, de espheras brilhantes, de paineis coloridos, de flôres, de escudos, produzia maravilhoso

effeito, principalmente quando, ao passar da procissão, nuvens de folhas de rosas toldavam os ares, e o som alegre das musicas regimentaes se fazia ouvir, completando o esplendor do acto.

Quasi todas as outras ruas fizeram egual acolhimento á imagem veneranda da Senhora da Saude, que tanta devoção inspira ao povo de Lisboa, e cuja festa será talvez, em pouco, tão luzida, como antigamente a do Corpo de Deus" (10).

Substituíra-se, no espaço de um século, o esplendor pagão da procissão do Corpo de Deus que tanto impressionara Beckford (11) pela festa da Senhora da Saúde, sinal dos tempos higienistas e de maior culto pelo corpo humano. Anularia o trabalho que tão longamente me ocupou se reduzisse a esta "tranferência" as transformações ocorridas em Lisboa entre a queda de Pombal e o advento de Ressano Garcia, mas ela evoca bem que se trata de um tempo parentético que ninguém soube programaticamente gerir. Percorrido de sonhos cívicos e de sinceros desejos de funcionalização, ele deteve-se na figura miúda do "aformoseamento" que constantemente aflora nos projectos e intenções da época, sintetizando uma intenção romântica ausente de formalização conceptual.

Notas

1. Ver cap.4, pag. 194 e seguintes

2. Refere-se ao "Chafariz de Neptuno" ver Vieira da Silva, 1954-1960, vol. 2.

3. É evidentemente exagerado o epíteto de "magestosos" para os edifícios construídos sobre o Aterro onde só existia ordem urbanística modesta sobre o lado ocidental da Praça de D. Luís e, no extremo, sobre o jardim de Santos. Entre um conjunto e outro, havia fabriquetas e armazéns desqualificados.

4. Um dos jardins referidos é, sem dúvida, a recente Praça de D. Luís. O outro ou será o próprio Cais do Sodré ou já o jardim de Santos.

5. Mais uma vez Lady Jackson é mal informada, querendo certamente referir o plano joanino, desenhado por Carlos Mardel que analisámos no cap.7, pag. **431**

6. *Jornal de Bellas-Artes*, nº6, 1 de Junho de 1857.

7. *Revista contemporanea de Portugal e Brazil*, 1º vol., 1859, pag. 195.

8. *Idem*, 2º vol., 1860, pag. 48.

9. *Idem, ibidem*, pag. 60-63.

10. *Artes e Letras*, 1872, Abril, pag. 56.

11. Ver cap.3, pag.199.

CONCLUSÃO: LISBOA ROMÂNTICA

Percorrido um século de transformações de Lisboa, que abordei em três subperíodos delimitados por datas políticas, à excepção do último, interessa, em primeiro lugar, reverificar a sua pertinência em relação ao objecto de trabalho.

Existe de facto uma "Lisboa do final do Antigo Regime", do afastamento de Pombal à queda da monarquia absolutista, e ela inscreve-se na continuidade da projectacção de Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Reinaldo Manuel que recebeu os influxos estéticos de Carlos Mardel e será a personalidade estruturadora de todo este ciclo. Mas nele participam também, enriquecendo-o e questionando-o, quer figuras que representam uma recuperação dos valores tardo-barrocos e rococós, como Mateus Vicente e Manuel Caetano de Sousa; quer outras, como José da Costa Negreiros, José da Costa e Silva e Francisco Fabri, que, estranhos à ideologia e a estética do pombalino e hostis à permanência de valores setecentistas, procuraram instroduzir, em Lisboa, uma espécie de neo-classicismo não programático.

Do jogo complexo destes múltiplos contributos, a capital do reino viveu então um período de grande dinamismo que, no contexto do iluminismo mariano, permitiu continuar a reconstrução do centro, introduzindo-lhe impressivas alterações ao plano inicial, e consolidar núcleos de expansão que haviam tido uma existência quase clandestina no tempo do Marquês. A edificação, ou projectacção, de equipamentos de sentido colectivo como a Basílica da Estrela, o Teatro de S. Carlos, o projecto do Real Erário e o Palácio da Ajuda concretizam essas linhas de consolidação, com diversa eficácia, provando que ninguém quis retomar a integralidade do plano de Manuel da Maia para estender a reconstrução a toda a cidade- morto, na verdade, já na última época pombalina - e que ela iria crescer segundo o empírico e tradicional modelo polinuclear. Este não questionou a importância adquirida do centro administrativo e financeiro da Praça do Comércio, mas propôs-lhe outros, no norte da Lapa, a Santa Isabel, na Patriarcal Queimada, na Ajuda, nas lonjuras do Campo Grande e, sobretudo, ao Chiado que então se delineia como o coração da Lisboa romântica.

Vale a pena alertar que esta "Lisboa do final do Antigo Regime" permanece um território urbanístico e arquitectónico em grande parte por preencher, exigindo esforço de investigação sobre fontes heterogéneas, como são os *Livros da Décima* e os *Cartórios notariais de Lisboa*, cujo tratamento sistemático - que me limitei a abordar - permitirá inventariar os ritmos da reconstrução, as subtis, mas significativas, alterações aos prospectos pombalinos, e, eventualmente, uma mais correcta apreciação da contribuição e do posicionamento dos vários arquitectos referenciados.

A data de 1822 encerra, por evidência política, um ciclo de vida do país mas também de Lisboa. Imediatamente pela extinção dos conventos masculinos e a sua apropriação para usos diversificados que, se não implicaram alterações urbanístico-arquitectónicas significativas, foram um poderoso factor de laicização, mutações simbólicas e aceleração da composição da figura da cidade como lugar de poder do Estado.

Por outro lado, a emergência da Câmara Municipal, que se sobrepõe à Intendência das Obras Públicas, iniciou uma época de curiosa intervenção dos cidadãos em decisões fundamentais, de que o Teatro Nacional constitui o exemplo maior, determinando a apropriação imagética a da Praça do Rossio. Este facto, articulado com a renovação e valorização do Passeio Público, enuncia um novo pólo de cultura e lazer que prolonga e alarga as funções do Chiado, aprofundando o seu lugar de novo centro da cidade, aberto e abrangente. Para norte, ele estende-se pela nova Rua da Trindade, traçada sobre o demolido convento, e no recente Jardim de S. Pedro de Alcântara que foi o primeiro miradouro nostálgico sobre a Lisboa velha, em vias de se tornar objecto de História. Para sul, o eixo Chiado/ Teatro Nacional/ Passeio Público envolveu, no seu dinamismo, a renovação das lojas da Rua do Ouro, articulando-se com a Praça do Comércio que, no entanto, começava a ser, tal como a cidade velha, objecto patrimonial por onde não passavam os ritmos nervosos da vida quotidiana.

Esta elaboração da "cidade liberal e burguesa", empenhada, embora com enorme empirismo, no "aformoseamento" e no higienismo, não dispôs nem recursos financeiros

nem meios humanos. Em relação a estes, é fundamental perceber-se que a Academia de Belas-Artes teve, como professores de arquitectura, profissionais oriundos das Obras Públicas, o mesmo acontecendo com a Câmara Municipal que tinha então um único arquitecto, o discreto Malquias Ferreira Leal. Deste modo, e contrariamente ao que poderiam sugerir os gostos eclécticos da aristocracia da época - por exemplo do rei D. Fernando a edificar o seu Palácio da Pena - os modelos pombalinos do prédio de rendimento continuam a informar as novas construções, mesmo os palacetes cujas fachadas só timidamente se abrem a alguns sinais decorativos, anunciadores de uma atitude revivalista.

Por isso, creio, mas é mais um território aberto ao necessário aprofundamento da investigação, que os arquitectos das Obras Públicas, discípulos enfraquecidos do seu último mestre Reinaldo Manuel, continuaram, até ao meio do século, a desempenhar um papel determinante na edificação urbana, orientados por uma formação clássica que as edições ou versões da obra de Vignola suficientemente comprovam, bem como a notável colecção de desenhos de Manuel Joaquim de Sousa. Havia, no entanto, um enfraquecimento global de parâmetros culturais integradores, aliás como se verifica na pintura e na escultura, porque a promissora geração de arquitectos novos da época mariana não teve continuidade de liderança e os elos com o exterior se tinham de facto traumaticamente interrompido. A única excepção foi a de Possidónio Narciso da Silva, relevante na valorização dos estudos arqueológicos, mas que, como arquitecto, não conseguiu impor-se num meio delimitado pela Intendência das Obras Públicas. Fora desta conjuntura depressiva, surge Fortunato Lodi, o jovem italiano, familiar e amigo do Conde de Farrobo, que projectou o Teatro Nacional contra todos os poderes de classe constituídos, os da Academia e os das Obras Públicas, e contra ainda os cidadãos-amadores. A sua edificação adequou-se notavelmente ao sítio e representa o gosto dominante por um classicismo capaz de assimilar a dimensão cenográfica da sensibilidade epocal.

Finalmente, também a "Cidade da Regeneração" se acerta com a data do movimento político, que sobrepôs o pragmatismo à luta ideológica, aliás quase coincidente com a de 1852 que marca a entrada na Câmara Municipal do engenheiro francês Pedro José Pezerat.

A partir de então, o ritmo desenvolvimentista da capital adquire um dinamismo que responde ao crescimento demográfico e económico globais e se aproxima de modelos internacionais, de que Paris se torna a figura simbólica.

Sintetizando as realizações e as virtualidades deste período de vinte anos, pode considerar-se que ele potencializou o carácter polinuclear da cidade, reafirmado no contexto final do Antigo Regime, e anunciou a elaboração dos eixos significantes de extensão que Ressano Garcia viria a desenvolver. Em relação ao primeiro ponto, considero que a abertura da Praça de Luís de Camões, a edificação do Teatro da Trindade, o ajardinamento do Largo da Patriarcal Queimada, a reconstrução da Escola Politécnica e o projecto do seu Jardim Botânico, aprofundam, de modos diversos, o espaço cultural e lúdico do Chiado ao Passeio Público, ampliando as suas funções representativas e de circulação, estimulando novas zonas residenciais de vocação burguesa e operacionalizando os eixos de articulação urbana muito antigos com as zonas adajcentes, como o Calhariz ou o Rato. Nenhum destes actos, urbanísticos ou arquitectónicos, se fez por ruptura nem planificação conjunta, antes por empíricas decisões casuísticas que, no entanto, possuem inquestionável organicidade como se a cidade, gerida ainda por ritmos lentos, fosse ela própria a sugerir os modelos de modernização. Eles recuperam dinamismos ante-pombalinos, na valorização do eixo da Rua da Escola Politécnica; reconvertem intenções pombalinas e pós-pombalinas não concretizadas, na substituição do Palácio Marialva pela praça cívica de Luís de Camões ou do Real Erário pelo Jardim do Príncipe Real; tornam significantes iniciativas do primeiro liberalismo, na construção do Teatro da Trindade que substituiu a memória do convento do mesmo nome, de certo modo repetindo o que acontecera no Rossio onde o Palácio da Inquisição dera lugar ao teatro Nacional.

Noutra zona da cidade, o delineamento do Jardim da Estrela, à ilharga da Basílica mariana, consagra o excepcional ritmo demográfico e construtivo da vastíssima freguesia de Santa Isabel que havia crescido ininterruptamente desde a primeira metade do século XVIII, e sobretudo depois do Terramoto, à margem das decisões programáticas pombalinas mas com a conivência da Intendência das Obras Públicas e os interesses de aforadores particulares. Esta foi uma imensa área, loteada segundo a malha tradicional ante-pombalina, que estabelece continuidades com o passado e se constitui como espécie de "anti-*Baixa*" onde a iniciativa individual nunca foi coartada, permitindo uma intensa mistura dos vários extractos sociais, aristocráticos, burgueses e pequeno-burgueses. Quanto ao Jardim, para lá da sua figura representativa, que reforçava a cenografia da Basílica, um e outro como que substituindo o Palácio Real ideado por Manuel da Maia, ele anunciava também articulações futuras com a Lapa, o Rato e Campo de Ourique através de uma série de arruamentos decisivos, já empiricamente previstos por Pezerat e Domingos Parente da Silva, retomados por Frederico Ressano Garcia mas fundamentalmente abertos só no início do nosso século.

Todavia, a realização urbanística mais significativa da "cidade da regeneração" foi o Aterro da Boavista e a abertura da Rua 24 de Julho, incluindo os loteamentos adjacentes ao Largo de Santos, articulados com as Janelas Verdes e S. Bento, o alargamento do Cais do Sodré e a abertura da Praça de D. Luís. Retomando, mas sem ligação directa, um plano joanino de Carlos Mardel, a operação do aterro foi uma exigência higienista que abria a Lisboa um futuro insuspeitado de distanciação com o Rio e crescimento para norte e nordeste, esgotado que estava o eixo tradicional de alargamento de este para oeste.

De algum modo, essa linha tónica de alastramento futuro estava inscrita no plano de Eugénio dos Santos, através da articulação clara da Praça do Comércio com o Rossio, clarificada depois pela implantação do Passeio Público e a abertura da Rua Nova da Palma. O prolongamento desta, nos anos de 1860, o começo da urbanização da Estefânia e os planos iniciais de Pezerat para o grande *boulevard* situam-nos na ante-história dos traçados de Ressano Garcia e da sua Lisboa das Avenidas Novas que,

entendo-o agora, foram uma uma realidade com passado, longamente cimentada em que não só a figura de Pezerat mas também a de Domingos Parente da Silva devem ser valorizadas.

Mesmo assim, mantive 1874 como data final da "Lisboa romântica" , único marco não político da periodização adoptada que, simbolicamente, significa que a cidade adquiria então cronologia própria, inscrita na conjuntura global mas com ritmos específicos. De facto, a entrada de Ressano Garcia para o cargo de Engenheiro-chefe da Câmara Municipal foi uma ruptura definitiva que, se consagrava o papel do Munícipio na gestão da capital, duramente conquistado às Obras Públicas desde 1833, era também o fim de um ciclo longo de empirismo, marcado pela permanência das normas pombalinas, os influxos de práticas anteriores e as sugestões de cidadãos ilustrados. Todo esse mundo de referências cedia à urgência tecnicista: o urbanismo voltava a integrar o território da cientificidade, de algum modo retomando uma prestigiada tradição nacional mas gerida agora como realidade em si em que a arquitectura não participará enquanto forma estruturadora.

Mas o objectivo deste trabalho não foi só o de inventariar, por uma lógica historiográfica, o percurso da cidade entre a herança do plano pombalino e o delineamento do de Ressano Garcia. Depois de diferenciar as diversas temporalidades que organizam esse século de charneira, dividido entre o mundo que acabava e outro que tardou a nascer, submeti-o, como totalidade, ao conceito de "Lisboa romântica". E é a sua pertinência que interessa finalmente analisar.

Naturalmente, esse conceito surge, em primeiro lugar, como contaminação, oriunda da literatura, das artes plásticas e das próprias atitudes vivenciais. Sem utilizar um elenco teórico de razões, o romantismo define-se por uma espécie de *hesitação* produtiva: pretende-se negar a racionalidade iluminista e a pragmática classicista da cultura mas, sendo eles os únicos sistemas estruturadores do saber, nada havia para lhes contrapôr, a não ser a sua reinterpretação através de sucessivas apropriações pessoais. Nestas, mais do que a ordem ou a lógica, interessa os sentimentos e a afirmação

individual. Manejando, com uma liberdade inédita, a cultura herdada, os românticos ora lhe inventam uma essencialidade atemporalizada que, no entanto, se destina a servir utências e história concreta - como fez o neoclassicismo -, ora a contaminam de influxos heterogéneos vindos da valorização de tempos imemoriais ou exóticos, como fizeram todos os revivalismos anti-clássicos. Inventariando com paixão os vestígios gregos e romanos, estudados no próprio local, eles rapidamente transpõem o desejo de viagem e o amor da ruína para as culturas egípcia, etrusca e hindu ou para a Idade Média europeia, tanto nos seus territórios de centralidade como nas franjas periféricas da miscegenização. Por isso, os românticos manifestam uma sede insaciável de generalidade, particularmente entendida, descentram o eixo do mundo e abolem fronteiras, sofrem com a norma e contrapõem-lhe a emoção, fogem da cidade e espelham na natureza sentimentos de desmesura. Os *Cáceres* de Piranesi, os romances confessionais de Stendhal, os castelos de Luís da Baviera, as batalhas de Delacroix ou as pinturas negras de Goya são exemplos maiores da vivência romântica mas também o são as arquitecturas neoclássicas e revivalistas de Nash, os retratos de Napoleão de David ou a filosofia de Kant, inventora do conceito de belo, baseado no "génio" e na "originalidade".

Em Portugal, o romantismo foi essencialmente literário, animado pela soturnidade ética de Herculano e a alegria de viver de Garrett. Mas se sairmos do território da elaboração de obra autoral, existem outras personalidades românticas que, para nos aproximarmos do objecto deste trabalho, se podem referenciar no Conde de Farrobo ou no rei D. Fernando. Estes homens amaram como poucos o presente, contaminando-o com a nostalgia da cultura rococó cuja vivência prolongaram mas abriram-na também às emoções do exotismo, ao gosto da ópera e ao culto do teatro, entendido, não como Garrett que via nele uma escola de formação de cidadãos, mas enquanto movimento de fuga, puro espectáculo onírico. E se o Palácio da Pena é o espelho cristalino destes sentimentos, as casas do Farrobo da Rua do Alecrim ou das Larangeiras - herdadas de moldes arquitectónicos e cenográficos anteriores - foram os palcos mais esfusiantes da vivência romântica lisboeta, habitadas pela música, os bailes e o teatro que se ampliavam,

numa generalização democrática, nas festas do S. Carlos, nas tardes do Passeio Público ou nas tertúlias do Chiado.

No entanto, a "cidade romântica" não o é apenas por ser o lugar de vida e circulação dos românticos. Nem por conter em si modestos sinais do que se costuma designar por arquitectura romântica que, aliás, como se viu, manifesta, no período cronológico considerado, a permanência de um gosto classicista e a quase total ausência de revivalismos medievais, mesmo nas obras de Cinatti e Rambois. Onde o romantismo se insinua, e se torna pertinente, é, de algum modo, no próprio urbanismo e na empírica reflexão sobre a cidade que ele enuncia.

Recordando as principais realizações operadas durante um século, sintetizadas já nesta conclusão, e olhando-as na sua totalidade, elas evocam sentidos epocais, filiáveis tanto no "urbanismo progressista" como no "urbanismo culturalista" estudados por Françoise Choay (1). Ao primeiro pertencerão as preocupações higienistas que conduziram à abertura do Aterro, à construção dos cemitérios e do Matadouro, à exigência das canalizações de esgotos e de passeios, à iluminação a gás, à renovação e extensão da pavimentação das ruas e da rede de transportes públicos. Na continuidade do plano pombalino, nele se integram ainda os arruamentos abertos nos demolidos conventos de S. Domingos, S. Camilo e Trindade, o prolongamento da Rua Nova da Palma, os projectos, então não realizados, para a futura Avenida de D. Carlos, articulada com S. Bento, a Estrela e a Lapa ou a intenção de abrir uma ligação magestática entre o Calhariz e S. Bento.

Este conjunto de obras, ou desejo delas, configura a modernização indispensável da capital, no contexto de uma industrialização inicial que não se constituía ainda como premência imperativa e não é nelas que se pode detectar o sentido romântico de Lisboa. Pelo contrário, ele encontra-se noutras realizações, integráveis no "modelo culturalista" pelo empenho empírico que enunciam na diversificação e humanização do espaço urbano. O seu conceito chave é o de *aformoseamento*, termo epocal de uso corrente, quer entre os técnicos quer na crónica jornalística, que actualiza, por abrangência semântica e imprecisão formal, a *voluptas* clássica, diversamente ao que acontece com o

higienismo que circunscreve, por concentração tecnicista, a *commoditas* e a *necessitas* (2).

O desejo de aformosear a cidade pode ser encarado como um empobrecimento da erudição que pressupõe a "arte urbana" classicista (3) porque o pré-urbanismo e o urbanismo culturalistas, anunciados em Ruskin e William Morris e formulados, sem normalização, por Camillo Sitte, não propõem uma pragmática urbana: são nostálgicos dos "espaços de contacto" (4) medievais, da sua mistura buliçosa de arquitecturas e funções; desprezam a monumentalidade perspéctica herdada do renascimento e do barroco e, sobretudo, a sua reformulação higienizada na cidade liberal; amam a curva contra a recta, a surpresa contra a repetição, a pequena escala e o andar a pé contra os eixos expeditos, exigindo novos transportes. Nesta negatividade do presente e no desejo de elidir dele a História, contrapondo-lhe uma memória romantizada, eles estão desmunidos para a produção do futuro e o aformoseamento pretendido ganha contornos de *pitoresco*, não no sentido da cultura rococó que inventou o amor pela ruína, mas, de algum modo, na acepção picturalizada de Wolfflin (5), definindo-o como inacabado, sobreposto, obscuro.

Transpondo estas noções para o espaço urbano, a beleza da cidade deveria surgir de súbitas pontuações, da fragmentação e mistura das vistas, da habitabilidade das ruas, interrompidas por praças, pátios e escadarias que alargassem para elas a própria disposição e funcionalidade mesclada das casas, entendidas não como máquinas de habitar mas unidades inteiras de produção, com lojas e oficinas abertas para o exterior. A urbanidade assim pretendida substituía a legibilidade de Cerdá ou Haussmann por uma sobrecarga semântica, organicamente cimentada e quase "misteriosa" na sua eficácia expressiva, segundo as palavras de Sitte:

> "Na Idade Média, a escolha da localização das fontes e estátuas parece, em muitos casos, desafiar toda a definição; as mais estranhas situações foram adoptadas. Encontramo-nos por isso em face de um enigma, o enigma do sentimento artístico natural que, nos velhos mestres, operava milagres sem a ajuda de qualquer regulamento estético.

Os técnicos modernos que lhes sucederam, armados com esquadros e compassos, pretenderam resolver as finas questões de gosto com a geometria grosseira.

Se nós queremos reencontrar a liberdade de invenção dos antigos mestres e reagir contra as regras geométricas e inflexíveis dos seus sucessores, temos de seguir pela reflexão os caminhos que os nossos antepassados percorreram por instinto, nas épocas em que o respeito da arte era uma tradição" (6).

Esta programática empírica é evidentemente *romântica* - desejosa de passado, individualista e anti-tecnicista - e tem sido o fundamento de se entender a esteticidade implícita no conceito de aformoseamento como uma categoria urbanística empobrecida. No entanto, ela contém múltiplos sinais que fundamentam, hoje ainda, a crítica necessária à cidade modernista. Sabemos, um século depois de Sitte e Cerdá, que o zonamento enfraquece a semanticidade urbana e, desde Linch (7), que a grande metrópole é um território despaisado de referentes. E o facto das propostas culturalistas, como as de Sitte, não terem gerado cidade não significa que não tenham participado na elaboração de pedaços dela, eventualmente os mais significantes ainda que desmunidos de aparato teórico.

Creio que assim aconteceu em Lisboa, na época "entre dois mundos", quando os cidadãos aplicavam a recente cidadania na discussão da *res publica*. Entre 1833 e 1874, a projectação pombalina nunca deixou de ser "o novo plano da cidade" mas foi nas margens produtivas dele que se substituiu o Palácio da Inquisição pelo Teatro Nacional, marcando definitivamente o Rossio com o sentido cultural da época; se abriu a Praça de Luís de Camões, ampliando o espaço vivencial do Chiado e legitimando-o com a memória positiva da História, entendida como desejo de *regeneração*; se ajardinou a frente de S. Pedro de Alcântara, inventando o primeiro miradouro sobre a Lisboa velha que a transmutou em objecto de contemplação; se delinearam os jardins da Estrela e o do Príncipe Real como lugares de paragem, redondos e verdes, vocacionados para novas dinâmicas sociais, do lazer democrático à educação das crianças e a sociabilização das mulheres.

A arquitectura acompanhou timidamente estes factos urbanísticos, *aformoseando-se* pela utilização dos recursos da composição clássica, mais ou menos livremente interpretados e tornados *pitorescos* através de sinais difusos de revivalismo. No entanto, a activa permanência dos ofícios tradicionais e a longa prática da despojada arquitectura de matriz maneirista, conjuntamente com uma generalizada falta de meios de investimento, marcaram os palacetes e os prédios de rendimento com a figura da *tradição*, permitindo estabelecer uma significante continuidade orgânica entre a Lisboa pombalina e mariana e a cidade romântica. Nesta lenta consolidação da capital pós-terramoto, a época de D. Maria I surge como axial, enunciando as primeiras fugas ao plano de reconstrução de Manuel da Maia, mesclando as várias correntes estéticas em presença, propondo-se enriquecer cenograficamente muitas fachadas das novas ruas e investindo maiores recursos na decoração dos interiores ou no delineamento de jardins. Afirmava-se assim um desejo de liberdade e de apropriação individual de normas, uma ânsia de *esteticidade* que haveria de ter, a partir de meados de oitocentos, uma notável corporização no uso dos azulejos de cobertura para forrar integralmente as fachadas, de algum modo transpondo para elas a cintilação dos passeios e praças *alindados* com os calcetamentos decorativos de basalto e cálcareo preto e branco.

Estes recursos de *aformoseamento* de Lisboa foram empíricos e, creio, eminentemente populares. Tornaram a cidade mais "falante", multiplicando nela efeitos de espelhamento lumínico e cromático que ampliavam a sinuosidade da sua topografia e da luz azul da sua atmosfera marítima. Como se fossem sustentados por uma atitude cultural e afectiva idêntica à pressuposta pelas baladas de Garrett, empenhado em criar uma poesia nova, alimentada pelo cancioneiro popular. Por isso, eles participam numa conjuntura significante, caracterizada por um desejo de abrir a cultura erudita aos influxos da História nacional em que a língua e as memórias cimentadas do fazer e viver cidade surgem como instâncias produtivas. Os súbditos tornados cidadãos utilizam uma e outra como instrumento de expressão de si e desejo de intervenção colectiva o que, no caso de Lisboa, se traduziu no trazer para o exterior recursos decorativos antes restritos à fruição privada - como acontece com os jardins e a utilização do azulejo - ou na

generalização democrática de consumos, do teatro aos cafés, dos meios de transporte e iluminação pública às particularidades mais ou menos ostentatórias das casas de cada um.

Este movimento de apropriação cívica da cidade passou também, sob a pressão imediata de decisões políticas e financeiras, pela nacionalização dos conventos, que, em alguns casos, se tornaram escolas, hospitais e fábricas, ou foram substituídos por prédios de rendimento, e, ainda, pela febre da celebração heróica, conduzindo à edificação de estátuas aos símbolos imperativos de um novo entendimento da História - e foi o caso do Monumento a Luís de Camões - ou aos estrategas do presente, de D. Pedro IV ao Duque da Terceira ou ao Marquês de Sá da Bandeira. Mas os monumentos por excelência da situação política e, simultaneamente, de um funcionamento renovado da cidade, foram, numa ponta e outra do primeiro liberalismo, o Teatro de D. Maria II e os Paços do Concelho, lugares simbólicos da aprendizagem lúdica da memória e, depois, do seu exercício em prol da *res publica*, ambos situados em espaços herdados da projectação pombalina mas profundamente distanciados do exercício do poder que ela pressupôs; ambos utilizando a retórica classicista da elaboração arquitectónica mas abrindo-a a fugas de proporção, conveniência e aformoseamento por onde perpassa o tempo de hesitação dos respectivos presentes.

Mas esta cidade romântica não nasceu em 1833. Ela adivinha-se, como procurei delinear na primeira parte deste trabalho, desde as últimas décadas do século XVIII, no contexto da cultura iluminista e da sensibilidade rococó, na edificação da Basílica da Estrela, dedicada a uma religiosidade mais afectiva, ou do Teatro de S. Carlos que consagra o Chiado como coração lúdico de Lisboa e abre as ruas-corredor do plano pombalino ao fraccionamento de uma praça convivencial. Afirma-se na progressiva liberdade de apropriação dos prospectos dos prédios, na edificação de palacetes que, muitas vezes, retomam valores estéticos barroquizantes ou na abertura do Passeio do Campo Grande, propondo, à distância de quase um século, a futura extensão da cidade. Aprofunda-se no requinte da decoração dos interiores onde a voga dos frescos de

Pillement e dos seus numerosos seguidores permitia trazer uma exótica natureza para dentro de casa e implantar o gosto da sua fruição nostálgica.

Através destas práticas, e também da vitalidade urbanística e construtiva dos bairros excêntricos ao plano pombalino, Lisboa rompia os seus constrangimentos programáticos, recuperando os ritmos do crescimento empírico tradicional mas, simultaneamente, transmutava-o por crescentes marcas de individualização. E, apesar do projecto neo-clássico para o Palácio da Ajuda ou para o Real Erário, essa transmutação não teve nova teorização antes se constituindo como desejo de contraditar a norma vigente, como provam o projecto sem consequências de transformar a Praça do Comércio num novo Terreiro do Paço, elaborado por José da Costa e Silva ou as críticas sistemáticas ao pombalino, enunciadas por Cyrillo Volkmar Machado, o próprio Costa e Silva ou Carvalho Negreiros.

A cidade mariana continuou a reconstrução da Baixa mas preferiu-lhe os subúrbios, o Chiado ou os bairros da Lapa, Santa Isabel ou S. Mamede porque a norma lhe pesava e a falta de vistas a oprimia. Ou seja, a Lisboa pombalina tornava-se uma herança histórica, um molde operativo para o seu processo de modernização mas indelevelmente marcado por uma estética rígida em que os homens de 1800 não se reconheciam. Eles desejavam já o seu aformoseamento e dinamização, o seu descentramento pela multiplicação dos lugares simbólicos, anunciando, como noutras instâncias da vida social, o fim de um mundo e o tempo longo que iria decorrer para elaborar outro.

Ao longo de quase um século, a cidade foi-se elaborando entre a gestão da herança recebida e essa figura desejante de ser outra coisa, concretizada nas realizações empíricas que constituem a Lisboa romântica. Os seus referentes teóricos, quer no urbanismo quer na arquitectura, manifestam o progressivo enfraquecimento dos modelos clássicos que os determinavam mas aumentaram a sua "imaginabilidade" (8) e a sua carga semântica ou, na expressão provocatória de Roland Barthes, o seu erotismo (9). Fizeram-no, como sempre acontece na cultura romântica, por uma espécie de entendimento orgânico das virtualidades físicas e históricas da urbe, valorizando-lhe as

breves ondulações, a sinuosidade dos percursos, as vistas espelhantes sobre si mesma. Creio que contribuíram para lhe construir a sua específica urbanidade, a "essência incomparável" de que fala Merleau-Ponty a propósito de Paris (10) ou a "alma prodigiosa" considerada por Spengler (11) o cerne dos sentidos de todas e cada uma das cidades. Esta fuga para a simbologia filosófica e literária não significa, pela minha parte, a identificação com uma sensibilidade romântica mas o reconhecimento de que nenhuma análise histórica esgota o seu objecto de trabalho, particularmente quando ele é o corpo determinado e aberto de uma cidade.

Notas

1. Utilizando estes conceitos em todas as suas principais obras, Françoise Choay define-os especialmente na introdução a *L'urbanisme, utopies et réalités. Uns anthologie*. Paris, 1965.

2. Embora se trate de uma apropriação/ reflexão pessoal de conceitos clássicos de arte urbana, segui de perto sugestões colhidas em Choay - neste caso sobretudo o seu artigo "Urbanisme. Théories et réalisations" publicado na *Encyclopedia Universallis*, 1968, vol. 16 - e em Wieczorek, 1981.

3. Ver a rigorosa abordagem deste conceito em Choay, artigo cit. na nota anterior.

4. Ver Wieczorek, 1981, nomeadamente pag.s 150 e seguintes.

5. Ver H. Wolflin, 1967 (1ª ed. 1888).

6. In Choay, 1965, pag. 263.

7. Ver Linch, 1982 (1ª ed. 1960)

8. Ver Choay, 1965, introdução.

9. Barthes, Roland, 1968.

10. In *Phénoménologie de la perpection*. Paris, Gallimard, 1987, transcrito in Ansay, Pierre e Schoonbrodt, René, 1989, pag. 402.

11. In *Le déclin de l'Occident*. Paris, Gallimard, 1976, transcrito in Ansay, Pierre e Schoonbrodt, René, 1989, pag. 449.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

- ACADEMIA DE BELAS-ARTES DE LISBOA

- *Colecção de Desenhos Avulsos*. Gaveta 1, Pasta 7, 7B; Gaveta 4, Pasta 36, 39; Gaveta 5, Pasta 61-A, 63; Gaveta 6, Pasta 5, 6.

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

- *Manuscrito 484 v.: Pareceres dos Arquitectos Francisco Fabre e Joze da Costa e Silva sobre o primeiro Projecto do Real Palácio de Nossa Senhora da Ajuda que se tinha principiado executar o Arquitecto Manoel Caetano.*

- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 1834- 1840.

- *Arquivo de Obras do Alto da Eira*. Processo de obra nº 3953.

- *Arquivo Histórico do Arco do Cego. Colecção de prospectos.*

- *Arquivo Histórico do Arco do Cego. Repartição Técnica: Autos de vistoria*, 1834-1841; 1854- 1860.

- *Arquivo Histórico do Arco do Cego. Serviço Geral de Obras*. Cx.s 1, 3, 125-128.

- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

- *Ministério do Reino*. Cx. 44/46; 47/49; 66;
- *Ministério do Reino*. 3ª Repartição, nº202.
- *Ministério do Reino. Colecção de Desenhos Avulsos.*

- *Processos individuais: Domingues Parente da Silva; Feliciano de Sousa Correia; Paulo José Ferreira de Castro; Paulo José Ferreira da Costa; Pedro José Pezerat.*

- ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA CIDADE

-*Colecção de Desenhos, Plantas e Estampas avulsas.*

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

- *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças- Conventos.*Cx.s 2225 a 2236.

- *Arquivo Histórico Ministério das Finanças- Inventário de Plantas e Desenhos do Ministério do Reino.* Cx.s 5260 a 5287.

-*Cartas de arrematação.* Livro 511, doc. 1988A.

- *Chancelaria de D. João VI.* Livro 2, folhas 144; 260; Livro 19, folhas 114v., 126v.

- *Chancelaria de D. Maria I.* Livro 50, folha 358.

- *Núcleo Júlio de Castilho.* Tomo 4: *Correspondência artística e científica nacional e estrangeira com Joaquim Possidónio da Silva.*

- *Desembargo do Paço.* Maço 153, doc. 6; Maço 155, doc. 21; Maço 198, doc. 36; Maço 267, doc. 34; Maço 305, doc. 12; Maço 588, doc. 26; Maço 740, doc. 2; Maço 791, doc. 8; Maço 924, doc. 32; Maço 973, doc. 128; Maço 1099, doc. 24; Maço 1415, doc. 14, Maço 1418, doc. 196; Maço 1422, doc. 12; Maço 1433, doc. 23; Maço 1513, doc. 13; Maço 1554, doc. 39; Maço 1601, doc. 9.

- *Feitos Findos. Inspecção de Bairros.*

Andaluz (Maço 7); Remolares (Maços 2, 4, 8, 9, 12, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22); Rossio (Maços 3, 10, 11, 13, 24, 32, 33, 37); Rua Nova (Maços 2, 6).

- *Inventários orfanológicos.* Maço 369 - letra J: *Autos da carta do testamento com que falecêo Joaq.m Pedro Quintella, prim^o^ Barão de Quintella.* 10 de Dezembro de 1817.

- *Ministério do Reino*. Maço 5260.

- *Ministério do Reino/ Arquivo das Secretarias Gerais*. Maços 9, 1062, 1384, 1913, 1918, 1934, 1993, 2021, 2022, 2034, 2036, 2168.

- *Registos Notariais de Lisboa*.

Cartório nº 1 (Cx. 128, livros 603, 605; Cx. 129, livro 608; Cx. 132, livros 624, 627; Cx. 133, livros 628, 629; Cx. 135, livro 639; Cx. 136, livros 642, 643, 647, 657).

Cartório nº 4 (Cx. 10, livros 49, 50, 52; Cx. 13, livro 61).

Cartório 7B (livro 105-108).

Cartório nº 11 (Cx. 146, livro 677; Cx. 147, livro 684; Cx. 150, livro 699; Cx. 152, livro 712; Cx. 153, livro 720; Cx. 155, livro 732)

- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS

- *Erário Régio.Livros de registos de decretos, portarias, avisos, provisões e mais ordens relativos ao donativo dos 4%, 1780-1827*. Volumes 4307, 4308, 4309, 4310, 4311.

- *Erário Régio. Livros de registo de portarias que sobem à assinatura respeitantes à casa de pagamentos de Obras Públicas e donativo dos 4%, 1781-1812*. Volumes 4310, 4311, 4313, 4314, 4315.

- *Erário Régio. Livros de registo de cartas respeitantes ao donativo dos 4%, 1797-1834*.Volumes 4316, 4317, 4318.

- *Erário Régio. Livros de registo de arrematações, arrendamentos e contratos das Casas da Administração das Obras Públicas e outras diversas incumbências pertencentes ao donativo dos 4%, 1781-1832*. Volumes 4319, 4320, 4321.

- *Erário Régio. Livro de registo das arrematações dos desentulhos pagos pelo donativo dos 4%, 1794-1807*. Volume 4322.

- *Erário Régio. Livro de registo das verbas dos títulos da Dívida Pública contraída pela repartição do donativo dos 4% e Obras Públicas, 1821-1825*. Volume 4324.

- *Erário Régio. Livro de registo das entradas dos requerimentos pertencentes à repartição do donativo dos 4% e papeis do seu expediente, 1822-1833*. Volume 4330.

- *Erário Régio. Livro de registo de ofícios pela Repartição das Dívidas Pretéritas das Contadorias Gerais do Real Erário, 1824-1829*. Volume 5346.

- *Livros da Décima da Cidade.Arruamentos.* Freguesias: Ajuda, Encarnação, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa, Santa Isabel, S. Cristovão, S. Nicolau, S. José, Santos, Sé.

- BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

- *Iconografia.* D- 101R; D- 102R; D- 103R; D- 105R; D- 108R; D- 154A; D- 279A; D- 280A; D- 361V.

- R 5182: *A Praça do Principe. Sobscripção voluntaría para elevar huma estatua de Bronze a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Lembrança suggerida por João Henriques de Sequeira.*

- Manuscrito 226, nº558-59*: Diz o Conselheirº Joaq.m Pedro Quintella*....Lisboa, 1804.

- Códice 8604: *Memórias de acontecimentos sucedidos em Portugal, e particularmente em Lisboa desde 1755 até 1840, em ordem chonologica, à maneira de ephemerides: cita tempestades, obras publicas, sucessos políticos e militares, crimes, falecimentos,etc.*

- Códice 3758-62: NEGREIROS, José Manuel de Carvalho - *Aditamento ao Livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofº a S.A. Real o Principe Nosso Senhor q. Deus guarde em o anno de 1792-1797.*

IMPRESSOS

ABRANTES, La Duchesse de
- *Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal de 1808 à 1811*. Paris, Ollivier Libraire ed., 1837.

Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa, 1886-1890; 1892-1900; 1904-1906.

ALEXANDER, Boyd
- *England's wearthiest son. A study of William Beckford*. London, Centaur Press, 1962.

ALEXANDER, Charles
- *Notes on the Synthesis of form*. Cambridge, Harvard University, 1964.

ALMEIDA, Fialho de
-*Vida errante*.Lisboa, Livraria Clássica, 1925.

ALMEIDA, Fortunato de
- *História da Igreja em Portugal*. Coimbra, Imprensa Académica, 1917.

ALMEIDA, Pedro Vieira de
- "A arquitectura do século XVIII em Portugal - Pretexto e argumento para uma aproximação semiológica" in *Bracara Augusta*, 64, II. Braga, Câmara Municipal, 1973.
- "Forma e imagem no urbanismo de 700 e 800" in *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa, Vega, 1995.
- *História da Arte em Portugal*, vol. 14: *A arquitectura moderna*. Lisboa, Alfa, 1986.

ALVES, Artur da Mota
- *O Palácio do Pateo do Saldanha. Alguns documentos para a sua história*. Lisboa, Publ. dos Anais das Bibliotecas Museus e Arquivos Municipais, 1935.

ALVES, Joaquim Jaime Artur
- *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Porto, Centro Histórico da Universidade do Porto, 1988-1990.

AMORIM, Francisco Gomes de
- *Garrett. Memórias biográficas*, 3 vols.. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

ANACLETO, Regina
- *História da Arte em Portugal*, vol. 10. Lisboa, Alfa, 1986.

ANDRADE, Ferreira de
- *Palácios reais de Lisboa*.Lisboa, Câmara Municipal, 1949.

ANDRADE, Sérgio Veloso de
- *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos lugares do Termo*. Lisboa, Imp. Silviana, 1852.

ANÓNIMO (José Maria de Andrade Ferreira)
- *O baile nacional e seus mystérios. Phisiologia das lorettes de Lisboa e dos seus amantes*. Lisboa, Typ. Universal, 1860.

ANSAY, Pierre; SHOONBRODT, René
-*Penser la ville. Choix de textes philosophiques*. Bruxelas, Archives d'Architecture Moderne, 1989.

Annaes do Municipio de Lisboa, 1856- 1859.

Annuario do Archivo Pittoresco. Lisboa, 1864-1866.

Annuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa, 1905.

ARAÚJO, Agostinho
- *Experiência da natureza e sensibilidade pré-romântica em Portugal. temas de pintura e seu consumo (1780-825)*. Porto, 1991. (Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Letras do Porto, policopiada).

ARAÚJO, Norberto
- *Inventário de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal, 1944-45.
- *Peregrinações em Lisboa*, 16 vol.s. Lisboa, Vega, 1992 (1ª ed. 1942).

Archivo da Architectura Civil. Jornal da Associação dos Architectos Portuguezes. Lisboa, Typ. Da Gazeta de Portugal, 1865-1867.

Archivo Municipal de Lisboa, 1860- 1870.

Archivo Pittoresco. Semanário Illustrado.Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1857-1868.

Archivo Popular. Leituras de Instrução e Recreio. Semanario Pintoresco.Lisboa, 1837-1843.

ARGAN, Giulio Carlo
- *L'Europe des capitales*. Genève, Skira, 1964.
- *L'Âge Baroque*.Genève, Skira, 1989.

ATAÍDE, Carlos Schneeberger
- *Palácio Foz*. Lisboa, Direcção-Geral da Divulgação, 1984.

Artes e Letras. Lisboa, Rolland & Semiond, 1872- 1875

AZEVEDO, Luís António de
- *Dissertação crítico-filológica- Histórica sobre o verdadeiro ano, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo Teatro Romano (...)*.Lisboa, Viúva Neves e Filhos, 1815.

BAILLIE, Marianne
- *Lisbon in the years 1821, 1822 and 1823*. London, John Murray, 1824.

BAIRRADA, Eduardo Martins
- "A Praça do Príncipe Real e os vários prédios que a circundam" in *ICALP*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, nº1. Lisboa, 1985.

BALBI, A.
- *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris, Rey et Gravier Libraires, 1822.

BARBOSA, J. de Vilhena
- *Estudos históricos e arqueológicos*. Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1874.

BARTHES, Roland
- "Semiologia e urbanística" in *Arquitectura*, 3ª S., nº 105-106, 9 de Dezembro de 1968.

BASTOS, António Sousa
- *Lisboa velha. Sessenta anos de recodações (1850 a 1910)*. Lisboa, Câmara Municipal, 1947.

BATTY, Robert
- *Cities of Europe. O Porto and Lisboa*. Lisboa, Biblioteca Nacional/ Imprensa Nacional/ Câmara Municipal, 1996.

BECKFORD, William
- *Recollections of an excursian to the Monastery of Alcobaça and Batalha*. London, Centaur Press, 1972.
- *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2ªed. com introdução e notas de Boyd Alexander, tradução e prefácio de João Gaspar Simões, 1983.

BEIRÃO, Caetano
- *D. Marial, 1777-1792*. Lisboa, Impresa Nacional de Publicidade, 1934.

O Boletim de Lisboa. Jornal de interesse público. Lisboa, 1854-55.

Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. Lisboa, 2ªS. 1876-1890; 3ªS. 1898-1899.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca
- *O Real Teatro de S. Carlos de Lisboa desde a sua fundação em 1793 até à actualidade. Estudo histórico*. Lisboa, Typ. Castro & Irmão,1883.
- *No tempo dos franceses. Romance histórico*. Lisboa, Typ. do Jornal do Comércio, 1894.

BLANCO, Francisco Cordeiro
- Uma obra-prima de Sequeira. Um retrato inédito de D. Rodrigo de Sousa Coutinho?" in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, nº2. Lisboa, 1951.
- *Album do palácio de Arroios. Desenhos de Domingos António de Sequeira*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956.

BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira
- *Polivalência e contradição. a tradição seiscentista. O Barroco e a inclusão de sistemas eclécticos no século XVIII. A 2ª geração de arquitectos*. Dissertação de doutoramento policopiada à Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1990.

BORGES, Nelson Correia
- "OLIVEIRA; Mateus Vicente de" in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* (dir. José Fernandes Pereira; Coord. Paulo Pereira). Lisboa, Presença, 1989.

Brasil-Portugal. Revista quinzenal ilustrada. Lisboa, 1899-1914.

BOTELHO, Francisco de Paula
- *Melhoramentos urgentes de Lisboa- plano geral*.Lisboa, J.A. Rodrigues & Cª, 1907.

BRAGA, Pedro Bebiano
- "Escola Politécnica"; "Casa das 11 portas" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico* (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

BRANCO, Manuel Bernardes
- *História das ordens monásticas em Portugal*. Lisboa, Liv. Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1888.

BREYNER, Thomaz de Mello
- *Memórias, 1869-1880*. Lisboa, Parceria António Mª pereira, 1930.

CAEIRO, Baltazar Matos
- *Os conventos de Lisboa*. Sacavém, Distri, 1989.

CÂMARA, P. P. da
- *Descripção geral de Lisboa em 1839*. Lisboa, Typ. da Academia de Belas-Artes, 1839.

CAPITÃO, Maria Amélia da Motta
- *Subsídios para a História dos transportes terrestres em Lisboa no século XIX*. Lisboa, Câmara Municipal, 1974.

CARDOSO, António
- "A arquitectura do ferro no Porto oitocentista" in *Porto 1865, uma exposição*. Lisboa, Expo 98, 1994.

CARITA, Helder
- *O Bairro Alto - tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa, Câmara Municipal, 1994.
- "Cais do Sodré. Praça Duque da Terceira"; "Largo das Duas Igrejas"; "Praça Luís de Camões"; "O Teatro da Trindade"; "Largo de S. Roque" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico* (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem
- *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1990.

La Carrière de l'architecte au XIXe siècle. Paris, Les dossiers du Musé d'Orsay, 1986.

CARRIÈRE, Joseph Barthélemy François
- *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989 (1ª ed.: Paris, 1798).

Carta topographica da cidade de Lisboa. Levantada na escala de 1:1000, sob a direcção de Filipe Folque, 1856-58. Lisboa, Instituto Português de Cartografia e Cadastro, 1995.

CARVALHO, Ayres de
- *Catálogo da colecção de desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1977.
- *Os três arquitectos da Ajuda. Do «Rocaille» ao Neoclássico*. Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.
- *A Basílica da Estrela no segundo centenário da sua fundação*. Lisboa, Secretaria de estado da Cultura, 1979a.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de
- *Vida do duque de Palmela, D. Pedro de Souz e Holstein*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- *Figuras de hoje e de ontem*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1902.

CARVALHO, Rómulo de
- *D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões, fundador da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

CASTELO-BRANCO, Fernando
- *Lisboa seiscentista*. Lisboa, Câmara Municipal, 3ª ed. 1969 (1ª ed. 1956).
- *Breve História da Olisipografia*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

CASTILHO, Júlio de
- *Memórias dos vinte anos*. Lisboa, Typ. do Futuro, 1866.
- *Lisboa Antiga- o Bairro Alto*, 5 volumes. Lisboa, Câmara Municipal, 3ª ed. revista e anotada por Gustavo Matos Sequeira, 1954-1966 (1ª ed. 1879).
- *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, 12 volumes. Lisboa, Câmara Municipal, 2ª ed. revista e ampliada pelo autor e com anotações de A. Vieira da Silva, 1935-1938 (1ª ed. 1884-90).
- *A Ribeira de Lisboa*, 5 vol.s. Lisboa, Câmara Municipal, 3ªed. revista e ampliada pelo autor e com anotações de Luís Pastor de Macedo, 1948-1968 (1ª ed. 1893).

CASTRO, João Baptista de
- *Mapa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Amado, 1763.

Catálogo da Biblioteca da Associação dos engenheiros civis portugueses.Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Catálogo da Exposição comemorativa do cinquentenário do falecimento de Rosa Araújo. Lisboa, Câmara Municipal, 1943.

Catálogo da Exposição de documentos e obras de ate relativos à História de Lisboa. Lisboa, Museu de Arte Antiga, Comemorações do VII centenário da tomada de Lisboa, 1947.

Catálogo da Exposição das indústrias fabris, 3 vol.s. Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1890.

CERDÁ, Ildefonso
- *La théorie générale de l'urbanisation*. Pris, Seuil, 1979.

Os cemitérios de Lisboa. Parecer apresentado à Câmara Municipal. Lisboa, 1880.

CHOAY, Françoise
-*L'urbanisme en question. Utopies et réalités. Une anthologie*. Paris, Ed. du Seuil. 1965.
- "Urbanisme. Théories et réalisations" in *Encyclopedia universalis*, 1968, vol. 16.
- *La règle et le modèle*. Paris, Seuil, 1980.
- *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris, Ed. du Seuil, 1992.

Chronica Constitucional de Lisboa,1834.

CIDADE, Manuel Pereira
- *Memórias da Basílica da Estrela escritas em 1790*.Publicadas e prefaciadas por António Baião. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

COELHO, José Maria Latino
- *História política e militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, 3 vol.s. Lisboa, Impresa Nacional, 1874.

COLAÇO, Branca de Gonta
- *Memóriasda Marquesa de Rio Maior*.Lisboa, Parceria António Maria Periera, 1930.

Colecção de estampas intitulada Ruas de Lisboa. Lisboa, Inapa, 1994 (1ª ed. 1809).

Colecção de Leis,decretos e alvarás que se publicam desde o ano de 1776 até 1787.

Colecção de Leis, decretos e alvarás ordens régias e editais que se publicão desde o ano de 1898 até 1801

Colecção de Leis,decretos e alvarás, ordens régias e editais que se publicarão desde o anno de 1802 até 1803; 1808-1815.

Colecção de Providências Municipaes da Câmara Municipal de Lisboa, 1833- 1857.

CORREIA, José Eduardo Horta
- *Liberalismo e catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974.
- *Vila Real de Santo António, urbanismo e poder na política pombalina*. Lisboa, 1984 (Dissertação de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, policopiada).
- "Capital"; "Estrela, Basílica da"; "Maia, Manuel da"; "Mardel, Carlos"; "Santos, Eugénio dos"; "Santos, Reinaldo Manuel dos"; "Urbanismo"; "Vila Real de Santo António" in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* (dir. José Fernandes Pereira; Coord. Paulo Pereira). Lisboa, Presença, 1989.
- *Arquitectura portuguesa - Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa, Presença, 1991.

O Correio das Damas. Jornal de Literarura e de Modas. Lisboa, 1836-1843.

COSTA, Luís Xavier da
- *Documentos relativos aos alunos que de Portugal foram para o estrangeiro estudar Belas Artes e Cirurgia com protecção oficial*. Lisboa, J. Rodrigues & Cª Ed., 1934.

COSTA, Mário
- *O Salitre e as suas imediações*. Lisboa, Câmara Municipal, 1952
- *O sítio de Santo Amaro*. Lisboa, Câmara municipal, 1957.
- *O Palácio do Manteigueiro*. Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1958.
- *O Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira*. Lisboa, Câmara Municipal, 1959.
- *A Patriarchal Queimada, uma síntese da sua História*. Lisboa, Câmara Municipal, 1959.
- *A Igreja de S. Julião e o seu patrono. Uma freguesia que se perdeu*. Lisboa, Câmara Municipal, 1961.
- *O Chiado pitoresco e elegante*. Lisboa, Câmara Municipal, 2ª ed., 1987.

COUTINHO, Glória de Azevedo
- "Palácio Quintela" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico* (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

CRISTINO, Ribeiro
- *Estética citadina*. Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1923.

Critique. Revue générale de publications françaises et étrangères, tomo XLIII- nº 476-477: *L'object Architecture*. Paris, 1987.

CULLEN, Gordon
- *Paisagem urbana*. Lisboa, Ed. 70, 1984 (1ª ed. 1971)

CUSTÓDIO, Jorge
- "Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade. O mundo industrial na Lisboa oitocentista" in *O Livro de Lisboa* (coord. de Irisalva Moita). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

D. João V e o abastecimento de água a Lisboa. Lisboa, Câmara Municipal, 1990.

Demonstração do que o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva praticou, como inspector que foi da Obra do Palácio da Ajuda, desde 17 de Janeiro de 1818 até ao dia 9 de Abril de 1821. Lisboa, Typ. Silviana, 1821.

Diario da Camara dos Senhores Deputados,1845-1874.

Diário de Lisboa, 1863.

Diario da Regencia, 1821.

Diario do Governo, 1821-1823; 1834-1874.

DIAS, J.S. da Silva
- *O eclectismo em Portugal no século XVIII - génese e destino de uma atitude filosófica*. Coimbra, Instituto de estudos Psicológicos e Pedagógicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972.

DIAS, Vitor Manuel Lopes
- *Cemitérios, jazigos e sepulturas*. Coimbra, Ed. do autor, 1963.

Dicionário da Arte Barroca em Portugal (dir. José Fernandes Pereira; Coord. Paulo Pereira). Lisboa, Presença, 1989.

Dicionário brasileiro de artistas plásticos (coordenado por Walmir Ayala). Brasília, 1977.

Dicionário da História de Lisboa (coord.de Francisco Santana e Eduardo Sucena). Lisboa, Carlos Quintas & Associados,1994.

Discripção dos trez modelos para os Monumentos que os representantes da Nação Portugueza em sessão de 25 de Setembro, e 4 de Outubro de 1834, solicitarão ao governo de S.M.Fidelissima se erigisse á memoria do maior dos principes o Senhor D. Pedro IV de saudosa memoria: Os quaes forão mandados fazer pelo Ministro do Reino a Joaquim rafael 1º pintor da Real Camera.Lisboa, 1837.

Discursos relatorios e catalogos das Exposições da Academia das Bellas Artes de Lisboa desde 1840 a 1856.Lisboa, Academia de Belas-Artes, 1858.

Documentos para a História da Arte em Portugal. Recolha de fontes promovida por iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, sob a orientação de Raúl Lino e Luís Silveira. Lisboa, FCG, 1969.

DUARTE, Eduardo Manuel Alves
- *Carlos Amarante e o final do classicismo*. Lisboa, 1996 (Dissertação de mestrado em História da Arte à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, policopiada).

ELEB-VIDAL, Monique; Debarre-Blanchard, Anne
- *Architectures de la vie privée.Maisons et mentalités, XVIIe-XIXe siècle*. Bruxelas, Archives d'Architecture Moderne, 1989.

O espectador. Jornal dos Theatros e das Philarmonicas. Lisboa, 1843.

O Espelho do Palco. Jornal dos Teatros. Lisboa, 1842.

FERNANDES, José Manuel
- "Os modelos da arquitectura dos anos 40 em Portugal"; "Arquitectura dos anos 50 em Portugal, principalmente em Lisboa" in *Lisboa, Arquitectura & Património*. Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- *Sínteses da cultura portuguesa - A Arquitectura*. Lisboa, Europália Portugal 91 e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- *Arquitectura portuguesa*. Lisboa, Cotovia, 1993.

FERRÃO, Leonor
- "SOUSA, Manuel Caetano de" in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* (dir. José Fernandes Pereira; Coord. Paulo Pereira). Lisboa, Presença, 1989.
- "Lisboa barroca. Da Restauração ao terramoto de 1755. Desenvolvimento urbanístico. Os palácios e os conventos" in *O Livro de Lisboa* (coord. de Irisalva Moita). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa, Quetzal, 1994.

FERREIRA, Luís Carlos
- *Os aterros da Boa Vista. O sr. José Manuel da Veiga procurador dos confinantes e eu*. Lisboa, ImprensaNacional, 1858.

FERREIRA, Vitor Matias
- "Uma nova ordem urbana para a capital do Império, 1938-1948" in *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. Lisboa, Fragmentos, 1988.

FLORES, Francisco Moita
- *Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*. Lisboa, Câmara Municipal, 1993.

FORSSMAN, Erik
- *Dórico, jónico e coríntio*. Lisboa, Presença, 1990.

Os frades julgados no tribunal da razão. Obra póstuma do Frade * (anónimo). Lisboa, Imprensa Régia, 1814.

FRANÇA, José-Augusto
- *A arte em Portugal no século XIX*,2 vol.s. Lisboa, Bertrand, 1966.
- *O romantismo em Portugal*, 13 vol.s. Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- *Lisboa pombalina eo iluminismo*. Lisboa, Bertrand, 1977.
- *História da Arte em Portugal no século XX*. Lisboa, Bertrand, 2ª ed., 1984.
- "O passeio da «Sétima colina»" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico* (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

FREIRE, João Paulo
- *Lisboa do meu tempo e do passado. Do Rocio à Rotunda*. Lisboa, Parceria A.M.Pereira, s.d. (1930?).

FUNCHAL, Marquês do
- *O Conde de Linhares, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*.Lisboa, Typ. Bayard, 1908.

Gazeta de Lisboa, 1778-1819.

FUSCHINI, Augusto
- *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

GASPAR, Jorge
- "A dinâmica funcional do centro de Lisboa" in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XI. Lisboa, 1976.

GIEDION, S.
- *Space, Time, Architecture*. Cambridge, Harvard University Press, 1959

GOMES, Henrique de Barros
- *O monumento do General Marquez de Sá da Bandeira na Praça de D. Luiz I em Lisboa*. Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1884.

GOMES, Manuel Teixeira
- *Regressos*. Lisboa, Seara Nova, 1935.

GOMES, Paulo Varela
- "Traços de pré-romantismo na teoria e na prática arquitectónica em Portugal na segunda metade do século XVIII" in *Romantismo- da mentalidade à criação artística*. Sintra, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Instituto de Sintra, 1986.
- *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Caminho, 1988.
- *A confissão de Cyrillo*. Lisboa, Hiena, 1992.

GOODOLPHIM, Costa
- *Companhia Lisbonense de Iluminação*. Lisboa, Typ. Universal, 1892.
- *Biographia do socio fundador, architecto e archeologo Joaquim P. N. da Silva, lida em sessão solene de 17 de Junho de 1894*. Lisboa, Typ. Universal, 1894.

GORDALINA, Mária do Rosário
- "As obras revivalistas do século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém" in *Romantismo- da mentalidade à criação artística*. Sintra, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Instituto de Sintra, 1986.

GRAMOZA, José Pedro Ferraz
- *Sucessos de Portugal. Memórias históricas politicas e civis*. Lisboa, Typ. do Diario da Manhã, 1802.

GUEDES, Natália Correia
- "O Picadeiro Real de Belém. Documentos inéditos relativos à sua construção" in *Museus de Portugal*, vol. 1. Lisboa, Ministério da Educação e Cultura 1978.

GUIMARÃES, José Ribeiro
- *Summario de Varia História*. Lisboa, Casa Rolland e Semiand, 1872 (5 volumes).

HERSTAL, Stanislaw
- *Dom Pedro. Estudo iconográfico*.Lisboa/S. Paulo, s.n., 1972.

História de Portugal (dir. de José Mattoso), 8 vol.s. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

Hospital de D. Estefânea, 1860-1960. Lisboa, Emp. Tip. Casa de Portugal. s.d. (1960?).

O imaginário da cidade. Compilação das comunicações apresentadas no Colóquio sobre o Imaginário da Cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

IRIA, Alberto
- "Organização dos Serviços do Arquivo Histórico Ultramarino. A instalação definitiva no Palácio da Ega. História e descrição do edifício" in *Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, vol. I. Lisboa, 1950.

A Ilustração, Jornal Universal.Lisboa, 1845-1852.

JACKSON, Catharina Carlota
- *Formosa Lusitânia*. Tradução do inglês, prefácio e notas de camilo Castelo Branco. Porto, Liv. Portuense Ed., 1877.

Le jardin, art et lieu de mémoire (dir. de Monique Mosser e Philippe Nys).Comunicações ao Colóquio Vassivière-en-Limousin. Besançon, Ed. de L'Imprimeur, 1995.

Jean Pillement e o paisagismo em Portugal no século XVIII (Catálogo de Exposição comissariada por Nuno Saldanha e Agostinho Araújo). Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 1997.

Jornal de Bellas-Artes. Lisboa, 1ªS. 1843-1844; 2ª S.1848; 3ªS. 1857-1858.

Jornal do Comercio. Lisboa, 1864.

KAUFMANN, Emil
- *Architecture in the age of reason*. London, Archon Books, 1955.
- *Trois architectes révolutionnaires. Boullé, Ledoux et Lequeu*. Paris, Les Éditions de la SADG, 1978.

KINSEY, W. M.
- *Portugal illustrated*. London, Trenttel and Wurtz, 2ª ed. 1829.

KUBLER, George
- *Portuguese Plain Architecture, between spices and diamonds, 1521-1707*. Middletown, Wesleyan University Press, 1972 (tradução portuguesa, Lisboa, Vega, 1988).

LAMAS, Artur
- *A Rua da Junqueira. Cartas completadas e anotadas pelo autor de algumas delas*. Separata de *Arqueologia e História*. Lisboa, Tip. do Comércio, 1922.
- *A Quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa, Tip. do Comércio, 1924.
- *A casa-nobre de Lázaro Leitão no sítio da Junqueira*. Lisboa, Imp. Lucas, 1925.

LE CORBUSIER
- *Manière de penser l'urbanisme*. Paris, Denoel-Gonthier, 1972.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho
- *Portugal Antigo e Moderno.Dicionário geográfico, estatístico, corográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*. Vol. 4: "Lisboa".Lisboa, Liv. de Matos Ferreira, 1874.

LEAL, J. dos S. Mendes
- *Monumentos nacionais*. Lisboa, Tyo. Franco- Portuguesa, 1868.

Leis marianas. Lisboa, s.n., s.d.

Letreiros célebres que se vêem escritos nas portas de várias lojas desta capital. Lisboa, Oficina de Simão Tadeo Ferreira, 1806.

LICHNOWSKY, Príncipe
- *Recordacções do ano de 1842*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

A Liga. Jornal dos interesses económicos: por uma sociedade d'economistas. Lisboa, 1848-1849.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira
- "Monumentos a D. Pedro IV em Lisboa e no Porto (Apontamentos para a sua História) in *Portvcale*, vol. XVII, nºs 101-102, 1944.

LINK, M.
- *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1793*. Paris, Levrault, Schoell e Cª Libraires, 1803.

Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 (Cat. de Exposição coord. Raquel Henriques da Silva).

Lisboa e o Marquês de Pombal, 3 vol.s, catálogo, Museu da Cidade/ Câmara Municipal de Lisboa, 1982.

Lisboa em movimento, 1850-1920. Catálogo de exposição comissariada por José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeira.. Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

O Livro de Lisboa (coord. de Irisalva Moita). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

LOUREIRO, Adolfo
- *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1904-1924.

LYNCH, Kevin
- *A imagem da cidade*. Lisboa, Ed. 70, 1982 (1ª ed. 1960).

MACAULAY, Rose
- *Ingleses em Portugal*. Porto, Liv. Civilização, 1950.

MACEDO, Luís Pastor de
- *Lisboa de lés-a-lés*, 5 vol.s. Lisboa, Câmara Municipal, 2ª ed., 1955.

MACEDO, Luís Pastor de; ARAÚJO, Norberto
- *Casas da Câmara de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal, 1951.

MACEDO, Luís Pastor de; SEQUEIRA, Gustavo de Matos
- *A nossa Lisboa. Novidades antigas dadas ao público*. Lisboa, Portugália, s.d.

MACHADO, Cyrillo Volkmar
- *Conversações sobre Pintura, Esculptura e Architectura.Escritas e dedicadas aos Professores e aos Amadores de Bellas Artes*.Lisboa, Oficina Simão Tadeu Ferreira, 1794.
- *Colecção de Memórias relativas ás vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores Portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

MACHADO, Júlio César
- *Lisboa de ontem*. Lisboa, Imprensa literária, s.d. (c. 1884)

MADUREIRA, Nuno Luís
- *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

MANDROUX, Marie-Thérèse
"Un architecte portugais du XIX ème siècle: Manuel Joaquim de Sousa (1774-1851)" in *Belas Artes*, 2ª série, nº 20. Lisboa, 1964.

MARGIOCHI, Francisco Simões
- *Relatório e projecto de lei nº 121 apresentado à Câmara dos Dignos Pares e lido nas sessões de 18 e 21 de Janeiro de 1861*. Lisboa, Imprensa nacional, 1861.
- *A Real Casa Pia de Lisboa (1780-1895). Notícia da sua fundação, história, fins e organização actual*.Lisboa, Typ. Portuense, 1895.
- *Duas palavras àcerca da Avenida da Liberdade*. Lisboa, Typ. Portuguesa, 1886.

MARTINS, F. A. Oliveira
- *Pina Manique. O político, o amigo de Lisboa*. Lisboa, Soc. Ind. de Tipografia, 1948.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira
-*História de Portugal*. Lisboa, Guimarães Ed., 1977 (1ªed. 1879).
- *Portugal contemporâneo*. Lisboa, Guimarães ed., 1976

MATOS, José Sarmento de
- "Palácio Barbacena"; "Palácio Lavradio"; "Palácio Alvor" in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* (dir. José Fernandes Pereira; Coord. Paulo Pereira). Lisboa, Presença, 1989.
- *Lisboa, um passeio a oriente*.Lisboa, Expo 98 e Metropolitano de Lisboa, 1993.
- *Uma casa na Lapa*. Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Quetzal, 1994.
- "Palácio Ludovice"; "Palacete dos Anjos"; "Palácio rebelo de Andrade Seia"; "Palácio Cruz Alagoa"; "Largo de S. Mamede"; "Palácio Palmela"; "Largo do Rato" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico* (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

MECO, José
- *O azulejo em Portugal*. Lisboa, Alfa, 1989.

MELLO, Francisco do Rosário e
- *A descripção da antiga Igreja de S. Nicolau de Lisboa*. Lisboa, 1843.

Memórias do Conde do Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal. Comentadas pelo Marquês do Lavradio D. José de Almeida Correia de Sá. Revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrada. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861, revistas e anotadas por Ernesto Campos de Andrada. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho. Lisboa, Typ. de José baptista Miranda, 1855.

MENDONÇA, A. Lopes de
- *Memórias de um doido*. Ed. comparativa das 1ª e 2ª edições (1849 e 1859). Estudo e notas de José-Augusto França. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

MERSON, M. Oliveira
- *Lisbonne, Histoire - Monuments - Moeurs*. Lisboa, Férin e Robin, 1857.

MOITA, Irisalva
- *O Palacete Pombal*. Separata da *Revista Municipal*. Lisboa, 1969.

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda
-*Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1903-1905.

Monumento a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro IV. Lisboa, Imp. Nacional, 1868.

Monumentos e edifícios notáveis de Lisboa, 3 vol.s. Lisboa, Junta Distrital, 1973-1988.

MURPHY, Jack
- *Voyage en Portugal à travers les provinces D'Entre-Douro et Minho, de Beira, D'Estremadure et D'Alentejo dans les années 1789 et 1790*.Paris, Denné Jeune, 1797.

NEUVILLE, Josephina
- *Memórias da minha vida, recordações de minhas viagens*. Lisboa, Typ. do Panorama, 1864.

NORBERG-SCHULZ, Christian
- *La signification dans l'architecture occidentale*. Bruxelas, Pierre Mardaga, 4ª ed., 1977.

NORONHA, Eduardo de
- *Fontes Pereira de Melo e os seus colaboradores*. Porto, Compª Portuguesa ed., 1927.
- *Milionário Artista. Conde de Farrobo*. Lisboa, João Romano Torres e Cª., s.d.

O Ocidente. Revista illustrada de Portugal e do estrangeiro.Lisboa, 1878-1914.

Olisipo. Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa». Lisboa, 1938-1957.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de
- *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 19 volumes. Lisboa, Câmara Municipal, 1887-1943

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Athaíde
- *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar, Arcebispo-Bispo do Algarve*. Porto, Typ. da Universidade, 1902.

PAES, Miguel Correia
- *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*. Lisboa, Typ. Universal, 1883.

PALMEIRIM, Luís A.
- *Os excêntricos do meu tempo*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

O *Panorama.Jornal literário e instrutivo da Sociedade de propaganda dos conhecimentos uteis*. Lisboa, 1837-1868.

PARREAUX, André
- *Le Portugal dans l'oeuvre de William Beckford*. Paris, Les Belles Lettres, 1935.

PASSOS, José Manuel Da Silva
- *O Bilhete Postal ilustrado e a história urbana de Lisboa*. Lisboa, Caminho, 1990.

PATO, Bulhão
- *Sob os ciprestes. Vida íntima de homens ilustres*. Lisboa, Bertrand, 1877.
- *Memórias*. Tomo I: *Cenas de infância e homens de letras*; Tomo II: *Homens políticos;*Tomo III: *Quadradinhos de outras épocas*. Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1894-1907.

PAYOT, Daniel
- *Le philosophe et l'architecture. Sur quelques déterminations philosophiques de l'idée d'architecture*. Paris, Ed. Aubier Montaigne, 1982.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme
-*Portugal. Dicionário histórico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numesmatico e artistico*.Lisboa, Romano Torres Ed., 1904-1915.

PEREIRA, José Fernandes
- *Arquitectura e escultura de Mafra. Retórica da perfeição*.Lisboa, Presença, 1994.
- "O neoclássico" in *História da Arte Portuguesa* (direcção de Paulo Pereira), vol. III. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

PEREIRA, Luís Gonzaga
- *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927.

PEREIRA, Paulo
- "Alguns aspectos da cultura artística de F.A. Varnhagen" in *Romantismo - da mentalidade à criação artística*. Sintra, Instituto de Sintra/ I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, 1986.

PEZERAT, Pierre Joseph
- *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*. Lisboa, Câmara Municipal, 1865.

PICON, Antoine
- *Architectes et Ingénieurs au Siècle des Lumières*. Marselha, Éditions Parenthèses, 1988.

PIMENTEL, Alberto
- *Fotografias de Lisboa*. Lisboa, Typ. de Freitas Fortuna, 1874.
- *A última corte do Absolutismo em Portugal*. Lisboa, Liv. Férin, 1893.
- *Vida de Lisboa*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900.

Pintura romântica inglesa com motivos portugueses. Catálogo de exposição. Lisboa, Instituto Britânico em Portugal, 1960.

PIRES, Maria Laura Bettencourt
- *William Beckford e Portugal*. Lisboa, Ed. 70, 1983.

PORTAS, Nuno
- "A evolução da arquitectura moderna em Portugal. Uma interpretação". in Bruno Zevi, *História da arquitectura moderna*, vol. II. Lisboa, Arcádia, 1973.

PORTOGHESI, Paolo
- *Depois da arquitectura moderna*.Lisboa, Ed. 70, 1982.

O Portugal de D. João VI visto por três forasteiros. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

Portuguez Constitucional. Lisboa, 1836.

La presence de l'histoire. L'après modernisme. Paris/ Venezia, Festival d'automne à Paris/section architecture, La Biennale di Venezia / Settore architettura, 1980-1981.

Providências municipais.Lisboa, Câmara Municipal, 1833-1857.

RAGON, Michel
- *Historia mundial de la arquitectura y el urbanismo modernos*. Barcelona, Ed. Destino, 1979.

RATTON, Jacome
- *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal. De Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda, 1992 (1ªed. 1813).

Reflexões críticas, e artisticas sobre a edificação do novo theatro portuguez denominado Theatro da Gloria pelo Visconde de Villarinho de S. Romão.3 opúsculos. Lisboa, s.d. (1842).

Revista contemporânea de Portugal e Brasil. Lisboa, 1859-1864.

Revista de Lisboa. Jornal enciclopédico. Lisboa, 1853.

Revista Municipal. Lisboa, Câmara Municipal, 1939-1951

Revista popular. Semanário de Literatura e Indústrias. Lisboa, Imp. Nacional, 1849-1854.

Revista Universal Lisbonense. Jornal dos interesses phisicos, moraes e literarios por uma sociedade estudiosa.1ª S.: 1842-1848; 2ª S.: 1848- 1853.

RIBEIRO, José Silvestre
- *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal*, 19 vol.s Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências, 1871-1914.

RIBEIRO, Isabel; CUSTÓDIO, Jorge, SANTOS, Luísa
- *Arqueologia industrial do bairro de Alcântara. Estudos e materiais*.Lisboa, Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, 1981.

RIBEIRO, Mário de Sampayo
- *O sítio da Junqueira*. Lisboa, Câmara Municipal, 1939.
- *A Calçada da Ajuda*. Lisboa, Câmara Municipal, 1940.

RIBEIRO, Vitor
- *O arquivo da Misericórdia de Lisboa na Exposição Olissiponense de 1914*. Lisboa, Imprensa da Universidade, 1915.

RIMONDINI, Giovanni; SAMAGGIA, Luigi
- *Francesco Saverio Fabri, architetti. Formazione e opere in Italia e in Portogallo*. Medicina, Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, 1979.

RIO MAIOR, Marquês de
- *Igreja paroquial de S. José da Anunciada. Resumo da sua história*. Separata da *Revista Municipal*, nºs 57-58. Lisboa, 1954.

RODRIGUES. Maria João
- Tradição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista" in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital*, 3ª S., nº 84. Lisboa, 1978.

RODRIGUES, Teresa
- *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*.Lisboa, Cosmos, 1995.

ROSNY, Léon de
- *Taureaux et mantilles, souvenirs d'un voyage en Espagne et en Portugal*. Paris, Bibl. Charpentier, 1894.

ROSSA, Walter
- *Além da Baixa. Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa, 1990 (Dissertação de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, policopiada).
- "Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões Francesas" in *Rassegna* (nº compilado por João Paulo Martins). Bolonha, ano XVI, 59- 1994/ III
- "A cidade portuguesa" in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, 3º vol. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

RUDERS, Carl Israel
- *Viagem em Portugal, 1798-1802*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

RUSKIN, John
- *The seven lamps of architecture*. Nova York, Dover Publications, Ins, 1989 (2ªed. 1880).

SALVADO, Salette
- *Paços do Concelho de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal, s.d. (1982)
- "Paços do Concelho - O Paço pombalino" in *Dicionário da História de Lisboa* (coord.de Francisco Santana e Eduardo Sucena). Lisboa, Carlos Quintas & Associados,1994.

SANTA-RITA, Guilherme Augusto
- *Habitação do operário e classes menos abastadas*. Lisboa, Typ. da "Gazeta de Portugal", 1891.

SANTOS, José Coelho dos
- *O Palácio de Cristal e a Arquitectura do Ferro no Porto em meados do século XIX*. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1988.

SAPORITI, Teresa
- *Azulejaria de Luís Ferreira, o "Ferreira das Tabuletas"*. Lisboa, Petrogal, 1993.

A Semana. Jornal literário. Lisboa, 1851-1852.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos
- *Depois do Terramoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, 4 vol.s. Lisboa, Academia das Ciências, 1916.
- *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, 3 vol.s. Lisboa, Câmara Municipal, 1939-1967.
- *História do teatro Nacional D. Maria II*. Lisboa, 1955.

SEQUEIRA, José da Costa
- *Breve tractado das cinco ordens de architectura de Jacomo Barrozio de Vignola, adornado com estampas methodicamente desenhadas, e apropriadas ao estudo das pessoas que se dedicam à referida arte. Traduzido e compilado pelo professor substituto da Aula de architectura civil da Academia das Bellas artes de Lisboa, J.C. Sequeira e offerecido aos alumnos da mesma Academia*. Lisboa, 1841.

Sequeira. Um Português na mudança dos tempos (1768-1837) (Catálogo de exposição comissariada por José Luís Porfírio). Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996.

A sétima colina. Roteiro histórico-artístico (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

SIDERI, Sandro
- *Comércio e poder (Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas)*. Lisboa, Cosmos, 1978.

SILVA, António MARTINS
- *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Coimbra, 1989. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, Augusto Vieira da
- Plantas topográficas de Lisboa. Lisboa, Câmara Municipal, 1950.
- *Dispersos*, 3 vol.s. Lisboa, Câmara Municipal, 1954-1960

SILVA, Domingos Parente da
- *Paços do Concelho. Defesa do Architecto da Camara Municipal Domingos Parente da Silva*. Lisboa, 1874.

SILVA, Inocêncio Francisco da
- *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-.

SILVA, Joaquim José Ventura da
- *Descripção topográfica da nobilissima cidade de Lisboa e plano para a sua limpeza, e conservação da saude de seus habitantes. Oferecido à dignissima Camara Municipal*. Lisboa, Impressão de Melitão José e Comp.ª, 1835.

SILVA, Joaquim Narciso Possidónio da
- *O que foi e é Architectura e o que aprendem os architectos fora de Portugal*. Lisboa, Imprensa Silviana, 1833.
- *Mémoire descriptive du project d'une restauration pour l'Église monumentale de Belem à Lisbonne bâtie en 1500 en souvenir de la découverte de l'Inde par les navigateurs portugais.*

Modèle fait pour l'Exposition de Paris 1867. D'après les dessins de l'architecte de S.M. le roi du Portugal Le Chevalier J. da Silva. Lisbonne, 1862.
- *Revista pitoresca e descriptiva de Portugal com vistas photograficas.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.
- *Descripção das novas salas mo Real Palácio da Ajuda. Obras mandadas executar por S.M. a Senhora D. Mª Pia de Saboia nos seus reais aposentos.* Lisboa, Typ. Portugueza, 1865.
- *Dissertation Artistique sur l'Architecture en Portugal, depuis le XIIe au XVIIIe siècle. Lue dans le Congrès International des Architectes à Paris, dans la séance de 29/7/1867 par le Chevalier J.P.N. da Silva, Architecte de S.M. le Roi du Portugal.* Lisboa, Imprimerie Franco-Portugaise, 1869.
- *Elogio histórico do Architecto civil José da Costa Sequeira, Professor da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa e socio fundador da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses.* Lisboa, Lallement Frères, 1873.
- *Notice historique et artistique des principaux édifices religieux du Portugal avec la description des plans de leurs églises et du project d'un musée des Beaux-Arts et d'Antiquités pour la ville de Lisbonne.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.
- *Relatório da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses. Apresentado na sessão solene de 20 de Setembro de 1885 pelo Presidente J.P.N.da Silva.* Lisboa, lallement Frères, 1885.
- *Relatorio da Commissão dos Monumentos Nacionais. Apresentado ao Ilustº e excelentissimo Senhor Ministro das Obras Públicas Commercio e Industria pelo Presidente da referida commissão em 1884.* Lisboa, Imprensa nacional, 1894.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da
- *Varões ilustres de três epochas constitucionaes.* Lisboa, Liv. António Maria Pereira, 1870.

SILVA, Raquel Henriques da
- *As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930.* Lisboa, 1984 (Dissertação de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, policopiada).
- "Lisboa 1787 em imagens de William Beckford" in *O Estudo da História.* II S., nº 3-4, 1987.
- "Do Passeio Público às Avenidas Novas. Percursos, imagens e factos da Lisboa oitocentista" in *Revista de História Económica e Social,* nº 23. Lisboa, 1988.
- "O Chiado e a utopia oitocentista de Lisboa" in *O Estudo da História.* II S., nº 7-8-9-, 1988-89.
- "Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909" in *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909.* Catálogo de exposição. Lisboa, Câmara Municipal/ Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- "Da cidade ao urbanismo. Do urbanismo à cidade" in *Penélope, Fazer e desfazer a História,* nº7, 1992.
- "Iconografia de Lisboa" in *Dicionário da História de Lisboa* (direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena). Lisboa, 1994.
- "Lisboa das avenidas Novas" in *Rassegna* (nº compilado por João Paulo Martins). Bolonha, ano XVI, 59- 1994/ III
- "Os últimos anos da monarquia. Desenvolvimentos urbanístico. Os novos bairros"; "O Passeio Público e a Avenida da Liberdade" in *O Livro de Lisboa* (coord. de Irisalva Moita). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- "O urbanismo- caminhos e planos" in *Lisboa em movimento, 1850-1920.* Catálogo de exposição comissariada por José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeira. Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

SILVEIRA, Luís Espinha da
- *Revolução liberal e propriedade. A venda dos Bens Nacionais no Distrito de Évora (1834-1852).* . Lisboa, 1988 (Dissertação de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, policopiada).

SIMÕES, J.M. dos Santos
- *Os azulejos holandeses do Palácio Saldanha*. Lisboa, Separata da *Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, 2ª S., nº1, 1949.

SMITH, Robert
- *A talha mais rica de Lisboa*. Lisboa, Separata da *Gazeta Mobil Oil*, 1961.

SOUSA, Joaquim Sabino Eleutério de
- *O Matadouro Municipal de Lisboa*. Lisboa, Lallement Frères, 1878.

STAROBINSKI, Jean
- *L'Invention de la Liberté. 1700-1789*. Genève, Skira, 1987.

SUMMERSON, John
- *The Architecture of the Eighteenth Century*. London, Thames ans Hudson, 1986.

Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa, 1840-1852.

Synopse dos trabalhos legislativos da Camara dos Deputados nas sessões ordinarias de 1844-45

TAFURI, Manfredo; DAL CO, Francesco
- *Modern architecture*. Milão, Electa, 1986.

TEIXEIRA, José
- *D. Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei*. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1968.

TINOP (J.Pinto de Carvalho)
- *Lisboa de outrora*. Publicação póstuma, coordenada, revista e anotada por Gustavo Matos Sequeira e Luís de Macedo. Lisboa, Amigos de Lisboa, 1938.
- *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa, Fenda, 2ª ed., 1991 (1ª ed. 1898).

TOSTÕES, Ana
- "Praça do Príncipe Real" in *A sétima colina. Roteiro histórico-artístico* (coord. José-Augusto França). Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

TWISS, Richard
- *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1733*. London, 1775.

A última Condessa de Atouguia. Memórias auto-biográficas. Prefácio, introdução e notas de P. Valério A. Cordeiro. Braga, 2ª ed., 1917.

Universo pitoresco. Jornal de Instrução e Recreio. Lisboa, Imp. Nacional, 1839-1844.

VALENTE, Vasco
- "Pina Manique eo Monumento a D. Maria I" in *Museu. Revista de Arte e Arqueologia Portuguesa*, nºs 12-16. Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1949.

VASCONCELOS, Luís A. Walter de
- *Quanto custou a Basílica da Estrela?*. Lisboa, Câmara Municipal, 1989.

VASCONCELOS, Luís Mendes de
- *Do sítio de Lisboa, sua grandeza, povoação e comércio. Dialogos reimpressos conforme a edição de 1608, novamente corrigidos e emendados*. Lisboa, Imprensa Régia, 1803.

VEIGA, José Manuel da
- *Os aterros da Boa-Vista e o domínio dos confinantes*. Lisboa, Imp. União Typographica, 1858.

VELOSO, A.J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel
- *Azulejaria de exterior em Portugal*. Lisboa, Inapa, 1991.

VILHENA, Júlio de
- *D. Pedro V e o seu reinado*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

VITERBO, F. Sousa
- *Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, 3 vol.s.Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. (edição fac-similada da de 1899).

WIECZOREK, Daniel
- *Camillo Sitte et les débuts de l'urbanisme moderne*. Paris, Pierre Mardaga, 1981.

WITTKOWER, Rudolf
- *Architectural Principles in the Age of Humanism*. London-New York, Academy Editions- St. Martins's Press, 1988.

WOLFLIN, H.
- *Renaissance et barroque*. Paris, Le Livre de Poche, 1967 (1ªed. 1888)

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento 1 (Pag. 29)

Decreto pelo qual Sua Magestade foi servida encarregar a Repartição das Obras publicas ao Ill.mo e Ex.mo Marquez de Angeja Prezidente do Erario Regio

Havendo o estabecimento do Donativo aplicado a reedificação da minha Corte de Lisboa, e Administração das Obras Publicas, constituido hum objecto digno da minha Real attenção, pelos progreços com q. se tem adiantado a nova fundação da Capital dos meus Reynos: E querendo cada vez mais animar o sistema deste Estabelecimento prezervando-o de quaesquer abuzos, que a serie dos tempos lhe possa introduzir: E sendo precizo que as sobred.tas Obras Publicas tenhão sempre hum Inspector Geral, que haja de as regular; determinando as que se devem fazer, com correndo com as providencias mais opportunas para o seu expediente: Hey por bem nomear ao Marquez de Angeja do Meu Conselho, Gentilhomem da m.a Camara e Prezidente do Erario Regio, para Inspector Geral das Obras Publicas da Cidade de Lisboa, para o exercer assim, e da mesma forma, q. o exercitou o Marquez de Pombal, fazendo executar todas as Leys, Alvarás, Decretos, Rezoluções de Consultas, Ordens e outros quaesquer Avizos, q. forem relativos ao sobred.o fim; concedendo-lhe de novo a necessaria Jurisdição para me propôr por Consultas verbais tudo que julgar precizo para o melhor adiantamento das mesmas Obras, mandando executar em meu Nome por ordem sua, tudo o q. por mim lhe for determinado, tomando pleno conhecimento do empenho em que se achão as d.tas obras, e aplicando do seu Rendimento a parte que lhe for competente a satisfação, em termos taes, q. por esta consignação possa tudo ser pago no precizo tempo de trez annos contados da data deste. Continuando as obras que julgar mais precizas debaixo de hum methodo tal, que sempre os jornaes sejão pagos no fim de cada cinco semanas, e os materiaes dentro daquelle tempo, q. forem ajustados com os vendedores; regulando de novo as pessoas, q. se devem occupar, e os ordenados e jornaes q. devem venser, e despedindo de huns, e outros os de q. senão necessitar pela deminuição da Obra. E porq. a arrecadação daquelle rendim.to; a sua disposição e Obras Publicas se achão a cargo da Junta do Commercio, q. me tem servido neste importante negocio a minha satisfação: Sou Servida ordenar,q. continue a mesma Junta do Commercio na d.ta incumbencia, assim, e da mesma forma q. até agora tem praticado, sem a este respeito fazer innovação alguma: Havendo porem mostrado a experiencia Logo no principio deste Estabelecim.to, não só a necessid.e q. havia de que fosse hum Ministro de Estado Inspector G.al de todas as Obras Publicas, mas q. tivesse hum delegado, que como Intendente, ou Fiscal executasse as Ordens do mesmo Inspector, sem demora, que por sua natureza hé indispensavel das funções de um Tribunal de muitos Ministros; E tendo sido o d.o Cargo, alem de outros, ultimamente occupado por Joaq.m Ignacio da Cruz Sobral do meu

Conselho, e Thesoureiro Mór do meu Real Erario, o qual pelo haver servido mais de oito annos, e se achar occupado em outros Lugares do meu Real Serviço, me reprezentou a impossibilidade de poder bem cumprir com este expediente: Houve por bem alivialo delle, nomeando para o mesmo Cargo a Anselmo Joze da Cruz Provedor actual da Junta do Commercio, o qual se acha interinamente servindo à minha satisfação desde o anno passado, esperando delle haja de dezempenhar o conceito, q. formo do seu merecim.to e prestimo para bem me servir em huma incumbencia de que tanto depende o adiantamento da reedificação de Lisboa: A mesma Junta do Commercio destes Reynos, e seus Dominios o tenha assim entendido, e faça executar pela parte que lhe toca. Palacio de Quéluz 28 de Agosto de 1778= Com a Rubrica de S. Magestade".

AHTC, *Erário Régio*. Livro 4307, pag. 152.

Documento 2 (Pag. 30)

Decreto pelo qual S. Mag.e he servida Mandar entrar no Real Erario todo o dinheiro do Rendimento do Donativo dos Quatro por cento, apllicados a reedificação da Cidade de Lisboa.

"Porquanto ficando privativa ao Meu Real Erário pela Ley do seu estabelecimento a arrecadação, e distribuição da Minha Real Fazenda; e sendo o Donativo dos quatro por cento, estabelecido e applicado à reedificação das Obras públicas da Cidade de Lisboa de natureza de renda Real por constituir hum accrescimo aos direitos da Alfandega; e ser por este motivo muito natural, que a sua arrecadação, e distribuição se faça pelo mesmo Erário; Concorrendo para este effeito não só a Dispozição do Decreto de vinte e oito de Agosto de mil setecentos setenta e oito, em que Houve por bem nomear o Marquez de Angeja, do meu Consêlho, e Prezidente do Meu Real Erário, para Inspector Geral das Obras públicas, mas tambem o acharse incumbida esta Repartição de muitas outras Obras Reaes q. administra, para lhe serem pagas em tempos, e occazioens opportunas; fazendo-se por todas estas cauzas muito precizo, que no referido Erário, e Contadoria Geral respectiva, haja um pleno conhecim.to destas couzas; do estado da despeza da Obras públicas, e do supprimento, que faz às obras Reaes: Sou Servida Mandar unir, e em corporar na arrecadação do Meu Real Erário todo o rêndimento do sobredito Donativo dos quatro por cento, que athe agora se arrecadava pela Junta do Commercio destes Reinos, e Seus Dominios, para que da data deste em diante se entregue, e receba no mesmo Erário em Cofre e Livro separado, como o de qualquer das outras differentes estações, que alli se recebe, para pelo dito Cofre se fazer a despeza das Obras públicas, a que foi destinado: Ficando desde logo suspenço o seu recebimento pela dita Junta;

assim como toda e qualquer despeza a que se houver de fazer por esta applicação. Pelo Secretario da mesma Junta do Commercio se formará huma relação dos Livros de Registo, Contas, e de todos os mais papeis, que forem conducentes a esta arrecadação, com a Lista do seu rendimento annual, e nomes dos Exactores, Escrivaens, e mais pessoas, que nella se occupão; a qual remetterá logo ao Meu Real Erário, para que vendo-se na respectiva Contadoria se lhe possão pedir os que forem mais precizos para se continuar a mesma arrecadação; não se prorogando os Provimentos a todos os sobreditos empregados nesta cobrança que deverão continuar com os que se achão servindo, athe que de novo sejão providos pelo mesmo Marquez Prezidente do Erário Regio, a quem por outro Decreto da data deste tenho determinado o que deverá fazer aos referidos fins. A Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios o tenha assim entendido, e o faça executar sem embargo de quasquer Leys, Regimentos, ou Dispozições que possão obstar a esta Minha Real Determinação, porque todas Hey por bem derogar para este effeito sómente. Palacio de Queluz, em quatorze de Julho de mil setecentos e oitenta. Com a Rubrica de S. Mag.e".

AHTC, *Erário Régio*. Livro 4307, pag. 2.

Documento 3 (Pag. 32)

Consulta da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, em que se declára não achar dinheiro algum no Cofre do Donativo.

"Ill.mo e Ex.mo Snr.= Em consideração do Avizo, que V. Ex.a dirigio a esta Junta do Commercio, com data de 27 de Julho proximo passado, sobre a arrecadação do Donativo dos Quatro por cento: Devemos reprezentar a V. Ex.a, q. achamos ser impraticavel executar a entrega, que V. Ex.a se persuade devemos fazer ao Pagador Diogo Joseph Barboza do dinheiro que se achar no Cofre; porquanto, não havendo recebido da antecedente Junta mais do que 826$920, a saber: 287$540 em papeis para cobrar: 521$935 em moeda Hespanhola, e Provincial do Brazil; e 17$446 em dinheiro corrente, pertencente a todas as Repartições, que a Junta administra; e havendo recebido nos primeiros dias da nossa Administração 6 065$520 do rendimento do Donativo; nos vimos logo precizados a dispender estas quantias em parte das muitas despezas relativas ao Cofre do mesmo Donativo, que se estavão devendo, e tinhão urgencia de prompto pagamento: Alem de que reconhecemos tambem logo, que por erros da Escripturação das Contas, acontecidos nas antecedentes Juntas, o Cofre do Donativo he realmente devedor de grossas sommas assim ao Cofre da Junta, como ao da Administração dos Falidos, e a outros da nossa Inspecção como a seu tempo se ha de verificar na Prezença de Sua Mag.e com os Balanços e Calculos Demosntrativos das Contas da Administração da antecedente Junta que se estão apromptando. Em cujos termos, achando-se o Cofre do

Donativo sem dinheiro algum, e havendo nós dirigido ao Erário Régio todos os dinheiros pertencentes ao rendimento do Donativo desde o dia 27 do mez próximo passado, em que a Junta recebeo o Decreto de 14 do mesmo mez; he evidente q. não temos quantia alguma, de que possamos fazer entrega ao Pagador Diogo Joseph Barboza. (...). Lisboa a 7 de Agosto de 1780= (...)".

AHTC, *Real Erário*. Livro 4307, pag. 12.

Documento 4 (Pag. 32)

Edital

"O Ill.mo e Ex.mo Snr. Marquez de Angeja, Inspector Geral das Obras Publicas, ordena se faça saber a todos os officiaes, e Trabalhadores, e quaesquer outras Pessoas, que houverem trabalhado nas Obras Publicas, ou nas outras dependentes da mesma Administração, assim dentro como fora desta Cidade, e que houverem entregue as Contas, que se lhes passárão dos seus vencimentos, recebendo para sua segurança Cautélas assinadas pela Condadorîa Geral da Africa Occidental, do Maranhão, e Territorio da Relação da Bahia; concorrão à mesma Contadorîa afim de se legitimarem para a cobrança das quantias, de que são Credores. Outro sim determina o mesmo Ill.mo e Exc.mo Snr. se faça novamente publico a todas, e quaesquer Pessoas, que ainda conservarem em seu poder algumas das referidas Contas de Vencimentos de Jornaes, e que se não houvessem entregue por virtude do outro Edital affixado para esse effeito na data de 14 de Outubro de 1780; as aprezentem dentro de hum mez, para igualmente serem satisfeitos; com a comminação de que não apparecendo na referida fórma, perderão o direito de haverê do Real erário as quantias, de que forem Credores. Lisboa 23 de Julho de 1782 = Sebastião Francisco Bettamio".

AHTC, *Erário Régio*. Livro 4308, pag. 12.

QUADRO 1

Quadro 1
(pag. 32)

REAL ERÁRIO - DONATIVO DOS 4% - OBRAS PÚBLICAS EM LISBOA

	"REPAROS E CONCERTOS DE DIVERSAS OBRAS"	"MATERIAIS EM GERAL"	"ABERTURA DE RUAS (JORNES) DESENTULHOS,CLOACAS E CARRETOS	IG.E CONVENTO DA ESTRELA	OBRA DO REAL ERÁRIO	FÁBRICA DA CORDOARIA	"OBRA DA PRAÇA DO COMÉRCIO E CAES"	"DESPESAS COM O PASSEIO PÚBLICO"	OBRA NO REAL PALÁCIO DA AJUDA (REAL BARRACA)	OBRA NOS QUARTEIS DO REGIMENTO DE LIPPE	"ACOMODAÇÕES PARA A FAMILIA REAL NO PAÇO DE LISBOA	"DESPESAS COM FORTALEZAS"	DESPESAS COM O AQUARTELAMENTO DA TROPA PORTUGUESA"	"CEMITÉRIO DO SITIO DE CAMPO DE OURIQUE"	REAL PALÁCIO DA AJUDA
1781			18.759.939 (81-82)	115.299.375											
82	59.300.000 rs (81-85)			95.852.270											
83		19.489.932 (81-85)	141.262.993 (82-85)	108.411.692		143.102.449 (83-85)	88.340.378 (81-85)	11.778.075 (81-85	66.972.318 (81-85)	63.406.299 (81-85)	59.994.649 (- 85)	51.001.842 (- 85)			
84				96.839.884											
85				122.997.862											
86			180.390.442 (85-90)	122.959.859											
87	334.871.742 rs (85-93)			106.785.965											
88				105.976.946		440.255.352 (85-92)									
89		73305.423 (85-97)		114.104.593					32.457.762 (85-92)						
90				130.617.724				21.642.800 (85-94)							
91				37.648.998											
92				61.287.600						32.363.064(85-94)	65.955.737(85-94)				
93				266.623.915		22.440.144 (92-97)	44.418.406 (85-97)					40.502.389 (85-95)			
94			275.698.872	2.522.924	333.833.168 (90-1800)										
95				667.306											
96	168.428.743 (93-01)														
97				214.924											
98															
99						4.211.510 (97-02)						129.758.183 (58-01)		1.380.000 (99-01)	
1800															
01															117.000.000rs(97-1800)
TOTAIS	503.300.475	92.795.355	616.112.246	1.248.811.837	333.833.168	610.009.501	132.758.784	33.420.875	99.430.080	95.769.363	125.950.386	92.504.231	129.758.183	1.380.000	117.000.000 *
	Total 2.112.208.076 rs														
			Reembolso ao cofre do Donativo	58.508.000											
			TOTAIS	1.190.303.837											

* entre 1802 e 1817

gastou-se mais
930.077.938

Outras verbas

- Conv. das Flamengas - 5.917.635 (81-01)
- Real Capela N.Sra Livramento - 65.605.583 (81-85)
- Hospital N.Sra do Amparo - 20.469.626 (86-94)
- Quartel da Guarda de Corpo- 1. 097.500 (92-93)
- Redução do Forte da Junqueira e Armazéns- 124.049.836 (96-00)
- Real Forte da Estrela na Junqueira- 26.929.612 (83-88)
- Ig.Nª Sra. da Lapa- 5.657.657 (84-85)
- Acomodações dos Merceiros das capelas...- 21.104.070 (84-94)
- Aquartelamento da Tropa Britânica- 50.352.657 (97-.00)
- Obra no terreno do Campo Grande- 9.265.511 (- 99)
- Tumulo do Principe de Valdeck- 2.158.900 (- 99)

Balança do Real Erário(exemplo)

Receita	Despesa
1882 - 703.775.763	347.570.624
1893 - 432.673.373	334.623.147
1800 - 767.370.772	606.181.034

Pagamento em atraso (32) - 19.982.952

Fonte:L.II a III Livro Mestre do Donativo dos quatro por cento (ATC, L. 4267, 4268, 4269)

* Seguade dados reconhecidos em L.A.W. Vasconcelos, Quanto custou a Basilica da Estrela

Documento 5 (pag.34)

Em consequencia do Avizo expedido ao Fiscal das Obras Publicas Anselmo Jozé Da Cruz Sobral se fez outra nova relação dos materiaes da maior necessid.e que subindo com huma Representação á prez.ça do Ex.mo Visconde, Prezidente do R.l Er.o baixou com Despacho, tudo no téor, e forma seg.

"Illustrissimo e Excellentissimo Senhor = Em cumprimento da Ordem de V. Ex.a, se formou outra Relação dos materiaes de mais prompta necessidade para as reaes Obras Publicas, que actualmente se estão fazendo, em que se declara as Obras, para que são applicaveis, e os preços correntes, em que continuadamente há variedade, e conforme as condicçoens dos pagamentos, assim se podem obter mais ou menos favoraveis. As oitocentas duzias de Pranchas do Brazil, hé afim de se encomindar, q. continuem a remette-las, e não por que presentemente seja preciza semelhante porção; hé bem certo porém, que não obstante a grande quantidade q. tem vindo, aqui mesmo se tem comprado muitos centos de dúzias, e que a Obra do Real Convento do Santissimo Coração de Jezus, no Sitio da Estrella, e as portas exteriores da nova Cordoaria, e ainda mesmo da nova Alfandega as tem consumido. Vossa excellencia, porém mandará o que for servido. Lisboa quinze de Janeiro de mil Setecentos, oitenta e nove = Ilustrissimo e Excelentissimo senhor Visconde, Mordomo Mór = Anselmo José da Cruz Sobral =

Relação dos Materiaes e generos, que prezentemente são precizos, para continuação das Obras q. andão entre maons, pela Inspecção das Reaes Obras Publicas.

100 Quintaes de Ferro: a saber
Sortido, em cujo nome, se incluem todas as qualidades deste genero
e prezentemente vale o quintal a..... .rs.4$400
Verguinha de feche d.o..... .rs. 5$200
Para a obra da Real Igreja do S.mo Coração de Jesus:
nova Alfandega Cordoaria
500 Quintaes de Chumbo, a saber
Barra..... .rs. 6$500
Rolo e Pasta ..... rs. 7$500
Para a dita Real Igreja, e nova Alfandega.

200 Vigas de diversos comprimentos a saber

De Pinho de Flandres de doze Polgadas de groço e para sima, cada palmo a .....rs. $200

Para a nova Alfandega, e dita Real Igreja.

do S.mo Coração de Jesus.

Enquanto às de Riga, sem embargo de ser costume merecerem maior valor, tanto pela sua qualidade, como comprimentos, tambem está em pratica entrarem para estas Reaes Obras, pelo preço das sobreditas Vigas de Flandres

Para a nova Alfandega e dita Real Igreja.

200 Duzias de Taboado de casquinha dobrada a .....rs. 7$200

P.a a nova Cordoaria, quarteis, Alf.a, Cavalleriças.

100 Paos de pinho para estacas, cada palmo a .....rs. $055

P.a a nova Alfandega

500 Ditos de Castanho desde 400 rs. até ..... rs. 1$200

Para a nova Alf.a e Cordoaria.

800 Duzias de Pranchas do Brazil, destas se não pode saber o preço, visto ignorar-se. se se deverão comprar aqui, ou mandallas vir dos portos da America.

Para a dita Real Igreja, nova Alfandega e Cordoaria.

6 Pipas de azeite doce, para batumes, o cantaro a ..... rs. 2$400

4 D.as de azeite de peixe P.a d.os a ..... rs. 1$440

40 Arrobas de sera .... d.os a ..... rs.11$520

20 D.as de cebo em velas a ..... rs. 2$400

6 D.as de dito em pam ..... rs. 24240

12 D.as de Grude, a saber

Da Bahia a ..... rs. 5$120

Da terra a ..... rs. 3$840

Para todas as Obras, em geral.

12 Paens de Breu cada a ..... rs. $600

12 Barris de Alcatrão a ..... rs. 6$000

Para as embarcaçoens destas Obras e batumes.

Os Sobreditos preços são os que prezentemente tem os materiaes, e generos asima, ainda que, sem existencia, por variaveis. Lisboa dezaseis de Janeiro, de mil, Settecentos, oitenta e nove = Jozé Antonio Monteiro =

Despacho

Havendo-se examinado os preços do ferro, chumbo, e madeira de casquinha, que se declarão, na Relação junta, se acharão excessivos, e não deverá, por tanto, comprar-se destes generos, se não a quantidade indispensavelmente necessaria, esperando-se para maiores compras, pelo tempo, em que se acharem mais comodos, e quanto aos outros generos, faça-se a compra, não se excedendo, tanto em hum, como em outros os preços propostos. salvaterra de Magos, em tres de Fevereiro de mil, Settecentos, oitenta e nove = Com a Rubrica do Visconde, Mordomo-Mór, Prezidente do Real Er.o =".

AHTC, *Real Erário*. Livro 4309, pag. 150-153.

Documento 6 (Pag. 35)

Carta p.a Anselmo José da Cruz Sobral

"Meu amigo e Sr. do Coração. Tendo hoje estado com Sua Excellencia o Sr. Marquez Prezidente do Real Erario, falloume a respeito de duas obras que Sua Mag.e manda prezentemente fazer; e que hão de ser pagas pelo Cofre do Donativo. He a primeira das d.tas Obras a do Quartel para a Guarda do Corpo, de cuja inspecção he encarregado o Conde de Soure, como Provedor da Caza das Obras, sendo o Ingenheiro o Coronel Romão José do Rego. He a segunda das d.as Obras a Aula de Dezenho, e Fortificação, estabelecida no Arsenal Real do Exercito, de cuja Obra he encarregado o Marechal de Campo Bartholomeu da Costa. E por que como V. S.a sabe, está regulada a despeza com as Obras, e Sua Excellencia não quer que se exceda, para que também se não excedão os limites até onde pode chegar o rendimento do dito donativo; ordenou-me que tanto ao Almoxarife da Caza das Obras, como ao Marechal Bartholomeu da Costa, participasse que para as obras mencionadas não admitissem Gente de fora mas communicando com V. S.a lha desse, tirando-a de outras Obras, que depois continuarião. (..) Também S. Ex.a disse a respeito de Mat.es que havendo-os de sobreselentes nas Obras Públicas, se devião dar dellas por não multiplicar compras. (...). Lisboa 14 de Maio de 1791 = Sebastião Francisco Bellamio".

AHTC, *Real Erário*. Livro 4309, pag.380-381.

Documento 7 (pag. 35)

Decreto pelo qual Sua Mag.de ha por bem ordenar se appliquem annualmente pelo Cofre do Donativo 12. 000$000 rs. para pagamento das Obras do Arsenal Real da Marinha e que satisfação as Ferias das mesmas Obras.

"Sendo necessario no Arsenal Real da Marinha construiremse Carreiras para os Estaleiros das Naus; fazerem-se para servidão o mesmo Arsenal Caes proprios para o embarque e desembarque dos generos, e concluirse e fecharse o recinto do mesmo Arsenal. O Visconde Mordomo Mór, Prezidente do Meu Real Erario, ordene ao Thezoureiro Mór delle applique em cada anno do rendimento do Donativo dos quatro por cento, doze contos de reis para pagamento das ditas obras; e ordene, outro sim ao dito Thezoureiro Mór satisfaça as Ferias, que das mesmas Obras forem aprezentadas, sendo assignadas pelo Mestre encarregado dellas (...).Palacio d Nossa Senhora da Ajuda em vinte e quatro de Abril de mil setecentos e noventa = (...)".

ATC. *Real Erário*. Livro 4309, pag.233.

Documento 8 (Pag. 35)

Anselmo Jozé da Cruz Sobral = 28 de Abril de 1791

"Meu Amigo e S.or muito da minha Veneração. Em Carta de 13 de Março do anno proximo passado, remetti a V. S.a por Ordem de Sua Ex.ª o Ill.mo e Ex.mo S.or Marquez Prezidente do Real Erario, hum mappa da aplicação de 300.000$000 reis annuaes para as Obras Publicas, afim de que as mesmas Obras Publicas se reduzissem pouco a pouco aos limites daquella despeza. Agora assignou Sua Ex.ª a planta e risco do novo edificio para o Real Erario no Sitio da Cotovia; e me encargou participasse a V. Sª que não obstante a nova Obra, queria S. Ex.ª que aquelle mappa assim mesmo se executasse, e que não se admitisse Gente de fora, mas sim se tirasse das outras Obras, em que sem prejuizo se podesse diminuir, para ser empregada da ditta nova Obra, a qual se pode tambem applicar por hora a consignação que no dito mappa se destina para a Obra da Cadea, que ainda se não poceu em execução; devendo tambem accrescer a esta nova Obra todos os partidos que vagarem de outras que acabarem; e

isto tudo de tal modo que a despeza em Geral com Obras ande por semana á roda de 1.923$075 rs. de Jornaes, e 3.846$150 rs. de Materiaes como no dito mappa se destina. O mesmo manda S. Ex.ª partecipar à Contadoria Geral respectiva (...)".

AHTC. *Real Erário*.Livro 4310, pag.39-40.

Documento 9 (pag. 35)

"No anno passado de 1790 fui encarregado pelo Ill.mo e Ex.mo S.or Marquez nosso Presidente para tratar com o Fiscal das Obras Publicas Anselmo Jozé da Cruz Sobral a distribuição, ou applicação certa e annual de 300.000$000 para as ditas Obras; e depois de termos tratado o necessario, foi o mappa, de que inclusu será a Copia; e remettendo-o a Salvaterra, foi por Sua Mag.e approvado (...)

Applicação	***Obras***	***Jornaes***	***Materiaes***
40.000$000,	*Convento novo...*	*13.333$333*	*26.666$667*
50.000$000,	*Erario .....*	*16.666$666*	*33.333$334*
40.000$000,	*Hosp. Militar .....*	*13.333$333*	*26.666$667*
20.000$000,	*Cadea .....*	*66.666$666*	*13.333$334*
60.000$000,	*Alfandega .....*	*19.999$998*	*40.000$002*
20.000$000,	*Q.tel Mecklenbg ...*	*66.666$666*	*13.333$334*
46.000$000,	*Desentulhos,*		
	Cloacas, Concertos ..	*15.333$333*	*30.666$667*
12.000$000,	*Rib.ra das Naus .....*	*4.000$000*	*8.000$000*
12.000$000,	*Cordoaria .....*	*4.000$000*	*8.000$000*
300.000$000,		*99.999$995*	*200.000$000*

AHTC. *Real Erário*.Livro 4310, pag. 41-43.

Documento 10 (Pag. 36)

Avizo expedido ao Fiscal das Obras Publicas Anselmo José da Cruz Sobral, no qual se lhe determina, que conservando ns Obras da Alf.a, novo Er.o, Conv.to do Coração de Jesus, Fortalezas, Cloacas, e em hum ou dous dezentulhos da Cid.e a gente que nellas anda, mande levantar mao detodas as outras de sorte q. os jornaes não excedão a import.a de 1. 923$075 rs. p. semana, e q. a despeza de todas as obras incluidos os jornaes, materiaes, Dezentulhos não excedam por semana além de 5. 769$225 declarados no Mappa que se lhe enviou.

"Antevendo eu no principio do anno de 1791, que o rendimento do Donativo não chegava para a Despeza annual, que se fazia em obras, mandei formalizar e remetter a V. S.a hum Mappa da quantia, que annualmente se podia despender do mesmo rendimento, afim de que pouco a pouco se fosse sem maior estrepido reduzindo a minor numero a gente das Obras, até ficarem somente os Officiaes proporcionados à despeza ennunciada naquele Mappa. Não chegou a ter effeito esta redução, e o que mais he de notar, houve accrecimo consideravel de despeza. Determinarão-se algumas Obras de Fortalezas que tão bem fizerão accrescimo; suposto que atenção daquelle calculo, e a determinação que se deo era que a despeza não excedesse, e se tirasse agente de huma para outras Obras; mas não se procedeo assim. Tudo isto tem feito hum augmento tão consideravel na despeza, q. se tem accumulado Folhas de jornaes, materiaes, e Dezentulhos, de q. não podem vencer-se os pagamentos, e ficarão sendo invenciveis, se não houver hum regime nas ditas Obras, e huma economia regular na despeza dellas, muito mais quando prezentemente hé e tem sido menor o seu rendimento pelos conhecidos embaraços q. o Commercio tem tido com a presente guerra da Europa. O que resulta da falta deste regime, he haver hua multidão de queixozos, que pedindo com justiça os seus pagamentos perseguem, e inquietão, podendo, e devendo não haver tal inquietação, pois que não somos obrigados a fazer mais Obras quando não são necessarias para a defeza do Reyno que aquella a q. o rendimento chega, para que os pagamentos andem correntes. e semanaes, sendo tudo o contrario mau serviço de S. Mg.e, que muito devemos zelar.

Para assim o fazer dei conta do referido à Raynha Minha Snr.ª, e segundo a sua deciziva Determinação V. S.ª conservando nas Obras da Alfandega, novo Erario, Convento de Jezus no Sitio da Estrella, e Cloacas da Cidade a gente que nellas anda, mandará levantar mão de todas as outras Obras, das quaes só huma deverá ser conservada, p.a q. completa ella se passe progressivamente a completar as outras, que andão entre mãos; dando-me V. S.ª parte da que parecer que deverá ficar continuando, assim como tão bem da q. depois deverá seguir-se.

Feita esta operação, e vendo-se q. os jornaes q. ficão (inclusos os das Fortalezas, q. sem duvida devem continuar) excedem a importancia de 1. 923$075 rs. por semana, declarada no Mappa que a V. S.ª foi remettido, então dever-se-há continuar a despedir gente até q. fiquem os jornaes regulados naquella quantia.

Dezentulhos, e materiaes tem sido e são tambem objectos de grandes, e ennormes despezas; tudo isto deverá rezumir-se; por q. q.to a materiaes só devem comprar se os que forem absolutamente necessarios para entreter a gente de jornal, que fica empregada, suspendendo-se por ora inteiramente em tudo o mais, que possa escuzar-se. Em materiaes comprehendo as pedrarias, suposto q. dellas se fação Folhas separadas: E quanto a Dezentulhos não deve haver mais de hum ou dous, e findos estes passar a outros, quando sejam necessarios, dando-me V. S.ª parte dos que parecer se devam primeiro concluir. (...)

A despedida das pessoas desnecessarias deverá fazer-se sem maior rumor, e em todo o modo se lhe deverá mandar tirar a conta de tudo, que se lhes deve, para antes de despedidos lhes ser pago, e talvez que este modo será o meio efficás para elles mesmo se despedirem (...).

D.s G.de a V.S.ª. Paço em 4 de Abril de 1794 = Marquez Mordomo Mór = S.r Anselmo Jose da Cruz Sobral".

AHTC. *Erário Régio*.Livro 4310, pag. 62-64.

Documento 11 (Pag. 36)

Avizo dirigido a Anselmo José da Cruz Sobral

"O Principe Meu Senhor, tem Rezolvido, que parem todas as Obras Publicas, á excepção de algumas que se ache no estado de se não suspender sem gravissimo inconveniente; e pelo que respeita ás da Fiscalização de V. S.ª fique na inteligencia de que deve parar a continuação das mencionadas na Rellação junta por mim rubricada, sendo primeiro pagos os Officiaes respectivos; o que V. S.ª executará principiando pelas Obras de menos necessidade, e no espaço de duas semanas sendo possivel.

Deos Guarde a V. S.ª. Lisboa 29 de Novembro de 1799 = Marquez Mordomo Mór.

P.S. Se houver algum inconveniente em parar alguma das Obras mencionadas na Relação, mo reprezentará. Dito dia = Com a Rubrica do Ill.mo e ex.mo Marquez Mordomo Mor e Prezidente do Real Erario".

Relação das Obras Publicas, que se devem suspender, na conformidade da Rezolução de S.A.R., a saber:

Obra da Igreja do S.mo Coração de Jezuz

D.a da Enfermaria dos Incuraveis no Hospital de S. Jozé

D.a do arco de S. Vicente

D.a do Convento da Esperança

D.a das cadeas da Corte, e Cidade

D.a do Convento de Santa Monica, a excepção do reparo de algum muro para a Clausura

Obra do Convento da Madre de Deos

D.a da nova Caza de Saude a Pedroiços

D.a da Caza do Risco do novo Erario

D.a dos Concertos das Calçadas para as Obras do novo Paço e do Erario

D.a da Pedreira do Rio Secco

D.a do novo Paço na Real Quintinha

D.a das escavaçoens a S. Mamede

D.a dos novos Telheiros á Cordoaria da Junqueira

D.a da nova Alfandega

D.a das Cloacas, com advertencia, que se houver algum inconveniente, se deverá reprezentar. (...)".

AHTC. *Real Erário*. Livro 4310, pag. 186-187.

Documento 12 (Pag. 37)

Portaria

"Manda o Principe Regente Nosso senhor que as quantias resultantes das arremattaçoens dos trez Terrenos, e seus pertences, sitos na Rua nova d'El Rey, sejão applicados à Reedificação da Praça do Commercio, e recolhidos em hum Cofre de trez Chaves devedidas pelo Conselheiro Fiscal das Obras Publicas, pelo Pagador e pelo Escrivão Ricardo José Manitti; e que toda a despeza que se pagar deste Cofre, preceda pozetivo Despacho do mesmo Fiscal (...) Lisboa o primeiro de Novembro de mil oitocentos e dois = Com a Rubrica do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza, Inspector geral das Obras Publicas".

ATC. *Real Erário*. Livro 4320, pag.24.

Documento 13 (Pag. 37)

Decreto

"Porquanto em observancia do alvará de doze de Maio de mil sette centos e Cincoenta e outo se poseram promptos os Terrenos que se deviam Adjudicar na Rua Augusta e havendo a maior parte dos Proprietarios tomado posse delles não tem Edificado nem apparecido pondo-se para isso Editais publicos por varias vezes e por se acharem assim alguns dos ditos terrenos por Edificar em prejuizo do Publico e do Prospecto da dita Rua que he huma das Principaes da Cidade depois de serem findos os termos determinados pela sobredita Leis e Editos, Sou Servido que os sobreditos Terrenos da sobredita Rua Augusta que se achão por Edificar se ponhão em Lansos e se arrematem a quem por elles mais der ficando livres e sem encargo algum e pondo-se em deposito publico o producto delles para se entregarem às Partes os que forem de vinculos a Ordem do Provedor das cappelas para os mesmos vinculos e o valor dos que forem de Prazos de vinte annos de foros e tres laudemios aos Senhorios Directos na respectiva qualidade de foros fazendo-se as Arrematações com a assistencia do Desembargador e Inspector do Bairro e o Sargento Mor Engenheiro José Monteiro de Carvalho = O mesmo se observará a respeito das mais Ruas da Cidade que forão incendiadas querendo quaesquer pessoas nelles Edificar. O Arcebispo Regedor o tenha assim entendido e o faça executar sem embargo de quaesquer disposições ou Ordens em contrário. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a seis de Março de mil sete centos e sessenta e nove. Com a Rubrica de Sua Magestade".

ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros.Remolares*, Maço 15, nº12.

Documento 14 (Pag. 37)

Alvará

"Eu ElRey Faço saber aos que este Alvará virem que a Mim Me foi presente o prejudicial abuzo que se tem feito da Benignidade com que pelo Meu Alvará de doze de Maio de mil sette centos e cincoenta e oito permiti cinco annos de tempo aos donos dos Terrenos citos na Cidade de Lisboa para serem contados dos dias em que assignassem as obrigaçoens de nelles Edificarem supondo esta Minha Real Disposiçam os termos habeis de que os sobreditos quisessem effectivamente Edificar na oportunidade que para o fazerem se lhe tera dado a Carta da Minha Real Fazenda pela Repartiçam das Obras publicas e porquanto tem passado tanto pelo contrario mais de doze annos depois desta refferida Ley houve taes entre os donos dos

refferidos Terrenos que deixando passar os refferidos cinco annos nem dentro delles nem ate agora recorreram aos respectivos Inspectores dos Bairros para as dilligencias que deviam fazer obstando com estas suas ommissoens e negligencias ou temerosas porfias a os outros Edificantes dos Predios vezinhos a utilidade publica da reedificaçam da Capital do Reino que deve prevalecer a todo e qualquer interesse ou paixam particular. Declaro e Ampliando a refferida Ley (...) Hey por finda e extincta a sobredita espera e Mando como effectivamente Mando que os sobreditos Terrenos pertencentes a pessoas que nam tomarão Judicialmente entrega delles ate agora ou havendo tomado não principiarão nelles obras que hajão proceguido contracto successivo sejão vendidos e arrematados a quem por elles mais der sem mais demora alguma praticandose allias nas vendas delles as saudaveis providencias que para a seguransa dos Cappitaes de vinculos Tenho estabelecido e pelo que toca aos Bens Enfiteuticos o que Determinei pelo Meu Decreto de seis de Março de mil sette centos e sessenta e nove. Pelo que Mando a Mesa do Meu Dezembargo do paço Inspector do meu Real Erario Regedor da Caza da Suplicaçam Conselheiros da Minha Real Fazenda e do Ultramar (...). Dado no Palacio do Pinheiro a trez de Fevereiro de mil sette centos e setenta e hum = Rey= Marquez do Pombal".

ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros.* Rossio.Maço 24, nº6

Documento 15 (Pag. 38)

Decreto

"Sendo me prezente que todas as efficazes providencias, que depois do Meu Alvará de doze de Maio de mil sete centos e sincoenta e oito, tenho dado para a Reidificação da Cidade de Lisboa, não bastarão para que nella deixem de existir ainda muitas propriedades de Cazas arruinadas, cujos donos não só não tratarão de reparar os estragos nellas feitos pello Terramoto do primeiro de Novembro de mil sete centos e sincoenta e sinco; mas antes muito pello contrario fizerão nellas maiores ruinas; ou vendendo, e transportando para outros lugares materiaes dellas; ou abandonandoas, e deixandoas reduzir a pardieiros inuteis, e prejudiciaes ao Serviço publico, servindo de dia e de noute aos facinorozos para assaltarem inesperadamente as pessoas que passão pellas ruas; e deturpando o decoro da Capital do Reino: Devendo prevallecer aos remotos interesses dos sobreditos donos particulares, a tranquilidade publica, a formusura dos Prospectos da Minha Corte; e o Louvavel Zelo dos que em beneficio delles pertendem fazer cessar os refferidos inconvenientes; completando as Ruas que se achão deturpadas com as sobreditas ruinas e Pardieiros. Sou servido ampliar e extender a ellas as ultimas providencias do Meu Real Decreto de seis de Março de mil setecentos e

sessenta e nove e do Meu Alvará de vinte e tres de Fevereiro de mil sete centos setenta e hum, para que na Conformid.e delles sejão arrematadas as sobreditas Cazas arruinadas e Pardieiros, posto que não chegassem a ser incendiadas ás Pessoas que se obrigarem a fabricar nelles, Propriedades de Cazas uniformes ao Prospecto que para as respectivas Ruas ou Praças se achão estabelecidos. O Cardeal regedor o tenha assim entendido e faça executar, mandando afixar editaes nesta Conformidade. Pancas em sete de Dezembro de mil sete centos e setenta e dois = Com a Rubrica de Sua Magestade".

ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros. Remolares.*Maço 15, nº 12.

Documento 16 (Pag. 38)

Aviso de 17 de Fevr^e^ de 1794

"A Rainha Nossa Senhora he servida que Vossa Mercê pello que pertence aos Bairros da Sua Inspecçaõ faça examinar com toda a exauçaõ se nelles existem algumas Casas ou paredes que pela sua antiguidade amiassem ruina, fazendo logo demulir as que naõ forem susceptiveis de concertos, oubrigando os donos daquellas que se acharem em estado de o admittir que sem dellaçaõ alguma as concertem e ponhaõ em termos de senaõ terem ruina evitandosse por este modo algum accidente funesto como o que aconteceu no Bairro da Mouraria. Deos Guarde a Vossa Mercê. Paço desasete de Fevereiro de mil setecentos e noventa e quatro. Marques Mordomo Mór = Senhor João Pedro Moinho de Albuquerque".

ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros. Rossio.*Maço 13, nº12, pag.26.

Documento 17 (Pag. 39)

Avizo de 3 de Novbr^e^ de 1802

"O Princepe Regente Nosso Senhor hé servido determinar que Vossa Mercê proceda sem perda de tempo nos Bairros da Sua Inspecção a rigososa e exacta indagaçaõ das pessoas que possaõ ter mandado lançar nas Ruas e Praças os entulhos que as pejaõ e conhecendo quem sejaõ, passe a obrigalos a que os fação extrair logo e sucedendo que apezar das suas diligencias, naõ possa alcançar noticia da pessoa a quem toque a extracçaõ de algum do entulho dará conta ao Inspector geral das Obras publicas para sua inteligencia, por este motivo Manda Sua Alteza Real recomendar muito a Vossa Mercê toda a vigilancia e rigor neste

objecto na parte que lhe compete pois que hé do interesse publico que as Ruas estejaõ sempre dezembaraçadas para o que Cumpre que naõ haja abuzo das licenças concedidas aos Edifficantes. Deos guarde a Vossa Mercê Palacio de Quelúz em tres de Novembro de mil oitocentos e dois = Dom Rodrigo de Souza Coutinho = Senhor Luis Dias Pereira".

ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros. Rossio.* Maço 32, nº 3, pag.3-3v.

QUADRO 2 (Pag. 41)

Valores dos desentulhos a descontar na "Décima da propriedade"

1802, 18 Ag. - José Francisco Chaves	
Rua dos Douradores/ Rua dos Correiros,	*6 500$000 rs.*
- 1802, 18 Nov. - Francisco Xavier Miranda	
Rua Nova da Trindade,	*1 690$000 rs.*
- 1803, 2 Jun. - Joaquim José de Barros	
Rua Nova do Carmo *(muralha de suporte)*	*4 556$761 rs.*
- 1803, 2 Jun. - Manuel José Gonçalves Aguiar	
Rua dos Douradores/Trav. Sta. Justa	*1 450$000 rs.*
- 1803, 2 Jun. - Manuel Lopes da Silveira	
Rua dos Douradores/Trav Sta. Justa	*2 000$000 rs.*
- 1803, 7 Jul. - Ignacio Martins Chaves	
Rua Nova de S. Mamede,	*2 337$700 rs.*
- 1803, 7 Jul. - Domingos José Guedes	
Rua Nova do Carmo,	*300$000 rs.*
- 1803, 4 Ag. - António Rodrigues	
Beco do Monete*, lado oriental (Freg. Sta. Justa)*	*350$000 rs.*
- 1803, 4 Ag. - António José Sá Vedra	
Trav. do Pasteleiro*, lado nascente (Bairro Mocambo)*	*603$706 rs.*
- 1803, 4 Ag. - José Gonçalves	
Rua dos Douradores*, 1ª divisão, lado ocidental*	*680$000 rs.*
- 1803, 4 Ag. - Theodoro Fernandes	
Rua da Paz*, lado nascente (Freg. Sta. Catarina)*	*275$175 rs.*
- 1803, 6 Out. - Domingos José Guedes	
Rua Nova do Carmo*, (cont. da muralha de suporte)*	*9 600$000 rs.*
- 1803, 6 Out. - Joaquim Maunuel Coutinho	

***Rua Nova do Carmo**, lado ocidental* *727$000 rs.*

- 1803, 3 Nov. - Joaquim José da Costa

Trav. Santa Justa/Rua Nova da Princesa *55$000 rs.*

- 1803, 3 Nov. - José da Costa Freire (pedido dos moradores)

***Praça do Rato/R. S. Filipe Nery**,* *140$000 rs.*

- 1804, 8 Mar. - Jerónimo Pereira Loireiro

***Rua do Príncipe** (antiga R. das Hortas)* *800$000 rs.*

- 1804, 9 Ag. - António Braz Coutinho

***Beco do Mello** (frente para Largo da Sé)* *580$000 rs.*

- 1804, 9 Ag. - Manuel Joaquim Martins

***Rua da Madalena**, lado nascente (vindo do P. Borratem)* *119$000 rs.*

- 1804, 13 Set. - Manuel Alves (o terreno é de Joaquim Pedro Quintela)

***Rua Nova da Princesa**, 3ª divisão, lado oriental* *400$000 rs.*

- 1804, 11 Out. - Manuel José da Silva

***Praça da Alegria**, defronte ao Chafariz* *400$000 rs.*

- 1805, 14 Fev. - Francisco José Gonçalves Lamas

***Rua direita de S. João da Praça,** lado norte* *500$000 rs.*

- 1806, 2 Jan. - João Simões Areias

Largo S. João da Praça/Rua do Varão *590$000 rs.*

-1806, 9 Ab. - José Joaquim Eloy de Saldanha

***Rua dos Douradores**, 1ª divisão:* *1 520$000 rs.*

- 1806, 22 Out. - Manuel António da Silva

***Rua Nova da Trindade**,* *379$736 rs.*

- 1807, 5 Jan. -Desemb. Pedro Lourenço Seixas

***Rua dos Douradores**, 3ª divisão, lado oriental* *1 800$000 rs.*

- 1807, 19 Jan. - Faustino José da Silva

***Rua direita do Arco da Graça**,* *79$000 rs.*

- 1807, 13 Fev. - Filipe José Rodrigues Aguiar

***Rua direita do Limoeiro e Rua da Saudade**,* *855$000 rs.*

- 1807, 3 Mar.- Lourenço da Cruz

***Rua dos Douradores**,* *59$000 rs.*

- 1807, 10 Jun. - Ant.º José Gonçalves Aguiar

***Rua dos Douradores,** 4ª divisão, lado oriental* *300$000 rs.*

- 1807, 19 Jun. - José Ribeiro Valle

***Rua Nova da Saudade**, lado Norte* *1 175$000 rs.*

- 1807, 31 Jul. - Pedro Joaquim de Seixas

***Rua dos Douradores**, 3ª div., lado ocidental* *325$000 rs.*

- 1807, 31 Jul. - Francisco Antº Borges da Silva

Rua da Madalena, *lado nascente* *871$000 rs.*

- 1807, 29 Ag. - José da Silva

Rua dos Douradores, *3ª div., lado ocidental* *165$000 rs.*

- 1809, 3 Mar. - Manuel Coutinho

Rua Nova de S. Mamede, *1839$480 rs.*

- 1810, 9 Mar. - Joaquim Felix José Araujo

Rua da Madalena, *lado oriental* *280$500 rs.*

- 1810, 9 Mar. - Herdeiros de António Roiz Caldas

Rua Nova de S. Mamede, *2 416$800 rs.*

- 1813, 5 Jan. - Joaquim Jorge Alves

Rua dos Douradores, *4ª divisão, lado nascente* *1 450$000 rs.*

- 1813, 15 Maio - Braz da Costa Lima

Rua do Ferragial de Baixo, *lado norte* *7 978$000 rs.*

- 1816, 22 Mar. - José Pedro Oliveira Padrão

Chafariz da Alegria, *(defronte)* *599$000 rs.*

- 1816, 10 Maio - Domingos Alves Guerra

Largo S. João da Praça, *lado oriental* *648$000 rs.*

- 1816, 30 Jul. - Joaquim Manuel Coutinho

Rua do Limoeiro, *2 850$000 rs.*

- 1818, 7 Fev. - Manuel Diniz

Rua do Príncipe, *499$605 rs.*

- 1819, 7 Out. - António Ignacio Rebello Lobo

Praça da Alegria, *lado norte, nºs 54A-55B-56C* .....

- 1820, 6 Set. - Gregório Bento Migueis

Rua da Madalena, *frente para as Pedras Negras* *272$000 rs.*

- 1821, 8 Ag. - José Pinto Camello

Praça do Chafariz da Alegria, *326$000 rs.*

- 1825, 21 Fev. - João Nepomuceno Cardoso

Trav. do Secretário da Guerra, *138$238 rs.*

- 1825, 14 Jul. - Antº José Gonçalves Aguiar

Rua do Príncipe, *2 095$570 rs.*

Fonte: *AHTC*, Liv.4310-4311; 4319.

Documento 18 (Pag. 47)

"Em nome de Deos amen: Saibam quantos este Instrumento de aforamento emfatiota de hoje para sempre, e obrigação virem, q. no anno do Nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos settenta e nove, aos vinte e tres dias do mez de Setembro, nesta Cid.e de Lisboa na rua direita do Poço novo, e cazas de morada do D.or Thomas Jose Ferreira da Veiga, cavaleiro profeço na Ordem de Christo, Advogado da Caza da Fid.ma Raynha Nossa Senhora, e Procurador da Fazenda do Real Colegio de Nobres, estando elle ahy prezente de huma parte, em nome, e como Procurador bastante do Prezidente e Deputados da Junta da Administração da Fazenda do Colegio Real de Nobres, por virtude da Comissão posta no despacho q. ao diante será trasladado; e de outra parte o Cappitão Manoel Caetano de Souza, Arquiteto do Tribunal da Meza da Conciencia e Ordeñs, morador na rua nova dos Jasmins, freg.a de Nossa Senhora das Merces. Logo por elle D.or Thomas Jose Ferreira da Veiga, foi d.o a mim Tabelião perante as testemunhas ao diante nomeadas q. o dito Real Colegio de Nobres seu constituinte he Senhor e possuidor de humas grandes terras, no Citio chamado da Cotovia de Cima pertencentes à Testementaria do Grande Almirante de Castella Dom João Thomas Henriques de Cabrera, de cujos beñs he Administrador o dito Real Colegio de Nobres, as quais terras foram do Ex.mo Marquez de Penalva, a quem se compraram por escritura outorgada nas notas do tabeliam q. foi nesta Cidade Joze Antonio de Barbuda Lobo em vinte e hum de Junho de mil settecentos quarenta e nove, nas quaes terras se tem edificado e andão edificando varias propriedades de Cazas, na forma do prospecto, e alinhamento, q. Sua Mag.e foi servida mandar fazer para aquelle Citio. E porquanto elle d.o Cappitam Manoel Caetano de Souza, queria edificar cazas na d.a rua nova dos Jasmins, com frente p.a o Largo da Patriarchal incendiada, requerera ao d.o Real Colegio de Nobres lhe quizessem aforar o d.o Terreno; e vendo a d.a Junta o Seu requerimento, depois de mandar informar o mestre das obras Joaquim Joze dos Reys e o Sargento mór Joze Monteiro de Carvalho, e à vista de Suas informações, e resposta delle d.o D.or Procurador da Fazenda, se lhe deferio como consta do despacho posto no d.o requerimento, q. tudo abaixo sera trasladado; Portanto dice elle D.or Thomas Jose Ferreira da Veiga, q. por este Instrumento, e na melhor forma de Direito, em nome do d.o Real Collegio afora e dá de aforamento emfatiota de hoje p.a sempre a elle d.o Cappitam (...) hum pedaço de terra, q. fica fazendo frente p.a a d.a rua nova dos Jasmins com cento e quatro palmos e virando ao lado da frente a buscar o fundo pelo lado do Nacente pella rua q. vai sahir ao Abarracamento de Peniche com cento e trinta e hum palmos e meio, e virando a sahir à frente principal pelo lado do Sul, ficando huma travessa de vinte palmos de largo entre a propriedade de Francisco Jose de Aguiar, com cento e vinte palmos, q. reduzidos a palmos superficiaes fazem cento e cincoenta e hum palmos, e setenta e cinco centessimos; q. a cem reis o palmo com cem de fundo importa onze mil settecentos e cincoenta reis: E o Segundo

fundo p.a Quintal, q. fica fazendo a frente para o lado do Nacente q. estroce aos quarteis do Regimento de Peniche, tem trinta e quatro palmos, e trinta e quatro centessimos, q. a cincoenta reis o palmo importa mil setecentos, e tres reis, vindo a ser o foro no total q. o dito Foreiro deve pagar a quantia de treze mil quatro centos cincoenta e tres reis, os quaes (...) fica obrigado (...) a pagar por dia de Natal de cada hum anno de foro do d.o cham, e pago na Caza da Administração da Fazenda do mesmo Collegio (...). Que elle Foreiro será obrigado a fazer Cazas no d.o terreno na forma do prospecto daquelle Citio e as principiará dentro em seis mezes e as terá acabadas no decurso de quatro annos(...). Que todos os Emfiteutas q. neste Prazo succederem seram obrigados a terem e conservarem no prospecto das mesmas Cazas hum Padrão de pedra, em q. estejam gravadas as Letras Seguintes= C.R.N.= E extinguindose o d.o Padram logo o Foreiro q. o possuhir mandará pór outro à sua custa, e isto tantas vezes quantas vezes os ates cazos succederem, para melhor conhecimento deste Prazo(...)".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório nº 4,Cx. 10, Livro 50, p. 86v- 87v

Documento 19 (Pag. 48)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este Instromento de venda quitação e obrigação virem q. no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e outenta aos vinte e dous dias do mez de Junho (...) apparecerão prezentes a saber de huma parte como vendedor Felippe Marcelli, Muzico da Caza Real m.or na Rua dir.ta da Real Fabrica da Seda (...), e de outra p.te como comprador Joaquim Ferreira Picão, Sargento mor do Regimento da primeira Armada, m.or n Rua dir.ta do Rato desta Cid.e. Logo por elle Felippe Marcelli (...) foi dito (...) q. por escritura de Aforam.to emfatiota, celebrada (...) em vinte e nove de Julho de mil setecentos sessenta e sete (...) tomou de aforamento emfatiota, ao Real Collegio dos Nobres (...) hum chão, que no Mapa q. está na secretaria da Junta do mesmo Real Colegio, está denominado, com o nº primeiro, e faz frente p.a o Poente, na Rua dir.ta da Real Fabrica das Sedas, e confina com o Picadeiro do m.mo Real Collegio pelo foro annual de tres mil quatrocentos e cincoenta reis, e laudemio de quarentena em cazo de vendas; e depois fez requerimento ao mesmo Real Collegio, p.a q. lhe desse de aforamento o chão do nº segundo, immediato ao que tomou de aforamento e foi deferido por Desp.o de dezanove de Abril de mil setecentos setenta e outo (...) fazendo p.a isso a preciza Escritura, q. com effeito se não fez; e em os ditos dous chãos, edeficou huma propriedade de cazas, q. constão de loges e sobrados e fazendo depois outro requerim.to p.a q. o mesmo Real Collegio lhe desse de aforamento mais dous chãos q. tem o nº terceiro e quarto, contiguos aos assima ditos, foi deferido (...) fazendose tambem a necessaria Escritura q. com effeito tambem se não fez. Porem sem embargo de não ter titulo legitimo dos tres chãos assima d.os entrou de posse delles, e se ajustou vendellos,

juntam.e com o outro de q. tinha Escritura, e mais a mencionada propriedade edeficada ao d.o Sargento mor Joaquim Ferreira Picão o qual fazendo em seu nome Requerim.to ao d.o Real Collegio, p.a conceder Licença p.a a venda q. se fazia por dous contos de reis, este (...) lhe deferio dando seu consentimento a mesma venda satisfeito o Laudemio e foros vencidos, lavrandose Escritura de aforamento de todos os quatro chãos, com o foro annual de quatorze mil seiscentos secenta e outo reis q. a elles corresponde (...). E dice outro sim elle Felippe Marcelli q. por esta Escritura se obriga a acabar a d.a propriedade e a polla prompta de algumas couzas que lhe falta da sorte e com a formalid.e com q. estão principiadas, porq. attendendo á despeza q. hade fazer ainda, he q.se ajustou esta venda pelos ditos dous contos de reis (...).

(...) E logo por elle D.or Thomas Joze Ferreira da Veiga foi dito (...) q. entre os mais bens de Raiz q. o d.o Real Collegio dos Nobres tem e possue bem assim he huma grande terra mistica a elle, q. lhe serve de cerca, e discorre pelas ruas da Real Fabrica das Sedas e Salitre, em a qual se haõ de de abrir varias Ruas p.a nellas se aforarem diversos chãos, e com effeito o mesmo Real Collegio, por escritura de aforamento celebrada (...) em v.te e nove de Julho de mil setecentos sessenta e sete (...) deu de Aforamento emfatiota a Felippe Marcelli hum chão q. na planta q. está na Secretaria da Junta do mesmo Real Collegio, tem o Nº 1 (...) o qual tem a Aria de tres mil quatrocentos e cincoenta palmos, e de frente na d.a Rua cincoenta e hum palmos, e cincoenta centessimos (...), emporta o foro, a cem reis o palmo de frente pelo fundo geral, tres mil quatrocentos e cincoenta reis (...). Que elle Foreiro sera obrigado a fazer cazas nos d.os chãos terceiro e quarto, na forma do Mapa e prospecto daquelle sitio, conforme as Reaes Ordens de Sua Magestade e principialas e acaballas, dentro dos primeiros seis annos seg.tes a este aforamento (...). Que todos os q. succederem neste Prazo serão obrigados a ter e conservar sempre no prospecto das mesmas cazas hum Padrão de Pedra, em q. estejão gravadas as letras C.R.N. (...)".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*.Cartório nº4, Livro 52, pp.20v

Documento 20 (Pag. 48)

"Saibão q.tos este instrum.to de reconhecimento de for.o e obrig.am virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos oitenta e sete: em quatro dias do mes de Jan.o nesta Cid.e de Lx.a e rua Larga de S. Roque (...) aparecerão prez.tes de hua p.te José Antonio da Fon.ca como procur.or do Juis e Admenistrador da Caza q. foi do Ex.mo D. Rodrigo António de Noronha (...). De outra Luis Antonio Seabra M.e de Obras do officio de pedr.o mor.or na Rua de N. Sra. dos Prazeres. E por elle José Antonio da Fon.ca me foi dito q. sendo a Caza Admenistrada Senhora de hua terra no Sitio da Cotovia q. hoje se acha devidida

em ruas comprehendendo a rua chamada de Nossa Senhora Madre de Deos, travessa dos Cegos e rua da Conceição com parte da Praça chamada das Flores, Prazo for.o ao Prior e Beneficiados da Igr.a de São João da Praça esta mesma terra com outras mais naquele Sitio dera o dito Dom Rodrigo de aforam.to a Marianna Paliart com o pretexto de Livres, e demandando os ditos Padres á dita Marianna Paliart pedindo a desmenbração do d.to terreno p.a ficar como Era d'antes o seu prazo separado do outro, q. comprehendia a mais terra aforada, sendo assistente na Cauza o d.o Ex.mo D. Rodrigo sendo com effeito de Sen.ça Julgada a desmenbração, e q. a D.a Marianna Paliart Largasse mão do d.to Prazo, na posse do qual se invectivão os d.tos Padres com o pretexto de senão mostrar Escritura de desistencia, q. se devia de fazer n forma do Julgado, e fazendo os d.tos Admenistradores avocar a Cauza ao Juizo da Comição da d.a Caza de q. hé Escrivão o Goarda mór da Rellação Luis Andre do Coito, e recorrendo p. via de aggravo Ordinario da Sen.ça p.r q. os ditos Padres se invectivão na dita posse, e pela qual se consideravão consolidado hum com outro dominio fora a mesma Sen.ça com todos os mais procedim.tos praticados em execução della revogados, e mandada restituir á Caza Admenistrada a posse e fruição do mesmo prazo, a qual elle Joze Ant.o da Fon.ca tomou p.a a mesma Caza mança e pacificamente em vinte e seis de Junho do anno proximo passado de mil sete centos oitenta e seis e fizera noteficar a todos os for.os Emfiteutas por q.m o dito prazo está devidido p.a q. no termo de oito dias aprezentassem os titullos de seus respectivos aforam.tos com as quitaçoens dos foros q. havião pago p.a lhe serem confirmados, e fazerem á Caza Admenistrada como Enfiteuta principal do d.o prazo reconhecim.to de for.os; a cuja noteficação satisfizera elle Luis Antonio Seabra aprezentando os seus titullos e por elles consta ser Emfiteuta de hum prazo que consta de cazas com quarenta palmos de frente e noventa e tres de fundo na rua de N. Sra. da Madre de Deos ao lado do poente e partem do Nasc.te com rua publica (...): he obrigado a pagar de foro anualmente tres mil e duzentos reis (...) as quais houvera por cabeça de sua m.er Maria Ignacia da Conceição q. foi prim.ra vez cazada com o prim.ro emfiteuta Antonio Joze Collares, o qual aforou por escritura feita em dezoitode Junho de mil sete centos sincoenta tres (...) sendo q.m lhe fez o tal aforam.to a d.a Marianna Paliart, e depois foi confirmado o mesmo aforam.to a elle Luis Antonio Seabra pellos d.os Prior e Beneficiados de S. João da Praça por outra escritura de vinte e quatro de Julho de mil sete centos e setenta (...) ".

ANTT.*Contratos Notariais e Lisboa. Cartório nº4*. Caixa 13, Livro 61, pag.16.

Documento 21 (Pag. 49)

"Em nome de D. amen. Saibão q.tos este instrum.to de novo aforam.to e obrig.am virem, q. no anno do Nascim.to de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sette centos oitenta e sete em vinte dias do mes de Março nesta Cid.de de Lx.a e rua da Magdalena (...) em cazas de morada

de Eugenia M.a da Conceição viuva de Bento Luis de Morais onde eu Tab.am vim, e estando ella ahy prezente de hua p.te. Doutra Jozé Antonio da Fon.ca como procur.or do Juiz e Admenistrador da Caza q. foi do Ex.mo D. Rodrigo Antonio de Noronha (...).E por ella Eugenia Maria da Conceição me foi dito q. na partilha q. fez com seus filhos (...) lhe forão dadas em pagam.to quatro propriedades de cazas sitas duas na rua de Santo António, e duas na rua do Noronha fregr.a de São Mamede no Sitio chamado da Cotovia, cujas comprehendem quatro prazos com deferentes foros á caza Admenestrada, e tinhão vindo ao seu cazal por Adjudicação legal em execução q. o d.o seu marido fez a João Glz. (...) e como o dito (...) nunca fez emprazam.to nem o d.to seu marido, ella outorg.te queria hum legitimo titullo dos seus prazos: assim requereo ao Juiz Adm.or (...) p.a q. fossem medidas, e confrontadas as ditas propried.es e se lhe lavrasse Escritura de cada hua dellas p.a ficarem cada hua sendo hum só prazo (...) em observancia do q. forão medidas e confrontadas as quatro propriedades pello Mestre pedr.o e Juiz do Officio Luis Antonio Seabra: e consta q. hua das propriedades q. p.r esta escritura fica sendo hum so prazo, a qual tem a frente da travessa de Santo Antonio sessenta palmos de comprido de Norte a Sul, e confronta pello lado do Nascente com a sobred.a travessa, e no lado oposto q. hé o do poente tem de comprido os mesmos sessenta palmos de norte a sul, e confronta pello dito lado do poente com prazo della enfiteuta, e pello lado do Norte tem de fundo oitenta e hum palmos de comprido de Nascente a poente, e confronta por este lado com cazas de Fran.co Joao de Morais, e pello lado do Sul tem de frente oitenta e oito palmos de comprido de Norte a Sul, e confronta por este lado com prazo da mesma enfiteuta (...); e desta propried.e paga de foro em cada hum anno à dita Caza Admenistrada seis mil reis pello Natal (...)Que ella for.a e q.m lhe suceder cuidará em trazer a propried.e deste prazo reidificada erguida e bem tratada p.a segurança do foro(...) Que ella for.a mandará pór por cima da porta principal destas cazas hua pedra com suas letras q. digão = Foreira a D. Mª Ant.ª = cujo padrão assim se conservará inda p.a os futuros Senhores (...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*.Cartório nº 4.Caixa 13, Livro 61, pag. 53v.

Documento 22 (Pag. 50)

"Saibão quantos este instrum.to de novo acrescentam.to de prazo e obrigação virem q. no anno do Nascim.to de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos e oitenta e sete: em dezaseis dias dias do mes de Mayo nesta Cid.e de Lx.a, e Rua direita das portas de Santa

Catarina em cazas de morada do D.or António Joze Elias de Ataide Advogado nesta Corte e Caza da Suplicação, estando elle ahy prez.te como procur.or do Preclar.mo D. Diogo de Souza (...). De outra Thomas Leyte mor.or na Calçada da Estrella. E por elle D.or Prucur.or me foi dito que o Preclar.mo seu constituinte hé Senhor e possuidor de huma Quinta em Buenos Ayres Bairro do Mocambo freg.a da Lapa, com suas cazas nobres em q. havia sucedido p.r obito de Seu Tio o Preclar.mo D. Franc.o X.er Pedro de Souza, o qual na sua vida havia dado de aforam.to emfatiota com Laudemio de Decima no cazo de vendas varias porsois de terra da mesma Quinta a muitas pessoas p.a fazerem cazas chegando tão bem a abrir ruas na mesma Quinta p.a se povoarem de cazas, e q. p.r ser util a caza de Seu Constituinte aumentaremse os foros dos prazos em q. tem dominio directo, e ter esperança de mayores laudemios se acha deliberado a acrescentar os mesmos prazos dandolhe no fundo delles mayor porsão de terra da mesma Quinta aos for.os por estes tão bem a requererem, entre os quais hé elle Thomas Leite q. he Senhor do dominio util de tres prazos a saber dois chaos q. havia tomado de aforam.to por Escritura (...) em dois de Dezembro de mil sete centos sincoenta e sinco: cujos dois chaos absorvem em sy trinta palmos de frente cada hum com setenta de fundo, e fazem frente para a Calsada q, vay de São Bento p.a o Senhor da Boa Morte (...) e o terceiro pertence ao mesmo Thomas Leite pello haver comprado com as cazas nelle edificadas a Joze de Oliv.a por Escritura (...) em dezanove de Jan.o de mil sete centos sessenta e dois (...) e tem este prazo tão bem trinta palmos de frente e setenta de fundo (...). E depois p.r Escritura (...) em oito de Novembro de mil sete centos oitenta e seis lhe foi acrescentado em cada hum dos d.os prazos (...) setenta palmos de terra no fundo de cada prazo p.a lhe servir de Quintal ou do q. bem lhe parecer (...)q. em todos os tres prazos vem a importar quatro mil e oitocentos reis alem dos foros q. já pagava (...). E como agora elle Thomas Leyte pertene novo acrescentam.to no fundo daquela terra q. já se lhe acrescentou, elle D.or Procur.or se lhe não ofereceo duvida por esta escritura (...) lhe dá mais quarenta e sinco palmos de terra pegado a testada de Bernardo Joze da Sylva, e sessenta palmos de fundo em linha reta athé emtestar com chão da Quinta do Senhorio q. corre de Norte a Sul da testada de João Ant.o de Figueiredo Mestre Pedr.o e este novo acrescentam.to pello foro anual de mil trezentos e sincoenta reis (...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*.Cartório nº 4, Cx.13,Livro 61, pag.95

Documento 23 (Pag. 50)

"Em nome de D.s amen.Saibão q.tos este instrum.to de novo aforam.to e obrig.am virem q. no anno do Nascim.to de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos oitenta e sete: em

dezoito dias do mes de Mayo (...) em cazas de morada do D.or Antonio Joze Elias de Ataide (...) como procur.or do Preclar.mo D. Diogo de Souza (...). De outra Domingos Mendes da Sylva homem de negocio mor.or a São João Nepomoceno (...). E por q. elle Domingos Mendes da S.a hé um dos for.os a quem competiam oito vãos na mesma Quinta com trinta palmos de frente, e cem de fundo cada hum vão como consta da Escritura (...) em tres de Outubro de mil sete centos oitenta e sinco (...); agora pretende de novo aforar mais sinco vãos e meyo de terra da mesma Quinta (...) cujo terreno principia em seguim.to dos prazos q. elle Dom.os Mendes já tem pella parte do Norte (...) e pello poente p.a onde fazem frente com a Rua dir.ta da bella Vista, e pella p.te do Sul com Rua chamada de Castello picão, fronteira 'travessa dos Oleiros (...) . Que tão bem fica obrigado a dentro em quatro annos contados da data desta em diante a fazer cazas de pedra e cal na forma q. lhe fór determinado pelo prospecto da Inspecção e isto nas frentes de todos os sinco vãos e meyo (...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*.Cartório nº4.Cx.13, Livro 61, pag.97

Documento 24 (Pag. 50)

"Saibam q.tos este instrum.to de acrescentam.to de prazo e obrig.am virem q. no anno (...) de mil sete centos oitenta e sete em vinte dias do mês de Abril (...)em cazas de morada do Doutor António Joze Elias de Ataide (...) procur.or do Preclar.mo D. Diogo de Souza (...) de outra Anacleto Jozé Pereyra, Escrivão do Registo do Arsenal Real dos Exercitos. (...) elle Anacleto Jozé Per.a q. sendo como hé Senhor util de alguns prazos no mesmo Sitio hé tão bem de hum q. faz frente p.a a rua da Bella Vista, e parte pella banda do poente, e pella banda do Nascente com terra da Quinta e da banda do norte com chão aforado a Franc.o Antonio, e da banda do Sul com chão aforado a Joaquim dos Santos como consta do titullo primordial feito ao prim.o Emfiteuta João Pedro Thomas em sete de Abril de mil sete centos sincoenta e seis (...) sendolhe depois acrescentado mais terreno como consta da Escritura (...) em vinte e tres de Outubro de mil sete centos sincoenta e sete (...) e agora pretendia novo acrescentamento de mais duzentos noventa e dois palmos de largo nas testadas do prazo asima dito de for.o e dos outros q. se seguem de diversos for.os (...). Disse mais elle D.or procur.or q. como o Preclar.mo Senhorio anda na diligencia de conseguir se mande abrir hua nova rua p.r dentro da d.a Quinta, e pode acontecer q. esta porsão de terreno agora acrescentado (...)ou vá partir com a face da referida rua ou fique della pouco distante será obrig.do elle for.o ou a edificar propriedade em toda a sua respectiva frente pello prospecto q. lhe der a inspecção (...) ou no

caso q. não chegue tomar de novo aforam.to pellos preços costumados com respeito as frentes das mais ruas proximas todo o terreno q. mediar entre o total do fundo do prazo e a rua p.a edeficar (...)".

ANTT,*Cartórios notariais de Lisboa*.Cartório 4, Cx.13,Livro 61,pag.78

Documento 25 (Pag. 52)

"Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este instrumento de afforamento emfatiozim perpetuo e obrigação virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos oitenta e quatro: em onze dias do mes de Novembro nesta Cidade de Lx^a defronte da Igreja da Magdalena em o meu escritorio aparecerão prezentes de hua parte Joze Fran.co dos Santos em nome e como Procurador do Dezembargador Joze Januario de Carvalho profeço na ordem de Christo, morador defronte dos Martires (...). De outra Diogo Brand, homem de Negocio da Praça desta Cidade. E por elle Joze Franc.co dos Santos foi dito (...) q. seu Constituinte pertendendo dar de aforamento a diversas pessoas alguns bocados de chão em roda da sua quinta sitta em Buenos Ayres q. tem livre de Morgado, Capella, e de toda e qualquer penção, para nelles edeficarem seus predios, afim de por este modo augmentar seu rendimento e ao mesmo tempo fechar-se em redondo: entre o concurso dos pretendentes q. tem havido, hé bem assim hum delles o ditto Diogo Brand que pertende de foro oitenta e nove palmos e meio de frente para a dita Rua de Buenos Ayres, digo para a Rua q. vai da Cruz de Buenos Aires para S. Francisco de Paula, com cem de fundo para edeficar cazas como lhes conviesse; e por isso em nome do mesmo seu Const.e faz o prezente aforamento por esta escriptura (...) debaixo das condiçoens e obrigaçoens seguintes. Que elle foreiro será obrigado a pagar dos ditos oitenta e nove palmos e meyo de frente com cem de fundo, oito mil novecentos e sincoenta reis, por ser a cem reis cada palmo de fr.e com o sobredito fundo(...). Que elle foreiro será obrigado o mais breve q. poder adeficar cazas no sobredito chão pelo risco q. bem lhes parecer; quanto porem ao muro devizorio do seu quintal com a quinta do Senhorio, terá doze palmos de altura, e de quatorze em quatorze palmos, meterá hum caxorro de pedra pela parte da quinta para nelle assentar as varas q. o Senhorio tiver de prezente ou mandar pôr de futuro, o qual muro fará por conta de ambos a sua factura, sendo metade da despeza por conta do Senhorio e outra pela do foreiro para o q. terá a liberdade de tirar a pedra q. lhe for preciza da pedreira do Senhorio(...)."

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*.Cartório nº 11, Cx. 147, Livro 684, pag. 67-67v.

Documento 26 (Pag. 52)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este Instromento de aforamento emfatiota, e obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil sete centos e noventa, aos quatro dias do mez de Junho, nesta Cidade de Lisboa (...) aparecerão prezentes a saber: de huma parte Jozé Januario de Carvalho profeçc na Ordem de Christo e Dezembargador da Caza da Suplicação desta Corte, morador na Rua direita da Pampulha; e de outra parte Manoel Francisco da Sylva q. vive de Seu Negocio, morador (...) na Rua de São Felix (...). E logo por elle Dez.or (...) foi dito (...) que por esta Escritura (...) dá de aforameno emfatiota para sempre hum pedaço de chão para cazas na Rua nova de São Francisco de Paula defronte da sua Quinta que tem e possue no Citio de Buenos Ayres, o qual chão tem noventa e tres palmos na linha da frente que he para aparte de Oeste, com trinta e oito palmos, e tres quartas no Lado do Sul, que destroce pela Rua chamada Rua nova do Sacramento, outenta palmos na Linha do fundo, que parte com terra delle Senhorio, e vinte e dois palmos e meyo no Lado do Norte, que parte com terra da Bazilica Patriarchal de Santa Maria, e destroce pelo muro da Quinta delle Senhorio. (...) Que elle foreiro pagará metade dos muros e paredes divizorias, e será obrigado a edificar no dito chão Cazas pelo Risco da Cidade dando-lhe principio no espaço deste prezente anno e deixando o mais terreno para Quintal (...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*. Cartório nº1, Cx.136, Livro 643, pag.20v

Documento 27 (Pag. 53)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este instromento de aforam.to emfatiota e Obrigação virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jeus Christo de mil, e setecentos e outenta, aos sete dias do mez de Abril, nesta Cidade de Lisboa, na Rua direita do Arsenal Real da Marinha, e escritorio de mim Tabelião, aparecerão prezentes a saber: de huma parte José Dias Teixeira, em nome e como Procurador do Illmº e Ex.mo Sr. Ayres de Sá e Mello (...); e de outra parte o Dezembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, Concelheiro do Concelho Ultramarino (...). E logo por elle José Dias Teixeira foi dito perante mim Tabelião (...) que entre os bens pertencentes â Quinta de São João dos Bem Cazados de que o dito Seu Constituinte he Senhor e possuidor se compreende hum terreno cito nesta Cidade defronte da

Parochial Igreja da Raynha Santa Izabel, o qual se resolvera dar de aforamento a diversas pessoas que nele tinhão edificado e pertendião edificar cazas, mandando-o divedir em ruas, e fazer a cada hum dos foreiros seu Mappa. E por que hum dos pertendentes era o dito Dez.or (...) que ja tem, e está edificando nele cazas, fizera este a Sua Exª a petição do theor seguinte. Illustrissimo e Ex.mo S.r Diz Thomas Roby de Barros Barreto que elle he Senhor e possuidor de huma propriedade cita defronte da freguezia de Santa Izabel proxima à Rua de Santo Ambrozio, com lados para a Rua de Santa Anna, e São Joaquim, e por que da parte do Poente lhe fica huma grande porção de terra que foi de semeadura: Pede a V. Exª seja servido mandar-lhe fazer escritura de aforamento dos mencionados terrenos(...)Na qual petição se acha o despacho do theor seguinte= Informe o Capitão Architecto Manoel Caetano de Souza na forma que pratica. (...). A que se seguio esta informação= Illm^{o} e Ex.mo S.r Possue o Dez.or Thomaz Roby de Barros Barreto huma grande Barraca nobre com Seu Patio de entrada e nelle comodo para carruagens, e por elle serventia a hum Quintal de parreiras e arvores de caroço, tudo cituado em o Prazo que V. Exª possue defronte da Igreja de Santa Izabel Raynha de Portugal, aonde no Mappa geral deste Parzo se vê demostrado com o numero seis, e junto à dita Barraca para a parte do Poente fica huma porção de terra que foi de semeadura, e confina na travessa de Santa Quiteria, sendo todo o mencionado o q. pede de aforamento o sobredito Dez.or eo de q. se deve fazer escritura (...). Compreende este terreno de quatro lados e confrontão os primeiros não bem exactamente ao Norte com a Rua de Santo Ambrozio, e o Lado exposto ao Poente com travessa de Santa Quiteria, e o Lado exposto ao Sul com a Rua de São Joaquim, e o Lado exposto ao Nascente com a Rua de Santa Anna (...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*. Cartório nº1, Cx.129, Livro 608, pag.9.

Documento 28 (pag. 54)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este instromento de Aforamento Emfatiota e Obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e setecentos e outenta, aos vinte e outo dias do mez de Abril, nesta Cidade de Lisboa na Rua direita do Arsenal Real da Marinha, e escritorio de mim Tabelião, aparecerão prezentes, a saber: de huma parte Jozé Dias Teixeira, em nome, e como Procurador do Illm^{o}, e Ex.m^{o} S.r Ayres de Sá e Mello, do Concelho de Sua Magestade Fidelissima, e Seu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, por hum seu Alvará de Procuração (...); e de outra parte Euzebio Rodrigues da Sylva que vive dos seus rendimentos, morador nesta Cidade na Rua do Cabo, freguezia da Raynha Santa Izabel. E logo por elles partes foi dito (...) que

tendo ficado Euzebio Rodrigues da Sylva por falecimento de Seu Pay huma propriedade de Cazas citas nesta Cidade na Rua do Sol da dita freguezia de Santa Izabel, feita em chão, de que foi Emfiteuta o R.do P.e Manoel Gomes de Oliveira, e Senhorio Directo Gonçalo de Almeida de Souza e Sá, cujos Dominios vierão ambos a ser, como são, do dito Illm^{o} e Ex.mo S.r Ayres de Sá e Mello, pela rematação que fez do Directo aos herdeiros do dito Gonçalo de Almeida e Sá, e lhe ter sido julgado o do R.do Emfiteuta principal por Sentença do Juizo da Coroa, alcansada contra a irmandade de Nossa Senhora da Arrabida erecta na Parochial Igreja da dita freguezia de Santa Izabel, a quem o mesmo P.e o havia doado; requerera elle dito Euzebio Rodrigues da Sylva aq Sua Exª lhe mandasse lavrar escritura de reconhecimento de foreiro; mas por não aparecer a do aforamento do dito Seu Pay, nem haver certeza de se haver celebrado, ordenara Sua Exª se lhe lavrasse escritura direita de aforamento do chão e terras compreendido na dita propriedade, sendo para isso medido pelo Capitão Architecto Manoel caetano de Souza; (...) E a informação do Architecto he do theor seguinte. O illustrissimo e Ex.mo S.r satisfazendo a Ordem geral que V. Exª me expedio para o exame dos Predios que se achão cituados em os terrenos pertencentes â Quinta de São João dos Bem Cazados de que V. Exª he Direito Senhor sobre as emfiteuticações e Subemfiteuticações que neles se achão: fui examinar o Predio que na Rua do Sol possue Euzebio Rodrigues da Sylva, o qual consta de huma área de terra em figura de paralelogramo e nele edificada huma grande propriedade de cazas de dous andares com suas agoas furtadas, e duas escadas que lhe dão serventia a quatro moradores em cada andar, e cada morador tres cazas; e assim mais quatro logeas cada huma para Seu morador, e em cada huma das tres cazas, e dous destes tem mais uma cazinha debaixo das escadas: tudo isto cituado com sua frente principal exposta ao Norte na Rua do Sol que vem do Largo do Ratto para Campo de Ourique, e São João dos Bem Cazados, em cuja frente se achão noventa palmos de comprido principiando em extrema divizoria das cazas de Romão Teixeira de Carvalho q. lhe ficão â parte do Nascente, e termina em outra extrema divizoria das cazas de Lucas da Roza que lhe ficão â parte do Poente(...) ficando comprendido dentro desta área de terreno tres mil outo centos e trinta e seis palmos, e vinte e sinco centecimos de palmos superficiaes, e compete pelos aforamentos já estabelecidos em a mesma Rua, outo centos e trinta e tres centecimos de Real a cada palmo superficial, cujo numero multiplicado por toda esta área vem a corresponder o foro annual a quantia de tres mil, cento, e noventa e sinco rs, cuja quantia deve pagar este Enfiteuta(...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*. Cartório nº 1, Cx. 129, Livro 608, pag. 30-31

Documento 29 (Pag. 54)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este instromento de Subemfiteuticação e aforamento emfatiota à face do Prazo, e Obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e setecentos, outenta e sinco, aos quatorze dias do mez de Outubro, nesta Cidade de Lisboa na Rua direita do Arsenal Real da Marinha e Escritorio de mim Tabelião, aparecerão prezentes, a saber: de huma parte Jozé Felix Venancio Coutinho (...) per sy e como Administrador e Procurador q. he dos bens do Cazal, e dos mais herdeiros que ficarão de Seus Sogros Miguel Mendes da Costa e Sua mulher (...) por bem de huma Escritura Outorgada com os mesmos herdeiros nesta Cidade (...) em dous de Junho do anno de mil, e setecentos, e setenta; e de outra parte Francisco Jozé Tavira, familiar da Caza do Ex.mo Nuncio Apostolico de Sua Santidade nesta Corte, morador na mesma Rua.E logo por elle Jozé felix Venancio Coutinho foi dito (...) q. entre os bens do Cazal q. administra he huma grande terra cita na dita freguesia de Santa Izabel pertencente ao Prazo que os ditos Seus Sogros tinhão tomado de aforamento a Felipe Peixoto da Sylva Couto, e Sua mulher por escritura na nota de Luis de Souza Aranha Tabelião da Villa de Santarem em o primeiro de Abril do anno de mil, e setecentos, quarenta e tres, com faculdade de poderem subemfiteuticar, pelo q. havião feito nella varios aforamentos a diversas pessoas; e elle Administrador e mais herdeiros dos ditos Seus Sogros alcançarão Portaria do Ex.mo S.r Cardeal Regedor datada de vinte e outo de Novembro de mil, e setecentos, setenta e sete, a qual me aprezentou (...) em q. lhes concede o poder-se no dito chão edificar não obstante a demarcação do Real Palacio com a condição de se dimulirem as cazas q. se edificarem a todo o tempo q. Suas Magestades determinarem (...) e assim havião aforado ao dito Francisco Jozé Tavira hum chão por escritura (...) aos onze de Fevereiro do anno de Mil, e setecentos, setenta e nove, e se havião agora ajustado dar-lhe mais de Subemfiteuticação Outro chão da dita terra, com Vinte e Sinco palmos de frente para a dita Rua de Santa Izabel chamada por outro nome de São Miguel, e duzentos e quarenta palmos de fundo (...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*. Cartório nº 1, Cx. 133, Livro 628, pag. 69-69v

Documento 30 (Pag. 55)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este Instromento de Subenfiteuticação, e aforamento emfatiota â face do Prazo e Obrigação virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e setecentos, outenta e sinco, em o primeiro dia do mez de Junho, nesta Cidade de Lisboa na rua direita do Arsenal Real da Marinha e Escritorio de mim Tabelião, aparecerão prezentes, a saber: de huma parte José Felix Venancio Coutinho, que vive de suas fazendas e Negocio, morador nesta Cidade na rua direita da freguezia de Santa Isabel, por Sy, e em nome, e como Procurador de sua mulher Joaquina Maria Antonia Rosa (...). E logo por elle José Felix Venancio Coutinho foi dito (...) que elle, e a dita sua mulher são Emfiteutas principais, Senhores uteis e possuidores de hum Prazo chamado a terra do Tomilho cito nesta Cidade na referida freguezia de Santa Isabel, o qual lhes havia sido adjudicado na partilha dos bens q. ficarão por falecimento de seu Sogro e Pay Miguel Mendes da Costa feita no Juizo dos Orfãos da Repartição do Bairro alto desta mesma Cidade de q. foi Escrivão Manoel José do Nascimento; do qual Prazo tinhão sido Senhorios Directos Gonçalo de Almeida de Souza e Sá, e Sua mulher D. Anna Joaquina de Lancastro, mas hoje o he o Illm.º e Ex.no Ayres de Sá e Mello. E porque no aforam.to principal feito ao defunto Seu Sogro e Pay na nota de Antonio Rodrigues Marques Tabelião que foi nesta Corte aos quinze de Setembro do anno de mil, e sete centos, e quarenta se lhes facultou o poder subemfeuticar, cuja faculdade se devolveo a elles José Felix Venancio Coutinho e Sua mulher, tinhão uzado della fazendo varias subemfiteuticações assim como o mesmo Seu Sogro e Pay em Sua Vida havia feito. E agora pela prezente Escritura na milhor forma de Direito, disse elle José Felix Venancio Coutinho que em Seu nome, e da dita Sua mulher Joaquina Maria Antonia Roza, dá de subemfiteuticação e aforamento emfatiota para Sempre â face do dito Seu Prazo principal chamado do Tomilho, hum chão de terra com trinta palmos de frente, com noventa e quatro palmos de fundo, ou os que na verdade se acharem, que confinão pelo Nascente com a rua de São Patricio, do Poente com a rua de Santo Ildeffonço, do Sul com o Prazo de Agostinho Josê, e do Norte com terra do Prazo principal do mesmo Tomilho; e isto a elle dito João Jorge para elle, e Seus herdeiros e sucessores; e esta subemfiteuticação assim lhe faz por foro e penção em cada hum anno de dous mil, e seis centos rs em dinheito Livres de Decima, e de Outro qualquer Tributo para elles emfiteutas principais e pagos em dous pagamentos iguais de mil, e trezentos rs cada hum por Natal e São João Baptista (...). Que ele subemfiteuta João Jorge será obrigado a fazer no dito chão cazas reservando a parte q. quizer para Quintal, e dará principio a ellas dentro em seis mezes, não excedendo na

frontaria, e no fundo â obra dos mais vezinhos de sorte q. fique direita a rua na sua frente, sem poder impedir, nem embarazar as obras dos mais foreiros com o pretexto de vista do mar, nem por outro algum motivo (...)".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório nº1. Cx.132, livro 627, pag. 66-66v.

Documento 31 (Pag. 55)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este instromento de Subenfiteuticação e aforamento à face do Prazo e Obrigação virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e setecentos, outenta e sinco, aos vinte e sete dias do mez de Mayo, nesta cidade de Lisboa na rua direita do Arsenal da Marinha, e escritório de mim Tabelião, aparecerão prezentes a saber: de huma parte José Felix Venancio Coutinho, morador nesta Cidade na rua direita da freguezia da Raynha Santa Izabel, por Sy, e como administrador dos bens do Cazal e Procurador dos mais herdeiros que ficarão de Seus Sogros Miguel Mendes da Costa e Sua mulher Patricia Maria já falecidos, por bem de huma escritura outorgada com os mesmos herdeiros nesta Cidade na nota do Tabelião José Rufino de Andrade em dous de Junho do anno de mil, e sete centos, e setenta; e de outra parte José da Serra, morador na rua do Cabo da dita freguezia de Santa Izabel, em nome, e como Procurador do Juiz, e mais Irmãos da Confraria do Senhor Jesus dos Terremotos, cita na mesma Parochial Igreja, por virtude de huma Procuração q. aprezentou e se treslada ao diante. E logo por elle José Felix Venancio Coutinho foi dito (...) que entre os mais bens do Cazal que administra, se compre-ende o Prazo, de que elle e os mais herdeiros dos ditos Seus Sogros são emfiteutas principais, e Senhorio Directo o Provedor das Lezirias, em razão dos mesmos Seus Sogros o terem tomado de aforamento emfatiota a Felipe Peixoto da Sylva Couto e a sua mulher com a faculdade de poderem subemfiteuticar, como consta de huma Escritura celebrada nas notas de Luiz de Souza Aranha Tabelião da Villa de Santarem em o primeiro de Abril do anno de mil, e sete centos, quarenta e tres; do qual Prazo trocara elle Administrador huma Pedreira com duas terras misticas citas junto ao Arco do Carvalhão Suburbio desta Cidade, por outra Pedreira e duas terras que no mesmo Citio possuhia o Illm.o e Ex.mo Sebastião José de Carvalho e Mello Conde de Oeyras e Marquez de Pombal, de cuja troca e subrogação se celebrou Escritura nesta Cidade nas notas do Tabelião Ignacio Correa de Souza e Andrade aos onze de Julho do anno de mil, e sete centos, setenta e seis pelo que ficou a Pedreira e duas terras q. erão do dito Ex.mo Marquez pertencendo ao dito Prazo principal, e os mesmos herdeiros com a faculdade de as poderem subemfiteuticar, como o fazião de outras porções de terras do mesmo Prazo; e se tinha ajustado com o Juiz, e mais Irmãos da dita Confraria do Senhor Jesus dos Terremotos

hum terreno a lhes dar de subemfiteuticação hum terreno das terras referidas, cito onde chamão os Pouzos freguezia de Santa Izabel, o qual parte do Norte com a estrada q. vai para a Ribeira de Alcantara, e tem por esta banda que he a frente cento, e secenta e sinco palmos, do Nascente parte com terras vulgalmente chamadas do Bauto, e tem por esta banda duzentos, e quinze palmos, do Poente parte com Olival da Quinta da Tinturaria e tem por esta banda duzentos e sincoenta palmos, e do Sul entesta com terras do Bauto e Casas de José Militão, e tem por esta banda os palmos que verdadeiramente comtar por se não poder agora fazer medição certa. E assim disse elle José Felix Venancio Coutinho que por esta Escritura na milhor forma de Direito nos nomes que representa, e à face do Prazo principal do cazal que administra dá de subemfiteuticação e aforamento emfatiota para sempre o terreno assima declarado, e confrontado à dita Confraria do Senhor Jesus dos Terremotos, para nelle edifficarem huma Ermida do mesmo titulo e fazerem as mais bemfeitorias q. lhe convierem e isto por foro e penção em cada hum anno de duzentos rs em dinheiro, livres de Decima para os Emfiteutas principais a quem serão satisfeitos por dia de Natal(...); declarando elle José Felix Venancio Coutinho que faz esta subemfiteuticação por tão diminuto foro não só em attenção a ser para edifficio do Culto Divino, mas a que o dito terreno he inculto de cascalheira que nada rendia; e com a condição de que se os foreiros nelle edificarem cazas as concervarão sempre levantadas, e reparadas em quanto Suas Magestades o ouverem por bem e não se quizerem servir do referido terreno para edifficação do Seu Real Palacio, por q. a todo o tempo que o quizerem edificar as demulirão, e cessará então de correr o foro: Porem no cazo das ditas Cazas perecerem por agoa, fogo, terremotos, ou outro qualquer acontecimento, as tornarão a re-edificar pondo-as no proprio, ou milhor estado em q. antes estavão; e na porta principal das Cazas q. fizerem porão hum letreiro que diga - Peixoto - e não poderão os Subemfiteutas vender, trespassar o Seu Dominio Util sem Licença dos Emfiteutas principais (...) e do preço por que assim se vender pagarão primeiro o Laudemio de vintena aos Senhorios Diurectos do Prazo principal por assim lhes tocar na forma do aforamento feito aos ditos Miguel Mendes da Costa e Sua mulher. (...)".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório nº1. Cx.132, livro 627, pag.61v-62.

Documento 32 (Pag. 55)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este Instromento de Subemfiteuticação e aforamento perpetuo à face do Prazo e Obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e sete centos, outenta e sinco, aos vinte e dous dias do mez de Dezembro, nesta Cidade de Lisboa, na Rua direita do Arsenal Real da Marinha, e Escritorio de mim Tabelião, aparecerão prezentes, a saber: de huma parte José Felix Venancio Coutinho, morador nesta Cidade na Rua direita da freguezia da Raynha Santa Izabel, per sy, e como administrador que he dos bens do Cazal, e Procurador dos mais herdeiros que ficarão por falecimento de Seus Sogros Miguel Mendes da Costa e Sua mulher Patricia Maria, por virtude de huma Escritura celebrada entre elle e os mesmos herdeiros nesta Cidade nas notas do Tabelião José Rufino de Andrade em dous de Junho do anno de mil, e sete centos, e setenta; e de outra parte o Il.º R.do Padre José Crespo Geral da Ordem da Penitencia de Jesus Nazareno e Superior do Seu Hospicio da Travessa de Nossa Senhora dos Milagres da dita freguezia de Santa Izabel, com o R.do P.e Vigario Frey Thomaz Lee, ambos em seus nomes e da mais comunidade do mesmo Hospicio prezente e futura. E logo por elle José Felix Venancio Coutinho foy dito perante mim Tabelião, e testemunhas ao diante nomeadas, que entre os bens pertencentes ao Cazal que administra, se compreende o Prazo principal, e foros da Quinta chamada do Cachopim, que entesta na Estrada que vay da dita freguezia da Raynha Santa Izabel para o Citio do Senhor Jesus da Boa morte, e corre pela dita travessa ou Rua chamada de Nossa Senhora dos Milagres, a qual os ditos Seus Sogros Miguel Mendes da Costa e Sua mulher havião tomado de aforamento em fatiota, a Felipe Peixoto da Sylva Couto, e a Sua mulher D. Maria Joaquina da Serra de Moraes por Escritura na nota de Luis de Souza Aranha Tabelião da Villa de Santarem em o primeiro de Abril do anno de mil, e sete centos, quarenta e tres, com a faculdade de poderem subemfeuticar as quantidades de terra que lhes paressese; pelo que entre outros mais aforamentos que fizerão, derão de subemfiteuticação a José Simoes de Azevedo as porções de terra com frente para a dita travessa de Nossa Senhora dos Milagres, constantes de huma Escritura celebrada em minha nota aos vinte e sete de Janeiro de mil, e sete centos, sincoenta e seis, e assim mais dous chaons na mesma travessa com a medição e fundos de terra declarados em outra Escritura tão bem outorgada em minha nota no mesmo dia, mez, e anno ao R.do P.e Manoel Elias da Cunha Presbitero Secular, que delles cedeo, e se unirão ao Prazo Subalterno do dito José Simoes de Azevedo, por falecimento do qual ficou pertencendo à viuva Sua mulher D. Anna Ritta Joaquina de Azevedo, que cazando segunda vez com Bartholomeu Nunes Oltreman consentirão ambos em q. os ditos Padres da Penitencia fizessem nos ditos chaons o seu Hospicio, e habitação; mas vindo depois a falecer o dito Bartholomeu Nunes Holtreman, e ficar a dita Sua mulher como herdeira de ambos os ditos Seus maridos pertencendo o Util Dominio dos referidos Prazos Subalternos, e sendo tão bem falecidos os Sobreditos Emfiteutas principais Miguel Mendes da Costa e Sua mulher dizistia a dita viuva D.

Anna Ritta Joaquina de Azevedo dos referidos chaons, e subemfiteuticações a favor do Cazal, e herdeiros dos mesmos Emfiteutas principais, como consta de huma Escritura celebrada nesta minha nota no dia de ontem vinte e hum do corrente mez de Dezembro de mil, e sete centos, outenta e sinco. E disse mais elle José Felix Venancio Coutinho, que por outra escritura tão bem outorgada em minha nota aos tres de Abril do anno de mil, e sete centos, setenta outo havia elle em nome do Cazal que administra dado de subemfiteuticação a Lucas Germano Garcez Palha de Almeyda hum terreno do dito Prazo principal, todo murado em q. se achão humas cazas grandes muito antigas, e aruinadas, e huma cisterna, o qual terreno faz frente para a dita Rua direita de São Miguel com duzentos e vinte e sete palmos e tem de fundo cento, e outenta e sete palmos, e parte do Nascente com a dita travessa de Nossa Senhora dos Milagres, e do Sul com os chaons sobreditos, e pelas Suas devidas confrontações, do qual terreno dezestio o Subemfiteuta por outra Escritura (...). E por que os ditos R.dos Padres da Ordem da Penitencia de Jesus Nazareno precizavão ocupar os referidos chaons e terrenos com o dito Seu Hospicio e nova Igreja que se hade edificar na conformidade das Reaes Ordens que Suas Magestades forem servidas determinar por sua benignidade e grandeza Disse elle dito José Felix Venancio Coutinho, que pela prezente escritura na milhor forma de Direito per Sy, em nome dos mais herdeiros do Cazal que administra da de subemfiteuticação e aforamento emfatiota para sempre os mencionados chaons e terrenos, (...) com tudo o mais que os ditos Padres athé o prezente ocupavão por qual quer outro titulo q. fosse, e bem assim o de que dizistio o dito Lucas Germano Garcez Palha e Almeida com as cazas velhas, ruinas e cisterna q. nelle se achão, e com as medições e confrontações que verdadeiramente tudo tiver e se achar: Desta Subemfiteuticação assim faz aos ditos R.dos P.es (...) por foro e penção em cada hum anno de sincoenta e nove mil, cento e setenta rz em dinheiro de contado, livres de Decima e de outro qual quer tributo, ou encargo para os Emfiteutas principais (...)".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório nº1, L.629, pag.45-46.

Documento 33 (Pag. 56)

"(...) No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e oitenta e oitto: em vinte e quatro dias do mes de Janeiro nesta cidade de Lixª defronte da Igreja da Magdalena em o meo escritorio aparecerão presentes de hua parte Antonio Simplicio Friz como Procurador do Ill.mo e Ex.mo Conde da Ega, Ayres de Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, do Concelho de Sua Mag.e F.ma Gentil Homem da Camera do Serenissimo Snr. Infante, Comendador na Ordem de Christo, Alcaide-môr das Villas de Guim.es e Soire (...); de outra Antonio dos Santos, com fabrica de velas de sebo a Boa ora freg.A da Ajuda, e sua mul.er (...). E por elle António Simplicio Friz foi d.to (...) que o dito Ex.mo Seu Const.e hé Snr de varias terras no dito sitio da Boa Ora pertencentes ao seu morgado em que varias pessoas tem edificado casas huns com titulos e outros pela mayor parte sem elles, digo casas e Barracas pela mayor parte sem titulo algum sendo hua delas José Machado Correa, primeiro marido da d.a Margarida Ferreira, que edificou duas moradas de casas em hum terreno no mesmo sitio da Boa Ora, por isso em nome do mesmo Ex.mo Seu Const.e, por esta escriptura, (...) afora e dá de afforamento (...) emfatiozim perpetuo a elles (...) o terreno em que se achão as ditas casas edificadas (...) o qual tem na testada da parte Nascente e rua direita sessenta e seis palmos, e (...) correndo para Poente noventa e hum até encostar-se ao muro da quinta do seu Ex.mo Const.e chamada do Almargem, e confronta pela parte do Norte com o Predio de Francisco Carvalho e do Sul como o de Felix Cezar, e isto pelo foro e porção anual de quatro mil e oitocentos reis (...) que tanto importa pela medição regulada aos oitenta reis cada palmo, por se discontar nos da frente os q. faltão p.a preencher os cem de fundo, cujo preço hé o q. Sua Ex.ª tem novamente estabelecido por equidade com os foreiros de Sua Mag.e e assim o houver por bem de quem tem alcançado Provizão para poder proceder nos afforamentos das ditas terras visto serem de morgado e se acha registada na Chancelaria mor do Reino (...)".

ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa. Cartório nº11, Cx.150, Livro 699, pag.77v-78.

Documento 34 (Pag. 57)

"Em nome de Deos amen. Saibaõ quantos este Instromento de Aforamento emfatiota e Obrigaçaõ virem que no anno do Nascimento de Nosso senhor Jezus Christo de mil, e sete centos, outenta e quatro, aos quatorze dias do mez de Junho, nesta Cidade de Lisboa (...) appareceraõ prezentes a saber: de huma parte Valentim dos Reys em nome, e como Procurador que he da Meza da Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda de Bellem cita na Real Capella, e Parochial Igreja da mesma invocaçaõ; e para este acto com Procuraçaõ especial dos Menzarios actuaes da mesma Irmandade (...); e de outra parte Joaõ Alves morador na dita freguezia de Nossa Senhora da Ajuda Suburbio desta Cidade. E logo por elle Valentim dos Reys foi dito (...) que entre os bens de que a dita Irmandade (...) he Senhora e possuidora, e de que está de mança, e pacifica posse de tempo immemorial a esta parte, Saõ humas terras na estrada Real, que vay de Alcantara para a Ajuda no Citio do Senhor Jezus do Cruzeiro, que por terem pouco rendimento, e muitas pessoas pertenderem nellas edificar cazas, se rezolvera a dita Irmandade a aforalas em Prazos divedidos, o que era mais util, e de maior rendimento para o culto de Nossa Senhora; e assim tinha feito varios aforamentos a diversas pessoas, e hum dos seus foreiros era o dito Joaõ Alves, ao qual faltava fazer escritura de hum chão em que está edificando cazas no dito Citio do Senhor Jezus do Cruzeiro junto a outras de que tem escritura; e sendo este dito chaõ medido, e confrontado, se achou ter da parte do Nascente dezasete varas, e partir com as outras cazas e Prazo do dito Joaõ Alves; e da parte do Norte treze varas e partir com quintal de Francisco Teixeira; do Poente dezasete varas e partir com terra da dita Irmandade; e do Sul treze varas, e partir com travessa e cazas de Pedro Esprial; e em razaõ de Ser quarteira ao Reguengo da Fazenda Real foi por parte della avaliado o ficar Sem Coltura com a factura das Cazas em huma quarta de trigo macho cada anno de pençaõ certa, que se lhe pós por encargo em Lugar do quarto, posto e entregue â Custa do foreiro por dia de Nossa Senhora de Agosto no Celeiro de Sua Magestade (...). Que o dito foreiro fechará o dito chaõ em Roda, tomando sobre Sy as agoas pelo modo q. lhe parecer, sem deitar as mesmas agoas, nem outra alguma couza para os predios dos mais vezinhos Emfiteutas das ditas terras, nem lhes poderá embarassar o edificarem, e Levantarem as Suas propriedades como quizerem (...). Que sobre a porta principal das Cazas será elle foreiro obrigado a pôr hum Letreiro esculpido em pedra q. diga - Foreiras â Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda - com o seu numaro que se seguir aos mais Prazos (...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*. Cartório nº1, Cx. 132, Livro 624, pag. 23v-24.

Documento 35 (Pag. 62)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este Instromento de Contrato de Obras, quitação, e obrigação virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e sete centos, outenta e nove aos seis dias do mez de Fevereiro, nesta Cidade de Lisboa na rua direita do Arsenal Real da Marinha, e Escritório de mim Tabelião, aparecerão prezentes, a saber: de huma parte Francisco António Ferreira Architecto da Reedificação da mesma Cidade, em nome, e como Procurador do Illustrissimo Diogo Ignacio de Pina Manique, Fidalgo da Casa de sua Magestade, seu Concelho, Dez.or do Paço Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, Administrador geral da Alfandega grande desta Corte, e Feitor Môr do Reino, por hum Alvará de procuração de sua Letra e Sinal que reconheço ser verdadeiro, e se tresladará ao diante, e de outra parte os Mestres de Obras, Jeronimo da S.a Neves do Officio de Canteiro, Feliciano José dos Reys do Officio de Pedreiro, e Manoel da Costa do Officio de Carpinteiro, moradores nesta Cidade. E logo por elles partes nos nomes q. representão foy dito perante mim Tabelião, e testemunhas ao diante nomeadas estar o dito Dez.or do Paço e Intendente geral da Policia ajustado com elles Mestres, para estes todos tres haverem de levantar huma propriedade de casas que elle quer edificar junto ao Arco da rua dos Remolares desta Cidade cujo contrato celebrarão pela presente Escritura, com as condições e clausulas seguintes= Cantaria. Por palmo de lancil de pedra bastarda ou rija lavrada de escodo na frontaria palmo por palmo assentado em seu lugar, a cento e setenta reis= Por palmo de lancil ordinario da dita pedra assentada em seu lugar a cento, e vinte reis: por palmo de pedra muà em pripiendos assentada em seu lugar noventa rs: O palmo de pedra bastarda ou rija lavrada de picola em cheninez assentada em seu lugar cento e vinte rs. O palmo de pedra bastarda lavrada de picola em pilares, respaldo, e em arcos assentado em seu lugar a cento e sincoenta rs: a vara de enxelharia de pedra bastarda de exoda e socos na frontaria assentada em seu lugar a mil e duzentos reis: a vara de enxelharia bastarda e lavrada de picola assentada em seu lugar a seis centos e sincoenta reis: a vara de enxelharia bastarda e lavrada de escoda em cunhal com sua boquilha assentada em seu lugar a mil duzentos e sincoenta rs: a vara de enxelharia bastarda lavrada de escoda em pilastras da frontaria a mil e duzentos rs: a vara de lineal de pedra bastarda na simalha e cunhaes lavrada de escoda sentada em seu lugar a nove mil e seiscentos rs: a vara de lineal de pedra bastarda, moldura da arquitrava dos cunhaes, assentada em seu lugar a mil, e outo centos rs: a vara de lineal de pedraria em degrao com colarete assentada em seu lugar a mil, e outo centos rs: a vara de lagedo para assento de pedraria assentada em seu lugar a seis centos rs: a vara de lagedo no pavimento das loges sendo grosso de boa qualidade assentado em seu massame de pedra e cal, e bem aparelhado, a seis centos, e

sincoenta rs: por cada sacada de pedra bastarda com dez palmos e meio de comprido e quatro de largo, e hum de groço, sentada em seu lugar sete mil rz: Alvenaria: A braça de abertura em alicerce, deitando fora os entulhos nos vassadoiros a mil, e quatro centos rs: A braça de parede de pedra e cal nos alicerces sinco mil e quinhentos rs: A braça de parede de pedra e cal guarnecida de branco a seis mil e outo centos rs: A braça de abobeda em arcos e sobrearcos guarnecida de branco a seis mil e outo centos rs: A braça de telhado mouriscado com telha nova a dous mil reis: A braça de cano dobrado sendo a segunda fiada com telhões, e suas bordaduras, a outo centos rs: A braça de ladrilhos nas ladeiras das chamines, e estrados das ditas a dous mil rs: A braça superficial de pano de tijolo nos panos é capelo da chaminé, a dous mil rs: A braça de frontal de alvenaria em divizões cheyos com tijolos, guarnecido de cal branca a dous mil rs: A braça de fasquiado guarnecido de cal branca a outo centos rs: A braça de simalha de Alvenaria na frontaria com dous palmos de balanço, e o mesmo de altura com lagedo na grade do quadrado e este rebaixado para fazer a sua muxeta, medida linealmente, a seis mil reis: o palmo de pedraria tosca em liadoiros no fundamento a setenta reis: cada passadeira da serventia dos telhados tendo tijolo a setenta rs: O palmo de ranhura nos peitoris para assento do resguardo dos caxilhos, a sincoenta rs: Por cada buraco dos parafuzos das portas das loges a cem rs: Por cada buraco de parafuzo nas janelas a sincoenta rs: Por cada buraco de parafuzo em caxilhos de vidraça em toda a obra a trinta e sinco rs: Por cada buraco de cancaro a vinte rs: Por cada assento de gatos abertos os buracos na pedraria, e rebaixados e xumbados na mesma a cem rs: Por cada arratel de ferro em gatos a secenta rs: Por cada arratel de ferro em linhotes a setenta rs: Por cada arratel de ferro em grades macho e femea assentado em seu lugar a cem rs: Carpinteiro: Por cada braça de madeira de castanho nos madeiramentos groça assentada no seu lugar, a nove centos rs: por cada braça de madeira de castanho ordinario assentada em seu lugar a seis centos e sincoenta rs: Por cada braça de madeira de castanho delgado assentada em seu lugar a quatro centos reis: A duzia de taboado tosco de casquinha dobrada em sintas, espigões e barbates do madeiramento, em tapumes de tabiques a sete mil e duzentos rs: a duzia de taboas de casquinha dobrada serrada a dous fios e xanfrado assentada nos madeiramentos para o seu guarda pó, e em forros de tetos se forem precizos para ser fasquiado, a dous mil, e outo centos rs: a duzia de serrafos de Flandres de taboa groça em contrafeitos, medido com o solho, a mil, e quinhentos rs: a duzia de taboa de casquinha dobrada de folha à banda, limpo, e aberto de meyo fio assentado em soalhado a seis mil e seis centos rs: a duzia de forro debruado de madeira de casquinha nos tectos das casas, a tres mil rs: a duzia de taboa de casquinha serrada a meyo em guarnições dos alizares, a quatro mil, e quinhentos rs: a braça de fasquiado de arcos e divizões, e em tecto das casas para estuque, a mil, e sete centos rs: a braça de vigamento de viga, tendo a viga palmo e meyo de groço em quadro serrada a quatro, assentada em seu lugar a mil, e quinhentos rs, e sendo de Leiria a mil e trezentos rs: a braça do dito vigamento com a mesma gravura assima dita serrada a seis, assentada em seu lugar, mil, e duzentos rs, e sendo de Leiria a mil reis: a vara

de degrao de escada de taboado de casquinha dobrada, e os cobertores de viga de Flandres, ou do Pinhal da Raynha com palmo e meyo de largo, e hum quarto de groço com seu focinho, sentada em seu lugar a mil reis= a vara de degrao de madeira de casquinha de folha fora sentada em seu lugar seis centos e sincoenta rs: a vara de degrao de madeira de casquinha serrada ao meyo sentada em seu lugar quatro centos rs: Por cada janella de peito na frontaria de duas meyas assentada em caixilho de duas travessas engradadas com almofada ao alto com suas ferragens precizas e por fora com seus caixilhos de vidrassa e dous meyos assentado em seu aro para correr com taboa no peito, tendo o caixilho vinte e quatro divizões para vidros, tudo feito de madeira de casquinha dobrada a vinte mil rs: Por cada janella de sacada na frontaria de duas meyas com almofada em baixo, com seus postigos almofadados q, abrão, e por fora seu caixilho de vidrassa como se costuma fazer nas ruas novas, tudo de madeira de casquinha dobrada assentada em seu caixilho, com suas ferragens precizas, trinta mil rs: por cada janella na frontaria das agoas furtadas de pé direito q. tem de vão dez palmos de alto e sinco de largo, sendo feita de duas meyas, e por fora com seu caixilho de abrir para vidros, tudo madeira de casquinha dobrada com suas ferragens precizas dezaseis mil rs: Por cada porta das interiores tendo o vão sinco palmos de largo, e catorze de alto de duas meyas engradadas com sua almofada ao alto, com travessa que finja bandeira com caixilho de vidraça com dez divizões para vidros, tudo madeira de casquinha com suas ferragens precizas, dezaseis mil rs: Por cada porta na frente com dez palmos de largo feitas como a de sima, sendo os lemes de tres palmos digo de largo de duas meias com tres travessas metidas à cola, assentada em caixilho com sua bandeira fixa, com tres lemes de rebite cada porta quatro palmos de comprido cravados com prego de cabeça alta com sua tranca groça, e fichadura de caixa reforçada, e feixos pedreiros em baixo, e as suas portas com seus postigos por sima nas janelas do antesolo com as ferragens precizas como as das portas, tudo madeira do Brasil, outenta e sete mil, e duzentos reis: por cada porta na frente q. tem sete palmos de largo feita como a de sima, sendo o leme de tres palmos de comprido, com suas portas na janela do antesolo, tudo madeira do Brasil com suas ferragens precizas, sessenta mil reis= Que pelos referidos preços serão elles Mestres obrigados a construir a dita obra com bons materiais, e com toda a fortaleza e segurança, sendo a parede e alicerces athé o primeiro vigamento de alvenaria rija, e desta altura para sima menos rija feita com cal de Alcantara trassada, hum sesto de cal com dous de areia viva, e outro de cal com tres de areia alternativamente; e os alicerces estando abertos e prontos para se encherem avizarão ao Senhorio para se medirem: como os mais occultos, como as pedras dos liadoiros nos fundamentos, madeira tecida nos frontaes, e em tabiques antes q. se emboce para se ver se o tabuado vay na grossura do contratado (...) ".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*, Cartório nº 1. Maço 133, Cx.135, livro 639, pag.72v.

Documento 36 (Pag. 63)

Em nome de Deos amen: Saibam quantos este instrumento de Contrato de Obras e obrigaçam virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sette centos noventa e hum, aos doze dias do mez de Agosto nesta Cidade de Lisboa na rua nova da Princesa freguesia de Sam Nicolao e casas de morada de Felicianno José dos Reys M.e Pedreiro donde eu Tabelliam vim, e ahy estava presente de huma parte e de outra Domingos Gonçalves Chaves, negociante morador na rua dos Algebebes, freguesia de Sam Juliam.E logo por elle Domingos Gonçalves Chaves foi dito perante mim Tabelliam, e testemunhas adiante nomeadas que elle se tinha justado e contratado com o dito M.e Pedreiro Felicianno José dos Reys, e com o M.e Carpinteiro Manoel José da Costa para estes lhe haverem de fazer a mediçam e pelos preços pacteados entre ellas partes huma propriedade de casas na forma do prospecto da Cidade em hum cham que elle Domingos Gonçalves Chaves havia rematado na rua direita da Magdalena para onde faz a frente principal, e outra frente para a travessa de Sam Juliam de que tinham celebrado Escriptura do dito Contrato na nota do Tabelliam António Nunes Soares Correa, aos vinte dias do mez de Agosto do anno de mil sette centos e outenta e nove tinham elles Mestres dado principio a dita obra, e chegaram as frentes athe o primeiro pavimento, e porque elles todos trez tinham convindo em reclamar a dita escriptura por justos motivos que para isso ouveram de que se celebrou Escriptura de reclamaçam na nota do dito Tabelliam Antonio Nunes Soares Correa aos trinta dias do mes de Julho do presente anno, tendo-se antecedidamente medido a dita obra pelos Mestres da Cidade Luiz Antonio Seabra e Antonio dos Santos Guerra de que passaram a sua certidam pelo que respeitava ao seu Officio de Pedreiro, e no que respeitava ao Officio de Carpinteiro, pelos Mestres Francisco Xavier da Rosa e Severino Antonio de Almeida tambem Mestres da Cidade que tambem passaram a Certidam que cada huum delles partes tem em seu poder, e ficaram todas as contas pertencentes a dita Obra justas e findas. E porque elle Domingos Gonçalves Chaves agora se havia justo, e contratado com o dito Mestre Pedreiro Felicianno Jose dos Reys em este lhe haver de continuar, e cabar a dita Obra nam so pelo que respeitava ao seu Officio de Pedreiro, mas tambem dos Officios de Carpinteiro e Canteiro pondo elle Mestre todos os materiais percisos para a dita Obra pelos preços justos e pacteados entre elles partes, e condiçoes e clausulas seguintes= Que elle Mestre na dita Obra executará a planta que ja na sua mam se acha assignada por elles ambos, ficando a arbitrio do dito Mestre o podello emandar para melhor no caso de nella achar algum defeito que prejudique a elle Domingos Gonçalves Chaves, pagando os jornais de todos os Officiais e trabalhadores por sua conta delle Mestre, e a mediçam pelos preços pacteados com elle senhorio na forma seguinte = Cantaria= Por palmo de lancil de pedra bastarda ou rija lavrada de escoda nas frontarias, palmo por palmo

assentado em seu lugar a Cento e settenta reis= Por palmo de lancil ordinario da dita pedra assentada em seu lugar noventa reis= O Palmo de pedra muar em perpienhos, assentada em seu lugar noventa reis= O Palmo de pedra bastarda ou rija lavrada de picola digo, de pedra de escoda nas Cheminés a Cento e settenta reis, assentada em seu lugar= O palmo de pedra bastarda lavrada de picola em pilares, e respaldo em arcos, assentada em seu lugar a Cento e sincoenta reis, a vara de Enxelharia de pedra bastarda de escoda, em socos na frontaria, assentada em seu lugar, a mil e duzentos reis= a vara de enchelharia bastarda lavrada de Roda assentada em seu lugar, a seis centos, e sincoenta reis= a vara de Enchelharia bastarda, lavrada de escoda em Cunhal, com sua boquilha, assentada em seu lugar a mil, e duzentos, e cincoenta reis= a vara de Enchelharia bastarda lavrada de escoda em pilastras da frontaria, a mil, e duzentos reis= a vara ninial de pedra bastarda na simalha e cunhaes lavrada de escoda, sentada em seu lugar, a nove mil, e seis centos reis= a vara de ninial de pedra bastarda, moldura de alquitrave dos Cunhaes, sentada em seu lugar a mil, e outo centos reis= a vara ninial de pedraria em degrao, com colarete, assentada em seu lugar, a mil, e outo centos reis= a vara de lagedo para assento de pedraria, assentada em seu lugar, a seis centos reis= a vara de lagedo no pavimento das loges, sendo groço, e de boa qualidade, assentado em mesame de pedra, e cal, e bem aparelhado a seis centos, e cincoenta reis= Por cada sacada de pedra bastarda com dez palmos e meio de comprido quatro de largo, hum de groço, sentado em seu lugar sette mil reis= Alvenaria= A braça de abertura de alicerce, deitando fora os entulhos nos vasadouros, a mil, e quatro centos reis= A braça de parede de pedra, e cal nos alicerces, a sinco mil, e quinhentos reis= A braça de parede de pedra, e cal, guarnecida de branco a seis mil, e outo centos reis= A braça de abobeda em arcos, e sobrearcos, e onde mais se fizer, guarnecida de branco, a seis mil e outo centos= a braça de telhado mouriscado, com telha nova, a dous mil reis= a obra de cano dobrado, sendo a segunda fiada, com telhoes, e suas bordaduras a outo centos reis= a braça de ladrilhos nas lareiras, e entradas da chaminé a dous mil reis= a braça superficial de pano de tejollo, nos panos, e capello da Xaminé, a dous mil reis= a braça de frontal de alvenaria em divisoes cheio com tejollos guarnecido de cal branca a dous mil reis= a braça de fasquiado guarnecido de cal branca, a outo centos reis= a braça de simalha de alvenaria na frontaria, com dous palmos de balanço, e os mesmos de altura, com lagedo na grade do quadrado, e este rebaixado, para fazer a sua muxeta, medida linialmente, a seis mil reis= O palmo de pedraria tosca em liadoros no fundamento, a settenta reis= Cada passadeira da serventia dos telhados, tendo tejolo, a settenta reis= O palmo de ranhura nos peitoris para assento de gatos abertos os buracos na pedraria, rebaixados, e chumbados na mesma a cem reis= Por cada arratel de ferro em linhotes settenta reis= Por cada arratel de ferro em gatos settenta reis= Por cada arratel de ferro em grades de macho e femea, assentado em seu lugar a cem reis= Carpinteiro= Por cada braça de madeira de Castanho nos madeiramentos groça assentada no seu lugar a nove centos reis= Por cada braça de Castanho ordinario, assentada em seu lugar a quatro centos reis= A duzia de taboado tosco de

Casquinha dobrada em sintas, espigões, barbates, divisões de madeiramentos, com tapumes de tabique a outo mil reis= A duzia de taboas de casquinha dobrada, serrada a dous fios, xanfrada assentada nos madeiramentos para o seu guarda pó e forros dos ditos se forem precisos, para ser fasquiado, a trez mil, e sessenta, e sinco reis= A duzia de Sarrafos de flandres de taboa groça, e contrafeitos, medido como solho, a mil, e outo centos reis a duzia de taboas de casquinha dobrada, de folha a banda, limpo, e aberto do meio fio, assentado em soalho a sette mil, e quatro centos reis= a duzia de forro debruado de madeira de casquinha, nos tetos das casas, a trez mil duzentos sessenta e sinco reis= A duzia de taboa de casquinha cerrada a meio, em guarnições dos alizares= a quatro mil e nove centos reis= A braça de fasquiado de arcos, divizões, e em tetto das casas para estuque de arco= a mil, e sette centos reis= a braça de vigamento de viga tendo a viga palmo, e meio de groço em quadro, serrada a quattro, assentada em seu lugar, a mil, e seis centos reis, e sendo de Leiria a mil, e trezentos reis= A braça do dito vigamento, com a mesma grossura assima ditta serrada a seis, sentada em seu lugar a mil, e trezentos reis; e sendo de Leiria a mil reis= a vara de degrao de escada de taboado de casquinha dobrada, aos cobertores de viga de Flandres, ou do Pinhal da Raynha, com palmo, e meio de largo, e hum quarto de grosso, com seu focinho, sentada em seu lugar, a mil, e cem reis= a vara de degrao de madeira de Casquinha, serrada ao meio, sentada em seu lugar, quatro centos, e sincoenta reis= Por cada porta das interiores, tendo o vam sinco palmos de largo e quatorze de alto, de duas meias engradadas com sua almofada ao alto, com travessa que finge a bandeira, em caxilho de vidraça, com dez divisões para vidros, tudo de madeira de casquinha, com suas ferragens precisas, dezasette mil, e quatro centos reis= e no cazo de o vam ter seis palmos, será medido, e avaliado o excesso= E toda a mais obra que aqui nam vai declarada com preços estipulados por nam lembrarem assim como a p digo estipulados assim como as portas pequenas nos interiores em razam de se nam saber a altura nem largura dellas seram avaliadas à porçam dos preços da mediçam deste Contrato: E no que respeita às grades de ferro das sacadas, e varenda das frontarias principaes, azolejos, pinturas, vidros, e assento de portas, e janellas das frontarias, por se achare já feitas as suas portas em poder do senhorio da propriedade, será tudo o que faltar medido, e avaliado pelos respectivos Mestres dos Officios a que pertencerem= Que elle Mestre será obrigado a dar prompta, e acabada a dita Obra com toda a perfeiçam da Arte, nam só pelo que respeita ao seu Officio de Pedreiro, mas a todos os mais Officios, a que por esta Escriptura fica obrigado, e finda que seja de todo a dita obra, e tirada a Certidam da sua mediçam, e achando-se ter dado a obra alguma couza de sy, e nam se achar feita com a segurança devida, será obrigado elle Mestre a desmanchar e fazer a sua propria custa tudo o que estiver imperfeito, e precizo fór para a segurança da mesma obra= E para satisfaçam de toda a importancia desta obriga se obriga elle Domingos Gonçalves Chaves, hir dando por conta da mesma dous Contos, e quatro centos mil reis, de trez em trez mezes, de que fará o primeiro pagamento no dia ultimo de Outubro deste prezente anno

e dahy por diante hirá continuando com outra igual quantia, tambem de trez em trez mezes, the total extiçam da importancia referida (...)".

ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa* nº 1. Cx.136, Livro 647, pag. 14, 14v, 15, 15v.

Documento 37 (Pag. 64)

"Saibão quantos este instrumento de contrato de obra e obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Snr Jezus Christo de mil setecentos e oitenta e dois: em vinte e sete dias do mez de Março nesta Cid.e de Lx.a defronte da Igreja da Magdalena, em o meu escritorio aparecerão prezentes de hua p.te Joze Nicolau da Costa Negociante m.or nesta Rua dir.ta da Magdalena, de outra Gabriel Alz. m.e pedreiro m.or (...) na rua da Conceição ao Pombal. E por elles p.es foi dito a mim Tabellião (...) q. tendo elle Joze Nicolau da Costa dado principio a edificar hua sua propried.e de cazas na Rua Bella da Rainha freg.a de S. Nicolau e querendo-a dar de impreitada pelo q. respeitava ao officio de pedreiro até se finalizar, se ajustou ou contratou com elle M.e Gabriel Alz. pela forma e com as clausulas e obrigaçoens seg.es= Que elle m.e se obrigava a fazer toda a obra do seu officio de maons, a saber cada braça de parede de dozentos e cincoenta palmos cubicos, a mil e oito centos reis, rabocada e goarnecida, a braça de frontal de cem palmos, cheyo e goarnecido, a preço de setecentos reis; a braça de fasquiado tambem de cem palmos, rabocada e goarnecida a dozentos e cincoenta reis, medida como he estillo praticado a braça de tilhado amouriscado dos mesmos cem palmos, a trezentos e sessenta reis; a braça do dito sendo feito de baladio para resguardo da mesma obra, a cento e vinte; e a braça de pano de chamines dos referidos cem palmos, a setecentos e sessenta reis; Que toda esta obra promete elle m.e fazer com toda aquela perfeição e acceyo que requer a arte; aliar e recahir sobre elle todo o prejuizo q. cauzar na imperfição da mesma obra (...)".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório nº 11, Cx.146, livro 677, p.75v-76

Documento 37A (Pag. 64)

"Saibão quantos este instrumento de contrato de obra e obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos oitenta e dous , em vinte e sete dias do mez de Março nesta Cid.e de Lx.a defonte da Igreja da Magdalena em meu escritorio apparecerão prezentes de hua parte Joze Nicolao da Costa Negociante m.or nesta Rua direita da Magdalena, De outra Joze Antonio Duarte m.e carpint.o m.or na Rua do Telhal. E por elles Partes foi dito a mim Tab.am (...) que tendo elle Joze Nicolao da Costa dado principio a

edeficar hua sua propriedade de cazas na Rua Bela da Rainha freg.a de S. Nicolao e querendo-a dar de impreitada pelo que respeitava ao officio de carpinteiro até com effeito de finalizar, pedira a elle dito Joze Antonio Duarte para q. ajuizesse tomar a sua conta não tendo duvida estipular o seu contrato na forma e com as condiçoens, clausulas e obrigacoens seguintes. Que elle mestre se obrigava a fazer com toda a prefeição e acceyo e na forma do risco e plantas q. estão tiradas cujas plantas ambos assignam: toda a obra pertencente ao seu officio de carpinteiro per si , e seus officiaes na d.a propriedade dele Joze Nicolao da Costa até de todo ser finda. Que o primeiro e segundo andar serão feitos p.a hum so morador= Que o terceiro e agoas fortadas para dois moradores; fazendo nas mesmas agoas fortadas huma caza com serventia para o tilhado, separada das mais acomodaçoens, cujos feitios serao conforme o comum das mais propriedades= Que elle senhorio se obrigava a por na obra à sua custa todos os generos ou materiaes que forem precizos(...)= Que o mesmo senhorio se obriga mais a que dara a elle m.e pela factura da referida obra de carpintaria de suas maons conforme o seu ajuste, a quantia de hum conto e cem mil r.s que serão pagos em pagamentos de todas as semanas(...)".

ANTT, *Arquivos Notariais de Lisboa*. Cartório nº 11, Cx. 146, livro 677, p. 76v-77.

Documento 38 (Pag. 65)

"Em nome de Deos Amen Saibaõ quantos este instrumto de Contrato de obra e obrigaçaõ virem q. no anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos noventa e hum em trinta dias do mes de Dezembro nesta cidade de Lisboa defronte da Igreja da Magdalena em o meu escritorio apareceraõ presentes Francisco da Costa Chaves ourives do ouro com logea na mesma Rua; e bem assim Joze Antonio Duarte mestre do officio de Carpinteiro mor.or a Cotovia junto a Mai dagoa freg.a de S. Joze e Manoel Loureiro, m.e do off.o de Canteiro, mor.or na Adissa. Por elles partes foi dito (...) q. tendo elle Francisco da Costa Chaves rematado na dita rua dos ourives do ouro hum chaõ no lado do Nascente, defronte do quarteiraõ da Igr.a de N. Sra. da Vitoria, com tres portas de frente (...) e querendo edeficar propriedade a fundamentis se ajustava com elles mestres em lhe dar de empreitada a carga serrada pelo preço e debaixo das condiçoens clausulas e obrig.es seguintes - Que elles mestres executaraõ a planta q. lhes for entregue assinada por elle senhorio da obra fazendo o prospecto q. tambem se lhes entregar, pondo nas frontarias boas cantarias de pedra, rija, clara, e seraõ todas as cantarias tanto da frente, como do saugaõ gateadas na forma do estillo do officio, e os alicerces seraõ bem feitos perfundados até ao chaõ mais fixo com sete palmos de largo, e com bons fundamentos de cantaria (...)será toda a frente de perpianhos até sacadas, as Lojas do

chaugaõ será tudo lageado havendo dez agoadouros no chaugaõ p.a as agoas dos Telhados; hum poço com bocal de cantaria. Seraõ as paredes da fronte da rua e chaugaõ de tres palmos e meio de groço té o primeiro andar, e a devizoria de tres palmos. Seraõ mais as paredes alinhadas com linhotes de ferro aonde hé costume. Todas as paredes forradas de Cantaria pelo chaõ: será a sobredita obra composta de tres portas de frente levando tres andares de altura, e agoas furtadas de pé direito e sobreagoa furtada de pé direito á p.te do chaugaõ com huma trapeira do melhor gosto. Tera a mesma propriedade cincoenta e tres palmos de fundo com sua coluaca de lagedo ranhurado e os canos seraõ encanados no cano Real q. tera tres palmos de Largo Lageado, furrado de enchelharia ou Lages. Que havera baranda geral sobre a simalha real com sua grade de risco, como tambem nas janelas de sacada do primeiro andar, e tambem grades de ferro de maxo e femea nas janelas das Logeas do chaguaõ (...) Sera o primeiro lance da escada geral degraos de cantaria e haverá em todas as cozinhas poaes p.a potes: seraõ as chaminés de cantaria degasto de picola como hé costume. Seraõ as cazas todas da frente azulejadas com azulejo da fabrica Real; nas cazas principaes a sete, alcobas a cinco, cozinhas e cazas de jantar a tres, corredores e cozinhas anteriores a dois; isto se entende do primeiro andar até ao terceiro q. dahi p.a sima tambem levará azulejos tudo com as alturas a proporçaõ das alturas das cazas; tambem será azulejada a escada geral como hé costume e faraõ o passeyo na forma do aruamento- Devidirsehaõ todos os quartos na forma da Planta, fazendo em todas as cozinhas Armarios e cravoeiras. Seraõ os vigamentos do primeiro andar quartiados, e todos os mais a seztos e quartos, tudo de competente grossura e de boa qualidade, ficando de distancia de huma viga a outra palmo e quarto: os paus de prumo no primeiro andar quartiados, e todos os mais a seis e os alizares serrados a oito; os membros de palmo até palmo e meio levaraõ meias vigas debaixo acima, tudo tambem de competente grossura (...). Todos os tabiques do prim.ro andar seraõ bem escorados, e todos os mais q. naõ forem nos prumos debaixo; seraõ assoalhados todos os quartos de madeira de casquinha da melhor e mais groça de folha fora; seraõ as Lojas forradas a encher e todas as cazas de fora forradas, encabeiradas com moldura de meia largura e todas as mais cazas e a escada tambem forradas e encabeiradas com sua moldura de sepo, sendo tudo de madeira de flandres: seraõ todas as portas das cazas da frente, guarnecidas com suas fasquias moldadas, e bandeiras em todos os portaes grandes, e portas enteriores p.a vidraça: seraõ todos os caixilhos de vidraça tanto na frente da rua, como do chaguaõ (...).Seraõ as portas das logeas de madeira do Brazil da melhor qualidade: os degraos da Escada geral de viga do Pinhal da Rainha (...) Haverá seu coberto sobre o passeyo e balcoens semdo precizo (...) haverá sottos sobre algumas cazas e se estes forem forrados seraõ a encher; toda a frontaria pintada de verde como hé estillo (...) todas as portas da propriedade e os alizares de varias qualidades de pedra, fazendo sempre diferença de humas as outras (...).Os telhados seraõ mouriscados com suas passadeiras; em o seg.do e terceiro andar levará linhotes de ferro em todos os membros da frente e chaguaõ. Os vidros seraõ brancos. Todas as pinturas das portas e janelas levaraõ tres de maos a olio.Que seraõ

obrigados finalmente a fazer quaesquer repartim.tos, acomodaçoens ou armarios q. forem precizos aos quartos e tudo o mais q. por esquecim.to se naõ declara (...)".

ANTT. *Registos notariais de Lisboa.* Cartório 11, Cx. 153, liv. 720, pag.86.

Documento 39 (Pag. 67)

"Em Nome de Deos, Amen. Saibaõ quantos este instrumento de contrato de obras, e obrigaçaõ virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos noventa e tres, em dois dias do mes de Outubro nesta cidade de Lix.ª defronte da Igreja da Magdalena em o meu escritorio apareceraõ presentes Bento Joze Pacheco, Negociante da Praça desta corte, mor.or as cruzes da Sé, e bem assim Manoel Loureiro, Mestre Canteiro, morador na rua do Ferregial. Por elles partes foi ditto a mim Tabelliaõ perante as testemunhas ao diante nomeadas, q. elle (...) Bento Joze Pacheco hé Snr. e possuidor de hum terreno, q. consta de dous vãos com cincoenta e sete palmos de frente e setenta e dois de fundo, sito na rua do Ferregial defronte da Igreja de S. Francisco, no qual pertende edeficar huma propriedade de Cazaz, q. consta de logeas, Armazens, coxeiras, entrefolhos, primeiro, seg.do, terceiro e quarto andar, e a este respeitou contratou, com o d.o Mestre Manoel Loureiro p.a lha dar feita, e acabada de todo o necessario, com todos os materiaes singulares p.a bem e segurança do mesmo predio; (...) debaixo das condiçoens e obrig.es seg.es= Que os caboucos seraõ abertos com dés palmos de fundo ou mais se precizo for, conforme os fundam.tos q. se acharem em os mesmos caboucos; teraõ sete palmos de largo ou mais se necessario for; levaraõ seus fundam.tos de pedras grandes compridas de cabeça, q. apanharem o diamatro da largura do d.o cabouco, tanto nas fronteiras, como por dentro, e o mesmo se entenderá nas paredes de toda a propried.e; e as paredes do cabouco do meyo teraõ quatro palmos de groço até o primeiro andar, levando perpianhos até o d.o primeiro andar. Que levará huma Pilastra na rua direita, e o primeiro, e seg.do andar de sacadas, irmans das da propried.e q. já se acha feita na mesma rua pertencente a elle Pacheco, e só teraõ maior rebaixo por cauza das agoas da chuva, ou levaraõ boracos e ranhuras á moda antiga ou tambem levará ranhura com sua chapa de ferro pegada aos fexos, como as q. tem Joaõ Gilardi (?) na sua propried.e, feito ficará a elleiçaõ delle dono como bem quizer, e o mesmo se entenderá no terceiro e quarto andar; sendo o terceiro de varandas pela mesma ordem q. se acha a propried.e contigua dele Pacheco, tanto pela frente da terra como pela frente do mar, e o quarto andar levará duas janelas tambem de sacadas p.a a rua Direita, e o mesmo se entenderá p.a a parte do mar, e tanto para huma p.te, como p.a a outra, serão executadas na forma do prospecto das frentes das cazas da rua direita, q. já se achaõ feitas dele Pacheco, e o seg.do andar da p.te do mar, levará tambem a sua

varanda geral ou na falta levará sacadas conforme as da frente da rua direita do prospecto do primeiro e seg.do andar como as plantas ou riscos q. seraõ assinados por elle e dono da obra. Que seraõ as logeas, coxeiras e Armazens lageadas, e forradas em roda de enxelaria e a parte q. for precizo da escada até o primeiro patamal de pedra de escoda (...) e as duas partes das logeas, das coxeiras levaraõ dois gigantes cada huma. Seraõ os Arcos q. levarem os Armazens, e logeas, de cantaria malhetada, lavrada de Picolla, e chumbados. Seraõ as coluacas de cantaria até o terceiro andar enranhoradas e gateadas com sua pia pela parte do quintal, irmans em tudo das q. já tem elle dono na sua propriedade, e com sua porta e rotullas pela parte de fora do quintal p.a naõ ser devaçado; e a coluaca do quarto andar será de lages enranhoradas e gateadas. Seraõ todas as chaminez de cantaria lavrada, gaspa de Picolla com seus caxorros groços, e vergas na forma do costume. Será o primeiro lanço de escada de cantaria lavrada de Escoda com seus arcos da mesma sem defeito. Seraõ todos os mais lances de escada, Patamares e corrimoens de Madeira do Brasil. Serão os tétos das logeas, e Armazens, e entrefolhos, chegos de estuque, e da mesma sorte primeiro, seg.do e terceiro andar, levando as sallas principaes de fora e cozinha, sua moldura com floraõ ao meyo e as alcovas lizas; e o quarto andar será forrado de madeira com alguma galantaria nas sallas principaes; bem entendido q. o terceiro andar terá huma varanda sobre a semalha real p.a a parte do mar e terra com as suas grades de risco, irmans das q. já se achaõ na propriedade dele senhorio, e com todos os seguradoiros precizos e em todos os andares levar´huma devizão p.a se naõ poderem comunicar os vezinhos huns com os outros; e o quarto andar será de pé direito, assim como as janelas q. levar nos Armazens, á frente levaraõ grades de ferro de maxo e femea, conforme as da propriedade dele Pacheco, e as portas levaraõ suas chapas de ferro p.a as naõ ofender as rodas das lages. Fará as paredes com bons materiaes sem q. tenha mistura de ariolla nem caliça e a area será quanto baste p.a ficar bem caldiada, e a cal será dos fornos de Alcantara, e naõ de outra parte alguma. Que as divizoens dos panos das chaminés seraõ feitas de Tejolo mandado fazer proporcionado e naõ de tejolo posto ao alto hum sobre outro; na entrada da Escada haverá huma pia com seu cano; as portas das logeas, Armazens e postigos p.a a escada, e todos os caixilhos das vidraças das frentes, seraõ de madeira do Brazil sem notta ou manxa, e as ferragens e fixaduras a proporçaõ da mesma madeira. (...) Seraõ todas as cazas na frente forradas e encaveiradas com sua cornija e as cozinhas, alcobas e cazas enteriores tambem encaveiradas, com sua moldura de sepo, e corredores eraõ tambem forrados a encher. Seraõ todos os portaes goarnecidos com fasquias moldadas nas cabeças. Todas aquelas cazas q. ficarem emmediatas ás cazas ou sallas da p. frentes com suas bandeiras de vidraças p.a quinze vidros. Seraõ todas as portas das sallas, e cazas do mesmo feitio; em todas as sallas principais levará huma cornija o mais bonito q. poder a aformoziar as ditas salas, com toda a largura. Será o madeiram.to de Castanho de boa grossura e proporcionado, com seo guarda pó de casquinha e ripa de Castanho ou madeira salgada. Todas as despenças levaraõ suas partelleiras e taõ bem levará os guarda fógos q.

forem precizos; Seraõ todos os vridros da Fabrica, sendo brancos e limpos. Seraõ todas as cazas das frentes azulejadas, tendo altura de sete azoleijos, e as alcovas a cinco, as cozinhas (...) corredores e cazas interiores a tres; a escada a quarto, sendo todos da Fabrica e as cores a elleiçaõ delle dono, como tambem os feitios (...). A pintura será toda a das frentes dadas com duas maos de sinzento, e huma de verde, e tudo a oleo; todos os alizares das caza da frente seraõ tambem pintados a oleo, e depois fingidos a pinsel; todas as semalhas das ditas cazas da frente seraõ tambem fingidas a pinsel, sendo cada caza de diferentes tintas e gozto humas das outras, e as cores a elleiçaõ dele dono. Todas as portas e janelas seraõ pintadas em duas de mãos de oleo, e depois fingidas da mesma forma; e os tétos e corrimoens da escada tambem seraõ pintados e fingidos. Tanto os sobrados, como os forros, portas e janellas seraõ bem aplainados e os sobrados bem desempenados, e as taboas bem unidas, com todos os pregos necessarios p.a naõ empenarem ou alargarem, e o mesmo modo de pregar será feito em tudo o mais da obra p.a a boa segurança e q, por falta de pregos naõ experimente danno ou defeito (...). E neste ajuste entra tambem o acabar de paredes e todo o mais necessario ao quintalinho q. fica pela parte do mar, fazendo-lhe dois assentos p.a a mesma parte do mar, forrados e lageados e da mezma forma outros dois para a parte da travessa de José da Cruz de Miranda, e o mais resto depois da parede chegar ao nivel do primeiro andar e fará em alegretes feitos de tejolo rebatido com seus boracos p.a escoadoiro das agoas, tudo com bom gosto e idea, e da mesma p.te da travessa de J.e da Cruz Mir.da ficará hum Armazem pequeno, coberto de abobada e lageado com sua porta de madeira do Brazil; cujo Armazem já se acha com seu Portal de pedra e degraos de cantaria q. se haõ de tirar fora p.a ficar o dito Armazem com mais largueza, e por cima deste Armazem hé q. hade ficar hum dos assentos apontados. (...) Se obriga o mesmo senhorio a dar-lhe a q.tia de sete contos de reis por toda a referida obra (...). E declara mais elle senhorio q. a parede das cazas da parte do mar, e a maior parte do quintal já se acha feita quaze até o primeiro andar (...)".

ANTT. *Arquivos notariais de Lisboa*. Cartório notarial nº 11. Cx.155, liv. 732, pag.55-59.

Documento 40 (Pag. 69)

"Em nome de Deos amem. Saibão quantos este instromento de Contrato de Obras, consinação, e obrigação virem q. no anno do Nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil Settecentos Settenta e nove, aos dezanove dias do mez de Agosto, nesta Cidade de Lisboa, na rua direita o moinho de Vento no escritorio de mim Tabelião aparecerão prezentes a Saber de huma parte Manoel Pedro de Aragão, em nome e como Procurador bastante do Ill.mo e Ex.mo S.r Conde d' Atalaia D. Antonio Luis de Menezes (...); e de outra parte Antonio dos Santos

Mafra, Mestre e Obras do officio de Pedreiro, e morador na travessa dos Inglezes, freg.a das Merces. E logo por elle Manoel Pedro de Aragão foi dito, q. o Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde D' Atalaya seu Constituinte querendo desmanchar e reedificar de novo humas cazas q. tem a S. Cristovão junto do seu Palacio da Costa do Castello, da banda debaixo, q. confinão com cazas de Antonio Ribeiro Neves, se ajustara com elle d.o Antonio dos Santos Mafra p.a lhe fazer toda a d.a obra, e isto debaixo das mais clausulas e condições seguintes= Que elle Ex.mo S.r Conde d' Atalaya se obriga a comprar ao d.o Antonio Ribeiro Neves huma meia parede, q. se acha feita junto ás ditas cazas, conforme a sua avaliação.= Que elle Mestre será obrigado a fazer e reedificar à fundamentis as ditas cazas de tudo quanto for necessario respectivé a todos os officios tanto de materiaes, como de mãos e pregos e ferrages athe de todo se completar a dita obra(...)= Que as ditas cazas serão feitas pelo risco e prospecto que lhe será dado assinado pelo d.o Ex.mo S.r Conde , e dezempenhado com toda a perfeição da Arte e segurança= (...)Que elle Mestre será obrigado a fazer e acabar a d.a obra com a maior perfeição, tanto em materiaes, como em formaes, sem q. pertenda a couza alguma pello desmancho, e por aplanar o cham da d.a obra, pois p.a isto lhe ficão pertencendo a pedra e outros velhos materiaes= Que durante a d.a obra poderá o d.o Ex.mo S.r Conde mandar examinar os materiaes, e lhe será licito separar os q. forem merecedores de repprovação= Que o fundamento da d.a obra terá capacidade, e fortaleza p.a se lhe formar abobeda em lugar de telhado, de sorte q. possa servir de Varanda para hum e outro lado, com serventia p.a o Palacio da Costa do Castello, e com suas grades de ferro batidas a martello= Que para pagamento do principal e juros da ditas importancia se obriga elle Ex.mo S.r Conde a dar a elle Mestre a quantia de duzentos e trinta mil reis cada anno de Consinação (...) E se declara, q. o ladrilho da varanda será assentado em cal e batumado pelas juntas com batume de azeite (...)".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório nº4, Cx. 10, Livro 49, pag. 68-68v.

Documento 41 (Pag. 70)

"Saibaõ quantos este instrumento de Contrato de Obra e obrigaçaõ virem que no anno do Nascim.to do Snr. Jesus Christo de mil sette centos e noventa e um vinte e nove dias do mes de Junho nesta cidade de Lisboa defronte da Igreja da Magdalena em o meu escritorio apareceraõ presentes de huma parte Joze Luís Mouta de Gouvea e Vasconcelos, Escrivaõ do Civel da Cid.e, mor.or na rua nova da Bitesga, freg.a de S. Nicolao, como adm.or da pessoa e bens de sua filha Getrudes Elena do Carmo Gouvea e Vasconcelos. De outra Manuel António das Neves, mestre

do officio de Pedreiro morador na rua direita do Arcenal, freg. de S. Julião. E por elle Joze Luis Mouta de Gouvea e Vasconcelos foi ditto (...) q. á dita sua filha pertencia huma propriedade de Cazas sita na rua das Parreiras, perto do Conv.to de Jesus, freg.ª de S.ta Catharina do Monte Sinai, por lhas ter deichado em testam.to Clemencia Thereza da Nazareth. Que a d.a propriedade se achava danneficada e encapaz de subsistir sem os reparos necessarios. Que atendendo ao seu presente estado se achava justo com elle d.o mestre a reideficar as mesmas cazas, demolindo delas a frontaria, e formando-a de novo, desde os seus alicerces até a altura do seg.do andar; e bem assim a fazer-lhe parede de fundo no chagoaõ, deichando em caza o q. presentemente se acha baranda, demolindo a parede anterior até o prim.ro andar, p.a sobre ella fundar ou formar os frontaes devizorios da Caza de fora, deichando essa caza e a do seg.do andar com quatorze palmos novos de pé direito, as Logeas ficaraõ com pé direito de doze palmos vivos, e tudo o mais na conformidade de hum papel feito e assinado pela maõ dele dito m.e (...); o telhado sera mouriscado seg.do o coztume do das bem acabadas propriedades; a pintura será segura e farta, e a de fora verde. As agoas teraõ sahida de forma q. pelo chagoaõ se naõ venhaõ introduzir nas logeas: será mais obrigado o d.o m.e a deliniar a obra de maneira q. tenha as precizas acomodaçoens seg.do o permitir o vaõ da propriedade, naõ lhe esquecendo Armarios, despensas e poais p.a Pottes de agoa; por tal forma q. as cazas fiquem claras, de modo q. de dia se naõ faça precizo uzar Luz em algum dos quartos fazendo tudo á carga serrada até entregar a elle Senhorio as chaves p.a se alugarem, ou as abitar, com seus caixilhos, e vidrassas; e isto tudo pela q.tia de nove centos e cincoenta mil reis (...) ".

ANTT. *Registos notariais de Lisboa*. Cartório 11, Cx. 152, Liv. 712, pag.66.

Documento 42 (Pag. 70)

" Saibão quantos este Instromento de contrato e obrigação virem q. no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e sete centos e noventa, aos vinte e sinco dias do mez de Janeiro nesta Cidade de Lisboa no Escritorio de mim Tabelião aparecerão prezentes, a saber: de huma parte Francisco José Beja, calafate da Ribeira das Naos, morador na Rua da Portugueza freguezia de Santa Catherina de Monte Sinay; e de outra parte José Joaquim de Campos Mestre carpinteiro, morador junto à Parochial Igreja de Nossa Senhora da Ajuda suburbio desta Cidade.E logo por elles partes foy dito perante mim Tabelião e testemunhas ao diante nomeadas, estarem ajustados em elle Mestre edificar humas cazas q. se achão aruinadas

em o chão q. elle Francisco José Beja tem e possue na dita freguezia de Nossa Senhora da Ajuda na Rua da Paz, foreiro à Real Coroa de Sua magestade, por preço certo, de quinhentos e quarenta mil reis, pondo elle Mestre todos os materiaes, e pagando à sua propria custa todos os jornaes, necessarios, tanto pelo que respeita ao seu officio de Carpinteiro, como ao de Pedreiro, ferragens, vidros, pintura, e tudo o mais que precizo for athé ficarem completamente acabadas, debaixo das condições seguintes= Que as ditas Cazaz q. de novo se edificarem, ocuparão o ambito de trinta palmos de frente e trinta e nove de fundo, entrando o groço das paredes, e constarão de duas Loges na frente q. he da parte do Poente, cada huma com seu sobrado por sima, e sua escada ao meyo para serventia dos quatro moradores das loges, e sobrados, que terão Suas Janellas de pedraria cada huma da Loges, e sobrado, e a porta da escada tera tão bem seus umbrais de pedra e da parte do Nascente terão duas portas e duas janelas tão bem com umbreiras de pedraria= Que quatro Janellas serão de rotolas e duas com caixilhos de vidrassas, tudo de madeira de flandres, e as sete portas da mesma madeira; o vigamento do andar de sobrado será de vigas da terra serradas e o mais barrotado com barrotes da terra, e os soalhados, forros, e portais de madeira da terra, assim como tão bem a escada e os frontaes eregidos da mesma madeira, o madeiramento de castanho, frexaes de carvalho, ripa da terra, as paredes de pedra e cal em frontaes cheyos da mesma, os telhados mouriscados= Que elle Mestre dará a dita obra perfeitamente acabada de sorte q. se possa arrendar para o Natal proximo q. vem deste presente anno (...) ".

ANTT, *Registos Notariais de Lisboa*. Cartório nº 1. Cx. 136, livro 642, pag. 75v-76

Documento 43 (Pag. 70)

"Saibão quantos este instromento de Contrato, e Obrigação virem q. no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e sete centos, setenta e nove aos quatro dias do mez de mayo, nesta Cidade de Lisboa, no escritório de mim Tabelião, aparecerão presentes, a saber: de huma parte Francisco Nunes criado de Sua Magestade morador na Rua chamada dos Cozinheiros no Citio de Nossa Senhora da Ajuda Lemite desta Cidade; e de outra parte Alvaro Pereira Official de Pedreiro, e João Fernandes do mesmo Officio moradores no Citio da Boa Ora freguezia de Nossa Senhora da Ajuda. E Logo por elle Francisco Nunes foi dito perante mim Tabelião, e as testemunhas abaixo nomeadas, que elle tem hum chão na dita Rua dos Cozinheiros, foreiro à Fazenda Real de Sua Magestade, e se ajustara com elles Pedreiros (...) a lhe fazerem nele tres cazinhas baixas q. ocupem somente a meya frente pondo elles officiais todo o precizo de materiaes tanto pelo q. respeita ao Seu Officio, como ao de Carpinteiro à sua custa, e dando-lhe elle Senhorio por toda a obra acabada o preço certo, entre elles ajustado de cento e onze mil, e seis centos rs, com as condições seguintes= Que o

Portal da Janela e porta da Caza de fora será de cantaria, com sua porta e janela de madeira e rotolas; a caza de fora e alcova serão asoalhadas; a cozinha terrea com sua chaminé e porta para o Quintal de madeira de carvalho, seu peal de sinco palmos para potes, e seu almario; o madeiramento de castanho com seu ripado, e o telhado mouriscado, a parede de pedra e cal, e na janela dous feixos pedreiros= Que elles Pedreiros se obrigão fazer toda a dita obra por sua conta com toda a perfeição e segurança, e vencerão juros de sinco por cento ao anno da sua importancia ajustada de cento e onze mil, e seis centos rs do dia em q. a obra estiver acabada thé real entrega(...)".

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*. Cartório nº1, cx.128, livro 605, p.15v.

Documento 44 (Pag. 71)

"O Suppl.e Manoel de Oliveira, edificou hua propriedade de Cazas na Rua Nova das Portas de S.ta Catherina, com prospecto regular com q. se acha edificada a maior p.te da Rua e como se acha o Madeiram.to abatido pela ruina q. tem pertende reformalo fazendo a maçarda de pé direito a frente rasgando as janelas das Trapeiras, e metendo-lhe grades de sacada sobre a simalha Geral.

A obra que o Supp.e intenta fazer já há m.tos annos q. os edificantes a beneficio das suas propriedades fazerem as Agoas furtadas com pé direito sobre a frente rezaltiando as janellas das Trapeiras a fingir maçarda sem q. para isso se lhe determinasse nos prospectos q. se lhe dá só sim, por hum desfarse e attendendo-se a grande despeza q. fazem nas Agoas furtadas sem q. precebaõ a utilidade q. com responda a referida despeza, nestes termos me parece q. se pode conceder ao Supp.te a graça que implora porém V. Sª mandará o que for servido. Lx 4 de Agosto de 1783 = Francisco Antonio Ferreira =".

ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros. Remolares*. Maço18, nº28

Documento 45 (Pag. 78)

"Em O dia vinte e dois de Agosto deste prezente anno de mil e Sette Sentos e Setenta e Ouytto fomos os Mestres de pedreiro e Carapinteiro ambos abacho asinados e avaliadores pervativos dos predios urbanos pello Ex.mo Senado da Camara de Lisboa e Seu termo; E por Ordem do D.or Fernando da Costa Cardoso Pacheco Como Ill.mo Juiz emformante do Reqirim.to do Ex.mo D. Joze Cezar de Mineses, fomos ao Sittio da Jonqeira para em feitto de

vermos e emzaminarmos hum nobre Palacio que conta de Sua Entrada nobre em planno bacho com toudas as acomodaçoens percizas; Palheiro Cavallarices Coxheiras Cozinha Cazas Conpitentes a mesmas oficinas; Com quatro tourres e dois Jardins que gorneçem o prospetto do ditto palacio; hum a parte do puente e outro a parte do nacente. Como tambem huma nobre Irmida gornicida de tres altares que em toudas se selebra o Cacarficio da Missa e Suas tribunas toudas m.to bem gornecidas de Ornatto o mais Conpelto que se pode Ejzicutar; Com tambem outra Irmida que fica mistica a Salla vaga tam bem m.to bem acabada. Na ejzicuçaõ da mesma como tambem huma grande Caza de livarria com sua varanda que da serventia para o Segundo Corpo da ditta Caza touda gornecida de pirares de madeira de forro com seus Ornattos de pitia (?) amarello e na mesma com seu tetto gornecido de Molduras toudas douradas com hum nubilicimo painel no meyo gornecido de ornattos de pintura tudo munto bem Compelto e a porpuçaõ desta toudas as mais sallas Compitentes e o ditto palacio e Cazas perçizas de aComudaçoens e no Sentro desta palacio a parte do Norte huma porçaõ de terra com Suas Larangeiras e hum grande Lago de Peixhes e logo mais a parte do norte huma gasgatta com seu Lago na bazi e tambem mistica a esta gasgata huma Caza que Servia de Emfermaria e ao Outro Lado Cazas de acomudaçoens dos griados e a parte do Nacente huma Cavalharice e seus palheiros e tudo Bem visto e Emzaminado tanto no Emtrior do Palacio e no Estrior delle vimos q. he huma das principais Cazas q. Emziste na Corte e nos Contou andar de renda em hum Conto e quatro sentos mil reis (...). Sem embargo do seu rendimento Segundo a Sua Coalidade e ... (?) Com que se acha a avaliamos (...) na Contia de qurenta e quatro Conttos de reis (...)

ANTT, *Desembargo do Paço*. Maço 198, doc. 36.

Documento 46 (Pag. 100)

"Diz o Conde de Valladares, que tendo a sua Caza Nobre com grande Quintal, e Jardim, athé o dia primeiro de Novembro de mil settecentos cincoenta e cinco, na rua denominada do Sacramento, aonde assistia, e seus ascendentes, esta se demolio, e incendiou-se pelo memoravel Terremotto; e querendo dar principio à sua reedificação, se acha o terreno àparte do Nascente em hum precipicio por cauza do grande rebaixo, que fez na antiga calçada de Pay de Nobaes p.a uzo publico do Bairro alto p.a a Praça do Rocio, e Cid.e baixa, como se acha determinado no Plano da Cidade, datado em doze de Junho de mil settecentos cincoenta e outo, e por cauza de cujo rebaixo se fez pelas Obras Publicas a grande muralha na rua nova do Carmo p.a segurar a Igreja do Convento da mesma Invocação; e o Supp.e tendo contiguo o seu terreno à ditta muralha correndo p.a o Sul, este se acha na mesma circunstancia p.a V.a Mag.e ser servida mandar attender o prejuizo, em

que se acha, fazendo-se pelas Obras publicas a continuação da sobred.a muralha, que tanto baste p.a segurança do seu terreno"(...).

AMOP, *Ministério do Reino*, Cx. 44/46.

Documento 47 (Pag. 111)

"Em nome de D. Amen: Saybão quantos este Instrum.to de contrato e Obras, consignação (...) pagamento e Obrig.ão virem que no anno do Nascim.to de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e outenta em tres dias do mes de Junho na Cd.e de Lx.ª e principio da Bemposta pequena da p.te do Campo de Santa Anna, aonde eu Tab.ão vim ás cazas de morada do D.or Joze de Almeyda, estando elle ally prezente em nome e como pr.or dos Ill.mos e Ex.mos Ayres de Saldanha de Albuquerque Cout.o Mattos e Noronha Conde da Ega do Concelho de S. Mag.de F.a e juntam.te da Ill.ma e Ex.ma Condeça da Ega, Sua May e Tutora(...) e bem assim estava prezente o Arquiteto Joze Manoel de Carvalho Negreiros morador na Rua do carvalho, Freg.a de N. S. das Merces: E da outra o estava João da Costa M.e Pedr.o m.or no Pateo da Opera na Rua da Roza e Joaq.m dos Santos M.e Carpint.o m.or na Villa de Almada: E outro sim Lourenço da Crus M.e Cant.o m.or ás Olarias: E logo por elles p.tes no snomes que reprezentão foy d.o perante mim Tab.ão (...) que S.S. Ex.mas se ajustarão e convencionarão com elles sobred.os M.es Pedr.o, Carpint.o e Cant.o p.a o fim de reedeficarem e completarem o seu Palacio da Junq.ra na forma da Planta, e direcção do Arquiteto Joze M.el de Carv. Negreiros, á medição e pelos preços declarados no Mapa por elles Mestres asignado o qual neste auto me foy aprezentado por elle sobred.to Arquiteto, cujo teor he o seguinte: Preços da Obra de pedr.o = Por cada braça de frontal de alvenaria cheyo com tejolo, mil e outo centos rs. = Dita com tejolo e alguma pedra, mil e quatro centos reis = Por cada braça de telhado com telha nova amouriscado, mil setecentos e cincoenta reis = Por cada braça de fasquiado em prumo, quatro centos e outenta reis = Dita em tetos p.a estuque mil e duzentos rs. = Nas semalhas se não da preço por ser precizo ver o molde cujas se medirão no fim p.a se avaliarem por seu justo preço; como tão bem todas aquellas addiçoens q. não tem preço neste Mapa = Por cada braça de abobeda dobrada, quatro mil e outo centos reis = E sendo singela dous mil, e quatro centos reis = Por cada braça de reformação (?) groça, outo centos reis = Dita delgada, seis centos reis = Por cada braça de canos dobrados, com sua bordadura mil e outo centos reis = Pela braça de pano de tejollo mil e nove centos reis = Dito rosado (?) dous mil e quatro centos reis = Preços da Obra de Carpint.o = Por cada carro de viga de Flandres groça, quatro mil e outenta reis = (...) Por cada carro dita serrada ao meyo, dous mil e trinta reis =

Por cada carro dita serrada a quatro, mil e sessenta reis = Por cada carro ditta serrada a seis, setecentos reis = Por cada carro dita serrada a outo, quinhentos e concoenta reis = Por cada carro dita serrada a nove, quatro centos e cincoenta reis = Por cada carro de castanho groço, outo centos reis = Por cada carro dita delgada quinhentos reis = Por huma duzia de guarda pó de Flandres tosco xanfrado, mil seiscentos e outenta reis = Por cada duzia de ripa de Flandres, mil cento e sessenta reis = Solho á banda limpo, aberto a duzia, quatro mil e setecentos reis = Forro de Flandres debroado a duzia, dous mil e duzentos reis = Taboado ao meyo de Flandres em guarnições e alizares a duzia tres mil e cem reis = Taboado groço de Flandres tosco em tapumes e mias p.tes da Obras a duzia quatro mil e duzentos reis = Fasquiado de Arcos a braça, mil e outo centos reis = Degraos de escada com focinho de colerete de taboado dobrado de Flandres a vara, a seis centos e vinte reis; E sendo de taboado a banda ordinario, quatro centos reis = E toda a mais Obra de portas, Janellas, almarios, e vidraças etc. como senão sabe os seus tamanhos e feitios, serão avaliadas á proporção dos mais preços = (...) Preços da Obra de Canteiro. O palmo cubico de pedra liós de lavoura liza de escoda a trezentos e vinte reis = E sendo de pedra bastarda de meya lavoura de escoda liza, a duzentos e vinte reis = E levando moldura, e ornato será avaliado á proporção em qualq.er p.te q. for precizo = O palmo de pedra moar de escoda o palmo cubico a cento e sessenta reis = O palmo cubico de pedra moar de lavoura de picolla em pes direitos e arcos e sobre arcos e em qualq.er parte, que for pecizo a cento e quarenta reis = e a vara linial de degrao de colarete, e filete de pedra liós cada vara, a mil e outo centos reis: sendo de pedra bastarda a vara a mil e quinhentos reis = e a vara de semalha linial será avaliada conforme o seu feitio e procura = e a vara de enxelharia Leós de escoda, a mil e quinhentos reis: E sendo de pedra bastarda Lavoura de escoda a mil e duzentos reis; E sendo de pedra moar de lavoura de picolla, outo centos e cincoenta reis; E sendo toda esta Enxelharia de groçura ordinaria, que he de hum palmo, e tendo mayor groçura será avaliada á sua proporção= A vara de lajedo ordinario, trezentos e outenta reis; e sendo claro, a vara a quinhentos reis, isto he lavrado de picolla; E sendo lavrado de escoda, outo centos reis = Por cada boraco de parafuzo a cincoenta reis = Ditos de caxilho de vidraças a quarenta reis = Por cada unha de gatto a des reis = (...)

Em coroboração do q. dicerão elles M.es acima nomeados q. por esta escriptura na melhor forma de Dir.to se obrigão a fazer a Obra na forma acima declarada pelos ditos preços e debaxo das mais condiçoens seguintes = 1º elles p.tes nos nomes q. reprezentão outorgão na Obra que se acha deleniada pelo d.o Arquiteto Joze M.el de Carvalho Neg.os p.a se fazer no Palacio da Junq.ra: a saber que esta Obra se fará debaxo da Inspecção do ditto Arquiteto pelos preços ajustados com os d.os M.es (...) 2º que esta obra será medida pelo Mesmo Arquiteto na forma do costume (...) 3ª Que os d.os M.es se obrigão a desmanchar e fazer outra ves de novo tudo o q. o Arquiteto achar mal feito e fabricado (:::) 4ª Que medida a Obra em todo ou em parte se rebaterá da importancia total dous por cento 5º Que os sobred.os (...) Senhores serão Obrigados a apresentarem em cada anno a quantia de hum conto e seis mil reis, pagos aos

quarteis adiantados de tres em tres mezes (...); e que assim mais querendo S.S. Ex.mas concorrer, com quaesquer aviam.tos precizoz nesta Obra; serão os M.es obrigados a aceitallos pelo seu racionavel preço abatendo na consignação de cada anno a quantia de quatro centos mil reis (...) 10ª Que todos os demanchos que se fizerem nesta Obra serão por conta dos donos feitos pela Inspecção dos d.os M.es, e os materiaes q. se acharem capazes de se empregar, os receberão os d.os M.es na forma da condição quinta e abatendo (...) na sua importancia, que será avaliada pelo sobred.o Arquiteto, a despeza dos jornaes dos off.ais empregados nos d.os desmanchos 11ª Que os ditos M.es sem embargo de haver celebrado esta escriptura não darão principio a esta Obra sem Consentim.to dos donos dela, ainda q. para isso tenhão os materiaes preparados; pois só poderá dar-se principio a d.ta Obra, q.do receberem o prim.o quartel da consignação destinada o que a Ex.ma Condeça e seu f.o fará q.do poderem e mais conveniente lhe for, sem q. possam ser constrangidos e obrigados a fazer ou principiar a m.ma obra (...)".

ANTT, *Registos notariais de Lisboa*. Cartório 7B, Livro 105-108, pag. 43v-45v.

Documento 48 (Pag. 112)

"Em nome de Deos amen. Saibão quantos este instromento de Contrato de Obras, obrigação, e concignação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, e setecentos, setenta e outo aos vinte e seis dias do mez de Outubro, nesta cidade de Lisboa, na Rua direita do Arcenal Real da Marinha, e escritorio de mim Tabelião, aparecerão prezentes, a saber: de huma parte António Jozé Delgado, morador nesta Cidade no Largo da Anunciada, em nome, e como Procurador do Illmº e Ex.mo S.r Marquez do Louriçal, D. Francisco Xavier de Menezes, do Concelho de Sua Magestade Fidelissima, Thenente General de Seus Exercitos, e Governador da Torre de São Julião da Barra; e Seu Irmão, e Immediato Successor o Illmº e Ex.mo S.r D. Henrique de Menezes e Toledo, pelos Alvarás de Procuração que reconheço(...); e de outra parte João da Costa Mestre pedreiro, morador nesta Cidade no Patio do Ex.mo Conde de Soure; e Joaquim dos Santos, Mestre Carpinteiro ao prezente morador na Villa de Almada. E Logo por elles partes nos nomes que representão foy dito perante mim Tabelião (...) estarem contratados em elles Mestres haverem de fazer a Obra do Palacio do dito Illmº e Ex.mo S.r Marquez do Louriçal, no dito Citio da Anunciada, na forma do Risco feito e assinado pelo Architecto Jozé Manoel de Carvalho Negreiros, medidor da Caza das Obras dos Reaes Passos de Sua Magestade, á medição, pondo elles Mestres por Sua Conta todos os materiaes, e satisfazendo todos os jornais, por preços certos e ajustado entre elles partes na forma seguinte, a saber: Por cada braça de parede de pedra e cal, robocada e guarnecida por onde for precizo, quatro mil, quatro centos, e sincoenta rs = Por cada braça de frontal de alvenaria, mil, e seiscentos rs = Por cada braça de pano de tijolo, mil, outo centos e

sincoenta rs = Por cada braça de fasquiado guarnecido quatro centos e outenta rs = Por cada braça de formação grossa, seis centos, e sincoenta rs; e sendo ordinaria quinhentos e sincoenta rs = Por cada braça de Abobeda quatro mil, quatrocentos, e sincoenta rs; e sendo singela dous mil, setecentos e sincoenta rs = Por cada braça de simalha de tijolo na frontaria quatro mil rs = Por cada braça de tilhado moriscado, mil, e setecentos, e sincoenta rs = Por cada braça de tilhado de canudo, mil, e novecentos rs = Pedrarias = Por cada palmo de pedraria bastarda lavrada de escoda sendo palmo por palmo, cento e secenta rs = Por cada palmo de Pedraria muar lavrada de escoda sendo palmo por palmo, cento e quarenta rs = Por cada palmo cubico de pedraria bastarda e lustrada de sera em alizares, trezentos rs = Por cada vara de simalha na frontaria de pedraria bastarda de escoda, nove mil, quinhentos, e sincoenta rs = Por cada Portal de entrada de frontaria principal com verga de volta na forma do risco, trinta e nove mil rs = Por cada Janela sobre os ditos na forma do risco, vinte e trez mil reis = Por cada palmo de pedraria muar, lavrada de picola, cento, e trinta rs; e sendo tosca, outenta rs= Por cada vara de Lagedo Lavrado degasto, quatrocentos, e outenta rs = Por cada carro de viga serrado em quatro, nove centos, e sincoenta rs; Por cada carro dito serrado em seis, setecentos rs = e sendo em nove quatrocentos, e outenta rs = Por cada carro de madeira de castanho groça, outocentos rs e sendo delgada quinhentos, e sincoenta rs = Por cada carro de madeira da terra ordinaria, trezentos, e quarenta rs = Por cada duzia de ripa de Flandres, outo centos, e outenta rs, e sendo da terra, trezentos, e noventa rs = Por cada duzia de guarda pó tosco chanforado, mil, quinhentos, e sincoenta rs = Por cada duzia de solho ordinario de folha abanda, quatro mil, e setecentos rs = Por cada vara de degrao ordinario, trezentos e secenta rs = Por cada duzia de forro debroado, dous mil rs = Por cada duzia de taboado tosco em tapumes para fasquiado e sintas de madeiramento, trez mil, duzentos, e sincoenta rs = Por cada braça de fasquiado de arcos, mil, duzentos, e sincoenta rs = Por cada carro de frixal de carvalho ordinario, seis centos, e sincoenta rs = Por cada porta de duas meyas das divizões das cazas principais com suas bandeiras de caixilhos, outo mil, e quinhentos rs = Por se não saber a qualidade da madeira de que se andem fazer as portas principais, e as Janelas da frente se não faz menção dos seus preços, mas serão avaliados pelo dito Architecto na forma do estilo, o que tão bem se particará em tudo o mais q. se achar feito, ao tempo da medição, e aqui não se achar preço estipulado.E outorgão esta escritura com as mais condições seguintes = Que elles Mestres João da Costa e Joaquim dos Santos, serão obrigados a fazer toda a sobredita obra com boa segurança, e a mayor perfeição da Arte dos seus Officios de Pedreiro e Carpinteiro, e a darão inteiramente acabada dentro de dous annos primeiros seguintes, contados de hoje em diante, e poderão aproveitar nela os generos, e materiais q. forem bons e capazes, e aprovados pelo Architecto, o qual assistirá à mesma obra para ver, e examinar se vay construhida conforme o Risco, e com a segurança, e perfeição devidas; e achando alguma couza imperfeita, ou mal construhida, a desmancharão, e tornarão a fazer de novo elles Mestres â sua propria custa e despeza para ficar como he devido = Que elles Mestres receberão todos os generos q. se

acharem nos desmanchos de qual quer qualidade q. sejão pela avaliação q. fizer o dito Architecto, e discontando-se do importe deles, a despeza q. tiverem feito com os mesmos desmanchos, tudo o mais se reputará como dinheiro de contado, para haver de se lhe discontar na impoirtancia da Obra = (...) Que em razão de Sua Exª estar para cobrar na Junta do Comercio por hum Real Decreto a quantia de vinte mil cruzados, desde já os aplica e concigna ao pagamento da importancia da dita Obra, e se obriga a entregalos a elles Mestres, da mesma sorte que os for recebendo da dita Junta e para satisfação de toda a mais importancia da mesma Obra conforme constar das Certidões da Sua medição q. serão passadas pelo dito Architecto José Manoel de Carvalho Negreiros, e dos Juros do Capital que os chegar a vencer na forma sobredita, obriga, Ipotheca, e concigna Sua Exª, com outorga, e consentimento do dito Seu Irmão, e Immediato Successor, alem das mesmas obras e bemfeitorias, os rendimentos do Palacio, e Suas pertenças, do Citio de Palhavãa, e na falta deles, outros quais quer da Sua Casa que mais prontos, e bem parados ouver em concorrente quantia (...)".

ANTT, *Arquivos Notariais de Lisboa*. Cartório nº1, Cx. 128, Livro 603, pag.28v-29v.

Documento 49 (Pag. 112)

"Em nome de deos Amen. Saibão quantos este instromento de Aforamento emfatiota e Obrigação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesuz Christo de mil setecentos outenta e dous aos quatorze dias do mez de Outubro nesta Cidade de Lisboa, na Rua direita do Arcenal Real da Marinha, e escritorio de mim Tabelião, aparecerão prezentes a saber: de huma parte Manuel Joaquim de Souza Cavaleiro profeço na ordem de Christo, Escrivão Proprietario do Juizo da Ouvedoria da Alfandega morador ao Paraizo, em nome e como Procurador do Ill.mo e Ex.mo S.r Marquez do Louriçal Dom Henrique de Menezes do Concelho de Sua Magestade Fidelissima, e seu Embaixador na Corte de Madrid, por hum instromento de Procuração que me aprezentou (...); e de outra parte José Francisco de Almeida Tirador de fio de ouro, oer sy e em nome e como Procurador de sua mulher Eugenia Vitoria Mª Roza moradores na Rua do Passeyo publico, freguezia de S. Jozé (...). E logo por elle Manoel Joaquim de Souza foi dito perante mim Tabelião (...) que o dito Ill.o e Ex.mo S.r Marquez de Louriçal hé Senhor, e possuidor de hum chão cito no Largo da Anunciada que em algum tempo foi Jardim do Palacio que naquelle mesmo citio tinha pertencente ao vinculo da Sua Caza; o qual parte do Nascente com Rua publica do mesmo Largo, do Poente com cazas do Ill.mo e R.mo Monsenhor Pedro Jaques de Menezes, do Norte com a Igreja nova de São José que prezentemente se anda edeficando, e do Sul com a dita Rua do Passeyo publico, e tem de frente pela parte do Nascente cento e sincoenta e sete palmos e meyo, e pela parte do Poente cento e

quarenta e sete palmos e tres quartos; e de fundo, para a parte do Norte tem sincoenta e trez palmos e tres quartos; e de fundo, para a parte do Norte tem sincoenta e trez palmos e trez quartos; e para a parte do Sul sincoenta e oito palmos, (...) cuja medição e confrontaçoens milhor, e mais largamente constão do risco e planta da Inspecção da Corte em que se lhe adjudicou o dito chão na forma asima referida. E que por esta escritura na milhor forma de Direito, disse elle dito Manoel Joaquim de Souza em nome do dito Ill.mo e Ex.mo S.r Marquez do Louriçal seu Constituinte, afora e dá de aforamento Fatiozim perpetuo o dito chão acima declarado, e confrontado aos ditos Jozé Francisco de Almeida e Sua mulher, para elles seus herdeiros e successores, por foro e penção em cada hum anno de dezoito mil e nove centos reis que vem a ser a cento e vinte reis por cada palmo de frente medida pela parte do Nascente (...)Que ele Foreiro fará no dito chão cazas dentro de hum anno primeiro seguinte e assim elle como seus successores as conservarão sempre levantadas e reparadas (...)."

ANTT, *Cartórios Notariais de Lisboa*. Cartório nº 1 , livro 657, p. 17-18.

Documento 50 (Pag. 154)

Pareceres dos Arquitectos Francisco Fabri e José da Costa e Silva sobre o primeiro Projecto do Real Palácio de Nossa Senhora da Ajuda que se tinha principiado executar o Arquitecto Manoel Caetano.

Ill.mo S. mo Senhor

No dia 30 do mez passado me entregou Joaquim de Oliveira os riscos do Palacio da Ajuda afim de eu executar as Ordens, que me foraõ intimadas pelo Real Decreto de S.A.R. Há porem huma duvida / e este he o motivo porque remeto a V. Exª as plantas/ de se naõ poder examinar as mesmas plantas com acerto, sem terem o nome das acomodaçoens para que saõ destinadas, e he impossivel fazer-se hum raciocinio exacto sobre as ditas Plantas, sem a claresa necessaria: pelo que fico admirado de como os meus collegas podessem satisfazer e proceder ao exame das mesmas Plantas sem esta importante claresa e sem a qual eu naõ posso cumprir exactamente a Ordem, que se me intimou.

Por tanto naõ podendo eu interpretar os segredos de Manoel Caetano respectivos às ditas Plantas: rogo a V. Exª queira dar as Providencias necessarias a este respeito, para eu naõ ter obstaculo em cumprir as Ordens do Real Serviço. Deus G.de a V. Exª m. a. Casa em 2 de janeiro de 1802 = Francisco X.r Fabri".

"A obra do Real Palacio da Ajuda necessita de ser riscada outra vez, porque naõ está em termos de se executar conforme se acha delineada, sendo as Frontarias de huma Arquitectura intrincada, que parece ser Obra de Entalhador, e naõ de Arquitecto, faltando-lhe aquelle caracter serio, e magestoso, que pede a sumptuosidade do Edificio. O interior, que se revela de hum sò Escapado, mal arranjado, mostra estar inteiramente despido de toda a decoraçaõ, e magnificencia respectiva às Entradas, aos Pateos, às Escadas &c.Portanto eu me atrevo a riscar de novo todas as Plantas, Frontarias, Escapados, e mostrar sobre aquelles mesmos principios, que se achaõ executados, hum novo Palacio, visto por todos os lados, como se fosse hum Modêlo, a fim de se tirarem todas as duvidas, e ser mais prompta a sua execuçaõ; porem he necessario, que S.A.R. me conceda tres mezes de tempo para eu poder apromptar os ditos Papeis, aos quaes unirei huma ampla descripçaõ de toda a Obra, para serem patentes, e intelligeis a todos os meus Planos; como tambem hum Calculo do custo da Obra para aproximaçaõ, e hum Palno Economico para a sua construçaõ, como me ordena o Real Decreto. Entretanto pode-se hir cuidando nos grandes preparos dos materiaes, sobre cujo assumpto se me offerece cômunicar a V. Exª varios apontamentos respectivos à execuçaõ do Real palacio. Deos G.de a V. Exª m.a. Casa em 2 de Janeiro de 1802 = Francisco X.r Fabri =".

Senhor

"Rendendo a devida obediencia as Soberanas Ordens de Vossa Altesa Real passo a dar o meu parecer sobre os desenhos feitos para a construcçaõ do novo Real Palacio, que já vejo principiado. Em materia de edificios tres principalmente saõ as cousas que se devem ter sempre em consideraçaõ, e todas tres importantes, e saõ bellesa, cômodidade, e fortalesa ou solidez. Esta tres cousas, que saõ como os requisitos, e circunstancias de huma Obra, devem porem ser proporcionadas à qualidade da mesma Obra, sendo certo que há Obras, em as quaes he mais importante o cômodo do que a bellesa; e outras que sobre tudo pedem, e requerem huma grande firmesa, e huma solidez de toda a conta.

Mas o edificio de que agora se trata, sendo hum Palacio Real, he sem duvida que nelle se haõ de achar os tres requisitos pouco antes mencionados, inseparavelmente unidos, e com toda a possivel perfeiçaõ.

A Fronteria de hum edificio qualquer, importante porem e consideravel que seja, logo que a vemos e a contemplamos, à primeira vista nos dá a conhecer a grandesa, a sumptuosidade, e a magnificencia do edificio inteiro. A disposiçaõ, a grandesa, digo a disposiçaõ, a distribuiçaõ, e a proporçaõ das partes della, sendo conformes às boas regras da Arquitectura, fallaõ logo a favor do Arquitecto. Pelo contrario à proporçaõ da falta de observancia das mesmas regras, o Author della naõ pode deixar de cahir em descredito, mostrando-se ou imperito, ou negligente. Em huma palavra a Fronteria considerada que seja com toda a diligencia, ordinariamente subministra modo, e fundamento quasi certo, para

julgarmos das qualidades, e disposições internas de todas as partes do mesmo edificio, e da grandesa das Personagens, que nella habitaõ, de maneira que a Fronteria de hum edificio vem a ser quasi a mesma cousa, que o semblante ou rosto a respeito do homem.

Mas dando já principio á exposiçaõ do meu parecer sobre as ideas, que me presentaõ estes desenhos, entro a considerar em primeiro Lugar a Fronteria, que fica para a parte de Lisboa pois nella he que se acha o principal ingresso do Palacio. Tem esta Fronteria, por quanto se pode julgar pelos desenhos, 594 palmos de comprimento. Fica dividida em differentes corpos, o que he bem pensado, pois que nas Fronterias de grande extençaõ isto he absolutamente necessario para se evitar a continuada monotonia, e ao mesmo tempo dar huma especie de movimento ao edificio.

Como quem deseja ver bem a Fronteria de hum edificio ordinariamente poem-se naquella situaçaõ que fique defronte, e em direitura do meio della, assim eu principiarei o meu exame considerando o Corpo do meio; e fallando primeiramente da parte inferior a vejo repartida em cinco intercolumnios de ordem dorica, sendo o do meio mais Largo, como deve ser, para assim dar maior desafogo à entrada principal: Porem acho, que esta Largura differe muito das outras, e tanto que excede quasi o dobro a cada huma dellas, de maneira que desta mal entendida disposiçaõ segue-se, que as duas portas Lateraes menores ficaõ sendo excessivamente estreitas à proporçaõ da altura que tem. Os ornamentos depois, que observo nesta parte do edificio, saõ sem duvida alguma contra todo o bom gosto da purgada Arquitectura.

Passando aos dous corpos extremos, sobre os quaes assentaõ os torreaõs, não posso Louvar o methodo, de que o Arquitecto se tem servido na distinçaõ desta parte do edificio, porque as tantas pilastrinhas e contra-pilastrinhas alem de serem contra o bom gosto, fazem nascer huma idea de fraquesa em corpos, que devem servir de base a taõ desproposita da mole, que sobre elles se levanta. Sobretudo saõ totalmente incompativeis com os preceitos da boa Arquitectura os tantos resaltos da cimalha: cousa plenamente condemnada por todos os bons Autores, que tenho visto. Porem toda esta parte do edificio, de que tenho fallado, está já construida; e quando se lhe quisesse dar remedio, seria cousa summamente difficultosa.

Mas consideremos já a parte de cima desta Fronteria, que pertence ao plano superior, ou plano nobre: No corpo do meio a mesma irregularidade dos intercolumnios, que apontei a respeito do plano inferior, aqui se faz mais visivel, porque se vê quanto os mociços de parede, que acompanhaõ a janella do meio, excedem aos outros das janellas lateraes. Alem disto os capiteis das Columnas, que ornaõ este corpo, ainda que naõ sinceros, e Legitimos, parecem indicar a ordem composita. Mas hum salto do dorico ao Composito, deixando fora as ordens intermedias, he um salto, que naõ será approvado por nenhum bom author de Arquitectura. Tambem naõ julgo bem feito, que as cinco janellas deste corpo tenham a luz mais alta do que as outras dos corpos Lateraes devendo em hum edificio bem ordenado todas as linhas

horisontaes, e respectivas à mesma parte do edificio, correr ao mesmo nivel, e naõ humas abaixo e outras acima, cousa muito irregular, e que causa huma grande confusaõ à vista.

Quanto aos ornamentos, que decoraõ as janellas, estou certo que naõ seraõ approvados pelos Arquitectos de bom gosto; e o mesmo digo de todos os mais desta Fronteria, e julgo que deste parecer seraõ todas aquellas pessoas, que tiverem alguma intelligencia da boa, e verdadeira Arquitectura.

Naõ posso deixar de advertir q. sendo as columnas, que ornam esta parte do edificio, destacadas da parede, como mostra a planta; por pouco que alguem ponha-se a reflectir, poderá Logo ver, que o effeito que nasce desta disposiçaõ, naõ pode ser bom, e agradavel; porque sendo duas ordens, huma sobre outra, e sendo a Cimalha recurvada a cada huma das columnas, quem olhar para ellas, julgará de ver como tantas varas muito compridas, e lhe virá na cabeça a idea de huma grande fraquesa debaixo do peso enorme da grande empena. Se o edificio foi ideado com destino de ser com terraços, não devia levar empena. Nos corpos da ordem nobre, que ficaõ entre o corpo do meio, e os torreoens, torno a repetir que os ornatos das janellas naõ seraõ approvados pelos Professores da boa Arquitectura. Se fazem reparaveis os oculos, que nesta parte do edificio estaõ por cima das janellas, porque alem de naõ fazerem boa armonia com o resto do edificio, indicaõ habitaçaõ sobre os quartos das Pessoas Reaes, cousa muito indecente, e contraria aos preceitos dos bons Arquitectos; Já a respeito do Plano inferior notei, que as tantas repartições em partes mesquinhas naõ saõ da boa Arquitectura. O mesmo defeito reina tambem a respeito da Fronteria do Plano nobre. Pelo que para naõ fazer huma escritura excessivamente comprida passarei a fallar das partes dos torreoens que se levantaõ por cima dos terraços.

Estas partes, da cimalha para cima, ellevaõ-se ao alto 116 palmos, altura que me parece muito excedente em resaõ e respeito às grossuras das paredes, que as sustentaõ. He cousa digna de observaçaõ a disposiçaõ dos torreões, cahindo os grossos das paredes angulares sobre o vasio das janellas, que ficaõ debaixo, o que offende a vista a respeito da solidez, que deve ser patente e manifesta em todas as partes do edificio. Do mesmo modo offende a mesma solidez,que as columnas, e pilastras, que ornam este corpo, mostrem de se assentarem sobre represas, cousa que certamente, he condemnavel pelos bons Authores. Naõ basta q. hum edificio bem regolado seja realmente solido, he preciso tambem, que tal se deixe ver, e appareça aos olhos dos que o estaõ contemplando.

Mas já he tempo, que passemos a considerar a Fronteria da parte do rio. Esta tem de comprimento 1 146 palmos, e aqui o edificio tem tres planos a causa da differente altura do terreno; e fica repartido em varios corpos, na consideraçaõ dos quaes seguirei o mesmo methodo, que tenho seguido tratando da primeira Fronteria, e principiarei pelo corpo do meio. He a primeira ordem deste plano terreo hum rustico que tem a altura da rampa feita para do jardim poder subir ao plano do Palcio. A porta que esta no meio deste rustico, se fosse alguma cousa mais estreita, daria commodo a poder-se fazer a sua volta em semicirculo, e deste modo

ficar mais engraçada. O resto do edificio neste embasamento he todo decorado com pilastras rusticas, e com nichos entre as mesmas pilastras, o que causa alguma monotonia. Os nichos segundo as regras prescriptas pelos bons Autores naõ estaõ na sua justa, e devida proporçaõ, porque deveriaõ ter em altura duas vezes e meia a sua Largura. E no nicho grande, que fica no corpo de hum e outro torreaõ, há um ornato, que corta as pilastras rusticas, o que naõ he bem feito.

Passando ao segundo plano desta Fronteria, no corpo do meio ha cinco arcos com columnas e meias pilastras, e achaõ-se estas columnas como innochadas e encapotadas, ainda que tenha sido alguma vez posto em uso por algums Arquitectos, com tudo os Porfessores de juizo, e bom sentido abertamente o reprovaõ.

Como os corpos Lateraes, que ficaõ de huma parte, e outra do Corpo do meio, e que na altura correspondem á primeira ordem da Fronteria, que olha para Lisboa, quanto aos defeitos saõ como semelhantes aos outros, dos quaes já tenho fallado, naõ tornarei a repetir o que já com a necessaria claresa tenho dito.Devo com tudo isto advertir, que havendo nesta parte huma maior extensaõ,pensou bem o Arquitecto a introduzir-lhe, e interpor-lhe outros dous corpos, ao fim de romper a frequente repetiçaõ da mesma cousa. Confesso porem a verdade, que naõ posso uniformar-me, e convir no modo, com que elle os ornou.

No corpo do meio da ordem nobre o que já notei nas columnas debaixo, acha-se tambem nestas de cima. Mas aqui temos ainda alguma cousa de mais, e he que estas columnas estaõ unidas a tres e tres, cousa segundo o meu parecer naõ pode causar bom effeito á vista.Sobre a cimalha destas columnas ha huma especie de Attico. Naõ convenho a respeito dos seus ornamentos, e singularmente a respeito da cimalha de voltas. As cimalhas devem perpetuamente conservar a linha horisontal. Por çima deste attico ha uma empena. Se fallando da outra Fronteria eu disse, que a empena naõ convinha; aqui digo que pode estar, porq. como o Attico se Levanta por cima dos terraços, pode esta parte do edificio ser cuberta com tecto, mas naõ deve a empena ser rota no meio, porque assim indica um tecto roto.

Pelo que pertence aos torreões como já fica declarado o meu parecer na exposiçaõ que fiz da primeira Fronteria, aqui seria cousa inutil o repetir-se o que está sufficientemente dito.

Como pelo que me foi imposto, e ordenado, tenho a obrigaçaõ de dizer com toda a verdade o que penso a respeito destes desenhos, taõ relativos a hum negocio de taõ grande importancia, qual he a construcçaõ e fabrica de hum Palacio Regio; parece-me que eu faltaria a esta obrigaçaõ, se deixasse de dizer e advertir que naõ saõ os muitos ornatos os que fazem bello hum edificio; mas sim as boas e justas proporções, e as bem pensadas distribuições de todas as suas partes. Hum edificio grande deve ter todas as partes grandes; poucas mas bem profiladas divisões. Isto he o que faz parecer o edificio magestoso, e nobre, grandioso, e magnifico. Pelo contrario quando o edificio he construido com muitas divisões, e subdivisões, e como quase todo reduzido a partes meudas; por grande, e vasto que elle seja, sempre parecerá

mesquinho, e miseravel. Mas sobre tudo note-se que a profusaõ principalmente de ornamentos augmenta notavelmente a despesa, sem nada contribuir para a belleza.

Consideradas, e examinadas as duas Fronterias, resta-nos agora o exame das plantas. Venha pois em primeiro Lugar a planta terrea. He certo que havendo-se de fallar das comodidades de hum edificio, o conhecimento destas principalmente forma-se da attenta e diligente inspecçaõ e explicaçaõ distinta, e individuada à cerca dos usos, que devem ter as differentes partes, das quaes o edificio he composto, naõ he possivel que eu possa dar huma exacta relaçaõ de tudo. Poderei sim dizer alguma cousa, e dar o meu parecer sobre algumas partes principaes, que por si mesmas se daõ a conhecer sem mais alguma declaraçaõ.

Depois de se ter observado a Fronteria de qualquer edificio, Logo se passa ao ingresso; e como neste Palacio podemos dizer, que o ingresso principal he o que fica para a parte de Lisboa, deste he que darei principio, para expor as minhas novas observações. Já quando fallei desta Fronteria, disse que era bem pensado, que houvesse tres portas na entrada, mas que naõ agradava a disposiçaõ das columnas. Agora maiormente digo, que a disposiçaõ obliquo das duas do meio com a parede naõ pode merecer approvaçaõ alguma.

O vestibulo he a primeira parte do edificio que se vê; Logo que se entra para dentro. He parecer cõmum de todos os milhores Authores, que o vestibulo seja sempre decorado com arquitectura proporcionada àquella, que orna a Fronteria. Este porem me parece muito simples, quando na Fronteria se vê tanta profusaõ de ornatos. Tambem me parece, que sendo este vestibulo repartido em tres vãos, veriamos hum milhor effeito, se o vaõ do meio fosse mais amplo e espaçoso do que cada hum dos outros dous. Depois me agradaria mais, se a abertura do meio que fica para a banda do pateo, fosse da mesma Largura das outras, que ficaõ para a banda da Fronteria.

Passemos aos pateos, ou como chamam os Italianos cortili. Tem este grande Palacio tres pateos. Os dois primeiros se cômunicaõ com passagem, que se vê marcada na planta. Julgo, que se deviaõ cômunicar todos os tres, porque deste modo quem entra faria logo à primeira vista huma bem clara idea da grandesa e vastidaõ do edificio. Alem dos tres grandes pateos, ha mais neste Palacio vinte e nove pateozinhos pequenos, que parecem feitos com a idea de dar luzes a differentes quartos, e accomudações deste edificio. Naõ posso deixar de lembrar, que pela grande altura das paredes, que cingem e encerraõ estes pequenos pateos, nunca o sol poderá dar tanta luz, quanta a ordinariamente se dezeja, principalmente a respeito dos quartos mais baixos, e casas terreas; e que o ar por causa da pouca ventilaçaõ, que difficilmente nos Lugares estreitos e angustos se move e sente, se faz pouco saudavel, para naõ dizer nocivo e pernicioso. E aqui pois temos fallado em sol, e luzes, de passagem advirto que da inspecçaõ desta planta facilmente se vê, que outras e outras partes deste grande Palacio ficaõ privadas do beneficio da clara Luz do dia.

Em hum edificio, que deve admittir grande concurso de gente, e tal certamente hum Palacio Regio, he muito bem pensada a construcçaõ de duas escadas principaes, porque assim

se dá maior desafogo à multidaõ das pessoas, que entraõ e sahem. Mas he cômum parecer dos mais acreditados Arquitectos que as mesmas escadas em hum bem ordenado edificio se façaõ de tal sorte patentes, que as pessoas que entraõ as possaõ ver logo, e sem difficuldade alguma.Ora as escadas deste edificio estaõ collocadas de maneira, que para se acharem he preciso atravessar todo o primeiro pateo.

Alem destas escadas ha outras q. podem-se tambem contemplar como principaes, e saõ aquellas que daõ serventia para a rampa da parte da calçada da Ajuda. Este complexo de rampa, entrada, e escadaria, em huma palavra este todo faz nascer huma idea de grandesa e magnificencia. Contudo isto seja-me permittido o dizer, que para se conseguir o seu verdadeiro effeito, seria preciso que tudo fosse decorado com muito maior decencia.

Em hum Palacio singularmente Regio saõ tambem necessarias outras varias escadas menores, que sirvaõ de cômoda serventia para os quartos das differentes Personagens que nelle habitaõ. Ora esta planta indica sim algumas outras escadas mas taes porem que a meu parecer naõ saõ de facil e cômoda cômunicaçaõ.

Quanto aos aqueductos e despejo das aguas dos pateos, e das officinas deste edificio, ainda que nada desta planta se pode tirar acerca delles, eu fico certo, que o Arquitecto terá a tudo pensado com o maior cuidado e diligencia.

Passo agora a considerar a planta do plano Superior, que he aquelle em que devem habitar as Pessoas Reaes. As cousas mais essenciaes, que neste plano nobre se devem diligentemente ponderar, saõ as particulares accomodações de cada huma das mesmas Pessoas Reaes, as Camaras, ou salas de estado, as Gallerias de paineis, e Estatuas, as Livrarias, e outros sitios que mostrem a grandesa, e magnificencia do Soberano. Ora como tambem desta planta naõ há explicaçaõ alguma dos differentes usos, que devem ter os quartos nella delineados, eu naõ posso dizer delles cousa alguma de certo, e assim dar huma precisa relaçaõ. Persuado-me porem, que o Arquitecto como pratico dos usos da Corte, terá inteiramente satisfeito a todos os requisitos neccessarios.

Naõ posso deixar de advertir, q. neste plano o sitio para onde vaõ dar as escadas principaes, ha de ter como me parece pouca Luz, e que a primeira sala naõ a poderá ter senaõ do tecto. Melhor depois seria, que as escadas, que da entrada da rampa sobem ao plano nobre, fossem em metter em lugar mais espaçoso. Pelo que respeita às serventias para os jardins, parece-me que estaõ bem determinadas.

Da solidez deste grande edificio me parece de poder dizer, que as paredes saõ de huma grossura sufficiente. Somente me fica alguma duvida a respeito dos quatro torreões, porque estes quatro corpos tem do chaõ ate à sua ultima e mais alta extremidade mais de duzentos palmos; e duvido muito que as paredes possaõ com taõ grande peso.

Tambem se faz digno de consideraçaõ na divisaõ da planta supeior, acharem-se algumas paredes assentadas sobre as abobadas do plano inferior; o que he certamente contra a

segurança, e contra aquella boa, e celebre regra de perfeita Arquitectura, que manda, e quer, que em hum Edificio qualq. que elle seja, nada e nada assente sobre o falso.

Finalmente do Corte, que vejo feito pelo comprimento deste Edificio, se deixaõ ver o interior do vestibulo, as frentes dos pateos, e a entrada das escadas. Eu acho, que todas estas partes saõ ornadas com muito singelesa. Mas se havemos de estar aos preceitos dos bons Authores, estas mesmas partes deveriaõ ser decoradas à proporçaõ dos ornamentos das Fronterias.

Tenho exposto os meus sentimentos sobre estes desenhos segundo o meu fraco entendimento, mas porem com ter sempre presentes aquelles bons, e excellentes principios que me foraõ ensinados. Com tudo isto, como todo o homem sempre se acha exposto e sugeito a cahir em erros; eu de muito boa vontade me remetto ao juizo das pessoas de maior sciencia e capacidade, e de Luzes mais apuradas, que as minhas, nesta delicada e importantissima materia. de V.A. R. o mais humilde subdito = Joze da Costa e Silva".

Senhor

"Tendo-me V.A.R. por sua Real Clemencia nomeado para assistir à edificaçaõ do Real Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, na companhia do Arquitecto Francisco Xavier Fabri; e tendo-se em execuçaõ do que mandava o Real decreto feito algumas consultas sobre o modo de continuar o edificio segundo a disposiçaõ, que já está delineada, e com paredes Levantadas; tem das mesmas consultas resultado a questaõ, ou para melhor dizer a duvida, de ser o circuito do rectangulo proposto, pequeno e naõ sufficiente para todas as accomodações necessarias ao Real serviço;de maneira que tem sido propostas varias ideas, mas todas a meu ver de difficultosa execuçaõ a respeito da situaçaõ do terreno. Sobre esses pontos fez o Arquitecto Francisco Xavier Fabri hum papel para se por na Real presença de Vossa Altesa; e tendo eu sido requerido de assignar o dito papel, pareceo-me ser do melhor serviço de V.A.R.o examinar com a maior diligencia possivel o terreno, antes de proceder à assignatura. Em consequencia desta minha duvida me foi ordenado de dar o meu parecer por escrito; o que faço agora com o presente papel, que tenho a honra de por na presença de V.A.R.

Ha sem duvida, que devendo-se allargar o Real Palacio, seria hum grande inconveniente allarga-lo para a parte do Rio, porque isto traria consigo quasi a total ruina da porçaõ, que está feita com pouco, ou nenhum proveito da Cantaria, que já está posta em obra; motivo pelo qual se veio no projecto de allargar o plano do edificio para a parte do monte, aonde presentemente se acha o jardim, chamado da Princesa; e este julga o meu campanheiro Fabri, que seja o melhor expediente; expediente porem que traz as difficuldades seguintes.

A primeira he a maior despeza no desentulho do monte, que o meu companheiro faz subir à somma de 270$000 cruzados, e eu julgo que será maior; porq. estou quasi certo, que se ha de

encontrar muita pedreira; e neste caso o custo do entulho será como tenho dito maior, do que se julga.

A segunda, que tambem neste caso se deverá desmanchar quasi toda a metade da frente, que fica para a parte da Patriarcal, o que tambem se deve contemplar em despesa.

A terceira o augmento de Obra no interior do Edifico, o qual augmento sendo pelas medidas, que aponta o meu Collega, isto he de duzentos palmos de largura por 100 de comprimento, deitando a conta à altura do edificio que he, mais de 400 palmos, sempre sera hum augmento de obra, que pedirá huma despesa de tres milhoens de crusados.

A quarta a retardaçaõ, e demora da Obra, porque havendo de deitar abaixo a porçaõ da frente que deve simmetrisar o Edificio e havendo tambem de desentulhar o monte, naõ se poderá taõ cedo dar principio às accomodações de Vossa Alteza Real.

A Quinta finalmente, que a entrada que fica por de tráz do jardim havendo-se de affastar para mais longe, ficará a sua construcçaõ difficultosa por causa da irregularidade do terreno, e naõ se lhe poderá dar huma boa direcçaõ sem grande despesa.

Considerando eu todos estes relevantes pontos, e de naõ pouco momento, e tendo sobre elles feito as mais serias reflexões, passo agora a por na Real presença de V.A. hum projecto, que segundo a minha fraca intelligencia me parece o mais conveniente; ajustando a este escrito hum pequeno papel, que mostra a configuraçaõ do que exponho. O rectangulo marcado com a Letra A, he o sitio destinado para o Real Palacio. O espaço B, he a praça, que fica adiante da Fronteria para a parte de Lisboa. A Letra C, indica o sitio escolhido e determinado para a erecçaõ da Patriarcal, a qual faz frente à praça pelo lado D. Ora eu discorro deste modo. Se da parte opposta notada com a Letra E se formar outra praça igual à praça B, e ao lado F se fizer outro corpo de obra G que corresponda ao marcado com a Letra C podemos nesta porçaõ de obra collocar tudo o que naõ he de quotidiano serviço de V.A., como saõ por exemplo Gallerias de paineis, Livrarias, Gabinetes de Fisica, e outras Artes, e Sciencias, e tudo o mais, que V.A.R. for servido ordenar.

Este projecto produz a ventagem de ficar o Real Palacio mais symitrisado, porque acompanhado de ambas as partes de correspondentes Obras, e no meio de duas praças, e juntamente dá campo para todos os Cômodos, que se quizerem, sem nos embaraçar-mo-nos com a altura do monte, que se trata de desentulhar. He certo, que com este projecto se augmentaria huma porçaõ de Obra, que naõ he pequena; porem já notei que a obra que se accrescentar se allargando mais o rectangulo, tambem seria de huma despesa naõ indifferente. Isto he quanto posso, e devo expor com todo o zelo e sinceridade. Vossa A.R. mandará o que for servido. de V.A.R. = O mais humilde servo, e subdito = Joze da Costa e Silva"

Academia das Ciências de Lisboa, man. 484V.

Documento 51 (Pag. 180)

Avizo para se repararem as estacadas do Passeio Publico, e se tirar a Planta do accrescentam.to, e fecho do dito Passeio

"Remetto a vm. a informação, que mandei tirar por Francisco Antonio Ferreira sobre arruina em que se achão as estacadas do Passeio Publico, da parte do Sul, e Norte, as quaes se devem logo mandar reparar, remediandose como puder ser, e fazendose a menor despeza que for possivel.

Ao mesmo tempo he necessario cuidar em fechar o dito Passeio, removendo os embaraços que houver a este fim; pelo que quanto á parte do Sul, mande vm. logo tirar a Planta com o accrescentamento que deve ter, e o Portal, que se lhe hade pôr, para que sendo por mim approvada se haja logo de pôr em execução, dizendo-me se há outra alguma duvida a este respeito; quanto porêm á parte do Norte, he necessario saber o que há a este respeito, e o que está determinado sobre o Chafariz, e Cascata que hade levar, e a forma em que se assentou ultimamente se devia executar; sendo tambem precizo acabar os dous Lagos com os seus assentos em termos habeis havendo occazião opportuna a esse fim.
Deus Guarde a vm. Junqueira o 1º de Maio de 1781 = Marquez de Angeja = Sr. Anselmo Joseph da Cruz".

AHTC. *Erário Régio*. Livro 4307, pag. 111.

Documento 52 (Pag. 180)

Avizo dirigido ao Ex.mo Luiz de Vasconcellos e Souza, com o Mappa do Passeio Publico, a Representação de Domingos Vandelli, a respeito de se completar a Obra do dito Passeio, conforme o seu risco.

"Ill.mo e Ex.mo Sr.= O Principe Regente Nosso Senhor manda remetter a V. Ex.a a representação incluza de Domingos Vandelli com o Mappa a ella junto, para que tomando V. Ex.a sobre o objecto de que se trata, as informações que julgar necessarias, ou sejão do mesmo Vandelli, ou de quaes quer outras Pessoas, que lhe parecer conveniente ouvir, haja V. Ex.a de propor a S. A. R., o que lhe ocorrer ao dito respeito, para o Mesmo Senhor rezolver o que for Servido.

Deos Guarde V. Ex.a. Lisboa 23 de Janeiro de 1802. = Dom Rodrigo de Souza Coutinho = Sr. Luiz de Vasconcellos e Souza".

Reprezentação.

Ill.mo e Ex.mo Sr. = A Inspecção das Obras Publicas no ultimo Reinado adquerio o terreno, que agora occupa o principiado Passeio, e o mais athé ao Jardim da Inquizição, e foi aplanado.

Ha nove, ou dez annos, que huma parte deste terreno foi occupada com Barracas de Particulares.

Parte da Agoa do Chafariz d' Alcantara destinada para o Passeio, e, tambem no dito tempo foi desviada.

Querendo completar-se o Passeio Publico segundo o seu risco, a inda faltão 300 palmos de Cumprimento ***A*** *; mas para ter espaço sufficiente para formar nelle hum Jardim Economico, capaz de conter a Collecção das Plantas Medicinaes, Cereaes, Leguminozas, de Pastos, Tintorias, como aquelle do Real Jardim Botanico, se deve estender mais 160 palmos* ***B*** *.*

A principal Obra consiste nos Muros, por que o mais se pode executar pelos Trabalhadores do mesmo Passeio, à excepção dos Canos.

Jozé António Pires, verificou mais, ou menos quanto importa o Muro, que sendo de pedra e Cal, 1: 440$ rs., e de Taipa com alicerces de pedra, e Cal, 660$ rs.

O risco do Jardim, se executará, quando se resolver a dar principio à Obra.

Real Jardim Botanico 17 de Janeiro de 1802 = Domingos Vandelli. =".

AHTC. *Real Erário*. Livro 4310, pag. 241-242.

Documento 53 (Pag. 184)

Decreto pelo qual se manda estabelecer Passeios Publicos nos Campos Grande. e Pequeno, sitos nos suburbios desta Cidade, fazendo se a Despeza pelo Cofre do Donativo dos 4 p %.

"Sendo proprio da boa Policia de huma grande Cidade, que os extenços terrenos que arrodeão, se aproveitem de algum modo agradavel, e util; e Quererdo promovella. Sou Servido Ordenar ao Prezidente do Meu Real Erário, mande logo por pessoas intelligentes proceder à formação de hum Plano, pelo qual se estabeleção convenientes Passeios Publicos nos Campos Grande, e Pequeno, sitos nos suburbios da Cidade de Lisboa, e que comprehenda assim a Plantação de Arvores, e qualidades destas, como os meios da sua sustentação, que quanto for possivel deve sahir dos mesmos Campos, supprindo-se a sua Despeza pelo Cofre do Donativo, estabelecido no Meu Real Erário. E tendo o mesmo Plano subido à Minha Real Prezença, e Dignando-me de approvallo, o faça executar no actual Inverno, occupando na Obra as pessoas

que não tiverem officios, ou occupações, em que se empreguem, pelos Salarios que achar competentes. O mesmo Prezidente do Meu Real Erário o tenha assim entendido, e faça executar. Paço em vinte e sinco de Novembro de mil oitocentos e hum. = Com a Rubrica do Principe Nosso senhor. = Cumpra-se, e Registe-se. Lisboa 7 de Dezembro de 1801. = Com a Rubrica de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Prezidente do Real Erário."

AHTC, *Real Erário*.Livro 4310, pag. 237

Documento 54 (Pag. 204)

"Dizem os Edificantes e morad.es de todo o largo de S. Paulo desta Corte abaixo assignados, que chegando-se a limpar o m.mo Largo e Praça Publica pelo desentulho da Igr.a velha depois disso com a reedificação da nova, casas novas que se fizeram no circuito, areas que vierão na enxurradas e a Limpação dos canos da Ribr.a nova se tornou outra vez a m.ma Praça a encher com hum tal montão de terra e pedras, que os Supp.es ficarão privados não só da v.ta da Igr.a nova, mas ainda dos Logradouros de suas casas e o Publico com m.to má serventia. Porem este mal por hora he pouco remediavel seg.do o parecer dos Supp.es attendendo a que ainda se não concluirão humas Casas junto da Igr.a as quaes pertence aquelle montão de pedras. E o pior mal remediavel que aos Supp.es sobreveio foi o fazerem os Arqueiros da Cid.de do Porto naquella Praça huma Estancia de madeiras, fazendo crescer o montão do entulho com taboados, feixes de Lenha e arcos de fr.a que os Supp.es ficarão com os seus Logradouros de todo tomados a v.ta p.a a Igr.a mais captiva, expostos a pegar-se o fogo naquelles materiaes communicavel ás casas visinhas servindo este bosque e escondrigio de salteadores e de esterquilinos que constituem fetido todo aquelle sitio; accrescendo o erigir-se alli huma nova guarda de bestas, que fazem a Praça mais occupada, impedida e immunda qd.o tal guarda nunca houve em sem.te praça. E finalm.te ate nella estão humas casas terreas ou barracas que servirão algum dia de telheiro, e hoje de despejo de palha, e outros materiaes que lhe mette hum particular que as comprou e dizem ser Dom.os Mendes e em que mora o guarda bestas. E como tudo isto he m.to prejudicial aos Supp.es e a sua saude; e faz diminuir o valor dos edificios e não há Ley alguma que possa auxilliar aos Supp.dos e devem inteiram.te dar despejada a Praça que pertence ao Publico e os Supp.dos a não podem occupar por sim.te modo. Lx.a 28 de Out.o de 1793".

"Dizem Ant.o Joze Coelho, Manoel Coelho da Rocha Duarte Joze de Olivr.a Fran.co da Silva Sardinha Contratadores de Arcos e mais madeiras pertencentes ao Off.o de Tanoeiro que elles que elles Supp.tes forão citados por Ordem de v S.a e p.a no Pr.o de 15 Dias

tranzportarem os Arcos da Praça ou Largo de S. Paulo p.a fora e a Requerim.to da Irmand.e do Santissimo e varios moradores da mesma freg.a o que ja tinhão intentado,pella intendencia G.al da policia; que prosodendose a Informe pello meretissimo Dz.or Corregidor dos Remolares ficou de nenhum ifeito o intentado requerim.to por se atender que o d.o Genero sempre se vendeo naquelles Citios; por estarem mais prontos p.a os Embarques e Tanuarias das Naos e mais Embarcaioens vendimas de todos os Pr.os de Alem do tejo; p.a o Pr.o de Lisboa e outros convezinhos; de sorte que se acazo agora na forsa de vendima os Supp.tes se auzentarem do d.o Citio seria hum Gravissimo projuizo não só aos Supp.tes mas m.to mayor a todos os vassallos que tem quintas e fazendas nos d.os Pr.os e por esta razão Recorrem os Supp.tes a v S.a p.a que informado da verd.e; Expendida de mandar que os Supp.tes se Conservem com a Extração das d.tas Fazendas athe finallizar as vendimas do prezente anno de 93 que podera Durar athe ao Natal do prezente anno (...)".

ANTT, *Feitos Findos. Inspecção de Bairros. Remolares.* Maço 21, nº23.

Documento 55 (Pag. 203)

Edital

"Sendo presente no Senado da Camara o attentado com que se acha ocupado o Caes da Ribeira-Nova com vendas de varios generos, e com barracas levantadas, fazendo-se a mais escandalosa travessia no Peixe salgado, e no fresco, impedindo-se o transito do Povo para o Embarque, enchendo-se o Caes de immundicias, de fórma que he impraticavel a passagem, assim como he a venda do Peixe salgado pelos proprios pescadores, por naõ acharem sitio em que façaõ as suas vendas em primeira maõ na fórma que sempre praticáraõ: Constando igualmente que os Lugares destinados para os Pescadores chamados *do Barreiro* se tem augmentado a hum excessivo número por se tolerarem Atravessadores na mesma venda, e nos mesmos Lugares; resultando destes factos gravissimos prejuizos; em 1º lugar ao serviço do Público: em 2º á Fazenda Real pelos Descaminhos dos Direitos: em 3º ás Vendedeiras que tem Lugares estaveis, e arrendados: e em 4º á limpeza, decencia, e decoro, e até pelo risco da Saude Pública, tudo praticado contra as posturas, e Ordens do Senado, e muito principalmente contra as expressas Determinações do Providentissimo Decreto, que estabeleceo a mesma Ribeira, e que já desse tempo precaveo semelhantes fraudes, cujo Real decreto he do theor seguinte:

Decreto

Havendo Eu Mandado edificar pela Repartiçaõ das Obras Públicas de Lisboa, assim os grandes Caes das Praças da Ribeira-Nova, do Romulares, e do Corpo Santo, como as referidas Praças: A outra Praça das Arrematações, a Grande, e Real Praça do Commercio, com o outro grande Caes chamado de Santarem: O que tudo pelo custo das fabricas, e pelo asseio, e commodidade dellas, naõ só está facilitando as servidões em beneficio do grande Povo de Lisboa; mas tambem constitue ao mesmo tempo huma boa parte da sua recreaçaõ, e alegria: Por Me ser presente que ha pessoas taes, taõ grosseiras, e de tanta rusticidade, que perdendo o respeito devido aos referidos Lugares Públicos, intentaõ deturpallos, lançando nelles superfluidades immundas, e pejando as sobreditas Praças, e Caes com Lenhas, Carvões, Caixas de Assucar, Barrís de Farinha, Couros, Solas, Atanados, Madeiras, Arcos de Tanoaria, e outros semelhantes generos de pezo, e de volume: Quando ha muito tempo, que cessou a falta de Armazens, com que nos primeiros annos, successivos ao Terremoto, se pretextavaõ estas usurpações, e violencias feitas aos Lugares Públicos da Capital do Reino, com huma barbaridade contraria á policia universal de todas as Cidades, e Póvos Civís da Europa: Sou servido ordenar que assim nas Praças da Ribeira-Nova, Romulares, Corpo Santo, Rua direita do Arsenal, Praça das Arrematações, Real Praça do Commercio, e Rua direita da Alfandega, Praça do lado Septentrional, e Occidental do Terreiro Público, Caes adjacentes a todas, e cada huma das referidas Praças, e Ruas novamente edificadas, que nellas, e nelles desembocaõ: Se naõ possa fazer pejamento algum, nem fixo, nem volante, de qualquer qualidade, ou figura que seja: E que as mercadorias seccas, ou molhadas, que a ellas vierem, se naõ possaõ demorar além do mesmo dia, em que desembarcarem. E Mando que desde o dia proximo seguinte, em que os sobreditos pejamentos se fizerem, e os generos seccos, ou molhados houverem desembarcado, fique tudo devassado ao Povo offendido com as referidas violencias, pertencendo a quaesquer pessoas delle, que nelles, e nellas fizerem primeiro apprehensaõ para as fazerem conduzir em beneficio seu para as suas Casas, ou Armazens pela sua particular, e propria autoridade; ou as ditas Pessoas sejaõ Militares, ou sejaõ Civís, ou sejaõ méramente Plebéas: E Ordeno a todos os Magistrados, e Officiaes de Justiça, Fazenda, e Guerra, que auxiliem as sobreditas apprehensões (...). O que com tudo se naõ entenderá nos precisos materiaes para a continuaçaõ das Obras, nos lugares a ellas contiguos, com tanto que logo se desoccupem em termos habeis, e sejaõ limpor pelos edificantes, que os tiverem occupado (...). Oeiras 6 de Julho de 1775. = Com a Rubríca de Sua Magestade. =

E porque o mesmo Real Decreto naõ foi derrogado, e está na sua plena, e litteral observancia, posto que pelo lapso de tempo, e por fraude se tem posto em abuso, e esquecimento: Ordena o Senado que o mesmo Decreto se ponha em exacto cumprimento (...). E quanto aos Lugares dos Pescadores do Barreiro: Ordena igualmente o Senado que todos apresentem ao

Administrador Geral dos arrendamentos no prefixo tempo de quinze dias (...) as Licenças, e faculdades que tem obtido para occuparem os Lugares para depois de legitimados, se proceder a huma nova arrumaçaõ, e se lhes dar hum competente titulo (...). Lisboa o 1º de Julho de 1809.

Colecção de Leis, 1809.

Documento 56 (Pag. 205)

Edital

Sendo prohibido pelas Leis geraes do Reino, e por muitas Municipaes, que existem no Archivo da Camara, que se possaõ vender Carnes fóra dos açougues estabelecidos para este fim; por ser na Balança Real, aonde se fiscalisaõ os Reaes Direitos, e a qualidade das mesmas Carnes do modo mais escrupulosos; e tendo o Senado da Camara feito pôr em prática as ditas Reaes Determinações, para que naõ hajaõ Açougues Clandestinos, pelos prejuizos da Real Fazenda, e do Público; naõ sendo possivel que o temor das penas impostas faça cohibir taõ pertinazes Transgressores, os quaes escandalosamente buscaõ os sitios mais Privilegiados, como saõ alguns Conventos, e mesmo dentro do Paço da Rainha, para á sombra daquelle Régio recinto terem Talhos abertos, do mesmo modo que os tem junto a Abarracamentos, Hospitaes, &c. resultando deste crimiinoso abuso a extracçaõ de Rezes infectas; a perda dos Reaes Direitos; o furto ao Povo na falsificaçaõ dos pezos (...): O Senado fez tudo presente, em Consulta, ao PRINCIPE REGENTE N: SENHOR: Que foi Servido, pela Sua Real Resoluçaõ de 7 do corrente Conformar-se com o Parecer da dita Consulta; pela qual fica Determinado, que todo aquelle, que for encontrado na Venda, ou trafico de semelhantes Talhos, e que naõ mostrar estar Contratado ou no Senado, ou nos que se remataõ pelas Sete Casas, que saõ os do Termo, Belém Ajuda, Alcantara, e Ferrugenta, seja logo prezo na Calceta por seis mezes (...)

Lisboa aos 17 de Julho de 1809.

Colecção de Leis, 1809.

Documento 57 (Pag. 206)

Edital

Sendo desde antigo tempo a Praça de S. Paulo destinada para a Venda em primeira maõ da Hortaliça, chamada dos Genovezes; e sendo mudada interina, e provisionalmente a dita Venda para a Calçada do lado Septentrional da outra Praça da Ribeira-Nova, na occasiaõ das obras, que

se fizeraõ na Igreja, e nas casas ao redor da mesma Praça de S. Paulo: E persistindo ainda a mesma Venda na Ribeira-Nova, com gravissimo prejuizo do Serviço Público, e do Particular das Lojas, e Casas, que lhe ficaõ misticas, e ainda mesmo dos lugares de fruta, e hortaliça, que se vende em segunda maõ: para evitar estes prejuizos, e fazer mais decorosa, e plausivel a sobredita Praça de S. Paulo: Ordena o Senado, que logo, e sem demora alguma de tempo se transfira a Venda da Hortaliça, chamada dos Genovezes, para o antigo local da dita Praça; bem entendido, que se devem alojar os Vendedores na metade da Praça, para o lado Oriental; ficando a outra metade para o lado Occidental livre, e limpa para o decente serviço da Igreja; naõ excedendo os mesmos Vendedores o local dividido com os marcos, que o Senado amndou affixar (...). Lisboa, 17 de Julho de 1809.

Colecção de Leis, 1809.

Documento 58 (Pag. 206)

Edital

"Sendo presente no Senado da Camara o positivo dólo que praticaõ alguns dos seus Inquilinos com infracçaõ das Posturas, e Ordens que absolutamente prohibem se accenda lume nos Lugares de Venda, e ainda nas Lojas em que naõ ha chaminés, e que saõ arrendadas á Fazenda da Cidade; accendendo lume dentro dos Lugares, e ás portas das Lojas, resultando desta transgressaõ a má vizinhança pelo fumo, e o risco de Incendios, como proximamente se experimentou na Praça Nova da Figueira, incendiando-se hum quarteiraõ inteiro, em cuja reedificaçaõ se dispendeo avultada somma; e reflectindo-se que estes abusos se praticaõ pelas módicas penas comminadas aos Transgressores, para evitar a sua continuaçaõ: Ordena o Senado, que toda a Pessoa, que accender lume em quaesquer Lugares de venda ou sejaõ da Praça da Figueira, ou da Ribeira-Nova, ou Velha, ou em outro qualquer sitio dentro da Cidade, e bem assim nas Lojas que naõ tiverem chaminés, incorra na pena de prizaõ por tempo de hum mez, e na de oito mil réis, applicados, metade para a Fazenda da Cidade, e a outra para os officiaes que fizerem a apprehensaõ: Outrosim Ordena, que sendo caso, que haja Incendios nos mesmos Lugares, ou Lojas a Pessoa que habitar o em que o incendio principiar incorra na pena de pagar pelos seus bens toda a despeza da reedificaçaõ a que der causa (...). Lisboa, 20 de Novembro de 1809".

Colecção de Leis, 1809.

Documento 59 (Pag. 206)

Edital

LUCAS DE SEABRA DA SILVA; do Conselho do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Commendador da Ordem de Christo, Desemgargador do Paço, Chanceller da Corte e Casa da Supplicaçaõ, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, &c.

Chegando ao meu conhecimento que, por hum abuso muito reprehensivel e intoleravel, diversos Individuos de hum e outro sexo, e principalmente as Lavadeiras desta Capital, naõ obstante a prohibiçaõ desta Intendencia, publicada pelo Edital de dezanove de Janeiro de mil e oitocentos e sete, continuaõ de tempos a esta parte a fazer as suas lavagens de roupa nos Tanques, Pias e Bacias dos Chafarizes e Fontes da mesma Capital; seguindo-se destas Lavagens huma inquinaçaõ das Agoas destinadas a alimento, e uso dos Animaes, que a experiencia tem mostrado terem padecido diversas molestias interiores, ou de pelle, que cedem em grave damno dos seus Proprietarios, e Serviço Público; se verifica pelos referidos inconvenientes percisar-se de huma efficaz e rigorosa providencia para evitar os referidos abusos. Prohibo, por tanto, que nenhuma pessoa de hum, e outro sexo possa lavar a qualquer hora do dia, e de noite nos ditos tanques, Pias e Bacias, de baixo da pena de vinte dias de cadêa contra os transgressores do sexo masculino; e em vinte dias de reclusaõ na Casa da Correcçaõ, interinamente estabelecida na Real Cordoaria, por commutaçaõ nas transgressões das pessoas do sexo feminino; e a huns e outras a condemnaçaõ de 12$000 réis (...). Lisboa quatorze de Julho de mil oitocentos e nove".

Colecção de Leis, 180

Documento 60 (Pag. 206)

Decreto

"Tendo determinado o Decreto de cinco de Novembro de mil setecentos e sessenta, arruamentos para melhor commodidade dos Compradores, e beneficio dos Proprietarios, sem deturpar o nobre prospecto dos edificios das mesmas ruas: E sendo-Me presente em Consulta do Senado da Camara os excéssos, que estaõ praticando alguns dos ditos Proprietarios, para fazerem despejar os Ourives da Prata, ou os constrangerem a alugueres exorbitantes, com manifesto abuso da obrigaçaõ imposta pelo mencionado Decreto, a qual com tudo naõ deve servir de pretexto para se naõ pagarem os alugueres, que justo forem: Hei por bem conceder apozentadoria aos

Commerciantes Artifices, e mais pessoas obrigadas aos arruamentos para terem no que lhe for respectivo, naõ só as suas lojas; mas tambem casas para viverem com as suas familias, pagando os alugueres devidos, por convençaõ, ou justa avaliaçaõ, que poderá repetir-se de cinco em cinco annos. E nesta conformidade: Mando, que se ponha perpétuo silencio nas Causas de Despejo pendentes, contra alguns dos mesmos Privilegiados (...). Palacio de Quéluz em 27 de Fevereiro de 1802".

Colecções de leis, 1802

Documento 61 (Pag. 206)

"DIOGO IGNACIO DE PINA MANIQUE do Conselho do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa (...) Desembargador do Paço, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, Administrador Geral da Alfandega Grande desta Cidade, e Feitor Mór de todas as mais do Reino, &c.

FAÇO saber, que constando ao Augusto PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor os grandes inconvenientes, que resultaõ de ficarem abertas até alta noite as portas das escadas, que daõ serventia para as ruas aos Moradores, que occupaõ as propriedades grandes e pequenas desta Capital; e que existindo assim abertos estes lugares, ou sejaõ lojas, ou patins, que façaõ entradas ás escadas das mesmas Propriedades, servem por este modo de esconderijo, e receptaculo aos mal intencionados, os quaes tem chegado a ponto de esperarem nas mesmas escadas alguns dos Inquilinos, que as habitaõ, para os roubarem, como tem acontecido nestes ultimos tempos; vindo entaõ por esta causa a ficarem iunteis em grande parte as providencias, que o mesmo Augusto Senhor Tem mandado dar, tanto por meio de Guardas a pé, e a cavallo, como por meio da Illuminaçaõ da Cidade, a fim de se poder conservar segura a tranquillidade pública, e permanente a segurança individual das pessoas, que transitaõ por esta Capital: Ordena por isso o Augusto PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, que, logo que principie o escuro da noite, todos os Moradores desta Capital, ou sejaõ Inquilinos, que habitem os diversos quartos Das Propriedades, ou proprios Proprietarios, que as occupem, ou sejaõ de Propriedades grandes, ou pequenas, fechem as portas das escadas, que daõ serventia para as ruas desta Cidade; (...) havendo chaves communs, para os ditos Moradores, Proprietarios, ou Inquilinos, e suas familias se servirem; sendo porém casas grandes, cujas escadas estejaõ dentro de pateos, ou lojas, naõ as fechando, as tenhaõ estaõ allumiadas com lampiões; de maneira, que as Guardas da Policia naõ só possaõ reconhecer se a ellas se acolhe alguem, mas tambem possaõ entrar dentro a examinar se alguem alli se tem acolhido, e executar o que está determinado (...). Lisboa hum de feveriero de mil oitocentos e dois".

Colecção de Leis, 1802

Documento 62 (Pag. 207)

Edital

"O Senado da Camara, attendendo a que muitos dos moradores da Cidade nova, esquecidos ainda do seu proprio cómmodo, deixavaõ estar tempos, e tempos quebradas, e com falta de vidros, as vidraças das suas janellas principaes, o que tanto servia de deturpar, e de affear o prospecto da mesma Cidade, quando conduzem para a sua formusura, e nobreza as mesmas vidraças; e procurando fazer cessar taõ estranhavel omissaõ. Ordenou pelo Edital de 27 de março de 1775 que todos os ditos moradores fizessem concertar as taes vidraças (...). E porque muitos dos referidos moradores tem inteiramente abusado desta saudavel providencia, ainda mesmo em seu beneficio, fazendo-se esquecida de huns, e ignorada de outros, por lapso de tempo.

Ordena o mesmo Senado, que cinco dias da data deste em diante, os Almotacés dos ditos districtos procedaõ indefectivelmente contra os que acharem incursos na dita omissão. (...) 18 de Abril 1785".

Colecção de Leis, decretos e alvarás ordens régias e editais que se publicão desde o ano 1776 até 1787

Documento 63 (Pag. 207)

Edital

"Tendo S.A.R. O PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, Determinado, que para se evitarem os damnos causados pela licenciosa devassidaõ em que estaõ os Moradores desta Cidade, de lançarem Agoas, Lixos, e Immundicias das janellas para as Ruas a toda a hora da noite, e ainda mesmo de dia, prejudicando gravemente os que transitaõ pela mesma Cidade, naõ sendo bastante a vigilancia dos Almotacés das execuções, cada hum no seu Bairro, para que se destrua taõ pernicioso abuso, talvez por serem as penas impostas nas antigas Posturas, muito pequenas á proporçaõ dos tempos, em observancia das Reaes Ordens do Mesmo Senhor: Ordena o senado, que nenhum dos Moradores desta Cidade, e seus Suburbios, possa lançar Agoa, Lixo, ou Immundicia, ainda que sendo agoa limpa, se naõ na hora que se seguir depois de ter corrido o sino, isto he, de Inverno das 9 horas até ás 10 da noite, e de Veraõ das 10 até ás 11, sem que outra

alguma hora seja de noite, ou de dia, se lance das janellas cousa alguma para as Ruas, com comminaçaõ, que todo o que transgredir esta Real Ordem, pela primeira vez pagará 2$000 réis de condemnaçaõ, pela segunda o dobro, e pela terceira o mesmo, pagos da cadêa onde estará 5 dias (...). Lisboa, 27 de Maio de 1803.

Marco Antonio de Azevedo Coutinho de Montaury".

Colecção de Leis, 1803.

Documento 64 (Pag. 211)

"O Príncipe regente N.S. é servido fixar o dia 14 de Janeiro próximo para principiar tanto a iluminação da Cidade, como o serviço da Guarda Real de Polícia de Lisboa. Sobre o primeiro objecto espera o mesmo Augusto Senhor que nenhuma dúvida haverá tendo-se participado a competente ordem ao Tesoureiro-mor do Real Erário; o qual se entenderá com V.S. sobre o pagamento do azeite necessário aos lampeões; ao mesmo fim se apresentará a V. Sr.a o hábil agricultor Manuel Correia, Almoxarife da Azinhaga, com quem V. S. poderá tratar sobre o preço do azeite, que o mesmo oferece para a iluminação (...).

Deus Guarde a V.S. Palácio de queluz em 26 de Dezembro de 1801.- D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Senhor Diogo Inácio de Pina Manique".

in MARTINS, F. A. Oliveira, 1948, pag. 107-108.

Documento 64A (Pag. 211)

Edital

(Diogo Ignácio de Pina Manique) "Quem quizer illuminar todas as Ruas que ha nas quarenta Freguezias de que se compõe esta Capital, ou separadamente as Ruas d' algumas dellas, poderá vir no dia 12 do corrente pelas duas horas da tarde ás Cazas da minha Rezidencia dar o seu lanço, advertindo que o Arrematante será obrigado a fornecer para cada Candieiro quartilho e meio de Azeite nas noites d' Inverno, e nas de Verão tres partes de hum quartilho, como tambem torcidas de Algodão feitas pela forma que naquelle acto lhe será mostrado. Será outro sim obrigado a fazer aos candieiros os precizos reparos para a sua conservação, e a entregalos em bom estado findo que seja o tempo da sua arrematação (cujo preço ha de ser pago aos quarteis)

prestando Fiadores idoneos que fiquem responçaveis pelo inteiro cumprimento destas Condições. Para que chegue a notocia de todos mandei affixar o prezente. Lisboa, 5 Dezembro de 1801".

Colecção de Leis, decretos e alvarás ordens régias e editais que se publicão desde a ano 1898 até 1801

Documento 65 (Pag. 211)

Decreto

"Sendo muito conveniente, não só para a segurança, e tranquillidade da Cidade de Lisboa, Capital dos Meus vastos Dominios, mas para que na mesma a ordem da Policia receba huma nova consolidação, que á imitação das outras grandes capitais se estabeleça hum Corpo permanente, o qual vigie na conservação da Ordem, e tranquilidade pública, e que obedeça, no que toca á disciplina Militar, ao General das Armas da Provincia, e no que toca ao exercicio das Suas funções, ao Intendente Geral da Policia : Hey por bem crear huma Guarda Real de Policia de Lisboa, de pé, e de cavallo para vigiar na Cidade de Lisboa". Com a rúbrica do Principe Regente, 10 Dezembro 1801.

Regulamento

(...) X- "A Cavallaria dará todos os dias tres Patrulhas por Companhia, commandadas por Officiaes inferiores. Huma dellas andará de dia nas Ruas que lhe forem designadas, sempre a passo, com a espada na mão, para prevenir as desordens, dissipar os ajuntamentos inuteis, remediar aos embaraços occasionados pelas Carruagens nas Ruas estreitas, e travessas; em fim vigiar sobre tudo o que respeita á boa ordem, e á segurança pública (...)".

Colecção de Leis, decretos e alvarás ordens régias e editais que se publicão desde o ano 1798 até 1801.

Documento 66 (pag. 66)

Portaria

"Querendo a Regencia do Reino promover, quanto seja possivel, e o permittão as forças do Thesouro Publico Nacional as Obras Publicas necessarias, não só pelo seu objecto, mas para empregar os braços fabrís que, por falta de obras particulares, se achão inutilisados, faltando por consequência os meios de arrimo e sustentação a muitas familias pobres e desgraçadas: A mesma Regencia, em Nome de El-Rei o Senhor D. *João VI*, Ha por bem Crear huma Commissão composta de pessoas intelligentes e possuidas de hum verdadeiro patriotismo, que terá por fim consultar sobre os meios de reduzir a boa ordem e regulamento esta administração, ou seja relativamente á economia das obras, ou seja ao methodo administrativo dellas, estendendo-se os seus trabalhos e indagações ás obras militares e de fortificação, para que de futuro se veja se convirá chamar todas a hum centro de administração, ou se convirá o ser esta dividida, examinando a importancia da despeza sobre todos os objectos, e quaes os artigos em que convenha fazer-se abatimento, particularmente nos salarios ou ordenados dos Empregados Publicos, examinando sobre tudo a legitimidade dos Titulos porque as percebem. A mesma Regencia tem muito em vista a conservação e progresso dos dois Passeios Publicos de *Lisboa* e *Campo grande*, e por isso deseja que a dita Commissão sobre elles haja de estender os seus cuidados. Não pode a mesma Regencia deixar de lembrar á Commissão o quanto desejaria que ella lhe apresentasse hum Plano de se fazer hum Theatro Nacional, estabelecimento o mais util e necessario, e de que tanto depende a boa moral e reforma dos costumes: e como pelo Thesouro Nacional se não possa actualmente supprir a esta despeza, a mesma Commissão terá em lembrança, ou o estabelecer huma subscripção, ou tirar vantagens das economias nestas administrações particularmente no aproveitamento de braços, como pode ser dos condemnados a trabalhos publicos. A dita Commissão se denominará = Comissão sobre Obras Publicas. = São Deputados nomeados *Anselmo da Silva Franco, Bento António d'Andrade, Caetano Martins da Silva, Felix Martins da Costa, Filippe de Oliveira Lobato*; o mais velho servirá de Presidente, e, aquelle que, entre todos escolherem, de Secretario. As Sessões se farão nos dias e horas que convierem, e o local para as Sessões lhe será designado pelo Intendente das Obras Publicas. Este, e os mais chefes das Repartições que vão a inspeccionar-se darão as instrucções e auxilios que a Commissão exigir. O Secretario da Regencia do Reino dos Negocios da Fazenda, Administrador e Presidente do Thesouro Publico

Nacional o tenha assim entendido e faça executar. Palacio da Regencia em 20 de Março de 1821. = *Com as Rubricas dos Membros da Regencia do Reino*".

Diario da Regencia, nº 70, 22 de Março de 1821.

Documento 67 (pag. 229)

"Manda ElRei, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, participar á Camara de Lisboa, que sendo-lhe presente a sua conta, acompanhando o requerimento de 70 cidadãos pedindo a conclusão da obra do passeio publico, conforme o projecto que fora adoptado por mais conveniente; e bem assim a offerta que fazem os actuaes Vereadores Braz da Costa Lima, João Rufino Alves Basto, Joaquim Gregorio Bonifacio, e Jacintho José Dias de Carvalho, dos vencimentos, que como taes lhes competirem no decurso do presente anno; como tambem a offerta separada da quantia de dusentos e quarenta mil réis, que fez o Vereador Joaquim Gregorio Bonifacio: Ha por bem louvar aos mencionados Vereadores, por esta demonstração do seu zelo plo bem publico; e ordena que a Camara designe tez pessoas de confiança, que devem compor uma Commissão encarregada de promover, e arrecadar as subscripções offerecidas, e aquellas com que voluntariamente hajão de concorrer outros cidadãos, igualmente zelosos, a bem de uma obra ha tanto desejada pelas pessoas sensatas, e tão digna de uma grande Capital: declarando outro sim o mesmo Senhor, que o Governo auxiliará a despeza desta obra, quanto fôr compativel com a execução de outras mais necessarias; devendo começar, e concluir-se com toda a actividade, logo que se proporcionem os meios; confiando o mesmo Senhor que a Camara de Lisboa neste, como em todos os objectos de utilidade, e decóro municipal, dará novas provas do patriotismo, que a distingue. Paço da Bemposta em 4 de abril de 1823. = Filippe Ferreira Araujo e Castro".

Diário do Governo, nº 82, 7 de Abril de 1823.

Documento 68 (pag. 231)

Para Domingos Antonio de Sequeira

"Manda ElRei, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, participar a *Domingos Antonio de Sequeira* que Tendo as Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação *Portugueza*

Determinado que na Praça do *Rocio* desta Capital se erigisse hum Monumento em perpetua memoria dos Gloriosos feitos de 24 de Agosto, 15 de Setembro, e 1º de Outubro de 1820, sendo para isso approvado com algumas alterações nos Emblemas, o Desenho Offerecido pelo dito *Domingos Antonio de Sequeira*: Ha por bem encarregar-lhe a Direcção da dita Obra até ao seu ulterior complemento, e espera que se dedique a este trabalho com a mesma energia, zelo, e desteridade com que tem desempenhado outras incumbencias, que se lhe tem encarregado. Palacio de *Queluz* em 15 de Setembro de 1821. = *José da Silva Carvalho*".

Diário do Governo, nº 236, 5 de Outubro de 1821.

Documento 69 (pag. 233)

"O Dia 14 de Setembro de 1822 ficará sendo celebre no Vindouro, por ser aquelle, em que se collocou na Praça do *Rocio* em *Lisboa* a Pedra, que deve servir de Base ao Monumento, que tem de eternizar a memoria da Regeneração *Portugueza*. Na tarde deste dia apparecerão ornadas de damasco todas as janellas daquella vasta Praça; e mais ornadas ainda pelo immenso numero de Senhoras, que as povoavão. No Palacio do Governo se havia reunido huma grande parte dos Chefes Civis, e Militares, e Ministros de Estado, e dalli se dirigirão como em Procissão, ou Préstito ao meio do *Rocio*, fazendo muitas Senhoras parte deste Préstito, que era precedido de hum Estandarte sustentado pelo Reverendo Prior de S. *Nicoláo*, e no qual se lião as letras iniciaes das palavras *Religião, Constituição, Rei*; e logo por cima trez circulos perpendiculares, no primeiro dos quaes estavão escritas as palavras 24 De AGOSTO: no segundo as de 15 DE SETEMBRO: e no terceiro as de 1º DE OUTUBRO; (...). Feita a collocação, para a qual intervierão muitos Cidadãos benemeritos de todas as classes sem distincção alguma, e cuja reunião offerecia hum verdadeiro emblema da uniformidade de sentimentos que os animavão; se elevou sobre a Pedra o Reverendo Prior de S. *Nicoláo*, e agitando o Estandarte deo altos vivas, que forão, com enthusiasmo repetidos pelo immenso concurso, que cobria a Praça, e correspondidos com milhares de lenços, que se agitavão das janellas; em quanto hum grupo de quatro Meninas, subidas acima da Pedra, lançavão flores para todos os lados, as quaes erão apanhadas com avidez; e outras Senhoras espalhavão entre a multidão o Hymno, que abaixo transcrevemos, e que nos dizem, vai ser posto em grande musica pelo afamado, e insigne Professor *Bomtempo*, e que será comhecido pelo nome de = *Hymno da Gratidão*. = No mesmo tempo, que a Pedra se collocou, subirão ao ar girandolas de fogo, que toda a noite continuárão: illuminou-se toda a Praça do *Rocio*; e em differentes ruas muitas casas apparecêrão tambem com luminarias. Eis aqui o hymno.

CORO

Já temos Lei;
Já Patria temos;
Ao nosso Fado
Parabens dêmos.

Illustres Feitos,
Que honrais a Historia,
Dias de Gloria,
A nós volvei.
Já temos Lei;
Já Patria temos;
Ao nosso Fado
Parabens dêmos:
2
A quem nos salva,
Ó *Portuguezes*,
Huma, e mil vezes
Crôas tecei:
Já temos Lei;
Já Patria temos;
Ao nosso Fado
Parabens Dêmos.
3
Se em terra vêdes
O Despotismo,
Ao seu Heroismo
Graças rendei:
Já temos Lei;
Já Patria temos;
Ao nosso Fado
Parabens dêmos:
4
Desce dos Astros
Seculo novo;
Salvou-se o Povo;
Salvou-se o Rei:
Já temos Lei;
Já Patria temos;
Ao nosso Fado
Parabens dêmos:
5
Eia, em memoria
De tal Portento,
Hum Monumento
Aos Ceos erguei:

Já temos Lei;
Já Patria temos;
Ao nosso Fado
Parabens dêmos:
6
Mármore eterno
Falle ao Vindouro;
E em letras d'ouro
Nelle escrevei:
Já temos Lei;
Já Patria temos;
Ao nosso Fado
Parabens dêmos".

Diário do Governo, 17 de Setembro de 1822.

Documento 70 (pag. 249)

"*Senhor*

Manda-me V.M.I. pella Regia Provizão p.2 verificar por termo legal quantos Relligiozos tem o Convento de Corpus Christi, cumprio assim pello termo p.3 tirando em resultado existirem aqui em 16 de Septembro dia em que entrei neste Convento somente tres, tendo os mais passado para o dos Remedios por Ordem: do termo p.4 consta que antes desta Ordem havia aqui dez Relligiozos de Missa, e outros tantos leigos; em segundo Manda-me V.M.I. que da mesma forma verefique quaes são as utilidades esperituaes que o Povo acha na conservação deste Convento, tirei a inquirição p.5 e achei em rezultado que nenhuã, e eu estou bem convencido que só os taes Frades tiravão utilidades do Povo, e que servião somente de embutir mil perjuizos ao Povo tanto pello Confessionario, como pella sua conversação, e não só estes, como o restante de toda a Ordem, pois todos seguem o mesmo Accordo, o que muito bem se conhece pellas Razoes q. abaixo ponderarei A.V.M.I.

Faceis me forão Senhor cumprir estas duas primeiras determinaçoes; porem quando quis verificar as duas seguintes, e tudo o mais, acheime então em hum cahos, os livros das contas e legados tinhão desaparecido, Botica, Livraria, Adéga, Cozinha, Emfermaria, e tudo o mais que era bom tinha tãobem desaparecido, e o resto estava de prepozito barulhado, e confundido de tal sorte, que mais de oito dias não sube do resto insignificante que deixarão

da Botica que appareceo em hum canto d'Adéga, a Livraria lançada toda em terra, trumcadas todas as suas Obras, e só Lixo e pó he cobrião os livros estantes, e pavimento da dita Livraria, emfim tudo cáhos: proguntei pellas couzas, requeziteias, e então conheci que estava com Innocentes, porque a resposta que a tudo davão, os taes Fradinhos, não sei, não há, e daqui não passavão todos, porque todos se achavão combinados. Tomei em fim outra deliberação mandei, e então alguã couza appareceo Nº1 verá V.M.I. quanto trabalho foi nesseçario para se saberem os fundos rendimentos, e dividas do Convento, não podendo conseguir mais do que o constante do ditto apenço e Auto a f.8 destes Autos, vindo a ser o fundo = 22 209$250 = em o rendimento = 2 339$228 = hum Predio que pode no foturo render tres tantos; as dividas ao Convento = 5 255$324 = e as dividas deste = 15 000$000 = sahi deste complicado enredo para outro peór, quis como V.M.I. me manda verificar os Legados Pios quaes são, e então proguntei pello Livro d'elles, veio a resposta do costume não sei, não ha, mandei intimar o ex Prior pella Ordem p.2 no appenço Nº4 e teve o descaramento de jurar in verbo Sacerdotis, termo p.2v do ditto appenço que tal Livro não havia, mandei-o de novo Intimar Ordem p.4 do appenço referido, e appareceo então o livro de que tracta o termo p.4v do mesmo appenço, figurando ter o Convento de Legados a cumprir os constantes do Treslado p.6v do mesmo, e Auto p.9 destes Autos porem taes Legados, Senhor, são falssos, assim como he o livro d'elles aprezentado, pello termo p.4v do appenço, feito e aranjado pella fórma no mesmo termo declarado, que o ex Prior teve inda o descaramento de o assignar, para mostrar isto basta ver que o Livro tem somente quatro folhas de papel escriptas, e no papel achado na caza da Procuradoria, e junto a p.14 destas Autos trata de hum legado a p.25 do Livro d'elles, e pello papel p.11 e p.13 achado juntamente verá V.M.I. a maneira porque procede, e tem procedido esta Corporação no Lançamento, e escripturação de seos Livros, de perpozito aranjada, como elle diz, para o culto ser aos Seculares: Procedi ao Inventario da Igreja, que vai no apenço Nº5 fazendo tractar as couzas Santas com o devido acatamento; fis entrega da Igreja ao Parrocho do Destricto termo p.16 v. do mesmo apenço; procedi depois ao Inventario das couzas percizas, e não sagradas que remeti ao Depozito de S. Bento, apenço Nº7 termo de entrega p.3v passei depois a Inventariar o resto da Mobilia, que tão bem remeti ao dito Depozito de S. Bento apenço Nº8 Rematei o restante por Ordem de V.M.I. apenço Nº9 Inventariei os Titulos Apolices, e documentos para entregar ao Deputado Thezoureiro - apenço Nº10 - e Ultimamente o Predio Urbano que possue o Convento apenço Nº11 - E dei por ultimada a Deligencia auto p.4 do dito apenço, fis tudo em pequenos Inventarios separados para nessa Secretaria se formar o Inventario, como em ultimo, digo o Inventario Geral como em ultimo Ordena a Regia Provizão - p.2. Pareceme pois, Real Senhor pello que acima deixo ponderado que os Frades roubarão quanto poderão, sumirão os livros pellos quaes podia conhecer-se-lhes as ladroeiras, como tinhão somido os tres de que trata a Ordem p.10 do apenço Nº1 - porque tinhão dinheiro a entregar, que adivinhando a existencia dos livros os

obriguei a apprezentalos, e apagarem o que em seu poder tinhão, termos p.14v p.15 e p.16 do dito apenço cujo dinheiro com o produto das rematações entreguei ao Deputado Thezoureiro de que ficão conhecimentos em meu poder, - fazendo-se portanto os ditos Frades credores de que V.M.I. dezembainhando a Espada da Justiça, e fazendo á Nação mais hum bem Haja por supremido não só este Convento, mas toda a Ordem, que não servindo de utilid.e alguã á Nação, são oppostos ao Sistema Constiyucional, isto não he Ordem Relligioza, mas sim huã caza de comercio, de uzuras, e ladroeiras das quaes subsistem. V.M.I. mandará o que achar mais justo. Convento de Corpus Christi. 18 de Novembro de 1833 ".

ANTT, *AHMF*, *Convento Corpus Christi*, nº220, cx. 2231, pag.18-19.

Documento 71 (pag. 251)

Auto d'avaliação do Casco da Congregação da Missão de Rilhafoles

"Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e trinta e quatro, aos oito dias do mez de Julho do dito anno, nesta Cidade de Lisboa, e Caza dos Congregados de Rilhafoles, onde veio o Doutor Antonio Alexandrino de Moraes e Souza Provedor do segundo Districto da Capital, em companhia de mim Escrivão Ajudante do seu cargo, e sendo ahi tambem presentes os Louvados de predios urbanos, Cyprianno Joze Nunes, e Antonio Joze Duarte, o ditto Provedor lhes encarregou, que debaixo do Juramento que lhes havia sido prestado, passassem a avaliar o Casco da Caza, e mais Objectos desta natureza, pertencentes aos Congregados da Missão de Rilhafoles; em consequencia do que, passarão a valuar a mencionada Caza da maneira seguinte = Declararão, que alem da Igreja, e Sacristia, pertencente áquella Congregação, existe uma Caza, ou Convento, situado dentro em um pateo, ficando ao lado direito da sua entrada um portão, que dá serventia para a Cerca, e na frente uma porta por onde se servem para o Convento: compôem-se este de pavimento baixo, e de tres andares mais = a saber = o pavimeto baixo he dividido em quatro dormitorios em quadro, tendo vinte e seis Sellas; caza de Refeitorio, Cozinha, e mais quatro quartos, um quintal, e pateo: o primeiro pavimento he dividido com um grande dormitorio, contendo vinte e tres sellas, e uma Sala para visitas, assim como mais dous quartos: o segundo pavimento compôem-se de dormitorios, que contem trinta e duas Sellas, e mais duas Cazas: o terceiro pavimento tem dezanove sellas e debaixo da perna do madeiramento, tem varios cobiculos para despejos: Tambem ha no plano térreo um outro pateo, chamado do carro, no meio do qual está um telheiro, e em circunferencia do dito,

duas Cavalharices, e varios quartos, lagariça, e uma caza que serve de Celeiro, toda d'abobada, sôbre pegoens de cantaria; existindo mais dentro da Cêrca, junto á cozinha, duas cazas, e um Fôrno; e no meio da Cêrca, uma outra Caza, que denominão Mirante, para a qual se sóbe por uma escada de pédra, a qual é circundada d'uma varanda lageada com láges da Olanda, e o seu coberto fixado sobre varoens de ferro: E declarão os sobreditos avaliadores, que em attenção ao sitio, e estado, e não estar em forma regular, para outro qualquer destino, e serventia; porem attendendo tambem á sua boa construcção, avalião o predio assim descripto na quantia de doze contos de reis (...)".

Auto d'avaliação da Cêrca, e mais pertences, que fica adjacente á Caza da Congregação da Missão de Rilhafoles.

"(...) Que a mencionada Cêrca, se compôem d'uma porção de terra de semeadura, com Oliveiras, e chão para Horta: dous póços de Nora, sendo um coberto, um Tanque d'alvenaria, e uma almaaga: parreiras sôbre pilares de pedra; seus assentos, e sucálcos, murada toda em circumferencia, com saida para a vinha, que tem arvores de fruta de pevide, e caroço: ruáda toda em roda, com parreiras, e latadas de vinha, e em parte, alfazema, e junto ao Mirante um pôço de Nóra com encanamento, que leva agua á cozinha, e lavatorios: um bocado de jardim muito estruido, com seu tanque, o qual é murado sôbre-si, e immediato a elle, em plano mais baixo, está um bosque d'arvores Silvestres, murado em circumferencia, com porta para um pateo, no qual está um telheiro: e declararão os referidos Louvados, ser de que se compoem a mencionada Cêrca, avaliando a sua renda em dusentos e sincoenta mil reis: e o seu valôr, attendendo ao recreio, e situação, em seis contos de reis: vindo portanto a ser a totalidade do Convento, e Cêrca, desoito Contos de reis 0 (...)".

ANTT, *AHMF*, Maço 2234: *Missão de Rilhafoles.*

Documento 72 (pag. 256)

"Em cumprimento da Carta de Lei de 15 de Abril do corrente anno se annuncia, que, perante a Commissão interina da Junta do Credito Publico, hão de andar em Praça do dia 29 do corrente mez em diante, para se proceder na sua effectiva arrematação, nos dias abaixo designados, pelo meio dia, os seguintes Bens Nacionaes - sendo desde logo recebidos os lanços, que se offerecerem debaixo das condições especificadas na referida Carta de Lei, que corre impressa.

LISTA 4ª

No dia 29 de Agosto proximo futuro.

Convento de Corpus Christi em Lisboa

O edifício do Convento na rua Nova da Princeza, em 4 divisões, com escadas independentes, conforme a planta que se acha publica na Repartição da Venda dos Bens nacionaes: a saber:

1ª Divisão: confronta com a rua dos Douradores, para onde tem 106 palmos e meio de frente; e com a rua Nova da Princeza, e travessa de S. Nicoláo, tendo a entrada pela dita travessa. - Comprehende a Igreja, que vai ser secularizada na conformidade da Real Resolução de 26 de Março proximo passado.....

Avaliação	*Arrematação*
7 000$000	15 500$000

2ª Divisão: confronta com o 1º e 2º - rua dos Douradores - e rua Nova da Princeza; tem serventia pela portaria do Convento, e 67 palmos e meio de frente para cada uma das ditas ruas.....

6 000$000	9 150$000

3ª Divisão: confronta com o 2º e 4º - e com as mesmas ruas; tem entrada pela segunda, e 79 palmos de frente para cada uma delas.....

7 000$000	12 000$000

4ª Divisão, com tres frentes, a saber: rua dos Douradores- rua Nova da Princeza (para cada uma das quaes tem 70 palmos e meio de frente) - e travessa da Victoria, por onde tem entrada .....

8 000$000	16 750$000

Diário do Governo, 25 de Julho e 4 de Setembro de 1835, pag.s 724 e 864.

Casa da Congregação da Missão de Rilhafoles em Lisboa

O edificio do Convento (com a respectiva Igreja, que vai ser secularisada); consta de tres pavimentos com dormitorios e mais casas, cavallariça, lagariça, casa de celleiro, quintal, e dous pateos: tem uma Cerca junta, que se compõe de terra de semeadura com oliveiras, chão para horta, e parreiras, dous poços de nora, tanque, e almacega; é murada toda em circumferencia

com saida para a vinha, que se compõe de arvores de fructo, parreiras e latadas; tem poço de nora com encanamento de agoa para a cosinha; um bocado de jardim com tanque, e murado sobre si; e immediato a elle em plano mais baixo, um bosque de arvores silvestres: tudo avaliado em.....

18 000$000

Diário do Governo, 25 de Julho de 1835, pag. 724.

Documento 72A (pag. 256)

LISTA 5ª
No dia 3 de Setembro proximo futuro

Casa de S. Camillo de Lelis - em Lisboa

O edificio do Convento e suas pertenças (comprehendendo a Igreja, que vai ser secularisada) em sete divisões, com serventias independentes, ficando com um ságoão no centro para dar claridade aos predios divididos, conforme a planta que se acha pública na respectiva Repartição da venda dos Bens Nacionaes, e na qual se designa a parte que da 1ª e 2ª divisão tem de ser cortada para o alinhamento da rua, conforme o plano geral da reedificação da Cidade, ao que já houve attenção na medida e avaliação; a saber:

1ª Divisão: confronta com a rua do Arco do Marquez d'Alegrete, para onde tem 113 palmos de frente, e com predios da Misericordia do lado do sul, por onde fica com 100 palmos, e com 152 pelo lado opposto, competindo-lhe uma pequena parte da Igreja.....

Avaliação	***Arrematação***
500$000	520$000

2ª Divisão: confronta com a 1ª e 3ª, e com a rua do Amparo para onde fica com 70 palmos de frente, e com 113 de fundo, confrontando tambem com a rua do Arco do Marquez d'Alegrete, e pertencendo-lhe igualmente outra parte da Igreja .....

600$000	620$000

3ª Divisão: conronta com a 2ª e 4ª, e com a rua do Amparo, por onde tem 75 palmos de frente, e 88 de fundo a tocar no ságuão.....

3 000$000	7 060$000

4ª Divisão: confronta com a antecedente, com a 5ª e parte da 6ª, e com a rua do Amparo, por onde tem 85 palmos, e o mesmo fundo que a antecedente.....

3 500$000	9 020$000

5ª Divisão: faz esquina, e confronta com a antecedente e a 6ª, e com as ruas do Amparo, e nova da Princeza, tendo por esta 73 palmos de frente, e por aquella 100 .....

4 000$000 23 100$000

6ª Divisão: confronta com a antecedente e a 7ª, e com a rua nova da Princeza, por onde tem 77 palmos de frente, e 100 de fundo a tocar no ságuão.....

800$000 6 120$000

7ª e ultima Divisão: confronta com a antecedente, com predios da Misericordia, e com a rua nova da Princeza, por onde tem 78 palmos de frente, e o mesmo fundo que a antecedente .....

800$000 4 010$000

Diário do Governo, 28 de Julho e 11 de Setembro de 1835, pag.s 732 e 888.

LISTA 6ª

No dia 4 de Setembro proximo futuro

Convento do Senhor Jesus da Boa-Morte, dos Eremitas descalços de S. Paulo em Lisboa.

O edificio do Convento (incluindo a Igreja que vai ser secularisada) com frente para a rua da Boa-Morte, e outra para a rua do Patrocinio; tem dous pateos com suas casas e parreiras, havendo em um delles 3 telheiros, e pias de pedra, uma das quaes serve de receber a agoa, que por meio de bomba se tira do deposito que existe no mesmo pateo, pertencente ás agoas-livres, achando-se proximas ás referidas pias 4 columnas de marmore preto; e a Cerca, que consta de terras de semeadura, vinha, e 43 pés de oliveira, tudo avaliado em.....

Avaliação ***Arrematação***

5 560$800 6 105$000

Diário do Governo, 29 de Julho de 1835; ANTT, *AHMF - Convento Jesus da Boa Morte*, Cx. 2227: *Auto de Avaliação*.

Documento 72B (pag. 257)

LISTA 7ª

No dia 7 de Setembro proximo futuro

Casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio - em Lisboa

O edificio do Convento e suas pertenças (comprehendendo a Igreja que vai ser secularisada) suddividido em dez divisões, com serventias independentes, conforme a planta que se acha pública n arespectiva Repartição da venda dos Bens Nacionais; a saber:

1ª Divisão: o terreno que confronta com a travessa de Santa Justa, por onde tem 45 palmos de frente e 97 para a rua nova do Carmo

Avaliação	*Arrematação*
200$000	1 640$000

2ª Divisão: o terreno que confronta com a 1º e 3ª divisão, e com a rua nova do Carmo, por onde tem 97 palmos de frente, e o fundo até confinar com a propriedade que faz frente para a rua do Ouro

150$000	1 000$000

3ª Divisão: o terreno que confronta com a 2ª e 4ª divisão, e tem de frente para a dita rua 97 palmos, e o fundo até entestar com as propriedades edificadas na rua do Ouro

200$000	820$000

4ª Divisão: o predio que confronta com a 3ª e 5ª, com a rua nova do Carmo por onde tem 136 palmos de frente, comprehendendo 8 portas, e tendo do fundo até á rua do Crucifixo, para onde tem frente 120 palmos, e 6 portas

3 500$000	17 300$000

5ª Divisão: o predio que comprehende no centro o corpo da Igreja, com fundo até á rua do Crucifixo, para onde tem de frente 190 palmos, e 13 portas, tendo outros tantos palmos tambem de frente para o lado opposto, sendo desta medição parte da rua nova do Almada, e parte na rua nova do Carmo; devendo ser cortado, para regular o alinhamento, o saliente do portico da Igreja, segundo se acha designado na mesma planta

5 000$000	20 100$000

6ª Divisão: o predio que tem 138 palmos de frente para a rua nova do Almada, com fundo até á rua do Crucifixo, para onde tem 132 palmos, e 9 portas

2 000$000 16 500$000

7ª Divisão: o predio que tem 80 palmos de frente pela rua nova do Almada, e fundo até á rua do Crucifixo, aonde tem 71 palmos de frente para edificar, pois deste terreno só uma pequena parte está edificada

600$000 4 100$000

8ª Divisão: o terreno que tem 74 palmos de frente para a rua nova do Almada, e fundo até encontrar o alinhamento da rua do Crucifixo, para onde ha de ter igual frente

300$000 2 620$000

9ª Divisão: o terreno que tem 74 palmos de frente para cada uma das referidas ruas, e fundo até encontrar o alinhamento da rua do Crucifixo

300$000 2 800$000

10ª Divisão: o terreno que tem 80 palmos de frente para a rua nova do Almada, 120 para a travessa de S. Nicoláu, e 95 para a rua do Crucifixo

1 000$000 7 450$000

Totais **13 250$000** **74 280$000**

Declara-se que parte destes terrenos acima confrontados se acham arrendados, e nelles feitas diversas bemfeitorias; sendo as condições dos mesmos arrendamentos as seguintes:

Que os rendeiros das barracas na rua nova do Carmo num. 39B, E e F eram obrigados a entregar o terreno livre e desembaraçado quando os Padres quizessem nelles edificar, ou fosse necessario para a Congregação, pagando as bemfeitorias sendo para outro fim.

Quanto porém ás outras barracas e terrenos na mesma rua num. 39C, D, G, I, L, M, 40 e 40A; assim como na rua nova do Almada num. 62 a 81 inclusivè, e travessa de S. Nicoláu num. 72A a 80, e rua do Crucifixo, barracão nº 16B, e abobadas 16 E e F, 18A, e 18B, são todas com a clausula de se lhes não pagarem as bemfeitorias, e entregarem os terrenos livres e desembaraçados.

Diario do Governo, nº 178, 30 de Julho e nº 220, 17 de Setembro de 1835.

Documento 72C (pag. 258)

Convento de D. Domingos da Ordem dos Prégadores em Lisboa

O edificio do Convento, e suas pertenças, confrontando com a praça do Rocio, rua do Amparo, travessa do Amparo, e travessa de S. Domingos, devendo-se abrir tres ruas, que cortam parte dos predios pertencentes ao mesmo Convento; a 1ª em continuação da rua dos Corrieiros até á portaria no largo de S. Domingos; a 2ª atravessa o edificio desde a 1ª rua até á 3ª, que é a rua que se abre em continuação da rua nova da Princesa; como se vê na respectiva planta, que se acha publica na Repartição da venda dos bens nacionais, a saber:

1ª Divisão: tem 126 palmos de frente para a Praça do Rocio, 56 palmos para o lado do norte, e 92 para o lado do sul, formando esquinas para a dita praça e largo de S. Domingos

Avaliação	*Arrematação*
5 000$000	30 000$000

2ª dita; confronta com a 1ª e a 3ª; tem de frente para o lado do Rossio 122 palmos, e 94 de fundo

3 000$000	17 200$000

3ª dita; confronta com a 2ª e a 4ª; tem de frente para o lado do Rocio 72 palmos, e 95 de fundo

2 600$000	14 200$000

4ª dita; confronta com a 3ª e a rua do Amparo, para onde tem de frente 97 palmos, e 53 para o lado do Rocio

3 000$000	18 100$000

N.B.Os fundos destas 4 divisões terminam na rua nova, que se ha de abrir em continuação da rua dos Corrieiros.

5ª dita; tem de frente para a rua do Amparo 107 palmos, e de fundo 77; e confronta com duas das ruas novas que se hão de abrir

2 400$000	10 000$000

6ª dita; confronta com a 5ª e a 7ª; tem de frente para a rua do Amparo 114 palmos, e de fundo 77

2 500$000	11 000$000

7ª dita; confronta com a 6ª e a 8ª; tem a mesma frente e fundo que a antecedente

600$000 4 810$000

8ª dita; confronta com a 7ª e com a rua do Amparo, por onde tem 107 palmos de frente, e faz esquina para a nova rua em continuação da rua nova da Princeza, por onde deve ficar com 77 palmos de frente

500$000 4 800$000

9ª dita; confronta com a rua do Amparo, para onde deve ter 96 palmos de frente, e com a rua que se abre em continuação da rua nova da Princeza, para onde ha de ter 84 palmos de frente. Na medição dos 96 palmos comprehende-se uma parte da travessa do Amparo, a qual vai ser inutilizada em consequencia da abertura da nova rua em continuação da da Princeza

400$000 4 000$000

10ª dita; comprehende a outra parte da referida travessa, e deve ter 85 palmos de frente para a dita rua em continuação da rua nova da Princeza; e 81 de fundo; confronta com a divisão antecedente

300$000 810$000

11ª dita; com 130 palmos de frente para a dita rua, que de novo se abre em continuação da rua nova da Princeza, e 193 para a outra rua nova, com a qual hão de de confrontar as 4 divisões de num. 5 a 8. Confronta com a sacristia do Convento, por onde tem 99 palmos, a tocar em um saguão

400$000 1 200$000

12ª dita, com 132 palmos de frente para a mencionada rua, com a qual hão de confrontar as referidas 4 divisões, tendo de fundo 88 palmos, a tocar em um saguão. Confronta com a 13ª divisão, e tambem com a sacristia

300$000 900$000

13ª dita, com 88 palmos de frente para a rua nova em continuação da rua dos Correeiros, e 118 palmos, a tocar na 12ª divisão. Confronta com o mesmo saguão, e com a divisão 14ª

250$000 750$000

14ª dita, confronta com a antecedente, por onde tem 72 palmos, a tocar no saguão, com a rua nova em continuação da rua dos Corrieiros, por onde tem 88 palmos de frente e largo de S. Domingos

100$000 400$000

15ª dita, com fronte para a travessa e largo de S. Domingos, pertencendo-lhe todos os espaços exteriores á Igreja pela referida travessa; não se comprehende porém a parte, que faz esquina para o dito largo, a qual tem de ser cortada para se aperfeiçoar o alinhamento da rua

	3 200$000	17 200$000
Totais	**21 550$000**	**135 370$000**

Diário do Governo, nº 177, 29 de Julho e nº 215, 11 de Setembro de 1835

Documento 72D (pag. 258)
LISTA 8ª

No dia 9 de Setembro proximo futuro

Convento da Santissima Trindade em Lisboa

O edificio do Convento e suas pertenças (comprehendendo a Igreja já secularisada) em sete divisões com serventias independentes, devendo ter uma rua que se deve abrir em continuação da travessa do Secretario de Guerra até á Porta do Carro, e que corta parte dos predios pertencentes ao mesmo Convento, conforme a planta que se acha pública na respectiva Repartição da venda dos Bens Nacionais; a saber:

1ª Divisão: na rua larga de S. Roque, por onde tem 92 palmos de frente, e 72 de fundo pelo lado que confina com a 2ª divisão

	Avaliação	***Arrematação***
	2 000$000	4 000$000

2ª Divisão: confronta com a 1ª e 3ª na mesma rua, para onde tem 86 palmos de frente, fazendo esquina para o largo da Trindade, para o qual tem 94 palmos

	3 0000$000	6 010$000

3ª Divisão: confronta com a 2ª e 4ª no dito largo, aonde tem 102 palmos de frente, devendo fazer esquina para a nova rua que se projecta abrir, e para a qual tem de frente 110 palmos

	600$000	660$000

4ª Divisão: confronta com a 3ª por onde tem 72 palmos de fundo, e de frente para a mesma rua nova 101 palmos

400$000 405$000

No centro destas quatro divisões deve haver um saguão que dê claridade aos predios nellas edificados; assim como da 2ª e 3ª divisão se deve cortar o saliente que ha para o largo da Trindade, a fim de procurar o novo alinhamento; tudo segundo a referida planta.

5ª Divisão: tem de frente para a dita rua nova 90 palmos, e todo o fundo que decorre desde a frente desta rua até tocar nas propriedades que fazem frente desta rua para a rua da Oliveira; confinando pelo norte com as casas que tem frente para a travessa de João de Deos

100$000 224$000

6ª Divisão: confronta com a 5ª, tendo de frente para a rua nova 91 palmos, e de fundo todo o comprimento que decorre desde a frente desta rua até ás casas que confrontam com a rua da Oliveira, formando um angulo com o predio que está de posse de manoel Moreira Garcia

200$000 250$000

7ª Divisão: confronta com a 6ª, e tem de frente para a dita rua nova 94 palmos, e de fundo pelo lado do norte, por onde confina com a 6ª divisão, 216 palmos; e pelo lado do nascente, por onde confina com o predio do sobredito Garcia, 88 palmos; confinando tambem com predio e quintal do mesmo pelo lado do sul, por onde faz duas chaves

400$000 1 260$000

Totais **6 700$000** **12 809$000**

Diário do Governo, 31 de Julho,17 de Setembro, 12 de Dezembro de 1835.

Documento 73 (pag. 261)

"Teve depois segunda leitura o seguinte requerimento do Sr. Galvão Palma.

A Nação quer saber aonde estão as joias: os ricos utensilios, tantos *chefes d'obra*, e primores do genio e da arte, que embelesavam os Claustros até ao momento da sua extincção: e eu como um dos representantes da Patria, fiel à minha missão, desjo satisfazer-lhe a vontade, até porque della póde resultar a grande vantagem de entrarem na massa dos Bens Nacionais muitas alfaias, que com grossas quantias de dinheiro se teem sonegado.

Requeiro por tanto, que se peçam illustrações ao Governo, para que informe o Congreso de como nas administrações Geraes se executou o providente Decreto de 16 de Janeiro, e Portaria de 27 do mesmo, e que resultados delles se colheram; informação que se não deve limitar ao estado em que ora se acha esta cobrança, mas extensiva ao que subsequentemente for apparecendo, não só em relação aos Mosteiros, mas aos Paços Episcopaes, e predios annexos ás Mitras, e bem assim a qualquer outra alienação dos bens Nacionaes".

Diário do Governo, nº 97, 26 de Abril de 1837, pag. 343.

Documento 74 (pag. 261)

Os monumentos

(...)"É contra o espírito destruidor d'esta geração que ora vive, que erguemos a voz: ergue-la-hemos a favor dos monumentos da história, da arte, e da glória nacional, que todos os dias vemos desabar em ruinas. Aceitamos desde já o sorriso dos economistas, dos reformadores, e dos caiadores do passado; retribuimos-lhes com outro; e encarregamos aos nossos netos o decidir qual d'estes dois sorrisos deixou estampada a infamia nos lábios por onde passaram.

Duas epochas distinctas apresentam os últimos tempos, nas quaes se póde dividir a história da destruição dos monumentos da nossa patria: uma já acabou; na outra vivemos nós.

A última metade do século passado, e parte d'este foi um periodo de reforma. Começou-a um homem grande, mas que era homem do seu tempo. Genio positivo e mui pouco especulativo, ministro d'um rei absoluto, e sabendo que se não caminhasse depressa ficaria no caminho, o marquez de Pombal fez ressurgir de salto sciencia, artes, industria, administração (...).

A industria foi tambem introduzida á força; mas as artes, e principalmente a architectura, cuja historia n'este logar nos importa mais do que a nenhuma outra, já existiam quando começou a reinar o marquez de Pombal. A epocha de D. João 5º foi uma epocha de luxo e riqueza; e o luxo e a riqueza criam os artistas. As obras magnificas do nosso Luís 14º, e mais que tudo a edificação do fradesco palácio de Mafra, fizeram apparecer estatuarios, esculptores, architectos. Achou-os o conde de Oeiras, e deu aos seus talentos uma nova applicação: ao gosto falsissimo da architectura italiana, que era a seguida em Portugal, fez substituir um gosto mais severo, mais util, e mais mesquinho: era um político influindo nas artes. Compare-se o caracter geral do convento de Mafra com o das grandes obras do marquez de Pombal - as ruas da cidade baixa - o terreiro do Paço - a alfandega - o arsenal: em Mafra achar-se-ha exaggeração de ornatos, primores de cinzel, nenhuma inspiração verdadeiramente grande: nas obras do marquez, largas móles desadornadas: edificios monotonos, mas uteis e necessarios: uma praça magnifica; mas affeiada de miseraveis paredes amarellas, para poupar alguns palmos de silharia; para poupar algum mármore em uma serra de mármore! O plano de todas as obras d'esta epocha parece traçado no entendimento de um negociante hollandez. O despotismo ignorante estragou a arte com ridiculos ouropeis: o despotismo ilustrado estragou-o com a razão. Mafra é um poema da Fenix renascida: a cidade do marquez de Pombal, um soneto de Diniz, ou uma ode de Garção.(...)

Morreu D. José 1º e com a sua morte naufragou Portugal: sobre o vortice que o sorveu boiaram por algum tempo as letras e a sciencia, que sustentava ao de cima o braço do duque de Lafões: mas a architectura affundou-se de todo. Quereis saber o que ela foi dahi ávante ? Olhae para o convento do Coração de Jesus: encontrareis um pensamento de restaurar a architectura do principio do século 18º: mas um pensamento que produz uma caricatura d'outra caricatura: aquellas portas microscopicas, aquellas columnas gigantes, encostadas ao edificio como uma excrescencia, que alli se guarda para outra obra em que sejam precisas, aquelle atrio detestavel, aquellas torres, onde não se pouparam, nem columnas inuteis, nem ridiculo, tudo isso é a amostra do gosto da epocha, gosto que tem durado, e que debaixo de differente forma achareis no paço da Ajuda, e em meia duzia de armazens ao divino, contruidos nos ultimos quarenta annos, e baptisados com a pomposa denominação de templos.

Eis o que foi em Portugal a architectura durante seculo e meio: as gerações que então passaram não podiam comprehender a sublime magestade dos edificios da edade media; os paços ghoticos, os castellos antiquissimos deixaram-se desabar: conservaram-se os mosteiros, algumas parochias, as cathedraes; não por serem cousas da arte, mas por serem cousas santas; o resto caíu em ruinas.

Mesmo assim hoje, em mosteiros, em egrejas, em cathedraes, teriamos inestimaveis monumentos, se n'esta terra, desamparada de Deus e da arte, tivesse havido um vislumbre de gosto puro. Porém os bispos sabiam theologia e direito canonico; os conegos, alguns, sabiam latim; os frades eram eruditos, e homens de letras; mas nem os bispos, nem os conegos, nem os

frades curavam ou entendiam de architectura. Entregaram tudo aos architectos e os architectos tudo estragaram. A pedra calcarea chegava a custo para se converter em cal: os batefolhas não tinham mãos a medir: columnas, capiteis, abobadas, torres, portaes, arcarias, claustros, tudo foi caiado, dourado, enfeitado, estragado.Procurae nas nossas sés uma d'essas columnas rendadas, cubertas de imagnes, de bestiães, de lavoures; onde os olhos do antiquario liam a historia dos costumes, do trajo, das crenças que vogavam n'aquellas eras; onde muitas vezes estavam esculpidos longos dramas populares, retratos de homens illustres, e até romances e imaginações de poetas; onde o esculptor copiava para o futuro a sua vida intima; procurae essas columnas e não achareis uma só! - Passou por lá o picão do reformador, a colher do estucador. As columnas estão rebocadas, alvas e polidas. A luz do sol já não bate no pavimento do templo, convertida em luz baça, saudosa, e de meditação, pelos vidros córados das frestas esguias, pelas janellas circulares e profundas: agora alaga em torrentes essas paredes brancas e douradas, d'onde escorregam e caem para a terra todas as orações que, d'antes, por ellas subiam aos ceus: o templo de Deus é como a salla de baile, como a salla dos legisladores, como a salla do theatro, como a praça publica, sem mysterio, sem tradicções, sem saudade. Gloria aos rebocadores, estucadores, caiadores, e douradores do seculo que foi, e do que é !

Porém, se a barbária ridicula destes ultimos cem annos procurou cubrir com o seu asqueroso veu os monumentos dos bons seculos, deixou-lhes ao menos os seus bellos e sublimes perfis, as suas linhas architectonicas: a idéa primitiva dos edificios escapou ás picaretas e aos boiões de cal delida; e apesar de que os edificios, que o tempo arruinou em parte, foram reedificados, n'essa parte, segundo os principios da depravação moderna, ficando monstruosos e absurdos na sua integra, todavia ainda ha muito que estudar e admirar n'esses monstros, em quanto outros ainda restam intactos nas suas formas geraes.

Mas durarão muito tempo estes restos das riquissimas obras da mais formosa e magnifica de todas as artes? - Não o esperamos; mas deixaremos ao menos estampadas as nossas maldicções contra os seus destruidores. Fizemos até aqui justiça ás tres gerações passadas: fá-la-hemos á nossa no que vamos escrever. Pertencem aquellas á primeira das duas epochas, em que dividimos a historia da completa ruina da architectura; nós pertencemos á segunda: aquellas destruiram por ignorancia, e ainda mais por desleixo; destruiram negativamente: nós destruimos por idéas exaggeradas e falsas: destruimos activamente; destruimos, porque a destruição é uma vertigem do tempo, uma febre que devora, não os corpos, mas os espiritos. Felizes nós se podermos curar alguem d'ella; salvar ainda que seja uma só pedra das mãos dos modernos Hunos".

Monumentos II

"Fechámos n'uma epocha só de decadencia da architectura quasi seculo e meio; porque realmente a indole de todo este largo periodo é sempre a mesma: vê-se a arte na sua longa agonia, rodeada de curandeiros que pretendem sara-la; mas que a transfiguram, sem lhe comprehenderem o achaque intimo que a devora: vemos gesso, ouro, e talha; vemos columnas a proposito e despropositadamente: vemos converter os velhos monumentos em monstros de Horacio: torres gothicas, ao lado de zimborios á Buonarroti ou de portaes á Barrozio: vemos a capella do seculo 18º, aberta ao lado da nave do seculo 15º, como um lobinho, um tumor asqueroso, em corpo de homem bem proporcionado: vemos alevantar edificios de negociantes, e egrejas, a que impia e ridiculamente se dá o nome de *bonitas*: vemos as grandes praças de Lisboa, bem quadradas, bem symetricas, e bem prosaicas: vemos egrejas como a da Incarnação, e a dos Martyres, caiadas, pulidas e alindadas, onde não mora um só pensamento de Deus. As gerações, que assim tractaram a arte, assim a entendiam. Por um lado imprimia-se a poetica do padre Freire, coroava-se a Osmia, publicavam-se por ordem superior as poesias (?) de Ribeiro dos Santos: por outro, encostavam-se columnas pelas paredes da egreja de S. Domingos, á porta do Arsenal, e entre as frestas do atrio tysico do convento do Coração de Jesus. Sentia-se que a litteratura e as artes tendiam a uma regeneração; mas não se percebia que não era possivel fazer-se essa regeneração por via das tradições carunchosas da Grecia ou de Roma; porque de haverem revivido essas tradições, no principio do seculo dezaseis, tinha vindo indirectamente a ruina das letras e das artes europeas, cuja tendencia era outra, e outro devia ser o futuro. Mas isto era um erro, e uma ignorancia acompanhada de bons desejos. É esta a cabal desculpa dos desvarios de seculo e meio; dessa primeira epocha de decadencia. Vejamos se egual descargo de si póde apresentar a segunda epocha.

Esta começou ha poucos annos; mas nessas poucos annos já dará maior numero de paginas maldictas á historia da arte, do que lhe deu seculo e meio. O picão e o carmatello só ha bem pouco tempo que podem dizer: *triumphámos*! Até então escaliçavam paredes, roçavam esculpturas; mas agora derrubam torres e curucheus, partem columnas, abatem muros, quebram lousas de sepulchros, e apagam todas as provas da historia. Corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata: e o mais é que não ha colhe-lo ás mãos e affoga-lo; porque, semelhante a comico perfeito, desempenha todos os papeis, e veste-se com todos os trajos. Aqui é vereador municipal; alli administrador de concelho: ora é ministro; logo deputado: hoje escriptor; amanhaã empregado publico: corre na carruagem do fidalgo; faz assentos de debito e credito no escriptorio do mercador; dá syllabadas em latim de missaes; prégа, por caffés, sermões de economia politica, e de direito publico; capitanea soldados; vende bens nacionaes; ensina sciencias: enfim é tudo, e mora por toda a parte. Attento a que não sôe em nenhum logar uma unica voz do passado, esbraveja,

argumenta, esfalfa-se; e é necessario um ruido de monumento desabando,para que elle adormeça, e repouse da sua perpetua lide.

Apesar desta ferocidade do vandalismo não se crêa que elle é descuidado no vestido, medonho de cactadura, descomposto nos ademanes: não senhores! O vandalismo é aprimorado no trajo, lhano no gesto, cortez no tracto. Encontra-lo-heis nas sallas requebrando as damas, dançando, tomando chá: vereis que entende francez e inglez; que leu Voltaire e Pigault-Lebrun, e que sabe quasi lêr e escrever portuguez. O vandalismo é cortezão civil, affavel. Que não veja um monumento, e será o ente mais pacifico deste mundo.

Mas desgraçadamente o velho Portugal estava cuberto de recordações do passado. Cada facto historico tinha uma egreja, uma casa, um mosteiro, um castello, uma muralha, uma pedra de sepulchro, que eram os documentos perennes desse facto, e da existencia das pessoas que nelle tinham apparecido: com isto tudo topou o vandalismo, e irou-se. Ergueu-se e fallou em feudos, em dizimos, em corrupções fradescas, em maninhadegos, em servos da gleba, em direitos de osas, em superstições, e semeando estes vocabulos por meio de sentenças philosophicas, de logares communs do cathecismo de Ramon Saias, chamou os homens do alvião e picareta, começou a derrubar, victoriado pelo povo. Só elle, immovel no meio de mil mudanças, no meio de opiniões contrarias, de luctas, de commoções; tem apontado constante ao seu alvo, a demolição do passado: elle pertence a todos os bandos politicos, acceita todos os principios, curva-se a todos os jugos, com tanto que o deixem roer os testemunhos da historia e da arte; que o deixem fazer-nos esquecer da gloria ancional; e de que somos um povo de illustre ascendencia: este pensamento é o seu pensamento unico, perpetuo, e inabalavel.

E quando vemos que até o vandalimos está tão civilisado, ainda haverá quem diga que este seculo não é um século de illustração e progresso? Tal blasphemia será o primor da maledicencia.

Há algum tempo que recebemos uma carta de um assignante do Panorama, em que nos dizia o seguinte:

"Tendo havido quem ousasse desfazer e revolver o tumulo em que jazia o cadaver de D. Luiz d'Attaide na egreja do extincto convento do bom Jesus desta villa (Peniche) este facto excitou, nos que concorreram a observar os despojos mortaes daquelle heroe, vivos desejos de ouvirem fallar da sua vida e feitos".

Cartas semelhantes temos recebido de outras partes. De todos os angulos do reino se alevantam brados de homens generosos, que lamentam as ruinas dos velhos edificios, a profanação dos sepulchros, a destruição de todas as memorias da arte e da historia. (...)

Um respeitavel viajante hespanhol nos contou que vira entre os entulhos do convento de S. Domingos de Lisboa uma lagem, onde se lia o epitaphio de Fr. Luiz de Granada. Pediu aos que ahi trabalhavam a tirassem do meio das ruinas, porque essa pedra era de muita valia. Provavelmente os economistas das alavancas, os philosophos das picaretas, riram desta impertinencia do hespanhol retrogado, e a lapide sepulchral de um dos homens mais sabios e

eloquentes que a Peninsula viu no seu seio, estará jazendo a estas horas nos fundamentos de algum edificio, que, abatendo a decima e os concertos, renda tantos por cento ao anno! Oh incomparavel civilisação deste seculo!

Levaram-nos a Coimbra no anno de 1834 obrigações de serviço publico: ahi residiamos quando foi supprimido o mosteiro de Sancta-Cruz. Correu então voz publica de que houvera quem se lembrasse de pedir que este bello edificio fosse entregue á Municipalidade. Ninguem imaginará para que. Era para esta o mandar arrazar e fazer uma praça. Não veio a lume este projecto nefando; mas não foi por mingoa de bons desejos. (...)

Correias principaes cidades do reino: buscae os mais veneraveis edificios: ou jazem por terra, ou foram destinados para estabelecimentos que de necessidade os estragaram. A bella e veneranda egreja de S. Francisco do Porto, unico monumento do seculo 15º que possuia aquella cidade, foi destinada para armazem da Alfandega. - O mosteiro dos Jeronimos em Belem, obra prima da architectura media entre a neo-gothica, e a chamada do *renascimento*; edificio magnifico de uma epocha de transição na arte como Sancta-Sophia de Constantinopla o é de outra epocha semelhante, foi deturpada não nos importa por quem; o seu maravilhoso claustro affeado com paredes caiadas, e convertido em dormitorios forçosamente humidos e mal-sãos. A Batalha, Alcobaça, o convento da ordem de Christo em Thomar, caem em ruinas; e dis-se: *Que importa?* Barbaros! Importa a arte, as recordações, a memoria de nossos paes, a conservação de cousas cuja perda é irremediavel, a gloria nacional, o passado e o futuro, as obras mais espantosas do entendimento humano, a historia, e a religião. (...)

Procurae hoje por exemplo a antiquissima parochia de Sancta Marinha, ou a de S. Martinho: achareis os logares onde estiveram; e estes logares preparados para se alevantar ahi isso a que nós, espiritos lilliputianos, chamamos habitações, e se quizerdes, palacios.Verdade é que Sancta Marinha encerrava memorias anteriores á monarchia, e que a parochia de S. Martinho estava ligada com a historia da grande crise politica, porque passou Portugal em 1380; mas de que momento é essa consideração, se attendermos a que lá, onde estiveram os dois templos ricos de edade e tradições, se podem construir duas moradas de casas, bem elegantes, bem frageis, bem pintadas, bem alvas no exterior? (...)

Uma das obras mais admiraveis do seculo 14º foi, sem duvida, a muralha que D. fernando alevantou á roda de Lisboa (...). O progressivo augmento da cidade a tinha feito desaparecer em grande parte; mas restava ainda, além de outros, um lanço importantissimo: era o angulo que fechava Lisboa, naquelle tempo, pelo lado do bairro dos judeus; e por este angulo, onde houvera uma porta e, ao que parece, um cubello, se podia traçar quasi exactamente o sitio por onde corriam os dois lanços de norte e de oeste. Assim se podia determinar qual era a grandeza da cidade naquella epocha, e se conservava, além disso, um *specimen* da grossura e mais proporções da muralha, que em nada se parecia com as que pelo reino se edificaram em tempo de D. Manuel.

Este angulo, este fragmento, esta memoria, testemunha da mais brilhante epocha da nossa historia, lá se está derrubando para se fazer uma praça, bem larga, onde caibamos; porque é indubitavel, que nós, *homens gigantes*, comparados com os nossos avós, *pigmeus* conquistadores da Africa e da India, não cabemos onde elles couberam. (...).

Vergonha é confessa-lo: - os estrangeiros teem mostrado maior veneração pelas antiguidades do nosso paiz do que os portuguezes! - Um estrangeiro salvou no mosteiro de Bemfica a antiga capella de D. João de Castro. Ha poucos dias ouvimos outro, em cujos olhos chammejava a indignação, clamar altamente contra a barbaria, com que se deixavam estragar na egreja de Belém varios quadros magnificos, de eschola portugueza, nos quaes os passaros, entrando por frestas mal reparadas, do edificio, vão amontoando suas immundicies. - Mas estes estrangeiros são homens que comprehendem a arte, e a historia; que sentem e entendem. Nós é que perdemos comprehensão, sentimento e intelligencia.

Se com a nossa incuria e raiva assoladora desmentimos o passado, para desmentir tudo, até falseâmos a indole do presente. É a economia a sciencia do nosso tempo. - Todos fallam em capitaes, em industria, em riquezas sociaes, em valores: mas que serão os velhos edificios; que serão essas admiraveis machinas de marmore e granito? São resultado ou *producto* da concepção, da applicação, e da execução: são, portanto, uma riqueza social: e porque, e para que anniquilaes vós essa riqueza? Dado que ella representasse um capital morto, deverieis acaso lançar este fóra? Todavia um monumento, recommendavel como objecto de arte, é um capital productivo. Calculae quantos viajantes terão attravessado Portugal, durante um seculo. Certo que não é para correrem nas nossas commodas *diligencias* por nossas bellas estradas, ou navegarem nos nossos rapidos vapores por nossos espaçosos canaes: certo que não é para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores; nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem o mosteiro da Batalha, o templo romano de Evora, o castello da Feira, a collegiada de Guimarães, o convento de Belém, e, enfim, tantas obras primas que encerra este cantinho do mundo. E dizei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim de sua peregrinação, sem despender muito ouro? Ignoraes que esse ouro se derrama por mãos de portuguezes? - E fallaes vósoutros de Economia Politica (...).

Paremos aqui. Se houveramos de dizer tudo o que nos occorre nesta materia, tudo o que, talvez, cumpria se dissesse, fariamos, em vez de um artigo, um livro. Seja-nos, comtudo, licito lançar em ultimo logar uma idéa, que se fosse posta por obra, poderia referar um pouco a sanha do vandalismo.

Quizeramos, que todos os homens, que teem um coração portuguez, fizessem uma associação, cujos membros estivessem espalhados por todo o reino: que os residentes em Lisboa formassem uma especie de juncta, á qual os das provincias, logo que á sua noticia chegasse a demolição de algum monumento da historia ou da arte, remettessem uma breve nota, individuando as circumstancias do edificio destruido e o nome do arrazador, quer este fosse auctoridade publica, quer fosse algum particular. Quizeramos depois que esta breve nota,

sem reflexões, sem affrontas, se legasse á posteridade, em todos os jornaes, para que esta fizesse a devida justiça. Nenhuma lei prohibe que se narre singellamente um facto que o seculo julga indifferente; ninguém, portanto, se poderia queixar de semelhante publicação: e quanto aos vindouros, que importam as suas maldicções ao que não cura nem da arte, nem do passado, nem do futuro, nem da gloria nacional, nem da memoria de seus avós, nem dos sepulchros, nem das tradições, nem sequer, em fim, dos interesses materiaes que resultam e hão-de resultar da conservação dos monumentos? Nada: e por certo elles ririam dessa vingança publica; mas talvez seus filhos e netos não rissem, vendo-se obrigados a renegar do nome paterno, ou a acceitarem dos seus contemporaneos o ferrete infamante, que elles sobre taes nomes hão-de forçosamente imprimir.

Alexandre Herculano, "Os monumentos" in *Panorama*, 1838, pag.266-268; 275-277.

Documento 75 (pag.268)

"Tendo Vossa Magestade ordenado por Portaria de onse de Abril ultimo, que a Camara Municipal de Lisboa emitisse a sua opiniaõ sôbre o projecto de abertura de uma nova rua que comunicasse a Travessa do Secretario de Guerra com o Arco de S. Roque, prolongando-se em linha recta até ao mencionado Arco; determinação esta que Vossa Magestade foi servida reiterar em officio de seis do corrente: a Camara satisfasendo ao preceito de Vossa Magestade com a Planta junta, tem a honra de declarar, que toda a demora tem sido proveniente da necessidade que a Camara julgou haver de mandar levantar a referida Planta.

É pois opiniaõ da Camara que se acaso se tiver só em vista o dar maior valor ao terreno do extincto Convento da Trindade com a menor despesa possivel, deverá adoptar-se o plano das Obras Públicas, o qual consiste em abrir a rua **AA**, *e demolir o Arco de S. Roque, como consta da Informaçaõ junta do Fiscal d'aquella Repartiçaõ: se porêm, a par d'aquella vantagem, se deseja aformosear a Cidade, e promover o commodo e recreio de seus habitantes, outros projectos ha que podem lembrar, e a Camara os vai expor pela sua ordem de utilidade e despêsa.*

Primeiro Projecto

Deve abandonar-se a idéa de prolongar a Travessa do Secretario de Guerra, já defeituosa no seu alinhamento, e seguir as linhas com banho asul. A linha **D** *deve prolongar-se até á muralha de S. Pedro d'Alcantara.*

Na execuçaõ d'este projecto, o maior edificio que ha para demolir é a Igreja de S. Roque e Casa da Misericordia.

Este edificio, ou se considere a sua antiguidade, ou a sua construcçaõ e Architectura, naõ offerece bellesas que devam conservar-se, a naõ ser a Capella de S. Joaõ, a qual facilmente se pode collocar na Igreja da Sé, na de S. Vicente, ou de S. Domingos, que saõ os mais vastos e mais bellos Templos de Lisbôa.

A Commissaõ Administrativa da Misericordia francamente publica, e já representou ao Governo o grande numero de inconvenientes que se encontram naquella casa e local para semelhante estabelecimento, o qual com muito proveito das creanças, das pessôas recolhidas, das amas, e mais empregados podia ser mudado para o Convento da Graça.

A falta da Igreja de S. Roque para os Officios Divinos pode sersupprida, conservando-se e melhorando-se a Igreja da Trindade, a maior parte da qual escapa ao corte projectado.

Por tanto nem pelo lado agradavel, util, ou de commodidade para os visinhos apparecem rasões que se oponham áquella demoliçaõ.

Os outros edificios que ha a demolir pertencem ao Hospital de S. Jose, e a diversos particulares. Tanto um, como os outros podem ser indemnisados, construindo-se-lhes predios no terreno do extincto Convento da Trindade, iguaes em valor e rendimento aos que actualmente possuem, com a differença de serem novos, distribuidos interiormente á vontade do proprietario, e aformoseados por fóra, adoptando-se uma architectura differente da usual, simples mas elegante e variada, e ficando os novos predios collocados em melhor sitio e por tanto com aluguer certo.

O complemento d'este projecto comprehende a construcçaõ de um Chafaris no ponto **C** *com o fim de se demolir o que actualmente existe em S. Pedro d'Alcantara. Outro tanto deve faser-se aos barracões que o cercam, e continuar o passeio á roda da may d'agua tanto no pavimento superior, como no inferior do novo jardim que se anda fasendo.*

O producto das demoliçõe pode ser empregado nas novas construcções a fim de se deminuir o custo d'estas.

Finalmente este projecto nem é absurdo, nem impracticavel, nem taõ dispendioso como á primeira vista parece.

Naõ é absurdo, porque os edificios votados á demoliçaõ naõ tem bellesa, nem elegancia nem convem para os estabelecimentos que os occupam.

Que naõ é impracticavel está provado, visto haver aonde collocar ou estabelecer o que d'alli se tira; porque a maior obra que ha a faser é a de demolir; e finalmente porque os predios novos e muralhas que há a construir naõ offerece difficuldade alguma.

A despesa diminue por haver terreno nacional com que indemnisar os proprietarios dos predios que saõ demolidos, e por se aproveitarem nas novas construcções os materiaes resultantes das mesmas demolições.

Por outro lado, este projecto offerece muitas outras vantagens, alem das já apontadas, a saber: poderem se melhorar os declives das Calçadas desde a volta da may d'agua até ao largo das duas Igrejas: alargar a estreita e immunda garganta da rua da torre de S. Roque; abrir uma communicaçaõ mais facil e suave para o Largo do Carmo; deixar livre o antigo Convento de S. Pedro d'Alcantara, actualmente occupado pelas Recolhidas,onde conviria collocar um Observatorio Astronomico, e estabelecer cursos públicos tanto d'Astronomia, como de outras sciencias; e finalmente completar uma das mais bellas ruas da Europa, pois de certo merece este nome uma rua que principiando no Caes do Sodré, continua pela Rua do Alecrim bordada de bellos edificios, e atravessa o largo do Quintella, e o das duas Igrejas, o qual devia ser augmentado com todo o espaço até á Travessa dos Gatos, mudando-se para o centro do espaço augmentado o Chafaris do Louretto, naõ só porque ficará mais bem collocado, mas porque permitiria rebaixar o largo das duas Igrejas, ao que actualmente se oppoem o aqueducto que condus a agua para o Chafaris, continuando-se d'este modo a rua em linha recta, e atravessando o Largo da Trindade, que segundo o projecto fica uma praça regular, e acabando n'um lindo jardim.

A Camara naõ propõe a execuçaõ immediata d'este projecto, mas sendo elle approvado, todas as construcções ou demolições devem ser na sua conformidade, e dentro em poucos annos achar-se-ha o projecto executado.

Se alguma cousa se oppõe á execuçaõ deste projecto que naõ esteja ao alcance da Camara, entaõ poder-se-ha adoptar o seguinte

Segundo Projecto

Consiste este em prolongar a já defeituosa Travessa do Secretario de Guerra (ie) e seguir as linhas com banho amarello combinadas com as que levam banho preto: d'este modo melhora-se alguma cousa a communicaçaõ com o Carmo, e alargam-se os Largos da Trindade e S. Roque, demolindo as Barracas ***BB*** *que os obstruem. Pequenas saõ estas vantagens comparadas com as do primeiro projecto; se porêm ainda parecer dispendioso, resta o seguinte*

Terceiro Projecto

Seguir as linhas com banho amarello, do que nenhuma outra vantagem se tira se naõ dar algum valor ao terreno do extincto Convento da Trindade.

Deus Guarde a Vossa Magestade por muitos e dilatados annos como todos havemos mister. Camara: desasete de Julho de mil oitocentos e trinta e cinco

Joaquim Gregorio Bonifacio servindo de Prezidente
Joaõ de Mattos Pinto
Manoel Alves do Rio
Joaõ Coelho Abreu
Manoel Joze Machado
Antonio Lamas
Joaõ Pedro de Almeida"

AHMOP, *Ministério do Reino:* 3ª Repartição, nº202.

Documento 76 (pag. 276)

Edital

"A Câmara Municipal de Lisboa, authorisada pelo Regimento da Mesa de Vereação desta Cidade, firmado pelo punho Real em 30 de Junho de 1591, que lhe commeteu a *Inspecção de todas as obras* respectivas á edificação e reedificação da Cidade, comprehendendo-se nas atribuições deste encargo o jus de mandar proceder aos reparos necessarios, e de fazer demolir todas as construcções que ameaçassem de perigo os moradores e viajantes, ou por qualquer outro modo prejudicassem as commodidades do Publico: considerando, que exercitou esse Direito proveniente da natureza do Municipio no longo espaço de mais de seculo e meio, que tanto é o tempo que decorre desde a citada épocha de 1591 até á do terramoto de 1755, em que as attribuições inherentes á *Inspecção* foram desannexadas da mesma Camara por Decreto de 12 de Junho de 1758, e transferidas para outra Auctoridade: e reflectindo finalmente, que tendo esta Auctoridade sido novissimamente abolida por Sua Magestade; havendo a Camara consultado por este motivo em 20 de Junho de 1835 sobre a legalidade da reintegração no exercicio daquelle Direito; e tendo-se Sua Magestade dignado ordenar por Portaria de 28 de Julho do mesmo anno, que ella ficava provisoriamente

auctorisada para inspeccionar as obras particulares que se construissem na Cidade, a fim de prevenir pelos agentes e meios legaes que se usurpem terrenos publicos, ou se falte aos alinhamentos e demais disposições legitimas; tem determinado o seguinte:

Artigo 1º Os proprietarios de terrenos por edificar, e bem assim os donos daquelles predios que carecem de ser reedificados, deverão dentro de um anno, contado da data deste, dar principio á dita edificação ou reedificação, quanto á parte que diz respeito ao prospecto da Cidade, sob a pena de serem os terrenos ou os predios vendidos em Hasta Publica a quem se obrigue a assim o executar. - Exceptuam-se os predios que ameaçarem ruina, os quaes serão immediatamente demolidos.

Art. 2º Ninguém poderá d'ora em diante dar cômeço á edificação ou reedificação, sem primeiro apresentar o risco á Camara Municipal, e obter desta a necessaria approvação; e aquelle que o contrario fizer pagará a mulcta de 8$000 reis a beneficio do cofre da Cidade.

Art. 3º As obras que já se tiverem começado a construir, não poderão continuar, sem que o risco tenha sido approvado pela Camara (para o que se concedem quinze dias contados da affixação deste) e isto debaixo da mesma pena do artigo antecedente: e se alem disto a construcção começada for contraria ao prospecto da Cidade, será demolida á custa do seu dono.

Art. 4º As barracas, e outras similhantes construcções informes, que existirem nos logares onde as Leis da Inspecção as prohibem, serão tambem immediatamente demolidas á custa dos mesmos donos. (...)".

Diario do Governo, nº 55, 4 de Março de 1836, pag. 303.

Documento 77 (pag. 280)

1. *(Artigo communicado)*

"Todas as nações tem tido suas épocas de grandeza e decadencia, as virtudes e um governo justo as elevam, os vicios e o despotismo as abatem, esta verdade, demonstrada pela Historia, de novo se patenteia á vista do estado da Nação Portugueza, tão grande, tão famosa, tão fertil em portentos, mas por uma serie continuada de abusos, e finalmente pela mais atroz tyrannía quasi de todo aniquilada, se um Genio a não salvasse do abysmo; porém não foi um dia, que durou a desgraça para Portugal, foram annos, e impossivel se deve reputar, que um despotismo de ferro não fizesse nos animos dos Portuguezes uma impressão difficil de em breve desapparecer: acostumados á opressão dobraram o cólo ao jugo, e o espirito nacional amortecido, extinguiu-se por um pouco este sentimento de dignidade só proprio do homem livre, desapparecido aquelle caracter que fôra o timbre dos Portuguezes.

A inquisição fez os cidadãos timidos e desconfiados, a escravidão tornou-os negligentes e sem emulação, esperando tudo do favor, a gloria é um vão nome, e o desejo de adquiri-la uma temeridade. Este estado, a que a tyrannía reduz uma nação, é entre as immensas uma das grandes desgraças, que cumpre remediar. Sirva-nos de exemplo o que tem feito e alcançado um punhado dos nossos compatriotas, commandados pelo Principe o mais generoso da nossa idade, e desenvolvâmos em tudo um Patriotismo igual; se não nos coube a honra de libertar a Patria com as armas na mão, tornemo-nos dignos da liberdade, concorrendo, quanto em nossas forças couber, para a felicidade nacional. Ora quando possuimos um governo, que nos chama, e nos convida, não deve haver cidadão, que criminoso se não julgue, se prompto não correr a prestar os seus officios, e a mostrar por uma nobre emulação, que deseja a ventura nacional; por conseguinte grande deve ser o espanto desta Capital, quando a Excellentissima Camara Municipal, animada do patriotismo, que tanto já tem manifestado, convidando com um prémio todos os Architectos de Lisboa para apresentarem um plano, a fim de se construir um novo mercado na Cidade: findo o praso do concurso legal não appareceram mais que cinco plantas, quando nesta Capital existem mais de trinta Architectos civís, dos quaes quinze pertencem á Repartição das Obras Públicas, e neste caso percebendo do Estado a sua subsistencia, e esperando delle não só augmentos, como consideração e premios!! Seria injusto não denunciar ao Público este facto, não digo escandaloso, mas digno de lastimar-se. O Portuguez, verdadeiramente amante da sua Patria, não póde vêr com olhos enxutos os terriveis effeitos, que produziu sobre sua Nação o mais barbaro e tyrannico despotismo: só a um tal monstro se deve attribuir o abatimento, a degradação a que chegámos! Embora nos anime um Chefe Magnanimo, embora nos convidem seus Ministros Patriotas, tudo fica mudo; dormentes, desanimados, o sentimento da Gloria não é incentivo bastante. A idéa de um concurso, tão lisongeira para todo o Cidadão livre, que deseja servir a Patria, unico meio de se conhecer o merito, e de acabar por uma vez com o flagello do patronato, esta idéa, digo, não excitou a quasi ninguem, já não quero dos Architectos particulares, mas dêsses que recebem pensões como empregados na direcção das Obras do Estado! Não é certamente desta maneira, que poderemos chegar ao ponto de perfeição, a que nos chamam as instituições que hoje felizmente nos regem: cumpre desterrarmos essa indolencia propria de escravos, sejâmos livres, desenvolvâmos de uma vez as virtudes cívicas, sem as quaes serão sempre infructíferos os esforços do Governo".

Chronica Constitucional de Lisboa, nº 122, 24 de Maio de 1834.

77. 2. (pag. 281)

"Seria justo que o autor do artigo communicado trancripto na Chronica Nº 122, antes de procurar desacreditar uma classe de homens, muitos dos quaes fazendo todos os esforços para merecerem a benevolência do Público, não olham com indifferença para a satisfação que resulta ao architecto de ver os seus projectos adoptados e estimados, pezasse attentamente às circunstancias que acompanharam o concurso a que a Excellentissima Camara Municipal procedeu para a escolha do projecto de um novo Mercado, e procurasse conhecer, o que era facil, as razões que determinaram alguns architectos a não concorrerem, visto não terem a recear, em consequencia de uma das condições, que da imperfeição dos seus desenhos lhes resultasse o menor descredito, não podendo qualquer delles antever que um tal artigo o obrigaria a assignar o seu desenho, ou a ficar comprehendido no numero dos indolentes. Não podemos affirmar que todos deixassem de concorrer pelos mesmos motivos, mas o que affiançamos ao autor do artigo é que entre aquelles cujo estado de abatimento lastima, existe um que não concorreu em consequencia da natureza da obra, por ser pecuniario o premio offerecido pela Excellentissima Camara, e que ainda quando assim não fosse o não faria pela incerteza da maneira pela qual o merecimento dos desenhadores seria julgado: e que assim como o autor do artigo lastima que os architectos portuguezes fossem insensiveis á gloria de projectarem uma obra, da qual o menor orçamento seria mui provavelmente a mais attendivel perfeição, sente igualmente ver que a um convite feito a artistas por uma Corporação tão respeitavel, tão animada do desejo de acertar, e de um verdadeiro patriotismo faltasse designar a qualidade dos arbitros, e taes que em similhante materia merecessem a confiança dos concorrentes. Este artista foi prompto em apresentar-se quando se annunciou o concurso para uma distincção academica, o que entre outras condições que difficultavam o favoravel resultado que obteve, se achavam as seguintes:

3ª "Os que forem approvados em Perspectiva, pelas 9 horas da manhaã tirarão por sorte o objecto sobre que devem fazer o desenho, delineando até ao meio dia a planta em esboço, notando-lhe as principaes dimensões por meio de numeros.

6ª "Quando os desenhos estejam concluidos serão julgados por tres architectos.

Este facto bem prova que a idéa de um concurso não é assustadora para todos, e muito mais podiamos dizer em abono de outros artistas, que tambem seguramente não concorreram, que excedem muito em merecimento aquelle de que fallamos, que detestam o patronato de que por vezes tem sido victimas, e que á vista do que por ahi acontece a architectos podiam dar principio á narração das suas magoas com o bem conhecido verso:

"Oh que não sei de nojo como o conte!"

Fique o autor do artigo na certeza que todas as vezes que o Governo, a Camara, ou os particulares se propozerem a construir edifícios cuja delineação, posta a concurso em forma, seja capaz de estimular o bem entendido amor proprio dos que tem dado algumas horas ao estudo da Architectura, como seriam os Salões para as sessões das Camaras, um Monumento dedicado á Gloria do Restaurador das Liberdades Patrias etc., e não meia duzia de logarejos, acharão numerosos concorrentes, ainda que se esqueçam de lhes prometter um premio pecuniario. Lisboa, 25 de Maio de 1834. = *João Maria Feijó.*"

Chronica Constitucional, nº 127, 31 de Maio de 1834.

77. 3. *Communicado* (pag. 282)

"Não foi o desejo de desacreditar a classe dos architectos Portuguezes, mas o nobre sentimento do amor da Patria, que excitou o Author do artigo communicado á Chronica nº 122 a lastimar a indifferença com que se olha para o primeiro concurso legal que a Excellentissima Camara Municipal propôz a fim de obter, não logarejos (tão communs em Lisboa) mas um mercado, no que todo o homem, ainda pouco sabido em architectura, acha alguma differença não reconhecida porém pelos architectos de Lisboa, que assentam, que os mercados existentes são optimos, e não imaginam, que neste genero nada se possa conceber de melhor. Estes Vitruvios e Palladios de escóla dos Caetanos assentarão por ventura haverem tocado a méta da perfeição em architectura? Estão perfeitamente illudidos, e devem saber, que se sahissem daqui para frequentar as Academias acreditadas na Europa, deviam esquecer o que haviam aprendido para adquirirem conhecimentos exactos em uma arte toda firmada em principios theoricos os mais scientificos. Não obstante muito estimámos achar na Chronica de trinta e um de Maio, uma resposta ao nosso artigo datado de 25 do mesmo mez, pensando, que se exporiam os motivos, que cabalmente justificassem uma omissão tão reprehensivel, porém a leitura da resposta assignada pelo Senhor João Maria Feijó (que não temos a honra de conhecer) sobrou em nosso animo a admiração, pois vimos não a justificação de uma classe, mas as rasões por que um architecto não compareceu ao dito concurso (cumpre confessa-lo), em nada nos foi difficil presumi-las, mas reputámos injusta a sua admissão mesmo por um momento, por quanto primeiramente não podêmos conceber que menos-cabado fosse o crédito de um architecto, por muito distincto, em dar uma planta de um mercado para uma cidade, onde taes edifficios são de causar tédeo e vergonha! E certamente só quem ainda nada viu fóra de Portugal póde nutrir similhante idéa! Por conseguinte julgue-se, quanto é triste para um

architecto o apresenta-la, principalmente se lhe suppozermos alguns conhecimentos e gosto; mas onde se adquirem elles aqui? Nas cópias contínuas, que constantemente se tiram nos edificios fundados em epocha, na qual o mau gosto dominou! E soberbos com a servil imitação, com que nos querem persuadir que a architectura chegou em Portugal ao seu apogêo, indignam-se de melhorar a sorte dos seus concidadãos no plano de um edificio, que nos seculos Gregos e Romanos mereceu a solicitude dos nossos grandes mestres! Em segundo lugar admira que um cidadão dotado de delicadeza, e ao mesmo tempo de patriotismo, desejando ser util, mas receiando, que antes se attribuisse ao interesse sua intenção, não lembrasse dispor do premio pecuniario que a Excellentissima Camara offerece a favor do alumno de architectura, que mais se distinguisse no anno corrente: e ultimamente custa admittir, que em uma obra indigna das meditações de um architecto a falta de determinação dos arbitros fosse a causa principal de não acceitar, um convite, que lhe fazia uma Camara, entre cujos membros, não podêmos deixar de reconhecer, que existem alguns, que posto não possuam conhecimentos exactos de architectura, com tudo viram bastante no genero em questão para avaliar com justiça do merito de uma obra de um fim simples, e de uma construcção facil, e cuja perfeição mais attendivel não é certamente a menor despeza (idéa miseravel!) mas sim a commedidade em todos os sentidos, não despresando a elegancia, e o gosto compativeis em todas as obras por mais simples que sejam os seus usos. Com tudo se a Excellentissima Camara se lembrasse de nomear esses arbitros quem seriam elle? Os architectos educados nos vicios das escolas portuguezas? Que aprenderam? Que viram e construiram? E seriam estes os juizes que deviam sentenciar as obras dos seus discipulos jazendo na mesma ignorancia? E se entre os concorrentes apparecesse um que viu, e estudou o que ha de melhor na Europa, que mereceu distincções públicas a pesar de estrangeiro, e julgadas pelos primeiros mestres, que ora existem, não teria elle a perguntar o mesmo que José da Costa e Silva? Quando nomeado para lente de architectura exigiram um exame de ostentação, e elle perguntou = Quem serão os meus examinadores?= Elle o unico então approvado na Academia de S. Lucas de Roma!!...Não sirva pois de espanto ao Senhor Feijó se lhe repetirmos que lastimâmos, e muito, não só a falta de patriotismo e indolencia indisculpaveis dos nossos architectos, mas tambem o atrazo em que existe a architectura em Portugal, atrazo este, que unicamente póde justificar a presumpção que ostenta um architecto quando allega, que em um concurso de eschola satisfez ás condições marcadas com o numero 3 e 4 na resposta do Senhor Feijó, ignorando que em todas as Academias da Europa não há um concurso em que não sejam essenciaes, identicas, e ainda mais arduas condições. Com o Senhor Feijó lamentamos e detestamos o Patronato, terrivel flagello, que apoquenta e definha o merito mais elevado, por conseguinte desejáramos sempre, que tudo fosse obtido por meio de concursos, parecendo-nos muito indigno, que em logar delles seja o principio da antiguidade o titulo pelo qual se promovem artistas. Principio barbaro, que além dos antigos males nos trouxe a vergonhosa obra do Salão da Camara dos Pares, a cuja vista uma Personagem respeitavel por suas virtudes, e cujo voto é bem admiravel por suas

proveitosas viagens, exclamou = que só poderia servir para Theatro *des Polichinels*. = Este Salão pela sua fórma, pela sua distribuição, e falta de decóro, jámais poderá servir para as Sessões dos Dignos Pares do Reino, e com tudo elle foi feito pelos architectos da Escolla das Obras Públicas, por esses talentos adquiridos por tabella, recusando-se um architecto Portuguez, que certamente não precisaria dedicar-se a grandes estudos para a composição de um projecto, que para o mesmo fim elle já tinha feito um em 1832, mas elle foi recusado, e porque? Pelo frivolo pretexto de não haver percurrido a famosa escala da Casa do Risco de Lisboa, tendo frequentado alias Côrtes da Europa, onde se adquirem conhecimentos perfeitos sobre taes edificios, assim praticos como theoricos.

Poderemos por tanto sem temeridade sustentar a asserção que apresentamos em o nosso artigo communicado á Chronica já citada, e por conseguinte sem razão achamos a citação do verso, que nos apresenta o Senhor Feijó, se pretende applicá-lo a um ou outro caso particular, por quanto qua ha ahi de architectura, que com rigor o não mereça. Longe porém de nós a lembrança de julgar sem talentos os architectos Portuguezes, longe (repito) tal lembrança no que havemos exposto, nada mais queremos provar senão o atrazo e abatimento em que ainda permanece a Architectura em Portugal, mas hoje consola-nos a esperança de vermos em breve a eschola Lusitana competir com as melhores da Europa. Lisboa, 1 de Junho de 1834. = *Joaquim Possidonio Narciso da Silva*".

Chronica Constitucional, nº 130, 4 de Junho de 1834.

77. 4. *(Artigo communicado)*

"O author do artigo communicado inserto na Chronica Nº 122, depois de lamentar que uma serie não interrompida de abusos, e a recente tyrannía extinguissem o espirito nacional que fora o timbre dos Portuguezes, fazendo-os insensiveis á gloria, negligentes, sem emulação, e esperando tudo do patronato; para prova da existencia deste estado de deploravel abatimento, cita como exemplo a criminosa indolencia dos architectos Portuguezes, que não concorreram á delineação de um mercado. Julgamos por tanto dever affastar de nós a parte que nos correspondia daquella inculpação, expondo as rasões que nos determinaram a não concorrer. Com o unico fim de mostrar que não fugiamos de um concurso de clausulas rasoaveis, dissemos o que nos tinha acontecido na opposição a um premio de differente especie.

O Senhor Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, ressentido da indocilidade com que recebemos a sua reprehensão, escreve novo artigo, suppondo graciosamente ignorarmos que em outros tempos foram por outros povos construidos grandiosos mercados, e que actualmente existem em algumas cidades obras consideraveis neste genero; quando nós as appreciâmos no seu justo valor, ainda que não queirâmos dar-nos ao trabalho servil de copiar algum delles,

para depois propor a sua construcção em um terreno em que não cabe. Dignando-se depois expor o que colhera da leitura do nosso artigo, parece que entre os principios viciosos de que nas suas viagens se víu obrigado a despojar-se, para ficar capacidade aonde se podessem alojar os *principios theoricos os mais scientificos*, tambem se esqueceu da maneira, pela qual lhe ensinaram a entender o que lía, ou então não quer gosar entre nós do credito de verdadeiro impugnante de ideas, cuja expressão só existe na sua mente, como a de ficar menoscabado o credito do architecto por apresentar o projecto para um mercado; de ter entre nós chegado a Architectura ao seu apogêo; de ser naquelle caso a menor despeza a maior perfeição; quando nós estranhámos que entrasse essa consideração no projecto de uma obra pública, e a de querermos indicar que era de especie nova o concurso de que fizemos menção. Mas como relativamente á natureza do premio, assim como a respeito dos arbitros, combate as idéas que effectivamente expendemos, sáiba que não concorremos, pedindo que os desenhos fossem julgados por pessoas habilitadas para isso, designando nos nossos trabalhos a applicação do duvidoso prémio, para que alguem não julgasse que essa designação era com o fim de facilitar a sua adopção, visto que fazer a declaração na carta que os acompanhava era inutil para o nosso fim, no caso de não ser adoptado o nosso projecto: e não me diga que então se ignorava o nome do author pois estou persuadido de que a experiencia ha de sempre provar que as cautellas para o occultar são infructiferas. Em quanto a arbitros sempre estimaremos que sejam, como aconteceu, pessoas desejosas de julgar com acerto, e em circunstancias de o effeituarem. A Excellentissima Camara deu neste negocio, assim como em todos uma prova da sua rectidão (...). Em quanto á ficticia apparição de um architecto de esfera superior entre os concorrentes, o qual o Senhor Narcizo compara a José da Costa e Silva, talvez com a mesma analogia com que um, para desdouro nosso, tambem portuguez, e viajante, se comparou ao Cavalleiro Bavard; diremos que se as pessoas encarregadas da votação vissem entre os desenhos um que, pela disparidade do projecto que indicava, era absolutamente inadmissivel por inexequivel na prática, e lhes dissessem que era obra projectada para o primeiro concurso em que tomou parte um homem, que viu e podia estudar o que ha de melhor na Europa, e ouvir com proveito as lições dos melhores mestres que ora existem, lamentariam, como nós, omáu emprego de uma pensão, para dar no decurso de tantos annos a homens instruidos o triste espectaculo da presumpção e da incapacidade personalisadas em um portuguez. Mas se esse homem persuadido que vãos titulos podem encobrir a insufficiencia do artista, lhes dissesse que em paizes aonde era estrangeiro os melhores mestres lhe haviam votado distincções públicas, desejariam ver, assim como nós desejariamos, os documentos que comprovassem a existencia de uma cousa tão repugnante, e no caso de se verificar lamentariam a sorte dos mestres a quem um similhante discipulo vinha fazer perder o conceito que nos mereciam.

O senhor Narcizo sabe muito bem que pessoa alguma conhece primeiro a insufficiencia do architecto do que elle mesmo, quando acha difficuldades invenciveis em obstaculos que para outros são de nenhuma consideração. Os conhecedores formam depois o seu conceito a respeito

do artista pelas primeiras obras que lhes apresenta. O Público, em geral, é um pouco mais tardio em appreciar devidamente o merecimento de quem lhe gasta o seu dinheito e é esta a rasão porque ainda se não erigiu uma estatua ao regenerador da Architectura em Portugal mas não tarda o devido galardão. Não esmoreça o Senhor Narcizo na carreira que tão brilhantemente encetou: continue a fazer-nos ver que esqueceu por entre os sumptuosos edificios das Côrtes mais cultas o que tinha aprendido na *Escóla dos Caetanos*; e já que os architectos portuguezes, dormentes, desanimados, tem deixado dormir a Fama sobre as cousas da nossa architectura, desperte o Senhor Narcizo da Silva essa divindade que zomba das protecções, e cuja justiça imparcial mereceu os seguintes versos de Voltaire:

La Renommée a toujours deux trompettes: une á sa bouche appliquée á propos,
Va celebrant les exploits des héros,
L'autre ..... (*La Pucelle, Chant VI*)

Respondemos ao primeiro artigo do Senhor Silva, depois de o confrontarmos com algumas producções suas, e ficarmos persuadidos de que não entrava nesse numero: agora que conhecemos o author lhe pedimos desculpas de o destrairmos dos seus afazeres. Aproveitamos esta occasião para desde já lhe darmos os parabens do feliz resultado dos trabalhos que com tanta pericia dirige; para que aquelles poucos que esperam ver as suas obras concluidas para testemunharem as devidas homenagens ao merecimento, saibam que temos tido a fortuna de ver quanto basta para ajuizarmos do seu valor, e ficarmos sem o menor receio de que a conclusão dessas obras deixe de lhe merecer igual conceito do Publico. Lisboa, 6 de Junho de 1834. *João Maria Feijó*".

Chronica Constitucional, nº 140, 16 de Junho de 1834.

77. 5. *(Communicado)*

"Lemos a artigo communicado á Chronica Nº 140, assignado pelo Sr. João Maria Feijó que ainda não temos a honra de conhecer, mas que temos toda a razão para não o julgarmos architecto e muito estimamos, que longe de contrariar as idéas geraes, que estabelecemos sobre o atraso d'Architectura em Portugal, unica razão que nos tem excitado a inserirmos os dous artigos, que tanto escandalisaram o Sr. Maria Feijó, elle se ocupasse em dirigir-nos ataques directos, aos quaes á muito desejavamos responder, e sentimos que não fosse em uns tão positivo como em outros; por quanto ainda que com pouca intelligencia procuraremos mostrar ao publico a falsidade das imputações com que se pretende deprimir o credito que o mesmo honrasamente nos concede.

O Sr. Feijó de maneira alguma affastaria melhor a parte que lhe podia caber do nosso primeiro artigo, do que comparecendo ao dito concurso: é com obras, e não com palavras que os Artistas mostram os seus conhecimentos, embora se exponham a soffrer uma injustiça, devem mostrar que sabem muito principalmente quando recebem a sua subsistencia do estado, e se os accusamos de omissos, indolentes e só fiados no nepotismo foi pela razão já expendida de não comparecerem ao dito concurso.

Admira que o Sr. Feijó appelide de graciosa a asserção fundada em razões por elle mesmo apresentadas, pois quando chama a um mercado *meia duzia de lugarejos* (chron. 127) que devemos concluir, senão ignorancia não só de Architectura, mas de sua historia? De novo a concluimos, e tambem presumpção, quando o Sr. Feijó diz, que não quer dar-se ao trabalho de copias servís (chron. 140) porque na verdade é preciso ignorar perfeitamente o que se tem feito em Architectura, para chamar copia servil uma imitação do melhor, nem ao emnos tem servido o que já em outra parte dissemos. "Que a Architectura era uma arte, como todas da sua ordem ao presente, em que senão póde inventar nada novo sem cahir no romantico, de gosto hoje na Musica e Poesia, mas não ainda em Architectura ou Pintura que não sahiram do classico, acommodado porem aos nossos costumes, e por isso invariavel em quanto estes o forem". Verdade é que em Portugal, onde as ideas a este respeito param em Miguel Angelo, e este degenerado, não deve admirar hoje quem espere novidades, pois novo é o que se ignora, ainda que exista á muito tempo. Porém devemos nós admirar nada á vista da alusão que nos faz o Sr. Feijó sobre o perigo que soffremos no projecto do Mercado numero 3 que apresentàmos? Ora *risum teneatis amici?* E é um Architecto que falla? Não o podemos crer!! O Sr. Feijó tambem não conhece as plantas, nada entende quando vê uma fachada, nem tão pouco attendeu, que o plano numero 3 apresentado no concurso já tão fallado, tinha uma fachada interior dupla das fachadas exteriores, e uma planta maior, porém em uma rasão exacta com outra perfeitamente igual a todo o espaço, que se marcava para a construcção do Mercado, e as proporções quem as ignora, logo que tenha 15 annos de idade? Mas o Sr. Feijó finge que as ignora para encubrir, que não sabe, que os logares indicados em uma planta nada influem, porque em todos os Mercados elles são sempre alugados aos palmos, e sua grandeza depende da vontade dos alugadores; ainda não tinhamos declarado que nosso era o projecto numero 3, mas não duvidámos patentea-lo visto merecer elle o juizo do Sr. Feijó, e mais extensos fomos nesta parte porque o precisavamos, e muito agradecemos ao Sr. Feijó a sua alusão, que nos animou a dizer verdades, que deviam ser conhecidas do Público.

Passando a continuação da minha resposta ao seu artigo, parece, que o Sr. Feijó é minimamente esquecido do que diz, quando nos accusa de falta de intelligencia, lamentando que a perdessemos na occasião de *nos despojarmos dos principios viciosos que adquirimos* na muito acreditada *Escola dos Caetanos*, justo é pois que repitamos suas proprias expressões *"existe um que não concorreu em consequencia da natureza da obra, por ser pecuniario o premio offerecido pela Excellentissima Camara, e que ainda quando assim não fosse o não*

faria pela incerteza da maneira pela qual o merecimento dos desenhadores seria julgado". Depois disto será por ventura falta de intelligencia, pouca verdade o concluir que o architecto, que não comparece a um concurso pela natureza da obra, dando-lhe aliás o epitecto de *logarejos* julga menoscabado o seu credito? Será tambem inconcluente o asseverar, que elle julga a architectura Portugueza no seu apogeu, quando afronta denodadamente Camaras e Monumentos? Não se lembrando que quando se completou a Camara dos Dignos Pares houve um convite geral a todos os Architectos para produsirem o seu voto, e elles com a tranquilidade que os caracterisa a nada se moveram! Mas felizmente o nosso esquecimento não merece muita inculpação, por quanto foi só a expressão, e não as idéas, que existiram em nossa mente, segundo affirma o Sr. Feijó, que apesar de nos conceder principios scientificos não fez entrar nessa classe os de Ideologia; com tudo acreditamos que o Sr. Feijó não queria concluir tanto, porém o que não podemos perdoar é que elle dizendo a respeito do merito dos mercados as seguintes palavras = *uma obra, da qual o menor orçamento sería muí provavelmente a mais atendível perfeição* (Chron. 127) o negue de uma maneira tão extranha em seu ultimo artigo, muito é na verdade; com tudo gostámos mais da maneira porque nos responde á refutação, que lhe fizemos aos dous ultimos motivos, que o obrigaram a não concorrer, e nos obriga a perguntar-lhe, que relação tinha o seu pedido da determinação dos arbitros com o destino do premio, quando o merecesse? Parece que o pedido devia ser antes de príncipiar o concurso, e seu desinteresse ser conhecido quando elle se terminasse, e por conseguinte em que depende uma de outra cousa?

Muito folgamos que a escolha dos arbitros fosse do agrado do Sr. Feijó, mas dahi não podemos concluir a justificação do seu escrupulo, pois se bem me lembra era o receio de arbitros capazes, o que lhe havia mais que tudo vedado o concurso.

Quanto o dizer o Sr. Feijó que J.P.N. da Silva pertendeu comparar-se com José da Costa e Silva, sería essa uma proposição offensiva se o artigo que se diz responder não estivesse na Chron. 130, não nos comparamos com José da Costa e Silva, comparamos sómente circunstancias accidentaes, comparação bem justificada, á vista do juizo publicado na Chron. 128, e só digna de censura para quem julga *inadmissivel por inexequivel* um projecto que viu, mas não entendeu, chamando-lhe copia servil, porque se não parecia com a praça da Figueira.

Cumpre considerar na extensão do nosso actual artigo por causa da folha com que nos communicamos, o que bastante sentimos, por não poder analisar o montão de palavras em desalinho, com que o Sr. Feijó pretende destruir o credito de um artista, chegando a duvidar dos documentos que comprovam os seus estudos, quando não se lembra, que a primeira vez que nos fallou, foi logo publicando o premio que havia obtido em uma casa fechada; onde o numero dos concorrentes não chegaria a uma dezena; perdoamos-lhe com tudo a acrimonia com que nos falla, e tambem os termos, que apanha do nosso antecedente artigo para fazer uma arenga não pequena, e inflammado do seu dizer, esquece-se, que é um sofisma miseravel, qual é o de repetir as palavras do seu adversario tomando-as em um sentido rediculo o que nos prova

que o Sr. Feijó está em Logica, como em Architectura, pois nem a mais simples idéa de uma ou outra cousa translus em seu artigo.

Lamente pois embora o discipulo dos Estrangeiros, lamente embora os Mestres, que o premiaram, mas expanda os motivos de uma maneira mais precisa; acuse-o, mas com factos positivos, informando-se primeiro d'onde pode proceder a causa, que lhes deu o ser. Esperamos em breve, e apezar dos obstaculos sem consideração para o Sr. Feijó, justificar o crédito, que bem apezar de muitos o publico nos concede. Elle julgará pela comparação, e sem conceder titulos tão honrosos como ironicamente merecemos da bondade do Senhor Feijó; presumimos tambem, que ainda virá tempo em que possamos arrancar a mascara impostora, com que se cobria atégora a mor parte d'esses homens que querem colher sem semear.

O Senhor Feijó, em despeito talvez do nosso esquecimento dos principios lactinianos, nos apresenta uma citação, que assaz nos indica a litteratura galante e delicada, com que aformosea o seu espírito, nós tambem conhecemos la Pucelle, mas não gostamos das citações, que alguem chama erudição pedantesca, além de que os livros que possuimos são mais sérios, porém não menos instructivos, e sem lhe citarmos uma só linha delles asseveramos ao Senhor Feijó, a quem por ultima vez respondemos, que apezar de todos os seus ataques não o tememos: obras, e não palavras, repito, são os argumentos dos artistas, com ellas, e não com la Pucelle cumpre mostrar aos nosos concidadãos, se merecemos ou não a sua confiança. Lisboa, 17 de Junho de 1834. = *J. da Silva.*

P.S. Terminando este artigo nos trouxeram uma folha com seus ares de sentença, parte dos Senhores Architectos das Obras Publicas, foi montanhoso, comtudo responderemos, em breve, e lhe agradecemos já o dar-nos a conhecer o Illustrissimo Senhor João Maria Feijó.

Chronica Constitucional, nº 144, 20 de Junho de 1834.

77. 6. (pag. 283)

Exposição justificativa dos Architectos, Ajudantes e Praticantes das Obras Publicas contra as injustas arguições que se lhes dirigem em dois artigos da Chronica Nº 122 e 130.

Não obstante a certeza em que estamos, de que as mimosas Bellas-Artes, não médrão com as rixas, e contendas d'aquelles que pertendem adornar-se com os honrosos nomes d'Artistas, e ainda que por attenção e respeito por ellas, quizessemos por algum tempo manter a

paz, e a tranquilidade que só as fazem nutrir, todavia o não podemos, nem devemos fazer, quando nos desafião mesmo á porta do recinto dentro do qual nos entretinhamos, esquecendo os passados asares, no vasto Jardim da primoroza Architectura, sempre abundante, e deleitavel para os amigos do *gosto*. Genios menos fleugmaticos, sustentavão, que a *esquadra* dos Architectos das Obras Publicas, devia ser insensivel aos tiros que se lhes dispárão em hum artigo da Chronica nº 130, por isso que suas balas erão de papel, que com effeito não devem fazer perder a *quadratura*, e firmeza ao impávido militar; porém attendeo-se mais á justiça com que deve ser rebatida uma injusta diatribe, que o Publico espreitador, aturdido com a bulha, póde considerar bem merecida, attribuindo o nosso silencio, não á moderação, mas ao desdoiro, que não se nos póde legitimamente provar.

Não sei porque escuros fados, se não instrue de bom grado, em vez de acintozamente se deprimir, a Classe dos Architectos das Obras Publicas, que segundo o artigo mencionado se crè geralmente inhabil; indolente, e timida em outro artigo da mesma Chronica nº 122! A esta primeira arguição já se havia respondido, não se pôdendo até hoje conseguir a publicação da resposta, a qual, não accelerámos mais, por não se achar ainda esgotada em nós, a fonte da humana indifferença, que por ventura ainda se não esgotou; mas para que o Publico entre em huma questão de estranho assumpto para o mesmo, na qual ninguem deve ficar com o exclusivo de dizer o que graciozamente lhe lembra, o que he diametralmente opposto ao systema que nos rege, torna-se indispensavel publicar as razões pró, que justifiquem a Classe vilipendiada. O Sr. J.P. N. da Silva, no intuito de responder ao Sr. Feijó, que tentou desagravar-se da generalidade de especiozas, e intempestivas arguições, feitas, a elle, a nós, e a tudo que (excepto o Sr.) pertence directa, ou indirectamente á Architectura, no artigo supradicto, que soubemos ser seu, porque no-lo diz, involve mais particularmente os Architectos das Obras Publicas, fazendo-lhes, ao que parece hum crime por não terem partilhado a sua dita; a de hirem provar as agoas Parizienses, que quanto a nós, por mais que sejão prodigiozas, não podem fazer o portentozo milagre de methamorfosear genios, mas apenas fecundar aquelles que desde a infancia acalentarão as filhas do gosto. Estes artistas pois de bom grado voarião a Pariz, e a todos os Paizes cultos em Bellas-Artes, se partilhassem em certo tempo, o beneplacito, e a confiança do governo d'então, como o Sr. Silva, que depois de preparado com os rudimentos d'Aula dos Caetanos (que nós cremos o Sr. mergulhou em algum rio de França, que tivesse a qualidade essencial do Lethis da Mytologia!) teve a grande vantagem de ser pensionado para livremente estudar fóra de Portugal, seguindo-se d'aqui o rigorozo dever de se assignalar, huma vez que pizou os Muzeus, e as Galerias de Pariz... Apezar de tudo, muita gente de bom criterio está persuadida (se o Sr. lho permittir) de que, não he só em Pariz, nem mesmo em Roma, que se adquire o verdadeiro gosto em Architectura, que todos os Authores concordão consistir no Typo-Grego, o qual nos tem sido religiozamente transmittido, pelos incansaveis Architectos gravadores de todas as épochas, que solicitos fazem com que a gravura exerça as suas divinas prerogativas - transmittir, e propagar as melhores

Bellezas de qualquer paiz, naturalizando-as em todos, á maneira da sublime arte da escripta, que tem civilisado o mundo - Mas segundo as asserções do Sr. Silva, de que valem todos esses eventos, e exforços de portentozos genios?... De balde se cansárão, he necessario para ser Architecto, fazer-se a viagem de Pariz, assim como para a redempção dos Musulmanos a de Méca!!... Duvidamos mesmo que possão utilisar-se aqui as luzes que o Sr. está determinado a propagar, porque se ellas bastassem, como não seja a vez primeira, que possuimos a fortuna de contar entre nós Artistas, que não só virão Pariz, mas se demorárão assás em todas as principaes Cidades da Europa civilizada, já estes mesmos artistas, terião feito o milagre d'instruir alguem, que sendo propenso ás Bellas-Artes, tivesse o desastre, de ser de tal modo aleijado, que não podesse tentar sem perigo huma longa Jornada... Mas debalde forrcejárão para repartir as luzes que de lá trouxerão!... Máo grado a elles, que nunca nos dissérão que hera forçoso hir a Pariz para se pôder ser artista!!!... Persuadia-se alguem que a civilização, os conhecimentos, e as Artes se communicavão á maneira da cadeia eletrica, por sympathicos conductores, mas não he verdade... he necessario remontar-mo-nos ao primeiro élo da mesma cadeia, por mais afastado que de nós esteja, porque em Bellas-Artes, não existe attracção, nem transmissão... logo como poderá o Sr. Silva communicar o seu magnetismo Artistico?... Em vão se cansárão os sublimes Costas, Cyrillos, Fredericos, Machados, Vieiras, e Sequeiras etc. quando, depois d'eternizarem pelos monumentos de sua assidua applicação e saber, o nome Portuguez, nos Muzeus, e nas Galerias de Roma, tentárão, transplantar em Lysia, o Jardim Artistico-Romano, forcejando pela independencia Nacional em materia de Bellas-Artes!... Nenhum dos seus applicados discipulos pôde merecer o nome d'artista, porque não foi ao menos 3 ou 4 annos, ver como trabalhão as Fabricas, e as Officinas de Pariz, ou encarar de passagem *le* Palais Royale, ou o peristilo do Louvre!... Theorias se aprenderão lá, que seja forçoso guardar em sigillo, em quanto reservadas só para os que lá vão? Deste modo não se colhem todas as prerogativas que parecia procurar uma tão proficua viagem... Mas para que cansar-nos? Genios há que voltão como vão (se não peores) e outros que sem lá hirem, cá mesmo se exercem, e enriquecem, e que se fossem poderião apenas augmentar com huma pequena quantia o seu thesouro... mas ninguem o poderá amassar em qualquer parte do mundo que seja, sem a grande susceptibilidade fysica... dom preciozo da providente e fecunda Natureza!... Confessemos pois, que não são as viagens á França, ou á Italia, quem sómente podem dar a Portugal balizados, e uteis Artistas, o que tão boas aquisições deve de prompto fazer, he sómente a pacificação, he forçoso dizello, da anarchia artistica, e a restauração do gosto, (neste ramo adulterado) dos Portuguezes... Cozos ha em que o charlatanismo não pode já exercer suas astutas nigromancias, por se lhe ter dado com a occulta móla dos prodigios, mas em materia de Bellas-Artes, em Portugal, acha elle hum vasto campo para pantominar. Não obstante parecer milagrozo portento, existem todavia a pezar dos impecilhos, innumeraveis, existem ainda em Lisboa alguns Architectos, Pintores e Esculptores muito sofriveis, mesmo sem terem nunca avistado Roma, ou França; senão nas Cameras-opticas, e se

mais excellentes não são, nem em maior número consultem-se as cauzas deste inconveniente, e lamentem-se até se remediarem! Quanto darião algumas nações pela posse de hum Sequeira, que faz hoje a admiração da Italia, e que os Romanos Pintores consultão como Oraculo da Pintura... e quem ha ahi hoje que recorde com saudade seu nome sublime, lembrando-se de o convidar para regenerar as Bellas-Artes?... Talvez o nosso Governo instigado pela necessidade, se lembre ainda deste grande recurso. Se o Sr. Silva foi a Roma devia admirar alli suas maravilhosas Producções, e lastime (em vez de se occupar com diatribes afrontozas a uma classe de collegas em Profissão!) lastime, que Sequeira nunca podesse, mesmo em tempos Livres, acabar d'estabelecer hum Atheneo pelos repetidos estorvos que encontrou... até que veio o malvado Despotismo privar a Nação de hum Artista, que faz a gloria do nome Portuguez, mas longe da Patria, que tanto carece d'elle!... Assim mesmo teve discipulos, durante o tempo que adornou Portugal com as suas obras, bem como o nosso scientifico, e excellente Architecto Cyrilo, Fabri, Italiano, e outros que por ahi tem espalhado luzes, ainda não apagadas de todo... Não se persuada o Sr. Silva que os Architectos das Obras Publicas em geral, só frequentassem o antigo corredor chamado Aula dos Caetanos, hoje reformada e presidida por hum habil e Theorico Lente o Sr. João Maria Feijó que mereceo todos os premios do Curso Mathematico, de Forteficação, e Engenharia, pelos quaes lhe conferio o Governo actual o Posto de Segundo Tenente Engenheiro, sendo muito antes versado em Architectura Civil... Alguem existe na escada dos Architectos das Obras Publicas, que utilizou methodicas lições dos mais excellentes artistas mencionados, e que tem os preliminares precizos para entrar no Santuario d'Architectura, praticando depois na grande Aula de construcção pratica, o Palacio d'Ajuda, em tempos que foi derigido por habeis Architectos, que não nos consavão a cada passo com palavras, mas que passavão a obras: e a obras não só de méra rutina.

Além disto os Artistas que pertende vituperar, tem já experimentado os seus prestimos em varias direcções d'Obras Publicas, aqui, e em todo o Reino, taes como Pontes, Caes, Aquedutos, Muralhas, estradas &c. assim como tem permittido o percario estado da Nação, que não pôde, nem poderá tão cedo, dar á opulenta Architectura, aquelle vasto campo que ella carece para theatro de suas producções... Na Casa do Risco conhecem-se as cinco ordens caracterisadas de Vinhola, Paladio, Serlio, Scamozzi, &c. fóra de cujo prototypo, não se sabe de outros que fornecessem regras de verdadeiro gosto, como mesmo confessão os mais distinctos Francezes, que tãobem se presão de o possuirem, excepto algum extravagante que cahe por mania na mesquinhez das fórmas, na dos raçaltinhos, continuas mutilações, e polygamas molduras, com que nos pertendem imbutir huma nova decoração, a que elles chamão *Filha sua*, porém tão desastradinha, que ninguem lha pede para casamento, ainda que saibão ter sido dotada pela fortuna céga... He loucura innovar por força, o que verdadeiramente se não póde innovar, e tanto quanto seria estranho, e asnatico em qualquer esculptor, pertender que tinha excedido a Venus de Medicis, o Gladiador, o Apollono, ou o grupo expressivo do Laocoonte. Tãobem se tem estudado Vitruvio commentado por Perrault, e o curioso Desgodets

que nos reproduz palmo por palmo quantas maravilhas existem em Roma, com toda a exacção, para satisfação dos que lá não podem hir, o Curso d'Architectura de F. Blondel, o qual se tem traduzido em parte, e postilado, para instrucção d'aquelles, que ignorão o idioma Francez, (que são poucos) e em geral para utilidade de todos: assim as Commissões da Repartição, nos dessem tempo bastante, para proseguirmos esta util empreza, que tanto póde servir, aonde desgraçadamente, não existe hum só tratado d'Architectura que instrua quem ignora as Linguas estrangeiras! Lamenta o senhor Silva connosco, e com muita gente que se não achem mercados publicos (ainda que cousas ha, mais para lamentar) e parece querer acarretar o odiozo desta falta, á pobre gente que vitupéra, mas attenda que della não provêm, nem será sua culpa quando agora mesmo não appareça, hum mercado tal como aquelles da Europa que tanto preconiza, por isso que o local que para o novo se determina, e algumas das restricções (que em Portugal são smepre inseparaveis das obras que se intentão) he restricto e acanhado, e tanto que nos affiança, e he verdade, que hum dos *Projectantes* do primeiro Concurso, sem attenção ao perimetro, nem á escala, com tal fogo projectou, que não esteve pelos limites, em que se deve circunscrever o edificio, tomando (em papel) quanto espaço lhe aprouve, e sahindo a final com a distribuição de huns lugares, que algumas vendilhonas mais bojudas, encherião todos... Isto sim, isto devia o Senhor Silva lastimar, antes do que a indolencia da gente das Obras Publicas, que não entrou no primeiro Concurso por motivos hum pouco attendiveis, que devia examinar antes de temperar o fel com que os satyrisou. Estes motivos são, a obrigação que lhes impoem o seu emprego d'acudirem antes de tudo, ás commissões da Caza, que ás vezes, não só os impossibilitão para outros empregos, mas os affastão d'aqui para longe, como succede agora a cinco, que se achão destacados nas Provincias, ficando os restantes sobrecarregados de trabalhos, que os não deixão desafogar assás... Somos bem concordes com o Senhor Silva, na opinião de que, só os Concursos podem depurar as Obras; porém sentimos que taes Concursos não possão por em quanto ter lugar, attenta a opportuna reflexão do Senhor Silva; e já se deixa vêr que não póde acceitar o convite que alguem d'aqui lhe faz para hum, em qualquer assumpto que se offereça; porém como ha de isto ser, se os arbitros não existem, senão o arbitro dos arbitros, como o Senhor tem o cuidado de se inculcar?! Se no entanto apparecerem, conte com os nossos bons desejos... Quando lemos a desmesurada apologia que o Senhor Silva faz dos seus grandes meritos architectonicos, lembra-nos a gabação do Pintor de Voltaire nos versos seguintes.

Reveillez-vous, Monsieur, je vou prie
Criait un Peintre, admirez l'industrie
Des mes talents; Raphael n'ajamais
Entendu l'art d'embellir um palais...
C'est moi qui'sais annoblir la nature:
Je couvrirais plat-fonds, voutes, voussure
Par cent magots travaillés avec soin
D'un pouce ou deux, pour etre vus de loin...

O mais negro toque d'escuro com que reforçou o Senhor Silva, o seu quadro, ou satyrico artigo, he a precipitada analyse feita ao Salão dos Dignos Pares do reino, concluida pela Repartição, no Convento de S. Bento, sem attenção a circunstancias nem a programma, e restricções que se derão ao velipendiado author, o qual pelas ditas restricções, foi constrangido a limitar-se dentro da caza ou livraria do mesmo Convento, de huma figura impropria, e quadrilonga, não se lhe permittindo a demolição, nem sequer do madeiramento, que na verdade he de huma fórma antiga, do que se infere, que alli não se tratou de fórmas, nem de bellezas decorativas, mas tão sómente de hum recinto commodo, e por assim dizer provizorio, attenta a urgencia com que o Ministerio mandou em officio de 15 de Agosto de 1833 (o qual fixava a convocação das Camaras para o dia 1º de Outubro do dito anno) apromptar a sobredita Sala, e as recommendações do Fiscal das Obras Públicas para a execução desta ordem &c. Todavia por muito que esta Sala se deprima, ella não é menos decoroza, do que aquella que se fez no Rocio, tãobem para os Dignos Pares, que todavia não foi tão mal fadada!... Não se faça porém o Architecto que a delineou tão inepto, que quando lho tolerassem, não soubesse atinar com algumas paginas de inumeraveis livros, ou estampas que por ahi existem, cheios de desenhos accommodados para o effeito, os quaes muito pouco deixão a fazer de novo e que até servem de manancial aos Architectos *formados* em Pariz.

Assás se preconisão os edificios de França, a eschola Franceza, tentando-se a todo o custo, transformar Lisboa em Pariz, sem attenção a climas meyos, nem a costumes, ou outras quesquer circunstancias que collocão cada huma das Capitaes, em suas peculiares, e respectivas posições!... A decoração dos edificios, a qual sempre póde ostentar a mesma belleza em qualquer parte ou paiz que seja, com mais ou menos dispendio, segundo a abundancia ou escassez dos materiaes, he que não deve padecer variedade sem offensa do discutido, e já fixado *Bom gosto*, porém tudo mais está sugeito ás forçosas determinações da natureza por toda a parte variavel, e ás vezes menos fecunda. Se cotejarmos comtudo os edificos Francezes com os nossos, tendo-se em vista o número de huns e de outros, conheceremos, que em França existem muito mais caprichosas, e extravagantes producções d'Architectura, do que em Portugal, aonde a Arte de Edificar tem tido tão pouco favor, tratando-se a Architectura com indifferença, e prendendo-se as azas a cada momento a seus desvalidos alumnos, os quaes se tem aptidão e nada mais, vem por fim a lamentar a sua nobre inclinação, como succede ao amante, que foi pôr o alvo de suas adorações em huma elevada belleza, que lhe arrebatão no meio da sua paixão!... Esperamos todavia que aquelle braço que prostrou os Philisteos Miguelitas, venha ganhar ainda mais, a Côroa de Flores que os Artistas lhe meditão innastrar, na sua Regeneração ha tanto tempo desejada!...

Se por esta vez os Architectos das Obras Publicas, sahírão dos limites que parecia aconselhar-lhes a sã prudencia, instigados pelas injuriosas satyras que sem motivo se lhes dirigirão, elles desde já protestão, hum sardonico sorriso, quando hajão de lêr novas diatribes, a que afiançio não responder mais, guardando para si, documentos mais justificativos da sem

razão com que os atacou quem não devia nem podia, na confiança de que o tempo, e a opinião pública os acabem de justificar".

LISBOA: 1834. NA IMPRESSÃO LIBERAL.

Chronica Constitucional, nº 148, 25 de Junho de 1834.

Documento 78 (pag. 286)

"A Camara Municipal de Lisboa, desejando proceder com pleno conhecimento de causa, e perfeita imparcialidade a respeito dos projectos que lhe foram remettidos em virtude do annuncio inserido na Chronica de 2 de Maio, passou a convocar uma Commissão de pessoas intelligentes na matéria, que julgassem do seu merecimento, como consta do officio abaixo trancripto.

"Illustrissimo Senhor: = Sendo convidados por um officio de V. S.ª de 24 do corrente da parte da Camara Municipal, a fim de examinarmos os projectos para um novo Mercado que a mesma Camara se propõe mandar construir, no terreno comprehendido entre o Boqueirão de Ver-o-Peso, e o da Palha, para votarmos quaes merecem o primeiro, e segundo premio: o resultado deste exame nos conduz ás seguintes considerações = O objecto da Camara Municipal em abrir concurso, e estabelecer premios, foi para fazer construir um Mercado, que reunindo a commodidade Publica, á elegancia do edificio (sendo esta apropriada ao fim a que se destina) se combinasse com uma bem entendida economia: o meio que a Camara se serviu de convidar os artistas a desenvolverem o seu talento, foi o mais judicioso, e praticou o methodo seguido em todos os Paizes, em que merecem consideração as sciencias, e artes; porém infelizmente os concorrentes foram poucos.= Os projectos apresentados não desempenham o Programma, por que o 1. sendo todo coberto apresenta muita falta de luz, e é muito pouco arejado: dous defeitos indisculpaveis; no 3º a periferia é maior do que a do terreno em que se deve edificar, e mesmo tem os logares nimiamente pequenos; o 2º, 4º e 5º não tem a menor elegancia, as suas fachadas são similhantes ás mais, ordinárias habitações; e finalmente o 6º é tal que não merece a menor attenção. = Em consequencia do que fica dito, o nosso voto é que nenhum dos projectos merece premio. = Rogamos pois a V. S.ª queira ter a bondade de assim o fazer presente á Camara Municipal, com os nossos agradecimentos pelas expressões lisongeiras e bom conceito com que se digna honrar-nos.= Deus guarde a V.S.ª Lisboa, 30 de Maio de 1834. = Illustrissimo Senhor João Antonio dos Santos. = João José Ferreira de Sousa. = José Bento de Sousa Fava. = Martinho José Diogo Passos Peixoto".

A Camara conformando-se com o parecer da Commissão, deliberou não adjudicar os premios, porém abrir um novo concurso para o mesmo objecto, e com as mesmas condições

publicadas em 2 de Maio, salvas as seguintes modificações. 1ª O concurso começa no dia 2 de Junho, e acaba em 21 do mesmo, ás 3 da tarde. 2ª Os projectos devem vir acompanhados de duas Cartas fechadas, marcadas com o mesmo signal que o projecto tiver, contendo-se em uma dellas o orçamento especificado da despeza, e na outra o nome do auctor; e declarando-se no sobre-escripto qual é a que contem o orçamento. 3ª Os concorrentes adoptarão para o seu projecto, o petipe que hade estar patente na Casa da Camara. 4ª Os projectos serão expostos ao Publico nos dias 23, 25 e 26 de Junho, findos os quaes se adjudicará o primeiro premio áquelle, que reunindo a commodidade publica, e elegancia uma bem entendida economia, a Camara se resolver a adopta-la, e o segundo, ao immediato merecimento.

Os projectos do primeiro concurso continuarão a estar patentes na Casa da Camara, até serem reclamados por seus auctores: e no caso de o não serem até 21 de Junho, serão os mesmos, e as Cartas que os acompanhavam publicamente inutilisados".

Chronica Constitucional,nº 128, 2 de Junho de 1834.

Documento 79 (pag. 286)

"A Commissão encarregada pela Ex.ma Camara Municipal de Lisboa de examinar os Projectos de hum Mercado, que deve ser consttruido entre os Boqueirões da Palha e Ver-o-Peso, tem a honra de levar ao conhecimento da mesma Camara o resultado do seu trabalho.

A Commissão vio com toda a attenção os differentes Projectos que a Camara mandou submeter ao seu exame. Ella achou que em alguns d'estes Projectos, se havia procurado unir é commodidade do Mercado certa elegancia, certo caracter d'Architectura, que é propria para embelezar os Edificios deste genero, e que é justo promover em o nosso Paiz, onde tudo deve agora tender para os aperfeiçoamentos. A Commissão julgou que era entre semelhantes Projectos, que ella tinha a escolher os que devião sêr propostos para premio, e pôr de parte a quelles que em ultimo resultado nada mais erão do que huma repetição dos Mercados existentes em Lisboa.

O novo Mercado deve preencher as condições de utilidade que se podem pertender de taes edificios ao mesmo tempo que sirva para aformosear essa parte da Capital onde tem de sêr construido.

Antes de fallar dos Projectos que mais fixarão a sua attenção, tem a Commissão a dizer, que nenhum tratou o objecto no seu estado de perfeição, posto que em alguns se deixa vêr hum grande desejo de acertar. He para sentir que nenhum destes Projectos fosse acompanhado de uma Memoria descriptiva e que em todos se tenha deixado em silencio m.tos detalhes que era precizo conhecêr.

Os Projectos nº 5 e 8 parecêrão á Commissão aquelles q. mais se aproximavão do que se deseja. Ambos elles recebem a Luz preciza, e a circulação do Ár não se acha embaraçada: deve-se com tudo dizer, que o espaço por onde a Luz e o Ár se communicão para o transito geral do Mercado devería sêr menór no Projecto nº 8 (...).

Cada hum d'elles tem hum genero d'Architectura differente e agradavel. Em cada Projecto a distribuição dos Lugares da venda he diversa. No primeiro o Autor deo huma distribuição regular, os Lugares tem quaze huma dimenção commum, e são apenas separados entre si por uma divizão de madeira que se eleva a pequena altura. No segundo Projecto a distribuição he irregular pelo que respeita á grandeza e figura dos Lugares, e o Autor não só os tornou inteiramente independentes huns dos outros, mas aproveitou a parte superior do espaço destinado a cada Lugar para establecer outro pavimento que o vendedor poderá utilizar, e que por meio de algumas modificações nas dimenções do edificio podería até servir para habitações de noite. Cada disposição d'estas tem suas vantagens; no primeiro teve-se em vista a regularidade apparente, e a maior ventilação; no segundo o Autor pertendeu talvêz proporcionar a grandeza dos Lugares ao tráfico, e fortuna de cada alugador, e procurar-lhe a sua maior commodidade por meio do sotão de que se fallou.

Neste dois Projectos haveria porem algumas modificações a introduzir na occasião da sua construcção. Em ambos elles falta hum aposento para o Guarda que fôr encarregado da Policia do Mercado, Latrinas, e huma pequena Fonte cuja bica sería fechada com huma torneira, para nada se perdêr da porção d'agua que ali se podesse levar. Esta Fonte alem de outras utilidades teria por objecto principal facilitar a limpeza do Mercado. No Projecto nº5 não será dificil simplificar o sistema de Madeiramento. No Projecto nº8 a grossura das paredes parece diminuta, e sería necessario circundar o Edificio com hum passeio de Lages (...). Outros pequenos detalhes se deveria attender em ambos os Projectos: entre elles, por exemplo, e particularmente no nº8, que a queda das aguas dos telhados seja dirigida de modo que não incomode a communicação geral do Mercado.

Pelo que respeita aos Orsamentos, a falta de detalhes e a maneira porque a despeza está indicada não permittem fazer sobre este artigo hum exame de toda a exactidão, a Commissão é porem de parecer que hum destes Mercados não custará menos de doze contos de reis.

A Commissão julga por tanto, á vista do que tem expendido, que os Projectos nºs 5 e 8 conrespondem aos Patrioticos desejos que a Camera patenteou, abrindo o presente Concurso, e merecem sêr premiados; mas a Commissão posto que reconheça, que há menos

observações a fazer ao Projecto nº5 não pode distinguir entre os mesmos Projectos huma differença tal, que a autorize para establecer entre elles a Classeficação indicada no Programma. A Commissão se contenta pois de recommendar os dois Projectos ao Juizo esclarecido da Camara para determinar a respeito da destribuição dos Premios o que lhe parecer justo

Deos Guarde a V.ª S.ª Lisboa 12 de Julho de 1834".

Jose Feliciano da Silva Costa
João Carlos de Tam (?)
João Pires da Fonte

AHCML, *SGO*, Cx. 126.

Documento 80 (pag. 294)

"Peço a V. Exª tenha a bondade de receber o projecto incluso; pois constando-me quaes são os desejos q. a Ex.ma Camara tem de concluir o Passeio, de maneira digna d'esta Capital, tornando-se muito mais louvada esta Obra, por motivo de haver hum só Passeio Publico, que mereça este nome entre nos; por isso tomo a liberdade de offerecer este pequeno esbôço para ser analisado pelos dignos Membros, que compõem a Camara d'esta Cidade, sendo guiados pelo seu reconhecido zelo, amor da Patria, e bom gosto; tomarão a minha offerta segundo ella merecer: pedindo por especial favor de considerar neste meu projecto só huma simples demostração, d'hum artista Portugues, desejoso de ver reformada entre nós a sua arte.

D. G. a V. Exª Lisboa 7 de Julho de 1837

Ill.mo e Ex.mo Sr. José Augusto Braancamp
Presidente da Camara M.l de Lisboa

Joaquim Possidónio Narciso da Silva
Archit. Formado em Paris

Breve exposição sobre o Projecto offerecido a Camara Municipal d'esta Cidade pª fechar o Passeio do lado do Norte

Tenho a honra de propôr que o Passeio não tenha entrada fronteira á sua rua principal, por 3 motivos: 1º Não tendo neste extremo huma praça espaçosa, nem huma rua direita no seu prolongamento, seria defeituoso se houvesse huma sahida; 2º seria necessario mudar o chafariz, o que augmentaria a despeza; 3º A comunicação neste ponto incomodaria as pessoas que passeião na rua principal: este inconveniente desappareceria tendo neste extremo, duas entradas lateraes; resultando disto que vedada a passagem por alli, o Passeio pareceria ter maior estensão, pois iludiria haver a continuação por detras do alçado nº ***B****, podendo assim conservar-se o chafariz no mesmo sitio; como indica o corte* ***e****. E se possivel fosse para tornar mais agradavel a vista aquelle embellezamento, deveria aproveitar-se a agoa que todos os dias se emprega para regar, e no caso que o tanque não podesse receber toda (o que he muito provavel) seria encanada a restante pª dois lagos quadrilongos a flor da Terra; que seriam colocados em um lugar apropriado nos lados do Passeio. Por esta ocasião o Chafariz mudaria d'aspecto (não podendo ficar como está) com a vantagem de que com pouco augmento de despesas, se obterião duas Obras differentes, pois como elle fica encostado ao tardoz do Templo Etrusco, embelezaria-se este afim de servir d'alçado ao chafariz como mostra* ***D****.*

He notoria a concorrencia que hoje frequenta o Passeio, depois das alterações começadas pª o tornar mais agradavel, assim como o uso das cadeiras ter sido recebido sem repugnancias; e convidando a ser tanto mais frequentado, quantos mais atractivos e comodidades offerecer; por tanto propunha edificar dois pequenos pavelhões, pello gosto dos Kiosques Turcos, construcção apropriada ao nosso clima, ao seu destino, e de pouca despesa; para servir hum de Casa de refrescos, e outro para leitura de Jornaes; sendo o lugar que me parece mais comôdo para sua utilidade, e o mais central aquelle dos dois viveiros que estão juntos a rua principal, e na metade do seu comprimento, o que tambem contribuirá pª o tornar mais pitoresco.

Este Projecto podia ser mais rico, ou mais simples mais (sic) *como estava sujeito a quantia determinada orcei a sua despesa com o chafariz (menos as Estatuas) trez contos e dusentos mil reis. Se a Ex.ma Camara o achar digno de merecer a sua aprovação, será para mim muito lisongeiro, ficando tão reconhecido q.to penhorado de ter concorrido para hum embelleçam.to em minha Patria".*

AHCML, *SGO*, Cx. 126, doc.21 e 22.

Documento 81 (pag. 305)

"Havendo Eu, por Meu Real Decreto de treze de Novembro do anno proximo passado preterito, Concedido á Camara Municipal da Mui Nobre e Leal Cidade de Lisboa o Edificio do Palacio Incendiado, na Praça de D. Pedro, com suas pertenças, no valor que justa e legalmente fosse arbitrado pelos peritos para esse fim commissionados; e tendo a mesma Camara feito subir á Minha Augusta Presença o Relatorio, que a respectiva Commissão apresentou, em resultado dos trabalhos e mais diligencias a que procedeu, do qual se deprehende que a avaliação daquelle Edificio foi regulada de duas differentes maneiras, tomando-se por base dous projectos de edificação, o primeiro para a abertura da nova Rua de Camões, como estava determinado, o segundo para a formação de uma Praça em logar desta Rua, com a mesma designação; representando-Me por isso que, com quanto fosse menor o valor pelo segundo projecto, todavia era preferivel a sua adopção, não só por ser mais conveniente ao serviço do publico, mas porque assim melhor concorria para o afformoseamento da Capital: Hei por bem, Deferindo á justa Representação da Camara, e Conformando-Me com o parecer da Contadoria do Thesouro Publico Nacional, e resposta do Conselheio Procurador Geral da Fazenda, Approvar a planta que baixa com este Decreto, designada com a letra B, para que, segundo ella, se edifiquem os Paços do Concelho no referido Palacio, e se abra a Praça de Camões, em logar da Rua deste nome, tudo pela fórma na dita planta indicada; ficando assim alterado o citado Decreto de treze de Novembro de mil oitocentos trinta e sete, e revogado o de nove do mesmo mez e mil oitocentos trinta e seis; para cujo fim Ordeno, que se entregue á mencionada Camara o sobredito Palacio e mais pertenças, na importancia liquida de cincoenta e quatro contos e quatrocentos mil réis, em que foi avaliado segundo este novo plano de construcção, para esta quantia ser abatida na divida por que é credora á Fazenda Publica, applicando-se o restante do seu valor ao pagamento das expropriações, córtes, e mais despezas que é obrigada a fazer: e para este effeito se lavrarão as competentes Escripturas, com a clausula de que tal concessão fica dependente da approvação das Côrtes. O Conselheiro Manoel Antonio de Carvalho, Ministro e Secretario d'Estado interino dos Negocios da Fazenda, assim o tenha entendido, e faça executar, expedindo para esse effeito as ordens, que forem necessarias. Paço das Necessidades, em dous de Juno de mil oitocentos trinta oito".

Diario do Governo, nº 136, 9 de Junho de 1838, pag.1.

Documento 82 (pag.311)

"Sua Magestade a RAINHA, a Quem, por Officio do Coselheiro Geral dos Theatros, foi presente o offerecimento que os Caixas Geraes do Contracto do Tabaco faziam de um risco, composto pelo Architecto Fortunato Lodi, para a edificação do novo Theatro Nacional na Praça de D. Pedro, como um novo donativo e testemunho do muito que desejavam vêr concluida uma obra de tão grande reconhecida necessidade: Houve por bem acceitar a offerta do mencionado risco, e que por elle se proceda á construcção do Theatro, louvando o zêlo com que por este modo os sobreditos Caixas ajudam o serviço publico. O que se participa, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, ao mesmo Conselheiro para sua intelligencia e execução, e para nesta conformidade o fazer constar ao interessados. Palacio das Necessidades, em 27 de Junho de 1842. = *Antonio Bernardo da Costa Cabral*".

Diario do Governo, nº 158, 7 de Julho de 1842, pag.1.

Documento 83 (pag. 314)

"A COMMISSÃO encarregada da edificação do Theatro Nacional na Praça de D. Pedro arrematará, a quem por menor preço o fizer, a primeira parte da demolição das paredes interiores e exteriores do edificio incendiado, em cujo local deve ser edificado o novo Theatro, e isto com as seguintes clausulas e condições:

1ª A demolição comprehende todas as paredes internas e externas até a altura das abobadas que cobrem o primeiro pavimento do Edificio, comprehendendo igualmente o apeamento de toda a cantaria do grande balcão da frente sobre a Praça de D. Pedro.

2ª Antes de começar a demolição das paredes, será arrancado limpo e empilhado todo o lagedo que ainda cobre superiormente as abobadas.

3ª Toda a cantaria de cimalhas, pilastras, janellas, etc., será apeada por meio de aparelhos, ou pranchadas, de modo que se não damnifique, e convenientemente empilhada no logar proximo ao edificio que se indicar aos arrematantes.

4ª A pedra de alvenaria será do mesmo modo empilhada nos logares mais convenientes junto ao edificio, em pilhas que deverão ter trinta palmos de alto para poupar espaço.

5ª Todos os tijolos provenientes da demolição serão limpos de caliça e arrematados pelos arrematantes no logar que se lhes indicar junto ao edificio.

6ª As linhas de ferro e todos os demais materiaes aproveitaveis, que provierem da demolição, serão arrecadados e arrumados nos logares que se indicarem tambem junto ao edificio.

7ª A demolição ficará imperterivelmente concluida no espaço de trinta dias contados daquelle em que se fizer a arrematação.

8ª O pagamento do preço ajustado terá logar em tres prestações iguaes, a primeira no acto da arrematação, a segunda aproximadamente no meio, e a terceira no fim da demolição. O arrematante dará fiador idoneo ao preenchimento do contracto.

Quaesquer pessoas que quizerem tomar por arrematação a dita obra da demolição, com as suas condições acima declaradas, comparecerão no dia 6 de Julho corrente, pelo meio dia, na Inspecção geral das Obras Publicas do Reino, no Terreiro do Paço,onde na presença da Commissão se procederá á arrematação. Lisboa, 1 de Julho de 1842. = *Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque*, Inspector Geral Interino das Obras Publicas do Reino".

Diario do Governo, nº 155, 4 de Julho de 1842, pag. 632.

Documento 84.1 (pag.360)

Bellas- Artes
Nova Eschola de Architectura
Anuncio

"Curso de architectura civil, theorico e prático, completo em cinco annos de estudo para os principiantes, e em tres annos para os discipulos que tiverem ja conhecimentos geraes d'estes estudos; o qual será ensinado por um methodo facil e novo entre nós, e conforme os progressos das sciencias, em relação com os diferentes ramos de construcção. Igualmente obriga-se o professor d'esta escola a mandar por conta da mesma, pelo espaço de dous annos, aos reinos extrangeiros, os discipulos que pelo seu exame geral no ditto curso merecem o primeiro premio, para n'esses paizes acabarem de se aperfeiçoar.

Quem quizer aprender, ou completar estes estudos com a vantagem de obter em tão limitado prazo os conhecimentos indispensaveis para poder exercer com credito ésta nobre profissão, e ter a facilidade, sem sacrificio proprio, e de ir estudar nos monumentos antigos e modernos as bellezas dos melhores modêlos: poderá dirigir-se ao "Gremio Litterario" na rua do Duque de Bragança nº 26, 1º andar, todos os dias, desde as dez horas de manhan até ao meio

dia, para examinar o programma dos estudos, e saber com que condições se acceitarão os discipulos; declarando-se desde já que a retribuição pecuniaria é pouco mais, comparativamente, do que se costuma dar aos mestres do ensino primario: pois que este curso não é para nenhuma especulação, mas tão somente para utilidade da mocidade, que em nossa patria se dedica a ésta tão honrosa, como scientifica profissão; e auctorizado pelo artigo 2º parágrafo 1º dos estatutos do mesmo Gremio Litterario".

in *Revista Universal Lisbonense*, 1846, pag.94

Documento 84.2 (pag. 360)

Bellas-Artes
A Eschola de Architectura do Gremio Litterario

"Entre os muitos e diversos simptomas porque melhor se podem conhecer, e avaliar, os progressos feitos por um povo na sua civilização, deve ser consierado emprimeira linha de conta o desenvolvimento que n'elle tomam os conhecimentos e o amor ás bellas-artes; d'ahi se conclue, não so que o gôsto do *bello* se vai apurando, mas tambem que as producções artisticas são mais apreciadas, por isso mesmo que vão sendo mais conhecidas.

Insufficiente sería todo o apoio e protecção do governo para conseguir tão brilhante resultado sem uma efficaz coadjuvação dos particulares para que seja proficuo esse pensamento civilizador: sem a combinação d'uma e outra coisa será nullo o progresso, e inuteis quantos sacrificios para elle se fizerem; é ella indispensavel para todos os actos tendentes á prosperidade do paiz. É por se haver amplamente reconhecido a necessidade de que a parte illustrada da nação contribua para a marcha do progresso, que em todos os paizes mais cultos, como a França, a Allemanha, e a Inglaterra, ha um número immenso de sociedades litterarias, scientificas, e de bellas-artes, cujo fim exclusivo é derramar as luzes, e accelerar o desenvolvimento de todos os diversos ramos de tão importantes conhecimentos. Por mais de uma vez se tem querido seguir entre nós tão nobre como proveitoso exemplo, mas tem-se desgraçadamente malogrado todos os esforços que em tal sentido se teem praticado, e curta ha sido a duração de similhantes empresas: se a causa d'isso deve ser attribuida a defeito da sua propria organização, ou, a mal entendidas, funestas, e fataes rivalidades que se-hão esforçado para destruir aquillo mesmo que deveriam proteger, ou a um genio malfazejo que parece comprazer-se em estorvar todos os melhoramentos da nossa patria, é questão em que não

entramos, contentando-nos meramente em apontar um facto de que ninguem por desgraça póde duvidar.

Temos felizmente agora entre nós uma nova sociedade em que ja por mais de uma vez havemos fallado com toda a attenção que merece; é o *Gremio-litterario*, que em si concentra todos os elementos precisos nos diversos generos para repararmos o tempo perdido, e o atrazo em que n'essa parte havemos ficado das outras nações; temos a firme convicção de que assim acontecerá não so pelo saber e zêlo de seus dignos socios, como tambem pelas acertadas disposições dos estatutos porque se rege: d'isto mesmo, e dos serviços que tem de prestar ao paiz, temos ja hoje uma prova na creação que acaba de emprehender, no seu novo e magnifico local, de um curso de Architectura Civil, theoria e pratica, completo em todos os conhecimentos essenciaes para ésta profissão, sem cujo complexo não poderiam de modo algum ficar os discipulos habilitados para exerce-la. Confessâmos, com uma especie de orgulho nacional, que nem vimos nunca na nossa terra, nem nos consta que exista fóra d'ella, um curso com as bases d'este, e com a generosa lembrança de premiar os discipulos que mais se distinguirem, mandando-os aperfeiçoar em reinos extrangeiros com a propria e diminuta retribuição, de *todos elles* pelo espaço de doi annos, o que continuará a effectuar-se tão depressa findem os tres primeiros annos do referido curso.

Nas salas da eschola vimos desenhos em grande escala dos diferentes ramos de construcção, delineados pelo distinto e benemerito professor, o Sr. J.P.N. da Silva os quaes estiveram publicos, na academia de Bellas-Artes de Paris, merecendo-nos mais particular attenção os de ferro, pouco usados entre nós: alli vimos também modêlos em vulto de *Steorotomia* talhados pelo mesmo habil architecto; e não podia ser mais variada nem mais acertada a escolha que fez das antiguidades e edificios de Italia, accrescendo a ésta particularidade a de haverem sido quasi todos medidos pelo mesmo professor.

Oxalá que em resultado de seus tão louvaveis esforços obtenha o Sr. Silva dar-nos uma architectura mais apropriada aos nossos usos, e nos liberte assim da cópia servil da architectura grega e romana, cujo mal não seria ainda tão grande se fosse tão perfeita quanto era no tempo de Pericles e Augusto; oxalá, tornamos a repetir, que alcancemos assim uma architectura mais nacional, tomando para base da que por ventura venha a adoptar-se a architectura *Manuelina* que modificada terá sempre o merecimento de pertencer a um estylo e typo nossos, muito mais recente do que a grega e romana, que nenhuma analogia teem com os nossos usos. (...)"

In *Revista Universal Lisbonense*, 1846, pag.105

Documento 85 (pag. 371)

"O Supliante Joaquim Joze Pereira de Souza pertende acrescentar em o seu Predio da Travessa da Vitoria que faz cunhal para a Rua Augusta, hum quarto andar de baranda garal, comforme o Prospecto juncto, e approvado pello Arquitecto do novo Plano da Cidade, cujo acrescentamento Esta Ex.ma Camara tem proibido; a este respeito Ex.mo Snr. tenho a fazer as reflexão e anotaçoens seguintes.

Partindo debaixo de todo o respeito, e submissão, Lembro a V. Exª que sempre respeitei, e heide respeitar as sabias determinaçoens da Antiga Camara, mas sejame licito o dizer que a respeito da nova deliberação e proibição dos quartos andares não fui ouvido, e foime só mandado observar aquella Orde o que sempre fiz; mas com bastantemente constrangido pellos motivos que levo o sabio conhecimento de V. Exª.

Primeiro A maioria dos Predios que formão a Cidade nova estão edificados com quarto andar de baranda geral (...) na pospoção (sic) *de sete para tres que não estão; e logo que V. Exª tenciona formar huma regularidade de Prospecto pareceme melhor seguir o maior numaro, e com toda a verdade o melhor gosto, e o mais salutifro; e hoje se está edeficando hum quarto andar em quarteirão do extincto convento e S. Domingos, que faz frente para a Praça da Figueira (he verdade que foi approvado antes da nova detreminação o cujo predio he de Domingos Joze de Almeida Lima, e approvado em Julho de 1836" mas isto Ex.mo Snr he cauza de confuzão de ideias (...).*

Segundo em quanto a forteficação da construção da Cidade por que V. Exª tanto olha nem hum receio pode haver pois todos os predios da Cidade nova são construidos com bastantes groçura de paredes para poderem com esta alteração (que a olho hoje como de necessidade o seguilla) não obstante isso não emformo para V. Exª prospecto algum sem que va passar exame o seu estado de fortificação, e se pode o não com a Obra requerida e se lhe he propria.

Terceiro Lembro mais a V. Exª que esta medida não seija estenciva a toda a Cidade pois ha Ruas que pella sua diminuta largura não convem que tenhão quarto andar, deverá ser para todas as Ruas ó Travessas que tenhão de trinta palmos de largura para cima, que he a Largura da Rua dos Douradores, e a mais estreita da Cidade Nova.

Quarto Para defeza de fogos he melhor os madeiramentos Garaes como tem os quartos andares, de frente a fundo com fileiras só o meio que vem a fazer duas aguas do que serem enterrompidos com a altura das mansardas e trapeiras, o que dificulta muito a serventia dos homens empregados na quella Inspecção.

E por todos estes motivos afirmo a V. Exª segundo o meu entender que deve ser garal para todas as Ruas da Cidade que o admitirem o quarto andar de baranda garal, E por esta

forma approvo o Prospecto do Suplicante, Mas V. Exª avista do exposto mandará o que achar de Justiça e Razão Lxª 19 de Março de 1837".

O Arquitecto da Cidade Malaquias Ferr.ª Leal

AHCML, *SGO*, Cx. 127, doc. 4.

Documento 86 (pag.372)

"Pertende o Suplicante Jose Evaristo dos Santos Pinto que V: Exª conceda licença para alargar mais os membros, do lado d'uma Trapeira de janela Sacada que tem o seu predio que possue em a Rua Augusta Nº 139, alegando por exemplo o aver já duas Trapeiras no mesmo quarteirão, e juntas á sua que tem a mesma forma que o Suplicante quer dar a esta. Cumpre-me emformar a V. Exª que o que o Suplicante alega é que reconheço sêr um perfeito abuzo da Ley cuja alteração de prospecto sempre é feita furtivamente e aparecendo de repente feita em dias emmediatos aos dias noteficados; Sendo egualmente verdade que á ja muitas deformidades destas em aquela Rua as quaes eu muito reprovo e acho indignas. E por isso me cumpre por esta ocazião levar ao conhecimento de V. Exª o prospecto que esta Ruadeveria ter ampliação geral, com a qual se evitavão todas
estas deformidades de edificação e sessarião todos os abuzos a tal respeito.

Determinando esta Ex.ma Camara a doutar para o fazer que em toda a Rua Augusta desde os Pavilhões que fazem frente á que em toda a Rua Augusta desde os Pavilhoens da Praça de Dom Pedro athe ao Cunhal da Rua Nova d'El Rey, todo e qualquer Proprietario poderá fazer a mudança das Trapeiras, e Maçardas actuais em um quarto andar de janelas de Sacada e Varanda de ferro fazendo o tornijamento dos Cunhais das travessas de cada um dos quarteirões, Sendo todo este aumento feito por um Prospecto determinado, e aprovado por esta Ex.ma Camara.

Sendo o rezultado desta ideia o Emblezamento da cidade e augmento de décima para a Fazenda Nacional, e lucro de renda de Proprietarios (e com suficientes juro da despesa que ouver de fazer) O emprego dos braços do desgraçado operário de Pedreiro, Carpinteiro, e mais outros officios que tanto precizão ser beneficiados. Avendo mais Ex.mo Snr. uma vantagem muito útil e de defeza para os abitantes dos predios desta Rua tirada em rezultado deste accrescentamento do quarto andar de Varanda geral em ocazião de incendio como á pouco tempo aconteceo nesta Cidade que sendo o incendio prencipiado em o primeiro lance

de escada do predio, ou no primeiro andar que tomou o dito lance, aos Abitantes dos andares supriores que fôrão vitimas das chamas, o que não acontecerá se V. Exª se Dignar aprovar o dito augmento de Prospecto para aquella Rua.

Levando igualmente à Concideração desta Ex.ma Camara que já uma não pequena parte de Edeficação de predios está com o gouzo desta tão útil providencia os quaes são os que edeficarão os Cidadães Gregorio Vaz Rãas, cujo predio faz frente para a Rua do Regedor, e Rua do Principe, de Jozé Maria da Costa, e Antonio Joze da Silva ambos com frente para a dita Rua do Principe de cujos eu tive a satisfação de sêr autor, o que todos estes trez dignos Cidadãos de muito boa vontade concordarão fazer uma Edeficação toda igual, e o ultimo até seguio as mesmas alturas para o tornejamento da outra sua frente para a Praça de Camões em cujas trez frentes da Rua se acha um terceito andar uma varanda geral que servirá aos incendios de salvação de vidas, e até de fazendas sobindo as escadas dos predios até ao quarto andar fazendo abrir n'esta ocazião de perigo a vedada communicação aos inclinos de cada um dos predios de paredes meias (...)

Lisboa, 25 de Janeiro de 1846

O Architecto da Cidade Malaquias Ferreira Leal".

AHCML, *SGO*, Cx. 126.

Documento 87 (pag. 372)

"Em cumprimento do que me foi ordenado em o Officio da Primeira Repartição da Secretaria geral desta Ex.ma Camara Municipal de Lisboa numaro 581 datado de 22 do corrente fui o terceito quarteirão do lado do Nascente da Rua Augusta, e Predio Nº 140 e 143 de que é dono Francisco Antonio Pinto, para o fim de ver, e examinar se o quarto andar de varanda que este anda construindo vai ou não conforme com o plano adouptado para aquella Rua, e tendo em vista o prospecto duplicado que o dito Pinto depozitou em o Archivo desta Ex.ma Camara, o qual me foi Remetido juncto com o Officio assima dito, que juncto devolvo devendo declarar a V. Exª que achei esta obra conforme com o prospecto approvado por V. Ex^{a} em 25 de Setembro de 1851 e geral para toda aquella Rua que tive a honra de Offerecer a esta Ex.ma Camara (...)".

Lisboa 29 de Março de 1852

O Architecto da Cidade Malaquias Ferreira Leal

AHCML, *SGO*, Cx. 127, doc. 17.

Documento 88 (pag. 388)

"Cumpre-me emformar A V. Exª sobre o conteudo no officio Nº1759 em o qual a Ex.ma Camara Municipal de Lisboa me detremina que passando a examinar a obra que está fazendo Madame Lavaillan nas lojas do Predio que faz frente para a Rua de S. Francisco da Cidade, e Rua do Chiado desse parte a V. Exª e tendo assim cumprido, fui examinar a dita obra da qual tenho a dizer a V. Exª que fui emformado pelos operarios do Officio de Canteiro, que aquella obra que estavão fazendo de cortar metade da largura da cabeça das hombreiras que guarnecem as portas e janellas das lojas daquelle predio (e que fazem facia para as ditas Ruas e por isso a Regularidade do Prospecto da Cidade) era com atenção de forrar outra vez com cantaria de novo gosto segundo lhe tinha dito a elles canteiros um Francez encarregado da obra, o que muito estranhei pois que não se pode nem devia fazer-se, cem que o encarregado daquella obra ou dona, tivesse oubetido da Ex.ma Camara Municipal de Lisboa a competente licença para tal fim, abuzo este Ex.mo Snr. que julgo encurso nas pênas que aponta o Edital de 20 de Fevereiro ae 1836, e mais que para continuação da dita obra deverá a dona della mostrar em forma a Ex.ma Camara a obra que tenta fazer para esta deliberar ou o que achar de justiça, em vista do exposto V. Exª mandará ou que for servido Lisboa 9 de Novembro de 1846.

O Architecto da Cidade Malaquias Ferreira Leal".

AHCML, *SGO*, Cx. 127, doc. 72.

Documento 89 (pag. 388)

"Do que posso emformar a V. Exª a respeito do Requerimento junto d'Eustaquio Antonio de Seixas é que elle pertende embelezar as hombreiras e membros das portas da loja que oucupa em a Rua Aurea Nº30 e 31 foirando tudo de cantaria ou Marmores de coures para o que juntem licença do dono do Predio, a cuja obra não acho embarasso algum, com a condição de conservar o perfil externo das Portas, e a altura do socco geral de cantaria proprio do Predio, e desta forma muito se embleza aquella Rua, e como em nada prejudica o

Publico esta nas circunstancias de merecer de V. Exª a licença que solicita, Mas avista do esposto V. Exª mandará o que for servido Lisboa 14 de Maio de 1847.

O Architecto da Cidade Malaquias Ferreira Leal".

AHCML, *SGO*, Cx. 127, doc. 15.

Documento 90 (pag. 403)

"Proponho - 1º- Que no largo do Loreto, aonde forão demolidos os casebres, se estabeleça um mercado de flores.

2º- Neste mercado - mediante o pagamento de renda e previa licença da Camara se permittirá a venda de flores, arbustos e plantas compativeis com a naturesa do mercado, e tambem a das aves exoticas.

3ª - Que para bem se acoumodar á disposição do terreno e offerecer melhor ponto de vista para o largo das duas Igrejas, seja formado um amphiteatro pelo modo seguinte a saber:

Do lado da Trav.ª dos Gatos faser uma galleria em forma de semiellipse com dois pavilhões nos extremos os quaes não devem exceder os dois terços do palelogramo da Praça. Esta Galleria deve ser construida de ferro e coberta de vidraça, e os pavilhões igualmente e tudo devidido em compartimentos de forma que satisfaça o fim proposto.

No centro do terreno livre construi um tanque com repucho e no resto formar jardim.

NB. O fim principal da galleria é para disfarçar a differença do nivel - que existe entre a rua do Loreto e a rua da horta sêcca. = João Mantas

Está conforme. O escrivão da Camª

Nuno de Sa Pamplona".

AHCML, *SGO*, Cx. 125

Documento 91 (pag. 403)

"Copia do Projecto que Joaquim Nunes de Oliveira teve a honra de offerecer á Ex.ma Camara Municipal para se embellezar o Largo que em consequencia da demolição dos cazebres do Loretto hoje existe augmentada com algumas observações para o mesmo objecto.

Tendo visto em alguns Jornaes desta Capital que no largo resultante da demolição dos cazebres da Rua do Loretto, está servindo de reunião de gaiatos que com seus jogos taes incommodam os viadantes, ao passo que tendo alguem offerecido huma pequena gratificação a quem aprezentasse o melhor Projecto para embellezar aquelle sitio que merecesse a approvação da Ex.ma Camara, e não constando que ninguem tenha ate então offerecido nenhum nem deliberação alguma se tenha tomado a tal respeito; o abaixo assignado tem a ahonra de offerecer á mesma illustre Camara o Projecto seguinte = a saber

Depois de anivelar-se o terreno do mencionado Largo, fazer alli hum square á imitação dos que adornam a Capital da Gram-Bretanha tendo por seguinte hum engradamento de ferro sentado sobre hum parapeito de canteria com quatro portas centraes nos lados, as que poderão fechar-se durante a noite; plantado o terreno de arbustos postos symetricamente com bancos de permeio, no centro hum grupo de columnas, que deveram servir de base a tres estatuas = huma de Affonso Henriques, como fundador da Monarchia; á direita desta, a de D. João 1º como sustentaculo da independencia Nacional etc, á esquerda da 1ª, a de D. João 4º como Restaurador da mesma Monarquia.

Este projecto alem de offerecer hum bonito aspecto , e hum lugar assaz agradavel para quem alli quizer passar alguns momentos, recordará constantemente a quantos transitem por estes sitios as tres epochas mais memoraveis da nossa historia e como alem destas vantajens tem por principal objecto erigir hum Monumento para honrar a Memoria daquelles grandes Benemeritos Monarchas,huma Subscripção aberta para este fim não deixará de ser bem acolhida mesmo no Paço e por toda a Nobreza Portugueza: e os Illustres camaristas que o realizarem ganharam muito bom renome tornando-se assaz recommendaveis á Posteridade.

Observação= Como o terreno fica rodeado pelo parapeito e gradaria nenhum inconveniente rezulta de se anivelar completamente como temos visto algumas Praças assim em Paizes estrangeiros, e mesmo o nosso Passeio sem que seja necessario bolir nas ruas adjacentes, pois nenhum incoveniente ha em que fique inferior da parte do sul, e a outra da parte do Norte superior.

Outra = Visto este Largo que por sua localidade e central de muito transito, ser o mais proprio a hum semelhante Monumento, não ser muito espaçoso, pareceme que as Estatuas devem ser pedestres, e as columnas não devam exceder de oito metros de altura, salvo a opposição da Illustre Commissão Thechnica.

NB: No caso de se adoptar este Projecto, dezejo ser consultado para designar as actitudes que devam ter as Estatuas que devem ser allegorias ás epochas que conforme o meu pensamento entendo que devam reprezentar.

Lisboa 1º de Fevereiro de 1860.

Joaquim Antonio Nunes de Oliveira / Rua das Chagas nº 11 em caza do ex.mo Conde da Cunha".

AHCML, *SGO*, Cx. 125.

Documento 92 (pag.404)

"Para apropriar a Praça do Loreto, ao monumento que se tenciona elevar ao Poeta Luiz de Camoes, entendo que o mais conveniente a adoptar, é o que vai traçado na planta junta: cercar de uma grade assente num plintho, formando uma pequena cortina interior do lado da rua do Loreto, e uma cortina exterior do lado da rua da Horta Seca: deste modo, pode-se terraplanar a aria da Praça, desaterrando do lado da rua do Loreto até a letra A, e B. indicada na planta: o terreno desaterrado marcará o declive que deve têr toda a Praça.

As entradas na Praça são quatro, como indica a planta: a entrada do Largo das duas Igrejas, e da Travessa dos Gatos fica ao nivel da rua: na entrada da rua do Loreto, descer-se-há tres degraos, para dentro da Praça, e na entrada da rua da Horta Seca subir-se-há seis, ou sete degraos, para dentro da Praça.

Deverá ser illuminada a Praça, com disoito candieiros, prolongados pelas cortinas da Praça, como indica a planta, entre os candieiros e em sima do plintho, levará uma grade de ferro de outenta centimetros.

Desejando que os candieiros tenham um desenho original desde já offereço a Ex.ma Camara um modelo, para serem fundidos em férro, o que em tempo oportuno appresentarei.

Lisboa 12 de Julho de 1860

Victor Bastos".

AHCML, *SGO*, Cx. 125, doc. 92.

Documento 93 (pag. 404)

"Tendo-nos sido enviado pela Ex.ma Camara o Projecto do Snr. Bastos, junto com o Officio da Comissão Promotora da subscripção para o Monumento a Camões, assim como o Orçamento para darmos o nosso parecer, cumpre-nos responder que o Projecto da Praça do Loureto appresentado pelo Snr. Victor Bastos concorda perfeitamente com o primeiro Projecto appresentado pela Repartição Technica em 12 de Janeiro do corrente anno pelo que respeita a disposição geral, salvo contudo pequenas alterações nos pontos d'entrada deste square; podendo-se approvar qualquer destes dous Projectos que preenchem o mesmo fim.

As obras de terraplanamento, de curtinas e de grades sendo eguaes, deve-se adoptar o primeiro Orçamento de 4: 086$440, accrescentando para o maior valor dos candieiros propostos pelo Snr. Bastos 414$000 rs., de modo que a importancia deste novo Orçamento será de 4: 500$000 reis.

Deus Guarde a V. Exª.

Repartição Technica da Camara Municipal em 16 de Julho de 1860.

O Engenheiro P.J. Pezerat".

AHCML, *SGO*, Cx. 125.

Documento 94 (pag. 404)

"Para dar a nossa opinião sobre o objecto de que trata o Officio junto acerca do projecto do Monumento de Camões, cumpre-nos diser que em quanto ao local escolhido se a Ex.ma Camara persistir em conservar este local para largo, concordamos que é o melhor de toda a Cidade para a collocação d'uma estatua pedestre, feita com proporções adequadas á mesma Praça.

As obras projectadas sendo indispensaveis para a regularisação da mesma Praça, podem ser consideradas mesmo como despesas independentes do Monumento.

Em quanto á analyse artistica do modelo appresentado pelo Snr. Victor Bastos, principiamos por declarar que consideramos como uma idêa bem inspirada a collocação dos oito trovadores nacionaes á roda da estatua do principe da poesia epica, pois por este meio o autor fornece a Portugal o meio de pagar a sua divida a nove dos seus primeiros litteratos.

Em quanto ás disposições das oito estatuas secundarias do modelo do Snr. Victor Bastos, acho-as mal collocadas pois que assim pegadas pelas costas aos angulos do fuste do

pedestal parecem oito cariatydes acoitando-se da chuva debaxo da sacada da cimalha do pedestal; nesta situação solidaria com o pedestal não se lhe pode dar nenhuma posição livre, natural e de caracter; alem d'isso a sua saliencia augmenta ainda o diametro exagerado do pedestal que toma a forma de uma torre ornada e fortificada pela disposição dos modilhões da cimalha que representão as aberturas da galeria de uma torre eraldica.

Alem d'isso as molduras deste gigantesco pedestal estão demasiadamente ornadas: n'um monumento estatuario tudo deve ser sacrificado ás figuras sculpturaes, a architectura deve ser singela, pura de proporções, de formas, de perfis, e de facil execução, para não distrahir a vista da observação das figuras.

Portanto facil he ao Snr. Bastos modificar a sua composição para preencher as verdadeiras condições da arte que acabo d'indicar, tanto mais que o pedestal do modelo exposto é perfeitamente inexiquivel, salvo se se achasse uma pedra donde se podesse faser inteirisso, tanto o fuste do pedestal como as oito figuras, pois que d'outro modo não haverá meio d'apparelhar este fuste d'um modo regular e conforme as regras da estereotomia: em todo o caso porem os outros inconvenientes não deixarão de subsistir; e em vez de se fazer um monumento bem proporcionado nas suas partes, appresentar-se-ha uma figura sobre uma torre, á qual nunca se poderão dar boas proporções.

O Snr. Bastos tem demasiada intelligencia para não perceber, que esta analyse que não me foi dictada senão pelo amor seincero da arte, e a experiencia que tenho adquirido pelo estudo de mais de quarenta annos, e a comparação de tudo quanto tem produsido a antiguidade, a renascença, e a nossa epocha moderna, e espero que elle receberá as minhas ponderações com a benevolencia egual á affeição que sempre dediquei aos artistas, principalmente aos jovens, que como elle tem um verdadeiro merecimento, e que por isso mesmo merecem ser tratados com toda a consideração.

Deus Guarde a V. ex^{a}. repartição Technica 20 de Agosto de 1860.

O Engenheiro P J Pezerat".

AHCML, *SGO*, Cx. 125, doc. 52.

Documento 95 (pag. 404)

"Tendo o Snr. Victor Bastos, concordado em dimunuir o diametro do fuste do pedestal do monumento de Camões, de modo que as estatuas dos poetas e chronistas comtemporaneos fiquem destacadas, isto é, só encostadas ao mesmo fuste, assim como em diminuir um pouco a saliencia da cimalha, levantando o pedestal superior em que deve assentar a estatua do poeta, julgamos que por esta forma as condições artisticas e as regras de construcção

ficarão preenchidas, tanto mais que o Snr. Bastos dando maior altura á estatua principal, as proporções geraes do monumento serão mais bem harmonisadas.

Tendo-me V. Exª ordenado d'appresentar á Ex.ma Camara este parecer de accordo com o Snr. Bastos, tenho a honra de o submeter á apppreciação da Ex.ma Camara, afim de decidir o que melhor lhe convier.

Deus Guarde a V. Exª. Repartição Technica 29 de Agosto de 1860

P. J Pezerat Victor Bastos".

AHCML, *SGO*, Cx. 125.

Documento 96 (pag. 422)

"Ill.mo e Ex.mo Sr. Ministro das Obras publicas

Conformando me com as instrucções que Vª Exª se dignou me dar para lhe appresentar uma relação das habilitações com que posso justificar a minha admissão como Architecto chefe na repartição que Vª Exª tencionna organizar no Ministerio das Obras publicas; cumpre me dizer que tendo concluido em 1821 os meus estudos para Engenharia Civil, segui como curso d'applicação, durante quatro annos; não só todos os estudos theoricos da academia d'architectura de Paris; mas ainda como inspector às ordens dos primeiros architectos fui empregado em varias obras de construcções civis e monumentaes.

Em 1825 fui engajado, depois de concurso, pelo governo do Brazil, com a condição de estudar durante um anno as construcções hydraulicas na Inglaterra aonde fui recommendado ào Illustre Engenheiro Brunnel, de quem approveitei quanto pude os bons conselhos.

No fim deste prazo parti para Rio de Janeiro com a graduação de Capitão de Engenharia, servindo um anno na Academia Militar; encarregado dos trabalhos geodesicos da provincia de Rio de Janeiro, levantando a planta da Cidade, da sua bahia e de seus arredores.

No fim deste anno; fui escolhido por S M o Imperador D. Pedro 1º de Saudoza memoria como seu Engenheiro Particular, e em 1828, S M dignou se me gratificar com o titulo de seu architecto particular, como criado de 2ª Classe da Sua Imperial Caza.

Na abdicação de S M. o Imperador, tendo eu ficado o ultimo no posto de honra, fui encarregado de levar às Cortes este acto de abdicação, e fui embarcado como professor e Secretario de S. M. a Rainha D. Maria IIª.

Chegado em França; não querendo ficar à cargo de S. M. pedi serviço ao Governo francez que me mandou em Argel como Engenheiro Civil de primeira Classe, às ordens d'um Engenheiro em chefe-Director.

Depois de 10 mezes de Serviço à Argel, fui mandado como Engenheiro en chefe da provincia de Oran, aonde fiquai ate o fim de 1838.

Tendo dado a minha demissão d'Engenheiro em 1839, fui chamado pelo Marechal Bugeaud, Governador geral para fazer parte da Comissão de sabios e artistas, para a exploração da Argelia. Chegando em 1840 com uma numerosa familha em Orão aonde fomos todos attacados duma dysenteria epidemica espantarão se de tal modo as Senhoras que não quiserão ficar de modo algum nesta Colonia; decidi me pois a vir em Portugal, aonde cheguai no fim de 1840.

Desde então não deixai de servir como Engenheiro de Companhias até 1852 em que fui admitido depois de Concurso, como Engenheiro e Architecto da Camara M.al. Pela mesma occasião fui nomeado professor de dezenho na Escola Polytechica e Architecto da mesma.

Vossa Excellencia como S. Ex o Sr. Duque de Loule que me conhece desde 35 annos, melhor de que ninguem podem ser Juizes se tenho bem ou mal desempenhado estas funções e merecido o conceito da autoridade.

Deixo pois ao cuidado, benevolencia e equidade de Vª Exª. o deferimento de minha pretenção ào posto de Architecto-Chefe na nova organisação: assegurando a Vª Exª do zelo com que espero prehencher dignamente as minhas novas funções, e merecer o conceito do Governo. = (...)

Lisboa 25 de 8bro de 1864

Attento Venerador e Ob.do

Pedro Joze Pezerat".

AHMOP, *Processo individual de Pedro José Pezerat.*

Documento 97 (pag.423)

"Foi presente na Camara Municipal de Lisboa o oficio de V. Exª, de 16 do corrente, incluindo a cópia do accordão do Conselho de Districto de 31 de Maio ultimo, pela qual consta não ter sido approvada a deliberação da Camara de 10 do dito mez, sobre a creação de um

novo logar de engenheiro civil, com o ordenado proposto, em quanto se não apresentar a exposição circumstanciada dos motivos que justifiquem a necessidade de tal creação e augmento de despeza. A Camara, cumpre-lhe informar que existem actualmente ao serviço da municipalidade um architecto e eum engenheiro civil; o primeiro occupa-se de commissões proprias da sua arte, e o segundo é encarregado da inspecção dos incendios, e por isso inhibido de desempenhar commissões incompativeis com este ramo de administração municipal, e de prestar serviço algum no termo, por não poder saír para fóra da cidade.

A Camara precisa de dar desenvolvimento aos melhoramentos do municipio, para o que entende ser-lhe indispensavel mandar levantar as plantas das marinhas de que é proprietaria, e aquella do termo, e organisar convenientemente uma planta de Lisboa, para que com estes recursos, dê ordem a um plano geral de trabalhos, fundando de uma vez um systema economico de administração. A Camara tambem entendeu que os trabalhos technicos, de que o Municipio carece, são a unica fonte de uma verdadeira economia, e por isso achou e acha da maior utilidade tomar ao seu serviço um engenheiro, cujas habilitações satisfaçam completamente a muitas das precisões reclamadas pelos varios ramos administrativos desta Municipalidade, e que esteja isento de outras commissões, cujo desempenho envolve incompatibilidade.

A Camara não deve dissimular que hesitou na creação deste novo empregado, porque o dever, e a necessidade a compellem a ser economica, e por isso será sempre reflectida e circumspecta na adopção de medidas que adduzirem augmento de despeza; mas convenceu-se de que a nomeação de um engenheiro, para os fins propostos, trazia ao Municipio uma despeza util, e talvez productiva, pois que hoje se vão emendando erros, inutilisando obras de grandes dispendios, porque foram feitas sem planos, e sem as previsões que a arte aconselhava: e para exemplificar esta asserção, basta ponderar que immensos canos se acham inutilisados, e muitos se hão de inutilisar á proporção que este ramo de limpeza crescer; porque muitos dos existentes foram feitos sem as dimensões necessarias para um dia virem a receber todos os despejos das ruas superiores.

Além dos motivos expendidos, por certo não escapará á alta penetração do Conselho de Districto muitas outras vantagens que a municipalidade espera alcançar, em resultado dos trabalhos e applicação deste novo empregado. Deos guarde a V. Exª Camara, em 25 de Junho de 1852. = Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Governador Civil do Districto de Lisboa. = Como Presidente, *Alberto Antonio de Moraes Carvalho*".

Synopse dos principais actos admisnistrativos da Câmara Municipal de Lisboa, 1844-1852. Doc. nº8, pag. 150-151.

Documento 98 (pag. 492)

MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Disposições relativas ás ruas e edificações no interior das cidades, villas e povoações

SECÇÃO 1ª

Do plano de edificações e reedificações em Lisboa; medidas geraes para se levar a effeito e prescrições de policia

Art. 34º O governo mandará immediatamente proceder a um plano geral dos melhoramentos da capital, attendendo n'elle ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes, e á construção e abertura de novas ruas, praças, jardins, e edificações, com as condições de hygiene, decoração, commodo, alojamento e livre transito do publico.

Parag. unico. Este plano será elaborado por uma commissão composta de um engenheiro e de um architecto, empregados no serviço das obras publicas, de um engenheiro proposto pela camara municipal e de um vogal do conselho de saude publica do reino, indicado pelo mesmo conselho. Esta commissão terá ás suas ordens os necessarios empregados technicos.

Art. 35º Nos projectos que se fizeram para execução do plano ordenado pelo artigo antecedente, alem das indispensaveis condições de luz, ventilação e abastecimento de aguas, se attenderá ao seguinte:

1º Ao melhor systema de deposito, desinfecção, esgoto, despejo, ou remoção de liquidos e solidos:

2º Á drenagem do solo, quando for paludoso ou carregado de substancias organicas;

3º Ao systema de esgoto geral, encanamento de aguas e tubagem de illuminação da cidade;

4º Á largura das novas ruas, que não deve ser inferior a 10 metros, nem a sua declividade superior a 7 por cento;

5º Aos encanamentos interiores que conduzam aos canos de esgoto as aguas dos telhados;

6º Ao chanfrado dos angulos ou esquinas;

7º Á altura das edificações determinada pela largura das ruas, observando as seguintes regras:

1ª Quando a largura das ruas for menor de 7 metros, a altura dos edificios não será superior a 8 metros;

2ª Quando a largura for de 7 metros a 10 metros exclusivamente, a altura não será superior a 12 metros;

3ª Qunado a largura for de 10 metros a 18 metros, a altura não será superior a 16 metros;

4ª Quando a largura for maior e 18 metros, a altura não excederá a 19 metros;

5ª Quando os edificios tiverem fachadas sobre duas ruas, que se cruzem, com differentes larguras, a altura será determinada pela maior largura;

6ª Quando os edificios tiverem fachadas sobre duas ruas abertas proximamente na mesma direcção, mas com grande differença de nivel, a altura será determinada por decisões especiaes do governo;

7ª Quando os edificios forem construidos fóra do alinhamento das ruas publicas empateos ou jardins interiores, a sua altura não excederá a 15 metros, excepto se o governo auctorizar maior elevação.

Parg. unico. O disposto no nº 7 d'este artigo não se applica aos templos, aos edificios destinados para serviço publico, nemaos monumentos, que sejam construidos pelo governo, quer pela camara municipal.

Art. 36º As alturas determinadas no artigo antecedente serão medidas desde a calçada ou passeio até á parte superior da cornija.

Parag. 1º As medidas serão tomadas no centro da fachada.

Parag. 2º Acima da cornija e no plano da parede da fachada não poderá ser elevada nenhuma construcção, excepto os aeroterios e seus accessorios.

Art. 37º São declaradas de utilidade publica e urgentes todas as expropriações necessarias para inteira execução do plano ordenado e feito em conformidade com os artigos antecedentes, e approvado pelo governo,observando-se no processo d'estas expropriações as leis em vigor.

Art. 38º Logo que seja approvado pelo governo o plano de edificações e melhoramentos da cidade de Lisboa, nos termos dos artigos antecedentes, ás condições d'esse plano ficam sujeitas as novas edificações, as reedificações, abertura de ruas,praças e jardins.

Parag. unico Depois de feito a approvado este plano, o governo poderá approvar, por partes, os projectos definitivos para a sua execução.

Art. 39º Emquanto o plano não for approvado, nos temos do artigo 38º, a camara municipal, de accordo com o director das obras publicas do districto de Lisboa, continuará a fixar os alinhamentos e a dar as cotas do nivel, com a declaração, porém, de que ficam desde já em vigor as disposições do artigo 35º, nºs 1º, 5º, 6º e 7º com as regras n'elle estabelecidas, o parag. unico do mesmo artigo, e o artigo 36º com os seus parag.s.

Parag. unico Se não houver accordo entre a camara e o director, decidirá o ministro das obras publicas.

(...)

Art. 42º Continuarão a ser feitas pela camara municipal de Lisboa e á custa do municipio, todas as obras para a conservação, salubridade e limpeza das ruas da cidade, e as de embellezamento nas praças, jardins e passeios publicos.

Art. 43º Todos os proprietarios que pretendem construir edificios novos em Lisboa, ou reconstruir os antigos que por qualquer causa ou motivo forem demolidos, ficam obrigados a observar as disposições d'este decreto e do seu regulamento.

Art. 44º É prohibido acrescentar novos andares nas edificações existentes ou sobre ellas fazer qualquer outra construcção, quando d'esse facto resulte ficar o edificio com altura superior á fixada nas regras do nº 7, art. 35º

Art. 45º Os proprietarios que pretenderem edificar, reedificar ou de qualquer modo alterar as suas edificações, são obrigados a submetter á approvação do governo, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, o respectivo projecto pelo modo que for prescripto no regulamento.

(...)

Art. 47º Os proprietarios de terrenos que confinem com as vias publicas existentes são obrigados a construir edificações n'esses terrenos, segundo projectos que forem approvados, devendo começar as obras dentro do praso de um anno, a contar da intimidação que para esse fim lhes deve serfeita pela camara municipal.

(...)

Art. 48º Todos os proprietarios de edificações que ameacem ruina são obrigados a demoli-las no praso fixado pela camara municipal. Se os proprietarios não obedecerem á intimidação que para este fim lhes deve ser feita pelos empregados da camara, ordenará esta que, sem mais aviso nem processo, aquellas edificações sejam demolidas á custa dos proprietarios, sob a direcção do engenheiro do municipio

(...)

Art. 49º É proibido a todos os proprietarios que construam novas edificações ou reconstruam as antigas, por qualquer causa e motivo demolidas, alterar e por qualquer fôrma modificar o projecto approvado, sair do alinhamento ou não guardar as cotas de nivel. Se assim o fizerem, contra elles se procederá pelo modo prescripto no art. 48º".

Annaes do Municipio de Lisboa, 1865, pag.s 2182-2184.

Documento 99 (pag. 492)

"Com relação ao prospecto approvado por Jesuina da Conceição Fernandes de Campos, para transformar o terceiro andar de trapeiras da propriedade sita na Rua das Flores Nºos 19 a 23, em um andar corrido sem alteração da altura, que concorda do lado do

norte com a cimalha do predio contiguo, em quanto o predio do lado do sul lhe fica ainda superior; a Repatição Technica, considerando que o predio da requerente é o unico desta rua que appresenta este inconveniente de andar de trapeiras, é d'opinião que seria conveniente para o prospecto geral da mesma rua e para o embellezamento e utilidade do dito predio, que o prospecto appresentado fosse approvado, vistas as vantagens d'um andar corrido com gradamento geral, sobre uma trapeira que produz uma interrupção que desfeia a regularidade da rua, devendo até a Ex.ma Camara recommendar a substituição das trapeiras por andares quadrados ou corridos, que se tornão mais habitaveis e appresentõ maior segurança contra os incendios.

A largura da rua das Flores sendo quazi de dez metros, a altura deste terceiro andar concorda mui approximadamente com o art.º 35 parag. 7º da Lei de 31 e Dezembro de 1864.

Em vista de todas estas considerações, a Repartição Technica não concorda com o parecer do sr. Intendente das Obras Publicas que desapprovou o prospecto em questão.

Repartição Technica 16 de Julho de 1866".

AHCML, *SGO*, Cx. 126.

Documento 100 (pag. 492)

"Ill.mo Ex.mo Snr.

Tendo acontecido frequentes vezes que os constructores de edificios particulares não executam as obras segundo os prospectos approvados pela Ex.ma Camara e pela Intendencia, tenho a honra de pedir a V. Exª as providencias precisas para que o Decreto de 31de Dezembro tenha a devida execução. Em um predio na esquina da Rua do Ouro e Rua dos Capellistas construio-se um quarto andar; aprovou-se o prospecto com a condição da varanda d'esse andar ser assente sobre misulas, entretanto o constructor não satisfez a esta condição e conservou a antida cornija.

N'um predio sito no campo das Cêbollas fez-se uma alteração sem prospecto approvado, e em addicionamento ao mesmo predio do lado do pateo do Marques do Lavradio se effectuou sem approvação alguma uma construcção nova.

Refiro-me de proposito a estas construcções por que uma é na proximidade do Ministerio das Obras Publicas e a outra muito perto do edificio onde funciona a Camara Municipal; exemplos bem frisantes, pois que facilmente se podem reconhecer.

Ha predios com prospectos approvados em cuja execução se acrescenta ad libitum mais um andar.

Bem sei que a fiscalisação das construcções particulares, cujos prospectos teem de ser sujeitos á approvação da Ex.ma Camara, não está dependente de V. Exª; com tudo parecia-me conveniente que se instasse como Commissario de Policia para intentar contra os donos das construcções feitas em contravenção ao Decreto de 31 de Dezenbro de 1864, a acção judicial a que se refere o artigo 57 do mesmo Decreto.

Sobre outro assunto tenho igualmente a honra de pedir a consideração de V. Exª. Os quarteirões da Cidade baixa teem alçados regulares até á cornija que corôa os terceiros andares.Authorisa-se a construcção de quartos andares e cada proprietario construe o seu com um pé direito differente, cornijas e platibandas diversas. A uniformidade adoptada até aos terceiros andares deixa de existir nos quartos andares. Não seria conveniente que a Ex.ma Camara adoptasse um typo para esses novos andares?

Esta medida parece-me indispensavel, por que os alçados dos differentes predios de um mesmo quarteirão da cidade baixa formam uma unica fachada de cunhal a cunhal.

Deus Guarde a V. exª Lisboa 23 de Setembro 1868

Ill.mo Ex.mo Sr. Presiente da Camara Municipal de Lisboa

O Intend. / Luis Victor leCocq"

AHCML, *SGO*, Cx. 126.

Documento 101 (pag. 493)

"Ill.mo e Ex.mo Snr.

Com relação á proposta feita pelo Vereador Joaquim José Rodrigues da Camara, para que os prospectos appresentados a esta Camara sejão feitos em um formato uniforme e redusido a uma so escalla: a Repartição Tecnhica é d'opinião que não ha inconveniente em que os projectos que se submettem á approvação da Ex.ma Camara sejão de escalas variadas, não podendo mesmo exigir-se que estes sejão feitos n'uma só escala e representem

a mesma grandesa de formato, em rasão de variarem as dimensões das edificações a que os mesmos se referem.

A Repartição Technica submette o modelo incluso, que poderá variar de dimensões, que é o systema seguido em todos os archivos technicos.

Deus Guarde a V Exª. Repartição Technica da Camara Municipal de Lisboa, 13 de Novembro de 1866.

Ill.mo e Ex.mo Snr. GregorioVaz Rans de Campos Barreto Froes

O Architecto/ Domingos Parente da Silva

AHCML, *SGO*, Cx. 126.

Documento 102 (pag. 495)

"Dona Maria por Graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'Além mar em Africa, etc. Faço saber aos que esta Carta de jure e irrevogavel venda virem, que, precedendo as diligencias, annuncios e solemmidades de Lei, e estylo, arrematou em hasta publica no Thesouro Publico, em 15 de Abril de 1851, Francisco Martins Ruas na conformidade da Carta de Lei de 13 de Junho de 1848, pela quantia de 13: 851$000 reis, as seguintes propriedades, que pertenciam á Fazenda Nacional pela extinção do Convento de S. Francisco de Lisboa, e foram anunciadas para venda na Lista 704 A do seguinte modo: Terreno que principia junto ao edificio em que se acha o Governo Civil d'este Districto, e que se prolonga da esquina da rua de S. Francisco até ao Quartel do Batalhão de Voluntarios da Carta, dividido em dois lotes; a saber: = Pimeiro lote, que na planta vai designado com o Nº1, e aguarellado de amarello: principia junto ao edificio do Governo Civil, lado do norte, Travessa da Parreirinha, e tem de frente por este lado até ao cunhal que ja está de cantaria na Rua de S. Francisco 174 3/4 palmos; e partindo d'este cunhal, lado do nascente, Rua de S. Francisco, até á primeira pilastra de cantaria tem 236 1/2 palmos. O fundo d'este terreno é todo aquelle que tendo junto á aguada escura, a qual denota logradouro para luz, logradouro que tem 24 palmos, medidos de esquadria dos predios edificados para o terreno acima descripto. Foi avaliado em attenção ao aproveitamento do que existe, e á despeza do desentulho. = Segundo lote, que na planta vai designado com o numero 2, e aguarellado de verde: principia na pilastra

de cantaria, lado do nascente, Rua de S. Francisco, e tem de frente 138 palmos e 7 decimos de um palmo, e todo o fundo que denota a aguarella acima dita até encontrar a aguarella escura para logradouro, sendo o espaço desse 24 palmos, contados desde a esquadria dos predios já edificados e aos quaes o dito logradouro fica pertencendo. Foi avaliado em attenção ao aproveitamento do que existe, e ao desentulho. = Terreno da Igreja Nova de S. Francisco, tambem dividida em dois lotes, a saber: = Primeiro lote, que vai na planta aguarellado de côr de rosa, letra B, nº3: principia no destorcimento do meio da parede que formava o arco cruzeiro da Igreja para S. Francisco; mas deve o comprador d'este lote fazer levantar uma parede, que nunca terá menos de 2 1/2 palmos de grossura e 15 de altura, parallella á parede mestra da dita Igreja, para tornar esse terreno independente do da Academia de Bellas Artes, a qual parede vai pintada de amarello na planta, e com as letras EF: tem de frente pelo nascente, Rua de S. Francisco, até ao novo cunhal 212 1/2 palmos correspondendo todo o fundo que medeia da mesma frente à segunda parede do arco cruzeiro, ao principio da Capella-mor; e do dito cunhal, lado do sul, Rua do Ferragial de Cima, tem 322 1/2 palmos, terminando o seu fundo na parede que faz a Academia com a pedra e alvenaria, e toda a cantaria, assim a que hoje existe sôlta no chão como a que está nos seus logares, na parte principal, retabulo, capellas, tribunas, nichos, etc. = Segundo lote da Igreja Nova de S. Francisco, marcado na planta com o nº 4, e aguarellado de azul: fica metido entre dois predios já edificados (...)".

ANTT, *Cartas de arrematação*. Livro 511-1988 A -*Francisco Martins Ruas*.

FAC. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO